SUBDESENVOLVIMENTO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS: O PETRÓLEO DA CAMADA DE PRÉ-SAL COMO CHAVE OU ENTRAVE PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL.

UNDERDEVELOPMENT, DEINDUSTRIALIZATION AND EXPLOITATION OF NATURAL RESOURCES: THE OIL IN THE SUBSALT LAYER AS THE KEY OR THE HINDRANCE TO NATIONAL DEVELOPMENT

Rafael Almeida Ferreira Abrão[1]

Resumo

O Brasil vivencia um processo gradativo de liberalização econômica desde a década de 1980, que contribuiu para a redução da participação do setor industrial no Produto Interno Bruto. Na década de 2000, essa redução se acentuou devido ao aumento das exportações de *commodities*, que acentuou a valorização do câmbio e provocou a diminuição da competitividade dos produtos manufaturados nacionais. As expectativas são de que a exportação de *commodities* continue a se expandir nos próximos anos, principalmente a partir da exploração de petróleo na camada de pré-sal. A descoberta de hidrocarbonetos na camada de pré-sal poderá transformar o Brasil em uma potência energética, num momento em que a demanda mundial por energias fósseis se encontra em contínua ascensão. A economia brasileira deverá então passar por uma forte transformação devido à exploração de petróleo, que poderá alterar as perspectivas do desenvolvimento nacional. Entretanto, uma parte da literatura acadêmica discute o risco de que a renda gerada pela exploração de recursos naturais tenda a prejudicar a atuação econômica dos países que as possuem. Este artigo se propõe a discutir a possibilidade de que a exploração de petróleo na camada de pré-sal acentue o processo de desindustrialização da economia brasileira.

Palavras-chave: Economia Brasileira. Desenvolvimento. Desindustrialização. Petróleo. Pré-sal. Doença Holandesa.

Abstract

Brazil has been experiencing a gradual process of economic liberalization since the 1980s, which contributed to the reduction in the share of industrial sector in gross domestic product (GDP). In the 2000s, this reduction deepened due to increased exportation of commodities, which caused the decrease of the competitive edge of domestic manufactures. The expectations are that the export of commodities continue to expand in the coming years, especially from the exploitation of oil in the subsalt layer. The discovery of oil in the subsalt layer could make Brazil an energetic power, at a time when global demand for fossil fuels is continually rising. The economy can then undergo a major transformation due to oil exploration, which could change the prospects of national development. However, some of the academic literature discusses the risk that the income generated by the exploitation of natural resources might damage the economic performance of countries that have them. This

[1] Bacharel em Relações Internacionais pela Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; Mestrando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FFC-UNESP); E-mail do autor: ra.abrao@gmail.com. Este texto se refere a um artigo publicado na Revista Aurora (UNESP, Marilia. v. 8, p. 1-31, 2015), elaborado sob orientação da Profª. Drª. Marina Gusmão de Mendonça e apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais na EPPEN/Unifesp.

article aims to discuss the possibility that oil exploration in the subsalt layer enhances the process of deindustrialization of the Brazilian economy.

Key words: Brazilian Economy. Development. Deindustrialization. Oil. Subsalt. Dutch Disease.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, o Brasil vive um processo gradativo de liberalização econômica. As políticas econômicas adotadas desde então tiveram forte impacto na economia brasileira, com grandes transformações. Partes destas transformações foram positivas, como a estabilização da moeda na década de 1990, durante o governo de Itamar Franco, e outras negativas, como a redução da participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB). Diante deste cenário, considera-se a possibilidade de o país vivenciar um processo de desindustrialização precoce, retrocedendo ao modelo primário-exportador e exportando apenas produtos com baixo valor agregado.

Na década de 2000, ocorreu uma expansão mundial da demanda por *commodities*, devido especialmente ao crescimento da economia chinesa. No caso brasileiro, a entrada de divisas provenientes do aumento das exportações valorizou a moeda e reduziu a competitividade dos produtos manufaturados nacionais no mercado externo. As expectativas são de que a entrada de divisas na economia brasileira continue em expansão nos próximos anos, diante do aumento da produção de petróleo na camada de pré-sal, podendo agravar o preocupante cenário de desindustrialização precoce.

A descoberta de hidrocarbonetos na camada de pré-sal poderá tornar o Brasil um dos países com maiores reservas petrolíferas do mundo e a entrada do petróleo na lista de principais produtos de exportação poderá transformar as bases da economia brasileira. A economia mundial hoje possui forte dependência de energias fósseis, e a esse aspecto soma-se a grande demanda criada pela emergência de países como a China e a Índia, além da contínua necessidade de abastecimento da economia norte-americana, em função de seu alto padrão de consumo. Os investimentos na indústria petrolífera poderão provocar mudanças estruturais no setor industrial, e alguns aspectos negativos podem levar ao que a literatura chama de “doença holandesa”.

Apesar de a desindustrialização ter sua origem em políticas adotadas durante as décadas de 1980 e 1990, há fatores atuais diversos que contribuem para a ocorrência do fenômeno no Brasil. Primeiramente, podemos destacar que as bases macroeconômicas estão

configuradas de forma a desestimular o investimento produtivo e as exportações de produtos industrializados. Por outro lado, as causas podem estar associadas também a um cenário internacional de alta concorrência comercial entre as nações, além da crise internacional iniciada em 2008, que diminuiu o ritmo de expansão da atividade econômica no mundo, e segue sem resolução.

Ao pensar nas transformações que poderão ocorrer na economia brasileira devido à exploração de um recurso natural tão importante, podemos primeiramente criar expectativas positivas sobre a futura trajetória de desenvolvimento brasileiro. Entretanto, considerando as análises de uma corrente acadêmica que acredita na "maldição dos recursos naturais" ou "doença holandesa", referindo-se à valorização monetária que as divisas geradas pela exploração desses recursos podem provocar, temos de questionar: estaria o Brasil sofrendo de doença holandesa? Diante de tal perspectiva, a exploração de petróleo na camada de pré-sal poderia acentuar este suposto processo de desindustrialização?

Este texto tentará recapitular a trajetória de desenvolvimento da indústria brasileira e procurará discutir as possíveis respostas para as questões levantadas. As respostas serão buscadas levando sempre em consideração que o Brasil é um país subdesenvolvido, com persistência de grandes mazelas que retardam o seu desenvolvimento. Refutaremos o ideário da corrente neoliberal que defende ser "natural" a posição do Brasil como mero exportador de produtos primários, conformando-se com uma posição na divisão internacional do trabalho que impede nosso desenvolvimento. De fato, na história mundial não há registro de país que tenha se desenvolvido com base na exportação de produtos primários, tampouco que tenha se beneficiado do consequente aumento geral da renda que só o processo de industrialização proporciona. O texto não deixará de valorizar a oportunidade que a entrada de dividas decorrente das exportações de produtos primários pode significar para o crescimento brasileiro, uma oportunidade histórica de elevar o padrão de vida da população, mas enfatizará os riscos que a opção por um modelo primário-exportador pode significar para a estrutura produtiva do país. Dessa forma, este artigo levantará preocupações de longo prazo, tais como: a futura trajetória do desenvolvimento nacional, as estruturas que perpetuam o subdesenvolvimento e a presente oportunidade de superação desta condição, bem como a formulação de um projeto de desenvolvimento para o Brasil pautado em uma política que instrumentalize o petróleo como base para a sobrevivência, a dinamização e a modernização da indústria brasileira.

1. SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Como se sabe, a Inglaterra foi a precursora da industrialização que, posteriormente, se estendeu a um grupo restrito de países: Alemanha, Estados Unidos, França, Japão e outros da Europa Ocidental. Estes países são os que hoje fazem parte do mundo desenvolvido e alcançaram este patamar a partir de caminhos semelhantes, sempre por meio da indústria de transformação. Nos países centrais, o desenvolvimento industrial ocorreu por meio do deslocamento de recursos do setor agrícola para a indústria: a agricultura assumiu o papel de fornecer poupança dos recursos que seriam investidos no desenvolvimento tecnológico necessário para o avanço do setor industrial. LANDES (2005, p. 73) chama atenção para o caso da industrialização do Japão que, segundo ele, melhor ilustra o papel da agricultura como indutor industrial, e onde foi estabelecido um imposto territorial cuja receita era utilizada para o investimento na construção da indústria japonesa. A industrialização das nações desenvolvidas aconteceu por meio de um alto nível de poupança interna, e o custo envolvido no processo fez que poucas no mundo pudessem realizá-la. Aos países subdesenvolvidos, que possuem baixo nível de poupança, restou uma industrialização tardia, associada ao investimento estrangeiro e com alto grau de vulnerabilidade externa.

A industrialização brasileira ocorreu com o objetivo de tentar superar o subdesenvolvimento e suas mazelas. Por subdesenvolvimento entende-se a definição de Furtado (2009), como processo tardio de inserção no sistema capitalista global, e de suas decorrentes relações de dependência com os países centrais. Dessa forma, a dinâmica de acumulação perversa do capital que regia as relações entre colônias e metrópoles permanece latente nas relações entre os países subdesenvolvidos e as nações desenvolvidas. Esta inserção tardia molda uma estrutura de subdesenvolvimento que dificulta a redução das desigualdades, da vulnerabilidade externa e cria graves problemas sociais. Portanto, o subdesenvolvimento é entendido como condição e não como uma etapa anterior ao desenvolvimento. O subdesenvolvimento não pode ser compreendido como um *"desenvolvimento em grau inferior"* (CANO, 2014, p. 2), e sua superação poderá acontecer apenas com a reconstrução das estruturas que hoje perpetuam as desigualdades econômico-sociais internas.

O nível de enraizamento da industrialização na economia é o elemento que diferencia países desenvolvidos de subdesenvolvidos. Portanto, o setor industrial é estratégico para o desenvolvimento do Brasil, e este processo deve ter como fim a superação dos aspectos desumanos do subdesenvolvimento nacional. O Brasil passou a enfatizar a indústria como

elemento-chave para superação do subdesenvolvimento a partir da década de 1930, tornando-a o eixo norteador das políticas de Getúlio Vargas, dentre as quais se destaca a criação de uma companhia estatal para mapeamento e exploração de petróleo nacional, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), que hoje se tornou a maior empresa brasileira. Outro marco na história da indústria foi o governo de Juscelino Kubitschek (JK) que, com a instalação da indústria pesada, impulsionou a política industrial baseada no nacional-desenvolvimentismo e resultou em altos índices de crescimento econômico e forte atividade do Estado na construção de uma infraestrutura que incentivasse a industrialização (FAUSTO, 2011, p. 236). O desenvolvimentismo venceu as ideias nacionalistas e abriu espaço para o investimento estrangeiro na indústria automobilística, de transporte aéreo, de eletricidade e de aço, setores que foram essenciais para a criação de uma cadeia produtiva. Este foi o início da internacionalização da economia brasileira.

Nas décadas de 1960 e 1970, a economia cresceu a taxas elevadas e vivenciou um longo e custoso processo de diversificação da cadeia produtiva e consequente incorporação dos produtos manufaturados na pauta de exportação. Bresser-Pereira (2003, p. 147) resume o processo de instalação da indústria brasileira como de alternância de momentos de desenvolvimento e crise. Desenvolvimento, pois o Brasil conseguiu instalar um extenso parque industrial, assim como México e Argentina, mas, no caso brasileiro, este era mais forte e diversificado. De crise, pois o setor industrial foi instalado e se desenvolveu em meio a uma estrutura econômica deficitária e que não cumpria um papel pleno de constituição de um ambiente de bem-estar social, persistindo e agravando problemas seculares da economia brasileira, como a concentração de renda, a inflação e a vulnerabilidade externa.

O processo acelerado de industrialização ocorrido no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970 foi conduzido pelo Estado e teve como forte pano de fundo a ideologia desenvolvimentista, na qual o investimento estatal seria responsável por realizar as necessárias transformações estruturais na economia brasileira. O papel do Estado na economia foi questionado a partir da década de 1980 e essa discussão permanece em aberto.

2. CRISE ECONÔMICA E AS DIFICULDADES DA INDÚSTRIA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

A mudança na estratégia econômica norte-americana desafiou a economia brasileira a partir do início dos anos 1980. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos

(EUA) passaram a defender um mundo economicamente mais aberto, que os beneficiaria. Para atender a esses interesses, os EUA se comprometeram com uma política comercial aberta e não-discriminatória, fato concretizado por meio do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Essa mudança ocorreu devido às dificuldades que a economia americana viveu naquela década, com forte declínio industrial e crescente déficit comercial e orçamentário (GILPIN, 2004, p. 303).

Como resposta à preocupante situação norte-americana, o presidente Ronald Reagan (1981-1989) atribuiu as dificuldades da economia ao tamanho do Estado, à alta carga tributária e a um sistema previdenciário inflado, que estaria desestimulando a iniciativa privada e o livre mercado. Houve cortes de impostos. Entretanto, o Poder Executivo e o Congresso não reduziram os gastos federais, pelo contrário: os gastos – principalmente militares – aumentaram. A combinação de menos arrecadação e maiores gastos estimulou a economia norte-americana e mundial, mas, por outro lado, gerou grande déficit no orçamento e, como consequência, o governo acumulou dívidas que fizeram que os juros americanos subissem.

A elevação das taxas de juros nos Estados Unidos foi consequência de suas questões internas. Contudo, os efeitos foram perversos para muitos países. Este aumento quebrou todos os países endividados que haviam se atrelado aos bancos norte-americanos. No Brasil, a década de 1980 é marcada pela instabilidade causada pelas sucessivas tentativas dos governos de João Baptista Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990) de conter a crise da dívida externa. Os fracassos dos dois governos minaram a credibilidade do Estado para conduzir a economia e abriram espaço para um novo paradigma econômico no país: após anos de atuação estatal na estruturação econômica, iniciava-se a defesa da redução da intervenção, assim como havia ocorrido nos Estados Unidos.

Com o Estado brasileiro desacreditado depois das sucessivas e fracassadas tentativas de resolução da crise, os Estados Unidos adotaram um discurso que soava como “um canto de sereia”, pautado em ideias que favoreciam a globalização e propondo, a este pretexto, a prática de políticas neoliberais, ou seja, de desregulamentação econômica em diversos aspectos: comercial, financeiro, de leis trabalhistas, previdenciário e, como norte de todas as medidas, sempre a diminuição do papel do Estado na economia. Ocorreria, a partir de então, uma profunda reestruturação da economia mundial, com o surgimento de blocos econômicos como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Além da formação de superconglomerados

empresariais formados a partir de grandes aquisições e fusões de empresas. Com a economia internacional monopolizada por grandes empresas, a produção não necessariamente está localizada próxima à sede empresarial, pois a busca pela redução de custos fez que a cadeia produtiva se descentralizasse em diversas regiões do globo. Assim sendo, os tradicionais centros industrias foram abandonados. Esse efeito é chamado de desindustrialização espacial e será explicado mais detalhadamente no item 4 deste trabalho.

Os anos de 1990 foram marcados pelo predomínio da ideologia neoliberal e por fortes medidas reformistas, dentre elas, destacam-se as reformas para privatização de empresas estatais em diversos países da América Latina. A liberalização do marco regulatório brasileiro se concentrou principalmente nos âmbitos comercial e financeiro (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 733). A partir das políticas adotadas para viabilizar a abertura econômica, uma ação sem precedentes na história econômica do país, o Brasil passou então a sofrer mais duramente os efeitos do sistema internacional. Sua capacidade de influir sobre este reduziu-se e, com isto, a possibilidade de decidir sobre seu próprio futuro. Sem espaço para políticas alternativas em meio a um neoliberalismo ditado como impreterível, o país se tornou o que Cervo (2010, p. 427) definiu como *"indócil submisso"*, incapaz de defender seus interesses nacionais frente às fragilidades que se acumularam. Foi como parte de um mundo "globalizado" que a economia brasileira mergulhou em contradições que dificultaram ainda mais seu curso histórico de desenvolvimento. Furtado (1992) observou que *"o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional"* (1992, p. 32), fenômeno a que chamou de "construção interrompida". Dessa forma, a indústria, fundamental para a melhoria de renda da população, entrou em decadência.

3. CRESCIMENTO ECONÔMICO E AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES DE *COMMODITIES*

Os grandes fluxos de investimentos estrangeiros que contribuíram para a consolidação do setor industrial brasileiro se iniciaram durante o governo Kubitschek (1956-1961). Porém, ao mesmo tempo em que contribuíam para o crescimento do país, acentuavam sua dependência externa, aumentando a vulnerabilidade econômica, fragilidade presente durante toda a história do Brasil. O ambiente nacional era atraente ao investimento estrangeiro, já que o grande mercado consumidor interno assegurava retorno às multinacionais que aqui se instalavam. Esta característica, em consonância com políticas de proteção da indústria,

provocaram o fortalecimento do setor de transformação. A partir de 1989, ainda no governo de José Sarney (1985-1990), ocorreram investidas para a retirada da proteção atribuída ao setor industrial. Essas medidas se intensificam nos governos subsequentes, de Fernando Collor de Mello (1990-1992), com diminuição do ritmo durante o breve período de Itamar Franco (1992-1994), e forte retomada durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). A partir da década de 2000, mudanças importantes ocorreram, tanto do ponto de vista político-ideológico, quanto no que se refere às alterações nas perspectivas macroeconômicas provocadas pelo surgimento de um novo pólo mundial de poder, a China.

Desde 2003, o Brasil é governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), legenda defensora de uma bandeira progressista se comparada ao ideário neoliberal predominante na década anterior, o que gerou a expectativa de retomada de ideias desenvolvimentistas. Apesar das diferenças perceptíveis entre os governos neoliberais anteriores, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que governou o Brasil de 1994 até 2002, a realidade é que persistem ainda muitas das dificuldades que existiam na década anterior e que entravam o desenvolvimento. Houve a continuidade de parte do receituário neoliberal aplicado na década de 1990, com a diferença de que, no decênio seguinte, foram desenvolvidas importantes políticas de inclusão social e distribuição de renda.

Durante a abertura econômica da década de 1990 foi difícil sentir os efeitos nefastos do neoliberalismo, pois esse era o discurso hegemônico, não apenas nos grandes meios de comunicação, mas também na academia, tornando as alternativas ao modelo neoliberal de difícil discussão. Na década de 2000, os efeitos começaram a serem sentidos na economia nacional, em especial na indústria brasileira. Wilson Cano (2010, p. 6) resume no seguinte parágrafo os efeitos perversos do redesenho que reduziu o papel do Estado na economia:

> [...] o país se encontra em crise desde 1980 e não apenas, como muitos pensam, em 2008-2009. São, portanto, 30 anos de atraso em investimentos, tecnologia, reformas sociais e outras questões, que constituem um novelo embaraçado de problemas complexos que exigem muita reflexão para seu mais completo entendimento. Por outro lado, é preciso repor algumas ideias que foram afastadas, como a do Planejamento e do necessário papel ativo do Estado, e trazer de volta aqueles que se afastaram delas e do entendimento do que é uma economia subdesenvolvida (CANO, 2010, p. 6).

A crise a que Cano (2010) se refere foi global e causada pela desregulamentação de mercados, em especial o mercado financeiro, a que o mundo se submeteu a partir de 1980. Portanto, estamos diante de um dilema complexo para o desenvolvimento nacional: o de formulação de um novo modelo para o nosso país, em que o crescimento econômico tenha a finalidade de corrigir nossas distorções sociais.

Além da crise econômica, a ascensão da China como ator político e econômico no início da década de 1990 é outro marco da história econômica recente que precisa ser citado. O aumento do fluxo de comércio sino-brasileiro tornou aquele país nosso principal parceiro comercial, posição historicamente ocupada pelos Estados Unidos. Entretanto, neste fluxo de comércio, nós exportamos produtos de pouco valor agregado e importamos produtos de maior valor. BIELSCHOWSKY (2012) pontua sobre a gravidade do cenário atual:

> O atual contexto de crise financeira mundial recomenda uma última observação introdutória, ou seja, a de que a crise reforça a importância de se discutir o desenvolvimento brasileiro. Primeiro, porque obriga a que se pense em graus de autonomia relativa para crescer. Segundo, porque a crise é simultânea ao deslocamento do centro dinâmico mundial à China e essa mudança histórica impõe uma escolha definitiva para o Brasil: aceitar passivamente a "reprimarização" de sua economia ou, ao contrário, aproveitar a redução da vulnerabilidade externa resultante da valorização das exportações de matérias primas – condição praticamente ausente no Brasil, ao menos, desde a arrancada industrializante em 1930 – para fortalecer não só as atividades primárias e os serviços, mas também o setor industrial e os impulsos à inovação, ao progresso técnico e ao crescimento inerentes às atividades desse setor. (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 732)

A crise mundial impõe novas dificuldades ao desenvolvimento brasileiro. Esse cenário nos permite repensar o modelo adotado nas últimas décadas e em como corrigir suas diversas falhas estruturais que travam avanços maiores. Dessa forma, é fundamental solucionar os problemas da indústria nacional.

4. OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

Em relatório de 2003, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio (UNCTAD) concluiu que dois grupos de países passaram por diferentes processos de desindustrialização. No primeiro grupo, formado por nações desenvolvidas, a desindustrialização seria normal ou positiva, pois o setor industrial diminuiu apenas proporcionalmente sua participação no PIB, sem prejuízo da produção ou da exportação de produtos manufaturados, tampouco de competitividade e inovação.

Segundo Cano (2014), a diminuição da participação do setor industrial é apenas relativa, pois o avanço industrial estimula a urbanização e, com isso, o aumento do consumo de bens industrializados, o que força o crescimento do setor de serviços e também do setor agrícola, cada vez mais mecanizado para atender ao abastecimento da população concentrada em grandes aglomerações. À medida que o setor industrial amadurece, atingindo uma

estrutura produtiva elevada e com maior valor agregado a partir da assimilação de novas tecnologias, os outros setores passam a crescer. Apesar da diminuição da participação industrial, a produção e a exportação de produtos manufaturados continuam a se elevar. A esse respeito, observa-se a tabela 1, que ilustra, a partir do ano identificado como início da desindustrialização, a evolução do PIB per capita concomitantemente à queda da participação da indústria de transformação no PIB de alguns países selecionados.

Tabela 1. Declínio da participação da indústria de transformação e aumento do PIB per capita nos países desenvolvidos

Países	Início da desindustriali-zação	PIB per capita		Participação da indústria de transformação (% no PIB)	
		Ano em que a desindustrialização começou	2011	Ano em que a desindustrialização começou	2011
Japão	1973	17,5	46,3	32,4	19,1
Alemanha	1977	17,7	43,7	29,8	22,6
Itália	1980	19,7	36,1	28,0	16,0
Reino Unido	1973	17,9	39,4	26,3	10,8
França	1979	20,8	42,4	21,1	10,1
EUA	1973	22,8	49,3	23,7	12,6
Média	-	19,5	42,86	26,9	15,2

Fontes: Decomtec/FIESP, 2013; ONU, 2013.

Conforme a Tabela 1, observamos que a participação da indústria de transformação no PIB dos países desenvolvidos diminuiu, ao mesmo tempo em que o PIB per capita aumentou. Portanto, esses países se desindustrializaram “naturalmente” após alcançarem um já elevado padrão de desenvolvimento e continuam a consolidar essas taxas, mesmo com a queda da participação industrial.

O segundo grupo definido pela UNCTAD é formado por países subdesenvolvidos da América Latina, do Oriente Médio e da África (RICUPERO, 2014). Os países subdesenvolvidos que conseguiram instalar parques industriais passam por um processo de desindustrialização precoce ou negativa, fragilizando e comprometendo suas economias. A convergência de juros elevados, baixo crescimento, câmbio sobrevalorizado e abertura

comercial dificulta qualquer política industrial que venha a ser praticada. Ricupero (2014) sintetiza as diferenças entre desindustrialização normal e precoce:

> A desindustrialização precoce é a variante patológica da chamada "desindustrialização positiva". Quando a industrialização completa com êxito o processo do desenvolvimento, elevando a renda *per capita* a um nível alto e autossustentável, o setor manufatureiro começa a declinar, em termos relativos, como proporção do produto e do emprego. Isso ocorre em um contexto de crescimento rápido e pleno emprego, no momento em que se atinge renda *per capita* elevada. O fenômeno é patológico quando aparece em economias em que a renda permanece reduzida e em contextos de baixo crescimento. Nesse caso, o processo de industrialização abortou antes de dar nascimento a uma economia próspera de serviços, capaz de absorver a mão de obra desempregada pela indústria. É a "construção interrompida" do título do livro de Celso Furtado (RICUPERO, 2014).

A adoção de políticas neoliberais foi fator crucial para acentuar a desindustrialização dos países subdesenvolvidos. Desde a implantação dessas políticas, as taxas de crescimento da indústria ora apresentam uma retração na produção, ora indicam estagnação ou aumento pífio de produtividade. Isso compromete a competitividade, não apenas internacional, mas também no mercado interno, havendo perda de mercado em benefício de produtos importados dentro do próprio país.

Não há exemplo histórico de país que tenha se desenvolvido sem uma "industrialização generalizada e forte papel ativo do Estado" (CANO, 2014, p. 3). E apesar de utilizarmos o termo desindustrialização para descrever o processo pelo qual os países desenvolvidos passaram, não houve queda na produção, as taxas de investimentos permaneceram altas, e a inovação, a produtividade e a competitividade internacionais não sofreram abalos. A desindustrialização normal ou positiva descrita pela UNCTAD (2003) é um processo sem grandes prejuízos: a redução da participação da indústria ocorre justamente por meio do seu fortalecimento e amadurecimento, que forçam a expansão, a dinamização e a modernização do setor de serviços.

Apesar da desindustrialização normal, é fato que ocorreu o deslocamento das cadeias produtivas para países da Ásia, o que cria um efeito de desindustrialização espacial, que não afeta efetivamente o bem estar econômico e social das economias desenvolvidas, pois, mesmo que haja perda de lucro no país sede, provocada pela transferência da linha de produção para uma região de menor custo, esta é compensada por remessas de lucro, *royalties* e pagamento de direitos de marca. Por hora, boa parte do valor agregado dos produtos permanece no país sede (CANO, 2014, p. 5), portanto os maiores ganhos continuam a ser acrescidos às economias desenvolvidas. Importante notar um movimento espacial recente de retorno das

indústrias norte-americanas para o seu país de origem, impulsionado pelo aumento dos custos trabalhistas nos países da Ásia, pelo câmbio norte-americano mais favorável aos custos de produção e pela expectativa de barateamento dos custos energéticos dos Estados Unidos, que poderá ocorrer por meio da extração de gás de xisto (VIANA, 2014).

Tabela 2. Valor adicionado da indústria de transformação no Produto Interno Bruto em países selecionados

Participação da indústria de transformação no PIB (%)					
Países	1970	1980	1990	2000	2012
EUA	24,4	21,3	18,2	15,3	12,3
Alemanha	33,3	28,6	27,1	22,3	23,8
França	22,5	20,6	17,6	15,2	10,0
Inglaterra	27,5	21,7	19,2	15,6	10,0
Itália	26,6	28,0	22,5	20,0	15,5
Japão	33,1	26,0	25,0	20,5	18,7
Coréia do Sul	18,5	24,6	26,6	28,3	31,1
China	36,5	43,9	36,7	40,0	38,5
Índia	13,8	16,3	16,5	15,8	13,5
Argentina	35,7	29,4	26,5	17,5	19,5
Brasil	27,3	31,0	25,5	17,2	13,2
Chile	18,6	14,4	19,0	19,7	11,2
México	24,5	18,7	20,0	20,3	17,9

Fonte: CANO, 2014.

Conforme a tabela 2, podemos observar o movimento das taxas de participação do setor industrial no PIB em diversos países ao longo das décadas mais recentes. Verificamos queda de participação em todas as economias que se industrializaram previamente. A mesma tendência é observada nos países da América Latina e na Índia, enquanto as potências asiáticas mantêm elevadas taxas de industrialização. O setor industrial brasileiro sofreu duro declínio de participação no Produto Interno Bruto. O único país da América Latina que consegue proteger parte de sua indústria é o México. No entanto, o caso mexicano é peculiar, pois, de modo geral ocorre apenas a montagem do produto final em seu território, enquanto todas as peças e tecnologias são importadas de outros países. Este movimento ocorre graças à participação do país no NAFTA, acordo que tornou a entrada de produtos mexicanos

preferencial no mercado norte-americano.

Em suma, visão de longo prazo, planejamento e um Estado comprometido com seu papel de indutor do desenvolvimento nacional são conceitos que necessitam ser resgatados para amenizar os problemas vividos pelo setor industrial, e que, consequentemente, tem impacto na vida das sociedades latino-americanas. Os países periféricos tentaram romper as estruturas de dependência existentes no subdesenvolvimento por meio da construção de parques industriais. Na América Latina, os que obtiveram maior sucesso nessa jornada foram Argentina, México e, em maior escala, o Brasil. O surgimento da indústria brasileira é resultado de um esforço do país para atingir padrões de desenvolvimento superiores, com maior nível de renda e melhores indicadores sociais. Entretanto, o processo de industrialização vem enfrentando reveses custosos à medida que a crise da dívida externa na década de 1980 e a liberalização econômica da década de 1990 eliminaram a proteção ao setor industrial. São necessárias a consolidação e a retomada de políticas industriais que reforcem o papel da indústria no desenvolvimento nacional. Na atualidade, o Brasil sofre um processo de desindustrialização, decorrente de quatro fatores: dificuldades macroeconômicas, um cenário internacional desfavorável, novas regras do comércio internacional e políticas industriais ineficientes.

4.1 Dificuldades macroeconômicas

A estabilidade econômica alcançada pelo Plano Real foi obtida por meio de duas variáveis perversas para o setor industrial: uma taxa de câmbio valorizada e uma taxa de juros dos títulos públicos de alta rentabilidade (CANO, 2012, pp. 1-20). O câmbio flutuante valorizado faz que os produtos brasileiros não tenham competitividade suficiente frente aos artigos estrangeiros, nem quando exportados e, muitas vezes, nem quando comercializados no mercado interno. A desvalorização da moeda brasileira é um dilema, pois o dólar mais caro provoca pressão inflacionária. A inflação é um problema crônico da estrutura econômica brasileira e característico de seu subdesenvolvimento. Quando o preço de produtos estrangeiros sobe e a importação de maquinários fica mais cara, os investimentos do setor produtivo tornam-se mais difíceis, pois a maioria das tecnologias necessárias para a produção precisa ser adquirida no exterior.

Quanto à taxa de juros, sua alta rentabilidade provoca o estancamento do investimento em setores produtivos, pois o empresário, ao comparar a taxa de retorno do investimento

especulativo com a taxa de lucro de investimento em um setor produtivo, só realiza investimentos quando extremamente necessário, apenas para manter as portas das fábricas abertas (CANO, 2014, p. 16). Com o tempo, a falta de inovação faz que a empresa não cresça, não se desenvolva, perca produtividade e, perante qualquer contratempo, deixe facilmente de existir.

Há grandes dificuldades conjunturais para reformar o cenário macroeconômico atual, pois a manutenção da estabilidade econômica é atrelada por parte dos economistas a um "tripé econômico", formado por metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante. A alteração deste tripé causa inquietação no mercado financeiro e agitação midiática. Sendo assim, uma reforma deste cenário exige grande custo político.

4.2. Cenário internacional desfavorável

Como já dito, nos países desenvolvidos também ocorreu um processo de desindustrialização, caracterizado pela redução da participação da indústria no PIB. Os Estados Unidos, por exemplo, sentiram os efeitos da desindustrialização a partir do segundo choque do petróleo, em 1979. A elevação das taxas de juros valorizou o dólar e agravou a falta de competitividade da indústria americana, que já havia entrado em declínio devido à concorrência dos produtos fabricados no Japão, inclusive os de alta tecnologia.

Os Estados Unidos pressionaram os países a desvalorizar suas moedas frente ao dólar durante a Conferência de Plaza (22 de setembro de 1985), em especial o Japão, principal parceiro norte-americano e responsável por grande parte do déficit nas contas externas do país. O Japão cedeu às pressões, desvalorizou o *iene* e isso impactou fortemente a sua economia, que até hoje não demonstra sinais de recuperação. Dessa forma, a competitividade das exportações japonesas foi prejudicada. Esse episódio ficou conhecido como "bolha japonesa" (GILPIN, 2004, p. 308) e demonstra a importância do câmbio para as políticas industriais dos países, mesmo as que envolvem alta tecnologia e valor agregado.

Posteriormente, foi perceptível uma tendência econômica mundial em que a produção industrial foi transferida para alguns países subdesenvolvidos, com o objetivo de baratear os custos de produção. Em geral esse fluxo se dirigiu para os países asiáticos, especialmente a China. Este país também contribui para o processo de deterioração da indústria brasileira, pois suas manufaturas têm preços altamente competitivos e vêm substituindo os produtos brasileiros em diversos mercados, inclusive no próprio mercado interno. Portanto, o cenário

internacional é caracterizado por grandes empresas multinacionais que possuem alta tecnologia, larga capacidade de investimento, e que produzem com baixos custos. Sendo assim, o comércio internacional nunca foi tão competitivo, criando mais dificuldades para as exportações brasileiras (CANO, 2012, p. 1-20).

A desaceleração da economia mundial desde 2007 também é preocupante para a indústria brasileira. Com os principais países desenvolvidos praticamente estagnados e muitos outros em recessão, torna-se mais difícil exportar. Diante deste cenário, países como China e Estados Unidos passaram a desenvolver uma política comercial ainda mais agressiva para a conquista de mercados. Outro agravante são os problemas na economia da Argentina, um dos nossos principais parceiros comerciais e grande comprador de produtos manufaturados nacionais.

4.3. Regras comerciais internacionais

As dificuldades que a indústria brasileira vive hoje também estão relacionadas ao atrelamento do país as regras estabelecidas por organizações internacionais e que diminuem o espaço para criação de uma política de proteção da indústria nacional. Em 1988, os Estados Unidos acordaram sua primeira iniciativa de regionalização e integração econômica, por meio do Acordo de Livre Comércio (FTA) com o Canadá. Com a intenção de ter acesso privilegiado ao amplo mercado dos Estados Unidos, o México propôs a criação de um acordo entre os três países da América do Norte. A criação, em 1994, do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) consolidou as mudanças na política econômica norte-americana, voltada para a conquista de mercados por meio da quebra de barreiras tarifárias e não discriminação da nacionalidade de produtos. Após a assinatura do NAFTA, a perspectiva de abertura passou a abranger todo o hemisfério: os Estados Unidos propuseram então a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O Brasil era o país da América Latina que apresentava maiores barreiras contra importações de produtos e tinha a política industrial mais agressiva da região.

Apesar das negociações para a implantação da ALCA terem avançado e equipes técnicas terem sido estabelecidas, os países latino-americanos reduziram o ritmo acelerado com que a abertura econômica estava sendo feita no final da década de 1990. Parte desta desaceleração se deve aos resultados pífios que as políticas neoliberais tiveram no crescimento econômico do subcontinente. Outro motivo foi a resistência dos Estados Unidos

de reduzirem suas barreiras tarifárias. Desta forma, o objetivo do Brasil e dos demais países latino-americanos, de que suas exportações tivessem fácil acesso ao mercado estadunidense, não se concretizou.

Tais investidas de abertura econômica − queda de tarifas e retirada de mecanismos de proteção à indústria nacional – fizeram que os produtos nacionais perdessem competitividade frente aos artigos importados, o que foi ampliado pela entrada do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), a partir de 1994. De fato, a participação do Brasil na OMC reduziu a margem de manobra do país para desenvolver uma política de proteção à indústria nacional. Da mesma forma, a obrigatoriedade de estabelecer taxas alfandegárias em conjunto com os países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul) reduz a capacidade de elaboração de uma política nacional de comércio exterior ativa.

4.4. Políticas industriais ineficientes

O Brasil possui uma política industrial cuja margem de atuação foi limitada durante a abertura comercial dos anos 1980 e 1990. Em consequência, as medidas que hoje podem ser adotadas para proteger e fortalecer a indústria nacional não cumprem esse papel. Nos três últimos governos, dois de Luíz Inácio Lula da Silva e um de Dilma Rousseff, planos para a criação de uma infraestrutura logística que incrementasse a competitividade dos produtos nacionais foram feitos: os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, vários planos para aumentar a inovação, tais como o Plano Industrial, Tecnológico e de Comércio Exterior (PITCE), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), e o mais recente deles, o Plano Brasil Maior, foram elaborados.

Na primeira década do século XXI, a taxa de crescimento do PIB passou a se recuperar. O crescimento nesse período deveu-se ao aumento do consumo, com base na ampliação de programas sociais, na concessão de crédito ao consumidor e no aumento substancial do salário mínimo. O governo brasileiro realizou uma série de desonerações de setores específicos, sem quase nenhuma contrapartida dos beneficiados, e o investimento não foi retomado. O crédito foi concedido a empresas em larga escala, mas as taxas de investimento não alcançaram um patamar adequado, de cerca de 25%, oscilando em torno de 17%. Seguem-se pacotes que abarcam medidas pontuais e, por muitas vezes, de caráter provisório, que criam um cenário incerto para o capital privado.

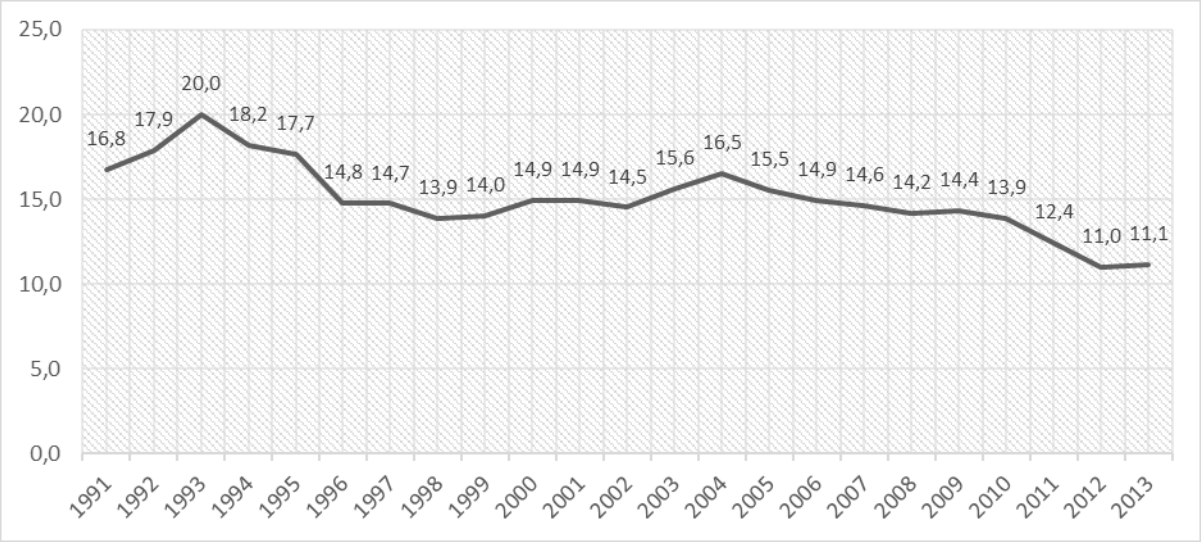
5. O DEBATE EM TORNO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Alguns autores defendem a tese de que a economia brasileira passou a sofrer de "doença holandesa", menção ao efeito de desindustrialização de uma economia devido à extração de recursos naturais. Desindustrialização difere de doença holandesa por ser mais abrangente, pois não necessariamente é causada pela exploração incessante de um recurso natural em abundância. O conceito clássico de desindustrialização pode ser definido como uma "redução contínua e generalizada da participação do emprego da indústria de transformação" (WASQUES; TRINTIN, 2012). O termo é utilizado também para se referir à relativa diminuição da participação do setor industrial no PIB de um país e suas possíveis causas, dentre elas a valorização do câmbio e a consequente queda de competitividade dos produtos industrializados.

No caso do Brasil, ambos os efeitos podem ser observados. Bresser-Pereira e Marconi (2010) constataram que o Brasil está em um processo de desindustrialização, em decorrência da apreciação da taxa de câmbio ocasionada pelo aumento das exportações, do acréscimo da participação de produtos primários e da diminuição de produtos manufaturados na pauta exportadora. Por fim, o setor de alta tecnologia da indústria não avança (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2010, p. 17-18).

Por outro lado, existe uma corrente que refuta a ideia de desindustrialização da economia brasileira. É o caso de Ricupero (2008) e Squeff (2011), que apontam indicadores relativos ao setor externo como produção, emprego e produtividade para defender a tese de que não podemos apontar a desindustrialização apenas olhando para a queda da participação de manufaturados nas exportações ou para a participação industrial no PIB (SQUEFF, 2011, p. 1). A queda da participação do setor industrial foi bastante acentuada, e pode ser observada na tabela 2 e no gráfico 1.

Gráfico 1. Participação da indústria de transformação no PIB nacional (1991-2013)



Fonte: CEPAL, 2014.

Observando o gráfico 1, é possível perceber uma forte tendência de redução da indústria no PIB brasileiro, a despeito dos planos para recuperação do setor. As oscilações momentâneas podem estar associadas à implantação desses planos ou às pequenas melhoras no cenário externo. Entretanto, a tendência de queda persiste. Isso se deve ao fato de a desindustrialização estar associada a diversos fatores estruturais da economia brasileira, já explicitados anteriormente.

Há também autores que defendem a desindustrialização parcial ou de forma setorial, caso de Feijó *et al* (2005). Outra corrente defende a tese de que a desindustrialização no Brasil seria normal ou positiva, como são os casos de Nassif (2008), Bonelli e Pessoa (2010), que observam o aumento da participação do setor de serviços, tal como ocorreu em países desenvolvidos (SQUEFF, 2011, pp. 5-6).

Constata-se que uma moeda forte pode representar um entrave para a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional e esse efeito, chamado de "doença holandesa", pôde ser percebido nos últimos anos, com o aumento da participação dos produtos primários na pauta exportadora brasileira. A esse respeito, podemos relacionar a baixa competitividade dos produtos manufaturados brasileiros com a abertura econômica ocorrida nas décadas de 1980 e 1990. Estes decênios foram cruciais para a formação do cenário de desindustrialização atual, com a privatização de áreas estratégicas e a continuidade das taxas de investimento dos setores público e privado em um patamar baixo, apesar do recente aumento desses números, além das exportações de *commodities* para a China. Caso a exploração de petróleo torne o câmbio ainda mais desfavorável, o processo de

desindustrialização tende a se acelerar, como observam Bresser-Pereira e Marconi (2010), ao inserir o conceito de doença holandesa na economia brasileira:

> Apesar de a doença holandesa que afeta a economia brasileira ser menos intensa ou menos grave do que a observada em países cuja produção é especializada em uma ou poucas *commodities* que geram expressivas rendas ricardianas, suas consequências em termos de lenta desindustrialização são preocupantes. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2010, p. 1).

Bresser e Marconi não consideram no texto o grande montante de divisas a que o pré-sal pode dar origem. Não podemos esquecer, porém, que a fonte de tal otimismo diante da exploração de petróleo pode ser um fator fundamental para frustrar a expectativa de superação do subdesenvolvimento, provocando a desindustrialização e impedindo a necessária acumulação tardia de capital. BRESSER (2008) comentou sobre essa possibilidade em texto publicado no jornal *Folha de São Paulo*:

> No debate sobre o pré-sal, o problema fundamental que a sociedade brasileira enfrenta é o de capturar e depois usar bem as rendas ricardianas do petróleo. Por isso, o governo iniciou o debate do problema; por isso, entende que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) não é uma verdadeira agência reguladora (não tem preços monopolistas a definir como se mercado houvesse), mas uma agência executiva a quem cabe executar a política do governo (nos países desenvolvidos, as agências de petróleo são sempre executivas); por isso, está estudando a conveniência da criação de uma empresa 100% estatal para ser proprietária das reservas de petróleo e agir como instrumento adicional do governo na partilha das rendas (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 1).

O cenário atual exige uma reflexão sobre que rumos o país pretende tomar para o seu processo de desenvolvimento. Na atualidade, as expectativas de crescimento econômico e recuperação da indústria de transformação brasileira giram em torno da perspectiva de exploração de um grande potencial econômico nas próximas décadas: a descoberta do pré-sal.

6. COMO A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO ACENTUARIA O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Nesta parte discutiremos a hipótese de que a exploração de petróleo no litoral brasileiro poderá agravar o processo de desindustrialização que o Brasil atravessa nas últimas décadas. Primeiramente, será debatido o impacto da exploração de recursos naturais para o desenvolvimento. Em seguida, será abordada a importância e expectativas político-econômicas que norteiam a exploração da camada de pré-sal. Por fim, abordaremos o pré-sal como instrumento necessário para o desenvolvimento nacional.

6.1. Existe uma maldição de recursos naturais?

O Brasil possui o privilégio de deter abundância de recursos naturais demandados nacional e internacionalmente. Entretanto, existe na literatura uma corrente teórica que afirma a existência de uma "maldição dos recursos naturais". Segundo esta corrente, os países com abundância de recursos naturais tenderiam a apresentar baixas taxas de crescimento econômico e estas sempre estariam associadas à volatilidade dos preços no mercado externo. A literatura citada emergiu na década de 1990 com Sachs e Warner (1995), e sustenta exemplos históricos como Venezuela, Botsuana, Nigéria, e mais comumente, a Holanda, para comprovação de que estes recursos são uma "maldição".

No caso da Holanda, país que originou o termo "doença holandesa", verificou-se que a descoberta de substanciais reservas de gás natural no Mar do Norte proporcionou uma grande elevação das receitas para o país, mas, consequentemente, também provocou a valorização da taxa de câmbio, o que retirou a competitividade dos produtos manufaturados holandeses e estimulou a homogeneização da pauta exportadora: em outras palavras, a desindustrialização do país. A valorização cambial elevou os custos de produção, os produtos perderam competitividade, enquanto a exploração do gás natural, mesmo também tendo sido impactada pelo câmbio valorizado, continuou vantajosa devido à crescente demanda e ao aumento dos preços no mercado internacional. O que ocorreu com a economia holandesa fez que muitos estudiosos relacionassem a exploração de recursos naturais a uma especialização econômica que prejudica a dinâmica dos diversos setores da economia, especialmente do setor da indústria de transformação (NASSIF, 2008, p. 75).

Segundo Barbi & Silva (2008, p. 260), a Noruega se tornou exemplo internacional ao conseguir neutralizar os efeitos da doença holandesa durante a exploração de suas reservas de petróleo. O país adotou a seguintes medidas: 1) quitou sua dívida externa para que sua vulnerabilidade no cenário internacional fosse reduzida; 2) criou um Fundo Soberano no exterior: o capital do Fundo seria utilizado como política contra-cíclica, pois em períodos de queda no preço do petróleo o governo utilizaria o dinheiro resguardado para fazer investimentos na economia; 3) desenvolveu uma política de *spillover*[2] tecnológico, para que os ganhos fossem espelhados para outros segmentos econômicos, o que incentiva a

[2] BARBI & SILVA (2008, p. 260) empregam o termo *spillover* referindo-se a um efeito de "espelhamento tecnológico": a ênfase no desenvolvimento de conhecimento local, com a criação de centros de pesquisa e formação de mão de obra especializada traria benefícios para outros setores da economia.

dinamização da economia; 4) deu prioridade ao desenvolvimento de conhecimento local com a criação de centros de pesquisa e formação de capital humano altamente capacitado; e 5) canalizou parte dos recursos oriundos das exportações para a educação de excelência, que abrange ensino, pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Além de a política industrial dar ênfase ao progresso técnico e à geração de conhecimento e de capital humano, o governo fez grande esforço para manter a pauta de exportações diversificada.

Outro comportamento observado nas economias sujeitas à doença holandesa diz respeito ao nível de renda das nações que exportam apenas produtos primários. Segundo CRUZ & RIBEIRO (2009, p. 9), os países árabes são possuidores de grandes reservas de petróleo. Entretanto, não possuem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, e o crescimento econômico está continuamente abaixo da média mundial, o que alicerça a correlação entre baixo crescimento e abundância de recursos naturais. Ao não desenvolverem o setor industrial, estes países têm baixos níveis de renda *per capita*, pois existe forte correlação entre a participação da indústria no PIB e o nível de renda alcançado pela população (NASSIF, 2008, p. 75). Essas afirmações podem ser contestadas por meio da Tabela 3, que reúne os países membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e compara suas taxas de IDH.

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP)

Países da OPEP	(2014) Reservas de Petróleo (bilhões de barris)	(2014) IDH	Nível de IDH	(2014) Ranking de IDH
Venezuela	298,4	0,764	Alto	67
Arábia Saudita	265,8	0,836	Muito Alto	34
Irã	157,8	0,749	Alto	75
Iraque	144,2	0,642	Médio	120
Kuwait	101,5	0,814	Muito Alto	46
Emirados Árabes	97,8	0,827	Muito Alto	40
Líbia	48,4	0,784	Alto	55
Nigéria	37,1	0,504	Baixo	152
Qatar	25,2	0,851	Muito Alto	31
Argélia	12,2	0,717	Alto	93
Angola	9	0,526	Baixo	149
Equador	8,8	0,711	Alto	98

Fontes: OPEP, 2014.

Observando a tabela 3, poderíamos afirmar que os países com maiores reservas possuem IDH superior àqueles com reservas menores. Todavia, esta afirmação seria injusta por apenas abranger uma pequena amostra de dados e por ignorar o percurso histórico de cada país membro da OPEP. O que pretendo mostrar é que não existe correlação direta entre IDH e reservas de recursos naturais. O que deve ser considerado é como a renda gerada por estes recursos foi utilizada para a indução do desenvolvimento de cada país.

Retornando a análise da discussão acadêmica sobre os diversos efeitos que atingem as economias com recursos naturais abundantes, podemos citar Van Der Ploeg (2007), que identifica os seguintes efeitos nestas economias: 1) redução das taxas de investimento em relação ao PIB, que mede as riquezas produzidas no país durante um período determinado; 2) aumento da percepção de corrupção, baseado em índice que compara 55 países; 3) redução de incentivos à educação, referente ao conhecimento acumulado pela força de trabalho em uma economia e que tem impacto direto na produtividade; e 4) instabilidade macroeconômica, que impede um crescimento sustentado no longo prazo e, consequentemente, o desenvolvimento do país. Da mesma forma, Stinjns (2005) e Corden (1984) identificaram a desindustrialização

das economias dependentes da extração de recursos naturais, que ocorre quando as receitas da exploração de recursos afetam a taxa de câmbio, reduzindo a competitividade das exportações e o dinamismo da economia (CRUZ; RIBEIRO, 2009, p. 12).

A corrente teórica apresentada, que defende a tese de "maldição dos recursos naturais" é passível de diversas críticas. De início, os casos de Islândia, Canadá, Noruega, Estados Unidos e Austrália, países que possuem recursos naturais abundantes e também apresentam renda alta, nos mostram que a "maldição" não recai sobre todas as nações detentoras desses recursos. Outra observação é a falta de correlação entre estoque de recursos naturais e qualidade das instituições, o que mostra que a acusação de corrupção crônica é, no mínimo, questionável. Assim, é possível perceber que o Estado, suas instituições e seus atores tomadores de decisão são responsáveis pelo desenvolvimento e pelo crescimento econômico a partir dos recursos naturais disponíveis (CRUZ; RIBEIRO, 2009, pp. 15-16).

As exceções à "maldição dos recursos naturais" citadas são casos de países industrializados. Dessa forma, observa-se que a extração de recursos naturais não prejudica a economia, apesar de possíveis obstáculos que possam ser gerados com a elevação da taxa de câmbio. Ao contrário, a ausência de um parque industrial dinamizador, impede o desenvolvimento econômico e a elevação da renda da população.

6.2. As perspectivas político-econômicas para o petróleo

A descoberta de hidrocarbonetos no litoral brasileiro, em uma faixa que se estende de Santa Catarina ao Espírito Santo, e cuja existência era discutida desde a década de 1970, gerou expectativas de entrada de grande volume de divisas, tanto pela exploração por parte da Petrobras, quanto pelos *royalties* a serem pagos ao setor público em virtude da exploração por parte de outras empresas. A projeção é de que o Brasil tenha uma das maiores reservas petrolíferas do mundo, dado que ainda depende da comprovação da real quantidade de óleo explorável na camada de pré-sal. Em recente relatório apresentado pela Agência Internacional de Energia (AIE, 2013, p. 8), o Brasil foi apontado como a região do globo com o maior potencial de agregar à produção mundial de petróleo no período 2013-2025, acima das projeções demarcadas para o Oriente Médio.

Os países que possuem condições energéticas favoráveis têm uma vantagem comparativa em relação aos que possuem *déficit* na geração de energia. O exemplo mais notório é a *"capacidade de coerção energética"* (SÉBILLE-LÓPEZ, 2006, p. 14) que os

países adquirem no sistema internacional. Para exemplificar a ação de coerção energética, podemos recordar a atuação dos países membros da OPEP, que passaram a pressionar os Estados Unidos, o maior consumidor de petróleo do mundo, controlam preços e provocam crises e instabilidade de preços de acordo com a conjuntura internacional. A demanda por petróleo nos Estados Unidos segue a aumentar e mudanças nesse quadro não são previstas, pois o alto padrão de consumo faz parte do a*merican way of life* (WEID, 2009, p.135). Portanto a coerção energética também será uma prática possível ao Brasil como instrumento de sua política externa para consolidação de seus interesses.

Não apenas os Estados Unidos, mas grande parte das sociedades atuais são extremamente dependentes das fontes de energias fósseis (SÉBILLE-LÓPEZ, 2006, p. 36). Dados da Agência Internacional de Energia (AIE) (SIMÕES, 2007, p. 139) apontam que 96% dos veículos de transporte no mundo dependem do petróleo e, em 2030, a soma de hidrocarbonetos e carvão atingirá 89% da matriz energética mundial. A esse respeito, Ferreira Simões observou que "a divisão dos recursos energéticos não acompanha o grau de desenvolvimento das economias. Assim, as regiões mais ricas são, em geral, carentes de recursos energéticos, que são buscados nas áreas mais pobres" (SIMÕES, 2007, p. 139).

A Ásia ultrapassou os Estados Unidos em consumo energético em 2003 (SIMÕES, 2007, p. 145) e, desde então, a demanda asiática por energia é o principal fator de pressão dos preços do petróleo no mercado internacional. Com o crescimento de países do Terceiro Mundo, como China e Índia (AIE, 2013, p.3), a demanda por petróleo se torna ainda maior, o que, combinado à instabilidade político-econômica do Oriente Médio, pressiona o preço do barril de petróleo.

6.3. A instrumentalização do petróleo como ferramenta para o desenvolvimento

A história do petróleo no Brasil começou a partir da decisão do Presidente Getúlio Vargas, que criou a Petrobras em 1953, como resposta à campanha popular "O Petróleo É Nosso". O resultado da campanha foi a concessão à Petrobras do monopólio da exploração de petróleo no Brasil, monopólio revogado posteriormente na década de 1990, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

O técnico norte-americano Walter Link, chegou a produzir uma série de quatro relatórios, publicados entre 1960 e 1961, em que decretava a baixa capacidade do Brasil no setor petrolífero e que o país nunca seria autossuficiente em petróleo (DIAS; GUAGLINO, 1993, pp. 76-113). Todavia, desde então, a Petrobras desenvolveu diversas tecnologias, com

destaque para o aparato tecnológico para a exploração em águas profundas e, em 2006, durante o governo Lula da Silva, o Brasil se tornou autossuficiente em petróleo. Posteriormente, as descobertas de petróleo no pré-sal alteraram totalmente as perspectivas brasileiras, tornando o país aspirante a grande exportador de mais este recurso natural.

Ao pensarmos na trajetória econômica do Brasil durante o século XX, com grande esforço voltado para o desenvolvimento industrial, qual poderia ser o impacto na estrutura da economia caso o país se torne um dos maiores exportadores de petróleo do mundo? É quase unânime a aceitação desta ideia com grande otimismo. A exploração de petróleo é tida como positiva, mas ressalvas importantes devem ser feitas a respeito do modo pelo qual a exploração deverá acontecer.

A questão é que podemos encarar positivamente os recursos que a exploração de petróleo pode proporcionar ao Brasil. Entretanto, devemos atentar para as possíveis transformações decorrentes: o fortalecimento da moeda nacional frente ao dólar e o aumento da vulnerabilidade e da dependência econômica em relação ao preço do barril. Os preços do petróleo são sujeitos a especulação internacional e a tendência é de que sejam cada vez mais altos, já que a produção mundial alcançará seu pico em breve e a descoberta de reservas significativas, como as dos países do Oriente Médio, não são notícias recorrentes (RIFKIN, 2003, p. 5). Especialistas divergem sobre quando isso ocorrerá, mas mesmo os mais otimistas não apostam mais longe que 2020. Após este pico, a produção deverá entrar em declínio e a economia mundial passará por uma crise que desestabilizará as bases até então conhecidas, e uma alternativa energética que substitua o petróleo será necessária.

A ascensão dos preços prevista para as próximas décadas é uma boa notícia para a economia brasileira. Entretanto, devemos seguir com a discussão das condições macroeconômicas que a entrada dessas divisas poderá gerar, pois em um cenário com maior valorização da moeda, o processo de desindustrialização ou doença holandesa tende a se intensificar.

O Brasil necessita desenvolver uma política industrial que deixe de fazer ajustes pontuais e passe a incentivar a criação, o desenvolvimento e a integração de cadeias produtivas. Essa nova política industrial precisa gerar uma base tecnológica e de inovação, que consiga externalizar seus ganhos para outros setores produtivos, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento em diversos segmentos econômicos. O país já possui uma cadeia produtiva de exploração de petróleo articulada nacionalmente e associada a sistemas logísticos e de transporte (BARBI & SILVA, 2008, p. 256). Portanto, já possuímos a base

necessária para processar o petróleo do pré-sal, mas é preciso ir além e agregar valor aos recursos extraídos, criando as condições necessárias para a produção de derivados.

Um dos derivados, o óleo combustível, seria de extrema importância para os custos logísticos nacionais. Tendo em vista que a logística brasileira é altamente dependente do transporte rodoviário e que o Brasil atualmente importa grande parte dos combustíveis que consome, a queda nos preços poderia significar a redução nos custos de transporte e ganhos de competitividade para os produtos brasileiros. O volume de investimentos demandados pela exploração na camada de pré-sal pode contribuir para o desenvolvimento de novas tecnologias de ponta. No passado, o Brasil viu esvanecerem, por conta da ríspida abertura comercial, diversos de seus setores de alta tecnologia. O pré-sal é uma oportunidade de retomar a produção tecnológica nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, podemos concluir que a desindustrialização brasileira ocorre por questões externas e internas. No fim da década de 1970, os Estados Unidos elevaram as taxas de juros e provocaram crise em todos os países endividados, especialmente os do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil. Desde então, desencadeou-se um fenômeno de liberalização da economia mundial. Quando a conjuntura internacional forçou a entrada da economia brasileira em um abismo que ficou conhecido como “década perdida” (1980), a solução encontrada foi a adoção de um receituário econômico perverso. Dentre as medidas, encontrava-se a desregulamentação comercial, com a quebra de mecanismos de proteção que blindavam os produtos nacionais da concorrência direta com produtos importados. O descontrole inflacionário e a aplicação do Plano Real foram fatores que contribuíram para a queda da competitividade de que a indústria brasileira dispunha, pois as altas taxas de juros passaram a inibir o investimento produtivo, tornando o investimento especulativo no mercado financeiro de maior retorno imediato. As mudanças na cadeia produtiva global também foram cruciais para a queda da competitividade dos produtos nacionais, pois o capital produtivo se deslocou para diversos cantos do globo, com uma migração maciça em busca de redução dos custos de produção, encontrando seu refúgio no leste asiático, em especial a China. As referidas mudanças contribuíram de forma relevante para o aprofundamento do processo de desindustrialização, contudo, é importante frisar que “boa parte da desindustrialização brasileira antecede o efeito China” (FIESP, 2013, p. 15).

O governo brasileiro adotou, em diversas ocasiões, políticas econômicas de incentivo à indústria instalada, mas estas não obtiveram o resultado esperado. Apesar disso, vem procurando adotar medidas que neutralizem os efeitos da desindustrialização brasileira. O investimento em grandes projetos de infraestrutura é parte deste esforço, e já mostra resultados, como o renascimento da indústria naval, que havia praticamente falido no final do século passado, e que hoje emprega cerca de 80 mil trabalhadores.

A Política de Conteúdo Nacional adotada pela Petrobras pretende ter o mesmo efeito sobre a economia. Ao exigir que no mínimo 60% dos equipamentos utilizados na exploração do pré-sal sejam de origem nacional, o governo força a instalação não apenas dos setores primários de extração de óleo, mas também de uma indústria do petróleo dinâmica, com aplicação de tecnologias avançadas e grande geradora de empregos (ROUSSEFF, 2014). Ao que parece, há diversos cuidados para que a exploração de petróleo na camada de pré-sal não se torne indutora da desindustrialização, e de uma possível doença holandesa. Dentre os acertos estão a exigência de conteúdo nacional, a criação de um Fundo Social, a destinação dos *royalties* para investimento social – 75% das receitas serão obrigatoriamente utilizadas para investimento em educação e 25% para a saúde –, além da distribuição regional dos recursos, que não ficarão apenas nos estados envolvidos na exploração.

Podemos admitir que, ao continuar nesta trajetória, há grandes chances de aparecimento de uma longa cadeia produtiva de indústrias pesadas. Assim como ocorreu nos Estados Unidos na segunda parte do século XIX, onde a construção de ferrovias e a indústria de petróleo permitiram uma mudança qualitativa na infraestrutura do país, não apenas ligando os Oceanos Atlântico e Pacífico, mas criando bases industriais durante o processo (HAGE, 2014, p. 28).

Se nos países desenvolvidos o processo de instalação da indústria de transformação foi financiado pelo capital proveniente da agricultura, o Brasil poderia repetir a fórmula e utilizar o crescimento das exportações de produtos agrícolas para alavancar os investimentos no setor industrial. Não apenas a agricultura poderia contribuir, mas todas as receitas provenientes da exportação de produtos de baixo valor agregado, inclusive aquelas oriundas da exportação de petróleo da camada de pré-sal. A realocação de recursos de setores primários para o industrial seria a inversão da doença holandesa. Isto foi observado, em circunstâncias diferentes, por RICUPERO (2008, p. 74), que explica que o termo industrialização pode ser entendido como a realocação de recursos do setor industrial para setores primários ou de indústria tradicional e, por outro lado, pode se referir à especialização da economia em produtos primários ou em

produtos industrializados que fazem uso intensivo de recursos naturais.

O desenvolvimento e a expansão econômica do Brasil poderão ser vigorosos, caso a exploração de petróleo na camada de pré-sal venha a ser aliada a investimentos em infraestrutura e à reativação das cadeias produtivas nacionais, primeiramente, investimentos em inovação tecnológica, não apenas por parte da Petrobras e das empresas envolvidas no processo de extração e refino, mas essencialmente por meio da utilização das receitas do pré-sal para financiamento de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento.

A questão fundamental é compreender que as rendas provenientes do pré-sal devem ser capturadas para o bem social comum, para a melhoria das condições da sociedade brasileira e superação das mazelas que há séculos castigam o país. Em síntese, a probabilidade de uma doença holandesa causada pela exploração de petróleo é baixa. Contudo, persiste a problemática de desindustrialização movida por diversos fatores expostos ao longo deste artigo.

Referências

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA. **World energy outlook 2013**. 2013. Disponível em: <http://www.worldenergyoutlook.org/publications/weo-2013/>, acesso em: 26 de maio de 2014.

BARBI, Fernando; SILVA, Ana Lúcia. O petróleo do pré-Sal: os desafios e as possibilidades de uma nova política industrial no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate,** São Paulo, v. 19, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três fontes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade,** Campinas, V. 21, Número Especial, p. 729-747, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. Rendas e lucros do pré-Sal. **Folha de S. Paulo**, 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0809200806.htm>, acesso em 26 de maio de 2014.

_____. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, pp. 47-71, 2008.

CANO, Wilson. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. **Revista Tempo do Mundo**, 2010, pp. 7-40. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1813&tp=a> acesso em: 1 de julho de 2014.

_____. **A desindustrialização no Brasil** (Texto para discussão nº 200). Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2012. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3183&tp=a>, acesso em: 1 de julho de 2014.

_____. (Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento. **2º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado**. Campinas, 2014.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UNB, p. 427-454, 2010.

CEPAL. Estimaciones propias con base en fuentes oficiales. 2014. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp>, acesso em: 26 de outubro de 2014.

CRUZ, Bruno de Oliveira. RIBEIRO, Márcio Bruno. **Sobre maldições e bençãos:** É possível gerir recursos naturais de forma sustentável? Uma análise sobre os royalties e as compensações financeiras do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pp. 9-21. 2009.

DECOMTEC/FIESP, 2013. **Por que reindustrializar o Brasil?** Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/por-que-reindustrializar-o-brasil/>, acesso em: 13 de outubro de 2014.

DIAS, José Luciano de Mattos; GUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil:** uma história da PETROBRAS. Rio de Janeiro: CPDOC/PETROBRAS, 1993, 211p.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 219-256, 2011.

FURTADO, Celso. **Brasil:** a construção interrompida. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GILPIN, Robert. **O desafio do capitalismo global: a economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

HAGE, José Alexandre. Economia e geopolítica: industrialização como fator de poder no terceiro mundo. **Boletim Meridiano,** vol. 47, n. 143, pp. 28-34, 2014.

LANDES, David. **Prometeu desacorrentado:** transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até os dias de hoje. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

NASSIF, André. Há evidências da desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, pp. 72-96, 2008.

OPEP. **OPEC Statistical Annual Bulletin.** 2014. Disponível em: <www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/.../ASB2014.pdf>, acesso em: 1 nov. de 2014.

ONU. Per capita GDP at current prices. **United Nations Data**. 2013. Disponível em: <http://data.un.org/>, acesso em: 25 de outubro de 2014.

_____. Human Development Index and its components, 2014. **United Nations Data**. Disponível em: <http://data.un.org/> Acesso em: 1 de novembro de 2014.

ROUSSEFF, 2014. **Discurso da Presidenta da República**, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva à viagem inaugural do navio Dragão do Mar e batismo do navio Henrique Dias no Estaleiro Atlântico Sul - Ipojuca/PE. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-alusiva-a-viagem-inaugural-do-navio-dragao-do-mar-e-batismo-do-navio-henrique-dias-no-estaleiro-atlantico-sul>, acesso em: 01 de novembro de 2014.

RIFKIN, Jeremy. **A economia do hidrogênio**. São Paulo: Editora M. Books do Brasil, 2003.

RICUPERO, Rubens. Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil? **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2014. (disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1604>, acesso em: 1 de novembro de 2014).

SÉBILLE-LÓPEZ, Philippe. **Geopolíticas do petróleo**. Paris: Editora Instituto Piaget, 2006, p. 9-36.

SIMÕES, Antônio José Ferreira. **Petróleo, gás natural e biocombustíveis**: desafio estratégico no mundo e no Brasil. Brasília: Funag, 2007, pp. 139-165.

SQUEFF, Gabriel Coelho. Controvérsias sobre a desindustrialização no Brasil. **IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. Rio de Janeiro, 2011.

UNCTAD. **La acumulación de capital, el desarollo económico y el cambio estructural**. UNCTAD-ONU: Nova Iorque, 2003.

VIANA, Diego. Reindustrialização dos EUA já impacta a América Latina**. Valor Econômico,** Internacional, São Paulo, 15 mai. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/3546204/reindustrializacao-dos-eua-ja-impacta-america-latina>, acesso em: 1 de novembro de 2014.

WASQUES, Renato; TRINTIN, Jaime. Uma análise do desempenho da indústria de transformação brasileira na década de 1990: ocorreu um processo de desindustrialização? **XL Encontro Nacional de Economia**, 2012.

WEID, Jean Marc von der. **Agrocombustíveis**: solução ou problema? São Paulo: Senac, 2009, pp.100-139.

Trajetória de enriquecimento das elites na segunda metade do século XIX: O Arraial da Lage, 1862-1871

Amanda Cardoso Reis
Graduanda em História, CAHIS – UFSJ
E-mail: mandinhacreis@hotmail.com
Seção temática: História Econômica

Resumo:

Este artigo pretende analisar as estratégias de enriquecimento das elites escravistas no Arraial da Lage na segunda metade do século XIX no processo de construção de táticas para reforçar os laços financeiros e políticos criados pelos mesmos em Minas Gerais. Assim, buscamos compreender as estratégias econômicas e sociais traçadas por esses homens na comarca do Rio das Mortes, visando à construção de riquezas e prestígio na sociedade do período.
Palavras-chave: Riqueza, elite, poder, prestígio, estratégias.

Abstract:

This article aims to analyze the enrichment strategies of slaveholding elites in Arraial da Lage in the second half of the nineteenth century in the tactics of the construction process to strengthen the financial and political ties created by them in Minas Gerais. Thus, we seek to understand the economic and social strategies outlined by these men in the district of Rio das Mortes, in order to build wealth and prestige in the period of society. Keywords: Wealth , elite, power, prestige , strategies .

Trajetória de enriquecimento das elites na segunda metade do século XIX: O Arraial da Lage, 1862-1871

Amanda Cardoso Reis
Graduanda em História, CAHIS – UFSJ
E-mail: mandinhacreis@hotmail.com
Seção temática: História Econômica

Introdução: Objeto e fontes de pesquisa

O objetivo deste artigo é o estudo dos processos de enriquecimento e das relações de poder e prestígio da elite escravista no Arraial da Lage, hoje Resende Costa – MG, na segunda metade do século XIX. Com esse estudo buscamos compreender as estratégias econômicas e sociais traçadas por essa elite e sua família no interior da Comarca do Rio das Mortes, visando à reprodução da riqueza e das relações de poder e dominação neste espaço. Portanto esse objeto se justifica, pois ao estudar o comportamento social e econômico dessa elite rural, com produção agrária e pastoril voltada para o mercado interno, podemos observar à dinâmica e o volume da atividade agrária e seus reflexos nos centro urbanos, as estratégias tecidas para manter as posições sociais, bem como o processo de formação e afirmação desse grupo social entre os pares e, sobretudo, perante os subalternos.

Nesse sentido, o artigo pretende analisar as relações econômicas e sociais locais criadas pelos homens abastados a partir da consolidação da fortuna e da diversidade de atividades envoltas nesse processo, considerando que no período estudado os membros da elite ganhavam notoriedade também pela participação de cargos públicos e/ou religiosos. É importante ressaltar que essa pesquisa se encontra em fase inicial e, portanto apresenta poucas respostas para o problema proposto.

Para realização do estudo em questão, utilizaremos os registros cartoriais de compra e venda para o período de 1862 a 1871, que se encontram sob a posse do Cartório de Oficio do segundo tabelionato de notas de Resende Costa e os inventários *post-mortem* que se encontram sob posse do Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del- Rei. A utilização desses documentos permite entender as relações comerciais e sua dinâmica e assim o desenvolvimento e o processo de construção e consolidação das fortunas. Este estudo é uma tentativa de compreender o processo de formação das elites e os caminhos utilizados para o enriquecimento, manutenção da riqueza e a busca por prestígio. É importante ressaltar que a região tinha forte apego a escravidão, apresentando elevados índices de mão de obra cativa na composição da força de trabalho nas fazendas. Segundo Maria Lúcia R. C. Teixeira,

desde os anos finais do século XVIII e primeira metade da centúria seguinte, o distrito possuía índices de mão de obra cativa superiores aos de homens livres. Em 1835, "o Distrito da Lage apresentava 958 escravos contra 682 homens livres" (TEIXEIRA, 2006, p. 37).

Para a realização desse estudo serão utilizados registros de transferência de propriedades - compra e venda - como fazendas, escravos, terras de cultura, casas no Arraial da Lage entre tantos outros bens móveis e imóveis que perpassam o meio rural e urbano no distrito. A documentação em questão se encontra sob posse particular sendo permitida sua pesquisa e consulta, além de estarem em bom estado de conservação. O primeiro livro datado na Lage corresponde ao ano de 1862, e faremos uma análise até o livro do ano de 1871. Levando em consideração as transformações porque passou Brasil nesse período, a escolha desse recorte historiográfico para os estudos em questão, nos possibilita conhecer as estratégias da elite do interior de Minas Gerais para burlar a crise do escravismo brasileiro. Nesse contexto se faz necessário o estudo do comportamento das elites, ao que se refere ao processo de abolição da escravatura e as possíveis tentativas de manipulação política nesse jogo pela afirmação de poder e prestígio. Para esse estudo será utilizado registro de transferências de propriedade como fazendas, terras, escravos etc. Essa documentação tem início no ano de 1862, mais precisamente em 24 de maio de 1862 com a escritura de compra, venda e paga quitação a Dona Francisca de Paula dos Reis dos bens que lhe serão transferidos devido ao falecimento do esposo o Capitão André Esteves dos Santos. O livro de 1871 se encerra com a escritura de troca e paga quitação de terras de Antônio Gonçalves da Costa Maia no valor de 350$00 com Joaquim da Costa Maia, Joaquim Ferreira Maia e Manuel Ferreira.

O artigo se divide em três subtítulos onde se tenta esclarecer melhor o problema proposto e as estratégias de enriquecimento das elites na segunda metade do século XIX. No primeiro subtítulo será realizado um estudo sobre as estratégias de enriquecimento das elites mineiras e sua composição, seu objetivo consiste em apontar o relevante papel dessas elites na sociedade no cenário regional da segunda metade do século XIX. No segundo subtítulo faremos uma análise do Distrito da Lage, do alto percentual de cativos que compunham essa região e ao forte apego à escravidão na Lage. Concluindo nosso estudo apresentaremos a produção da riqueza e suas estratégias na Lage, utilizando-se dos registros cartoriais de compra, venda e paga quitação do período entre 1862-1871 e dos inventários *post-mortem.*

Elites Mineiras e suas estratégias de enriquecimento

A história das Minas Gerais foi tecida pelos braços de mineradores. A diversidade de Minas pode ser observada pelo processo de mineração aurífera e as busca por pedras preciosas, utilizando-se da mão de obra escrava nessas atividades do século XVIII, pode-se também construir essa diversidade pelo trabalho de ferreiros, sapateiros, comerciantes de secos e molhados, negras de tabuleiro etc. Podemos compreender melhor esses fatos no trabalho de TEIXEIRA (2006, p.13) que nos mostra que a diversidade de Minas Gerais emerge desde muito cedo, fornecendo alimentos para a Praça do Rio de Janeiro, dando força ao mercado. A autora também se refere à diversidade de cores e origens, no sentido de ofuscar as distinções entre livres, libertos e escravos, ela ainda sugere que "a elite branca não passa de uma diminuta ilhota perdida

em meio a um mar de negritude ou, em termos politicamente corretos, de afro-descendência.”

Referente ainda a Minas Gerais, ANDRADE (2014, p.23) analisando a emancipação das vilas e as elites da primeira metade do século XIX escrevendo que “a comarca do Rio das Mortes, já em fins do século XVIII o desenvolvimento demográfico e econômico era bastante acentuado, tanto pelas estimativas populacionais, quanto pela emancipação de algumas vilas”. Podemos observar que Minas Gerais passou por profundas transformações culturais e sociais. Em meio a essas transformações observamos grupos de homens abastados identificados como elite.

> A consolidação e a ascensão das famílias aqui analisadas se deram por meio de estratégias diversas, que envolveram desde os relacionamentos consanguíneos até a constituição de alianças estratégicas fora da parentela e a ocupação de cargos administrativos, eclesiásticos e políticos, só para citar como exemplo.[1]

Podemos afirmar que as elites se compunham de grupos minoritários e que ocupavam certa hierarquia social, devido a sua origem social, méritos, riqueza e diversas alianças. Para HEINZ (2006) o “poder” das elites impor-se-ia por si próprio e esse grupo era conhecido como os homens que possuíam privilégios e eram influentes. “Seriam homens que ocupariam posições-chaves em uma sociedade que dispõe de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros.” A apropriação de definições sobre elites nos permitiria através de microanálise, como fez Heinz, conhecer a diversidade, relações sociais e econômicas e as trajetórias desses homens privilegiados. Trata-se de um empreendimento de estudar os processos históricos, conhecendo a trajetória dessas elites e o patrimônio cultural deixado por eles e desvendando as alianças familiares e políticas estabelecidas e os diversos mecanismos utilizados por esses indivíduos.

> Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias do individuo; enfim, conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar – mediante mecanismos de reconversão social – um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta.[2]

Contornando o comportamento dos membros que compõe a elite percebemos que eles se mantêm firmes ao partido no poder, como nos mostra Joseph L. Love e Bert J. Barickman[3], na análise de como esses homens abastados se posicionavam quanto à escravidão, antes da abolição. Os rumos da abolição necessitavam de ações políticas que viessem a preparar a mentalidade e o comportamento das elites agrárias. O ano de 1850 gera mudanças a sociedade escravista, com a ocorrência da Lei Eusébio de Queirós,

---

[1] ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a formação do estado imperial brasileiro*: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). 2 ed, - Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

[2] HEINZ, Flávio M., organizador. *Por uma história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.p. 9

[3] LOVE, Joseph L. e BARICKMAN, Bert J. Elites Regionais. In: Flávio M. Heinz (org*). Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 77-91

trazendo profundas modificações na legislação escravista brasileira, com a proibição do tráfico de escravos, revelando, ainda que um pequeno passo para a posterior abolição da escravatura no Brasil. Não podemos deixar de citar que o ano de 1871, com mudanças no mundo rural devido à instituição da liberdade dos nascituros, conhecida como Lei do Ventre Livre. Assim, a escolha desse recorte histórico se faz importante na tentativa de compreender esse período, suas transformações e o posicionamento da sociedade do século XIX na busca da afirmação de poder.

Paula Chaves Teixeira reafirma essa crise no sistema escravista que se iniciou em 1850 com a proibição do tráfico de escravos e também a promulgação da lei de terras, esses foram fatores que criaram empecilhos para os fazendeiros de Minas Gerais e no modo de produção dos mesmos afetando diretamente na produção de riqueza desses homens.

> "A região, conformada por fazendas escravistas, com forte apego a esta forma de trabalho compulsório, tinha na tríade escravidão, terra e animais a base de produção das riquezas e das mercadorias que asseguravam sua inserção no mercado abastecedor sul - mineiro e no comércio interprovincial com a Corte do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX." [4]

Esse cenário na segunda metade do século XIX nos indica que houve necessidade de modificações na economia brasileira e na mentalidade da elite que passava por esse processo de manutenção de riqueza e prestígio. Fragoso e Martins[5] contribuem para o conhecimento histórico das elites políticas e dos grandes negociantes no Rio de Janeiro e em São Paulo no final do Império, mostrando-nos que mesmo atravessando esse período de crise na escravidão a economia entre os anos de 1835-1880 continuava baseada na mão de obra escrava. Por meio desses dados pode-se constatar que as elites políticas traçaram estratégias de se manterem no poder além de um possível estabelecimento para novas formas de produção. Esse estudo se torna ainda mais importante para o conhecimento das elites mineiras e das estratégias desenvolvidas por esses homens poderosos e suas famílias.

Os filhos dos homens privilegiados cursavam majoritariamente as faculdades de direito "no total, 93% dos membros da elite possuíam formação universitária, fazendo delas as elites políticas mais 'educadas' para as quais podemos localizar dados comparativos" (LOVE e BARICKMAN, 2006 p.79) por essa citação podemos afirmar que uma educação universitária era fator importante na política e na afirmação dessa elite para manutenção do prestígio e na conquista de cargos políticos. Os autores ainda ressaltam que a maior ocupação dos membros da elite era de fazendeiros e proprietários de terra, posteriormente de advogados. Onde os fazendeiros conquistavam uma posição passada de pai para filho, ou seja, hereditariamente. Também podemos ressaltar que "aproximadamente um terço de todo o grupo tinha algum tipo de vínculo com o exterior. Além disso, aqueles que dispõem de conexões com o estrangeiro tendem a ser políticos mais proeminentes" (Idem, p. 84).

---

[4] TEIXEIRA, Paula Chaves . Fazendeiros e comerciantes na crise da escravidão: produção da riqueza e conflito de mentalidades na comarca do Rio das Mortes, província de Minas Gerais-Brasil (1850-1880). 2011.

[5] FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. Ensaios sobre a escravidão (I). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. In: FRAGOSO, João e MARTINS, Maria Fernanda. Grandes Negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão- 1850-1880.

Os laços familiares e matrimoniais eram estratégias muito importantes utilizadas pelas elites na manutenção do poder e se davam entre membros que compunham a mesma família, como em casamentos entre primos, tios e sobrinhas. Essa era uma estratégia de preservação da riqueza e do sobrenome familiar. Quando os casamentos eram realizados fora da parentela representavam alianças precisas e calculadas, aliar-se por matrimônio a uma família representava estender a esse parentesco ritual de solidariedades[6]. Outra estratégia importante foram os dotes, que constituíam peça chave nos arranjos matrimoniais, imperando na dotação de bens a mulheres, pois os homens eram mais privilegiados nos círculos de poder e de mando de famílias abastadas. O dote continha bens de representação social, como adereços, joias e roupas. O sentido da dotação permaneceu, como afirma Hebe Mattos[7], como garantia de possibilidade de escolha dos melhores partidos de posse que a família pudesse conseguir, funcionando como barganha matrimonial do século XIX, pode-se observar o grande peso estratégico das mulheres nessas alianças matrimoniais.

Afonso Graça filho destaca que, além do casamento entre ”iguais”- relacionamentos consanguíneos, que os principais negociantes do século XIX também eram donos de escravos e terras, demonstrando assim que a riqueza da elite não estava apenas concentrada, em sua maioria, em atividades mercantis e que esses homens eram também fazendeiros[8]. O autor também salienta que os casamentos sucessivos fortaleciam a posição social desses negociantes, sendo possível acumular bens herdados por duas esposas, além da herança paterna ou materna[9]. As alianças matrimoniais, no século XIX, foram extremamente importantes para a manutenção da riqueza das famílias de elite. A diversidade de riqueza desses homens pode ser analisada a partir de registros cartoriais, com diversos imóveis urbanos e rurais, animais, escravos, entre outros bens[10]. Ainda segundo o autor, além de comerciantes, fazendeiros, provedores de instituições e irmandades, a elite de negociantes da Comarca do Rio das Mortes controlava o crédito em São João del- Rei, isso também revela a ascendência social local dessas famílias e deixa claro a notoriedade e poder da elite Sanjoanense[11].

Marcos Ferreira de Andrade também discorre sobre o papel desempenhado pelas alianças matrimoniais vistas como meio para manutenção e ampliação das fortunas das elites, salientando que se constituíam importantes para fixação na identidade da parentela. O autor ainda demonstra que existiam recursos utilizados para evitar fracionamento do patrimônio como a endogamia, estratégia comum entre as famílias poderosas e tradicionais desse período. “As razões para escolha dos casamentos entre iguais” e dentro da parentela podem ser explicadas pela estabilidade econômica, já registrada em vários trabalhos para a Comarca do Rio das Mortes, particularmente na primeira metade do século XIX (ANDRADE, 2014, p.282). Andrade, ainda discorre a importância das alianças exogâmicas para o século XIX:

> Outro aspecto importante a considerar é que as alianças exogâmicas eram realizadas entre “iguais”, quer dizer, com famílias também pertencentes à elite agrária, proprietários de grandes glebas de terras e de muitos escravos. As alianças matrimoniais fora do círculo da

[6] FARIA, Sheila de Castro. Família e fortuna em Bananal. IN: MATTOS, Hebe Maria e SCHNNOR, Eduardo (orgs), *Resgate*: Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro; Topbooks.
[7] MATTOS, Hebe Maria e SCHNNOR, Eduardo (orgs), *Resgate*: Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro; Topbooks, pp 54-55.
[8] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*: elite mercantil e o mito da decadência de Minas Gerais, São Paulo: Annablume: 2002, p 70.
[9] Ibidem, p.71
[10] Ibidem, p.129.
[11] Ibidem, p. 70

> família eram devidamente analisadas e calculadas, admitidas na medida em que somavam prestígio socioeconômico. (ANDRADE, 2014, p. 283)

Ao que parece a necessidade de alianças matrimoniais era forma de consolidar a expansão socioeconômica e política das famílias de elite. Esses casamentos entre "iguais" ilustra a força do parentesco e das relações de poder e política. Atentando para a origem das fortunas percebemos que ela estava associada à diversificação das atividades e ao comércio nas praças regionais com a Corte, "os caminhos do enriquecimento poderiam ser encontrados por meio da conjugação das atividades econômicas (agropastoris, comerciais, etc.) eram os laços familiares e a ocupação de cargos políticos" [12]. Ainda segundo o autor, o enriquecimento da elite Sul – mineira se daria através do fornecimento de víveres para a Corte ou através do comércio de gado *vacum*[13]. Percebe-se que a elite escravista do século XIX transitava em diversos ramos socioeconômicos e que esse fato foi marcante nos traços da época, ao se tratar dos grandes homens e suas fortunas.

No trabalho de Paula Chaves Teixeira, para o Arraial da Lage, é possível conhecer a ascensão social do negociante Gervásio Pereira de Alvim, em uma trajetória que percorre desde o caminho de Guarda-mor, Tenente, Capitão etc., fatos que possibilitam observar o prestígio e o poder local do mesmo. Gervásio também é citado em lista nominativa como possuidor de 52 escravos e sendo considerado agricultor[14]. Ainda segundo a autora, atuação e o sucesso mercantil de Gervásio Pereira e de seus descendentes, estiveram ligados as redes de clientela e parentesco que foram construídas ao longo de diversas gerações[15]. Paula Chaves Teixeira ainda ressalta que na hierarquia social da região, Gervásio Pereira Alvim e sua esposa Francisca Cândida de Resende formaram outros laços como forma de enriquecimento, por exemplo, via matrimônio de seus filhos, com pessoas do mesmo grupo social e foram endogâmicas.[16]

Dentre os vários elementos encontrados por Paula Chaves Teixeira fica evidente que a família se apresentou como elemento importante de inserção no comércio regional e também nas trocas entre as praça comerciais. A família ostentava grande capacidade de vínculos, redes de clientela e inserção nas redes de negócios desse período. Gervásio Pereira Alvim e sua família estabeleceram laços de parentesco e vizinhança além de atuarem no abastecimento da Corte após a vinda da Família Real.[17]

Como já indicam alguns trabalhos para o Arraial da Lage, qual foram os meios que levaram a manutenção da riqueza desses homens? Pretende-se discutir para o período proposto, quais as formas de acumulação de fortunas pela elite do Arraial da Lage e quais estratégias os levaram a adquirir prestígio social na época. E ainda quais as atividades mercantis foram exercidas no Distrito da Lage na segunda metade do século XIX. Essas são questões se pretendem desvendar com o trabalho de Monografia I que está em curso, pela Universidade Federal de São João del-Rei, sob orientação da Professora Doutora em História Paula Chaves Teixeira Pinto e dando sequência ao estudo no mestrado em História.

---

[12] Ibidem, p. 360.
[13] Ibidem, p. 117.
[14] TEIXEIRA, Paula Chaves. *Negócios entre mineiros e cariocas*: famílias, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880). Dissertação (mestrado em História). Niterói, Rio de Janeiro: UFF, 2009.
[15] Ibidem, p. 194-195.
[16] Ibidem, p.50.
[17] Ibidem, p.192- 194.

Delineamento de um distrito escravista: o Arraial da Lage

O distrito da Lage, nosso espaço de observação, conformava o termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes, fora ocupado em meados do século XVIII, por homens de posses, sendo, como destacou Maria Lúcia R. C. Teixeira, as fazendas foram as responsáveis pela primeira paisagem. Ao contrário de diversas regiões mineiras, a ocupação do distrito não fora em função da atividade mineradora, mas sim no movimento de expansão das áreas de produção de alimentos voltadas para o abastecimento, inicialmente, das zonas mineradoras. Segundo Maria Lucia R. C. Teixeira, o Distrito da Lage possuía alto número de cativos e mostrou-se com um dos maiores concentradores de mão de obra escrava na Comarca do Rio das Mortes, 58,4% da população era escrava enquanto 41,6% eram livres, esse dado foi verificado por Teixeira no Rol dos Confessados de 1795.

O Distrito do Arraial da Lage possuía alto percentual de população escrava se comparada com a população livre, fato evidenciado por Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira[18] em seus estudos. Não podemos deixar de destacar que a região era composta de fazendas e sendo assim observou-se a propriedade de escravos. "O Distrito da Lage apresentava 958 escravos contra 682 homens livres em 1835" (TEIXEIRA, 2006, p. 37). Esses dados nos permitem compreender que o distrito possuía grande número de escravos e assim podemos justificar a importância desse estudo, ainda que em fase inicial. Mas, não podemos nos esquecer que, o símbolo da riqueza e poder no século XIX era a posse de escravos, TEIXEIRA (2006, p. 39) ainda cita que:

> De fato, a alta proporção de escravos na população do Distrito da Lage claramente sinaliza o dinamismo da economia local e deve se mostrar bastante rica no fornecimento de informações para construção histórica da cultura escravista mineira do século XIX. As possibilidades são muitas.

O quadro abaixo nos permite melhores explicações sobre a população livre e a população escrava do Distrito da Lage:

Quadro 1: ***<u>População livre e escrava do Distrito da Lage (incluindo o Quarteirão do Mosquito):</u>***[19]

	Livres	%	Escravos	%	Total
1795	354	42,15	486	57,85	840
1831	583	46,90	660	53,10	1243

[18] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: O Distrito da Lage e o quarteirão do mosquito. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves; Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.
[19] Ibidem, p. 38

1835	682	41,59	958	58,41	1640
1838	890	46,52	1023	53,48	1913

Fontes: Rol de Confessados da Freguesia de S. Antônio da Vila de São José de 1795.

Tomando por base os estudos de TEIXEIRA, percebemos como era forte a questão da escravidão no Distrito da Lage no final do século XVIII e no século XIX. Esse predomínio de escravos é um ponto de destaque se observado com os dados encontrados em São João del- Rei.

> "O entreposto regional de São João del Rei apresentou um comportamento demográfico muito diferente da Lage: em 1835 sua população livre somou 5235 pessoas e escrava 1823 cativos..." (TEIXEIRA, 2006.p. 39).

Estudar essa parte da história nos permite compreender melhor as estratégias de enriquecimento e a manutenção da riqueza do Distrito da Lage atentando na busca de conhecimento histórico das regiões escravistas do interior de Minas Gerais, na busca por desvendar as atitudes típicas na manutenção de um sistema escravista. TEIXEIRA (2006, p. 40) nos esclarece que "diferentemente do que aconteceu em boa parte de Minas Gerais, esse distrito não foi inicialmente ocupado em função de atividades mineradoras. As fazendas foram às únicas responsáveis pelas suas primeiras paisagens." O distrito desenvolvia atividades como a agricultura e a vida pastoril.

TEIXEIRA (2006, pp. 45-47) disserta ainda sobre o surgimento do Arraial ressaltando que era um lugar de morada de pessoas pobres, considerado pelos fazendeiros como lugar de péssimos costumes e não gostavam de frequentá-lo. A autora, utilizando-se do trabalho de José A. Rezende em 1920, por meio da História Oral descreveu esses "abrigos para transeuntes" dentro do Arraial da Lage que comprova a presença de movimentos de passageiros e tropeiros no distrito, o que nos indica a existência de ranchos para hospedar os passageiros, essa mesma presença de ranchos reafirma o movimento de pessoas já descrito por TEIXEIRA (2006).

A já citada autora de *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes* - Maria Lúcia R. C. Teixeira, destacou que os primeiros a se estabelecerem no Arraial foram famílias abastadas, fazendeiros bem situados e proprietários de terras, ressaltando mais uma vez a necessidade de conhecer as elites que compunham esse distrito,

> A presença dessa elite agrária com posse significativa de escravos na região pode nos induzir a perguntar sobre a existência de atrativos que levaram homens de posse e destaque social a adquirir propriedades nestas imediações. Tais homens foram os chamados homens bons que tiveram acesso à riqueza na região das Minas e, certamente, os mesmos que viram a população do Arraial como desordeira e gente de péssimos costumes porque não gozavam dos mesmos padrões de propriedade. (TEIXEIRA, 2006, p. 53).

Conforme nos foi apresentado, a população do Arraial era majoritariamente pobre, sendo a maioria dos fogos, estudada por TEIXEIRA (2006 pp. 54-59) que não possuíam escravos, com fogos pequenos e com laços de parentescos, muitos desses fogos eram dirigidos por mulheres e com presença de agregados. Essa constituição do

fogo compunha a fazenda, com alto número de escravos. Para melhor delinear o funcionamento e surgimento das elites escravista do Arraial da Lage se faz imprescindível uma profunda investigação das fontes já citadas. A autora também relata-nos que os primeiros ocupantes do Distrito não se tratavam de homens pobres, mas de fazendeiros bem situados e donos de terra na região. Homens importantes como o Vigário Carlos Correia de Toledo era um dos proprietários de fazenda na Lage, além de uma casa no Arraial.

As especulações em torno da elite de Minas Gerais, especificamente para o Arraial da Lage no período proposto já citado, nos permitem inquietações, como: Quais atividades econômicas desempenhavam essas elites? Quais as vias de enriquecimento? Quais recursos foram utilizados para conseguirem manter o status? Como mantiveram suas riquezas ou como perderam suas riquezas?

Produção da riqueza e estratégias de enriquecimento no distrito da Lage

Para uma análise da riqueza e estratégias de enriquecimento no distrito da Lage, recorreremos os Registros de Transferência de propriedades, compra e venda, entre os anos de 1862 e 1871. Esta documentação encontra-se alocada no Segundo Tabelionato de Notas de Resende Costa, trata-se de uma documentação inédita e de posse particular da tabeliã responsável e que nos permite conhecer as transformações ocorridas nas riquezas na segunda metade do século XIX, por meio das diversas escrituras de propriedades móveis e imóveis registradas.

Como dito anteriormente, o estudo em questão utilizará os Registros de transferência, compra e venda dos anos de 1862 – 1871, que se encontram no Segundo Tabelionato de notas de Resende Costa. Por meio dessa documentação que se inicia em 24 de maio de 1862, podemos observar os principais bens móveis e imóveis que teceram as relações econômicas e sociais entre os homens poderosos da segunda metade do século XIX. Estudando essas transferências de propriedades podemos observar a riqueza de bens que possuíam essas famílias, como possuidores de escravos de diversas regiões africanas e com idades também muito diversificadas. Também encontramos por meio dessa documentação a transferência de bens como fazendas, roças plantadas, casas de vivenda, engenho de cana e farinha, tenda de ferreiro etc.

Outra fonte de importante valor histórico são os inventários *post-mortem*, que se encontram sob a guarda do Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei. Os inventários possuem ampla riqueza de informações que nos permitem entrelaçar e tecer a história das elites do Arraial da Lage. Como bem explica MATTOSO (2004), em seus artigos só os “ricos” deixavam os seus bens avaliados e inventariados ao morrer. Mesmo que os testadores representem uma minoria, esse era um privilégio das altas classes sociais, que por meio da descrição das riquezas materiais fica-nos evidente o sinônimo do poder dessa sociedade. Utilizaremos os registros de transferências até o ano de 1871 e também utilizaremos os inventários *post-mortem* datados do mesmo período como forma de mapear as relações dessas elites.

Podemos compreender melhor a importância desses documentos analisando a possível trajetória de enriquecimento e as estratégias utilizadas pelo Capitão André Esteves dos Santos, que abre o livro de transferências do Arraial da Lage, como já citado anteriormente e conhecendo melhor o inventário do mesmo. No inventário do Capitão André, que se encontra sob posse do Iphan de São João del- Rei, revela-nos o

rico manancial de informações a cerca do modo de percepção da transformação do mundo nesse período, na descrição dos bens inventariados que ficaram por falecimento do capitão André Esteves dos Santos, de quem ficou viúva e inventariante dona Francisca de Paula dos Reis e Silva, onde se descreve:

> Compra, venda paga quitação que por Dona Francisca de Paula dos Reis, dos bens que lhe caberão em miação por fallecimento de seu finado marido o capitam Andre Esteves dos Santos, na Fazenda do Brumado, com exceção do vallor de quatro contos mil reis na casa que foi de Francisco Antonio dos Santos...[20]

No inventário do Capitão André encontrou-se mais informações dos bens adquiridos por ele, com 39 escravos. Como exemplo, podemos citar:

> Um escravo por nome Lázaro, cabra, 13 anos, 2:000.000; João, cabra, 13 anos, 2:000.000; Marcos, cabra, 14 anos, 2:000.000;Vicente, cabra, 14 anos, 2:000.000; Toda fazenda do Brumado calculada em trezentos e setenta e dois alqueires, sendo duzentos e oitenta e nove de capoeiras, matas virgens e serrados avaliados a cinquenta e cinco mil réis.[21]

Os laços familiares e matrimoniais eram estratégias muito importantes utilizadas pelas elites na manutenção do poder, como afirma Hebe Mattos em seus trabalhos.[22] Analisando com atenção o inventário do Capitão André Esteves, observou-se que seu primeiro laço matrimonial se deu com Dona Teresa Emídia de Jesus Alvim e que desse casamento nasceram dez filhos. Cerca de doze anos após o falecimento de Dona Tereza, o Capitão se une novamente em matrimônio com Dona Francisca de Paula e tiveram três filhos, que o Capitão declara como herdeiro das duas partes dos seus bens.

> "Declaro que fui casado com dona Teresa Emidia de Jesus Alvim, de cujo matrimônio tivemos dez filhos, e não me pretendia casar mais conservando-me solteiro, e quando me resolvi a casar a segunda vez e antes de fazer para desencargo de minha consciência passei vários títulos a meus filhos mas venho no conhecimento serem aqueles nulos e mesmo por falta de igualdade por isso os hei por cassados e declarados dever aos ditos filhos a que devem sair do monte de todos os bens, quinze contos de réis, e peço a meus filhos me perdoem se alguma vez gastei alguma quantia mal ..."[23]

Dessa forma, podemos observar como os laços matrimoniais eram estratégias importantes na manutenção da riqueza do século XIX, portanto era comum aos homens abastados casar-se mais que uma vez, sendo uma forma de manter e acumular a riqueza.

---

[20] Arquivo Cartório de Oficio do segundo tabelionato de notas de Resende Costa. Livro de 1862, página 1. Será mantida a grafia original dos documentos.

[21] Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João Del Rei. Inventário de André Esteves dos Santos, 1861, cx. 570.

[22] MATTOS, Hebe Maria e SCHNNOR, Eduardo (orgs), *Resgate*: Uma janela para o oitocentos...

[23] Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João Del Rei. Inventário de André Esteves dos Santos, 1861, cx. 570.

Afonso de Alencastro Graça Filho também salienta que os casamentos sucessivos representavam formas de manutenção do poder e acumulação de riquezas.

O Capitão André Esteves, era possuidor de aproximadamente 38 escravos como consta em seu inventário no ano de 1861, era proprietário da Fazenda do Brumado, Freguesia da Lage, mas também detinha terras de cultura na fazenda do Jacaré, terras no Retiro do Carandaí, terras minerais e casas velhas em Lagoa Dourada, que pertenciam aos herdeiros do primeiro casal e casa no arraial da Lage.

Por meio dos documentos de escritura de compra e venda do Capitão André aos bens que serão herdados por sua esposa, Dona Tereza, pode-se perceber as relações e os negócios do Capitão, onde fica claro o desejo que Dona Tereza seja herdeira da fazenda do Brumado, mas ressalto que:

> Com exceção do vallor de quatro contos mil reis na casa que foi de Francisco Antonio dos Santos, no vallor das culturas e compras nesta fasenda do Brumado, Carandahy que reserva para trocar com seu intiado Antonio Esteves dos Santos e tudo consta no inventario e partilhas aqui reforçado pello fallecimento desse dito marido aos quais bens são, casas de vivenda, engenhos de cana e farinha, paiol, moinho, senzallas, tenda de ferreiro, cobre mais casa na Freguesia da Lage.[24]

Podemos destacar ainda a importância da escritura de compra e venda do Tenente Coronel Francisco Mendes de Almeida Silva compradas do Capitão José Coelho dos Santos Monteiro, onde se observa:

> "Escritura de compra venda paga quitação que forem o Tenente Coronel Francisco Mendes de Almeida e Silva e sua mulher Jermina Candida de Almeida Du uma sorte de terras, sendo quarenta e seis alqueires de cultura, mato virgem, e campos, na fasenda da Lage, do Capitão Jose Coelho dos Santos Monteiro." [25]

Analisando o inventário do Capitão José Coelho dos Santos Monteiro, casado com Maria José de Resende e pai de dez filhos, dono da Fazenda do Sossego da Freguesia da Lage e possuidor de muitos escravos, no ano de 1867.

> "A fazenda do Retiro do Sossego na freguesia da Lage, calculada em duzentos e vinte e oito alqueires, sendo cento e cinquenta e oito de culturas incluídos três alqueires de matas virgens que se acha em comum, e setenta alqueires de campos depois de abatidos os campos e capins que também se acha em comum pertencente a dona Ana Alves de Morais, avaliadas as culturas a cinquenta mil réis, campos a trinta mil réis, 10:000$000"[26].

---

[24] Arquivo Cartório de Oficio do segundo tabelionato de notas de Resende Costa. Livro de 1862, p. 1.

[25] Arquivo Cartório de Oficio do segundo tabelionato de notas de Resende Costa. Livro de 1862, p. 113.

[26] Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João Del Rei. Inventário de José Coelho dos Santos Monteiro, capitão. Ano: 1867. Cx.: 415

Não podemos deixar de citar nesse trabalho que o Capitão José Coelho, era possuidor de uma casa assobradada na mesma fazenda, no valor de 1:200$00, benfeitorias da mesma fazenda que continha casas de tenda, paiol, senzalas, ranchos de porcos, moinho tudo coberto de telha, monjolo coberto de capim, currais e quintais cercados de pedras, engenho de cana, etc. O Monte-mor do Capitão José Coelho chegava ao valor de 78:095$232, além de possuir dívidas ativas e assim podemos supor que o Capitão tinha uma fortuna fragmentada em créditos. Afonso de Alencastro Graça Filho, afirma que essa era prática comum, o alto valor das dívidas ativas nos inventários dos grandes negociantes de São João del Rei até o final do Império e que essa característica transmutava a praça Sanjoanense em importante centro financeiro em Minas Gerais. [27] Seria essa estratégia utilizada pelo Capitão José Coelho para manter sua fortuna?

Outro Capitão que aparece nos livros de escrituras do Arraial da Lage é Flávio José da Silva, ele é citado como procurador de um herdeiro:

> "Escritura de compra venda e paga quitação que por Paula Teixeira e irmãos, como procurador do vendedor Antonio de Freitas Lopes, de hum escravo por nome Benedito Crioulo de idade 30 anos, solteiro, o qual sendo feita quantia de 1.600$00, para Aureliano Jose Rodrigues, como procurador do herdeiro comprador Capitam Flavio Jose da Silva como abaixo declara." [28]

Ainda no que se refere aos negócios do Capitão Flávio José da Silva, podemos citar que era grande possuidor de escravos, com mais 30 homens cativos em diversas idades, que variavam entre 03 e 60 anos de idades, além de grandes propriedades de terras, como consta em seu inventário no ano de 1866.

> "As casas de vivenda nesta fazenda de São Miguel com diversas casas de queijos, senzalas, rancho, tenda de ferreiro, paiol, moinho todo coberto de telha, currais e quintal com arvoredos tudo cercado de pedra, engenho de pilões e de cana com cilindro e todo o mais macame incluindo dois alambiques, quatro tachos, duas pipas, um parol, quatro caixões, sessenta e duas formas ordinárias, caixas e todos os mais pertences, 6:000.000." [29]

É importante também destacar que o Capitão Flávio José da Silva, era morador da Fazenda São Miguel na freguesia da Lage e deixou com inventariante sua esposa, Dona Iria Jesuína da Conceição, com quem teve 11 filhos. O Capitão também era proprietário de terras na Fazenda dos Pinheiros, Pinhão, Restinga, Grota do Penedo, Capoeira do Mel, Fazenda do Retiro que circundavam o Arraial da Lage. Também era proprietário de casa no arraial de Santa Rita, com quintal cercado por pedras que equivaliam a 300$00, registrados em seus bens de raiz.

Por meio dos exemplos citados podemos afirmar que os Capitães exemplificados acima, eram membros da elite escravista no período de 1862 a 1871, pois em todos os casos acima foi possível comprovar, tomando como fonte de pesquisa os inventários

[27] GRAÇA Filho, 2002. Op. Cit, pp. 71-73.
[28] Arquivo Cartório de Oficio do segundo tabelionato de notas de Resende Costa. Livro de 1862.
[29] Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João Del Rei. Inventário de Flávio José da Silva, Ano: 1866. cx.: 322

post-mortem, que eles possuíam muitos cativos em suas escravarias e grandes propriedades de terras, além de casas em diversas regiões da Freguesia da Lage. Também podemos afirmar com base na obra de Maria Lúcia R. C. Teixeira que esses homens eram fazendeiros e que constituíram suas vidas e fortunas na área rural da Lage, por meio da aquisição de terras.

Quadro 2 : Riqueza e Estratégias no Distrito da Lage nos anos de 1862 – 1868

Dia/Mês/Ano	***Vendedor***	***Comprador***	***Propriedades***	***Valor***
24/5/1862	Andre Esteves dos Santos	Esposa: Dona Francisca de Paula dos Reis quando for Viúva	Fazenda do Brumado; Casa de vivenda; Engenho de cana e farinha; Paiol; Moinho; Senzalas; Tenda de ferreiro; Casa na Freguesia da Lage e Terras na Lagoa Dourada	4:000$000 Quatro contos mil reis
31/5/1862	Antonio de Freitas Lopes	Aureliano José Rodrigues, procurador de Paula Teixeira e irmãos	Escravo, Benedito, crioulo, 30 anos, solteiro, da Fazenda São Miguel	1:600$00
22/6/1862	Capitão Antonio Pinto Goes e Lara e esposa Mafalda Candida de Resende	Cipriano Rodrigues Chaves	Sorte de terras na Fazenda dos Campos Gerais, que faz divisa com as terras da filhas do Capitão Gervásio Pereira do Carmo	2:800$00
28/6/1862	Maria Libania de Resende e Francisco Pinto Alves de Resende	Francisco de Paula Resende	Terra no Ribeirão na Fazenda do Catimbau	1:000$00
30/8/1862	Fertutino Pinto de Almeida e esposa Mircia Francisca de Silveira	Geraldo Ribeiro de Sousa	Sorte de terras no Retiro de Cima herdado pelo pai e sogro, Guarda-mor Humberto Pinto	2:000$00

6/10/1862	Dona Anna Mesia de Resende	João Rodrigues Vale, procuradores: Alferes Joaquim Pinto de Almeida, Maria Libania de Resende, Geraldo Ribeiro de Sousa e esposa Maria Filisberta de Almeida	Sorte de terras na Fazenda da Galga e benfeitorias na Taquara., as terras fazem divisa com a Baixada do Vale, do quatro cangalha .	4:800$00 Quatro contos e oitocentos mil reis
3/11/1862	Manuel Palestino Alvim e esposa Dona Quiteria de Alvim	Procurador Vicente Ferreira Gomes Alvim	Sorte de terras e campos na Fazenda do Brumado e Fazenda do Jacaré que foram de Maria Candida por herança dos pais e sogro: Andre Esteves e Tereza Candida de Jesus Alvim	Um conto duzentos mil reis
12/6/1863	Joaquim Antonio de Oliveira	Francisco de Paula Rodrigues Lara	Escravos: Joaquim, crioulo de 35 anos; Estevão, crioulo de 30 anos, Moacir (?), crioulo; Antonio, crioulo de 15 anos; Ananias (?), pardo de 35 anos, Efigênia, crioula de 35 anos.	500$00 cada um deles.
12/6/1863	Joaquim Antonio de Oliveira	Joaquim Pinto Rodrigues Lara	Escravo: Jubim(?), pardo, 35 anos; Frederico, crioulo, 13 anos	500$00 cada um
4/7/1863	Capitão Vicente Ferreira Gomes Alvim	Antonio Esteves	Escravo: Amâncio, crioulo, 26 anos	1:000$00
30/7/1863	Tenente Manuel da Costa Oliveira e esposa Dona	Tenente Coronel Antonio Gonçalves de	Sitio Potreiro, sorte de terras	2:500$00 dois contos quinhentos mil reis

	Francisca Candida	Resende		
30/7/1863	Gervásio Pereira Alvim e esposa Maria Salomé de Resende	Reverendo Vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim	Parte da casa na Freguesia da Lage	500$00
1863	Delfino José Ribeiro	José Ribeiro Picado, Francisco Ribeiro Picado e Joaquim Ribeiro Picado	Escrava: Anna, 3 anos	350$00
18/12/1863	Romualdo José de Oliveira	Luis Ribeiro da Silva	Escravo: Manuel, crioulo	1:000$00
1864	Geraldo de Sousa Resende e esposa Dona Maria Filisberta Resende	Joaquim Pinto de Almeida	Parte da Fazenda da Lage	6:000$000 seis contos mil reis
29/2/1864	Jacinto José Ribeiro	Luis Ribeiro da Silva	Escrava: Bárbara, crioulinha, 6 anos	500$00 quinhentos mil reis
	Joaquim Alves Ferreira	Joaquim Pinto Rodrigues Lara	Escrava: Esteva	Cem contos cem mil reis
11/6/1864	Antonio José de Oliveira	Joaquim Pinto Rodrigues Lara	Escrava: Maria, parda, 13 anos	Cem contos e setenta mil reis
26/8/1864	Antonio G. da Costa Carvalho	Francisco de Paula Santos	Sorte de terras de cultura e capoeiras na Fazenda do Curralinho e 21 alqueires	Sete contos mil reis
24/9/1864	Bernarda Josepha de Resende e filhos: Joaquim da Silva Pereira e Maria Luisa	Manuel Vallentim da Costa	Morada de casa coberta de telha com repurtivo fundo sendo de muro de pedra sabão	300$00 trezentos mil reis
27/10/1864	Maria Justina de Amaral	Antonio Gonçalves da Costa Maia	Escravos: Gracinha, parda; Germano, crioulo	2:000$00 dois contos de reis
12/2/1865	João Rodrigues Valle e esposa Dona Odília Justina da Silva	Joaquim Pinto Rodrigues Lara e Francisco de Paula Pinto Rodrigues Lara	Escravo: José, crioulo, 34 anos e sorte de terra de cultura, campos e benfeitorias na Fazenda da	3:000$00 tres contos de reis

			Taquara	
31/5/1865	Bernardo José Ribeiro e esposa Mariana Maria do Nascimento	Francisco José Ribeiro	Sorte de campo na Capoeira	300$00 trezentos mil reis
8/5/1866	Joaquim Ferreira da Rocha	Procurador: Severino Alves de Moraes e comprador: Americo Gonçalves de Resende	Escravo: Raphael, crioulo	Seis contos vinte mil reis
8/10/1866	Tenente Coronel Francisco Mendes de Almeida e Silva e esposa Jermina Candida de Almeida	Capitão José Coelho dos Santos Monteiro	Sorte de terras, sendo 46 alqueires de cultura e mata virgem.	Cem contos quarenta e cinco contos mil reis
4/12/1866	José Rodrigues Dutra e Antonio Maria da Costa	Francisco Alpis Resende	Escrava: Maria da Costa	500$00
31/12/1866	Geraldo Pinto de Resende e esposa Francisca de Paula Resende	Luis Ribeiro da Silva	Sorte de terras no Retiro do Curral	2:000$00 Dois contos
31/12/1866	José Rodrigues Valle	Maria Libania de Resende e Alferes Geraldo de Sousa Resende	Sitio de terras e benfeitorias na Fazenda da Taquara	3:000$00 tres contos de reis
2/1/1867	Capitão José Coelho dos Santos e esposa Dona Maria José de Resende	Cunhado Antonio Tavares de Resende	Parte de terras de culturas, campos e benfeitorias na Fazenda Cataguases	Trezentos e trinta um mil seis contos e cinco reis
3/3/1867	Francisca Xavier da Silva	Dr. Gervásio Pinto Candido	Escravo: José, 8 anos	300$00 trezentos mil reis
30/4/1867	Manuel Coelho dos Santos	Antonio da Silva, ou	2 alqueires de capoeira na	Trezentos e setenta mil

	Monteiro	melhor, Antonio Francisco da Silva	Fazenda do finado pai: Capitão José Coelho dos Santos	reis
7/6/1867	José Gonçalves Augusto e esposa Maria Cândida de Oliveira	Francisco Luis da Silva, ou melhor, Geraldo Pinto	Sorte de terras de campos e 2 alqueires de cultura	Quatro contos mil reis
8/6/1867	José Procópio de Resende e esposa Dona Maria Theresa de Jesus Alvim	Andre Avelino dos Santos, Serafim Esteves dos Santos e Pedro Esteves dos Santos	Parte de terras de cultura, campos e benfeitorias na Fazenda do Brumado e terras de cultura e campos na Fazenda do Jacaré e engenho de cana e farinha.	Novecentos e cinquenta mil reis
9/6/1867	Januário Gomes de Resende, Joaquim Antonio de Resende, José Antonio de Resende e João Silvestre de Resende	Maria Candida de Moraes	Sorte de terra de culturas e campos, benfeitorias na Fazenda Paiol Queimado	Um conto trezentos e oitenta mil reis
29/11/1867	Manuel José de Resende	Cipriano Rodrigues Chaves de Resende	Terras de cultura na Freguesia da Lage	Quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos reis
9/1/1867	Alferes Francisco Pinto de Alpis Resende	Geraldo Pinto de Resende	Terras na Fazenda do Catimbau e na Fazenda da Lage	Quatrocentos contos mil reis
21/1/1868	Candido Honorato de Azevedo e esposa Dona Amélia Zeferina do Amaral	Antonio Gonçalves da Costa Maia	Sorte de terras e 2 alqueires de campos na Fazenda da Capoeira	600$00

16/2/1868	Aureliano José Rodrigues	Francisco da Costa Paes	Escrava: Thereza, crioula	Quatro contos mil reis

Podemos perceber por meio da análise do quadro 2 que as propriedades mantinham altos valores de compra e venda entre os anos de 1862-1868, permitindo-nos pensar, através dos estudos de José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2008, pp. 256-257) que devido "a lei de terras, que era também de colonização fora apresentada pela primeira vez em 1843 e tinha como propósito claro preparar o país para o fim eventual do trabalho escravo." Com o fim do tráfico essa elite passou a empregar a sua fortuna na compra de terras e propriedades, ou seja, na busca por novos negócios e investindo menos no tráfico negreiro.

Como salienta Paula Chaves Teixeira, "a ruptura iniciada na década de 1850 continuava através da promulgação de novas leis, tais como a Lei de Hipotecas, de 1864, e a legislação gradual de desmanche do sistema escravista." (TEIXEIRA, 2014, p. 224) representando grandes transformações na estrutura da riqueza do século XIX. A partir dos dados apresentados pelos registros cartoriais de compra e venda, e cruzando as informações com os inventários *post-mortem* percebemos a importância dessas fontes no dimensionamento da riqueza e dos investimentos desses homens privilegiados. Outro aspecto interessante de que nos foi apresentado no quadro 2 é a fragmentação de propriedades, com a venda de partes de fazendas, como acontece no ano de 1864 com o Geraldo de Sousa Resende que vende parte da Fazenda da Lage a Joaquim Pinto de Almeida, TEIXEIRA PINTO (2014, p. 256) nos sugere que:

> "Tais fenômenos sugerem que a posse da terra na região encontrava-se em fase de fragmentação, fruto do crescimento demográfico da área. A região do distrito da Lage deixava de ser zona de fronteira e passava a incorporar o centro das povoações do Sul de Minas, ou melhor, deixava de ser parte do Sul de Minas com o avanço das áreas de fronteira para regiões mais próximas à província de São Paulo. Embora ainda fosse uma região rica, a fragmentação das propriedades fundiária acarretava na diminuição dos padrões de fortuna. E, talvez, fosse tempo de migrar para as novas áreas."

Ainda que houvesse a fragmentação de terras no Distrito da Lage é fundamental atentar para o fato que o Arraial concentrava vastas extensões de terra e elevado índice de mão de obra escrava e como bem nos atentou Hebe Mattos, a posse de terra era importante e agregava ainda mais valor os meios materiais, como as benfeitorias e escravos. Outro ponto de destaque no quadro acima são as patentes de Capitães e Tenentes, em que "a importância dessas patentes no âmbito dos fazendeiros do distrito da Lage era a reprodução do domínio e poder sobre uma massa de escravos e homens pobres livres residentes na região" (TEIXEIRA PINTO, 2014,p. 262).

Referente ao grande número de escravos encontrados nos registros de transferências – compra e venda – e nos inventários analisados no mesmo período atentou-se para o alto número de escravos do fazendeiro Capitão André Esteves dos Santos, possuidor de 39 cativos onde havia 24 homens e 15 mulheres e entre eles sete eram crianças. Outro fazendeiro com posse de muitos cativos era o Capitão José Coelho dos Santos Monteiro, com 31 escravos – no primeiro inventário contendo 17 homens e

14 mulheres e listados nos segundo inventário 29 cativos, sendo 15 homens e 14 mulheres. A alta concentração de crianças pode indicar-nos com afirma Paula Chaves Teixeira Pinto, uma tentativa de reprodução por crescimento endógeno da escravidão no distrito, devido ao alto valor de compra das crianças e a expectativa de compra dessa mão de obra.

O comportamento do Capitão André Esteves dos Santos e do Capitão José Coelho dos Santos Monteiro evidenciam a experiência de ambos por meio dos investimentos no espaço rural e escravista e merecem ser estudados a fundo para melhor compreensão e estudo de suas visões do mundo escravista e agrário e das transformações vividas nesse período.

* * * * *

Enfim, embora o estudo sobre as formas de produção da riqueza das elites mineiras, especificamente no Arraial da Lage em uma economia de mercado interno na crise do escravismo ainda esteja em sua fase inicial, podemos apontar algumas compreensões a cerca de sua formação e funcionamento das relações de poder travadas naquele cotidiano. Essa elite, composta por homens que possuíam “poder” e que impunham-se por si próprio, era conhecido como os homens que possuíam privilégios e eram influentes na região, demonstrando a influência, prestígio e poder desses grupos minoritários na segunda metade do século XIX.

Nesse contexto, as perguntas lançadas aos documentos encaminham-se no sentido de possibilitar o estudo das estratégias tecidas para manter as posições sociais, bem como o processo de formação e afirmação desse grupo social entre os pares e, sobretudo, perante os subalternos.

Fontes Primárias

Arquivo Cartório de Oficio do segundo tabelionato de notas de Resende Costa. Livro de 1862.

Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João Del Rei

Bibliografias

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a formação do estado imperial brasileiro:** Minas Gerais. Campanha da Princesa (1799-1850). 2.ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

FARIA, Sheila de Castro. *Família e fortuna em Bananal.* IN: MATTOS, Hebe Maria e SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate:** uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FRAGOSO, João e MARTINS, Maria Fernanda. *Grandes Negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão (1850-1880).* In: FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. **Ensaios sobre a escravidão (I)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste**: elite mercantil e o mito da decadência de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Annablume, 2003.

LOVE, Joseph L. e BARICKMAN, Bert J. *Elites Regionais*. In: HEINZ, Flávio M. (org.) **Por uma história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MATTOS, Hebe Maria e SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate:** uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A riqueza dos baianos no século XIX*. IN: **Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX**: itinerário de uma historiadora. Salvador; Corrupio, 2004

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes**: O distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.

TEIXEIRA, Paula Chaves. **Negócios entre mineiros e cariocas:** famílias, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880). (Mestrado em História). Niterói, RJ: UFF, 2009.

TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. **De Minas para a Corte. Da Corte para Minas:** Movimentações familiares e trocas mercantis (c. 1790 – c.1880). (Doutorado em História). Niterói, RJ: UFF, 2014.

Senhores de terras e escravos: a relação dos bens dos pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira - Barbacena (1830-1850)

Ana Paula Dutra Bôscaro[*]

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar o perfil e a relação dos bens que se encontravam sob a posse dos pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira, Barbacena, Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. Essa região fazia parte da sub-região das Vertentes-Mantiqueira, e estava estrategicamente localizada no Planalto da Mantiqueira. Composta majoritariamente por pequenas unidades produtivas, que tinham como característica a complementariedade existente entre a mão de obra escrava e o trabalho familiar, essa região se dedicou a abastecer os centros mineradores e os demais mercados locais em formação, além de comercializar gêneros alimentícios também para fora da Capitania. Dessa forma, por meio da análise de um conjunto de inventários *post-mortem* presentes no Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS), em Barbacena, buscaremos primeiro, melhor conhecer e caracterizar o grupo de análise em questão. A posteriori, nos dedicaremos a analisar a relação dos bens que se encontravam sob a posse desses homens e mulheres, percebendo como se deu a composição e a concentração da riqueza dos pequenos proprietários de Barbacena entre os anos de 1830 a 1850.

Palavras-chave: Pequenos proprietários, século XIX, Barbacena.

[*] Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bacharel, Licenciada e Mestre em História pela mesma instituição. Pesquisadora integrada ao Laboratório de História Econômica e Social (LAHES), membro da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). E-mail para contato: paulinha_gdac@hotmail.com

Considerações iniciais

Durante muito tempo, os debates historiográficos foram marcados pela ideia de que o sistema econômico colonial brasileiro caracterizava-se por ser uma grande estrutura agroexportadora, marcada principalmente pela articulação de três elementos básicos: a grande propriedade (*plantation*), o monocultivo e o trabalho escravo[1]. Dentro desta perspectiva, a grande massa da população brasileira era colocada à margem da sociedade, visto que do ponto de vista social e político, a colônia era formada por dois principais agentes, os grandes proprietários e seus escravos.

Os chamados "homens livres e pobres" foram, durante muito tempo, negligenciados das análises históricas, sendo incorporados sob o universo dos *"desclassificados sociais, inúteis e inadaptados"*[2]. Esses sujeitos históricos, embora apresentassem expressivo peso demográfico em algumas regiões brasileiras como, por exemplo, Minas Gerais, somente começaram a atrair o olhar mais atento de pesquisadores no início da década de 1970, quando novas teorias acerca do sistema econômico colonial começaram a ser elaboradas.

Pesquisas têm demonstrado, ainda hoje, a complexidade e heterogeneidade das situações e dos agentes que compunham a sociedade brasileira, a qual possuía uma lógica que não se reduzia exclusivamente à sua ligação com a metrópole e ao comércio externo[3]. Paralelo à existência das grandes unidades exportadoras, a colônia contava também com toda uma dinâmica interna de produção, além da presença de pequenas e médias propriedades escravistas.

Como bem se sabe, durante todo o século XVIII e até meados do século XIX, o escravo era tido como o bem mais valioso que um indivíduo poderia conquistar, pois além dos ganhos produtivos que esta mão de obra poderia vir a proporcionar, a aquisição do mesmo era

---

1 Nesse sentido, ver: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976; PRADO, Caio Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

2 Para maiores informações, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 1730-1850. In: *II Colóquio em História Agrária*, 2007, Juiz de Fora. Campos e disputa: história agrária e companhia. São Paulo: Annablume, 2007. p. 127-152. p. 129; PRADO, Caio Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1977. p.285; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777/1808)*, 1985. p. 110.

3 CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do "Sistema Econômico Mundial e do Antigo sistema Colonial"; a preocupação obsessiva com a "Extração de excedente". In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 127-129.

capaz de promover um ganho social inestimável. Mônica Ribeiro de Oliveira, por meio da análise de uma série de inventários *post-mortem* destacou que, mesmo nas unidades produtivas mais pobres, os investimentos resultantes do trabalho, apesar de pequenos, eram preferencialmente destinados à compra de escravos[4].

Obviamente que a posse de um ou mais cativos não esteve ao alcance de todos, e muitos foram aqueles homens e mulheres que se dedicaram a manter suas unidades produtivas apenas com a utilização do trabalho familiar. Douglas Libby e Márcia Grimaldi ao analisarem os mapas populacionais da Província de Minas Gerais, certificaram que dos 20.000 domicílios levantados em amostra, 66,7% não possuíam escravos em sua composição social[5]. Da mesma forma, Herbert Klein e Clotilde Paiva ao pesquisarem os municípios de Campanha e Sabará em 1831, constataram que os domicílios sem escravos compunham 70% do total de fogos analisados[6]. Tais resultados coadunam ainda com as alegações de Iraci da Costa que, ao investigar os dados existentes para a área paulista e mineira, no final do século XVIII e no início do século XIX, demonstrou a preponderância de fogos sem cativos, ou seja, dos não proprietários de escravos[7].

No entanto, ainda que a ausência do elemento cativo caracterizasse a maior parte dos homens e mulheres presentes em Minas Gerais, certo é que muitos foram os indivíduos que conseguiram obter por meio de herança, dotes e/ou acumulo de capital, a aquisição de um ou mais mancípios. Dessa forma, além da presença majoritária de pequenas unidades escravistas, houve também a supremacia da figura do pequeno proprietário, comumente caracterizado como aqueles homens e mulheres que contavam com um reduzido número de mancípios em suas escravarias.

Carlos Magno Guimarães e Liana Reis foram os primeiros autores a destacar a relevância das pequenas propriedades escravistas na Capitania, e ao analisar essas pequenas unidades produtivas perceberam a diversidade dos ofícios, atividades de produção e as

---

4 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870. (Tese de Doutorado em História). Rio de Janeiro: Niterói, Universidade Fluminense, 1999. p. 146-147.

5 LIBBY, Douglas C.; GRIMALDI, Márcia. Equilíbrio e Estabilidade: economia e comportamento em um regime escravista, Minas Gerais no século XIX. In: *Papéis Avulsos*, n.7, p. 26-43, dezembro 1988. p. 97.

6 KLEIN, Herbert. S; PAIVA, Clotilde. A. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. In: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 27, n.2, p. 309-335, 1997. p. 313-315.

7 COSTA, Iraci. *Arraia Miúda*: um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP editores, 1992. p. 2.

diferentes possibilidades de aplicação do trabalho escravo em economias não exportadoras[8]. A presença de pequenas unidades escravistas pôde ser observada também por Roberto Martins que, ao analisar a paisagem mineira no século XIX, constatou que essa região era composta predominantemente por pequenas propriedades, sustentadas pela complementariedade existente entre o trabalho familiar e o trabalho cativo[9]. Os argumentos de Martins foram ratificados por Douglas Libby e também por João Fragoso que, além de destacarem a supremacia de pequenas propriedades, as quais não ultrapassavam o limite de cinco escravos, ressaltaram também a integração existente entre o trabalho familiar e a utilização da mão de obra escrava[10].

A presença preponderante de pequenas propriedades escravistas em Minas Gerais apresenta-se hoje, como uma conjuntura já consolidada pela historiografia. No entanto, se muito se conhecer acerca da estrutura de posse cativa existente nas Gerais, pouco ainda se sabe sobre a estrutura e o funcionamento dessas pequenas unidades produtivas. O perfil desses pequenos proprietários, assim como a relação dos bens que se encontravam sob a posse desses indivíduos são aspectos que carecem ainda de análises mais profundas e específicas. Nesse sentido, com o intuito de melhor conhecer esses sujeitos históricos e a distribuição dos bens que se encontrava sob a posse desses homens e mulheres, essa pesquisa se dedicará a analisar os pequenos proprietários de Barbacena, Minas Gerais, entre os anos de 1830 a 1850.

A formação e o desenvolvimento de Barbacena: uma breve abordagem

Barbacena, também conhecida como *Princesa do Campo*, fazia parte da sub-região das Vertentes-Mantiqueira, e estava estrategicamente localizada no chamado Planalto da Mantiqueira[11]. Em termos jurídico-administrativos, sua origem remonta ao ano de 1709, quando ainda pertencia à Comarca do Rio das Mortes e era parte integrante dos chamados "*sertões da Mantiqueira*". Os *"sertões da Mantiqueira"*, também conhecidos como *"áreas*

---

8 GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e Caminhos de Minas (1700-1750). In: *Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG*. 2 (1986): 7-36. p. 24.

9 MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ UFMG, 1982. p. 53.

10 Nesse sentido, ver: LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais do século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 123-125; FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de janeiro. Arquivo Nacional. 1992. p. 113.

11 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*, 1999. p. 94.

proibidas", caracterizavam-se pela presença de índios selvagens e matas muito densas, além de ser uma área inicialmente vetada à circulação de pessoas e a constituição de sítios volantes[12].

Cortada pelo trajeto do Caminho Novo desde os primeiros anos do século XVIII, essa região foi sendo gradativamente ocupada, e se tornou parada obrigatória para todos os viajantes que quisessem chegar às minas de ouro e também à Capitania do Rio de Janeiro[13]. Assim, para melhor controlar a circulação de mercadorias e também os constantes furtos e contrabando de ouro que eram realizados nesse novo percurso, a Coroa portuguesa criou o primeiro Registro do Campo, uma unidade responsável por controlar a entrada e a saída dos produtos, e também por garantir a maior segurança dos viajantes que por ali passavam.

Esse Registro deu origem ao Arraial da Borda do Campolide, que foi posteriormente denominado como Freguesia da Borda do Campo, hoje, atual cidade de Barbacena[14]. No que tange a ocupação e desenvolvimento dessa região, importa-nos ressaltar que a diversificação econômica presente na Capitania de Minas Gerais foi um traço marcante na configuração desse espaço. Já na segunda metade do século XVIII, com o esgotamento dos aluviões auríferos, vários grupos sociais da oligarquia mineira, assim como um elevado número de posseiros e pequenos proprietários, buscaram incrementar suas atividades econômicas por meio de outras alternativas de negócio.

Por ser uma região de fronteira aberta e com vasta disponibilidade de terras a serem ocupadas, os "*sertões"* tornaram-se bastante atrativos, e ao longo do Caminho Novo surgiram inúmeras roças, ranchos e paragens. Esses estabelecimentos dedicavam-se ao cultivo e distribuição da produção agrícola, como milho, feijão, arroz, mandioca, dentre outros gêneros alimentícios. Nessas roças a pecuária também se fez presente, sendo a criação de bois, vacas, porcos e ovelhas uma constante. Ademais, além das atividades agropecuárias havia também atividades ligadas ao setor têxtil, como por exemplo, a confecção de tecidos mais grossos[15].

---

12 Para maiores informações, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLVIII. p. 100-115, 2012; RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. Dissertação de Mestrado: FFLCH, USP, São Paulo. 2002.

13 Para maiores informações acerca do percurso do Caminho Novo, ver: LAGUARDIA, Rafael Martins. *Dos Dízimos a Demarcação de Terras*: Geoprocessamento aplicado aos Módulos Rurais (Juiz de Fora, séculos XVIII-XIX). (Tese de Doutoramento em História). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2015.

14 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*, 1999. p. 95.

15 CARVALHO, Sheldon Augusto. Barbacena, uma sociedade escravista: tráfico de escravos e abolição da escravatura. In: *Revista tempo de conquista*. Vol. 7, 2010. Disponível em: www.revista.tem.

Com o passar dos anos, a proeminência da Freguesia da Borda do campo se tornou notória, pois além de ser a freguesia mais central e populosa do distrito, sua proximidade com o Caminho Novo a tornava uma peça fundamental para o desenvolvimento e funcionamento do comércio na região. Esta freguesia se tornou a grande responsável por abastecer as áreas mineradoras e os demais mercados locais em formação, e a posteriori, passou a comercializar gêneros alimentícios também para fora da Capitania, atendendo aos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo[16].

A princípio, Barbacena configurava-se como parte integrante dos territórios de São João Del Rei e São José Del Rei (atual cidade de Tiradentes), pertencendo inicialmente ao primeiro e, posteriormente ao segundo. Mas, em virtude de sua expansão demográfica e econômica, e devido à distância que separava a Borda do Campo da sede do Termo, no ano de 1791 os moradores da freguesia solicitaram o desmembramento dessa localidade, gerando a criação do Termo de Barbacena, que foi assim denominado em homenagem ao Governador Luiz Antônio Furtado, também conhecido como Visconde de Barbacena. Em 1833, a Vila de Barbacena foi desmembrada da Comarca do Rio das Mortes e passou a ser parte integrante da Comarca do Rio Paraibuna, sendo elevada a condição de cidade já no ano de 1840, quando se constituiu como o núcleo central da região da Mantiqueira[17].

O Termo de Barbacena se estruturou como um importante complexo agrário escravista, e por meio das empresas agro-pastoris que foram ali instaladas, delineou-se nessa região um vigoroso processo de ocupação de terras, mesclando o estabelecimento de pequenas, médias e grandes propriedades. Essas unidades produtivas apresentavam características camponesas e escravistas, sendo de fundamental importância para a formação do sistema agro-mercantil da região[18].

De acordo com Nestor Massena, Barbacena foi durante todo o século XIX um grande produtor de gado bovino de corte e leiteiro, produtor de laticínios, gado suíno, tabaco, água ardente, milho, feijão e fubá. Produtos que além de comprovar a existência de um dinâmico e vigoroso mercado interno, tinham por finalidade abastecer as próprias regiões mineiras, bem como suprir as necessidades da Província do Rio de Janeiro[19].

---

16 CARVALHO, Sheldon Augusto. *As Perspectivas de Senhores, Escravos e Libertos em torno do Pecúlio e das Redes Familiares no Desagregar da Escravidão em Barbacena. (1871-1888)*. (Dissertação de Mestrado) – UFF- Niterói, 2008. p. 35.

17 Nesse sentido, ver: MASSENA, Nestor. *Barbacena*: A terra e o homem. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. p. 276, 285 e 328; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*, 1999. p. 95.

18 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Op. cit., 1999. p. 32.

Esse dinamismo pôde ser constatado também por Mônica Ribeiro de Oliveira que, ao analisar a região das Vertentes da Mantiqueira, especificamente o Termo de Barbacena, comprovou a existência de uma economia de mercado interno bastante dinâmica, com níveis de riquezas e de propriedades escravas bastante diferenciadas. Segundo as análises da autora, a economia de Barbacena possuía vivacidade suficiente para importar e reproduzir sua força de trabalho, assim como de manter seu próprio regime escravista[20]. Da mesma forma, Sheldon Augusto Carvalho ao analisar a conformação do Termo de Barbacena, destacou o seu grande potencial econômico e produtivo-escravista, alegando que a economia do Termo além de prover a subsistência de suas próprias unidades produtivas, destacava-se por conseguir atender as esferas mercantis de produção e o abastecimento dos mercados domésticos da região[21].

Outro fator capaz de comprovar o dinamismo alcançado por Barbacena no século XIX foi o número total de mancípios existentes na localidade, visto que já ano de 1833, Barbacena possuía 16.801 cativos, o que significa dizer que 46,46% de sua população total era composta por escravos. Estes números, além de atestar o crescimento econômico do Termo de Barbacena, demonstram a presença de empresas escravistas envolvidas em circuitos mercantis de produção, bem como a difusão da propriedade escrava também em atividades que não estavam diretamente ligadas à agroexportação[22].

Todavia, ainda que a população de Barbacena contasse com um expressivo número de escravos, a distribuição desses mancípios entre as propriedades que compunham a localidade foi extremamente reduzida. Mônica Ribeiro de Oliveira constatou que havia uma média de 2,5 escravos por unidade produtiva, e que nas propriedades que possuíam alguma ligação com a produção de mercado essa média chegava a 10,4 escravos por domicílio, demonstrando-nos a confluência existente entre o trabalho cativo e a mão de obra familiar[23].

Trabalhos recentes endossam os argumentos já mencionados. A título de exemplo, podemos citar a pesquisa de Fábio Pinheiro que, ao analisar a estrutura de posse de escravos no Termo de Barbacena na primeira metade do século XIX, constatou que 73% dos

---

19 MASSENA, Nestor. *Barbacena*, 1985. p. 398.

20 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*, 1999. p. 105.

21 CARVALHO, Sheldon Augusto. *As Perspectivas de Senhores, Escravos e Libertos em torno do Pecúlio e das Redes Familiares no Desagregar da Escravidão em Barbacena*, 2008. p. 30.

22 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*, 1999. p. 90-91.

23 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro . Op. cit., p. 103.

inventários por ele analisados possuíam ao menos um cativo[24]. Resultados semelhantes fizeram-se presentes também na pesquisa de Adriano Braga Teixeira que, ao abordar a mesma região, destacou a supremacia das propriedades que contavam com a presença de um até cinco escravos em sua composição social[25].

Mas, embora Barbacena contasse com a presença preponderante de pequenas e médias propriedades, Mônica Ribeiro de Oliveira constatou também a existência de propriedades com até 28 escravos, confirmando a capacidade de acumulação que essas unidades produtivas poderiam vir a alcançar. De acordo com a referida autora, tanto essas quanto as propriedades de menor porte acima mencionadas, caracterizavam-se pela diversificação interna que possuíam, com terras de cultura, pastos, capoeiras, benfeitorias variadas como engenho, paiol e moinho, além de rebanhos e um acentuado número de animais de tiro[26].

Os pequenos proprietários de Barbacena (1830-1850)

Os inventários *post-mortem* são fontes documentais muito diversificadas e plurais. Esses documentos, além de serem bastante utilizados para confecção de pesquisas históricas nas mais diversas áreas e abordagens, constituem-se como um importante testemunho do passado, permitindo ao pesquisador abordar e conhecer os múltiplos aspectos econômicos, sociais e culturais de uma dada sociedade. No que se refere à história econômica e social de Minas Gerais, os inventários *post-mortem* tornaram-se um aparato fundamental para o entendimento da sociedade, pois, a partir do exame dessa fonte documental tornou-se possível analisar a "condição de vida dos inventariados e de seus familiares"[27], possibilitando-nos melhor entender o comportamento e as diversas relações sociais e econômicas que foram estabelecidas por um determinado grupo.

Os inventários por nós utilizados encontram-se sob a guarda do Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS), em Barbacena, e pertencem a 1° e a 2° vara cível. Selecionamos como objeto de estudo todos aqueles homens e mulheres que detinham a posse

---

24 PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos planteis mineiros. Zona da Mata – 1809-1830*. (Dissertação de Mestrado em História) Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 128.

25 TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial: uma vila mineira a última década dos setecentos. In: *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junto de 2005. www.lahes.ufjf.br.

26 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*, 1999. p. 103.

27 PITZER, R. R. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre fonte múltipla - inventários post-mortem. In: *Revista Arrabaldes*, Petrópolis, n. 2, p. 29-52, set./dez. 1998. p. 33.

de um até três cativos em suas unidades produtivas no período de 1830 a 1850. Nesse sentido, a metodologia por nós empregada consistiu em coletar todos aqueles documentos que contassem com a presença de um, dois ou três cativos na descrição dos bens do inventariado, perfazendo um total de 89 inventários *post-mortem*. Assim, através da análise desses 89 documentos buscaremos identificar, primeiro, quem eram os homens e mulheres por nós analisados. Partimos do pressuposto de que a análise acerca do estado civil, sexo, grau de parentesco entre inventariados e inventariantes, número de filhos, bem como o percentual de proprietários que detinham a posse sob um, dois ou três cativos, muito poderá nos ajudar a melhor conhecer e caracterizar o grupo de análise em questão.

Dos 89 pequenos proprietários que foram inventariados entre os anos de 1830 a 1850, 49 eram homens e 40 eram mulheres, perfazendo um total de 55% e 45%. No que se refere aos inventariantes, 53 eram do sexo masculino e 36 do sexo feminino, representando 60% e 40% dos indivíduos analisados. Dos 89 homens e mulheres que foram inventariados, 63 eram casados, o que significa dizer que 70,8% dos pequenos proprietários que contavam com a posse de um até três cativos em suas unidades produtivas, deixaram cônjuges vivos após a sua morte. Do restante, 22 eram viúvos e apenas quatro eram solteiros, representando respectivamente 24,7% e 4,5% do total.

Em respaldo a esse resultado, foi-nos possível perceber que 78,6% dos inventariados possuíam filhos, e que na maior parte dos casos analisados a prole desses indivíduos girava em torno de quatro a sete crianças. Obviamente que nem todos os filhos eram menores de idade, sendo-nos possível constatar a presença de jovens, adultos casados e com filhos, e até mesmo de filhos já falecidos. Interessante notar que, a presença preponderante de indivíduos casados e com um elevado número de filhos em suas residências muito coaduna as constatações já apresentadas por Hebe Mattos, permitindo-nos inferir que a condição básica para sobrevivência de um indivíduo, principalmente no que diz respeito aos pequenos proprietários, era a constituição de uma família numerosa e o acesso a terra[28].

A menção às segundas núpcias pôde ser observada em apenas seis documentos, sendo cinco referentes a inventariados homens e apenas um alusivo a uma pequena proprietária mulher. No entanto, apesar de pouco expressivo entre o conjunto de documentos por nós analisados, corroboramos com os argumentos levantados por Valter Martins que, ao analisar os pequenos agricultores de Campinas na primeira metade do século XIX, percebeu que poucos eram os homens viúvos que se mantinham em luto ou solitários por muito tempo. De

28 MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 45.

acordo com o autor, o acesso às segundas núpcias foi uma constante na vida destes pequenos proprietários, primeiro por uma razão de sobrevivência e, segundo, pela necessidade da figura materna na criação e educação dos filhos[29]. Ao que tudo indica, a preocupação em não ficar só pode ter levado muitos dos pequenos proprietários de Barbacena a recorrerem ao segundo matrimônio, o que provavelmente explicaria a pequena porcentagem dos chefes viúvos encontrados, além de reforçar a extrema magnitude que a instituição do casamento assumiu na vida desses homens e mulheres.

No que se refere ao grau de parentesco que unia inventariados e inventariantes, foi-nos possível perceber que dos 63 proprietários que foram descritos como casados, 54 tiveram como inventariante o próprio cônjuge, representando 60,7% dos casos analisados. Os outros homens e mulheres casados tiveram como inventariantes os próprios irmãos, embora fosse possível encontrar registros nos quais os pais haviam sido os responsáveis pela abertura do processo. Dos 22 proprietários viúvos, nove foram inventariados pelos filhos, somando 41% do total analisado. Os demais tiveram como inventariante seus pais, irmãos, genros e compadres, além de três casos em que essa informação não apareceu. Entre os quatro solteiros, um foi inventariado pela mãe, outro pelo tio, e dois pelos respectivos compadres.

Já no que diz respeito à posse de escravos, foi-nos possível perceber que dos 89 pequenos proprietários analisados, 27 detinham a posse sob um único cativo, 32 homens e mulheres possuíam dois escravos e 30 indivíduos contavam com a mão de obra de três mancípios. De maneira geral, os resultados foram bastante semelhantes, visto que a diferença entre os grupos de indivíduos que possuíam um, dois ou três cativos foram ínfimas. Em termos de porcentagem esses indivíduos somaram respectivamente 30,3%, 36% e 33,7% do grupo por nós analisado.

Como esperado, dos 49 inventariados homens apenas dois possuíam títulos honoríficos, visto que José Simões Diniz foi intitulado como capitão e José Furtado de Figueiredo como alferes[30]. No inventário *post-mortem* do capitão José Simões Diniz, proprietário viúvo que foi inventariado por seu filho Lauriano José Diniz no ano de 1843, foi-nos possível constatar a presença de terras, bens de raiz, pessoais, semoventes e também um alto valor em dívidas ativas. Dentre os bens mais valiosos que compunham a fortuna do

29 MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos*: Os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850). Campinas: Centro de Memória – UNICAMP, 1996. p. 53.

30 Para maiores informações acerca do acesso a títulos e patentes, ver: COSTA, Ana Paula Pereira. *Armar escravos em Minas colonial*: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750. (Tese de Doutorado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

capitão José Simões Diniz podemos citar a existência de uma casa grande com varanda avaliada no valor de 1:200$000 mil réis, e que chegou a representar 21,1% do total dos bens avaliados. Os três alqueires de terra que possuía próximo à Capela do Livramento e as duas escravas nativas já em idade avançada, representaram apenas 0,5% e 8,4% dos bens avaliados, permitindo-nos concluir que, ao menos nessa pequena propriedade, a posse de um ou mais escravos não se constituiu como bem mais relevante[31].

O documento do alferes José Furtado Figueiredo, homem casado e que foi inventariado por sua mãe Dona Balbina da Silva no ano de 1844, permitiu-nos perceber que além de alferes esse pequeno proprietário era também um comerciante de fazendas secas, responsável por fornecer diversos tipos de produtos e mercadorias aos habitantes de Barbacena, tais como: tecidos, roupas, chapéus, ferraduras, laços, cordas entre outros. Assim como no documento do capitão José Simões Diniz, no inventário *post-mortem* do alferes Figueiredo, o imóvel avaliado no valor de 2:500$000 mil réis também foi o bem de maior grandeza, e chegou a representar 22,8% do valor total dos bens que se encontravam sob a posse desse pequeno proprietário[32].

Os comerciantes tiveram papel fundamental no financiamento da produção rural. Especializados em diversos ramos comerciais, esses agentes conseguiam acumular capital suficiente para emprestar tanto aos grandes senhores de terras, quanto aos pequenos produtores locais. Sheila de Castro Faria ao analisar os inventários *post-mortem* referentes à região de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, constatou a existência de três tipos de comerciantes: os “pequenos comerciantes”, representados pelos vendeiros, mascates, caixeiros e negociantes de roupas usadas, eram todos aqueles homens que comercializavam miudezas; os “comerciantes de fazendas” que, além de comercializar tecidos, miudezas e outras fazendas, atuavam também como “usurários”, emprestando e/ou fornecendo dinheiro e créditos eventualmente; e os “usurários” propriamente ditos, que diferente dos outros dois tipos de comerciantes, comercializam apenas dinheiro[33].

Tomando como base a classificação acima mencionada, torna-se possível presumir que o alferes José Furtado Figueiredo era um pequeno “comerciante de fazendas”, pois além de vender miudezas, seu inventário *post-mortem* permitiu-nos constatar que esse pequeno

31 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de José Simões Diniz, caixa 147, ordem 04, 2° vara cível.

32 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de José Furtado Figueiredo, caixa 97, ordem 04, 2° vara cível.

33 FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*: família e fortuna no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 178-186.

proprietário emprestava e fornecia créditos aos demais habitantes do Termo. Normalmente, quando o comerciante possuía uma loja própria e já estabelecida na localidade, os documentos costumavam mencionar e até mesmo indicar a localização da venda. Não obstante, no inventário do alferes Figueiredo não houve menção a nenhuma loja ou venda, sendo-nos possível supor a atuação desempenhada por esse indivíduo por meio da análise de seus bens pessoais e dívidas ativas[34]. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a loja, venda ou armazém que esse pequeno proprietário possuía, encontrava-se instalada na parte inferior de sua propriedade, como uma extensão da casa em que morava.

José Figueiredo detinha ainda a posse sob três cativos: Joaquim da Costa de 35 anos, Manoel Crioulo de 18 anos e Rufino de Nação de 16 anos de idade. Interessante notar que o cativo Manoel possuía o ofício de alfaiate e, muito provavelmente, ajudava o pequeno proprietário comerciante em seus negócios. Os outros dois escravos, é possível supor, ficavam responsáveis pela manutenção da propriedade, realizando tarefas cotidianas que permitiam o melhor funcionamento da unidade produtiva[35].

Embora o inventário do alferes José Furtado Figueiredo tenha nos permitido aventar uma hipótese acerca do ofício de ocupação que era desempenhado por esse indivíduo, as informações referentes às atividades que eram realizadas pelos inventariados esteve ausente na maior parte dos documentos. No entanto, na medida em que nos dedicávamos a observar as terras, os bens pessoais e os bens semoventes que se encontravam sob a posse desses pequenos proprietários, tornava-se possível conjecturar teorias a respeito da atuação desses homens e mulheres. A título de exemplo, podemos citar o caso do pequeno proprietário Manoel Rodrigues Reis, homem viúvo e que foi inventariado pelo seu irmão Gabriel da Costa Silva no ano de 1831.

O inventário de Manoel Rodrigues Reis não mencionou a ocupação que era desempenhada por esse indivíduo, sendo-nos possível inferir esse dado por meio dos bens pessoais, semoventes e das terras que esse pequeno proprietário possuía. Diferente da maior parte dos documentos analisados, no inventário *post-mortem* de Manoel Rodrigues a posse de terras veio devidamente elencada, sendo-nos possível constatar a presença de terras de fazenda, terras de cultura, campos e pastos.

---

34 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de José Furtado Figueiredo, caixa 97, ordem 04, 2° vara cível.

35 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de José Furtado Figueiredo, caixa 97, ordem 04, 2° vara cível.

Além das terras, esse pequeno proprietário detinha a posse sob sete bois de carro, 18 vacas, seis bezerros, sete porcos, uma besta, uma égua e um potro. Entre os bens pessoais destacaram-se um carro de boi ainda novo, o qual provavelmente era utilizado para comercializar o excedente de produção. No que se refere aos instrumentos de trabalho, podemos citar os machados e serras ainda novos, utilizados para domar a vegetação nativa e preparar o terreno, bem como a presença de enxadas, foices, ferramentas de capinar e ferros de cova, essenciais para o cultivo dos gêneros alimentícios[36]. Tais características permitiu-nos inferir que, muito provavelmente, esse pequeno proprietário dedicava-se a realizar atividades agropecuárias e, além de abastecer o próprio domicílio, poderia vir a fornecer gêneros alimentícios também ao comércio local.

Contudo, os casos acima expostos elucidam situações específicas e, justamente por isso, não podem ser tomados como padrão. Muitos dos pequenos proprietários por nós analisados caracterizavam-se pela presença de parcos recursos econômicos, precários instrumentos de trabalho e pequenas possessões de terra. O inventário *post-mortem* de José Garcia Silva permite-nos melhor exemplificar esta afirmação. José Garcia era um homem casado e que foi inventariado pela esposa Ana Maria de Jesus no ano de 1836. Entre os bens que compunham a fortuna desse pequeno proprietário foi-nos possível encontrar a posse sob uma pequena porção de terras de cultura, uma égua já muito velha e um machado antigo. Seus maiores investimentos encontravam-se concentrados na posse de seus três cativos, os quais chegaram a somar 62,3% do valor total de sua fortuna[37].

Situação semelhante pôde ser encontrada no inventário de Modesto Lopes da Silva, homem casado e que foi inventariado pela esposa Ana Rosa da Silva em 1850. Esse pequeno proprietário possuía uma casa muito pequena, poucas benfeitorias e dois alqueires de terra de cultura avaliados no valor de 322$000 mil réis. Entre seus instrumentos de trabalho constatamos a presença de apenas uma foice e uma enxada já muito velha. Modesto Lopes detinha ainda a posse sob um único cativo jovem, avaliado no valor de 400$000 mil réis, o qual em conjunto com as terras de cultura já citadas, compunha o grosso de sua fortuna[38].

Interessante notar que, apesar de se tratar da análise de um grupo muito restrito, havia diferenças substanciais entre esses pequenos proprietários. Tais diferenças, muito

36 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de Manoel Rodrigues Reis, caixa 82, ordem 05, 2° vara cível.

37 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de José Garcia Silva, caixa 31, ordem 12, 1° vara cível.

38 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de Modesto Lopes da Silva, caixa 22, ordem 04, 1° vara cível.

provavelmente, acabaram por influenciar a composição e a concentração da riqueza desses homens e mulheres ao longo do período analisado. Dessa forma, após identificar e melhor conhecer os pequenos proprietários de Barbacena, resta-nos analisar a relação dos bens que se encontravam sob a posse desses indivíduos. Como estava estruturada a composição e a concentração da riqueza desses pequenos proprietários? Qual seria o bem mais valorizado e que teve maior participação no valor total das fortunas? Essas são algumas questões ainda em aberto que a presente pesquisa buscará responder.

A relação dos bens que se encontravam sob a posse dos pequenos proprietários de Barbacena (1830-1850)

O estudo da composição da riqueza que foi inventariada pelos pequenos proprietários de Barbacena nos possibilita, em um dado recorte cronológico, ter acesso aos investimentos que foram realizados por essa parcela da população, sendo-nos possível arriscar algumas considerações acerca da lógica econômica que regia essa sociedade na primeira metade do século XIX. O quadro abaixo nos permite melhor visualizar como estava distribuída a riqueza desses homens e mulheres entre os anos de 1830 a 1850:

Quadro 1 – Composição da riqueza dos pequenos proprietários do Termo de Barbacena (1830 -1850)

Bens	**Valor**	**%**
Escravos	67:628$080	38,7%
Terras	50:634$625	29%
Bens de Raiz	15:854$400	9,2%
Dívidas Ativas	15:528$375	8,7%
Animais	15:020$000	8,6%
Objetos	10:084$670	5,8%
Monte-Mor	174:750$150	100%

Fontes: Inventários post-mortem de Barbacena. (AHMPAS) – MG 1830-1850

Os dados apresentados permitiu-nos comprovar que a concentração de riqueza dos pequenos proprietários de Barbacena avultou-se em torno de dois bens em específico: escravos e terras. Entre os homens e mulheres analisados, os escravos foram responsáveis por 38,7% do valor total dos bens, demonstrando-nos a importância que essa mão de obra assumiu também em economias não exportadoras. Ao analisar de forma mais intrínseca os escravos que se encontravam presentes nessas pequenas propriedades foi-nos possível perceber que, dos 181 cativos contabilizados nos documentos, 79 eram escravos africanos, 71 eram nacionais, entre

eles crioulos, pardos e cabras, e 31 mancípios não apresentaram nenhuma informação relativa às suas origens.

Os africanos representaram 43,6% dos mancípios contabilizados, sendo preponderante a presença de homens adultos em idade produtiva, os quais chegaram a somar 79,7% (63 escravos) do total, enquanto as mulheres perfizeram apenas 20,3% (16 escravas). Entre os cativos nacionais constatamos um maior equilíbrio entre os sexos com 40 homens (56,3%) e 31 mulheres (43,7%). Os escravos cuja origem não foi mencionada no documento também apresentaram um maior equilíbrio entre os sexos com 18 homens (58,1%) e 13 mulheres (41,9%). Tais resultados possibilitou-nos inferir que a reposição da mão de obra cativa nas pequenas propriedades de Barbacena dava-se por meio de duas vias distintas, porém não excludentes: a reprodução natural e a reposição via tráfico.

De acordo com Jonis Freire, uma das perspectivas historiográficas acerca da reposição da mão de obra cativa é a que busca no tráfico atlântico a resposta para o aumento do número de escravos presentes em uma determinada propriedade. A outra vertente analítica é a que leva em consideração a reprodução natural dos mancípios, afirmando que o aumento do contingente escravo se dava por meio do crescimento vegetativo da população[39]. Mas, segundo as constatações de Freire, isoladamente, nenhuma das duas vertentes mostra-se apropriada para explicar o crescimento da população mancípia em localidades de economia menos aquecida, pois tal crescimento somente poderá ser compreendido se percebermos que esses dois processos se alternavam de acordo com diferentes conjunturas econômicas e sociais, e que os mecanismos de reposição supramencionados podem não ter sido excludentes, mas sim, complementares[40].

Decerto, muitas eram as variáveis que podiam vir a influenciar o preço pago pelos cativos e, por isso, de acordo com as alegações de Beatriz Magalhães, a posse de cativos era o melhor parâmetro utilizado para se medir a riqueza de um indivíduo[41]. Para além de fatores externos, como o período e as flutuações do mercado, o sexo, idade, ofício de ocupação e também as qualidades físicas dos mancípios eram fatores condicionantes do valor investido nessa mão de obra. A título de exemplo, podemos citar o caso dos escravos que se encontravam presentes na propriedade de Gertrudes da Encarnação, mulher casada e que foi inventariada pelo filho

39 FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 2009. p. 83-84.

40 FREIRE, Jonis. Op. cit., 2009. p. 83-86.

41 MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Evolução da economia e da riqueza na comarca do Rio das Velhas – capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In: *X Seminário Sobre Economia Mineira*. Diamantina, 2002. Texto disponível em: www.cedepla.ufmg.br/diamantina2002/textos/D04.PDF.

Geraldo no ano de 1833. Essa pequena proprietária detinha a posse sob três cativos: Isidoro Crioulo de 80 anos, já muito velho e sem valor algum, Teresa Crioula de 70 anos, defeituosa da vista e, por isso, sem nenhum valor monetário, e José Benguela de 60 anos, sem defeito, ainda saudável e avaliado no valor de 140$000 mil réis[42]. Dadas as características acima descritas, não nos surpreende que os escravos de Gertrudes somassem apenas 2,5% da fortuna dessa pequena proprietária que, acumulou em terras e bens de raiz os seus maiores investimentos (86,1%).

Situação díspar pôde ser observada no inventário *post-mortem* de Dona Josefa Felizarda, inventariada pela filha Dona Constança Teodora de Lima no ano de 1846. Essa pequena proprietária detinha a posse sob três cativos, todos eles homens e em idade produtiva, os quais chegaram a representar 95,2% do valor total de sua fortuna. Em contra partida, Dona Josefa Felizarda não possuía terras, e o seu único bem de valor além dos mancípios era uma morada de casas coberta com telhas em terreno alheio, avaliada no valor de 50$000 mil réis (2,6%)[43].

Não obstante, a presença de alguma deficiência física acabava por desvalorizar até mesmo aqueles cativos mais jovens, como foi o caso de José Nação. José de Nação era propriedade de Agostinho Barbosa Vilhar, homem casado e que havia sido inventariado pela esposa no ano de 1832. Esse pequeno proprietário detinha a posse sob dois cativos, o já referido José de Nação de 16 anos que, por estar com o joelho defeituoso, foi avaliado no valor de 350$000 mil réis, e o escravo Manoel Nação que, em perfeito estado físico e de saúde, foi avaliado em 600$000 mil réis[44].

Além disso, importa-nos aludir que muitos dos cativos que se encontravam sob a posse dos pequenos proprietários de Barbacena podem ter sido recebidos por meio de dotes ou herança. Esse parece ter sido o caso de Francisca Miguelina do Carmo que, em 1830 recebeu como herança de seu falecido pai, Manoel Rodrigues Cunha, o cativo Antônio Nação de 30 anos que foi avaliado no valor de 200$000 mil réis[45]. No entanto, ainda que essas situações fossem demasiadamente comuns nas sociedades do século XVIII e XIX, representam casos particulares e, justamente por isso, não podem ser tomadas como paradigmas.

42 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de Gertrudes das Encarnação, caixa 53, ordem 01, 2° vara cível.

43 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de Josefa Felizarda, caixa 97, ordem 08, 1° vara cível.

44 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de Agostinho Barbosa Vilhar, caixa 54, ordem 03, 1° vara cível.

45 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de Francisca Miguelina do Carmo, caixa 88, ordem 26, 2° vara cível.

Nesse sentido, apesar dos casos em que os cativos haviam sido adquiridos por meio de dotes ou herança, e das variáveis que podiam vir a influenciar e alterar o preço desses mancípios no mercado, certo é que os pequenos proprietários de Barbacena buscaram investir principalmente na compra de escravos do sexo masculino, em especial, naqueles cativos que possuíam idades variáveis entre 15 e 44 anos. A nosso ver, o predomínio de escravos homens em idade produtiva, que em síntese, representava o melhor investimento que o dinheiro poderia vir a oferecer naqueles tempos[46], assinala a preferência por cativos imediatamente produtivos, demonstrando-nos que a racionalidade dos pequenos proprietários analisados parece ter sido a do máximo aproveitamento dessa mão de obra.

As terras representaram 29% do valor total dos bens avaliados, perdendo em proporção somente para os cativos. Dessa forma, no que se refere à posse de terras cabe-nos ressaltar que, optamos por classificar como "terras" tudo aquilo que era relacionado à terra plantada, como terras de cultura, campos, pastos e fazendas. Tal agrupamento fez-se necessário, pois nos inventários analisados essas informações raramente foram descritas de forma separada. Ainda assim, em alguns documentos foi-nos possível constatar informações específicas sobre pastos e terras de cultura, com plantações de milho, feijão, arroz e café, ainda que esse último cultivo fosse pouco recorrente.

Adriano Braga Teixeira ao analisar os inventários *post-mortem* de Barbacena no final do século XVIII, também identificou a posse de terras como um dos principais bens acumulados, responsável por concentrar a riqueza de muitos proprietários locais. De acordo com o autor, identificar a posse de terras como um dos bens mais representativos no valor total das fortunas pode ser o indicativo de que esses indivíduos almejavam não somente a possibilidade de subsistência, mas também a existência de mecanismos que lhes permitissem gerar acumulação de excedentes e incorporar cada vez mais mão de obra às suas propriedades[47].

No início do século XIX, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, fez-se cada vez mais notório o caráter policultor, diversificado e mercantil da produção do Termo de Barbacena. Nessa nova conjuntura houve a intensificação do uso da terra, fazendo com que, gradativamente, matas virgens fossem sendo substituídas por campos de criar e terras de cultura. A terra passou então a ser vista como o ponto de partida e, até mesmo como o pré-

46 Mônica Ribeiro de Oliveira, por meio da análise de uma série de inventários *post-mortem* constatou que, mesmo nas unidades produtivas mais pobres, os investimentos resultantes do trabalho, apesar de pequeno, eram preferivelmente destinados à compra de escravos. Para maiores informações, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999.

47 TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial, 2005. p. 15.

requisito básico para a maioria dos homens e mulheres que desejavam enriquecer, ou simplesmente sobreviver em meio a essa sociedade[48].

Por se tratar de uma região de fronteira aberta, inserida em uma economia de abastecimento interno e que possuía conexão comercial com outras áreas escravistas e agroexportadoras do Império, durante o século XIX, Barbacena se destacou pela grande abundância de terras disponíveis. Esses atributos foram os principais responsáveis pelo adensamento populacional que essa região sofreu ainda no final do século XVIII, fazendo com que muitos indivíduos, por meio da doação de sesmarias ou mesmo como posseiros, fossem aos poucos se estabelecendo nas terras livres que se encontravam presentes nessa região[49].

Interessante notar que, até mesmo entre os pequenos proprietários do Termo de Barbacena o acesso a terra foi uma constante, visto que entre os 89 pequenos proprietários por nós analisados, 67 (75,3%) possuíam ao menos um alqueire de terra, e que apenas 24,7% desses homens e mulheres não contavam com esse bem entre a composição de seus espólios. Certamente, os 22 proprietários que não detinham a posse sob nenhum pedaço de terra, poderiam estar vivendo como arrendatários, agregados ou até mesmo como posseiros, mas dada a ausência de fontes documentais, torna-se impossível inferir ou mesmo comprovar tais assertivas.

De acordo com as constatações de Alida Metcalf, muitos eram os agricultores e fazendeiros que ocupavam terras, mas poucos eram os indivíduos que possuíam o título de propriedade das mesmas. Nesse sentido, cabe-nos lembrar que, as sesmarias eram comumente concedias àqueles indivíduos que contassem com ao menos uma pequena fortuna, além da capacidade de se instalar e produzir na terra recebida. Tais exigências fez com que considerável parcela da população brasileira ficasse à parte dessas concessões, de modo que as grandes extensões territoriais ficassem concentradas nas mãos de uma única linhagem de indivíduos[50].

Todavia, com a independência do Brasil em 1822, o regime de sesmarias foi extinto e as terras devolutas passaram a ser ocupadas através da posse. A posse de terras passou a ser

---

48 TEIXEIRA, Adriano Braga. População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial - Barbacena - 1791/1822. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007. p. 80-81

49 Para maiores informações, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*, 1999; TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial, 2005.

50 METCALF, Alida Christine. Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820, PHD, University of Texas at Austin, 1983. p. 134-136.

justificada pelo trabalho e pelo cultivo que eram realizadas nas mesmas, resultando dai seu título de propriedade. Em sua essência, o sistema de posses era parecido com as doações de sesmarias, e também exigia a ocupação e a produção da terra concedida. Certamente, no Termo de Barbacena a seletiva de distribuição de terras por parte das autoridades coloniais não fugiu às suas origens e, inicialmente, a posse de terras ficou concentrada nas mãos dos indivíduos mais afortunados[51]. Ainda assim, muitos foram os pequenos proprietários que conseguiram ter acesso a esse espólio, fosse por meio da compra, herança ou ainda por meio do trabalho em terras alheias.

A título de exemplo, podemos citar o caso de Felícia Teodora de Castro, mulher casada e que foi inventariada pelo marido Pedro Moreira de Castro no ano de 1832. Felícia possuía um par de terras de campo na Fazenda de Ibitipoca, a qual havia sido recebida como herança de seu falecido pai, José de Souza[52]. Situação semelhante pôde ser percebida no inventário *post-mortem* de João do Bonfim e sua esposa Ana de Tal, que haviam sido inventariados pelo filho Joaquim João do Bonfim em 1844. Esse casal de pequenos proprietários detinha a posse sob uma pequena poção de terras em Porto de Santo Antônio, a qual havia sido herdada de Dona Floriana Maria da Silva Nunes[53].

Exemplo distinto pôde ser encontrado ao se analisar o inventário *post-mortem* de Ana Antônia de Amorim, mulher casada e que havia sido inventariada pelo marido em 1832. Essa pequena proprietária, além de possuir uma porção de terras avaliadas no valor de 200$000 mil réis, detinha ainda a posse sob uma pequena parte das terras que pertenciam a Fazenda das Alboras, bem como parte das terras que pertenciam a Fazenda de Morro Grande, a qual se encontrava sob a posse de João Tavares[54].

Ao analisar os registros de terra pertencentes a São João Del Rei, Afonso Alencastro Graça Filho pôde constatar que, a posse de terras era adquirida fundamentalmente através das heranças familiares, mas que em alguns casos, a compra e a exploração eram feitas também

---

51 Nesse sentido, ver: RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo*: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). (Tese de Doutorado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008; RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*, 2002.

52 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de Felícia Teodora de Castro, caixa 53, ordem 07, 1° vara cível.

53 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de João do Bonfim e sua esposa Ana de Tal, caixa 119, ordem 30, 2° vara cível.

54 Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de Ana Antônia de Amorim, caixa 51, ordem 27, 1° vara cível.

por meio de sociedade[55]. Assim, ainda que os inventários *post-mortem* referentes aos pequenos proprietários de Barbacena não nos tenha permitido identificar com clareza a origem das terras que pertenciam ao inventariado, torna-se possível inferir que a herança e a compra individual ou em sociedade foram, comumente, os meios mais usuais para se adquirir esse espólio.

Considerações finais:

A análise dos inventários *post-mortem* dos pequenos proprietários que se encontravam presentes no Termo de Barbacena entre os anos de 1830 a 1850, permitiu-nos perceber como se deu a composição e a concentração da riqueza desses homens e mulheres na primeira metade do século XIX. Nesse sentido, foi-nos possível constatar que a concentração de riqueza desses indivíduos se manteve reunida em torno de dois bens em específico, a saber: escravos e terras. Esses espólios foram os responsáveis por 38,7% e 29% do valor total das fortunas acumuladas, sobressaindo-se de forma significativa em relação ao outros bens que foram apurados.

Como vimos, Barbacena foi durante todo o século XIX um grande produtor de gado bovino de corte e leiteiro, produtor de laticínios, gado suíno, tabaco, água ardente, milho, feijão e fubá. Tais produtos além de abastecer os próprios mercados locais e as regiões mineradoras, dedicavam-se a suprir também as necessidades de outros mercados da Corte como, por exemplo, a Capitania do Rio de Janeiro. Essa região era formada majoritariamente pela presença de pequenas unidades produtivas, característica que além de atestar a importância das atividades agropecuárias, permitiu-nos perceber que a difusão da propriedade escrava não esteve diretamente ligada a áreas e mercados agroexportadores.

Dada as características da região por nós analisada, não nos surpreende que os cativos e a posse de terras tenham sido os bens mais representativos das fortunas, visto que a mão de obra escrava associada ao trabalho familiar, e a disponibilidade de terras livres para o cultivo e criação de animais eram as condições básicas para o estabelecimento e o funcionamento de propriedades que tinham suas atividades econômicas voltadas, principalmente, para a produção e o abastecimento do mercado interno.

No que se refere ao perfil dos pequenos proprietários do Termo de Barbacena, foi-nos possível constatar uma maioria de homens e mulheres casados, característica que muito

55 GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. As flutuações dos preços e as fazendas escravistas de São João del Rei no século XIX. In: *IX Seminário sobre a economia mineira, Diamantina. IX Seminário sobre a economia mineira.* UFMG/Cedeplar : Belo Horizonte, 2000. v. 1. p. 147-178. p. 159.

coaduna com as ponderações realizadas por Hebe Matos que, ao analisar os pequenos lavradores da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa de Capivary, Rio de Janeiro, comprovou que o acesso a terra e a constituição de uma família numerosa eram as condições fundamentais para sobrevivência e a permanência desses indivíduos na localidade[56].

Além disso, a análise dos inventários *post-mortem* permitiu-nos perceber que esses pequenos proprietários buscavam investir principalmente na compra de escravos homens em idade produtiva, demonstrando-nos a preferência por cativos imediatamente produtivos e, consequentemente, o máximo aproveitamento dessa mão de obra. Somado a esse fator, constatar a posse de terras como o segundo bem mais representativo entre as fortunas por nós analisadas possibilita-nos inferir, tal como Adriano Braga Teixeira, que esses homens e mulheres almejavam não somente a possibilidade de subsistência, mas também a existência de mecanismos que lhes permitissem gerar acumulação de excedentes e incorporar cada vez mais mão de obra às suas propriedades[57].

Referências:

Fontes primárias:

Inventários *post-mortem* disponíveis no Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi (AHMPAS), referentes a 1° e 2° vara cível.

Fontes bibliográficas:

CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial e do Antigo sistema Colonial”; a preocupação obsessiva com a “Extração de excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARVALHO, Sheldon Augusto. *As Perspectivas de Senhores, Escravos e Libertos em torno do Pecúlio e das Redes Familiares no Desagregar da Escravidão em Barbacena. (1871-1888)*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, UFF- Niterói, 2008.

56 MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*, 1995. p. 45.

57 TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial, 2005. p. 15.

CARVALHO, Sheldon Augusto. Barbacena, uma sociedade escravista: tráfico de escravos e abolição da escravatura. In: *Revista tempo de conquista*. Vol. 7, 2010. Disponível em: www.revista.tem.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Armar escravos em Minas colonial*: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750. (Tese de Doutorado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

COSTA, Iraci. *Arraia Miúda*: um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP editores, 1992.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*: família e fortuna no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de janeiro. Arquivo Nacional. 1992.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 1730-1850. In: II *Colóquio em História Agrária*, 2007, Juiz de Fora. Campos e disputa: história agrária e companhia. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. As flutuações dos preços e as fazendas escravistas de São João del Rei no século XIX. In: *IX Seminário sobre a economia mineira, Diamantina. IX Seminário sobre a economia mineira.* UFMG/Cedeplar : Belo Horizonte, 2000.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e Caminhos de Minas (1700-1750). In: *Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG*, 1986.

KLEIN, Herbert. S; PAIVA, Clotilde. A. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. In: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 27, n.2, p. 309-335, 1997.

LAGUARDIA, Rafael Martins. *Dos Dízimos a Demarcação de Terras*: Geoprocessamento aplicado aos Módulos Rurais (Juiz de Fora, séculos XVIII-XIX). (Tese de Doutoramento em História). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2015.

LIBBY, Douglas C.; GRIMALDI, Márcia. Equilíbrio e Estabilidade: economia e comportamento em um regime escravista, Minas Gerais no século XIX. In: *Papéis Avulsos*, n.7, p. 26-43, dezembro 1988.

LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais do século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Evolução da economia e da riqueza na comarca do Rio das Velhas – capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In: *X Seminário Sobre Economia*

Mineira. Diamantina, 2002. Texto disponível em: www.cedepla.ufmg.br/diamantina2002/textos/D04.PDF.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ UFMG, 1982.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos*: Os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850). Campinas: Centro de Memória – UNICAMP, 1996.

MASSENA, Nestor. *Barbacena*: A terra e o homem. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

METCALF, Alida Christine. *Families of planters, peasants and slaves*: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820, PHD, University of Texas at Austin, 1983.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777/1808)*. Editora e Cia, 1985.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870. (Tese de Doutorado em História). Rio de Janeiro: Niterói, Universidade Fluminense, 1999.

_____. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLVIII. p. 100-115, 2012

PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos planteis mineiros. Zona da Mata – 1809-1830*. (Dissertação de Mestrado em História) Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

PITZER, R. R. *Barões, homens livres pobres e escravos*: notas sobre fonte múltipla - inventários post-mortem. In: Revista Arrabaldes, Petrópolis, n. 2, p. 29-52, set./dez. 1998.

PRADO, Caio Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo*: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). (Tese de Doutorado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008

RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. Dissertação de Mestrado: FFLCH, USP, São Paulo. 2002.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial: uma vila mineira a última década dos setecentos. In: *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junto de 2005. www.lahes.ufjf.br.

_____. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial - Barbacena - 1791/1822*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

JOSÉ DA SILVA LISBOA E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA

Rafael M. Barišauskas – Economia - FECAP
Prof. Dr. Nelson M. Cantarino - História Econômica e das Organizações e História Econômica do Brasil – FECAP | INSPER

Este trabalho investiga o pensamento ilustrado brasileiro no início do século XIX e sua proposta para um movimento de industrialização do país. Para isto, adota-se o referencial teórico da Nova Economia Institucional na análise dos escritos de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (1756-1835). O trabalho mostra que Cairu propôs diversas mudanças institucionais que poderiam levar à industrialização no país, mas, diante de seu papel político e sua proximidade à Corte Imperial o autor foi, diversas vezes, confuso e contraditório em suas propostas.

Palavras Chave: Iluminismo. Nova Economia Institucional. Revolução Industrial. Custos de Transação. Brasil. José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu.

É possível identificar uma proposta ou projeto de industrialização para o Brasil no século XIX? Considerando a existência dessa proposta, qual seria o seu conteúdo? José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, em seus escritos, propunha políticas estatais que, segundo o autor, favoreceriam o crescimento econômico do Brasil. Essas ideias, presentes nas suas obras, tinham como norte a industrialização. O presente trabalho tem como principal objetivo analisar seus escritos sob a ótica da Nova Economia Institucional, que destaca a importância das instituições no desenvolvimento de uma nação.

Mas, afinal, o que seriam mudanças institucionais? E por que as instituições vigentes numa nação influenciariam o desenvolvimento de um país? Para responder a essas perguntas, utilizaremos o referencial teórico da Nova Economia institucional e de seu principal expoente, Douglass C. North.

A análise de Douglass C. North nos fornece uma teoria sobre as instituições (entendidas como as regras do jogo econômico) e seus papéis no crescimento e desenvolvimento de uma nação[1]. Outro conceito abordado pelo autor é o de *path dependence*

[1] NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge; Cambridgre Universtiy Press, 1990. E NORTH, Douglas C. Structure and Change in Economic History. New

que ressalta a importância e a relação entre os aspectos institucionais e legais e a estrada do crescimento econômico das nações.[2]

Apesar de seus escritos possuírem um caráter liberal, Cairu era um homem público e ligado à política, sendo participante da Assembleia Geral e instrutor de Economia Política para os homens da Corte. Deste modo não é surpresa perceber o autor sendo contraditório em suas obras. Isto decorre pois, ainda que seu objetivo incluísse um projeto de desenvolvimento econômico para a nação, as medidas propostas diversas vezes iam contra os interesses daqueles que provinham a Cairu o prestígio e reconhecimento desejado pelo autor e, portanto, não seria interessante para o Visconde defendê-las.[3] Cairu se mostrou dúbio diversas vezes em suas obras ao defender a manutenção, por exemplo, da escravidão e da permanência do Brasil como uma monarquia ao invés de uma república[4]. A defesa dessas instituições pelo Visconde vão no sentido contrário ao seu tom liberal mais conhecido.

José da Silva Lisboa, no início do século XIX, propôs diversos debates e elaborou várias obras literárias que introduziam no país o que na época era chamado de Economia Política, denominação dada às teorias econômicas. O autor, além disso, discutiu em seus textos políticas públicas (como a elaboração de leis, tratados e outros) e como elas poderiam influenciar o ambiente econômico no país.

Cairu nasceu no Brasil, mas teve sua formação acadêmica em Portugal. Apesar de não estar clara a natureza dos rendimentos que o sustentaram, de um modo geral tem-se que Lisboa possuía alguma riqueza e poderia ser considerado um filhos da elite brasileira do período[5]. Depois, de volta ao Brasil, trabalhou em cargos públicos e sempre demonstrou interesse nos assuntos ligados à agricultura, ao comércio e às obras dos pensadores europeus - como as de Adam Smith - e, consequentemente, à nova ciência que dava ao mundo a graça de suas primeiras luzes: a Economia Política.

Publicou, paralelamente ao seu trabalho no setor público, diversos livros que tratavam do assunto. Pode-se dizer que Cairu é o primeiro economista brasileiro. Em seu livro

---

York: W. W. Norton & Company, 1981

[2] Idem.

[3] BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Visconde de Cairu; vida e obra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000; e PAIM, Antonio. **Vida e Escritos**. In: *Cairu e o Liberalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Secretaria da Educação e Cultura - Departamento de Cultura, 1968. pp. 21-38.

[4] PAQUETTE, Gabriel**. José da Silva Lisboa and the Vicissitudes of Enlightened Reform in Brazil, 1798-1824**. In*: Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies*, c. 1750-1830. Surrey, England: AshgatePublishingLimited, 2009. pp.361-388.

[5] 4: BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Visconde de Cairu; vida e obra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000. e PAIM, Antonio. **Vida e Escritos**. In: *Cairu e o Liberalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Secretaria da Educação e Cultura - Departamento de Cultura, 1968. pp. 21-38.

Princípios de Economia Política, ele estabelece os principais pressupostos teóricos e toda a metodologia que, posteriormente, nortearam suas outras obras.

Lisboa inicia suas publicações quando o pensamento ilustrado luso-brasileiro atinge o seu ponto alto. [6] Assim, ele não se diferencia, de todo, de muitos pensadores ilustrados, aproximando-se, portanto, da metodologia do ecletismo, isto é, da aproximação de ideias opostas, como a fisiocracia, e os exemplos práticos da política econômica inglesa (o mercantilismo ilustrado).

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1810, o país sofreu diversas transformações. Uma delas foi a instalação da primeira gráfica e editora nacional, a Imprensa Régia, que publicou o primeiro livro do país (*Princípios de Economia Política*), obra do Visconde de Cairu - que determinaram o rumo que o seu crescimento tomou[7].

O Visconde, na época, ainda era funcionário público e ganhou maior visibilidade, como autor, quando foi convidado, pelo Rei, a lecionar a disciplina de Economia Política para os provedores da Corte lusitana. O estudo da economia visto por estes, era de caráter prático e voltado aos estadistas e *policymakers*.

Há uma visão sobre Cairu, que contrasta com a comumente falada de um revolucionário ou de um expoente do liberalismo econômico no Brasil. [8] Lisboa figuraria no plano político durante o reinado de Dom Pedro I no país, sendo membro da Assembleia Geral e do Senado, durante o período regencial e figurando entre os partidos mais conservadores acerca das mudanças institucionais propostas e debatidas no período (os restauradores). Nesse período, o Visconde acabou por defender a manutenção de algumas instituições que contrastavam com as mudanças pregadas por Smith e outros expoentes clássicos europeus, mostrando uma outra face de Cairu, como será explanado mais adiante.

O contexto da publicação de suas obras e o tom adotado por Cairu em seu discurso, de alguma maneira, pode ter sofrido influência da sua posição social e da sua proximidade com o estado. O discurso de José da Silva Lisboa se alinharia, muitas vezes, ao estado, visando conseguir com isso legitimidade e visibilidade para seus escritos, sendo, portanto muito mais

---

[6] NOVAIS, Fernando Antônio; ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Prometeus e Atlantes na forja da Nação**. In: *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brazil*, Brasília: Senado Federal,1999. pp. 9-29. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

[7] BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Visconde de Cairu; vida e obra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000.

[8] PAQUETTE, Gabriel. **José da Silva Lisboa and the Vicissitudes of Enlightened Reform in Brazil, 1798-1824**. In: *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies*, c. 1750-1830. Surrey, England: Ashgate Publishing Limited, 2009. pp.361-388.; PAIM, Antonio. **Vida e Escritos**. In: *Cairu e o Liberalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Secretaria da Educação e Cultura - Departamento de Cultura, 1968. pp. 21-38.

comedido em suas análises quando estas implicariam em criticar ou contrapor atitudes ou políticas do Estado.

Neste contexto, vemos um escritor que, nas aulas em que ministrava, colocava a economia a serviço do estado, sendo esta uma disciplina que deveria ensinar os governantes a governar. Portanto, a economia política passaria a ser produzida dentro do aparelho do estado, o que lhe imprimiria características próprias e diferenciadas do pensamento econômico-político europeu, em especial o pensamento Clássico Inglês, que muitas vezes se distanciava do debate político. [9]

José da Silva Lisboa seria, portanto, fruto do seu meio e espaço. Por ter estudado em Lisboa, na época do auge do iluminismo português, Lisboa possuiu, de certa maneira, apoio e influência da Igreja e do Estado Português. Cairu não promovia muitas mudanças de caráter social ou político em seus textos e tampouco defendia uma eventual independência político-econômica do Brasil em relação a Portugal. O Visconde pregava que o Brasil não fosse tratado como de fato uma colônia era à época, sujeita a diversas restrições e sanções, mas sim como um anexo ao reino de Portugal.[10] Aqui podemos ver que Cairu, de certo ponto, criticava o papel de empreendimento que o Brasil representava para Portugal, mas também não defendia a autonomia nacional ao reino português.

Cairu defendia algumas mudanças institucionais que deveriam ser observadas no Brasil para que este trilhasse um caminho de desenvolvimento econômico, mesmo quando trabalhava no setor público ou como autor independente. Esse caminho defendido por José da Silva Lisboa propunha um projeto de maior integração da economia nacional, o melhor aproveitamento das vantagens comparativas do país e um processo de industrialização.[11]

Lisboa via que o desenvolvimento de um país se dava não só da pujança industrial mas sim de uma maior integração entre os setores da economia. Ainda sem o arcabouço teórico da Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo, José da Silva Lisboa vislumbrava a potencial vantagem que o Brasil possuía em relação à agricultura, e defendia a manutenção e o investimento neste segmento da economia dadas as vastas oportunidades e vantagens que o país possuía[12]. Este é um ponto em comum com a teoria fisiocrata, que valorizava a terra

[9] ROCHA, Antonio Penalves. **A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVII e início do XIX**. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 13, n.4. (52). 1993. pp. 47-57.
[10] MONTENEGRO, José Alfredo de Sousa. **O Discurso Autoritário de Cairu**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).
[11] PAIM, Antonio. **Vida e Escritos**. In: *Cairu e o Liberalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Secretaria da Educação e Cultura - Departamento de Cultura, 1968. pp. 21-38. e PAQUETTE, Gabriel. **José da Silva Lisboa and the Vicissitudes of Enlightened Reform in Brazil, 1798-1824**. In*: Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*. Surrey, England: AshgatePublishingLimited, 2009. pp.361-388
[12] LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brazil,** Brasília: Senado Federal,1999. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

como fonte geradora de riqueza. Contudo, Cairu criticava fortemente os fisiocratas franceses quando estes argumentavam contra o comércio internacional e ao desenvolvimento industrial.[13] Além disso, José da Silva Lisboa defendia que o comércio internacional deveria complementar a estrutura agrária da economia, e que, no caso do Brasil, o Visconde via na estrutura agroexportadora o futuro do país, pelo menos no curto e médio prazo.

Pode-se dizer que Cairu vislumbrava que a integração da economia em todos os seus segmentos e setores, horizontal e verticalmente, reduziria os custos de transação para o desenvolvimento econômico do país como um todo e aumentaria as possibilidades do crescimento nacional, ainda que sob a ótica rústica do pensamento da época.

Lisboa nos mostra o que considerava como sendo os princípios essenciais para o desenvolvimento da economia do país:

> *"I. Em matéria de fábricas, é mais racionável seguir o exemplo do Governo D'América do Norte.*
>
> *II. O Brasil pode ainda por longo tempo ter muita indústria e riqueza, sem estabelecer as fábricas refinadas e de luxo que distinguem a Europa.*
>
> *III. As fábricas que por ora mais convêm no Brasil são as que proximamente se associam à agricultura, comércio, navegação e artes da geral acomodação do povo.*
>
> *IV. Não convém (por via de regra) dar privilégios exclusivos aos que não são inventores e introdutores de novas máquinas, e invenções nas artes: mas é racionável darem-se alguns especiais auxílios e favores aos primeiros introdutores de grandes máquinas e manufaturas de muito dispêndio, posto que já assaz conhecidas, em proporção aos objetos de evidente proveito do país.*
>
> *V. Toda a fábrica introduzida por espírito de rivalidade, e abarcamento, no desígnio de diminuir a importação de fazendas estrangeiras, tende a diminuir a exportação, e os mais proveitosos e já bem arraigados, estabelecimentos deste.*
>
> *VI. A estabilidade do princípio da franqueza da indústria sendo consequente ao da franqueza do comércio, é o meio eficaz de fazer introduzir e aperfeiçoar os mais úteis estabelecimentos, com maior rapidez e incessantemente progressiva energia pública para a opulência e população do Brasil"* (CAIRU, 1999: p.35).

Lisboa adota em seu discurso: (i) uma posição contra o estabelecimento dos monopólios (mas não dos incentivos ficais e algum outro tipo de incentivo para os industriais); (ii) a defesa da livre concorrência e do livre comércio; e (iii) a sinergia entre os diversos setores produtivos nacionais.

[13] PAQUETTE, Gabriel. **José da Silva Lisboa andthe Vicissitudes ofEnlightenedReform in Brazil, 1798-1824**. In: *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*. Surrey, England: Ashgate Publishing Limited, 2009. pp.361-388.

O discurso de Cairu visa aproveitar os ganhos obtidos pelo comércio devido às vantagens comparativas na produção e venda de determinados itens. Além disso, busca não só aproveitar essas vantagens, mas também agregar cada vez mais valor ao produto final ao submetê-lo a transformações e a processos de refino e fabricação de outros produtos mais complexos, transformando o produto final num produto mais caro do que a matéria prima básica usada em sua fabricação. Em outras palavras, o autor compreende que o processos industriais agregam valor à matéria prima e somente assim poderia uma nação se desenvolver.

É de vital importância para a compreensão e análise não só da obra de Cairu, mas como do ambiente institucional da época o conhecimento destes três alvarás: o primeiro, datado de 1 de abril de 1808, deu franqueza à indústria e ao comércio do Estado do Brasil; o segundo, datado de 28 de abril de 1809, delimitou os direitos e deveres daqueles, na época chamados de "industriosos", com o objetivo de desenvolver a indústria, o conhecimento e as artes, além de algum eventual auxílio aos pioneiros em suas atividades no país; e por fim, em 1810, houve o tratado de Cooperação e Amizade, propondo comércio às nações amigas e à navegação. Os três tratados, juntos, representaram uma importante vitória dos ideais liberais frente àqueles defendidos pelos mercantilistas.

O primeiro tratado, em especial, libera a existência de fábricas (em um que, teoricamente, seria competitivo) e outros tipos de negócios, como lojas e comércios no país - o que na época não era permitido, devido às peculiaridades do monopólio comercial instituído por Portugal e pela condição de colônia do Brasil. O segundo estabelece os direitos e deveres dos empreendedores, industriais e empreendedores no país. O terceiro, por fim, oficializa a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, como a Inglaterra.

Não cabe a este trabalho argumentar o grau de influência de Cairu no processo de abertura ou não dos portos. Diante do alto grau de incerteza acerca do fato, adotaremos um conjunto de fatos para o caso: (i) a tese de que, estando Cairu ciente do desejo inglês em estabelecer livre-comércio com o Brasil após diversas negociações com o Marquês de Bellas, Lisboa procurou influenciar D. Fernando José de Portugal e o Marquês de Aguiar dos benefícios que o Brasil iria auferir com o livre comércio e estes sim, com influência imediata na corte portuguesa, influenciariam D. João à adoção de determinadas medidas[14]; e (ii) a inevitável pressão inglesa que recaiu sobre à corte recorrente à adoção da prática.

Cairu ressalta a importância da existência da lei de patentes e direitos autorais já observadas na Inglaterra e nos EUA no período e seus papéis no desenvolvimento econômico

[14] BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Visconde de Cairu; vida e obra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000.

da nação. Como observado anteriormente na apresentação do referencial teórico, a existência de algum arcabouço legal que assegure o direito de propriedade e as patentes, bem como o respectivo monopólio temporário para o uso delas, são um aspecto institucional que contribuíram, de maneira determinante, para o desenvolvimento da indústria nesses países.[15]

O alvará de 1809 introduziu o direito de registro e uso exclusivo de uma patente por 14 anos no país e considerava que teriam o direito do monopólio sobre o negócio, indústria ou invenção, os pioneiros e introdutores de novos negócios, invenções ou fábricas no país, pelo período acima citado.

Entretanto, uma reinterpretação da época da lei - uma brecha encontrada por aqueles que gostariam de instalar no país o seu capital uma nova fábrica ou modelo de negócio - permitia que, literalmente, o pioneiro dessas atividades não só possuísse o direito de uso exclusivo do mesmo por 14 anos como também receberia algum tipo de auxílio do governo, no que era relativo à tributação ou até mesmo auxílio financeiro, diferentemente das legislações britânicas e americanas.

Na prática, a lei não cumpria o papel que inicialmente era esperado cumprir: ela permitia que, qualquer um que desejasse ser pioneiro num empreendimento (desde que não houvesse projeto similar no Brasil, exclusivamente), importasse a tecnologia necessária para sua realização (pagando, obviamente suas licenças de uso) e tivesse o monopólio daquele empreendimento por 14 anos, além de auxílio estatal para arcar com os custos iniciais do negócio. Isto, inevitavelmente, agia não como uma instituição que favorecia a segurança no ambiente econômico mas sim como uma instituição que restringia o acesso de diferentes grupos aos benefícios do comércio e da indústria, prejudicando o desenvolvimento do empreendedorismo nacional. O auxílio monetário reduzia os riscos do negócio, e a proteção do monopólio restringia o acesso ao mercado aos demais empreendedores. Em outras palavras, quem possuía fundos (oriundos das lavouras, tráfico de escravos ou rendas oriundas da corte) tinha todos os incentivos para empreender no país, concentrando ainda mais a renda nestes indivíduos e suprimindo a formação de classes autônomas de comerciantes e empreendedores médios. A instituição era, portanto, não-inclusiva.

Cairu criticava o caráter dúbio e ambíguo do alvará, alegando que um monopólio de qualquer tipo de negócio (diferentemente de um monopólio garantido pelo direito de uma patente de uma real invenção) não só afastaria capital e investimento estrangeiro no país - reduzindo assim as oportunidades de crescimento e desenvolvimento econômico do país bem

[15] NORTH, Douglas C. **Structure and Change in Economic History**. New York: W. W. Norton & Company, 1981.

como o comércio e contato com novas e melhores tecnologias - como também restringiria a oferta local do produto, além de inibir, de alguma maneira, a oferta estrangeira (via importação) do mesmo, uma vez que os preços nacionais seriam mais competitivos que os importados de uma maneira geral.[16]

O alvará de 1809 além tornava desnecessário o alvará de 1808 relativo à franqueza da indústria e do comércio, uma vez que o mais novo, ao permitir a instalação de monopólios acabava por impedir a livre concorrência e o pleno desenvolvimento da indústria e do comércio local, ou seja, a franqueza dos mesmos.[17]

O governo deveria, de alguma medida, conceder aos pioneiros de suas atividades (atividades já conhecidas em outros países mas inéditas no Brasil) algum tipo de isenção fiscal ou algum tipo de linha crédito, mas nunca o direito de monopólio. Se o fizesse, o governo estimularia e atrairia empreendedores do mundo inteiro a instalarem seus negócios e fábricas no país, vislumbrando as boas oportunidades. Além do mais, isso garantiria a franqueza e a livre concorrência, uma vez que, quanto mais negociantes e fabricantes de um mesmo produto o país possuísse maior seria o grau de concorrência no mercado e maiores os incentivos a produzirem e comercializarem itens de melhor qualidade e com o menor peço possível, além de investirem em novas e melhores tecnologias de produção.[18]

Após estes, novos empreendedores também viriam ao país, uma vez que o vasto território e as oportunidades ainda não exploradas também os atrairia, ainda que não tivessem os primeiros incentivos dos pioneiros.

Ao analisarmos os alvarás publicados na época, verificamos que a mudança institucional proposta inicialmente pelo alvará de 1808 não pôde ocorrer por conta da reinterpretação do alvará de 1809. Além do mais, o alvará de 1809 também não resultou na mudança institucional que deveria ter se não fosse o caso da sua reinterpretação. A princípio, a mudança de um ambiente fechado à livre concorrência de negócios e indústrias para um ambiente de livre comércio deveria estimular, como um todo, os negócios e o desenvolvimento dos mesmos no país.

O alvará de 1808 tinha essa função: garantir, via aspectos legais sustentados pelo *enforcement* estatal, o livre comércio no país. Cairu apoiava a abertura dos portos às nações

[16] LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brazil,** Brasília: Senado Federal,1999. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).
[17] Idem
[18] LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brazil,** Brasília: Senado Federal,1999. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

amigas de Portugal, - fato este que se deu em 1810 - visto que isto estimularia a franqueza do comércio e o desenvolvimento da economia nacional.[19]

Já o alvará de 1809 deveria estabelecer a homóloga brasileira para a lei de patentes, o que reduziria os custos de transação de todo empreendedor. Apesar do processo legal de uma patente incorrer em algum tipo de custo monetário para o empreendedor, a existência de um suporte legal que assegurasse o direito e uso exclusivo de uma nova invenção ou nova tecnologia permitiria ao empreendedor vislumbrar futuros lucros com o aluguel ou venda de direitos e concessões de uso de sua nova tecnologia, fazendo que, portanto, os custos de desenvolvê-la fossem pagos no futuro.

Com a reinterpretação do alvará de 1809, a mudança institucional causada foi justamente a oposta: não era vantajoso para um empreendedor dedicar tempo, esforço e capital na busca de uma nova tecnologia vislumbrando algum tipo de lucro futuro com a sua patente. Isto se dava pois era mais fácil pagar pela licença de uso de uma tecnologia recém descoberta na Europa ou em algum outro lugar e ser o primeiro a introduzir essa tecnologia no país. Além disso, quem importasse essa tecnologia gozaria do direito exclusivo de uso e distribuição da mesma no país por 14 anos além das eventuais ajudas de custo e isenções de impostos fornecidas pelo governo.

Neste caso, os custos de transação de se desenvolver no país todo e qualquer tipo de indústria do conhecimento e formação de capital humano se elevaram, inibindo a atividade e o desenvolvimento tecnológico no país ainda que este, em teoria, contasse com uma lei de patentes.

Assim sendo, a mudança institucional proposta pelo alvará de 1808 foi frustrada. Em tese o país contava com franqueza e livre direito da fabricação e comercialização de diversas mercadorias para os diversos empreendedores. Contudo, o custo de transação atribuído a todo e qualquer empreendedor que não fosse o primeiro naquela atividade era muito alto e inibia um maior número de empreendedores no mercado, reduzindo a disponibilidade de produtos, capitais (tanto monetário, quanto físico e humano).

Adicionalmente, a presença desses alvarás reduzia os custos de transação para futuros monopólios de outros segmentos para empreendedores que já estivessem estabelecidos seus monopólios, uma vez que, se eles contassem com algum tipo de exclusividade em sua atividade teriam, muito provavelmente, uma grande disponibilidade de capital para aportes em outros setores.

[19] LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brazil,** Brasília: Senado Federal,1999. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

Não é absurdo imaginarmos que eles também possuiriam alguma proximidade com o governo e teriam, portanto, muito mais chances de ser bem sucedido em novos empreendimentos. Isto se deve ao fato de que, muito provavelmente, a oferta de financiamentos públicos para estes novos projetos deveria ser mais abundante do que a disponível para um empreendedor que não contasse com nada além de alguma quantidade limitada de capital e a vontade de iniciar um novo negócio, ressaltando o caráter rentista da sociedade brasileira.

Portanto, dois aspectos institucionais destacados em nossa análise (sobre o referencial teórico de Douglass North) e observados no processo bem sucedido de industrialização da Europa e dos EUA não foram observados, na prática, no Brasil. Isso ressalta o argumento de que não basta haver, legalmente, instituições que reduzam os custos de transação das atividades econômicas e promovam o desenvolvimento econômico se, existirem instituições informais ou ineficiências do aparelho do estado que distorçam as instituições legais e promovam o contrário.

A aproximação de agentes ao aparelho do estado, buscando extrair renda ou benefícios em detrimentos dos demais (*rent-seeking*) e a concentração da atividade econômica (que, em teoria, deveria ser livre) ressalta o caráter da existência de um ambiente institucional pouco inclusivo no Brasil no período. Este ambiente é caracterizado por uma maior concentração de poder na mão de alguns poucos agentes (no caso, os monopólios) e uma menor chance de distribuições mais justas da riqueza gerada no país.[20]

∞∞∞∞∞∞∞

Cairu ressalta sua admiração por Benjamin Franklin, quem considerava uma importante referência teórica e prática (no sentido empírico) de um governante e, consequentemente, de um governo que adotou políticas certas para o desenvolvimento econômico de sua nação.[21]

Nas leis e nas atitudes do governo norte-americano e britânico, Cairu identifica diversos pontos os quais, posteriormente, defendeu em suas obras. Merecem especiais destaque as observações de José da Silva Lisboa acerca da promoção do uso da especialização e das vantagens comparativas em relação ao comércio e posteriormente à industrialização.

[20] NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge; Cambridgre Universtiy Press, 1990 & NORTH, Douglas C. **Structure and Change in Economic History**. New York: W. W. Norton & Company, 1981.

[21] LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brazil,** Brasília: Senado Federal,1999. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

Uma nação deveria aproveitar aquilo que ela já possui ao tratar de matérias-primas e outros produtos básicos e direcionar sua cadeia produtiva no sentido de ampliar tais vantagens e agregar cada vez mais valor ao produto, via o processo de industrialização.[22]

Silva Lisboa era contra os argumentos dos fisiocratas, em especial os franceses, que defendiam uma renúncia do comércio em detrimento de um maior desenvolvimento da agricultura no país. Além disso, Cairu acreditava na integração entre o comércio internacional e o modelo de desenvolvimento agroexportador brasileiro, em linha com os ideais de Smith sobre a importância do comércio internacional para o desenvolvimento do país. [23]

Cairu identificava um ponto importante na composição social dos EUA que incentivava cada vez mais o desenvolvimento de indústrias com maior aplicação tecnológica e menor aplicação de mão de obra braçal: a abundância de terras.

Para o autor, a abundância de terras nos EUA acabava por incentivar as pessoas a trabalharem por conta própria em suas residências e pequenas fazendas, encarecendo a mão de obra para a indústria. Assim, o desenvolvimento de uma indústria que privilegiasse a tecnologia e não a mão de obra era incentivada no país. Caminho oposto foi tomado no Reino Unido que, após a reforma agrária, vivenciou um forte êxodo rural rumo às cidades, barateando a mão de obra para a indústria.[24]

No caso do Brasil, o Visconde ressalta que poderia haver maiores ganhos ainda para a nação caso os governantes seguissem e adotassem a legislação liberal dos EUA. Apesar de aqui haver abundância de terras, elas eram concentradas nas mãos de poucos. Além disso, havia um grande contingente populacional de escravos, o que reduzia significantemente a mão de obra disponível para a indústria. Portanto, para Cairu, deveríamos também nos sustentar em uma indústria que privilegiasse a tecnologia e as máquinas e não a mão de obra humana em seu processo produtivo, tal qual faziam os EUA.

Neste ponto, observamos um José da Silva Lisboa não liberal que não defendia a abolição da escravidão e a adoção da mão de obra assalariada, mas sim um Lisboa conservador que pretendia manter o modelo socioeconômico nacional de distribuição desigual de renda e

[22] Idem.

[23] PAQUETTE, Gabriel. **José da Silva Lisboa and the Vicissitudes of Enlightened Reform in Brazil, 1798-1824**. In: *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*. Surrey, England: Ashgate Publishing Limited, 2009. pp.361-388.

[24] LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brazil,** Brasília: Senado Federal,1999. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira); BAUMOL, William. LANDES, David. MOKYR, Joel. **A Origem das Corporações**. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

exclusão político-social de determinados grupos na sociedade, perpetuando assim instituições excludentes na sociedade.[25]

Do ponto de vista da Nova Economia Institucional, o argumento de Cairu merece ser refutado. A distribuição desigual de terras no Brasil, na época, acompanhava a desigual distribuição de renda. O país era composto, basicamente, por uma pequena elite agrária e que concentrava a maior parte da riqueza; uma achatada, diminuta e inexpressiva classe média liberal, que prestava serviços nas cidades e exercia algum tipo de atividade comercial; e um grande contingente de escravos, subordinados aos primeiros e que não possuíam qualquer tipo de renda.

Assim sendo, os custos de transação para a instalação de algum tipo de fábrica no país eram proibitivos: não haveria mão de obra disponível para trabalhar e, além disso, não haveria mercado interno, com renda disponível, para comprar o produto. A única solução seria que a produção se voltasse, de alguma maneira, para as exportações. Contudo, dados os altos custos da indústria ao se instalar no país, ainda que contasse com algum tipo de privilégio ou de monopólio, o produto dificilmente conseguiria competir com algum produto inglês, americano ou de outra nação em processo de industrialização.

Além do mais, o Brasil não contava com qualquer tipo de incentivo ao desenvolvimento de escolas ou produção científica no país. Quando falamos de instrução e formação acadêmica, apenas os filhos da elite agrária nacional possuíam, sendo obtidas na Europa. Pode-se dizer que o país contava com uma base nula e insuficiente quando se trata de educação e formação de capital humano.

Tal deficiência implicou um em enorme custo de transação para o país. Conseguir qualquer tipo de mão de obra especializada ou que pudesse desenvolver alguma nova tecnologia era caro e impossível. Além do mais, após o alvará de 1809, institucionalmente falando, não havia qualquer tipo de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico mesmo com uma lei de patentes no país, uma vez que a importação desse capital era mais barata quando necessária.

Fechamos, portanto, o ciclo do raciocínio: ainda que houvesse instituições no período que em teoria deveriam incentivar a formação de indústrias e fábricas no país, haviam instituições de caráter legal e, portanto, asseguradas via *enforcement* estatal que atuavam no sentido contrário: (i) suprimiam a mão de obra disponível; (ii) concentravam a renda na mão

[25] PAQUETTE, Gabriel**. José da Silva Lisboa and the Vicissitudes of Enlightened Reform in Brazil, 1798-1824**. In: *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*. Surrey, England: AshgatePublishingLimited, 2009. pp.361-388.

de poucos - sendo estes próximos ao estado procurando obter o máximo de benefícios que pudessem extrair (*rent-seeking*); e (iii) não promoviam as mudanças institucionais necessárias para o desenvolvimento do país. Portanto, havia a conservação e estabilidade de um sistema econômico sustentado pela pouca distribuição de renda, mercado interno inexpressivo e agroexportador de matéria prima básica, produto com pouco valor agregado no mercado internacional.

Para finalizarmos nossa análise dos principais pensamentos expostos por José da Silva Lisboa, colocaremos um contraponto aos preceitos de caráter liberal, que na sua maioria foram apresentados e explanaremos melhor as considerações de Cairu acerca da democracia e dos ideais de Rousseau.

Era vital para o desenvolvimento do país a manutenção da ordem social e econômica e a não incursão no caos civil. Cairu destaca que tal caos que fora observado na França, durante a revolução francesa, impediu o país de crescer e se desenvolver (economicamente falando), e criticou duramente o ocorrido. [26]

Além disso, o Visconde fazia menções contrárias à "democracia francesa", experimentada logo após à revolução e criticava os ideais propostos por Rosseau. Lisboa defendia, por sua vez, a manutenção dos três poderes - executivo, legislativo e judiciário - propostos por Montesquieu, para a adoção de uma sociedade com maiores chances de desenvolvimento.[27]

Fica claro o posicionamento de Cairu acerca da democracia e liberdade política proposta para o Brasil, indo na contramão do argumento defendido por North que países com maior participação política possuem instituições mais inclusivas e portanto maior distribuição da riqueza e chances de desenvolvimento. Cairu defendia a manutenção da monarquia no Brasil, e no máximo a existência uma eventual ‘extensão’ do país em relação a Portugal, não sendo tratado como colônia, mas como um território anexo ao português nas Américas.

Em relação à escravidão podemos dizer que o tema não era dos mais amplamente explorados pelo Visconde, o que gerou dúvidas e controvérsias. Neste ponto, podemos considerar alguma influência do meio em que Lisboa encontrava-se, visto que este era um

[26] LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brazil**, Brasília: Senado Federal,1999. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).
[27] PAIM, Antonio. **Vida e Escritos**. In: *Cairu e o Liberalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Secretaria da Educação e Cultura - Departamento de Cultura, 1968. pp. 21-38.; PAQUETTE, Gabriel. **José da Silva Lisboa and the Vicissitudes of Enlightened Reform in Brazil, 1798-1824**. In: *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*. Surrey, England: AshgatePublishingLimited, 2009. pp.361-388.

assunto delicado e que certamente traria algum tipo de represália ao autor ao defender o seu ponto: da ótica moral e econômica contra a escravidão.[28]

Cairu considerava a escravidão, do ponto de vista moral, condenável e, do ponto de vista econômico, ineficiente. Para Silva Lisboa, baseado nos preceitos de Smith, o livre emprego do trabalho seria produto do anseio individual das pessoas e, portanto, geraria o melhor resultado econômico. Entretanto, o autor não defendia o uso da mão de obra livre nem o fim da escravidão na elaboração de políticas públicas, receoso, muito provavelmente, das represálias que sofreria.

Neste contexto, dada a delicadeza do assunto à época e aos possíveis conflitos de interesse que Cairu encontraria ao defender o fim dessa instituição (a escravião), o autor não se ateve muito a isso em seus escritos, defendendo sempre a continuidade da "ordem política e social" no país.[29]

Isto só reforça o argumento que Cairu muitas vezes foi dúbio e confuso em suas ideias, sendo diversas vezes influenciado pelas pressões políticas sofridas na Corte e no Senado em detrimento da sua própria posição política e a visibilidade que teria como autor mentor dos *policymakers* da Corte.

[28] DRUMOND, André. **Visconde de Cairu contra Rosseau, por uma interpretação das origens do liberalismo brasileiro**. In: *4º encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional.* Curitiba, 2009. pp. 1-17.
[29] DRUMOND, André. **Visconde de Cairu contra Rosseau, por uma interpretação das origens do liberalismo brasileiro**. In: *4º encontro escravidão e liberdade no brasil meridional.* Curitiba, 2009. pp. 1-17.

Considerações Finais

O pensamento econômico ilustrado brasileiro no séc. XIX tentou, de alguma maneira, promover as mudanças institucionais que foram observadas nos EUA e na Inglaterra. Estas mudanças ajudaram esses países a realizarem o processo de industrialização. Do mesmo modo, pretendia-se transformar o Brasil numa nação (ou num anexo do reino de Portugal) rica e industrializada e num grande *player* no mercado internacional.

A análise do contexto histórico, social e econômico do Brasil para o período mostra que de fato a vinda da família real portuguesa para o país trouxe uma série de avanços institucionais, tais como: (i) a permissão para instalação de comércios e indústrias; (ii) a primeira editora autorizada no país; e (iii) e mudanças de caráter legislativo, que geraram mudanças institucionais suficientemente fortes ao ponto de, teoricamente, promoverem algum tipo de desenvolvimento ou avanço no campo econômico.

Contudo, percebeu-se que outras instituições locais, asseguradas na sua maioria pelo próprio estado, acabaram por frustrar o caráter de avanço observado com a vinda da família real portuguesa para o Brasil. Apesar do país ter uma lei de patentes, devido à sua formulação dúbia, permitia a instalação de diversos monopólios nos diversos ramos e campos de atuação econômica, elevando o custo de transação para a posterior instalação de outros comerciantes e impedindo, assim, a instalação de um mercado de livre concorrência no país.

Nesse contexto, verificou-se que Cairu defendia a manutenção de determinadas instituições de caráter não liberais e que promoviam apenas maior concentração de renda, apesar de seu pensamento ser predominantemente associado aos ideais liberais.

Além disso, o problema da proximidade de diversos agentes ao poder estatal, buscando extrair renda e outros benefícios (*rent-seeking*) era um comportamento vigente no período (instituição informal), que acabava por elevar os custos de transação no desenvolvimento de uma nação comercial e fundamentada no liberalismo. Ademais, a manutenção do sistema da escravidão também contribuiu negativamente para a formação de indústrias e desenvolvimento do mercado interno nacional. A escravidão reduzia a mão de obra disponível para a indústria e não distribuía a renda para os cidadãos do país, reduzindo a demanda efetiva por bens e outros artigos, excetos os de subsistência, para a maior parte da população.

Lisboa criticou as atitudes que considerava negativas para o desenvolvimento da economia, como a instalação de monopólios (onde deveria imperar algo mais próximo da

livre concorrência) além da necessidade de incentivo, por parte do estado, ao desenvolvimento de capital humano no país (fator este de crucial importância para o desenvolvimento de novas tecnologias e do processo de industrialização como um todo).

Contudo, o Visconde também era fruto do seu meio e espaço e figurou entre setores da elite e mais conservadores da sociedade colonial e imperial brasileira, inclusive no partido restaurador[30]e defendeu a manutenção de determinadas instituições que, do ponto de vista da Nova Economia Institucional, não estimulavam o crescimento econômico, mas sim apenas uma maior aproximação dos segmentos da elite e daqueles que buscavam extrair renda da máquina estatal.

As mudanças e medidas propostas por Cairu tinham, como o objetivo promover o Brasil ao *status* de uma extensão de Portugal, sendo um grande *player* no mercado internacional com muito potencial de crescimento econômico, devido à grande disponibilidade de pessoas, terras e matérias primas que possuía.

Assim, Portugal deveria prezar pelas medidas que permitissem o desenvolvimento do Brasil para que o reino Português pudesse ganhar com isso. A manutenção das instituições coloniais regentes no país, como a de monopólio comercial, falta de incentivo à indústria, artes e conhecimento além da não existência da franqueza da indústria e do comércio minariam o potencial das duas nações, tanto Brasil como Portugal, de crescerem.

Com base no que foi apresentado anteriormente conclui-se que, de fato, o pensamento econômico ilustrado brasileiro propôs mudanças institucionais que promovessem o desenvolvimento econômico e industrial do país no século XIX. Contudo, as instituições vigentes no país no período bem como um estado de caráter predatório que favorecia pequenos grupos da sociedade acabaram por suprimir as centelhas da industrialização no país, diferentemente do observado nos EUA e na Europa no mesmo período.

Por fim, este trabalho reconhece suas limitações. Apesar das conclusões acima expostas, é prudente considerar que essas respostas não são todas nem plenamente suficientes para esgotar os estudos e as perguntas no assunto.

Existem muitas outras vertentes de estudos e em muitos outros aspectos que poderão acrescentar ao assunto e que não foram exploradas neste trabalho, como: (i) as questões da educação; (ii) uma análise mais apurada e detalhista da divisão dos poderes entre as classes no país no período; (iii) e a distribuição de renda ou a escravidão. Assim sendo, este trabalho

[30] PAIM, Antonio. **Vida e Escritos**. In: *Cairu e o Liberalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Secretaria da Educação e Cultura - Departamento de Cultura, 1968. pp. 21-38.

apresentou sua singela contribuição para os estudos no assunto, mas ciente das suas limitações.

Referências Bibliográficas

a. Fontes

HUME, David; PETTY William; QUESNAY, François. **Quadro econômico dos fisiocratas**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brazil**, Brasília: Senado Federal,1999. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

SAY, Jean-Baptiste.**Tratado de Economia Política**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. Vol 1. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

b. Bibliografia Geral

ACEMOGLU, D. JOHNSON, S. ROBINSON, J. (2004) **"Institutions as the fundamental cause of long-run growth."** Working Paper 10481- National Bureau of Economic Research: http://www.nber.org/papers/w10481

ACEMOGLU, Daron; S. ROBINSON, James. **Why Nations Fail. Turkey**, Estados Unidos: Crown Business , 2012.

BARCELOS, R.M.. **A nova economia institucional: teoria e aplicações**. Programa especial de treinamento; Departamento de Economia – Um. 2003. Disponível em < http://vsites.unb.br/face/eco/peteco/dload/monos_012003/Raphael.pdf>

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Visconde de Cairu; vida e obra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000.

BERNHARD, Bruna Lima. BOANI, Mariana Aleixo. **Análise comparativa da formação institucional e seus impactos no desenvolvimento econômico em São Paulo e Recife**. Monografia.41p. São Paulo. FECAP, 2011.

BOLDRIN Michele; LEVINE, David K; MODICA, Salvatore. **A review's of Acemolgu and Robinson's Why Nation Fails**. Publicado em < http://www.dklevine.com/general/aandrreview.pdf> acesso em fevereiro de 2015

CAIN, Louis P. **Empreendedorismo nos Estados Unidos antes da Guerra da Secessão**. In*: A Origem das Corporações*. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

CASSON, Mark; GODLEY; Andrew. **Empreendedorismo na Grã-Bretanha, 1830-1900**. In*: A Origem das Corporações*. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 pp.278-313

CONCEIÇÃO, O. A. C. (2002) "**A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições**." Revista Ensaios FEE, 23 (1) pp. 77-106. http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2029 2002

DRUMOND, André. **Visconde de Cairu contra Rosseau,** por uma interpretação das origens do liberalismo brasileiro. In*: 4º encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional.* Curitiba, 2009. pp. 1-17.

FEIJÓ. Ricardo Luís Chaves. **História do Pensamento Econômico**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas.** 14. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A , 2009.

KRUEGER, Anne O. **The Political Economy of the Rent-Seeking Society**. Disponível em < https://www.aeaweb.org/aer/top20/64.3.291-303.pdf> , acesso em maio de 2015

LANDES, David S. **A riqueza e a Pobreza das Nações**. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

MIKULÁŠ, Teich; PORTER, Roy. **The Industrial Revolution in national context.** Cambridge**:** Cambridge Universtity Press, 1996.

MOKYR, Joel. **O Empreendedorismo e a Revolução Industrial na Grã-Bretanha**. In: *A Origem das Corporações*. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 pp.209-241

MOKYR, Joel. **The Enlightened Economy**. London: PenguinGroup, 2009.

MONTENEGRO, José Alfredo de Sousa. **O Discurso Autoritário de Cairu**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).

NORTH, Douglass C. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Tradução: Elizabete Hart. Rio de Janeiro: Instituto Neo-Liberal, 2006. 3ª ed.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge; Cambridgre Universtiy Press, 1990.

NORTH, Douglas C. **Structure and Change in Economic History**. New York: W. W. Norton & Company, 1981.

NOVAIS, Fernando Antônio; ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Prometeus e Atlantes na forja da Nação**. In*: Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de*

fábricas no Brazil, Brasília: Senado Federal,1999. pp. 9-29. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

PAIM, Antonio. **Vida e Escritos**. In: *Cairu e o Liberalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Secretaria da Educação e Cultura - Departamento de Cultura, 1968. pp. 21-38.

PAQUETTE, Gabriel. **José da Silva Lisboa and the Vicissitudes of Enlightened Reform in Brazil, 1798-1824**. In: *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies*, c. 1750-1830. Surrey, England: AshgatePublishingLimited, 2009. pp.361-388.

ROCHA, AntonioPenalves. **A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVII e início do XIX**. In*: Revista de Economia Política.* São Paulo, vol. 13, n.4. (52). 1993. pp. 47-57.

SOARES, Luiz Carlos. **A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860)**. In: Lapa e Szmrecsányi (orgs.), op. cit. págs. 281-306.

SOKOLOFF, K.L & ENGERMAN, S.L. **"Institutions, Factor Endowments, and Paths of Development in the New World."** In**:** *JournalofEconomic Perspectives, Volume 14*, Number 3. 2000. Pages 217–232.

WEBER, MAX "**A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**". 6ª ed São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

O Pensamento Econômico de Joseph Ratzinger

Bruno Fernandes Mamede*

Resumo

Dentre os diversos temas tratados por Joseph Ratzinger (Bento XVI), encontra-se o intrincado e polêmico tema da economia de mercado, o qual este artigo pretende analisar. Seu pontificado, além de se ter desenvolvido em um período de intensificação do processo de globalização, também foi marcado por uma situação crítica da economia global que, de fato, acabou ocorrendo mundialmente a partir da crise americana (2008-2009). A partir da análise de textos do então "Cardeal Blindado"[1] e de suas ideias desenvolvidas já como Papa, um estudo do pensamento econômico, não só de Ratzinger, mas da Igreja do final do século XX e início do XXI, poderá ser feito com mais rigor.

Palavras-chave: Ratzinger. Bento XVI. Igreja. Economia de Mercado. Crise Financeira.

Abstract

Among several topics addressed by Joseph Ratzinger (Benedict XVI), it is the intricate and controversial issue of market economy, which this article seeks to analyze. His pontificate, besides it has been developed in a period of intense globalization, it was also marked by a critical state of the global economy, which consequently affected the world from the american crisis (2008-2009). Based on analysing the texts "Armored Cardinal" and his developed ideas, already as a Pope, a study of the economic thought, not only of Ratzinger, but of the Church of the twentieth century and early twenty-first, can be precisely undertaken.

Keywords: Ratzinger. Benedict XVI. Church. Market Economy. Financial Crisis.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo.

[1] "Panzerkardinal". Apelido pejorativo, também usado como trocadilho para identificá-lo com os "blindados" alemães usados na Segunda Guerra Mundial.

Introdução

Antes de iniciar as análises propriamente ditas, cabe ressaltar um conjunto de razões que as justificam do ponto de vista historiográfico. Um tema desta natureza não seria possível sem a abertura e a multidisciplinaridade trazidas pela Escola dos Annales; a partir do "ambiente" propício da Universidade de Estrasburgo, onde Bloch e Febvre se encontraram ao longo de treze anos, além das vertentes comparativas, do uso da geografia, psicologia, economia e todas as contribuições que as outras ciências deram à História através deles, surgiu também a noção de que "atitudes e valores espirituais (não poderiam ser reduzidos) a meras expressões de transformações na economia ou na sociedade"[2], estava formulada, nas entrelinhas, a consideração da teologia, mesmo que de forma superficial. Mas, ultrapassando os limites da chamada Nova História, ou das "fases" estabelecidas por Burke em sua obra, os historiadores Fernando Novais e Rogério Forastieri completam seu "desenho caracterizador" dizendo que "para além da abertura temática, da busca de novos objetos, ela (Nova História) se contrapõe à tendência dominante do momento que a precedeu, (...) beirando a desconceitualização total"[3]. Esse conceito audacioso de "desconceitualização total" se encaixa no que o presente artigo pretende. A ideia central é caracterizar o pensamento econômico de um intelectual que não dedicou muitas linhas às definições da economia; o desafio se coloca neste ponto, analisar o pensamento econômico de um teólogo, ou seja, a partir de sua visão teológica da realidade concreta, identificar uma prática puramente humana, laica e de caráter materialista. Para tanto é importante compreender primeiro a visão da Igreja sobre o tema.

A Igreja Católica, ao longo do século XX, buscou manter certa distância tanto do capitalismo quanto do socialismo; pode-se ler no Compêndio da Doutrina Social da Igreja[4] (CDSI):

> A expansão da riqueza (...) e a exigência moral (...) devem estimular o homem e a sociedade como um todo a praticar a virtude essencial da solidariedade, (...) para combater (...) as 'estruturas de pecado' que geram e mantém pobreza, subdesenvolvimento e degradação. (CDSI, 2004, 332).

---

[2] BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 35.

[3] NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da. *Introdução: Para a Historiografia da Nova História.* In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da. (Org.). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, p. 37, 2011.

[4] O Compêndio da Doutrina Social da Igreja foi elaborado em 2004 pelo Pontifício Conselho "Justiça e Paz". Trata-se de uma reunião de textos da Igreja, produzidos ao longo do século XX, sobre a questão social.

O repúdio da Igreja pelo socialismo já foi manifestado em diversos documentos como a *Quanta Cura* (1864), 5, *Quod Apostolici Muneris* (1878), 34, *Rerum Novarum* (1891), 3, *Divini Redemptoris* (1937), 33, etc. Tanto a "lógica do lucro" quanto a "lógica da distribuição equitativa dos bens"[5] podem ser consideradas positivas em certos aspectos e negativas em outros. Entretanto, a postura que determinadas figuras da Igreja assumem perante esse tema nem sempre é, integralmente, a da Igreja como instituição. Por esse motivo é necessário analisar, individualmente, como tais figuras não apenas pensam ou falam, mas também como agem na realidade concreta.

O foco deste artigo é identificar elementos do pensamento econômico de Ratzinger, ou seja, da sua visão sobre a economia de mercado; seu pontificado, além de ter se desenvolvido em um período de intensificação do processo de globalização, também foi marcado pela crise financeira mundial, as quais foram temas de vários de seus discursos, textos e encíclicas; mas como, segundo ele, "é causa de graves desequilíbrios separar o agir econômico – ao qual competiria apenas produzir riqueza – do agir político, cuja função seria buscar a justiça através de redistribuição" , sua visão sobre política será esporadicamente apresentada ao lado da econômica, pois se complementam mutuamente.

É comum que certos conceitos apareçam nos textos de Ratzinger, tais como "ecologia humana"[6], a necessidade da "ética"[7] para o correto funcionamento da economia, ou de "família humana"[8], aparentemente procurando moldar a linguagem, as ações e o modo de pensar, sobretudo dos líderes políticos. Como Ratzinger adaptou os princípios da Doutrina Social da Igreja ao seu próprio pensamento, como os acomoda ao contexto da crise econômica do início do século XXI, às crises humanitárias que geraram volumosas ondas imigratórias, ao problema da fome, etc.? Para tentar responder estas e outras questões será realizado um percurso pelo pensamento de Ratzinger, através de textos produzidos desde a década de 1980 até seu pontificado no início do século XXI.

Igreja e Economia em Diálogo

O documento mais antigo no qual Ratzinger se manifesta, diretamente, sobre a economia de mercado é fruto de uma apresentação feita durante um simpósio realizado em Roma no ano de 1985, cujo tema era "Igreja e Economia em Diálogo". O texto foi

[5] Oração do *Angelus* em Castel Gandolfo de 23 de Setembro de 2007.
[6] Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, 51.
[7] Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, 45.
[8] Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, 54.

publicado, originalmente, em inglês na versão americana da Revista Internacional de Teologia e Cultura *Communio*[9] em 1986; a versão espanhola, utilizada neste artigo, foi publicada em agosto de 2011 na Revista Cultura Económica (p. 65-73).

Nesta conferência Ratzinger começa apontando duas ameaças para a "família humana", a desigualdade econômica entre os hemisférios e a manutenção dos arsenais de armas mantidos pelas superpotências mundiais. Para a superação destes problemas ele interpreta que

> En función de encontrar soluciones que nos guíen verdaderamente hacia adelante, serán necesarias nuevas ideas económicas. Pero tales medidas no parecen concebibles, o sobre todo, practicables sin nuevos impulsos morales. (RATZINGER, 2011, p. 65).

Ratzinger percebe a necessidade de uma profunda reflexão capaz de renovar as "ideias econômicas" e que estas não seriam praticáveis "sem novos impulsos morais"; está definida a chave de interpretação do pensamento econômico de Ratzinger, a vinculação entre economia e moralidade.

Baseando sua intervenção no livro do filósofo alemão Peter Koslowski, "A Necessidade e a Possibilidade da Ética nos Negócios"[10], Ratzinger critica a tradição smithiana, apesar de reconhecer seus méritos. A economia, segundo a visão consolidada, deveria se preocupar com a eficiência e não com a moralidade, é uma *dismal science* para Thomas Carlyle; mas apesar de "liberar" os empresários do "peso" moral, Ratzinger interpreta que tal concepção é determinista em seu núcleo e explica que esta

> Presupone que el libre juego de las fuerzas del mercado puede operar sólo en una dirección, dada la constitución del hombre y el mundo, a saber, hacia la auto-regulación de la oferta y la demanda, y hacia la eficiência económica y el progreso. (RATZINGER, 2011, p. 66).

Em contrapartida, citando Koslowski, o então cardeal acredita que a economia não é governada apenas pelas leis econômicas, mas que também é determinada pelos homens, portanto as "leis naturais" da economia não são essencialmente boas e não trabalham, necessariamente, para o bem e para o progresso; se por um lado o crescimento da economia de mercado entusiasma o pensamento liberal, por outro a desigualdade, as crises, a exploração, etc., mostram que este caminho precisa ser repensado.

Se a economia de mercado não conseguiu corrigir seus problemas inerentes, os países mais atingidos por eles passaram a refletir sobre alternativas. Ratzinger faz um

---

[9] A revista foi fundada em 1969 por Joseph Ratzinger junto de outros teólogos conhecidos na época como Hans Urs von Balthasar, Henri de Lubac, entre outros.

[10] Tradução livre do título alemão: *Über Notwendigkeit und Möglichkeit einer Wirtschaftsethik*.

contraponto com as soluções buscadas sobretudo pelos países do Terceiro Mundo, os quais passaram a defender uma economia centralizada, pois

> El pensamiento del control justo parece predominar en una economia centralizada, donde el objetivo es la igualdad de derechos para todos y la distribución proporcionada de los bienes.

Ratzinger enxerga com desconfiança esse tipo de pensamento, as experiências ao redor do mundo não foram encorajadoras, mas vê nesse movimento uma tentativa de moralizar as práticas econômicas, uma economia que não buscasse apenas a máxima eficiência de seu funcionamento técnico, mas considerasse a "moderação e o serviço comum". Traçando esse roteiro de forma breve, mas consistente, desde o pensamento de Adam Smith até os problemas que uma economia totalmente desregulada gerou no século XX, Ratzinger inclui o marxismo na discussão, e define seu sistema, citando o Cardeal Joseph Höffner (1906-1987), como uma antítese radical da economia de mercado.

Apesar da crítica pertinente trazida pelo marxismo, Ratzinger identifica neste o mesmo princípio filosófico errôneo que condenou no liberalismo, presente de forma mais grave; o sistema marxista também é determinista, pois também promete uma perfeita liberação, mas com um agravante, o marxismo despreza o âmbito subjetivo, o qual seria o lugar da ética segundo o liberalismo, portanto a moral se dilui de forma ainda mais severa e sem consideração pelo indivíduo. Segundo tais princípios, "la ética se reduce a la filosofía de la historia, y la filosofía de la historia degenera en estrategia del partido." O segundo ponto destacado no qual capitalismo e marxismo se encontrariam, está no fato de ambos desconsiderarem a ética como entidade independente, relevante para a economia, apesar de que o marxismo leva ao extremo tal separação. É curioso que, apesar das críticas à economia de mercado, o marxismo aparece como uma alternativa ainda pior; isto se dá pois, segundo Ratzinger, o marxismo não vê a Igreja como relevante para o funcionamento da economia mundial, e que portanto sofrerá uma autodestruição ao longo do tempo, devida a sua inadequação. Mas esta renúncia ideal das relações entre a Igreja e a economia, mostra, segundo o cardeal, sua intrínseca necessidade.

A última análise feita no documento é uma crítica mais contundente ao capitalismo. Ele cita uma frase do Presidente Theodore Roosevelt de 1912: "Creio que a assimilação dos países latino-americanos aos Estados Unidos será longa e difícil enquanto estes países continuarem católicos", e outra feita por Rockefeller em 1969, na qual aconselha as nações europeias a substituir o catolicismo por outras religiões cristãs. Ratzinger não afirma e tampouco nega tais ideias, mas refuta dizendo que

> Por otro lado, ya no podemos considerar tan ingenuamente al sistema liberal-capitalista (incluso con todas las correcciones que ha recibido) como la salvación del mundo.

Ou seja, se por um lado o catolicismo não se adequa perfeitamente à economia de mercado (análises embasadas em Weber e Marx), por outro o capitalismo já não é um sistema unânime. O principal argumento do texto, concentrado em uma frase que resume toda a sua ideia central, estrutura-se assim:

> Se está convirtiendo en un hecho cada vez más evidente de la historia económica, que el desarrollo de los sistemas económicos que se concentran en el bien común depende de un sistema ético determinado, el cual a su vez puede nacer y sostenerse sólo por fuertes convicciones religiosas. (RATZINGER, 2011, p. 68).

No trecho estão postos os elementos centrais de seu discurso, o desenvolvimento de um sistema econômico coerente depende da ética e, consequentemente, tem origem e se sustenta pela religião. Das relações entre a Igreja e a economia, na visão de Ratzinger, dependem a construção de uma economia humana. Vale destacar que uma moralidade, neste contexto, desprovida das leis econômicas, segundo o cardeal, transforma-se em moralismo, não seria uma atitude científica, elas se interdependem.

O pensamento econômico de Ratzinger lembra, nas arestas, o de Edmund Burke. Para ele o comércio dependia das *manners*, não o contrário. Uma sociedade civilizada seria o pré-requisito para as relações de troca. As *manners*, em certo sentido, são mais importantes do que as leis. Segundo Burke "quando falta a um povo o comércio e a indústria, mas resta-lhe o espírito da nobreza e da religião, o sentimento provém às suas necessidades."[11] Pode parecer absurdo comparar as duas posturas, evidentemente deve-se evitar os eventuais anacronismos e considerar cada contexto, mas as semelhanças chamam a atenção se associarmos as *manners* de Burke com a importância que Ratzinger dá à Ética. Um estudo aprofundado poderia trazer à luz algumas curiosidades destas associações, mas este pequeno artigo não tem tal proposta, tampouco abrangência.

Ética ou História?

Como foi visto acima, a ética se encontra inseparável do pensamento econômico de Ratzinger. Muito além disso, segundo ele, a própria cultura europeia tem esta ética como origem. Em um dos seus livros-entrevista chamado "Gott und die Welt"[12], contando a Peter Seewald sobre a importância histórica dos monges beneditinos, Ratzinger expõe

---

[11] BURKE, Edmund. *Reflexões Sobre a Revolução em França*. Trad.: Renato de Assunção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lidia Richter Ribeiro Moura. Brasília: UnB, 1982. p. 103.
[12] "Deus e o Mundo". O artigo utilizará uma versão espanhola.

que o lema *Ora et Labora*, característica desta ordem, trouxe uma "nueva ética basada en el 'culto divino y trabajo', en el *ora et labora*, propició la emergencia de una nueva cultura, la cultura europea."[13] Cabe neste momento a questão, o que Ratzinger compreende por "ética" e "moral"? Não é uma pergunta óbvia, causa certa estranheza a afirmação feita no documento analisado anteriormente, onde Ratzinger afirma que um sistema econômico ético só pode nascer e se sustentar por fortes convicções religiosas; não é uma ideia que gera unanimidade, tampouco simpatia de muitos setores. Vale, portanto, fazer uma breve investigação sobre o que o cardeal entende quando faz referência a estes conceitos.

Em março de 1986 a Congregação para a Doutrina da Fé, sob a direção de Ratzinger, emitiu a Instrução *Libertatis Conscientia*[14], sobre a liberdade cristã e a libertação. Tratava-se de um ataque a alguns princípios da teologia da libertação, o qual, como de costume, recebeu fortes críticas da mídia e de teólogos vinculados a essa vertente. Um ano e meio depois, em outubro de 1987, surge a primeira edição do livro "Kirche, Ökumene und Politik"[15], onde Ratzinger responde a algumas destas críticas, sobretudo as procedentes da mídia, no quinto capítulo da obra que trata da "visão antropológica" da Instrução.

A primeira crítica que Ratzinger rebate é sobre a eficiência da ética para o ser humano. Um jornalista teria comentado que a Instrução tratara do problema da liberdade segundo uma perspectiva "ética" e não "histórica"[16]. A partir disso Ratzinger considera que o termo "ética", nesse caso, é entendido como "individualista" ou "idealista", ou seja, é um elemento fruto de especulações teológicas, fora da realidade, ineficaz e sem relevância política e social, do qual não se podem extrair consequências concretas.

> Tras semejante concepción se oculta la convicción de que la actividad del hombre no está determinada en último término por su libertad moral, sino por leyes de naturaleza económica y social, calificadas como leyes de la 'historia'.[17]

Ratzinger faz uma dura crítica ao historicismo e aos mitos ligados a ele. Um deles é a tendência de enxergar a história como um processo progressivo de libertação, o qual pode

---

[13] RATZINGER, Joseph; SEEWALD, Peter. *Dios y el Mundo*. Trad.: Rosa Pilar Blanco. Barcelona: Random, 2005. p. 370.
[14] "A consciência da liberdade".
[15] "Igreja, Ecumenismo e Política". O artigo utilizará uma versão espanhola.
[16] Uma crítica similar foi feita por Leonardo Boff em um comentário à encíclica *Caritas in Veritate*, onde afirma que "a tônica dominante - da encíclica - não é a da análise, mas da ética, do dever-ser". Disponível em: http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2009/07/a-falta-que-faz-ao-papa-um-pouco-de-marxismo-206464.html
[17] RATZINGER, Joseph. *Iglesia, Ecumenismo y Política*. Trad.: Bartolomé Parera (Parte 1), José Luis Legaza (Parte 2) e Gonzalo Haya (Parte 3). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005. p. 279-280.

ser interpretado e conduzido pelos homens. Essa "condução", por sua vez, se daria por meio da "revolução", como correspondente indispensável do conjunto das "leis do progresso histórico". A experiência, contudo, mostrou que tais princípios estavam errados, e a necessidade de novas respostas ficou evidente. O próprio desenrolar da história, portanto, demonstra que as referidas "leis" de seu progresso são um mito, uma ilusão.

> El único modo en que este mito puede seguir siendo transmitido es evitando cualquier referencia a la historia real. En este sentido, la perspectiva 'ética' es precisamente la única perspectiva verdaderamente histórica y realista que da cuenta de nuestras experiencias concretas. (RATZINGER, 2005, p. 282).

O cardeal, habilmente, inverte o argumento da crítica, e coloca a perspectiva "ética" como a única verdadeiramente "histórica" em meio aos mitos gerados por um historicismo determinista. A primeira lição de Ratzinger sobre o assunto é, portanto, que o conceito de "ética" não toca apenas a esfera privada, não carece, por isso, de eficiência ou relevância, mas é fundamental, trata-se do ponto de encontro entre o privado e o público, do que parte, por um lado, do indivíduo em direção ao social e, por outro, que volta do social para o indivíduo em uma dialética construtiva.

Mais adiante, analisando os efeitos do espírito anárquico na sociedade, a relação deste com a moral é levantada. Segundo ele, para o anarquismo

> Liberarse de ella (moral) se convierte en autentica forma de moralidad. En el nuevo moralismo de la antimoral sólo vale una regla: es bueno todo lo que sirve para la destrucción de los vínculos y, por consiguiente, para la lucha por la libertad; es malo todo lo que contribuye a mantener los vínculos. (RATZINGER, 2005, p. 284).

A partir disso é possível identificar um conceito muito claro de moral/ética; esta seria uma atitude ou postura capaz de gerar "vínculos" entre os homens. A ausência desta pode resultar em uma ideia enganosa de liberdade. A Liberdade não é a ausência de limites, pelo contrário, Ratzinger coloca a família como célula originária da liberdade[18], esta só pode ser encontrada nos vínculos entre os homens; da moral/ética dependem, portanto, todo o conjunto de relações e produções humanas, desde o direito à liberdade, a história, a política e, claro, a economia. Porém uma questão ficou ainda em aberto, por que somente "fortes convicções religiosas" podem originar e sustentar sistemas econômicos éticos? O ser humano não seria capaz de fazer isso sem tais convicções?

[18] *Ibid*. p. 286.

Em um pequeno livro, publicado pela primeira vez em 1993, chamado "Wahrheit, Werte, Macht"[19], estão reunidos três discursos feitos em ocasiões diferentes, mas que juntos ajudam a responder a questão proposta. Uma justificativa importante é dada quando, referindo-se à democracia moderna, Ratzinger faz uma crítica a ela, embora não lhe faça oposição, formulada da seguinte maneira:

> É difícil aceitar que a democracia, que funciona com o princípio da maioria, sem introduzir um qualquer dogmatismo que lhe é alheio, possa proteger aqueles valores morais que não são defendidos pela convicção de nenhuma maioria.[20]

Encontra-se, nesta formulação, o primeiro motivo da necessidade religiosa para a consolidação de uma economia ética. Em um estado democrático o que vale é a vontade da maioria, não a verdade. Ratzinger faz referência à pergunta feita a Jesus por Pilatos: "o que é a verdade?"[21], uma questão desdenhosa, feita como se não pudesse ser respondida, ou não tivesse relevância. Estava representada, na figura de Pilatos, a política e o valor que esta dá à verdade; não há outra verdade em política, senão a verdade das massas, a da opinião popular.

Baseando sua análise no filósofo francês, Pierre Bayle (1647-1706), Ratzinger aponta que, em meados do século XVII, podia-se enxergar uma "verdade moral (que) vem de Deus e deve ser o ponto de referência de todas as leis e normas"[22]; mas "na medida em que o consenso fundamental cristão se desfez (...), ruiu também a evidência moral."[23] A ética a que Ratzinger se refere é exclusivamente cristã, a ética que teria dado origem, como visto, à cultura europeia, e que passou a desaparecer da realidade social com a dissolução da cristandade. Mas esse é apenas o primeiro ponto. A segunda preocupação de Ratzinger é o papel do Estado nesse sentido. O Estado não tem competência para lidar com questões éticas/morais pois sua ação é política, ou seja, relativista, portanto este "não é fonte da verdade e da moral."[24] Se o Estado não pode definir tais padrões, ele deve "procurar fora de si mesmo aquele critério de conhecimento e verdade sobre o bem"[25]; qual seria, então, esta fonte externa?

> O Cristianismo tem-se revelado como sendo a cultura mais universal e mais racional, que ainda hoje oferece à razão aquele substrato fundamental de conhecimento moral, que conduz

---

[19] "Verdade, Valores, Poder." O artigo utilizará uma versão portuguesa.
[20] RATZINGER, Joseph. *Verdade, Valores, Poder*. Trad.: José António Correia Pereira. Braga: Editorial Franciscana, 2006. p. 18.
[21] Cf. Jo 18, 38.
[22] *Ibid*. p. 70.
[23] *Ibid*. p. 71.
[24] *Ibid*. p. 74.
[25] *Ibid*. p. 74.

> a uma certa evidência (...), sem a qual nenhuma sociedade pode subsistir. Por conseguinte, a componente exterior que sustenta o estado não lhe vem da razão (...), mas de uma razão amadurecida num fundo histórico de fé. (RATZINGER, 2006, p. 74).

Concordando ou não com esta perspectiva, está clara, no pensamento de Ratzinger, a ligação necessária entre prática religiosa e moral.

Estes esclarecimentos foram importantes por dois motivos. O primeiro deles, compreender as chaves de leitura que Ratzinger utiliza para se referir à economia, conceitos não só presentes em seus discursos e textos da década de 1980, mas que reapareceram com frequência ao longo das três décadas posteriores. O segundo, ao ler as encíclicas, homilias e discursos feitos durante seu pontificado (2005-2013), a associação com as definições mais usadas por ele ajudarão a compreender melhor o conteúdo de suas análises sobre a economia de mercado e a crise financeira mundial. Na próxima parte será analisado um documento produzido durante o pontificado de Ratzinger, ou seja, de Bento XVI.

Caritas in Veritate: o mercado, a crise e a técnica

Antes de prosseguir é importante notar que o pensamento de Ratzinger não é original ou único, não se encontra solto em meio a tantos outros dentro ou fora da Igreja; sua visão se baseia nos princípios fundamentais que o Compêndio da Doutrina Social da Igreja formulou sobre o tema. Por exemplo, o CDSI define o chamado "princípio da destinação universal dos bens", o qual, em relação à economia

> Convida a cultivar uma visão da economia inspirada em valores morais que permitam nunca perder de vista nem a origem, nem a finalidade de tais bens, de modo a realizar um mundo equitativo e solidário, em que a formação da riqueza possa assumir uma função positiva, (...) para promover o bem-estar dos homens e dos povos e para contrastar-lhes a exclusão e exploração. (CDSI, 2004, 174).

Também vêm do CDSI as críticas mais duras ao capitalismo e à globalização, acompanhados do desenvolvimento cada vez mais acelerado da tecnologia:

> Os progressos científicos e tecnológicos e a mundialização dos mercados, de *per si* fonte de desenvolvimento e de progresso, expõem os trabalhadores ao risco de ser explorados pelas engrenagens da economia e pela busca desenfreada de produtividade. (CDSI, 2004, 279).

A Igreja, embora defenda "a liberdade da pessoa em campo econômico um valor fundamental e um direito inalienável a ser promovido e tutelado"[26], também acentua na

[26] CDSI, 336.

segunda parte do capítulo seis do CDSI, “A vida econômica: moral e economia”, a necessidade da moral/ética para o bom funcionamento da economia de mercado, por exemplo quando diz que

> A moral, constitutiva da vida econômica, não é nem opositiva, nem neutra: inspira-se na justiça e na solidariedade, constitui um fator de eficiência social da própria economia. É um dever desempenhar de modo eficiente a atividade de produção dos bens, pois do contrário se desperdiçam recursos; mas não é aceitável um crescimento econômico obtido em detrimento dos seres humanos, de povos inteiros e de grupos sociais, condenados à indigência e à exclusão. (CDSI, 2004, 332).

Portanto, não é difícil perceber que os temas e a linguagem de Ratzinger estão praticamente todos contidos neste documento. Mas algumas temáticas presentes nas análises de Ratzinger se deslocam desse padrão: a crítica ao comunismo, quase ausente do CDSI, a reafirmação clara do papel da Igreja no esforço de moralizar a economia, o que também fica muito vago no Compêndio, uma reflexão filosófica da “mentalidade tecnicista”, além de conceitos complementares aos do CDSI, como os de “dom” e “gratuidade”, paralelos às chaves da doutrina social: solidariedade e subsidiariedade. Se a proposta deste artigo fosse fazer comparações entre o texto do CDSI e os textos de Ratzinger quanto aos temas sociais, o primeiro passo seria evidenciar que, enquanto o primeiro se concentra nas estruturas, no genérico e tem um caráter mais material, o segundo se caracteriza pelas referências ao indivíduo, ao específico e às reflexões mais filosóficas do que mecânicas; porém, prosseguindo de acordo com o tema proposto, passaremos a analisar um texto do seu pontificado relativo a questões mais atuais.

A encíclica *Caritas in Veritate* – sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade – é a terceira de Bento XVI e foi publicada em junho de 2009 como uma homenagem à *Populorum Progressio* (1967) do Papa Paulo VI. Seguindo o exemplo de todos os papas do século XX, trata-se de uma encíclica social que analisa o contexto e os problemas da atualidade. Muitos assuntos ganham visibilidade no documento, mas aqui pretendemos observar apenas três: o conceito de mercado, a crise econômico-financeira e a questão da técnica.

Primeiro a importância que Bento XVI dá ao mercado. Para o bom funcionamento deste o Papa aponta a importância da “confiança recíproca”; é curioso observar como, nas suas análises, as estruturas sociais dependem sempre de elementos subjetivos. A encíclica define:

> O mercado, se houver confiança recíproca e generalizada, é a instituição econômica que permite o encontro entre as pessoas, na sua dimensão de operadores económicos que usam o

> contrato como regra das suas relações e que trocam bens e serviços entre si fungíveis, para satisfazer as suas carências e desejos. (*Caritas in Veritate*, 35).

Mas para realizar bem a sua missão, não basta o apoio apenas da "lógica mercantil". É comum identificar a ideia de que a economia de mercado tenha, estruturalmente, a necessidade de uma certa porcentagem de pobreza; a encíclica considera errônea essa concepção. Contudo, para que isso não aconteça, o mercado

> Não pode contar apenas consigo mesmo, porque não é capaz de produzir por si aquilo que está para além das suas possibilidades; tem de haurir energias morais de outros sujeitos, que sejam capazes de as gerar. (*Caritas in Veritate*, 35).

Se está "além das possibilidades" do mercado gerar estruturas sociais dignas, isso se dá porque ele é moralmente neutro. Bento XVI recorda que não existe mercado em "estado puro", portanto são os homens, a partir de suas realidades culturais, que o orientam. "Por isso, não é o instrumento que deve ser chamado em causa, mas o homem, a sua consciência moral e a sua responsabilidade pessoal e social."[27] Como uma via possível capaz de orientar o mercado de forma positiva, Bento XVI sugere que

> Ao lado da empresa privada orientada para o lucro e dos vários tipos de empresa pública, devem poder-se radicar e exprimir as organizações produtivas que perseguem fins mutualistas e sociais. (...) Neste caso, caridade na verdade significa que é preciso dar forma e organização àquelas iniciativas econômicas que, embora sem negar o lucro, pretendam ir mais além da lógica da troca de equivalentes e do lucro como fim em si mesmo. (*Caritas in Veritate*, 38).

No trecho, Bento XVI provavelmente se refere à iniciativas como a chamada "Economia de Comunhão"[28], proposta pelo Movimento dos Focolares.

Não podemos fazer um comentário da *Caritas in Veritate* sem destacar que ela foi publicada no crítico contexto da crise financeira de 2008-2009. Não seria prudente tentar identificar as razões da crise, estas são diversas, complexas e há muita polêmica ao redor do assunto, por isso nos concentraremos apenas nas referências que Bento XVI fez a ela, no que ele interpreta serem suas causas e quais caminhos sugere como solução. Em primeiro lugar, Bento XVI faz um elogio ao conceito amplo de "desenvolvimento" trazido pela encíclica *Populorum Progressio*; para Paulo VI, o termo "desenvolvimento" deveria ter como objetivo "fazer sair os povos da fome, da miséria, das doenças endêmicas e do

---

[27] *Caritas in Veritate*, 36.

[28] Para compreender como funcionam, na prática, as empresas que adotam a "economia de comunhão", conferir: LEITÃO, Sergio Proença; SPINELLI, Renée Assayag. *Economia de comunhão no Brasil*: *a produção acadêmica em administração de 1991 a 2006*. Revista de Administração Pública da PUC/RJ, 2008. p. 451-469. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a02v42n3.pdf.

analfabetismo". Bento XVI lamenta presenciar uma crise financeira que evidencia, de forma ainda mais grave, a permanência de elementos criticados na década de 1960 com tanta veemência. Mas apesar do desalento, Bento XVI olha para frente com esperança; em um trecho da encíclica, um pouco mais extenso, mas ao mesmo tempo sintético se se considerar a densidade da mensagem, o Papa diz

> Os aspectos da crise e das suas soluções bem como de um possível novo desenvolvimento futuro estão cada vez mais interdependentes, implicam-se reciprocamente, requerem novos esforços de enquadramento global e uma *nova síntese humanista*. A complexidade e gravidade da situação econômica atual preocupa-nos, com toda a justiça, mas devemos assumir com realismo, confiança e esperança as novas responsabilidades a que nos chama o cenário de um mundo que tem necessidade de uma renovação cultural profunda e da redescoberta de valores fundamentais para construir sobre eles um futuro melhor. A crise obriga-nos a projetar de novo o nosso caminho, a impor-nos regras novas e encontrar novas formas de empenhamento, a apostar em experiências positivas e rejeitar as negativas. Assim, a crise torna-se *ocasião de discernimento e elaboração de nova planificação*. Com esta chave, feita mais de confiança que resignação, convém enfrentar as dificuldades da hora atual. (*Caritas in Veritate*, 21).

A mensagem, como é padrão das instituições religiosas em tempos difíceis, pretende dar esperança aos que sofrem e incentivar os desanimados, mas além de seu sentido primário, para desdobrar o pensamento do Papa, é necessário analisar seus elementos secundários. No trecho são destacadas duas frases: "nova síntese humanista" e "ocasião de discernimento e elaboração de nova planificação"; na primeira a explicação pode ser encontrada em algumas linhas abaixo, quando Bento XVI sugere uma "renovação cultural profunda" e uma "redescoberta de valores fundamental", são muitas atualizações: "renovar", "redescobrir", "projetar de novo", "impor-nos regras novas", "novas formas de empenhamento" e ainda mais adiante propõe que se faça uma "renovada avaliação" do papel dos poderes públicos[29]; esta renovação universal vai muito além da economia, por isso é importante notar que o que Bento XVI chama de crise não é a crise que os meios de comunicação se habituaram a divulgar. A economia, para ele, nunca está sozinha, portanto também não pode entrar em crise sozinha; se esta entrou em um período de recessão, então a razão está na precariedade do contexto moral, cultural, motivacional, etc. A partir disso compreende-se a segunda frase destacada, a crise apenas abriu os olhos do mundo para uma situação social que já se encontrava deficiente, por isso ela foi importante e, por um lado, necessária; não se explica de outra forma o otimismo de um

[29] *Caritas in Veritate*, 24.

espírito tão "prático" como o de Bento XVI, a crise é uma "ocasião de discernimento", que ajudará a "enfrentar as dificuldades da hora atual".

Para concluir a análise que Bento XVI faz da crise financeira, é conveniente chamar a atenção para uma das soluções apontadas, já proposta, inclusive, pelo Papa João XXIII:

> Para o governo da economia mundial, para sanar as economias atingidas pela crise de modo a prevenir o agravamento da mesma e em consequência maiores desequilíbrios, para realizar um oportuno e integral desarmamento, a segurança alimentar e a paz, para garantir a salvaguarda do ambiente e para regulamentar os fluxos migratórios urge a presença de uma verdadeira *Autoridade política mundial*. (*Caritas in Veritate*, 67).

Não é difícil encontrar na internet ou em comentários de filósofos e pensadores conservadores um certo alarmismo contra qualquer espécie de governo mundial. Mas no pensamento de Bento XVI, uma "autoridade política mundial" é urgente, não uma como a ONU está constituída (na encíclica o Papa sugere, inclusive, que ela seja reformada), mas uma "verdadeira" autoridade que dê conta dos problemas apresentados. Trata-se de um apoio direto à criação de um governo mundial[30].

O terceiro tema, a técnica, ganha destaque no último capítulo da encíclica, "O desenvolvimento dos povos e a técnica". Nele Bento XVI faz um elogio ao desenvolvimento da técnica:

> A técnica — é bom sublinhá-lo — é um dado profundamente humano, ligado à autonomia e à liberdade do homem. Nela exprime-se e confirma-se o domínio do espírito sobre a matéria. (...) A técnica permite dominar a matéria, reduzir os riscos, poupar fadigas, melhorar as condições de vida. Dá resposta à própria vocação do trabalho humano: na técnica, considerada como obra do gênio pessoal, o homem reconhece-se a si mesmo e realiza a própria humanidade. (*Caritas in Veritate*, 69).

Não se pode, portanto, negar o avanço ou a importância da técnica para o progresso humano, tanto no sentido material quanto no sentido essencial. Mas, como a técnica está relacionada ao "agir humano", esta não pode ser considerada autossuficiente, como se o desenvolvimento tecnológico tivesse valor em si mesmo, pois quem age, de fato é o ser humano, o Homem está por trás de toda a técnica, por isso ele deve ser considerado em primeiro lugar. Mas esta, segundo Bento XVI, não é a tendência interpretativa predominante:

---

[30] Este tema é bem desenvolvido, junto à questão da crise financeira, em uma nota do Pontifício Conselho "Justiça e Paz": *Para uma reforma do sistema financeiro e monetário internacional na perspectiva de uma autoridade pública de competência universal*. Disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20111024_nota_po.html

> A técnica apresenta-se com uma fisionomia ambígua. Nascida da criatividade humana como instrumento da liberdade da pessoa, pode ser entendida como elemento de liberdade absoluta[31]; aquela liberdade que quer prescindir dos limites que as coisas trazem consigo. O processo de globalização poderia substituir as ideologias com a técnica, passando esta a ser um poder ideológico que exporia a humanidade ao risco de se ver fechada dentro de um *a priori* do qual não poderia sair para encontrar o ser e a verdade. (*Caritas in Veritate*, 70).

Está nesta "mentalidade tecnicista" a raiz de um ateísmo prático, pois a verdade se confunde com o factível, sendo seus únicos critérios a eficiência e a utilidade. Este é um dos aspectos do conceito de crise exposto pelo Papa no início da encíclica. Esta confusão atinge todos os aspectos da vida humana, gera reducionismos graves e alimenta a desigualdade. O Papa explica:

> Quando prevalece a absolutização da técnica, verifica-se uma confusão entre fins e meios: como único critério de ação, o empresário considerará o máximo lucro da produção; o político, a consolidação do poder; o cientista, o resultado das suas descobertas. Deste modo sucede frequentemente que, sob a rede das relações econômicas, financeiras ou políticas, persistem incompreensões, contrariedades e injustiças; os fluxos dos conhecimentos técnicos multiplicam-se, mas em benefício dos seus proprietários, enquanto a situação real das populações que vivem sob tais influxos, e quase sempre na sua ignorância, permanece imutável e sem efetivas possibilidades de emancipação.

Em um mundo com potencial admirável de produção, geração de empregos e distribuição, a situação de miséria, abandono e isolamento que povos inteiros vivem não se explica apenas por fatores técnicos, mas também pela postura tecnicista assumida pela cultura contemporânea. Por isso a palavra "nova" aparece tanto em vários trechos, para superar a crise humana, não só financeira, que o mundo sofre, a *res novae*[32] é a proposta da Igreja. É necessário, portanto, "superar a visão materialista dos acontecimentos humanos e entrever no desenvolvimento um 'mais além' que a técnica não pode dar"[33], assim "será possível perseguir aquele desenvolvimento humano integral que tem o seu critério orientador na força propulsora da caridade na verdade"[34].

Conclusão

Algumas respostas para as perguntas iniciais foram formuladas ao longo deste artigo. Por exemplo, foi visto que a Doutrina Social da Igreja, que apesar de ter sido composta ao longo dos séculos encontra sua origem fundamental na *Rerum Novarum*

---

[31] Destaques do autor.
[32] "Coisas novas" ou mesmo "Revolução" (!) em algumas traduções. Conf.: CDSI, 88.
[33] *Caritas in Veritate*, 77.
[34] *Caritas in Veritate*, 77.

(1891) do Papa Leão XIII, fornece um conjunto de temas e expressões presentes nas ideias de Ratzinger, mas não na sua totalidade, tampouco na sua estrutura; faz sentido que haja uma fissura, pois no caso da *Rerum Novarum* a problemática ainda se relacionava aos efeitos da Revolução Industrial, enquanto Ratzinger já vive em um período no qual a mão de obra está concentrada no setor de serviços, entre outros elementos. Outra consideração importante é que o conceito de crise de Ratzinger é amplo, abrange toda a conjuntura social, portanto sua crítica principal é ao período pré-crise, no qual as nações dissimulavam sobre problemas que já estavam presentes e que, segundo Ratzinger, estimularam o aprofundamento de uma crise que o século XX não pôde solucionar.

O papel da Igreja está muito bem delimitado no pensamento econômico de Ratzinger. Não existe economia ética, ligada ao fator social, preocupada com o problema da desigualdade e empenhada em combater questões urgentes como a fome, sem valores morais extra-estatais, sem uma garantia de que a política terá de onde extrair princípios morais verdadeiros e, assim, humanizar o sistema econômico. A Igreja teria esse papel, sem se confundir, mas ao mesmo tempo sem se sujeitar ao Estado, ela enriqueceria a política e a economia com princípios éticos, sem os quais a mentalidade técnica contemporânea seria incapaz de evoluir. Ratzinger quer lembrar as nações de que o motor da sociedade é o Homem, não os instrumentos de que ele se utiliza; portanto o bem-estar humano é condição *sine qua non* para o bem-estar da economia e da política. Entre esses e outros motivos Ratzinger desqualifica tanto o capitalismo quanto o comunismo, ambos fazem uma separação clara de ética e economia, elemento considerado inaceitável.

Evidentemente não foi possível analisar toda a documentação do pontificado de Bento XVI, por isso optamos por apresentar o principal, a encíclica *Caritas in Veritate*, mas caso as outras duas encíclicas, a *Deus Caritas Est* (2005) e a *Spe Salvi* (2007) junto com algumas homilias, discursos e mensagens também estivessem incluídas, sem dúvida seu pensamento revelaria mais nuances e elementos interessantes para a composição da história do pensamento econômico. Isso será feito em um trabalho maior. Mas o que foi apresentado aqui é suficiente para demonstrar as possibilidades ilimitadas pertencentes à história intelectual e econômica, bem como a história religiosa do final do século XX. O pensamento de um intelectual consistente como o de Joseph Ratzinger pode ajudar o historiador a identificar conceitos de crise, continuidade e ruptura, prática religiosa contemporânea, o papel da Igreja na sociedade atual, etc., uma fonte desse porte não se pode descartar.

Referências Bibliográficas

BURKE, Edmund. *Reflexões Sobre a Revolução em França*. Trad.: Renato de Assunção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lidia Richter Ribeiro Moura. Brasília: UnB, 1982.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989*. Trad.: Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da. (Org.). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PONTIFÍCIO CONSELHO "JUSTIÇA E PAZ". *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Trad.: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ed.: Pastoralis, 2005.

RATZINGER, Joseph. Carta Encíclica *Caritas in Veritate*. São Paulo: Paulinas, 2009.

RATZINGER, Joseph. *Dios y el Mundo.* Trad.: Rosa Pilar Blanco. Barcelona: Random, 2005.

RATZINGER, Joseph. *Economía de mercado y ética según Joseph Ratzinger.* Trad.: Agostina Prigioni. Artigo apresentado no simpósio "Iglesia y economía en diálogo" realizado em Roma em 1985. Publicação espanhola na Revista Cultura Económica de agosto de 2011, p. 65-73.

RATZINGER, Joseph. *Iglesia, Ecumenismo y Política*. Trad.: Bartolomé Parera (Parte 1), José Luis Legaza (Parte 2) e Gonzalo Haya (Parte 3). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005.

RATZINGER, Joseph. *La Unidad de las Naciones*. Trad.: José María Bernáldez Montalvo. Madrid: Ediciones Fax, 1972.

RATZINGER, Joseph. *Verdade, Valores, Poder*. Trad.: José António Correia Pereira. Braga: Editorial Franciscana, 2006.

Aspectos da escravidão urbana: escravos ao ganho e de aluguel, comércio de cativos e demografia.

Caio da Silva Batista[1]

Palavras-chave: escravidão, economia urbana, trabalho escravo, século XIX.

Resumo: Essa pesquisa busca analisar alguns aspectos da escravidão em sua face urbana no interior do sudeste brasileiro durante a segunda metade do século XIX. Nesse sentido, analisarei o sistema de ganho e de aluguel de cativos, o comércio de escravos e a evolução da população escravizada da cidade do Juiz de Fora, principal centro urbano da Zona da Mata mineira durante a segunda metade do século XIX. Dentro desse contexto, é objetivo desse trabalho demonstrar que os escravos foram essenciais para a economia urbana de Minas Gerais e do Brasil durante o oitocentos. Além deste aspecto esse trabalho busca promover a análise da evolução demográfica da população cativa de Juiz de Fora bem como demonstrar como se desenvolveu o comércio de escravos nessa localidade.

[1]Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/Niterói). Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor Docente I da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Membro do grupo de Pesquisa CNPq: Sociedade, cultura e trabalho na região da Zona da Mata Mineira, séculos XVIII-XIX. Autor do livro *Cotidiano e escravidão urbana na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora (MG) 1850 1888* e do capítulo *Novas perspectivas da escravidão: o escravismo urbano na cidade de Juiz de Fora* presente no livro *Vivendo a História: novas pesquisas*. E-mail para contato: caiodasilvabatista@gmail.com

Considerações iniciais

O presente artigo busca analisar a escravidão urbana no interior do sudeste brasileiro durante a segunda metade do século XIX. Assim, tomarei como pano de fundo dessa pesquisa a atual cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais.

A economia desse centro urbano se desenvolveu a partir da produção cafeeira que era desenvolvida na Zona da Mata e no município durante o século XIX. Graças ao dinheiro gerado pelo café e pelas atividades agropastoris de abastecimento o município conseguiu se desenvolver e se tornar o principal entreposto comercial de mercadorias e escravos da Mata mineira.

Esta localidade contou com um grande contingente de escravos durante a segunda metade do século XIX, chegando a concentrar 25% da população cativa de Minas Gerais. Esses cativos estavam em maior concentração no campo, exercendo as atividades relacionadas ao cultivo do café e a produção de gêneros para o abastecimento. No entanto, Juiz de Fora contou com escravos em seu centro urbano, onde eram empregados em diversos serviços.

Por ter sido uma importante localidade mineira durante o século XIX, esse artigo busca analisar o trabalho de ganho e aluguel desenvolvidos pelos escravos urbanos juiz-foranos. Além disso, é objetivo dessa pesquisa demonstrar como se desenvolveu o comércio de escravos nessa localidade e promover um estudo sobre a evolução demográfica da população cativa da cidade de Juiz de Fora durante o século XIX.

Para iniciar os estudos analisarei na próxima seção a evolução da população escrava na cidade de Juiz de Fora durante o oitocentos.

A formação de um centro urbano na Zona da Mata de Minas Gerais e a evolução demográfica de sua população escrava.

A cidade de Juiz de Fora tem sua origem vinculada a abertura do Caminho Novo, em 1701, que ligava Vila Rica (atual Ouro Preto) ao Rio de Janeiro. As margens desta rota se formaram roças, fazendas, paragens, ranchos, povoados, capelas dentre outras aglomerações humanas que auxiliavam no povoamento de Minas Gerais e na formação da Zona da Mata mineira (BASTOS, 2004).

O crescimento dos povoados que margeavam o Caminho Novo se intensificou a partir

da segunda metade do século XVIII, período em que houve a redução da extração aurífera na Capitania de Minas Gerais. Este fenômeno fez com que muitos indivíduos migrassem das regiões mineradoras para outras localidades da Capitania, dentre eles, a Zona da Mata (VITORETTO, 2012). Em decorrência deste aumento populacional na região houve um crescimento dos arraiais locais, dentre eles a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, que abrigava o arraial de Santo Antonio do Parahybuna, que a partir de 1865 passou a ser chamado de cidade do Juiz de Fora (BATISTA, 2015).

Sobre a demografia da localidade na primeira metade do século XIX, Sonia Maria de Sousa ao analisar as listas nominativas de 1831 da paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, demonstra que a localidade contava com uma população estimada em 1.336 almas, sendo 546 livres e 790 escravos, o que correspondia a 40,87% e 59,13% dos habitantes respectivamente (SOUZA, 2007: 51). Ao analisar, no mesmo período, a população total da Comarca do Parahybuna, que englobava a região do povoamento em análise é possível detectar que o território em foco possuía um grande contingente de escravos na primeira metade do século XIX, somando 116.753 almas[2]. Além deste aspecto, a presente Comarca apresentava destaque na Província de Minas Gerias por ser a terceira mais populosa dessa capitania e por conter o maior número de escravos na primeira metade do oitocentos.

Como é possível observar, a Paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora estava inserido em uma Comarca, que apresentava um alto índice de escravos. A concentração de mão de obra cativa nesta região estava associada, principalmente, pela expansão do plantio do café, que se iniciou a partir das primeiras décadas do século XIX, estimulado pela valorização desse produto no mercado europeu. Este fator fez com que aumentasse a procura por terras no vale do Parahybuna, intensificando o povoamento na região.

Em decorrência do fortalecimento econômico, oriundo principalmente da expansão da cafeicultura e da agricultura de abastecimento, o arraial de Santo Antonio do Parahybuna conquistou sua emancipação do termo de Barbacena no dia 31 de maio de 1850, sendo elevado à categoria de vila. Este novo município, a princípio, apresentava duas Paróquias a de Chapéu D'Uvas e a de Santo Antonio do Juiz de Fora (BATISTA, 2015). Esta última englobava a área urbana do município, que era composta pelos povoados de Santo Antonio do Parahybuna, Caeté, Chácara, Sarandi, Matias Barbosa e Grama, além da área rural em torno do distrito-sede (Santo Antonio do Parahybuna). Em outras palavras, a paróquia de Santo

[2] Criada pela Resolução de 30 de junho de 1833 compreendia os Termos das vilas de Barbacena, Baependi e Pomba e posteriormente o Termo de Santo Antonio do Parahybua que a partir de 1865 passou a ser chamado de Juiz de Fora. Sobre o assunto consultar: MINAS GERIAS. *Jurisprudência mineira.* Belo Horizonte. nº1. p. 1 – 439. jul./set. 2011.

Antonio do Juiz de Fora formava a área urbana, o subúrbio, os arredores e a área rural da vila de Santo Antonio do Parahybuna e, posteriormente, das cidades do Parahybuna e do Juiz de Fora (OLIVEIRA, 2010: 48).

Em relação à população deste novo município, Luis Eduardo de Oliveira demonstra que em 1853 esta localidade possuía 22.070 almas, 9.033 livres e 13.037 cativos (OLIVEIRA, 2010: 48). Desse total, 6.466 indivíduos moravam na vila de Santo Antonio do Parahybuna, sendo 2.441 livres e 4.025 escravos (OLIVEIRA, 2010: 48). Ao fazer a comparação com os dados populacionais de 1831, quando o então Arraial de Santo Antonio do Parahybuna contava com 1.336 almas, sendo 546 livres e 790 escravos, é possível detectar que houve um aumento considerável da população na localidade. O que significou o crescimento de 8.487 indivíduos livres e 12.247 cativos.

Os dados apresentados demonstram também que durante o período de 1830 a 1853 houve um aumento demográfico considerável da população que habitava o arraial de Santo Antonio do Parahybuna, que em 1850 foi elevado à categoria de vila. O crescimento populacional da localidade, principalmente da população escrava, durante a primeira metade do século XIX, foi estimulado, principalmente, pelo aumento da produção cafeeira na localidade e do crescimento do cultivo de atividades agropastoris voltadas para o abastecimento. Além deste aspecto, o crescimento físico da povoação durante as décadas de 1830 a 1850 exigiu um maior contingente de cativos na área urbanizada de Santo Antonio do Parahybuna. Nesta localidade os escravos, assim como em outras cidades do período, eram utilizados em diversos serviços como o de carregador, copeiro, cocheiro, carpinteiro.

Em decorrência do crescimento econômico e social, esse núcleo urbano, em 1856, foi elevado a categoria de cidade, passando a ser chamado de cidade do Parahybuna[3]. Em 1865 houve a alteração da toponímia municipal, que alterava o nome da cidade do Parahybuna para Juiz de Fora[4].

No decorrer da década de 1860 e 1870 a então cidade do Juiz de Fora se consolidava como um importante centro urbano na região sul da Zona da Mata, adquirindo grande relevância política, religiosa e econômica dentro do contexto matense. Os dados do recenseamento de 1872 demonstra que a sede do município de Juiz de Fora, a paróquia de

---

[3]Arquivo Público Mineiro, doravante APM. Coleção de leis do Império. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/viewcat.php?cid=2256> . Acesso em: 06 jul. 2015.

[4] APM. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/viewcat.php?cid=2256>. Acesso em 06 jul. 2015.

Santo Antonio do Juiz de Fora, já havia praticamente triplicado sua população em um período inferior a vinte anos, se comparados com os dados de 1853.

Antes de expor os dados referentes a este censo, gostaria de ressaltar que esta paróquia englobava o território que abrangia os habitantes da sede municipal, cidade do Juiz de Fora, dos arraiais de Chácara, Caeté e Sarandi, dos povoados de Matias Barbosa e Grama, além dos moradores da área rural que se localizava ao redor destas povoações e da sede municipal (OLIVEIRA, 2010: 48 – 79). Por esse motivo, não há condições de saber exatamente o número específico de moradores da cidade do Juiz de Fora, uma vez que ela não foi recenseada separadamente, pois sua área, tal como dito anteriormente, estava englobada dentro da referida paróquia.

Contudo, o aumento do núcleo urbano deve ter sido bastante considerável já que a cidade passava, ao que tudo indica, por um surto de "progresso" e "modernidade". Essas características podem ser notadas a partir da diversificação da economia desta cidade ao longo das décadas de 1860 e 1870 (BATISTA, 2015).

Em relação ao número de escravos que habitavam a cidade de Juiz de Fora, o censo de 1872 fornece informações demográficas importantes sobre o quantitativo de cativos que moravam nesta localidade. Todavia, tal como dito anteriormente, a população do núcleo urbano desse município estava inserida dentro da paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora.

No que diz respeito à ocupação exercida pelos escravos nessa paróquia, o presente censo indica que esses trabalhavam exclusivamente em atividades manuais ou mecânicas, profissões tipicamente exercidas por cativos (KARASCH, 2000: 259 – 291). O quadro abaixo demonstra quais seriam essas ocupações e o quantitativo de mancípios que exercia cada uma delas.

QUADRO 01 **– Profissões manuais ou mecânicas exercidas pelos escravos e livres na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora de acordo com o censo de 1872-**

Profissões	**Escravos**		**Total (A)**	**Livres**		**Total (B)**	**TOTAL (A + B)**
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		
Costureiras	---	150	**150**	---	819	**819**	**969**
Em metais	---	---	---	79	---	**79**	**79**
Em madeiras	11	---	**11**	119	---	**119**	**130**
De edificações	2	---	**2**	421	---	**421**	**423**
Em couros e peles	1	---	**1**	10	---	**10**	**11**

Em vestuário	2	---	**2**	26	---	**26**	**28**
Em calçados	1	---	**1**	28	---	**28**	**29**
Criados e Jornaleiros	630	---	**630**	616	---	**616**	**1.246**
Serviços domésticos	630	260	**890**	600	1.750	**2.350**	**3.240**
Lavradores	1.650	650	**2.300**	1.010	406	**1.416**	**3.716**
Sem profissões	1.293	1.891	**3.184**	1.435	1.767	**3.202**	**6.386**
TOTAL	**4.220**	**2.951**	**7.171**	**6.181**	**4.742**	**9.086**	**16.257**

FONTE: Recenseamento do Brasil em 1872, Biblioteca Digital do IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mai, 2012.
OBS: O termo "profissão" foi utilizado pelo censo de 1872. Foi inserido na tabela apenas as profissões mecânicas ou manuais em que apresentavam escravos. Havia as ocupações de "canteiros/calceteiros/mineiros/cavouqueiros" (1.837) e "Em metais" (79) que só apresentavam trabalhadores livres, somando um total de 1.916 almas.

A tabela exposta acima demonstra que na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, que formava a área urbana do município em análise, havia o predomínio de escravos do sexo masculino que em sua grande maioria não apresentavam um ofício especializado. Por esse motivo, tal como indica o quadro acima, a maioria dos cativos eram considerados "sem profissão", esta categoria foi a que mais concentrou cativos, apresentando um contingente de 3.184 almas o que equivalia a 44,40% da população mancípia da referida paróquia. Esta tendência em apresentar grande contingente de escravos sem especialização foi detectada em outras cidades do período, como por exemplo o Rio de Janeiro. Para esta localidade Mary Karasch afirma que neste centro urbano houve um número considerável de escravos que não apresentavam especialização durante o século XIX (KARASCH, 2000: 259 – 291).

O grande número de cativos sem especialização na cidade de Juiz de Fora e em seu entorno, pode ser explicado em parte, pois neste centro urbano os diversos setores da economia necessitavam de escravos para desempenhar funções de ajudante ou realizar trabalhos que não exigiam muita experiência, como por exemplo, o carregamento de mercadorias. Por esse motivo a grande maioria dos mancípios eram "sem profissões".

Por outro lado, os dados do censo de 1872 indicam que havia o predomínio de escravos alugados na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora. Essa afirmativa se sustenta, pois os cativos "criados e jornaleiros" e "sem profissão", representam 3.814 indivíduos, respondendo por 53,18% da população escrava da cidade do Juiz de Fora e seus arredores. Esses cativos, em geral, trabalhavam locados em casas, no comércio, nas chácaras e fazendas da região.

Em relação às demais ocupações exercidas pelos mancípios na Paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, o quadro 01 demonstra que havia 14 escravos especializados em serviços de “madeiras” e “edificações”. Esses cativos poderiam ser utilizados em construções diversas e em obras públicas (BATISTA, 2015).

Além destas ocupações havia escravos especializados “em vestuários”, “em calçados”, “em couros e peles”, somando um total de 4 indivíduos. Foram recenseadas também 150 escravas que realizavam o serviço de “costureiras”. Esses cativos poderiam ser empregados nas oficinas artesanais ou nas manufaturas locais que produziam roupas, sapatos, chapéus e outros artigos que necessitavam de mão de obra especializada.

Por fim, os escravos que se enquadravam nas ocupações “serviços domésticos” representavam 890 indivíduos, que correspondiam a 12,21% dos cativos que moravam na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora. Estas ocupações eram variadas e muitas vezes exigiam dos cativos especializações e habilidades para exercerem tais atividades. Esses trabalhadores poderiam ser locados ou não.

É importante destacar também que os 7.171 cativos que habitavam a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora correspondiam a 37,01% da população cativa do município. Este dado indica que havia uma grande quantidade de escravos que trabalhavam na cidade de Juiz de Fora, em seus arredores e nas áreas rurais que cercavam o distrito sede[5].

Para concluir a análise da demografia escrava na cidade de Juiz de Fora durante a década de 1870 é necessário ser levantado um último dado, referente a comparação da evolução escrava na referida paróquia durante o período de 1831, 1853 e 1872. A tabela a seguir demonstra estas cifras.

TABELA 01 - **Evolução da população escrava e livre na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora (1831, 1853 e 1872)-**

Ano	Livres	Porcentagem	Escravos	Porcentagem	Total
1831	546	40,87%	**790**	**59,13%**	1.336
1853	4.025	38,36%	**6.466**	**61,63%**	10.491
1872	10.933	60,38%	**7.171**	**37,01%**	19.371

FONTE: OLIVEIRA, Eduardo Luis de. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877 - 1920).** Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 48. SOUZA, Sonia Maria de, **Terra, família, solidariedade...:** estratégias de sobrevivência camponesa no período da transição - Juiz de Fora (1870-

[5] Esta porcentagem foi alcançada levando em consideração os escravos da freguesia de Nossa Senhora da Glória em São Pedro de Alcântara, que tinha uma população escrava, no período, estivada em torno de 5.000 cativos. Estes cativos somados com a população total de escravos do município de Juiz de Fora em 1872 fornece um somatório de 19.371 escravos. Para mais informações sobre essas cifras consultar: GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós – emancipação:* família, trabalho terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828 – 1928). São Paulo: Annablume, 2006.

1920). Bauru: EDUSC, 2007. Recenseamento do Brazil em 1872 – Minas Geraes, Biblioteca Digital do IBGE. Disponível em:
< http://biblioteca.ibge.gov.br> . Acesso em:10 mai. 2012.
OBS : Para o total de escravos em 1872 foi levado em consideração a população escrava estimada por Elione Guimarães para a freguesia de São Pedro de Alcântara, que não havia sido recenseada. A população estimada nessa localidade, de acordo com Guimarães era de 5.000 escravos que somado aos 14.371 cativos das demais freguesias/paróquias do município chegava a um total de 19.371 almas.

Os dados expostos acima mostram que houve um aumento significativo da população escrava e livre na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora. O aumento populacional sofrido pela paróquia está associado a uma série de fatores. O primeiro deles diz respeito ao desmembramento da paróquia de Nossa Senhora do Chapéu D`Uvas e Santo Antonio do Juiz de Fora em 1853 do termo de Barbacena, dando origem ao município de Santo Antonio do Parahybuna, posteriormente chamado de Juiz de Fora.

Além desse aspecto, outros fatores auxiliaram no aumento demográfico do centro urbano em análise, como por exemplo, a expansão da cafeicultura para a exportação e da agricultura e da pecuária de abastecimento, a diversificação econômica sofrida pelo distrito sede durante a segunda metade do século XIX, dentre outros fatores. Este crescimento atraiu para a localidade muitos indivíduos livres e imigrantes que se instalaram na cidade para prestar seus serviços, promover investimentos, trabalhar nas lavouras de café, dentre outras atividades. Este desenvolvimento econômico demandou um grande contingente de escravos, daí o aumento em mais de 900% dessa população, que era de 790 indivíduos em 1831 passando para mais de 7.000 em 1872.

Como se pode perceber a cidade do Juiz de Fora na década de 1870 apresentou um crescimento social e econômico significativo. Sobre este assunto, Rita Almico ao analisar as transformações da riqueza pessoal em Juiz de Fora no período de 1870 a 1914 afirma que “A década de setenta foi bastante expressiva na transformação urbana do município” (ALMICO, 2001).

Para a década de 1880, não encontrei nas fontes consultadas dados populacionais específicos para a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora. Porém, localizei cifras referentes ao ano de 1886 para o município de Juiz de Fora. Esses dados apontam que a localidade possuía 20.905 cativos (GUIMARÃES, 2006).

Se compararmos este dado com o número de escravos no município em 1872, estimada em 19.351 almas, é possível detectar que nos anos finais da escravidão Juiz de Fora apresentou um aumento na população mancípia, o que significou um crescimento 1.554 cativos ou 8, 03%. Este dado indica que a sociedade juiz-forana foi arraigada ao sistema escravista até seus momentos finais.

Como foi possível observar a cidade de Juiz de Fora sofreu um forte desenvolvimento econômico e social a partir da segunda metade do oitocentos. Este fenômeno esteve associado, principalmente, à expansão do plantio do café que começou a ser cultivado na região no final do século XVIII e início do XIX.

Vimos também que o município de Juiz de Fora se formou em 1850 ao desmembrar-se do termo de Barbacena. Esta localidade, tal como foi demonstrado, foi o principal entreposto comercial de escravos e mercadorias da Zona da Mata de Minas Gerais.

Além deste aspecto, foi possível detectar que esse centro urbano contou com a maciça presença de escravos que trabalhavam em serviços "manuais ou mecânicos", havendo o predomínio dos sem especializações, lavradores, criados e jornaleiros. Em decorrência do predomínio de cativos jornaleiros, sem especialização, lavradores e criados, foi possível detectar que na cidade em análise houve o predomínio de escravos que trabalhavam ao ganho e, principalmente, alugados. No próximo tópico irei analisar, de forma mais aprofundada, como se desenvolvei o sistema de ganho e aluguel na cidade de Juiz de Fora durante a segunda metade do século XIX.

Escravos ao ganho e de aluguel

O aluguel e o ganho eram uma das modalidades de trabalho dos escravos urbanos. O cativo ao ganho trabalhava fora da casa de seu dono como jornaleiro, para adquirir quantias pré-estabelecidas pelo seu senhor que deveriam ser entregues ao final do dia ou da semana. Caso o montante não fosse adquirido o escravo poderia ser castigado. Em muitos casos os cativos que trabalhavam nesta modalidade tinham que promover seu próprio sustento (MACHADO, 2004: 59 – 99).

Os trabalhos de ganho eram variados, havendo escravos que se ofereciam como carregadores, barbeiros, cocheiros, pedreiros, sapateiros, cozinheiros e outras especializações que o meio urbano necessitava. Entre essas profissões houve destaque para os vendedores, que andavam pelas ruas das cidades com tabuleiros de quitutes, hortaliças, peixes frescos, e outros gêneros (MACHADO, 2004: 59 – 99).

O ganho atendia os interesses dos escravos e de seus donos, pois os primeiros viam neste tipo de serviço uma possibilidade, mesmo que aparente, de liberdade e os senhores eximiam-se, em muitos casos, dos gastos com a alimentação, fiscalização e vestimenta de seus mancípios, além de garantir uma renda (MACHADO, 2004: 59 – 99). Por esse motivo, era um bom negócio colocar escravos ao ganho pelas ruas das cidades.

Esse tipo de trabalho chamou a atenção de diversos viajantes que estiveram no Brasil no decorrer do século XIX. Estes estrangeiros deixaram em seus diários de viagens relatos sobre o sistema de ganho. Spix e Martius, ao passarem pelo Rio de Janeiro em 1817 deixaram o seguinte registro:

> **Na cidade são tristíssimas as condições dos que são obrigados a ganhar diariamente certa quantia para seus senhores; são considerados como capital vivo em ação e, como os seus senhores querem recuperar dentro de um prazo o capital e juros empregados não os poupam** (SPIX & MARTIUS, 1976).

Como se pode observar, o escravo ao ganho estava sujeito a longas jornadas de trabalho para adquirir o valor da diária que era cobrada, pois o jornal exigido era elevado. Em decorrência das altas diárias cobradas dos escravos ao ganho, em alguns casos, para completar o valor do jornal exigido, estes cativos cometiam crimes, como o furto, a prática da prostituição e da mendicância (SILVA, 1998: 87 – 103).

Os cativos de aluguel, ao contrário dos de ganho, "tinham seus serviços oferecidos pelo proprietário, que estabelecia o tipo de trabalho e as condições de pagamento" (SILVA, 1998: 87 – 103). Este tipo de mancípio, geralmente apresentava algum serviço especializado, o que fazia o valor da locação aumentar.

O sistema escravista urbano juiz-forano, a exemplo de outras cidades do período, apresentou como uma de suas características a utilização de cativos ao ganho e de aluguel que desenvolveram diversas atividades econômicas.

Alguns documentos fornecem indícios da presença de negros ao ganho em Juiz de Fora, como por exemplo, os anúncios publicados nos jornais que ofereciam oportunidades de emprego a escravos que habitavam a área urbanizada do município. Nesse sentido, ao realizar a leitura do periódico *O Pharol*, que começou a circular em Juiz de Fora no final da década de 1870, localizei 6 anúncios que ofertavam trabalho a escravos[6]. Todavia, outros tantos devem ter existido, porém foram feitos no "boca a boca".

Esses anúncios ofereciam serviços aos escravos na cidade do Juiz de Fora no período de 1876 a 1888. Desse total, quatro anunciantes procuravam serviços de escravos e cinco de escravas. Em relação ao tipo de trabalho procurado, houve o predomínio das ocupações especializadas referentes ao lar, tais como copeiro(a), ama de leite, cozinheira(o), engomadeira, lavadeira, mucama e criada.

---

[6] O jornal *O Pharol* está sob a custódia do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, doravante AHUFJF.

A publicação desses anúncios indica que ocorreu a preferência por escravas no sistema de ganho em Juiz de Fora que desenvolviam, principalmente, atividades relacionadas ao serviço doméstico. Nesse sentido, as(os) cozinheiras(os) eram mais requisitados(as), representando 44,5% dos anúncios publicados.

Porém, é importante salientar que os escravos(as) ao ganho juiz-forano exerciam outras funções, como por exemplo, a venda de quitutes, verduras, aves, peixes e outros gêneros. Havia também aqueles que eram empregados em outros serviços que a cidade exigia, como por exemplo, o carregamento.

Em relação ao valor da diária recebida por esses escravos, não foi possível detectar um valor em decorrência da ausência desta informação nos anúncios. Sobre este assunto, Luiz Carlos Soares ao fazer um análise sobre anúncios de escravos ao ganho no Rio de Janeiro no século XIX publicados no *Jornal do Comércio*, verificou que a partir da segunda metade do oitocentos houve um aumento maior que 100% no valor do jornal cobrado a um escravo ao ganho (SOARES, 2007: 138).

Dentro desta perspectiva, Luiz Carlos Soares afirma que a partir da década de 1850 o preço médio exigido por uma diária de um escravo ao ganho era 480 réis. No entanto, Soares demonstra que no Rio de Janeiro a partir da década de 1860 estes cativos tinham que entregar por dia um montante em torno de 640 réis (seiscentos e quarenta réis), a partir da década de 1870 este valor ultrapassava os 1$000 réis (mil réis) (SOARES, 2007: 138).

Em Juiz de Fora a situação não deve ter sido diferente. Em virtude do aumento do preço da mercadoria escrava no decorrer da segunda metade do século XIX somado ao crescimento da população livre dessa localidade, os senhores, para recuperar seu investimento e garantir seus ganhos, encontravam no aumento do jornal a solução.

Em relação ao aluguel de escravos, Rômulo Andrade afirma que os habitantes juiz-foranos utilizaram-se deste sistema tanto nas áreas rurais, quanto nas urbanas (ANDRADE, 1995: 92). As notícias de locação de cativos publicada no jornal *O Pharol* indicam que as duas últimas décadas da escravidão em Juiz de Fora apresentaram um aumento na oferta de escravos para alugar.

Para um total de 45 anúncios de aluguel de escravos urbanos publicados no *O Pharol* durante o período de 1870 a 1888, 82,2% se remetiam a escravas, 13,3% a escravos e 4,5% a grupo de cativos.

Assim como os escravos ao ganho, os cativos oferecidos para a locação na cidade do Juiz de Fora tinham como principal especialização os serviços domésticos, com destaque para as amas de leite, doceira(o), cozinheira(o), copeiro(a), lavadeira e engomadeira. Além desses

serviços, havia escravos alugados que trabalhavam como carpinteiro, serviços de hotel, venda de quitanda e aqueles que “faziam qualquer tipo de serviço”.

Em relação ao preço pago pelo aluguel desses cativos, havia dois anúncios que apresentavam o preço que seria pago. O primeiro deles foi publicado no dia 01/01/1881 e apresentava em seu conteúdo “Aluga-se por 10$000 (dez mil réis) por mez uma parda de 11 annos (...)”, o segundo oferecia “para ama de leite uma rapariga nova, sem filho, 30$ (trinta mil réis) (...)” [7].

Os fragmentos dos anúncios transcritos acima evidenciam que o preço mensal pago por um escravo alugado na cidade do Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX, dependia de sua especialização, ou seja, os que apresentavam um ofício eram mais bem pagos. Outros fatores também influenciavam no preço dos jornais pagos, como por exemplo, a idade e o sexo.

A partir do que foi discutido é possível detectar que o sistema de aluguel predominou em Juiz de Fora, sobretudo a partir das décadas finais da escravidão. Os anúncios de aluguel publicados no jornal *O Pharol* indicam esta tendência.

A ascensão da locação de escravos na localidade se explica, em parte, pois com a proximidade evidente do fim do escravismo comprar este tipo de mercadoria passou a ser um negócio não rentável, uma vez que havia a possibilidade em não ter o retorno da aplicação (ANDRADE, 1995: 92). Por esse motivo, nas décadas de 1870 e 1880 muitos indivíduos optaram na locação de cativos.

Por fim, devo destacar que o sistema de ganho e de aluguel no núcleo urbano de Juiz de Fora foi largamente utilizado pelos moradores desta localidade. Mas ainda resta uma questão que se relaciona a compra desses mancípios. De onde vinham? Qual era seu preço? Essas e outras questões serão analisadas no próximo tópico.

Comércio de escravos em Juiz de Fora

Em 1831, o tráfico de africanos para o Brasil tornou-se ilegal, todavia, até 1850 houve a entrada de escravos vindo da África para o Brasil. Após este período ocorreu a intensificação do comércio interno de cativos no país. Essa nova dinâmica se configurou a partir da lei de 04 de setembro de 1850, conhecida como Eusébio de Queirós, que embora não tenha sido a primeira a proibir o tráfico de africanos para o país, foi a que surtiu impacto relevante sobre o comércio transatlântico de escravos para o Brasil, que passou a ser combatido com maior eficiência.

[7] AHUFJF. Setor de periódicos. *O Pharol*. 02/08/1883.

Dentro deste contexto houve o advento das transações de compra e venda de cativos, nos âmbitos locais, regionais, provinciais e interprovinciais (entre províncias). Em relação à Juiz de Fora, os estudos de Claudio Heleno Machado e Rômulo Andrade apontam que durante a segunda metade do século XIX, a mão de obra cativa foi reposta, principalmente, pelo tráfico interno de escravos (ANDRADE, 1995 & MACHADO, 1998).

Nesse sentido, Machado ao analisar as escrituras e registros de compra, venda, hipoteca e troca e as matrículas de escravos em Juiz de Fora na segunda metade do oitocentos constatou que nesta localidade houve o predomínio das transações com escravos oriundos do próprio município (transações intramunicipais), de outras regiões de Minas Gerais (transações intermunicipais), das demais áreas do Brasil (transações interprovinciais) e, em menor incidência, houve as transações de mancípios originários de outros municípios da Zona da Mata (transações intermunicipais) (MACHADO, 1998: 52 – 53).

A partir desses resultados, Machado chegou à conclusão de que o próprio município de Juiz de Fora e outras regiões de Minas Gerais, excluindo as localidades da Zona da Mata, foram os principais fornecedores de escravos para Juiz de Fora (MACHADO, 1998: 52). Nesse sentido, Machado ao analisar os registros cartoriais envolvendo a venda de escravos em Juiz de Fora no período de 1860 a 1888, observou que dos 227 negócios registrados envolvendo cativos, 106, ou 46% do total, foram feitos com mancípios residentes no município (MACHADO, 1998: 52).

Além desta característica, de acordo com Machado, o tráfico interno de escravos desenvolvido em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX contou, em menor incidência, com a presença de cativos oriundos de outras regiões brasileiras (MACHADO, 1998: 68 – 70). Havendo destaque para o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil.

Em relação à baixa participação dos municípios da Zona da Mata mineira no comércio de escravos para Juiz de Fora, Machado associa esse fenômeno a questão da lavoura cafeeira, que predominava na Mata mineira durante a segunda metade do século XIX. Dentro dessa perspectiva, o pesquisador afirma que as localidades matenses necessitavam de grande contingente de escravos para trabalhar no cultivo do café e em outras atividades que essa cultura exigia. Por esse motivo, os mancípios de outros municípios da Zona da Mata de Minas Gerais pouco foram transacionados para Juiz de Fora (MACHADO, 1998: 57 – 70).

Para Andrade, diferentemente de Machado, boa parte dos cativos negociados no município de Juiz de Fora eram oriundos do tráfico intermunicipal com outras regiões de Minas Gerais, ficando em segundo lugar as transações intra e interdistritais, ou seja, aquelas ocorridas dentro do município de Juiz de Fora (ANDRADE, 1995: 146). Andrade também

demonstra que até em meados da década de 1880 o tráfico interno de cativos foi utilizado de forma maciça para a reposição escrava em Juiz de Fora. Todavia, a partir de 1885, a compra de escravos decaiu na localidade (ANDRADE, 1995: 146).

De acordo com Andrade, alguns fatores explicam a queda da aquisição de cativos a partir de meados da década de oitenta. A primeira delas está associada ao fim eminente da escravidão, que a partir deste período passou a ser mais evidente dentro desta sociedade. O fim "certo" do escravismo estava associado a uma série de medidas tomadas pelo governo imperial e o provincial que enfraqueceram o sistema escravista, como por exemplo, a promulgação da lei Saraiva-Cotegipe (1885), ou dos Sexagenários, que determinava a alforria de cativos que completassem 65 anos, a proibição dos açoites nos castigos a mancípios (1886), e outras medidas que almejavam abolir de forma gradual a escravidão.

A configuração do tráfico interno de escravos desenvolvido em Juiz de Fora apresentou peculiaridades e semelhanças com outras regiões brasileiras do período. Dentro desta perspectiva, José Flávio Motta ao analisar o comércio interno de escravos na segunda metade do século XIX em Constituição (SP), atual município de Piracicaba (SP), que foi um grande produtor de café na segunda metade do oitocentos, chegou à conclusão de que nesta localidade houve o predomínio do tráfico local de escravos (MOTTA, 2006).

Todavia, Motta demonstra que em Constituição, a grande maioria dos escravos, vieram de outras províncias brasileiras do período, como por exemplo, as localizadas na região Nordeste. Por esse motivo nessa localidade houve o predomínio do tráfico intraprovincial (MOTTA, 2006).

Como é possível observar, em Constituição, diferentemente de Juiz de Fora, que contou com uma grande população escrava de outras regiões de Minas Gerias, não se pode contar de forma maciça com a escravaria oriunda da província de São Paulo. Esta característica obrigou os proprietários da localidade a adquirirem escravos em outras províncias brasileiras.

Em relação à profissão dos escravos transacionados para Juiz de Fora durante a segunda metade do século XIX, Rômulo Andrade detectou que boa parte dessa população não apresentava especialização (ANDRADE, 1995). Essa característica indica que a maioria desses mancípios eram direcionados para a lavoura cafeeira, que não exigia especialização alguma do indivíduo.

Por outro lado, dentre as ocupações apresentadas por esses cativos, Andrade detectou que houve o predomínio de escravos roceiros e lavradores, seguidos por aqueles que sabiam fazer serviços domésticos e os que possuíam ocupações mais específicas, como por exemplo,

cozinheiro, costureira, fiadeira, pajem e copeiro (ANDRADE, 1995: 149). A tabela a seguir demonstra de forma mais detalhada quais especializações esses escravos apresentavam.

TABELA 02 **– Ocupação dos escravos transacionados em Juiz de Fora, 1860 – 1887 –**

OCUPAÇÕES	NÚMERO DE ESCRAVOS	PERCENTUAL
Roceiro/Lavrador	**596**	41,6%
Serviços Domésticos	**111**	7,8%
Cozinheiro	**74**	5,1%
Costureira	**17**	1,2%
Fiadeira	**16**	1,1%
Pedreiro	**10**	0,7%
Ferreiro	**6**	0,4%
Carpinteiro	**6**	0,4%
Outras (1)	**25**	1,8%
Subtotal (A)	**859**	---
Não Consta a Especialização	**573**	40%
Sutotal (B)	**573**	---
TOTAL (A + B)	**1.432**	**100%**

FONTE: ANDRADE, Rômulo Garcia de**. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco:** Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, p.: 149.
OBS: (1)– Essas profissões eram: 4 tropeiros, 3 lavadeiras, 3 alfaiates, 2 cafeeiro, 2 tecedeiras, 2 mucamas, 2 carreiros,1 sapateiro, 1 pajem, 1 copeiro e 2 para qualquer trabalho.

Como é possível observar a grande maioria dos escravos lançados nos registros de compra e venda em Juiz de Fora, no período de 1860 a 1887, eram destinados para as fazendas, que produziam café e gêneros de abastecimento, pois houve o predomínio de cativos roceiros/lavradores. Os dados expostos na tabela acima indicam também que houve um contingente de escravos transacionados, que exerciam profissões que o ambiente doméstico necessitava, como por exemplo, as mucamas e dos pajens.

Além deste aspecto, a tabela 2 demonstra que alguns escravos apresentavam especializações específicas, como os carpinteiros, ferreiros, pedreiros, costureiras, carreiros, pajens, sapateiros, alfaiates, fiadeiras, tecedeiras, cozinheiras e outros ofícios que exigiam mão de obra especializada. Estes cativos poderiam ser empregados em manufaturas, estabelecimentos comerciais, em casas de famílias no centro urbano e em outros locais que exigiam as especializações de cada cativo. Além deste aspecto, esses escravos poderiam trabalhar alugados, ao ganho ou junto com seu senhor.

Para finalizar essa análise do tráfico interno de escravos configurado em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX ainda resta uma última questão: qual era o preço da mercadoria escrava nesse município no período de 1850 a 1888?

Sobre esta questão, Jonis Freire ao analisar a escravaria pertencente à família Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage, que foram grandes proprietárias de escravos e de bens do município de Juiz de Fora nos anos de 1857 a 1886, chegou à conclusão de que o preço médio cobrado por um escravo era de 1:376$000 réis (um conto e trezentos e setenta e seis mil réis) e uma escrava era de 1:043$000 (um conto e quarenta e três mil réis) (FREIRA, 2009: 107). Ao fazer uma média entre os dois valores, Freire concluiu que o preço médio cobrado pela mercadoria escrava em Juiz de Fora na segunda metade do oitocentos era de um conto e duzentos e trinta e nove mil réis (1:239$000) (FREIRE, 2009: 107).

Andrade ao promover a análise do preço de escravos no município em questão afirma que houve maior valorização dos escravos jovens e os preços dos homens, em geral, foram maiores que o das mulheres (ANDRADE, 1995: 93 – 94). Além deste aspecto, Andrade afirma que os preços dos escravos em Juiz de Fora aumentaram até a década de 1870 e teve um pequeno declínio a parir de 1880 (ANDRADE, 1995: 93 – 94).

A ascendência do preço da mercadoria escrava até a década de setenta do século XIX está associada à expansão da lavoura cafeeira e ao crescimento urbano, pois é importante salientar que nesse período a cidade e o município de Juiz de Fora se encontravam em crescimento social e econômica em decorrência, principalmente, da expansão da cafeicultura na região.

Em relação à queda dos preços de cativos em Juiz de Fora na década de 1880, Luis Eduardo de Oliveira afirma que este fator esteve associado às medidas do governo de abolir a escravidão (OLIVEIRA, 2010: 57). Dentro desta perspectiva, Oliveira afirma que nesse período houve uma política fiscal nacional e provincial que visava dificultar a aquisição de escravos, como por exemplo, a medida tomada em 1880 pela Assembleia Provincial de Minas Gerais que institui a taxa de dois contos de réis (2:000$000) por escravo importado de outras províncias. Além desse aspecto, nesse mesmo período, o poder legislativo mineiro estipulou impostos mais onerosos sobre as transações de compra e venda de cativos. Estas e outras medidas tornavam o tráfico legal de mancípios cada vez mais inviável.

Como é possível observar, o comércio de escravos na Zona da Mata mineira e em Juiz de Fora seguiu alguns padrões observados no Brasil no decorrer do século XIX. Entre essas semelhanças destaca-se a larga utilização de africanos para a formação da mão de obra cativa até meados dos oitocentos, havendo o predomínio de homens que se encontravam em plena idade produtiva.

No entanto, após 1850 com a proibição definitiva do tráfico transatlântico de escravos foi observado que no Brasil houve o advento do tráfico interno de cativos. Para Juiz de Fora,

tal como indica Claudio Heleno Machado, ocorreu o predomínio de transações envolvendo escravos do próprio município, o chamado tráfico intramunicipal. Todavia, houve também a compra de escravos de outras regiões mineiras, o chamado tráfico intermunicipal, e de outras províncias do Brasil, o chamado tráfico interprovincial.

Por fim, é importante salientar que as transações de compra e venda foram as mais utilizadas para se adquirir um escravo no Brasil oitocentista. Contudo, havia outros meios de se comprar um escravo, como por exemplo, as hipotecas, doações, trocas, vendas condicionais e outros mecanismos que garantiam a um indivíduo a posse de um mancípio.

Além deste aspecto, é importante salientar que esses mancípios transacionados em Juiz de Fora, em sua grande maioria, foram direcionados para a produção cafeeira. Porém, havia aqueles que eram empregados em outras atividades econômicas, como a criação de gado, a produção de gêneros alimentícios, os ofícios relacionados a atividades especializadas, como cozinheiros, carpinteiros e construtores. Havia também escravos que não eram especializados, sendo utilizados principalmente, em serviços domésticos ou em "qualquer trabalho".

No que diz respeito à compra e venda de escravos urbanos juiz-foranos, ao fazer a leitura do jornal *O Pharol*, no período de 1870 – 1888 pude constatar que o tráfico intramunicipal (dentro do município) predominou na cidade, pois todos os anúncios referentes a este assunto ofereciam mancípios de Juiz de Fora[8].

Sobre os preços que estes cativos foram negociados, não foi possível fazer uma média, pois todos os anunciantes omitiram o valor do escravo. No entanto, a partir dos estudos de Jonis Freire sobre o valor pago por um escravo em Juiz de Fora é possível concluir que esses mancípios eram vendidos em média por 1:376$000 reis (um conto trezentos e setenta e seis mil reis) se homem e 1:043$000 reis (um conto e quarenta e três mil reis) no caso de ser mulher (FREIRE, 2009: 6).

No que diz respeito ao sexo e a idade desses escravos anunciados pude constatar que a venda de mulheres predominou. Assim a venda de escravas anunciado pelo jornal *O Pharol* representou 70% das notícias de compra e venda, ou exatos 7 anúncios.

Em relação à faixa etária, não foi possível chegar a um padrão, pois poucos anúncios apresentaram a idade dos cativos que seriam negociados. O que posso afirmar é que estes

[8]Claudio Heleno Machado utilizou esta nomenclatura para designar as transações de compra, venda, permuta ou hipoteca que ocorreu em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. A respeito desta divisão consultar: MACHADO, Cláudio Heleno. **Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais:** Juiz de Fora, Zona da Mata (Segunda metade do século XIX). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 1998. (Monografia de especialização em História).

escravos anunciados estavam na faixa etária produtiva, pois alguns anunciantes, 30% do total, apresentou a idade dos cativos, esta variava entre 17 a 21 anos.

No que concerne à ocupação exercida por esses mancípios anunciados, 70% do total apresentava especialização nos serviços domésticos, como cozinheiros(as), copeiros(as), engomadeiras e lavadeiras. Sobre a compra de escravas especializadas em serviços domésticos na cidade do Juiz de Fora no período de 1870 a 1888 é possível concluir que esse fenômeno esteve associado ao desenvolvimento da economia local no período em que diversificava suas atividades (ALMICO, 2001: 40). Este crescimento trouxe o aumento de residências e serviços, que eram prestados pelos profissionais liberais e de hotéis no núcleo urbano, que contaram com a mão de obra escrava para promover diversas atividades (ALMICO, 2001: 40).

Em relação aos escravos que não apresentavam especialização ou estavam "preparados para qualquer serviço", é possível afirmar que estes cativos poderiam trabalhar em atividades menos especializadas que a cidade exigia. Assim, esses indivíduos eram empregados em atividades relacionadas ao carregamento de lixo e excrementos das casas e outras funções que não exigiam habilidades específicas.

Além deste aspecto, é importante salientar que um indivíduo ao adquirir um cativo com especialização ou não, poderia colocá-lo ao ganho pelas ruas da cidade ou alugá-lo. Essas duas modalidades geravam renda para o senhor e, em alguns casos, um pecúlio extra ao cativo.

Considerações finais

Ao final deste trabalho é possível fazer algumas observações e considerações sobre a escravidão urbana no Brasil e em Juiz de Fora durante o século XIX. Nesse sentido, foi possível concluir que a cidade mineira de Juiz de Fora, a exemplo de outros centros urbanos do período, contou com escravos em sua economia. A grande maioria desses cativos não apresentavam especialização. Prova desta afirmação são os dados censitários e os relacionados à compra e venda que demonstram o predomínio de mancípios sem profissão específica. Por outro lado, entre os serviços especializados foi detectado que o ambiente doméstico e a lavoura retinham boa parte da população escrava urbana juiz-forana.

Sobre a locação de cativos em Juiz de Fora foi possível concluir que, assim como em outras localidades do período, foi uma prática presente na cidade e intensificou-se com a proximidade do fim da escravidão, período no qual comprar escravos passou a ser um negócio

duvidoso, em decorrência do fim iminente da escravidão. Porém, diferente de outras cidades do período, como por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, as transações de aluguéis de escravos em Juiz de Fora, de acordo com as fontes consultadas, eram realizadas pelos próprios senhores, por meio de anúncios em jornais ou pelo "boca a boca" e não por companhias especializadas.

Em relação ao ganho, foi constatado que havia uma maciça presença de cativos trabalhando nesse sistema no centro urbano analisado. Todavia, em Juiz de Fora diferente de outros centros urbanos oitocentista, houve o predomínio de escravas nos serviços de ganho que exerciam, principalmente, trabalhos domésticos, como lavadeira, cozinheira e engomadeira.

Sobre a baixa concentração de escravos do sexo masculino no ganho e no aluguel em Juiz de Fora as fontes consultadas indicam que a baixa presença de cativos nesta cidade pode ser explicada em decorrência da utilização deste contingente nas fazendas de café e mantimentos que cercavam o município.

No que diz respeito ao comércio de escravos em Juiz de Fora foi possível observar que após a proibição definitiva do tráfico transatlântico em 1850 houve o advento do tráfico interno. Nesse contexto, o presente trabalho demonstrou que houve o predomínio das transações envolvendo os escravos oriundos de Juiz de Fora, o chamado tráfico intramunicipal. Porém, houve também a compra de escravos de outras regiões mineiras, o chamado tráfico intermunicipal, e de outras províncias do Brasil, o chamado tráfico interprovincial.

Em relação ao preço da mercadoria escrava foi constato que em Juiz de Fora o valor médio cobrado por um cativo na segunda metade do século XIX era de 1:376$000 reis (um conto trezentos e setenta e seis mil reis) e 1:043$000 reis (um conto e quarenta e três mil reis) no caso de ser escrava. No que concerne à ocupação exercida por esses mancípios e o sexo, o presente trabalho demonstrou que houve o predomínio de escravas especializadas em serviços domésticos.

Por fim, como foi possível observar, o presente estudo buscou analisar parte do sistema escravista urbano juiz-forano comprando-o com o Brasil. Paralelamente a estas questões esta pesquisa demonstrou também que a população escrava em Juiz de Fora durante a segunda metade do século XIX cresceu impulsionada pela expansão da lavoura cafeeira e pela diversificação econômica desse centro urbano.

Bibliografia e fontes

Bibliografia

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento***:* um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora, 1870 – 1914. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco***:* Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. 320 f. Tese (Doutorado em História), 2 V. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BASTOS, Wilson de Lima. **Caminho Novo**: Espinha dorsal de Minas. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

BATISTA, Caio da Silva. **Cotidiano e escravidão urbana na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora (MG), 1850 – 1888.** Juiz de Fora: Templo/FUNALFA. 2015.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro -1808 – 1850**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Cláudio Heleno. **Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais:** Juiz de Fora, Zona da Mata (Segunda metade do século XIX). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 1998. (Monografia de especialização em História).

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. In: Paula Porta (Org.). **História da Cidade de São Paulo***:* A Cidade no Império, 1823-1889. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MINAS GERIAS. **Jurisprudência mineira**. Belo Horizonte. nº1. p. 1 – 439. jul./set. 2011.

MOTTA, José Flavio. Escravos daqui, dali e demais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861 – 1880. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 15 – 47, 2006.

OLIVEIRA, Luis Eduardo. **Os trabalhadores e a cidade***:* a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direito (1877 - 1920). Juiz de Fora: Funalfa/Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua*: a nova face da escravidão. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

SOARES, Luis Carlos. **"O povo de cam" na capital do Brasil***:* a escravidão urbana do Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ – 7 letras, 2007, p.: 138.

SOUZA, Sônia Maria de.**Terra, família e solidariedade***:* estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição- Juiz de Fora, 1870- 1920. Bauru: Edusc, 2007.

SPIX. J. B. von & MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil.** Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer. Tradução de: Die Reise nach Brasilien. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1976.

VITORETTO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna a Zona da Mata: terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830 – 1870)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

Fontes

Arquivo Público Mineiro

Coleção de leis do Império. Ouro Preto. 1889. Disponível em:

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/viewcat.php?cid=2256> . Acesso em: 06 jul. 2012.

Lei número 472 de 31 de maio de 1850, Tomo XVI, Parte 1º, p.: 41 -52,Typhografia Episcopal, 1855, Marianna. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/viewcat.php?cid=1088> . Acesso em: 07 jui. 2012.

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Jornal *O Pharol*

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Biblioteca Digital
Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mai, 2012.

Reforma econômica e resultado social: Um estudo do impacto dos níveis do Check and Balance nas políticas econômicas e sociais na Argentina da década de 1990.

Carlos Gilberto De Sousa Martins[1]

Apresentação

A década de 1990 representa um período conturbado da história argentina. O trajeto da aplicação das reformas neoliberais adotadas ao longo do governo do peronista Carlos Menem, está imerso em uma série de arranjos ainda pouco claros. A relação entre os poderes constituídos não se deu de maneira amistosa, uma vez que a adoção de uma agenda neoliberal não era consenso no governo.

Nesse breve trabalho, pretendemos avaliar a relação entre os poderes e o impacto disso nas ações adotadas pelo governo ao longo da década de 1990 na Argentina. Para tal utilizemos o conceito de Check and Balance. Esse conceito prevê que os poderes ajam como fiscalizadores um do outro, no sentido de impedir atuações que extrapolem suas atribuições, evitando portanto as ações predatórias.

O Check and Balance funciona como um inibidor da ação oportunista ao se estabelecer enquanto meio de restrição institucional a esse comportamento. Na medida em que as ações oportunistas encontram espaço, temos como consequência a materialização de práticas predatórias por parte do Estado, uma vez que a atuação do mesmo diante desse contexto, tende a promover ganhos privados. Quando as ações do governo tendem a produzir bens públicos, ou seja, resultem em benefícios ao conjunto da sociedade, temos que o nível de check and balances se encontra em um patamar em que produz ações virtuosas ao invés de predatórias. Para efeito de análise, vamos considerar aqui enquanto agentes da cadeia de Check and Balances o congresso federal, o executivo e a Corte Suprema de Justiça. (Alston, Melo, Mueller e Pereira. 2010).

Na primeira parte dissertaremos acerca dos conceitos de check and balance e sua relação com as ações predatórias ou virtuosas. Também traremos para a análise os

1 Doutorando do curso de História Econômica da Universidade de São Paulo.

conceitos de racionalidade limitada e comportamento oportunista por entendermos que estes têm relação direta com a as ações predatórias. Num segundo momento, aplicaremos estes conceitos ao caso Argentino. Com relação a medida da realização de bens público por parte do governo argentino ao longo da década de 1990, nossa análise vai se debruçar sobre os dados da saúde e da educação pública.

O Check and Balances e as Ações Oportunistas

Na clássica divisão de poderes apresentada por Montesquieu está a gênese do sistema de Check and Balances. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário teriam de conviver de modo a limitar a si mesmos, no entanto sem comprometer a independência consagrada a cada um deles. Ou seja, as funções e atribuições de cada poder deveriam ser cumpridas de maneira autônoma, mas, o exercício das funções em si deveria ser controlado pelos demais poderes. Nesse sentido, um poder pode corrigir ou mesmo anular o que for determinado pelo outro, uma vez que tenha sido detectado o uso das ações para além das atribuições estabelecidas a cada poder. Trata-se de um sistema cujo objetivo é evitar o abuso e a concentração de poder e, portanto, privilegiar o equilíbrio em que se prevaleça o bem da coletividade, uma vez que a concentração de poder, a maneira do absolutismo, pode gerar medidas arbitrárias cujos benefícios se deem no âmbito privado em detrimento do coletivo. (Montesquieu,1998).

O bom funcionamento do check and balance tende a restringir o comportamento oportunista por parte de qualquer das esferas de poder. A ação oportunista está diretamente ligada ao conceito de racionalidade limitada. Este conceito considera que os contratos são sempre imperfeitos na medida em que é impossível que os agentes tenham conhecimento de todas as variantes possíveis antes de formulá-los. Sendo assim, uma renegociação do contrato que considere novas contingências expõe quaisquer das partes ao comportamento aético da outra. (Farina, Elizabeth, Paulo F. Azevedo e Maria Sylvia M. Saes, 1997)

Com relação ao comportamento dos agentes, além de considerarmos que os mesmos podem agir aeticamente no sentido de promover ganhos pessoais, também é

necessário considerarmos o seu poder de barganha. Determinados agentes, enquanto membros de uma elite econômica e, portanto, com forte influência política, tendem a ser beneficiados pelos arranjos institucionais. Obviamente isso se dá tanto mais onde os níveis de desigualdade são mais significativos:

> "... where there was extreme inequality, political institutions were less democratic, investments in public goods and infrastructure were far more limited, and the institutions that envolved tended to provide highly unbalanced (favoring elites) access to property rights and economic opportunities." (Engerman and Sokoloff, 2005, p.7).

A consequência importante do desequilíbrio na atenção às demandas, privilegiando-se as elites, é que isso compromete a realização dos bens públicos. Os agentes com forte influência política podem ainda pressionar o governo a realizar mudanças institucionais que favoreçam suas pretensões. De certo, não ignoramos o fato de que um ambiente institucional adequado ao desenvolvimento econômico tem de ser composto por regras que favoreçam esse mesmo desenvolvimento. Uma vez que se perceba que as instituições precisam ser reformuladas nesse sentido, o governo deve fazê-lo. Porém, queremos identificar em que medida essas ações foram impactadas pelo nível do check and balance e até que ponto comprometeu a produção de bens públicos.

Para uma avaliação da produção dos bens públicos, nos deteremos na apreciação de dados sobre saúde e educação ao longo da década de 1990. Escolhemos estas áreas por residirem aí as maiores demandas da sociedade argentina ao longo dos anos 1990 e por serem elas historicamente símbolos importantes do subdesenvolvimento latino americano. Acreditamos que esta seja a prioridade adequada, dada a proposta de uma análise breve deste trabalho. Partindo de índices do início da década de 1990, portanto do início do governo Menem, avaliaremos se as ações do governo tenderam a produzir mais ou menos bens públicos, de modo que teremos meios de perceber se as ações foram na maior parte das vezes virtuosas ou predatórias.

No caso analisado por nós, temos um contrato cujas bases foram estabelecidas desde Montesquieu. A divisão tripartite dos poderes na república Argentina segue o modelo consagrado pelo pensador francês no século XVIII. O cenário econômico da década de 1990 expôs a Argentina a novas contingências, o que abriu caminho para ações oportunistas. Entendemos que estas ações são oportunistas na medida em que se privilegiam de novas contingências para atender demandas de agentes interessados em

ganhos privados. O equilíbrio entre os poderes e, portanto, o bom funcionamento do check and balance tem por objetivo diminuir este comportamento e promover ações que resultem, ao menos majoritariamente, em bens públicos. Em suma, o check and balance funciona como inibidor das ações oportunistas.

O Cenário das Reformas e o Desequilíbrio Entre os Poderes

Com a vitória de Carlos Menem nas eleições de 1989, tem início um projeto de reformulação econômica seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Consenso de Washington. O novo governo assume em meio a uma crise que fez o antecessor de Menem, Raul Alfonsín, deixar o cargo seis meses antes da data prevista. (Ayerbe, 1998).

A crise argentina já estava claramente estabelecida desde o início do governo Alfonsín. Quando este venceu as eleições em 1983, se configurou a primeira derrota eleitoral do peronismo desde que foi criado. O novo presidente herdou do regime militar uma dívida externa de 45 bilhões de dólares. Tal dívida era de apenas 8 bilhões de dólares em 1975, um ano antes do golpe militar.

Além da elevada dívida externa, Alfonsín encontrou outros problemas deixados pelo regime. Em 1983, o PIB argentino era menor que em 1974 e a participação dos assalariados na renda nacional despencou de 45% em 1974 para cerca de 23% em 1983, além disso havia o aumento da inflação que já chagava a 100% ao ano. O pagamento das parcelas da dívida exigia um superávit primário do orçamento e ainda era preciso refinanciar parte da dívida no mercado financeiro. Por isso, o governo argentino refinanciou a dívida vencida e a que ainda venceria até 1985 e tomou novos empréstimos junto ao FMI. Em 1985, o governo Alfonsín lançou o Plano Austral de Estabilização Econômica que adotou como medida de controle da inflação o congelamento de preços e salários. Ainda no mesmo ano as medidas surtiram efeito e a inflação caiu de 30,5% no mês de junho para 2,4% no mês de novembro. (Ferrer, 2006).

Com a capacidade de investimento comprometida com os serviços da dívida as exportações caíram, provocando um saldo negativo na balança comercial que era

ligeiramente compensado com a tomada de empréstimos junto ao FMI. Contudo, a inflação atingiu o melhor índice desde 1974, mas, o patamar de 81,9% para o ano de 1986 ainda era considerado muito alto. (Ayerbe, 1998).

Diante dessa situação o governo se viu obrigado a atrasar o pagamento das parcelas da dívida externa. No intuito de amenizar o impacto dessa medida na economia nacional, uma vez que a suspensão do pagamento da dívida gerou desconfiança no mercado e afastou investidores, o Estado procurou manter o nível das atividades econômicas à custa de um maior déficit fiscal, ou seja, diminuindo o custo por parte das empresas. Para combater o déficit, propôs então uma reforma tributária que encontrou forte resistência no movimento sindical e mesmo no parlamento, onde os peronistas obstruíram as tentativas do governo.

Como a inflação se mantinha em níveis muito altos e as eleições já se aproximavam, o governo Alfonsín lançou o "Plano Primavera", que nos moldes do Plano Austral, estabeleceu uma política de congelamento de preços e salários. Cerca de 400 empresas firmaram um acordo com o governo onde os preços ficariam congelados por 180 dias. Pra manter esse sistema de controle da economia funcionando o governo precisou, entre outras medidas, manter o valor do dólar abaixo do valor real, o que acabou consumindo boa parte das reservas de dólares do país.

Em janeiro de 1989, o Banco Mundial anunciou que não liberaria mais parte dos créditos prometidos então em 1987, o que fez com que muitos investidores retirassem seus dólares do país. O banco central parou então de intervir no câmbio e o dólar subiu de maneira vertiginosa. Como resultado, a inflação no mês de abril chegou a 35%. Os empresários então começam a retirar o seu apoio ao Plano. Diante desse cenário, a oposição venceu as eleições presidenciais de 1989. (Ayerbe, 1998).

O peronista Carlos Menem assume em meio a esse cenário conturbado. Num primeiro momento, o congresso cooperou com as iniciativas do governo e, diante da situação de crise, aprovou a criação de duas leis: a Lei de Emergência Econômica que, além da suspensão dos subsídios à indústria nacional, concedia ao capital externo as mesmas condições de tratamento regulatório, creditício e tributário vigente para o capital nacional; e a Lei de Reforma do Estado, que dava maior poder ao executivo para decidir sobre as modificações a serem feitas no setor público. Este último ponto estava relacionado aos interesses da cúpula do governo em pôr em ação o projeto de privatização das estatais.

O cenário de crise proporcionou uma maior concentração de poder nas mãos do executivo. O congresso cedeu prerrogativas entendendo ser uma situação excepcional. As reformas tinham ainda o apoio da maioria da população. Coube ao executivo colocar as ações em curso no intuito de providenciar a saída da crise e o desenvolvimento econômico. Porém, já na lei de emergência econômica, vemos que as indústrias nacionais perdem um auxílio importante do Estado e, ao mesmo tempo, terão de se preparar para um mercado bem mais competitivo com o novo tratamento dispensado às indústrias estrangeiras. As demandas de uma parcela importante do empresariado nacional foi aqui claramente negligenciada, em favor de empresários internacionais. De certo, o governo espera alcançar o crescimento econômico, mas, a que preço?

Com a entrada de Domingos Cavallo no Ministério da Economia em 1991, a definição pela redução do Estado através das privatizações e de uma maior abertura ao capital estrangeiro ganhou contornos definitivos. Uma das medidas mais importantes adotadas por Cavallo foi a fixação da paridade entre o austral e o dólar definida pelo Plano de Conversibilidade[2], que passou a vigorar em janeiro de 1991, não podendo o Estado emitir quantidade de moeda superior as suas reservas em dólar. A Argentina cresceu em ritmo alto até a crise do México em 1994 e a inflação caiu vertiginosamente para 1,8% em 1995. (Ayerbe, 1998).

Por conta dos bons resultados o governo recuperou a popularidade que se traduziu em uma ampla vitória nas eleições de 1991, quando o peronismo ampliou a sua participação no parlamento, enquanto que no pleito para os governadores de província conseguiu vencer em 10 das 12 que estavam em disputa. Com essa conjuntura, o governo Menem fechou o ano de 1991 com apoio interno e credibilidade diante do cenário externo.

Passado esse primeiro momento de emergência, o peronista Carlos Menem não quis abrir mão da concentração do poder que se configurou no auge da crise. De fato, tal concentração seria útil na continuidade da aplicação das reformas. No entanto, o congresso já não estava mais disposto a apoiar todas as medidas do executivo de maneira passiva. Isso porque embora o Partido Justicialista tenha conseguido ampla vitória nas eleições legislativas de 1989, não apoiou Menem em todas as suas ações por entender que elas eram medidas unilaterais e contraditórias com o histórico do peronismo.

---

2 A relação era de 10.000 Austrais por Dólar. Somente em 1992 o Peso se torna à moeda oficial da Argentina, a partir de então a paridade é de 1 peso para 1 dólar.

O Congresso somente cedeu prerrogativas ao executivo com o propósito de acelerar o combate à crise econômica que afligia o país. Passado o primeiro momento considerado emergencial, o parlamento pretendia reassumir suas prerrogativas. Diante da postura de Menem em não ceder ao congresso, correntes do partido peronista se mostraram hostis às políticas adotadas pelo presidente e se aliaram à oposição para criticar o governo.

Diante da resistência do congresso, o presidente argentino então lançou mão de um dispositivo que o permitiu tomar decisões unilaterais conforme suas convicções e de sua equipe econômica. Eram os decretos de necessidade e urgência e os vetos parciais. Menem recorreu a eles com muito maior frequência que Alfonsín. Até dezembro de 1993, o presidente peronista lançou mão de 308 decretos e 38 vetos. Alfonsín recorreu a estes apenas 10 e 12 vezes respectivamente. Muitas vezes o congresso reagiu com o silêncio, deixando clara a sua desaprovação. Por sua vez, a Corte Suprema de Justiça manifestava claro apoio ao poder executivo e garantia a legalidade dos decretos. Assim, as reformas neoliberais adentraram a agenda do governo com rapidez, apesar de certa resistência do legislativo. (Palermo, 1996).

Entendemos que o cenário descrito acima deixa flagrante o desequilíbrio entre os poderes e compromete o bom funcionamento do check and balance. Uma vez que o executivo concentra uma fatia maior de poderes em detrimento do legislativo, proporciona um cenário favorável a proliferação de ações oportunistas. Um resultado final positivo e, portanto, fruto de ações virtuosas, tem de revelar maior retorno em termos de realização de bens públicos. O judiciário se colocou como forte aliado do executivo, respaldando todas as ações e garantindo a legalidade dos decretos.

Um grupo relativamente novo passou a ter relevância singular no momento da tomada de decisões por parte do governo. Eram os chamados Tecnocratas, um corpo técnico que desenhava as ações mais imediatas principalmente no tocante as reformas de viés econômico. Esse grupo, sempre liderado pelo ministro da economia, recomendava ações que, via de regra, estavam alinhadas com os interesses do mercado financeiro. Menem não quis abrir mão de conduzir as ações junto com sua equipe econômica sem necessitar da aprovação do Congresso. Daí que os pressupostos estabelecidos na Lei de Emergência econômica e na Lei de Reforma do Estado, continuaram vigorando, mesmo contra a vontade da maioria dos congressistas.

Este componente tecnocrático se constituiu enquanto um poderoso agente das ações do Estado e entrou em atrito com o congresso, por entender que este colocava em

risco sua pretensão de reformas. Também por conta disso, o componente tecnocrático apresentou uma demanda por maiores poderes. É nesse sentido que, em 1991, o então ministro da economia Domingos Cavallo justificou as medidas adotadas na economia fazendo duras críticas ao congresso, acusando-os de lentidão na aprovação de medidas e de prática de política barata. Cavallo encontrou amplo apoio dos empresários quando das suas declarações e das medidas que adotou, pois estes acreditavam que era necessário um técnico competente que purificasse as ações das distorções provenientes dos debates políticos. (idem)

Nesse momento, os tecnocratas são desejados pelos grandes empresários na organização da política econômica do país. Menem deixa claro que vai atender a essas aspirações da classe empresarial quando nomeia Miguel Roig, inimigo declarado do peronismo, para o Ministério da Economia e, menos de dois anos depois, transfere Domingos Cavallo da pasta das relações exteriores para o Ministério da Economia. Os aparelhos do Estado estão assim sendo organizados de modo a priorizar as demandas de setores econômicos influentes.

Ainda que isso possa revelar um desequilíbrio na atenção das demandas dos diversos setores da sociedade, uma vez que o mais representativo dos poderes, no caso o legislativo, se encontra enfraquecido, talvez o mais importante seja avaliar o resultado alcançado, uma vez que o mesmo possa trazer ganhos coletivos significativos superando os ganhos privados.

As medidas adotadas no governo Menem com vistas à liberalização da economia, naturalmente produziram um impacto direto sobre a população argentina. A forma como esse novo modelo econômico foi adotado ressoou de maneira significativa nas áreas sociais. Os organismos internacionais, em especial o FMI, afirmavam ser esse um “mal necessário” para que o país pudesse realizar as reformas e crescer economicamente. A população deveria suportar essa pressão, pois, a partir do momento em que a economia trouxesse melhores índices, os benefícios na área social seriam vistos. (Stiglitz, 2002).

No entanto, e em acordo com o definido pelo conceito de Check and Balance que encontramos em Alston, sustentamos a tese de que o desequilíbrio entre as esferas do poder tem como consequência resultados negativos em termos de retornos coletivos. Sem o bom funcionamento do check and balances nos parece pouco provável que as demandas sejam equitativamente representadas e que os ganhos coletivos superem os ganhos privados. O poder de barganha das organizações com maior influência

econômica e política produziu um desequilíbrio importante entre os poderes. Isso foi amplificado pelas contingências novas apresentadas pelo momento de crise. Para entender a evolução dos serviços públicos durante as reformas implementadas pelo governo Menem, temos de avaliar os dados do período a que esse trabalho se propõe analisar. Faremos isso utilizando como comparativo o governo anterior.

Mudanças Institucionais e Impacto Social

Durante o governo de Raul Alfonsín, as reforma econômicas, ainda que urgentes, não foram adotadas de maneira unilateral. Um dos mecanismos utilizados antes das tomadas de decisões era a reunião do Pacto Social. A política de Pacto Social procurava articular acordos entre empresários, trabalhadores e Estado. As negociações entre estes setores eram sempre consideradas no momento em que o Estado estabelecesse as estratégias a serem adotadas na política econômica e social. Dessa forma, se mantinha uma atenção a demandas de setores variados.

Porém, no fim de 1985, ocorreram sérios desentendimentos nas reuniões do Pacto Social, de modo que o governo teve de agir na condução das políticas econômicas e sociais sem contar mais efetivamente com as contribuições das reuniões do Pacto, já que os desentendimentos comprometeram os acordos. No entanto, ainda que os representantes dos empresários e trabalhadores não chegassem a um consenso, as demandas de ambos continuavam ressoando no governo.

O país precisava de investimentos que promovessem o crescimento econômico. Porém, a situação de endividamento crônico não permitiu a disponibilidade de recursos para tal fim. A saída cogitada era a transferência das estatais à iniciativa privada. Dessa forma, além de não ter de disponibilizar recursos para investir nestas empresas, o Estado não sofreria diretamente as consequências de um investimento malsucedido e ainda arrecadaria com a cobrança de impostos sobre estas mesmas empresas.

Embora existisse certo consenso no governo Alfonsín sobre quais reformas adotar, existiam também sérios desentendimentos quando se tratava de discutir o nível dessas reformas. Entre os principais pontos de divergência estavam: a abrangência que deveria ter a privatização; o nível de participação do capital estrangeiro no país; o grau de autonomia que teria o governo para determinar medidas na política econômica.

Ao perceber o impacto que as medidas neoliberais poderiam surtir na Argentina, deu-se um debate que inviabilizou as ações nesse sentido. Isso somente foi possível em função do equilíbrio entre as esferas de poder e mesmo dentro das fileiras de cada poder. No congresso, os principais opositores a essas medidas eram justamente os peronistas e, mesmo Carlos Menem, não pensava diferente nesse momento:

> O justicialismo não é liberal na economia, porque o liberalismo considera o homem como objeto e o considera como mais uma mercadoria ... Mas não é só por isso que rejeitamos a concepção liberal. Rejeitamo-lá também porque esse mesmo liberalismo, que vive postulando os benefícios teóricos da liberdade, exibe-se internacionalmente com vocação imperial ... E, neste marco, comprovamos que o estilo liberal proposto pelas grandes potências é sempre de portas para fora, na medida em que não afete seus interesses vitais ... Nos exigem pôr em caixa nossos déficits fiscais, abrir nossos mercados, ajustar nossa economia. (Menem, 1994).

Nesse sentido, pensamos que o nível do check and balances, portanto o equilíbrio entre as esferas do poder que possibilita a limitação de um poder pelo outro, ao longo do governo de Raul Alfonsín, foi suficiente para que as ações do governo não surtissem impactos negativos nos índices de desemprego, na medida em que as demandas da classe trabalhadora foram também defendidas no congresso federal, principalmente pelos peronistas. Tal nível do check and balances foi preservado também em função de o presidente ter recorrido poucas vezes ao expediente do decreto, exatamente 10 vezes ao longo de todo seu governo.

Desemprego Aberto Urbano (Taxas anuais médias), 1985-2002

	1985	1990	1995	2000	2002
Argentina	**6,1%**	**6,1%**	**16,4%**	**15,1%**	**19,7%**
América Latina	**8,3%**	**5,7%**	**7,4%**	**8,5%**	**10,8%**

Fonte: PNUD[3]

3 PNUD – Programa Das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. *A Democracia Na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs.* Tradução: Mônica Hirts – Santana do

Utilizamos dados com intervalos de 5 anos partindo do governo de Raul Alfonsín, presidente entre os anos de 1983 e 1989, passando pelos dois governos de Carlos Menem que vão de 1989 a 1999, e encerrando com dados de 2002 quando governava o presidente Néstor Kirchner.

Já o governo Menem agiu de maneira unilateral na tomada de decisões. Sua equipe econômica acreditava saber os caminhos necessário para a retomada do crescimento econômico. De fato, reconhecemos que o crescimento foi retomado, mas, aqui queremos tratar dos benefícios coletivos e, ainda que a Argentina tenha apresentado números expressivos de crescimento do PIB, nos cabe observar em que medido isso se traduziu na realização de bens públicos. Quanto aos índices de desemprego, os dados do PNUD nos revelam que o governo peronista apresentou resultados negativos. Os dados se tornam ainda mais flagrantes ao serem comparados com a média da América Latina para o mesmo período. Ou seja, os índices de desemprego na Argentina chegam a ser maiores que o dobro do observado na América Latina. Nossa tese é a de que isso está diretamente relacionado com o desequilíbrio entre os poderes que privilegia demandas das áreas economicamente mais influentes. A queda do nível de Check and Balances fez com que as demandas das classes trabalhadoras, que ecoavam no congresso federal, recebessem menor ou nenhuma atenção em função da urgência em se recuperar os índices de crescimento econômico.No ano de 1993, na Argentina, o índice de desemprego ultrapassou os 12%. Esse dado revela um dos maiores impactos negativos das reformas implementadas até então. (Ayerbe, 1998).

A lei de Emergência Econômica além da suspender os subsídios à indústria nacional, concedia ao capital externo as mesmas condições de tratamento regulatório, creditício e tributário vigente para o capital nacional. Nesse momento se estabeleceu uma competição entre as indústrias nacionais e internacionais onde estas últimas, melhor estruturadas, fizeram com que as empresas nacionais, fechassem as portas. O resultado foi a dispensa de um grande número de trabalhadores das mais diversas áreas.

O desemprego na Argentina avançou durante toda a década de noventa e passou a ser o maior da América Latina em 2002. No entanto, desde 1995 o índice de desemprego no país já estava entre os maiores da região, o que não foi suficiente para

Parnaíba, SP: LM&X. 2004, p.134. Disponível em: <http://www.eclac.org> Acesso em: 18 Ago. 2006.

sensibilizar o governo e muito menos o FMI. Seguia sendo implementada a mesma política econômica, à revelia da posição do congresso. Vejamos então o impacto do desequilíbrio entre as esferas do poder e das reformas econômicas na produção de Bens Públicos.

A Saúde

No início da década de 1970, a Argentina passou por uma reforma no setor da saúde, onde o trabalhador passou a ser obrigado a se filiar à "Obra Social" (Seguro Social) correspondente ao seu ramo de atividade através dos sindicatos. Cada ramo de atividade possuía um modelo único de associação, de modo que a filiação obrigatória dos trabalhadores concedeu certo poder aos sindicatos. As obras sociais realizavam então o atendimento médico à população filiada, orientando sua demanda de medicamentos e máquinas para o setor privado, empresas químico-farmacêuticas e produtoras de equipamentos médicos. Sendo assim, nesse sistema, o atendimento se restringia à população trabalhadora com registro em carteira.

As obras sociais ofereciam um sistema de atendimento composto por uma série de instituições não-reguladas e sem fins lucrativos e toda sua estrutura era mantida com as contribuições sobre os salários. No inicio dos anos 90 essas contribuições estavam em 3% sobre o salário dos trabalhadores e 6% dos empregadores. Durante a década de 1990, algumas reformas promovidas pelo governo Menem permitiram que os trabalhadores escolhessem livremente a Obra Social a qual queriam se filiar. Outra modificação foi a permissão para que os filiados das Obras Sociais recorressem ao atendimento tanto na rede pública como na rede privada, sendo o custo do atendimento repassado à respectiva Obra Social do paciente atendido. (Cetrángolo e Devoto, 2002).

A rede pública de atendimento, por sua vez, tinha como maior demanda a população mais carente da nação e aqueles que não eram atendidos pelo seguro social. Existia ainda a opção do plano de saúde, no entanto, restrito apenas a uma pequena parcela da população, devido o alto custo. Ainda era possível ao indivíduo possuir dois tipos de cobertura, uma da obra social e outra do plano de saúde, gerando um gasto duplo.

Tabela 15 - **Cobertura en salud de acuerdo con datos censales (1991)**

Tipo de cobertura	Población	% del total
Población con obra social	18.799.240	57.6
Sólo obra social	13.153.473	40.3
Obra social y plan médico	4.520.546	13.9
Ignora plan médico	1.125.221	3.4
Población con plan médico solamente	1.500.963	4.6
Ni obra social ni plan médico	11.867.945	36.4
Ignorado	447.380	1.4

Fonte: Ministério da saúde. [4]

Como os dados revelam, cerca de 36,4% da população ainda dependia exclusivamente do serviço público. Compunham essa parcela da população os habitantes das zonas urbanas mais pobres e das áreas rurais das províncias mais atrasadas, indivíduos desempregados e autônomos sem condições de pagar por um plano particular, ou seja, a parcela mais carente da população argentina.

Diante das reformas implementadas na década de 1990, a porcentagem da população atendida pelas obras sociais vai diminuir como consequência direta do aumento do desemprego. Essa tendência se mantém ao longo do governo Menem e mesmo nos anos seguintes. Abaixo seguem os dados comparativos entre 1991 e 2001 que mostram como a cobertura das obras sociais sofreu retração.

Tabela 16 - **Porcentaje de población sin cobertura de obra social, plan médico o mutual**

Año	1991	2001
Población total Del país	32.615.528	36.260.130
Total sin cobertura	36,9%	48,1%

Fonte: INDEC

4 MINISTÉRIO ... tación de la Salud en Arge... venta e impacto de la...

Os dados negativos são uma consequência do aumento do desemprego, uma vez que o mesmo acarretou uma queda drástica no número de trabalhadores com carteira assinada, de modo que reduziu o número de assistidos pelas Obras Sociais. Ou seja, o alto índice de desemprego registrado no governo Menem, retirou das obras sociais uma parcela da contribuição, da mesma forma que reduziu o seu quadro de associados. Tal colocação é reforçada se comparamos os dados expostos acima com dados da década de 1980, quando a cobertura das Obras Sociais chegou a alcançar 75%, muito por conta dos altos índices de trabalho com registro em carteira. (Medici, 2002).

As medidas de contenção, que eram um componente importante do pacote de condicionalidades impostas pelo FMI, adotadas pelo Estado argentino afetaram o sistema de saúde no momento em que a população mais carente do país mais necessitava dele. As reformas ampliaram o nível do desemprego e igualmente ampliaram o número daqueles que dependiam exclusivamente do serviço público de saúde. O corte de gastos promovido pelo Estado colocou a saúde pública em um estado ainda mais crítico.

Para o FMI, o Estado argentino precisava sim oferecer mais atenção à população haja vista o aumento dos dependentes do serviço público, porém, isso deveria ser feito sem comprometer o ajuste fiscal. Os números que mostram os gastos com saúde durante o período em que vigorou a conversibilidade revelam valores mais que adequados, cerca de 720 dólares anuais por habitante ou algo em torno de 8% do PIB. (Tafani, 1997). No entanto o gasto por pessoa, considerando apenas o setor público e incluindo todos os níveis de governo, alcançava apenas $157 por año. (Cetrángolo e Devoto, 2002).

A parcela da população dependente da saúde pública só aumentou na Argentina durante a década de 1990. No entanto, no ano 2000, o gasto público com saúde era inferior ao gasto empreendido pelas Obras Sociais e menos da metade do gasto empreendido pela iniciativa privada, num momento em que quase 50% da população argentina dependia exclusivamente do setor público de saúde.

Tabela 18 - **Gasto en salud en Argentina. 2000 (como % del PBI)**

Público	**1.98**
Seguridad social	**2.92**
Privado	**4.24**
TOTAL	**9.14**

Fonte: Ministério da Saúde e Ministério da economia da Argentina [5]

A educação

O aumento das taxas de desemprego comprometeu ainda mais a capacidade de famílias pobres de manterem custos relativos à educação, como material didático e transporte. A descentralização do ensino médio promovida durante o governo Menem fez com que províncias com baixa arrecadação assumissem custos com os quais não podiam arcar. Sendo assim, as escolas públicas passaram a contar com menos recursos, o que afetou o desenvolvimento educacional em várias regiões da Argentina. A parcela da população que possuía renda mais elevada pôde recorrer ao ensino privado.

O Estado, por sua vez, não amparou de maneira adequada as províncias que possuíam dificuldades visíveis em arcar com os custos de manutenção do sistema educacional. Como impacto das ações do Estado, os salários docentes perderam seu valor real em mais de 80% nas províncias com menos recursos. Além disso, os atrasos dos pagamentos se tornaram cada vez mais frequentes.

A diminuição do valor real dos salários e o aumento do desemprego repercutiram diretamente no acesso à educação e à saúde de qualidade. O sistema público de ambos os setores sofreu cortes drásticos, prejudicando seu bom funcionamento. A descentralização do ensino médio durante o governo Menem nos parece estar relacionada ao objetivo de enxugar as contas do Estado. A Argentina possuiu historicamente pisos salariais bem superiores aos demais países latino-

5 MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DA ECONOMIA DA ARGENTINA Apud: Ibid. p.6.

americanos, no entanto, após a reforma econômica da década de 1990, passou a contar com mão-de-obra mais barata que Brasil e Uruguai, isso para aumentar o seu poder de competitividade no cenário internacional. (Saforcada, 2008).

Nessa conjuntura, somente as famílias em melhores condições financeiras conseguiam adquirir uma educação adequada, o que não só alimentou o círculo da desigualdade como o ampliou. Tal constatação enfatizou ainda mais a segmentação do sistema educacional, aumentando a brecha que registrava a desigualdade social. As escolas particulares apresentavam melhores resultados nas avaliações do governo. Este por sua vez, como já vimos, relacionava esse resultado à pobreza da população. Este era o motivo do fracasso escolar, mas, não se discutiu verdadeiramente o motivo pelo qual a população permanecia majoritariamente pobre.

Tabela 21 - **Porcentagem de Respostas Corretas para o Nível Primário (1994 - 1996)**

Área	Ano	Estatal	Privado
Língua	1994	65,42	77,83
	1995	61,13	73,34
	1996	59,02	70,86
Matemática	1994	57,35	69,46
	1995	58,85	69,37
	1996	56,84	69,33

FONTE: MINISTERIO DA CULTURA Y EDUCACION[6]

O quadro acima revela como a desigualdade social permaneceu sendo reproduzida no sistema educacional argentino. Ainda que estejamos considerando apenas três anos como parâmetro para avaliação, fica nítido não só nestes dados, mas também nos analisados anteriormente, a ausência de avanços na educação pública, enquanto a privada, ainda que apresentando alguma queda em determinados setores,

6 MINISTERIO DA CULTURA Y EDUCACIÓN DE LA NACIÓN. Anuario Estadístico Educativo. Buenos Aires, Dec.1996. Disponível em: <http://www.me.gov.ar/diniece/> Acesso em: 25 Jan. 2010.

permaneceu largamente superior em desempenho. O acesso à educação privada era reservado a poucos. A falta de ações que combatessem a pobreza e as medidas de corte de gastos do poder central só alimentavam o ciclo de reprodução de mão-de-obra barata e de desigualdade.

A Argentina entrou para a lista dos países mais desiguais da América Latina. Em boa medida como saldo da administração Menem. De fato, as medidas adotadas durante a década de 1990 vieram em resposta às condicionalidades estabelecidas pelo FMI na concessão dos empréstimos. Porém, as ações não se configuraram virtuosas na medida em que produziram prejuízos coletivos, ao menos nos setores por nós analisados.

Conclusão:

Diante de um cenário de crise econômica, o congresso nacional cedeu prerrogativas ao executivo. A concentração de poder nas mãos deste desequilibrou as ações. Esse desequilíbrio comprometeu o bom funcionamento do check and balance e as medidas oportunistas tiveram maior espaço de ação. Por isso os resultados em termos de bens públicos foram negativos, uma vez que a população, maior interessada nessas ações, não agiu no sentido de pressionar o governo enquanto esperava os benefícios de uma política econômica que, não logrou produzir bons resultados nas áreas sociais, uma vez que foi aplicada sob um sistema político desequilibrado.

A escalada do desemprego nos parece ser um dos caminhos, talvez o mais importante, pra entender como as ações do Estado se configuraram majoritariamente enquanto predatórias ao longo dos anos 1990. Enquanto no governo Alfonsin os índices de desemprego mantiveram-se estáveis e na casa dos 6%, durante a governo Menem eles triplicaram. Creditamos isso ao fato de os níveis de Check and Balance se encontrarem em patamares mais satisfatórios durante o governo radicalista, muito devido a atuação do Pacto Social, mas principalmente da oposição do Congresso à adoção de medidas liberais mais abrangentes.

Sem essa resistência do parlamento, o governo Menem aderiu rapidamente as determinações do Consenso de Washington. Tal estratégia impactou significativamente nos níveis de desemprego. O fechamento de empresas nacionais, impossibilitadas de competirem com as estrangeiras, liberou uma parcela importante da mão de obra. A grande oferta de desocupados provocou a queda dos salários, o que por sua vez se configurou enquanto um importante atrativo para a atuação das empresas estrangeiras.

Assim, temos que essas ações geraram majoritariamente benefícios privados, pois repercutiram ganhos significativos apenas entre os grandes empresários que puderam contar com essa mão de obra mais barata e aferir maiores lucros. O corte de gastos e as privatizações tiveram como objetivo principal o cumprimento dos serviços da dívida. Aqui os grandes beneficiados foram os credores internacionais, não sem a participação importante do FMI nesse processo.

Por outro lado, milhares de novos desempregados passaram a fazer parte das estatísticas do ministério do trabalho da Argentina. Por conta disso, não podiam mais recorrer aos serviços de saúde das Obras Sociais e estavam obrigados a recorrer ao serviço público de saúde que, comparativamente às Obras Sociais e aos Planos de Saúde privados, empreendia um gasto irrisório por paciente, pois, os gastos públicos tinham de ser controlados para cumprir os serviços da dívida e gerar confiança no mercado internacional. A educação pública de nível médio foi descentralizada para seguir a política de corte de gastos por parte do governo federal, porém, muitas províncias não tinham condições de assumir esses novos gastos. O poder de compra dos salários dos profissionais da educação caiu vertiginosamente e os pagamentos começaram a atrasar em diversas províncias.

Quais demandas foram atendidas? Que agentes foram beneficiados pelas ações do Estado? Sustentamos que, diante do cenário de crise novas contingências abriram a possibilidade de atuação de agentes cujos interesses foram privilegiados. São ações predatórias onde os recursos do Estado foram dirigidos majoritariamente para atender aos grandes empresários e ao mercado financeiro. Já os serviços públicos foram prejudicados pelo corte de gastos visando atender aos credores internacionais. Defendemos ainda a tese de que, tal caminho só pôde ser adotado pelo governo na medida em que o Congresso estava enfraquecido e não conseguia coibir as ações do executivo, ainda que as considerasse excessivas.

Por fim, concordamos com a tese sustentado por Alston de que, o desequilíbrio entre os poderes, e por tanto, o mal funcionamento do Check and Balances, tende a

produzir resultados negativos em termos da produção de bens públicos e, por meio do comportamento oportunistas que geram as ações predatória, produz na maior parte do tempo ganhos privados. Essa perspectiva, a nosso ver, é compatível com os resultados das reformas econômicas implementadas na Argentina ao longo dos anos 1990. (Alston, Melo, Mueller e Pereira. 2010).

O governo central, na assídua tarefa de enxugar suas contas a fim de garantir reservas suficientes para dar segurança aos credores internacionais e ao capital estrangeiro instalado no país, procurou "cortar gastos a todo custo", inclusive afetando os investimentos na área social. A saúde foi um dos setores afetados por uma política econômica que beneficiou grandes investidores, empresas privadas, mercado financeiro internacional, banqueiros, etc, em detrimento dos interesses de toda uma população. Obviamente que essa política encontraria seu limite, mergulhando a Argentina num caos social e numa crise política sem precedentes. Quando a pressão social se impôs e as instituições passaram por novas mudanças, um novo quadro se instalou no início dos anos 2000. Assunto para outro momento.

Bibliografia:

AYERBE, Luis Fernando. *Neoliberalismo e política externa na América Latina*. 1 ed. São Paulo, ed. UNESP, 1998. 195 p.

CETRÁNGOLO, Oscar, DEVOTO, Florencia. *Organización de la Salud en Argentina y la Equidad: Una reflexión sobre las reformas de los años noventa e impacto de la crisis actual. Cepal*, Buenos Aires, jun.2002. 31 p. Disponível em: <http://www.eclac.org> Acesso em: 15 Set. 2007.

ENGERMAN, Stanley L. and Kenneth L. SOKOLOFF (2002*), Factor Endowments, Inequality, and Path of Development among New World Economies*. NBER Working Paper, no. 9259, October 2002.

FARINA, Elizabeth, PAULO F. Azevedo e Maria Sylvia M. Saes (orgs.) (1997), *Competitividade: Mercado, Estado e Organizações.* São Paulo: Editora Singular.

FERRER, Aldo. *A economia Argentina*: de suas origens ao inicio do século XXI. ed.1 Trad. S. Duarte. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006. 332 p.

MEDICI, André Cezar. *La Desregulación de las Obras Sociales. Un episodio más de la reforma de salud en Argentina… Qué vendrá logo?* Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington (DC), Ago. 2002, 20 p. Disponible em: http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=354144 Acesso em 15 Set. 2008.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O Espírito das Leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo*. São Paulo: Saraiva, 1998.

PALERMO, Vicente. (1996), “Reformas Estructurales y Régimen Político. Argentina, 1989-1994”, in Eli Diniz (org.), *O Desafio da Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1996. p.143-161

SAFORCADA, Fernanda. Las Paradojas de la Autonomía Escolar en los ‘90: Escenas Sobre el Desarrollo de Una Política en Argentina. *Jornal de Políticas Educacionais*, n.3, Jan.- Jun. 2008. p.30-42. Disponível em: <http://www.nupe.ufpr.br/JPE/n3_3.pdf> Acesso em 25 Jan. 2010.

STIGLITZ, Joseph E. *A Globalização e Seus Malefícios*. 1 ed, Trad. Bazán Tecnologia e lingüística. São Paulo, Futura, 2002. 328 p.

MENEM, C. S. *Argentina ahora o nunca*: ideas para um proyecto nacional actualizado.Buenos Aires: Corregidor, 1994.

MUELLER, B., ALSTON, L., PEREIRA, C., MELO, M., 2008. "The Choices Governors Make: The Roles of Checks and Balances and Political Competition," Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 36th Brazilian Economics Meeting] 200807181549410, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics].

Agri-business history: Cooperative strategies through time

Caroline Gonçalves
Decio Zylbersztajn

Abstract

The early 2000s consolidated the framework of significant changes and adjustments in the strategies of organizations working in agribusiness systems. Of note are: the consolidation of the organizations themselves, the internationalization of agricultural-based systems, the innovation in processes and products, organizational innovations, environmental variables and the adoption of transparency strategies. Such strategies usually involve multiple agents and are rarely implemented in isolation. Cooperative efforts may require specialized investments in the form of incentives that depend on transaction cost control mechanisms. The environmental and transactional uncertainties and the need for flexibility on the part of organizations are all considered in the relevant literature. Complex institutional arrangements (contracts) are seen as a means to meet these needs. In addition to trust, reputation and business relationships, the evolution of the social mechanisms behind the contracts of society is an area of study to be further developed. Farming cooperatives are good examples how changes can be addressed and strategies can be implemented. In the opinion of the authors, the cooperatives' ability to coordinate adjustments is a clear advantage of the cooperative system which is not always understood or exploited by their leaders. In this paper, we posit that cooperatives are indeed able to organize and monitor production technologies in order to implement strategies consistent with the changes highlighted. We present a retrospective view of the strategies adopted by Brazilian cooperatives. We adopt a new analytical "business history" approach to agro-based systems. When researching this paper, we noticed a lack of research into the history of agribusiness. As a guideline method in this article, we followed the steps of identifying key strategies reported in chosen case studies of cooperatives published between 1991 and 2002. Subsequently, the strategies were compared with the guidelines presented in the introductory chapter. Without the aim of analyzing the strategic trajectories of cooperative organizations and stating the intention of observing the regularities of motivating the milestone and the establishing of strategies at certain point of time, were made some observations and conclusions of the study, highlighting the skills necessary to cooperatives, to encourage less obvious strategies, particularly: Environmental Practices, Social Practices, Internationalization, Horizontalization/Territorial Growth, Verticalization, Diversification, Innovation, Transparency, Management/Governance, and Financial Transactions.

***Key words**: Agri-Business History, Cooperative Strategies, Transaction Cost Economics*

1. INTRODUCTION

Two events that occurred in the first quarter of 2013 about strategies for agricultural cooperatives caught the attention of the Brazilian cooperative farming public. The first reported the acquisition of 50% of the capital of the Itambé Cooperative, a leading player in the Brazilian dairy market, by Vigor, a company controlled by the J&F Group, a holding company focused mainly in the animal protein segment (Economic Value, February 22, 2013). The second event was the management and balance's report published by COAMO (Agroindustrial Cooperativa of Campo Mourão / PR), which listed net profits of US$ 369 million to be distributed among the cooperative members, according to the volume of transactions made by the cooperative during that fiscal year.

The two cooperatives were the focus of case studies conducted in 1996 and 1997[1]. These are two totally different cases, which reflect the diversity of the Brazilian agricultural cooperatives. The case study of milk cooperatives focuses on the internal market of a perishable and differentiated product. The domestic market is segmented between large companies, with homogeneous processing technology, which adopt different strategies in the organization of the supply chain and differ in their strategies to gain market access. The dairy sector suffers continuous competition from imports of the product in the form of powdered milk, not always produced according to equivalent conditions, which challenges the implementation of strategies to expand export capacity, as in the case of Itambé. The second case represents the grain export sector, coveted by high prices and strong markets in the early 2010s. The case of COAMO pointed to a cooperative that grew to exploit economies of scale, almost not venturing into riskier strategies. The first addresses a product and brand with national distribution. The second focuses on commodities, targeting low production costs and present on global markets.

The two case studies motivate analytical studies of the strategies that guided the cooperatives over the past decades. What regularities can be observed in the strategies adopted? How appropriate is the profile of the strategies adopted by agricultural cooperatives to the needs imposed by the changes observed in agribusiness over the past two decades? This paper seeks to answer these two questions through historical analysis of the strategies adopted by cooperatives, formulating possible explanations of the motivations and initiatives promoters of changes. Another objectives are: (1) To identify and to analyze the key variables - institutional, technological and competitive environment, that influence the strategic choices of cooperatives in the considered period; (2) To identify the factors that affect - and how they affect - the adaptive process of reorganization of cooperatives and organizational flexibility; (3) To identify and analyze the main changes in the profile of cooperative members over the studied period and (4) To observe regularities, strategies and trends used by the cooperatives studied to adapt to changes.

We choose here the analytic branch of business history (Lamoreaux, 2007 Williamson, 2005) and its implications. Williamson (1981) admits that interpret the Business History using the theory of Transaction Costs Economics can, somehow, begin to fill the "gap of established theories that support the Business History", as stated by

[1] See “Zylbersztajn, D., Lazzarini,S.G., Bialoskorski,S.1996. Cooperativa Coamo: Gerenciando os Conflitos do Crescimento. Estudo de Caso PENSA.” and “Jank, M.S. e Galan,V.B. 1997. Cooperativa Itambé. Estudo de Caso PENSA.”.

Larson (1948). This study has the intention to reaffirm this proposal of the use of Business History based on Transaction Cost Economics theory. The study is structured in five parts. In the first, we have this introduction. In the second, some concepts of Business History, Economics of Organization and Agricultural Cooperatives are described. The third presents the methodological framework of the study. The fourth part analyzes the cooperatives and examines the history of chosen cooperative strategies, based on case studies conducted between 1990 and 2002. The fifth part analyzes the observed alignment of strategies and identified trends and presents conclusions and suggestions for research strategies in cooperative organizations.

2. INTRODUCING BUSINESS HISTORY

How can economics of organizations, as a science, evolve with a case of business history? The answer depends on its capacity to handle diversity, origin and evolution of particular institutional arrangements observed in particular industries. The ad-hoc and purely descriptive approach to the behavior and evolution of specific enterprises, industries and business practices runs the risk of tautological explanations, which is the main reason to choose some theoretical support for the analysis.

As a knowledge area, Business History was born in the 1920s at Harvard University[2]. As a field of knowledge, it is far from being considered homogeneous. Some scholars adopt a descriptive version, using narratives mostly based on the history of companies and entrepreneurs, without an emphasis on the identification of regularities that can be studied in the light of existing theories. Another method is distinguished from economic history, especially for having been influenced by the use of positive analysis of business history, concerned with the theoretical support, formulation of testable hypotheses and identification of regularities liable to generalizations.

Important authors in the field of the History of Business are Chandler (1962), which broadened the debate installed by Penrose (1959) on the growth of firms. The first author scoured the field of knowledge with the study of the relationship between strategy and structure of organizations, focusing on American industry and use of businesses data archives. Other important contributions can be found in Lamoreaux (2007) and Zeitlin (2007). In Brazil a pioneering work using the theory of firm growth was prepared by Castro (1988), studying a company active in the plant genetics industry. In agro-based studies there is a gap in the focus of interest in business history and in the agribusiness in particular. The area does not motivate economic historians and has not been relevant in business schools.

It is worth mentioning some other authors who are not always recognized in the area of business history but whose contribution is, in our view, relevant. First, the work of Coase (2000), with the development of the concept of transaction cost and its application to the case "Fisher Body". The resulting articles represent a refined example of the use of the Economics of Organizations for the study of vertical integration strategies adopted over time. It is a narrative, however strongly guided by theory, and more than that, used to guide the theory. Similarly, Williamson (op. cit) highlights the importance of broadening the study of "Business History", and exploring its

[2] See “Jones,G; Zeitlin,J.(2007) The Oxford Handbook of Business History. New York: Oxford University Press.”

relationships with the Economics of Organizations. It is within this perspective that the following sections present and analyze selected cases of agricultural cooperatives.

The relevance of economic theory to the field of business history aims to move towards a positive analysis as a complement to the narrative approach. The studies of behavior and evolution of specific enterprises, industries and business practices, as well as the historical perspective on organizations and which aims to study how the governance mechanisms develop in response to agency problems, reinforce the necessity of choosing from among the family of theories of the firm, with an emphasis on the dynamic approaches. It is not a matter of offering a report or a narrative of how firms change over time but of testing alternative hypotheses of how and why firms adopt specific strategies in response to external factors. The identification of dynamic elements is a key point in moving towards a historical perspective.

The question of what we can learn from the past is not new in the economics of organizations. North (1999) argues that there are non-ergodic aspects of the world, which creates a problem in defining theories that allow one to learn from the past. He states that there are many lessons to be learned from history but we have to be careful with them. The impossibility of learning from the past in every aspect of human society is explored in his essay dealing with the non-ergodic characteristic of the world.

This paper proposes that the common element of different approaches to looking back in time to explore observed trends is not the mere description of facts, but the possibility of finding explanatory reasons. We propose exploration of an approach consistent with the different explanations for the analytical structure of firms, which are the mechanisms of dealing with uncertainty. The economics of organization offers governance and the evolutionary theories that are competing approaches to comprehend firms.

Since none of the authors referenced in the handbook of business history (Jones and Zeitlin, 2007) as being active in the international societies of business history have presented an undisputed definition of the field, we will not deem to attempt such an undertaking either. We prefer to approach business history as we approach the fields of law, economics, and organization (Zylbersztajn, 2005). It is safe to consider business history as an interdisciplinary field with branches of studies areas. A sociological perspective is relevant to understanding many forms of business organizations over time and can combine with other academic approaches such as political science, public policy and industrial economics. Most relevant to this work is the economic perspective on business history relevant to organizations, which we will explore in the next section.

3. THE PRESENCE OF “TIME” IN ECONOMICS OF ORGANIZATION

The evolution of the firm's theories family opened a door to insert the historical perspective of the companies. First of all, it deepened the Chandlerian view of internal organization. At the second point, it evolved to the study of technological change, of how companies building resources and specific and differentiated competences through time with learning as a key variable. At the third point, it opened the possibility of studying the cooperation between companies and the complex contractual arrangements (Zylbersztajn & Gonçalves, 2015).

The criticism of the static version of Economics of Organization, as indicated by Langlois (1992), started a movement on the recognition of how the main variables of EO change over time. The main emphasis was placed on specific assets investment as

the factor that produces incentives to protect the value, changing the governance structure of organizations. The key aspect, often neglected by critics of the economics of transaction costs, is that Williamson (1981) explicitly considers the contract as a mini-society that develops its own rules, and the theory of relational contracts is one of the pillars of Transaction Costs Economics. Therefore, it is useful to study organisms through time.

The relevance of uncertainty and flexibility of organizations as a vein to be exploited in Business History is based on two aspects. The first is the impact that the issue has on the evolution of the study of organizations, especially considering a dynamic evolutionary process. If the conditions of uncertainty that prevailed in the past - when the organization decided its strategy - are decrypted, the learning from the decision process will illuminate future episodes. The second aspect is related to the understanding of new forms of specific assets, in a different sense of transaction costs, which are flexible enough to be adapted when unexpected external shocks happens. (Zylbersztajn & Gonçalves, 2015).

4. AGRICULTURAL COOPERATIVES THROUGH TIME

According to Zylbersztajn (1995), the work developed by Oliver Williamson and Douglass North in the field of New Institutional Economics, opened a very fertile ground for applications in agribusiness, both in aspects related to the structure of corporations, either in aspects related to contracts, vertical integration and other forms of governance of productive systems.

One of the pioneering authors to bring the study of cooperatives to the Economics of Organizations was Michael Cook, from the University of Missouri-Columbia. Another important author for the area is Professor George Hendrikse, from the University of Rotterdam, also Scientific Director of the Erasmus Center for Cooperatives – ECC, a study center dedicated to the creation, dissemination and application of knowledge on cooperatives, which includes an international network of academics who study cooperatives. It is located within the University of Rotterdam[3].

The work of Cook, Chaddad and Iliopoulos (2004) resulted in important considerations on the study of cooperatives over time and theoretical advances on the subject. The first observation is that the theories of the firm, or nexus of contracts approaches, have been applied in an increasing number, to understand collective action and, more specifically, agricultural cooperatives. Researchers also have been demonstrated interest by the complex organizational issues which include heterogeneous members, investment incentives and decision-making rules design.

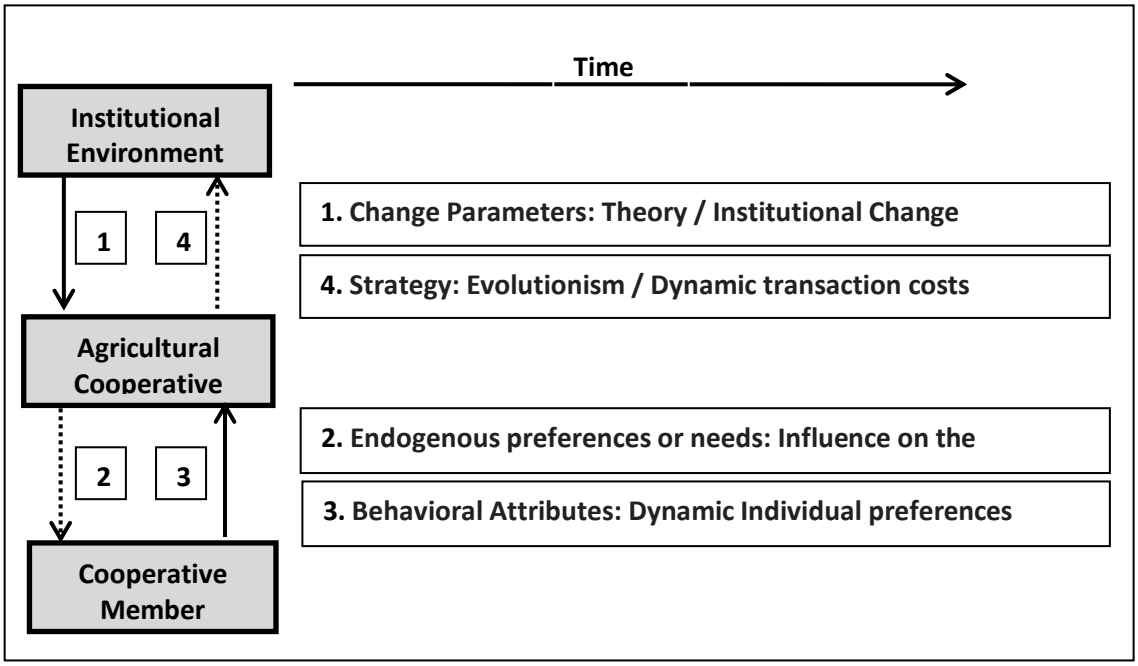
The impact of the interest of the parties has been an important research topic to understand this heterogeneity of the cooperative. The period after 1990 is characterized by an emphasis on studies about rationality behind the choice of the cooperative governance structure. The approaches of transaction costs, incomplete contracts, agency theory and game theory have been more frequent in the literature. Moreover, the attention focused on the agricultural cooperatives has also increased among researchers interested in management. (Cook, Chaddad & Iliopoulos, 2004). Hendrikse and Veerman (2003) understand that cooperative changes are essential and numerous.

[3] See <http://www.erim.eur.nl/research/centres/cooperatives/>.

Cooperatives has given an essential contribution to their members, but will the members also will be professional and flexible enough to financially support the cooperative in the future?

In this study, the **Institutional Arrangement** is composed by the **Institutional Environment**, the **Cooperative**, the **Cooperative Individual** and transactions that occur between them. Within the time dynamics, the institutional environment presents some **change parameters** (1) that influence the **Endogenous Needs** (2) of cooperatives among its members, which in turn respond with individual **Behavioral Attributes** (3) and, finally, the cooperatives respond to the Institutional Environment with **Strategies** (4) in the face of changes, as shown in Figure 1:

Figure 1: Perspective of institutional arrangement over time – Cooperatives



Source: Prepared by the author from Williamson (1998); Zylbersztajn (1995) and Zylbersztajn & Gonçalves (2015)

Each of these steps is related to one of the specific objectives and to the aim of this study, which is to identify the strategic changes of agricultural cooperatives over time and formulate possible explanations of the motivations and initiatives that promoting changes. Following this theoretical framework are the methodological framework used for this study.

5. METHODOLOGY

This research has characteristics of a qualitative study, which retraces three case studies on cooperatives made by Pensa/USP over the years 1990 and 2000 and describes the significant changes in these cooperatives over time. The non-traditional use of case studies is used mixing the themes of agricultural cooperatives, the TCE and the Business History, bringing the originality of this proposal. This is a contribution of this research to the academic world. The **Table 1** illustrates how the methodological structure is organized.

Table 1 - Methodological Structure

Approach	Qualitative			
Objectives	Descriptive and exploratory			
Procedures	Bibliographical research, survey, multiple case studies			
Data Collection technique	Methodological triangulation: intensive direct observation. Survey of primary and secondary data.			
Research Sources	Unsystematic Observation	Non-participating observation	Semi-structured interviews	Documentary research
Universe Research/ Analyzed Cooperatives	Cocamar	Cooxupé	CCPR/Itambé	

Source: The author

The analysis of this study identified the respondent, the perception of changes in the Cooperative by the respondent, the transactions with the cooperative, the future vision of the interviewee, and focuses analysis categories (or cooperatives strategies) demonstrated by the theoretical framework and its observed elements, as shown in **Table 2:**

Table 2 - Analysis categories / Strategies and observed elements

Analyzed Category	**Observed Elements**
E1. Environmental practices	Certifications; Legislation; Sustainable Practices.
E2. Social practices	Adding value to the cooperative member; Actions with society; Projects for succession.
E3. Internationalization	International Exigencies; exportation; Partnerships.
E4. Horizontalization / Territorial Growth	Cooperative expansion; Fusion inter-cooperatives; number of cooperative members.
E5. Verticalization	Suppliers; Industries; Brands and Trademarks; Specialized investments.
E6. Diversification	Product range, production of Cooperative
E7. Innovation	Investments in new practices; Technological Solutions.
E8. Transparency	Traceability; Product identification; transparency with the Cooperative member
E9. Management/Governance	Assemblies; Consultancies and Audits; Workforce.
E10. Financial Transactions	Performance indicators; Crisis; Risks; Incentives; Investment; Surpluses.

Source: The author.

The surveys were carried out "case by case" and the research presents conclusions for each of the categories, observing the institutional arrangement over time, the objectives and theoretical framework of the study. The found highlights are

presented as the regularities or patterns strategies, challenges and issues, the conclusions and suggestions observed by the researcher.

6. THE ANALYSIS

6.1 COCAMAR

Cocamar - Cooperativa Agroindustrial - was officially founded on March 27, 1963, named as "Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá Ltda" (Cooperative of Coffee Growers of Maringá Ltda). It is established from the regional specialization in coffee in the 40s. The Cooperative grows with the northern colonization of Paraná state and undergoes a crisis in 1965, renegotiating their debts associated with the decline of coffee. In 1974 the Cooperative started to diversify the activities guided by the strategy of growth through vertical integration.

The soy was the new alternative in the region. From 80s Cocamar grew by means of diversification, with cotton, silk, alcohol, orange, soy, coffee, vegetable oils and investments in industrialization. The last ones affected the producers' own investments, because they reconverted or diversified their activities, for example, beginning to plant orange or creating silkworm, activities that required an investment in specific assets and subsequently had lost space in the Cooperative.

Thus, investment in specific assets (k) carried out by the cooperative, generated specific investments also by the producer, impacting the flexibility of both. If a producer was induced to plant orange, as cooperative and voting member, he would not vote in favor of the exit of the activity "orange" from the Cooperative, although this was no longer a profitable activity for the Cooperative.

Producers made specific investments (k>zero) in order to transact with cooperative, which in turn makes specific investments industrializing part of their processes (other continued to be made by industries buyers of Cocamar products). The Cooperative entrance into diversified sectors generated questions posed at the time of the study in 1993. How to finance this growth strategy? The contribution with own resources would be impossible. This resulted in increased debt. This fact caused acute crisis, with informal intervention of creditor banks. At this point demobilization would be needed, leaving behind activities with poor results. But how to proceed when a cooperative engages in a diversification strategy that involves cooperative investments with low liquidity? This study found emphasis on **diversification strategies** and **environmental practices**.

It is understood that the years of crisis faced by the Cooperative culminated in adaptation and restructuring needs, a process which included organizational learning and reflection on business opportunities, uncertainties and investments. Among the distinctions of characteristics of specific assets proposed by Williamson (1991) some of them could be identified in the strategic dimensions consulted in the Cooperative study.

The cooperative has ceased to perform activities (selling some physical assets). An example of this are the alcohol plants, the industrialization of silk, orange processing industry (sold to Dreyfus), leaving only the activity of production for the producer, giving support in the culture of orange and sales for the industry.

The disinvestment in specific assets, such as orange and silk industry in the past, are opposed, however, to invest in new assets, as is the case of livestock. Divestments in specific assets may reduce the confidence of the producer, which in turn has also

invested in its production, and also have costs for the Cooperative. Within the most recent major adaptations of the Cooperative is the “ILPF Program” (Orange, Livestock and Forestry integration).

The disinvestment in specific assets, such as orange and silk industry in the past, are opposed, however, to the investment in new assets, as is the case of livestock. Divestments in specific assets may reduce the confidence of the producer, which in turn has also invested in its production, and also have costs for the Cooperative. Within the most recent major adaptations of the Cooperative are: (a) the "ILPF Program" (Orange, Livestock and Forestry integration), which requires trained technicians to assist the cooperative in the implementation of integration actions (this is new investment in specific asset - human capital); (b) new management models proposed by Rabobank, ranking the Coopeerative products by importance of investments, a proposal presented and accepted by the cooperative members; (c) the incorporation of the cooperative members of Corol, whose difficulties with fidelity the cooperative member are being planned; (d) adaptation of cooperative members to the CAR - Cadastro Ambiental Rural (Rural Environmental Register), which is being supported by the Cooperative.

Will the extensive growth become sustainable for Cocamar? The comparison with neighboring cooperative, Coamo, growing on territory of activity, although not seeking diversification, reflects the same goals of Cocamar? While in the past Cocamar invested in diversification strategy and such model found no advantage or returns, an important sign is established on to planned investment in animals production. The apparent interest in poultry and cattle, driven mainly and respectively by the attractiveness of the sale of corn in regional poultry production and the design of orange-livestock-forest integration, challenge the decision makers to reflect on new investment in the animal area, previously discarded and debt generator in the Cooperative history.

6.2. COOXUPÉ

The Cooxupé (Regional Cooperative of Coffee Growers in Guaxupé Ltda) was founded in 1932, initially with the foundation of an Agricultural Credit Cooperative that only in 1957 would turn into a Cooperative of Coffee Growers in Guaxupé, a city of Minas Gerais state. In 1995 the case study "Cooxupé: A Regional Diversification Project" reported the fluctuation of coffee prices, and the challenge of finding a solution to reduce the volatility of the remuneration of producers who relied on an unstable product, which led Cooxupé to an attempt to a diversification process, with corn, soybean, pigs and poultry. This study also highlighted the search for quality, the issue of the succession of a president who was for many years the head of the Cooperative, the indecision on stepping up investments in commodity or specialty coffee, and the expanding of the international market and / or internal market. In the present study we can see a large investment by the Cooperative in exporting and receiving processes, and in storage of coffee, highlights of Cooxupé agro-based system.

The agro-based system of Cooxupé mainly emphasizes investment in specific assets (k>0) in the flow of direct products to retail or exportation (**internationalization)**, and/or national Cooperative coffee buyers. Also, was reported the non-investment in **diversification**, the proposed idea in the first case study. The **vertical integration** was another highlighted strategy, especially with the building of the Japy Complex, a structure for receiving, for separation, for storaging coffee and for test coffee in laboratory.

Diversification was understood as a solution to the crisis of coffee prices in which the Cooperative was inserted in 1992. However, Cooxupé had specialized consulting, strategic planning and was helped by the governmental program "Recoop" (Cooperative Recovery) so that the process of diversification was extinguished and the absorption of the physical structures, that have already been developed for receiving grain, were done by the coffee, keeping the focus of the growth of the cooperative on the main product sold, coffee, in the commodity and specialty versions. A hard frost of 1994, raised coffee prices in 1995, contributed to the strength of the Cooperative's new strategy. The coffee was definitely the main product of Cooxupé and the whole investment should be applied in it. The next major crisis could only be faced in 2008 with the global crisis.

Nonetheless, Cooxupé learned, over the years, to achieve and maintain a good cash planning for medium and long term, and a strong credit policy, which allows the Cooperative to have financial strength to overcome moments of crisis more easily. The implemented credit policy has become well accepted by market, by banks and by the cooperative members. International markets are very attractive to the Cooperative, which allows it to be not affected by financial crises in Brazil. The cooperative can pay its costs with international product sales and with aggregation of value in coffee sold in Brazil, so these costs are not paid directly by the producers.

The internal productivity increase is still desired, by interest in scale and by adding value. Not only with the members of the Cooperative, but also with the employees. The Information Systems and the Technology contribute to this. The succession of the presidency was another problem for a cooperative so identified with its President at that time, Mr. Isaac Ribeiro Ferreira Leite, replaced in 2003 by Mr. Carlos Alberto Paulino da Costa. Unlike expected, the procedure took place smoothly and the Cooperative took advantage of this change to eliminate the parental bonds in the councils and to make the management of the Cooperative more professional, as well as all areas and processes, meeting the expectation of the market.

Furthermore, about the subject of succession, succession on the farm is not regarded as a major problem for Cooxupé. The coffe is been seen as a financially very attractive product for those who remain in the field. Added to this fact is the elimination of brute force in the activity, which is increasingly being mechanized, including for small farmers and within the Cooperative, facilitated by the bulk receiving activity. It is also understood that the bulk delivery meets labor laws to replace the 60-kilo jute bags that were carried by workers, by the "big bags" of 1,200 kg easily supplied mechanized and loaded by forklifts in warehouses. Also, the chips and bar codes of "big bags" are important in the identification system and transparency in the coffee sales process.

The certifications and search for coffee quality is no longer an advantage, but a prerequisite for exportation and for increasingly demanding consumers. The producer who is not careful in will legislation and sustainability parameters will probabily have problems with marketing his product.

The receiving of quality products delivered by the cooperative member is still a challenge for the Cooperative. With the no longer contractual delivery of the producer, typical of the cooperative universe, the cooperative member can deliver low quality products for Cooxupé when he feels attracted to more interesting economic proposals from companies - or coffee brokers - and deliver to them their high quality product. Cooxupé needs to buy coffee from non-cooperative members when is necessary to meet a demand.

In 2009 Cooxupé created the "SMC Comercial Exportadora de Café S/A" (Commercial exporter of coffee) for marketing of fine coffee. However, if its members

sometimes can't supply the whole demand on the external market, some questions emerge: How to stimulate coffee delivery with higher quality? How to pay for the quality of the delivered coffee in a more competitive way? How to make the cooperative members to support and believe in the power of the new investments, such as new roaster structure, the SMC, and new products like green coffee oil industry?

This case study is limited by the absence of answers to these questions that require an extensive research with a representative sample of producers. Another Cooxupé's challenge is to face large conglomerates that spread around the world. It is not an option to lose market share. Although 90% of Cooxupé market is international, 10% of the Brazilian market cannot be abandoned because it has the function of outflow the Cooperative products.

6.3. CCPR/Itambé

In early 2013, Brazilian media reported the acquisition of 50% of the capital of the Itambé Cooperative, a leading player in the Brazilian dairy market, by Vigor, a company controlled by the J&F Group, a holding company focused mainly in the animal protein segment (Economic Value, February 22, 2013). The news stirred the cooperativist universe. Itambé decided to change its status, adopting an “investment owned firm” (IOF) profile and the CCPR, Central Cooperative of Rural Producers of Minas Gerais, which gave rise to it, turned into its main shareholder. The transition was not simple and it was a bold step in the history of the Cooperative, which was a case study of PENSA/USP in the year 1997.

The case study conducted in 1997 points out weaknesses in the relations between the Central Cooperative and the Singular, with the problems of double intermediation of milk and early bulk milk process. The increased competition and concentration, by the Multinationals, as Nestlé, Parmalat and Danone, and the need for capitalization of the Cooperative, already suggested the creation of a Invested Owned Firm (IOF) in order to gain greater agility in the market and to capture more easily external resources. This study shows the main changes in the following strategies: **innovation**, **management and governance** and **transparency**. The main investments in specific assets (k> 0) are observed in industry, the receipt, storage and analysis of milk, and the creation of a Business Corporation. In addition, we can see the change of the transaction with the wholesale and retail, which is now done by the IOF.

The Cooperative was founded in 1948, receiving the name “Central Cooperative of Rural Producers of Minas Gerais” (CCPR), located in the city of Belo Horizonte, in Minas Gerais state. With a production of surplus milk which had not been absorbed by the market, in 1950 CCPR started the marketing of milk surplus under the trademark "Itambé". Since then, the Cooperative is been considered a pioneer Cooperative in the adoption of new products and processes, and growing exponentially, capturing, in 1997, 1.95 million liters of milk daily in 72 receiving stations and having 32 individual cooperatives associated with Central, all located in the State of Minas Gerais.

The adaptive processes of CCPR and Itambé are highlighted by the events in its history. On the one hand this history is marked by the advancement of Central Cooperative over individual cooperatives. On the other, the history of the cooperative shows a debt in the 2000s that required its greatest adaptation or transformation. Between 2004 and 2005 a large investment, worth 100 million dollars, was approved for a new industrial plant which has become the most modern plant of milk in Brazil, in Uberlândia city. Another step was also the intended to double the size of the plant of Goiânia. These investments were aimed at the international market and the exports.

From 2006, when the Cooperative export operations progressed, Brazil came at a time of currency appreciation and the international crisis brought down the price of commodities in external markets, so the volume of milk that was exported had to be diverted to the domestic market. The result was that the Cooperative was, in the years 2010 and 2011, on a very high level of debt, which led it to seek alternatives and the creation of a IOF as a capitalization source.

Faced with the challenge of to deal with their debt, deal with producers as members and act in the market as a competitive traditional company, the CCPR had to be flexible, opening it to a society where the other partner would be holder of 50% of shares. In 2013 it was possible to achieve the partnership with "Vigor", a company's dairy industry of JBS group, which became a 50% shareholder of "Itambé S/A". The CCPR became a shareholder and milk supplier of "Itambé S/A".

Over the years, the CCPR has implemented the milk collection system in bulk on the farms of cooperative producers, using trucks that keep the milk at the proper temperature and lead it directly to the industry, with high quality levels, speed and scale-up. Between 1998 and 1999 a large milk bulk project was made by the Central. Cooperative. The producers introduced - with the help of the Cooperative - some "expansion tanks" in their farms, which are tanks where the milk is cooled on the farm, facilitating the collection by bulk and eliminating the "cans". In about three years, the whole milk was fully bulked and more than 50 capture stations were closed.

This system eliminated the "double intermediation", which included the singular cooperative in freight and payment of milk, problem highlighted in the first case study of the Cooperative in 1997. Investments in the elimination of double intermediation of milk and in rating the quality of milk, combine transparency between staff and fair pay for quality delivered, which stimulates investments by the producer in the farm and in assets that increase the quality of the milk produced.

In general, among the major strategic changes revealed in the study, management and governance have proved fundamental to adaptation and flexibility. Be opened for a change was important for the CCPR kept their activities. The role of the Cooperative President to promote this strategy also had importance, especially in the search for change of legislation in the National Congress, since the legislation did not allow the creation of a Business Company by a Cooperative.

It is possible that the Brazilian dairy sector be consolidated in the Brazilian market for the next years. Who will be these consolidators companies is unknown. The economic margins of industries tend to be low, as there are many companies in the market. A natural concentration is expected, with processes of acquisition and exchange of shares.

7. CONCLUSIONS

Returning to the institutional arrangement perspective through time, some conclusions of this study are listed below.

7.1 Shifter Parameters

It is related to the specific objective “1” of the study: To identify and to analyze the key variables - institutional, technological and competitive environment, that influence the strategic choices of cooperatives in the considered period.

This step consists in identifying the main institutional changes (legal apparatus, tradition and culture) in the first case studies with cooperatives and major changes in the present study, ie, at different instants of time, in the 1990s and in the year 2015. These changes influenced the institutional arrangement of cooperatives over time. Events such as historical coffee crisis, the appreciation of the exchange rate in the 1990s, growth of industrialization in the 2000s, financial crisis in Cooperatives in 2002 and 2003, global crisis in 2008, resulted in adaptations of Brazilian cooperatives, which is observed in the three Cooperatives of this study, which sought to reorganize over the past two decades.

7.2 Preferences or Endogenous Needs

It is related to the specific objective “2” of the study: To identify the factors that affect - and how they affect - the adaptive process of reorganization of cooperatives and organizational flexibility.

At this point the institutional changes are translated into the organizational needs of cooperatives among its members. Changes in relation to cooperative members over time can mean preferences or needs of cooperatives imposed by the dynamic Institutional Environment. Such requirements imposed by the environment directly affect the cooperative member, who practices at the same time, the dual role of worker and owner of productive resources. While the cooperative also deals with the individual wishes of the employees (non-cooperative workers).

The low flexible of the structures of the the cooperatives are characterized by specific investments that hinder rapid changes and a few quick reactions to unexpected external shocks (plasticity) of the environment. The development of new actions takes time and new ideas are time consuming to be discussed, developed and implemented.

Considering the central proposition of the study, greater asset specificity implies less flexibility, while lower asset specificity allows greater flexibility. Highly specific assets are less reusable and create fixity. Some routines can create stiffness while others may be associated with the plasticity of the relationship. It is assumed that each of the strategic dimensions found in the analyzed cases indicate investments in specific assets by the cooperative and by the cooperative producer over time, even before inaccuracies or fluctuations. Comes up the question: How to admit specific assets in uncertain environment?

7.3 Behavioral Attributes

It is related to the specific objective “3” of the study: To identify and analyze the main changes in the profile of cooperative members over the studied period.

Here, the desires and individual responses of the cooperative members (linked to opportunism and bounded rationality assumptions of the individual) related to the cooperatives are dynamic. The way them relate to the cooperative as well.

The farmer is, as seen in this study an "agripreneur", managing the commercial and administrative functions of your property beyond the production on field. The activity of agricultural production suffers with the problem of succession in the farm, which depends on the interest of young people to remain in the field, assuming the activity left by the previous generation.

However, the new image of agripreneur is an attractive profession for the young people, mainly related to increased capital and economic empowerment in the field. The professionalization of the farmer is occurring through education, training, and transfer of management knowledge.

Cooperatives have assumed this role of training the young people and training for women, which can also assist in the management of processes on the farm. The advancement of technology in the field has facilitated life on the farm and stimulated the permanence of young people, anxious for innovation that they can incorporate into the farm production to increase financial returns.

The producer is willing to invest in improving the quality of your product and, different from what happened in the past, the producer feels safety with the payment for product quality delivered to the cooperative, what reduce the effect of "free rider", as seen, for example in the case of Itambé.

However, the cooperatives still suffer with the infidelity producer, who in the absence of formal product delivery contracts, see cooperative members delivering their production to another company that can offer a better payment for it, renouncing to received service package from the cooperative, catching a relationship that merges the limited rationality of the producer with opportunism of agents.

7.4 Strategies

It is related to the specific objective “4” of the study: To observe regularities, strategies and trends used by the cooperatives studied to adapt to changes.

From the perspective of the theory of transaction costs economics in a dynamic way, the strategies are identified and addressed through verification of transaction patterns between cooperatives and trading partners, upstream and downstream, in the agribusiness systems in which they operate. These strategies aimed resulting forms (of governance) reducers of transaction costs.

The concept of organizational flexibility is discussed and related to the survival of the organization. And stand out in the strategies found the theoretical concepts of routines; knowledge; capabilities; specific assets; relational contracts; legal and economic rights; specificity, risk and frequency of transactions. Here are presented the challenges of the analyzed cooperatives.

The strategic dimensions over time, with the focus on the categories proposed by the theory (Environmental Practices, Social Practices, Internationalization, Horizontalization/Territorial Growth, Verticalization, Diversification, Innovation, Transparency, Management/Governance, and Financial Transactions) are translate into challenges or questions to be answered by the Cooperatives. And they can also be answered for in-depth studies.

Main challenges:

(a) (Environmental Practices) How to motivate mainly small farmers to adopt sustainable practices on their property?

(b) (Social Practices) How to develop management strategies of the property, especially by the small producer?

(c) (Internationalization) The adoption of strategic partnerships in other countries can be a path not yet developed by cooperatives?

(d) (Horizontalization/Territorial Growth) The growth may become unsustainable for the Cooperative? An exaggerated number of members could destabilize the cooperative's investments?

(e) (Verticalization) Is it possible to balance growth in scale with low investments in specific assets?

(f) (Diversification) How to balance investments in physical assets in the Cooperative and return on capital, adding value to products and cooperative members, with low economic losses?

(g) (Innovation) How can the Cooperative be responsive to the search for innovation of cooperative members, especially the successors?

(h) (Transparency) How to extend traceability systems throughout the production chain, from the production of raw materials to the final consumer, and not only from the internal processes of the cooperative until the delivery to the buyer / consumer?

(i) (Management/Governance) How to become increasingly professionalized? How to keep professionalized teams?

(j) (Financial Transactions) How to discourage the participation of "free riders" in the cooperative, adding value to the most loyal and best deliverers members? There are ways to (or does it make sense in) to convince the members' long-term investments at the expense of returns in surplus? How to encourage quality products delivered? What is the better way to share the rights over surpluses?

8. FINAL CONSIDERATIONS

Over the past two decades, there was an expansion of exports carried out by cooperatives, with market change (internal to external). Moreover, we can see productivity growth in the same area, application of best practices, advances in governance, sustainability, and a producer more engaged in the social practices, environmental practices and with production costs. Cooperatives had (and still has) a fundamental role in the dissemination of technologies in the field, especially with the small producer. The Brazilian coffee, for example, rose to the rank of the best in the world due to the work on quality.

There was an improvement in the income of the cooperative members. They started to produce under market quality demand. In the cafe, a product that had growth in the years of high and low moments of the agricultural economy, there was a growing on innovation applied in exportation, using an area system integration (purchase, sales and finance) in a "hedge" way, a protected way. Innovation can be seen in the Cooperatives in areas as logistic and future sales processes. We can see also the mergers and acquisitions that can be objects of in-depth studies.

The cooperatives had some moments of crisis. They are influenced by a strong demand for third-party capital. In general, the cooperative member applies capital in the cooperative only when he joined the cooperative and the capitalization it is made with the leftovers. Cooperatives need to survive in a highly competitive environment with the market and traditional businesses (IOF's) growing with financial sustainability. They also had problems with credit. It is a challenge for cooperatives to manage their credit, cultivating an effective credit policy. It is necessary to practice market prices; to provide immediate liquidity for members; to ensure delivery to customers and also coordinate their suppliers; to provide opportunities for cooperative members take advantage of good times to market. And is a challenge, also, to keep professional teams, because problems occur easily in non professionalized cooperatives.

The institutional arrangement changes in the sense that the transactions are been specialized in contemplating aspects that were not even discussed twenty decades ago, like certifications, credit policies, qualitative characteristics of the products and all categories and/or strategies discussed in this paper. The problem of loyalty of the cooperative member is a constant that must be seen within a larger complexity, or it will be exposed to a lack of solution by the Cooperative, which is unlikely to pay higher

values than the market, due to its high activity costs. Researches by the cooperative are performed frequently with cooperative members. This work, however, is limited by the lack of extensive research into the concerns and criticisms of producers and successors of their views on cooperatives, in a representative sample, which suggests a gap for new future studies to clarify these aspects.

It can be said that the regularities observed in the strategies are related to the inflexible structures of cooperatives that make managers look for alternatives to overcome the obstacles that cannot be modified due to the doctrinal principles of the International Cooperative Alliance. It was reported the professionalization of cooperatives and technology supply; the need to support in the capitalization; the reduction of the "free rider" effect between the cooperative members using clearly policies of credit; rights division and definition of quality criteria for payment of delivered products. All this implies in higher management costs, but aims to avoid new undercapitalization in which the cooperatives were involved, especially in the 1990s.

Considering the methodological aspects of this study, when 10 strategic dimensions were described, added to the adaptation and flexibility issues, this study found that the four strategies described by Zylbersztajn (2002) are still present and are added to others that have developed over the years or strategies neither even thought of at the time of the first studies. It is worth noting that cooperatives can make the same mistakes of the past, years later, or adopt the same strategies over the years. We sought to determine whether cooperatives also behaved differently from each other. From the proposed strategies, other studies, focused, possibly quantitative, can be developed.

How to contemplate the view "before" and "after" of the respondents? This study aimed to develop a data collection tool as support to the interviews, that investigate the change in strategy, describing elements observed before (20 years ago) and later (present time). The structuring of a method for the study of Business History in Economics of Organizations is something new that needs improvement.

The challenges of a study of this nature are reflected also by the efforts of (1) To bring the Business History to Brazilian reality; (2) To understand the dynamic elements of institutional and organizational changes of the studied period; (3) To analyze the theory of Economics of Organizations in the perspective of the passage of time and of the study of agricultural cooperatives; (4) To deal with the methodological complexity of this study and finally; (5) To interpret the strategies found in agricultural cooperatives for which, in a positive way, to formulate testable explanations about the motivations and initiatives promoters of changes, and also identifying some regularities that can be generalized. This study is also characterized more by raising questions than for answers to the questions found in the developed cases studies.

9. REFERENCES

CASTRO,A.C. **Crescimento da Firma e Diversificação**: O caso Agroceres. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação em Economia da UNICAMP, 1988.

CHANDLER Jr, A.,D. **Strategy and Structure**: Chapters in the History of the American Industrial Enterprise. MIT Press, 462pp, 1962.

COOK, M. L.; CHADDAD, F. R.; ILIOPOULOS, C. **Advances in Cooperative Theory since 1990:** A Review of Agricultural Economics Literature. In: HENDRIKSE, G. W. J.; Restructuring Agricultural Cooperatives. Rotterdam, Erasmus University Rotterdam, 2004.

COASE, R. **The Acquisition of Fisher Body by General Motors**. Journal of Law and Economics. 43, 15-31, 2000.

HENDRIKSE, G. W.J. VEERMAN, C. P. **On The Future of Cooperatives: Talking Stock, Looking Ahead.** Erim Report Series Research In Management. January 2003. 16 p.

JANK,M.S.; GALAN,V.B. **Itambé: os desafios das cooperativas no novo cenário do leite brasileiro.** Estudo de Caso PENSA, 1997.

LAMOREAUX,N. RAFF, D.M.G, Temin,P. **Economic Theory and Business History**. In The Oxford Handbook of Business History, edited by Jones,G and Zeitlin,J. 2007.

LANGLOIS, R. N. **Transaction-Cost Economics in Real Time**. *Industrial and Corporate Change*, 1992, **1**(1): 99-127.

LARSON, Henrietta. **Guide to Business History**. Harvard University Press, 1948.

NORTH, D. **Dealing with a non ergodic world: institutional economics, property rights, and the global environment.** Duke Environmental Law & Economic Policy Forum. V. 10:1, fall. 1999.

PENROSE, E. **The Theory of the Growth of the Firm**. Oxford: Blackwell. 1959.

PINAZZA, L. A.; SILVA, T.N. **Cocamar: 30 anos de desafios e mudanças**. Estudo de Caso PENSA, 1993.

SAES,M.S.M, SILVA,C.L, LEMOS, L.F.C. **COCAMAR:** Contornos da Crise e Vocação Estratégica de Desenvolvimento Regional. Estudo de Caso PENSA. 2003.

WILLIAMSON, O.E. **The Modern Corporation**: origins, evolution, attributes. Journal of Economic Literature. 19-4. December.1981

WILLIAMSON,O.E. **Business History and the Economics of Organization:** The Governance Perspective. Paper presented at the conference of the International Society for the New Institutional Economics. 2005

ZEITLIN, J. 2007. **The Historical Alternatives Approaches**. In: Jones,G; Zeitlin,J. The Oxford Handbook of Business History. New York: Oxford University Press.

ZEITLIN, J. Productive **Alternatives: Flexibility, Governance, and Strategic Choice in Industrial History**. *In:* AMATORI, F.; JONES, G. Business History around the World. New York: Cambridge University Press, 2003.

ZYLBERSZTAJN, D. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas**. In: Braga, M. J; Reis, B. S. (org). Agronegócio cooperativo – reestruturação e estratégias. Viçosa, 2002.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, n. 3, p. 385-420, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D. ; GONÇALVES, C. . **Business History: a Lantern on the Stern?.** In: 19th Annual Conference of The International Society for New Institutional Economics (ISNIE/SIOE), 2015, Cambridge, Massachusetts, USA. 19th Annual Conference of The International Society for New Institutional Economics (ISNIE/SIOE)

ZYLBERSZTAJN,D, LAZZARINI,S.G., BIALOSKORSKI,S. **Cooperativa Coamo: Gerenciando os Conflitos do Crescimento.** Estudo de Caso PENSA, 1996.

O setor sucroalcooleiro brasileiro: origem e desenvolvimento

CHEQUIN, Bruno Giovani[1]
GRANDI, Guilherme[2]

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo discutir o setor sucroalcooleiro no Brasil do ponto de vista da história de sua implantação e de sua trajetória de desenvolvimento até a institucionalização do PROALCOOL, programa governamental de incentivo à produção do álcool, criado em 1975. O presente artigo é parte de uma pesquisa de mestrado, que se encontra em estágio inicial, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo.

O texto está dividido em três partes. Na primeira faremos uma revisão bibliográfica através do levantamento de alguns trabalhos que abordam a trajetória do setor sucroalcooleiro no Brasil, do ponto de vista histórico. Para compreender o tema faz-se necessário iniciarmos, com uma breve retrospectiva a partir do trabalho de Queda (1972), que trata da atuação do Estado, direcionando as atividades do setor, desde o início da administração colonial, passando pelo império até as primeiras décadas da fase republicana. Na segunda parte do artigo, analisaremos o período que se inicia na década de trinta do séc. XX, marcado pela alteração do ambiente econômico e pelo aprofundamento da intervenção governamental através da criação do Instituto do Açúcar e Álcool (IAA) em 1933, bem como suas consequências na dinâmica do setor ao longo das décadas até culminar na implantação do PROALCOOL nos anos 70. Na terceira parte, abordaremos a estrutura do setor sucroalcooleiro, também do ponto de vista histórico, apontando a relação que seus agentes estabeleceram com o Estado. Nossa intenção é relacionar algumas das principais interpretações historiográficas sobre o setor com os preceitos teóricos oriundos da Nova Economia Institucional. E, finalmente, apresentaremos na última parte do texto as considerações finais, além de nossas expectativas quanto à condução dos próximos passos do desenvolvimento de nossa pesquisa.

---

1 Mestrando em História Econômica pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.

2 Professor Orientador. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

2. A produção de cana-de-açúcar no período colonial brasileiro até o final da Primeira República

Conforme Queda (1972), a presença da intervenção estatal no setor canavieiro brasileiro se deu desde a colônia e pode-se identificar as relações entre o Estado e os empresários do setor dividindo-as em quatro etapas distintas. A primeira se deu com a fundação dos engenhos no Brasil e foi caracterizada pela atuação da coroa portuguesa na concessão das sesmarias aos produtores de açúcar, bem como pela colaboração na proteção militar dos engenhos, em contrapartida exigia que o açúcar produzido no Brasil fosse comercializado exclusivamente com a metrópole.

A segunda etapa foi marcada pelo incentivo da coroa portuguesa para a produção de açúcar, mas estabelecia as quantidades e a taxação sobre os lucros. Já a terceira fase ocorreu no período logo após a independência do país. O setor foi marcado por uma política liberal no contexto internacional da época, onde o Estado brasileiro deixou para a iniciativa privada a tarefa tanto de implantação das unidades produtivas bem como a comercialização do produto, criou incentivos pontuais para a modernização tecnológica e a exportação.

Com o advento da República, esta fase liberal ganhou força que culminou com uma política de modernização do processo tecnológico caracterizado pela implantação dos Engenhos Centrais e a Estação Experimental de Campos-RJ. E, por último, na quarta fase, Queda (1972) retratou o período que sucedeu a crise de 1930, onde o Estado mobilizado por um novo contexto internacional passou a ter uma forte atuação de intervenção direta no setor sucroalcooleiro brasileiro, tomando medidas tanto de controle quanto de planejamento da produção açucareira.

Vian (2003) infere que praticamente durante todo o período colonial brasileiro, o açúcar nacional era fundamentalmente destinado para exportação e manteve uma participação relativamente importante na economia do país. Mas, a partir de meados do séc. XIX, observou-se um declínio da participação relativa do produto brasileiro no comércio internacional, causado pelo aumento da concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas, desde o final do séc. XVII, agravado pelo atraso tecnológico na indústria açucareira nacional, tanto no processo agrícola quanto no industrial, em detrimento das melhorias técnicas e ganhos de escala obtidos com a implantação de Engenhos Centrais nos concorrentes antilhanos. Para acentuar ainda mais esse declínio ocorreu, ao final do séc. XIX, o início da produção do açúcar na Europa a partir da beterraba.

Eisenberg (1977) explica que o atraso tecnológico do setor sucroalcooleiro brasileiro, nos períodos colonial e imperial, se deu em virtude da existência de terras abundantes e baratas, além da exploração do trabalho escravo e da falta de recursos financeiros de um grande número de senhores de engenho. Todos esses fatores somados serviram para desestimular a implementação de tecnologias mais modernas, o que contribuiu para reforçar a demanda das classes proprietárias do setor por mais recursos junto ao Estado, a fim de compensar sua defasagem tecnológica face à concorrência externa. Neste sentido, em meados do séc. XIX, a política adotada pelo Estado brasileiro federal de estímulo à produção açucareira foi de desvalorização cambial para que o preço do açúcar pudesse ter competitividade no mercado internacional. Porém, esta política encarecia os preços dos equipamentos necessários à modernização da produção brasileira e a solução encontrada foi a concessão de subsídios estatais aos empresários empenhados em fazer a modernização.

Para Ramos (1991), a primeira tentativa de modernização do setor sucroalcooleiro brasileiro se deu em meados do séc. XIX, através de incentivos do Estado que concedeu financiamentos subsidiados ao capital estrangeiro para implantar unidades produtivas centrais. Este modelo de modernização foi derivado da experiência original de empresários franceses nas Antilhas no início do séc. XIX e consistia em separar as atividades agrícola e industrial. Tal estratégia baseava-se na dissolução da característica mais marcante dos engenhos brasileiros que era a integração vertical para trás[3].

No entanto, muitos produtores de cana da região Nordeste preferiram manter o funcionamento de seus pequenos engenhos visando processar a cana própria quando consideravam baixos os valores pagos pelos Engenhos Centrais. Com uma oferta de cana irregular e insuficiente, os Engenhos Centrais do Nordeste acabaram sendo desativados. O processo de modernização da agroindústria canavieira só foi aceito pelos senhores de engenho na condição de eles serem os proprietários dos Engenhos Centrais e que tivessem igualdade de condições dos incentivos dados ao capital estrangeiro. Dessa forma, ficou mantida a principal característica do setor: a integração vertical para trás.

Vian (2003) considera que durante as primeiras décadas da República no Brasil se acentuou a política de liberalismo estatal no setor canavieiro, marcado pela atribuição ao setor privado pela responsabilidade de produção e comercialização. Este fato acabou gerando crises de produção e conflitos entre os agentes do setor. Foi neste período, inclusive, que se deu a

---

3 Integração vertical para trás ocorre quando uma firma passa a produzir seus insumos ao invés de comprar de fornecedores, com objetivo de obter maior controle sobre o fornecimento da matéria-prima, visando garantir a quantidade e a qualidade desejadas. Ver Carvalho et al (1993).

separação dos interesses dos usineiros nordestinos e paulistas. Importante destacar que no período em questão a cooperação entre os agentes do setor se deu apenas em momentos de preços baixos do açúcar e excesso de produção. Em contrapartida, o comportamento oportunista de alguns agentes surgia em momentos que se tornavam possíveis alcançar preços mais vantajosos. Isso explica em parte a dificuldade que o setor experimentou ao tentar se autorganizar. Os agentes buscaram e conseguiram manter uma inércia institucional, mas os produtores nordestinos não conseguiram conter a expansão da produção paulista. Esse período, que vai do final do século XIX até as primeiras décadas do XX, ficou caracterizado por uma expansão horizontal da produção e por um auto reforço do ambiente institucional, que era a base da ineficiência técnica. Não obstante, esta expansão foi capaz de garantir a acumulação de capital no curto e médio prazo.

Na primeira década do séc. XX, ocorreu uma tentativa da autogestão pelos agentes do setor, mas acabou fracassando em razão dos diversos conflitos internos. Como consequência, houve uma forte demanda dos próprios produtores por uma intervenção direta do Estado, através do planejamento da produção que paulatinamente foi sendo implantada. Com o surgimento da primeira guerra, os preços do açúcar atingiram patamares elevados no mercado internacional e fizeram com que a crise da produção nacional fosse resolvida momentaneamente, através do escoamento do excedente para exportação, aliviando o nível dos estoques. Posteriormente, na década de vinte, a crise ressurge e para enfrentá-la os governos de Pernambuco e do Rio de Janeiro tiveram a iniciativa de implementar mecanismos reguladores da oferta para manter em níveis adequados o preço do açúcar. Houve um debate com empresários promovido pelo governo de Pernambuco junto com o Instituto Pernambucano de Defesa do Açúcar, cujo resultado foi o surgimento do Plano Geral de Defesa do Açúcar, da Água Ardente e do Álcool, que viriam a influenciar as políticas de intervenção estatal após 1930. De modo geral, as políticas de intervenção estatal do período assinalado evidenciam a grande influência dos produtores do setor perante o poder do Estado, uma vez que tais políticas eram compostas basicamente das propostas elaboradas pelos produtores.

Musacchio e Lazzarini (2014) classificam o período correspondente a segunda metade do século XIX até por volta do início dos anos de 1930 como a fase rudimentar do capitalismo de Estado no Brasil. O Estado atuava ao oferecer garantias contra eventuais fracassos para alguns setores específicos. Foi a partir dos anos 30, como resultado da crise econômica internacional, que o presidente Vargas passou adotar uma política econômica cada vez mais intervencionista, a fim de promover a industrialização por substituição de importações, tendo

em vista que naquele momento a iniciativa privada não queria ou não era capaz de assumir os riscos necessários à criação das novas empresas. Como consequência, o Estado brasileiro tornou-se um empreendedor forte em várias atividades econômicas.

3. Da crise dos anos 30 até o final dos anos de 70: o IAA, os excedentes do açúcar e o auge da intervenção estatal.

Em Vian (2003), a crise econômica de 30 afetou o açúcar também pelo lado da oferta, pois, com o mercado externo deprimido, os cafeicultores paulistas optaram por aumentar a produção de cana na tentativa de minimizar as perdas causadas pela queda no preço internacional do café. Neste período, a produção paulista de cana teve uma rápida expansão e também surgiram os primeiros conflitos de interesses com os produtores nordestinos. Foi neste contexto de acirramento das dificuldades que os empresários do setor reforçaram o apelo à intervenção direta do Estado para mediar os conflitos e regular a atividade.

O primeiro dispositivo que marcou a nova fase de intervenção no setor sucroalcooleiro foi a resolução do Ministério da Agricultura para criação de Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor (CEAM), com o propósito de pesquisar e estimular a produção de álcool anidro para ser utilizado na mistura com a gasolina. O interesse na produção do anidro seria tanto para ajudar a regular os estoques de açúcar quanto para diminuir a importação do petróleo.

Lima (1992) comenta sobre a sanção, no ano de 1931, do decreto 20.401 que obrigava os produtores a depositarem em armazéns especificados pelo governo um total de 10% do açúcar que saia das usinas para o mercado, visando manter um estoque regulador e destinava para exportação o excedente dos estados em que a retenção necessária ficasse acima dos 10%. Porém, o decreto permitia o pagamento de uma taxa pelo produtor ao invés da retenção física do açúcar. A implantação dessas medidas de controle satisfez os produtores tanto da região Nordeste quanto da Centro-Sul, pois promoveu momentaneamente a expansão da produção nas duas regiões. Por outro lado, isso acabou por gerar as bases da crise de superprodução futura.

De acordo com Vian (2003), em 1933 se deu a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), fruto do resultado da fusão da Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor (CEAM) com a Comissão da Defesa da Produção de Açúcar (CDPA). Segundo Szmrecsányi (1976), os principais objetivos da criação do IAA seria equilibrar a oferta de açúcar no mercado interno através da produção do álcool, promovendo a instalação das destilarias em locais considerados estratégicos.

Em Vian (2003) o IAA buscava controlar a produção de açúcar estipulando uma cota determinada para os produtores. Mas, na prática, os empresários não respeitavam essa determinação, especialmente os produtores paulistas. Moreira (1989) salienta que os empresários acabavam usando suas influências pessoais junto aos funcionários do IAA para conseguir aprovação do aumento efetivo da cota estabelecida.

No ano de 1947, com o decreto 9.827, houve uma mudança de regras na concessão de cotas, que passou a vincular a cota da produção de cada estado de acordo com o seu consumo. Lima (1992) considera essa nova regra como sendo a impulsionadora da modificação do eixo da produção da região Nordeste para o Centro-Sul. Já Alves (1991) identifica neste decreto a existência de um entendimento do governo de que as melhores condições produtivas se encontravam no Centro-Sul. No final dos anos 50 e início dos 60 houve outra mudança na regra de concessão das cotas a fim de conter o aumento da produção do açúcar, num momento em que o consumo interno estava estagnado e não havia possibilidades de aumentar as exportações (Vian 2003).

Vian (2003) identifica também que nos anos 50 o cooperativismo surgiu no setor como uma forma de organizar os interesses das usinas para buscar um equilíbrio na negociação com os comerciantes/refinadores. As usinas individualmente representavam uma parcela muito pequena da produção total, além de não serem dotadas de estrutura para comercialização do açúcar.

No início da década de 1950, a união de usineiros do estado de São Paulo que visavam mais autonomia perante os comerciantes/refinadores deu origem à Cooperativa Piracicaba de Usinas de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo e à Cooperativa de Usineiros do Oeste de São Paulo. Posteriormente, já ao final da década, a Refinaria Paulista se juntou às duas cooperativas citadas e como resultado da fusão das três organizações foi fundada a Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR). Esta cooperativa passou a compartilhar com o IAA algumas funções de financiamento e comercialização do açúcar e do álcool dos usineiros paulistas. Neste período, a COPERSUCAR passou a representar o exemplo mais bem-sucedido de união e coordenação do setor sucroalcooleiro e seu êxito durou até meados dos anos 70, quando houve uma reversão da tendência de expansão do setor e tiveram início às primeiras divergências de interesses no interior da cooperativa. A criação da COPERSUCAR contribuiu diretamente para reforçar a integração vertical do setor sucroalcooleiro paulista, considerando que a cooperativa possibilitou que os usineiros agregassem valor ao seu produto.

De acordo com Baccarin (2005), o primeiro choque do petróleo ocorrido em 1973 teve um impacto importante sobre a economia brasileira, pois este produto representava, em 1974, cerca de 40% do consumo nacional de energia, agravado pelo fato de que, o Brasil importava cerca de 80% do petróleo que consumia. A elevação substancial do preço do barril do petróleo em 1973 foi responsável por desequilibrar a Balança Comercial Brasileira, causando déficits de US$ 4,7 bilhões em 1974 e de US$ 3,5 bilhões em 1975. Para piorar a situação, o déficit das Transações Correntes saltou de US$ 1,7 bilhão, em 1973, para US$ 7,1 bilhões, em 1974, e US$ 6,7 bilhões, em 1975, contribuindo para o déficit do Balanço de Pagamentos em 1974 e 1975, e, consequentemente, diminuindo as reservas cambiais brasileiras. Vian (2003) afirma que o PROÁLCOOL, ao ser implantado oficialmente em 1975, objetivava, por um lado, diminuir a importação do petróleo e, por outro lado, aumentar a utilização da capacidade instalada das usinas. Sua criação refletiu a força política dos usineiros, já que o projeto aprovado pelo governo apresentava um conteúdo[4] parecido com o trabalho publicado em conjunto com a Associagas, cujo título era “A Fotossíntese como Fonte de Energia”.

Os trabalhos de Castro Santos (1993), Numberg (1979) e Pelin (1985) relatam que a implantação do programa governamental de estímulo da produção do álcool como uma solução tanto para a crise do setor canavieiro quanto para a diminuição da importação do petróleo, foi precedida por uma série de debates e conflitos entre os vários agentes envolvidos e as decisões tomadas refletiram os interesses daqueles que possuíam os maiores poderes políticos e econômicos.

O primeiro embate discutiu se as destilarias seriam anexas as usinas ou se seriam unidades produtoras autônomas. A posição do IAA, apoiada pelos produtores nordestinos, defendia que as destilarias fossem autônomas e situadas em regiões de fronteira. Enquanto que a COPERSUCAR, representante dos interesses dos usineiros paulistas, defendia a produção do álcool anidro em destilarias anexas às usinas, pois o estado de São Paulo era o maior produtor de álcool anidro do país e as usinas estavam com capacidade ociosa e excesso de cana para ser processada. O resultado desse embate foi um documento de 1974 que sugeriu a implantação do PROÁLCOOL com aproveitamento da capacidade ociosa das usinas paulistas e sua expansão futura através de implantação de destilarias autônomas.

A posição da COOPERSUCAR, em favor da produção do álcool anidro pelas usinas e contra as destilarias autônomas, demonstrava que seu interesse era a produção de álcool como

4 A cana de açúcar é apontada como a principal matéria-prima na produção do álcool que na prática foi a única. Enfatizando a boa produtividade agrícola e industrial da cana, a capacidade ociosa das usinas, a possibilidade de iniciar a produção de álcool no curto prazo e a geração de empregos. Ver Vian (2003)

produto regulador da oferta de açúcar, o que acarretou, um pouco antes da implantação do PROÁLCOOL em 1975, o desligamento de alguns usineiros da cooperativa que formaram uma nova entidade, a Sociedade de Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (SOPRAL), marcando assim a divisão do setor canavieiro em dois campos de interesses distintos. De um lado estavam as usinas vinculadas à COPERSUCAR, que defendiam a produção do álcool anidro como um regulador da oferta de açúcar e, de outro, estavam as destilarias autônomas, que buscavam se aliar com a indústria automobilística para viabilizar a produção do motor de carro movido a álcool hidratado.

Com o PROÁLCOOL, a COPERSUCAR bem como sua via política, a Associação dos Usineiros de São Paulo, que em momento anterior chegou a representar praticamente 100% dos produtores paulistas, passaram a ter concorrentes institucionais e comerciais como a Sociedade dos Produtores de Álcool e, mais tarde, a empresa de exportação e comercialização de álcool, Ethanol Trading. Na fase de implantação do programa teve a participação importante do Centro de Pesquisas Aeroespacial (CTA) nas pesquisas e testes com os motores a álcool. Foi através do CTA que o presidente Geisel tomou conhecimento da pesquisa do álcool como combustível carburante e se tornou um dos seus maiores defensores.

De acordo com Szmrecsányi (1976), o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) foi instituído pelo decreto nº 76.596 de 14/11/1975 e visava expandir rapidamente a produção de álcool para viabilizar seu uso progressivo como combustível e, consequentemente, fazer face às tendências de desequilíbrio que o balanço de pagamentos brasileiro enfrentava naquele momento.

Para Vian (2003) a primeira fase do PROÁLCOOL, de 1975 a 1979, foi caracterizada pelos incentivos dados à produção de álcool anidro, pelo governo através do IAA com linhas de crédito, investimentos altamente subsidiados pelo Estado e garantias de compra do produto de maneira que fosse indiferente para usina produzir álcool ou açúcar.

Esse mesmo autor denomina a década de 70 como o auge da intervenção estatal no setor sucroalcooleiro, em acordo com Musacchio e Lazzarini (2014) que classificam esta década, especificamente o período de implantação do PROALCOOL, como o apogeu do capitalismo de Estado no Brasil e da interferência estatal na economia. Muito embora seja mais comum entre historiadores e sociólogos a ideia de que esse apogeu da intervenção estatal no Brasil tenha ocorrido nas décadas de 1940 e 1950, no período do governo Vargas.

4. As Mudanças Institucionais e o Setor Sucroalcooleiro no Brasil

O objetivo desta seção é abordar as principais mudanças institucionais ocorridas no Brasil que tiveram reflexo sobre o setor sucroalcooleiro, a partir dos anos trinta até a implantação do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) pelo governo do regime militar brasileiro, em 1975.

De acordo com Gala (2003), os estudos de Douglass North, somado ao de outros autores, sobre a relevância das instituições em uma sociedade, deram início ao programa de pesquisa da denominada Nova Economia Institucional, cujos principais conceitos teóricos estão presentes em suas obras.

North (1981) sustenta que o desenvolvimento econômico de uma nação necessita ser abordado na sua relação com o Estado, cujo conceito aqui se refere a uma convenção acordada entre os seus integrantes que organizam suas formas de representação e elegem procedimentos e rotinas para alcançar um nível de bem-estar. North (1981) atribui ao Estado uma importância central, na medida em que ele deve ser capaz de elaborar e de fazer cumprir as regras formais na sociedade. Através do que o autor chama de *enforcement*, o Estado deve garantir que a base legal seja respeitada e cumprida pelos agentes.

A definição conceitual de Estado para North (1981) está associada a ideia de direitos de propriedade e regras de produção, pois considera que a performance de uma economia é definida pela estrutura de propriedade constituída pelo Estado. Ele explica que o modelo de Estado resulta da dinâmica entre duas forças atuantes. A primeira é denominada *ruler*, cujo objetivo é definir regras para obter o máximo de receitas sobre a propriedade e a produção. A segunda são os *constituints* que abrem mão de uma parte de seus direitos ao Estado em função de obterem serviços de proteção e justiça. Portanto, os *constituints* somente se submeterão ao *ruler* se o benefício por este oferecido for maior do que o custo de abrirem mãos de seus direitos. Aliado a isso, a estrutura de propriedade numa economia deriva da dinâmica estabelecida entre *ruler* e *constituints*. Quanto maior o poder dos *constituints* em restringir o poder do *ruler*, mais eficiente será esta estrutura de propriedade. Posteriormente, North enriqueceu o seu modelo com o acréscimo de grupos de interesse ao invés de um simples *ruler.*

North (1990) busca compreender a dinâmica institucional a partir das organizações, já que elas são consideradas os principais agentes numa sociedade. Elas atuam para maximizar seus ganhos investindo, na margem, em atividades econômicas ou políticas. Ao enfrentarem mudanças inesperadas no ambiente econômico, as organizações agem de duas formas para

buscar novas oportunidades de ganho, ou tentam rearranjar-se em relação às suas atividades econômicas; ou investem esforço para provocar mudança da matriz institucional.

Ao agirem dessa forma, as organizações afetam as variáveis políticas e econômicas. Quando suas ações se voltam para o campo da política, para que ocorra uma mudança nas regras, nas leis, nos contratos, nas normas, teremos uma mudança institucional. Entretanto, quando não houver a presença de estímulos para as organizações alterarem as instituições numa sociedade, North (1990) classifica esta situação de “equilíbrio institucional”

Para North (1973) algumas economias conseguiram atingir o crescimento econômico de longo prazo, na medida em que foram capazes de desenvolver arranjos institucionais que estimulam as atividades produtivas. Assim, as causas do desenvolvimento econômico sustentado devem ser investigadas anteriormente às variáveis tradicionais do crescimento e o segredo para alcançar o crescimento está na construção de regras ou arranjos institucionais que estimulem a acumulação de capital físico e humano.

Outro conceito importante da visão de North (1990) são as ideologias na medida que exercem função primordial no desempenho das economias, pois estão na base das regras formais e informais de uma sociedade. Explica que as decisões de agentes políticos estão impregnadas de ideologia assim como estão presentes na formação dos códigos escritos, e neste sentido elas são importantes tanto para a compreensão das regras e leis derivadas do sistema político, como pelo comportamento dos governantes, dos grupos de interesse e de outros agentes. Neste sentido, quando olhamos para a trajetória do setor sucroalcooleiro nacional verifica-se que há uma relação direta entre a sua evolução histórica com os condicionantes culturais da sociedade, bem como a sua relação com o Estado no desenvolvimento de sua atividade econômica.

O peso da herança cultural ocupou um espaço importante na determinação da atuação dos agentes econômicos do setor sucroalcooleiro brasileiro. Para entender melhor esta dinâmica institucional, buscamos em North (1990) o conceito de *path dependence*, que originalmente foi desenvolvido por Paul David e Brian Arthur, onde explica que determinados arranjos institucionais ineficientes são capazes de persistirem ao longo do tempo numa determinada sociedade, pois quando se está numa dada trajetória a tendência é permanecer nela. Portanto, o início de um processo é fundamental para determinar sua trajetória. A influência do passado incide diretamente no presente, o que explica muitas vezes a continuidade de instituições ineficientes. Considera-se que na dinâmica institucional as mudanças ocorrem de forma gradual, na medida em que se altera na margem as regras de uma sociedade.

Sobre o desenvolvimento e a trajetória do setor sucroalcooleiro no Brasil nota-se que diversos fatores como crises econômicas, mudanças na legislação e políticas de intervenções diretas do Estado, foram responsáveis por definir sua estrutura seja com modificações, manutenção ou aprofundamento das suas características nos diferentes períodos abordados.

Fato é que a participação do Estado na definição de políticas no Brasil tem acompanhado a história do país desde o início do período colonial. Ao mesmo tempo, tem-se observado a atuação dos grupos econômicos junto ao Estado procurando acumular privilégios ou se posicionar melhor em relação aos concorrentes, quando o Estado passa a ser visto como um sujeito a quem se recorre como parceiro na regulação ou na atuação em diferentes graus. Neste caso, as instituições, como o Estado e as políticas públicas, a cultura organizacional, a estrutura social e a forma de organização dos agentes econômicos e sociais têm uma importante atuação no desenvolvimento e evolução das estratégias empresariais.

Observou-se que, a partir da década de trinta, com a crise econômica, houve o aprofundamento da atuação do Estado na economia brasileira como um todo e consequentemente no referido setor. Com intuito de mitigar os conflitos intrasetoriais existentes, a intervenção governamental se deu tanto pelo mecanismo das "cotas de produção" como pela administração de preços. Nesse sentido, a regulamentação constituiu-se num elemento determinante da história do setor sucroalcooleiro que acabou por determinar a subordinação das estratégias individuais das empresas a uma regulação geral estabelecida pelo governo.

Já na segunda metade dos anos quarenta, destacou-se o surgimento de um decreto do governo brasileiro que alterou a concessão de cotas, vinculando a produção de cada estado de acordo com o seu consumo. Esta nova regra foi responsável por impulsionar ainda mais a produção açucareira no estado de São Paulo e na década seguinte, contribuiu para o crescimento da sua produção, caracterizado pela concentração técnica e pela procura de terras mais férteis e mais bem localizadas. Consequentemente, observou-se uma maior integração de capitais do setor na região Centro-Sul, especificamente em São Paulo. Enquanto que na década de 1950, nota-se o surgimento do cooperativismo como um importante agente com o propósito de representar os interesses das usinas frente à negociação com os comerciantes/refinadores, o que possibilitou a redução de riscos e dos custos de transação ligados ao mercado.

No final da década de 50, a integração do setor paulista foi reforçada com a constituição da COPERSUCAR, considerando que a cooperativa contribuiu para que os usineiros agregassem valor ao seu produto. A COPERSUCAR representou um bom exemplo

de organização que promoveu a união e coordenação do setor sucroalcooleiro cujo êxito durou até os anos 70, quando surgiram as primeiras divergências entre seus integrantes. Finalmente, na primeira metade dos anos 70, ocorreram outras mudanças no ambiente econômico, reflexo direto do primeiro choque do petróleo, e, logo em seguida, o setor se deparou com uma crise de superprodução.

A aglutinação de grupos de interesses diferentes dentro do setor, cujos agentes buscaram investir no rearranjo de variáveis políticas e econômicas, visava alcançar novas formas de ganho frente às mudanças do ambiente institucional. Constatou-se que a implantação do PROALCOOL foi precedida por uma série de debates e conflitos entre os vários interesses dos agentes envolvidos, mas as principais resoluções do programa governamental refletiram a prevalência dos interesses daqueles que possuíam os maiores poderes políticos e econômicos.

Diante dos fatos e especificidades apontados acima, nos parece possível olharmos para a história do setor sucroalcooleiro do Brasil e estabelecermos uma relação de diálogo com os preceitos teóricos da nova economia institucional, a fim de elaborar uma reflexão sobre os aspectos relevantes da evolução histórica deste setor adotando uma abordagem neoinstitucional.

5. Considerações Finais

A primeira parte do estudo apresentou uma revisão bibliográfica de autores que tratam da atuação do Estado, direcionando as atividades do setor, desde o início da administração colonial, passando pelo império até as primeiras décadas da fase republicana.

Na segunda parte o artigo analisou o período que se inicia na década de trinta, com a crise internacional marcando a alteração do ambiente econômico e como consequência houve um aumento da intervenção estatal na economia do país e especificamente no setor culminando com a criação do Instituto do Açúcar e Álcool (IAA) em 1933, trazendo consequências na sua dinâmica ao longo das décadas até os anos de 1970, quando ocorreu a implantação do PROALCOOL

Na última parte do trabalho buscou-se estabelecer uma relação dos conceitos teóricos da Nova Economia Institucional com a trajetória histórica do setor sucroalcooleiro no Brasil. Neste sentido, percebeu-se que o papel das instituições como o Estado, a formação cultural, a estrutura social e a forma de organização dos agentes econômicos e sociais, foi de fundamental importância no desenvolvimento e evolução da atividade deste setor no Brasil.

O setor sucroalcooleiro nacional detém uma importância histórica indelével não apenas por ser uma atividade econômica secular, mas também pela dimensão representada pelo valor de sua produção e exportação ao longo do tempo. Sobretudo, esta atividade conferiu aos que detém sua propriedade um enorme poder econômico e político. Esse poder que é muito antigo e arraigado deriva do fato de seus empresários serem também grandes proprietários de terra. Portanto, temos que a característica marcante do setor sucroalcooleiro nacional foi a produção integrada, ou seja, a atividade agrícola vinculada à atividade industrial. Chama a atenção que esta característica se encontrou presente no setor desde o início da atividade em nosso país e assim se expandiu. Nota-se também que a manutenção da produção integrada do setor foi possível devido a relação estabelecida entre o Estado e os detentores dos meios de produção. Estes exerciam sobre o Estado uma pressão organizada que permitiu a obtenção, a manutenção e mesmo a ampliação dos seus privilégios em detrimento dos interesses do restante da sociedade. Foi em função desses privilégios, com base num desmedido apoio estatal, que o setor manteve sua característica estrutural básica preservada, reforçada e mesmo ampliada ao longo de sua trajetória.

Diante de tais fatos apresentados, esta pesquisa pretende analisar como se constituiu e se expandiu o setor sucroalcooleiro nacional ao longo do período e o modo pelo qual se deu a sua interação com as modificações históricas, econômicas, sociais, tecnológicas e do ambiente institucional. Para tanto, torna-se necessário buscar entender como o setor pensa a política de expansão e desenvolvimento, bem como perceber os diferentes interesses e motivações dos agentes produtivos no desenvolvimento do setor. E, finalmente, procurar compreender e embasar as discussões em torno dos personagens e grupos por detrás das políticas e dos interesses atinentes ao setor sucroalcooleiro.

Outro aspecto importante a ser levantado é que as políticas governamentais de estímulos à produção ao setor sucroalcooleiro no período podem ter sido responsáveis por promover a expansão do mesmo, porém acabaram por reforçar sua estrutura de produção integrada e contribuiu para que a modernização ocorresse de maneira a manter essa herança do passado.

Por último, considero como hipótese geral deste trabalho, a possibilidade de que a produção do setor sucroalcooleiro nacional se tornou menos eficiente e competitiva, tanto na esfera de produção agrícola quanto industrial, quando comparado com seus congêneres de outros países, devido aos privilégios que o Estado dispensou aos empresários do setor, no período. Pretende-se, nas próximas etapas da pesquisa, desenvolver a hipótese geral adotada, evidenciando que o comportamento dos empresários do setor refletiu o peso da herança histórica, tendo em vista que a constante busca, manutenção e ampliação de favorecimentos

governamentais para a classe proprietária acabou acentuando um comportamento acomodado. Isso fez com que os empresários do setor nacional não buscassem fazer as melhorias necessárias para o aumento da produtividade e competitividade na mesma dimensão em que eram realizadas pelos seus concorrentes externos.

Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco J. da C. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto.** Campinas: UNICAMP, 1991. 347p. Tese de Doutorado.

ASSOCIAGAS. **Fotossíntese como fonte de energia.** São Paulo.

BACCARIN, J. G. **A constituição da nova regulamentação sucroalcooleira.** Brasília: UNB; São Paulo: UNESP, 2005.

CARVALHO, F. C. de et al. Estudo da Integração Vertical na Agroindústria Sucroalcooleira no Estado de São Paulo, 1970-92, Agricultura em São Paulo, SP, 40 (1):157-182, 1993.

CASTRO SANTOS. **Avaliação político-institucional do Proálcool: grupos de interesse e conflito interburocrático.** Planejamento e Políticas Públicas, IPEA, n. 1, p. 127-150, 1989.

EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910.** Campinas: Paz e Terra/UNICAMP, 1977.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003.

LIMA, J.C.S.**A intervenção governamental no setor açucareiro: ênfase à problemática do subsídio de equalização.** 1992. Tese (Doutorado). FEA – USP São Paulo, 1992.

MOREIRA, E. F. P. **Expansão, concentração e concorrência na agroindústria canavieira em São Paulo: 1975 a 1987.** 119 p. 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1989.

MUSACCHIO, A. LAZZARINI, S.G. **Reinventando o Capitalismo de Estado**. O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países. Capítulo 3: Evolução do Capitalismo de Estado no Brasil Editora: Cia das Letras 2014

NORTH, D. **Structure and Change in Economic History.** Norton, New York, 1981.

_____. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

_____ ;THOMAS, Robert P. **The Rise of the Western World**: A New Economic History, Cambridge University Press, Cambridge, 1973.

NUNBERG, B. **State intervention in the sugar sector in Brasil**: a study of institute of sugar and alcohol. 1979. Tese (doutorado). Stanford, 1979.

PELIN, E. R. **Avaliação econômica do álcool hidratado carburante no curto e médio prazos**. 1985. 280p. Tese (Doutorado). FEA USP – IPE USP São Paulo, 1985.

QUEDA, O. **A intervenção do estado e a agroindústria açucareira paulista.** 1972. Tese (Doutorado) Piracicaba. ESALQ/USP, 1972.

RAMOS, P. **Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil,** 1991. Tese (Doutorado em Administração). São Paulo, FGV, 1991.

SZMRECSÁNYI, T. **Contribuição a Análise do Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil**-Tese de Doutoramento- Instituto de Economia- Campinas 1976 UNICAMP.

VIAN, C. E. F. **Agroindústria canavieira: estratégia competitivas e modernização.** Campinas: Editora Átomo, 2003.

A Industrialização dos Meios de Violência durante o Século XIX

Thomas Victor Conti[1]

Resumo
Este artigo argumenta que a industrialização dos meios de violência foi um processo que ocorreu ao longo do século XIX, iniciada com a construção ferroviária e concluída pela emergência das primeiras fábricas de armas. Meu objetivo é reconsiderar o papel da mudança nos transportes e na produção serial de armas e munições para a organização militar e por consequência para o entendimento do imperialismo do último quartil do século XIX. Na primeira parte, a partir da história econômica do Império Britânico, demonstro como a construção ferroviária e a organização de economias nacionais permeadas por ferrovias alterou não apenas as escalas de produção, distribuição e gerenciamento como também aos poucos mudou o entendimento da organização militar: o transporte marítimo deixou de ser a única tecnologia com eficiência de custo para a distribuição em grande escala seja de mercadorias, seja de tropas. Na segunda parte, argumento que essas novas escalas de organização em conjunto com inovações militares nas novas indústrias armamentistas formaram o núcleo duro de mudanças determinantes que possibilitaram a expansão do imperialismo moderno do século XIX. Concluo apontando a necessidade de os historiadores econômicos pensarem simultaneamente as interações entre mudanças econômicas e mudanças militares para entender grandes fenômenos da escala da história econômica geral.
Palavras-chave: Ferrovias, Indústrias de Armas, História Militar, Guerra, Imperialismo
Área: História Econômica Geral

Abstract
This article argues the industrializations of the means of violence was a 19th century process initiated with railway building and finished by the emergence of the first weapon factories. My objective is to reconsider the role of changes in transports and serial production of weapons and ammunition to military organization and thus in how to understand late 19th century imperialism. In part one, based on British Empire history, I demonstrate how railway building and the organization of national economies interlinked by railways altered not only the scales of production, distribution and management but also progressively changed the understanding of military organization: maritime transport was no longer the sole technology capable of cost-efficient large distribution of commodities or troops. In part two, I argue these new scales of organization coupled with military innovations in arms industries were the core determining changes that enabled the expansion of modern imperialism during the 19th century. I conclude pointing the need for economic historians to think the simultaneous interactions between economic and military changes to understand large phenomena at general economic history scale.

Keywords: Railways, Arms Industry, Military History, Warfare, Imperialism

Introdução

Neste artigo buscaremos uma compreensão cuidadosa do impacto de dois longos processos: a grande expansão por terra das relações mercantis possibilitada pelo surgimento das ferrovias e o impacto que as primeiras fábricas de armas tiveram para reorganizar a forma de se pensar a guerra e o controle militar no Século XIX.

Enquanto o mundo no qual a Grã-Bretanha se alçou como potência hegemônica e nação industrial era um mundo rural onde praticamente a *única* forma controlada de transportar mercadorias em grande volume e escala se dava pelos mares, a expansão ferroviária vai aos poucos interligando novos espaços econômicos e permitindo que *economias nacionais*, interligadas com grande escala, volume, segurança, constância e rapidez, surgissem para além das cidades portuárias onde a acumulação de capital tradicionalmente se localizou. Como um dos resultados dessa expansão, o surgimento de novas

[1] Mestre e doutorando em Desenvolvimento Econômico (Área: História Econômica) pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Email: thomasvconti@gmail.com.

indústrias desde o nascimento atreladas aos novos sistemas de transporte por terra configurariam uma nova escala de organização da produção e da distribuição, onde grandes hierarquias gerenciais substituíam o trabalho administrativo tradicionalmente feito por famílias, como era o caso mesmo nas maiores firmas da Grã-Bretanha. Mostraremos assim como a configuração de economias nacionais muito vagarosamente passa a relativizar a centralidade geopolítica dos mares e rios.

Na segunda parte, iremos direto ao ponto da relação da indústria com a guerra. Exploramos como se deu e quais foram as consequências de algumas mudanças radicais na forma com que as redobradas capacidades industriais se relacionavam com a guerra – os meios de violência[2] e segurança, e as capacidades organizacionais necessárias para aplica-los. Ao caminhar para a formação de sistemas de produção que eram ao mesmo tempo amplos sistemas logísticos de distribuição, nasciam os contornos da administração científica de grandes fluxos operacionais – civis na maior parte dos setores da economia, porém militares na burocracia do exército e na indústria bélica.

Foi entre 1861 e 1871, com a Guerra Civil Americana e a Guerra Franco-Prussiana, que essas novas capacidades seriam aplicadas com sucesso na guerra, gerenciando trens, a distribuição de suprimentos, o deslocamento de tropas e batalhões, a comunicação por telégrafo, etc. Ademais, veriam nas novas indústrias de armamentos um ponto central e indispensável para a garantia da superioridade militar. Com os rifles de repetição e, posteriormente, com a metralhadora, a assimetria entre as sociedades capitalistas "avançadas" e o restante do mundo tornava-se esmagadora. Começavam as *"Guerras Capitais"*: a busca pela conquista econômica durante uma longa crise concorrencial (via monopólios), a busca por formar vastas identidades nacionalistas (via propaganda e os novos meios de homogeneização linguística), e a busca literal pela conquista do mundo (a corrida imperialista de divisão de esferas de influência, agora não limitada apenas às regiões próximas de mares e rios como no início do século).

Nosso objetivo é mostrar o impacto para a história econômica geral de mudanças simultâneas nas capacidades de organização e controle econômicas e militares. Entretanto, essa crescente capacidade inadvertidamente colocava diferentes grandes sistemas de controle nacionais em atrito uns com os outros, gerando uma multiplicidade de conflitos entre Estados-Nações para os quais suas capacidades de resolução eram parcas, dependendo em peso crescente das suas capacidades de dissuasão mútua na prevenção de guerras. O imperialismo moderno foi justamente a expansão crescente desse sistema de ataques e contra-ataques dissuasórios expandido para o mundo inteiro, fazendo uso das novas tecnologias de transporte e de armamentos.

O impacto das ferrovias na organização do espaço econômico e dos exércitos

O período conhecido como *Pax Britânica*, 1815-1914, longe de ser um "período excepcional de paz internacional"[3], foi moldado por uma nova geopolítica de dominância britânica onde a violência, a guerra e a ameaça de guerra foram utilizadas seguindo certos padrões, como o da *diplomacia das canhoneiras* para abrir mercados expressivos, e o uso da força para avançar na mercantilização da terra e na desorganização de formas não-mercantis de provisão social.

---

[2] Esse conceito será melhor definido e trabalhado em meu projeto de doutorado que já se encontra em andamento.

[3] Nas palavras de Peter Burroughs, "The result was an exceptional period of international peace when Britain's pacific approach to global trading relations, backed by industrial muscle, commanded general acceptance." Embora no momento seguinte o autor reconheça que o termo *Pax Britannica* foi dado a posteriori e que o nome derivava antes da falta de qualquer tentativa ou condição de contestar a supremacia naval britânica, da nossa perspectiva não há qualquer espaço para falarmos de um período caracterizado pela paz na escala global – a única forma de fazê-lo é recortando o espaço da Europa e generalizando-o como se ali representasse o mundo inteiro, ou se tomássemos um ponto de vista claramente anacrônico de que uma ameaça de guerra é algo pacífico só porque o lado mais fraco optou pela não resistência diante da clara percepção de que seria derrotado em um conflito aberto. Do ponto de vista dos contemporâneos, uma ameaça de guerra é sempre vista como algo violento – para visualizar isso basta imaginarmos o que seria hoje se os Estados Unidos ameaçassem algum país europeu, a China ou a Rússia com uma declaração de guerra para obter alguma vantagem em um acordo bilateral. No século XIX, isso aconteceu reiteradas vezes com a China, a América Latina, o Japão – fatos que curiosamente o próprio Burroughs relembra, porém volta a reafirmar a ideia do "período excepcional". Cf. Porter, Andrew (ed). *The Oxford History of the British Empire, Volume III: The Nineteenth Century*. Oxford University Press, 2001, pp. 323.

De modo geral, o prolongamento dessa organização era determinado pela articulação incontestada em nível mundial entre produção e distribuição, onde os maiores bancos e casas comerciais britânicas – tradicionalmente envolvidos no crédito internacional, nos serviços de transporte, seguros, fretes e construção e distribuição naval – aproximam-se em interesse e preocupação da maquinofatura propriamente dita a partir da invenção das ferrovias.[4] A velocidade, durabilidade, segurança e romantismo trazidos pela máquina a vapor deram o passo decisivo para que a influência britânica, até então restrita às cidades portuárias e aos espaços próximos dos oceanos e vias navegáveis, pudesse crescer para muito além dessas fronteiras. Se o desejo europeu pela conquista na arena internacional antecede esse período por vários séculos, muitos dos desejos escritos eram impossíveis de serem realizados na prática. Foi apenas com a ferrovia em mãos que qualquer ponto no território pôde ser imaginado como efetivamente alcançável e, talvez mais importante que isso, também *controlável*, embora fora da imaginação a realidade se provou muito mais complexa, gerando problemas que só se tornariam claros após 1900 diante de uma sucessão de crises diplomáticas internacionais.[5]

Antes de tudo, devemos reconhecer o quanto encarar as ferrovias – ou grandes obras de infraestrutura em geral – como objetos que podemos analisar encerrados em si mesmos caminharia na direção contrária do que seria um *entendimento histórico* da sua importância no período que nos compete. A ferrovia podia representar coisas inteiramente diferentes ao mesmo tempo, basta alterarmos o ponto de vista em análise. Para o migrante nacional e internacional, pode ser sinônimo de oportunidades a custos reduzidos; para o capitão da indústria, é uma parte indispensável e crescentemente naturalizada para o processo produtivo; para o engenheiro, é um inesgotável campo de estudo e experimentação; para o governante provinciano, uma oportunidade política única; para a administração do governo central, uma variável chave para organizar o "interesse nacional" sobre o território; para os credores e diretores empresariais, é um grande negócio; para os dissidentes contrários ao avanço da parafernália moderna sobre o modo de vida tradicional, talvez a ferrovia tenha representado a maior guilhotina criada até então; por fim, para a população de diversos países e colônias distantes dos meios ou da vontade de copiar a nova tecnologia, pode ter significado a derrota derradeira sobre a capacidade de manter alguma autonomia diante do avanço dos interesses europeus e americanos em suas sociedades.

Na verdade, grandes projetos de infraestrutura como as ferrovias são obras de difícil planejamento e caríssima execução, mas que uma vez realizados alteram significativamente as *possibilidades*, *condições* e *limites* da *organização social erigida sobre o espaço influenciado por elas*. De fato, tornam-se uma parte tão indissociável da *constituição do espaço* que com o tempo tomamos o que foi um arranjo complexo como um feito natural, e o que foi uma mudança de grande impacto passar desapercebida. É o que aconteceria por exemplo caso falássemos da invasão europeia na África até 1850 – que era quase exclusivamente um domínio de entrepostos comerciais litorâneos ou fluviais – como se fosse o mesmo que o projeto de partilha da África de 1883, que ao menos em intenção já visualizava colonizar cada ponto do espaço continental por mais distante que fosse mediante projetos ferroviários, ou – o que seria ainda mais gritante – de 1820 como se fosse o mesmo que em 1880, ou que se fale das relações do Reino Unido com o sudeste asiático em 1875 como falamos em 1865, sem levar em conta a abertura do Canal de Suez ligando essas regiões em 1869 e mudando radicalmente a geopolítica desse longo

[4] Enquanto a grande expansão econômica que a Grã-Bretanha passava no século XIX evidenciou uma ruptura significativa nas quantidades produzidas em toda sorte de produtos, a quantidade de barcos produzidos ao ano permaneceu relativamente indiferente à essa expansão. Em 1913 às vésperas da Grande Guerra, foram produzidas 1.045 embarcações, enquanto em 1787 a produção fora de 1.427. Pode-se argumentar com razão que a comparação não é justa, uma vez que no século XVIII todos os barcos eram à vela, enquanto em 1913 três quartos da produção total eram barcos a vapor, maiores e mais sofisticados tecnologicamente. Entretanto, ao longo de todo o século XIX temos uma diversidade de estatísticas que mostram a lenta transição para a maioria dos barcos serem a vapor, e até o primeiro ano onde isso ocorre de fato (e apenas temporariamente), 1873, não se pode constatar nenhuma tendência ao aumento da quantidade de embarcações produzida, embora a quantidade transportada sofra um aumento significativo ano a ano. Ver as estatísticas de Mitchell, Brian R. *European historical statistics, 1750-1970*. 7ed. London: Palgrave Macmillan, 2007, pp. 419-420.

[5] Ver o livro seminal de Clark, Christopher. *The sleepwalkers: how Europe went to war in 1914*. Penguin UK, 2012.

percurso, apenas para dar alguns exemplos.[6] Em outras palavras, argumento que a expansão industrial foi *ressignificada* em suas causas e consequências pela criação e expansão de vastos sistemas ferroviários, uma discussão preliminar necessária para entendermos a ideia que queremos passar com o conceito de industrialização da violência e seu papel na história econômica.

Antes das ferrovias, a história do empreendimento industrial consistia em produzir mercadorias simples *e que já existiam*[7], porém a preços mais baixos, em escala ampliada de produção e de controle da força de trabalho. Emergindo em um sistema de mercado, as primeiras indústrias competiam via preços com modos de organização da produção distintos, ora de baixa produtividade e comando sobre o trabalho, como o sistema de *putting out*[8] das áreas rurais da Europa, ora de produtividade e controle do trabalho mais elevados, como as manufaturas têxteis da Índia.[9]

Mas, embora a produção industrial nascente tenha sido responsável por trazer grandes somas de riquezas ao espaço britânico (principalmente o urbano, embora desigualmente entre suas cidades), ela *não* alterou as bases desse próprio espaço, que ainda era predominantemente rural, articulado pelas vias navegáveis e os mercadores das grandes cidades portuárias britânicas, as companhias de comércio e marinha em suas conexões estrangeiras, seja com a Europa, a América livre e colonial, ou os entrepostos mercantes na Ásia, África e Oceania. Qualquer que fosse o poder econômico da capacidade produtiva britânica, os mercados externos do qual a manutenção da sua escala dependia estavam além do alcance de qualquer fábrica e fora da esfera de influência da maior parte dos capitalistas industriais. Por fim, as aplicações militares dos empreendimentos fabris até então disponíveis eram pouco expressivas, não contribuindo diretamente e em si mesmas para defender ou expandir o território político ou o espaço econômico britânico pela via armada.[10]

No ponto: *nenhuma* dessas considerações é válida para o investimento ferroviário. Em primeiro lugar, tanto a ferrovia em si, sua locomotiva, vagões e trilhos, quanto o serviço que prestavam, eram

---

[6] A mudança que grandes projetos de transporte e comunicação tiveram na história do longo século XIX foi tão radical, e o papel da tecnologia, do investimento e das ações e inações do Império Britânico para a execução delas tão central, que na verdade, não seria impossível contar a história do Império Britânico do fim das Guerras Napoleônicas até a Primeira Guerra Mundial como a história de homens preocupados com a realização de grandes projetos de engenharia, em sua busca incessante por lucros e na sua crença mitológica no progresso e no papel vanguardista da nação britânica em carregar a civilização rumo à unidade internacional... ao menos até que os limites políticos dessa expansão levassem às tensões e à morte do ideal de progresso nas trincheiras.

[7] Ao menos dois bens econômicos fazem exceção a essa regra, nomeadamente, a produção da maquinaria industrial em si e o conhecimento técnico especializado de engenheiros e operários qualificados. Não por coincidência, tanto o governo quanto grandes proprietários fizeram o possível para controlar o movimento de ambos, embora no longo prazo a luta tenha se provado impossível diante da engenhosidade dos esquemas de migração, contrabando e ofertas de trabalho no exterior. Para uma discussão detalhada desses pontos, ver Jeremy, David J. *Damming the flood: British government efforts to check the outflow of technicians and machinery, 1780–1843*. Business History Review, v. 51, n. 01, 1977, pp. 1-34.

[8] Embora a discussão sobre o sistema de produção doméstica e venda mercantil seja normalmente colocada nos marcos do problema da transição do feudalismo ao capitalismo, parte significativa dos autores que viemos citando falam sobre como a transição desse sistema para a manufatura e a indústria organizada foi mais lenta do que normalmente se imagina.

[9] Para um apanhado do debate sobre a estagnação e declínio das manufaturas têxteis da Índia pode, ver Twomey, Michael J. *Employment in nineteenth century Indian textiles*. Explorations in Economic History, v. 20, n. 1, p. 37-57, 1983.

[10] A exceção mais clara nesse quesito *seria* obviamente o setor dos estaleiros e da produção naval, *porém* é discutível se podemos chamar os estaleiros britânicos de uma indústria no sentido *fabril* do termo mesmo no início do século XIX. De um lado, diversos estaleiros empregavam mais de mil pessoas para a construção dos barcos. Porém de outro, eram poucas as máquinas-ferramentas utilizadas nesse processo, sendo o trabalho diretamente manual a regra – o que colocava barreiras à substituição da força humana pela força de combustíveis, à multiplicação da produtividade ao ponto de ampliar substancialmente o volume da produção e fazer os preços caírem, e por fim também à aplicação da ciência para alterar as ferramentas da produção e da organização do trabalho. Não há espaço para pontuarmos todas as questões específicas e importantes deste debate com a devida propriedade, porém dada a alta relevância do tema estou desenvolvendo um artigo para tratar apenas da produção naval e dos estaleiros na Grã-Bretanha.

novidades para o mundo das mercadorias.[11] Em segundo lugar, a ferrovia alterou de imediato, e com o passar dos anos e décadas alteraria ainda mais radicalmente, a relação da sociedade com o espaço e até mesmo com o tempo:[12] ao aumentar a velocidade dos deslocamentos e estender o alcance das vias de transporte por terra, aceleraram-se as trocas de informação essenciais para a efervescência cultural; os movimentos migratórios[13] e o turismo nacional e internacional passaram a ser elementos importantes do sistema interestatal; a articulação entre investimentos privados industriais e o papel ativo do governo na organização, regulação e administração torna-se praticamente forçado diante do grande conjunto de interesses que a passagem de uma ferrovia coloca em conflito (ver a Tabela 1) – entre agentes privados quando no território nacional e, no último quartil do século XIX, entre Estados Nacionais quando conectando metrópoles, ou metrópoles e colônias –; o controle preciso dos minutos para a organização ferroviária e do trabalho de seus oficiais para evitar acidentes e otimizar a estrutura dos trilhos impunha novos desafios e uma nova forma de encarar a gestão de um empreendimento, inclusive pressionando por novas inovações radicais na comunicação (o telégrafo); por fim, por ser o primeiro transporte com capacidade para a *distribuição em massa por terra*, o espaço econômico industrial deixa de ser *necessariamente* articulado com as grandes cidades portuárias e poderá expandir-se para fronteiras terrestres até então inacessíveis, *paulatinamente rompendo a hegemonia do espaço marítimo para a projeção de poder econômico e político entre Estados*. Em terceiro lugar, a ferrovia alterava a capacidade de assegurar e expandir mercados pela via militar, pois permitia a circulação de informações e tropas numa velocidade superior à de qualquer outro meio de locomoção, sendo uma vantagem decisiva de qualquer exército ou grupo econômico que detenha o seu controle sobre aqueles que não tenham acesso ao mesmo padrão tecnológico. Em outras palavras, no interior das fronteiras a ferrovia possibilita a transformação do *mercado interno* em *mercado nacional*, e em territórios distantes a possibilidade de aprofundar o controle econômico comercial-militar para o que podemos chamar de *dependência econômica estrutural*. Como colocaria Robert Baxter em 1866,

> *"Em um vasto número de casos as ferrovias fizeram mais que baratear o comércio, elas o tornaram possível. Ferrovias são a maior aproximação que a engenhosidade humana até então arquitetou para o tapete mágico das "Mil e Uma Noites", para o qual me aventurei a expressar um desejo. Por essas razões eu mantenho que nós devemos dar às ferrovias seu devido crédito e importância, como o chefe dos agentes que, nos últimos trinta anos, mudaram a face da civilização."* – Robert Dudley Baxter (1827-1875), economista e estatístico britânico, em seu trabalho *Railway Extension and its results*, publicado em 1866.[14]

---

[11] O que não implica dizer que não competiam com nenhuma forma de transporte anterior; discutiremos isso mais adiante.

[12] Esse foi um tema pouco debatido na historiografia sobre o século XIX, porém dos anos 80 até hoje esforços iniciados na geografia foram difundidos para outras áreas, e a crescente interdisciplinaridade necessária para responder às questões do século XXI levaram à grandes contribuições sobre como a sociedade cria e transmite cultural certas formas de percepção do espaço e do tempo. Sobre essa relação no caso das ferrovias e outras considerações muito importantes que vêm a instigar algumas das ideias aqui apresentadas com menor propriedade e detalhe, ver Schivelbusch, Wolfgang. *The railway journey: The industrialization of time and space in the nineteenth century*. Univ of California Press, 2014. Para uma discussão geral e extremamente erudita sobre como as mudanças do século XIX afetaram a visão dos britânicos sobre os conceitos de espaço e tempo, ver Buckley, Jerome Hamilton. *The triumph of time: a study of the Victorian concepts of time, history, progress, and decadence*. Belknap Press of Harvard University Press, 1966. Outros exemplos de grande interesse ambientados nos Estados Unidos podem ser encontrados no trabalho de Smith, Mark Michael. *Mastered by the Clock: Time, Slavery, and Freedom in the American South*. University of North Carolina Press, 1997.

[13] O tema dos movimentos migratórios internos ao Reino Unido é um polêmico tema revirado à exaustão pelos demógrafos, com conclusões divergentes. Para uma síntese de alguns debates e teses centrais, ver Pooley, Colin; Turnbull, Jean. *Migration and mobility in Britain since the eighteenth century*. Routledge, 2005. Para uma visão alternative e breve crítica dessa visão, ver Long, Jason. *Rural-urban migration and socioeconomic mobility in Victorian Britain*. The Journal of Economic History, v. 65, n. 01, p. 1-35, 2005.

[14] Baxter, R. Dudley. *Railway extension and its results*. Journal of the Statistical Society of London, 1866, pp. 588. Tradução livre. No original: "In a vast number of cases railways did more than cheapen trade, they rendered it

Tabela 1. Interesses envolvidos nos projetos ferroviários[15]

Tipo	Exemplos-chave	Ambições
Geradores de tráfego	Mercadores de centros comerciais Produtores de centros industriais Proprietário de mineradoras Proprietário de portos Proprietário de terras (agricultura, engenharia florestal, etc) Especuladores de propriedades (proprietário de terras em spas, resorts praieiros, possíveis áreas de viajantes, etc.) Outras ferrovias buscando alimentadores ou distribuídores para o seu tráfego	Baixo preço nos fretes
Fornecedores	Empreiteiras Promotores imobiliários interessados na venda de terras para terminais ferroviários, hotéis, etc. Profissionais em busca de mercado para seus serviços: engenheiros, procuradores, banqueiros Fornecedores de locomotivas, trilhos e outros	Alto preço nos produtos fornecidos
Governo	Correios em busca de transporte de correspondência Exército demandando o transporte de tropas	Benefícios políticos e sociais nacionais
Comunidade Local	Prefeitos e vereadores	Influenciar a política da companhia ferroviária para obter o máximo de benefícios indiretos locais
Investidores	Aristocratas, membros do parlamento Acionistas em busca de rendas acima da disponível em títulos públicos: viúvas, membros do clero, pensionistas aposentados, etc. Especuladores das finanças e corretores da bolsa de	Grandes dividendos e ganhos de capital (aumento no preço das ações)

Contudo, é importante termos em mente que em 1825, provavelmente nenhuma dessas considerações de longo alcance passavam pela cabeça do engenheiro George Stephenson ou da empresa *Stockton and Darlington Railway*, responsáveis pela abertura da primeira linha férrea movida a vapor do mundo, conectando o fornecimento de carvão da cidade de Shildon com a demanda das cidades de Stockton-on-Tees e Darlington, na Inglaterra. Na verdade, dada a grande quantidade de autorizações[16] que Stephenson teve de pedir até que fosse permitida tanto a construção dos trilhos quanto a utilização de uma máquina a vapor no lugar dos tradicionais cavalos para transportar os vagões, talvez a presença permanente das autoridades governamentais para a cultura do *laissez-faire* não lhe seria estranho, e as rupturas sociais e econômicas causadas pelo seu negócio talvez não tardaram tanto assim a fazer parte da sua realidade cotidiana, pois, dentre outros efeitos, a nova tecnologia soava um alarme de preocupação para os beneficiários de monopólios britânicos tradicionais, como o dos pedágios rodoviários do sistema de *turnpike trusts* ou a obrigatoriedade do transporte inter-regional de carvão ser

possible. Railways are the nearest approach that human ingenuity has yet devised to that magic carpet of the "Arabian Nights," for which I ventured to express a wish. For all these reasons I maintain that we ought to give railways their due credit and praise, as the chief of those mighty agents which, within the last thirty years, have changed the face of civilization."

[15] Casson, Mark. *The world's first railway system: enterprise, competition, and regulation on the railway network in Victorian Britain*. New York: Oxford University Press, 2009, pp. 285. Tradução livre feita por mim.

[16] Mark Casson produziu uma interessante tabela mostrando a quantidade de projetos que necessitavam de autorização governamental por década. Como era de se esperar, as ferrovias representam uma fatia enorme do total, chegando a mais da metade de todos os grandes projetos na década de 1860-1869. Ibid, pp. 46.

feito pela via fluvial ou marítima, ambos gerando renda segura e constante para uma miríade de comerciantes pequenos e médios.

Em termos de concorrência econômica, durante o longo século XIX a abertura de linhas férreas tendeu a pressionar a navegação e os interesses mercantes particulares, o que não quer dizer que o comércio não prosperasse a cada nova conexão ferroviária. Novas cidades e empreendimentos de grande escala começaram a ser realizados a partir da dinâmica concorrencial engendrada pelas ferrovias em solo britânico. Enquanto indústrias competiam via preços, desde o início a concorrência ferroviária competia principalmente em *estratégias* e *por territórios*, pois era desde logo claro que a construção de uma ferrovia garantiria aos seus proprietários uma forte e duradoura influência sobre a economia e a política das regiões adjacentes, podendo inclusive – como de fato o fez – atuar de forma a sabotar a execução de outros projetos rivais que acirrassem a concorrência nos marcos da região afetada.

Podemos identificar esse traço distintivo importante da empresa ferroviária mesmo no caso da primeira ferrovia a vapor aberta: em menos de 5 anos, já havia uma nova ferrovia do outro lado do rio Tee, onde a linha de Stephenson e seus sócios também desembocava. Sentindo-se pressionado, o banqueiro Joseph Deane, acionista na S&DR, chegaria a comprar uma fazenda que ficava bem posicionada nas margens do Rio para a fundação de uma nova vila, Middlesbrough, em 1830, com subsequentes projetos de construção de um novo porto no local, concluído em 1842. Os investimentos seriam recompensados dentro de pouco tempo conforme a demanda por minério de ferro crescia e se tornava nacional, e os novos acessos a importantes minas de ferro fariam a economia local multiplicar-se muito acima do que a economia do carvão tinha proporcionado.

Assim, estava na mente dos homens de negócio que cada ferrovia não era apenas uma forma de aproveitar o que as *possibilidades presentes* reservavam, mas também assegurar que caso novas oportunidades surgissem ou quaisquer formas novas de explorar os recursos das regiões adjacentes fossem descobertas, seu impacto seguramente se reverteria em rendas adicionais para o serviço de fretes garantido pela linha férrea, um *serviço* já tomado como *parte indissociável, naturalizada,* daquele *espaço econômico*. Na direção contrária, empreendedores individuais e trabalhadores em busca de novas oportunidades de emprego poderiam dar preferência por áreas com melhores e mais baratos sistemas de distribuição e transportes, revitalizando o vínculo entre ferrovia e crescimento econômico e o incentivo para construir, expandir e monopolizar o capital ferroviário. Em solo britânico, construir canais, estradas e portos era um negócio tradicional atrativo e bem consolidado, envolvendo grandes financiadores e mobilizando um conjunto considerável de mão de obra, de proletários a engenheiros.

Dentro de um intervalo de tempo muito curto surgiu uma espécie de mania ferroviária geral. As ferrovias transitaram de empreendimentos locais defendidos em termos do bem público para grandes empreendimentos nacionais defendidos em termos do ganho individual – embora a retórica do interesse nacional nunca tenha saído do horizonte do marketing ferroviário, já não era mais uma necessidade indispensável à viabilidade econômica de um projeto de expansão.[17] Afinal, como colocou John Ruskin:

> *"'Tempo é dinheiro'; as palavras formigam nas minhas orelhas para que eu não consiga seguir escrevendo. Ele não é nada melhor, então? Se nós pudéssemos entender completamente o que o tempo era – ele próprio –, isso não agregaria ainda mais à causa? Uma coisa da qual a perda e o ganho constitui a perda absoluta, e o ganho perfeito."* – John Ruskin (1819-1900), importante pensador britânico, em carta escrita em 1867.[18]

Essa importância do tempo derivada possui uma relação direta com o impacto de mudanças nos transportes para a organização humana. A relação é tão simples quanto essa: reduções no *tempo* de deslocamento *aumentam e diminuem* o *espaço*. Aumentam, pois o desenvolvimento dos transportes aguça a percepção dos sujeitos quanto à possibilidade e a facilidade de se locomover de um ponto ao outro; no mesmo intervalo temporal chega-se mais longe, com menor cansaço, e a dinâmica de abertura

---

[17] Casson, Mark. *The world's first railway system: enterprise, competition, and regulation on the railway network in Victorian Britain*. New York: Oxford University Press, 2009.

[18] Ruskin, John. *Time and Tide, by Weare and Tyne: Twenty-five Letters to a Working Man of Sunderland on the Laws of Work*. Allen & Unwin, 1867, pp. 61.

de novos caminhos presente no corpo social é progressivamente estendida mesmo para as regiões mais distantes e de difícil acesso conforme cada projeto prova-se bem sucedido, ampliando em termos absolutos o território efetivamente passível de ser acessado. Diminuem, pois ao mesmo tempo que os limites geográficos são puxados para cada vez mais longe, a distância relativa, medida em termos do tempo necessário para percorre-la, entre cada ponto no globo para com os demais pontos é sistematicamente reduzida, aumentando a densidade tanto dos espaços anteriormente acessíveis quanto dos novos. Como colocou George Godwin em defesa das ferrovias numa época em que estavam crescendo o número de críticos a esses empreendimentos,

> *"Se o "verdadeiro critério da distância é o tempo," – e quem pode duvidar? – o porto de Liverpool e a vila manufatureira de Manchester são agora dificilmente outra coisa que não um único lugar…"* – George Godwin (1815-1888), em sua *Appeal to the Public, on the Subject of Railways*, de 1837. [19]

De fato, a tendência cumulativa dessa relação dialética que simultaneamente expande e encurta horizontes foi percebida e amplamente explorada pelos britânicos, bem como rapidamente emulada. A concatenação de algumas melhorias tecnológicas com a conclusão de diversos projetos ferroviários que estavam ainda em gestação – é importante lembrarmos que cada linha demandava muito mais crédito e capacidade de planejamento do que quaisquer outros empreendimentos industriais da época – faria com que a malha ferroviária britânica dobrasse no intervalo de dois anos, chegando a 1560km em 1839. A quantidade de passageiros transportada, que em 1838 foi de 5,4 milhões, em 1843 já era quatro vezes maior, chegando em 21,7 milhões. Porém seríamos obrigados a considerar essas somas como demasiado pequenas se estendermos nosso horizonte de comparações até 1873, quando a malha ferroviária britânica transportava mais de 439 milhões de passageiros por ano, ou 20 vezes o número de trinta anos atrás. Mas não é só isso. Enquanto em 1843 realizava-se por ano e em média menos de uma viagem por habitante, em 1873 a sociedade britânica apresentava a incrível média anual de 13,64.[20] Com números como esses, é evidente que não estamos falando de meras mudanças em variáveis econômicas – o aumento do pagamento de tarifas de transporte para grandes grupos empresariais e financeiros em detrimento dos tradicionais serviços dos cocheiros[21] –, mas sim de uma mudança cultural radical na relação de uma sociedade com o seu espaço nacional e na relação entre a cidade e sua cultura urbana com a vasta área rural antes distante dos centros metropolitanos, porta de entrada de notícias, informações e histórias – e mitos – sobre o mundo inteiro. Contudo, tratando-se de um Império com uma vasta influência, tecnologia e experiência no manejo de assuntos internacionais, *a querela britânica rumo a unificação territorial não versaria apenas sobre a geografia de seu território insular original, mas rapidamente seria vinculada, pelos mesmos interesses que as financiavam, com o império ultramarino e os interesses econômicos das classes mercantis, financeiras e industriais britânicas*.

A industrialização da violência: a ruptura causada pelas fábricas de armas e os rifles de repetição

Até meados de 1840, tanto na Inglaterra como nos demais países que expandiam as malhas ferroviárias, a utilização do novo meio de transporte para fins militares não era reconhecida, ou ao menos não no contexto de guerras internacionais de maior escala: em território nacional, desde muito cedo os militares perceberam que as ferrovias permitiam o rápido deslocamento de tropas para suprimir protestos e movimentos rebeldes em áreas afastadas.[22] Na Inglaterra, no mesmo ano em que foi aberta a *Liverpool & Manchester Railway* (1830), ela seria utilizada para deslocar tropas e conter um protesto na Irlanda,

---

[19] Godwin, George. *An Appeal to the Public, on the Subject of Railways*. Vol. 39. J. Weale, J. Williams, 1837, pp. 31. Tradução livre do autor.

[20] Essa média foi obtida dividindo-se o total de viagens do ano de 1873 pela população somada da Inglaterra&Wales, Escócia e Irlanda tal como apresentada no compêndio estatístico de Mitchell, R. B. *British Historical Statistics*. New York: Cambridge University Press, 1988, pp. 12.

[21] A melhor estimativa que encontrei era de que tarifa ferroviária fosse em torno de metade do preço de um serviço de transporte a cavalo para o mesmo trecho. O comentário foi em uma nota de passagem, daí não ter dado ênfase.

[22] Wolmar, Christian. *Engines of War. How Wars Were Won and Lost on the Railways*. New York: Public Affairs, 2010.

fazendo em duas horas um percurso que levaria dois dias marchando a pé, com a vantagem das tropas não estarem cansadas ao chegar.[23] Em 1842, uma nova legislação permitia a utilização imediata das ferrovias a tarifas reduzidas quando para fins militares. Em 1848, o término da linha *Chester and Holyhead* permitia à *London and North Western* conectar Londres à Irlanda através de entroncamentos com outras linhas, assim tornando possível também formar um lucrativo contrato com o governo, interessado no transporte aprimorado para conter militarmente movimentos políticos na Irlanda,[24] que passava por uma grave crise social devido à Grande Fome de 1845-1848.

A Prússia talvez fora um dos primeiros países onde emergiu com maior clareza a consciência acerca da utilização militar das ferrovias, embora as ideias pioneiras de Friedrich Harkort (1793-1880), eminente capitalista industrial e empreendedor ferroviário do vale do Ruhr, não tenham sido aceitas a seu tempo pelos militares prussianos. Em 1832, Harkort já profetizava o poder das ferrovias em alterar a lógica da guerra e propunha trajetos de potencial interesse ao Estado prussiano, tanto para se defender "definitivamente" da França quanto para conectar a região do Ruhr à Prússia, então separadas por diversos Estados menores. O impacto conjunto da formação da *Zollverein* (união aduaneira) entre os Estados germânicos, a rápida expansão ferroviária pelos territórios germânicos e os exemplos de posicionamento estratégico de ferrovias visando a guerra dado pela Bélgica, faria com que ideias similares às de Harkort encontrassem um ambiente intelectual mais receptivo dez anos depois, quando Karl Eduard Pönitz (1795-1858) chamaria a atenção dos militares com o seu panfleto *Ferrovias e as Suas Utilidades do Ponto de Vista das Linhas de Operação Militares*. Como é amplamente conhecido, a maior preocupação militar alemã sempre foi a possibilidade de enfrentar uma guerra simultânea em seu front oriental e ocidental, problema que a utilização das ferrovias parecia convenientemente contribuir para uma solução viável. Apenas um ano depois, em 1843 o general prussiano Helmuth von Moltke (1800-1891), futuro chefe do Exército Prussiano, publicaria o tratado *Quais Considerações deveriam determinar a Escolha do Caminho de Ferrovias?*, onde argumenta, dentre outras coisas, que "Todo desenvolvimento de ferrovias é uma vantagem militar; e para a defesa nacional alguns milhões para completar nossas ferrovias é muito mais lucrativamente empregado do que em nossas fortalezas."[25] E não tardaria para os cabeças-de-Estado serem recompensados: durante a Primavera dos Povos em 1848, na Germânia assim como em vários outros países, a utilização conexões ferroviárias estabelecidas foram centrais para a vitória das forças conservadoras sobre a diversidade de movimentos populares em revolta.

Contudo, a clareza sobre a extensão do impacto militar causado pelas ferrovias só se mostraria em sua verdadeira grandeza para os observadores contemporâneos a partir da década de 1860, com o fim da Guerra Civil Americana, e quaisquer dúvidas sobre a mudança no padrão de guerra ficaram para trás após a Guerra Franco-Prussiana em 1871.

Com o tempo, movimentos de contestação à unificação possibilitada pelo alargamento do alcance, velocidade e controle do Estado e de grandes agentes econômicos das metrópoles sobre o território foram sistematicamente sendo deixados para trás nos discursos históricos, e não tardou até que a expansão destes fosse tomada como inevitável pelos fiéis devotos que o ideal do progresso civilizacional conquistara. A possibilidade de emergência do Estado-Nação moderno, com uma cultura, exército e economia de alcance generalizado foi sob diversos pontos de vista uma construção histórica do período pós-1815, e levada a cabo com capital e tecnologia inglesa, o país a que todos os nacionalistas fariam referência, como Friedrich List e seu sonho da Alemanha unificada, ou Alexander Hamilton e Henry Clay em seus argumentos pela autossuficiência das manufaturas dos Estados Unidos[26] e a necessidade de unificar economicamente o território nacional. Como dizia List no seu *Sistema Nacional de Economia*

---

[23] Este, junto com outros exemplos fascinantes do uso da ferrovia para a repressão policial e militar dentro do solo nacional, podem ser encontrados na obra supracitada em abundância maior do que pudemos reproduzir nessas linhas.

[24] Casson, Mark. *The world's first railway system: enterprise, competition, and regulation on the railway network in Victorian Britain*. New York: Oxford University Press, 2009, pp. 136-137.

[25] Gates, David. *Warfare in the Nineteenth Century*. Palgrave Macmillan, 2001, pp. 60-61.

[26] De acordo com Dana Frank, o movimento intelectual a favor da produção nacional e contra as importações tem origem muito anterior, datando do período de luta pela independência americana. Ver Frank, Dana. *Buy American: The untold story of economic nationalism*. Beacon Press, 2000. Capítulos 1 e 2.

Política, publicado em 1841: "A Inglaterra mostrou ao mundo quão poderosamente os meios de transporte controlam o aumento da riqueza, população e poder político."[27]

Já nas proximidades da década de 1860, elementos estruturais que vinham se alterando gradualmente nos bastidores irrompem para o foco das atenções dos observadores contemporâneos, alterando a percepção destes sobre os problemas de seu tempo e pautando novos encaminhamentos para questões antigas. Enquanto o período de 1803 a 1860 foi relativamente estável do ponto de vista da *produção industrial de meios de violência*, de 1860 em diante ficaria claro que indústria e violência, ou indústria e guerra, tornaram-se a face civil e a face militar da cobiçada moeda chamada *soberania*.

O Império Britânico atingiu e explorou as capacidades quase monopolizadas que detinha sobre a manutenção e coordenação de um vasto sistema mercantil e imperial baseado nos mares e no controle sobre o comércio com as mais ricas cidades portuárias. As características sociais do império (o suporte estatal aos grandes mercadores, os banqueiros interessados no crédito internacional e na abertura de mercados), organizacionais (as capacidades em torno da logística naval, diplomacia, conexões entre diferentes elites, proximidade com o Parlamento e os chefes de Estado, a cultura dos *gentleman capitalists* que reafirma a reprodução da estrutura familiar dos negócios) e técnicas (avançada tecnologia para construir canais e outras grandes obras de infraestrutura, bem como a melhor tecnologia naval da época e o sistema de maior volume de transportes do mundo) presentes no sistema mercantilista britânico foram passíveis de serem mobilizadas mediante o surgimento do investimento ferroviário como nova oportunidade de grandes negócios onde estes acúmulos prévios de capacidade eram aplicados com grandes ganhos econômicos e políticos.

Entretanto, com a difusão do novo investimento ferroviário e o seu transbordamento para outros países como a Alemanha e os Estados Unidos, os mares paulatinamente perdiam a sua centralidade enquanto espaço geopolítico primordial para sustentar uma hegemonia internacional. A possibilidade de articular regiões, povos e economias mediante a expansão ferroviária tendia a impor novas dificuldades às tentativas britânicas de orquestrar o equilíbrio de poder na Europa.

As consequências militares dessa reconfiguração do espaço econômico europeu (e mundial) viriam assim a partir do decisivo período de 1861 a 1871, marcado respectivamente pela Guerra Civil Americana (1861-1865) e pela Guerra Franco-Prussiana (1870-1871).

Em primeiro lugar, o uso extensivo do rápido e volumoso deslocamento de tropas de infantaria permitido pelas conexões ferroviárias provou-se decisivo em diversos combates, deixando claro para os generais do período o quanto dispor da malha ferroviária conforme estratégias militares de ataque e defesa podiam alterar a dinâmica da guerra. Segundo, o desenvolvimento das fábricas de armamentos, concomitantemente ao aperfeiçoamento da tecnologia dos rifles de repetição e criação de metralhadoras, permitiu armar grandes contingentes da população civil e treiná-los num espaço de tempo relativamente curto, ampliando a escala da mobilização e a quantidade de mortos. Terceiro, as duas guerras estavam estreitamente vinculadas à problemas associados com a *unidade nacional*: no caso americano, os crescentes atritos entre um país constituído na escravidão ou um país de trabalho livre, ou ter um país cujo território seria formalmente segregado nessas bases; no caso Alemão, o desejo da Prússia de Bismarck de romper a resistência dos estados germânicos menores para unifica-los em um único país, tendo que para isso provocar um ataque Francês para promover a cooperação interna, enquanto da parte da França a crescente insatisfação popular interna tornava uma guerra tida como de fácil vitória francesa uma possibilidade atrativa para aplacar os ânimos do povo. Por fim, embora os mares continuassem de suma importância, principalmente para o caso da guerra civil americana, a capacidade de grande mobilização por terra e os melhores armamentos da infantaria apontavam para um declínio relativo da capacidade de controle indireto de espaços pelo mar como suficiente para coibir ameaças externas ou arbitrar nos assuntos diplomáticos.

Essas mudanças foram determinantes para compor o cenário de múltiplas tensões na concorrência econômica e na rivalidade política internacional do fim do século XIX e início do XX. Algumas dessas tensões não teremos espaço para analisar aqui, mas cabe mencionarmos. São elas: primeiro, o surgimento de novos empreendimentos econômicos de grande escala, atrelados às novas tecnologias da Segunda Revolução Industrial ou ao setor de armamentos, impõem uma nova dinâmica concorrencial entre as empresas onde as vantagens de escala e escopo daqueles que realizam os maiores

[27] List, Friedrich; Colwell, Stephen. *National system of political economy*. JB Lippincott & Company, 1856, pp. 122.

investimentos de modo a obter as escalas mais eficientes podem rapidamente conquistar grandes fatias do mercado nacional e em diversos ramos passar para a concorrência com grandes grupos econômicos de países estrangeiros; segundo, o aumento no fluxo de informações sob a forma de livros, literatura e jornais, atrelado aos principais formadores de opinião urbanos e aos interesses em torno destes centros, somado aos ideais de progresso e unificação que vinham se gestando, possibilitam aos Impérios na Europa, na Rússia e do Japão tentar caminhar para a homogeneização da língua nacional, movimento que foi impulsionado ainda mais pelos concursos públicos, os exércitos de conscritos e a educação pública universal[28]; terceiro, conforme o estímulo ao ideal da "nação de iguais" tornava-se uma arma fundamental para promover a solidariedade das classes baixas na esfera nacional e forneciam apoio às empreitadas militares, o nacionalismo tendeu a ser difundido pelo globo, gestando diversas novas tensões dentro dos Estados onde os limites territoriais arbitrários não correspondiam aos auspícios das elites de homogeneizar etnicamente sua população. Nos Balcãs, o nacionalismo teria um componente altamente explosivo devido à divisão territorial realizada no Congresso de Berlim (1873). Nos principais países do jogo de força europeu, Inglaterra, França, Alemanha e Rússia, o nacionalismo expresso nos principais veículos de comunicação alterou a lógica da diplomacia e os sinais cruzados entre diplomatas, chefes de Estado e a "opinião pública" davam uma nova dimensão de complexidade aos administradores interessados em formar alianças e prever movimentações inimigas. Quarto e último, na arena internacional, a missão civilizadora ou o "fardo do homem branco" das nações europeias e dos Estados Unidos, somado às suas prepotentes ideologias nacionalistas que colocavam cada nação como dotada de uma supremacia inerente à sua condição humana, jogavam esses países (mais o Japão) para o front do embate racista e até do genocídio na África e na Ásia. Com a Partilha da África (1883) e as guerras do fim do século, o Imperialismo dividiu literalmente o mundo em esferas de influência hostis entre si em uma verdadeira corrida para assegurar o controle de territórios e defender o orgulho da supremacia nacional.

A Guerra de Secessão (1861-1865) chamou a atenção dos governos da Europa, que enviaram observadores oficiais para acompanhar os acontecimentos dos Estados Unidos para aprender novas estratégias militares, enxergar o uso da tecnologia e buscar meios de incorporar as novidades diante do desenrolar dos conflitos. Além deles, correspondentes de todos os principais jornais europeus foram também enviados. Como legado dessa ampla cobertura para as gerações futuras ficou também como provavelmente o conflito mais bem documentado e debatido de todo o século XIX. E, de fato, havia muito a ser aprendido pelos contemporâneos.

Pois, desde o seu início, a Guerra Civil mobilizou todo o aparato econômico e tecnológico desenvolvido até aquele momento na formação das táticas de batalha. Na tecnologia e produção das armas, destacaram-se os novos sistemas que permitiam aumentar significativamente a quantidade de balas atiradas por minuto, como o Spenser (tido como a mais importante inovação nos rifles em 50 anos[29]), o Winchester e as famosas armas Colt. Enquanto a tecnologia pregressa necessitava que os soldados carregassem pólvora em pó e pequenas esferas de metal para carregar suas armas, entre 1855 e 1865 os americanos avançaram em sistemas fundamentalmente novos onde o projétil e o agente explosivo eram combinados em uma bala no formato moderno tal como a conhecemos hoje. Esse novo design por sua vez permitiu o desenvolvimento de cartuchos padronizados com diversas balas fossem carregadas pelos soldados e rapidamente trocados, economizando o tempo de recarregamento durante o combate. Além disso, eram mais seguros por eliminar a pólvora em pó e o papel utilizado para carrega-la, ambos elementos altamente explosivos que causavam acidentes regulares, e ademais eram inutilizados caso começasse a chover, pois a pólvora ficaria molhada. Como resultado desses "avanços", o estilo tradicional de guerra de armas de fogo no qual todos os exércitos estavam acostumados a basear suas estratégias havia se tornado obsoleto, algo que foi percebido apenas lentamente – os generais ainda pensavam em termos dos ataques frontais das batalhas dos lentos mosquetes, o que em parte explica a alta mortalidade dos combates da guerra civil. Pois as novas armas eram capazes de atirar mais balas a uma distância maior, com maior precisão e com um menor intervalo temporal entre os disparos,

---

[28] Cf. Hobsbawm, Eric J. *A Era do Capital 1848-1875.* 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. pp. 137-160. Ver também: Hosbawm, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito, realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. pp. 125-158.

[29] Westwood, David. *Rifles: an illustrated history of their impact*. ABC-CLIO, 2005, pp. 72.

minimizando a eficácia dos ataques diretos e frontais da cavalaria e da infantaria característicos das táticas desde Napoleão. Os generais perceberam a mudança conforme o lado defensor mostrava-se cada vez em maior vantagem, tornando os ataques muito mais arriscados. Isto é, isso nos casos em que o lado defensor também possuía essa mesma tecnologia, como deixaria claro o então Alto Comissário britânico na China, James Bruce (1811-1863), em seu diário em 1858: "Vinte e quatro homens determinados com revólveres, e um número suficiente de cartuchos, podem atravessar a China do começo ao fim".[30]

Durante a Guerra Civil, a estratégia da guerra transitou aos poucos para grupos táticos de combate menores e muito bem armados que tentavam pegar o inimigo pelos flancos ou fora de guarda, com alguns soldados fazendo a proteção enquanto os outros avançavam. Nessa nova dinâmica, a organização do campo de batalha passou a ter um papel crescentemente decisivo para resguardar os soldados da chuva de balas que a guerra havia se tornado. O uso de troncos, barreiras e até mesmo trincheiras no chão tornaram-se prática comum na defesa do campo de batalha, embora àquela época as trincheiras fossem rasas e seu objetivo não era mais que um esconderijo temporário – muito diferente das que seriam cavadas em 1914, mas o princípio motivador da trincheira já estava ali: a necessidade de proteger-se das poderosas armas de repetição.

Os novos armamentos acrescentavam também a dinâmica da organização econômica como importante para o resultado final da guerra. A maior parte dos melhores e mais bem treinados generais e soldados do exército americano vinham do Sul do país, e haviam assumido o lado dos Confederados quando da eclosão da guerra. O Norte, com generais inexperientes e soldados voluntários ou recém ingressantes, tinha do seu lado o maior tamanho da sua população e – o que se provou decisivo – a economia mais bem articulada com o *espaço econômico nacional*. As principais inovações na tecnologia militar vieram de empresas sediadas nos estados do Norte, e a pressão das demandas de armas do governo americano pressionou a produção doméstica para a produção serial e fabril de armas, algo também inédito na história. Durante o conflito, isso não apenas resultou em tropas melhor equipadas, como ainda se tornou uma vantagem decisiva na medida em que o Sul não tinha meios de reutilizar alguns dos armamentos que conseguiam após uma vitória, e não possuíam um sistema manufatureiro desenvolvido capaz de copiar a tecnologia da produção armamentista do Norte. Conforme algumas armas do Norte passavam a ser produzidas em série, suas peças tornavam-se padronizadas e a facilidade de trocar peças quebradas por novas reduzia os custos de manutenção do exército. *De modo geral, escala e escopo, vantagens das grandes hierarquias gerenciais no contexto da concorrência econômica, tornavam-se também vantagens decisivas no contexto da guerra.*

A organização econômica geral também se mostrou decisiva por outras frentes. As conexões do telégrafo permitiam aos generais acompanhar simultaneamente os acontecimentos das frentes Leste e Oeste da guerra, tornando as dificuldades da Guerra Civil algo mais ou menos análogo do que seria uma guerra geral intra-europeia se considerarmos que o território americano é próximo em tamanho e que as batalhas se disseminaram por todo o país. Conseguir informações de qualidade de forma rápida e poder repassar as ordens para os batalhões – algo que sempre foi uma questão de vida ou morte – tornou-se ainda mais premente. A assimetria entre um exército em posse do telégrafo e outro que se comunique apenas com cartas e mensageiros a cavalo era ainda maior do que a assimetria entre estradas e os mensageiros de Roma e o sistema de entrepostos de Gengis Khan o foram com relação aos "bárbaros".

Ligadas de perto com a tecnologia do telégrafo, as linhas ferroviárias tornaram-se rapidamente instrumentos militares, algo que antes da Guerra Civil os americanos ainda não tinham percebido com clareza, embora na Marcha para o Oeste a estrada de ferro tenha sido decisiva para vencer os povos nativos e assegurar os territórios conquistados. Na Guerra Civil, apenas cinco dias após a tomada do Forte Sumter pelas tropas do Sul, um conflito na cidade de Baltimore colocaria as ferrovias no primeiro plano: tropas do Norte que precisavam atravessar a cidade haviam desembarcado pela linha férrea da região e deviam entrar numa outra linha a poucos quilômetros de distância, porém foram hostilizadas pela população local, dividida entre apoiadores do Norte ou do Sul. O impasse fez o governo de Lincoln decidir pela destruição de três linhas férreas que ligavam a cidade com o Norte do país para evitar uma

[30] Hanes, William Travis; Sanello, Frank. *The opium wars: the addiction of one empire and the corruption of another.* Illinois: Sourcebooks, Inc., 2002, pp. 212.

convulsão local ou uma batalha geral entre os residentes, e isolar o Norte de potenciais ofensivas.[31] O governo de Lincoln passou a coordenar com as empresas ferroviárias – ou tomar o controle delas, quando necessário – para construir novas linhas conforme os interesses estratégicos do exército da Federação, no caso, construindo uma linha que desviasse do interior de Baltimore. A necessidade de articular as redes ferroviárias com os interesses estratégicos da guerra civil levou já em 1862 à criação da *United States Military Railroads*, uma organização responsável por construir novas linhas, organizar linhas antigas, controlar linhas capturadas e realizar a manutenção das linhas necessárias para a guerra, sendo esta última uma das atividades mais decisivas no decorrer dos conflitos.

Batalhas e esforços de guerra voltados para destruir ou tomar o controle de uma linha férrea inimiga foram recorrentes durante toda a guerra civil, realidade que foi posteriormente retratada até em filmes de Hollywood.[32] Pois as ferrovias não apenas articulavam o território e permitiam o rápido deslocamento de tropas, como também possibilitavam mantê-las abastecidas em regiões distantes, prover suprimentos, munição, atendimento médico e reforços sempre que necessário. A organização desses sistemas de distribuição requeria "precisão militar" e grandes capacidades gerenciais e organizacionais para garantir que o enorme sistema de linhas férreas fosse coordenado sem falhas: o atraso de reforços de guerra ou a demora em entregar novos suprimentos poderia significar a derrota e um enorme prejuízo humano e material. A organização ferroviária americana foi paulatinamente caminhando para essas grandes estruturas hierárquicas[33] capazes justamente de fazer esse tipo de tarefa, e a guerra civil não apenas se serviu dessas capacidades em gestação, como também foi um motor importante para pressionar empresas, os órgãos de administração governamentais e o exército para novas formas de garantir a precisão da rede – o que envolvia obviamente garantir a eficiência organizacional de suas próprias burocracias.

Assim, as novas hierarquias gerenciais e o desenvolvimento de novas capacidades organizacionais de distribuição em grande escala no território, somado às eficiências de escopo das empresas americanas, permitiram o aperfeiçoamento da logística militar nos moldes das cadeias de distribuição (*supply-chain*). O engenheiro civil americano Herman Haupt (1817-1905) é tido como um dos principais nomes nesse processo de mudança pela sua engenhosidade e o papel central que desempenhou enquanto chefe da *United States Military Railroads*, desenvolvendo em apenas um ano os princípios gerais para a utilização das ferrovias no suprimento militar, como a prioridade para o transporte de suprimentos básicos e a hierarquização dos demais tipos de carga conforme o melhor uso das linhas, a necessidade primordial dos trens partirem no horário marcado mesmo que para isso não utilizem toda a sua capacidade, e a fundamental garantia de que nenhum trem deixe seu posto sem a total certeza de que haverá pessoal suficiente para descarrega-lo no local de destino, dentre outros princípios inovadores no manejo militar das ferrovias, comandos que seriam seguido à risca mesmo após deixar seu cargo e que garantiriam uma grande vantagem na organização da infraestrutura básica utilizada pelos exércitos da União. Não por coincidência, Haupt era também um influente engenheiro do setor privado das ferrovias, e a habilidade com que conseguiu organizá-las para uso militar veio justamente da experiência previamente adquirida – as trocas vinham dos dois lados, pois o conhecimento que obteve ao supervisionar toda a malha ferroviária federal também se provou vantajoso para suas atividades civis, as quais nunca foram abandonadas.[34]

Justus Scheibert (1831-1903), soldado prussiano que acompanhou o exército dos Confederados (Sulistas) nos Estados Unidos, não poderia iniciar seu relato de forma mais direta e ilustrativa:

> "O estudioso da Guerra precisa de exemplos: comunicações (sistemas ferroviários, o telégrafo, transporte veloz), tomando vantagem da terra e dos armazéns, sistemas de requerimento, e a coordenação e cooperação de

[31] Wolmar, Christian. *Engines of War. How Wars Were Won and Lost on the Railways*. New York: Public Affairs, 2010, Capítulos 2 e 3.
[32] *The Horse Soldiers*, 1959.
[33] Chandler, Alfred D. Jr. *Scale and Scope: the dynamics of industrial capitalism*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
[34] Para mais exemplos das inovações trazidas por Haupt e o seu papel decisivo, ver Wolmar, Christian. *Engines of War. How Wars Were Won and Lost on the Railways*. New York: Public Affairs, 2010.

> massas de tropas – esses aspectos do combate conforme eles ocorrem sob a pressão das balas. As recentes guerras europeias os oferecem bem como outros, assim como suas complicações. Infelizmente, apenas o oficial versado na *ciência militar* será capaz de apreciar o que eles significam para a estratégia; suas complexidades confundirão o iniciante. Por outro lado, *a guerra americana provavelmente se destaca como o livro-texto da guerra em distintas e básicas formas*. As circunstâncias simples, claras, provêm caso após caso de suma importância no gerenciamento de unidades grandes e pequenas."[35]

E as disparidades quanto à capacidade de organizar e coordenar essas tarefas não por coincidência se mostraram também desde cedo na Guerra Franco-Prussiana: enquanto os franceses detinham uma malha ferroviária mais extensa, sua organização era bem menos sistemática do ponto de vista das aplicações militares, e a miríade de empresas privadas que administravam diferentes linhas acabaram levando à perdas preciosas de tempo quando um grande contingente de tropas deveria se deslocar para o front ocidental com velocidade. Enquanto isso, as preparações de guerra do exército prussiano haviam se iniciado muito tempo antes do jogo diplomático de Bismarck levar os franceses a declararem guerra à Prússia. O deslocamento em massa feito através das ferrovias germânicas tornou a despreparada defesa francesa um obstáculo fácil de ser superado pelas armas e estratégias mais modernas. Enquanto a guerra civil americana perdurou por vários anos em conflitos mais ou menos equilibrados, a guerra Franco-Prussiana mostrava o quanto a assimetria na organização prévia da estratégia militar somada ao uso coordenado das novas tecnologias poderia levar a guerras muito mais rápidas do que a Europa conhecera até então, caracterizadas por um conjunto de conflitos esporádicos intercalados ao longo de muitos e muitos anos.

Na prática, a logística militar nada mais é que a utilização dos conhecimentos e da tecnologia acumulados através do aparato distributivo *do sistema econômico sob o comando de outra finalidade que não o lucro, e sim a violência ou sua contrapartida dialética, a segurança. Justamente por isso, ocorreu uma forte irradiação de inovações entre o setor de transportes, distribuição e serviços e as pressões da guerra civil.* Além das que apontamos anteriormente, muitas outras delas se provariam importantes, como o desenvolvimento da comida enlatada. Embora para nós possa parecer uma mercadoria trivial, para os contemporâneos foi uma incrível novidade. Enquanto na sociedade civil as classes médias podiam se regozijar da comodidade de não fazer compras diariamente e o fetiche de um armário cheio de suprimentos, os militares ganhavam um reforço fundamental para combater a principal causa mortis das guerras de então: a dificuldade de manter uma tropa em campo devidamente alimentada, a fraqueza decorrente da má alimentação e as temidas doenças que acometiam e devastavam regimentos inteiros conforme conjugavam-se os efeitos de um corpo fraco, ferimentos de batalha e a ingestão de alimentos estragados ou de baixa qualidade presentes no local. A produção da comida enlatada conjugada com a devida organização da sua distribuição pelas tropas permitia reduzir o número de mortos por problemas simples (aos nossos olhos) como a disenteria, permitindo manter a mobilização por mais tempo e chegar em regiões mais distantes. Na sua aplicação internacional, essa novidade se provaria indispensável para garantir que os projetos de conquista europeia na África fossem levados até o limite do território daquele continente, que tinha como um mecanismo importante de defesa até o último quartil do século XIX justamente as múltiplas doenças tropicais que acometiam os mal-alimentados soldados que se aventurassem a ir longe demais da costa. Em 1914, a manutenção das trincheiras por meses ou até anos a fio seria também impossível se não houvesse uma forma confiável de manter as tropas alimentadas em terras devastadas, distantes e potencialmente entulhadas de corpos moribundos em decomposição.

---

[35] Scheibert, Justus. *A Prussian observes the American Civil War: the military studies of Justus Scheibert*. University of Missouri Press, 2001, pp. 13. Tradução livre e grifos nossos. No original: "The student of warfare needs examples: communications (railway systems, the telegraph, rapid transport), living off the land and from the storehouse, systems of requisition, and the coordination and cooperation of masses of troops – these aspects of combat as they occurred under the gun. Recent European wars offer them and others, as well as complications among them. Unfortunately, only the officer accomplished in military science will appreciate what they mean for strategy; their convolutions will baffle the beginner. On the other hand, the American war probably excels as the textbook of warfare in discrete and basic forms. The simple, clear circumstances afford instance upon prime instance in the management of units large and small."

Até o momento, devemos perceber antes de tudo como todas as novidades que esses conflitos trouxeram para a realidade militar dos Estados Modernos gira em tornos de problemas em terra: a ferrovia, a infantaria, a logística do abastecimento de tropas em solo, as indústrias de apoio à produção de armas e suprimentos, etc. Nos mares, novas tecnologias também surgiam, ainda que sua disseminação era mais restrita e seus impactos não tão evidentes. De um lado, navios de guerra construídos para o uso do motor a vapor eram uma realidade na Grã-Bretanha desde o fim da década de 1830, e na década de 1850 outros países detinham tecnologias similares – os Estados Unidos usariam um destes barcos inclusive para submeter o Japão, pela diplomacia das canhoneiras e de forma análoga à utilizada pelos britânicos contra a China,[36] a abrir seus portos para trocas com os americanos em 1854. A verdadeira novidade na indústria naval eram os *ironclads*, navios de guerra construídos com armaduras de ferro que tornavam a guerra contra os anteriores navios a vapor de madeira bastante assimétrica. A França foi o primeiro país a produzir esses navios, engendrando uma corrida armamentista com os britânicos que logo lançariam suas versões. Durante a Guerra Civil Americana, ocorreu a primeira batalha entre dois navios dessa linha, o CSS *Virginia* contra o USS *Monitor*. Embora os *ironclads* já assinalassem a derrota de qualquer outra marinha do mundo que não fosse capaz de produzir navios da mesma categoria, os britânicos lançariam em 1869 o HMS *Devastation*, o primeiro navio a não fazer uso de velas e mastros para se locomover, um grande feito de engenharia pois requeria motores muito mais eficientes para compensar a não-utilização da força do vento. Durante um bom tempo foram os navios mais potentes nos mares, até surgirem os primeiros navios de aço na década de 1880 e, em 1906, a derradeira inovação do HMS *Dreadnought,* conhecido como encouraçado, uma inovação britânica que revolucionou a guerra nos mares e que estaria por trás da corrida armamentista naval entre o país e as demais potências do continente europeu, em especial a Alemanha.

Contudo, tomando um ponto de vista menos próximo da visão dos contemporâneos, as mudanças nos barcos em si foram bastante incrementais e impactavam mais diretamente apenas ao reforçar a verdadeira incapacidade de qualquer Estado que não conseguisse produzir armamentos similares manter sua soberania portuária e comercial e, do ponto de vista britânico, eram uma peça chave nos cálculos do equilíbrio de poder que envolviam manter a Marinha Real sempre maior que a soma das próximas duas maiores marinhas no teatro europeu.

Se alguns sinais de mudança na lógica naval despontavam, eram principalmente nas táticas de se defender dos navios, e não nos navios em si. O desenvolvimento e aplicação das minas navais (chamadas à época de "torpedos") ocorreu tanto na Guerra da Criméia pelos russos quanto na Guerra Civil Americana, e a tecnologia seria aprimorada com o passar do tempo até fazer parte das estratégias básicas de defesa de regiões costeiras. Em 1866 seria inventado o torpedo tal como o conhecemos pelo nome hoje, uma bomba-locomotiva capaz de se deslocar autonomamente pela água em linha reta até colidir com um alvo. Para nossos efeitos, o que esses desenvolvimentos apontam é para *novas capacidades de contra-atacar uma marinha forte sem ter que necessariamente construir embarcações do mesmo calibre e em número comparável*. Embora evidentemente o uso desses artefatos fosse restrito devido à avançada utilização de tecnologia manufatureira e da química de explosivos, nos conflitos entre as potências somavam mais um vetor oposto àquele do fundamento básico da hegemonia britânica, a assimetria na força e presença nos mares. Nas proximidades da Grande Guerra, os primeiros submarinos de combate bem-sucedidos, os U-Boats alemães construído pela empresa Krupp, somariam o espaço abaixo do nível do mar como um tabuleiro necessário para o cálculo militar, e mais um preocupante vetor contrário à marinha como força dominante da guerra e da projeção de poder entre potências.

Há ainda duas características centrais da Guerra Civil e da Guerra Franco-Prussiana: a escala da mobilização e a quantidade do número de mortos; e a contrapartida necessária para garantir a reprodução desse padrão, a utilização da imprensa e da propaganda. Como colocou John Stuart Mill,

> *"Estamos vivendo em uma era onde as guerras são feitas por nações em armas, e agora nós sabemos quão efetivamente uma nação armada consegue repelir uma invasão. Agora que nenhuma nação está armada a menos que a*

[36] Hanes, William Travis; Sanello, Frank. *The opium wars: the addiction of one empire and the corruption of another*. Illinois: Sourcebooks, Inc., 2002. E também: Wei, Yuan. *Chinese Account of the Opium War*. Shangai: Kelly & Walsh, Limited, 1888.

> *nação em armas esteja pronta para defender, nenhum país pode arcar com um exército de conscritos grande suficiente para esse propósito – e nós menos que todos, cujo sistema militar nos custa £100 por ano para cada soldado que nos fornece. Portanto nosso exército deveria ser todo o nosso povo treinado e disciplinado."* – John Stuart Mill (1806-1873), discurso público intitulado "Nossos gastos militares", em reunião convocada pela "Associação de Paz dos Homens Trabalhadores" para protestar contra a proposta do governo de aumento nos gastos com o exército, em 1871.[37]

John Stuart Mill, economista, filósofo e homem público, foi um atento intérprete dos acontecimentos de seu tempo e provavelmente o civil mais influente no debate público britânico enquanto viveu, atuando inclusive como Membro do Parlamento no fim dos anos 1860. O que ele via com grande preocupação era nada menos que o decorrer da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), e a sugestão do intelectual sobre como o Reino Unido deveria se articular para a nova realidade seria também profética quanto aos desenvolvimentos ulteriores do fim do século XIX e início do XX.

E de fato, do ponto de vista da escala e do número de mortos, estima-se que durante a Guerra Civil Americana tenham morrido pelo menos 620 mil soldados, o que coloca o número de baixas da guerra civil acima do total de qualquer outra guerra na qual os Estados Unidos se envolvera até hoje e maior até que a soma de todos os mortos nessas outras guerras. A brutalidade do conflito colocava como ordem do dia a necessidade de atrair novos recrutas jovens e saudáveis, e os governos do Norte e do Sul fizeram amplo uso dos novos aparatos da mídia para auxiliar no recrutamento, amedrontar a população e hostilizar, denegrir ou desumanizar o inimigo. No Sul, a estratégia foi pautar a guerra como uma questão de defesa de um modo de vida, que se expressava por exemplo no pôster *A Valsa da Miscigenação* (*An Amalgamation Waltz*) onde homens negros dançavam valsa com mulheres brancas e flertavam enquanto homens brancos apenas assistiam felizes ao fundo – em uma sociedade onde a mulher era vista quase como uma propriedade dos homens brancos, era uma tentativa de inspirar os medos reacionários da população branca do Sul para lutar contra o fim da cristandade branca, associando o fim da escravidão como uma suposta castração do patriarcado branco. No Norte, cartazes retratavam a desumanidade inerente da escravidão, mostrando negros sendo torturados ou homens brancos do Sul conversando sobre separar mulheres de seus filhos, ou maridos de mulheres, sem a menor piedade (algo que de fato acontecia recorrentemente), cartazes que buscavam aguçar o senso de justiça da população e também promover o recrutamento de negros para lutar pelo Norte. A nova tecnologia da guerra permitia também que os civis recém recrutados fossem treinados para a guerra com maior velocidade, algo que Stuart Mill também percebeu, quando disse que "... a recente guerra na América mostra quão bem e rápido soldados cidadãos aprendem."[38] *Em síntese, os dois lados evocavam elementos constitutivos do que imaginam como sendo essenciais para a futura* nação *americana unificada após o fim da guerra.* Embora se tratasse de uma guerra civil e não de conflitos xenófobos ou racistas como o fim do século XIX e início do XX assistiriam, já ali o problema da unificação levava à distinção e colisão violenta de dois projetos rivais e incompatíveis entre si.

Na Guerra Franco-Prussiana, o número de mortos foi bem menor, girando em torno de 150 mil, sendo a vasta maioria deles soldados franceses. Do lado francês, o uso da propaganda foi central para convencer a população profundamente descontente com o governo a apoiar o esforço de guerra. A exigência da mobilização em massa colocava a relação com a população civil no palco central dos conflitos militares e essa comunicação era a principal via onde o apoio era conquistado. O objetivo francês era promover a solidariedade interna através de uma rápida vitória externa contra a Prússia, no que seus generais imaginavam ser uma vitória fácil. Na Prússia, a propaganda foi voltada para a necessidade de defender os Estados Germânicos de um belicoso inimigo externo, apontando no sentido da união de forças – o objetivo de Bismarck era, afinal, a unificação definitiva da Alemanha.

---

[37] Robson, John M. *The Collected Works of John Stuart Mill, Public and Parliamentary Speeches, Vol. 2*9. Routledge, 1996, pp. 413, texto "Our Military Expenditure." As demais partes deste discurso de Mill são tão importantes quanto à citada neste trabalho, porém não foram incluídas por falta de espaço.

[38] Mill, John Stuart. *The Collected Works of John Stuart Mill*. Public and Parliamentary Speeches, Vol. 29, pp. 414.

Diante desse quadro geral, o que vemos é um grande conjunto de alterações que não foram meramente acontecimentos ou mudanças conjunturais, mas *elementos estruturais da organização econômica e militar* das grandes potências capitalistas. *A conjugação da tecnologia, da organização e da escala industrial com suas correspondentes aplicações militares e na indústria bélica configurou uma nova dinâmica na guerra e nos cálculos acerca da assimetria de poder entre os países industrializados e os não-industrializados, e também entre os próprios países industrializados na medida em que a tática e a racionalização científica dos assuntos militares somava-se à inovação econômica constante para instigar sonhos cada vez mais ambiciosos de alçar à posição de potência hegemônica mundial.* Em outras palavras, do período 1861-1871 até a eclosão da Grande Guerra – e talvez até os dias de hoje[39] – estruturalmente a tensão entre os países e a relação dos governos com a sociedade civil ficaria nos marcos da nova junção entre a indústria e a guerra, com as diversas consequências que ela traz para a política interna e externa dos países.

O intervalo que vai da década de 1870 até a eclosão da Grande Guerra foi um período histórico excepcional na *quantidade de graves tensões diplomáticas*, na *sobreposição de diferentes mapas mentais nacionais sobre os mesmos espaços internacionais ou estrangeiros*, e na *permanente tensão* entre as grandes potências quanto à possibilidade de um descuido levar à precipitação da catástrofe.

O imperialismo moderno emerge ao final do século XIX não como um fato *sui generis*, mas como a face mais visível e trágica do caótico cruzamento dos vetores de mudança que acompanhamos até aqui. Em linhas gerais, são eles: (1) a antiga herança de proximidade entre os interesses de lucros comerciais no exterior e as capacidades militares, principalmente navais, de *abrir* e *assegurar* novos e distantes mercados[40]; (2) a expansão do *território passível de ser alcançado pelas relações mercantis* conforme o avanço da ferrovia e do barco a vapor permitiam e pressionavam para o aumento das escalas de produção, a aplicação sistemática da ciência e a criação de hierarquias gerenciais com maior capacidade de controle organizacional, abrindo fronteiras de expansão econômica *antes inacessíveis* à indústria e ao comércio, e possibilitando a concomitante urbanização e disseminação da *cultura urbana* via imprensa escrita; (3) o surgimento de novas formas de *produzir*, *organizar* e *utilizar* a violência militar em maior escala e eficiência, gestadas, respectivamente, sob as inovações da indústria bélica, o uso militar das ferrovias e os exércitos de *cidadãos* conscritos burocrática e cientificamente organizados e abastecidos; (4) as *pressões concorrenciais* entre *grandes grupos* empresariais que viam no apoio estatal via tarifas protecionistas e subsídios uma válvula de escape para reduzir a incerteza nos negócios e minimizar os novos problemas que enfrentavam em seus *espaços econômicos nacionais* ou *internacionais* no caso das grandes casas comerciais; (5) por fim, mas não menos importante, a tendência à proliferação e ao reforço de múltiplas pautas políticas em prol de identidades nacionalistas, cada uma delas vistas como excludentes entre si e ademais aspirando a um certo ideal imaginado de qual o *espaço político* que *seu Estado* deveria ocupar para tornar-se a *manifestação física* do *potencial* social da *nação*. Na prática, como colocou John Palmer em 1902,

> *"Quando a ferrovia Cabo-Cairo for completada o "Continente Sombrio" não mais existirá enquanto tal, a África será cortada em duas, e a fragmentação restante tomará pouco tempo. Tribos que forem capazes de receber a civilização prosperarão, e as outras irão desaparecer. (...) A vantagem estratégica do selvagem consiste apenas na sua autonomia de comunicações; com comunicações estabelecidas, a vantagem estratégica passa para o soldado civilizado. O homem não permanece num estado selvagem na proximidade de uma ferrovia; eles são compelidos por influências irresistíveis a aceitar a civilização ou recuar. A ferrovia traz o madeireiro, o garimpeiro e o mercador, e*

[39] Esse argumento ainda será desenvolvido em trabalhos posteriores, constituindo uma das hipóteses centrais da tese do meu projeto de doutorado em andamento, ficando aqui apenas como provocação. Ver a Figura 5 na próxima página sobre a percepção de um contemporâneo à Guerra Civil Americana sobre os "contratantes de armas".

[40] Conti, Thomas V. *Guerras Capitais – um estudo sobre as transformações na competição econômica e na rivalidade política internacional: a Hegemonia da Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a Alemanha de 1803 a 1914.* Campinas: IE/UNICAMP, 2015 (Dissertação de Mestrado).

> *estes são seguidos de perto pelo latifundiário* [planter]. *Quando o soldado terminou o preparo da estrada do comércio, seu trabalho está de todo terminado. O soldado do comércio logo o libera do trabalho de reconhecimento e exploração* [exploitation].*"* – John McAuley Palmer (1870-1955), soldado do exército americano, em seu ensaio *A Construção Ferroviária como um Modo de Guerra*, publicado em 1902.[41]

A leitura de John Palmer merece a nossa atenção mais cuidadosa, pois coloca a conjugação de interesses e motivações por trás de *como* o imperialismo ocorreu, a soma das capacidades militares, os novos meios de transporte, o interesse comercial e uma visão particular do significado da civilização, todos voltados para a transformação do modo de vida de outras populações sob o planejamento de elites administrativas dos países centrais. O número de guerras entre países que possuíam as tecnologias militares e econômicas mais modernas e aqueles despossuídos dos meios de realizar as mesmas empreitas se intensificou nesse período.

Enquanto ainda faltam pesquisas que desnudem quais empresas europeias e americanas estavam de fato envolvidas e tinham interesses concretos a serem buscados nas novas colônias, temos que buscar os interesses gerais e a história de como se dera essa expansão imperialista com as informações que temos. Nesse quesito, a tradição da historiografia marxista sobre o tema, em especial a partir do clássico livro de Lenin, *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*, publicado em 1916 pouco depois de testemunhar a eclosão da Grande Guerra, dá grande ênfase à ligação entre grandes grupos capitalistas das novas indústrias características do "capitalismo monopolista" ou do "capital financeiro" e a busca por maiores fontes de matérias primas necessárias para a reprodução ampliada desse modo de produção. O problema emerge a partir do momento em que olhamos mais de perto os principais focos de tensão do expansionismo europeu e americano nesse período e vemos que, ao contrário de grandes áreas fornecedoras de insumos industriais básicos, estava no centro da disputa objetos de cobiça mais antigos, como o ouro e os diamantes – sequer mencionados por Lenin em seu trabalho[42] –, e o controle sobre regiões maiores e mais ricas do ponto de vista da sua organização social, como a Índia, a China e o Egito; por fim, o controle sobre os principais nódulos de articulação do sistema mercantil internacional, como o Canal de Suez (tomado pelos Britânicos em 1882) e do Panamá (tomado pelos americanos ao estimularem a divisão da Colômbia), a cidade de Constantinopla, o estreito de Gibraltar, o Mar do Norte, o Mar Vermelho e o Oceano Pacífico – região para onde os americanos focaram seus esforços imperialistas, com a guerra contra as Filipinas em 1899-1902.

Com o barco a vapor subindo rios africanos antes intransponíveis, na costa Oeste do continente durante o século XIX cresceu a demanda europeia por produtos como o óleo de palma – os "Rios de Óleo" da Nigéria[43] –, o amendoim, o cacau, o marfim, que também era objeto de grande valor comercial usado para fazer teclas de piano ou bolas de bilhar, e a borracha que seria extraída no Congo Belga, chamada mais tarde de "borracha vermelha" devido à quantidade de sangue humano que foi derramado para viabilizar a extração do produto. O ouro, embora fluísse pelas rotas comerciais tanto do oriente médio quanto da costa Oeste, ainda era de difícil exploração durante a maior parte do século XIX, embora na década de 1880 a descoberta de grandes reservas de ouro na África do Sul, que estaria no

---

[41] Palmer, John McAuley. *Railroad Building as a Mode of Warfare*. The North American Review, pp. 844-852, 1902. Tradução livre. No original: "The strategic advantage of the savage consists only in his independence of communications; with communications established, the strategic advantage passes to the civilized soldier. Men cannot remain in a savage state in the vicinity of a rail road; they are compelled by irresistible influences either to accept civilization or to withdraw. The railroad brings the lumberman, the prospector and the trader, and these are closely followed by the planter. When the soldier has prepared the highway of commerce, his work is all but done. The soldier of commerce soon relieves him in the work of reconnaissance and exploitation."

[42] Curiosamente, essa crítica, ao invés de refutar as considerações de Lenin sobre os monopólios capitalistas instaurados durante o imperialismo, apenas a desloca no tempo: ao longo do século XX esse movimento em suas motivações econômicas quanto à demanda de primários seria bem mais marcante do que o foi entre 1880 e 1914. A extração de matérias primas industriais na África é mais marcante a partir da década de 1930, sendo antes disso bem pouco expressiva.

[43] Martin, Susan M. *Palm oil and protest: an economic history of the Ngwa region, south-eastern Nigeria, 1800-1980*. Cambridge University Press, 2006.

centro dos conflitos da Guerra dos Bôeres de 1899-1902 junto com a ferrovia que conectava as minas do interior com a Cidade do Cabo. Em parte em busca dessas mercadorias, os europeus tinham uma série de obstáculos a serem enfrentados. Além das doenças tropicais como a malária e a mosca de tse-tse que era letal à criação de gado, as tentativas europeias de colonização da África sofriam com as dificuldades impostas pelo continente – e também pela população local, com diversas tribos e até Estados africanos impondo sérias derrotas em várias ocasiões, como fizeram os Ashanti, os Zulu e os Abissínios. Os avanços na medicina, na alimentação e na pura violência militar que ocorreram durante o século XIX foram assim essenciais para que *fosse possível* "partilhar" do continente africano.[44]

Na Índia, o "Holocausto Vitoriano" que tiraria milhões de vidas operou essencialmente mediante mecanismos de controle logístico do setor de transportes e a hierarquia comercial e política da administração britânica no continente.[45]

O problema com o qual nos deparamos e que conseguiremos apenas apontar um caminho de solução, é o do quanto a exploração econômica da África caminhou a passos lentos se comparada com o forte movimento político que precedera sua divisão territorial e anexação formal pelos impérios europeus. Com exceção dos metais e joias preciosas principalmente oriundas da África do Sul[46] e a devastação escravista que o rei Leopoldo II perpetraria no Congo em busca da borracha[47] (levando à morte por volta de dez milhões de pessoas, sem contar os que foram mutilados, tiveram seus braços ou pernas cortados, sem contudo morrer[48]), nem os europeus fizeram grandes exportações de capital ao continente nem as exportações de mercadorias que extraíam eram em volume ou valores muito atrativos, ao menos se comparadas com o que conseguiam obter com suas possessões na Ásia ou mesmo com o império informal sobre a América Latina.[49] O movimento de extração em massa de matérias primas e commoditties da África e a presença mais expressiva das exportações de capital ao continente viriam apenas após a Primeira Guerra, principalmente a partir de 1930.

De um lado, esse padrão reforça o argumento de que a anexação formal era antes um sinal reativo que expressava a fraqueza de obter ganhos pelas vias comerciais e diplomáticas, ou a combinação de ambas com o poderio militar no formato da diplomacia das canhoneiras, *do que a linha de frente das intenções expansionistas em nome do lucro*. Embora a população dos diversos países afetados pela colonização europeia tenha feito um grande esforço de resistência, a articulação dos vínculos informais não era de todo impossível, pois, mesmo para realizar a anexação formal foi necessário encontrar tribos locais para negociar, propor trocas e formar exércitos de não-europeus capazes de levar a cabo a exploração de contingentes ainda maiores de nativos.

De modo geral, o que a dinâmica da partilha da África e da expansão imperialista do fim do século XIX sugere é que talvez a transposição de problemas e rivalidades europeias para novos espaços tenha sido levado a cabo em uma intensidade muito maior do que poderíamos supor à primeira vista. A partilha da África parece ter *sido menos uma resposta a necessidades econômicas vigentes no momento em que foi feita* do que um *movimento reativo diante das incertezas quanto às possibilidades futuras das tensões entre os jogos de poder das grandes potências*, e em que medida novas descobertas de riquezas poderiam alterar o quadro geral dos cálculos políticos, econômicos e militares no contexto de acirramento das pressões concorrenciais e das rivalidades políticas.

---

[44] Mackenzie, John. The Partition of Africa: And European Imperialism 1880-1900. Routledge, 2005.

[45] Davis, Mike. *Late Victorian holocausts: El Niño famines and the making of the third world*. London: Verso, 2002.

[46] Uma análise do mapa britânico contemporâneo à partilha da África deixa claro que a posição geopolítica do território era o fator realmente determinante do interesse dos países europeus na partilha do continente. Ver o trabalho de White, A. Silva. *On the comparative value of African lands*. Read at a Meeting of the Royal Society of Edinburgh, 16th March 1891.

[47] Ewans, Martin. *European Atrocity, African Catastrophe: Leopold II, the Congo Free State and its Aftermath*. Psychology Press, 2002.

[48] Hochschild, Adam. *King Leopold's ghost: A story of greed, terror, and heroism in colonial Africa*. Houghton Mifflin Harcourt, 1999. Introdução.

[49] Sobre o império informal, ver Franco, Thiago F. *Imperialismo Capitalista em Três Atos: investigações sobre o capitalismo*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. IE/ Unicamp, Campinas, 2011, pp. 80-81. Essse argumento faz parte das teses clássicas do imperialismo do comércio livre. Cf. Gallagher, John; Robinson, Ronald. *The imperialism of free trade*. The Economic History Review, v. 6, n. 1, 1953, pp. 1-15.

Conclusão

> *"Aconteça o que acontecer, nós temos / A Metralhadora Maxim, e eles não tem"* – Fala do Capitão Sangue, personagem no poema *O Viajante Moderno*, escrito por pelo poeta e historiador francês Joseph Hilaire Belloc em 1898. [50]

Neste artigo exploramos dois fenômenos singulares: a expansão ferroviária e o surgimento das indústrias de armas, das metralhadoras e armas de repetição. Ao olhar para ambos do ponto de vista da história econômica geral e com a consciência do vínculo entre mudanças econômicas e mudanças militares, pudemos reinterpretar os fatores determinantes que possibilitaram o imperialismo do final do século XIX, atualizando um antigo problema à luz da historiografia recente sobre o papel das ferrovias e a colonização europeia.

Diante da relativa pouca importância que as indústrias armamentistas ainda têm nas interpretações sobre o século XIX, concluímos que há oportunidades interessantes de pesquisa e estudo para os historiadores econômicos interessados em captar rupturas no movimento mais amplo da história geral. A separação entre as esferas econômica e militar não parece ser fortuita para entender mudanças de grande complexidade e longos intervalos de tempo. Acreditamos ser possível a partir dos argumentos que colocamos aqui aprofundar as narrativas sobre o século XIX em busca de novas interpretações para fatos antigos e a busca de novas luzes para problemas que até então seguiam com poucas inovações na historiografia recente.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens Do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.

BAUGH, Daniel A. *Naval Power: what gave the British navy superiority?.* Em: *Prados de la Escosura, Leandro. (org) Exceptionalism and Industrialization: Britain and its European Rivals, 1688-1815*. New York: Cambridge University Press, 2004

BAXTER, R. Dudley. *Railway extension and its results. Journal of the Statistical Society of London*, 1866: 549-595.

BENJAMIN, Daniel K.; KOCHIN, Levis A. *War, prices, and interest rates: A martial solution to Gibson's paradox. In: A retrospective on the classical gold standard, 1821-1931*. University of Chicago Press, 1984. p. 587-612.

BISHOP, Denis; DAVIES, William James Keith. *Railways and war before 1918*. London: Blandford Press, 1972.

BUCKLEY, Jerome Hamilton. *The triumph of time: a study of the Victorian concepts of time, history, progress, and decadence*. Belknap Press of Harvard University Press, 1966.

CASSON, Mark. *The world's first railway system: enterprise, competition, and regulation on the railway network in Victorian Britain*. New York: Oxford University Press, 2009.

CHANDLER, Alfred D. Jr. *Scale and Scope: the dynamics of industrial capitalism*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CLARK, Christopher. *The sleepwalkers: how Europe went to war in 1914*. Penguin UK, 2012.

DAVIS, Mike. *Late Victorian holocausts: El Niño famines and the making of the third world*. London: Verso, 2002.

CONTI, Thomas V. *Guerras Capitais – um estudo sobre as transformações na competição econômica e na rivalidade política internacional: a Hegemonia da Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a Alemanha de 1803 a 1914*. Campinas: IE/UNICAMP, 2015 (Dissertação de Mestrado).

DONALDSON, Dave. *Railroads of the Raj: Estimating the impact of transportation infrastructure.* London School of Economics & Political Science, Asia Research Centre, Working Paper No. 41. National Bureau of Economic Research, 2010.

[50] Tradução livre. No original: Whatever happens, we have got / The Maxim Gun, and they have not. Citado em Hochschild, Adam. *King Leopold's ghost: A story of greed, terror, and heroism in colonial Africa*. Houghton Mifflin Harcourt, 1999, pp. 75.

ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. L. *Technology and Industrialization, 1790–1914*. In: ENGERMAN, S. L.; GALLMAN, R. E. (Eds.). *The Cambridge Economic History of the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. v. 2. pp. 367–402.
EWANS, Martin. *European Atrocity, African Catastrophe: Leopold II, the Congo Free State and its Aftermath*. Psychology Press, 2002.
FLOUD, Roderick; JOHNSON, Paul. (Eds). *The Cambridge Economic History of Modern Britain: Volume 1, Industrialisation, 1700–1860.* Cambridge University Press, 2004.
FRANCO, Thiago F. *Imperialismo Capitalista em Três Atos: investigações sobre o capitalismo*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. IE/ Unicamp, Campinas, 2011.
FRANK, Dana. *Buy American: The untold story of economic nationalism*. Beacon Press, 2000.
GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. *The imperialism of free trade*. The Economic History Review, v. 6, n. 1, p. 1-15, 1953.
GATES, David. *Warfare in the Nineteenth Century*. Palgrave Macmillan, 2001.
GODWIN, George. *An Appeal to the Public, on the Subject of Railways*. Vol. 39. J. Weale, J. Williams, 1837.
HANES, William Travis; SANELLO, Frank. *The opium wars: the addiction of one empire and the corruption of another*. Illinois: Sourcebooks, Inc., 2002.
HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
HOCHSCHILD, Adam. *King Leopold's ghost: A story of greed, terror, and heroism in colonial Africa*. Houghton Mifflin Harcourt, 1999.
JASTROW, Morris. *The war and the Bagdad railway*. London: JB Lippincott, 1918.
JEREMY, David J. *Damming the flood: British government efforts to check the outflow of technicians and machinery, 1780–1843*. Business History Review, v. 51, n. 01, p. 1-34, 1977.
KENNEDY, Paul Michael. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. Random House, 1987.
LENIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. São Paulo: FE/Unicamp, 2011.
LIST, Friedrich; Colwell, Stephen*. National system of political economy*. JB Lippincott & Company, 1856
LONG, Jason. *Rural-urban migration and socioeconomic mobility in Victorian Britain*. The Journal of Economic History, v. 65, n. 01, p. 1-35, 2005.
MACKENZIE, John. *The Partition of Africa: And European Imperialism 1880-1900*. Routledge, 2005.
MAHAN, Alfred Thayer. *The influence of sea power upon history 1660-1783*. BoD–Books on Demand, 2010.
MARTIN, Susan M. *Palm oil and protest: an economic history of the Ngwa region, south-eastern Nigeria, 1800-1980*. Cambridge University Press, 2006.
MCMEEKIN, Sean. *The Berlin-Baghdad express: the Ottoman Empire and Germany's bid for world power*. Massachussets: Harvard University Press, 2010.
MITCHELL, Brian R. *British Historical Statistics*. New York: Cambridge University Press, 1988.
MITCHELL, Brian R. *European historical statistics, 1750-1970*. 7ed. London: Palgrave Macmillan, 2007.
NORTH, D. C. *The Role of Transportation in the Economic Development of North America*. Em: *Les Grandes Voies Maritimes dans le Monde*. Commission Intemationale d'Histoire Maritime, 1965.
O´BRIEN, Patrick Karl & CLESSE, A; (orgs). *Two Hegemonies: Britain 1846-1914 and the United States 1941-2001*. Aldershot: Asghate, 2002.
PALMER, John McAuley. *Railroad Building as a Mode of Warfare*. The North American Review, p. 844-852, 1902.
PATRIKEEFF, Felix; SHUKMAN, Harry. *Railways and the Russo-Japanese war: transporting war*. Londo: Routledge, 2007.
POOLEY, Colin; TURNBULL, Jean. *Migration and mobility in Britain since the eighteenth century.* Routledge, 2005.
PORTER, Andrew (Ed.). *The Oxford History of the British Empire, Volume III: The Nineteenth Century*. Oxford University Press, 2001
ROBSON, John M. *Collected Works of John Stuart Mill*. Routledge, 1996.
SCHEIBERT, Justus. *A Prussian observes the American Civil War: the military studies of Justus Scheibert.* University of Missouri Press, 2001
SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *The railway journey: The industrialization of time and space in the nineteenth century*. Univ of California Press, 2014.

SHAW, George Cumberland. *Supply in Modern War*. London: Faber & Faber, 1938.
SHOWALTER, D. E. *Railroads, Rifles, and the Unification of Germany*. Hamden, 1975.
TWOMEY, Michael J. *Employment in nineteenth century Indian textiles*. Explorations in Economic History, v. 20, n. 1, p. 37-57, 1983
VAN CREVELD, Martin. *Supplying war: logistics from Wallenstein to Patton*. Cambridge University Press, 2004.
WEI, Yuan. *Chinese Account of the Opium War*. Shangai: Kelly & Walsh, Limited, 1888.
WESTWOOF, David. *Rifles: an illustrated history of their impact*. ABC-CLIO, 2005, pp. 72.
WHITE, A. Silva. *On the comparative value of African lands*. Read at a Meeting of the Royal Society of Edinburgh, 16th March 1891.
WIMMER, Andreas. *Waves of war: Nationalism, state formation, and ethnic exclusion in the modern world*. Cambridge University Press, 2012.
WOLMAR, Christian. *Engines of War. How Wars Were Won and Lost on the Railways*. New York: Public Affairs, 2010.
WOLMAR. *Blood, Iron, and Gold: How the Railroads Transformed the World*. New York: PublicAffairs, 2011.

Integração econômica na América Latina: a CEPAL e a construção de uma consciência integracionista

Danilo José Dalio*

Resumo: O artigo analisa os rumos tomados pelos primeiros debates e acordos que se firmaram no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) acerca da construção do projeto integracionista latino-americano entre 1948 e 1960. Apoiando-se em fontes bibliográficas e documentais diversas, investiga-se, paralelamente ao processo de consolidação da CEPAL entre os governo latino-americanos como órgão de assessoria e planejamento econômico na América Latina, os desdobramentos da formação de uma consciência e um projeto integracionistas, marcados por perspectivas distintas de integração regional, alvos de disputas e debates entre os países da região. A assinatura do Tratado de Montevidéu e a criação da ALALC em 1960 assinalariam o viés conciliador assumido pela integração econômica regional da América Latina nesse período.

Palavras-chave: CEPAL; Integração Econômica Regional; Mercado Comum; Zona de Livre Comércio; América Latina.

Introdução

Na segunda metade da década de 1950 se intensificaram as iniciativas coordenadas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) visando fortalecer o comércio intra-regional e avançar nos debates rumo à criação de um Mercado Comum Latino-Americano. Desde a publicação dos primeiros *Economic Studies* anuais e de outros ensaios relativos ao comércio regional ao final da década de 1940, uma certa ideia de cooperação econômica latino-americana já se apresentava nas análises cepalinas como uma das condições necessárias ao desenvolvimento econômico da região. Os recorrentes debates sobre as limitações da industrialização regional e as perspectivas futuras pouco promissoras do comércio mundial para a América Latina transformariam paulatinamente, sobretudo a partir de 1956, a vaga noção de cooperação econômica na urgente necessidade de construção de um mercado regional.

A análise que se segue pretende percorrer os rumos tomados pelos primeiros debates e acordos que se firmaram no âmbito da CEPAL acerca do processo de

*Danilo José Dalio é professor de Ciências Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Formosa. Possui bacharelado na referida área pela UNESP, mestrado em Ciência Política pela UNICAMP e doutorado em História Econômica pela USP. É membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação, Cultura e Ciência (NEP-TECC), onde desenvolve pesquisas sobre Política Internacional, Política Externa Brasileira e História Econômica da América Latina.

construção de um projeto integracionista latino-americano, o qual foi, paulatinamente, se configurando a partir do surgimento em 1948 desse órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) e que se concretizaria em 1960 com a assinatura do Tratado de Montevidéu e a formação da Associação Latino-americana de Libre Comércio (ALALC). Tão importante para o amadurecimento da proposta integracionista latino-americana quanto os estudos e relatórios preparados pelos técnicos da CEPAL – buscando articular a teoria do desenvolvimento econômico às particularidades históricas e socioeconômicas da América Latina – foram os expedientes formais aplicados pela instituição ao longo da década. Inúmeros encontros, reuniões e conferências hemisféricas permitiriam um maior envolvimento dos países da região com o *corpus* teórico cepalino e seus projetos, reconhecidos amplamente enquanto proposições "[…] hecha por personas imparciales de alta calidad técnica, sin implicaciones de orden político o nacional […]" (REYNOSO, 1969, p. 5-6)[1].

Entre 1948, ano de sua criação, e 18 de fevereiro de 1960, data da assinatura do Tratado de Montevidéu, foram realizadas pelo órgão oito períodos de sessões (conferências), dois períodos de sessões do Comitê de Comércio, duas reuniões do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano, duas reuniões do Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais, duas reuniões de consulta sobre política comercial com os países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai) e duas com países da região Grã-colombiana (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), além de inúmeros contatos do Secretariado Executivo com as entidades corporativas de classe e a burocracia civil estatal dos países envolvidos nos debates sobre a formação do mercado regional.

Não menos significativo seria o empenho para a publicização dos ideais integracionistas da CEPAL por meio dos veículos de comunicação de massa da época, com a recorrente divulgação de entrevistas de seus técnicos aos jornais de grande circulação nacional e publicação de artigos em periódicos especializados, a exemplo do texto de José Garrido Torres, publicado no segundo número da Revista Brasileira de

1 Trecho de uma carta do presidente do Chile, Eduardo Frei, escrita em 6 de Janeiro de 1965 e endereçada a Raul Prebisch, Diretor do Instituto de Planificação Econômica e Social Latino-Americano; a José António Mayobre, Diretor-Executivo da CEPAL; a Felipe Herrera, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e a Carlos Sanz de Santa María, Chefe do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, solicitando deles sugestões de medidas que pudessem ampliar e acelerar o processo de integração regional no âmbito da própria ALALC.

Política Internacional, em 1958, cujo título “Por que um mercado regional latino-americano?” é ilustrativo do enfoque panfletário que a Comissão procurou imprimir ao projeto de integração econômica regional em busca de sua mais ampla divulgação e aceitação junto à opinião pública latino-americana.[2]

Além dessa introdução, o artigo está dividido em quatro sessões. A primeira destaca o processo de consolidação da CEPAL como órgão de assessoria e planejamento econômico na América Latina e a presença, desde seus primeiros trabalhos, de uma incipiente orientação integracionista. A segunda e terceira apresentam duas perspectivas distintas de integração regional, alvos de disputas e debates entre os países latino-americanos, respectivamente, o mercado comum e a zona de livre comércio. A última sessão explora o viés conciliador assumido nos debates coordenados pela Comissão entre as duas perspectivas anteriores que desembocou no Tratado de Montevidéu e na criação da ALALC.

Primeiros passos rumo à integração

Os quatro primeiros períodos de sessões da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, de 1948 a 1951, experimentaram uma sensação conflitante de entusiasmo pela recepção alvissareira de seus trabalhos no subcontinente e de ameaça permanente de sua extinção pelo Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da União Pan-Americana (UPA), cuja atribuição era equivalente àquela que viria a ter a CEPAL, qual seja, a de estudar os problemas econômicos dos países latino-americanos e de propor soluções adequadas à realidade do subcontinente.

Por solicitação da delegação diplomática do Chile junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU, a CEPAL seria criada mediante a Resolução 106 em 25 de fevereiro de 1948, com a ressalva de que em 1951 o ECOSOC avaliaria seus trabalhos e a pertinência de sua continuação. Um dos questionamentos sobre a viabilidade da CEPAL (diretamente ligada à ONU e não à OEA), levantado pelas potências integrantes das Nações Unidas, era a possibilidade de duplicação de esforços que a sua coexistência

2 São também amostras dessas iniciativas as seguintes matérias jornalísticas: UH, 02/02/1957; DC, 17/11/1957; CM, 15/11/1958. Diga-se de passagem que, pelo menos no Brasil, a divulgação da literatura desenvolvimentista da CEPAL contou com a promoção de cursos de formação em planejamento econômico, patrocinados pelo órgão ao longo dos anos 50, cujos anúncios circulavam nos principais jornais impressos do país.

com o CIES sugeria. A insatisfação pela perda de influência sobre as questões econômicas latino-americanas que tal objeção encobria (GONÇALVES, 2011, p. 23-28), sobretudo por parte dos Estados Unidos (EUA), ficaria evidente no texto da Resolução III da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948 para substituir a UPA, ao prever um "levantamento completo da situação e atividades dos organismos interamericanos existentes, com o fito de coordená-los, reforçá-los ou extingui-los, conforme o caso" (MRE, 1950, p. 72).

Mas as expectativas das nações latino-americanas sobre os resultados dos trabalhos da Comissão garantiriam, a seu tempo, a legitimidade que esse novo órgão das Nações Unidas precisaria para se consolidar. A regionalização dos estudos e das iniciativas da ONU na esfera econômica era uma demanda premente da América Latina, que encontrava eco nos reclamos dos países da região por maior cooperação econômica e financeira internacional ao desenvolvimento econômico. Não seria por outro motivo, portanto, que as questões relativas ao reequipamento industrial e ao financiamento do desenvolvimento econômico ocupariam lugar de destaque nos debates travados nas primeiras conferências da CEPAL. Nas palavras do representante brasileiro, Octávio Gouvêa de Bulhões, proferidas durante o I Período de Sessões da CEPAL, celebrado em Santiago (Chile), entre 7 e 25 de junho de 1948,

> Foi dentro do objetivo de tornar mais enfática a necessidade de se atender à reposição dos equipamentos industriais da América Latina, que o Brasil apoiou a proposta da delegação do Chile, no sentido de ser criada uma "Comissão Econômica para a América Latina". […] Da mesma forma que a "Comissão Econômica para a Europa" incumbira-se do urgentíssimo problema do combustível, a "Comissão Econômica para América Latina" incumbir-se-ia do urgentíssimo problema do reequipamento (BULHÕES, 1948, p. 99-100).

Não obstante os debates centrais das primeiras conferências concentrarem-se em torno dos problemas da industrialização e seu financiamento, o assunto da integração regional seria considerado desde a primeira conferência da instituição. Em 24 de agosto de 1948, aprovou-se uma resolução prevendo como possível tema de deliberação futura a "união aduaneira latino-americana" (CEPAL, 1948)[3]. Apesar disso, o assunto não

3 Cf. "Proyecto de Resolución presentado por el Grupo de Trabajo. Unión Aduanera Latinoamericana. 22 de junio de 1948" e "Resumen de Acta de 1a décima sexta sesión celebrada en Santiago de Chile en 24 de Junio de 1948 a las 4:00 p.m.".

voltaria tão logo a ser retomado nesses termos. Expressões genéricas como “intensificar” e “incrementar el comercio latinoamericano” e abordagens sobre o tema correlato da necessidade de alteração das políticas comerciais e de pagamentos ocupariam os debates seguintes.

Tais referências não seriam de se estranhar se considerarmos que a questão da eliminação dos obstáculos ao comércio regional estivera em pauta na América Latina desde o término da Segunda Guerra Mundial. A Carta Econômica, aprovada na Conferência Interamericana de Chapultepec, realizada no México em fevereiro de 1945, já ressaltava como um de seus objetivos “alcançar, dentro do prazo mais breve possível, a aspiração comum das repúblicas americanas de encontrar fórmulas práticas internacionais para reduzir as barreiras aduaneiras de todo tipo, as quais dificultam o comércio entre as nações” (CM, 08/03/1945).

Até 1951, ano a partir do qual as conferências da CEPAL passariam a ser bianuais, os períodos de sessões anuais debruçaram-se sobre debates em torno do desenvolvimento econômico latino-americano via industrialização substitutiva de importações, do financiamento externo, e da disputa acerca da necessidade e pertinência dos trabalhos da CEPAL. Seria igualmente um período em que o prestígio da CEPAL e de Raúl Prebisch se intensificaria no Brasil, sobretudo após a publicação na Revista Brasileira de Economia, em 1949, do texto “O desenvolvimento econômica da América Latina e alguns de seus problemas principais”, considerado na historiografia a reflexão fundamental que lança as bases teóricas e analíticas do método histórico-estruturalista (RODRIGUES, 2009).

Com a repercussão desse trabalho no Brasil, e junto dele a apresentação do *Estudo Econômico de 1949* no III Período de Sessões da CEPAL, realizado em Montevidéu, entre 15 a 21 de junho de 1950, as ideias da Comissão se fixariam entre os técnicos desenvolvimentistas brasileiros, muitos deles vinculados às entidades de representação dos interesses do capital industrial, alguns dos quais passariam a integrar a Assessoria Econômica da Presidência durante o segundo governo Vargas, a exemplo de Rômulo de Almeida e Cleantho de Paiva Leite.

Assim, a diplomacia e o governo brasileiros assumiriam durante o IV Período de Sessões da CEPAL, celebrado entre 28 e 16 de junho de 1951 no México um lugar de

destaque na defesa da continuidade dos trabalhos da CEPAL, apoiados sobretudo pela delegação chilena (FURTADO, 1985, p. 111-124). A tese levantada pelos representantes panamenhos de que os trabalhos da CEPAL deveriam ser incorporados ao CIES, a fim de se evitar a dispersão de recursos já tão limitados para o estudo dos problemas econômicos latino-americanos seria, apesar do apoio velado da diplomacia norte-americana, recusada pelos demais países latino-americanos.

Miguel Osório de Almeida, representante brasileiro na conferência, a depender de instruções mais claras do Itamaraty que demoravam a chegar, recorreu a Cleantho de Paiva Leite, membro da Assessoria Econômica e assessor da presidência para assuntos referentes à ONU. O presidente Getúlio Vargas, tomando conhecimento da situação, telegrafou à delegação brasileira, solicitando que se manifestasse inequivocamente pela manutenção do órgão. Encerrada a Conferência do México, Raúl Prebisch, Secretário-Geral da CEPAL, viajou ao Brasil para agradecer pessoalmente ao presidente Vargas por sua atitude, decisiva para a dissuasão da determinação norte-americana em garantir a absorção da CEPAL pelo CIES (IDEM, p. 120-121).

A partir daquele momento, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe se consolidaria como a instituição interamericano capaz não somente de empreender estudos sistemáticos sobre problemas referentes à estrutura econômica da região, mas também de afiançar teoricamente o planejamento econômico e as políticas de industrialização dos países latino-americanos.

A realidade latino-americano mostrava-se, no entanto, extremamente desafiadora. Alguns países sul e centro-americanos não foram capazes de se beneficiar das vantagens do período áureo (1940-1955) de exportações favoráveis, em que a taxa de crescimento anual do produto *per capita* alcançou nas nações mais desenvolvidas 2,7%. A disparidade entre as economias mais desenvolvidas e atrasadas da região aumentaria sensivelmente. O problema agravava-se ainda mais pelas dificuldades políticas de efetuar algumas reformas estruturais básicas (tributária, fiscal, agrário, etc.), a somar-se à recusa de muitos governos em interromper políticas econômicas internas ineficientes e improvisadas. Não menos impactante para o recrudescimento da situação seriam as recomendações das organizações internacionais para a adoção e manutenção de políticas econômicas e financeiras ortodoxas pelos países latino-americanos, que, sob

circunstancias específicas, foram parcialmente responsáveis pela recuperação econômica da Europa Ocidental após o conflito mundial.[4]

Nessa conjuntura economicamente adversa, a América Latina paulatinamente se conscientizaria das dificuldades e limitações impostas pelo insulamento dos processos de industrialização nacionais aos mercados internos. A noção de cooperação econômica latino-americano começaria a ganhar espaço como alternativa ao futuro da economia regional diante de tendências externas depressivas.

Embora somente na segunda metade dos anos 50 a evolução dos debates e diagnósticos cepalinos fizessem sentir a necessidade do estabelecimento de um bloco econômico regional, a atenção despendida pelos técnicos latino-americanos às questões referentes aos termos de comércio e ao fluxo tradicional de produtos dentro do hemisfério já durante os trabalhos do V Período de Sessões da CEPAL, celebrado em 1953 de 9 a 25 de abril no Hotel Quitandinha em Petrópolis/RJ[5], seria essencial para o florescimento do tema.

O comparecimento do presidente Getúlio Vargas à sessão de abertura em 9 abril demonstrou, mais uma vez como em 1951, a convicção do governo brasileiro na importância dos trabalhos desempenhados pela Comissão. O convênio de cooperação técnica firmado naquele mesmo ano entre a CEPAL e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para analisar as deficiências da estrutura econômica nacional era a expressão mais evidente dessa confiança. O discurso de Vargas na abertura das atividades do evento não deixaria dúvidas quanto a isso, tampouco acerca da importância que o Brasil atribuía ao comércio intra-regional:

> Os estudos da Comissão sobre a realidade econômica da América Latina tornaram-se um fonte fidedigna de informação e de dados estatísticos sumamente valiosos para a formulação da política econômica governamental. [...] Meu governo aprecia, em particular, os esforços da Comissão para formular uma teoria do desenvolvimento econômico capaz de recomendar-se por seus próprios méritos aos governos latino-americanos como base racional de política econômica. [...] A Comissão tem um vasto programa de atividades a realizar. Seu

4 Cf.“La influencia del mercado común en el desarrollo de América Latina”, In: CEPAL, 1959, p. 43-73.
5 A delegação brasileira foi composto por cerca de cinquenta integrantes, dentre os quais se destacavam os nomes de Euvaldo Lodi, Anápio Gomes, Eugênio Gudin, San Tiago Dantas, Valentim Bouças, Roberto Campos, Rômulo de Almeida, Cleantho de Paiva Leite, Octávio Gouvêa de Bulhões e Miguel Osório de Almeida.

> programa contém temas de interesse fundamental para os governos latino-americanos como, por exemplo, a intensificação do comércio intrarregional (GV, 1953.03.25/2, Carta de João Neves da Fontoura a Lourival Fontes; JB, 10/04/1953).

Por sua vez, o Secretário-Executivo da CEPAL, Raúl Prebisch, em seu pronunciamento na sessão inaugural, apontou os obstáculos a serem superados com o incremento do comércio intra-regional. Segundo observou, as exigências do processo de desenvolvimento tem levado os países latino-americanos a eliminarem ou restringirem certas importações, prejudicando principalmente o comércio regional. A opção pelos convênios bilaterais não seria suficiente para estimular o comércio latino-americano, mas, ao contrário, prejudicaria as exportações industriais devido à sobrevalorização externa das moedas. Dessa forma, a compensação de país a país, característica do bilateralismo, não constituiria uma alternativa viável para o crescimento do intercâmbio recíproco, sobretudo nos novos ramos industriais em desenvolvimento. Sugeria, enfim, a definição de uma política de mais amplo alcance, que pudesse conciliar as necessidades mais imediatas com os objetivos de largo prazo.

Um dos comitês de debates formados logo no início dos trabalhos da conferência dizia respeito exclusivamente ao comércio intra-regional. A resolução aprovada sobre integração econômica recomendava à Secretaria da CEPAL que "investigasse as conveniências e possibilidades que oferecem os países da América Latina para um processo de integração econômica gradual e progressiva, assim como as modalidades que o mesmo deveria adotar" (ECOSOC, Comisión Económica para América Latina: informe anual, 1953, p. 31, *Apud* GONÇALVES, 2011, p. 70), resguardando-se entretanto a distribuição equitativa dos ganhos, a soberania política e econômica dos países e a mais ampla abrangência hemisférica da iniciativa.

Embora o V Período de Sessões houvesse se encerrado sem que fossem tomadas medidas mais concretas para promover a integração econômica regional, o tema receberia na época grande acolhida por parte da imprensa brasileira. Os noticiários dos principais jornais do país, em oposição crescente ao governo Vargas, não perderam a oportunidade de associar as conclusões do conclave cepalino às repercussões da proposta peronista de criação de uma união aduaneira entre Argentina, Brasil e Chile (QUIJADA, 1993; RECKZIEGEL, 1996; ALMEIDA, 1998; ALMEIDA, 2005). Na

contramão do famigerado Pacto ABC de Juan Perón, far-se-ia pesar sobre a iniciativa integracionista esboçada pela CEPAL a legitimidade que a instituição latino-americana possuía entre as distintas forças políticas atuantes no país. Em matéria publicada em 24 de abril de 1953, intitulada “Derrota de Perón-Ibañez em Quitandinha”, o Correio da Manhã observava que os países participantes se recusaram a mencionar, na resolução referente à conveniência de se analisar as perspectivas do comércio intra-regional, o pacto Perón-Ibañez (Ata de Santiago, de fevereiro de 53), alegando ser este de caráter político concebido sem o aval da CEPAL. (UH, 15/04/1953; DC, 26/04/1953).

Pode-se mesmo conjeturar, não obstantes algumas vozes dissonantes (DN, 08/11/1953 e DC, 12/04/1953), que a convicção da importância dos trabalhos da instituição para América Latina e a legitimidade política conquistada junto às frações do capital e à burocracia civil estatal para sugerir e implementar projetos no continente haviam se firmado, já em 1953, no cenário político brasileiro e, quiça, latino-americano. Os pronunciamentos de Horácio Lafer (Ministro da Fazenda) e Euvaldo Lodi (Presidente da Confederação Nacional das Indústrias), no encerramento da Conferência de Petrópolis, atestam a sintonia de importantes setores políticos brasileiros com o ideário econômico cepalino (UH, 30/04/1953; DC, 28/04/1953; CM, 26/04/1953). Também nesse ano, a I Reunião Plenária da Indústria sugeria “que seja [fosse] orientada a política econômica no sentido de uma integração dos mercados latino-americanos” (Confederação Nacional das Indústrias (1953) a*pud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 102).

No ano seguinte, em novembro de 1954, o Brasil receberia também no Hotel Quitandinha em Petrópolis/RJ a IV Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA, da qual participariam Ministros de todo o continente americano, inclusive o Secretário do Tesouro dos EUA, George Humphrey. À Secretaria-Executiva da CEPAL fora solicitada a elaboração de um relatório, a ser discutido na ocasião, sobre os problemas do desenvolvimento e comércio da América Latina. Ainda que muito focado nas questões do financiamento externo da industrialização latino-americana, da planificação econômica e da criação de uma instituição interamericana de crédito, o informe apresentado pela CEPAL faria algumas incursões importantes no tema da integração econômica regional. De forma um tanto cautelosa, definiu-o pela expressão “liberalización del intercambio

interlatinoamericano", que necessitaria de um "régimen especial" sem "las características ni la amplitud de una unión aduanera" (GURRIERI, 1982, p. 379).

Somente a partir do VI Período de Sessões da CEPAL o processo de elaboração da estrutura e das normas do Mercado Comum Latino-Americano começaria a ganhar contornos mais precisos. Até aquele momento, os primeiros esforços patrocinados pelo órgão da ONU tinham se orientado para a solução dos problemas de comércio dentro da zona meridional da América Latina, onde havia de fato um intercâmbio expressivo, isto é, aquele tradicionalmente estabelecido entre os países do extremo sul do continente, ou seja, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (WIONCZEK, 1966, p. 92-93).

O Mercado Comum em perspectiva

Em 1955, ao realizar-se em Bogotá o VI Período de Sessões da CEPAL, entre 29 de agosto e 16 de setembro de 1955, os debates sobre a necessidade de se fortalecer o comércio intra-regional obtiveram um lugar de destaque nos trabalhos do evento. Durante o já tradicional discurso de abertura das atividades, Raúl Prebisch insistiu na importância da conjugação das políticas de substituição de importações com medidas voltadas a facilitar o intercâmbio entre os países latino-americanos, buscando progressivamente a multilateralização do comércio. Já as delegações dos países participantes, interessadas em alçar ao nível intergovernamental as conversações sobre a liberalização do comércio latino-americano, propuseram a criação de um mecanismo permanente de consulta, que se convencionou chamar de *Comitê de Comércio* da CEPAL.

De acordo com a Resolução 101 aprovada em 15 de setembro de 1955, o objetivo do Comitê de Comércio seria "procurar a intensificação do comércio latino-americano […] mediante a solução dos problemas práticos que o impeçam ou entorpeçam e a preparação de base que facilitem as negociações comerciais" (DC, 15/09/1955)[6]. Para tanto, o Comitê, integrado por todos os países-membros da CEPAL, se dedicaria à "elaboração de fórmulas concretas, harmonizando-as com as obrigações atuais e futuras de caráter bilateral e multilateral dos governos membros e as revisões

6 Ressalta-se que o artigo primeiro da referida resolução ponderava: "[…] sem prejuízo da expansão do comércio com outras áreas e levando em conta a fundamental necessidade de ser aumentado o intercâmbio mundial em conjunto […]".

que se possa fazer e levando em consideração as condições nacionais ou de zonas", além de se considerar "temas… tais como problemas de pagamentos latino-americanos, política comercial, problemas específicos de intercâmbio de produtos específicos e transporte marítimo […]".[7]

Como desdobramento imediato da criação do Comitê de Comércio, a CEPAL organizou um grupo de especialistas integrado por representantes de sua própria Secretaria e dos governos brasileiro (José Garrido Torres) e argentino (Eusébio Campos), a fim de percorrer os diversos países latino-americanos e preparar a documentação básica que seria apresentada ao I Período de Sessões do Comitê de Comércio, a ser realizado em Santiago de 19 a 29 de novembro de 1956. Dessa viajem de estudos originou-se um documento intitulado *Los pagos y el mercado integral inter-latinoamericano* (CEPAL, 1959), o qual, como primeira expressão de ideias definidas sobre a estruturação do mercado regional para acelerar a industrialização dos países latino-americanos, influenciaria sobremaneira os rumos dos debates sobre a integração econômica da América Latina.

Conforme declarava o documento, era possível e aconselhável abordar o problema da industrialização no hemisfério a partir do conjunto dos países em que o progresso industrial era mais intenso, ou seja, desde a América do Sul até se alcançar paulatinamente o objetivo mais ambicioso de formação de um grande mercado na América Latina, por meio de políticas de complementação industrial e agrícola, crescimento da produtividade e expansão do consumo, superando as condições reinantes de paralelismo dos mercados nacionais e de capacidade ociosa instalada.

A essa altura das negociações latino-americanas, as iniciativas europeias a respeito da liberalização intra-regional do comércio, a formação da Comunidade do Carvão e do Aço e a iminência da assinatura do Tratado de Roma (março de 1957) exerceriam considerável influência sobre a perspectiva de integração econômica da América Latina (SARAIVA, 1999).

O realismo com que a questão vinha sendo tratada pela CEPAL, apesar das expectativas crescentes entre os governos latino-americanos, sugeria cautela quanto à

7 Segundo destacou URQUIDI (1960, p. 62, nota 5), a ideia da criação de um comitê que se ocuparia das questões referentes ao comércio latino-americano foi originalmente formulada em 1953 durante o V Período de Sessões da CEPAL. Nessa oportunidade, nenhuma decisão foi tomada a respeito.

possibilidade de seguir a via do “mercado comum” à europeia. Raúl Prebisch, ao discursar na sessão inaugural da primeira conferência do Comitê de Comércio, preveniu as delegações dos países participantes sobre o perigo em se adotar “fórmulas generosas de aproximación económica”. Sugeria, por outro lado, o estabelecimento de acordos mais limitados por séries de produtos de indústrias a serem criadas ou em estado incipiente, especialmente naqueles ramos mais complexos que requeriam mercados mais amplos. Talvez naquela oportunidade, Prebisch julgasse prudente e ainda necessário evitar constranger interesses já consolidados dentro das economias latino-americanas, com os quais o processo de integração teria que se defrontar. Mas isso, contudo, não o impediu de considerar necessária a eliminação de restrições aos pagamentos, que afetavam adversamente o intercâmbio de produtos tradicionais, e a expansão do comércio de matérias-primas. De qualquer modo, a integração econômica da América Latina reclamava a busca de “fórmulas nuevas”.

Em seu primeiro período de sessões, o Comitê de Comércio avançaria de forma considerável no desempenho de seus trabalhos para a construção do Mercado Regional Latino-Americano. Por meio de sua Resolução 3 de 28 de novembro de 1956, e considerando que “el futuro desarrollo industrial de América Latina requiere mercados más amplios que los actuales”, resolveu criar um Grupo de *experts* latino-americanos para aprimorar os estudos já realizados pela Secretaria da CEPAL e cumprir as seguintes tarefas:

> i) definir las características del mercado regional, teniendo en cuenta el diferente grado de industrialización de los países del área;
> ii) estudiar sus posibilidades y proyecciones, y
> iii) hacer recomendaciones sobre los principios de acuerdo y procedimiento para su implantación, dentro del mandato del Comité de Comercio contenido en la Resolución 101. (CEPAL, 1959, p. 29).

Além do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano, a Resolução I do Comitê de Comércio, a fim de se estabelecer gradualmente um regime multilateral de pagamento, determinou a criação de um Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais dos países titulares de contas latino-americanas de compensação, cuja primeira reunião ocorreria em Montevidéu no mês de abril/maio de 1957. Recomendava-se, ainda, pela Resolução 4, aos governos membros a adoção de uma política de

liberalização gradual do comércio latino-americano de produtos naturais, matérias-primas e alimentos.

Apesar da advertência no informe elaborado pelos consultores Garrido Torres e Eusébio Campos de que se devesse avançar, pragmaticamente, por aqueles países ou sub-regiões onde as circunstâncias fossem mais favoráveis e das ponderações de Raúl Prebisch acerca dos riscos de uma maior abrangência nos acordos de reciprocidade, as resoluções da primeira celebração do Comitê de Comércio não se resignaram a considerar apenas os problemas de interesse sul-americanos, tampouco se limitaram a tratar apenas o comércio de determinados produtos.

As repercussões das resoluções aprovadas em novembro de 56 se fariam sentir intensamente em dois conclaves interamericanos no ano de 1957. O VII Período de Sessões da CEPAL, realizado em La Paz, de 15 a 29 de Maio de 1957, examinou o informe publicado pelo Comitê e deu amplo respaldo ao plano de trabalho relativo ao mercado regional latino-americano. Os elementos industriais e a questão da abrangência do mercado regional, “en el que se considere a todos y a cada uno de los países latino-americanos” (Resolução 166 In: CEPAL, 1959, Anexo II, p. 30), foram os aspectos mais enfaticamente tratados na conferência. Também foram abordados os problemas de transporte, de pagamentos e das restrições existentes ao comércio de produtos específicos. Pediu-se, ademais, à Secretaria da CEPAL, que apresentasse à Conferência Econômica da OEA um relatório completo dos trabalhos realizados em La Paz a respeito do mercado regional.

Quando da realização da Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos (Agosto de 1957), em Buenos Aires, as delegações dos países participantes apresentariam ideias bastante distintas a respeito do mercado regional, as quais poriam em destaque as diferentes perspectivas de como pensavam a integração econômica regional. Em outras palavras, enquanto alguns propugnavam pela formação de um só mercado latino-americano, outros cogitavam da criação de alguns “mercados regionais” – batizados em 1959 de “sub-regionais” – os quais interagiriam entre si. Também nesse evento, surgiria pela primeira vez a expressão “área de livre comércio”, refletindo talvez a preocupação prévia de adequar às disposições do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) o sistema integracionista que se pretendia adotar.

A resolução que, por fim, se aprovou na Conferência de Buenos Aires, em 1957, reafirmou a ideia expressa em La Paz de “que sería conveniente estudiar medidas e indicar medios posibles de integración económica que consideren a todos los países de América Latina y que tiendan a la creación de un amplio mercado latino-americano” (Resolução XL da Conferência Econômica da OEA. In: CEPAL, 1959, Anexo II, p. 31). E como declaração considerou-se “La conveniencia de establecer gradual y progresivamente, en forma multilateral y competitiva, un mercado regional latino-americano”. Mais uma vez, a primazia da CEPAL na condução dos trabalhos que levariam ao Mercado Regional Latino-Americano foi reafirmada, ao se pedir ao CIES que consultasse a Secretaria daquela instituição previamente à elaboração de seus próprios estudos.

Alguns aspectos apresentados até aqui devem ser destacados pois eles se constituirão em pontos fundamentais nos planos mais concretos de formação do mercado regional. Expressões como “gradual e progressivamente” e “de forma multilateral e competitiva”, presentes na declaração da OEA, seriam constantemente retomadas nas reuniões posteriores, por vezes decisivas no processo de definição da estrutura e da forma do “mercado comum”, quer dizer, aberto à participação de qualquer país latino-americano que assim o desejasse e coerente com a política de multilateralismo preconizada pelo GATT.

Nesse sentido, duas reuniões consecutivas do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano (GT-MRLA) – a primeira realizada em Santiago do Chile de 3 a 11 de fevereiro de 1958 e a segunda celebrada entre 16 e 27 de fevereiro de 1959 no México – estabeleceriam de forma mais precisa os contornos do que a CEPAL pretendia para seu projeto de integração econômica latino-americana. Essa tarefa foi pensada para realizar-se em duas etapas: na primeira seriam definidas as bases gerais do programa integracionista, posteriormente submetidas ao escrutínio da opinião pública e dos governos latino-americanos; em seguida, o GT faria recomendações sobre a estrutura e a forma do mercado comum. Expressivo da evolução dos debates acerca da definição do programa integracionista seria a substituição, nessa segunda fase, do termo “mercado regional” por “mercado comum”.

Na formulação dos princípios gerais durante a I Reunião do GT-MRLA em 58,

tanto os debates e as ponderações feitas em conferências anteriores quanto a experiência do mercado comum europeu, vista com certa desconfiança (CEPAL, 1959, p. 23), foram consideradas como pontos de partida.

Segundo o Grupo de Trabalho, o mercado regional "deberá estar abierto a la incorporación de todos los países latino-americanos", mas esse marco geral comum não poderia redundar em prejuízo àqueles países que, pela sua proximidade geográfica ou afinidade de interesse, desejassem realizar negociações especiais, desde que as concessões outorgadas entre eles não fossem exclusivas e pudessem ser estendidas a qualquer tempo aos outros interessados (I). O mercado regional deveria também abarcar, mas de forma gradual e progressiva, a totalidade dos produtos da América Latina (II). Os países "menos avançados" usufruiriam de vantagens especiais de tipo tarifário, financeiro, entre outras, "a fin de asegurar la equitativa reciprocidad del intercambio" (III). Julgava-se, além do mais, necessário preservar a livre concorrência no interior do mercado regional, proscrevendo práticas desleais e formações de monopólios (V e IX), salvo em casos especiais de proteção à agricultura e determinadas indústrias (V e VIII). A participação da iniciativa privada era considerada fundamental para a realização dos objetivos do mercado regional (XII).

Como pode ser visto, os princípios básicos procuraram refutar propostas concorrentes que defendiam, para o mercado regional, uma abrangência mais limitada de países e de produtos a serem comercializados.

O grupo de especialistas encarregados de estabelecer as caraterísticas gerais do mercado regional também buscaram, de maneira realista, definir o formato mais viável a ser adotado no projeto cepalino de integração. Embora considerassem conveniente "llegar en última instancia a la unificación de las tarifas aduaneras ante el resto del mundo" (IV) – o que caracterizaria uma união aduaneira – ponderavam que outras restrições, com frequência mais importantes, deveriam ser eliminadas o quanto antes.

Com efeito, o GT previa a adoção, como etapa intermediária, de uma zona de livre comércio (ZLC), o que poderia estar mais próxima das disposições do GATT. Em suas palavras: "La reducción progresiva de derechos y restricciones podría iniciarse dentro de una zona de libre comercio, mientras se dan los pasos decisivos hacia el establecimiento de una tarifa común". Em termos monetários, o mercado regional

deveria adotar um regime multilateral de pagamentos que garantisse a máxima reciprocidade do intercâmbio dentro do território (VI). Também seria importante contar com um regime de créditos e assistência técnica, para estimular as exportações intra-regionais e ajudar a criar e desenvolver as indústrias de bens de capital (X).

Quanto ao financiamento externo, de médio e longo prazos, sugeria-se "crear una entidad especial de fomento" acompanhada de serviços de assistência técnica. No sétimo item do informe, julgava-se também necessário acrescentar dispositivos de exceção ou salvaguarda que reservassem a cada país a possibilidade de restringir temporariamente as importações fosse para corrigir desequilíbrios no balanço de pagamentos ou reacomodar atividades nacionais prejudicadas pelo mercado regional (VII).

Em síntese, o resultado da primeira reunião do Grupo de peritos, convocados pela Secretaria da CEPAL (Resolução 116 aprovada em La Paz em maio de 57), para apresentar aos governos recomendações tendentes à organização do mercado regional latino-americano especificava 12 princípios a serem seguidos:

1. Eventual adesão de todos os países da América Latina;
2. Inclusão, oportunamente, de todos os produtos;
3. Tratamento especial para os países mais atrasados;
4. Regime tarifário único frente ao resto do mundo;
5. Especialização crescente das atividades econômicas nacionais;
6. Multilateralização regional dos pagamentos;
7. Restrições temporárias ao comércio intra-regional por motivos de desequilíbrio de balanço de pagamentos ou de desocupação tecnológica da mão-de-obra;
8. Regime especial para a produção primária;
9. Abstenção da concorrência desleal;
10. Provimento de crédito comercial e de assistência técnica e financeira para o desenvolvimento;
11. Estímulo à iniciativa privada;
12. Estabelecimento de órgão consultivo para supervisão do mercado regional. (TORRES, 1958, p. 105)

Um ano depois, a contar com um grupo mais ampliado de *experts* e com uma documentação de base mais completa, a segunda reunião do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano pôde aprofundar as recomendações aos governos da região sobre o regime que se conviria adotar para a formação do mercado comum e a política julgada mais eficaz para cumpri-lo.

A II Reunião do Grupo de Trabalho do MRLA, de 16 a 27 de Fevereiro de 1959, no México, alimentava a expectativa de que, se aprovadas suas recomendações durante os trabalhos do VIII Período de Sessões da CEPAL em maio próximo, a Secretaria da Comissão já poderia iniciar os preparativos de "un proyecto de acuerdo inicial del mercado común, que facilitaría la aglutinación de los países interesados en dar vida inmediata a esta idea" (CEPAL, 1959, p. 32).

As recomendações elaboradas tinham como objetivo diminuir a complexidade da tarefa sobre a qual tão logo os países deveriam se debruçar: traduzir a estrutura prévia e as normas centrais em projetos concretos e quantificar as metas de redução de direitos, impostos e restrições acerca das transações comerciais latino-americanas.

Estava claro para o GT que o *mercado común* seria um objetivo ulterior. Deveria antes ser precedido por uma zona de livre comércio que em dez anos buscaria reduzir *progressivamente* os impostos e as restrições da maior parte do comércio latino-americano. A adoção de uma tarifa externa comum ao países do bloco econômico, a qual acompanhada da liberalização do comércio configuraria uma união aduaneira, estava temporariamente descartada. Tratava-se tão somente de reduzir *gradualmente* as tarifas existentes no comércio entre os países-membros.

A transformação gradual que sugeria o GT-MRLA começaria por uma redução percentual uniforme a cada um dos direitos aduaneiros e uma redução equivalente de outras restrições no primeiro ano; no quinto ano as restrições quantitativas seriam eliminadas ou transformadas em impostos aduaneiras; e no transcorrer de uma década se reduziriam sistematicamente as tarifas médias entre os países-membros. Não obstante, os *experts* propunham que as reduções fossem realizadas distinguindo entre três categorias de produtos: i) os bens primários, para os quais, salvo algumas exceções, se poderia eliminar totalmente os impostos e outros gravames; ii) os bens de capital, veículos e demais bens intermediários e duráveis, além daqueles cuja demanda tende a crescer ou que apresentem ampla margem para substituição de importações; em todos estes a meta seria reduzir os impostos até "el promedio más bajo posible" (IDEM. Item V, p. 33); iii) os bens de consumo correntes, cuja demanda se apresentava pouco dinâmica e que eram produzidos em quase todos os países, pediam redução mais "moderada" de impostos. Em relação às duas últimas categorias, a adoção de um nível

médio como metas de redução de impostos ofereceria aos países do bloco flexibilidade na aplicação das reduções e facilitaria a negociação para o acesso de novos países (IDEM, p. 37).

Um regime diferencial fora proposto para países de menor desenvolvimento relativo e de industrialização incipiente. Segundo as margens disponíveis de substituição de importações e as potencialidades de exportação que ofereciam a cada uma das categorias de bens antes mencionadas, eles deveriam ficar assim classificados: a) Grupo A: países que tivessem alcançado um desenvolvimento mais avançado nas categorias ii e iii; b) Grupo B: países com desenvolvimento relativamente avançado em bens manufaturados de consumo corrente (categoria iii) e com produção incipiente ou inexistente em bens de capital e outros bens da categoria ii; e o c) Grupo C: países de baixo desenvolvimento industrial em bens da categoria iii e sem desenvolvimento nenhum de produtos da categoria ii.

Era admitido ainda o estabelecimento de acordos de complementação ou especialização industrial entre países que apresentassem interesses afins ou proximidade geográfica, reservando-se somente a eles as reduções ou eliminação de impostos acordadas. Ademais, reconhecia-se que as concessões preferenciais já existentes poderiam, a fim de se evitar deslocamentos bruscos nas correntes de intercâmbio habituais, ser eliminadas gradualmente e que o *mercado común centro-americano* constituiria uma unidade própria dentro do conjunto de países latino-americanos (item X).

Chama-nos a atenção o fato de que, embora fosse mantida a recomendação original de que o mercado regional devesse abarcar a totalidade dos países latino-americanos, o bloco econômico regional poderia ser iniciado por um grupo mais reduzido de países, desde que se convidasse os demais países a participarem das negociações iniciais e se permitisse a adesão ulterior de outros membros. Finalmente, a destoar das recomendações anteriores, o GT-MRLA admitiu a necessidade de um Comitê de Política Comercial e Pagamentos, integrado por representantes de todos os países-membros, para o funcionamento da zona de livre comércio (XI).

Além da estrutura geral de ZLC, algumas normas gerais foram definidas para assegurar o desenvolvimento do acordo. Dentre elas destaca-se o *princípio de*

reciprocidade, pelo qual os países-membros que aumentassem suas exportações ao mercado comum sem um crescimento proporcional de suas importações, em decorrência das facilidades que lhes fossem outorgadas, deveriam intensificar o ritmo de redução de seus direitos, impostos e outras restrições. Outras normas a serem observadas referiam-se à equiparação tarifária para importação de terceiros países sobre determinados produtos sempre que a discrepância de níveis exteriores constituísse um obstáculo para criação da preferência regional (item IV) e à conveniência da coordenação da política comercial frente ao restante do mundo (item V).

Assim como nas normas apresentadas durante a primeira reunião do GT-MRLA, os especialistas latino-americanos incluíram aqui recomendações sobre crédito e financiamento, regras de concorrência, de exceções, além de enaltecerem a participação da iniciativa privada, etc. Surgiram também aspectos normatizadores novos, como a determinação da origem dos produtos, a uniformização da nomenclatura tarifária e estatística.

Já tendo se encerrado a segunda reunião do Grupo de Trabalho e publicado suas recomendações, o Sr. Raymond Mikesell, um dos integrantes do GT, fez saber à Secretaria-Executiva da CEPAL que considerava que o acordo estabelecendo o mercado comum latino-americano deveria estipular uma data ou um período específico para a completa liberalização do intercâmbio dentro do bloco, sob pena de sugerir a impressão de tratar-se de uma simples zona preferencial. E questionou a pertinência da recomendação de permissão de acordos especiais sobre determinados produtos cuja redução de impostos não se estendesse a todos os países-membros (IDEM, p. 42).

A proposta do GT-MRLA elaborada em sua segunda reunião seria, dois meses mais tarde, objeto central de apreciação pelo Comitê de Comércio da CEPAL durante conferência realizada entre 11 e 19 de maio de 1959 no Panamá. Ao seu lado, seria também considerado – como trataremos na próxima sessão –, mas apenas a título informativo, um informe elaborado por um grupo de técnicos de quatro países (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai), que se reuniram em Santiago do Chile, entre os dias 6 e 17 de abril de 1959. De uma série de reuniões de consulta sobre política comercial, coordenadas também pela CEPAL, foi aprovado um projeto de acordo de livre comércio “sub-regional” que pretendia oferecer respostas satisfatórias aos

problemas gerados pelos convênios bilaterais que vinham regendo as relações comerciais entre os países meridionais do continente.

Embora ambas as propostas pesassem em todos os debates do Comitê de Comércio e as resoluções aprovadas no Panamá reproduzissem melhor as ideias desenvolvidas pelo GT-MRLA, prevaleceria a opinião oficiosa de que o projeto dos países do Sul era o mais viável naquele momento, desde que os demais países pudessem, a seu critério e tempo, aderir ao acordo e que nele se incluíssem princípios importantes como aqueles referentes aos países de menor desenvolvimento relativo.

Tal foi a posição defendida pela delegação brasileira, ao se manifestar de acordo com o princípio da maior abrangência possível do mercado comum latino-americano. Considerava, entretanto, que a adoção de um instrumento único para toda América Latina desconsideraria as particularidades econômicas de cada país. Defendia, portanto, o caminho inverso: "abordar primero lo sub-regional o sectorial hasta llegar por último al mercado común general" (CEPAL, 1959, p. 101).

Para evitar distorções e incompatibilidades que dificultassem a futura formação do mercado comum latino-americano, a delegação brasileira propunha a criação de um organismo integrado por todos os países – como o próprio Comitê de Comércio – a fim de estabelecer normas e princípios funcionais que orientassem os acordos sub-regionais rumo ao objetivo maior.

Outros países, a exemplo da delegação de Cuba, deixaram explícita sua objeção à fórmula gradualista do particular ao geral, porque "sólo toma en cuenta los intereses particulares de los países que lo han originado". E complementava: "No parecería justo colocar a los demás países de América Latina, en situación de tener que considerar la adhesión a un acuerdo en cuya negociación no participaron" (IDEM, p. 102).

Questionamentos importantes às recomendações do Comitê de Comércio também seriam registrados pelos organismos internacionais e pela delegação dos EUA. O representante do GATT, ainda que ressaltasse o apoio de sua instituição ao projeto de integração econômica latino-americana, manifestava apreensão quanto à existência em acordos preferenciais de garantias aos interesses de terceiros países, "porque siempre la meta final debe ser el mercado competitivo sin limitaciones" (IDEM, p. 105). Para garantir o princípio da igualdade de tratamento era necessário que a cláusula da nação

mais favorecida[8] se mantivesse a regra e não a exceção, como pode se supor ao ler a extensa lista de exceções previstas no informe da I Reunião do GT-MRLA, realizada no México.

A delegação norte-americano, por sua vez, chamou a atenção para o caráter insatisfatório do esquema preparado pelo Grupo de Trabalho. Considerava que o nível de preferência comercial sugerido, sem um compromisso concreto de prosseguir na formação da zona de livre comércio, gerava um alto grau de incerteza, dificultando o reconhecimento da preferência regional por parte de terceiros países. Mencionaria ainda que as regras sobre a adoção do nível médio de reduções tarifárias poderiam ter como resultado a limitação da concorrência. (IDEM, p. 97)

Já o Fundo Monetário Internacional (FMI) manifestou suas dúvidas de que o comércio latino-americano pudesse ser estimulado por uma União de Pagamentos. Acreditava que a maior contribuição para a formação do mercado comum seria a aplicação de programas de estabilização para pôr ordem às finanças, a adoção de tipos de câmbios mais realistas e a liberalização efetiva do comércio. Julgava, por outro lado, que uma união de pagamentos prolongaria ou perpetuaria o bilateralismo. Ao se inspirar equivocadamente na experiência europeia, um sistema multilateral de pagamentos latino-americanos desconsiderava as particularidades da América Latina e a tendência recente para a convertibilidade total vista em países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru. (IDEM, p. 105)

Além de algumas vozes discordantes em relação a pontos específicos das recomendações do GT-MRLA, alguns países-membros declararam sua impossibilidade de ingressar no mercado comum sem uma etapa prévia de estudos, a exemplo de Peru e Panamá.

Por outro lado, a decisão mais significativa do Comitê de Comércio, respaldada pela Secretaria-Executiva da CEPAL, consistiu em requerer, “más tardar en febrero de 1960” (prazo de doze meses), a convocação de uma reunião de especialistas governamentais de alto nível para preparar um anteprojeto para a formação do mercado

8 Conforme previsto no Artigo 1º, do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a Cláusula da Nação Mais Favorecida estabelece que qualquer vantagem, favor, privilégio ou imunidade afetando direitos aduaneiros ou outras taxas concedidos a uma parte contratante, deverão ser acordados imediata e incondicionalmente a produtos similares comercializados com qualquer outra parte contratante.

comum latino-americano, o qual, após ser estudado pelos governos, serviria de base para “la discusión y elaboración del proyecto definitivo de Acuerdo que será sometido a los gobiernos latino-americanos para su firma” (IDEM, p. 107. Resolução 6, de maio de 1959).

Ao mesmo tempo o Comitê de Comércio recomendaria as seguintes normas gerais que deveriam orientar a elaboração do (ante) projeto de integração econômica latino-americano, o Mercado Comum:

a) Estar integrado por todos los países latinoamericanos que decidan participar en su formación;
b) Permanecer abierto a la participación de los demás países latinoamericanos;
c) Basarse en condiciones competitivas y abarcar el mayor número posible de productos;
d) Tomar en consideración las desigualdades existentes entre los países latinoamericanos, en lo que concierne a su diferente grado de desarrollo económico;
e) Caracterizarse por la progresiva uniformidad de los regímenes arancelarios y de otros instrumentos de política comercial de los países latinoamericanos, en sus relaciones con otras áreas, teniendo en cuenta los compromisos internacionales;
f) Contar, para su realización con la más amplia colaboración de la iniciativa privada;
g) Promover una creciente especialización de las actividades económicas, con vistas a la mejor utilización de los factores de producción disponibles en el área; y
h) Contribuir a la expansión y diversificación del intercambio comercial entre los países latinoamericanos y entre éstos y el resto del mundo.[9]

Apesar de tudo, o grupo de técnicos indicados pelos governos membros para formular o anteprojeto nunca chegaria a se reunir. A proposta estabelecida na segunda conferência do Comitê de Comércio e referendada no VIII Período de Sessões da CEPAL (14 a 23 de maio de 1959, também no Panamá) se depararia com a preparação simultânea de um plano para o estabelecimento de uma área sub-regional de livre comércio, patrocinado pelos países do Cone Sul. Tal plano, influenciado pelas normas gerais recomendadas pelo Comitê, ganharia nova roupagem. Assim, o segundo semestre do ano de 1959 seria marcado por intensas negociações tentando conciliar os objetivos de longo alcance do GT-MRLA com as medidas pragmáticas, de curto prazo, dos quatro países sulistas (WIONCZEK, 1966, p. 97).

A Zona de Livre Comércio em perspectiva

Vimos anteriormente que os estudos e as recomendações gerais patrocinadas

9 Idem.

pelo Grupo de Trabalho da CEPAL acerca do mercado comum latino-americano já previam a possibilidade de se iniciar o processo integracionista partindo de uma associação mais restrita de países que apresentassem uma maior interdependência em razão da proximidade geográfica ou de outras afinidades.

Também o fato de que oito países latino-americanos pertencessem ao GATT, dentre eles alguns dos mais interessados no processo de regionalização econômica, sugeria a conveniência de se pensar em um plano de integração que, a semelhança da Comunidade do Carvão e do Aço e da Comunidade Econômica Europeia, pudesse se ajustar a alguns dos mecanismos de exceção do referido Acordo, dentre os quais destacava-se a aplicação da *cláusula da nação mais favorecida* para os países integrantes do bloco.

Como defendera a delegação brasileira no II Período de Sessões do Comitê de Comércio, no Panamá, não se tratava de convênios sub-regionais a se reconfigurarem, posteriormente, em um só bloco regional, senão de se aproveitar a iniciativa já em andamento de algumas economias importantes na América Latina para incorporar, *gradual e progressivamente*, outras e criar o núcleo do futuro mercado comum.

A compreensão da postura assumida pela diplomacia brasileira nas negociações para formação do Mercado Regional Latino-Americano passa pelo entendimento de dois fatores fundamentais: a formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), a levantar suspeitas quanto à constituição de um Mercado Euro-Africano que possivelmente substituiria produtos da pauta de exportações brasileiras no comércio europeu[10]; e o lançamento da Operação Pan-americana (OPA) no governo de Juscelino Kubitschek (JK), a apoiar-se mutuamente na recepção alvissareira que o projeto de integração regional cepalino vinha tendo na América Latina. Não por acaso a conveniência do Mercado Regional confundia-se com as reivindicações presentes na OPA.

Nesse sentido, a suposta identificação dos termos da Operação Pan-Americana de JK com o tema da integração regional latino-americana oferecia à iniciativa do governo brasileiro bases de apoio mais sólidas, para além da retórica de denúncia dos

10 Cf. Capítulo VI do A*ide-mémoire* enviado às embaixadas dos governos latino-americanos no Rio de Janeiro em 9 de agosto de 1958, quando do lançamento da Operação Pan-americana (CHDD, 2007, p. 240).

perigos ligados ao subdesenvolvimento da América Latina. Por outro lado, como um dos objetivos da OPA era garantir fontes de financiamento externo ao projeto de industrialização nacional (MALAN, 1986; VIZENTINI, 2004), cabia ao governo JK dosar seu apoio, aparentemente irrestrito, ao projeto de criação do Mercado Comum na América Latina, com o respeito aos compromissos assumidos junto a organizações internacionais, a exemplo do GAT. Daí, portanto, a defesa pela delegação diplomática brasileira da orientação gradual e progressiva que a integração econômica regional deveria assumir, a partir da constituição de uma Zona de Livre Comércio encabeçada pelos países do Cone Sul.

De fato, tal iniciativa já estava a caminho. Problemas de pagamentos nos convênios bilaterais e uma redução de cerca de 25% do intercâmbio executado mediante contas de compensação entre 1955 e 1957, exigiram que Argentina, Brasil, Chile e Uruguai encontrassem uma forma de liberalizar o comércio recíproco e de compensar os saldos derivados dos convênios monetários.[11]

A primeira reunião oficial de consulta sobre política comercial entre representantes dos quatro países aconteceu, sob coordenação da CEPAL, entre 26 de Agosto e 1° Setembro de 1958, na cidade de Santiago no Chile. Nela, com o objetivo de promover a liberalização do comércio entre as partes, decidiu-se pelo estabelecimento de uma *zona de preferência aduaneira intra-regional* cuja viabilidade, segundo os consultores, dependia da obtenção junto ao GATT de uma "exceção" latino-americana à cláusula da nação mais favorecida, conforme previsto no artigo XXV de seu estatuto. O inciso 5º do referido artigo previa que por decisão de 2/3 das Partes Contratantes do Acordo, um grupo de países poderia isentar-se das exigências prevista pela referida cláusula.

A comunicação de tal decisão ocorreria em novembro de 1958, durante o XIII Período de Sessões do GATT. O anúncio do propósito de submeter à consideração das partes contratantes o projeto sulista de uma zona preferencial latino-americana fora,

11 No Brasil, com a aprovação em 1957 da Lei 3244, regulamentando o sistema tarifário, introduziram-se modificações significativas no regime do comércio exterior com a taxação das importações com base em alíquotas "ad valorem"; a referida lei recomendava a revisão dos acordos bilaterais e multilaterais de comércio. Daí a necessidade de serem revistas as posições negociadas no GATT e, no eixo bilateral regional, os tratados de comércio negociados com Argentina, Chile e Uruguai, os quais representavam mais de 50% das exportações e mais de 70% das importações latino-americanas.

contudo, desaprovado pela instituição. Sugeriu-se, no lugar da cláusula de exceção, examinar como alternativa mais viável um plano de constituição de uma zona de livre comércio, de acordo com o artigo XXIV[12].

O projeto de Acordo de uma Zona de Livre Comércio seria finalmente definido pelos representantes dos quatro países, ao se reunirem oficialmente pela segunda vez em Santiago do Chile, na sede da CEPAL, de 6 a 16 de Abril de 1959[13]. Seguindo documentos e recomendações mais gerais da CEPAL sobre a integração econômica latino-americana, a ZLC fora considerada um ponto de partida visando constituir um mercado comum (item I). Nesse sentido, anunciava a disposição de renegociar este acordo com a participação "mayor posible de países latino-americanos" (CEPAL, 1959, p. 85) tão logo fossem definidas as soluções concretas. Ficaria, portanto, aberto à incorporação de outros países latino-americanos, incluindo aqueles de menor desenvolvimento relativo, haja vista à *flexibilidade* constante de suas disposições (item II).

Uma das metas previstas era de que o comércio recíproco na zona abarcasse todas as atividades existentes, fossem elas primárias ou industriais (item III), desde que os países que o subscrevessem compatibilizem-no "con los principios fundamentales de instrumentos vigentes relativos al tráfico internacional", a fim de estimular igualmente o comércio com o restante do mundo (item IV).

O objetivo do acordo era criar uma zona de livre comércio em um prazo não superior a dez anos, durante o qual se eliminariam gradualmente os impostos e outras restrições às transações comerciais das partes contratantes. A liberalização seria efetuada por meio de negociações anuais, em que cada participante reduziria, para as importações originárias dos demais, pelo menos 8% acumulativo da média ponderada das tarifas vigentes para terceiros países na data em que o acordo passasse a vigorar.

12 O artigo XXIV do GATT prevê que entre dois ou mais territórios aduaneiros se possam eliminar os direitos e outras restrições referentes ao "essencial" do intercâmbio de produtos deles originários, sem que seja obrigatório unificar as tarifas da zona frente ao resto do mundo e sempre que as respectivas tarifas aduaneiras aplicadas aos países alheios à zona não sejam em conjunto mais elevadas do que eram ao constituir-se o bloco. Além disso, qualquer convênio provisório entre as partes que pretenda criar uma ZLC deverá apresentar um plano e um programa para o estabelecimento, em um prazo razoável, de tal regime. Todo membro do GATT que se disponha a fazer parte de uma zona de livre comércio fica obrigado a divulgar o projeto aos demais membros da instituição, a fim de que o analisem e decidam sobre sua compatibilidade com as disposições do referido artigo.

13 Cf. Zona de Libre Comercio. Proyecto de Acuerdo de Zona de Libre Comercio, Anexo III, In: CEPAL, 1959, p. 85-88.

Cada país possuía liberdade para definir as reduções concedidas em cada produto, desde que cumprisse a média estipulada. Assim, convencionou-se que ao final de três anos, 25% do comércio intrazonal estivesse liberado; 50% após seis anos; 75% concluído 9 anos do acordo; e 80% ao final do período (1º de janeiro de 1970).

Visto que não era requisito estabelecer uma tarifa única frente ao mercado exterior, previa-se a harmonização dos regimes de exportação e importação, bem como dos tratamentos fiscais e cambiais aplicados ao resto do mundo, pois se reconhecia implicitamente que a disparidade referente a determinados produtos ou suas matérias-primas poderia causar dificuldades ao mercado intra-regional. A aplicação da cláusula de nação mais favorecida estender-se-ia a todos integrantes da ZLC.

Diferentemente do projeto de mercado comum elaborado pelo GT-MRLA, a ZLC não estipulava uma classificação de produtos a ser considerada nas negociações ou no grau de liberalização que se deveria aplicar. Estabelecia, no entanto, cláusulas de salvaguarda que permitiam impor restrições quantitativas ou outras medidas equivalentes em relação à importação de produtos que "se destinen a complementar producciones internas básicas que tengan gravitación importante en la economía nacional o que sean objeto de programas especiales de estímulo gubernamental" (Art. 21) ou para restringir a exportação a fim de assegurar o abastecimento nacional de determinados produtos.

Em relação aos países menos desenvolvidos, enquanto o projeto de mercado comum lhes outorgava concessões especiais, o projeto dos quatro países apenas considerava a possibilidade de "aprobar medidas transitorias por las cuales las Partes Contratantes concedan ventajas con el carácter de exclusivas a otras Partes Contratantes a fin de contribuir a la aceleración del desarrollo de determinados producciones" (Art. 23). Por outro lado, se concebia a ocorrência de exceções não extensivas a todos os produtos tampouco a todos os países-membros, "en virtude de acuerdos específicos de complementación industrial" (Art. 15).

Para a administração da ZLC recomendava-se a criação de um Comitê de Comércio e Pagamentos, integrado por representantes governamentais de todos os países-membros, e uma Secretaria, a contar com o assessoramento técnico da CEPAL. Já os pagamentos dentro do bloco ficariam sujeitos ao sistema de compensação

multilateral recomendado pelo Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais da América Latina, o chamado Protocolo do Rio de Janeiro[14].

O processo simultâneo de formulação de duas propostas de integração econômica regional sugestionava à CEPAL e aos governos latino-americanos a necessidade de definirem-se sobre o melhor caminho a ser seguido. A confrontação dos dois projetos durante o II Período de Sessões do Comitê de Comércio no Panamá, em maio de 1959, se bem que o Acordo da Zona de Livre Comércio assumisse na ocasião um caráter informativo, gerou certa preocupação em alguns países da região, a exemplo de Cuba, México e Peru. As objeções apresentadas de que um agrupamento sub-regional dificultaria a constituição posterior de um mercado mais abrangente não foram suficientes para que o Comitê de Comércio defenestrasse o projeto sulista. Em outras palavras, não lhe era dada a faculdade de objetar contra qualquer agrupamento particular a que pretendesse chegar um número determinado de países soberanos.

Com efeito, o Comitê de Comércio não somente procurou recomendar os princípios gerais a que deveria ajustar-se o projeto de mercado comum latino-americano, como também encomendou a um grupo intergovernamental de *experts* de alto nível a elaboração de um anteprojeto, que após ser analisado pelos governos da região serviria de base para um Acordo definitivo a firmar-se em janeiro de 1960.[15]

Apesar da maior viabilidade operacional do projeto sulista sobre a zona de livre comércio, as recomendações e iniciativas emanadas do Comitê de Comércio influíram sobre os rumos tomados pelo processo integracionista no segundo semestre de 1959 (UH, 01/10/1959; DC, 16/08/1959; DN, 18/07/1959 e 11/11/1959; CM, 29/01/1960).

Em junho de 1959, os quatro países do sul convidaram Bolívia, Paraguai e Peru a tomarem parte nas negociações, mas ainda assim prevalecia a formação de um acordo sub-regional. O Uruguai convocou então uma conferência diplomática, realizada em setembro de 1959 na capital do país, para preparar o esboço final de um tratado de zona

14 Cf. Resolução 4: Proyecto de Protocolo para el estabelecimiento de un sistema latino-americanos de compensación multilateral de saldos bilaterales. In: CEPAL, 1959, Anexo IV, p. 89-90. O Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais reuniu-se oficialmente em duas ocasiões: abril de 1957, em Montevidéu; e 24 de novembro a 3 de dezembro de 1958, no Rio de Janeiro.

15 No Brasil, o referido anteprojeto foi analisado e aprovado, como ponto de partida para a tomada de posição do Governo, por um grupo de trabalho integrado por funcionários do Itamaraty, da Fazenda, do Conselho de Política Aduaneira, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Conselho Nacional de Economia, da Superintendência da Moeda e do Crédito e da Comissão Consultiva dos Assuntos do GATT (BARBOSA, 1996).

de livre comércio, para a qual foram convidados a assistir aos trabalhos observadores de México e Venezuela. O esboço definitivo acabou incluindo muitos pontos importantes do plano elaborado pelo Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano. O Tratado seria assinado em Montevidéu em 18 de fevereiro de 1960.

O Tratado de Montevidéu: um denominador comum

O Tratado de Montevidéu pode ser considerado, como bem o definiu Miguel Wionczek, um *denominador comum* entre duas propostas as quais, se não eram contrapostas, pelo menos indicavam caminhos e visões diferentes para se alcançar a integração econômica latino-americana. De um lado, o "Mercado Comum" admitia a possibilidade de se iniciar a integração a partir de um grupo de países, sempre que "a) todos los países de América Latina sean invitados a la negociación inicial, y b) los que no suscribieren el Acuerdo desde un principio pueden hacerlo ulteriormente" (Cf. Informe de la Segunda Reunión del Grupo de Trabajo (México, 16 a 27 de febrero de 1959). In: CEPAL, 1959, p. 32). De outro, a "Zona de Livre Comércio", um acordo multilateral que Argentina, Brasil, Chile Uruguai "projectam para resolver problemas urgentes" em suas relações comerciais, mas tendo em vista "la posible formación del mercado común latinoamericano, se tuvo presente la conveniência de dar al proyecto de acuerdo una estrutura cuya flexibilidade facilite su ampliación a un número creciente de países y produtos" (Cf. Zona de Libre Comercio (Consultas sobre política comercial, 06 a16 de abril de 1959). In: CEPAL, 1959, p. 78).

Em ambos os casos, a busca de factibilidade para a integração econômica regional sugeria apoiá-la no núcleo das relações comerciais mais significativas entre os países da América Latina, isto é, os do Cone Sul. Dessa forma, o esboço final do acordo amalgamaria as recomendações de princípios e os objetivos mais ambiciosos presentes no projeto do Mercado Comum Latino-Americano, destacados no Preâmbulo do Tratado, com as partes mais operacionais do projeto dos quatro países do Sul, realçadas nas cláusulas centrais referentes ao estabelecimento da área de livre comércio.

Por meio deste convênio, subscrito em 18 de fevereiro de 1960, os governos de Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai estabeleceram uma zona de livre comércio e instituíram uma Associação Latino-Americana de Livre Comércio

(ALALC), com sede na cidade de Montevidéu. A ratificação ficou prevista para 2 de maio de 1961 e o Tratado, segundo o Artigo 57, entraria em vigor 30 dias depois. Outros países ingressariam posteriormente no bloco: Colômbia (30 de setembro de 1961) e Equador (3 de novembro de 1961). Ao final de 1961, com exceção da Bolívia, Venezuela e as três Guianas, o Tratado já vigorava em toda a América do Sul (DELL, 1966, p. 45).

Conforme explicitado em seu Preâmbulo[16], o Tratado vinculava a expansão do comércio entre os sete signatários iniciais e futuros aderentes ao objetivo principal de aceleração do crescimento econômico. Impunha-se como meta central chegar, de forma gradual e progressiva, ao mercado comum latino-americano e favorecer a complementação e integração das economias da região.

O prazo previsto para eliminação gradual dos gravames[17] e outras restrições sobre a importação de produtos originários dos territórios de qualquer parte contratante saltaria de 10, conforme sugerido anteriormente, para 12 anos (Artigo 3). As negociações se dariam em rodadas anuais com o objetivo de reduzir os gravames em 8% da média ponderada daqueles vigentes para países alheios ao bloco econômico (Artigo 5). Os produtos negociados frequentemente integrariam uma "lista nacional", cujas concessões outorgadas poderiam ser retiradas mediante negociação e compensação adequadas. Também seria formada uma "lista comum" de produtos sobre os quais se eliminariam totalmente os gravames (Artigo 4), representando ela 25% do valor transacionado entre os signatários do acordo ao término de três anos; 50% ao final de seis anos, 75% após nove anos, e no último triênio, "lo essencial". Nesta lista, as concessões outorgadas eram irrevogáveis (Art. 7).

Uma das principais regras estabelecidas no Tratado de Montevidéu referia-se ao "princípio de reciprocidade", tanto em relação às concessões, a fim de que não fossem unilaterais, como à "expectativa de corrientes crecientes de intercambio" (Art. 13) para os produtos negociados, entre cada parte contratante e o conjunto dos países. Não se tratava de buscar igualar as exportações às importações para cada país, mas sim de

16 Para uma análise detalhada dos principais aspectos do Tratado de Montevidéu, vale dizer, seus 65 artigos distribuídos em 12 capítulos e acompanhados de 5 protocolos e 2 resoluções, ver além de Sidney Dell, os trabalhos de Márcio Bobik Braga e Miguel S. Wionczek indicados nas referências bibliográficas.
17 Por gravames entende-se "os direitos alfandegários e quaisquer outros encargos de efeito equivalente, sejam eles de caráter fiscal, monetário ou cambial, que incidam sobre as importações" (Artigo 3º).

evitar que houvessem desvantagens “acentuadas y persistentes” (Art. 11) para um determinado país. Caso a disparidade dos níveis de gravames e outras restrições fosse muito acentuada, se introduziria nas negociações um critério de equidade com o objetivo de garantir a reciprocidade de concessões. No interesse de evitar dificuldades que prejudicassem o estímulo ao comércio intra-regional, buscar-se-ia harmonizar os regimes de importação e exportação, bem como o tratamento aplicado aos capitais, bens e serviços procedentes de fora da ZLC (Art. 15). Deveria prevalecer, portanto, a prática de incrementar o intercâmbio, evitando ao máximo restringi-lo. Conforme sintetizou Sidney Dell (1966, p. 147), “[…] o problema da reciprocidade consiste em assegurar a todos os participantes de um mercado comum a coleta de benefícios por tal participação na medida das concessões por êles feitas”.

Por outro lado, o processo de eliminação de barreiras ao comércio intrazonal apresentava uma ressalva: a chamada *cláusula de salvaguarda*. Poder-se-ia aplicar restrições quando as importações de produtos negociados “causen o amenacen causar prejuicios graves” (Art. 23) a determinadas atividades produtivas consideradas importantes e quando correspondam a medidas de correção de um desiquilíbrio global da balança de pagamentos (Art. 24); tais medidas restritivas deveriam, no entanto, ser transitórias e, caso durassem mais de um ano, submetidas à negociação visando extingui-las (Art. 26).

Em relação à possibilidade de celebração de convênios de complementação e integração industriais, o Tratado de Montevidéu discorreu de forma mais ampla e detalhada que as propostas anteriores. Nele ficou estabelecido que as partes contratantes se comprometeriam a realizar esforços para promover “una gradual y creciente coordenación de las respectivas políticas de industrialización” (Art. 16) e se disporiam a firmar acordos de complementação por setores industriais, dentro dos quais poderia ser fixado um programa de liberalização especial para os produtos do setor, inclusive cláusulas destinadas a harmonizar as políticas aplicadas às matérias-primas e aos componentes complementares utilizados na fabricação dos produtos. Em tais negociações nenhum país seria excluído caso desejasse delas participar (Art. 17).

Também para o setor agrícola eram previstos acordos especiais, de coordenação das políticas de desenvolvimento agrícola e das transações comerciais de produtos

agropecuários na área. Por outro lado, era permitido restringir as importações desses produtos se necessário para regularizar o abastecimento e a produção interna, mas compatibilizando tais iniciativas com medidas voltadas para incrementar o comércio desses bens primários (Cap. VII).

Um capítulo especial no Tratado de Montevidéu regia a situação dos países de menor desenvolvimento relativo. As partes contratantes se comprometiam a unir esforços no sentido de criar condições favoráveis ao crescimento das economias daqueles países. Dentre as medidas possíveis constavam a autorização para que um país concedesse vantagens exclusivas a outros menos desenvolvidos, a permissão para que aqueles que se encontrassem nessa categoria cumpram "en condiciones más favorables" o programa de redução (Art. 32, b) e eliminação de gravames e protejam suas balanças de pagamento e suas produções nacionais. Era considerada de responsabilidade coletiva apoiar medidas financeiras e técnicas de ampliação das atividades existentes e estimular novos nichos de industrialização nesses países, como também promover programas especiais de assistência técnica voltados para a elevação da produtividade em certos setores de produção. O Tratado entendeu, na ocasião de sua homologação, que somente Bolívia e Paraguai enquadravam-se nessas condições (Protocolo nº V).

Para além do que pretendia o anteprojeto, o Tratado especificava que a ALALC se apoiaria em dois órgãos (Capítulo IX): a Conferência das Partes Contratantes onde se tomariam as decisões mais fundamentais, por maioria de dois terços dos votos, a reunir-se anualmente; e o Comitê Executivo Permanente, integrado por representantes dos governos, que se incumbiria da aplicação e execução das disposições do Tratado e realizaria, com a ajuda de uma secretaria técnica, a análise dos problemas que surgissem.

Embora o Acordo fosse de duração ilimitada, qualquer parte contratante poderia declinar desde que avisasse com antecedência de um ano, mas ciente de que continuariam em vigor por cinco anos mais as concessões (redução de gravames e demais restrições) outorgadas às outras partes contratantes ou recebidas delas (Art. 64). Por outro lado, qualquer república latino-americano poderia aderir à ALALC, mesmo após ter entrado em vigor, sob a condição de que aceitasse as concessões recíprocas já existentes na zona e acedesse aos compromissos mínimos acumulados desde o início do

Tratado (Art. 58).

O Tratado foi concebido, por fim, como uma etapa prévia à constituição posterior do mercado comum latino-americano. Apesar de reger fundamentalmente a liberalização do comércio, declarava o compromisso de seus signatários em empenhar "sus máximos esfuerzos en orientar sus políticas hacia la creación de condiciones favorables" para o fim maior (Art. 54). Concluídos os doze anos, se examinariam os resultados obtidos e se "iniciarán las negociaciones colectivas necesarias" para a melhor consecução de seus fins e, se julgasse oportuno, "para adaptarlo a una nueva etapa da integración económica" (Art. 61).

Considerações Finais

A análise aqui empreendida não pretendeu ser exaustiva, mas apenas destacar alguns aspectos do processo de integração econômica latino-americana que foram aprofundados paulatinamente entre 1948 e 1960.

Uma das críticas mais presentes na historiografia alalquiana é justamente o fato do Acordo procurar manter-se um pouco aquém do *Mercado Comum* ainda que um pouco além da *Zona de Livre Comércio*. O papel mediador da Comissão Econômica para América Latina nesse processo foi essencial para se chegar a esse formato final da ALALC.

Não passaria desapercebida, para seus analistas, que esse resultado respondeu também a condicionamentos políticos prementes da região, e que por isso o Tratado teve a virtude de evitar, ao longo do processo negociador, rupturas entre diversas forças políticas e econômicas em choque. Na síntese de um de seus maiores estudiosos:

> Primeiramente, tentou êle acomodar os países mais setentrionais, onde se achava concentrada a maior parte do comércio intra-regional durante cêrca de um século, e o resto do subcontinente (com exclusão da América Central com o seu próprio experimento de integração) cujo envolvimento nas relações econômicas interlatino-americanas tem sido quase nulo; em segundo lugar, foi uma transigência entre os "globalistas" da ALALC e os detentores do poder político e econômico nos níveis nacionais; em terceiro, representou ainda outro meio termo entre os peritos nacionais e os interêsses adquiridos, especialmente acentuados nas repúblicas com setores industriais relativamente avançados; em quarto, oferecia uma fórmula aceitável aos três líderes industriais (Argentina, Brasil e México) e os restantes países com variado grau de fraqueza quanto à capacidade de negociações; finalmente, havia a necessidade de tomar em

consideração os interêsses e as atitudes de países extra-regionais e organização internacionais (WIONCZEK, 1969, p. 38-39).

Referências

ALMEIDA, Hamilton. (2005), *Sob os olhos de Perón*: O Brasil de Vargas e as relações com a Argentina. Rio de Janeiro / São Paulo: Record.

ALMEIDA, Paulo R. de. (1998), *Perón – Vargas – Ibañez – Pacto ABC*: raízes do Mercosul. Porto Alegre: Edipucrs.

BARBOSA, Rubens A. (1996), O Brasil e a integração regional: a Alalc e a Aladi (1930-1990). In: ALBUQUERQUE, José A. G. (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. v. 2 – A diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: Nupri/USP, Cultura Editores.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). (2000), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record.

BRAGA, Márcio B. (2012), *Integração e desenvolvimento na América Latina*: as contribuições de Raul Prebisch e da Cepal. São Paulo: Annablume.

BRASIL. *Anais do Senado*. Congresso Nacional. Acesso: www.senado.gov.br/publicações.

BULHÕES, Octávio G. (1948), A Comissão Econômica para a América Latina – Ponto de vista do Brasil. *Observador econômico e financeiro*, Ano XIII, n° 151, agosto.

CHDD (2007), *Centro de História e Documentação Diplomática.* CADERNOS DO CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Ano VI, Número 10. – [Brasília, DF]: A Fundação.

CEPAL. (1948), *Documentos del Primer Período de Sesiones de la CEPAL*. Santiago. Disponíveis em: <http://repositorio.CEPAL.org>. Acesso em 02/06/2014.

CEPAL. (1959), *El Mercado Común Latinoamericano*. Naciones Unidas, México, Julio.

CM, “Confiança nos trabalhos da CEPAL”, *Correio da Manhã*, 26/04/1953.

CM, “Integração continental – objetivo pan-americano”, *Correio da Manhã*, 15/11/1958.

CM, “México ingressará no comercio livre”, *Correio da Manhã*, 29/01/1960 (declaração do presidente mexicano Adolfo Lopez Mateos).

CM, “Na Conferência do México”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 08/03/1945.

DC, “A posição da CEPAL”, *Diário Carioca*, 12/04/1953.

DC, “Os Estudos da CEPAL e a Política Econômica da América Latina”, *Diário Carioca*, 26/04/1953.

DC, “Os Mercados Regionais na América Latina”, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 17/11/1957.

DC, “Poupança e capital estrangeiro: fatores para o Desenvolvimento da América Latina”, *Diário Carioca*, 28/04/1953.

DC, “ZLC: condensação”, *Diário Carioca*, 16/08/1959.

DC, “Aprovada, pela CEPAL, a criação da Comissão de Comércio Interamericana”, *Diário Carioca*, 15/09/1955.

DELL, Sidney. (1966), *Mercado Comum Latino-Americano*: utopia ou realidade? Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro.

DN, “A mística do equilíbrio espontâneo na economia”, *Diário de Notícias*, 08/11/1953.

DN, “Mercado Comum para a América Latina”, *Diário de Notícias*, 11/11/1959.

DN, “Reunião em Lima de técnicos da CEPAL”, Diário de Notícias, 18/07/1959.

FURTADO, Celso. (1985), *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GONÇALVES, Luiz E. F. de C. (2011), *As relações Brasil-CEPAL*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

GURRIERI, Adolfo. (1982), *La obra de Prebisch en la CEPAL*. México: Fondo de Cultura Económica.

GV. Arquivo Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV.

JB, “Instalada a Quinta Sessão da Comissão Econômica para América Latina”, *Jornal do Brasil*, Caderno 1, 10/04/1953.

MALAN, Pedro S. (1986), Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira* – O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964). V. 4. São Paulo: Difel.

MRE. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro, Serviços de Publicações da Divisão de Documentação, 1950 a 1960. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 05/10/2015.

QUIJADA, Mónica. (1993), *Zollverein* y integración sudamericana en la política exterior peronista, 1946-1955: Análisis de un caso de nacionalismo hispanoamericanista. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft lateinamerikas*, Vol. 30.

RECKZIEGEL, Ana L. G. S. (1996), *O Pacto ABC*: as relações Brasil-Argentina na década de 1950. Rio Grande do Sul: Ediupf.

REYNOSO, Plácido G. (Org.). (1969), *Hacia la integración acelerada de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica.

RODRIGUEZ, Octavio. (2009), *O Estruturalismo Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SARAIVA, Mirian G. (1999), Os processos de integração latino-americanos e europeu. As experiências dos anos 60 e o modelo de integração com abertura econômica dos anos 90. *RIEP/Revista Internacional de Estudos Políticos*, vol. 1, nº 1, Rio de Janeiro: Nuseg/UERJ.

TORRES, José G. (1958), Por que um mercado regional latino-americano? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano I, nº 2, junho.

UH, “Aprovada a Zona de Comércio Livre”, *Última Hora*, 01/10/1959.

UH, “Brasil: líder da ação sul-americana para a organização do Mercado Comum”, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 02/02/1957.

UH, “Superar o pauperismo com o crescimento econômico”, *Última Hora*, 30/04/1953.

UH, “Teme o Itamaraty os Blocos Econômicos…”, *Última Hora*, 15/04/1953.

VIZENTINI, Paulo F. (2004), *Relações exteriores do Brasil (1945-1964)*: o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis, RJ: Vozes.

WIONCZEK, Miguel S. (1969), *A integração latino-americana e a política econômica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WIONCZEK, Miguel S. (1966), História do Tratado de Montevidéu. In: _____. *A integração econômica da América Latina*: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro.

A função dos notários na prática creditícia: o caso de José Antônio dos Santos Ameno (1808 – 1821)

Elizabeth S. de Souza [1]

Baseado nas escrituras públicas do 1º Cartório do Rio de Janeiro, o presente estudo analisa o papel dos tabeliães na sociabilidade do crédito na cidade do Rio de Janeiro no primórdio do século XIX. Representar um conjunto de normas do Império português e formalizar vontades particulares através de instrumentos jurídicos constituíam-se características do ofício de tabelião de notas no mundo colonial. A importância desse ofício para o funcionamento da justiça não é questionada, uma vez que as escrituras, testamentos, inventários e outros contratos recebiam o valimento de lei através da rubrica do tabelião, assegurando os direitos e deveres de acordo com a legislação vigente. Assim sendo, os documentos produzidos pelos notários tornavam-se provas legítimas de determinados assuntos, por isso eram utilizados nos processos judiciais com autenticidade dificilmente revogável. Entretanto, é preciso averiguar até que ponto os notários levavam à prática a legislação régia sobre emprestar e receber crédito.

De acordo com as *Ordenações Filipinas*, o tabelião é "o empregado publico encarregado de lavrar os contractos entre particulares, e differentes actos judiciaes, a que por utilidade publica a lei presta fé e considera sua interferencia como prova de taes actos".[2] A figura do tabelião como responsável por tais ações aparece na história do direito português somente com a influência do direito romano. Todavia, com a inserção desse ofício na jurisprudência portuguesa, posteriores readaptações ocorreram diante da necessidade legislativa.

Diferenciar o tabelião do judicial do tabelião de notas foi elemento presente nas normas Filipinas, visto que a atividade do primeiro era servir como escrivão dos juízes de fora. Em contrapartida, a existência do segundo perfil do tabelionato não era vinculada a outro ofício e tinha maior complexidade nas suas ações, pois não estava

[1] Mestre em História Social pela UFF.
[2] ALMEIDA, Candido Mendes de. Codigo Philippino. 14º Ed. Vol. I, Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870, título LXXVIII, nota 1.

supervisionado diretamente por instância superior. Contudo, independente do perfil, o indivíduo para assumir o cargo de notário ou serventuário precisava conhecer a legislação, saber escrever e falar em público, além de outros atributos. Às vezes, um único indivíduo poderia ainda desempenhar as duas funções, sendo por isso intitulado de tabelião de notas e do judicial.[3]

Sujeitos à penalidade da lei, que previa a perda do ofício e o pagamento dos danos causados às partes[4], o tabelião de notas era responsável por guardar com esmero a memória cartorial, que continha os negócios particulares de muita gente da cidade. Evidentemente, essa tarefa não era de pouca estima, porque sendo obrigado a residir no lugar onde desempenhava o ofício, o notário circulava pelas ruas sabendo do patrimônio, dotes, comércios, relações sociopolíticas, potencialidade de credor e devedor, bem como de outros elementos da vida privada dos moradores locais.

Esse conhecimento da vida alheia era ferramenta de trabalho, pois os tabeliães de notas só poderiam firmar escrituras das pessoas que conhecesse[5]. Sendo assim, quanto mais se inteirasse dos moradores da cidade, maior seria a demanda cartorial e, consequentemente, o retorno financeiro. Caso o tabelião não conhecesse o outorgante e outorgado que queriam fazer o contrato público, as partes poderiam acionar duas testemunhas de confiança do tabelião.

As escrituras públicas eram documentos redigidos pelo notário, que formam instrumentos legais para reivindicar nos trâmites judiciais os direitos e deveres das partes responsáveis pelo contrato. Desse modo, no contexto das relações sociais de empréstimos, os contratos são por lei a garantia mínima dos interesses do devedor e do credor. Contudo, cabe a figura do tabelião intermediar a ação entre esses indivíduos e fazer cumprir o que diz as *Ordenações Filipinas* sobre a venda de bens móveis ou imóveis, o empréstimo a juros, as hipotecas, a quitação de dívida, do cônjuge que vende os bens sem o consentimento do outro, etc.

Verifica-se que, o tabelião além de conter informação sobre a vida das pessoas, é peça fundamental para escrever um instrumento público que esteja em consonância com a legislação. No tocante ao mercado creditício, importa questionar a interferência ou não deste funcionário público nos acordos instituídos. Poderia o tabelião de notas oferecer

[3] Idem, Livro I, título LXXX
[4] Idem, Livro I, título LXXXVIII, § 24.
[5] Idem, Livro I, título LXXVIII, § 6.

informações sobre os bons credores e mutuários da cidade? A resposta é positiva, com o volume de dados acerca da vida privada de muita gente, o notário poderia desempenhar função de mediador nas transações de crédito direto. Essa forma de endividamento difere-se daquela em que o acordo era instituído mediante a presença de um intermediário, como bancos, confrarias, companhias, consulados, etc. Os contratos públicos eram estabelecidos a partir da troca direta entre o credor (quem possui capital disponível) e devedor (quem necessita de capital).

Referindo-se ao sistema de crédito urbano português entre os séculos XVII e XIX, a historiadora Maria Manuela Rocha detectou a pouca predominância do grupo especializado na informação do crédito[6]. Isto porque, as escrituras traziam, em maioria, a cobrança de juros e hipotecas que ofereciam uma segurança aos credores e dispensavam a figura do intermediário, que reduziam os danos materiais dos que forneciam crédito. Todavia, a autora ressalta que numa cidade com alta circulação de pessoas e pequena proximidade entre o credor e o devedor, a figura dos intermediários (mediadores) como notários e advogados era primordial para divulgar informes sobre os indivíduos que tinham riquezas para emprestar e sobre as condutas morais dos que almejavam adquirir um crédito.

De modo não destoante, Martín Wasserman também problematizou a institucionalização do crédito em Buenos Aires, no século XVII, através da figura do notário, que era favorecido com o pagamento da feitura das escrituras[7]. A segurança dos acordos de interesses particulares era respaldada pela função do funcionário público. À vista disso, imprescindível é examinar as regalias adquiridas com a atuação neste recorte da administração judicial. Indubitavelmente, o tabelião ou o serventuário do ofício – este último recorrente no Brasil colônia – correspondiam-se com uma gama variada de pessoas, o que permitia espraiar suas teias de sociabilidades, que funcionavam como rede de proteção perante outros indivíduos também detentores de poderes na esfera local.

Philip Hoffman, Gilles Portel-Vinay e Jean Laurent Rosenthal estudaram as transações financeiras em Paris no século XIX, entre os anos de 1808 a 1855, e

[6] ROCHA, Maria Manuela. Crédito privado em perspectiva comparada (séculos XVII – XIX). In: **Gabinete de História Económica e Social**. Lisboa, 1998.
[7] WASSERMAN, Martín L. E. Diseño institucional, prácticas y crédito notorial em Buenos Aires durante la primera mitad Del siglo XVII. In: **Investigaciones de Historia Económica**. Espanha: Elsevier Doyma, vol. 10, 2004, p. 1 – 12.

perceberam as disputas existentes entre os notários e os banqueiros na intermediação do crédito na cidade.[8] Inauguradas às novas leis, regras e formas de fazer negócios, os tabeliães parisienses utilizaram-se da boa relação com os clientes para obter vantagens na concorrência da intermediação do mercado de empréstimos de curto e longo prazo. Como afirma os autores, a ocupação profissional dos notários no sistema judicial entrelaçou-se com a corretagem dos financiamentos.

> Notaries were originally scriveners appointed by the court system to draft and record private contracts. Under the Old Regime, they had taken on important roles as loan and asset brokers. At the beginning of the nineteenth century, they continued to play two roles: drawing up legal contracts and financial intermediation.[9]

Os estudos sobre o tabelião no sistema de circulação de informação são poucos, e na historiografia brasileira há um silêncio residente quando questionamo-nos sobre tal questão. Posto que, a discussão sobre o acesso à informação nas negociações encontra-se em fase inicial e, cientes desse processo, os historiadores Tiago Luís Gil e Fábio Pesavento elaboraram a primeira tentativa de sistematizar quais as instituições que permitiam obter informações valiosas para uma boa negociação no Brasil colonial[10]. Desse modo, esses autores concluíram que o acesso poderia ser através da família, das redes, da reputação vinculada à conduta pública, da hierarquia social e do banco de informações. Portanto, na sociedade de Antigo Regime nos trópicos, dotada de características recorrentemente destacadas, as notícias circulavam principalmente pela via da oralidade através das instituições apontadas por Tiago Gil e Fábio Pesavento.

O conceito de redes também mereceu atenção da historiadora Montserrat Cachero Vinuesa ao aferir os contratos comerciais entre a Espanha e suas colônias. Enfatizando as companhias comerciais das rotas transatlânticas, Montserrat Vinuesa estudou o comportamento dos agentes econômicos no momento de tomar decisões nas

---

[8] HOFFMAN, Philip; POSTEL-VINAY, Gilles; ROSENTHAL, Jean-Laurent. No Exist: Notarial Bankruptcies and the Evolution of Finalcial Intermediation in Nineteenth Century Paris. In: ENGERGMAN, Stanley L.; HOFFMAN, Philip T.; ROSENTHAL, Jean-Laurent; SOKOLOFF, Kenneth L. (Orgs). **Finance, Intermediaries, and Economic Development**. Cambridge University Press 2003, p. 75 – 110.

[9] Idem, Op. Cit., p. 78.

[10] GIL, Tiago Luís; PESAVENTO, Fábio. Por ser público e notório: notas sobre informação na economia da América Lusa (século XVIII). GUIMARÃES, Carlos Gabriel (org.). **Crédito e Descrédito:** relações sociais de empréstimos na América séculos XVI ao XX. Niterói: EDUFF, 2015, p. 29 – 46. (a ser publicada)

situações de riscos.[11] Neste caso, as redes surgiram como instrumentos para regular as interações entre os indivíduos e reduzir o oportunismo das transações comerciais. Entretanto, "el papel de la red es el de disminuir los riesgos no eliminarlos"[12].

Mediante as redes de informação estabelecidas entre os homens por meio da confiança era possível realizar o comércio de longa distância e escolher os sócios que atuariam nessa empreitada. Em relação aos mercadores do século XVI, Montserrat Vinuesa demonstra que as redes permitiam ter acesso às informações privilegiadas para os negócios. Todavia, a racionalidade econômica dos indivíduos instigava-os a romper com o círculo de confiança e a agir em benefício de si próprio na situação oportuna. Segundo o autor, esse seria o lado obscuro da rede, pois facilitaria os golpes já que todos seriam previamente dignos de confiança.

É neste contexto que a informação obtém importância. "En economía los sujetos son básicamente agentes decidores, en el proceso de toma de decisiones la información juega un papel clave, puesto que en um proceso de elección la alternativa seleccionada por el sujeto dependerá en gran mediad de la información disponible"[13]. Nem sempre é fácil conseguir as informações para proceder com a operação comercial, e sua aquisição pode não ser gratuita. Uma articulação positiva entre o *poseedor de información* e o *buscador de información* podiria ser o canal adequado para a obtenção dos interesses privados de ambas partes.

No que tange à figura do tabelionato, de acordo com os trâmites do ofício que realizava na sua localidade, esse podia agregar prestígios de tal forma para constituir uma herança imaterial possível de ser repassada aos descendentes. Giovanni Levi, através do olhar atento à trajetória do religioso Giovan Battista Chiesa na vila de Santena, no século XVII, mostra como esse usufruiu da importância que seu pai, Giulio Cesare Chiesa, teve no vilarejo ao ser notário. A intermediação feita pelo tabelião entre as diferentes partes permitiu obter "riqueza advinha das redes de relações que possuía"[14].

---

[11] VINUESA, Montserrat Cachero. El uso de la información en el comercio trasatlántico: mercaderes castellanos y sus factores em América durante el siglo XVI. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel (org.). **Crédito e Descrédito:** relações sociais de empréstimos na América séculos XVI ao XX. Niterói: EDUFF, 2015, p. 9 – 27 (a ser publicada).
[12] Idem, Op. Cit., p. 9.
[13] Idem, Op. Cit., p. 14.
[14] LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 195.

Durante os anos de 1808 a 1821, entre os contratos de venda, dívida e quitação catalogados do Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro, cinco pessoas os assinaram na qualidade de tabelião, como o Joaquim Carlos da Rocha Pita, João Caetano Moreira, José Antônio dos Santos Ameno, José Antônio Pereira Lago e Antônio Teixeira de Carvalho. Na realidade, a propriedade desse ofício estava junto à família Teixeira de Carvalho desde 1735, quando o seu avô paterno – tabelião de nome homónimo – obteve essa mercê como título de remuneração dos serviços prestados à Coroa.[15]

Antônio Teixeira de Carvalho avô, naturalizado em Portugal, era capitão e chegou a ocupar o cargo na Infantaria da Nova Colônia do Sacramento.[16] No início de 1735, têm-se notícias através dos requerimentos enviados ao Conselho Ultramarino que Carvalho deixou as ocupações no Sacramento para servir, de imediato, no Rio de Janeiro. Essa ocasião tornou-se oportuna para enviar, em 29 de março de 1735, nova demanda ao Conselho Ultramarino pedindo o provimento da propriedade do ofício de Tabelião de Notas e Sesmarias da cidade do Rio de Janeiro.[17]

Segundo Deoclécio Leite de Macedo, com a finalidade de pagar dívidas e oferecer o dote de sua filha Ana de Jesus Maria, o dito patriarca da família renunciou, em setembro de 1753, a propriedade do seu ofício ao tabelião do Público Judicial e Notas, Francisco Xavier da Silva. No entanto, essas duas famílias se entrelaçaram ainda mais com o casamento de Inácio Teixeira de Carvalho, filho do capitão Carvalho, com Francisca de Jesus Maria, filha de Xavier da Silva. Em 1760, o 1º Cartório do Rio de Janeiro através de provisão régia passou para as mãos do capitão Inácio Teixeira de Carvalho, descendente direto de Antônio Teixeira de Carvalho e pai do mesmo homónimo.

Desta maneira, a partir do meado do século XVIII a propriedade do cartório foi monopolizada pela família Teixeira Carvalho, que nomeou os serventuários do ofício de maneira a agradar-lhe. Abaixo seguem os nomes dos que assinaram como tabeliães do cartório durante as duas primeiras décadas do Oitocentos.

Quadro 1: Tabeliães do Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro (1804 – 1821)

Tempo de serviço*	Nome	Cargo no PONRJ
02/1804 a 03/1811	Joaquim Carlos da Rocha Pita	Tabelião serventuário

[15] MACEDO, Deoclécio Leite de. **Tabeliães do Rio de Janeiro do 1º ao 4º Ofício de Notas:** 1565 – 1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
[16] Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, série 017 – 01, cx. 26, nº 6032, 1728.
[17] Idem, cx. 37, nº 8572, 1735.

05/1811 a 05/1811	João Caetano Moreira	Tabelião serventuário interino
10/1811 a 04/1820	José Antônio dos Santos Ameno	Tabelião serventuário
05/1820 a 09/1820	José Antônio Pereira Lago	Escrevente, tabelião serventuário interino
10/1820 a 04/1822	Antônio Teixeira de Carvalho	Tabelião proprietário

Fonte: MACEDO, Deoclécio Leite de. Op. Cit., 2007. * Esse tempo de serviço refere-se ao período em que encontramos a assinatura desses indivíduos nos livros de notas.

Verifica-se a presença dos serventuários interinos em 1811 e 1820, que ocuparam a função devido à falta de saúde ou falecimento do precedente no ofício. Contudo, a figura de José Antônio Pereira Lago causou maior indignação do proprietário do ofício porque a sua nomeação foi dada pelo regedor da Casa da Suplicação, o desembargador José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira. Evidentemente, José Lago era velho conhecido de Antônio Carvalho, sendo por ele nomeado escrivão do mesmo ofício em 1818. Entretanto, o problema diagnosticado pelo proprietário era a inibição do seu direito de escolher servir ou nomear alguém após a morte de José Antônio dos Santos Ameno. Esse último foi o que mais permaneceu no cargo, de acordo com o quadro 2.1, enquanto d. João VI e a corte residiam no Rio de Janeiro. Isto é, das 863 escrituras analisadas para o período, 660 possuem o sinal do tabelião Ameno. Certamente, sua estada vinculou-se aos bons relacionamentos que esse indivíduo angariou ao longo da sua vida profissional.

Não foi possível levantar muitos informes sobre a vida de José Antônio dos Santos Ameno, mas um perfil geral pode ser traçado através do seu pedido de mercê que consta na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional[18] e das pequenas notas feitas por Deoclécio Leite de Macedo[19]. José Ameno chegou ao Rio de Janeiro em 1801 na qualidade de escrivão das embarcações da Armada Real e, durante o primeiro decênio do século XIX, trabalhou em diversas frotas de bergantins ou escunas comandadas por tenentes, capitães ou intendentes da Armada Real. Ainda nesse período, teve a oportunidade de ocupar o cargo de escrivão no 2º Ofício de Notas, entre 1803 a 1807.[20]

Indubitavelmente, as boas informações sobre a pessoa de José Ameno foram cruciais para sua permanência tanto como escrivão quanto sua ascensão ao cargo de tabelião serventuário. Os antigos chefes de Ameno destacavam a sua qualidade por ter

[18] Biblioteca Nacional, divisão de manuscritos, coleção documentos biográficos, Pedido de mercê de Joze Antonio dos Santos Ameno, localização C 495-6.
[19] MACEDO, Deoclécio Leite de. Op. Cit, 2007.
[20] Idem, Op. Cit., p. 65

“manifesta a sua capacidade e abilidade para qualquer emprego, e mostrando em todas as ocazioens do Real Serviço huma exemplar promptidão e subordinação, e fazendo notavel o seu bom comportamento e costumes”[21] ou por se portar “com toda a actividade, zello e fidellidade com a Fazenda Real”[22]. Esses foram alguns dos bons motivos que nortearam a decisão de Antônio Teixeira de Carvalho nomeá-lo para o exercício de tabelião no 1º Ofício de Notas, assim como foi possível José Ameno também cumprir a função de escrivão interino da Conservatória Britânica no período de 14 de dezembro de 1814 a 15 de março de 1816.

Em 1811, o tabelião José Antônio dos Santos Ameno passou a ter um novo endereço de trabalho para onde direcionava-se todas as manhãs e tardes, ou sempre que fosse convocado.[23] Por certo, o serventuário saía da rua detrás do Hospício, em que tinha residência, para ir até a casa do proprietário do Primeiro Cartório, localizada possivelmente na rua do Rosário, nº 70.[24] A princípio o salário do tabelião foi acertado para o valor de 25$600 réis mensais, embora tivesse previsão de aumento após completar um ano no cargo.

Em que pese os livros de notas aferidos para a pesquisa, é nítido o desempenho do serventuário em seguir as prescrições Filipinas da estrutura formal e textual das escrituras públicas. Na realidade, os ditos tabeliães entre os anos de 1808 a 1821 (quadro 1) obtiveram semelhante comportamento, respeitando as regras instituídas para os contratos de venda, dívida e quitação. Nesta lógica, todos os notários agiram exemplarmente na função delegada, mas não é essa imagem que se pretende construir.

Cláudia Rodrigues, ao estudar os redatores dos testamentos dos séculos XVIII e XIX, surpreendeu-se ao identificar os notários, os escrivães e sacerdotes como minoria nas assinaturas.[25] Supostamente, esses homens eram considerados os mais aptos a exercerem tal função. Sobre os notários, a autora apresentou como hipótese a falta de especialização desses indivíduos, que se mostrou superior no Setecentos.

> Até porque, esta era uma atividade que deveria ser feita por **alguém de confiança, discreto e que mantivesse segredo**. Se os notários não eram procurados, isto ocorria pelo fato de a

[21] Biblioteca Nacional, divisão de manuscritos, localização C 495-6, doc. 02, fl. 4.
[22] Biblioteca Nacional, divisão de manuscritos, localização C 495-6, doc. 01, fl. 3.
[23] *Ordenações Filipinas*, livro I, título LXXVIII.
[24] Gazeta do Rio de Janeiro, 23/05/1818, nº 41, p. 4.
[25] RODRIGUES, Cláudia. Os testamentos setecentistas do Rio de Janeiro enquanto fontes para uma História da morte. In: **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal, 2013, p. 1 – 22.

> sociedade ainda não conferir a este profissional o cuidado para com um documento que visava, antes de tudo, à salvação da alma, mais do que à transmissão de heranças, o que reforça a idéia de que, no século XVIII, a concepção a respeito do ato de testar ainda era fortemente permeada pela ambiência religiosa ou sagrada.[26] [nosso grifo]

Percebe-se que a prudência dos notários chamou atenção de Cláudia Rodrigues quando o assunto tratou-se do sigilo dessa estirpe de oficias da ordem. Assim sendo, os pressupostos homens de informação passaram por restrições de serviços graças à privação de associá-los aos assuntos confidenciais. Isto se trata de hipótese que carece de estudo ampliado, mas não vem ao caso aqui. Por um lado, conjectura-se que, se a hipótese procede, esse traço atribuído ao tabelião era útil para situações não vinculadas ao segredo absoluto, a exemplo das escrituras previamente intituladas de públicas. Saber lidar com análoga causa podia abrir ou fechar oportunidades, visto o caso de José Ameno.

Promessas não realizadas e projetos sem sucessos minaram a satisfação do serventuário com o ofício no Primeiro Cartório. Entretanto, o objetivo passava longe de pedir dispensa da função, a alternativa planejada era aumentar o salário e manter estabilidade no cargo. Por isso, em 1818, o tabelião serventuário entrou com pedido de mercê para que a Coroa concedesse a graça de permanecer na função de modo vitalício e ter retorno financeiro de um terço das arrecadações do cartório. José Antônio dos Santos Ameno denunciou que o proprietário estorvava seu trabalho, pagando menos que o devido e retendo para si as gratificações da população pelo bom atendimento, ademais de prover um espaço pequeno em sua casa para a realização das incumbências do ofício e outros abusos.

Consta no pedido de mercê que Antônio Carvalho tentou amenizar o descontentamento de José Ameno ao oferecer o novo salário de 38$400 réis, que foi aceito a fim de evitar “ficar sem cauza alguma e em maior pobreza”. Diferente do pensamento do proprietário, o serventuário escolhido por ele continuou acusá-lo de transgredir a lei e abusar do direito de propriedade. Retratando-se pelo infringimento do chefe, José Ameno organizou uma série de comprovações documentais para atestar seus serviços e dignidade para conseguir resposta positiva do pedido de mercê, além de comunicar os muitos impedimentos para Carvalho.

[26] Idem, Op. Cit., p. 12 – 13.

> Este proprietario sendo de quazi 60 annos de idade [...] não tem servio o officio desde janeiro de 1804 até o prezente se não 1 anno, 3 mezes, e 27 dias [...] cauza de suas malestias, e tendo hum filho, único, que lhe poderia succeder, tem este 21 annos de idade [...] e he inapto por defeitos físicos, e moráes [...]. E como seja das [Pias] Intenções de V. Magestade a conservação do Direito Publico de Seus fieis Vassalos, e a exacta observancia das Leis, humildemente supplica a V. Magestade que fittando seus Piedozos olhos no feliz augmento da mais Augusta Prole, envolvendo-as depois para o Supplicante attendo a sua capacidade, a oppressão em que se acha, a o bem que tem servido a V. Magestade, e ao Publico, à impossibilidade que tem o dito Proprietario para servir o officio, e a inhabilidade de seu filho, e lhe faça a Graça, por Seu Real Decreto, conferir-lhe a Mercê da Serventia Vitalicia do mencionado officio, em remuneração de seus Serviços, pagando o Supplicante a 3º parte dos emolumentos dele na forma Lei [...].[27]

Junto à súplica, ratificando as palavras de José Antônio dos Santos Ameno, apresentaram-se diversos testemunhos de homens benquistos na sociedade fluminense, a concluir pela participação dos homens de negócios, como Amaro Velho da Silva. Deve-se questionar se os indivíduos que assinaram o apoio ao serventuário eram frequentes como outorgante, outorgado ou testemunha dos contratos lavrados por José Ameno. Contabilizou-se 40 assinaturas[28] que foram cruzadas com o banco de dados das 863 escrituras cadastradas, e 12 nomes constaram na interseção.

A análise do quadro 2 exibe o perfil dos homens de negócio que se relacionaram com o tabelião serventuário e constaram registrados nas escrituras de venda com débito, dívida ou quitação entre os anos de 1811 a 1820. À vista disso, nota-se o envolvimento de todos com diversos ramos das práticas mercantis, possíveis de ser acompanhados através das notícias que saíram nas páginas do periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*; algumas referências constam nas notas de rodapé acionadas na segunda coluna do quadro 2. Por outro lado, também se verifica o status social dos homens vinculados ao título de coronel, capitão, deputado, cavaleiro da Ordem de Cristo ou barão. Certamente, as pessoas que assinaram o documento anexo de nº 12 eram de grande estima e já tinham demonstrado sua cooperação para a Coroa portuguesa, por esse motivo agregavam aos seus nomes títulos adquiridos por meio da mercê. Assim sendo, afirmaram-se como dignas testemunhas do bom trabalho prestado por José Ameno, que se julgava também merecedor da graça real.

[27] Biblioteca Nacional, divisão de manuscritos, localização C 495-6, fl. 1v e 2.
[28] Biblioteca Nacional, divisão de manuscritos, localização C 495-6, doc. 12, fl. 11 – 12 v.

Sabe-se que o banco de dados dessa pesquisa é constituído por um recorte dos contratos assinados por José Ameno. Desta forma, presume-se um número maior de nomes na interseção do quadro 2. Conquanto, possível é afirmar que os elos de sociabilidades do serventuário não eram construídos, exclusivamente, pelo ofício do tabelionato. Essa hipótese pode ser aplicada para as outras 28 testemunhas não mencionadas no quadro 2, como é o caso do nobre fidalgo João Huet de Bacellar Pinto Guedes Souto-Maior[29]

Quadro 1: Nomes das testemunhas (do documento nº 12 do pedido de mercê) que constam nos contratos do 1º Cartório assinados por José Antônio dos Santos Ameno

Nome	Informação	Contrato
Amaro Velho da Silva	Negociante com tráfico de escravos, Capitão, Cavaleiro da Ordem de Cristo, ocupou cargos na Câmara do Rio de Janeiro, futuro visconde de Macaé.[30]	1 Escritura
Antônio Ferreira da Rocha	Tenente Coronel do 1º Regimento de Infantaria da Corte, Negociante, Cavaleiro da Ordem de Cristo, morador na Rua Alfândega, n. 2.[31]	3 Escrituras
Bento Jose Monteiro	Negociante[32]	1 Testemunho
Custodio Jose Moreira	Negociante, Rua do Hospício, n. 13.[33]	1 Testemunho
João Ignacio Tavares	Negociante do tráfico de escravos, morador na rua do Sacramento. [34]	1 Escritura
Joaquim Antônio Alves	Negociante; Cavaleiro da Ordem de Cristo e morador Rua Direita.[35]	2 Escrituras

[29] Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, filho de Duarte Claudio Huet de Bacellar Souto–Maior. Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, Comendador de S. Gil de Portugal e Coronel. BAENA, Visconde de Sanches de. **Archivo Heraldico – Genealogico**. Lisboa: Universal, 1872, p. 211; _____. **Diccionario aristocrático**. Lisboa: Panorama, MDCCCLXVII, p. 64

[30] Escritura de quitação, PONRJ, livro 208, fl. 81.

[31] Contrato de dívida, PONRJ, livro 210, fl. 180 v; Contrato de quitação, PONRJ, livro 214, fl. 109 v; Contrato de quitação, PONRJ, livro 217, fl. 10. No periódico *Gazeta do Rio Janeiro* temos dados sobre a vida deste indivíduo nas seguintes referências: GRJ, 14/10/1808, n.5, p. 2; GRJ, 24/11/1810, n. 94, p. 7; GRJ, 19/11/1810, n. 101, p. 4; GRJ, 22/10/1810, n. 102, p. 4; Gazeta do RJ Extraordinária, 10/12/1812, n. 10, p. 5; GRJ, 22/11/1815, n. 93, p. 3; GRJ, 08/06/1816, n. 46, p. 3; GRJ, 07/12/1816, n. 98, p. 3; GRJ, 21/05/1817, n. 41, p. 3; GRJ, 02/07/1817, n. 53, p. 3; GRJ, 07/11/1818, n. 89, p. 1; GRJ, 02/08/1820, n. 62, p. 4. http://www.santacasarj.org.br/h_provedores.htm, acesso em dezembro/2014.

[32] Escritura de venda, PONRJ, livro 214, fl. 108 v.

[33] Escritura de venda, PONRJ, livro 207, fl. 168 v. Ver: Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1859. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1859, p. 599

[34] GRJ, 08/06/1816, n. 46, p. 3; GRJ, 19/05/1819, n. 40, p. 4. Escritura de dívida, PONRJ, livro 220, fl. 25v.

[35] GRJ, 13/02/1813, n. 13, p. 4; GRJ, 24/11/1810, n. 94, p. 7. Escritura de venda, PONRJ, livro 217, fl. 11 v; Escritura de quitação, PONRJ, livro 217, fl. 139.

Joaquim José Pereira de Faro	Barão de Rio Bonito; Cavaleiro da Ordem de Cristo; Cavaleiro Imperial da Ordem do Cruzeiro; Tenente Coronel; Negociante; Deputado da Junta Provisória e morador Rua dos Pescadores, n. 1.[36]	1 Escritura
Lourenço Antônio do Rego	Coronel; Negociante e morador Rua dos Pescadores, n. 2. [37]	1 Testemunho
Manoel Gomes Pinto	Capitão; Negociante e morador Rua do Ouvidor. [38]	5 Escrituras
Manoel Joaquim dos Santos Porto	Negociante [39]	4 Escrituras
Manoel Moreira Lirio	Capitão; Cavaleiro da Ordem de Cristo; Negociante e morador Rua Direita, n. 42.[40]	1 Escrituras
Vicente Rodrigues Barreiros	Negociante e morador na Rua Direita, n. 30.[41]	1 Escritura

Fonte: Anexo nº 12 do "Pedido de mercê de Joze Antonio dos Santos Ameno"; Escrituras de dívidas, quitação e venda com débito entre 09/10/1811 a 12/04/1820 do 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro e o periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*.

As boas relações instituídas por José Ameno ao longo da sua trajetória foram essenciais para obter resposta favorável, mesmo com a postura contrária do proprietário do ofício, a Coroa perdurou o serviço do serventuário. Nessa direção, entende-se que os atos tabelionais representaram reciprocidade, proteção, garantia, afetividade e ferramentas jurídicas. De todo modo, além de obter o controle sobre esse poderoso instrumento, o notário ainda destacou-se na sociedade pelo manuseio da técnica da escrita, restrita no início dos Oitocentos a um pequeno grupo social.

[36] Escritura de dívida, PONRJ, livro 214, fl. 110. Cf. GRJ, 13/08/1817, N. 65, p. 3; GRJ, 06/09/ 1817, n. 72, p. 4; GRJ, 08/10/1817, n. 81, p. 4; GRJ, 12/11/1817, n. 91, p. 3; GRJ, 24/10/1818, n. 85, p. 5; GRJ, 29/11/1820, n. 96, p. 4; GRJ, 09/06/1821, n.46, p. 2; Gazeta do RJ Extraordinária, 11/06/1821, n. 15, p. 8; GRJ, 09/05//1822, n. 56, p. 4; GRJ, 10/08/1822, n. 96, p. 3; GRJ, 21/09/1822, n. 114, p. 4. ALEGRIO, Leira Vilela. A fazendo do São Joaquim de Ipiabas. In: **Revista do Café**, Rio de Janeiro, n. 842, 2012, p. 40 – 41. http://www.museu-emigrantes.org/docs/titulados/barao%20de%20rio%20bonito.pdf, acesso em dezembro/2014

[37] Escritura de quitação, PONRJ, livro 208, fl. 111. GRJ, 09/02/1811, n. 12, p. 8; GRJ, 26/07/1817, n. 60, p. 7; GRJ, 20/09/1818, n. 49, p. 3.

[38] Escritura de venda, livro 205, fl. 180; Escritura de quitação, livro 212, fl. 73; Escritura de venda, livro 214, fl. 91. Escritura de quitação, PONRJ, livro 211, fl. 87; Escritura de quitação, PONRJ, livro 214, fl. 109 v.

[39] Escritura de venda, PONRJ, livro 217, fl. 35 v; Escritura de venda, livro 217, fl. 187; Escritura de quitação, livro 218, fl. 3; Escritura de venda, livro 218, fl. 172 v.

[40] Gazeta Extraordinária RJ, 14/10/1808, n. 5, p. 4; GRJ, 18/11/1809, n. 124, n. 4; GRJ, 24/08/1811, n. 68, p. 4; GRJ, 02/11/1811, n. 88, p. 4; GRJ, 06/11/1811, n. 89, p. 4; GRJ, 18/03/1812, n. 23, p. 4; GRJ, 04/04/1812, n. 28, p. 4; GRJ, 09/05/1812, n. 38, p. 4; GRJ, 13/05/1812, n. 39, p. 4; GRJ, 06/06/1812, n. 46, p. 4; GRJ, 10/06/1812, n. 47, p. 4; GRJ, 02/12/1812, n. 97, p. 4; GRJ, 22/05/1813, n. 41, n. 4; GRJ, 10/07/1813, n. 55, p. 3; GRJ, 25/08/1813, n. 68, p. 4; GRJ, 25/09/1813, n. 77, p. 4; GRJ, 07/01/1815, n. 2, p. 2; GRJ, 25/01/1815, n. 7, p. 3; GRJ, 11/03/1815, n. 20, p. 4. Contrato de quitação, PONRJ, livro 205, fl. 47 v.

[41] GRJ, 21/01/1815, n. 6, p. 4; Escritura de venda, PONRJ, livro 217, fl. 109 v.

Segundo Jeannie Menezes, os impérios coloniais ibéricos tiveram uma intensa circulação de papéis que atestavam as demandas administrativas da época. Entretanto, ao mesmo instante que circulavam muitas informações em papéis, havia uma carência de letrados e leitores nesses espaços. Por esta razão, a autora menciona a possibilidade dos notários terem desempenhado funções para além da administrativa.[42] Isto é, pela carência de escritores, os tabeliães inseriram-se também na vida doméstica, o público atrelou-se com o privado. Para Jeannie Menezes, esses homens poderiam manipular interesses camarários e outros ao ter conhecimento sobre a vida privada dos indivíduos locais.

Alinhavando os indícios, assinala-se que interesses privados poderiam impulsionar as célebres testemunhas de José Antônio Ameno pelo viés da reciprocidade. A fatia do poder dada ao tabelião consentia seu vínculo com diferentes segmentos da sociedade, principalmente com os mais abastados. O rendimento com o ofício não era a causa basilar para disputar por seu monopólio, mas sim o privilégio possível a ser galgado com a função. A historiadora Maria Sarita Mota, através da história fundiária das freguesias rurais do Rio de Janeiro, notou que os tabeliães tinham um papel cada vez mais ativo na esfera do poder local.[43]

A respeito desse contexto, o uso das escrituras públicas como fonte de pesquisa impele observar e questionar a atuação intermediária do responsável legal por atribuir validação as mesmas. Tal posição, como já destacada, não implica desviar-se da temática central do estudo de compreender as práticas creditícias de uma época e lugar, mas admite assinalar outras variáreis da questão. Ciente que os contratos públicos tinham lugar especial nas relações sociais de empréstimo, visto que eram instruídos por lei, automaticamente a figura do tabelião adquire relevância quando se estuda tal questão.

O 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro encontra-se inserido nas dinâmicas cartoriais que foram discutidas até aqui. Desse modo, compreende-se que os cartórios eram integrantes da esfera administrativa da coroa portuguesa, estando submetidos a regulamentos que instruíram as capacidades e atividades dos tabeliães. No entanto, o

[42] MENEZES, Jeannie da Silva. Notários: uma categoria intermediária e letrada no cotidiano das localidades ultramarinas do Antigo Regime. In**: XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 2013.
[43] MOTA, Maria Sarita. Donos das Letras, donos do poder: o papel dos tabeliães na sociedade colonial brasileira. In: **II Encontro da rede de estudos rurais**. Rio de Janeiro: 2007.

cargo de notário era adquirido através dos bons serviços demonstrados para o rei, que retribuía com a mercê de propriedade do ofício. Por este motivo, vemos histórias de homens proprietários de ofícios de notas que arrendavam os mesmos em busca de obter lucros sem estar diretamente à frente da atividade.

Sobre o ofício de propriedade de Teixeira de Carvalho, verifica-se a troca dos homens que serviram na função; e o caso de José Antônio dos Santos Ameno é o exemplo de que o status de tabelião serventuário torna-se viável através do cultivo do bom relacionamento com o proprietário do ofício. Portanto, os notários do 1º Ofício de Notas do período joanino eram indivíduos que tinham agregados aos seus nomes boas informações, e puderam desempenhar a função através compatibilidade com Antônio Teixeira de Carvalho – com ressalva para a figura de José Antônio Pereira Lago.

Por outro lado, verificou-se que o serventuário, apesar de não ter título de propriedade sobre o ofício, recebeu destaque na sociedade local por representar o ordenamento jurídico, sendo homem letrado e instrutor da lei. Destarte, em consonância com a historiografia sobre o tema, os notários tinham prestígios associados ao exercício profissional, cuja lida com informações privadas desempenhou papel especial. Em suma, embasado na legislação vigente os tabeliães eram intermediários das vontades entre as partes, e essa função poderia ser ampliada para intervir nas relações sociais de empréstimo através da divulgação do histórico da vida privada do credor e do devedor que constavam na memória cartorial - composta principalmente pelos livros de notas. Em 1808, com a circulação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o canal para obter informação sobre a vida do indivíduo foi ampliado, pois saíam nas páginas do periódico notícias que permitiram escolher as boas pessoas para integrar as transações de crédito. No entanto, a figura do tabelião continuava a ter destaque quando o assunto era ser possuidor de informação. Por este motivo, afirmamos a importância da função notarial nos transmites creditícios na urbe carioca.

Nicholas Kaldor: as contribuições para desenvolvimento e as criticas ao equilíbrio na economia

Elson Rodrigo de Souza Santos[1]

Resumo

O artigo possui como objetivo explorar as contribuições de Nicholas Kaldor sobre desenvolvimento, enfatizando a critica sobre a teoria de crescimento neoclássica e a ideia de equilíbrio na economia. A justificativa da escolha de Kaldor se deve a ser uma figura central na construção de uma crítica aos modelos de crescimento neoclássicos, baseados nos fatores de oferta, se colocando como fundador dos modelos estruturalistas pós-keynesianos, levantando questionamentos incorporados em modelos de crescimento endógeno. Para isso, o trabalho levanta a ideia de como a trajetória acadêmica e profissional influenciou na critica aos modelos neoclássicos de crescimento, especialmente sobre o conceito de equilíbrio, e a busca em propor alternativas. A hipótese considera que a construção da teoria de Kaldor era buscar um realismo nas teorias de crescimento que não enxergava no rumo em que a economia, sobretudo, modelos de crescimento ortodoxos estavam tomando a partir da década de 1950s.

Palavras-chave: Kaldor; kaldorianos; crescimento; desenvolvimento; equilíbrio

JEL: B22; O11; B41

Nicholas Kaldor: contributions for development and objections to equilibrium economics

Abstract

Key-world: Kaldor; kaldorians; demand-led models; supply; development

1Doutorando em Economia pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: elson129@gmail.com ou elson129@usp.br

1 Introdução

Nicholas Kaldor nasceu em Budapeste em 1908, numa família judaica de classe média, em 1925 começou seus estudos na Humboldt University em Berlin, dois anos depois desembarcou em Londres para ingressar na London School of Economics (LSE) (KING, 2009). Na Grã-Bretanha, Kaldor fixou residência, tornando-se um dos maiores economistas britânicos do século e homem público com ativa participação na política britânica, dedicando os últimos anos de vida para atacar o partido conservador e os rumos da economia convencional até sua morte em 1986. Sua personalidade, descrita por seu discípulo, Luigi Pasinetti (1983) era "(…) *it may help to explain his exuberant, egocentric, and undisciplined character* (…)" interessante para política, mas inconveniente para os meios acadêmicos, frequentemente, origem de conflitos entre seus pares. Porém, a personalidade peculiar era compensada pela capacidade de argumentação, construções teóricas e visão da dinâmica do sistema capitalista, incorporadas tanto nos modelos heterodoxos de crescimento, quando considerados nos modelos de crescimento endógeno. Segundo Thirlwall (1996, p. 145), um dos grandes biógrafos e um dos responsáveis pela formalização e extensão das contribuições de Kaldor, o considera como um dos mais brilhantes economistas teóricos e aplicados do século XX, ultrapassado apenas por John Maynard Keynes e Roy Harrod.

Na área de desenvolvimento, Kaldor se colocou como ferrenho critico aos modelos neoclássicos de crescimento emergidos com Solow-Swan (SOLOW, 1956; SWAN, 1956). O ceticismo provinha do desdém em relação ao irrealismo do equilíbrio, no papel da oferta no crescimento de longo prazo desconsiderando as flutuações na demanda, não endogenizar as mudanças técnicas e os ganhos de escala. Em paralelo, se mostrava descontentes em relação ao pessimismo dos modelos clássicos de crescimento, tal como originados em Ricardo e Marx. A resposta de Kaldor foi tentar construir os fundamentos de uma nova abordagem sobre crescimento e desenvolvimento, considerando maior realismo e aproximação com a dinâmica capitalista pós-1945. Estes elementos foram sintetizados nos trabalhos de Kaldor (1966; 1970; e 1972), influenciados pela formação acadêmica e experiência como burocrata/consultor de questões sobre desenvolvimento, incorporando a ideia da indústria como centro dinâmico do capitalismo, a importância do papel da demanda, as mudanças técnicas provenientes dos ganhos de escala, integração comercial e, principalmente, crítica ao equilíbrio na economia como limitador e anticientífico.

A proposta do trabalho consiste em explorar as contribuições de Nicholas Kaldor para as teorias de desenvolvimento, delimitada pela necessidade de construção de uma abordagem mais realista e alternativa aos modelos neoclássicos. A justificativa pela escolha se deve ao trabalho de Kaldor ser central na tentativa de construção de um escopo teórico sobre desenvolvimento alternativo aos modelos neoclássicos, introduzindo criticas e elementos importantes, oriundos da bagagem teórica e vivência em cargos públicos. Os impactos levaram aos gêneses que deram origem aos modelos estruturalistas pós-keynesianos que se colocam como alternativas aos modelos convencional, iniciados com as formalizações extensões dos modelos de crescimento com restrição externa na década de 1970s[2] e formalização de causação cumulativa Kaldor-Dixon-Thirlwall[3]. Em paralelo, as perspectivas incorporadas na visão dos *mainstream* de *new growth theory* crescimento depender de fatores endógenos e não forças externas, emergido nos anos 1980s em substituição aos modelos neoclássicos baseados em Solow-Swan. Atualmente, as ideias de Kaldor se espraiaram por diversas vertentes ortodoxas e heterodoxas, tal como a perspectiva nova desenvolvimentista na literatura econômica brasileira com ênfase na demanda externa para viabilizar o crescimento de longo prazo[4].

Para isso, o trabalho considera como hipótese que a construção da teoria de Kaldor era buscar um realismo aplicava aos modelos de crescimento em que não enxergava no rumo em que a economia, sobretudo, modelos de crescimento neoclássicos dominantes até idos dos anos 1980s. A organização da proposta consiste em três partes. A primeira apresenta uma breve biografia de Kaldor enfatizando suas particularidades na trajetória acadêmica e profissional, relevantes para compreender sua visão sobre a dinâmica do capitalismo e do desenvolvimento. A segunda desloca o foco para metodologia, especialmente sobre critica em relação à teoria neoclássica e conceito de equilíbrio, pois reflete a estrutura teórica que incorporada aos modelos de desenvolvimento e as extensões realizadas por outros autores. A terceira e última aborda quais os principais elementos que fazem parte da abordagem kaldoriana do funcionamento da economia capitalista, constituindo o grande legado que passa a ser trabalho, estendido e discutido pelos autores posteriores.

---

2 Ver McCombie e Thirwall (1994)

3 Ver Dixon e Thirlwall (1975)

4 Ver Oreiro (2014)

2 Nicholas Kaldor

A pergunta inicial sobre Nickolas Kaldor é como esse húngaro de família judia de classe média, radicado na Grã-Bretanha no entre guerras, conseguiu se tornar uma figura impar na economia e na vida pública britânica ao longo do século XX. A importância verificada nas diversas biografias (King, 2009; Targetti, 1992; Thirlwall, 1987), discussão sobre as contribuições e obras (Pasinetti, 1983), aspectos metodológicos filosóficos (Setterfield, 1998; Boylan e O'Gorman, 1997). Além de trabalhos sobre vida e obra, discussão sobre modelos e contribuições que de alguma forma aparecem em discussões contemporâneas na literatura econômica. O indicativo da resposta provém de Kaldor ser um economista e homem público com uma obra destacada, capaz de pensar de forma ampla e se metamorfosear ao longo do tempo. Esta característica permitiu se afastar do equilíbrio walrasiano e pareiano, preservando e reciclando elementos presentes na economia marshalliana, estendendo e ampliando a "teoria geral" de Keynes, concentrado em uma posição critica sobre a trajetória de irrealismo na economia que observava na teoria neoclássica dominante pós-1945.

O primeiro passo para compreender a lógica do pensamento de Kaldor está em explorar o despertar do interesse pela economia. Na infância, perdeu os irmãos cedo, levando a ter privilégios dentro de uma família de classe média judaica e prospera de Budapeste, Hungria. Segundo Luigi Pasinetti (1983), este elemento foi importante para influenciar na personalidade de Kaldor de exuberância, egocentrismo e indisciplina que manteve ao longo da vida, despertando inimizades e admiração. O interesse pela economia foi desertado pela hiperinflação alemã, percebida pelo jovem Kaldor durante o passeio da família nos Alpes da Bavária em 1923. Nesse período, teve contado com o livro de Keynes que criticava os termos do Acordo de Paz de Versalhes "*The economic consequences of the peace*" (Thirlwall, 1996, p. 150), ao qual colocava fim à Primeira Guerra Mundial (1914-18), mas os termos incitavam a humilhação alemã e destruição dos mecanismos de integração econômica europeia. Enquanto estava prestes a se formar Model Gymnasium de Budapeste[5], os problemas econômicos europeus influenciaram sobre os rumos que tomariam na vida profissional e acadêmica, levando a persuadir seu

5O colégio contou uma constelação de grandes intelectuais, tais como Michael Polanyi, Edward Teller, Leo Szillard, Theo von Karman, Nicholas Kurti e Thomas Balogh.

pai para permitir que estudasse economia na Humboldt University em Berlim (King, 2009, p. 3-4).

No breve período que passou em Berlim (1925-27), Kaldor ficou impressionado com a qualidade dos professores, mas percebeu que era necessário novos ares para prosseguir os estudos em economia, tendo como destino á Grã-Bretanha. Em 1927, Kaldor se muda para Londres e ingressa na London School of Economics (LSE) como estudante universitário. Em paralelo, passou contribuir como correspondente de assuntos econômicos para os jornais húngaros, Magyar Hirlap, também para Pester Lloyd e artigos para London General Press que eram publicados em encaminhados para diversos países (Thirlwall, 1996, p. 151). Na LSE, Kaldor atentou as leituras de Hugh Dalton, John Hicks e outros sob a supervisão do historiador econômico Eileen Power. O desempenho medíocre dos primeiro anos foi surpreendentemente seguido por uma transformação com o contato com Allyn Young, americano professor de Harvard, Lionel Robbins e o jovem Maurice Allen. O resultado foi Kaldor ter se formado com honras em 1930, considerado o pupilo favorito de Robbins.

Uma influência importante foi de John Hicks em que se tornaram amigos próximos, com Hicks tendo os primeiros contados com as noções de equilíbrio de Walras e Pareto, também lendo o original de Gunnar Myrdal sobre equilíbrio monetários de 1933. Em paralelo, em 1932 foi indicado por Robbins como professor assistente na LSE, iniciando assim sua vida acadêmica. Ironicamente, no decorrer da década de 1930, Robbins tornou-se paulatinamente um adversário, acentuado com a revolução keynesianas e novos rumos da economia tomavam (Thirlwall, 1996, p. 152-153). Na LSE, Kaldor desenvolveu pesquisas sobre teoria de custos (ou teoria da produção), comércio internacional, teoria e prática de tarifas, dinâmica econômica, capital e taxas de juros, finanças publicas e comércio internacional.

Durante os anos 1930s, ocorreu a consolidação de Kaldor como economista acadêmico, não como participante direto da revolução keynesiano e se mantendo distante do grupo de Cambridge. Entre os anos de 1935-36, viajou aos Estados Unidos para encontros com a elite da academia norte-americana, tal como Joseph Schumpeter, Edward Chamberlain, Jacob Viner, Henry Simons e Irving Fisher (Thirlwall, 1996, p. 155-159). A produção acadêmica de Kaldor nos anos 1930s mantinha o foco na microeconomia, se distanciando cada vez mais de uma economia convencional, mas se aproximando da necessidade de construir modelos e teorias adequadas à nova realidade

da economia e da sociedade do entre guerras, introduzindo questões de competição e bem estar.

A Teoria geral de Keynes e a revolução keynesiana não passaram ao largo dos interesses de Kaldor, tanto que se aproximou do grupo de Cambridge após duas grandes contribuições. A primeira relacionada ao ataque à Pigout, ao qual converte o modelo para uma estrutura keynesiana, uma vitória notável baseada na reconstrução de um modelo. Ao mesmo tempo em que representou um indicativo da transformação do debate econômico de verbal para embates baseados em modelos. O segundo de generalizar a Teoria Geral com explicação do por que é o produto e não os preços (taxa de juros) que ajustam a poupança para investimento, que se tornou uma base para escola pós-keynesiana (Thirlwall, 1996, p. 160).

A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-45) impactou em dois aspectos sobre a trajetória de Kaldor, conhecido nos círculos britânicos como parte de uma elite intelectual e com séries de trabalhos respeitados. O primeiro que LSE foi evacuada para Peterhouse Cambridge, quando os economistas da LSE são colocados em contato direto com os economistas de Cambridge e discípulos que ajudaram na construção da revolução keynesiana: Joan Robinson; Richard Kahn; e Piero Sraffa. O segundo foi o descolamento dos esforços para economia aplicada devido às demandas de planejamento da guerra e a nova organização que emergia com a paz. (Thirlwall, 1996, p. 163). No pós-guerra, Kaldor passa a ocupar cargos burocráticos e chaves na estrutura de planejamento como: conselheiro Air Ministry and Ministry of Supply; assistente British Bombing Survey Unit; conselheiro do governo húngaro no Three Year Plan; consultor de Jean Monnet para French Commissariat General du Plan; diretor do Research and Planning Division novo Economic Commission for Europe (ECE).

Em 1952, Kaldor foi para Cambridge como "*reader*" e elevado a "*chair*" com Joan Robinson em 1966, retornando a ter como prioridade à pesquisa acadêmica e atividades políticas, sem se envolver maior envolvimento na administração da faculdade (Thirlwall, 1996, p. 1667-168). Em paralelo, se tornou um especialista e conselheiro sobre temas de política fiscal para governo britânico ao participar da Royal Commission ao An Expenditure Tax (1955), passando a auxiliar países em desenvolvimento como Ceilão (1958), México (1960), Gana (1961), Guiana britânica (1961), Turquia (1962), Irã (1966) e Venezuela (1976). Obviamente, as propostas de reformas e reestruturação dos sistemas tributários locais frequentemente eram mal recebidas, frente á se opor aos

interesses de elites locais, especialmente pela influencia política de centro-esquerda ou socialdemocrata europeia, refletida em defender uma taxação progressiva para evitar uma violenta revolução.

Nos anos 1950s, quando começa a ter maior contato com os problemas dos países periféricos e da reconstrução europeia, o debate sobre desenvolvimento e crescimento ganha força na sua obra. Outra motivação, ressaltado por Thirlwall (1996, p. 172-74), estava na decepção em relação às teorias neoclássicas de crescimento e distribuição com ênfase no equilíbrio, condições de oferta, competição perfeita e retornos constantes de escala, externalidade das transformações técnicas. Por outro lado, estava infeliz em relação ao pessimismo dos modelos "clássicos" de desenvolvimento de Ricardo, Mill e Marx que eram demostravam tendências pessimistas sobre o futuro do capitalismo. Para Kaldor ambas as visões não condiziam com a dinâmica do capitalismo da época, pecavam pelo irrealismo e falta de uma resposta adequada para á necessidade dos países emergentes[6].

Nos anos 1960s, Kaldor passou a participar ativamente como consultor e grande nome do Labour Party, especialmente nas gestões de 1964-70 e 1974-79, sobre o comando de Harold Wilson, seguido por James Callaghan. A escolha era técnica devido a grande experiência em relação a posições burocráticas, economia aplicada e contribuições teóricas. Nesse período, o grande problema da Grã-Bretanha é a estagnação da economia, perda da competitividade das indústrias, desindustrialização e restrições no balanço de pagamentos. Estes temas seriam recorrentes nos debates envolvendo Kaldor, trabalhos e extensões em relação aos modelos de crescimento com restrição externa (ver McCombie e Thirwall, 1994). Em 1979, o partido trabalhista foi derrotado pelo conservador liderado por Margaret Tchacher. A reação de Kaldor foi se colocar como critico da política e da economia baseada no monetarismo trazido pelo partido conservador.

6 A discussão sobre desenvolvimento será realizada com maior precisão nas seções três e quatro.

A trajetória de Kaldor na academia e contribuições para economia esteve fortemente relacionados às necessidades do ambiente e busca por construir uma visão original do ambiente em quatro fases caracterizadas por preocupações diferentes. O primeiro ponto foi o interesse por economia despertado nos anos 1920, motivado pelo grande problema da época que era a hiperinflação alemã, indiretamente relacionada ao acordo de paz de Versalhes e destruição dos mecanismos de integração europeia. O segundo foi à formação econômica na LSE e subsequente contato com os grandes economistas ingleses da época, especialmente o contato com o conceito de equilíbrio, comércio internacional e ciclo de negócio. Aos poucos migrou de uma visão ortodoxa para participar da revolução keynesiana e participar das grandes discussões macroeconômicas sobre taxação, política monetária e desenvolvimento, marcantes no resto da sua vida, coroado pelo estágio forçado na Cambridge durante a guerra e contato com Keynes e seus pupilos. O terceiro foi ocupar foi ocupar cargos relacionados ao planejamento e reconstrução da economia pós-guerra, evoluindo para preocupação com a taxação e desenvolvimento. O quarto e último, se colocar contra a ortodoxia baseado no equilíbrio nos anos a partido dos anos 1960, passando a criticar a teoria do desenvolvimento neoclássica, como o monetarismo. Esta fase complementada pela participação política e forte oposição no parlamento britânico, representando o partido trabalhista, contra a onda conservadora comanda por Thatcher.

Na reflexão sobre as suas contribuições e trajetória, Kaldor (1986) encerra o artigo publicado pela Banca de Nazionalie del lavro destacando ser contra as reformas que tentavam retornar ao modelo de livre mercado, acentuadas na Grã-Bretanha de Thatcher e estados unidos de Reagan, no que se chamariam mais tarde do cerne do neoliberalismo. A saída vista por ela que o mundo precisa de mais planejamento e mais regulação, bem como melhor distribuição de renda com maior comércio internacional e regional. Na época, se colocava contra as emergentes da revolução da economia novo clássica, chamada na época de novos monetaristas, a proliferação da noção de equilíbrio nas áreas micro e macro econômico. Não era uma posição fortemente ideologizada, mas sim fruto de uma longa experiência teórica, economia aplicada e cargos burocráticos, pois estava vendo a economia em busca do realismo que não conseguia enxergar nos rumos que a economia do ministrem estava tomando.

3 Metodologia e critica ao equilíbrio

Na trajetória de Kaldor, a preocupação com metodologia e filosofia da ciência não era uma prioridade na construção da sua obra contribuições, mas que emergiram como relevantes quando foi defrontada com a necessidade de descontruir a economia ortodoxa dominada pela ideia de equilíbrio. Uma característica presente em Kaldor e em outros professores da LSE que demostravam pouco interesse pela filosofia da ciência, mas sim por resolver problemas proeminentes da economia. A partir disso é possível retirar duas conclusões. A primeira que Kaldor era essencialmente um "*self-taught*" em metodologia, fruto da pratica e da resolução de grandes questões da economia. A segunda de que a importância da metodologia emergida nos anos 1960 e 1970s foi resultado da necessidade de desconstruir a ortodoxia (King, 2009, p. 168-69). Os esforços de Kaldor tinham como foco atacar o conceito de equilíbrio presente na teoria neoclássica, considerado por Thirlwall (1987) como um dos mais importantes legados.

Na esfera do desenvolvimento, a critica kaldoriana ao equilíbrio constitui um elo que relaciona a visão sobre a dinâmica do capitalismo, especialmente em dois aspectos. Um diz respeito à necessidade de incorporar o "*circular and cumulative causation (CCC)*" em que as variáveis são correlacionadas e criam complexas interações, criando *feedbacks* e levando á economia para de não equilíbrio (Setterfield, 1997). Outro de endogenizar o progresso técnico utilizando para isso as contribuições do Smith-Young, inspirado fortemente no seu ex-professor da LSE Allyn Young[7], que fornece a base para traçar uma relação entre especialização do trabalho, ganhos de escala e transformação tecnológica.

O artigo relevante que revela à rejeição de Kaldor sobre o equilíbrio presente na teoria neoclássica está no argumento de 1972 "t*he irrelevance of equilibrium economics*". As criticas presentes no artigo não são isolada, mas sim estavam presentes de alguma forma em todos os trabalhos e debates em que Kaldor com a diferença é que a crítica se mostra explicita contra o equilíbrio. Ao mesmo tempo em que demostrava o

7 Young (1928) ao generalizar e estender o conceito de Adam Smith de especialização do trabalho, ganhos de escala e mudança técnica serviu como base para as primeiras ondas de autores sobre desenvolvimento como Rosenstein-Rodan, resgatado por Nicholas Kaldor e "redescoberto" nos modelos de crescimento endógeno.

endurecimento das criticas em relação à teoria ortodoxa, verificada anteriormente em 1970 pelo ataque ao *new monetarismo*, então escola neoclássica que emergia (ver Kaldor, 1970b).

No artigo de 1972, Kaldor coloca o equilíbrio como inútil e uma barreira ao desenvolvimento da ciência, nas suas palavras "(…) *has become a major obstacle to the development of economics as a Science* (…)" (Kaldor, 1970, p. 1237). O motivo reside em não dizer nada sobre como as forças econômicas operaram e potencialmente influir erroneamente no corpo de políticas econômicas. A noção de equilíbrio criticada por Kaldor é a especifica relacionada ao equilíbrio geral formulado por Walras, e desenvolvimento com crescente elegância, lógica e precisão pelos economistas matemáticos, tais como Debreu (um dos fundadores da noção moderna de equilíbrio). Por considerar teoricamente que existe um equilíbrio e pode ser encontrado dentro do modelo. Sem verificar o realismo do objeto, pressupostos e dos resultados.

Ao analisar a estrutura do artigo de 1972, as criticas de Kaldor se tornam mais claras. O primeiro item denominado "*axiomatic theory and scientific hypothesis*" coloca em pauta o irrealismo dos pressupostos. O axioma dos mercados perfeitos para criticar o irrealismo do modelo. Mesmo assim, considerado pelos economistas neoclássicos como uma explicação plausível de como a economia funciona. O resultado é a aceitação de "ideias loucas" que não funcionam na realidade. É importante ressaltar que a critica não está no uso da estrutura formalizada como erroneamente pode se pensar, mas sim no uso de axiomas que não refletem a realidade, traduzidas na construção de teorias e busca de resultados irreais. Assim, comprometendo a economia como ciência e a capacidade dos economistas de contribuírem para a sociedade.

O segundo ponto abordado no artigo na seção "*where economic theory went wrong*" em que Kaldor atribui ao descaminho da economia contemporâneo a fixação pela teria do valor. Para isso, recobra Adam Smith e a teoria do valor, argumentando que existe de certa forma um avanço no desenvolvimento teórico a respeito passando por Ricardo, Walras, Marshall, Debreu até os dias atuais. Coloca a escola neoclássica como presente em uma construção baseada nas funções homogêneas e lineares de produção, requerendo axiomas necessários para perfeita competição e maximização de lucros. A falha é ignorar ou minimizar o papel da economia de escala e mudanças técnicas. Cabe ressaltar que Kaldor está observando a teoria neoclássica da década de 1960 e 1970s, especialmente em relação aos monetaristas (antigos de Friedman e novos de Lucas e Sargent) e teorias de crescimento baseadas no modelo de Solow-Swan.

A partir da terceira parte do artigo, Kaldor passa a defender as ideias básicas sobre a dinâmica da economia capitalista e os motivos que as tornam mais factíveis do que os anteriores. Estes elementos particularmente válidos dentro nos modelos relacionados ao desenvolvimento, encontrados nos trabalhos de Kaldor e modelos que possuem alguma inspiração. Na seção denominada "*the dominating role of increasing returns"* possui como foco ressaltar a importância da economia de escala que precisam ser consideradas na construção dos axiomas. Porém, deixa claro que não é uma nova construção ou ignorado pela teoria econômica, estando presente na obra de Adam Smith riqueza das nações, mas tarde trabalho por Allyn Young. As implicações permitem extensões como *learn by doing* e economia de escopo Um estrutura que diz que a ideia da existência de um equilíbrio geral leva a crer que a economia está presa em um *set* de operações possíveis, sendo incapaz de absorver ou aceitar mudanças nos gostos dos consumidores, funções de produção. A economia se move para um equilíbrio sem a explicação do motivo.

O quarto ponto denominado "*the theorem of endogenous and cumulative change*" em que parte do modelo Smith-Young para explicar os efeitos cumulativos e consequências sobre a economia, constituindo uma forma da economia se afastar do equilíbrio e criar uma dinâmica que nãos e encaixa em um modelo baseado no equilíbrio geral.

O quinto ponto chamado "*the role of demand and the two kinds of "induced investment*" que ataca o fundamento da teoria neoclássica de crescimento que é se basear nas condições de oferta como fundamentais para o crescimento de longo prazo, ignorando o papel das flutuações de demanda. O foco da critica é que no estado de equilíbrio a oferta e demanda se igualam, enquanto o desequilíbrio deixa de ser relevante por ser uma exceção e, portanto, a economia tende a voltar ao equilíbrio com os ajustes ao longo do tempo. Sobre este aspecto, Kaldor explora por que a demanda constitui um papel relevante para alavancar o investimento, provocando maior escala e acelerando as transformações técnicas. Isto é, a oferta não está descolada da demanda. Além disso, a demanda constitui o principal drive para elevação do investimento e, por consequência, da capacidade produtiva e do avanço técnico. Não quer dizer que as condições de oferta sejam irrelevantes, mas sim que são endogenizadas dentro do modelo e respondem as flutuações da demanda.

4 Contribuições para desenvolvimento

O propósito da seção é discutir a visão de Kaldor sobre o desenvolvimento, tomando como base e exposição e organização o modelo à proposta exposta por Targetti (2005), buscando identificar os elementos presentes na metodologia e principais ideias sobre a dinâmica do capitalismo. Os modelos de inspiração kaldoriana de crescimento incorporaram esses elementos para estrutura de analise, identificação das deficiências e proposta de políticas. Os dois aspectos fundamentais estão no funcionamento e na estrutura de políticas.

Sobre funcionamento da economia, residem quatro aspectos. O primeiro consiste na existência de retornos de escala no setor de manufatura, intimamente relacionado à estrutura de especialização de trabalho e progresso técnico presente no modelo Smith-Young. Um elemento indissociável do funcionamento da economia e necessário para identifica o realismo da indústria moderna. O segundo o papel da demanda em puxar a o funcionamento da economia. Uma vez que os fatores de oferta foram endogenizados, a demanda acaba por ser responsável por estabelecer um ciclo positivo (ou negativo) da economia ao longo do tempo. O terceiro que o avanço técnico da indústria gera tecnologia e ganhos de produtividade que se espraiam pelas outras áreas da economia, as transformando como na agricultura. Nesse sentido, a agricultura possui ganhos de produtividade ao assimilar as tecnologias e bens produtivos na industrial, deixando de ser uma restrição ao prender trabalhadores de baixa qualificação e técnicas de baixa produtividade. A quarta a relação entre mercado interno e externo em que a construção da integração com o mercado internacional assume a função de elevar a escala de produção e, como consequência, acelerar o avanço técnico e crescimento da produtividade e eficiência.

De forma complementar, existem as propostas de escopo de políticas que os países em desenvolvimento deveriam atentar para garantir a trajetória de crescimento e desenvolvimento de longo prazo, especialmente pinçadas entre as décadas de 1960, 1970 e 1980s. A primeira que a indústria é considera fundamental para que o país possa se desenvolver por ser o centro dinâmico da economia. O argumento de Kaldor se baseia em dois fundamentos. O primeiro que antes da revolução industrial na metade do século XVIII existiam poucas diferenças de renda e renda per capital entre as regiões e

países ou mesmo na taxa de crescimento. Outra evidência diz respeito que a manufatura é importante para o crescimento em todos os períodos, incapaz de ser substituída por serviços e finanças, pois não seriam capazes de sustentar o crescimento de longo prazo. Nessa linha, busca explicar os motivos que levavam a estagnação da economia britânica pós-guerra, defendendo que tinha como principal motivo uma desindustrialização.

O segundo baseada na revolução agrícola que inclui o uso de tecnologia e ganhos de produtividade, liberando contingente de população, elevando a renda que permanecem no campo e garantindo o suprimento de alimentos para população. A segunda lei é de Kaldor–Verddorns que permite explicar a primeira lei em que se baseia na ideia de que quanto maior o produto do setor manufatureiro, maior a produtividade dos outros fatores. Assim, a lei defende uma relação entre a produtividade e o crescimento do produto da manufatura. Isso se deve á três razões externas. A primeira o crescimento da manufatura fornece bens de capital, combinados com avanços técnicos, que servem de insumos para outros setores. O segundo que o crescimento do produto e manufatura reduz o emprego na agricultura, mas não o produto devido aos ganhos de produtividade.

O terceiro que as manufaturas promovem grande fluxo de distribuição por trabalhador do setor. As razões internas providenciam ganhos estáticos e dinâmicos de estaca-la, levando á mudanças técnicas, maior investimento e novos produtos e indústrias, baseado nas contribuições de Smith-Young.

O quarto e último que as políticas protecionistas temporárias são importantes para criar condições que a indústria nacional nascente se integre a estrutura produtiva internacional. A rejeição para proteções permanentes se deve a potencial perda de escala e pressões competitivas, criando ineficiências com prejuízos ao bem estar da sociedade. Por fim, a necessidade do crescimento puxado pelas exportações (*export-led*), especialmente para os países em desenvolvimento. Isso se deve a necessidade de superar a restrição externa e escassez de reserva em moeda conversível, onde os recursos podem ser obtidos com o fluxo de exportações e integração com a economia mundial, sobretudo, utilizando manufaturas. Outro fator é acentuar e acelerar o processo de ganho de escala e transformação técnica na indústria, criando assim pressões por elevação da eficiência, maior investimento e acumulo de capital.

Targetti (2005) ressalta que as ideias implícitas e explicitas sobre desenvolvimento e industrialização de Kaldor antecipavam preocupações modernas, tal como a possibilidade do país escapar da trajetória de industrialização e crescimento devido às particularidades institucionais. Levando a ser incapaz de se integrar aos mercados internacionais e reduzir o gap de renda com os países desenvolvimento. A principal razão estariam nos erros de políticas implementadas pelos governos nacionais e instituições internacionais.

Os modelos kaldorianos são muito mais ricos do que apenas verem no crescimento da demanda como causa mais importante e, na visão radical, única para criar as condições para crescimento de longo prazo. Implícita ou explicitamente, Kaldor trás para a discussão de necessidade de reformas na agricultura, estrutura da burocracia estatal, melhora do sistema tributário, política setoriais, construção da infraestrutura física e capital humano, as particularidades institucionais locais. Isso provém dos modelos e observações de um autor que teve uma ampla vivencia na burocracia e problemas de desenvolvimento, conhecendo os problemas e resistência para construção de uma burocracia favorável ao desenvolvimento, especialmente quando as elites ou grupos diversos se veem ameaçados pelas reformas. Além de serem complementados por sofisticadas estruturas teóricos conhecidas na economia para se aproximar a dinâmica do capitalismo. Em última instância, o objetivo do escopo teórico kaldoriano está na busca de maior eficiência, produtividade e acumulo de capital, revertido em maior consumo e bem estar para sociedade.

Considerações finais

O trabalho teve como objetivo explorar o pensamento de Nicholas Kaldor sobre a economia, enfatizando as contribuições para o desenvolvimento centrado na critica aos modelos neoclássicos e o conceito de equilíbrio. A hipótese que orientou essa breve exploração foi que Kaldor era buscava o realismo para explicar a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Uma característica que não identifica nos modelos neoclássicos de crescimento baseados no conceito de equilíbrio, ênfase na oferta e não explicação dos mecanismos de geração de tecnologia e mudança técnica ou mesmos ganhos de escalo. No outro extremo, o descontentamento dos modelos clássicos de crescimento, especialmente de inspiração marxista que se mostravam extremamente pessimistas.

A frustração de Kaldor levou a criar um escopo de discussões para mostrar alternativas que deram origem aos modelos estruturalistas heterodoxos pós-keynesianos, aproveitados nos novos modelos de crescimento endógeno que internalizavam as mudanças técnicas. As criticas em grande parte era resgatadas da economia marshallina (modelo Smith-Young, por exemplo), discussões sobre comércio internacional, taxação e ciclo de negócios que tinha trabalhado nos anos 1930s enquanto construía sua carreira acadêmica, a importância do papel da demanda na trajetória da economia, modelos de causação cumulativa. Além disso, uma elevada experiência como consultor e burocrata em grandes questões de desenvolvimento pós-1945, capaz de verificar a complexidade da economia, sociedade e a inadequação da teoria neoclássica. Por não ser uma teoria fechada, buscar uma forte aderência á realidade com conceitos conhecidos e respeitados na economia anteriores a revolução keynesianas, os insights de Kaldor sobreviveram ao tempo.

Bibliografia

BOYLAN, T. A.; O'GORMAN, P. kaldor on method: a challenger to contemporary methodology. **Cambridge Journal of Economic**, v. 21, p. 503-17, 1997.

DIXON, R.; THIRLWALL, A. P. A model of regional growth-rate differences on kaldorian lines. **Oxford Economic Papers**, v. 27, n. 2, p. 201-214, 1975.

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom:** an inaugural lecture. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

KALDOR, N. New monetarism. **Lloyds Bank Review**, 1970b.

KALDOR, N. Recollections of an economist. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review** , v. 39, n. 456, p. 3-26, março 1986.

KALDOR, N. The Case for Regional Policies. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 17, p. 337-348.

KALDOR, N. The Irrelevance of Equilibrium Economics. **The Economic Journal**, v. 82, p. 1237-1255.

KING, J. E. **Nicholas Kaldor**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.

MCCOMBIE, J. S. L.; THIRLWALL, A. P. **Economic growth and the balance- of-payments constraint**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1994.

OREIRO, J. L. **Muito além do tripé proposta de um novo regime de política macroeconômica para dobrar a renda per-capita em 20 anos**. Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil: qual deve ser a estratégia do governo 2015-18? São Paulo: [s.n.]. 2014.

PASINETTI, L. L. Nicholas Kaldor: a few personal notes. **Journal of Post keynesian Economics**, v. 5, n. 3, p. 333-40.

SETTERFIELD, M. History versus equilibrium and the theory of economic. **Cambridge Journal of Economics**, v. 21, n. 3, p. 365-78.

SETTERFIELD, M. History versus equilibrium: Nicholas Kaldor on historical times and economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 521-67.

SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, p. 65–94 , 1956.

SWAN, T. W. Economic Growth and Capital Accumulation. **Economic Record**, v. 32, n. 2, p. 334–361, 1956.

TARGETTI, F. **Nicholas Kaldor:** the economics and politics of capitalism as a dynamic system. Oxford: Claredon Press, 1992.

TARGETTI, F. Nicholas kaldor: key contributions to development economics. **Development and Change**, Oxford, v. 35, n. 6, p. 1185-99, 2005.

THIRLWALL, A. P. **Nicholas Kaldor**. Brighton: Harvester, 1987.

THIRLWALL, A. P. Nicholas Kaldor, a biography. In: FILIPPINI, C.; TARGETTI, F.; THIRLWALL, A. P. **Causes of growth and stagnation in the world economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 145-219.

YOUNG, A. increasing returns and economic progress. **The Economic Journal**, v. 38, n. 152, p. 527-542, dezembro 1928.

A construção das instituições fiscais e as unidades subnacionais: a origem dos problemas fiscais nos estados brasileiros

Elson Rodrigo de Souza Santos[1]

Resumo

A proposta do artigo consiste em explorar as origens dos problemas fiscais nos estados, especialmente envolvendo os sistemas financeiros estaduais e o modelo centralizador que emergiu durante o governo militar. A hipótese defendida no artigo é que a orientação da política fiscal era o acumulo de capital, incentivo ao desenvolvimento e industrialização. Nesse contexto, a política fiscal assumiu o caráter prociclico com incentivo ao aumento de gastos e endividamento interno e externo. Enquanto a preocupação com a responsabilidade e sustentabilidade fiscal era deslocada para segundo plano como um problema menor para gestão fiscal. Os estados acompanharam o movimento com elevação do endividamento conjuntamente com a irresponsabilidade fiscal. O movimento complementado e acelerado com o uso dos bancos público como intermediários na captação de fundos internos e externos, utilizados para financiamento de projetos locais de desenvolvimento, mas também serviam como agentes dos tesouros estaduais, facilitando o uso político e descontrole fiscal. Neste ambiente de fragilidade institucional os bancos estaduais eram utilizados como instrumentos de descontrole fiscal.

Palavras-chave: instituições fiscais; governos subnacionais; irresponsabilidade fiscal; bancos estaduais; reformas

JEL: H72; N26; O16

Fiscal institutional and subnational governments: the origin of fiscal irresponsibility Brazilian and state bank question

Abstract

The proposed in this paper explorer the origins of fiscal problems in subnational division of national states, especially about public state banks and state government during military government. The defend hypothesis is that state and fiscal reform had objective the power concentration in federal government and priority to capital account incentive for development and industrialization. In this context, the fiscal policy assumed a bias prociclycal with incentive for federal government includes the growth debt from internal and external sources. So preoccupation with fiscal responsibility and fiscal sustainability placed in the background as minor problem to fiscal governance. In the states occurred the growth debt alongside the irresponsibility and growth government spending incentives. The public state banks had function the accelerate de growth debt and financing development local projects but also financial agent of treasury states. The fragility institutional environment promoted decontrol public fiscal policy and use public state banks as decontrol fiscal instruments

Keywords: fiscal institutions; subnational governments; fiscal irresponsibility, state banks; reforms

1Doutorando em economia pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: elson129@gmail.com ou elson129@usp.br

1 Introdução

A estrutura financeira brasileira emergiu da Grande Depressão dos anos 1930s, distúrbios políticos e alterações na política econômica transformado, dando corpo a maior participação estatal e protecionismo. Os ativos bancários oriundos de bancos nacionais em dificuldades e nacionalização de ativos de instituições estrangeiras que deixavam o país serviram para o crescimento da estrutura financeira estatal. Nesse contexto, a estrutura bancária estatal foi ampliada, ganhando importância na estratégia de financiamento de longo prazo para desenvolvimento, suporte as políticas públicas, desenvolvimento setorial, abrangendo atividades de varejo, incorporando a função de agente do tesouro e financeiro (NESS Jr., 2000; COSTA NETO, 2004). Outro ponto foi o aprofundamento do papel do sistema financeiro estatal advindo do fracasso da Reforma financeira Campos-Bulhões (1964-67)[2]. Ao propor um sistema misto público e privado de financiamento, a Reforma incentivava mecanismos e instituições para captação de alocação e captação de poupança, mas instabilidade macroeconômica e necessidade de acelerar as mudanças estruturais levaram ao protagonismo dos bancos públicos, sobretudo frente às necessidades do II PND. Em números, nos anos 1970s o setor estatal detinha 55% dos depósitos e 58% dos empréstimos ao setor privado (MAKLER, 2000).

Na organização da estrutura financeira estatal era formada pelos bancos federais, regionais de desenvolvimento e estaduais, além de instituições e agências para fins específicos. As particularidades dos bancos estaduais era deterem as funções de desenvolvimento para acúmulo de capital e transformação estrutural, intermediar a captação e distribuição de fundos nacionais e estrangeiros, abrangendo atividades de varejo, conglomerado bancários, e agentes dos tesouros estaduais. Para o governo federal, ao menos oficialmente, tinham o mesmo tratamento dos bancos privados, mas sofriam forte influência política regional, beneficiados pelas barganhas para angariar recursos, especialmente através dos bancos federais e ajudas do banco central, além de flexibilidade na fiscalização, baixa preocupação com a eficiência e curto horizonte de planejamento (SAVINO JUNIOR, 2004). O mais grave era o uso dos bancos estaduais para desajuste fiscal através de operações legais e ilegais como empréstimos aos

2O fracasso se desenho após o governo de Castello Branco, quando se desenhou uma guinada da política econômica para incentivar a industrialização e mudanças estruturais. Paulatinamente, os bancos de investimentos privados perderam espaço, o dinamismo do mercado de capitais decresceu, os bancos privados pressionaram para autorização de instituições mistas, dando lugar ao financiamento estatal (ver Macarini, 2007).

controladores e operações triangulares (DALL'ACQUA, 1997). Assim, os bancos eram instrumentos de desajuste fiscal e, indiretamente, capazes de comprometer o setor bancário devido ao tamanho das instituições (Banespa, Banestado, Banerj, por exemplo).

A resposta da literatura e das políticas públicas dos anos 1980s e 1990s foi relacionar fortemente a necessidade de reforma e desmonte do sistema financeiro estadual com ajuste fiscal e reforma financeira dos estados (WERLANG e FRAGA, 1995; NOVAES e WERLANG, 1995 BACHA, 1991). Os resultados foram a crescente restrição legal do uso políticos dos bancos estaduais pelas normas do Banco Central e governo federal, acentuados com a crise dos anos 1980s, os planos de estabilização que colocavam como ponto fundamental o saneamento fiscal e temiam a crise bancária, obtendo sucesso com Plano Real (1994). A resolução foi dada pelo incentivo a privatização dos bancos estaduais (PROES prevista na MP n. 1.514, de 7 de agosto de 1996), condicionados a renegociação das dívidas estaduais (Lei Federal n. 9.496 de 11 setembro de 1997) e como parte do ajuste patrimonial (LOPREATO, 2000). Passadas duas décadas do debate teórico, das políticas de ajuste e identificação dos problemas permitem construir um novo olhar distanciado dos acontecimentos. Para isso, a proposta do artigo consiste em analisar os problemas dos bancos estaduais como originários de instituições fiscais frágeis, acentuados pela organização entre governo federal e unidades subnacionais, sobretudo, os estados que emergiu com as reformas estruturais do governo Castello Branco (1964-37).

A hipótese do trabalho é que a centralização fiscal não visava impor a responsabilidade fiscal sobre os governos estaduais. Ao contrário. As regras rígidas do governo federal sobre os estados levaram ao crescimento da barganha política por exceções e novos recursos. Acompanhado do uso dos bancos estaduais como instrumentos para elevação de gastos e distorções em que as regras e a fiscalização federal eram impedidas de agir, inclusive dando suporte com injeções de liquidez e ajuda, enquanto na esfera estadual a fiscalização e regras eram submissas aos interesses políticos. O trabalho pretende dialogar com debate na literatura contemporânea sobre regras e instituições fiscais (WYPLOSZ, 2012; 2005; KOPITS, 2011), a centralização *versus* descentralização fiscal (RODRÍGUEZ-POSE e KROIJER, 2009; DABLA-NORRIS, 2006).

Contudo, o propósito não é negar o diagnóstico da literatura brasileira, mas colocar em pauta uma nova perspectiva baseada nos avanços teóricos recentes, enfatizando o papel das reformas institucionais do governo militar e política fiscal que se seguiu as reformas na estrutura federativa e prioridades da política fiscal advindas do governo civil-militar. O diferencial está em considerar que os problemas entre bancos e finanças estaduais eram de origem na governança da estrutura fiscal e reflexo das relações federativas. O ponto central é identificar como a estrutura institucional falha transformou os bancos estaduais em fontes de desajuste fiscal. A base de dados considera a dinâmica das regras fiscais e exceções, as normativas, fiscalização e intervenção por parte da Comissão Monetária Nacional – CMN e Banco Central – BC.

A organização do trabalho foi feita em cinco partes. A primeira consiste na fundamentação sobre literatura referente às instituições, regras e descentralização fiscal. A segunda apresenta um *overview* sobre o que a literatura brasileira argumentava sobre o problema dos bancos estaduais e o vinculo com os problemas fiscais. A terceira discute a quebra institucional com a imposição da centralização pelo governo militar. A quarta aborda o funcionamento do sistema ao longo dos anos 1970s quando se tornava evidente o conflito entre os interesses políticos e manutenção da saúde fiscal e bancária. A quinta e última debate como os bancos estaduais se inseriam na dinâmica das finanças estaduais.

2 Instituições, regras e política fiscal

O debate teórico e as evidências empíricas sobre política fiscal, a relação entre governo central e unidades subnacional levantam dois pontos: a responsabilidade e compromisso com a sustentabilidade fiscal; e o debate sobre a centralização versus descentralização fiscal. Os dois elementos incorporam o papel da organização institucional, refletida nas regras, instituições fiscais, construção da estrutura de funcionamento do estado e relação com as unidades subnacionais. Assim, constituindo um complexo ambiente de conflitos entre os diversos grupos de interesses, influenciando na construção da política tributária, debate e execução orçamentária, efetividade e credibilidades das regras, normas e fiscalização. As questões acentuadas para os países em desenvolvimento que não amadureceram a estrutura institucional para moderar os conflitos de interesses, mais sujeitos a captação do estado por grupos de interesses com políticas fiscais prociclicas e com viés de irresponsabilidade.

2.1 Sustentabilidade fiscal

A responsabilidade na condução da política fiscal e comprometimento com a sustentabilidade da dívida pública são considerados peças chaves para estabilidade macroeconômica, sobretudo, de preços e externas. Particularmente, nos países em desenvolvimento proporciona maior estabilidade para acumulo de capital, investimentos e alavancagens das transformações estruturais, sem implicar na fragilização da economia. Nesse sentido, a sustentabilidade da dívida pública (*debt sustainability*) como parâmetro básico de avaliação e orientação para política fiscal no longo prazo (IMF, 2002). O conceito é definido pela situação na qual se espera continuidade no pagamento dos serviços dos títulos da dívida, excluindo grandes correções futuras na despesa e receita, mantendo um nível de endividamento sustentável no longo prazo. Os elementos relacionados estão nos conceitos de solvência, liquidez e vulnerabilidade. A solvência considera o valor presente descontado (VPD) dos gastos correntes e futuro corrente não pode ser maior que o VPD da renda futura e de algum endividamento inicial. A liquidez consiste na capacidade do país em rolar os títulos de dívida. A vulnerabilidade considera os riscos de iliquidez ou insolvência.

Para aprofundamento das discussões sobre política fiscal, o Fundo Monetário Internacional – FMI estabeleceu o *debt sustainability analisys* - DSA (IMF, 2011), incorporando as experiências oriundas da instabilidade dos anos 1990s, crise financeira internacional (2007-08) e programas de suporte e ajuste para países emergentes. Os elementos chaves consistem: i) maior realismo nos pressupostos fundamentados nas particularidades nacionais; ii) nível de endividamento público é um dos focos, ponderados pela proporção ao produto; iii) considerar os riscos e vulnerabilidade particulares de cada país; iv) vulnerabilidades associadas ao perfil de endividamento (prazo, custos, externo ou interno); e v) convergência entre balanço fiscal e dívida pública. O propósito do DSA consiste em criar parâmetros de discussão sobre a boa condução da política fiscal, dando ênfase para os países em desenvolvimento que frequentemente possui histórico de problemas e baixa qualidade das políticas fiscais. Além disso, o debate está relacionado a busca de ganhos de eficiência, melhora na composição dos gastos com foco em objetivos sociais que espraiem pela sociedade, melhor ambiente para encorajar o investimento privado (IMF WORLD BANK, 2009). Os instrumentos utilizados para operacionalizar as questões consistem na complementariedade entre instituições e regras fiscais.

As regras fiscais consistem na imposição de objetivos, metas ou normas para delimitar a condução da política fiscal podendo ser agrupadas em quatro blocos: orçamento; endividamento; gastos; e regras (IMF, 2009). O orçamento estabelece normas para estrutura, ajustamento às flutuações e ciclos econômicos, fortemente relacionados à sustentabilidade fiscal. O endividamento estabelece limites ou alvos para o endividamento público com base na relação do produto. Os gastos delimitam um limite total, primário ou corrente de gastos em termos absolutos, taxas de crescimento ou percentual dos produtos providenciando consistência dos gastos correntes. As regras de arrecadação consideram metas para não restringir os gastos previstos nos orçamentos. Ao redor do mundo ocorreu o estabelecimento de regras fiscais diversas, adaptadas as realidades e necessidades de cada país, emergidas frente à busca de um maior controle da política fiscal, especialmente a partidos dos anos 1960 e 1970, mas frequentemente encontradas hoje em dia. Por exemplo, os limites de gastos Holanda, Nova Zelândia, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos, também encontrados em blocos regionais como Pacto de Crescimento e Estabilidade (1997) para União Europeia.

As instituições fiscais constituem elementos importantes e complementares para fortalecer as regras fiscais condicionando maior poder de fiscalização, negociação dos conflitos e maior transparência nas decisões e execução. A existência de instituições fiscais permite a flexibilização das regras sem perda de credibilidade, sobretudo para amenizar os ciclos econômicos, mantendo como foco a sustentabilidade da dívida pública, expressa em relação ao produto, no longo prazo (WYPLOSZ, 2012; 2005). Apesar do potencial risco do uso da política fiscal discricionária pela defasagem e complexidade no gerenciamento de conflitos, acentuando os ciclos econômicos e distorções, mas que não devem ser excluídas pelos efeitos positivos da política econômica (FATÁS e MIHOV, 2006; 2003).

As instituições fiscais são responsáveis pelo desenho orçamentário, gerencialmente dos conflitos, aplicação das regras e fiscalização em que refletem as instituições políticas e econômicas de cada país. Nesse sentido incluem a construção do sistema político e eleitoral, estrutura de estado, relação entre governo central e unidades subnacionais, organização da sociedade (KOPITS, 2011; DEBRUM, 2011; HALLERBERG, STRAUCH e HAGEN, 2009). Uma avaliação da qualidade das instituições fiscais está na capacidade de manter independência da influência política de grupos, visando o bem-estar da sociedade, as funções básicas de redistribuição e estabilização das flutuações econômicas.

Nos países em desenvolvimento, a condução da política fiscal é afetada por dois agravantes. O primeiro relacionado à desorganização da estrutura fiscal e estado cujo foco é contemplado pelas agências e órgãos internacionais que fornecem os parâmetros básicos para construção organizacional. O segundo referente aos países com melhores estruturas, mas que apresentam dificuldades institucionais em isolar os interesses políticos e de grupos na construção do orçamento, fazer valer as regras e metas fiscais, mantendo um viés de política fiscal prociclica. Porém, na medida em que a qualidade das instituições cresce, os países em desenvolvimento podem construir maior credibilidade, tendo liberdade e flexibilidade para políticas anticíclicas, sem comprometer a sustentabilidade fiscal de longo prazo. Por exemplo, Velasco e Céspedes (2014) encontram evidências da melhora da qualidade da política fiscal nos países exportadores de commodities, destacando o caso do Chile, permitindo ação anticíclica sem levar a crise fiscal frente à crise financeira 2007-08.

2.2 Centralização *versus* descentralização

O debate sobre construção da política fiscal envolve a relação entre as unidades subnacionais (estados e municípios, no caso do Brasil) e o governo central. A questão fundamental considera qual o grau de liberdade para as unidades subnacionais em tomar decisões sobre estrutura de gastos, arrecadação, subsídios e incentivos ao setor privado. Na literatura, a visão favorável à descentralização possui como base as construções teóricas e evidências empíricas, focalizando os países desenvolvidos. O argumento é que a descentralização permite maior eficiência dos governos locais, proporcionando melhores serviços e capacidade de atender melhor as preferências locais (TIEBOUT, 1956), recentemente incorporando o papel no desenvolvimento dos mercados (MCKINNON, 1997). Nesse sentido, Oates (1999) cita as vantagens da estrutura federal norte-americana ao dar maior autonomia aos estados. Portanto, a visão convencional seria que uma estrutura estatal com maior poder e autonomia as unidades subnacionais permitem maior eficiência e qualidade das políticas públicas ao atender as comunidades. O problema destas conclusões está na fragilidade institucional encontrada nos países em desenvolvimento, levando as unidades subnacionais sejam mais sujeitas ao sequestro por grupos de interesses, ausência de compromisso e responsabilidade na condução da política fiscal. Assim, gerando uma visão cética sobre os benefícios relacionados à descentralização e a fragilidade institucional na mediação dos conflitos.

A visão cética em relação aos benefícios da descentralização fiscal, enfatizando a dificuldade e raridade de comprovações empíricas sobre a relação com crescimento, o papel das instituições e a diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os trabalhos apresentam argumentos de que a descentralização foi superestimada como uma solução para substituir os modelos de governos centralizados nos anos 1990s, especialmente nos países em desenvolvimento que detinham forte concentração de poder e demandavam uma nova estrutura administrativa e de estado para atender as demandas regionais (RODRÍGUEZ-POSE e KROIJER, 2009). A descentralização é incompleta para se traduzir em benefícios, podendo ter efeito inverso em países com fragilidade institucional ao acentuar o potencial desestabilizador.

A fragilidade institucional e a dificuldade em reconstruir a estrutura de estado com bases descentralizadas potencializariam os efeitos negativos da captura por grupos de interesses e ações irresponsáveis dos governantes, não refletindo os benefícios defendidos na literatura e encontrados em países desenvolvidos (BARDHAN, 2002). Portanto, a centralização fiscal poderia proporcionar maiores benefícios e impactos positivos no crescimento e bem estar para os países em desenvolvimento ou em transição. Outra razão é que nos países em desenvolvimento ou em transição por um longo período os governos nacionais se opunham a descentralização, mantendo o poder concentrado como forma de maior efetividade das políticas macroeconômicas e evitar o risco de fragmentação política ou separatismo (SMOKE, 2001).

Sobre a sustentabilidade da dívida pública, a descentralização pode criar o problema de "*common pool*" onde os governos subnacionais tendem a se tornar relapsos em relação à responsabilidade fiscal, devido à possibilidade de receberam aportes do governo central para manter o nível de gastos (RODDEN, 2003). Nesse ambiente, se pressupõe que as instituições fiscais são frágeis e as regras fiscais não críveis, criando o ambiente potencial das unidades subnacionais praticarem uma política fiscal discricionária e irresponsável, contando com a possibilidade de resgate por parte do governo central e, portanto, angariando benefícios na dinâmica econômica e em relação aos estados que cumpriram as regras. Ao mesmo tempo em que a permissividade do governo federal aos *lobbies* regionais é colocada em pauta como um fator para flexibilizar as regras e favorecer os infratores. Em linhas gerais, o risco de ausência de uma formatação madura da relação entre unidades subnacionais e governo central é capaz de comprometer o compromisso da sustentabilidade da dívida pública.

O sucesso da descentralização fiscal e reconstrução da estrutura do estado passam pelo estabelecimento de instituições e regras fiscais críveis, capazes de coibir comportamentos irresponsáveis e distorções. Assim, demandando maior clareza, transparência, estabilidade e regras bem definidas para os agentes, mas dificultado pela interdependência dos vários componentes das relações do sistema intergovernamental que permitem ambiguidades e dificuldade no desenho institucional e regras. Além disso, relacionado ao grau de autonomia, é importante mensurar as regras de gastos, de receitas, normas para sustentação da autonomia e eficiência acompanhada de uma definição clara da autonomia (DABLA-NORRIS, 2006). Entretanto, as estruturas das relações intergovernamentais dependem dos arranjos locais, atribuições constitucionais, realidades políticas e outros fatores para desenvolvimento do arranjo benéfico para o país e unidades subnacionais (BIRD, 2000).

3 Bancos estaduais e política fiscal: problematização e visão da literatura

O debate sobre política fiscal, unidades subnacionais e o sistema financeiro estadual emergiu nos anos 1990s como pontos importantes relacionados à agenda de reformas. Os três escopos que a literatura brasileira explorou sobre o tema: centralização fiscal; responsabilidade fiscal e os bancos estaduais; e reforma do sistema financeiro estatal estadual. Esses elementos estavam inseridos em discussões maiores sobre a reestruturação das três esferas de governo (municípios, estados e governo federal), os programas de estabilização para enfrentar a hiperinflação e restrições externas, reformas institucionais, propostas de privatização e abertura.

O debate sobre relação entre unidades subnacionais (municípios e estados) e governo federal entraram na pauta devido aos antecedentes de elevada centralização fiscal e de poder decisões no governo federal durante o regime militar. A estrutura fiscal, tributária e de coordenação entre as esferas de governo forçavam a negociação com o governo federal, estando submissos a regras fiscais e de endividamento elásticas e dependentes dos interesses políticos do governo federal e capacidade de barganha dos estados. Ao longo da década de 1980s e na Constituição de 1988, a negociação mais democrática levou a maiores recursos disponível para estado, liberdades e impostos, significando uma descentralização dos recursos na união (VARSANO, 1997). Enquanto o aprofundamento com a reforma tributária e fiscal se transformaram em debates que não evoluíram para remodelagem da estrutura deixando em aberto questões sobre a estrutura de federação (AFONSO, 1994).

A questão da responsabilidade fiscal passou a ser considerado como fundamental para gestão econômica com os planos de estabilização dos anos 1980s e o Plano Real (1994) como âncora para manutenção de baixas taxas de inflação, evitar a monetização do endividamento e prover a sustentabilidade fiscal mantendo a capacidade e flexibilidade de ação do governo. O problema encontrado pela literatura era a dificuldade de impor um ajuste fiscal devido à irresponsabilidade fiscal dos estados e tendência procíclica das finanças, que se manteve nos anos 1980s. Assim, forçando recorrentes refinanciamentos, transferências de endividamento para esfera federal (em 1989, 1993 e 1996-97), a dívida em 1996 superava os 16% do PIB, levando ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (Lei nº 9.496 de 11 de setembro de 1997) como parte do ajuste fiscal do Plano Real (MORA e GIAMBIAGI, 2007). Complementado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) que impôs normas mais críveis sobre limites e regras para ajustamento fiscal das unidades subnacionais com maior transparência (MORA, 2002). O caráter impositivo do ajuste lembrava o estilo dos acordos do FMI em que o auxílio financeiro era condicionado as reformas do setor público e ajuste patrimônio (LOPREATO, 2000). Esse novo momento da economia e estrutura institucional durante o primeiro governo Fernando Henrique facilitou a imposição do processo de privatização e enxugamento dos estados e municípios, indiretamente, indicando uma reconcentração de poder no governo federal.

O sistema financeiro estadual entrava no debate em dois aspectos. O primeiro que representava a fragilidade institucional da relação entre governo e empresas/bancos públicos ao sofrer ingerências políticas e colocar em segundo plano a eficiência e delimitação do papel no funcionamento e desenvolvimento regional. Assim, constituindo uma fonte de irresponsabilidade fiscal que permitia os estados utilizar o endividamento e maquiagem dos balanços, fugindo de uma regulação efetiva. Por exemplo, DALL'ACQUA (1997) explora a relação questionável entre banespa e governo do Estado de São Paulo, a resistência do governo Covas em apoiar privatização. O segundo que devido a abrangência e papel descrentralizado das operações, frequentemente evolvendo elevado endividamento e atividades de varejo e investimento, representavam um elevado risco ao sistema financiero e, potencialmente, causadores de uma crise bancária. A solução para os dois problemas era do saneamento, federalização e privatização dos bancos estaduais (WERLANG e FRAGA, 1995; NOVAES e WERLANG, 1995 BACHA, 1991).

Era possível eliminar a capacidade de criação de crédito e possibilidade de fuga das regras fiscais para os governos estaduais, ao mesmo tempo abrindo espaço para entrada de bancos estrangeiros que dariam choque de competitividade e eficiência, retirando o potencial desestabilizador das isntituições estaduais. O resultado foi a criação do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES (Medida Provisória nº 1.514, de 7 de agosto de 1996) que incentivada a privatização dos bancos estaduais, vinculando ao ajuste fiscal e patrimonial imposto pela União. Os substitutos dos bancos estaduais foram agências de fomendo e desenvolvimento que na prática servem para repassar recursos dos bancos federais e outros fundos, sem a mesma capacidade um banco ou papel de agente financiero do tesouro estadual.

4 Governo militar e a centralização

A organização entre unidades subnacionais e o governo federal passaram de elevada autonomia no regime federativo do começo da república no fim do século XIX, revertido na tendência de concentração a partir dos governos autoritários de Vargas e com a quebra institucional no governo militar.

4.1 Descentralização e tendência à centralização

Os antecedentes das relações entre unidades subnacionais e governo central são encontradas na implantação na organização federativa, oriunda da proclamação da república em 1889, presente na constituição de 1891 promulgada em 24 de fevereiro. A constituição previa que as unidades subnacionais, os estados, tivessem condições de ter maior autonomia na receita e gastos em relação às determinações do governo federal. Na constituição de 1891, no título primeiro que versa sobre a organização federativa, o artigo 6ª estabelece que as forças federais não interviessem nos "*negócios peculiares dos estados*" salvo situações extremas e necessidade de fazer valer as leis e sentenças federais. No artigo 9ª, estabelecia a arrecadação do estado através dos impostos de exportação, relevante devido à configuração de grande exportador de commodities que o país ocupava, potencialmente benéfico para as elites exportadoras locais. Além disso, no artigo 12ª autorizar os estados a criarem novos impostos desde que não conflitantes com os vetos explicitados.

O sistema tributário e fiscal brasileiro era fortemente dependente do comércio exterior, mas que paulatinamente foi sendo reorientado para fontes de arrecadação interna com base na tributação de bens, propriedade e circulação de mercadorias (ver VARSANO, 1997; 1981). Os estados tinham como principal fonte de arrecadação a receita com exportações para exterior e entre estados (origem de 40% da receita). A união com recursos provenientes dos impostos de importação (origem de 50% do total). As mudanças na estrutura tributária foram com maior ênfase na tributação da renda, propriedade e circulação de mercadorias tiveram como motivação a queda nas receitas de importação devido à restrição do comércio provocado pela primeira guerra mundial (1914-18) e instabilidade macroeconômicas dos anos 1920s. Assim, ocorreu a queda na arrecadação do governo federal originária dos impostos de importação de 50% para 35%, acompanhado pela imposição do imposto de renda geral (Lei n. 4.783 de 31 de dezembro de 1923) e elevação nos tributos sobre consumo.

O ponto seguinte foi a Constituição de 1934 em que limitou a cobrança de impostos de exportação em 10% e proibiu a cobrança para exportação para outros estados. A resposta dos estados foi elevar a tributação sobre a circulação de mercadorias que passaram a corresponder em 45% da receita no começo da década de 1940 e 65% em 1946. Outro aspecto foi à obrigação dos estados entregarem 30% da arrecadação à União e 20% aos municípios de origem da arrecadação. O movimento de concentração tributária foi acentuado com a perda da receita sobre combustíveis (constituição de 1937), carvão mineral, combustíveis e lubrificantes (Lei Constitucional n. 3 de 1940) substituído pelo imposto único federal (Lei Constitucional n. 4 de 1940). Os estados ficavam aleijados de tributar a circulação de um insumo importante, fundamental para industrialização e integração nacional, cedendo receita para o governo federal.

A motivação para implantação da nova política era encontrada nas mudanças institucionais e política em que a centralização de poder era encarada como essencial para manutenção da ordem e governabilidade. Os fatos relevantes como a queda da república velha, revolução de 1930s e Governo Vargas, a revolução constitucionalista de 1932 e o Estado Novo (1937-1945). Em especial, a revolução constitucionalista demostrou o risco potencial da elevada autonomia aos estados em relação ao governo federal, justificando o corte da autonomia fiscal e tributária. Assim, servindo como base para estratégia de enfraquecimento político e organizacional dos estados, facilitando negociações e imposição da ordem. Sobretudo, em relação aos estados mais desenvolvidos que potencialmente representavam uma ameaça.

A redemocratização e eleição de Gaspar Dutra em 1946 levou a rediscussão da participação dos estados na estrutura tributária e de receitas. A Constituição de 1946 buscou fortalecer o papel dos munícios, contando com medidas como participação de 10% da arrecadação do imposto de renda e receber 30% do excesso de arrecadação estadual. Os estados receberam como compensação a participação sobre o imposto único sobre combustíveis (Lei n. 302 de 13 de junho de 1948) com 48% e perderam o direito de tributar a exportação para o limite de 5%. Entretanto, o reforço das finanças municipais não se confirmou devido à resistência dos estados nas transferências, a corrosão da inflação e crescimento do número de municípios (1.669 em 1945 para 3.924 em 1966) (VARSANO, 1997). A organização fiscal e tributária refletia em problemas fiscais pela incapacidade de arrecadação e elevação efetiva da carga tributária, conjugado com a divisão de recursos entre as esferas de governo levava os estados a situações particularmente difíceis (Tabela 1).

Tabela 1 - Finanças públicas: União vs. Estados

	União			estados ex-distrito federal		
	receita	despesa	resultado	receita	despesa	resultado
1944	8311	8399	-88	5766	5491	275
1945	9845	10839	-994	6380	7042	-662
1946	11570	14203	-2633	8256	8576	-320
1947	13853	13393	460	8968	10416	-1448
1948	15699	15696	3	11193	12375	-1182
1949	17917	20727	-2810	13923	14850	-927
1950	19373	23670	-4297	16375	18540	-2165
1951	27429	24609	2820	22905	24336	-1431
1952	30740	28461	2279	25337	30801	-5464
1953	37057	39926	-2869	30477	35894	-5417
1954	46539	49250	-2711	39206	44783	-5577

Fonte: Malan et al (1977, p. 217) apud economia brasileira

No período a reforma tributária emergia como uma das principais reformas de base para resolução dos problemas fiscais, reorganização da estrutura pública e atribuição de responsabilidades. Porém o ambiente político e econômico adversos levaram as medidas pontuais de elevação da arrecadação frente aos ajustes de curto prazo e amenização da crise fiscal, externa e frear a aceleração inflacionária: Vargas, Café Filho, Kubitschek, Quadros e Goulart (ver ABREU, 2010 e 1995; MESQUITA, 2010). As propostas de reformas estruturais eram relegadas ao segundo plano, retornando a tona no âmbito das reformas estruturais propostas por Goulart, mas realmente efetivadas durante o governo Castello Branco (1964-67).

4.2 Governo militar e a centralização fiscal

O primeiro governo militar comandado por Castello Branco (1964-67) tinha como tarefa auto atribuída de reorganização política, social e econômica lado país frente aos problemas que emergiam com as mudanças estruturais provenientes da industrialização, urbanização, conflitos distributivos e de interesses dentro da sociedade. O plano de estabilização de curto prazo com foco na estabilização de preços, superação da crise externa e situação fiscal era acompanhado de planos de longo prazo que criassem e disciplinassem a estrutura estatal para viabilizar o crescimento de longo prazo. No aspecto econômico, o escopo das reformas foi concentrado Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG[3] em que tinha como diagnóstico da inflação como demanda causada pelos déficits públicos, acentuada pela expansão de crédito e aumentos salariais irrealistas acima da produtividade. De certa forma, semelhante ao diagnóstico do plano Trienal (1962), especialmente sobre o papel de aceleração inflacionária dos déficits públicos, mas superando os impasses institucionais e resistências políticas para implantação de reformas impopulares (BASTIAN, 2013). No aspecto fiscal, significou a necessidade de uma reforma na estrutura de arrecadação, gastos e reestruturação entre o governo federal e unidades subnacionais que ganhou corpo com a reforma tributária (1964-1967).

O novo sistema tributário foi progressivamente implantado entre 1964 e 1966, priorizando as medidas que contribuíssem para a melhora da condição do orçamento federal, acompanhada do alivio tributário dos setores empresariais (VARSANO, 1997). Como medidas gerais estão em destaque o fim da imunidade do imposto de renda professores, jornalistas, autores e magistrados que passaram a ser tributado (Lei nº 4.357 de 16 de julho; Lei nº 4.480 de 14 de novembro; Lei nº 4.506 de 30 de novembro de 1964). A segunda da regulamentação dos incentivos fiscais com foco no estimulo de investimento considerados de interesse econômico ou social permitindo que esses contribuintes sofressem abatimentos (Lei nº 4.357 de 16 de julho de 1964). Também marcado pelo incentivo tributário aos empreendimentos ecológicos (Lei nº 5.106 de 2 de setembro de 1966), investimento em ações (Decreto-lei nº 157 de 10 de fevereiro de 1967). A terceira com a definição sobre sonegação, fraude e conluio (Lei nº 4.502 de 30 de novembro de 1964) e definição do crime de sonegação fiscal (Lei nº 4.729 de 14 de julho de 1965).

3 Ver PAEG (1965)

Além das medidas referentes à melhor na organização do sistema tributário e proteção contra os surtos inflacionários na medida em que ambos se mostraram fragilidades dos sistemas passados. A cobrança do imposto de renda (Lei nº 4.506 de 30 de novembro de 1964) com correção monetária (Lei nº 4.506 de 30 de novembro de 1964). Ao mesmo tempo com a organização da estrutura tributária federal com o estabelecimento do Departamento do Imposto de Renda (Lei nº 4.506 de 30 de novembro de 1964), com a instituição de áreas de jurisdição e sedes regionais (Decreto nº 55.770 de 19 de fevereiro de 1965), totalizando dez (1ª Região: Brasília; 2ª Região: Belém; 3ª Região: Fortaleza; 4ª Região: Recife; 5ª Região: Salvador; 6ª Região: Belo Horizonte; 7ª Região: Guanabara, posteriormente Rio de Janeiro; 8ª Região: São Paulo; 9ª Região: Curitiba; 10ª Região: Porto Alegre).

O grande impacto veio com o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966), complementando a Emenda Constitucional nº 18 de 1º de dezembro de 1965 que instituiu o Sistema Tributário Nacional e confirmada no seu núcleo Constituição de 30 de janeiro de 1967. A legislação não foi o resultado de uma decisão errática e autoritária do governo, mas sim de uma longa discussão partida da reforma tributária de 1946 e que se arrastava pela década de 1950, alegando ineficiência, obsolescência e descolamento dos preceitos de justiça social (VARSANO, 1981). O problema era que a reforma tributária e, de forma mais ampla, das estruturas de estado esbarravam nos conflitos políticos e fraqueza do poder central em negociar uma formatação aceitável para os interessados. No sentido de continuidade do processo muito do material produzido pela Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda, instituído em 1963, apresentavam a necessidade de revisão do sistema tributário, aproveitando a discussão técnica que se acumulava desde os anos 1950s.

No documento original da comissão (FGV, 1967), o relatório final indica a necessidade de reforma é dada como uma necessidade técnica de modernizar o sistema tributário, fundamentado nos problemas e na integração dos juristas que sistematizaram o direito tributário brasileiro: Gerson Augusto da Silva; Gilberto Ulhôa Canto; e Rubens Gomes de Souza. A apresentação do documento possui um tom triunfalista sobre a importância da reforma e os efeitos, chegando a comparar com *New Deal* norte-americano aplicado em 1933. Além disso, admite que a reforma e concentração do poder fiscal e tributário poderia causar problemas nos municípios e estados, mas compensado pela maior coordenação e ganhos de eficiência.

O problema político e institucional deixou de ser entrave para governo militar teve facilidades em contornar e impor um modelo tributário nacional com poder centralizador no governo federal, melhorar a estrutura administrativa para tributação e instituir o mecanismos de correção monetária para proteção contra a inflação. Cabe ressaltar que em linhas gerais a reforma tributária passou a incentivar e oferecer vantagens ao acumulo de capital e deixando de lado a equidade, justificado pela necessidade de investimento privado para crescimento. Outro ponto de elevar a carga tributária e eficiência da arrecadação como forma de sanar os déficits do governo, dar maior poder e flexibilidade nos gastos e investimento, sem alimentar a inflação.

Entretanto, a pergunta referente ao modelo é qual o motivo da centralização fiscal no governo federal? A resposta se relaciona com dois pontos. O primeiro referente a justificativas técnicas presentes na literatura, nas experiências internacionais da época e discussões ao longo da década de 1950 sobre o novo sistema tributário brasileiro. Na época era colocada como conclusão que um sistema tributário nacional centralizado conferia mais eficiência na arrecadação e gastos do que excesso de poder nas unidades subnacionais, permitindo melhor coordenação entre as esferas de governo. O excesso de poder das unidades subnacionais (estado e municípios) poderia gerar distorções que levariam a ineficiência na capacidade de arrecadação e alocação de recursos, comprometendo o equilíbrio fiscal e o impulso ao desenvolvimento.

O segundo que a tendência dos regimes autoritários é a centralização de poder como forma de forçar as elites e grupos regionais negociarem com o governo central benefícios, investimentos e autorizações. A motivação consiste em manter sob controle as unidades subnacionais ao qual a restrição na decisão de tributar e gastos são importantes instrumentos de exercício da influência do poder central. No Brasil, a experiência com o governo Vargas indicava o viés de retirar a autonomia dos estados frente ao governo federal, correspondendo à necessidade de neutralizar o potencial desestabilizador das elites econômicas e políticas regionais. Durante a terceira república (1945-1964) os estados recuperaram certa autonomia dentro do regime democrático. Enquanto o governo militar colocava como ponto fundamental para sustentação e reformar neutralizar as resistências regionais, onde o poder de recursos e decisões teria papel importante para servir como troca nas barganhas com os estados. Isso se torna evidente no funcionamento da nova estrutura fiscal e tributária ao longo da década de 1970.

5 Finanças estaduais *versus* centralização

Os efeitos oriundos da reforma tributária foram a elevação da carga tributária (cerca de 17% em 1960 para 25% em 1970) que se manteve até o fim dos governos militares em 1985. A centralização pode ser identificada no crescimento da participação proporcional do governo federal na arrecadação que passa de 63% em 1960 para em torno de 75% na década de 1970. Enquanto a participação dos estados caiu de 30% para próximos dos 21% e municípios de 5% para 2,5% no mesmo período (Tabela 2).

Tabela 2 - carga tributária e distribuição dos recursos

Ano	Carga (em% do PIB)	Participação na arrecadação total		
		Federal	Estadual	Municipal
1947	13,84	-	-	-
1955	15,05	-	-	-
1960	17,41	63,79	31,03	4,60
1965	18,99	63,83	30,85	5,85
1970	25,98	66,71	30,60	2,69
1971	25,26	68,73	28,58	2,73
1972	26,01	69,67	27,72	2,61
1973	25,05	71,14	26,35	2,51
1974	25,05	72,30	25,43	2,28
1975	25,22	73,71	23,51	2,78
1976	25,14	75,38	21,56	3,02
1977	25,55	76,01	21,10	2,86
1978	25,70	75,06	22,18	2,76
1979	25,66	74,82	21,82	3,37
1980	24,46	74,67	21,65	3,69
1981	25,18	75,38	21,34	3,29
1982	26,23	75,94	21,41	2,65
1983	26,87	76,55	20,62	2,79
1984	24,22	73,65	23,69	2,66
1985	23,82	72,75	24,86	2,40

Fonte: baseado em dados de Afonso e Serra (2007)

A distribuição da arrecadação não é suficiente para caracterizar a centralização de poder no governo federal devido ao crescimento econômico do período terem proporcionado ganhos reais na receita e gastos dos estados e municípios. A situação financeira dos estados e municípios tenderia a estar em melhor situação do que antes da reforma. Para isso, tornou-se necessário considerar as relações institucionais, controle e direcionamento de arrecadação e gastos, endividamento e controles sobre a administração dos estados. Como observa Varsano (1981, p. 217), a reforma tributária limitava a autonomia das unidades subnacionais ao “estritamente necessário para racionalização da tributação”, colocando o governo federal através do legislativo que estava sobre controle do executivo, as decisões e receitas e despesas.

O governo federal recuperou sua capacidade fiscal de promover investimento e reduzir as limitações orçamentárias para atender as demandas emergidas da necessidade de industrialização e crescimento, acentuado pela capacidade de criar crédito e buscar recursos no exterior com base nos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal; BNDES) e grandes empresas estatais. Além disso, fornecia o instrumento para governo central ter flexibilidade e intervir para contemplar os interesses locais e regionais, sustentando as decisões centralizadas em Brasília. Enquanto os estados e municípios perdiam participação total na receita, não possuíam a mesma flexibilidade de estabelecer as regras e estratégias de arrecadação/gastos, nem para alavancar a receita. Os estados passaram a dependem da contratação de operações de crédito e de transferências de recursos negociações com a União, tonando dependentes do governo federal para superar as fragilidade e necessidades de maiores gastos. A estrutura institucional emergida com a reforma tributária e reestruturação do pacto federativo forçaram a concentração de poder tributário e decisões na União, retirando a autonomia financeira e de facto das unidades subnacionais, acentuando a necessidade de negociação e barganha dos grupos políticos regionais frente ao governo federal.

Ao mesmo tempo em que o arranjo institucional retirava a autonomia dos estados, ocorria o incentivo ao endividamento frente ao governo federal e instituições de fomento e externos. Na segunda metade dos anos 1960s ao longo da década de 1970, a facilidade na obtenção de linha de crédito, renovação dos contratos e baixas taxas de juros criando um ambiente em que era possível manter elevados graus de endividamento (LOPREATO, 2000). O crescimento do endividamento era resultado no viés prociclico da política da política fiscal em todas as esferas de governo em que para acelerar o crescimento e manter a carga tributária em torno de 25% para não prejudicar o crescimento, o uso de endividamento nacional e externo era uma estratégia comum. No longo prazo se esperava que as mudanças estruturais e direcionamento dos gastos para facilitar e acelerar a acumulação de capital seria compensado pelos efeitos agregados e recuperados. Sobretudo, advindo da necessidade de investimentos e mobilização para aprofundamento da estrutura industrial e substituição de importações proveniente no o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-79), mas presentes na mudança de política econômica com o fim do governo Castello Branco em 1967 e a necessidade crescimento para legitimação do regime.

Os estados e municípios sofreram limitações no seu pode de tributar e manter receitas autônomas em relação ao governo federal. Em 1968, as transferências foram restringidas com a redução de 10% para 5% da arrecadação do imposto de renda e imposto sobre produtos industrializados destinados ao Fundo de Participação dos Estados e Munícipios, respectivamente, FPE e FPM (ato complementar n. 40 de 13 de dezembro de 1968). Enquanto o governo federal criou o Fundo Especial – FE com o poder de decisão sobre distribuição e utilização de recursos era dividida pelo governo central, capitalizado por meio de 2% do produto da arrecadação do IR e IPI. Acentuado pela imposição de condições e fatores para qualificar as entidades subnacionais a receberem os recursos, inclusive interferindo na forma de utilização. O auge da centralização ocorreu em 1975, gerando protestos do estado que tiveram como resposta a Emenda Constitucional n. 5 de 1975 que previa maior destinação dos recursos para FPE e FPM, mais tarde a emenda constitucional 17 de 1980. Porém ocorreram os picos de arrecadação federal ocorreram picos de arrecadação e capitalização dos fundos para as unidades subnacionais, mas as transferências se mantiveram na faixa de 8,5 a 9,5%, com o governo utilizando manobras fiscais para evitar o aumento das transferências (Varsano, 1997).

As regras fiscais sobre manejo das finanças estaduais e imposição de limites ao endividamento emergiram em 1968 (Resolução do Senado n. 58 de 23 de outubro) que vetou por dois anos o lançamento de obrigações, salvo os créditos de antecipação de receita (ARO) e resgate de títulos no mercado. Posteriormente reforçada (resolução do senado n. 79 de 21 de outubro de 1970; n. 52 de 3 de novembro de 1972; e n. 35 de 29 de outubro de 1974). Em 1970, novas regras restringem o uso do ARO ao limitar a importação do dispêndio em no máximo 5% da receita do exercício (resolução do senado n. 92 de 27 de novembro de 1970). Entretanto, a imposição de regras que era uma prática comum para construção de incentivos para boas práticas fiscais em outros países, no caso dos estados sofria da falta de credibilidade e efetividade em regular os gastos. Enquanto a estrutura oficial limitava o endividamento e antecipação de receita, de outro eram aprovadas autorizações para empréstimos internos e externos sob a liderança e interesse do governo militar. Por exemplo, a flexibilização do endividamento para financiamento e equipamentos (resolução do senado n. 53 de 27 de novembro de 1971) e obras de saneamento e infraestrutura urbana com recursos do PIS e PASEP (resolução do senado n. 52 de 3 de novembro de 1972).

O II PND alarga as possibilidades das unidades subnacionais assumirem maior endividamento como contrapartida a necessidade de maior dispêndio e investimento público, em especial duas resoluções: resolução do senado n. 62 de 28 de outubro de 1975; e resolução do senado n. 93 de 11 de outubro de 1976 (tabela 3). A resolução n.62 fixaram os limites máximos para dívida consolidada interna e do dispêndio anual com a dívida. Ao mesmo tempo em que deixava em aberto a possibilidade de contratação de linhas de crédito desde que autorizadas pelo Senado.

Tabela 3 - Regras fiscais para os estados e municípios

Delimitação	Limites
Montante global de dívida	70% da receita realizada no exercício financeiro anterior
Crescimento real do endividamento	20% da receita realizada
Dispêndio anual e liquidação	30% da diferença entre receita total e despesa realizada no exercício anterior
Responsabilidade total	50% do teto fixado no montante global

Fonte: Resolução Senado n. 62 de 28 de outubro de 1975

A resolução n. 93 determinou que as operações provenientes do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (FNDU), Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), Banco Nacional da Habitação (BNH) estariam fora dos limites estabelecidos anteriormente como operações extras limites, dependendo da deliberação do Senado Federal com parecer da Comissão Monetária Nacional – CMN. Na prática a resolução colocou nas mãos do Senado e interesses dos estados e governo federal em autorizar maior endividamento, frequentemente relacionados com a capacidade de influências das elites regionais e necessidades do regime. A reforma tributária e reorganização da estrutura federativa com base na centralização, forçando com os as unidades subnacionais se tornassem dependentes da capacidade de lobbies e influência no governo federal. Contudo, sem regras críveis e real controle para criação de instituições fiscais com base na responsabilidade, mas sim servindo para legitimação e aceleração do crescimento.

6 Bancos estaduais e a política fiscal

É possível encontrar evidência de interferência dos governos estaduais no setor financeiro desde começo do século XX, derivado do capital privado nacional e estrangeiro voltado para financiamento ao setor agrícola e exportação. A primeira onda de bancos estaduais se deveu a nacionalização e encampação dos bancos derivado das crises e grande depressão dos anos 1930s, tal como Banespa, banco de minas gerais e espirito santo. A origem da estrutura financeira estadual pública é relativamente recente no Brasil que acompanhou o crescimento da participação do estado na estrutura de financiamento, especialmente do Banco do Brasil e criação do BNDE, servindo como intermediários para programas direcionados de desenvolvimento e produção desde idos de 1930s (COSTA NETO, 2004).

Ao longo das décadas de 1970, os bancos estaduais se tornaram instrumentos importantes para permitir as finanças estaduais fugirem da centralização tributária federal. Sendo assim, a estrutura institucional incentivava o seu uso como complemento aos tesouros estaduais, favorecendo o maior endividamento nacional e internacional, também incentivado em parte pelo governo federal para ampliação de gastos e maior investimento na acumulação de capital. Além disso, existiam problemas estruturais relacionados dois pontos relacionados à literatura (BACHA, 1991; SAVINO JUNIOR, 2004; WERLANG e FRAGA NETO, 1995). O primeiro da falta de foco nas atividades em que passaram iincorporar funções de varejo, bancos de desenvolvimento, intermediários de captação de recursos e programas de incentivos ao setor industrial, agrícola e investimento público. O segundo e mais grave a interferência políticas na administração dos bancos estaduais, abrangendo o curto horizonte de decisão, alterações frequentes nas diretorias e administração, incentivos às más práticas em relação ao gerenciamento de recursos e a administração em que a eficiência e estabilidade eram colocadas como dependentes dos humores do governador.

A interferência abrangia inclusive a fiscalização bancária, barganha dos governos estaduais para flexibilização das regras frente à Comissão Monetária Nacional - CMN e Banco Central, incluindo resgastes e aportes de recursos aos bancos estaduais que serviam como uma forma de transferência forçada de recursos da união para os estados.

A pergunta é como os bancos estaduais influenciavam no descontrole fiscal dos estados? O ponto de partida para discussão é compreender o ambiente institucional de forte centralização fiscal e tributária no governo federal que impõem direcionamentos para as unidades subnacionais, sobretudo, nos estados. Ao mesmo tempo em que existe o incentivo ao endividamento e de uma política prociclica que permita acumulo de capital e alimente maior crescimento. Assim, o uso da estrutura financeira estaduais estava submisso à lógica de funcionamento da política fiscal que não colocava como ponto central a sustentabilidade, mas sim financiamento de gastos. Além a estrutura de regras era permissiva sem uma credibilidade de facto. No Brasil, por exemplo, o governo federal criou toda uma estrutura legal e contábil para estimular os bancos públicos, federais e estaduais a captarem recursos externos. Isso possibilitou um enorme fluxo de capital para o País que, se por um lado constitui-se em uma fonte não inflacionária para financiar crescentes déficits públicos, por outro, deixou como legado uma enorme dívida externa (DALL'ACQUA, 1997, p. 12). Assim, a estrutura de bancos estaduais assimilava uma função de “turbinar” a prociclicidade do setor fiscal, utilizando a captação de recursos externos.

Nas reformas tributárias e institucionais do governo Castello Branco era prevista uma forma de evitar que os bancos estaduais fossem contaminados pela irresponsabilidade fiscal dos estados. O primeiro mecanismo de restrição estava presente na reforma financeira Campus-Bulhões (1964-67), dada pela Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964 que dava a estrutura organizacional básica para sistema financeiro, instituições monetárias, bancárias e creditícias. Especificamente, presente na redação do artigo 24ª que diz que “as instituições financeiras públicas não federais ficam sujeitas às disposições relativas às instituições financeiras privadas”. E, complementada, pelo artigo 34
ª que veda empréstimos ou adiantamento para os controladores e executivos. Em teoria, o tratamento reservado aos bancos estaduais eram os mesmos que as instituições privadas, mas não correspondia a realidade. O motivo era que a pressão do governo federal e habilidade dos estados permitiam as normativas adicionais flexibilizavam a possibilidade de empréstimos aos controladores. A autorização explicita foi dada pela resolução n. 346 de 13 de outubro de 1975 que permite os empréstimos dos bancos estaduais aos estados controladores desde que autorizadas pelo Banco Central.

De outra forma a fragilidade na fiscalização e o interesse das esferas de governo permitia burlar as regras. Por exemplo, Savino Junior (2004) cita as operações triangulares envolvendo fornecedores ou agencias estrangeira dos bancos estaduais. Outra forma é o banco estadual conceder aval ao estado (ou estatais estaduais), mas o estado não quitava a dívida em seu lugar o banco o fazia, torna-se credor do estado. Também existiam as operações chamadas de “troca de chumbo” através de operações cruzadas entre bancos e estados ou prefeituras diferentes. Nesse cenário, a Lei 4.595 não tinha sido revogada de fato, mas contornada pelos interesses políticos em jogo, normatizando os empréstimos que em teoria seriam ilegais. Ao mesmo tempo em que a fiscalização dos bancos central e CMN ficavam de braços amarrados para tratar os bancos estaduais como bancos privados como a legislação previa.

A fragilidade da interação entre estrutura bancária e política fiscal estadual foi revelada com a eclosão da crise da dívida externa nos anos 1980s. Os bancos estaduais passaram a contrair grandes dívidas oriundas das operações de crédito e alavancagem as quais estavam submetidos, entrando em dificuldade e insolvência. Mesmo assim, governos estaduais utilizavam as operações com bancos estaduais como forma de se livrar das limitações das regras fiscais federais e tentativas de ajuste fiscal recessivo que representavam queda na receita e capacidade de gastos. Inclusive utilizando resgastes e aportes do governo federal para como estratégias de transferência de mais recursos para o governo estadual, motivado pela necessidade da autoridade monetária evitar uma corrida bancária. Portanto, o ajuste fiscal só foi possível com os endurecimentos das regras pelo banco central e CMN ao longo dos anos 1980, tendo como ponto culminante o PROES e incentivo ao saneamento, federalização e privatização das instituições. Por esse ponto substituído por agências de fomento que são intermediários de recursos federais sem a capacidade de criação de crédito de um banco.

Na dinâmica das finanças públicas e bancos estaduais observava que não ocorreu uma preocupação com criar instituições fiscais e regras críveis para sustentabilidade fiscal. Ao contrário. Os bancos estaduais eram vistos como forma de acentuar o caráter pro cíclico da política fiscal estadual, sem o constrangimento de flexibilizarem regras do sistema financeiro e estrutura fiscal. A estrutura se mostrava caótica e insustentável quando ocorre a crise dos anos 1980s, enfrentada com o desmonte do setor financeiro estadual na década de 1990s, concentrando os financiamentos no governo central através dos bancos federais.

Considerações finais

A proposta do trabalho foi investigar a relação entre centralização fiscal e construção da responsabilidade fiscal nos estados, tendo como período chave os anos 1970s, baseada em reavaliar a origem dos problemas fiscais e dos bancos estaduais que foram debatidos nas décadas de 1980 e 1990. O fato central a reforma tributária durante o governo Castello Branco (1964-67) que consolidou uma estrutura fiscal nacional, mas centralizada como forma de elevar a coordenação e eficiência arrecadatória, caminhando nos anos seguintes para acentuação do movimento cm justificativa política e sustentação do regime.

Na dinâmica é possível observar três grandes preocupações da nova estrutura institucional imposta no governo militar. A primeira de construir mecanismos para sanear o orçamento público e elevar a capacidade de arrecadação e gastos do governo, orientados pelo incentivo a acumulação de capital, aceleração do crescimento e industrialização. A segunda de centralização dos recursos e decisões no governo federal, reduzindo as transferências e impondo direcionamentos para uso dos recursos, forçando que as elites econômicas e políticas barganharem recursos e privilégios junto ao governo central. A terceira foi à política pro cíclica que não via como problemas o endividamento interno e externo, uso de operações potencialmente arriscadas com entre bancos públicos e tesouro. Pelo contrário. O endividamento era uma forma de elevar os gastos e investimentos sem aumentar a carga tributária, incluindo para os estados uma fuga das limitações impostas por Brasília.

A centralização não foi acompanhada por regras críveis e construção de instituições preocupadas com boa gestão fiscal e sustentabilidade da dívida pública. Os estados adotaram a tendência à elevação de gastos e endividamento, utilizando os bancos estaduais para operações legais e ilegais que permitissem alavancar maiores gastos. Acompanhado de lobbies e pressões para não fiscalização e ajuda aos bancos estaduais em dificuldades, como forma de angariar recursos por meio do banco central e federais. A lógica foi quebrada com a crise dos anos 1980s e necessidade de regras mais duras que retirassem o instrumento dos bancos públicos dos estados, forçando a adequação ao ajuste fiscal e lógica dos planos de estabilização. Os bancos estaduais não eram problemas, mas sim a falta de instituições fiscais que permitissem independência e gestão adequada para exercer suas funções, transformando-se em focos de debates pela capacidade de criação de crédito, endividamento e ingerências como reflexo de uma estrutura deficiente.

Bibliografia

ABREU, M. D. P. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, M. D. P. **Ordem e progresso:** cem anos de política econômica republicana 1889-1989. [S.l.]: Editora Campus, 1995. p. 197-212.

ABREU, M. D. P. A economia brasileira 1930-1964. **PUC-RJ textos para discussão**, n. 585, 2010. Disponivel em: <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td585.pdf>. Acesso em: 21 novembro 2014.

AFONSO, J. R. R. Federalismo fiscal & reforma institucional: falácias, conquistas e descentralização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 79-106, novembro 1994.

AFONSO, J. R.; SERRA, J. Fiscal federalismin Brazil: an overview. **Cepal Review**, n. 91, abril 2007.

BACHA, E. L. Alguns princípios para a reforma do sistema financeiro nacional. **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 1, p. 122-129, janeiro-março 1991.

BARDHAN, P. Decentralization of governance and development. **Journal of Economic Perspectives**, v. 16, n. 4, p. 185-205, 2002.

BASTIAN, E. F. O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativade suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo. **Est. Econ.**, v. 43, n. 1, p. 139-166, 2013.

BIRD, R. Intergovernmental fiscal relations: universal principles, local applications. **International Studies Program - Working Paper #00-2**, abril 2000. Disponivel em: <http://icepp.gsu.edu/sites/default/files/documents/icepp/wp/ispwp0002.pdf>. Acesso em: 29 outubro 2014.

COSTA NETO, Y. C. D. **Bancos oficiais no Brasil:** origem e aspectos de seu desenvolvimento. Brasilia : Banco Central do Brasil, 2004.

DABLA-NORRIS, E. The challenge of fiscal decentralization in transition countries. **Comparative Economic Studies**, v. 48, p. 100-131, 2006.

DALL'ACQUA, F. M. Crise dos bancos estaduais: o caso do Banespa. **EAESP/FGV/NPP - Núcleo de Pesquisas e públicações, Relatório de Pequisa n. 7**, p. 1-97, 1997.

DEBRUM, X. Democratic Accountability, Deficit Bias,and Independent Fiscal Agencies. **IFM Working Paper WP/11/173**, 2011. Disponivel em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2011/wp11173.pdf>. Acesso em: 21 novembro 2014.

FATAS, A.; MIHOV, I. The case for restricting fiscal policy discretion. **The Quarterly Journal of Economics**, p. 1419-1447, novembro 2003.

FATAS, A.; MIHOV, I. The macroeconomic effects of fiscal rules in the U.S. States. **Journal of Public Economics**, v. 90, n. 1-2, p. 101-117, janeiro 2006.

FGV. **Sistema tributário nacional**. Rio de Janeiro: Fundação getúlio Vargas - Comissão de reforma do Ministério da Fazenda, 1967.

HALLERBERG, M.; STRAUCH, R. R.; HAGEN, J. V. **Fiscal governance in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

IMF. Assessing Sustainability. **Fiscal Affairs, International Capital Markets,Monetary and Exchange Affairs, and Research Departments**, p. 1-60, maio 2002. Disponivel em: <http://www.imf.org/external/np/pdr/sus/2002/eng/052802.pdf>. Acesso em: 15 outubro 2014.

IMF. Fiscal Rules—Anchoring Expectations for Sustainable Public Finances. **International Monetary Fund - Fiscal Affairs Department**, 2009. Disponivel em: <https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2009/121609.pdf>. Acesso em: 28 setembro 2014.

IMF. Modernizing the Framework for Fiscal Policy and Public Debt Sustainability Analysis. **Fiscal Affairs Department and the Strategy, Policy, and Review Department**, p. 1-58, agosto 2011. Disponivel em: <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2011/080511.pdf>. Acesso em: 25 outubro 2014.

IMF E WORLD BANK. A Review of Some Aspects of the Low-Income Country Debt Sustainability Framework. Disponivel em: <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2009/080509a.pdf>. Acesso em: 03 dezembro 2014.

KOPITS, G. Independent fiscal institutions: developing good practices. **OCDE Journal on Budgeting**, v. 11, n. 3, 2011. Disponivel em: <http://dx.doi.org/10.1787/budget-11-5kg3pdgcpn42>. Acesso em: 29 novembro 2014.

LOPREATO, F. L. O endividamento dos governos estaduais nos anos 90. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, p. 117-158, dezembro 2000.

MACARINI, J. P. A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973). **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 343-69, dezembro 2007.

MAKLER, H. M. Bank transformation and privatization in Brazil Financial federalism and some lessons about bank privatization. **The Quarterly Review of Economic and Finance**, v. 40, p. 45-69, 2000.

MCKINNON, R. I. Market-Preserving Fiscal Federalism in the American Monetary Union. In: BLEJER, M. I.; TER-MINASSIAN, T. **Macroeconomic Dimensions of Public Finance:** Essays in Honour of Vito Tanzi. [S.l.]: Routledge Studies in the Modern World Economy, 1997.

MESQUITA, M. M. C. Brasil 1961-1964: inflação, estagnação e ruptura. **PUC-Rio Texto para discussão**, 2010. Disponivel em: <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td569.pdf>. Acesso em: 6 dezembro 2014.

MORA, M. Federalismo e dívida estadual no Brasil. **IPEA - Textos para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 866, março 2002. Disponivel em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2100/1/TD_866.pdf>. Acesso em: 28 outubro 2014.

MORA, M.; GIAMBIAGI, F. Federalismo e endividamento subnacional: uma discussão sobre a sustentabilidade da divida estadual. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 3, p. 472-494, julho-setembro 2007. ISSN 107.

NESS JR., W. Reducing government bank presence in the brazilian financial system: why and how. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, v. 40, p. 71-84, 2000.

NOVAES, W.; WERLANG, S. Inflationary bias and state-owned financial institutions. **Journal of Development Economics**, v. 47, p. 135-154, 1995.

OATES, W. E. An essay on fiscal federalism. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVII, p. 1120-1149, setembro 1999.

PAEG. **Programa de ação econômica do Govêrno 1964-1966:** Síntese ; Incluindo a versão revista do programa de investimentos para 1965. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1965.

RODDEN, J. Reviving leviathan: fiscal federalism and the growth of government. **International Organization**, v. 57, n. 4, p. 695-729, outubro 2003.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; KROIJER, A. Fiscal decentralization and economic growth in central and eastern europe. **Growth and Change**, v. 40, n. 3, p. 387-417, 2009.

SAVINO JUNIOR, C. **Bancos estaduais:** dos problemas crônicos ao PROES. Basilia: Banco Central do Brasil, 2004.

SMOKE, P. Fiscal decentralization in developing countries: a review of current concepts and practice. **United Nations Democracy, Governance and Human Rights**, n. 2, p. 1-51, fevereiro 2001. Disponivel em: <http://www.policycafe.rs/documents/economic/publications/fiscal-policy/decentralization-in-developing-markets.pdf>. Acesso em: 21 novembro 2014.

TIEBOUT, C. M. A pure theory of local expenditures. **The Journal of Political Economy**, v. 64, n. 5, p. 416-424, outubro 1956.

VARSANO, R. O sistema tributário de 1967: adequado para ao Brasil de 80? **Pesq. Plan. Econ.** , Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 203-228, Abril 1981.

VARSANO, R. A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. **Pesq. Plan. Econ**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 1-40, abril 1997.

VELASCO, A.; CESPEDES, L. F. Was this time different?: Fiscal policy in commodity republics republics. **Journal of Development Economics**, v. 106, p. 92-106, 2014.

WERLANG, S. R. D. C.; FRAGA NETO, A. Os bancos estaduais e o descontrole fiscal: alguns aspectos. **Revista Brasileira de Economia (RBE)**, v. 49, n. 2, p. 265-75, Abril-Junho 1995.

WYPLOSZ, C. Institutions for Debt Sustainability in Brazil. In: GIAVAZZI, F.; GOLDFAJN, I.; HERRERA, S. **Inflation targeting, debt, and the Brazilian experience, 1999 to 2003**. Cambridge: MIT Press, 2005. p. 193-221.

WYPLOSZ, C. Fiscal rules: theoretical issues and historical experiences. **NBER Working Paper**, Cambridge, n. 17884, p. 1-28, março 2012. Disponivel em: <http://www.nber.org/papers/w17884.pdf>. Acesso em: 15 janeiro 2015.

Investimento estrangeiro no Brasil e a informação econômica: uma análise do *The Brazilian Review. A Weekly Record of Trade and Finance (1898-1914)*

Emily Oliveira de Souza – Universidade Federal de São Paulo

Elder Leandro da Silva – Universidade Federal de São Paulo

Cláudia Alessandra Tessari – Universidade Federal de São Paulo

Resumo

Este artigo tem como tema a informação econômica na formação do capitalismo no Brasil. No período estudado vivia-se em âmbito interno uma série de transformações (crescimento da economia para exportação, transição para o trabalho livre, urbanização, entre outras) e no âmbito externo não só as modificações tecnológicas da 2ª Revolução Industrial como a forte expansão das exportações de capitais. Nesta economia em transformação que requeria instituições econômicas, burocráticas e legais mais modernas a informação econômica como suporte para a tomada de decisões passa a ser de extrema importância. Eram necessárias informações sobre as contas públicas, o preço do café, as cotações da bolsa, os balanços das companhias, entre outras. Eram necessárias sobretudo para os investidores internacionais que buscavam, neste momento de acirrada concorrência imperialista, novos mercados e domínios. Para possibilitar esta rede de informações regulares o desenvolvimento das agência telegráficas internacionais foram fundamentais. Este artigo aborda a informação voltada para o exterior produzida *no* e *sobre* o Brasil produzida e veiculada pelo *The Brazilian Review. A Weekly Record of Trade and Finance*, jornal econômico semanal, escrito em inglês e publicado no Rio de Janeiro entre 1898 e 1940. Seu editor foi o britânico Joseph Phillip Wileman, que havia sido assessor técnico do Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho no Governo Campos Salles.

A análise do periódico nos permitiu concluir que ele foi pioneiro nas divulgação de estatísticas econômicas no Brasil. Nos permitiu concluir também que ele foi importante divulgador de informações e análises sobre o Brasil no exterior sobretudo no que dizia respeito às relações econômicas entre o país e a Grã-Bretanha, principal fonte de recursos internacionais no Brasil, tendo como uma de suas principais preocupações fomentar a vinda de recursos estrangeiros ao país. Além do mais, nos permitiu concluir que o editor do periódico era tido como um “consultor” informal inclusive dos leitores que escreviam para o jornal solicitando opiniões econômicas.

Palavras-chave: informação econômica, jornalismo econômico, telégrafo, investimento britânico, Joseph Phillip Wileman, The Brazilian Review

Introdução

O período histórico que abarca o final do século XIX e início do século XX é marcado como uma época de profundas transformações. O mundo assistia aos resultados da chamada Segunda Revolução Industrial: o progresso assustadoramente rápido das ciências naturais, como a química, a genética e a microbiologia, o desenvolvimento da eletricidade, dos motores a vapor e a combustível, além do telégrafo, do telefone e do rádio. Assistia também à emergência de novas nações industriais e ao consequente aumento da concorrência entre os países centrais. Paralelamente, assistia às transformações no papel internacional da Grã-Bretanha que passou de "Oficina do Mundo" para "Banco do Mundo", financiando o comércio mundial, a dívida pública de diferentes países e a instalação da infraestrutura em territórios dispersos (HOBSBAWM, 1998).

No Brasil, profundas alterações institucionais e legais transformaram o panorama econômico, social e político. Já desde meados do século XIX a modernização da legislação compreendeu a promulgação do Código Comercial, a aprovação da Lei que proibia o tráfico atlântico de escravos e a Lei de Terras, facilitando a formação de sociedades acionárias, inclusive bancos (no caso da primeira) e a liberação de capitais para aplicação em outros ativos (no caso da segunda).

Na virada do século, a abolição da escravidão e a República imprimiram novos rumos à economia brasileira. Vivia-se o crescimento das cidades, a instalação de infraestrutura urbana, de transportes e de comunicação, significando, por um lado, modernização da infraestrutura e, por outro, novas oportunidades de investimento para investidores nacionais e estrangeiros.

Foi em um momento de aumento dos investimentos internacionais no Brasil, sobretudo o investimento direto estrangeiro britânico que para cá se dirigia em busca das oportunidades que se abriam. Nesta economia em transformação que requeria instituições econômicas, burocráticas e legais mais modernas, a informação como suporte para a tomada de decisões passa a ser de extrema importância. Eram necessárias informações sobre as contas públicas, sobre o preço do café, sobre as cotações da bolsa, sobre os balanços das companhias, entre outras. Eram necessárias informações, sobretudo, para os investidores internacionais que buscam, neste momento de acirrada concorrência imperialista, novos mercados e domínios.

Em parte a instalação e a expansão da rede telegráfica foi um importante elemento que permitiu a rapidez e a maior difusão geográfica do fluxo de informações.

O objetivo deste artigo é estudar a produção e veiculação da informação que circulava no exterior sobre o Brasil tomando como ponto de partida a importância das expectativas na economia capitalista, sistema econômico em formação no Brasil no período estudado. O fato de os agentes econômicos tomarem suas decisões em função das expectativas e sendo impossível se esperar para acumular informações suficientes para se tomar decisões, torna a informação um recurso fundamental para a tomada de decisão na economia de mercado que se formava. Este texto traz a análise do periódico *The Brazilian Review. A Weekly Record of Trade and Finance*, jornal econômico semanal, publicado no Rio de Janeiro entre 1898 e 1940. O artigo está dividido em 4

partes além desta Introdução e das Considerações Finais. A primeira parte das transformações pelas quais o Brasil passava (especialmente São Paulo) gerando novas oportunidades de investimento mas também implicando na necessidade de mudanças burocráticas e legais para permitir em especial, novas formas de crédito e o aporte de capital internacional. A segunda parte trata do desenvolvimento dos telégrafos e das agências telegráficas internacionais os quais permitiram maior agilidade e alcance da divulgação das informações econômicas, tão necessárias neste novo ambiente de negócios. A terceira traz a descrição do periódico econômico *The Brazilian Review. A Weekly Record of Trade and Finance.* A quarta, traz a análise de uma das colunas do periódico – *Notes of the Week*– dedicada a apresentar notícias e análises do editor do jornal, Joseph Phillip Wileman

1 - Investimento estrangeiro no Brasil

A partir da segunda metade do século XIX, período em que ocorre a chamada Segunda Revolução Industrial, a ciência aproxima-se da indústria e da tecnologia, propiciando o desenvolvimento de setores como a metalurgia e a siderurgia. Esta aproximação da ciência resultaria em invenções que íam para além do processo produtivo, afetando diretamente a vida da população, tais como o telégrafo, a eletricidade, o automóvel, o telefone, etc.

A Grã-Bretanha, com a concorrência das novas nações industriais, mantem sua hegemonia agora com base na capacidade de seu centro financeiro. Ela era, de longe, o maior exportador de capital, de serviços financeiros e de comerciais “invisíveis” do mundo (HOBSBAWM, 1988). Durante fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, apesar da concorrência norte-americana e alemã, a Grã Bretanha ainda detinha o papel de maior investidor mundial. No entanto, os capitais ingleses, que no início do século XX se dirigiam principalmente para o continente europeu, mudam de rumo, passando a se orientar muito menos para a Europa e os Estados Unidos e mais para o resto do *Commonwealth* e para a América Latina. No final do século XIX as transferências de débito e crédito entre várias partes do mundo se tornaram mais frequentes e ocorriam com mais facilidade, internacionalizando a economia (ASHWORTH, 1978).

Tal mudança de rumo está diretamente relacionada à competição (ou corrida) inter-imperialista, em um contexto de acirramento da concorrência entre países, uma espécie de disputa mundial, a qual alterou o modo de ver o mundo, as relações humanas e, em especial, a figura do estrangeiro, que se torna foco de conquista, seja política ou econômica. (CASTRO, 1979).

Para estes países, as exportações de capital (na forma de investimento direto estrangeiro ou de investimento em títulos de governos) passam a ser fonte importante de ganhos econômicos e também, políticos. A Grã-Bretanha investia no exterior uma soma anual ao redor da média do PIB durante o período 1873-1893, tendo chegado a quase 10% do PIB às vésperas da Primeira Guerra Mundial. (MAIA; SARAIVA, 2012)

Dentre os países “disputados”, e para os quais se destinavam os investimentos ingleses – e posteriormente norte-americanos, franceses e alemães - encontrava-se o Brasil, o qual recebia empréstimos de bancos comerciais ingleses desde 1822 - 1825 (ALMEIDA, 2001).

Apesar de os investimentos britânicos na América Latina representarem apenas um quinto do total de capitais exportados pelo país, entre 1860 e 1875, “[...] a Inglaterra foi responsável por nada menos do que 93,6% do estoque de investimentos realizados pelas empresas estrangeiras [no Brasil]” (ALMEIDA, 2001) destinados a setores de serviços básicos e obras de infraestrutura que garantiriam retornos significativos destinados a setores de serviços básicos e obras de infraestrutura que garantiriam retornos significativos (ALMEIDA, 2001).

Ingleses, alemães, franceses e holandeses competiam também por aplicações em títulos de dívida de governos da América do Sul. No todo, o investimento europeu no subcontinente saltou de £ 44,1 milhões entre 1873-1872, para £ 182 milhões, no período de 1883–1891. Aproveitando-se da ampla oferta de capitais para a América do Sul, não só o governo central brasileiro como alguns estados captavam expressivos volumes de recursos nos mercados de capitais europeus (MAIA; SARAIVA, 2012)

Tais investimentos tornavam-se possíveis graças às mudanças na legislação brasileira ocorridas no decorrer do século XIX, como, por exemplo, a promulgação do Código Comercial, o qual possibilitava a qualquer estrangeiro ou empresa estrangeira serem comerciantes no país (ALMEIDA, 2001), além de introduzir uma série de regulamentos delimitando a aceitação de vários tipos de títulos comerciais, funcionando, posteriormente, como base para um conjunto de leis que resultariam num crescimento, embora modesto, de firmas com o formato de sociedade anônima e na organização da Bolsa de São Paulo. (HANLEY, 2001).

De maneira geral, as reformas legislativas eram propícias à presença do capital estrangeiro no país. O Código comercial tinha como objetivo “institucionalizar as práticas mercantis e os instrumentos de crédito pessoal utilizados no mundo dos negócios”, regulamentando “a criação e o cumprimento dos contratos, as responsabilidades dos prestadores de serviços, os procedimentos de falência, a adjudicação de bens em liquidação e outras medidas contratuais ", sendo a primeira lei a definir formalmente os bancos e suas práticas comerciais. (MARCONDES; HANLEY, 2010: 105).

A partir dos anos 1850, os bancos comerciais puderam se constituir como sociedades anônimas e passaram a conceder formas inovadoras de crédito, sob a forma de letras de câmbio renováveis, por exemplo. Outro papel exercido pelos bancos (...) foi o de intermediar investidores e empresas para a colocação de papéis dessas últimas no mercado (TILLY, 1967 apud MARQUES, 2005: 91).

Outras leis, como a de 1882, consideradas menos liberais, exigiam a aprovação parlamentar na instalação das empresas estrangeiras. No entanto, de maneira geral, as reformas legislativas eram propícias à presença do capital estrangeiro no país (ALMEIDA, 2001)

A expansão da economia cafeeira (DEAN, 1971; SILVA, 1976; MELLO, 1991) e a transição para a mão de obra livre (BARBOSA, 2003) foram fatores estimulantes do crescimento das cidades (OLIVEIRA, 1991; SANTOS, 2002) e de novas oportunidades de investimento, especialmente na Província/Estado de São Paulo, centro da cafeicultura e da atração de mão de obra estrangeira .

A origem dos investidores no país se diversifica, sendo possível observar maior presença de outras empresas estrangeiras além da inglesa, como as norte-americanas, francesas, alemãs, italianas e belgas. Assim, "os fluxos de investimentos diretos realizados pelas companhias estrangeiras no Brasil crescem 50% [no período de 1903 a 1913] [...]" (ALMEIDA, 2001, p. 26-27).

Além dos setores de infraestrutura e intermediação financeira, em alguns ramos industriais os investimentos diretos estrangeiros chegaram a assumir proporções e características significativas. Grandes empresas-líderes da indústria de transformação dos países capitalistas centrais, que vinham se internacionalizando desde as últimas décadas do século XIX, passaram a incluir novas áreas, entre elas o Brasil, nas suas estratégias de expansão geográfica, seja com vistas à ocupação dos mercados internos dessas áreas, seja para a exploração das fontes locais de matérias-primas. Assim, já nas últimas décadas do século XIX e duas primeiras do XX, gigantes norte-americanos da indústria da carne, pneus, fósforo, máquina e equipamentos, calçados, etc. aportaram no Brasil. (SUZIGAN e SZMRECSÁNYI, 1994)

Essa expansão no fluxo financeiro-comercial, portanto, foi determinada por dois movimentos: de um lado, as economias latinas entravam num importante momento de expansão diante do crescimento das exportações que atraía investimentos e transformações como na estrutura de transporte, o processo de urbanização e, ainda que com certas restrições, a industrialização; de outro lado, a Europa, e em especial a Inglaterra com uma ampla capacidade de comunicação com ferrovias, navios, telégrafos, atendia às novas demandas de crescimento mundial (SAES, 2008).

No período compreendido entre 1860 e 1902 predominavam os investimentos de origem inglesa em atividades de serviços ligadas ao setor agroexportador cafeeiro. Além disso, "a concentração nas atividades de serviços e a reduzida importância das atividades industriais também eram patentes. O setor de serviços básicos respondia por 59% dos investimentos diretos estrangeiros, enquanto a indústria de transformação respondia por apenas 4% do total desses investimentos" (CURADO; CRUZ, 2008: 408-409).

No início do século XX, os investimentos britânicos começam a diminuir frente ao total de capital investido no Brasil, enquanto há um aumento de capital vindo dos países da América do Norte. A partir de 1902, as participações norte-americana e canadense, passam a se tornar relevantes, enquanto assiste-se à diminuição da importância do capital de origem inglesa que respondiam por 53% dos investimentos diretos estrangeiros, enquanto os investimentos norte-americanos e canadenses responderam por 19 e 11,1%, respectivamente. (CURADO; CRUZ, 2008: 409).

2- O telégrafo e informação econômica

Nesse panorama de fluxos de investimentos em direção ao país, do desenvolvimento da economia cafeeira e das cidades e de diversificação de oportunidades de investimento, a coleta, sistematização, elaboração, divulgação e circulação de informações regulares e confiáveis tornam-se fator chave para a concorrência imperialista, sendo, portanto, cada vez mais importantes para a atração de investimentos estrangeiros. Não é a toa que já em 1914, um contemporâneo, o inglês Charles Hobson, ao escrever sobre a exportação de capitais ingleses e sobre a concorrência financeira intercapitalista do período, destacou a importância da facilidade para obtenção de informações econômicas para a concorrência entre os países: "*Although knowledge about foreign countries and about yields of investment is now far easier to obtain than in the past* […]" (HOBSON, 1914).

Neste momento, proliferam no mundo e no Brasil os jornais impressos, os almanaques comerciais, agrícolas e industriais e as revistas especializadas. Também aumentam as fontes de informação sobre o Brasil no exterior bem como as fontes de informações sobre o exterior no Brasil com o advento das agências telegráficas internacionais. Concomitante a este processo está a preocupação do Estado com a padronização, sistematização e institucionalização das estatísticas oficiais, com a criação, por exemplo, da *Diretoria Geral de Estatística*, em 1871.

A ascensão de novas tecnologias na imprensa aperfeiçoando os processos de impressão juntamente com a instalação dos cabos telegráficos transoceânicos aceleraram a transmissão de notícias entre os países contribuindo assim para que o fluxo internacional de informações se tornasse mais extensivo e organizado. Segundo Natali (2007, p. 30): “o impacto da rapidez na transmissão de informações e na distribuição de jornais e revistas foi proporcionalmente bem maior que o da computação e o da Internet no final do século XX”.

O grande impulsionador para o desenvolvimento das companhias telegráficas transnacionais foi o expansionismo imperial. Já que por meio do telégrafo elétrico que era utilizado nas colônias foi possível implementar a tecnologia para poder transmitir de maneira rápida informação a longa distância (LAMBOGLIA, 2006). As atividades destas agências eram amplas e envolviam de forma geral a aquisição e fornecimento de comunicações e notícias, além da intermediação da venda de anúncios ao redor do mundo.

Foi, então, no século XIX, permeado de inovações tecnológicas, que surgiu, nas empresas jornalísticas, a necessidade de algo que organizaria o processo de transmissão de informações em todo o mundo e, consequentemente, possibilitaria obter o maior número de informações possíveis pelo menor preço. Essas demandas geraram a criação das agências de notícias (NATALI, 2007, p. 23). Entre 1830 e 1870, foram criadas as primeiras delas: a francesa Havas, a inglesa Reuters, a alemã Wolff e a americana Associated Press. A partir de 1850 a competição entre as agências de notícias se intensificou, cada uma tentando garantir cada vez mais clientes e expandir suas

operações. O controle de linhas telegráficas davam a elas capacidade para dominar mercados (HEINRICH, 2011, p.47). Apenas três agências tinham porte internacional e, controlando linhas telegráficas, dividiram o mundo em territórios exclusivos: a Reuters reservou para si o Império Britânico e o Extremo Oriente; a Havas, precursora da Agence France Press (AFP) ficou com o Império francês, Itália, Espanha e Portugal; e a Wolff dominava a Alemanha, Áustria, Escandinávia e os territórios russos. Essa divisão entre as agências dominou o sistema de coleta e disseminação de notícias até a I Guerra Mundial (NATALI, 2007, p. 27). No Brasil, já em 1877, a agência Reuters-Havas abriu uma sucursal no Rio de Janeiro e passou a vender seus serviços para vários jornais brasileiros, como o *Jornal do Comercio* (a partir de 1877) e *O Estado de São Paulo* (a partir de 1890).

O aporte de companhias estrangeiras no Brasil bem como o aumento do fluxo financeiro estrangeiro, foi acompanhado da vinda de empresas que lhes prestavam serviços, fossem os bancos internacionais que aqui se fixava, fossem as agências telegráficas, importantes para distribuir internacionalmente as informações de cotações, câmbio, preços dos produtos primários nos principais mercados, entre outras.

O telégrafo, assim como as estradas de ferro (as quais possibilitaram a expansão da rede telegráfica) foi determinante para a disseminação de informação tanto em território nacional quanto para os países estrangeiros. O sistema ferroviário, embora entrecortado, possuía, paralelamente aos seus trilhos, linhas telegráficas, que eram operadas pelas próprias empresas ferroviárias, proporcionando, assim, maior rapidez no fluxo de informações.

No Brasil, o cabo telegráfico transatlântico foi inaugurado em 1874 acelerando a vinda de notícias da Europa. A concessão da linha transatlântica, Recife Carcavellos (Portugal), era monopolizada pela Brazilian Submarine Telegraph Company. Dentro do território nacional, porém, o Brasil possuía um sistema misto público-privado formado por quatro redes de telegrafia marítima, terrestre, fluvial e ferroviária. (Maciel, 1998)

Os telégrafos foram construídos pelo Estado, com finalidade essencialmente política, instalando-se principalmente no litoral e interligando as capitais. Sua expansão foi possível, principalmente, por meio das ferrovias que lhes possibilitaram alcançar lugares que dificilmente seriam atendidos pelas linhas da Repartição Geral dos Telégrafos, integrando-os a rede telegráfica nacional. A rede telegráfica foi ampliada paulatinamente até atingir, em meados de 1889, 10.755 km, com 72 estações por todo o país. Todas as capitais e principais cidades litorâneas estavam interligadas via telégrafo. Apenas as Províncias do Mato Grosso, Goiás e Amazonas não possuíam comunicação telegráfica (SILVA, 2010).

A participação da imprensa nos negócios de transmissão dos telégrafos passou a ser considerável a partir de 1897. Se sua participação era muito pequena no que se refere ao número de

telegramas transmitidos e na arrecadação (visto que lhes eram concedidos descontos tarifários que chegaram a 75%) no que se referia ao volume de tráfego, no entanto, sua participação era significativa. (MATHEUS, 2014, p. 9)

A partir do momento da instalação da agência Havas, a *Gazeta de Notícias* e, em seguida, o *Jornal do Commercio* subscreveram seus serviços e começaram a publicar os boletins noticiosos, que passaram a ocupar o alto das primeiras páginas (MATHEUS, 2014, p.16). Aos poucos, os jornais perceberam que não dependiam exclusivamente da Havas e passaram a trocar telegramas entre si e a receber telegramas do público, especialmente a partir da regulamentação dos descontos de imprensa. (MATHEUS, 2014, p.16-17)

Este novo ambiente, caracterizado por mudança institucional, crescimento e diversificação econômicos e populacionais, desenvolvimento do mercado de crédito, expansão das sociedades anônimas, separação da propriedade das empresas de sua gestão, expansão das exportações de capitais e dos investimentos estrangeiros no Brasil, crescimento da importância das bolsas de valores... exigiu o desenvolvimento de um sistema de informação mais sistematizado, padronizado, confiável, regular, publicizado e conectado internacionalmente.

3- O semanário The Brazilian Review

Criado em 1898, o The Brazilian Review era um jornal econômico semanal, escrito em inglês que trazia informações e estatísticas econômicas e financeiras sobre o Brasil. O periódico era editado por um britânico, Joseph Phillip Wileman. A partir de 1920, com a morte do editor, seu filho Henrique Frederico Wileman o sucedeu na editoria da revista. A partir de 1933, com a morte também de Henrique Frederico Wileman a revista foi vendida e continuou a ser publicada por outros editores. (Abreu, 2011)

O período analisado por este artigo foi todo ele editado por Joseph Phillip Wileman. Nascido em 1852, em Uttoxeter, Staffordshire, Grã-Bretanha, Wileman morreu em São Paulo em abril de 1920. Pouco se sabe sobre sua vida, porém, sabe-se que era engenheiro civil e que foi assessor técnico do Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho durante o governo de Campos Sales e mais tarde foi nomeado o primeiro diretor-honorário da Seção de Estatísticas Comerciais da Alfândega do Rio de Janeiro: “ Lembremos ainda que o assistente técnico de Murtinho era J. P. Willeman, autor de *Brazilian exchange*, que lhe sugeriu muitas das suas reformas, posteriormente indicado para primeiro diretor honorário da nova Seção de Estatísticas Comerciais da Alfândega do Rio de Janeiro”. (LIMA,1976)

Celso Furtado menciona a importância e influencia que Wileman possuía no governo brasileiro:

> Wileman trabalhara algum tempo para o governo brasileiro e tivera acesso aos arquivos do Ministério da Fazenda. Com base nas informações que obteve, publicou uma estimativa do balanço de pagamentos do Brasil e fez análise da instabilidade do câmbio, a qual se afasta da visão convencional da época e

> constitui o primeiro estudo técnico do comportamento do setor externo de nossa economia (FURTADO,1997)

Além de mencionar em seu livro Formação Econômica do Brasil alcance de Wileman nas tomadas de decisões do Ministro da Fazenda :

> Joaquim Murtinho. ministro da Fazenda do governo Campos Salles (1898-1902). adotou pela primeira vez no Brasil um conjunto de medidas econômico-financeiras coordenadas e visando um objetivo definido, que era reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos e restabelecer o crédito exterior do governo. Murtinho foi influenciado pelo livro de WILEMAN, cit., o qual constitui indubitavelmente a primeira análise objetiva e sistemática - com base em critica cuidadosa das fontes estatísticas - das causas da tendência ao desequilíbrio externo da economia brasileira. (FURTADO, 2005. p 180)

Wileman é considerado um dos percursores da informação estatística no Brasil estando entre os britânicos que contribuíram com os estudos sobre o país: “His book was the first systematic analysis of Brazil’s financial history, covering the period from 1860 to 1894, and a major influence on the governments of the new Brazilian Republic”. (EAKIN; AlMEIDA, 2005)

Fruto de sua experiência e de seu contato com as estatísticas comerciais da Alfândega do Rio de Janeiro (entre 1900 e 1908 havia sido diretor da Seção de Estatística daquela repartição), Wileman compilou e editou o *Brazilian Year Book*, que teve duas publicações (1908 e 1909). O anuário teve patrocínio do governo brasileiro contendo dados sobre exportação e importação, hidrografia, fauna, flora e outras informações gerais, além de conter informações sobre empresas de capital misto que atuavam no país no período (HTTP:// biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=225399)

O semanário objeto de nossa pesquisa, foi publicado entre 1898 e 1940 (quase ininterruptamente) porém sob títulos diferentes. Entre 1898 e 1910, foi publicado como *The Brazilian Review. A Weekly Record of Trade and Finance* e depois de 1910 como *The Brazilian Review*. Em fevereiro de 1912, Wileman, com a saúde abalada, vendeu a revista. No início de 1915, Wileman tentou lançar uma revista semanal similar à *Brazilian Review* com o nome de *The New Brazilian Review,* mas em vista de problemas legais quanto ao direito ao título só um número da revista chegou a circular. O nome foi temporariamente alterado para *Wileman´s Review. A Journal of Trade and Finance* até que J.P. Wileman assegurasse seus direitos e, a partir de maio de 1915, a publicação teve o título *Wileman´s Brazilian Review. A Journal of Trade and Finance.* (Abreu, 2011)

Escrito em inglês, o semanário econômico possuía agentes nas principais praças nacionais e internacionais, tais como: Santos, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Londres, Hamburgo e Nova York. (Quadro 1)

Quadro 1 – Praças que possuíam agentes do The Brazilian Review	
Ano/Edição	**Locais de circulação**
1898, nº4	Londres, Buenos Aires, São Paulo, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº5	Londres, Buenos Aires, São Paulo, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº6	Londres, Buenos Aires, São Paulo, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº7	Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro(2), São Paulo, Santos, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº8	Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro(2), São Paulo, Santos, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº9	Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro(2), São Paulo, Santos, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº10	Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro(2), São Paulo, Santos, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº11	Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro(2), São Paulo, Santos, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº12	Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro(2), São Paulo, Santos, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº13	Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro(2), São Paulo, Santos, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº14	Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro(2), São Paulo, Santos, Pelotas - Porto Alegre(RS)
1898, nº44	Londres (2), Rio de Janeiro(2), São Paulo
1899, nº 1	Londres (2), Rio de Janeiro(2), São Paulo
1900, nº1	Londres (2), Rio de Janeiro(2), São Paulo
1901, nº5	Rio de Janeiro (2), Londres, New York, São Paulo
1902, nº1	Rio de Janeiro (2), Londres, New York, São Paulo
1903, nº6	Rio de Janeiro (2), Londres, Hamburgo, New York, São Paulo
1903, nº9	Rio de Janeiro (2), Londres, Hamburgo, New York, São Paulo
1904, nº4	Rio de Janeiro (2), Londres, Hamburgo, New York, São Paulo
1904, nº19	Rio de Janeiro (2), Londres, Hamburgo, New York, São Paulo
1904, nº52	Rio de Janeiro(3), Londres, São Paulo
1905, nº1	Rio de Janeiro(3), Londres, São Paulo
1905, nº26	Rio de Janeiro(3), Londres, São Paulo
1906, nº1	Rio de Janeiro(3), Londres, São Paulo
1908, nº1	Rio de Janeiro, Londres, New York, São Paulo

Fonte: TBR, 1898-1908

O The Brazilian Review era composto por 20 páginas. Em média, 50% do espaço do jornal era dedicado à propagandas e anúncios. No geral, as quatro primeiras e as três últimas páginas inteiras eram compostas por material deste tipo, sendo que o restante dos anúncios era distribuído ao longo do jornal, entre as seções ou no meio delas.

Nos anos pesquisados, o jornal era dividido em cinco seções principais: Notes of the week, Money and Share Market, Coffee Market, Shipping News, Railway News and Enterprise.

A seção Notes of the week ocupava aproximadamente 5 páginas e trazia comentários do editor sobre acontecimentos gerais da semana A partir de 1900 esta seção dividiu-se em duas: Notes (com comentários do editor) e General News (notícias da semana) (figura 1)

The Brazilian Review

NOTICE TO SUBSCRIBERS

Temporary Offices : RUA NOVA DO OUVIDOR, N. 1
(2nd floor)
P. O. Box. 472. Rio—Telegraphic Address—"REVIEW"
ALL COMMUNICATIONS TO BE ADDRESSED TO THE EDITOR
Mr. J. P. WILEMAN.

AGENTS for sale of the "Brazilian Review"
London. Mr. John Sampson. Dashwood House, 9 St Broad St: EC.
Buenos Ayres. Taylor & Anderson. Cuyo.
São Paulo. Victoria Store. Rua São Bento, 27.
Pelotas, Rio Grande, P. Alegre. Livraria Americana.

TERMS OF SUBSCRIPTION, POST FREE
For Brazil 48800. Abroad £2 Per Annum, Paid In Advance

Notes of the Week.

March 22nd, 1898.

The complaints we receive of non-delivery of our pap especially from São Paulo are immense and becoming unb arable. We can only assure our subscribers that "TH BRAZILIAN REVIEW" has been posted regularly to ea and every one, and that if they have not received it, it is t Post Office that is to blame. We shall be glad, howeve if subscribers will let us know when they fail to recei their papers, as we will in such case immediately forwa duplicate copies. At São Paulo complaints should be addre sed to our correspondent Mr. F. H. Chalk, at the Bol who will be kept supplied with sufficient copies to corre any fault of delivery.

Little by little we suppose we shall induce the post off to be more exact, but at present, it must be confess delivery is anything but satisfactory.

Notes

A cable from Paris will be found in our Money section.

1899

But twelve short months ago, like 1900 to day, 1899 was but a e and aspiration. As we look back upon it it seems not half eal and to be

" But the baseless fabric of a vision "
" Of cloud cap't towers and gorgeous palaces "
" Shall dissolve, leave the great globe itself, "
" Yea, all which it inherit shall dissolve "
" And like this insubstantial pageant faded, "
" Leave not a rack behind. We are such stuff "
" As dreams are made of, and our little life "

General News

—Mangabeira Rubber is, we are informed, being planted on a very large scale in Piauhy.

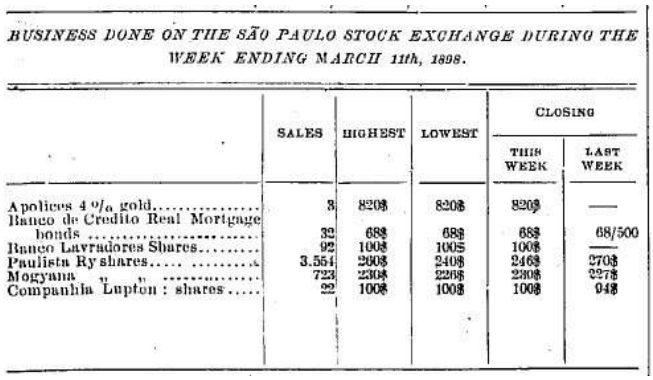
—The New Market. The contract between the Municipality and Treasury has been signed for the exchange of the Don Manoel lands, where the new market is to be erected, for those of the present Candelaria market.

—The Minister of Industry etc. has refused the petition of Messrs. Wigg of Miguel Burnier asking for a reduction of 40 % on the freight for firewood carried by the Central Railway.

—Timber Felling. The belief that timber should be felled only in the last phase of the moon, universal as it is, has been looked on largely as a superstition. An engineer living in Panamá has made a special study of the subject and states that timber cut on any other phase rots much quicker on account of holding larger

Figura 1 *TBR* V1 Nº04, 1898 (esquerda). *TBR* V3 Nº01, 1900 (direita)

A seção *Money and Share Market* ocupava aproximadamente 1 página e meia e tratava sobre o mercado de câmbio, trazendo cotações em Londres, Paris, Hamburgo, Portugal e Nova York, seguida de análises deste mercado, além das negociações feitas nas Bolsas de Valores de São Paulo (figura 2) e Rio de Janeiro.



BUSINESS DONE ON THE SÃO PAULO STOCK EXCHANGE DURING THE WEEK ENDING MARCH 11th, 1898.

	SALES	HIGHEST	LOWEST	CLOSING	
				THIS WEEK	LAST WEEK
Apolices 4 % gold	3	820$	820$	820$	—
Banco de Credito Real Mortgage bonds	32	68$	68$	68$	68/500
Banco Lavradores Shares	92	100$	100$	100$	—
Paulista Ry shares	3.564	260$	240$	246$	270$
Mogyana " "	723	230$	229$	230$	227$
Companhia Lupton : shares	22	100$	100$	100$	94$

Figura 2: TBR V1 Nº04, 1898

A seção *Coffee Market* ocupava duas páginas e meia e trazia dados sobre entradas de café (figura 3, parte superior) nas cidades do Rio de Janeiro e de Santos, seguida de comentário analítico dos dados. Trazia também dados sobre os embarques de café, separados por origem (Rio de Janeiro e Santos) e por destinos (Estados Unidos, Europa, outros estados do Brasil, colônias britânicas e outros portos) e dados dos navios (data, nome da embarcação, destino e quantidade de café transportado). Por fim, a seção também continha os preços atualizados do café.

Coffee Market.

COMPARATIVE ENTRIES OF COFFEE FOR THE WEEK ENDING MARCH 18th, 1898.

	Average Daily Entries			Total Entries			Total Entries for Crop	
	This Week	Last Week	Last Year	This Week	Last Week	Last Year	This Week	Last Year
Rio exclusive of Transit Coffee.	11.088	12.849	7.831	77.622	89.949	54.817	3.514.940	2.803.461

COFFEE PRICE CURRENT FOR THE WEEK ENDING MARCH 18th, 1898.

Description		Mar. 12	Mar. 14	Mar. 15	Mar. 16	Mar. 17	Mar. 18	Average
Rio No. 6 per 10 kilos	max.	85579	85570	85579	nom.	nom.	85305	85413
	min.	.....	.....	.....	.....	.....	85375	.....
" No. 7 " " "	max.	85034	85034	78495	78762	nom.	78703	78875
	min.	.....	.....	85054	.....	.....	78625	.....
" No. 8 " " "	max.	78762	78625	78625	78421	78285	78499	78567
	min.	.....	.....	78762	.....	.....	.....	.....
" No. 9 " " "	max.	78421	78421	78490	.....	78217	78353	78350
	min.	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
Santos Superior		88500	88500	88200	88200	8.000	nom.	88240
" Good Average 10 k.								
N. York, per lb.								
Spot. No. 7		.....	5 36	5 36	5 36	5 36	5 36	5.73
" No. 8		.....	5 32	5 32	5 34	5 34	5 34	5.48
Options: March		.....	5.15	5.16	5.10	5.06	5.05	5.07
" May		.....	5.20	5.26	5.20	5.10	5.15	5.17

COMPARATIVE STATEMENT OF EMBARKMENTS FOR THE WEEK ENDING MARCH 18th, 1898.

	U. States	Europe	Other Ports	Brazil and Coast-Wise	British Colonies	TOTAL This week	TOTAL Same week last year	TOTAL FOR CROP Rio & Santos This week	TOTAL FOR CROP Rio & Santos Last year
Rio....	29.876	19.088	5.495	7.315	——	61.473	59.412	3.514.940	2.290.850
Santos.	40.776	120.755	3.949	——	——	165.480	90.947	4.190914	3.501.765
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
Total...	70 351	139.843	9.444	7.315	——	226.953	150.359	8.123777	6.598615
Daly average	10.050	19.978	1.349	1.045	——	34.222	——	30.397	22.604

Figura 3: TBR V1 Nº04, 1898

A seção *Shipping News* (ou *Shipping, Produce and Imports*) ocupava 1 página e meia e trazia a relação das embarcações que haviam aportado e deixado os portos do Rio de Janeiro e Santos, mostrando dados como nome da embarcação, data, bandeira (qual nacionalidade), tonelagem, origem da embarcação (figura 4).

VESSELS CLEARED FROM THE PORT OF RIO DURING THE WEEK ENDING MARCH 18th.

DATE	NAME	FLAG	DESCRIPTION	TONNAGE	DESTINATION
MAR. 12	*Cintra*	German	S. S.	.....	Hamburg
12	*Langoe*	British	do	1.497	Buenos Aires
12	*Raperuna*	Brazilian	do	.....	Porto Alegre
12	*Pinto*	do	do	224	S. João da Barra
12	*Maria Alice*	do	do	131	Itabapuan
12	*Altua*	do	Schooner	33	Macahé
13	*Holbein*	British	S. S.	.....	New York
13	*Edenbridge*	do	do	1.657	Buenos Aires
13	*Resolution*	do	do	1.239	do
13	*Penedo*	Brazilian	do	.....	Aracajú
13	*Itaqui*	do	do	.....	Bahia
13	*Pinna*	do	do	.....	Victoria
13	*Guarany*	do	do	1.259	Santos
13	*Arbutus*	British	do	387	Barbados
13	*Vencedor*	Brazilian	Schooner	27	Macahé
14	*Medoc*	French	S. S.	.....	River Plate
14	*Alacrité*	Italian	do	.....	do
14	*Itatiaya*	Brazilian	do	.....	Bahia & Maceio
14	*Laguna*	do	do	.....	Laguna
14	*Coblenz*	German	do	.....	S. Franco. do Sul
14	*Guanabara*	Brazilian	do	.....	Santos
14	*Guaratiba*	do	do	77	Paraty
15	*Liguria*	British	do	.....	Valparaiso
15	*Portugal*	French	do	.....	River Plate
15	*Porto Alegre*	Brazilian	do	.....	Montevideo
15	*Zanzibar*	British	do	1.929	do
15	*Gravia*	do	S. S.	.....	Liverpool
15	*Esperança*	Brazilian	do	.....	Aracajú
15	*Alice*	do	do	952	R. Grande do Sul
16	*Itajá*	do	do	.....	Imbetiba
16	*Belleraden*	British	do	.....	Santos
16	*Cordillere*	French	do	.....	Bordéus
16	*Nagy Lajos*	Austrian	do	.....	Trieste & Fiume
16	*Aliança*	Brazilian	do	.....	Cidade do Prado
16	*Tucuman*	German	do	.....	Santos
16	*S. João*	Brazilian	Schooner	47	Macahé
17	*Clanderboye*	British	S. S.	1.445	Santa Lucia
17	*Argentina*	German	do	.....	River Plate
17	*Mandos*	Brazilian	do	.....	Mandos
17	*Itanema*	do	do	.....	Imbetiba & Arac.
17	*Fidelence*	do	do	225	C. Frio S. J Barra
17	*Pinho*	do	Schooner	34	Cabo Frio
17	*Bertha*	Portuguese	Barque	719	New Orleans
18	*Heimburg*	German	S. S.	.....	Bremen
18	*Totosa*	British	do	2.098	Santiago de Cuba
18	*Comandte Alvim*	Brazilian	do	.....	Victoria
18	*Satellite*	do	do	.....	Montevideo
18	*Alexandria*	do	do	.....	Itajahy
18	*Majory Glen*	British	Barque	1.013	Savannah
19	*Amazonas*	German	S. S.	.....	Hamburg
19	*Galileo*	British	do	.....	New York
19	*Matteo Bruzzo*	Italian	do	.....	River Plate
19	*Guajará*	Brazilian	do	926	Pará
19	*Fritz Gustav*	Russian	Barkentine	322	Mobile
19	*Lapa*	Brazilian	Schooner	36	Cabo Frio
19	*N. Sra. Assumpção*	do	do	32	do
19	*Portinho*	do	do	61	do
20	*Minas*	Italian	S. S.	.....	Genoa
20	*Corrientes*	German	do	.....	Santos
20	*Rio*	Brazilian	do	403	Maceió
20	*Edmund Fenny*	American	Barque	657	Philadelphia

SHIPPING ARRIVALS AT THE PORT OF SANTOS FOR THE WEEK ENDING MARCH 17th 1898.

DATE	NAME	FLAG	DESCRIPTION	TONNAGE	DESTINATION
MAR. 10	*Itabira*	Brazilian	S. S.	467	Rio
10	*Amazonas*	German	do	1.809	Hamburg
11	*Nasmyth*	British	do	1.229	Liverpool
11	*Helmburg*	German	do	1.118	Bremen
11	*Colonia*	French	do	1.594	Havre
11	*Matapan*	do	do	2.082	Buenos Aires
12	*Alexandria*	Brazilian	do	360	Florianopolis
12	*Guadeloupe*	French	Barque	435	Cagliary
13	*Aug. Leal*	Brazilian	S. S.	222	Itajahy
13	*Sutton*	British	do	1.621	Cardiff
14	*Desterro*	do	do	918	Montevideo
15	*Fauna*	do	do	403	Porto Alegre
15	*Buckingham*	British	do	1.897	Cardiff
15	*Juanita*	do	do	378	Montevideo
15	*Minas*	Italian	do	2.204	Genoa
15	*Medoc*	French	do	2.080	Bordeaux
15	*Alice*	Brazilian	Schooner	437	Paranaguá
16	*Alacrité*	Italian	S. S.	1.442	Genoa
16	*Guarany*	Brazilian	do	980	Pernambuco
17	*Belleraden*	British	do	1.770	Glasgow
17	*Tucuman*	German	do	3.030	Hamburg
17	*Dulwych*	British	do	2.111	Cardiff

VESSELS CLEARED FROM THE PORT OF SANTOS DURING THE WEEK ENDING MARCH 17th.

DATE	NAME	FLAG	DESCRIPTION	TONNAGE	WHERE FROM
MAR. 10	*Consuelo*	Spanish	Barque	443	New Brunswick
10	*Matapan*	French	S. S.	2.082	Bordeaux
10	*Itabira*	Brazilian	do	667	Porto Alegre
11	*Caxibaribe*	do	do	884	Pernambuco
11	*Italiaya*	do	do	407	Rio
11	*Colonia*	French	do	1.594	Buenos Aires
11	*Nagy Lajos*	Austrian	do	1.401	Fiume
11	*Trindade*	Brazilian	do	1.220	Pernambuco
11	*Ana*	Russian	Barkentine	317	Barbadoes
12	*Rebecca Crowel*	American	Barque	492	Constable
12	*Johanna*	German	S. S.	807	Buenos Aires
12	*Adele*	Norwegian	Barque	337	Barbadoes
12	*Guajará*	Brazilian	S. S.	925	Pará
12	*Alexandria*	do	do	360	Rio
14	*Augusto Leal*	do	do	222	do
14	*Desterro*	do	do	918	do
14	*Gertrudes*	do	Schooner	55	Itajahy
15	*Amazonas*	German	S. S.	1.809	Hamburg
15	*Correntes*	French	do	1.717	Havre
15	*Medoc*	do	do	2.086	Buenos Aires
17	*Porto Alegre*	Brazilian	do	915	Montevidéo
17	*Julieta*	do	Schooner	16	S. Francisco
17	*Heimburg*	German	S. S.	1.118	Bremen
17	*Nasmyth*	British	do	1.229	New Orleans
17	*Flazman*	do	do	1.356	New York

Figura 4: TBR V1 Nº04, 1898

A seção *Railway News and Enterprise* ocupava cerca de 1 página e era dedica a apresentar

as taxas cobradas para o recebimento de café e notícias do mercado de estradas de ferro e rendimentos das estradas de ferro (figuras 5 e 6).

Railway News and Enterprise.

The Central (State) Railway has reduced its tariffs 50 per cent on coffee received at the Porto Novo do Cunha station, the junction with the Leopoldina line, as also on passenger fares from that station. Rates from Porto Novo to this city were as follows:

Central Ry.—Coffee per ton of 1000 kilos 68$400 Rs.
Leopoldina Ry.—,, ,, ,, ,, ,, ,, 34$200

Figura 5: TBR V1 Nº04, 1898

SUNDRY TRAFFIC RETURNS.

Railway	W'k or Month	Latest Earnings Reported		Aggregate Financial year	
		Current year	Past year	Current year	Past year
Alagôas	Sept	29:609$	34:886$	496:271$	626:302$
Bahia a São Francisco	2 w'ks Oct. 2	£ 4,314	£ 4,319	£ 38,048	£ 39,050
do Timbó branch	"	£ 368	£ 622	£ 2,723	£ 4,768
Braz. Gt. Southern	Oct.	16:000$	10:222$	132:000$	122:667$
Central Bahia	Sep	67:482$	80:822$	829:189$	1.144:324$
D. Thereza Christina	Nov.	9:192$	10:414$	58:936$	62:022$
Gt. Western Brazil	Nov. 26	69:778$	46:749$	£ 35,766	£ 35,221
do	Dec. 3	70:677$	48:016$	£ 37,827	£ 36,784
do	,, 9	64:976$	33:871$	£ 39,722	£ 38,040
Leopoldina	,, 9	230:788$	228:427$	£ 502,807	£ 509,029
do	,, 16	221:885$	278:854$	£ 509,250	£ 518,179
do	,, 23	251:169$	344:855$	£ 516,513	£ 520,135
Minas & Rio	Sept	153:611$	164:496$	485:025$	480:945$
Natal & N. Cruz	Aug	10:853$	11:741$$		
Recife & S. Francisco	Nov. 4	44:501$	41:361$	1.331:938$	1.539:306$
do	,, 11	59:921$	49:228$	1.391:859$	1.588:534$
do	,, 18	60:257$	50:353$	1.452:116$	1.638:887$
S. Paulo Railway	2wks Oct. 29	£ 27,049	£ 31,715	£ 553,245	£ 488,400
Southern Brazilian (Rio G. do Sul)	Oct.	128:828$	114:181$	1.429:987$	1.244:053$

Figura 6: TBR V3 Nº01, 1900

4- The Brazilian Review: informação econômica e o capital britânico no Brasil

A seguir apresentaremos a análise de alguns aspectos da coluna *Notes of the week,* coluna que geralmente tinha lugar nas primeiras páginas do jornal e que trazia textos mais analíticos. Nas primeiras edições ela não deixava claro quem assinava esta coluna, no entanto, diversas indícios nos permitem afirmar que ela era escrito pelo editor, Joseph P. Wileman.

A análise desta coluna revelou que um dos principais objetivos do periódico era atuar como um meio de divulgação do Brasil no exterior e também como um meio de manter informadas as empresas e residentes estrangeiros no Brasil, sobretudo britânicos. Revelou também que um forte propósito do jornal era fomentar as relações econômicas entre estes dois países. A coluna *Notes of the week* trazia regularmente artigos que objetivavam ora apresentar ao estrangeiro possibilidades de investimento no Brasil, ora elucidar aspectos legais, burocráticos ou rotineiros que envolviam os negócios no país.

A análise também revelou que o editor do jornal era tido com um consultor econômico, dada a quantidade de cartas de leitores que solicitavam a opinião de Wileman. Além disso, nos revelou o intenso uso que o TBR fazia da imprensa econômica internacional, seja reproduzindo e

citando artigos de periódicos estrangeiros (sobretudo britânicos e alemães), seja citando textos em que dados do TBR haviam sido utilizados no exterior.

4.1) TBR e o investimento britânico no Brasil

Entre os aspectos abordados na coluna Notes estava a questão burocrática. Na edição de número 4 de 1898, o editor descrevia a insatisfação do Governo Britânico em relação a taxação sobre companhias estrangeiras de seguro (ou similares) afirmando que a legislação dos países sul americanos tornava difícil os negócios no Brasil e na Argentina, por exemplo :

> "British patience seems to be getting exhausted by the legislative vagaries of South American countries and inclined to kick, insurence companies, have come in for particulaly hard knocks both here and in Argentina, where
> the last method of raising the wind is a special emission to be taken up by the foreign insurence companies as guarantee, willy nilly".

Para Wileman era necessário haver igualdade regulatória para os estrangeiros: "Let us see what de Parliament can do now for the companies. We don´t object to taxation so long as it is fair and equal for all, as the constitution prescribes". (TBR, n.4, v. 1, 1898, pp.6-7)

Constantemente em seus comentários o editor tentava estimular a intensificação do comércio entre a Inglaterra e o Brasil, como é perceptível nessa mesma edição de 1898:

> "A meeting of the South American section of the Londen Chamber of Commerce was held on Thursday the 20th January to confer with Mr. Worthingtonm the lately appointed special Commissioner to South America, to inquire in the conditions and prospects of British Commerce (...). We hope, however, tat the British communit will not allow the Commissioner to leave Rio without some serious atempt to back up the well-intetioned efforts of his Government to foward the decadente interests of British trade in this country". (TBR, n.4, v.1, 1898, p.8).

Com o intuito de estimular o comércio bilateral, esta seção também era dedicada a apresentar informações sobre o comércio entre Brasil e Grã-Bretanha, seja comparando a balança comercial brasileira com outros países (Alemanha e França, por exemplo), seja detalhando o comércio com a Grã-Bretanha. Na edição de 5 de abril de 1898 tratava-se da importância das relações comerciais entre o Brasil e a Grã-Bretanha, e sua possibilidade de diminuir, sendo assim, é decidido fazer uma análise das exportações com a Inglaterra mês a mês e analisá-las: "We propose, therefore, to extract every month from the British trade returns the figures relating to trade with Brazil, grouping them under different heads; and believe that a careful analyses will prove of considerable advantage and assistence to local commerce"(TBR, n. 4, v. 1, 1898, p.7).

Além de comentários de cunho mais geral sobre as relações econômicas entre Inglaterra e Brasil foram encontradas nesta seção análises que possam esclarecer para investidores britânicos setores vantajosos no comércio local. Um dos setores que mais recebeu destaque foi o setor cafeeiro, na época passando por uma severa crise devido à diminuição de preços e à superprodução. O jornal abordava estes problemas com frequência tanto por meio de observações como realizando críticas tanto positivas quanto negativas em relação às medidas tomadas pelo Governo.

Muitas vezes abordava-se como essa atividade precisava de mais capital privado e também de melhor supervisão, os quais, segundo o periódico, os investimentos britânicas poderiam oferecer:

> “No undertaking isnmore suitable for the employment of private capital or better suits the tastes and inclinations of the class that with teir resources and individual energy have so powerfully contribuited to the rural and agricultural development of India" (TBR, n. 4, v. 1, 1898, p.9)

Destacava-se a facilidade para realizarem-se negociações com os empresários paulistanos do setor cafeeiro afirmando que estes estariam interessados na maior inserção do capital britânico em suas produções. Destacava-se também o clima convidando britânicos a virem conhecer o ambiente e as plantações:

> "It is with the object of pointing out the advantage of such investment that we have thoroughly investigates the cot of production and profits to be realized from coffe planting in São Paulo, in consequence can recommend with easy mind all those who have sufficient capital disposable (...) to acquire a a certain competency, to pay a visit to São Paulo(...)" (TBR, n.4, v. 1, 1898, p.9).

Apesar da crise causada pelo menor preço do café da época, o editor era da opinião de que a crise era passageira, já que a queda do preço era causada pelo excesso de oferta em relação à demanda permitindo ocorrerem adaptações na plantação para que o equilíbrio se restabelecesse. O autor insistia em que o café continuava a ser um bom investimento comprovando com dados de uma simulação de custos para uma produção cafeeira.

De maneira geral, o jornal mantinha um tom bastante otimista seja em relação a momentos de crise, quando sempre apostava na recuperação econômica seja quando recomendava aos leitores britânicos virem pessoalmente conferir áreas para a plantação e a produção cafeeira em São Paulo. Inclusive, o estado de São Paulo várias vezes era elogiado pelo seu desenvolvimento à frente das outras regiões do país motivado, segundo o jornal, pelo êxito da produção cafeeira, utilizando este argumento para demonstrar o quão lucrativo e atraente era o investimento. Mesmo

quando estado passava pela crise causada pelos baixos preços do café o jornal acreditava em sua capacidade de recuperação:

> “(...)the fact that the State of São Paulo has done so much already with its own revenues and resources is a proof of the vitality and resources of its go-ahead community, and that it may safely be trust total care of its own credit and wefare.” (TBR, n.5, v.1, 1898, p.6).

4.2) A correspondência com leitores

No período pesquisado foi constante a comunicação direta com leitores britânicos em relação a inversões no Brasil. O jornal continuamente demonstrava preocupação em manter o público local e estrangeiro, principalmente os ingleses, informado sobre os investimentos mais favoráveis procurando inclusive esclarecer suas dúvidas. Presente em grande parte das publicações, a carta dos leitores parece ter sido um dos principais meios de o jornal chegar até o leitor oferecendo uma espécie de "consulta", como pode ser verificado nos exemplos a seguir.

Um leitor, engenheiro, escreveu informando que concordava com a opinião do jornal, de publicação anterior, sobre decisões a respeito da disputa pela estrada de ferro Mogiana. O editor demonstra satisfação em saber que sua opinião estava sendo confirmada: “Thoughwehave no want of confidance in our on judgement, it is always a satisfaction to find our opnions confirmed by competent critics” (TBR, n.5, v.1, 1898, p.6)

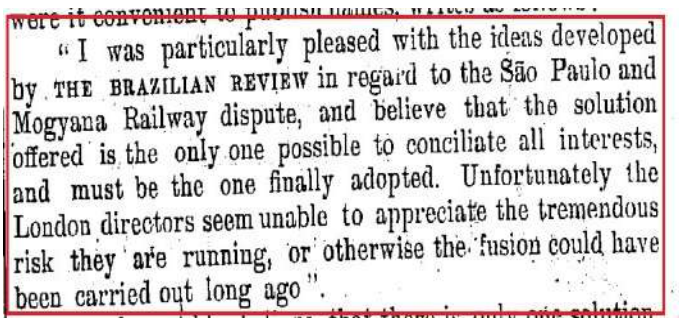

“I was particularly pleased with the ideas developed by THE BRAZILIAN REVIEW in regard to the São Paulo and Mogyana Railway dispute, and believe that the solution offered is the only one possible to conciliate all interests, and must be the one finally adopted. Unfortunately the London directors seem unable to appreciate the tremendous risk they are running, or otherwise the fusion could have been carried out long ago”.

Figura 7: Excerto carta leitor. TBR,n. 5,v. 1,1898, p.6

O jornal publicava frequentemente a opinião dos leitores. Entre uma das cartas encaminhadas, um leitor de Manchester apresentava seu ponto de vista a respeito da economia brasileira, em especial sobre a política fiscal. O leitor considerava que a melhor alternativa seria a redução de taxas nas exportações e uma política fiscal mais liberal. Em resposta, Wileman apesar de concordar que ao livre comércio era um dos importantes princípios de Economia Política da época, enfatizava que a situação social e política de cada país deveria ser levadas em consideração:

> "The salvation of the country, according to some opinions, lies in free trade, whilst others swear by protection. (...) must suit our policy to both fiscal necessities and the character and the genius of the country.(...)
> That Free-Trad is one fthe great elementary principals of Political Economy, as absoluþas añof the most rigidlaws deducd by sciennce from thee study of physical phenomena, we firmlybelieve; as also that the nearer Nations approach to it tthe happier and more prosperoustthey are likely to be.
> (...)
> To attempt to rigdly andindifferntly apply in all instances the economical deductions we term laws without taking into conseration conditions that are equally powerfull financial situation, must result in failure and problably disaster". (TBR. n.9 , v. 1, 1898, pp.6-7).

Neste caso, o autor mencionava como é importante manter as colunas do periódico abertas para opiniões mesmo que divergentes, além de mencionar que as diferentes teorias econômicas poderiam funcionar, no entanto o jornal acreditava que medidas relacionadas a política fiscal mais protecionistas seriam mais recomendadas ao Brasil.:

> "In the interest of foreign traders, even, our financial rehabilitation is an important as to ourselves, and if to attain it be necessary for a short time to take steps to further restrict that commerce, ultimately it will prove as beneficial to foreign producers as to local consumers" (TBR. n.9 , v. 1, 1898, p.7).

A tentativa de "traduzir" o Brasil para os investidores britânicos e assim atrair seus olhares e investimentos não se restringia às comparações em relação aos negócios, por meio de dados, tabelas e análises estatísticas. O periódico apresentava o que parece ser algo mais direcionado aos leitores ingleses, mostrando as diferenças comportamentais entre os brasileiros e ingleses, ou mesmo entre os britânicos residentes no país e os residentes em colônias britânicas.

Em uma das edições, ao analisar os dados extraídos da tabela de exportação da Reino Unido para o Brasil durante o mês de Agosto de 1898, o autor comenta a diferença de comportamento entre os negócios realizados entre ingleses residentes no Brasil e na India chamando de "Um Contraste", onde segundo ele, os ingleses residentes na India por exemplo, possuíam maior interação e vontade de realizar negociações, ao contrário dos residentes no Brasil que pouco se encontravam:

> "However indifferent Britishers may be to associated action here, they seem think very differently in India and Ceylon, where the United Planters Association of Southtern India have just held their annual meeting which lasted five days and embraced almost every subject connected with planting interests that can be imagined. Englishmen in India must, in spite of the heat, be a good deal more

> energetic or have a good deal more to say and ways of saying it than here, where it is as hard to get two or three together to talk of bussiness as to induce them to go to church!"(TBR. n.40, v. 3, 1898, p.640)

O mesmo ocorre em uma das edições de 1909, porém o foco é o comportamento dos brasileiros e sua semelhança com o dos britânico em relação ao modo de trabalho em dias quentes. O autor comenta sobre as roupas utilizadas e sobre como a rotina de trabalho assemelha-se à britânica e não a de outros países tropicais:

> “The curious part about life in Rio and in other large towns in Brazil is that people do not behave rationally as they do in other tropical countries, but go about their bussiness as though they were in London or some other city in the temperate zones. (...) Furthermore, instead of closing offices and places of bussiness during the noon-day hours as is done in other tropical countries, we go on working, no matter what the thermometer may be or how stifling the air. (...) However, in spite of all this, people seem to get along all right, tough we cannot help thinking that some alteration in the hours would have a beneficial effect both on the business it self and on those who are engaged in it “ (TBR, n.1, v.12, 1909, p.2).

O TBR frequentemente procurava apresentar ao público estrangeiro, principalmente ao inglês, o estado atual e o desenvolvimento recente da infraestrutura e da tecnologia brasileiras. Um dos estados mais utilizados para ilustrar suas informações era São Paulo, que havia angariado grande crescimento graças aos investimentos designados ao café. Em um artigo sobre uma viagem realizada à São Paulo, o que chama a atenção não são apenas os elogios realizados a hospitalidade ou a estrutura encontrada, mas sim, um critica realizada quanto à diminuição do papel britânico como desbravador do avanço tecnológico do período, perdendo sua posição de oficina mundial. O editor demostra estar decepcionado já que Inglaterra estava enfrentando uma acirrada competição principalmente com os Estados Unidos e com a Alemanha e perdendo sua participação não apenas em São Paulo, como em toda América do Sul:

> “(...) But a few years ago we claimed not only São Paulo but all S. America and a good bit of the rest of the world as our exclusive customers for iron and coal, andscarce a rail was laid from Pará to Patagonia but came from Britain! Today we have to share the trade Ameriica and Germany, and toomorrow may have lost it altogether! (...)
>
> During the past century English trade followed English enterprise. Vast engineering works conceived with splendid courage and almost recklessness and executed with vigorous ability, secured to England a vast and lucrative trade. Now everyone competes, and even Canada supplies capital and material to far-off undertakings in

> a spirit more adventurous than our own. Is it that we have waxed too rich and cautions, or is it that others lacking our
> experience are foolhardy? Anyhow, under the old adventurous dispensation England grew rich and powerful above all nations.
> The capital of the construction of the São Paulo electric railroad, as also for the gigantic light and power works in construction was supplied entirely by Canadians and American as also the whole of the material. The work has been executed under the direction of American engineers in a manner that puts to shame the primitive methods English engineers employ. Why it should be that after teaching the whole world the use of machinery English engineers should reject it in old age and return to the pick and shovel and the elementary wheelbarrow in competition with the steam excavators and derricks of modern engineering, is another psychological problem to be solved."(TBR, n. 10, v. 4, 1901, p.168)

4.3) TBR e a imprensa internacional

Outro fator importante a ser notado é que o periódico muitas vezes assumia papel de intermediador entre a imprensa internacional e o público local, reproduzindo publicações de periódicos econômicos em sua coluna, como matérias do *Financial News (EUA)*, *The Bullionist (Londres, Inglaterra)*, *The Economist (EUA)* entre outros. Assim, seu papel não se restringia a levar notícias, informações e análises produzidas no Brasil para o exterior, mas também trazer para o público local e internacional notícias, em especial sobre Brasil, e produzidas e publicadas no exterior. Esta prática tornou-se possível graças ao grande desenvolvimento das redes e companhias telegráficas no período. Algumas das matérias reproduzidas tratam das relações comerciais e conflitos das principais potências, principalmente Estados Unidos e Inglaterra. Muitas das matérias reproduzidas também eram aquelas que seriam de interesse para os britânicos residentes no Brasil como a reprodução de uma publicação do *Financial Times* sobre a relação dos Americanos e Alemães com os Ingleses:

> *" 'A few months ago' says the Financial Times, ' the splendid isolation of Great Britain was very marked. Every man's hand was against our, and we did not seem inclined to retaliate. Now the wind appears to have shifted to a more confortable quarter. The kaiser is said to be trying to allay the strained feeling between Germany and England (...) The anti-English feeling in the United States has been forgotten in the present war crisis. Americans are wearing a new button, with the lion and the eagle and the national flags upon them (...)" (TBR, n. 11, v.1, 1898: p.6).*

Os artigos reproduzidos, no entanto, as matérias em sua maioria, tinham como tema o Brasil e sua situação econômica, e por vezes, o TBR apresentava opinião contrária à publicação externa. Nesses casos eram apresentados dados estatísticos para a argumentação, além de reforçar que o ponto de vista era de um "residente" no país, o editor.

Em sua publicação de número 5 de 1898, o periódico contra argumentava uma publicação do jornal *The Economist*, que trazia uma crítica ao presidente Campos Salles (na época recentemente eleito) em relação a ineficiência para solucionar problemas econômicos brasileiros. Todavia, o *The Brazilian Review* contradiz o texto, alertando que o período para a sucessão de Campos Salles não havia chegado e que o estado da economia brasileira era derivado dos baixos preços do café, a balança comercial negativa para o país. Terminava o texto informando que o país precisa de assistência nesse momento:

> "*The Economist* is mistaken as regards the advent to power of Dr. Campos Salles (...) nor is it less mistaken in imagining that Dr.. Campos Salles, or anyone else can improve exchange so long as the economical situation remain as it is." (TBR. n.5, v. 1, 1898: p.5).

A importância dessa publicação, além de mostrar a relação do jornal com outros periódicos, indica a proximidade do jornal com o Governo de Campos Salles, o que ficará mais evidente em edições posteriores que serão analisadas mais a frente.

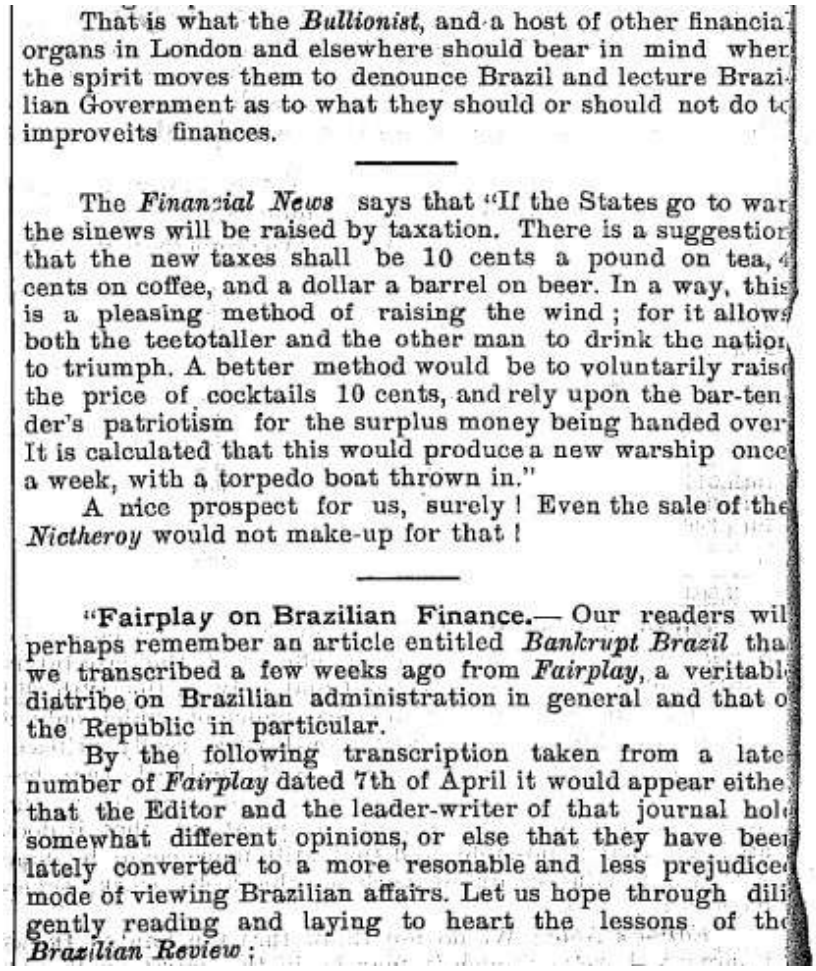
Em relação à forma como comentava o conteúdo de publicações externas discordando delas, observa-se em seus comentários uma abordagem de certa forma ácida e irônica, muitas vezes ressaltando a falta de informação de autores de periódicos estrangeiros em relação à economia brasileira. Na edição de número 9 de 1898 há o comentário sobre a publicação do *The Bullionist* a respeito de nossa exportação. O autor afirma que o jornal demonstra ignorância em relação a economia brasileira: “We are sorry to see so generally well-informed a paper as the Bullionist making such na exhibition of ignorance as to the real conditions of our finances” (TBR, n. 9, v. 1, 1898, p. 8). Complementa sua argmentação apresentado os dados dos gastos militares do governo brasileiro e afirmando que eram pouco relevantes no total dos gastos públicos. Sendo assim, afirmar que estes deveriam ser cortados demonstrava pouca informação do jornal inglês:

> "As for the last statement that ’even at the present rate of exchange Brazil could pay its way if military and other useless expenditure were ruthlessly cut down', it is pure nonsense, and shows that the writer knows absolutely nothing what he writes about." (TBR. n. 9, v. 1, 1898: p.8).

Muitas vezes as críticas se estenderam ao jornalismo inglês em geral e, de forma explícita, o editor demonstrava sua indignação a respeito da falta de informação em relação à economia brasileira. Em uma de suas publicações menciona a Agência *Reuters*, o *Financial News* e o *The*

Bullionist dizendo ter dúvidas se essa “negatividade” e as críticas realizadas se deviam à história recente brasileira. O editor descreve a falta de interesse com que a imprensa estrangeira realizava análises quando se trata da América do Sul utilizando-se de pesquisas e informações superficiais:

> "London Editors are not as a class more stupid, than any other, though one might well think so to judge by the extraordinary criticisms and advice they are so found of offering on every possible subject ans occasion.
> Despising South America, which is regarded there chiefly as na excellent dumping ground for Manchester and Brummagem superfluities, they take no trouble to investigate de social and political factors that enter so largely into our financial problems; but, jumping at conclusions, insist too often on revolutionary measures certain to provoke the very cataclysm they most dread.
> Sitting in the editorial arm chair here or in London, it easy to watch impossible economies, and insist on the disbandment of the host of officers and officials that prey on the country's resources" (TBR, n. 10, v.1, 1898: p.8).



That is what the *Bullionist*, and a host of other financia organs in London and elsewhere should bear in mind wher the spirit moves them to denounce Brazil and lecture Brazi lian Government as to what they should or should not do t improveits finances.

The *Financial News* says that "If the States go to war the sinews will be raised by taxation. There is a suggestion that the new taxes shall be 10 cents a pound on tea, 4 cents on coffee, and a dollar a barrel on beer. In a way, this is a pleasing method of raising the wind; for it allows both the teetotaller and the other man to drink the natio to triumph. A better method would be to voluntarily raise the price of cocktails 10 cents, and rely upon the bar-ten der's patriotism for the surplus money being handed over It is calculated that this would produce a new warship once a week, with a torpedo boat thrown in."

A nice prospect for us, surely! Even the sale of the *Nictheroy* would not make-up for that!

"**Fairplay on Brazilian Finance.**— Our readers wil perhaps remember an article entitled *Bankrupt Brazil* tha we transcribed a few weeks ago from *Fairplay*, a veritabl diatribe on Brazilian administration in general and that o the Republic in particular.

By the following transcription taken from a late number of *Fairplay* dated 7th of April it would appear eithe that the Editor and the leader-writer of that journal hol somewhat different opinions, or else that they have bee lately converted to a more resonable and less prejudice mode of viewing Brazilian affairs. Let us hope through dili gently reading and laying to heart the lessons of th *Brazilian Review*;

Figura 8: Menção a vários jornais estrangeiros. TBR. n. 10, v.1, 1898: p.8

Em várias edições foram encontrados comentários do editor sobre publicações internacionais a respeito da economia brasileira e que para ele continham dados incorretos. Em um pequeno artigo analítico e crítico sobre a situação econômica do país, e uma análise do débito brasileiro, o TBR apresentou os dados que considerava errados e que teriam sido divulgados pela *Fairplay*[1].

> "In regard to facts, figures and deductions, had we space enough to do it would be easy to prove the inaccuracy or partiality of the writer for Fairplay. For the present it sufficient to compare the actual figures of the debt with those given by Fairplay to see the writer either does not comprehend what he writes about or misrepresents it. We do not know where Fairplay gets its figures from, but as any rate they are all wrong, as the following table shows (TBR. n 6, v. 1, 1898: p.9).

Apesar das correções e dos comentários a respeito dessas publicações, o TBR as utilizava também para atestar sua credibilidade e de suas análises. Assim, o periódico reproduziu em diversos momentos, textos nos quais as revistas e jornais internacionais utilizaram de seus dados para elaborarem suas avaliações a respeito da economia brasileira. Exemplo desta prática é a reprodução do texto da *Bankers and Insurance Magazine*[2] sobre a crise pela qual passava o Brasil em 1898 e que segundo a revista havia começado com com o café e sobre a sua recuperação. Segundo o editor do TBR esta publicação vinha confirmar análise anterior realizada pelo periódico:

> " If by affording ample elements on which to found a secure judgment, The Brazilian Review in its yet short career has contributed in any degree towards such na improvement, it cannot but be a matter of both satisfaction and pride, encouraging us to hope that if our conclusions on this subject are thus receiving the consecration of the hightest financial autorities (...)" (TBR, n. 8,v.1, 1898: p.6).

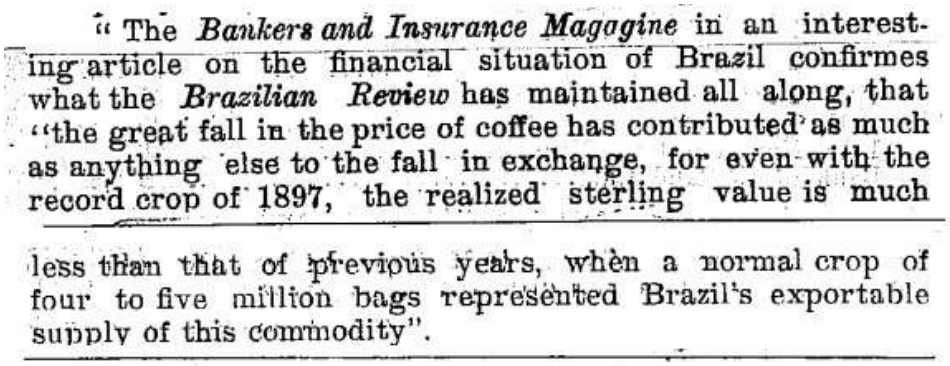

" The *Bankers and Insurance Magagine* in an interesting article on the financial situation of Brazil confirmes what the *Brazilian Review* has maintained all along, that "the great fall in the price of coffee has contributed as much as anything else to the fall in exchange, for even with the record crop of 1897, the realized sterling value is much less than that of previous years, when a normal crop of four to five million bags represented Brazil's exportable supply of this commodity".

Figura 9: Menção a The Brazilian Review pela Bankers and Insurance Magazine. TBR, n. 8,v.1, 1898: p.6.

1 *Revista britânica semanal voltada para divulgação de dados da marinha mercante internacional fundada em 1883*
2 *Até o momento da redação deste artigo não conseguimos descobrir informações sobre esta publicação*

A análise sobre o TBR nos permitiu observar a crescente importância do jornal como fonte de dados sobre a economia brasileira, visto que muitos periódicos estrangeiros utilizavam essas informações como base para suas análises. Sempre que possível o TBR as reproduzia para reafirmar e propagandear sua credibilidade.

Em uma reprodução de um texto do semanário nova yorkino *Journal of Commerce* sobre o comércio na América do Sul, nele o autor utilizava os dados do TBR para falar sobre o aumento das importações brasileiras de produtos americanos e a consequente diminuição da importação de produtos britânicos: "The 'Brazilian Review' has just arrived with the statistics of the imports of that country. Comparing May last with Mar 1899, the imports from United States show an increase of 1.3 per cent. There is the same increase in the case of Germany" (The South American Market from the N.Y. Weekly Journal of Commerce, 27 ago 1900 - TBR, n. 40, v. 3, 1900, p.642).

4.4) TBR e a opinião pública estrangeira

Com o passar do tempo foi criado um novo espaço no interior da coluna *Notes*. Este novo espaço, chamado “Our London Letter”, era escrito pelo correspondente do periódico e apresentava notícias que estavam repercutindo internacionalmente, em sua maioria notícias sobre a Inglaterra e sua imprensa, ou a repercussão internacional sobre a relação do Brasil com outros países. Em 1908, por exemplo, o espaço tratava da repercussão causada na imprensa britânica sobre a valorização do preço da borracha:

> “The question of the valorisation of rubber on the lines of the Message of the Governor of Pará, published in a late number of the Review, and of the favours conceded to syndicatos, details of which are given in another column, are being discusses by the London Press in a manner that shows how dread is such interference with the perquisites of the few great houses that virtually control the article” (TBR. n 51, v. 11, 1908, p.1345).

Entre os comentários e análises, a seção *Notes* costumava demonstrar preocupação e interesse em relação à imagem que o Brasil mantinha no exterior, tanto a respeito da situação política e econômica como a respeito de sua estrutura para receber investidores estrangeiros.

Em uma das primeiras edições do periódico, ao anunciar a morte do Ministro Chileno no Brasil, de febre amarela, acrescentava a informação de que se tratava de uma doença esporádica e não de uma epidemia, afirmando ser o Rio de Janeiro uma cidade “saudável”. No texto Willeman demonstra preocupação com a opinião estrangeira com a morte de uma figura pública, podendo vir a prejudicar a imagem do Brasil: "(...) such occurrence is particularly unfortunate, (...) because the reverberation that the death of so important person will cause must powerfully prejudice foreign opinion still more against Brazil and its climate". Na tentativa de amenizar tal impressão o editor comenta que a situação não está tão crítica como se mostra, realizando uma comparação entre

Rio de Janeiro e Buenos Aires: "(...) more people die in Buenos Aires in the course of a year of dyptheria than in Rio of yellow fever" (TBR, n. 4, v. 1,1898, p.5)

A presença de indivíduos de atuação política e pública de outros países no Brasil foi tema constante no TBR e suas impressões sobre o país eram muito enfatizadas, como no caso da presença, em 1906, do na época Secretário de estado dos Estados Unidos, Elihu Root. O jornal publicou a carta do Secretário destinada ao Barão do Rio Branco, a qual comentou possuir interesse em uma maior aproximação comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, que geraria benefícios mútuos: "'It is my sincere hope that our two countries may for ever grow in mutual good understanding and friendship to the benefit, the prosperity and the progress of each.'" Seguida de comentário do próprio editor a respeito da possibilidade de maior integração entre os países:

> "The visit of Mr. Robot will undoubtedly do much to draw Brasil and the Unites States together and trade between the two countries will certainly be fostered. Mr. Root leaves behind him in Mr. Griscom a sturdy who knows who knows how to further his country's interests and who has alredy found his way into the affections of the Brazilian people." (TBR. n.33, v. 9, 1906, p.720).

A divulgação de cartas de representantes políticos era algo bastante presente no jornal, e era utilizada principalmente para dar maior crédito a opinião do periódico.Como exemplo, no período em que chegava ao fim o mandato de Campos Salles, figura sobre a qual o jornal apresentava opinião favorável, visto os elogios sobre seu governo apresentados na mesma publicação, e que o autor comenta:

> "Dr. Campos Salles is not and cannot expect to be popular, but He will take with him the respect of all right-minded
> men for the singlemindedness with which He entered on and carried through a most impalatable task. In a few years, when his contemporaries Will have forgotten the Sting of it and remember only the broad issue-that by his efforts their country was saved bankruptcy and retained its position amongst honest nations-he will have his reward". (TBR, n. 46, v. 5, 1901: p.561)

O jornal inclusive divulga um telegrama de N.M Rotschild e filhos para Campos Salles, afirmando representar a opinião estrangeira sobre seu governo:

> "(...) When four years ago Your Excellency assumed Office, the finances of Brazil gave cause for considerable uneasiness, but owing to your determination that the equilibrium of Brazilian finance should be restored, the credit of your country has been resuscitated and the credit of your country has been resuscitated and the general wellbeing of the nation much improved.."(TBR, n. 46, v. 5, 1901: p.561)

Assim, o jornal valia-se da imprensa e da opinião pública internacional para aumentar a credibilidade do próprio periódico mas também do país. Quando não eram utilizadas cartas de leitores estrangeiros, ou mesmo da opinião de personalidades políticas, o jornal utilizava da reprodução de publicações de outras revistas e jornais que tratavam da economia brasileira. A seguir, uma imagem da reprodução do texto do *The Statist*[3] sobre se o país teria a capacidade de pagar suas obrigações devido a suspensão de pagamento de juros do débito brasileiro em junho.

Além disso, como já afirmamos, havia preocupação quanto ao fator inverso, ou seja, em como o Brasil seria visto pelos leitores estrangeiros e como isso poderia prejudicar ou beneficiar as inversões realizadas no país. Havia no periódico a necessidade de apresentar a imagem do país como bom pagador: "(...) The Government has given another and unmistakable proof to its creditors of its earnest desire to meet engagements whatever sacrifice may be entailed (...)" (TBR, n. 8, v. 1, 1898, p.7)

O jornal passou a contar também com o trabalho de correspondentes estrangeiros que além de informarem o que estava ocorrendo no cenário internacional mencionavam também a influência que determinados acontecimentos poderiam ter sobre o Brasil. Em um desses casos o correspondente do The Brazilian Review em Londres comentou sobre a maior aproximação comercial entre França e o Brasil, enfatizando o aumento do investimento realizado pela França, o que gerou maior participação do país no desenvolvimento da infraestrutura brasileira, principalmente em relação à malha ferroviária. O correspondente não deixa de apresentar suas considerações a respeito:

> “In this report he [o correspondente] refers more than once to Brazil, stating that during that last year the Brazilian Government had of its own accord approached the French Government with a view to making arrangements mutually advantageous to trade of both countries.
>
> (...) French capital is being largely invested in Brazil in public works, ports and railways, such as the Pernambuco Port Works, Pará PortWorks, Rio Grande Port Works, Sorocabana Railway, Goyaz Railway, North- West of Brazil Railway, and São Paulo – Rio grande Railway, the issues for all of which were made in the French market, thus giving France a considerable voice in the management of these concerns, whilst much French material thus finds new and profitable markets.
>
> (...) The reporter considers that the time has come for France and Brazil to make a treaty of arbitration with each other. ” (TBR, n. 51, v. 11, 1908, p.1344).

4.5) TBR e a consultoria econômica

O uso de balanços de instituições, tabelas sobre exportações e importações entre países e outros dados econômicos quantitativos, fazia com que o The Brazilian Review fizesse análises

3 *The Statist: a journal of pratical finance and trade. Londres, Inglaterra*

cada vez mais detalhadas e consequentemente demonstravam opinião a respeito de realizações de investimentos, dividendos e distribuições de lucro.

Assays of the ore taken at the Minas and Goyaz Co.'s laboratory are certified to have given the following results:

		ozs.	dwts.	grs.
No. 1	Mina do Moinho.....		9	18
,, 2	,, ,, ,, ...		7	4
,, 3	Left face of the MINA BAIXA..	4	7	12
,, 4	,, ,, ,, ,, ,, ..	3	10	14
,, 5	Centre ,, ,, ,, ,, ,, ..	1	10	8
,, 6	,, ,, ,, ,, ,, ,, ..	P	4	6
,, 7	,, ,, ,, ,, ,, ,, ..		12	20
,, 8	,, ,, ,, ,, ,, ,, ..		16	10
,, 9	Dump ,, ,, ,, ,, ,, ..	1	2	4
,, 10	,, ,, ,, ,, ,, ,, ..	1	8	10
,, 11	Right ,, ,, ,, ,, ,, ..		18	16
,, 12	,, ,, ,, ,, ,, ,, ..		16	10
,, 13	Left ,, ,, ,, MINA ALTA..		13	16
,, 14	Centre ,, ,, ,, ,, ,, ..		17	10
,, 15	Right ,, ,, ,, ,, ,, ..		15	4
,, 16	Sample of pyrites at the mill....	2	10	8
Average of 16 samples.....		1	7	13

The property seems a good one, and one that can be safely recommended to the attention of the capitalists. Of such properties there are thousands scattered up and down the country that await only energy and capital to develop them.

Figura 10: Resultado do ensaio sobre os minérios encontrados em Minas Gerais. TBR, n. 5, v.1, 1898, p.7

Com base em sua análise da tabela acima e notícias que circulavam na época o jornal informa sobre as novas descobertas nas minas em Minas Gerais e apresentava o negócio como bom investimento, pois, segundo o jornal, empecilhos que prejudicavam a extração e haviam culminado na sua decadência já haviam sido superados. Ferrovias haviam começado a passar pelo local (menor preço de transporte) e havia ocorrido um aumento de mão de obra livre barata (brasileira e estrangeira).

O editor afirmava que apesar de algumas decepções, o setor mostrava-se muito lucrativo e com investimento e organização correta poderiam trazer muitos lucros e como consequência ajudar na crise que o país enfrentava. Além da tabela o texto apresentava informações sobre pesquisas de Minas, expectativa de extração, e custos com mão de obra: "The property is decidedly interesting, and can be safely investigated by foreign capital on the look out for a good deal." (TBR, n. 5, v.1, 1898, p.7).

Outro tema presente quando se tratava de áreas com boas expectativas de rendimento era a realização de investimentos na borracha, que com o tempo, aproximadamente a partir de 1907, ganhou um espaço próprio, uma coluna intitulada “Rubber” que continha informações sobre a situação desse setor. Anteriormente a essa coluna, o jornal já falava sobre o cultivo de borracha na Amazônia, fazendo uma perspectiva de quanto renderia determinada quantidade plantada de seringueira comparando com outros países que a cultivavam no mesmo período.

O texto chamado “Cultivation of Rubber Trees”, trata da diminuição de fornecimento de borracha das seringueiras encontradas no estados do Amazonas, o autor menciona que isso pode ser revertido com o capital britânico investido "(...) So far, however, little has been really

accomplished. It is possible that such efforts will be revived in conection with the rubber companies lately started in Brazil with British capital" (TBR, n. 4, v. 1, 1898, p.4).

Dessa maneira, o periódico começou a ser tratado como fonte de consultoria para muitos leitores que enviavam dúvidas sobre investimentos ao jornal. Em uma de suas publicações foi requisitada a opinião e “conselho” do jornal a respeito da questão de debêntures de acionistas minoritários da Companhia Leopoldina. Muitos leitores (acionistas da empresa) estavam com dúvidas e o autor usou uma das correspondências como exemplo, analisando a nova oferta de rateio da empresa. Na análise o editor comenta que o mais sensato a se fazer seria aceitar o acordo oferecido pela companhia, pois a rejeição poderia causar mais perdas aos debenturistas:

> "Any refusal, therefore, on the part of foreign debenture holders to accept the agreement offered is but playing with the hands of the enemy. Better half a loaf than no bread, and shares in the new company than the prospect of endless litigation and final total loss. Nothing the Brazilian opponents of the arrangement would like better than to be reinforced by English discontents and their capital. As we said we give no opinion as regards the equity of the pro rata: it may be fair or it may not; but unless the bondholders wish to lose everything they will accept what is offered, and be thankful it is no less." (TBR, n. 4, v. 1, 1898, p.6)

O The Brazilian Review era utilizado até mesmo ara auxiliarem dúvidas de leitores estrangeiros. Um dos casos de maior destaque foi o envio de cartas de leitores ingleses que gostariam de saber se haveria depósitos de grafites e plumbagos (espécie de planta) no país. Para sanar esta duvida o TBR recorreu ao auxílio de leitores brasileiros e descobriu-se que haviam sido encontradas em Minas Gerais, porém em pequenas quantias:

> "In answer to enquiries from England we shall be pleased if any of our readers can afford any reable information as to existence of plumbago or graphite deposits in Brasil, with as much detail as possible as regards the neighborhood, cost of extraction and delivery at a port, quality of the ore etc, etc. (...) We are informed that plumbago of a very high class, has been found in the State of Minas but in such small quantities as to be practically unworkable" (TBR, n. 44, v. 1, 1898, p.4).

Considerações finais

Este artigo apresenta questões ainda pouco estudadas no âmbito da História Econômica no Brasil. Ele trata de um momento crucial de formação da economia de mercado no país, em que a expansão econômica concomitante às profundas alterações tais como o fim do regime de trabalho escravo, a alteração do regime político, a urbanização e todos seus processos correlatos. Neste momento, ocorrem também alterações institucionais e legais que adequam o ambiente para esta

nova fase. Passa a se dirigir ao Brasil maior volume de capital internacional, sobretudo inglês, seja na forma de investimento direto estrangeiro seja na forma de capital financeiro.

Acompanhando a chegada de empresas e capitais estrangeiros, aportam no Brasil as companhias telegráficas responsáveis por transmitir informações econômicas ao redor do mundo. No Brasil, desenvolve-se uma imprensa periódica mais significativa.

Neste artigo defendemos a ideia de que o The Brazilian Review foi um periódico pioneiro na divulgação de estatísticas econômicas quando praticamente inexistiam no Brasil instituições responsáveis pela elaboração e divulgação sistemática destes dados, mas não só. Foi também importante divulgador de informações e análises sobre o país no exterior sobretudo no que dizia respeito às relações econômicas entre o país e a Grã-Bretanha, principal fonte de recursos internacionais no Brasil, tendo como uma de suas principais preocupações fomentar a vinda de recursos estrangeiros ao país. Além do mais, nos permitiu concluir que o editor do periódico era tido como um "consultor" informal inclusive dos leitores que escreviam para o jornal solicitando opiniões econômicas.

Além do mais a importância do periódico também fica demonstrada quando levamos em conta que ele provavelmente foi um dos pioneiros a trazer artigos econômicos noticiosos (como é o caso dos textos encontrados nas seções Notes of Week) e também analíticos.

Observe-se que, neste período, a divulgação de informações econômicas nos periódicos era predominantemente a divulgação de dados quantitativos estatísticos. Segundo autores que estudam a história do jornalismo econômico, no Brasil, as informações noticiosas passam a ser um elemento importante para esta área apenas a partir dos anos 1950. Até então, o que predominavam era a divulgação de dados quantitativos. (JACOBINI, 2008)

Willeman, o editor, atuava como um consultor britânico no Brasil e vice-versa, traçando panoramas e fazendo análises e prospecções sobre oportunidades de negócios para os capitais britânicos e para os brasileiros. Grande parte da suas análises econômicas e opiniões puderam ser observadas no peródico The Brazilian Review.

Referências

ABREU, M. P.; et. al. Coleção Wileman Brazilian Review, 1898-1940. 2011. (Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/colecao_wileman/introducao.php)

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil:* as relações econômicas no Império. São Paulo-Brasília, Editora Senac/Funag, 2001.

ASHWORTH, William. *Breve Historia De La Economia Internacional (desde 1850)*. México: Fondo de Cultura Economica, 1978.

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CURADO, Marcelo; CRUZ Marcio José Vargas da. Investimento Direto Externo e industrialização no Brasil. *Revista Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1971.

EAKIN, Marshall C.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Envisioning Brazil: A Guide to Brazilian Studies in the United States.* Editora Univ. of Winsconsin Press, 2005.

FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica.* Editora: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* Editora: Companhia Editora Nacional, 2005.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo. Editora: Companhia Editora Nacional, 1976.

HANLEY, Anne. A Bolsa de Valores e o financiamento de empresas em São Paulo (1886-1917). *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, nº IV, vol. I, p. 115-142, 2001.

HEINRICH, Ansgard. *Network Journalism: Journalistic Practice in Interactive Spheres. Local* Routledge, 2011.

HOBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

HOBSON, Charles K. *The export of capital*. Londres, Constable and Company Ltd. 1914.
MAIA, Jose Nelson Bessa. SARAIVA, Jose Flavio Sombra. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 55, núm. 1, pp. 106-134, 2012.

LAMBOGLIA, Maria Fernanda Suasnavas. *El corresponsal extranjero en las agencias internacionales de noticias en el Ecuador – tésis de investigación*. Quito, Equador: Universidad Internacional Sek, 2006.

MARCONDES, Renato Leite. HANLEY, Anne. Bancos na transição republicana em São Paulo, 1888-1901, 2010.

MATHEUS, Leticia. A imprensa e o desenvolvimento do sistema telegráfico brasileiro. Artigo submetido ao GT 17 Historia da Comunicação, do XII Congresso Alaic, Peru, 2014.

NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Mauro Costa. A contribuição das ferrovias na comunicação no início da República no Brasil. In: *Congresso Scientiarum Historia* III: 13 a 15 de outubro de 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia – HTCE, UFRJ, p. 195-199, 2010.

SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás. Os investimentos estrangeiros no início do processo de industrialização no Brasil. *Texto para Discussão*, IE/Unicamp, n. 33, 1994.

THE BRAZILIAN REVIEW. *A Weekly Record of Trade and Finance*. Rio de Janeiro, 1898-1914.

Estratégia de Desenvolvimento e de Integração Regional da Cepal: um estudo sobre o caso da ALALC

Fágner João Maia Medeiros[1]

Área: História Econômica Geral

Resumo: A Cepal mesmo não tendo como objetivo inicial a integração regional, não demorou para incluir esta pauta em suas discussões. O papel da Cepal no que tange a integração regional, pode ser dividido em duas fases, esta pesquisa se limita nos primeiros estudos da comissão na década de 1950, onde a cooperação seria uma nova ferramenta do processo de industrialização via substituição de importações, capaz de auxiliar na superação da posição deteriorada dos países latino-americanos, fase está, marcada pelo regionalismo fechado. Deste modo, sendo a Cepal responsável pela segunda onda de integração regional na América Latina, o presente estudo assume o objetivo geral de investigar os reflexos da estratégia de integração regional cepalina sobre o tratado da ALALC, investigando até que ponto sua estratégia foi condizente com a tentativa de integração regional. Como resultado o estudo revela a dificuldade de conciliar teoria e prática, contudo, os interesses cepalinos diversas vezes foram absorvidos por problemas estruturais e por interesses particulares, não garantindo a legitimidade necessária para gerir o processo de integração.

Palavras Chaves: ALALC; Cepal; Integração Regional; Desenvolvimento.

Abstract: Cepal even without having the regional integration as initial goal, it has not delayed to include this schedule in their discussions. The Cepal's role regarding regional integration, can be divided into two stages, this research is limited to the first committee studies in the 1950s, where cooperation would be a new tool of industrialization by import substitution, capable of assist in overcoming the deteriorated position of Latin American countries, phase that is marked by closed regionalism. Thus, being Cepal responsible for the second wave of regional integration in Latin America, this study assumes the overall goal of investigating the effects of the Cepal's regional integration strategy under ALALC's treaty, investigating the extent to which their strategy was consistent with the attempt at regional integration. As result, the study reveals the difficulty of reconciling theory and practice, however, the Cepal's interests where absorbed several times by structural problems and particular interests, not ensuring the legitimacy needed to manage the integration process.

Keywords: ALALC; Cepal; Regional Integration; Development.

Introdução

O pensamento de uma união latino-americana há tempos faz parte do processo de desenvolvimento dos países latino-americanos, este pensamento vem sendo construído junto com a formação da história dos países Latinos. Apesar de não ser a primeira a abordar o tema, ou também

[1] Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

por não se tratar de seus objetivos iniciais, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) desde sua criação possui influências na elaboração de um coletivo latino-americano, onde suas ações são facilmente notadas nos processos de integração, inclusive nos tratados atuais.

A primeira fase de integração entre os países latinos acontece durante o movimento de independência política dos países do Novo Continente no século XIX. Este movimento é impulsionado pelo venezuelano Simon Bolívar que formula uma proposta de unidade regional, pelo qual, incluía um sistema comum de defesa e união econômica em nome da liberdade e independência, torna-se um manifesto, onde, atuaria em contrapartida as ameaças europeias e Norte Americana (POLETTO, 2000; ARAÚJO, 2012).

Segundo Poletto (2000), o movimento de Bolívar é considerado como o primeiro dos países latino-americanos. Os Estados Unidos da América (EUA) caminhavam na promoção do ideário pan-americano a partir de conferencias internacionais por volta de 1889-90, entretanto, esta fase foi marcada pelo fortalecimento do sentimento latino-americano, pelo qual, resultou na criação do foro próprio, a Comissão Especial de Coordenação Latino-americana (Cecla).

Contudo, há um grande intervalo em nossa história até a segunda fase de integração regional, no qual, pois surge apenas depois da II Guerra Mundial com a criação da Cepal. Esta fase é marcada por debates a respeito da integração regional, onde a Cepal implementa o conceito de cooperação econômica regional e atua na compreensão do regionalismo – regionalismo fechado – na América Latina (BRAGA, 2002; POLETTO, 2000). Desta maneira, a integração regional ou até mesmo sub-regional passam a integrar na agenda da Cepal, junto ao processo de industrialização. Na década de 1960 os estudos da Cepal foram convertidos na criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) (KOLING, 2000).

A terceira fase de integração Latino-americana emerge sob o cenário de insatisfação com os resultados da ALALC. O momento logo induz a criação da Associa Latino-americana de Integração (ALADI) que junto a democratização e a grave crise financeira estimulam o processo de integração regional. A década de 1980 marcou um período doloroso aos países latino americanos, entretanto, consolidou bases para cooperação latino-americana (POLETTO, 2000).

No entanto está terceira fase apenas é instaurada na década de 1990, onde a Cepal se reestrutura levada pelo novo cenário[2], passando agora a ter não apenas um novo modelo de desenvolvimento – *hacia afuera* –, alterando também o seu modelo de integração – agora com o

[2] Este cenário relatado é marcado pela ruptura ideológica na década de 1990, onde a utilidade do Estado de bem estar social torna-se questionável, permitindo entrada ao movimento neoliberal caracterizado por uma forte abertura comercial nos países latino-americanos (SINGER, 1998a).

regionalismo aberto –. Esta nova fase da Cepal, pelo qual, ainda é vigente, auxiliou com seus estudos a formação do Mercado comum do Sul (Mercosul) (BRAGA, 2002).

À vista disso, é possível perceber o papel preponderante da Cepal no âmbito integração regional sobre os países latinos, todavia, este estudo tem como intuito um recorte sobre a primeira fase de integração da Cepal, onde a comissão insere a integração regional no seu modelo de desenvolvimento, deste modo, a comissão busca regionalizar o seu modelo de industrialização via substituição de importações. O estudo se justifica pela tentativa de preencher uma lacuna na literatura econômica a respeito do processo de integração regional da ALALC com vínculo direto ao desenvolvimentismo Cepalino.

Frente a contextualização exposta, o problema que move está pesquisa gira em torna da seguinte questão: sendo a Cepal responsável pela segunda onda de integração regional na América Latina, até que ponto sua estratégia de integração regional foi aplicado sobre a ALALC? Deste modo, permitindo assumir o objetivo geral de investigar os reflexos da estratégia de integração regional cepalina sobre o tratado da ALALC. O estudo é desenvolvido em duas seções, sendo a primeira responsável por expor a estratégia de integração regional da Cepal, e como ela se insere sob a proposta de desenvolvimento da mesma, a segunda seção faz referência ao processo de integração na pratica, analisando os reflexos da estratégia da Cepal sobre o processo de integração.

2. Estratégia de desenvolvimento e de integração regional cepalina

O período posterior a II Guerra Mundial é marcado por imensas influências da Cepal. Seja no âmbito do desenvolvimento econômico com a industrialização, ou na integração regional com o sonho de se estabelecer um Mercado Comum Latino-americano. O pensamento estruturalistas da Cepal ou "velha cepal", exerce um papel determinante nas mudanças demandadas pelos países latino-americanos.

A criação da Cepal acontece em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), por resultado de um cenário de insatisfação dos países latino-americanos frente a falta de um apoio semelhante ao Plano Marshall, no qual, auxiliava a Europa Ocidental na reconstrução pós-guerra. Mesmo não tendo sofrido com a guerra os países latinos tomavam consciência do seu subdesenvolvimento, encontrando-se com diversos problemas, sendo eles: (a) o setor industrial, se encontrava com os equipamentos esgotados e desgastados; (b) estrutura de produção, pelo qual, era improdutiva e nada desenvolvida; e também por constantes problemas no (c) modelo agroexportador, que perpetuava em todos os países latinos (CEPAL, 1988; GONÇALVES, 2011).

O processo de criação da comissão é questionado por diversos países do centro[3], dado que, mesmo a Cepal institucionalizada incide à situação de não consolidada, desta forma, a Cepal deveria apresentar resultados rápidos. Além do mais, a comissão precisaria trabalhar em coordenação com a Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) por influências dos EUA, com a justificativa de que a Cepal poderia acabar repetindo trabalho da CIES. Este acordo de cooperação seria uma jogada utilizada pelos EUA, que objetiva mais tarde eliminar a comissão absorvendo-a junto a CIES (GONÇALVES, 2011).

Dado este cenário, o economista Raúl Prebisch atraído pelos problemas dos países latino-americanos inicia suas atividades na Cepal. Logo de início, Prebisch auxilia na preparação de um primeiro estudo sobre a economia da América Latina, com seu escrito *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (PREBISCH, 2000). Este estudo se torna um fator de grande relevância para a consolidação da Cepal, além de induzir o pensamento cepalino, o estudo de Prebisch torna-se conhecido como "O Manifesto Latino-americano", já que tem grande utilidade na consolidação da comissão e também o garante ao mesmo o título de secretário-executivo da Cepal no ano de 1950 (BIELSCHOWSKY, 2000).

Prebisch analisa o comércio internacional identificando uma divisão internacional do trabalho, assim dividindo os países no sistema internacional entre centro e periferia. A periferia sendo produtora de produtos primários – países latinos –, sofre deterioração dos termos de troca[4] em detrimento aos países do centro, ao qual, produzem bens industriais. Estes problemas também se configuram no mercado interno, uma vez que a falta de dinâmica das economias periféricas refletem a sensibilidade da região aos choques externos (PREBISCH, 2000).

O estudo de Prebisch ocasiona ao pensamento que ser industrializado é ser desenvolvido, desta forma, o papel da Cepal avança para além de comissão econômica, tornando-se uma escola de pensamento, preenchendo uma lacuna teórica que se estabelecia na América Latina. Uma onda de desenvolvimento eclode com o pensamento da Cepal, conforme Bielschowsky (2000b), o desenvolvimentismo se configurou como uma ideologia econômica de sustentação ao projeto de industrialização integral, sendo a única via para superação do subdesenvolvimento.

Por resultado dos estudos cepalinos, a industrialização se torna uma meta que deve se alcançar via substituição de importações e conduzida deliberadamente pela ação estatal, ou seja, os países

[3] Termo utilizado por Prebisch aos países industrializados, em seu sistema os países que produzem bens primários seriam chamados por periferia, assim constituindo um sistema centro-periferia (BIELSHOWSKY, 2000).

[4] Deterioração dos termos de troca submete aos problemas enfrentados pelos países que produzem bens primários que comparado aos produtos industriais acarretam diversos problemas nas trocas internacionais, como: elasticidade renda demanda, ou seja, o aumento da renda não leva o crescimento da demanda destes bens; o bem primário passa por oscilações, no qual, o produto industrial se mantém resistente; além da possibilidade de inovação constante do bem industrial (PREBISCH, 2000; BIELSHOWSKY, 2000).

latino-americanos devem substituir a importação de bens industriais, passando a produzi-los internamente. Sendo assim, os estudos da Cepal colocam o Estado como responsável por conduzir e fomentar este processo de industrialização, rompendo com as doutrinas liberais que prescinde o apoio estatal (GONÇALVES, 2011).

Não demora muito para a Cepal iniciar sua atenção em questões como comércio externo e integração regional. A Comissão caminhava na contra mão das teorias do comércio internacional, pois, não aceitava a "vocação agrícola" imposta aos países latinos. Mudar essa realidade dos países latino-americanos se torna um compromisso, pois os mesmos se encontram dependentes das condições do mercado externo – devido ao seu modelo econômico agroexportador –, visto que as situação destes países no sistema internacional de exportar matéria prima e alimentos, em troca importar bens manufaturados para o abastecimento dos mercados, contribuíam apenas ao subdesenvolvimento destes países (POLETTO, 2000a).

Mesmo com a Cepal trabalhando na implantação de um processo de substituição das importações, os países latino-americanos continuam dependentes do mercado externo, entretanto, agora dependem de tecnologia e de recursos financeiros (POLETTO, 2000a). Neste contexto, o autor Singer (1998) traz grandes contribuições. O autor classifica os tipos dependência dos países latino-americanos, neste cenário de industrialização, Singer a caracteriza como uma dependência "tolerada", pois, os países acreditavam que com resultado da industrialização a América Latina não seria mais dependente, se tornariam desenvolvida.

Sendo superado as ameaças de exclusão das atividades da Cepal, abre caminho para estudos com relação a integração econômica regional, já na década de 1950 a comissão tem seu primeiro estudo realizado neste campo. O documento *la cooperación internacional em la política de desarrollo latinoamericano* (CEPAL, 1954) tece as primeiras contribuições da comissão a respeito do tema.

Em busca de compreender as dificuldades externas oriundas do comércio entre os países latinos, identifica-se um problema no projeto de industrialização da Cepal, visto que, a substituição de importações estava impondo uns aos outros barreiras tarifarias, ou invés, deveriam ser impostas a outras regiões. Deste modo, a industrialização estava gerando uma externalidade, dificultando cada vez mais o comércio regional, Prebisch (1968) relata que mesmo com a proximidade, a comunicação entre os países latino-americanos era baixa, salvo a um pequeno intercâmbio de produtos primários entre os países da América Latina Meridional. Esta situação se justifica devido a semelhança de produtos exportados, ou seja, mesmo modelo agroexportador presente em ambos países, dificultando a comunicação dos mesmos.

A comissão estava convicta que à cooperação seria capaz de alcançar ganhos de produtividade – justificada pela economia de escala –, resultando na melhor inserção internacional dos países latinos. Sendo assim, a integração regional passa a ser considerada uma estratégia que resulta na redução de custos, conduzindo a liberalização de divisas para importação de equipamentos e bens necessários para expansão industrial. Seguindo essa estratégia, em um segundo momento seria possível aos países exportar produtos industriais para países desenvolvidos (BRAGA, 2002; GONÇALVES, 2011).

A conferência da Cepal do ano de 1953 realizada no Brasil é um grande marco no processo de integração regional, pois, pela primeira vez foi criado um comitê para tratar de aspectos do comércio intrarregional, anteriormente, o comércio exterior era estudado exclusivamente de forma geral. Este novo enfoque no comercio é justificado pela Cepal com o argumento de evitar duplicações de esforços com a CIES, no qual, era uma das exigências dos EUA (GONÇALVES, 2011).

Logo em sequência, os estudos da Cepal direcionam para a criação de um mercado comum. De fato, os debates a respeito se intensificaram no ano de 1957, por resultado da assinatura do Tratado de Roma que criou o Mercado Comum Europeu (MCE). Segundo Gonçalves (2011), a criação da MCE gerou dois efeitos no processo de integração na América Latina, sendo eles: (a) o MCE torna-se um modelo de integração a ser seguido; e (b) um receio que o MCE criasse um espaço europeu autônomo que englobasse suas colônias, assim causando um empecilho no comercio internacional dos produtos primários.

Diante disso, começa a se formular o conceito de mercado comum latino-americano, posto como necessário para atingir as exigências de crescimento econômico da região (POLETTO, 2000a). Estas ideias de integração foram sintetizadas no documento da Cepal *Significación del mercado común en el desarrollo económico de América Latina* (Cepal, 1959), regido pelo cepalino Prebisch no final da década de 1950. Neste documento é aceito que as facilidades adquiridas com o processo de substituição das importações não tem permitido a expansão da indústria, dando destaque a necessidade de especialização da produção industrial para dar sequência ao projeto de industrialização.

A redução ou a abolição de tarifas no âmbito intrarregional poderia contribuir para concorrência e no aumento da produção, com este resultado a industrialização seria beneficiada. Ao se tratar de integração regional, diversos mecanismos para facilitar o comércio são utilizados, entretanto, é importante compreender um pouco este processo, pois, de fato ele pode alcançar diversos níveis.

A redução tarifaria – ou zona de tarifas preferenciais – pode ser considerada como um tipo de integração, porém, pode ser bem mais densa, como a formação de uma zona de livre comércio, onde os países membros eliminam as restrições tarifarias e não tarifarias entre os membros. Este artificio permite a criação de um cenário para livre circulação de bens, vale ressaltar que os países ainda mantém suas respectivas pautas e restrições aos países não membros (VIEIRA, 2011).

Outra forma de integração seria a união aduaneira, que pode ser considerada como uma fase seguinte que vai além do livre comércio, pois os países signatários aplicam tarifas comuns para países que não participam da integração. A continuidade deste processo se encontra no mercado comum, tendo consolidado o livre comércio e união aduaneira, o mercado comum vai além, abrangendo fatores como: mercado de trabalho e meios de produção, ou seja, ultrapassa à plena circulação de bens, incorporando a circulação de pessoas e capitais (AMADO e MOLLO, 2004; VIEIRA, 2011).

Esta segunda onda de integração regional dos países latinos é marcada por alguns aspectos sob o comando da Cepal, como: oposição ao *mainstream* da teoria do comércio internacional; a formulação do mercado comum aos países latino-americanos; e por último, maior interação entre os países Latinos (KOLING, 2000). Era inaceitável suportar que países tão próximos não tivessem uma boa relação comercial.

Tendo compreendido a justificativa da comissão tanto ao que se refere aos problemas da condição subdesenvolvida dos países latinos, quanto a necessidade de cooperação destes países como caminho ao desenvolvimento, o estudo remete a necessidade de compreender alguns importantes princípios[5] da estratégia de integração regional cepalina, pelo qual, foram expostos nos documentos da Cepal do ano de 1954 e de 1959 mencionados acima.

De fato, a lógica do mercado comum descrita nos estudos cepalinos (CEPAL, 1959), promete resolver os problemas enfrentados na balança de pagamentos dos países latino-americanos, com a condição básica de produção de bens de capital e bens intermediários. Em vista disso, temos o primeiro princípio da estratégia da Cepal, o princípio do desenvolvimento industrial. A produção destes bens seria em prol da industrialização, ou seja, reestruturar as economias primário-exportadoras buscando alcançar vantagens comparativas com a regionalização do processo de substituição de importações (BAUMANN, 2000).

O modelo de desenvolvimento econômico de industrialização via substituição de importações se torna um pré-requisito para a estratégia de integração regional, assim a criação de um mercado comum. Uma das recomendações da Cepal acerca do mercado comum refere a sua implantação, no

[5] Para fins didáticos, as principais metas e objetivos identificadas na estratégia de integração regional da Cepal serão descritas como princípios.

qual, deve ser realizada paulatinamente, ou seja, a redução e eliminação das tarifas seriam realizadas por estágios. Baumann (2000) alerta que a primeira fase seria uma zona preferencial de comércio com um horizonte de dez para implantação – tempo estipulado pela Cepal –, seria necessário metas parciais e persistência.

A óptica da integração mesmo voltada à industrialização, não significa o fim da produção de bens primários, a Cepal recomendava cautela com estes produtos, caso alguma destas atividades traga consigo o constante desemprego de fatores de produção, sua produção seria intolerável (BAUMANN, 2000). Quanto ao comércio de produtos primários entre países latino-americanos, o comitê recomendou aos países signatários que seguissem uma política de liberalização comercial. A redução de trâmites administrativos e a eliminação de monopólios de importação ou exportação que afetassem de forma adversa o intercâmbio de produtos primários, também estava incluso nas recomendações (GONÇALVES, 2011).

Outro problema que surge no processo é a questão das disparidades regionais, a respeito desta ocorrência a Cepal recomenda que fosse contemplado o princípio da reciprocidade e complementariedade, tendo em vista que Brasil, Chile e México já se encontravam a frente com a industrialização, enquanto outros ainda realizavam os primeiros passos na construção de uma base industrial, faz necessário um tratamento especial a estes (CEPAL, 1954; POLETTO, 2000). Diante disso, é possível notar uma característica no modelo de integração da Cepal, o mercado comum carrega uma tendência desenvolvimentista ao contrário de um enfoque totalmente liberal que preza apenas pela liberalização.

O princípio da reciprocidade para a Cepal, se integra como citado anteriormente a países com níveis de desenvolvimento distintos, ou seja, alguns países tendem a obter facilidades em alcançar economias de escala e deste modo superávit comercial (CEPAL, 1954). Desta forma, a proposta da Cepal alerta a necessidade de um sistema de concessões que fornecesse um tratamento especial a produtos oriundos de países subdesenvolvidos relativo:

> "[...] de forma que os países superavitários pudessem elevar as importações de outros países de forma a manter o equilíbrio nas balanças comerciais entre todos os membros envolvidos. Esta é uma importante questão e envolve, além da boa vontade política das partes envolvidas, pelo menos três ações: a) a solução de disputas de grupos de interesses; b) algum grau de cooperação macroeconômica[6]; e c) a existência de uma política industrial unificada" (BRAGA, 2002, p. 9).

[6] A compreensão de cooperação macroeconômica implementa o pensamento cepalino sobre integração econômica regional apenas depois da década de 1970, ela é decorrente do agravamento da situação econômica da região. Este princípio se refere a busca pela estabilidade econômica na região, isto é, busca por um "ajuste com crescimento" (BRAGA, 2002).

Enquanto o princípio da reciprocidade torna-se uma condição básica para a integração, no qual, deve ser resolvida a qualquer custo, a complementariedade se vincula ao primeiro, em busca de solucionar tal problema. A complementariedade engloba o equilíbrio comercial e equivalência setorial – importação de bem industrial paga com exportação de bem industrial –, uma condições básicas para reciprocidade (BAUMANN, 2000).

Um exemplo a respeito do princípio da complementariedade nos estudo da Cepal é a especialização da produção industrial, o objetivo desta ganha destaque não apenas sobre os bens de capital, mas também os bens de consumo, pelo qual seria uma oportunidade aos países menos desenvolvidos (CEPAL, 1959). Por consequência, a reciprocidade pode ser considerada como o cerne da estratégia de integração regional da Cepal.

É importante ressaltar que no mercado comum cada país se especializaria naquelas que julgar mais conveniente – analisando recursos naturais e possibilidade de seu próprio mercado –, sendo assim, cada país deve recorrer a importações provenientes dos demais países latino-americanos (CEPAL, 1959; BRAGA, 2002). Mas claro sem esquecer o princípio do desenvolvimento industrial.

Além de se preocupar com as assimetrias na integração dos países latinos o processo levanta outras ressalvas. A institucionalidade da Cepal no processo é uma questão importante a ser tratada, uma vez que a comissão não poderia afetar a soberania política e a independência econômica dos países da região. A Cepal nunca impôs a utilização do poder de supranacionalidade para administrar o processo de integração, ela recomenda a formação de um comitê com representantes do governo para executar as negociações (BAUMANN, 2000).

Se tratando dos integrantes da integração regional, o princípio da livre adesão objetiva garantir que a zona de preferência tarifaria tenha um número máximo de participantes logo no início, entretanto, deveria facilitar a incorporação dos países latinos que optarem por não participar do processo logo de início, podendo mais tarde abranger todos os países latino-americanos (BAUMANN, 2000; GONÇALVES, 2011).

Gonçalves (2011) expõe algumas importantes condições levantadas pela Cepal na conferência de La Paz a fim de alcançar o mercado comum latino-americano, como: (a) completar os estudos específicos a respeito da integração; (b) encontrar obstáculos – em nível regional e nacional – que podem impedir a criação do mercado comum; (c) reunir especialistas para criar o esboço da estrutura do mercado comum, que também trabalham em estabelecer regras e recomendações para o mesmo, com os objetivos voltados ao desenvolvimento industrial; (d) conseguir informações sobre a estrutura industrial de cada país; e por fim, (e) induzir o processo de transição de acordo bilaterais para multilaterais.

A transição para acordos multilaterais referenciado acima se refere ao sistema multilateral de pagamentos, no qual, faz parte de uma diretriz essencial da estratégia cepalina. Este sistema tem sua utilidade no comércio intrarregional, explica Gonçalves (2011), sua adoção incluiria os preços não superiores ao mercado internacional, permitindo através de um regime de crédito e assistência técnica, o fornecimento reciproco de crédito em contas de compensação entre os integrantes para o desenvolvimento do comércio.

O sistema multilateral de pagamentos funcionaria sob um intercâmbio constante de informações entre as autoridades monetárias – bancos centrais ou correspondentes –, afim de facilitar a transferência mútua dos saldos entre os integrante (Gonçalves, 2011). Este sistema de pagamentos deveria regulamentar a reciprocidade entre os países.

No ano de 1958 o governo dos EUA junto ao apoio do presidente brasileiro Juscelino lança a proposta OPA (Operação Pan-Americana) para América Latina, uma proposta de integração que abrange todo continente americano, com o intuito de conter a penetração de ideologia socialista, se apresentava com o propósito de erradicar o subdesenvolvimento nas Américas (GONÇALVES, 2011).

Sendo assim, as propostas da OPA torna-se um temor para a Cepal pela negação do conjunto latino-americano, somado a isso, a criação do MCE resulta no direcionamento dos estudos da Cepal a serem colocados em prática. Desta forma, a próxima seção do estudo parte para o processo de criação da ALALC, avaliando os rumos tomados pela associação no processo de integração regional, mas claro, em confronto com a proposta da Cepal.

3. Reflexos da estratégia cepalina no acordo de integração regional da ALALC

A segunda fase de integração regional na América Latina, tem seu início na década de 1950 com os estudos da Cepal. Tendo compreendido o papel intelectual da comissão na busca em conciliar o seu modelo de industrialização com a integração regional, via ampliação dos mercados industriais sob o comércio intrarregional, parte-se agora para compreensão do processo de integração na prática, isto é, momento onde a Cepal dedica seus esforços para criação e gestão da ALALC.

Com o fim da II Guerra Mundial, diversos fatores – endógenos e exógenos – encaminhavam a América Latina a uma integração regional. O autor Valle no ano de 1963 realiza um estudo no decorrer do processo de integração, seu estudo intitulado *ALALC: realizações e perspectivas* (1963) tece grandes contribuições sobre a associação.

Valle (1963) analisa uma reorganização no sistema internacional favorecendo um cenário de cooperação entre os países. Não se tratava apenas da união dos países europeus, países árabes do sudeste da Ásia e países África Negra buscavam o caminho da integração, além disso, havia o bloco socialista. Com os países Latino-americanos insatisfeitos com a sua posição internacional deteriorada, seria mais do que necessário aderir a essa nova forma de competição internacional.

O ano de 1957 marca a criação do MCE, consequência de um processo de integração em evolução desde a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço no ano de 1951. Conforme Gonçalves (2011), este fato estabelece dois efeitos sobre a América Latina, uma vez que se tem um novo modelo de integração a qual se apoiar, por outro lado desperta um receio com o desempenho do comércio dos países latinos com a Europa Ocidental e com os investimentos recebidos dos mesmos.

Outra importante influência foi a Operação Pan-Americana (OPA), uma iniciativa dos EUA com o fundamento erradicar o subdesenvolvimento nas Américas. A proposta foi encaminhada aos países latinos no ano de 1958, onde constava em seu projeto a integração regional, inclusive criaria o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no qual, forneceria auxilio para o desenvolvimento social na América Latina (GONÇALVES, 2011).

Este cenário propicio a busca pela integração regional é indicado por Cavlak (2012) pela luta dos países latino-americanos por um aumento de poder no cenário internacional – político e econômico –, assim contrapondo as vontades dos EUA que atuava como uma incontestável hegemonia. Deste modo, a proposta da OPA era uma resposta dos EUA ao antiamericanismo que se constituía na região, conduzindo a uma estratégia que tende-se ao desenvolvimento da América Latina (GONÇALVES, 2011).

Embora tratados sub-regionais fossem contra os princípios de integração reginal da Cepal, a comissão já vinha estimulando a iniciativa de integração centro-americana visando alcançar o desenvolvimento econômico, equitativo e social da região[7]. Desde o ano de 1951 as primeiras atividades eram desenvolvidas no âmbito da Organização dos Estado Centro-Americanos (ODECA), mas o projeto é efetuado apenas no ano de 1960 com Tratado de Manágua, assim criando o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) (OLIVEIRA, 2012).

A proximidade geográfica e os laços históricos culturais foram condições necessárias para cooperação da América Latina, mas não suficientes para concretizar o processo. No decorrer da década de 1950, as atividades da Cepal ligadas a integração tornam-se cada vez mais evidentes nas conferências e reuniões na qual participava, tanto a Cepal e o MCE, quanto a OPA e o MCCA de

[7] Esta ressalva aos países da América Central era em virtude do tamanho dos seus mercados nacionais, tornando impossível levar adiante qualquer processo de industrialização com base em economias de escala sem o uso da cooperação destes países (GONÇALVES, 2011).

certa maneira induziram o processo de integração regional, assim culminando na criação da ALALC (MENEZES, PENNA FILHO, 2006).

As bases para criação da ALALC surgem de uma proposta anterior abrangendo apenas quatro países para uma zona de livre comércio Cone Sul, intitula-se Anteprojeto de Santiago. Esta proposta não é bem recebida pelos teóricos da Cepal, alegando que os objetivos não eram suficientes para uma integração. Salgado (1979) alega que o anteprojeto marca uma mudança de rumo quanto as diretrizes que originaram e inspiraram o processo de integração.

A Cepal não concordava com um tratado sub-regional, a comissão acreditava que resultaria em barreiras a formação do mercado comum latino-americano, pois, ainda que incluíssem mais membros futuramente, o acordo acaba consolidando interesses de setores econômicos dos países membros originais, os demais países precisariam de fazer concessões superiores que os originários do grupo (GONÇALVES, 2011).

Deste modo, torna-se claro que um acordo sub-regional infligiria o princípio da reciprocidade contrariando a estratégia cepalina. Não apenas a Cepal estava insatisfeita, esta proposta induziu de certo modo alguns países excluídos – principalmente México, Cuba e Venezuela – a defenderem a necessidade imediata de constituir um mercado comum na América Latina, levando a criação de um grupo de representantes governamentais, a fim de preparar um projeto para o mercado comum, pelo qual, seria submetido à aprovação do comitê de comércio da CEPAL (GONÇALVES, 2011).

Em 18 de fevereiro de 1960, é assinado o Tratado de Montevideo que resulta na criação da ALALC. Em um primeiro momento, Brasil, Argentina, Chile, Peru, Paraguai, Uruguai e México integram a associação, Colômbia, Equador e Venezuela apenas no ano seguinte se engajam na proposta (POLETTO, 2000). O tratado compromete os países signatários a eliminar paulatinamente suas barreiras alfandegarias em favorecimento de um comércio reciproco (TRATADO DE MONTEVIDEO, 1960).

Somente no ano seguinte o funcionamento da ALALC seria efetivado, porém, o Tratado de Montevideo (1960) logo de início gera insatisfação para a Cepal. O mercado comum representa o objetivo final da estratégia de integração regional cepalina, o tratado que institucionaliza a ALALC apresenta apenas um curto parágrafo evidenciando a necessidade de obter condições para que se estabeleça o mercado comum. Assim compreende-se a contrariedade inicial da Cepal sobre a ALALC no que tange os objetivos da integração.

Mesmo não tendo todos os membros logo de início, uma clausula do tratado permite a acessão posterior de outros países latino-americanos, assim cumprindo com o princípio da livre adesão. As liberdades individuais dos integrantes no tratamento de outros países também era garantida, podendo

os países signatários julgar da maneira mais adequada os produtos dos países terceiros (GONÇALVES, 2011).

Enquanto a Cepal insere um período de 10 anos como necessários para alcançar a primeira fase de integração, a ALALC amplia sua meta, pelo qual, pretende até o ano de 1972 desaparecer totalmente com as tarifas sobre a circulação dos bens. Depois dessa fase concluída, a comissão passaria a trabalhar com outros temas, como: o alcance de uma tarifa comum para outros mercados, liberalização da mão de obra e capital, e por fim, a criação de uma moeda única, fase a fase até que se estabelecesse um mercado comum (CAVLAK, 2012). A eliminação das barreiras é realizada por negociações periódicas entre os membros, considerando produto por produto, com o intuito de abranger 25% dos produtos a cada triênio, uma metodologia cansativa como indica Valle (1963).

O princípio da reciprocidade foi respeitado na buscar por ampliar os fluxos comerciais, acordos foram flexibilizados a fim de que atenda os interesses de todos os países, desta forma, encorajando os países menores a abrirem suas economias (ARAÚJO, 2012). Como exemplo, Poletto (2000) afirma que concessões – acordos complementares ou ressalvas a liberalização – poderiam ser realizados em caso de desequilíbrios estruturais na balança de pagamentos. Valle (1963) também alerta sobre a possibilidade de defesa das empresas nacionais, sobretudo contra empresas multinacionais.

Houve grande frustação a respeito do princípio do desenvolvimento industrial, pois, a essência da cooperação seria o intercâmbio de produtos manufaturados em benefício da industrialização, contudo, o comércio destes países se constituía em grande parte por produtos primários. Embora exista a intensão de desenvolver o comércio de produtos manufaturados, nenhum compromisso foi fixado no Tratado de Montevideo sobre este princípio (GONÇALVES, 2011).

Grandes discussões integraram o princípio da complementariedade. Conforme Araújo (2012), a execução da coordenação de políticas econômicas e a complementação industrial setorial necessitavam de mecanismos para sua realização, deste modo, exigindo logo de imediato a criação de alguns órgãos para realizar este feito.

O desenvolvimento do sistema multilateral de pagamento, um dos aspectos indispensáveis da estratégia da Cepal, mesmo sendo um dos temas mais estudados pelos técnicos da Cepal no decorrer da década de 1950, com a criação da ALALC, o plano não saiu dos documentos realizados pela comissão. O autor Gonçalves (2011, p. 104) relata que o sistema "acabou ficando no rol de boas intenções não realizadas".

Não apenas a violação ou desinteresse de alguns princípios levam a insatisfação da Cepal, cabe ressaltar o desencanto da comissão com seu papel de órgão assessor reservado no estatuto da

ALALC. Segundo Gonçalves (2011), este status não garante a influência que a Cepal deseja sobre o Comitê Executivo Permanente da Associação, assim limitando sua atuação.

Além dos desentendimentos citados acima, com o desenrolar do processo de integração diversos problemas práticos são levantados, como: o comércio da região que sempre se dirigiu aos países do centro, revela uma deficiência no transporte interno; grau de industrialização dos países geram desconfianças tanto do setor privado, quanto no setor público sob o comércio reciproco; além de inexperiências por parte do Estado; e por fim, escassez de dados comparativos para análise (Menezes, Penna Filho 2006; Valle, 1963).

Menezes e Penna Filho (2006, p. 18) ressaltam que "a conjuntura local e mundial trabalhava contra. A ideia era interessante, bonita no papel, mas frente à realidade da época a caminhada tornou-se difícil". Esta realidade relatada pelos autores se refere não apenas aos gargalos apresentados, mas também ao cenário político de Guerra Fria, onde a integração regional se atenuava com a queda de regimes democráticos e a perca de legitimidade frente a estes países.

O processo de implementação da zona de preferencias tarifarias teve um desempenho considerável nos três primeiros anos – 1961-1963 –, liberando 75% nas taxas das mercadorias, entretanto no ano seguinte o desempenho caí consideravelmente, não passando de 240 produtos anuais – problema oriundo de uma cansativa metodologia, analisando produto a produto. Além disso, o número de concessões disparavam (CAVLAC, 2012).

Mesmo com o rápido declínio da ALALC, era evidente nos debates o desejo da Cepal de não permitir o esfacelamento do processo de integração. Por parte das delegações latino-americanas havia o apoio as recomendações da Cepal, entretanto, nenhum esforço era notado para que seja posto em pratica, relata Gonçalves (2011). A necessidade de um sistema para resolver as controvérsias e supervisão tornava-se cada vez mais necessária para ao menos garantir os já acordos assumidos (BOHRER, BARRAL, 2010).

Não demorou para que os problemas se agravassem com a dificuldade de encontrar soluções que agradassem a todos os membros. As maiores economias estavam recebendo um grau maior de investimento, assim cada vez mais aumentando as disparidades e reduzindo as chances das economias menores conseguirem diversificar sua produção, deste modo, estabelecendo-se barreiras para uma integração reciproca (MENEZES, PENNA FILHO, 2006).

Com o processo de integração regional não seguindo à risca a estratégia da Cepal, junto a desordem alcançada e aos graves problemas estruturais da região, a ALALC tem seu fim predestinado. Este declínio fomenta o debate a respeito de uma grande lacuna entre a teoria e a prática, Koling (2000) ressalva que o aprofundamento epistemológico sobre a discussão, leva a uma

comparação entre ideias e realização que envolve sujeitos sociais e interação, isto é, submisso a erros. Menezes e Penna Filho (2006) também promovem este debate, para os autores a integração com a ALALC é um exemplo de que enquanto na teoria tudo se encaminha para uma unidade regional, quando aplicado na realidade tudo se direciona em uma direção totalmente contraria.

Portanto, a complexidade da proposta cepalina obteve problemas quando em contato com a realidade regional, sua ambição para a América Latina não se encaixou na estrutura da região, tendo que passar por problemas políticos e econômicos que dificultaram o desenvolvimento do processo integração regional.

Menezes e Penna filho (2006) criticam a estratégia da Cepal, alegam que o desejo da comissão em inserir todo e qualquer país na ALALC sem qualquer restrição – princípio da livre adesão –, adicionou ao acordo países com crises inflacionarias preocupantes e com decorrentes déficits na balança de pagamentos, se formulando como outro empecilho ao processo.

No decorrer do processo de integração regional, outras instituições multilaterais surgem em paralelo, tal como: BID e a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Ao ponto de vista teórico estes órgãos demonstram uma tendência ao desenvolvimentismo cepalino, contudo, se diferenciam pela busca do fortalecimento do âmbito interamericano (GONÇALVES, 2011). Na década de 1960 ocorre um intrigante fenômeno na história da Cepal, as ideias da comissão são difundidas com a criação destes novos órgãos. Pollock (1978) vai dizer que o esquema de transformação do pensamento cepalino ultrapassa o esquema regional, assim alcançando o âmbito global. Por outro lado, a falta de comprometimento dos países com o processo de integração, ocasiona um esvaziamento da questão da integração regional[8], pelo qual, era um dos núcleos principais dos estudos da comissão, assim demonstrando uma crescente perda de legitimidade por parte da Cepal no âmbito institucional.

O próprio Prebisch (1970) levanta algumas considerações a respeito da ALALC, mesmo aceitando que a efetivação do mercado comum depende de um maior apoio das decisões políticas, a integração não deve ter como alvo a supranacionalidade, pois, para o autor não cabe a um país ceder a decisões subordinado a regra da maioria. Em caso o mercado comum se constitua plenamente, uma unidade política poderia ser adequada caso os governos assim decidissem. Araújo (2012) diverge neste pensamento, para o autor o caráter intergovernamental da ALALC permitiu a predominância dos interesses nacionais sobre regionais, não concedendo que o órgão tivesse uma força executória direta.

[8] No ano de 1963, Prebisch deixou a Direção da Secretaria da CEPAL para assumir, posteriormente, a Direção da Unctad. O ocorrido de certa forma demonstra a decepção de Prebisch frente ao desempenho Cepal (GONÇALVES, 2011).

Depois do ano de 1964 a Cepal pouco pôde fazer a respeito da integração, se limitando apenas a indicar os pontos que considerava falhos na ALALC. Não era apenas a integração regional que demonstrava problemas, de modo geral, o pensamento desenvolvimentista enfrentava uma grande crise, uma vez que as taxas de crescimento da América Latina apresentaram uma grande queda entre o ano de 1960 e 1964, sendo apenas 0,3% ao ano, além disso, diversos países passam a enfrentar pressões inflacionárias. O modelo de industrialização via substituição de importações da Cepal enfrentava seu esgotamento, recebendo críticas de outras correntes – como os teóricos da dependência –, assim perdendo a comissão perdia o monopólio na interpretação do subdesenvolvimento da América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000).

O processo de integração que deveria ter sido impulsionado paulatinamente, muito cedo já apresentava ineficiências. Poletto (2000), acredita que seu fim foi determinado assim que a proposta de cooperação não resultou nos benefícios planejados, disseminando a insatisfação aos países signatários. No ano de 1970 os países ainda não haviam firmado nenhum acordo sobre as barreiras tarifárias, já estava subentendido o fim da ALALC.

O processo de integração na América Latina ocorre em paralelo a outros processos pelo mundo, a incapacidade dos resultados na América Latina se justifica por problemas estruturais e de implementação, além de outros fatores já levantados, políticos e econômicos. Apenas no ano de 1980 a ALALC tem suas atividades encerradas, sendo substituída pela ALADI, a nova proposta mantém os objetivos da ALALC, entretanto, agora um sem cronogramas pré-definidos para a integração (ARAÚJO, 2012).

Mesmo todo o arcabouço teórico desenvolvido pela Cepal não tendo concluído na formação de um Mercado Comum Latino-americano, seu papel na segunda onda de integração é marcado por sustentar o pensamento de um "conjunto latino-americano". Atualmente a comissão ainda é referência para tentativas de integrações. Furtado (1998 *apud* POLETTO, 2000) salienta uma reflexão a respeito do legado da Cepal, onde, a mesma dedicou-se na construção de um pensamento econômico sobre uma região que já nasce considerada como terceiro mundo.

Com fracasso na cooperação, tanto na ALALC, quanto no MCCA[9] acabam tomando consciência de sua sensível posição de deterioração no cenário internacional, colocando-os novamente com um sentimento de estar isolado do resto do mundo (POLETTO, 2000). Valle expressa

[9] No ano de 1961, a CEPAL buscou apresentar o MCCA como modelo de processo de integração a ser seguido pela ALALC. Entretanto, o MCCA também passa por problemas semelhantes aos da ALALC, o conflito armado de 1969 entre Honduras e El Salvador marca a termino deste processo de integração (GONÇALVES, 2011).

uma mentalidade "alalquiana" necessária para iniciar um processo de cooperação, onde para atingir o objetivo da integração na América Latina é preciso compreender que:

> "[...] nem tudo o que serve ao desenvolvimento de um país serve necessariamente ao desenvolvimento da Zona, mas tudo que serve ao desenvolvimento da Zona beneficia necessariamente cada um dos países que a integram" (VALLE, 1963, p. 247).

4. Considerações Finais

A segunda onda de integração regional da América Latina liderada pelos estudos da Cepal é sintetizada neste artigo. Por volta da segunda metade da década de 1950, a cooperação internacional dos países latino-americanos passa a ser vista como uma importante ferramenta para dar seguimento ao projeto de industrialização integral, ao qual, prometia a superação do subdesenvolvimento destes países.

A criação de um bloco regional prometeu alcançar mais do que ganhos de escala favorecendo o processo de industrialização, se comprometeu com a defesa dos países latinos no mercado internacional regionalizando o processo de substituição de importações. Era inaceitável países tão próximos tivessem uma comunicação tão baixa. Deste modo, a estratégia de integração regional vem em oposição a vocação agrícola determinada pelas vantagens comparativas, princípios difundidos pelos países do centro.

Destarte, os estudos da Cepal resultam na criação da ALALC no ano de 1960 com o Tratado de Montevideo, onde a partir de então todo arcabouço da Cepal deveria ser aplicado para gerir este processo de integração. Este cenário leva ao resgate da pergunta que idealiza tal estudo: sendo a Cepal responsável pela segunda onda de integração regional na América Latina, até que ponto sua estratégia de integração regional foi aplicado sobre a ALALC?

O estudo foi marcado pela dificuldade de sintetizar o pensamento cepalino, devido a seu destino não se configurar ao público acadêmicos, mas sim, a autoridades econômicas – *policy makers* –, ressalva Bielschowsky (2000a). Poletto (2000a) reforça o argumento, levantando que a difícil leitura do pensamento cepalino, vem da perspectiva epistemológica adotada pela Cepal.

Os documentos realizados pela Cepal fornecem diversos princípios e mecanismos que deveriam ser seguidos e utilizados como meio para alcançar tais fins, o mercado comum. Assim se constitui a estratégia de integração regional da Cepal, com um viés totalmente voltado em benefício da industrialização e da reciprocidade. Entretanto, a insatisfação da comissão com o desenrolar da

ALALC é notável, não apenas pelo cargo inferior concedido de órgão assessor, mas também pelos seus princípios sendo negligenciados no desenrolar do processo de integração da ALALC.

No processo de implementação, uma enorme lacuna entre a teoria e prática é exposta, tendo a Cepal que enfrentar problemas estruturais da região. Esta onda de integração regional se esvazia por volta do ano de 1964, onde a comissão enfrentava o esgotamento do seu modelo de substituição de importações, resultando no questionamento da viabilidade de suas propostas – tanto no campo prático, quanto no campo teórico –. Com a perda cada vez maior da influência da comissão sobre a América Latina, junto ao desinteresse dos países em estimular e cooperar com o processo de integração, o processo toma rumos desastrosos.

Pelo apresentado, o estudo aponta como resultado o não seguimento da estratégia de integração da Cepal pela ALALC, embora seus estudos tenham sido convertidos na segunda onda de integração regional, a comissão não teve legitimidade na gestão do processo, além disso, teve que enfrentar diversos gargalos econômicos e políticos da região. Mesmo não tendo obtidos bons resultados na integração, a Cepal constrói um importante legado na formulação de uma identidade Latino-Americana.

Referências Bibliográficas

AMADO, A. M.; MOLLO; M. L. Rollemberg. Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional: A origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 129-156, jan/mar. 2004.

ARAÚJO, L. R. Associação latino-americana de integração (ALADI). In: MERCADANTE, A. A.; CELLI JUNIOR, U.; ARAÚJO, L. R. (coord.). **Blocos econômicos e integração na América Latina, Africa, Ásia**. Curitiba: Juruá, 2012.

BOHRER, C. P.; BARRAL, W. A integração Latino-Americana em foco: 50 anos de ALALC/ALADI. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Integração Latino-Americana**: 50 anos da ALALC/ALADI. Brasília: FUNAG, 2010.

BAUMANN, R. A integração regional vista pela Cepal. In: POLETTO, D. W. (coord.). **50 anos do manifesto da CEPAL**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BIELSCHOWSKY, R. Vinte anos do IERJ, Cinquenta anos de Cepal. In: POLETTO, D. W. (coord.). **50 anos do manifesto da CEPAL**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____, R. (org.). **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. 2000a.

_____, R. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000b.

BRAGA, M. B. Integração econômica regional na América Latina: Uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Prolam**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-26, 2002.

CAVLAK, I. A Alalc como auge da integração sul-americana no século XX. **História**: debates e tendências. Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 38-59, jan./jun. 2012.

CEPAL. **A Significação do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina**. México: Cepal, 1959.

_____. **Antecedentes sobre la criacion de la CEPAL**. Chile: Cepal, 1988.

_____. **La cooperación internacional em la política de desarrollo latinoamericano**. Estados Unidos da América: Cepal, 1954.

GONÇALVES, L. E. F. C. **As relações Brasil-CEPAL (1947-1964)**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FURTADO, C. **Caderno Mais**. São Paulo: Folha de São Paulo, 16 de agosto, 1998.

KOLING, P. J. Cepal e a integração latino-americana. In: POLETTO. D. W. (coord.). **50 anos do manifesto da CEPAL**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MENEZES, A. M.; PENNA FILHO, P. **Integração Regional:** os blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

OLIVEIRA, R. F. Mercado comum centro-americano (MCCA) e comunidade do Caribe (CARICOM). In: MERCADANTE, A. A.; CELLI JUNIOR, U.; Araújo, L. R. (coord.). **Blocos econômicos e integração na América Latina, Africa, Ásia**. Curitiba: Juruá, 2012.

POLETTO. D. W. **A CEPAL e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. Introdução: A Cepal e a América Latina – alguns apontamentos. In: POLETTO. D. W. (coord.). **50 anos do manifesto da CEPAL**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000a.

POLLOCK, D. H. "La actitud de los Estados Unidos hacia laCEPAL". In: **Revista de la CEPAL**. Santiago, s/n°, p. 59-86, 1978.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSHOWSKY, R. **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Transformación y desarrollo**: la gran tarea de América Latina. México: Fundo de Cultura Económica. 1970.

_____. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1968.

SALGADO, G. El mercado regional latinoamericano: el proyecto y la realidade. In: **Revista da CEPAL**. Santiago, n° 7, abr. p. 87-133, 1979.

SINGER, P. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. **Estudos avançados**, v.12, n.33, p.119-139, 1998.

_____. **O que é Economia**. 2 ed. rev. São Paulo: Contexto, 1998a.

VALLE, H. ALALC: realizações e perspectivas. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília, n. 23, a.VI, p. 413-430, set. 1963.

VIEIRA, M. M. M. **Regionalismo na América Latina e a contribuição da Cepal**: avanços e limites. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências Jurídicas / Programa de Pós-Graduação em Direito, 2011.

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. **Tratado de Montevideo 1960**: constitutivo de la asociación latino-americana de libre comercio (ALALC). Uruguai. Disponível em: <http://www.parlamento.gub.uy/htmlstat/pl/tratados/trat12859.htm>. Acesso em: 06 jan. 2016.

“Os Tratados de Methuen de 1703”: guerra, portos, panos e vinhos

Felipe de Alvarenga Batista
Programa de Economia Política Internacional
IE/UFRJ

Resumo:

Trabalho propõe reinterpretação alternativa acerca do Tratado de Methuen, que firmado em dezembro de 1703, estabelecia conveniências à exportação de vinhos portuguessa à Inglaterra, e panos ingleses a Portuga. Assentado em eixo geopolítico de análise pretende-se reinserí-lo à luz de seus condicionantes históricos particulares.

Busca-se reenquadrar Portugal e o Tratado de Methuen à conjuntura imediata da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1715), ao mesmo tempo, que intenta-se recuperá-lo a partir de quadro ampliado, que recue à Guerra de Restauração (1640-1668) e perspasse reinserção do Estado português e de seu império ulttramarino no sistema internacional coetâneo.

Palavras-chave: Tratado de Methuen, Guerra de Sucessão Espanhola, D. Luís da Cunha.

Área temática: História Econômica.

.

1. INTRODUÇÃO

Firmado em Lisboa, a 27 de dezembro de 1703, o *Tratado de Commercio entre El-Rei. D. Pedro II de Portugal e Anna Rainha de Gram Bretanha*, ou simplesmente Tratado de Methuen, avoluma reconhecida historiografia. A relação comercial estabelecida entre vinhos portugueses e panos ingleses têm sido desde então sobrecitada nos trabalhos de estadistas e estudiosos, tendo sido apropriado sob múltiplas maneiras.

A partir do destaque a ele conferido por Adam Smtih e David Ricardo, que o documento assumiu patamar extraoridnário dentre seus semelhantes. Atado às vestes das Teorias das Vantagens Absolutas e Diferenciais, foi elevado à posição de fator explicativo das trajetórias econômicas de seus signatários.

A historiografia portuguesa moderna busca rever tais interpretações. Não somente porque é razoável supor a desproporção de suas clausulas e a atribuição de culpa pelo atraso industrial de Portugal, como pelo fato de que o viés econômico que tais análises carregam, abstrai a conjuntura sobre a qual o próprio documento foi acordado.

Nosso objetivo consiste em reinterpretar o documento à luz de seus condicionantes históricos, assumindo como hipótese, que dito tratado não pode ser compreendido alijado dos demais tratados firmado na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1715).

O Trabalho está dividido em quatro capítulos para além desta introdução e conclusão. O capítulo segundo se destina a breve reconstrução historiográfica do Tratado de Methuen. Os demais, intentarão reconfigurar os ditames que se acumularam sobre Portugal ao longo do século XVII. O capítulo terceiro analisa a Guerra de Sucessão Espanhola segundo as diretrizes de poder das principais potencias europeias. O capítulo quarto insere Portugal no sistema político europeu através de um recuo ao quadro geopolítico que se delineia desde a Guerra de Restauração (1640-1668) e seu esforço de reinserção autõnomo no "jogo de poder" europeu. O capítulo quinto trata da turbulenta questão sucessória da Espanha, na virada do século, o "dilema de segurança" que o deflagrar da Guerra de Sucessão Espanhola impõe a Portugal, e sua postura ativa na defesa de sua autonomia.

A Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre Coroa de Portugal e as Mais Potências desde 1640 até o Presente - catalogada por Castro (1857) – permitirá trabalho em fonte primária. A leitura diacrônica dos tratados internacionais permitirá devida comparação das clausulas firmadas e suas respectivas capacidades de responder aos "dilemass de segurança" de Portugal no período em escrutínio.[1]

[1] Firmados em contexto bélico, ou à luz de um potencial conflito, tais acordos estabelecem legalmente a estrutura e a dinâmica do sistema, arbitrando inserções específicas aos Estados quanto à sua capacidade de acumulação de mais poder e mais riqueza. Negociando, construindo e legitimando as assimetrias entre os Estados, seja por meio de acertos militares, matrimoniais, direitos sucessórios, alargamentos de território, facilidades tributárias, mercantis, e navegabilidade, imposição de indenizações e compensações a diplomacia eleva-se enquanto importante instrumento na tentativa de regulação do "jogo de poder".

2. HISTORIOGRAFIA DE METHUEN

Firmado, pelo enviado inglês, John Metheun e o plenipotenciário português, D. Manoel Telles, sob a alegação de aprofundar a *"aliança e estreita amizade"*[2] entre os reinos de Portugal e Inglaterra, o *Tratado de Commercio entre El-Rei. D. Pedro II de Portugal e Anna Rainha de Gram Bretanha* estabelecia:

> "Art. 1. Sua Sagrada Magestade ElRey de Portugal promette tanto em Seu próprio Nome, como no de Seus Sucessores, de admitir para sempre d'aqui em diante no Reyno de Portugal, os Panos de lãa, e mais fabricas de lanifício de Inglaterra, como era costume até o tempo que forão prohibidos pelas Leys, não obstante qualquer condição em contrario.
>
> Art. II. He esitpulado, que Sua Sagrada e Real Magestade Britannica, em Seu próprio Nome, e no de Seus Successores será obrigada para sempre, d'aqui em diante, de admittir na Gram Bretanha os Vinhos do producto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja Paz ou Guerra entre os Reynos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir de Direitos de Alfandega nestes Vinhos, ou debaixo de qualquer outro Título, directa ou indirectamente, ou sejam transportados para Inglaterra em Pipas, Toneis, ou qualquer outra vasilha que seja; mais que o que se costuma pedir para igual quantidade, ou de medida de Vinho de França, diminuindo ou abatendo huma terça parte do Direito de costume. Porem, se em qualquer tempo esta dedução, ou abatimento de Direitos, que será feito, como acima he declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá, justa e legitimamente, prohibir de lãa, e todas as mais fabricas de lanifício de Inglaterra.
>
> Art III. Os Ex.^{mos} Senhores Plenipotenciarios promettem, e tomão sobre si, que Seus Amos acima mencionados ratificarão este Tratado, e que dentro do temo de dous Mezes se passarão as Ratificações."[3]

Apesar de seu limite comercial e pequena extensão, os três artigos que assentaram as regras à relação entre têxteis ingleses e vinhos portugueses, tem sido objeto de atenção por parte de políticos e acadêmicos desde sua firma. Tamanha é fama alcançada pelo acordo, que ele próprio é detentor de uma historiografia. A revisão bibliográfica desta historiografia consiste em interessante exercício. Primeiro, por revelar a heterogeneidade de perspectivas adotadas nestas investigações, segundo, por explicitar a diversidade de opiniões sobre o objeto. [4]

Ao diplomatata português D. Luís da Cunha coube a primeira análise crítica sobre o Tratado de Methuen. Segundo instrução real que lhe fora dada quando enviado a Londres, em 1696, cabia-lhe dar prosseguimento à negociação do comércio de panos e vinho, questão que não era de se menosprezar, dado que em conjunto os panos e vinhos representavam o substancial da relação bilateral. Por suas missivas e sua obra, *Testamento Político e Instruções a Marco Antônio Azevedo* (1943)¸ temos ciência, todavia, que o estadista não participou efetivamente das negociações finais. Expôs sua posição contrária justificando o fato de que *"(...) a muita sahida dos vinhos, era lucro de poucas pessoas principaes; mas que a augmentação das fabricas, erao*

---

[2] (CASTRO, 1856, p. 195).
[3] (CASTRO, 1856, p. 195).
[4] A sugestão de se dividir a historiografia de Methuen entre autores contemporâneos ao período de vigor do tratado e autores extemporâneos cabe a Cardoso (2003), Leitura e Interpretação do Tratado de Methuen, in: *O Tratado de Methuen (1703):* diplomacia, guerra, política e economia.

remédio de innumeraveis povos." [5]e fez inclusive acusações de que suborno a John Methuen.

Ainda que caiba aos estadistas portugueses as primeiras análises sobre o documento, não há dúvida de que foi a partir do papel por ele atribuído pelos economistas políticas, Smith, Ricardo e List, que lhe foi atribuido protagonismo que o documento assumiu na discussão sobre desenvolvimento econômico e comércio internacional. Desde então tem sido recorrente na historiografia atribuir-lhe parte da responsabilidade pelas trajetórias econômicas divergentes entre seus signatários.

Muito embora o liberalismo econômico proposto em *Riqueza das Nações* tenha lhe personificado como típico acordo mercantilista, maléfico ao desenvolvimento das forças produtivas do capital, em *Princípios de Economia Política e Tributação*, o tom de Ricardo é completamente diferente. A elucidação de sua Teoria das Vantagens Relativas insinua que a detenção natural de fatores teria estabelecido, primeiro, Portugal como um país mais bem dotado de recursos à produção do vinho, enquanto a Inglaterra, de manufaturas, e, segundo, que a especialização produtiva e o livre consitiam as política adequadas de valorização de seus capitais[6].

Os posicionamentos liberais da Economia Política inglesa foram duramente atacados por List, em *Sistema Nacional de Economia Política*. A partir da perspectiva de um sistema interestatal competitivo, o autor vislumbra uma trajetória dinâmica de evolução econômica das nações, as quais deveriam cumprir etapas de superação dos estados selvagem, pastoril, agrícola, agrícola-manfatureiro, até que assumissemm a maturidade agrícola-manufatureiro-comercial. Neste processo, o protecionismo aduaneiro, de caráter provisório, educativo e flexível, é visto como uma das principais ferramentas públicas à garantia do desenvolvimento industrial.

A caracterização de Portugal enquanto um nação ainda em estagio agrícola, e Inglaterra, em agrícola-manufatureiro-comercial, elucida seu julgamento acerca do Tratado de Methuen, visto como uma política deletéria à capacidade portuguesa de emulação de suas forças produtivas.

> "Inmediatamente después de estipularse esse tratado mercanitl, Portugal fué inundada de manufacturuas inglesas, y la primera consecuencia de este hecho fue la ruina completa e instantánea de las fábricas portuguesas, resultado que se asemeja al del uterior tratado de Eden con Francia y al de la supresíon del sistema continental en Alemania." [7]

Essa divergência de juízos sobre possíveis benefícios e malefícios do Tratado de Methuen é igualmente encontrada na historiografia portuguesa. Os ecos dos argumentos da Teoria das Vantagens Relativas de Ricardo reverberam, por exemplo, em João Lúcio de Azevedo ([1929], 1973). Em sua obra clássica, *Épocas de Portugal Econômico*, o autor dividiu a história portuguesa em sete ciclos econômicos, e denominou o último

---

[5] (CUNHA. L., *apud* SILVA, 2003, p. 80).

[6] "Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensada a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na Amércia e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra." (RICARDO, 1988, p.70).

[7] (LIST, 1941, p.96).

deles, *"No signo de Methuen"*. Embora caracterize o período, a cobrir temporalidade de centúria e meia, entre 1640 e 1808, como tendo sido momento em que o processo de submissão político e militar frente a Inglaterra tenha se estabelecido, seu argumento enaltece as capacidades virtuosas que o setor vinícola atingiu a partir do incentivo comercial.:

> "Quanto a Portugal, (...) abandonava à própria sorte uma indústria impotente ante a concorrência, e de certo modo alheio à índole nacional, mais propensa à agricultura e artes do mar. Em compensação, ganhava um mercado certo para o produto que, na economia do país, correspondia ao que eram os lanifícios para a Inglaterra: aquele de que tinha o privilégio por condição de solo e clima, e pela hereditária aplicação do povo á sua cultura."[8]

Francisco Correa (1930), em *História Econômica de Portugal* aderiu imediatamente à tese de "benefícios mútuos" de Lúcio de Azevedo, a qual defendeu por argumentos contrafactuais. Sem que apresentasse dados estatísticos, o argumento do autor busca reenquadrar a situação do setor têxtil lusitano antes e depois de Methuen. Sua investigação contesta a qualidade da estrutura têxtil portuguesa anterior a 1703, critica a política de emulação manufatureira conduzida pelo Conde de Ericeira no quarto quartel do século XVII, e ao fim, estabelece sua contraposição hiperbólica: *"Poderemos admitir a hipótese de que, mantendo-se a proibição para os panos, a nossa indústria de tecelagem teria progredido de modo a assegurar-nos uma independência das fábricas estrangeiras de lanifícios?"* [9]

Podemos, em outro sentido, atribuir aos estudos do italiano Sideri ([1970], 1978) a mais conhecida tese sobre a influência permissiva do Tratado de Methuen na trajetória do desenvolvimento econômico de Portugal. Sua obra *Comércio e Poder*, toda ela em consonância à crítica teórica construída pela Escola Cepalina aos Ricardianos afirma que se à Inglaterra, o Tratado de Methuen apresenta-se enquanto passo fundamental rumo à Revolução Indutrial, a Portugal, consiste em momento crítico do processo de submissão político e econômico.

Sua metodologia e conceitos convocados a explicar a divergência das trajetórias históricas de Portugal e Inglaterra, assim como para caracterizar a relação interestatal assentam-se nos "tipos ideais" - "centro" e "periferia" – e nas diferenças estruturais de elasticidade-renda dos produtos por elas produzidos. Na base da importância conferida ao Tratado de Methuen pelo autor está a singular ideia de capacidade da manufatura têxtil ter atuado como o "polo de desenvolvimento" econômico, *locus* de acumulação de capital e de transformação qualitativa das técnicas de produção e da estrutura produtiva inglesa:

> "Sendo o sector têxtil o mais dinâmico e produtivo em todos os países da época, a sua eliminação punha em perigo a sobrevivência das outras manufacturaus. Assim se destruía, segundo Celso Furtado, o único polo de desenvolvimento, aquele que poderia determinar uma certa acumulação de capital e permitir a assimilação de técnicas de produção em pleno desenvolvimento na Europa. Por outras palavras, o Tratado de Methuen provocou a destruição do único sector que poderia ser a testa-de-ponte do processo de industrialização português e que, se existisse, poderia evitar o 'defasamento tecnológico' que ainda hoje caracteriza Portugal." [10]

Methuen "se apresenta como o instrumento que permite à Inglaterra conseguir os seus objectivos e tornar a dependência de Portugal perfeita" [11] ao confirmar divisão do trabalho "muito de acordo com o princípio da

[8] (AZEVEDO, 1973, p. 417).
[9] (CORREA, 1930, p. 55).
[10] (SIDERI, 1978, p.80).
[11] (SIDERI, 1978, p.31).

vantagem comparativa" [12] A deterioração dos termos de troca assume a pretensão de explicar a típica forma da relação entre Inglaterra e Portugal, enquanto o montante de emissão do ouro brasileiro no século seguinte assume condição de proxi estatística desta dependência.

Independentemente da perspectiva teórica e metodológica dos autores, é justo afirmar que há evidente desprestigio do eixo geopolítico de análise na historiografia do Tratado de Methuen. Esta preocupação é reconhecida por Eduardo Brazão (1940), que em *Relance da História Diplomática de Portugal*, elaborou um panorama geral da história diplomática lusitana desde 1640 a 1940. Na seção dedicada à diplomacia portuguesa na Guerra de Sucessão Espanhola, o autor preocupa-se em considerar a conjuntura da virada do século a partir de um quadro ampliado, que valoriza o acumúlo de rivalidades interestatais europeias ao longo da segunda metade dos seiscentos e permite evidenciar a crítica situação de Portugal no conflito. O fôlego do autor não extrapola, todavia, mais que o esboço do quadro delineado.

Será Macedo ([1987], 2006), em *História Diplomática Portuguesa*, quem desenvolverá com maior perícia as diretrizes apontadas por Brazão (1940). O reenquadramento do Tratado de Methuen à geopolítica europeia evidencia o sentido de vulnerabilidade da inserção portuguesa no sistema político, incutindo nova complexidade às negociações diplomáticas. O balizamento da estratégia portuguesa passa a incluir, agora, sua importância no tabuleiro militar ibérico[13], o imperativo de segurança continental e ultramarina, e a necessidade de hierarquização das prioridades econômicas: tanto no que se refer à manutenção de esforços à proteção do comércio de longa distância, quanto à proteção dos setores metropolitanos.[14]

Obra de grande importância da literatura portuguesa, no que toca o tema em específico de Methuen, cabe-lhe, todavia, a crítica de que poderia ter trabalhado com mais profundidade a conjuntura da Guerra de Sucessão Espanhola, problematizado as dificuldades de negociação da aliança portuguesa frente os blocos contendentes, e ter dado maior atenção ao conteúdo dos tratados contemporâneos.

As dificuldades de negociação diplomática são bem caracterizadas pela obra do inglês A. D. Francis (1966). A condição de ser uma biografia de John Methuen implica méritos e deméritos a *The Metheuns and Portugal, 1691 – 1708.* Por um lado, nota-se dificuldade histórico-analítica, especialmente no que toca à capacidade de compreender o conflito em questão, por outro, o autor chama atenção à importância que os estadistas contemporâneos atribuíram à firma de outros dois tratados, contemporâneos ao de panos e vinhos, os "Tratados Militares de Maio de 1703".

Aproveitando-se da data comemorativa de seus 300 anos de firma, uma série de autores lusitanos

---

[12] (SIDERI, 1978, p.17).

[13] *"A capacidade militar de Portugal, no seu conjunto europeu, assentava em dois pontos decisivos: a posição dos seus portos para a hegemonia naval; a disposição da sua fronteira com a Espanha para um ataque terrestre."* (MACEDO, 2006, p. 219).

[14] "(...) nos fins do séclo XVII não tem sentido falar só em Portugal continental. Portual *está* na Península e na Europa mas os seus interesses estão também na Índia, na China, noBrasil e emÁfrica. Portugal continental é a confluência centrada de todos esses interesses. A participação portuguesa na Guerra de Sucessão Espanhola de Espanha não pode desligar-se destas condições e exigências." (MACEDO, 2006, p. 237).

publicaram *O Tratado de Methuen (1703)*: diplomacia, guerra, política e economia[15], e convocaram uma *"reflexão mais aprofundada sobre os diversos dominios e vectores através dos quais o Tratado de Methuen pode ser perspectivado"* [16]. O objetivo deste trabalho consiste em juntar esforços a esse grupo de pesquisadores. Buscamos compreender o impacto do Tratado de Methuen no redirecionamento estratégico da política externa portuguesa na virada do século XVII ao XVIII, a partir da hipótese que o documento é parte de um bloco mais extenso de tratados e políticas destinados a solucionar os imperativos de defesa que a Guerra de Sucessão Espanhola suscita.

3. EUROPA ÀS VESPERAS DA GUERRA DE SUCESSÃO ESPANHOLA.

> "É tudo junto uma material digníssima de uma mui profunda reflexão, porque semelhante conjuntura não costuma vir em um ou muitos seculos, e assim que só a incerteza de se bem lograr faz, na minha opinião, toda ou maior dificuldade". (DINIZ. D. L., ofício de 29 de Agosto de 1702)

A perspectiva teórica a conduzir a investigação sobre o Tratado de Methuen assenta-se na Teoria do Poder Global [17], pela qual ascende o protagonismo dos Estados nacionais, e suas relações competitivas de poder como resposta à imposição de "dilemas de segurança" [18]. Exige, portanto, a compreensão de Portugal frente o sistema internacional do período em escrutínio, com destaque à vulnerabilidade e incerteza que a Guerra de Sucessão Espanhola impunha. Tal panorama permitirá melhor compreensão da trama que Portugal é obrigado a enfrentar, e sobre a qual o Tratado de Methuen de 1703 é uma das peças.

Quanto à divisão de poderes, o sistema internacional europeu da primeira metade dos seiscentos deve ser considerado um sistema multipolar. Alguns dos principais atores do envolviam: Monarquia Habsburgo Hispânica, a Monarquia francesa, as Províncias Unidas, o Império Austríaco, Inglaterra, Portugal. (MAPA 1)

É razoável reconhecer, a princípio, que a complicada sucessão do trono de Carlos II evidencia debilidade do próprio conjunto imperial espanhol, que após série de derrotas ao longo do século XVII, encontra-se, na virada do século, em um processo que pode ser visto como de resiliência.

---

[15] Para além do texto de autoria de Cardoso (2003), a obra, entitulada *O Tratado de Methuen (1703):* diplomacia, guerra, política e econômia, contem análises de Costa (2003), em que a autor recupera o sentido de ruptura e continuidade entre os Tratados de 1703 e os Tratados restauracionistas; Cluny (2003), em que é realçado o papel dos diplomatas na execução da política externa do reino; Costas (2003), sobre a partipação militar lustiana na Guerra de Sucessão Espanhola; enquanto Martins (2003) e Pedreira (2003) reinserem os setores vinícola e manufatureiro na conjuntura do período.

[16] (CARDOSO et al. , 2003, p. 9).

[17] Fiori (2007)

[18] *"A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constatne. Quem não sobre, cai. A vitória, por conseguinte, significa, em primeiro lugar – seja ou não essa a intenção -, domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência. O ganho de um nesse caso é necessariamente a perda de outro, que se dê em termos de terra, capacidade militar, dinheiro ou qualquer outra manifestação concreta de poder social. Mas, além desse ponto, a vitória significará, cedo ou tarde, o confronto e conflito com um rival de tamanho comparável ao seu; mais uma vez, a situação impele à expansão de um e à absorção, subjugação, humilhação ou destruição do outro."* (ELIAS, 1993, p. 134)

As perdas de Províncias Unidas, em 1648, e Portugal, em 1668, representam dois dos grandes reveses que o Império Espanhol Habsburgo sofreu neste período. Ainda assim, continuvam de grande extensão e riqueza seus domínios continentais e ulttramarinos. Na Europa, aquém-Pirineus, retomora o controle sobre a Cataluña; além-Pirineus, digladiava por manter influências sobre os países baixos espanhóis, controlava os territórios de Sicília, Sardenha, Nápoles, e o ducado de Milão. A esse conjunto europeu deve-se incluir o maior império ultramarino: grande parte das colônias da Américas Sul, Central, México, Flórida e Filipinas.

As provas de tão grande poder são justamente os grandes desafios militares, fiscais e logísticos para manutenção da unidade de seus domínios, tão alijados do centro de poder monárquico, em Madri.[19] A heterogeneidade da estrutura tributária e militar entre os Estados partícipes da Coroa Espanhola impuseram obstáculos legais à manutenção do esforço de guerra hispânico. Os recursos ultramarinos, sempre lembrados enquanto panacéia geral, estes não atingiam montante exorbitante, e se quer ultrapassavam um terço ou um quarto da receita que os seis milhões de castelhanos garantiam, enquanto as tentavias de mobilização e organização de uma força nacional foram veementemente rejeitadas em cortes. [20]

No que toca as principais diretrizes de força no continente não foi, portanto, a Espanha, e sim a França, quem impôs. E o fez em grande parte sobre antigos domínios espanhóis no espaço central do continente, de modo que, a contensão hispânica e o expansionismo francês são movimentos concomitantes. Nesta contenda, a Espanha conseguiu conter parte do ímpeto francês na primeira metade do século. Ao fim da Guerra Franco-Espanhola (1635-1659), quando da assinatura do Tratado de Paz dos Pirineus, seu objetivo de manter unificada a península ibérica parecia realizável. Talvez o fosse, se a união ibérica importasse exclusivamente a espanhóis e portugueses. Mas própria contenda ibérica se transformara em questão europeia.

É interessante compreender a Guerra dos 30 Anos (1618-1648) enquanto um movimento progressivo de fusão de vários tabuleiros militares europeus que ainda não se haviam fundido. Processo que prosseguiu a partir da expansão das fronteiras francesas, ao longo da segunda metade do século XVII. As Guerras de Devolução (1667-1668), Franco-holandesa (1672-1679), e Guerra dos Nove Anos (1688-1698) são manifestação deste mesmo fenômeno.

Liderada por Luís XIV (1661-1715), a partir de 1667, a França reacendeu litígios com a Espanha sobre domínios no vale e foz do Rio Reno. Sua agressividade militar na região implicou em difundir insegurança sobre as Províncias Unidas, que recém autonomizara. Potência híbida, as Províncias Unidas retiraram do mar a fonte de seu sustentáculo continental. Fora a partir do acesso imediato ao mar do Norte e, a partir deste, ao Báltico e Atlântico, que construira as posições que lhe garantiram ação efetiva e protagnismo no comércio de longa distância no Atlântico e Ìndico.

As companhias comerciais ultramarinas holandesas foram os instrumentos fundamentais na disputa de poder[21] [22]. À *Vereenidge Oost Indische Compag'nie* (VOC), companhia holandesa fundada no ano de 1602,

[19] (KENNEDY, 1989, p. 55).
[20] (ELLIOTT, 1965).
[21] (LOUSADA,2012)
[22] (MELLO, 1998).

coube responsabilidade pela conquista do comércio marítimo de pimentas e especiarias, até então português. Sua expansão iniciou-se por territórios estratégicos na Insulíndia, onde a presença e o controle do Estado da Índia eram menos consolidados. Suas posições sobre o forte de Amboíno, conquistada em 1605, ilhas de Tidore e Solor, em 1613, e em seguida Jacarta, 1619, garantiram predomínio sobre os mares de Java e China[23]. As perdas de Ceilão, 1621, e Málaca, 1641, são decisivas às pretensões lusitanas no Oriente[24].

Coube à *West Indische-Compagnie* (W.I.C), companhia fundada em 1621, nos mesmos moldes da sua congênere, atuação sobre o Atlântico. Após o êxito da defesa luso-espanhola na primeira tentativa de invasão sobre a capital da colônia brasileira, Bahia, em 1624, a companhia direcionou suas atenções sobre a região de Pernambuco, onde tomou Recife e Olinda, em 1630, e assumiu importantes áreas de produção açucareira nos territórios adjacentes. A partir daí, estabeleceram-se mesmo nos domínios na Costa do Ouro africana, conquistando a importante fortaleza de São Jorge da Mina. Tendo sido suplantando no Oriente e em sérias dificuldades no Atlântico, as perdas ultramarinas portuguesas foram uma das principais fagulhas para as revoltas portuguesas e a eclosão da Guerra de Restauração (1640-1668)

Mas era do continente, e não dos mares que vinha a principal ameaça à República[25]. Os avanços franceses impuseram seu envolvimento em todos os grandes conflitos da segunda metade do século, obrigando-a aumentação permanente do exército, que passara de 50 mil homens, em 1650, a 73 mil, em 1690 e 130 mil, em 1710[26] – com sua população estacionada em 2 milhões de habitantes, o esforço demográfico foi sem dúvida relevante[27]. A imperiosa necessidade hierarquização das prioridades continentais sobre as ultramarinas obrigou-a a guinadas diplomáticas bem particulares, por exemplo, aproximando à Inglaterra nas Guerras de Devolução (1667-1668) e Franco-holandesa (1672-1679).

Apesar de não representar a mesma ameaça que a França, a relação entre as Províncias Unidas e Inglaterra foram bastante tensas. Suas disputas pelos mares e canais a elas adjacentes implicaram no estalar de três guerras nesta segunda metade do XVII: 1652-54; 1665-67; 1672-74. Destas disputas é complicado sugerir que tenha havido um vencedor. E é de todo curioso o fato de que a influência inglesa no continente cresceu vigorosamente após o *stadhoulder* Guilherme de Orange destronar James II (1685-1688) e assumir, em comunhão à Rainha Anne, o cetro real inglês.

A insularidade britânica implicou manutenção de relativo afastamento de sua trajetória histórica frente a

---

[23] Segundo Panikkar (1977), o movimento do circuito comercial indo-asiático explica o sentido de penetração da V.O.C às regiões de Masulipatão e Palecate, na Índia. Aí obtinha tecidos de algodão, que lhe permitiam dar fluidez ao comércio de cabotagem da Insulíndia e comercializar na China.

[24] (LOUSADA, 2012; MELLO, 1998).

[25] O imperativo defensivo das Províncias Unidas é um caso exemplar de como a geografia influencia e condiciona as decisões políticas das nações. Assentada em território plano, em parte a uma altitude infrior ao nível do mar, e sem grandes obstáculos naturais, não há nada que demarque um obstáculo a uma expansão inimiga vinda do continente, de modo que o domínio integral da região é a melhor opção estratégica para a manutenção de sua conquista. Na impossibilidade de domínio sobre a planície germânica, a região dos países baixos encontra-se permanente vulnerável (ARBLASTER, 2012).

[26](KENNEDY, 1989).

[27] (ARBLASTER, 2012).

continental até a Guerra dos Nove Anos (1688-1697). A afirmação pode ser comprovada pelo fato de que nenhum representante oficial inglês participou das reuniões de Vestfália. Mas, dada a participação inglesa nos sobrecitado conflito, somos igualmente obrigados a reconhecer a velocidade de modernização que a revolução civil imprimiu à trajetória política do Estado inglês.

Citados recorrentemente na literatura especializada enquanto grandes pilares desse ascensão inglesa: a reformulação militar de Cromwell, os atos de navegação e a fundação do Banco da Inglaterra, tais políticas devem ser reenquadras na realidade do período. E nossa perspectiva nos leva a crer que a Inglaterra ainda lutava por influência sobre os mares do norte e báltico com as Províncias Unidas; tinham uma inserção no comércio de longa distância do oriente limitado a posições recentemente conquistadas ou cedidas pelos portugueses; e, no caribe, começara a ter sucesso com a plantação de açúcar em Jamaica. A tentavia de valorização das colônias norte-americanas como espaços importantes para a acumulação acelerada de riqueza consiste grave erro de anacronismo histórico.

Temos defendido que à França cabe a responsabilidade pela diretriz das principais linhas de poder da Europa seiscentista, e que, à medida que a expansão do poder francês se realiza, aprofunda-se tendência de fusão dos tabuleiros militares regionais da Europa e generalização de sentimento de insegurança das demais nações. Em região onde os Estados se rivalizam em fronteiras contíguas, atingia-se gradativamente um limite a partir do qual, os Estados rivais tenderiam a se coligar "definitivamente" frente o desafio continental, em detrimento de suas rivalidades regionais. Este momento parece ter sido atingido quando do avançar da fronteira francesa à margem oriental do Reno, quando então a pressão espraia-se para além dos espanhóis e holandeses, mas passa a incluir germânicos do vale do Reno e mesmo suecos, cujos territórios transfronteiriços da Dinastia Vasa passaram a fazer fronteira com os novos domínios de Luís XIV.

Foi no propósito de barrar tais pretensões que, em 1686, um grupo de príncipes germânicos, liderados pelo Imperador do Sacro Império, Leopoldo I, firmou pacto de defesa coletiva à região, a Liga Habsburgo. Seu caráter regional assumiria caráter europeu quando do ingresso de Espanha, Províncias Unidas e Inglaterra. Em novembro de 1688, a Liga de Habsburgo transformou-se na Grande Aliança e estava disposta a converter a controvérsia das sucessões do Eleitor do Palatinado e do Arcebispo de Colônia em um conflito internacional.

Quando do Tratado de Ryswick (1697), as pretensões francesas haviam sido parcialmente contidas, dado que Luís XIV foi obrigado a devolver Luxemburgo, Freiburgo e Lorena. Uma leitura retrospectiva da história possibilita-nos inferir que, mesmo tendo sido apresentado como um acordo de paz, o documento nascera, porém, natimorto. Afirmamos isto porque, ao se imiscuir de enfrentar as dificuldades prognosticadas da sucessão do trono espanhol, as clausulas estabelecidas não resolviam conflitos cujo potencial disruptivo já era latente e conhecido[28]. Neste sentido, a Guerra dos Nove Anos pode ser vista como um preâmbulo da Guerra de

[28] Poucos sinais são mais evidentes deste fracasso diplomático de Ryswick, do que as reuniões travadas no ínicio da década de 1690, com o objetivo de partilhar os territórios de Carlos II. Reuniões estas que foram conduzidas por França, Províncias Unidas, Áustria e Inglaterra, em um momento que o próprio monarca espanhol ainda permanecia vivo, e sem o consentimento de qualquer representante real da monarquia hispânica. Definitivamente passara o tempo em que os habsburgos ibéricos aterrorizavam a Europa, por hora, eram vítimas de seu próprio

Sucessão Espanhola.

4. PORTUGAL ÀS VESPERAS DA GUERRA DE SUCESSÃO ESPANHOLA

A partir de perpectiva histórica que valorize as relações de poder internacionais, a elaboração de análise geopolítica do Tratado de Methuen exige a compreensão de Portugal frente o sistema interestatal seiscentista. Tendo em vista os "dilemas de segurança" do reino, dois processos, distintos, embora interligados do ponto de vista lógico se sobressaem. O primeiro, relacionado à Guerra de Restauração, entre 1640-1668, quando se restabelece a individualidade política de Portugal frente a Espanha e lhe foram impostas assimetrias políticas, econômicas, jurídicas e religiosas pelas potências "aliadas"; o segundo, entre 1668 e 1701, marcado por política externa autônoma e neutral, esforço de reestruturação da estrutura econômica metrolitana, e rehierarquização das prioridades ultramarinas.

A Guerra de Restauração (1640-1668) caracterizou-se por ter sido uma contenda européia, cuja causa deve ser buscada nos interesses conflitantes entre portugueses e as necessidades de defesa da Coroa de Castela, à medida que esta buscava responder às suas necessidades militares.[29] Portugal, a quem já não cabia a condução intergral de sua política externa, e já acumuolava reveses em seu império marítimo, a partir dos esforços do Conde de Olivares, estava às vias de perder sua autonomia fiscal[30]. À geração lusitana de 1640 o "dilema de segurança" era claro. Cabia organizar-se e lutar pela reconquista da individualidade lusitana na Ibéria ou sucumbir frente os projetos castelhanos.

A ação no Terreiro do Paço, em primeiro de dezembro de 1640, consistiu em um Golpe de Estado[31], seguido de convocação de Cortes, em janeiro de 1641. Aclamado o duque de Bragança como D. João IV[32], tratou-se imediatamente de se reorganizar as diretrizes institucionais, militares e diplomáticas necessárias à legitimação da autonomia polítca do reino.

No que tange à organização institucional do Estado, a condução da política bragantina assentou-se em quatro conselhos: Estado, Fazenda, Ultramarino e Guerra. A hierarquização das prioridades da política interna

---

fracasso. E era o próprio monarca, Carlos II, quem mais bem personalizava esta decadência. Dados seus problemas de congênitos de saúde e esterilidade, sua morte foi antevista como nova oportunidade de retalho e extirpação do conjunto espanhol.

[29] (ELLIOTT, 1963)

[30] Para além da condução de castelhanos a cargos governativos portugueses – a nomeção de D. Margarida à posição de vice-rainha, em 1634 - mais graves à manutenção da utonomia política portuguesa frente o conjunto de coroas lideradas por Filipe II, foram os persistentes intentos de centralização administrativa, jurídica e financeira de Filipe II, em específico. a instituição de tributos extraordinários e recrutamento militar forçado – a União de Armas.

[31] (LOUSADA, 2012, p.35)

[32] "Aquando da Restauração, Dom João, além de ser duque de Bragança, era-o também de Barcelos e Guimarães, marquês de Vila Viçosa e Conde de Ourém, Arraiolos, Neiva e Penafiel o que, conjungado com as vastas zonas circundantes que cada uma das casas senhoriais comportava, fazia dele o maior latifundiário do País e um dos maiores da Península Ibérica, abrangendo 80.000 'vassalos' e dependentes. (...) não sendo despiciente as suas potencialidades de recrutamento militar". Ciente da importância política e militar que o nobre angariava, Olivares ofereceu-çhe o vice-reinado de Nápolis e Governador de Armas de Portugal, postos que foram recusados.

do governo de D. João IV deveria ser acompanhada da adoção de política externa ativa: orquestração de uma "diplomacia de guerra" que buscasse nos inimigos dos espanhóis, o respaldo à legitimação da Dinastia Bragança, assim com recursos financeiros e militares.

A aproximação portuguesa à causa anti-habsburgo não significou congruência imediata de interesses entre os envolvidos, tendo sido Portugal obrigado a cessões de assimetrias políticas, econômicas, jurídicas e religiosas, tanto na metrópole quanto no império, a fim de que contasse com o apoio internacional.

Lidos diacronicamente, os tratados internacionais firmados neste período têm a capacidade de exprimir como as relações de Portugal frente às demais potências europeias se constuiram ao longo de 1640 a 1668, estabelecendo grihões que o poder autônomo da segunda metade do século herdaria. Ao mesmo tempo evidenciam como os interesses nacionais das potências europeias, Inglaterra, França e Províncias Unidas se imiscuíam e se constrangiam uns aos outros, cada qual querendo aproveitar-se das vulnerabilidades militares portuguesas para adquirir maiores vantagens.

O momento mais delicado do período talvez tenha sido no momento em que Espanha e França assentaram negociações de paz. Confirmada pelo Tratado dos Pirineus (1659), a paz impunha o afastamento com a França, então seu principal aliado, em um momento em que as potencias marítimas, Inglaterra e Províncias Unidas, mais lhe haviam prejudicado do que propriamente contribuído à restauração. Isolada diplomaticamente, a causa lusitana parecia fadado a enfrentar sozinha a invasão dos terços castelhanos, que despreocupados com outros tabuleiros, estariam em condições de reagrupar suas melhores forças e retomar ofensiva na Ibéria.

Foi neste contexto, que a aliança anglo-lusitana foi firmada em 1661 pelo Tratado de Westminster. Curiosamente, antes da firma deste documento, as relações entre os dois países haviam sido extremamente tensas. A interação da diplomacia portuguesa com a Dinastia Stuart implicou na adoção de postura agressiva de Cromwell em relação a Portugal, que combinada à vulnerabilidade deste, implicou imposição de dois tratados altamente assimétricos, especialmente o Tratado de 1654[33], firmado somente após cerco ao porto de Lisboa.

[33] Dentre os vinte nove artigos, sendo um deles secreto, apenas dois estabeleceram direitos mútuos entre os signatórios, portanto, incluiram Portugal: assentia-se mútua liberade de comércio (art. II) e acesso máximo de 6 navios aos portos de uma e outra nação (art. XVIII). Diferentemente, os demais conteúdos trataram de especificar e ampliar as liberdades cedidas aos ingleses, de modo que as conveniências portuguesas ficavam literalmente constrangidas frente às inglesas. Aos comerciants concedia-se facilidade de negociar e comprar quais mercadorias desejadas (art. III), liberdade para trocar e comercializar com Castela (art. X). Ao mesmo tempo, foram impostas regras à regulação que os próprios portugueses poderiam realizar nos navios ingleses, limitando-se um número máximo de oficiais a conduzirem a checagem e estipulando-se um prazo máximo ao serviço (art. IV). Concedeu-se aos ingleses direito de comercialização no império ultramarino português, desde que acompanhados da armada portuguesa – excetuando-se o comércio dos produtos de monopólio da Companhia do Brasil (farinha, bacalhau, vinho, azeito e pau Brasil), e se reiterou a preferência de fretamento de navios ingleses sobre os holandeses (art. XI). Garantiu-se liberdade religiosa aos súditos ingleses (art. VI, XIII), extraterritorialidade a seus cônsules (art. VII); respeito à propriedade privada aos herdeiros daqueles que viessem a falecer no Reino (art. 8). Exigiu-se a anuência da República antes da autuação dos súditos ingleses (art. X); institui-se o cargo de juiz conservador, encarregado de zelar pela justiça e punição de delinquentes ingleses em Portugal (art. XIII). Estabeleceu-se valoração máxima às despesas de ancoragem (art. XX); e, pelo artigo secreto, impô-se teto de 23% a incidir sobre as manufaturas inglesas que ingressassem no

O Tratado de Paz e Aliança de 1661, firmado em orquestração ao laço matrimonial entre Carlos II e Dona Catharia[34], filha de D. João IV, teve peso fundamental à capacidade de sobreviência da Dinastia de Bragança. Foi o primeiro a instituir aliança formal (art. XVIII) – ou seja, que nenhum deles assentaria paz em separado com a Espanha – e efetivas promessas de auxílio militar.[35] Ao se aliar a Portugal, a própria Inglaterra condicionava suas pretensões marítimas à causa lusitana. Isso porque, para além da cessão por parte de Portugal das praças de Tânger, na entrada do Mediterrâneo (art.II) e Bombaim, na Índia (art. XI), aos comerciantes ingleses foi garantida a mesma igualdade de direito dos comerciantes portugueses em Goa, Cochim, Diu (art. XII), Bahia de Todos os Santos, Pernambuco e Rio de Janeiro (art. XIII). Assumia, portanto, condição de *"herdeira presuntiva"* [36] do império lusitano.

Também no ano de 1661, sem que dispusesse das mesmas concessões militares, Portugal acertou um Tratado de Paz com as Províncias Unidas. A República mantivera posturua dúbia em relação à causa bragantina desde que a primeira relação diplomática havia acertado tréguas em 1641. Não impunha estorvos a Portugal no continente, mas consistia no mais perigoso adversário ultramarino. Curiosamente, os holandeses vendiam armas e navios de guerra a Portugal, os quais eram usado para defender de seus próprios ataques, seja nas Índias, aonde vinha de longa data reduzindo o protagonismo português, seja na América, onde a restituição do Brasil tornara-se possível após a eclosão de uma insurreição nativa.

A rivalidade luso-holandesa foi contornada pela firma do *Tratado de Paz e Confederação*, que acertava a condição de paz com base em indenização de 4 milhões de cruzados,[37] pagos em dinheiro ou açucares, tabaco e sal (art. I), liberdade de acesso ao mercado do sal de Setúbal (art. II), e promessa de extensão a holandeses dos mesmo direitos, presentes e futuros, concedidos aos ingleses.[38]

Quando das batalhas decisivas da Restauração, Ameixial, em 1663, e Montes Claros, em 1665, o quadro de alianças português era bastante distinto do isolamento político de fins da década de 1650. A Inglaterra assumiu a condição de principal aliada externa, e as Províncias Unidas limitaram suas tergiversões ultramarinas[39][40].

---

reino; taxa que não deveria se elevar sem consentimento de pelo menos dois mercadores ingleses residentes em Portugal, eleitos pelo cônsul. (CASTRO, 1856).

[34] D. Catharina renunciava a qualquer pretensão sobre o trono português (art. 19º). (CASTRO, 1856)

[35] A promessa militar inglesa incluía o custeio e recomposições necessárias de 1000 cavalos e 2000 soldados (art. XV); envio de dez navios de guerra no caso de Portugal ser invadido, ou quatro navios no caso de ser infestado por ações de pirataria, todos eles tripulados e carregados com oito meses de mantimentos. Caso necessário fosse, toda frota em Tânger seria mobilizada na defesa da costa (art. XVI). Por artigo secreto, comprometia-se a auxiliar no estabelecimento de paz junto às Províncias Unidas (CASTRO, 1856).

[36] (MELLO, 1998, p. 229).

[37] *"(...) tendo cada cruzado o valor de dous florins carolinos, moeda de Holanda (...)."* (CASTRO, 1856, p. 261)

[38] (CASTRO, 1856).

[39] No interíem entre a firma do Tratado e a sua homologação, a Companhia das Índias Orientais atacou Cochim e Cananor. (PRESTAGE, 1928)

[40] A França, que mantivera ajuda velada mesmo após as promessas estabelecidas na Paz de Pirineus. Após a morte de Filipe IV e a eclosão da Guerra da Devolução com a Espanha, firmou Tratado com Portugal na qual se estipulava a aliança formal, auxílios militares. Portugal acedeu novamente com a claúsula de nação mais favorecida. (CASTRO, 1856)

O Tratado de Paz entre Portugal e Espanha foi assinado em Lisboa, no ano 1668. Para além do reconhecimento da bipolaridade ibérica (art. I), e a restituição da fronteira ao estágio anterior à unificação ibérica (art.II) – o Tratado de 1668 pouco estabelecia.[41] Por ele, Portugal atingia seu objetivo vital, mas os vintes oito anos de luta implicaram na condução de uma política de guerra custosa à sua economia, ao mesmo tempo em que os tratados restauracionistas implicariam novas assimetrias em suas relações internacionais.

A estratégia política de Portugal assumiu, a partir de 1668, essência completametne distinta daquela prevalecente até então. Marcadamente neutral frente rivalidades europeias, voltou-se ao intento de reenquadrar sua estratégia imperial e reestruturar sua economia.

No que toca o reenquandramento do império, eram evidentes as dificuldades do Estado da Índia, onde importantes posições do comércio de especiarias haviam sido perdidas. No sudesde da Ásia, a perda de Málaca implicara na restruturação das feitorias portuguesas em torno de Lifao, nas ilhas Sunda Menores, o que lhe retirara influência sobre os mares de Java e China. Na Índia, as posições portuguesas se limitariam à região da "Província do Norte", uma estreita faixa entre Damão, Baçaim. Tais dificuldades aprofundaram a tendência de que a estratégia imperialista portuguesa se voltasse ao Brasil., onde a indústria açucareira e o tráfico de escravos, por ela alimentado, garantiam lucratividade mais certa do que do empreendimento.

O açúcar brasileiro, o sal de Setúbal e o vinho metropolitano consistiam o grosso da pauta de exportação portuguesa neste momento, mas a receita daí obtida não era suficiente para abarcar o grosso das necessidades de importação, as quais incluíam inclusive mercadorias de consumo básico, como pão, e trigo. A desestruturação da estrutura produtiva do reino pode ser comprovada não somente pela perseverante sangria monetária dos cofres reais, e também pelas recorrentes crises de escassez de alimento relatadas.

Este desequilíbrio foi debatido no Constelho de Estado e na Junta Comercial, destacando-se dentre as figuras, Duarte Ribeiro de Macedo. Dentre as primeiras medidas propostas pelo estadista estava a combinação de duas políticas: a contensão dos gastos suntuários[42], em especial dos produtos estrangeiros, e a organização das manufaturas nacionais - com especial atenção ao setor têxtil, pelo peso que representava na pauta de importação portuguesa[43].

Ainda que seja questionavel o sucesso do projeto manufatureiro[44] [45], os diplomatas e comerciantes

[41] (CASTRO, 1856).

[42] As restrições suntuárias foram gradativamente apertadas, e cobriram enorme gama de produtos e serviços. Limitava-se o consumo de têxteis, bengalas, capas, becas, ouro e adornos, assim como se inibiam os serviços conspícuos, por exemplo, restringindo-se o número de lacaios e coches ou limitando-se o *glamour* das festividades fúnebres (AZEVEDO, 1972; MACEDO, J. B., 1963).

[43] "A primeira fabrica que se deve cuidar he a dos pannos procurando estabelece la naquella parte do Reino onde as houve e há hoje, solicitando pessoas que entrem neste negócio fazendo com ellas contratos favoráveis e concedendo se lhes previlegios e mercês, ordenando se que na Alfandega se não despachem panos grossos de fora do Reino porque aos estrangiros so lhe he permitido introduzir os finos, e depois de estabelecidas as fabricam se podem tambem prohibir estes." (MACEDO, 1817, p.32).

[44] O Regimento de produção do linho já houvera sido publicado em 1650; o dos panos foi publicado em 1690.

[45] Deve-se ter claro que o programa fabril consistia mais em reorganizar atividades fabris existentes sob o regime de manufaturas do que criar novas instalações: tratava-se de

ingleses estiveram preocupados com a política. Dada a importância que as insígnias têxtil e vinho assumiram no comércio bilateral ao fim do século, a partir da missão do diplomata inglês John Methuen, em 1691, a negociação dos produtos foi tratada conjuntamente. Insinuava, então, de que se nada fosse resolvido, ao fim da Guerra dos Nove Anos, se seguiria a redução dos impostos sobre os vinhos franceses no mercado inglês. Ameaças que foram levadas a sério por Portugal, como pode ser comprovado pelo conteúdo da instrução real expedida a D. Luís da Cunha quando enviado a Londres, em 1696.[46]

De fato, o salto de importância dos vinhos ibéricos na pauta de importação inglesa somente superou o francês após a imposição de sobretaxas após a eclosão da Guerra dos Noves Anos[47][48].. Até então, os vinhos francesas eram responsáveis por mais de 60% das importações inglesas na década de 1680, enquanto os espanhóis participavam em média a 20 e 25% do mercado, e os portugueses não ultrapassavam 3%, numerário atingido em 1689. Em 1693, os vinhos portugueses já eram responsáveis por 37% da importação inglesa[49], mas esta ascensão não era reflexo de melhor qualidade ou mais baixo preço dos vinhos portugueses. Era, sim, uma condição passageira.

Paradoxamente, a ascensão dos vinhos como importante mercadoria de exportação se quer pode ser vista como manifestação genuína de uma atividade nacional. É explicada em parte como consequência de os comerciantes ingleses, que na viagem de ida a Pòrtugal traziam têxteis e bacalhau, deverm, na viagem de volta, selecionar uma carga de retorno. Não voltavam vazios, e tampouco voltavam com açúcar, agora produzido na Jamaica. Cada vez mais, carregavam vinho. [50]

A agenda comercial da diplomacia anglo-lusitana foi abandonada a partir do momento que a geopolítica europeia e o início da Guerra de Sucessão Espanhola se avizinhavam. A discussão sobre a posição portuguesa no conflito assumiu máxima importância. O tabuleiro de guerra europeu havia chegado à península ibérica, a política externa neutral estava por ora suspensa, e o continente impunha a Portugal um projeto geoestratégico que respondesse ao "dilema de segurança" imposto pelo expansionismo francês.

A neutralidade portuguesa condicionara seu projeto de reinserção no "jogo de poder" europeu. Intentara

---

modernizar técnicas e equipamentos, disciplinar funcionários e padronizar os produtos

[46] Apesar da dificuldade estatística há concenso entre os historiadores de que o mercado português consistia em um dos mais importantes mercados absorvedores dos têxteis ingleses. Segundo Macedo (1992) 11% do total da exportação inglesa destinava-se a Portugal, sendo o grosso dela de têxteis.

[47] "Os direitos ingleses sobre os vinhos franceses aumentaram em 1660 de 7 libras para 16 libras, voltaram a subir em 1689 (para 53 libras) e foram fixados em 47 libras em 1697, o que representava mais do dobro das taxas que então incidiam sobre os vinhos peninsulares (24 libras em 1686 e 21 libras em 1697). A sua importação esteve proibida entre 1667 e 1669 e novamente de 1679 e 1685, altura em que as exportações de vinhos portugueses para Inglaterra subiram de menos de 200 tonéis para quase 6000 tonéis. E voltou a estar muito dificultada ou mesmo temporariamente banida durante as guerras da Liga de Augsburgo (1688/1697) e da Sucessão de Espanha (1701/1713)." (MARTINS, 2003, p. 115).

[48] Outras duas sanções, não mencionadas na citação, uma imposta em 1692, pela qual se adicionava taxa de 25% sobre os produtos franceses, e outra em 1696, de 25 libras, garantiam uma artificial competitividade aos vinhos não-franceses. (SODRÉ, 1957).

[49] (PEDREIRA, 2003; SIDERI, 1978; FISCHER, 1984).

[50] Parte da escolha pelo vinho como mercadoria de retorno se deve às características de baixa perecibilidade, capacidade de aguentar viagens demoradas e longos estágios em armazéns. (MARTINS, 2003).

solucionar os desequilíbrios herdados da Guerra de Restauração, tanto no que consiste na reorganização de sua estrutura econômica interna, quanto na rehieraquização e proteção de seu espaço ultramarino. Tais atitudes, de grande importância enquanto a paz predominou, voltavam a assumir condição secundária a partir da insegurança que a Guerra de Sucessão Espanhola impunha. A sobrevivência de Portugal estava novamente em dúvida, e a depender de suas opções e realizações estratégicas[51].

5. DIPLOMACIA PORTUGUESA NA GUERRA DE SUCESSÃO ESPANHOLA

5.1. TRATADOS MILITARES DA GUERRA DE SUCESSÃO ESPANHOLA

Dentre os vários candidatos à sucessão de Carlos II, os mais proeminentes, tanto por suas ascendências quando por suas capacidades de mobilização militar, eram: Felipe de Anjou, neto de Luís XIV com Maria Teresa; José Fernando, neto de Leopoldo I com Maria Antônia; e o arquiduque Carlos, outro filho do imperador Leopoldo I da Áustria e neto de Filipe III[52], [53] (QUADRO 1).

Ainda que uma série de negociações tenha sido intentadas por Inglaterra, França, Províncias Unidas e Áustria para que a solução da sucessão espanhola fosse por elas determinado, a indicação de Filipe de Anjou em testamento deixado por Carlos II, implicou inesperada reviravolta na questão. Demarcava-se ali o fim da Dinastia Habsburgo sobre a Espanha, e o início da influência Bourbon.

A oportunidade histórica de reaproximação foi imediatamente aproveitada por Luís XIV, a quem coube apresentar seu neto como Filipe V da Espanha à corte francesa. A atitude preocupou os líderes europeus, cientes do potencial militar que a aliança franco-espanhola era capaz. Ainda assim, Estados Gerais e Inglaterra reconheceram seus direitos à realeza. Portugal também o fez. Mas não a Áustria.

O rápido estreitamento das relações entre os dois Estados – a decisão de Luís XIV mobilizar tropas francesas em substituição às espanholas nas praças fortes da fronteira com os Países Baixos espanhóis; o repasse à *French Guinea Company* do direito de *asiento*, pelo prazo de 10 anos; e a liberalização da entrada de navios de guerra e comércio aos portos coloniais espanhóis[54] – aprofundou e generalizou novo sentimento de "insegurança" à Europa, que passou a articular diplomática e militarmente.

---

[51] "(...) nem as decisões políticas bastam, nem as boas vontades chegam para ultrapassar os problemas estruturais. Portugal não é um país isolado. A afirmação da independência nacional foi feita à custa da guerra, da diplomacia e de cedências económicas. No contexto da interação dos interesses internacionais, dificilmente, uma política de neutralidade podia durar eternamente, acabando, mais cedo ou mais tarde, por pender para algum dos lados." (DE FARIA. A.M. H. L, 2005, p. 388/389).

[52] (FRANCIS, A. D. 1966; FULLER, 1970).

[53] O arquiduque Carlos não era filho do casamento de Leopoldo I com Margarida Teresa, segunda filha de Filipe IV, mas de Leonor Madalena de Neuburgo, de modo que a ascendência de Filipe de Anjou era realmente mais próxima.

[54] Ao mesmo tempo, a diplomacia bourbônica tratou de consturar suas alianças junto às "novas fronteiras dinásticas": a leste, no Reno, aproximou-se a Max Emmanuel da Bavária e ao Eleitor de Colônia, sendo acertado a cada um deles, em março de 1701, a promessa de auxílio de 10 mil soldados da tropa francesa. (BLACK)

A reorientação dinástica espanhola modificava o quadro geopolítico de Portugal. Desde que restabelecera autonomia política, a Dinastia Bragança, como em reconhecimento de sua inferioridade militar, mantivera-se fiel à condição de neutralidade externa. Tal posição foi mantida até o momento em que os teatros de guerra se mantiveram afastados da península, mas, agora, a turbulência espanhola ameaçava aproximar às suas fronteiras. [55]

Em junho de 1701, quando os austríacos invadiram o ducado de Milão e dispararam os primeiros tiros da Guerra de Sucessão Espanhola, Portugal, acuado, cedeu à pressão bourbônica e assinou dois tratados de aliança militar e diplomática. Em seu conjunto, os 34 artigos destes Tratados explicitam amplas conveniências favoráveis a Portugal[56], a quem se impunha a promessa de zelar pelo testamento de Carlos II e defender Filipe V contra potências que movessem guerra à Espanha e França As cláusulas não lhe obrigavam assumir postura ofensiva, tão somente que negasse seus portos, nacionais e ultramarinos, aos navios inimigos. (art. I em ambos Tratados). Na prática, ainda que não obrigasse uma declaração de guerra contra os inimigos de seus aliados, Portugal abria mão de sua neutralidade[57].

De fundamental importância são os artigos finais, pela qual a França substituía o papel de mediação inglesa no Tratado de Paz de luso-espanhol de 1668 (art. XVI) e concordava-se pela constituição de uma liga formal com Espanha (art. XVII) e com a França (art. XVIII), cuja validade foi datada por 20 anos (art. XVIII do Tratado luso-espanhol e art. XX do Tratado luso-francês)[58].

A tríplice aliança confirmava a valiosa posição geográfica do Estado português e o papel de seus portos na estratégia do conflito[59] Ponta de lança da península, sua adesão ao bloco Bourbônico isolaria as potências marítimas a partir da efetivação de bloqueio continental a se estender desde o Canal da Mancha ao Golfo de Leão. Implicaria em limites bem definidos das áreas de possível desembarque da infantaria inimiga. O controle

---

[55] Em carta enviada ao confessor de D. Pedro II, datada de 28 de Novembro de 1700, o diplomata português na França, Carlos Brochado insistie em reorientação da estratégia da política externa. *"Não há dúvida que nós não temos já sôbre o trôno de Espanha a Casa de Áustria para esperarmos socorros de França. E assim, mudamos os nossos interêsses, é necessário mudar as nossas máximas, mas êste é o ponto e todo o trabalho"*. (BROCHADO. J. C., 1944, p.70-74).

[56] Vários são os artigos que prometem manutenção de postura militar ativa tanto de Espanha quanto da França no caso de injúrias de Inglaterra e Províncias Unidas, asssim como são prometidos territórios derivados de subtração dos domínios ultramarinos das referidas potências. Os próprios aliados bourbônicos prometeram solucionar questões territoriais americanos em seus respectivos impérios de modo favorável a Portugal, em específico sobre o Cabo Norte e a Colônia de Sacramento.

[57] (CASTRO, 1856).

[58] (CASTRO, 1856, p. 120).

[59] A centralidade dos portos pode ser percebida no próprio Tratado luso-francês, artigo VIII, onde se lê: "*E como os mesmos Inglezes e Hollandezes se sentiram muito na guerra passada, do bom acolhimento que os navios de corso Francezes acharam nos portos de Portugal, trazendo a elles presas que haviam feito às ditas Nações, e poderão agora em odio d'esta alliança fundar sobre ellas algumas pretenções contra Portugal, Sua Magestade Christianissima será obrigado a fazer que Inglaterra e Hollanda não intentem taes pretenções contra Portugal, e a tomar esta causa tanto por sua como o mesmo Reino de Portugal, para o livrar de qualquer intento que estas Nações tiverem sobre as taes presas, entrando na guerra que Portugal poderá ter com as mesmas Nações se insistirem n'esta pretençao."* (CASTRO, 1856, p. 133).

nas adjacências do Atlântico seria igualmente facilitado e o Mediterrâneo seria praticamente vedado às marinhas de Inglaterra e Províncias Unidas.[60] A decisão implicava em resguardar a segurnaça lusitana no continente, em detrimento da defesa do império ultramarino.

A complexa conjuntura geopolítica do período é simbólica de como o tempo é noção primordial na tomada das decisões estratégicas dos Estados e, neste caso em específico, D. Pedro II soube utilizar-lhe adequadamente. Portugal se encontrava em seu velho dilema histórico, obrigado a decidir pela hierarquização de sua força defensiva ao resguardo do continente ou dos mares. Deveria juntar-se às potências marítimas, facilitando-lhes o acesso aos portos de modo a zelar defesa do continente, ou juntar força às potências continentais, vedando seus portos às potências marítimas, e sofrendo ataques na costa e império ultramarino?[61]

Como era impossível fazer frente às pressões de Espanha e França antes que as principais forças se organizassem, firmou os Tratados de 1701. Pelo acertado, Portugal não se obrigava a participar da guerra, que até então se limitava ao conflito italiano e envolvia participação de austríacos, espanhóis e franceses. Assim mesmo, seu posicionamento o predispunha a comportamento hostil a inimigos de seus aliados. Daí porque, na prática, D. Pedro II condicionou seu compromisso com a aliança Bourbon ao cumprimento da promessa de defesa assentido pela França, e requeriu a entrega de 40 navios e 3 mil soldados franceses à defesa de sua costa metropolitana e seu império ultramarino, antes que se sentisse obrigado a fechar os portos lusitanos a ingleses e holandeses. Enquatno a defesa solicitada não foi cumprida, Portugal se absteve de negar entrada de seus portos e manteve, inclusive, relações secretas com a Inglaterra.

Na tênue linha da "diplomacia de guerra", contrabalanceava as propostas das potências marítimas às acertadas junto aos Boubons; pesava-as frente a probabilidade de que fossem cumpridas, ao mesmo tempo que as condicionava a partir do desenvolvimento da guerra nos demais tabuleiros. Quando Províncias Unidas e Inglaterra reestabeleceram a Liga de Habsburgo, declararam guerra em maio de 1702 [62], e realizaram ataques aos portos de Cádiz e Vigo[63], o prazo para que a estratégia portuguesa estivesse arquitetada soara. [64]

A guinada do posicionamento português no conflito europeu consubstanciou-se em 1703, pela firma de dois tratados, firmados em 16 de maio – um triplo, no qual assinam Portugal, Inglaterra e Províncias Unidas, outro quádruplo, no qual assinou, para além dos já mencionados Estados, também o Sacro Império – os quais, em conjunto, reequacionavam a estratégia militar ofensiva e defensiva de Portugal[65]. (MAPA 2)

Em conjunto, os 48 artigos estabelecidos pelos "Tratados Militares de Maio de 1703" enfatizam sua preocupação geoestratégica e são amplamente favoráveis a Portugal[66]. Suas clausulas decidiam o necessário

[60] (SILVA, 2003).
[61] (MACEDO, J. B. 2006)
[62](BRAZÃO, 1940); (FRANCIS, 1965; 1966)
[63] Os referidos portos são próximos à fronteira lusitana: Cádiz dista 160 km da fronteira e 200 km de Faro, enquanto Vigo, 60 km de Caminha e 30 km de Valença.
[64] (BRAZÃO, 1940; FRAGOSO, 1997;; SILVA, 2003; FRANCIS, 1965, 1966).
[65] (FRANCIS, A. D. 1966; CASTRO, 1856).
[66] O artigo XV extendeu aos comerciantes portugueses atuantes em Inglaterra e Províncias Unidas os mesmos privilégios civis e mercantis que ingleses e holandeses detinham em território português; o artigo XVI prometeu solução da controvérsia a respeito do domínio sobre Bombaim e a ilha adjacente, Mahim; o artigo XVII estabeleceu isenção tributária a navios portugueses, que se

para que o tabuleiro ibérico se transformasse em tabuleiro de guerra europeu. Fundamentalmente, os Aliados prometeram segurança naval[67] e terrestre ao Estado português e requeriram direito de acesso aos portos lusitanos para que realizasse o desembarque das tropas, parte das quais se aliaria ao exérctio lusitano.

Pelo Tratado de Tríplice aliança fica estabelecida promessa aliada de manutenção de corpo permanente de 12 mil soldados estrangeiros, integralmente financiados pelas ditas potências (art. III) e por uma marinha de número e qualidade idênticos ou superiores à esquadra inimiga (art. III, IV) destinados à defesa militar de Portugal, no caso guerra movida por "Castela e França"[68].

Portugal, por seu turno, se compremetia a assumir contrapartida ofensiva (art. XII), mantendo de prontidão dez navios de guerra a resguardar a sua defesa e a de seus aliados, cabendo-se a ressalva de que, se Castella também declarar guerra a Portugal, tais navios poderiam manter-se estacionados em mar lusitano (art. XIII). Estabelecidas diretrizes do auxílio militar e da ação naval, o artigo XIV declara o estabelecimento de liga formal, de duração perpétua[69].

O Tratado de Quadrúpla aliança segue na mesma linha que seu congênere[70], mas é mais detalhado no que toca aos deveres e obrigações relativos à infantaria. Os três primeiros artigos demarcavam as obrigações portuguesas, que para além de defender a legitimidade a causa do arquiduque Carlos à realeza espanhola, deveria assumir guerra ofensiva contra Espanha (art. I), devendo armar um corpo permanente de 15 mil soldados (12 mil infantes, 3 mil cavaleiros) (art. II) e um corpo reservista de 13 mil soldados (11 mil infantes e 2 mil cavaleiros) (art. III), os quais receberiam auxílios instrumentais de *"dez peças de artilharia de bronze"* (art. XIII). Prometia-se também ajuda logística no transporte de quaisquer instrumentos de guerra, e mantimentos de primeira subsistência.(art. XVI). As potências da Grande Aliança confirmavam a promesse de auxílio defensivo, mantendo um corpo permanente de 12 mil soldados em Portugal, agora especificados, 10 mil de infantaria, 1 mil de cavalaria e 1 mil de dragões (art. IX)[71].

Pelo artigo XXIV a Grande Aliança assentia que a ofensiva portuguesa deveria iniciar-se somente após o desembarque do arquiduque Carlos, tropas e frotas prometidas, e acedia que o ataque português seria auxiliado

desobrigaram a pagar ancoragem no porto de Málaca; e o artigo XVIII prometeu ação coletiva contra pirataria nos mares da Índia. A principal conveniência cedida à Inglaterra e Holanda foi firmada no artigo XIX, pelo qual se ampliavam, nos tempos de paz, a ancoragem de 12 navios de cada uma das ditas nações, e nos pequenos, uma quantidade determinada segundo suas capacidades.

[67] "*se por terra confina somente com Espanha, por mar é vizinha de todas as potências*" (CUNHA, L. 2001, p. 279).

[68] Apesar de ter permitido o estabelecimento de tropas estrangeiras em território nacional, teve-se o cuidado para que, legalmente, o mando das forças se mantivesse subordinada às ordens do monarca português (arts. VI e IX).

[69] (CASTRO, 1856).

[70] Igualmente foram firmadas conveniências em benefício de Portugal ao futuro tratado de paz: cessão dos territórios franceses na região do Cabo Norte (art. XXII), liquidação imediata das dívidas da coroa espanhola na questão do *assiento* (art. XXIII), cessão de territórios fronteiriços: Badajós, Albuquerque, Valença, Alcantara, Guarda, Tuy, Bayona e Vigo (artigo separado I), cessão dos territórios da margem setentrional do Rio da Prata (artigo separado II). Confirmava-se, então, que as transferências financeiras e de instrumental bélico não seriam cobradas a Portugal.

[71] Os cavalos deverão ser comprados em Portugal ao "preço de 40$000 réis por cada cavallo de soldados, e 60$000 réis por cada hum dos dos oficiaes" (art. X).

por um avanço combinado das potências marítimas à costa espanhola (art. XXVI). Se comprometiam, igualmente, em manter a pressão sobre os tabuleiros militares nos Países Baixos, Reno Superior e Itália (art XXVII). Estabelecia-se, ao fim, uma liga formal (art. XXI)[72].

Portugal decidira cumprir importante posição na estratégia militar da causa Habsburgo. A decisão não somente evitava a imposição de um bloqueio continental às potências marítimas, como estabelecia a transformação da penínsual ibérica em um tabuleiro de guerra europeu. O reino teria maior garantia na capacidade de defesa de seu domínio ultramarino, em contrapartida deveria proteger sua fronteira terrestre. [73]

Os "Tratados Militares de Maio de 1703" conformam o cerne da estratégia de defesa lusitana frente o "dilema de segurança" imposto pela Guerra de Sucessão Espanola. Foram eles que estabeleceram a estratégia e a tática militar portuguesa na Guerra de Sucessão Espanhola. Foram eles que garantiram a Portugal sentar ao lado dos vitoriosos em Utrecht, no ano de 1715.

5.2. REAVALIAÇÃO DO TRATADO DE METHEUN.

A defesa do poder português esteve posicionada no cerne das preocupações dos estadistas do reino, ao longo de toda a trajetória da Guerra de Sucessão Espanhola. Neste sentido, as decisões tomadas no ano de 1703 são de extrema importância. A historiografia tradicional, porém, preocupada precipuamente com o eixo econômico de análise, tem enfatizado quase que única e exclusivametne o tratado comercial de panos ingleses e vinhos portugueses, sem prestar atençãoaos "Tratados Militares de Maio".

Dadas as posições que assumiam em suas respectivas pautas de exportação os panos ingleses e os vinhos portugueses tinham, sim, grande relevância. Mas, a cada sopro de dúvida sobre a saúde de D. Carlos II, menos se discutiam assuntos comerciais. As missivas do ano de 1702 enviadas por D. Luís da Cunha insistia na manutenção da neutralidade portuguesa enquanto aguardava instruções reais. Ciente da importância portuguesa à estratégica militar no tabuleiro ibérico, instruía ao rei que condicionasse a adesão portuguesa a uma série de conveniências. No caso de um acerto com a Grande Aliança, sugeria clausulas de promessas territoriais na fronteira com Espanha, reciprocidade de direitos de navegação, eliminação do artigo 3º do Tratado de 1654 – o qual extendia a ingleses os direitos de cidadãos portugueses, redução das tarifas sobre vinhos portugueses às taxas de 1654. [74]

Infelizmente, a ausência das missivas do diplomata referentes ao ano de 1703 impede a colheita de informações precisas a respeito da participação do ministro no que tange às negociações dos "Tratados

[72] (CASTRO, 1856).

[73] Nas *Instruções Políticas*, D. Luís da Cunha lamentava o fato de que a guinada política à Grande Aliança não incluira a revogação das assimetrias estabelecidas pelos Tratados de 1654: *"deveríamos propor a revogação dos infames e ruinosos tratados de paz e comércio que com elas fizemos, substituindo-lhes outros mais honrados e menos onerosos; pois era necessário que nisso consentissem para conseguirem o fim que se propunham, depois de haverem tomado o empenho de fazerem a guerra às duas coroas, visto que sem os portos de Portugal não teriam por onde introduzir em Espanha o arquiduque, nem onde recolher as suas armadas, que deviam manadr ao Mediterrâneo."* (CUNHA, L,. 2001, p. 35).

[74] (SILVA, 2003; FRANCIS, 1966).

Militares de 1703". Mas com certeza foi informado com brevidade a respeito da guinada estratégica de Portugal, e é certo que só soube tardiamente da firma do "Tratado de Comércio de 1703"[75].

A conclusão do acordo dos panos e vinhos foi conduzida por John Methuen em seu retorno a Lisboa, em setembro de 1703, quando trouxe consigo os "Tratados Militares de Maio" devidamente ratificados, mais 60 mil "peças de oito" como crédito à importação de trigo, e meio milhão de patacas da contribuição anual do custeio de guerra.[76] O "Tratado de Comércio", cujas negociações se arrastavam desde 1691, foi, então, firmado sem delonga[77].

Analisado isoladamente, o Tratado de Methuen caracteriza-se pela estreiteza de seu foco econômico. Restringe-se a estabelecer normas preferenciais de panos ingleses em Portugal e vinhos portugueses em Inglaterra. Mas, em uma análise que privilegia a análise da conjuntura da Guerra de Sucessão Espanhola a partir de uma temporalidade ampliada, na qual se observa a trajetória portuguesa de luta por restauração de sua independência e posterior intento de reinserção autônoma no "jogo de poder" internacional europeu, o direito assentido aos têxteis ingleses aparece como uma dentre as já muitas assimetrias econômicas que Inglaterra construiu em relação a Portugal ao longo do século XVII. Certamente, na conjuntura da Guerra de Sucessão Espanhola e na crítica vulnerabilidade lusitana frente aos blocos militares rivais o levantamento das pragmáticas sobre os têxteis ingleses tratou-se de assimetria de relativa pouca importância[78].

Em meio ao "dielema de segurança" da sucessão hispânica, devemos nos inquirir quão arduamente os líderes contemporâneos deveriam interceder ao interesse econômico das manufaturas, ainda incipientes, e de pouca importância às necessidades imediatas de segurança do reino. Nem certo sentido, tratava-se, portanto, de aproveitar a oportunidade para *"cimentar a aliança política com interesses econômicos"* [79], antes de impor dificuldades ao compromisso militar que os ingleses ofereciam.

O ponto fundamental da reavaliação histórica aqui sugerida aponta à desmistificação do Tratado de Methuen e à requalificação dos "Tratados Militares de Maio".

O argumento sugerido aprofunda a já conhecida crítica elabora por Macedo (1963), , em *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII.* As investigações do autor concluíram pela estreiteza do impacto do levantamento da pragmática dos panos sobre a realidade concreta da estrutura produtiva do setor têxtil, em específico sua organização técnica e sua capacidade de inserção no mercado.[80]Sua influência

[75] " (...) escrevi que se Sua Majestade estava inclinado a levantar a proibição dos panos, pela conveniência do maior consumo dos vinhos, me deixasse tratar o negócio, porque naquele tempo os vinhos de França não entravam em Inglaterra, e que o grande desejo que os Ingleses tinham da saída dos seu panos me faziam esperar, quando o Parlamento se juntasse, tirar maior utilidade que a que lhes ofereciam; porém, sem que se me respondesse a este ofício, me chegou feito o tratado que Vossa Senhoria sabe." (CUNHA, 2001, p. 296).
[76] (FRANCIS, 1966)
[77] (AZEVEDO, [1930], 1973; SILVA, 2003)
[78] A conclusão de Pedreira (2003), finalizando a obra conjunta mantém-se viés econômico
[79] (FRAGOSO, 1997, p.112).
[80] "Em matéria de preço, tanto quanto se pode saber, a produção nacional era, na expressão do tempo, "mais cómoda". No que se refere à indústria principal, a tecelagem da lã, até princípios do século XVIII a sua produção nunca parece ter sido suficiente para fazer face ao consumo. Tinha garantido o escoamente, em virtude do menor preço em relação à mercadoria inglesa; e isto apesar dos mercadores que a vendiam terem baixado artificialmente os preços, para

negativa teria se restringido aos "mercados da costa" ao longo de todo o século XVIII e mesmo assim, numa força insuficiente para destruir a estrutura técnica da oficina em Lisboa[81].

> "Para a primeira metade do século XVIII, no campo da indústria de lanifícios, pode considerar-se que a organização da produção em manufaturas não progrediu; esta realidade, porém, não deve generalizar-se para uma afirmação de desaparecimento da indústria de lanifícios nem para a sua consideração como fenômeno secundário. Nunca deixara de exercer uma função regional e a sua produção continuava a apresentar-se nos grandes centros costeiros de consumo, nomeadamente em Lisboa."

Concluímos, portanto, que não coube ao Tratado de Methuen a culpa pela inserção dos têxteis ingleses em Portugal, dado que tal liberdade já havia sido concluída pelos tratados restauracionistas, e tampouco cabe ela a culpa por ter extirpado o potencial da estrutura produtiva do setor do reino, dado que ela própria não foi burtalmente impactada. A sobrevivência do setor nacional se deveu, em parte, ao grau relativamente semelhante da técnica de produção têxtil neste período, mas, em especial, os custos de transporte necessários à inserção do produto em Portugal. A insistência da historiografia tradicional de que os têxteis ingleses monopolizaram o mercado lusitano deve ser igualmente questionada. Primeiro, porque os produtos nacionais continuaram sendo vendidos, e segundo, porque o levantamento das pragmáticas foi igualmente cedido aos holandeses, em 1705[82], e seus produtos eram rivais aos ingleses inclusive na Inglaterra.

Nesta mesma linha, poderíamos questionar, inclusive, se a política manufatureira detinha alguma prioridade sobre a política econômica do reino. Não me refiro em específico a sua maior ou menor importância sobre a agric ultura ou, em específico, sobre o setor vinícola, mas à política ultramarina, assumidamente retomada a partir da retomada do Brasil. As clausulas dos tratados internacionais do período apontam nesta direção. Portugal, seguindo tendência iniciada quando de sua restauração, busca reafirmar sua "função atlântica" e zelar pelos domínios do Novo Mundo[83].

Aos contemporâneos nada deve ter feito mais sentido que uma estratégia de proteção da metrópole e preservação de seus laços ultramarinos imediatos. Não parece haver dúvida, portanto, que os "Tratados Militares de Maio de 1703", por responderem objetivamente à questão do "dilema de segurança" nacional da Guerra de Sucessão Espanhola, merecem sua valorização frente o Tratado de Methuen.

Foram eles que garantiram que no Tratado de Utrecht – ainda que não se confirmassem todas as conveniências que os aliados prometeram a Portugal em 1703 – a manutenção da soberania portuguesa e expansão seu império ultramarino no Brasil, com as posses do Cabo Norte e Sacramento.

---

suprimirem a nova e perigosa concorrência." (MACEDO, 1963, p. 41).

[81] "A realidade técnica de Lisboa em 1760-1770 continuava a ser a oficina, que se espalhava pela cidade numa miríade de pequenas unidades. É essa mesma paisagem urbana que se depreende, não só das listas do pagamento de décima profissional (maneio), mas da décima dos prédios." (MACEDO, 1963, p. 94).

[82] (CASTRO, 1856).

[83] "(...) as principais medidas económicas visavam agora o reforço do Pacto Colonial, a nacionalização do comércio ultramarino - limitando e regulando a participação dos estrangeiros -, o desenvolvimento da marinha mercante (proibindo o descarregametno nos portos nacionais de géneros orientais não transportados em navios portugueses), o estabelecimento de uma fiscalidade efectiva sobre a extracção do ouro no Brasil." (PEDREIRA, 2003, p. 150).

6. CONCLUSÃO

A complexidade da conjuntura que envolve o Tratado de Methuen, não corresponde à indiferença pela qual a literatura tem-no interpretado. Abstraído de seu contexto histórico e dos ditames impostos pela geopolítica europeia não é possível compreender com exatidão os interesses que envolviam a negociação pela qual D. Pedro II permitia liberdade aos têxteis inglesas em lugar de facilitação na exportação de seus vinhos frente os similares franceses.

Conduzimos investigação que parte de um eixo de análise histórica que privilegia o estudo das relações de poder, foco nos Estados nacionais, analisando-o segundo os "dilemas de segurança" de evidência do período em escrutínio: imediatamente a partir da conjuntura imediata da Guerra de Sucessão Espanhola e, mediatamente, a partir do processo de restauração portuguesa e seguinte reinserção autônoma no sistema interestatal europeu.

Por esta temporalidade mais dilatada, o Tratado de Methuen expressa antes sentido de continuidade do que ruptura frente os tratados restauracionistas. O direito assentido aos têxteis ingleses aparece como uma dentre as já muitas assimetrias econômicas que Inglaterra impos a Portugal ao longo do século XVII, as quais incluem também privilégios tributários, jurídicos, religiosos.

O direito assentido aos têxteis ingleses não inaugura a assimetria de Portugal frente às potências européias, tampouco o faz à Inglaterra, a qual acumula conveniências nas mais diversas formas. Não inaugura se quer a presença dos panos ingleses no mercado português, e tampouco lhes garantia privilégio superior ao comércio de panos holandeses, a partir de 1705. Os recentes estudos Macedo (1693), *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, inclusive questionam o grau de inserção destas mercadorias em Portugal, ajuizando que os panos estrangeiros se mantiveram presentes quase unicamente nos mercados da costa ao longo de todo século XVIII, permanecendo como mercadorias extravagantes no interior. O Tratado de Methuen não extirpou por completo o potencial do setor têxtil em Portugal, tampouco sacramentaram as possibilidades de que Portugal viesse a engrendrar um processo de revolução industrial, como parte da literatura advoca.

Quanto à investigação do Tratado de Methuen frente os tratados a ele contemporâneos e ao dilema de segurança da Guerra de Sucessão Espanhola, esta evidencia com clareza ainda maior a necessidade de reenquadramento histórico do documento. Quando a transformação da península ibérica em teatro de guerra confirmou-se de fato potencial em realidade, Portugal vacilou em sua adesão entre a Aliança Bourbônica e a Grande Aliança, a qual veio se concretizar pela assinatura dos "Tratados Militares de Maio" e "Tratado de Comércio de Dezembro".

Lidos em conjunto, os "Tratados de Methuen de 1703" restabeleceram a estratégica militar e diplomática de Portugal na contenda européia e influíram diretamente sobre sua inserção do sistema internacional setecentista. Em Utrecht, Portugal encontrava-se ao lado dos vitoriosos, confirmava sua soberania política e suas pretensões sobre o Brasil.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBLASTER, P. *History of the Low Countries*. Paulgrave Macmillan. London. 2012.

BOXER, C. R. *O Império marítimo português*, 1415-1825. Companhia das Letras. São Paulo. Brasil. 2002.

BRAZÃO, E. *Relance da história diplomática de Portugal*. Livraria Civilização Editora. Porto. Portugal, 1940.

BROCHADO, J. C. *Cartas*. Editora Livraria Sá da Costa. Lisboa. 1944

CARDOSO, J.L. COSTA, L.F., CLUNY, I., et al. *O Tratado de Methuen (1703)*: diplomacia, guerra, política e econômia. Livros Horizonte. Lisboa. 2003.

CASTRO, José Ferreira Borges de (1857). *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre Coroa de Portugal e as Mais Potências desde 1640 até o Presente.* Imprensa Nacional, Lisboa.

CLUNY, I. *D. Luís da Cunha e a Idéia de Diplomacia em Portugal*. Livros Horizonte. Lisboa. 1999.

CUNHA, L. *Testamento Políti*co. Seara Nova. Lisboa. 1943.

_____. *Instruções Políticas*. Introdução. Gráfica Maiadouro, S.A. Lisboa. 2001.

ELLIOTT, J. H. *La España Imperial*, 1469 - 1716. Editorial Vicens Vives. Barcelona, Espanha, 1965.

FISCHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal*: o comércio anglo-português de 1700 a 1770. Gradiva. Lisboa. 1984.

FRAGOSO, J.M., *A História Diplomática de Portugal*. Editorial Nórdica Ltda. Rio de Janeiro. 1997

FRANCIS, A. D. Some Reflections on The Methuen Treaties. In: *IV Coloquio Internacional de Estudos Latino-americanos*. Coimbra. 1965, pp. 315-333.

_____. *The Methuens and Portugal, 1691-1708.* Cambrigde University Press. London. 1966.

FULLER. J. F.C., *The Decisive Battles of the Western World.* Granada Publishing Limited. Londres. 1970.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências:* transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.

MACEDO. D. R., *Obras do Doutor Duarte Ribeiro Macedo*. Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo. Lisboa. 1767.

_____. *História Diplomática Portuguesa*: constantes e linhas de força. Tribuna da História. Lisboa. 2006.

MCEVEDY, C., *Atlas da História Moderna.* Editora Ulisseia. Lisboa. 1973.

SELVAGEM, C. *Portugal Militar.* Imprensa Nacional. Lisboa. 1931.

SILVA, A. D. *D. Luís da Cunha e o Tratado de Methuen*. Revista da faculdade de Letras. Porto, III série, vol. 4, 2003. pp. 059-84.

SODRÉ, N. W. O *Tratado de Methuen*. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro. 1957.

VIEIRA, A., *Trechos Selectos do Padre Antônio Vieira*. Typographia Minerva Central. Liboa. 1897.

8. ANEXOS

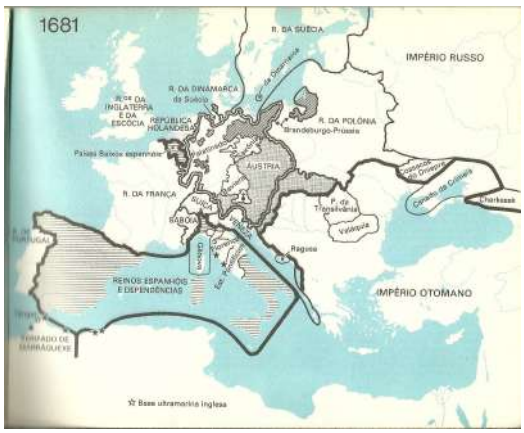
QUADRO 1: Sucessão Espanhola

Fonte: Fuller, J. F. C., 1970.

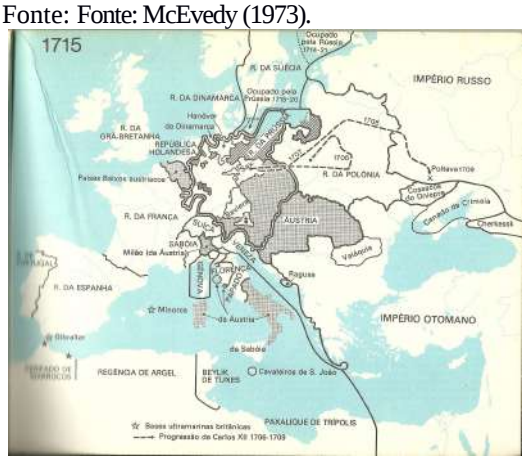
Luís XIII
=

MAPA 1:
Império Espanhol Habsburgo (1681)
Fonte: McEvedy (1973).

MAPA 2:
Guerra de Sucessão Espanhola, 1701.
Fonte: McEvedy (1973)



MAPA5:
Europa 1715
Fonte: Fonte: McEvedy (1973).



Proto-indústria ajudou na industrialização moderna? A teoria e suas críticas

Resumo

Mesmo antes da industrialização moderna a produção industrial estava se expandindo tanto em produto total como em mão-de-obra ocupada. Começando por Franklin Mendels um grupo de autores defendeu que essa expansão precedente fomentou a industrialização moderna de diversas maneiras. Onde a proto-indústria estaria mais desenvolvida a revolução industrial seria mais fácil. Essa teoria levantou uma grande quantidade de críticas que precisam ser avaliadas. Esse estudo começa revisitando a teoria protoindustrial seus argumentos e desenvolvimentos posteriores. Em seguida as críticas são apresentadas assim como sua consistência e pertinência.

Palavras-chave: Proto-indústria. Industrialização. Industria rural. Revolução Industrial. Putting-out System.

Abstract

Even before the modern industrialization industrial production was expanding as total product and total labor employed. Beginning with Franklin Mendels a group of authors argued that this expansion fostered modern industrialization in many ways. Where the proto-industry was more developed industrial revolution could breakthrough. This theory raised a lot of criticism that need to be evaluated. This study begins by revisiting the proto-industrial theory their arguments and subsequent developments. Then the critics are presented as well as its consistency and relevance.

Keywords: Proto-industry. Industrialization. Rural Industry. Industrial Revolution. Putting-out System.

1. Introdução

O conceito de proto-indústria foi usado pela primeira vez de maneira sistemática por Franklin F. Mendels no artigo *Proto-industrialization: The first phase of the industrialization Process* em 1972. Como o próprio autor ressaltou no seu texto seminal citando Hicks; "A Revolução Industrial foi o início da indústria moderna e não o início da indústria". Em muitas regiões da Europa a atividade industrial era crescente em valor total, valor relativo e mão-de-obra ocupada antes mesmo da Revolução Industrial. Para Mendels e outros autores esse aumento precedente da atividade industrial vai impulsionar a Revolução Industrial e é dentro desse processo que o conceito de proto-indústria entra. (MENDELS 1972; GULLICKSON 1983)

Como elementos determinantes de uma fábrica moderna no início da Revolução Industrial podemos colocar uma produção centralizada, uso de mão-de-obra assalariada, controle da produção e dos meios de produção pelo capitalista e uso significativo de capital fixo para os padrões da época. Até não muito tempo essa não era a maneira mais comum de produção industrial. Braudel (2009) ressaltou o fato da palavra "indústria" ter sido totalmente apropriada nesse sentido moderno de fábrica, enquanto na maior parte do tempo significou simplesmente "trabalho, atividade, habilidade" se ligando a ideia de "produção artesanal". Ironicamente para retornarmos a esse sentido antigo, que perdurou por muitos séculos, temos que usar prefixos como pré-indústria ou proto-indústria. Essa necessária ruptura etimológica nos remete ao quão transformadora foi a Revolução Industrial.

Antes da indústria moderna a maior parte da produção industrial acontecia no campo e era voltada para o autoconsumo. Com o alargamento das relações de mercado esses produtos passaram a ser vendidos em mercados locais. A proto-indústria surge numa fase posterior a essa quando os produtos industriais passam a ser vendidos em mercados não locais, como mercados inter-regionais ou internacionais.[1]

---

1 É preciso ter cuidado ao termo fase. O fato de um tipo de processo de produção e distribuição se seguir ao outro não quer dizer que ambos não possam coexistir, que possa haver regressão de uma fase posterior para uma fase anterior ou que fases possam ser puladas dependendo das condições históricas. Quando se diz que uma fase se segue a outra quer se dizer apenas que há uma tendência histórica para que uma fase se siga a outra, que no longo prazo a fase posterior tende a crescer em detrimento da anterior. (BRAUDEL 2009; KRIEDT, MEDICK e SCHLUMBOHM 1981)

Mendels definiu a proto-indústria como uma indústria caseira, familiar, localizada na região rural com quase nenhum capital fixo em que o produto é vendido para um mercado não local. De modo geral os produtores nessa indústria não tinham a capacidade de levar por sua própria conta o produto até os mercados finais por falta de capital, tempo ou conhecimento. Esse sistema de produção dependia então de mercadores que compravam o produto e revendiam em mercados distantes. Nesse ponto os mercadores lucravam unicamente com a circulação de mercadorias não tendo controle sobre a produção[2]. Criando um sistema de produção e distribuição que Braudel (2009, p. 201) chamou de "capitalismo em casa alheia".

Em determinados casos o mercador passou a adiantar a matéria-prima para os produtores. Isso era bastante comum já que o produtor rural raramente tinha capital para comprar os insumos necessários, especialmente quando esses insumos vinham de mercados distantes como era o caso do algodão. Com esse adiantamento os mercadores passaram a interferir no processo produtivo exigindo prazos, estabelecendo metas de qualidade e preço do produto final. O controle do mercador permaneceria tênue em relação ao processo de fábrica já que o mercador não podia vigiar diretamente a produção que era supervisionada pelo pequeno produtor rural dono dos meios de produção. Esse processo em que o mercador adiantava o insumo e comprava o produto industrial ficou conhecido como *putting-out system*[3]. (MENDELS 1972; KRIEDT, MEDICK e SCHLUMBOHM 1981)

O trabalho agrícola é caracterizado por alta sazonalidade na necessidade de trabalho. Os períodos de plantio e colheita exigem muitas horas de trabalho, mas no resto do ano há pouca necessidade de trabalho. Era justamente nesse período de baixa demanda de trabalho agrícola que o trabalhador rural se dedicava a produção industrial. Novos plantios que ganhavam espaço intensificavam a sazonalidade do trabalho agrícola por conta de suas características biológicas dos novos plantios como era o caso da batata, trazida do Novo Mundo e da linhaça. Ao aumentar a sazonalidade também se abria espaço para uma maior produção industrial. O trabalhador da proto-indústria era,

---

2 Para Marx o controle da produção é central para o desenvolvimento capitalista já que é nesse ponto que o capitalista se apropria da mais valia. Por conta dessa diferenciação Kriedte, Medick e Schlumbohm são considerados autores neo-marxistas. (KRIEDT, MEDICK e SCHLUMBOHM 1981, MARX 1867, COLEMAN 1983)

3 *Verlagssystem* em alemão no original. (BRAUDEL 2009)

de modo geral, um agricultor em nível de subsistência que não conseguia se alimentar apenas de sua produção agrícola, precisando de um complemento de renda que vinha do trabalho industrial. Esses trabalhadores pertenciam a um estrato bem baixo na estrutura social. (MENDELS 1972; KRIEDT, MEDICK e SCHLUMBOHM 1981)

2. Proto-indústria e crescimento populacional

Uma das características da proto-indústria mais debatidas é sua conexão com o crescimento populacional. Segundo Mendels o crescimento populacional não apenas propiciava o desenvolvimento da proto-indústria como era propiciado por ela. Vários mecanismos atuavam nesse sentido.

Por exemplo, o crescimento populacional poderia levar a divisão da propriedade caso a herança fosse repartida o que reduziria a capacidade das famílias sobreviverem somente da produção agrícola. Por outro lado, mesmo que a propriedade não se dividisse graças a uma cultura de herança por primogenitura, o crescimento populacional levava a um uso mais intensivo da terra, o que, num ambiente de pouca inovação técnica ou tecnológica, gerava ganhos marginais menores da terra aumentando o ganho relativo do trabalho industrial. O aumento populacional sem divisão de terras também podia resultar em uma massa de desempregados sem terra disposta a servir de força de trabalho para a produção proto-industrial como último recurso para sobrevivência. Assim o aumento populacional sem aumento de produtividade agrícola ou abertura de novas terras aumentava a oferta de mão-de-obra para a proto-indústria independente da forma de herança. (MENDELS 1972)

A proto-indústria também incentivava o aumento populacional ao fornecer uma fonte de renda que independia do aumento da produção agrícola. Mendels encontrou uma relação positiva entre o aumento do preço dos tecidos de linho com aumento da população para a região de Flanders reforçando essa hipótese. Kridte, Medick e Schlumbohm (1981) desenvolveram esse ponto argumentando que com a produção industrial rural a sustentação da família não dependia mais da reprodução de uma propriedade rural relativamente rígida, o que incentivava a formação de famílias mais cedo refletindo numa idade mais jovem de casamento nas regiões proto-industriais. O casamento mais cedo não somente aumentava o período de fertilidade dos casais como incentivava que ele começasse antes tendo duplo efeito sobre o crescimento populacional.

Kridte, Medick e Schlumbohm (doravante KMS) ainda adicionaram outros pontos pelos quais a proto-indústria proporcionaria o crescimento populacional. A proto-indústria reduzia a sazonalidade no nascimento de filhos. Antes da proto-indústria a vida dos trabalhadores eram regidas pela agricultura e sua intrínseca dependência do tempo e das estações. Nesse regime era comum que nascessem mais filhos no inverno do que no verão, mas como a renda e o trabalho passaram a depender menos da agricultura os filhos passaram a nascer em frequência alta e equalizada durante todo o ano. Esse foi um fenômeno comum também em grandes cidades desde o século XVII, mas que teria se acelerado no interior graças a proto-indústria.

David Levine (1977) defendeu que com a proto-indústria havia maior independência da herança para a formação da família e mais oportunidade de emprego. Isso teria aumentado à liberdade sexual ao reduzir o controle e as especificações para o casamento dos homens e especialmente das mulheres, pois os dotes e propriedades adquiridas através do casamento passaram a ser menos relevantes. O resultado seria mais filhos bastardos e aumento populacional.

KMS defenderam também que o trabalho proto-industrial era favorecido pelo máximo número possível de familiares trabalhando. Seria difícil garantir a subsistência com apenas homem e mulher trabalhando na proto-indústria, assim a vinda de um filho que pudesse ser usado como mão de obra era muito bem vinda. A família teria que passar por um momento de extrema dificuldade até que esse filho atingisse a idade de trabalhar o que KMS chamaram de “miséria primária”. As Crianças eram ao mesmo tempo força de trabalho, meio de produção e capital vivo que sustentaria na velhice. Junto com a vontade de ter filhos mais cedo o casal alcançava a capacidade máxima de trabalho numa idade jovem, quando seria mais fácil enfrentar a “miséria primária”, o que contribuía para que o matrimônio ocorresse o quanto antes.

Por último, a alta mortalidade e o custo marginal menor de ter vários filhos também contribuíam para que as famílias proto-industriais procurassem ter o máximo de filhos possíveis para maximizar a produção. Isso implicaria em maior densidade populacional e famílias maiores dentro da mesma casa em regiões proto-industrias vis-à-vis regiões agricultoras. (KMS 1981)

3. Fatores que incentivavam a proto-indústria

Uma miríade de fatores foram apontados como causadores do desenvolvimento proto-industrial. Um dos fatores mais enfatizados era a presença de diminutas propriedades. Propriedades pequenas para uma produção agrícola significativa incentivavam a produção proto-industrial e não unicamente pelo retorno marginal do trabalho menor do que em uma propriedade grande, mas também pelo funcionamento dos preços agrícolas. Tradicionalmente o mercado agrícola era pontuado por períodos de alta e de baixa nos preços. O momento de baixa era logo após a colheita quando o mercado estava relativamente saturado pela oferta. O momento de alta por sua vez ocorria na entressafra quando a oferta era menor. Quando o produtor agrícola dispunha de uma produção abaixo de um determinado nível ele não conseguia esperar o momento de alta no preço dos alimentos para vender, pois precisava garantir sua subsistência imediata. Esse produtor era então obrigado a vender assim que realizava a colheita no período de baixa dos preços. Além disso, o pequeno produtor seria obrigado a comprar alimentos quando o preço estivesse em alta muitas vezes precisando se endividar. Isso diminuía as chances do pequeno agricultor viver somente da terra tendo que se voltar para a proto-indústria para sobreviver. (GULLICKSON 1983)

Mendels, em seu estudo sobre Flanders no século XVIII, aponta que a maior parte da terra era arrendada. O aumento do preço das terras teria incentivado os senhores de terra a subdividir as propriedades em terrenos menores de maneira a ganhar mais com a renda da terra. Propriedades menores por sua vez reduziam a capacidade de sobrevivência das famílias somente através da produção agrícola. O crescimento populacional seria em parte responsável pelo aumento do preço das terras nessa região pelo lado da demanda, mas, para Mendels, o aumento de investimento no mercado de hipotecas por classes urbanas, como magistrados e mercadores, seria o principal causador do fenômeno de encarecimento das terras em Flanders e da consequente fragmentação da propriedade. O encarecimento da terra facilitou a proto-industrialização da região.

Terras pouco férteis também podiam incentivar o crescimento proto-industrial, pois tinham um reduzido retorno marginal do trabalho na agricultura. De fato, KMS defendeu que a proto-indústria se concentrava em terras impróprias para agricultura. "*It was no coincidence that the rural industries of Europe concentrated in barren mountain*

regions".[4] (KMS 1981, p. 14) Isso não quer dizer que regiões férteis em condições específicas não pudessem ser propícias a proto-indústria. O Pays de Caux localizado na Normandia no Norte da França tinha uma terra bastante fértil, mas seu solo era difícil de ser arado necessitando de equipamentos que os camponeses mais pobres não tinham condições de comprar ou alugar. Isso levou a um florescimento da produção proto-industrial apesar da região ter também uma significativa produção agrícola comercial em virtude da fertilidade do solo. (GULLICKSON 1983)

Fatores políticos também podiam influenciar. David Levine aponta como em Bottesford, uma vila de Leicestershire na Inglaterra, o duque local que dominava a terra simplesmente proibiu a produção caseira de tricô o que freou o desenvolvimento da proto-indústria na região por fatores meramente políticos e não geográficos ou demográficos. (LEVINE 1977)

Num caminho diverso Eric Jones (1968) argumentou que a queda do crescimento populacional entre 1650 e 1750 na Europa Ocidental junto com o aumento da produtividade agrícola (graças ao cercamento dos campos, culturas forrageiras e pastos artificiais[5]) teriam levado a captura dos mercados urbanos por áreas mais produtivas deixando os pequenos agricultores sem mercado para vender seus produtos agrícolas os obrigando a se voltarem para a proto-indústria e/ou pecuária.

Como já indicado, também poderia ocorrer protoindustrialização onde houvesse muitos desempregados. Esses desempregados podiam ser fruto do crescimento populacional ou da sazonalidade do trabalho agrícola. Nesse último caso os desempregados apareciam de maneira crônica onde havia intensa demanda sazonal por trabalho, característica presente em algumas regiões de agricultura comercial. Isso ocorria em virtude de colheitas que exigiam alta demanda temporária por trabalho. Algumas culturas trazidas do Novo Mundo com um perfil de alta sazonalidade - como é o caso da plantação de batatas – potencializavam o fenômeno da proto-indústria nesse aspecto. No caso de Flandres, na Bélgica, o surgimento de plantações com maior demanda sazonal por trabalho como batata e linhaça facilitaram o desenvolvimento da proto-indústria. Um fato interessante é que quando o desemprego sazonal era o

4 "Não é uma coincidência que as industriais rurais da Europa se concentraram em regiões montanhosas estéreis." (KMS 1981)

5 Pastos artificiais são pastos criados pelo homem que utilizam plantas próprias para o consumo de animais aumentando a produtividade pecuária.

responsável pelo aumento da proto-indústria não havia necessidade da agricultura de subsistência ser predominante na região para que a proto-indústria se desenvolvesse. (MENDELS 1972; GULLICKSON 1983)

Também era necessário acesso a grandes mercados para o desenvolvimento da proto-indústria. Quem garantia esse acesso eram os mercadores das cidades que investiam na produção proto-industrial muitas vezes se utilizando de pessoas locais para organizar as transações necessárias. O capital urbano controlava a venda do produto e as condições no interior a oferta da mão-de-obra. Sem o encontro dos desejos da cidade com o campo a proto-indústria não poderia surgir. (HOUSTON e SNELL 1984)

Assim o conjunto de fenômenos regionais que podiam contribuir para o desenvolvimento da proto-indústria é bastante vasto. Apontamos aqui encarecimento dos produtos agrícolas, restrição à venda de produtos agrícolas, aumento do preço das terras de maneira que fosse mais rentável arrenda-la em pequenas propriedades, excessiva exploração da terra em virtude de aumento populacional, desemprego em virtude do aumento populacional ou em caráter sazonal por conta do tipo de cultivo e dificuldades naturais para a produção agrícola em que capital não estivesse acessível para superar as dificuldades. É de se imaginar que novas causas para o desenvolvimento proto-industrial possam ser apresentadas já que qualquer fenômeno que fizesse a renda industrial superar a renda da terra pode ter incentivado a produção proto-industrial. Além disso, um grupo vasto de causas pode ser apontado para o não desenvolvimento proto-industrial como político, cultural, social e estrutural.

4. Proto-indústria e industrialização moderna

Mendels reconheceu na protoindustrialização quatro fatores que catalisariam a possibilidade de uma industrialização moderna. Primeiro fator, os mercadores através desse processo acumulavam capital que depois poderia ser usado no estabelecimento de fábricas modernas que precisavam de maior capital fixo.[6] Segundo, o processo fornecia pensamento empreendedor e conexões de mercado para a classe mercadora. Terceiro, a

---

6 Chapman identificou que 12 das 43 empresas líderes de fiação no norte da Inglaterra foram estabelecidos pelo capital de mercadores na virada do século XVIII para o XIX o que equivale a 28% do total. Além disso, o capital mercador também foi importante para a formação de capital na indústria de algodão nos Midlands e na Escócia. (CHAPMAN 1970)

produção em massa para o mercado fornecia conhecimento técnico do processo produtivo para trabalhadores que posteriormente seriam empregados nas fábricas e manufaturas centralizadas. No início da industrialização os conhecimentos técnicos para a modernização da indústria têxtil eram simples fazendo dessa mão-de-obra com alguma experiência uma importante força de trabalho.

> Felizmente poucos refinamentos intelectuais foram necessários para se fazer a revolução industrial. Suas invenções técnicas foram bastante modestas, e sob hipótese alguma estavam além dos limites de artesãos que trabalhavam em suas oficinas ou das capacidades construtivas dos carpinteiros, moleiros e serralheiros: a lançadeira, o tear, a fiandeira automática. (HOBSBAWN, 1977, p.62)

Quarto, a produção proto-industrial fazia os produtores se especializarem na produção manufatureira dependendo cada vez mais do mercado de produtos agrícolas para sobreviver. Isso levava a especialização agrícola de um lado e industrial de outro e aos ganhos técnicos que essa especialização resultava como indicou a economia clássica. Segundo Adam Smith a especialização permitiria ganhos de produtividades cumulativos através do aprofundamento do conhecimento técnico, da economia de tempo na troca de funções e facilitaria a invenção de instrumentos que poupam trabalho. (MENDELS 1972; HOBSBAWM 1977; CERQUEIRA 2000)

Esses fatores incentivariam tanto um processo autônomo de revolução industrial caso chegassem a um determinado patamar, como aconteceu na Inglaterra, como facilitariam a revolução industrial em países seguidores. Mercados isolados ou concentrados na produção agrária teriam mais dificuldade de reagir à revolução industrial. (MENDELS 1972)

Mendels ressaltou ainda que onde a proto-indústria estava avançada gerando grande quantidade de emprego os governos tinham também mais incentivo a reagir ao desafio inglês da industrialização. Onde os fatores citados eram insuficientes para gerar a industrialização, a competição com a Inglaterra começou a gerar um processo de desindustrialização e desemprego com grande insatisfação popular. Os governos tendiam então a reagir mais rapidamente ao desafio inglês como maneira de lidar com o desemprego em massa.

Mendels apontou que uma série de regiões como Alsácia e Renânia, localizadas na França e Alemanha respectivamente, onde a proto-indústria se concentrava

previamente se desenvolveram para centros modernos industriais. Por outro lado, regiões sem proto-indústria só se desenvolveram para centros industriais modernos caso matéria prima abundante ou novas fontes de energia estivessem disponíveis como Lorraine na França ou Krivoi Rog na Ucrânia.

Mendels e KMS enfatizam, todavia que isso não quer dizer que a proto-indústria tivesse uma ligação de necessidade com a Revolução Industrial. A maioria das regiões proto-industriais se desindustrializaram frente à competição com a Inglaterra como Ulster na Irlanda, Silésia na Polônia e Bretanha na França. Mendels apontou que condições além da proto-indústria eram importantes para que a proto-indústria, a "primeira fase da industrialização", passasse para a indústria moderna. Mendels ressaltou a importância do acesso à matéria prima e a novas fontes de energia, mas escreveu que o determinante seria "acima de tudo a estrutura sócio-política." (MENDELS 1972, p. 246) Entretanto Mendels não usou uma palavra sequer para descrever o que seria essa estrutura sócio-política.

Peter Kiedte, Hans Medick e Jürgen Schlumbohm (KMS) do instituto de história alemã Max-Planck deram imensa contribuição para o debate sobre proto-indústria através do livro *Industrialization before Industrialization* de 1981. O livro dá continuidade ao trabalho de Mendels especificando muitos pontos que o autor tinha deixado vago assim como trazendo novos temas para a discussão sobre proto-indústria. Em particular esse artigo enfatizará três contribuições centrais desses autores a teoria: A nova interpretação de significado da proto-indústria, a especificação sobre as causas da proto-indústria e finalmente os novos fatores pelos quais a proto-indústria teria contribuído para a industrialização moderna.

Para Mendels a proto-indústria era a "primeira fase da industrialização". KMS vão usar outra definição. Para eles a proto-indústria será uma das "forças dirigentes" na "segunda fase da transição do feudalismo para capitalismo". Segundo KMS, a conjunção da proto-indústria com outros fatores desenvolveu uma dinâmica que, no final do XVIII, permitiu as áreas mais avançadas e mais "industrializadas" a romper o ciclo malthusiano de crescimento populacional, queda de renda per capita e crises de comida.

A tendência a protoindustrialização foi por sua vez reforçada pela "primeira fase da transição do feudalismo para o capitalismo" em que a maneira de cobrar tributos

foi alterada. No sistema feudal os impostos eram cobrados em serviços e espécie. Ainda na Alta Idade Média esses impostos começaram a ser cobrados em dinheiro em alguns lugares da Europa. [7] As precondições para essa mudança foram o aumento populacional e o aumento da produtividade agrícola que levaram a integração e crescimento das cidades, aumento das relações de mercado no interior, ocupação de terras virgens e mudanças nas relações de classe. Nesse contexto os custos de transação para supervisionar os serviços cobrados como tributos passaram a ser muito altos sendo economicamente vantajoso cobrar impostos em moeda.

Os impostos em moeda facilitaram e propagaram o desenvolvimento da proto-indústria e da agricultura comercial como formas de conseguir os recursos monetários para pagar o imposto enquanto os impostos em espécie e serviço inibiam a produção para o mercado, pois os produtores tinham a expectativa de que quanto mais produzissem mais seriam explorados. (KMS 1981)

Foi ainda na primeira fase da transição do feudalismo para o capitalismo que emergiu a divisão de trabalho entre cidade e campo. A cidade fazia produtos industriais e o campo fazia produtos agrícolas. Com o tempo começou a ocorrer um grande aumento de demanda de produtos industriais. Essa demanda era interna e externa vinda do comércio intra-europeu e especialmente das colônias.

As cidades foram incapazes de absorver esse aumento de demanda por três motivos, embora já estivessem especializadas na produção secundária. Primeiro as cidades estavam sobre a influência das guildas que tinham como objetivo garantir a qualidade de vida dos seus membros. Com o poder de monopólio as guildas limitavam a produção, controlavam a competição por preço ou qualidade, impediam novos produtos e técnicas que pudessem prejudicar seus membros e limitavam o acesso aos mercados. Isso não quer dizer que os trabalhadores rurais não tentaram se organizar para resistir à exploração ou aos métodos produtivos que mudassem ou prejudicassem seu estilo de vida, mas a capacidade de resistência e organização das guildas nas cidades era muito maior do que a dos camponeses dispersos pelo campo. (KMS 1981)

Segundo, a população que vivia nas cidades até o século XVIII era diminuta em relação à população total e para atender a esse aumento de demanda era necessária mais mão-de-obra que só podia ser encontrada no campo, onde estava a maior parte da

---

7 A Alta Idade Média compreende os séculos XI a XIII

população. No quesito salário a produção nos termos da proto-indústria ainda oferecia uma vantagem extra. Os pequenos produtores proto-industriais garantiam parte de sua subsistência através da agricultura e assim podiam receber salários abaixo mesmo do nível de subsistência pela sua produção.

Terceiro, o campo oferecia ainda outras vantagens de custo que não estavam relacionadas a mão-de-obra. No campo havia menos impostos, algumas matérias primas eram mais baratas e a comida também era mais barata.

Assim KMS dão um motivo claro e concatenado para a expansão da proto-indústria; mudança na forma de taxação governamental e necessidade de flexibilizar a oferta de produtos em virtude da demanda interna e externa expandida. A flexibilização da oferta por sua vez seria mais fácil no campo que na cidade por conta das guildas, diferenças de custo e disponibilidade de mão-de-obra.

Mendels não ofereceu uma teoria clara para o início da protoindustrialização dizendo simplesmente que “não há uma resposta fácil” e sugerindo rapidamente e sem nenhum aprofundamento três interpretações: Aumento exógeno do crescimento populacional que Jan de Vries teria apontando como causa da proto-industrialização nos países baixos; redução da velocidade de crescimento populacional com aumento de produtividade agrícola que teria levado a captura dos mercados agrícolas por agricultores de alta produtividade, como já foi mencionado anteriormente, teoria defendida por Eric Jones. A última interpretação seria que o impulso pela via da demanda dos mercados coloniais teria incentivado a especialização das regiões dependendo de condições geográficas e institucionais, essa última interpretação é atribuída a Eric Hobsbawm. (MENDELS 1972; KMS 1981)

É possível perceber que KMS usaram parte da literatura que foi indicada por Mendels para fazer uma interpretação mais clara das causas da proto-industrialização. Além de especificar melhor as causas da protoindustrialização KMS adicionaram dois fatores pelos quais a proto-indústria ajudariam no processo de industrialização moderno.

Um desses fatores decorre da demanda colonial que a proto-indústria foi atender. Ao aumentar a elasticidade da oferta industrial, a proto-indústria teria permitido a formação dos Sistemas Mundo (*World Systems*) como foi teorizado por Wallerstein. Os países da periferia se especializaram no fornecimento de matéria prima usando trabalho escravo ou servil com baixíssima remuneração enquanto a maior parte do lucro

era apropriada nos países do centro que produziam manufaturas e usavam trabalho "livre".[8] Esse sistema de trocas desiguais estabeleceu e reforçou a dicotomia centro periferia e a divisão internacional do trabalho sendo inicialmente alimentado pela proto-indústria. Essa forma de inter-relação teria permitido o desenvolvimento do centro enquanto aprisionava a periferia num ciclo de subdesenvolvimento.

O segundo novo fator colocado por KMS foi a relação conflituosa entre a proto-indústria e o sistema feudal. O monopólio sobre a força de trabalho exercido no sistema feudal impedia que uma massa de trabalhadores se voltasse para a proto-indústria. Os senhores feudais também impediam que os camponeses perdessem as suas terras em caso de quebras de safra, pois tinham interesse em mantê-los nas terras como forma de projetar poder e garantir força de trabalho. Sem perder ou reduzir suas terras os camponeses tinham mais condição de se sustentar somente com a agricultura evitando a produção industrial para o mercado.

Mesmo que por algum motivo fosse desejo dos camponeses dividir a propriedade os senhores feudais ou a comunidade de aldeões poderia insistir na indivisibilidade da terra suprimindo a emergência de um mercado de terras e controlando o estabelecimento de aldeões. Finalmente, podia haver controle judicial de casamentos ou do consentimento para que casamentos ocorressem de maneira que o crescimento populacional ficasse restrito. Como foi visto, o crescimento populacional segundo a teoria proto-industrial é fortemente conectado com o crescimento da proto-indústria. O feudalismo reduzia assim o crescimento populacional e a diferenciação entre os camponeses em produtores proto-industriais e agricultores.

Onde os laços feudais eram mais fracos a proto-indústria tinha condições melhores de se estabelecer e uma vez que isso acontecia ela começava a enfraquecer ainda mais o sistema senhorial (*manorial system*), pois permitia uma fonte de renda que estava fora da propriedade da terra e das relações de poder que eram estabelecidas através da terra. As comunidades, os lordes e as relações de poder intrafamiliares perdiam força com a emergência da indústria rural, pois sempre era possível escapar da dependência da terra e da herança através da produção proto-industrial.

---

8 Os países da periferia também foram vítimas de roubos e saques dos países do centro perpetuados através de intervenção militar. (KMS 1981)

A indústria moderna, assim como a proto-indústria, tinha uma forte contradição com o feudalismo. Quando a proto-industria enfraquecia os laços feudais também ajudava para que futuramente uma industrialização moderna pudesse ser efetivada. Isso não quer dizer que as condições de produção da proto-indústria e da indústria moderna sejam as mesmas. É bom lembrar que na proto-indústria o controle da produção ainda estava nas mãos dos trabalhadores e não havia grande inovação técnica. Esses trabalhadores tinham vários motivos para se opor a inovação técnica como: alto custo de capital, receio de que a inovação resultasse em desemprego, resistência aos custos de patente e resistência ao aluguel de máquinas que colocassem seu trabalho mais a mercê dos desejos dos empreendedores.[9]

Para KMS os pequenos produtores industriais não tinham de modo geral o pensamento empreendedor e não procuravam acumular capital ou investir. A prioridade era garantir a subsistência da família e caso a renda subisse muito a tendência é que esses produtores procurassem reduzir a oferta de trabalho gastando mais tempo com lazer. O excedente monetário que porventura esses pequenos produtores tivessem era gasto em consumo conspícuo e com drogas de consumo imediato como álcool e tabaco que cumpriam um importante papel na socialização local desses grupos. Essa leitura sociológica é baseada no trabalho de A. V. Chayanov chamado *The Theory os peasant economy* de 1925 que enfatiza o pensamento não capitalista dos pequenos produtores.

Todavia não foi simplesmente a falta de inovação técnica que levou a exaustão desse modelo produtivo embora tenha sido um fator importante. Como a produção proto-industrial se expandia de forma extensiva e não de forma intensiva os mercadores tinham que expandir a produção rural para áreas cada vez mais distantes e dispersas. Isso encarecia o custo de transporte e tornava cada vez mais difícil controlar a produção. Interrupções no processo produtivo, perda do produto e roubos por parte dos pequenos

9 Não fica muito claro em que sentido os pequenos produtores temeriam a inovação por conta do desemprego. No sistema proto-industrial o próprio trabalhador controla o processo produtivo, então por que ele ficaria desempregado usando uma técnica inovadora? Uma possível explicação é que os pequenos produtores tivessem receio que outras pessoas perdessem o seu emprego apresentando assim uma consciência de classe, mas não parece ser o caso. Outra explicação seria que uma espécie de movimento ludista ameaçasse os produtores que usassem máquinas modernas. Isso também parece pouco provável. KMS não tecem mais explicações sobre esse ponto sendo impossível saber com certeza. Ao que tudo indica a falta de capital era o principal motivo para não haver inovação técnica.

produtores se tornaram cada vez mais comuns. Isso aumentava a necessidade de um sistema que centralizasse a produção e permitisse um controle efetivo do processo produtivo por parte do empreendedor. O que levou a centralização do trabalho em grandes manufaturas que permitiram maior controle da mão-de-obra e ganhos de produtividade. (MENDELS 1972, KMS 1981)

Enquanto a produção estava no campo e sob o controle dos pequenos produtores era muito difícil investir em máquinas e equipamentos. Nessas condições a produtividade era muito afetada por fenômenos naturais e geográficos. Por exemplo, era preciso construir máquinas movidas à água perto de rios que podiam secar no verão ou congelar no inverno. Uma vez que o processo produtivo estava centralizado e nas mãos dos mercadores, que agora podem ser chamados de capitalistas, era possível investir em máquinas e equipamentos que permitissem uma produção ininterrupta. O sistema culminou posteriormente com esse investimento que levou ao sistema de fábrica moderna. (MENDELS 1972, KMS 1981)

Embora já tenha sido comentado é bom lembrar que essas fases do processo produtivo podem ter se seguido passo a passo ou com saltos como também podem ter sofrido regressões. Isso varia muito de região para região dependendo de uma série de processos sócio-políticos e geográficos. O ponto central da teoria é que o avanço do processo proto-industrial reforçava a possibilidade de uma revolução industrial.

As contradições da proto-indústria direcionavam o desenvolvimento das forças produtivas para o sistema de fábrica e manufatura centralizado, mas não de forma necessária. Um determinado nível de demanda e enfraquecimento das relações feudais, presença de capital mercador e mão-de-obra disponível eram fatores necessários para que o processo proto-industrial chegasse ao seu limite de maneira que um sistema mais avançado de produção pudesse ser utilizado. Isso ocorreu de maneira “natural” somente na Inglaterra enquanto os outros países ainda não teriam chegado a esse momento de ruptura e tiveram dificuldade para acompanhar o desafio inglês o que levou muitas regiões a desindustrialização.[10]

5. Críticas

---

10 Inclusive regiões proto-industriais se desindustrializaram dentro da própria Inglaterra (COLEMAN 1983)

A teoria proto-industrial foi alvo de muitas críticas. Bons compêndios dessas críticas podem ser encontradas nos trabalhos de Coleman (1983), Houston e Snell (1984) e Ogilvie (1993; 2008). Algumas críticas são muito significativas e forçam uma reavaliação da teoria, outras críticas parecem ignorar muitos aspectos que a teoria proto-industrial desenvolveu.

Coleman argumentou que a teoria proto-industrial prevê que os produtores trabalhavam em nível de subsistência logo, espera-se que o número de trabalhadores na proto-indústria aumentasse com a queda dos salários. Contrariando essa previsão, a proto-indústria se expande na Inglaterra tanto em períodos de aumento salarial entre 1490 e 1550 quanto de queda salarial entre a década de 1570 e a década de 1630. Coleman percebe que essas mudanças estavam na verdade conectadas a volatilidades no mercado de exportação.

Isso não vai contra a teoria apresentada por KMS que enfatizaram que um dos motores da proto-indústria era a demanda externa e que o salário médio na proto-indústria deveria ser menor do que a média da economia. Nesse caso um período de aumento salarial médio deveria incentivar a expansão protoindustrial como forma de reduzir o gasto com mão-de-obra como KMS explicitam no seu trabalho. O determinante de toda a maneira seria a demanda, especialmente a demanda externa, e a incapacidade das cidades em atendê-la e não as flutuações do salário médio.

Ogilvie (2008) questiona a importância dos mercados externos para a proto-indústria. Esse ponto é um pouco mais desenvolvido por Houston e Snell (1984) que explicam que os mercados internos eram muito mais importantes que os mercados externos para o acumulo de capital utilizado no desenvolvimento industrial.

Pomeranz (2001) tem uma visão bem diferente sobre o papel desses mercados. Pomeranz comenta estimativas de que o comércio intercontinental poderia ter financiado 1/5 a 1/6 do investimento total na Europa no século XVIII. Um valor significativo, especialmente se for considerado que o setor têxtil seria uma das principais indústrias a ser desenvolvidas na primeira revolução industrial.[11] Pomeranz (2001) também enfatiza que o algodão do novo mundo será central para a produção

---

11 Embora o desenvolvimento técnico e tecnológico não ocorram dentro da produção proto-industrial a teoria prevê que esse tipo de produção facilitou a industrialização têxtil. (KMS 1981)

europeia que estava perto de uma “armadilha malthusiana” e seria incapaz de gerar por si própria as quatro necessidades da vida (comida, fibra, combustível e material de construção) de forma suficiente para um crescimento econômico da escala da Revolução Industrial.[12] Mesmo que o lucro do mercado das colônias não fosse alto a matéria prima importada seria vital para o funcionamento do mercado europeu.[13] KMS enfatizam ainda que é necessária à produção proto-industrial para garantir o mercado colonial pelo lado da oferta garantindo a formação dos Sistemas Mundo.

Outra crítica comum é que a teoria da proto-indústria não consideraria uma série de fatores essenciais para o estabelecimento desse tipo de produção. Coleman (1983) e Ogilvie (2008) escrevem que a teoria proto-industrial não considera padrões de herança, força de controle senhorial, disponibilidade de matéria-prima, proximidade com terras inférteis, tipo de agricultura, densidade populacional... Estranhamente todos esses fatores, sem exceção, são citados explicitamente por KMS. Difícil entender a finalidade desse tipo de crítica já que Coleman e Ogilvie estão bastante cientes da teoria proto-industrial. Parece que nesse caso os autores procuram esvaziar a teoria para depois critica-la lidando com um “argumento do espantalho”.[14]

Contrariando a ideia original de que a proto-indústria se concentraria em terrenos montanhosos e inférteis, Houston e Snell (1984) apontam que a proto-indústria se desenvolveu em todo o tipo de terreno, férteis e inférteis, vales e montanhas, onde

---

12 Todas as quatro necessidades da vida são intensivas em terras e no século XVIII seria muito difícil aumentar sua produção pelo uso mais intensivo de capital dado o desenvolvimento tecnológico do período. Nesse sentido as terras do Novo Mundo contribuiriam de maneira essencial. (POMERANZ 2001)

13 Pomeranz (2001) faz uma comparação interessante com o petróleo. O lucro no mercado de petróleo é pequeno se comparado ao lucro total nas economias contemporâneas, mas sem o petróleo não seria possível que uma série de atividades econômicas se realizasse. Da mesma forma a matéria prima das colônias na forma de comida e fibras seria essencial para o funcionamento do mercado europeu mesmo que o lucro nesse setor não fosse significativo frente ao total do mercado. Assim a ênfase excessiva no lucro como forma de contribuição para o crescimento econômico é enganadora.

14 Argumento do espantalho consiste em transformar o argumento que está querendo se criticar de maneira que fique mais simples refutar. Essa é uma falácia já que o argumento que esta sendo criticado já não é mais o original.

tinha agricultura comercial e onde não tinha. É verdade que KMS falam que é possível ter proto-indústria em todo o tipo de terreno dependendo de três fatores: O quanto a renda da agricultura contribuía para a renda familiar, qual o percentual de produtores industriais em relação ao total de agricultores e a estrutura social que regulava o uso da terra. Quanto maior fosse a contribuição da renda agrícola para a renda total mais fértil tendia a ser a terra. Quanto menos produtores industriais houvessem na região em relação aos produtores somente agrícolas mais fértil tendia a ser o terreno. Quanto maior o controle do uso de terras mais fértil tendia a ser a região.

Essas considerações não impediram que KMS especificassem que o terreno montanhoso e infértil era o mais utilizado pela proto-indústria e que vales férteis seriam normalmente impróprios para esse tipo de produção o que Coleman (1983) não confirmou para o caso inglês. Segundo Coleman, vales com rios e terras altas com florestas e espaço amplo para pastoreio foram os principais terrenos usados na Inglaterra para a produção proto-industrial.

Ogilvie (2008) chama de “ponto fraco” o fato dos teóricos da proto-indústria só falarem da pequena produção rural e não da produção urbana ou das manufaturas centralizadas. Coleman (1983) também bate nesse ponto afirmando que essas indústrias seriam mais importantes para a “industrialização antes da industrialização” do que a proto-indústria.

De fato, KMS dedicam pouco do seu trabalho a produção manufatureira urbana e/ou centralizada, e Mendels nem as cita, mas KMS são específicos nos motivos que os levaram a se concentrar na indústria rural. Para KMS as manufaturas centralizadas dão lugar mais rapidamente a relações capitalistas do que a produção doméstica em massa, mas a produção rural foi mais importante em termos de número de trabalhadores e de valor criado. Além disso, a produção urbana também era muitas vezes ligada a produção rural fazendo o acabamento do trabalho industrial rural antes de enviar o produto para o mercado final. Para KMS e Mendels, a indústria centralizada e a fábrica moderna também tem mais chances de surgir graças a proto-indústria. Finalmente, vale a pena falar que segundo KMS nem sempre é possível fazer uma distinção clara entre indústria rural e indústria urbana, pois os limites muitas vezes são tênues e a aglomeração proto-industrial podia gerar “quase-cidades” sem guildas.

Houston e Snell (1984) fazem uma estranha crítica à lógica da teoria proto-industrial: A proto-indústria levaria ao aumento populacional e a expansão de um sistema que não beneficiava o uso de mais tecnologia levando a uma estagnação com população crescente. Por outro lado o aumento populacional beneficiava o crescimento da proto-indústria. Isso seria uma contradição, pois o aumento populacional tanto incentivava quanto impunha limites a protoindustrialização.

Caso Houston e Snell tivessem prestado mais atenção ao livro de KMS veriam que não é propriamente o aumento populacional que impõe os limites da proto-indústria, mas a dispersão produtiva e a incapacidade de gerar ganhos significativos de produtividade decorrentes da expansão extensiva da proto-indústria. Também não há nada de contraditório em um elemento impulsionar a expansão e a retração de um sistema quando determinado limite é alcançado, como é o caso da expansão militar romana. Houston e Snell também falam que a competição interna na Inglaterra é menosprezada como causa de "desprotoindustrialização" dentro da Inglaterra pela teoria proto-industrial. Isso pode ser verdade, embora, além de pouco relevante, KMS e Mendels sempre tenham reforçado a importância da competição com a indústria moderna como causa de desindustrialização.

Houve também críticas sobre especificações na teoria. Ogilvie (2008), Cerman (1996) e Coleman (1983) criticaram a falta de definição sobre o que seria uma região proto-industrial. Qual seria o tamanho ou o tipo de estrutura necessária para que a região fosse considerada proto-industrial? Em algumas regiões a proto-indústria se espalhava para além de uma região em outras constituíam apenas uma pequena fração das comunidades envolvidas. Nesse mesmo aspecto Ogilvie (2008) criticou a falta de definição de quanto precisava ser exportado para ser considerada proto-indústria e também quão longe precisavam ser os mercados para que fossem considerados "não-locais".

Embora seja interessante ter critérios mais rígidos para definir certos conceitos sempre haverá uma zona cinzenta entre o "ser ou não ser". Numa aula de lógica costuma-se usar a pergunta "Quantos fios de cabelo alguém precisa perder para se tornar calvo?" Embora todos saibam o que é uma pessoa calva e o que não é ninguém saberá ao certo qual fio de cabelo fará a diferença entre ser e não ser calvo. Esse tipo de pergunta parece inerente a um processo histórico de longo prazo e sugere uma área de estudo não sendo propriamente uma crítica. Trazendo perguntas do mesmo tempo para

área de economia poderíamos propor: Quando exatamente um país passa a ser desenvolvido? Quando exatamente aconteceu a Revolução Industrial? Quando exatamente surgiu o capitalismo? O fato de não se saber exatamente o início do capitalismo ou fim do feudalismo não é uma crítica a sua existência ou importância.

Entre todas as críticas levantadas três parecem de especial importância. Crítica ao aumento populacional, crítica à falta de estudos empíricos e crítica à força explicativa da teoria.

Hoston e Snell (1984) vão criticar o efeito da proto-indústria sobre a idade do casamento. Os autores apontam que a redução da idade de casamento como decorrência da proto-industrialização é um fenômeno que só se aplica ao Noroeste Europeu. No Sul e Leste Europeu a idade de casamento já era menor antes da proto-indústria e não ficou significativamente menor com a expansão da mesma. A intensificação da proto-indústria no Japão e Rússia no século XIX também não teriam levado a uma redução na idade de casamento. Ogilvie (2008) vai além e coloca que todas as mudanças demográficas previstas pela teoria proto-industrial como maior densidade populacional, maior crescimento demográfico, menores idades de casamento, maior fertilidade ou mais pessoas morando na mesma casa também foram observados em regiões primariamente agrárias indicando que isso era mais uma tendência geral que uma decorrência da proto-indústria.

Especificamente sobre o crescimento populacional, Houston e Snell apontam várias regiões que tiveram grande aceleração do crescimento populacional dentro e fora da Inglaterra sem ter proto-indústria concluindo que a proto-indústria pode ter contribuído para o crescimento populacional em algumas áreas, mas não explica a tendência geral de aumento populacional no século XVIII. Inclusive argumentos específicos da teoria proto-industrial como o aumento de filhos bastardos e redução na sazonalidade do casamento eram fenômenos dispersos e não particularmente centrados nas regiões proto-industriais.

Houston e Snell (1984) também chamam atenção para o que considera uma contradição entre um dos argumentos para o aumento populacional apresentados por KMS. De um lado se procurava ter mais filhos para se sustentar na velhice por outro os filhos tendiam a sair mais cedo de casa por conta da liberdade empregatícia gerada pela

proto-indústria. Uma tendência deveria anular a outra já que filhos fora de casa não sustentariam os pais.

Essa **c**rítica ao papel da proto-indústria no crescimento populacional se mistura com a crítica a escassez de estudos empíricos sobre a proto-indústria que corroborem a teoria. Coleman (1983) defende que não há estudos o suficiente para comprovar que a proto-indústria levaria a crescimento populacional ou casamentos mais cedo indicando trabalhos que apontam resultados contrários. Mesmo nos estudos que foi encontrado uma idade mais jovem para os casamentos como para o caso de Flandres estudado por Mendels, Coleman enfatiza que não foi possível distinguir o quanto do aumento populacional resultou de casamento e o quanto resultou de migração[15].

Finalmente a crítica que parece mais relevante é que a maioria das regiões proto-industrias não se desenvolveram conforme avançava a Revolução Industrial, mas se contraíram e se desindustrializaram. Esse ponto é colocado tanto por Coleman (1983) quanto Houston e Snell (1984) e Ogilvie (1993; 2008).

No caso inglês, Coleman (1983) distingue dez regiões proto-industriais das quais somente quatro se industrializaram. Houston e Snell (1984) falam de desindustrialização na East Anglia, Kent, Sussex, partes de Lancashire, Cheshire, Normandia e outras partes da França para citar somente alguns casos do Noroeste Europeu.[16] Qual seria a força dessa teoria se o resultado mais comum é o inverso do que é previsto?

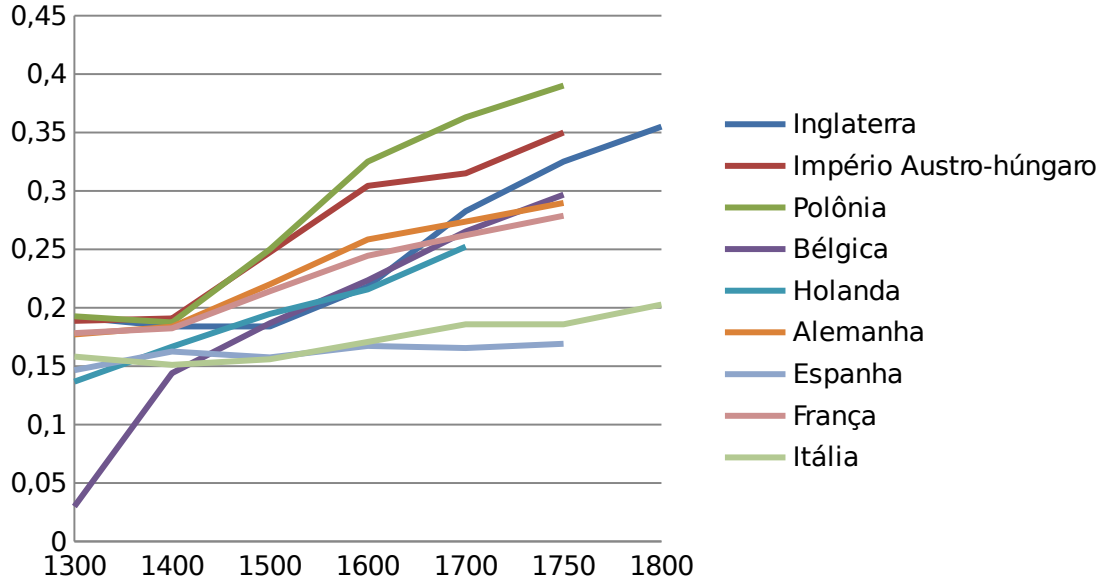
Reforçando esse ponto Robert Allen (2000) demonstrou que a maior presença relativa e absoluta de proto-indústria não culminou em maior progresso para as nações europeias de modo geral. Como pode ser visto no gráfico 1 abaixo, Polônia e Império Austro-húngaro se destacam na participação e crescimento da proto-indústria, mas não apresentaram crescimento significativo da produtividade agrícola, do salário, urbanização ou tamanho proporcional do comércio que são os fatores enfatizados por Allen no seu artigo. Podemos acrescentar que esses países também reagiram muito lentamente a Revolução Industrial.

---

15 O que Mendels (1981) admite no seu trabalho embora acredite que isso não alteraria o resultado.

16 Por outro lado a presença de carvão e ferro levou ao desenvolvimento de indústria no Nordeste e Sul de Wales mesmo sem a presença precedente de proto-indústra. (HOUSTON e SNELL, 1984)

Gráfico 1 - População Rural não agrícola na Europa



Fonte: Robert Allen (2000)

Embora o estudo esteja apontando apenas a população rural não agrícola e não a parcela da população dedicada a proto-indústria Allen considera essa uma boa proxy. Isso leva Allen a concluir que outros fatores são mais relevantes que a proto-industria para o desenvolvimento industrial moderno e o crescimento econômico.

> While much has been claimed for rural industry as an engine of growth, it appears to have been at least as common in unsuccessful economies as it was in successful ones. Success depended on a productive agriculture and a vigorous urban economy rather than on a large protoindustrial sector. (ALLEN, 2000, p.24)

Tanto KMS quanto Mendels sabiam que a proto-indústria não era fator suficiente para a industrialização, mas ao que os dados apontam ela é menos relevante do que esses autores fizeram parecer ser. Acrescenta-se que ao menos o crescimento populacional e a geografia proto-industrial típica não parecem seguir o que é apontado pela teoria.

Se a proto-indústria não era um fator determinante na industrialização a pergunta necessária é por que os fatores apontados pela teoria proto-industrial não culminaram numa revolução industrial? Por que o capital acumulado, o empreendedorismo e conexões de mercado e o conhecimento técnico adquiridos na protoindustrialização não foram suficientes?

Para Coleman (1983) o principal desafio da indústria têxtil era a competição por preço e qualidade no mercado internacional. Como a proto-indústria era menos propícia a inovação ela não seria adequada para acompanhar o ritmo de modernização necessária. A proto-indústria não garantia a existência de empreendedorismo e nem de capital necessário para induzir mudanças no método produtivo para enfrentar adequadamente a competição internacional.

Ogilvie (2008) fala que o capital proto-industrial não fluiu somente para a indústria, mas para setores variados como agricultura e terras. Ogilvie também defende que a proto-industria era somente uma das fontes de conhecimento empreendedor na época e que muitas vezes esse conhecimento não chegou a ser criado.

Mokyr (1976) assim como Ogilvie (2008) enfatizou que o capital do mercador proto-industrial foi somente uma das fontes de capital para a industrialização. Mokyr ainda ressalta que o custo de capital inicial para a industrialização era muito baixo e que não há evidência de que o capital dos mercadores fosse necessário.[17] Para Mokyr conhecimento empreendedor gerado é um fator móvel e nada garante que ele tenha sido usado na região em que foi desenvolvido. Por último Mokyr fala que o conhecimento técnico que os trabalhadores acumularam na proto-indústria ajudou, mas não deve ser superestimado, pois a habilidade necessária para operar as máquinas era muito pequena o que se verifica pelo "uso de mulheres e crianças" no trabalho. O grande desafio seria fazer a força de trabalho se acostumar com horas regulares, controle de qualidade, disciplina e relações não familiares. Nesses pontos a proto-indústria não contribuiu.

Para Mokyr (1976) a principal maneira que a proto-indústria contribuiu na industrialização foi como fonte de mão-de-obra. Houton e Snell (1984) são céticos nesse ponto. Segundo esses autores os trabalhadores da proto-indústria seriam antagônicos ao sistema de fábricas por razões culturais e econômicas. Houston e Snell vão além e defendem que as fábricas de tear modernas usaram mão de obra quase

---

17 Nesse aspecto Mendels (1972) e KMS (1981) estariam de acordo com Mokyr, o capital para industrialização veio de muitas fontes e não somente da proto-indústria. A questão seria o quão importante foi esse capital? Não há dados o suficiente para dar uma resposta clara a essa pergunta. Chapman (1970) indica uma significativa presença do capital mercador nas primeiras indústrias têxteis, mas não especifica que esses mercadores e seu capital teriam vindo da proto-indústria. De fato a proto-indústria não era o foco do trabalho de Chapman embora seu trabalho tenha sido indicado como prova da importância do capital mercador proto-industrial.

exclusivamente fora da produção artesanal. Migrações muito localizadas e a separação de zonas proto-industriais e industriais modernas, em parte para fugir do ludismo, seriam provas dessa interpretação.

KMS (1981) reconhecem que os trabalhadores proto-industriais tenderiam a resistir inicialmente ao sistema de fábricas, mas defendem que a necessidade de subsistência e a dificuldade de se organizar teriam quebrado a resistência desse grupo para trabalhar nas fábricas modernas.

Não há consenso sobre o quanto a proto-indústria teria ajudado no processo de industrialização moderno e mesmo a possibilidade de ter beneficiado é contestada pelos críticos. Enquanto mais estudos empíricos não forem apresentados fica difícil concluir a importância da proto-indústria embora pareça claro que ela não foi tão transformadora quanto seus teóricos defenderam. Não parece provável de toda a maneira que a proto-indústria que contribuía com a maior parte da produção industrial até o século XIX não tenha influenciado no desenvolvimento posterior das nações. Antes de se tornarem países industrializados no sentido moderno a França já produzia tecidos de luxo dentro da proto-indústria, a Inglaterra tecidos de linho e algodão e a Suíça já fazia relógios dentro da proto-indústria. Ogelvie (2008) defende que é nessas singularidades que o estudo da proto-indústria pode contribuir esclarecendo o caminho de desenvolvimento de cada país. Para isso um estudos mais regionais e empíricos e menos gerais e teóricos são necessários.

Parece que a dinâmica da proto-indústria ainda pode fornecer pistas importantes do processo histórico de desenvolvimento embora não devam ser determinantes da revolução industrial ou tão centrais quanto os defensores iniciais da teoria propuseram.

Bibliografia

ALLEN, R. C. Economic structure and agricultural productivity in Europe, 1300-1800. **European Review of Economic History**, v. 3, p. 1-25, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalism: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas**. São Paulo, Martinsfontes, 2009.

CHAPMAN, Stanley D. Fixed Capital Formation in the British Cotton Industry, 1770-1815. **The Economic History Review**. v. 23, n.2, p. 235-253, ago. 1970.

CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy**. Illinois, The American Economic Association, 1966.

COLEMAN, D. C. Proto-Industrialization: A concept too many. **Economic History Review**, v.36, p. 435–48, 1983.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. **Trabalho e troca: Adam Smith e o surgimento do discurso econômico.** Universidade Federal de Minas Gerais, 2000

GULLICKSON, Gay L.; Redefining the Causes of Proto-Industrialization. The **Journal of Economic History**, v 43, n. 4, p.831-850, 1983.

HOUSTON, Rab; SNELL, D. D. M. Proto-Industrialization? Cottage Industry, Social Change, and Industrial Revolution. **The Historical Journal**, v. 27, n. 2, p. 473-492, jun. 1984.

KRIEDTC, P; MCDICK, H.; SCHLUMBOHM, J. **Industrialization before industrialization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções**. São Paulo, Paz e Terra, 2014. (1977)

JONES, Eric L. The agricultural origins of industry. **Past and Present**, n.40, p. 58-71, 1968.

LEVINE, David. **Family formation in an age of nascent capitalism.** Nova York, Academic Press, 1977.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia Política. São Paulo: VICTOR CIVITA, 1983. (1867)

MENDELS, Franklin f. The First Phase Of The Industrialization Process. **The Journal of Economic History**, v. 32, n. 1, p. 241-261, mar. 1972.

_____. Agriculture and Peasant Industry in Eighteenth-Century Flanders," In WILLIAM, N. Parker; JONES, Eric L. **European Peasants and Their Markets.** Princeton, 1975.

MOKYR Joel – Growing-Up and the Industrial Revolution in Europe. **Explorations in Economic History**. v. 13, p. 371-396, 1976.

POMERANZ, Kenneth. **The Great Divergence China, Europe , And The Making Of The Modern World Economy**. New Jersey: Princenton University Press, 2001.

OGILVIE, Sheilagh C. Proto-industrialization in Europe. **Continuity and Change**, v.8, n.2, p. 159-179, agos. 1993.

_____. **Proto-industrialization**. Disponível em: http://www.econ.cam.ac.uk/people/faculty/sco2/full-texts/Ogilvie-2008-Palgrave-proto-industrialization.pdf. Acesso em: 20 de Maio 2008.

Pouso Alegre em transição: Organização política e econômica da Administração Publica nos últimos anos do século XIX

Fernando Henrique do Vale
História Econômica-USP/ FFLCH

O presente artigo analisa a organização política e econômica de Pouso Alegre/MG, levando em conta os dados contábeis municipais dos anos de 1880 a 1890, período este em que o Brasil passa a viver intensamente as mudanças produzidas pela modernização, sendo observados em grande escala nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e na construção de Belo Horizonte, aquela seria a nova capital de Minas Gerais. Nesta transição, a maioria da população brasileira ainda residia no âmbito rural, sendo percebida em grande escala nas cidades do interior, porém uma parcela passa a habitar o ambiente citadino. A tríade da modernização se manifestava através da higienização, embelezamento e racionalização da malha viária, com o objetivo de transformar aquela que era denominada a "velha urbe" antiquada, herdada do período medieval *(no caso do Brasil, dos moldes coloniais)* em uma cidade modernizada, civilizada, cartão postal que a modernidade passara a exigir[1].

Tratamos também da constituição e ordenamento político e fiscal na cidade de Pouso Alegre, tomando como base os anos em que foram constituídos os códigos de posturas, a cobrança de impostos do município, instrumentos estes utilizados para a normatização da população. Ao analisar esta documentação, atentamos a perspectiva de Le Goff nos afirmando que

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. [2]

Neste intuito, utilizamos fontes primárias, como balancetes e atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre para termos conhecimento das receitas e despesas dos últimos anos do século XIX. A investigação destes documentos *"atraem a atenção do pesquisador, por serem abundantes e fáceis de trabalhar (...) pode ser utilizado como subsidio para estudos nas áreas de historia econômica, historia política e historia cultural (...)"*[3] do período estudado. Este aspecto é geralmente estudado pela história fiscal, como define a sua importância a historiadora econômica Wilma Peres Costa:

---

[1]FOLLIS, Fransérgio. *Politica urbana e cidadania:* um estudo sobre a cidade no interior paulista (Franca, 1890-1996). Editora UNESP, São Paulo, 2012, p.32.
[2] LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* 4ªEd. Campinas: Editora Unicamp, 1996, p.545.
[3]LOPES, Luciana Suarez. HANLEY, Anne Gerard. *Alice no pais da contabilidade:*a aventura de duas historiadoras econômicas em registros contábeis do século XIX. Revista de Contabilidade Financeira, vol. 25, São Paulo: USP, 2014, p. 356.

> A capacidade de extrair recursos materiais da sociedade para sustentar a existência de um centro político e a extensão de sua capilaridade, os modos concretos pelos quais essa capacidade se produziu e se legitimou, proporcionam ângulos de visão estratégicos para compreender as imbricações pertinentes sobre os impulsos transformadores da extração fiscal sobre ordem política; pois, se a fiscalidade é um dos campos principais da construção das desigualdades, ela é também um canal fundamental para a expressão das demandas por equidade, movendo as vontades políticas na construção de formas de participação e representação[4].

A partir da leitura destes documentos, poderemos traçar o perfil da administração de Pouso Alegre e os investimentos feitos no período que delimitamos.

1. *O Sul de Minas e a economia de abastecimento regional*

Mesmo não sendo a área de maior relevância no ciclo minerador, no século XVIII, posição esta ocupada pela região central da província, o Sul de Minas manteve considerável produção dedicada ao abastecimento através da agricultura e da pecuária. Tinha como função abastecer as cidades mineradoras e suprir suas necessidades, realizando também o abastecimento de mercados intra e inter-regionais. Com a chegada da corte, na primeira década do século XIX, e com o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro, a região sul-mineira passou a exportar o excedente de seus gêneros alimentícios diversos entre outros[5].

Discussões feitas no final da década de 1970 contrapuseram principalmente as teorias que permeavam a década de 1950, sendo que estes possuíam uma visão mais ampla da questão econômica no país. Uma dessas visões trata da "tese da involução". Após o esgotamento da exploração do ouro, Minas Gerais sofreu um verdadeiro retrocesso, como nos aponta Celso Furtado:

> Uns poucos decênios foi o suficiente para que desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros. Essa população relativamente numerosa encontrará espaço para expandir-se dentro de um regime de subsistência e virá a constituir um dos principais núcleos demográficos do país. Neste caso, como no da economia pecuária no Nordeste, a expansão demográfica se prolongará num processo de **atrofiamento da economia monetária.** Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera dentro de um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, **involuiu** numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. (Grifos meus)[6]

---

[4]COSTA, Wilma Peres. *Revisitando a questão da centralização fiscal no século XIX*. 1er Congresso Latinoamericano de Historia Económica (CLADHE I), Montevideo, 2007, p. 03.

[5]Cf: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição:* a formação do capitalismo na passagem para o século XX. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

[6]FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1959, p. 105-106.

Em contrapartida, outros autores, a seu modo, questionaram em seus trabalhos a tese sustentada nos clássicos. Trabalhos como de Francisco Iglesias[7], contemporâneo de Furtado, nos chama atenção sobre a economia mineira, em que passando o momento áureo da exploração de pedras preciosas, o estado não se dedicava apenas à produção de subsistência, possuindo certa articulação econômica com o interior da província. Alguns autores, no final da década de 1970[8], iniciam discussões sobre a economia regional a partir de fontes primárias. Alcir Lenharo, em sua obra *As tropas de moderação*[9], busca analisar a questão do abastecimento da corte, no Rio de Janeiro, a formação de um novo setor comercial e a produção e distribuição de gêneros de primeira necessidade para o consumo interno.

Com Roberto Martins, podemos observar que do sistema escravista em Minas *"derivará uma economia dinâmica, autossuficiente e diversificada "(...)dando ênfase aos elementos econômicos internos e na articulação entre as economias provincial e nacional"*[10]. Neste sentido, passamos a ter novas propostas de estudos em relação às questões econômicas em Minas Gerais, perceptíveis nas particularidades deste estado. A economia em Minas, no século XIX, mesmo obtendo um grande número de escravos, não se concentrou em torno da *plantation* ou de exportações apenas. Martins[11] aponta, em suas pesquisas, que Minas tinha o mais baixo nível de exportações per capita no país, fora da região cafeeira, esse nível declinou ainda mais. A grande lavoura exportadora, para o autor, ficou a uma área reduzida e não teve influencia econômica no resto da província, sendo que a economia provincial era formada basicamente por unidades agrícolas diversificadas internamente para autoconsumo e venda em mercados locais. Enquanto a região da Zona da Mata se despontava com a produção de café e a atividade exportadora, as outras regiões consistiam em unidades agrícolas que serviam para o autoconsumo e o excedente direcionado para o mercado local.

São poucos os estudos relacionados às transformações da economia, aspectos sociais e culturais no século XIX em Minas Gerais, principalmente na região sul-mineira, e há uma carência de estudos voltados para o regional comparando os vários cenários mineiros e do Brasil. Estes estudos, principalmente os que focam no século XIX, estão relacionados a constituição do mercado

---

[7]IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineir*o, 1835-1889. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

[8]Podemos também citar LIBBY, ao afirmar que no século XIX a economia mineira era diversificada, ressaltando a produção industrial artesanal, voltada para o mercado interno, e a importância da ligação com o mercado externo.

[9]LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação:* O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Edições Símbolo, 1979, p. 19-20.

[10]SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição:* a formação do capitalismo na passagem para o século XX. Bauru, SP: EDUSC, 2012, p. 20-21.

[11] MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas- USP, v. 13, n°1, 1983, p. 209.

interno, demografia escrava, entre outros aspectos da vida brasileira e mineira no decorrer deste período.

Marcos Ferreira de Andrade[12] procura identificar a elite escravista do Sul de Minas Gerais e suas trajetórias na acumulação de fortuna, com o exercício de atividades agropastoris e comércio de gêneros voltados para o abastecimento interno. Esta produção também se destinava à comercialização no Rio de Janeiro, principalmente com a chegada da corte, e também ao abastecimento de outras áreas urbanas, como São João del Rei, sendo assim necessária a mão de obra escrava para a realização destas atividades econômicas. O autor discute também em seu livro a inserção das famílias aristocráticas na dinâmica da construção do Estado Imperial Brasileiro, grupos estes que foram formados pelo fortalecimento econômico propiciado pelas atividades agropastoris, em conjunto com o comércio de abastecimento interno, que se mantiveram influentes na política do século XIX.

Já Afonso de Alencastro Graça Filho, em seu livro *"A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888"* acrescenta novos detalhes relacionados a Província Mineira. Sua análise é feita no período de 1830 a 1880, principalmente na questão dessa economia voltada para o abastecimento. O autor ressalta que

> (...) além de possuir uma boa capacidade de acumulação de capitais na intermediação dos negócios interprovinciais, principalmente na segunda metade do século XIX, suas estratégias de apropriação alcançavam outra dimensão, esquecida pela historiografia, de centro financeiro"[13].

Em sua obra, busca realizar não apenas uma compreensão regional, mas a nível nacional, envolvendo debates em torno do caráter da economia escravista presente na província e no Brasil.

Em *O Fiel da Balança*, John Wirth faz uma análise do estado de Minas Gerais, principalmente da segunda metade do século XIX até a década de 1930, caracterizando-o como um mosaico, rico em costumes, cada qual com sua característica, e formas de produzir, afirmando não ser *"um estado decadente, e sim em transição"*[14] com um crescimento econômico irregular, mas não estagnado.

O que nos chama atenção para a segunda metade do século XIX são as transformações ocorridas, determinando um novo perfil econômico e na sociedade. De uma economia que se integrava plenamente ao abastecimento da Corte, pelas atividades de criação e agricultura de abastecimento, com o meio de transporte precário, feito por tropas e mulas, na transição para o

---

[12]ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Brasileiro*: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850). 2ª edição revista atualizada. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

[13]GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais:* São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2003, p. 25.

[14]WIRTH, John D. *O fiel da balança:* Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 39-40.

século XX, apresenta maiores relações com o estado de São Paulo, *"não apenas produzindo gêneros de abastecimento, mas inclusive, ampliando substancialmente a produção primário-exportadora de café"*[15]. Neste momento, o Sul de Minas vinha sendo constituído pela abertura das estradas de ferro, para facilitar o transporte do café destinado ao comércio para os comissários do Rio de Janeiro, as casas comerciais de São Paulo e ao escoamento de produtos ao Porto de Santos e do Rio, e pela abertura de bancos locais, com a finalidade de suprir as necessidades decorrentes das pequenas atividades, enquanto que o grande valor capital ficaria a cargos dos bancos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

2- Pouso Alegre: dinâmica econômica e urbanização

O objeto deste estudo é o município de Pouso Alegre, localizado em Minas Gerais. Esta cidade se consolidou como uma das principais do Sul de Minas na transição para o século XX.

Mapa 01: Sul de Minas- Localização de Pouso Alegre

Fonte: IBGE Cidades

[15]SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição:* a formação do capitalismo na passagem para o século XX. Bauru, SP: EDUSC, 2012, p. 21.

Pouso Alegre se consolidou como uma das principais cidades do Sul de Minas na transição para o século XX, por ser a de maior número de habitantes na região, estando em um ponto estratégico, tornando-a uma espécie de centro abastecedor regional. Entretanto, diferentemente da trajetória de outras cidades da região como Varginha, Três Pontas, Guaxupé, entre outras, em que o dinamismo econômico era resultado da expansão da produção de café, em Pouso Alegre a agricultura de abastecimento foi a responsável pelo crescimento e constituição de um dos mais importantes mercados regionais do Sul de Minas. Mesmo não fazendo parte da economia cafeeira, introduzida no Sul de Minas nas últimas décadas do século XIX, especializou-se na produção de mercadorias voltadas para o abastecimento interno, atendendo o mercado local e o comércio da região, reforçando seus laços com a economia de abastecimento da primeira metade do século XIX.

A formação da cidade é constituída pelos velhos caminhos das tropas que interligavam a região mineradora aos grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro), a região que mais tarde receberia o nome de Pouso Alegre está localizada em uma localização privilegiada, banhada pelos Rios Mandu e Sapucaí, que em determinada época do ano, em especial entre os meses de novembro e fevereiro, alagavam uma ampla área, causando certos obstáculos a circulação, muito bem observado pelos viajantes Spix e Martius:

> Debaixo de chuva incessante e forte cerração, no dia seguinte, só pudemos percorrer quatro léguas na estrada atoladiça. Caminhar adiante era perigoso, segundo aconselhava nosso guia, pois o Rio Mandu, com a chuva estava tão cheio que só de dia poderia ser feito a passagem. [16]

Unindo suas águas, estes rios se tornam importantes para a região *"que corre a menos de 2 kilometros e cujas águas são já sulcadas por barcas da capacidade de mil arrobas e que fazem viagens entre diversos pontos dos municípios de Pouso Alegre, Itajubá, Alfenas e Campanha"*[17], servindo de comunicação entre as referidas cidades, correndo em direção do *"Cervo, cujo valle, de prodígios uberdade, é tido como o celleiro da freguezia"*, dedicado à abundancia de culturas e pastagens.

O início da povoação além-indígena, da região cortada pelo Rio Mandu, se deu pela presença de "ranchos de tropa", como era costume em alguns povoados mineiros. Deles se formaram núcleos comerciais e pequenas lavouras para a subsistência dos habitantes da região.

---

[16]SPIX, Johann & MARTIUS Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 159.

[17] VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro.* Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 222.

Conforme observamos nas pesquisas de Leonara Delfino[18], o Arraial do Mandu[19] pertencia ao termo de Campanha que no ano de 1800 despontava como entreposto comercial. Neste ano,

> (...) exportava-se para outras partes desta capitania (...) os gêneros da terra mais abundantes (...) caxaças e fumo, que vulgarmente chamavam de agozardente e tabacoz (...). Da mesma forma como das creações que se fazia nos largos campos deste termo, se exportava anualmente para outras capitanias um grandiozo número de cabessaz tanto de gados, como de toucinhos[20].

Com o aumento populacional e a expansão da atividade agropecuária, da produção local de queijos, marmeladas, fumos e tecidos de algodão, o povoado começou a se consolidar em fins do século XVIII, com a construção de uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus e o surgimento de mais casas em torno dela. Com a vinda do Padre José Bento Leite Ferreira de Mello, em 1811, foi instituída a freguesia, e novas famílias começaram a habitar o lugar nascente, configurando novas dinâmicas para este espaço, dirigindo pessoalmente *o "alinhamento das ruas, a disposição das casas, e tudo quanto interessava à higiene e embelezamento da povoação (...) promovendo o aumento de sua população, atraindo para ele parentes e amigos"*[21] das regiões circunvizinhas.

Este povoado vivia de sua produção agrícola, fornecendo gêneros para a região e, posteriormente, para o império. Com Alexandre Cunha e Marcelo Godoy percebemos o perfil regional por meio de relatos dos viajantes Spix e Martius:

> Podemos dividir o território percorrido por Spix/Martius em duas porções. Até mais ou menos a altura de Campanha os autores relatam a grande incidência de matas, a agricultura voltada para o auto- consumo e na área de Campanha, a mineração de ouro vigorosa. Já a parte percorrida entre Campanha e São João Del Rei apresentava a criação como atividade preponderante. [22]

Com independência do Brasil e a promulgação da Constituição de 1824, surgem os municípios com feições próprias e existência constitucional. Neste sentido, *"haveria em todas as cidades e vilas uma Câmara Municipal, à qual competia, o governo econômico e municipal"*[23]. A

---

[18]DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires:* incursões em uma demografia da escravidão no Sul de Minas. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 37.

[19] Esta era uma das denominações dadas à região de Pouso Alegre. Cabe também destacar outras: Arraial do Bom Jesus do Matozinhos do Mandu, Arraial do Mandu, Pouso Alegre do Mandu, Pouso Alegre.

[20]VEIGA, Xavier. *Revista do Arquivo Publico Mineiro*. Ano I, Fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set 1896, p. 479.

[21]QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento* (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 17-18.

[22]CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. *Congresso Brasileiro de História Econômica, 5; Conferência Internacional de Historia de Empresas, 6*, 2003, Caxambu, MG. Anais... Caxambu: ABPHE, 2003. 1 CD-ROM.

[23] MONTORO, Eugênio Augusto Franco. A organização do Município na Federação Brasileira. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1974, p. 07.

partir de 1831, Pouso Alegre passou a ser denominada de Vila, assumindo assim autonomia política da cidade de Campanha. No ano seguinte, instalou-se a Câmara Municipal e foi redigido um Código de Posturas próprio, sendo elaborado a partir do conjunto de leis da cidade da Campanha, possuindo agora autonomia administrativa. Melhorias foram realizadas naquele espaço, como a abertura de duas fontes de águas potáveis, drenagem de áreas alagadiças no interior da povoação, construção do pelourinho, criação dos serviços de correios e a implantação de uma cadeia. Em 1839, foram feitas algumas melhorias nos caminhos que interligavam Pouso Alegre com outras povoações e áreas rurais, realizando também aterros nas várzeas dos rios Mandu, Sapucaí e Cervo. Neste mesmo período, Pouso Alegre possuía um destaque no cenário político nacional, pela presença de José Bento como Deputado Geral e Senador do Império do Brasil de 1838 a 1844, ano de seu assassinato.

Na segunda metade do século XIX, o comércio era realizado informalmente, de porta em porta, por carreiros e tropeiros que vendiam arroz, feijão, milho, toucinho, entre outros produtos da terra. Para maior organização da cidade, em 1859, foi criado um espaço dedicado às práticas comerciais, dando origem a primeira Praça do Mercado[24]. A cidade de Pouso Alegre, na década de 70 deste mesmo século, possuía *"três praças, 26 ruas e trezentas e tantas casas, em geral bem construídas e asseadas, distinguindo-se algumas pela elegância e bom gosto que são construídas"*[25]. Existiam também duas igrejas: a Matriz do Bom Jesus, localizada no centro da cidade e frequentada pela elite local, e a Capela Nossa Senhora do Rosário, espaço este dedicado às práticas religiosas dos negros e escravos, estabelecida no largo que recebia o mesmo nome. Possuía também um Hospital de Misericórdia, de natureza caritativa, sustentado pela elite local, e que atendia a todos sem distinção. Por causa de algumas necessidades, foi fechado no ano em que foi escrito o Almanaque Sul- Mineiro de 1874. Em relação ao ensino, Veiga registra a presença de duas excelentes instituições: o Colégio São Sebastião, voltada para o publico masculino, e o Colégio Nossa Senhora das Dores, *"onde se educa e instrue com carinho e esmero as futuras mães de família"*[26]. Mesmo estando entre as principais cidades do Sul de Minas neste período, a economia local possuía aspecto agrário.

---

[24] ANDRADE, Ana Eugênia Nunes de. VALE, Fernando Henrique do. *Mercado Municipal de Pouso Alegre*: o cotidiano na cidade. Campinas: Pontes Editores, 2014, p.16-17.
[25] VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro.* Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874. p. 222.
[26] Idem.

Analisando a composição da riqueza de Pouso Alegre[27] entre os anos de 1880-1888, 2% dos bens estavam situados no espaço urbano, enquanto 63% se encontravam no meio rural[28], compondo assim a situação econômica desta época conforme indica a tabela abaixo:

Tabela 01- Composição da Riqueza de Pouso Alegre 1880-1888

	Pouso Alegre	
Ativos	**Valor em réis**	**%**
Dinheiro	-	0%
Bens Móveis	19:323$388	2%
Cultura	6:225$490	1%
Animais	80:659$804	9%
Escravos	104:002$000	12%
Imóveis Rurais	551:775$774	63%
Imóveis Urbanos	16:329$000	2%
Dívidas Ativas	90:778$151	10%
Total	869:093$607	100%

Fonte: Artigo Científico de Alexandre Macchione Saes e Antoniel Avelino Filho[29]

Em um contexto nacional, na transição do Império para a República, as últimas décadas do século XIX foram marcadas pela abolição do trabalho escravo e pela vinda de imigrantes europeus, destinados à mão de obra no país. Diversos estados investiam na introdução dessas pessoas no país, pagando o translado das famílias, cedendo pedaços de terras, com a intenção de serem pagos com a força de seus trabalhos ou até mesmo constituindo colônias e cultivando produtos para abastecer cidades e regiões.

Ao realizar um estudo sobre esta temática, Fábio Castilho[30] procura analisar os discursos da elite diante da transição da mão de obra nas ultimas décadas do século XIX, através de artigos publicados em jornais de algumas cidades sul mineiras, defendendo a manutenção do trabalhador nacional, evitando riscos para a unidade do país e, principalmente, medida por demais onerosa aos cofres públicos, ou até mesmo o estabelecimento de imigrantes para a região, sendo *"inicio de uma nova prosperidade"*[31]. Com este mesmo trabalho, *o Sul de Minas aumentaria sua produção e conheceria um farto desenvolvimento semelhante às de outras províncias"*[32] por ser esta região profícua para a produção. Em Pouso Alegre, adentraram alguns espanhóis, portugueses, austríacos,

[27]Esta não era uma característica própria de Pouso Alegre, ocorria também em outras regiões do Brasil, como São Paulo, percebido nas pesquisas de Zélia Cardoso de Mello. Cf: MELLO, Zélia Cardoso. *Metamorfose da riqueza:* São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

[28]SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. *Cultura, História e Patrimônio*, v. 1, 2012, p. 82.

[29] Idem.

[30]CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. A Transição da mão de obra no Sul de Minas: cultura política na imprensa local (1879-1888). *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. 1, n° 2, Ouro Preto: UFOP, dez- 2008.

[31] Idem, p. 108.

[32] Ibd, p. 109.

alemães e, em numero maior, os italianos, que se estabeleceram inicialmente na Colônia Francisco Salles, cultivando sobretudo o arroz e seu beneficiamento.

Percebemos que a cidade estava passando por um processo de urbanização. A construção do Teatro Municipal, idealizado por jovens amantes das artes cênicas, a presença de um grêmio literário, deixa clara a presença de uma elite atuante na cidade e região. Para manter a ordem local, foi construído um novo prédio da cadeia, localizado na região central, servindo também como departamento jurídico, Câmara Municipal e Posto de Profilaxia. Nas últimas décadas deste século, a cidade passou a contar com iluminação publica, composta por 50 lampiões a querosene[33] e um prédio próprio para o Mercado destinado à venda dos gêneros locais[34].

O Sul de Minas agrega em sua economia a produção do café, tornando-se expansiva entre as décadas de 1870-1880. Mesmo não pertencendo ao quadro deste cultivo, Pouso Alegre estava localizada nas rotas comerciais que ligavam Vila Rica e São Paulo, passando assim a *"se beneficiar muito dessa posição estratégica"*[35]. Com a implantação das ferrovias, o Sul de Minas passou a ter maior interação com os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, e diversos produtos (café, fumo, carnes, cereais e açúcar) eram escoados nas estações da região. A estação ferroviária foi inaugurada no ano de 1895, favorecendo a circulação entre a cidade e outras localidades regionais e nacionais.

Ao iniciar o século XX espaço urbano de Pouso Alegre era dividido em 5 praças e 18 ruas, contando com 499 casas. Segundo o Almanaque do Município, a cidade possuía:

> Iluminação a petróleo queimado em lampiões belgas abrigados em caixas de vidros sobre postes de madeira. O abastecimento de água era feito por dois chafarizes, ou por cisternas que quase todas as casas possuíam. Cultivava-se na freguesia da cidade a cana, o fumo, o café e toda espécie de cereais; exportavam-se, além destes produtos, polvilhos, farinha, queijos, galinhas, gado e cevados. O Mercado, farto em gêneros de primeira necessidade, funcionava somente aos domingos, a fim de deixar livre aos que abasteciam, isso é, à pequena lavoura. (...) O Bispado foi criado por iniciativa do então vigário da Paróquia de Pouso Alegre, padre José Paulino de Andrade[36].

Após ter conhecido o contexto histórico e o perfil econômico da região e da cidade, passaremos a discutir sobre a questão política e fiscal.

---

[33] Somente em 1907 foi fechado um contrato pelo prazo de 25 anos para a instalação da Empresa Telefônica. Pouso Alegre se tornou também, neste ano, a primeira cidade do Sul de Minas a contar com a energia elétrica.

[34]OLIVEIRA, Antonio Marques. *Almanack do municipio de Pouso Alegre.* Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900, p. 81-90.

[35]SAES, Alexandre Macchione; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. *Cultura, Histórica e Patrimônio*, v. 1, 2012, p. 79.

[36]OLIVEIRA, José Marques de. *Almanack do Municipio de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont' Alverne, 1900, p. 90-97.

3- O exercício político e fiscal no cotidiano de Pouso Alegre

Ao propormos o estudo de uma cidade ou de determinada região, buscamos compreender os processos de integração e interação dos sujeitos e grupos sociais, assim como a dinâmica econômica e sua estrutura, podendo ser observado através da questão da fiscalidade, como se constituíam as leis que movimentavam a economia local.

O debate político, após a independência do Brasil, se concentrou na aprovação de uma nova constituição a fim de estruturar o governo. Na presente discussão, um dos pontos conflituosos foi a atribuição do poder absoluto ao Imperador. Segundo o historiador Boris Fausto,

> Logo surgiram desavenças entre a Assembleia e Dom Pedro, apoiado a principio por seu ministro José Bonifacio. Ela girava em torno do campo de atribuições do Poder Executivo (no caso, o Imperador) e do Legislativo uma contenda que iria repetir-se, em situações muito diversas, em outros momentos da historia brasileira. Os constituintes queriam que o Imperador não tivesse o poder de dissolver a futura Câmara dos Deputados, forçando assim, quando julgasse necessário, novas eleições. Queriam também que ele não tivesse o poder absoluto, ou seja, o direito de negar validade a qualquer lei aprovada pelo Legislativo. Para o Imperador e os círculos políticos que o apoiavam, era necessário criar um Executivo forte, capaz de enfrentar as tendências "democráticas e desagregadoras", justificando-se assim a concentração de maiores atribuições nas mãos do Imperador[37]

A primeira Constituição foi outorgada em 25 de março de 1824, conferindo organização ao país recém-independente. Devido o descontentamento de Dom Pedro com as propostas de limitação de seu poder, a Assembleia convocada em 1822 e instalada em 1823 com o objetivo de elaborar a constituição, foi dissolvida, passando no entanto esta função ao Conselho de Estado, tomando como base a discussão da assembleia dissolvida. Com a legislação ficou estabelecido um governo unitário, onde os poderes se concentravam nas mãos do poder central. O território brasileiro nesta época foi dividido em províncias, cujos presidentes eram subordinados ao chefe do Poder Executivo, isto é, ao Imperador. Sobre as Câmaras Municipais, a Constituição de 1824[38] deixa claro nos artigos 167, 168 e 169, que a elas compete o Governo Econômico e municipal, sendo eletivas e compostas do numero de vereadores que a Lei designar, os demais exercícios seriam decretadas por uma lei regulamentar.

Foi com a promulgação do primeiro regimento das Câmaras, ou a "Lei de 1° de Outubro de 1828", que se configurou uma nova forma às Câmaras Municipais, deixando claro que as medidas tomadas pelo Imperador reduziram os poderes dos paços municipais, até então órgãos administrativos e jurídicos de grande poder político. Em 1834, as câmaras municipais sofreram uma

---

[37] FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 148.

[38] NOGUEIRA, Octaviano. *Constituição Brasileira I: 1824*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 83-84.

importante alteração com o Ato Adicional, revendo a organização das províncias e sua relação com governo central, garantindo-lhes maior autonomia. Em substituição aos Conselhos Gerais, foram instituídas as assembleias provinciais, que ficavam encarregadas da organização do município, despesas municipais, contratação e empréstimos pelas câmaras, obras públicas, entre outras atribuições, deixando claro que as competências das câmaras foram reduzidas. Isto nos leva a entender a submissão ao Imperador, pois as cidades e vilas sendo controladas pelas Assembleias Provinciais estariam sob a tutela do Imperador. Somente em 1891, na primeira fase republicana, que as Câmaras ganhariam mais autonomia.

Neste contexto, com a criação da Vila no ano de 1831, Pouso Alegre torna-se emancipada da cidade da Campanha da Princesa, instalando-se neste mesmo ano a Câmara Municipal, possuindo assim autonomia política. O primeiro registro das "Leis e Posturas" foi deliberado no dia 09 de Maio de 1832, baseando-se no Código em que se utilizava em Campanha que fora aprovada um ano anterior. Com a função de manter ordem em uma determinada localidade, os códigos insistiam na questão do asseio (limpeza, estética e harmonia), da ética e bons costumes, educação, saúde, da organização dos serviços relacionados à economia como pesos e medidas, a indústria, a agricultura, o comércio e a navegação. Sobre a economia, o referido código inicia com proibições de cortes de árvores, da pesca predatória e matar animais. Notamos neste código a ausência de leis sobre a cobrança de impostos, tendo em vista que ainda não se encontravam organizados.

Quanto ao comércio, em um dos artigos das Posturas notamos que o seu funcionamento informal se dava em tempos de falta de alimentos, levando-nos a entender que a forma de produção era mais concentrada internamente, pelos proprietários de terras ou em pequenas propriedades rurais.

> Art. 81- Quando houver carestia de mantimentos serão os vendedores dos referidos gêneros obrigados a conduzilos as praças, ou largos, na Villa aos Largos da Matriz e da Alegria, e nos Arraies, e Capellas as Praças das Igrejas onde venderão ao povo: multa de 5 mil réis. Nos casos do art. acima os atravessadores para tornar a vender sofrerão a mesma multa[39].

No cenário da vila, percebemos que o comércio era organizado livremente nos principais pontos onde as pessoas se reuniam na época, ou seja, nos largos das igrejas e matrizes. Temos noticias, segundo as atas da Câmara, que esta forma de trabalho também era feita pelas ruas, de casa em casa pelos atravessadores e tropeiros que traziam os gêneros de sua produção. Nesta época, a população que constituía a Vila de Pouso Alegre era de 2871 habitantes, sendo regisrados que 58 sabiam ler e 975 eram analfabetos. As ocupações eram compostas da seguinte forma:

---

[39] *Livro de Leis e Posturas da Villa de Pouso Alegre*, 1832. Disponível para consulta no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Tabela 02: Ocupações na Vila de Pouso Alegre, 1839

Ocupação	**Nº de Pessoas**	**Ocupação**	**Nº de Pessoas**
Negociantes	04	Tropeiros	06
Agricultores	258	Sapateiros	04
Empregados Públicos	04	Ferreiros	02
Sacerdotes	01	Carpinteiros	08
Advogados	01	Olarias	03
Médicos	01	Ourives	01
Cirurgiões	01	Jornaleiros	68
Boticário	01		

Fonte: Documento disponível no Arquivo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

Através deste quadro percebemos como se estruturavam os serviços na Vila, sendo que grande parte da população se dedicava a agricultura, seguido daqueles que trabalhavam na jornada diária. A presença dos negociantes ainda somava-se a uma parcela pequena, tendo crescimentos nos próximos anos.

Apenas na década de 50, após a elevação à categoria de cidade, tem inicio a uma organização do espaço urbano, com a elaboração de um novo Código de Posturas (1858) e o estabelecimento de um espaço para a atividade comercial, sendo um terreno com uma casa alugados ao lado da Igreja Matriz. A imagem abaixo é um desenho reproduzido por Paiva Toledo, e retrata bem esta realidade, de Pouso Alegre no ano de 1863. Ao centro, cercada por algumas casas está a Igreja Matriz e logo ao lado direito, encontra-se situada a Praça do Mercado.

Imagem 01: Cidade de Pouso Alegre em 1863. Localização da Praça do Mercado Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

O novo código de Posturas possuía a mesma composição que o anterior, sendo apenas acrescentado o titulo 7° denominado "Sobre impostos municipais"[40] relacionados abaixo:

- De cada caza de negocio que se vender fazendas seccas, generos seccos, molhados importados, molhados e mais generos do paiz sendo em mesmo balcão (6$000); balcão diverso pertencente ao mesmo dono (4$000); se vender drogas permitidas (além dos impostos anteriores acrescenta-se 5$000); molhados de fora, inclusive sal e generos do paiz (5$000); aguardente ou restillo (4$000);
- De cada Botica (8$000); Dentista (20$000); Retratista (20$000);
- De cada Mascate de fazendas secas morador do termo (6$000); que vender obras de ouro, prata, e pedras preciosas não sendo morador do termo (30$000);
- De cada uma loja ou tenda aberta de officios, em que trabalharem dous ou mais officiaes comprehendidos os aprendizes (2$000); por um dia ou tarde de volantim (10$000);
- Por cada noite de cavallinhos ou qualquer espetáculo gymnastico (10$000); casa de jogos permitidos (25$000);
- De cada cabeça de gado vaccum que se matar (1$200); de cada casa em que se vender carne a talho (4$000); de cada vaca de leite dentro da cidade (2$000);
- De cada barril de aguardente ou restillo importado (320 réis);
- Festas (cavalhadas-1 dia 10$000, apresentação teatral-1 dia 10$000, prezepe 10$000, reinado ou festas na rua 10$000);
- Todos que possuírem um carro (dentro dos subúrbios 4$000; carro ferrado 6$000) da cidade ou carretão (6$000);
- Fazendeiros e agricultores (2$000);
- Empregados publico (registrado nos livros da câmara 2$000; nomeado pelo juiz 1$000)

As cobrança destes impostos ficavam a cargo do Procurador da Câmara e de um Agente Municipal, sendo obrigado dentro do "ano municipal" percorrer por várias vezes o município para que a devida arrecadação fosse realizada.

O Código de Postura também já estabelecia uma organização de toda forma de comércio, seja informal ou em seus próprios estabelecimentos. Cada comerciante possuía uma licença, como forma de controle e de arrecadação para a municipalidade. Com o intuito de organizar e padronizar esta forma de comércio, que se dava pelas ruas da cidade, as posturas já previam certos espaços

[40] *Código de Posturas da Cidade de Pouso Alegre*, 1858. Livro da Lei Mineira. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

para as atividades, designando *"a praça ou praças que devem servir de ponto de reunião em concorrência para os vendedores e compradores"* [41].

Em uma dessas praças, a Câmara Municipal *"mandará edificar um telheiro espaçozo dividido em varandas e departamentos, segundo uma planta que para esse fim levantar"*[42]. A edificação proposta para ocupar tal espaço seria construída para que no *"futuro se torne em edifício elegante e duradouro para n'elle realisar-se uma feira ou praça do Mercado"*[43].

Esta seria uma da forma câmara municipal angariar fundos e lucrar com os impostos que fossem cobrados, sendo *"parte da renda municipal o aluguel desses departamentos ou quartos que forem alugados aos carreiros ou tropeiros e quaesquer outros importadores, tanto de fora como do Município"*[44]. Com essa pretensão, a de se institucionalizar um local para o comércio, em sessão da Câmara Municipal, no ano de 1859, os vereadores autorizam os trabalhos na Praça do Mercado.

As pessoas que realizam atividades comerciais podiam continuar, porém "*não poderão dispor dos gêneros sem que estejão expostos a venda no lugar, digo a venda no largo da Matriz d'esta cidade atrás da Igreja"* [45], demarcando o referido espaço a partir daquele momento como lugar de comércio, até que a Câmara[46] edificasse uma casa apropriada.

Neste local eram "*expostos a venda em retalho*[47]*, os gêneros conduzidos pelos carreiros, tropeiros e condutores"* [48], sendo fornecidos a eles pesos e medidas para o melhor controle do procurador da Câmara. O comércio poderia ser realizado em seu entorno, sendo *"permitido a qualquer quitandeiro de qualquer gênero levantar na praça barracas para resguardar a si e aos seus generos"* [49], através de demarcações e ordens marcadas sujeitas aos regulamentos da praça ou da feira.

Fora ainda instituída em sessões legislativas precedentes uma tabela de preços e um fiscal para administrar a Praça do Mercado, sendo responsável por exercer a fiscalização do espaço. O agente do Mercado ainda era obrigado a conservar o ambiente sempre limpo e asseado, dos quartos e repartimentos, e também proibir a presença de animais dentro daquele espaço.

---

[41]*Resolução N° 938: Posturas da Cidade de Pouso Alegre*. Livro da Lei Mineira, Tomo XXIV, parte 1, folha n° 10. Ouro Preto, 1859, p. 208.
[42]Idem.
[43]Idem, p. 209.
[44]Ibd.
[45]*Documento que autoriza o início dos trabalhos na praça do Mercado.* Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 21/12/1859, disponível no Acervo do MHMTT.
[46]A cidade de Pouso Alegre nesta época não era governada por prefeitos e sim pelo presidente da Câmara exercia função de chefe do executivo até por volta da década de 30.
[47]Retalho (do português europeu) Peça, pedaço, cortado de outro maior, ou que se tira talhando obra. Mercador de retalho, o que vende à varas, e por miúdo, e não atacado, ou em grosso. SILVA, Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza.* Tomo II. Lisboa: Thypographia Lacérdina, 1813, p. 620.
[48]Livro de Atas nº 31 de 1859 a 1861. *Documento que autoriza o início dos trabalhos na praça do Mercado*, sessão de 21/12/1859, p. 61.
[49]*Código de Posturas da Cidade de Pouso Alegre*, artigo 210, 1858, p. 209, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

A movimentação, no entanto, se dava diariamente, configurando-se como informal. Era então necessário que o agente do Mercado "*estivesse presente durante todo o dia afim de bem fiscalizar e fazer cumprir os artigos do presente regulamento e manter ahy boa ordem"* [50]. Ao final do dia, contava com espaços para abrigar as pessoas que vinham de fora para realizar o comércio. Eram espaços "*alugados aos importadores de gêneros que os trazem para vender na cidade mediante o aluguel de 500$ reis diários"* [51] em que permanecessem naquele espaço. Parte da renda arrecada nos aluguéis e na cobrança de outros impostos era destinado ao poder legislativo.

Um dos primeiros documentos encontrados, discriminando os produtos e preços vendidos pelos mercadores, é do ano de 1866. Os gêneros encontrados na Praça do Mercado eram dos mais variados, como podemos observar na tabela abaixo com o seu respectivo preço:

Tabela 03: Tabela de Preços- Regulamento da Praça do Mercado, 1866

Gênero	**Unidade**	**Preço**
Toucinho com ou sem carne	Pedaço	$250 réis
Capado em pé	Cada	$500 réis
Rés	Unidade a talho	$080 réis
Farinha de Trigo	Arroba	$080 réis
Fumo	Arroba	$080 réis
Café	Arroba	$080 réis
Algodão	Alqueire	$080 réis
Assúcar	Alqueire	$080 réis
Milho	Alqueire	$040 réis
Feijão	Alqueire	$040 réis
Arroz	Alqueire	$040 réis
Farinha de Mandioca	Alqueire	$040 réis
Farinha de Milho	Alqueire	$040 réis
Sal	Alqueire	$040 réis
Cal	Alqueire	$040 réis
Fubá	Alqueire	$040 réis
Polvilho	Alqueire	$040 réis
Rapadura	Dúzia	$020 réis
Queijo	Dita	$120 réis
Tecidos de Algodão	Vara	$065réis
Solla de Algodão	Vara	$040réis

Documento disponível no arquivo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Neste mesmo ano, em umas das primeiras sessões da Câmara, iniciava uma discussão da arrecadação do mercado, apresentados no mesmo dia pelo vereador Silveira Leite e coincidentemente por São Thiago, também vereador

[50]Livro de Atas nº 56 de 15/01/1872 a 12/04/1875. *Parecer- Regulamento da Praça do Mercado*, sessão de 17/01/1872, p.08.
[51]Idem.

> Foi apresentado pelo Vereador Silveira Leite um projecto de tabella de imposto Municipal em substituição ao tributo de meio por cento sobre os gêneros vendidos na Praça do Mercado d'esta cidade, pedindo o mesmo vereador que fosse seo projecto submettido a uma comissão composta do Vereador São Thiago e o cidadão Floriano Everardo da Cunha, e Messias José Teixeira, para com urgência de o mesmo parecer e redigirem a dita tabella ao competente regulamento para a boa arrecadação do imposto dos ditos gêneros. Posto em discussão foi approvado. Igualmente foi offerecida uma outra Tabella pelo Vereador São Thiago sobre a mesma matéria, e que tem o mesmo destino[52].

A partir da leitura do o Almanaque Sul Mineiro, para os anos de 1874 e 1884, podemos traçar o perfil de diversas cidades localizadas nesta região mineira. Apesar disso, nos atentaremos especificamente apenas para nosso objeto de estudo, neste caso Pouso Alegre. Ao se tratar da agricultura e criação, notamos que este tipo de trabalho era realizado para o comércio interno, pois em relação ao transporte eram encontradas algumas dificuldades. Veiga nos deixa claro que além do cultivo do milho, feijão, arroz e a criação de gados cavalar, muar, são estes produtos cultivados e criados *"para o consumo local, sendo portanto exclusivamente objecto de comércio interno; devido isto à falta ou à dificuldade de transportes para exporta-los para os grandes mercados consumidores"*[53]. Em Pouso Alegre eram cultivados os seguintes produtos: o fumo (onde se fabrica um de excelente qualidade, *pirachim*) e o café[54] (encontrado na região do município em imensas plantações destinadas a alguma exportação. Das fabricas eram encontradas a de velas de cera e de chá (produto este exportado).

Os proprietários, comerciantes e trabalhadores na cidade eram compostos conforme o quadro abaixo:

Tabela 04: Relação dos Proprietários, Comerciantes e Trabalhadores da cidade de Pouso Alegre

Ocupação	**Número de Pessoas**	
	1874	**1884**
Proprietários	69	--
Fazendeiros	33	38
Engenhos de Serra	04	11
Que plantam café	--	07
Advogados	08	05
Solicitador	01	02
Médicos	02	03
Dentistas	02	03
Capitalistas	04	10

[52] Livro de Atas nº 56 de 15/01/1872 a 12/04/1875. Sessão de 17/01/1872, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

[53] VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro.* Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 31.

[54] Vale ressaltar as principais áreas que produziam café nesta época pertencente ao município de Pouso Alegre: Paraisópolis, Borda da Mata e Ouro Fino.

Ocupação	Número de Pessoas	
	1874	**1875**
Negociantes de fazendas, armarinhos, ferragens, etc	22	11
Ditos de molhados, louças e gêneros da terra	16	36
Depósitos de sal e assucar e casas de comissão	02	--
Açougues	02	01
Alfaiates	06	04
Bilhares	02	02
Barbeiro e cabeleireiro	--	01
Caldereiro e Funileiro	02	01
Carpinteiros	06	03
Ferradores	02	02
Ferreiros	04	03
Fogueteiros	02	01
Hoteis	03	03
Marcineiros	03	03
Olarias	02	04
Ourives	02	03
Padaria	01	--
Pedreiros	03	--
Pharmacias	03	03
Relojoeiro	01	01
Sapateiros	09	05
Selleiros	04	03
Taipeiro	01	--
Tropeiros	03	06
Typographia	01	--
Empregados	05	--
Chá, Fabricas de	--	03
Chapéos, Fabricas de	--	01
Velas de cera, Fabricas de	--	02
Vinho, Fabricas de	--	03

Fonte: Almanaque Sul Mineiro 1874 e 1884. Disponível em: Hemeroteca Nacional

Observamos neste quadro diferenças numéricas consideráveis no período de dez anos. Em relação a agricultura, o crescimento verificado foi pequeno, surgindo na década de 80 em Pouso Alegre alguns plantadores de café. A rede comercial local apresentou um crescimento considerável, de 44 estabelecimentos registrados em 1874 passava-se a 58 em 1884. Os estabelecimentos em geral ofereciam gêneros da terra, entre secos e molhados, e produtos trazidos da corte como os importados da Europa, a exemplos de vinhos, azeites, charutos, tecidos e demais. Entre os comércios destacamos a **Loja do Motta**, que possuía um variado sortimento de fazendas, armarinho, ferragens, roupas feitas, calçados, chapeos para homens, senhoras e meninas, luvas de

pellica Jouvin e outros artigos; a **Casa de Bilhar** com uma variedade de produtos nacionais e importados, secos e molhados:

Imagem 02: Anúncios Comerciais Jornal “O Pouso Alegrense” 1881. Disponível no Acervo do MHMTT

LOJA
DO
MOTTA
—FAMA DA BARATEZA—
O proprietario d'este estabelecimento tendo recebido um variado e lindo sortimento de fazendas, armarinho, ferragens, roupa feita, calçado, chapeos para homens, senhoras e meninas, luvas de pellica Jouvin, frescas e muitos outros artigos de moda, offerece ao respeitavel publico com uma grande reducção de preços—A DINHEIRO por ter de seguir no dia 26 do futuro mez de Agosto para o Rio de Janeiro.
1—3

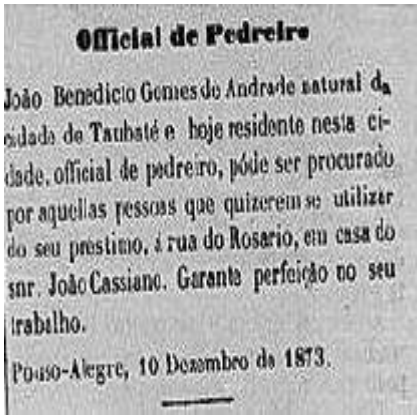
SAL REFINADO, ASSUCAR CRYSTALISADO
Chá da India, Macarrão vinhos diversos,
SAGU'
MAIZENA
MATTE
CEBOLLAS
ALETRIA
ALHOS
VENDE-SE NA
CASA DE BILHAR

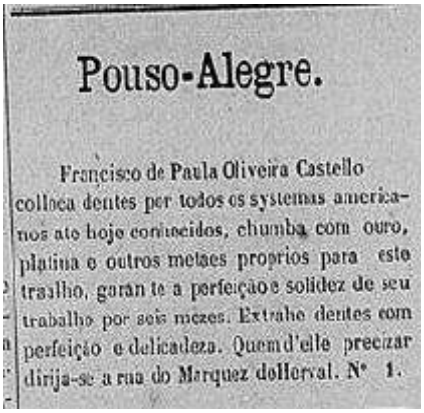
No setor de artes e ofícios, algumas áreas obtiveram crescimento e outras apresentaram uma queda, devido a mobilidade de pessoas entre as cidades da região sul-mineira. O que nos chama atenção é que algumas funções ou estabelecimentos como os proprietários, depósitos de sal e assucar e casas de comissão, padaria, pedreiros, taipeiros, typographia e empregados não aparecem contabilizados no ano de 1884. Já as fabricas de chá, chapéos, velas de cera e vinho são discriminadas no respectivo ano, levando-nos a atender que a oficialização ou instalação das mesmas ocorreram entre este período. A fabricação de velas teve uma grande importância nesta época, por ocasião da construção da nova cadeia, necessitando assim do fornecimento de um grande numero para a iluminação do prédio e de seus arredores.

Muitos destes ofícios eram encontrados em uma coluna dos jornais da cidade, como segue abaixo a propaganda da Fabrica de Vellas do Sr. Balbino Aprigio Ferreira do Amaral, anuncio de oficial de Pedreiro do Sr. João Benedicto Gomes de Andrade e de um ourives que prestavam serviços à cidade:

Imagem 03: Anúncios Comerciais Jornal “O Mineiro” 1875.

VELLAS
BALBINO APRIGIO PEREIRA DO AMARAL, participa as pessoas não só d'esta cidade, como as dos lugares circumvisinhos, que sempre tem em casa de sua residencia um completo sortimento de vellas de cêra, que podem ser procuradas a qualquer hora; e vende mais barato que em outra qualquer casa desta cidade afiançando a qualidade e a perfeição.
Trata-se em sua casa á rua da Princez Imperial n. 7 ou rua do Marquez d'Herval n. 4


Official de Pedreiro
João Benedicto Gomes de Andrade natural da cidade de Taubaté e hoje residente nesta cidade, official de pedreiro, póde ser procurado por aquellas pessoas que quizerem se utilizar do seu prestimo, á rua do Rosario, em casa do snr. João Cassiano. Garante perfeição no seu trabalho.
Pouso-Alegre, 10 Dezembro de 1873.


Pouso-Alegre.
Francisco de Paula Oliveira Castello colloca dentes por todos os systemas americanos ate hoje conhecidos, chumba com ouro, platina e outros metaes proprios para este trabalho, garante a perfeição e solidez de seu trabalho por seis mezes. Extrahe dentes com perfeição e delicadeza. Quem d'elle precizar dirija-se a rua do Marquez dolleval. N° 1.

Disponível no Acervo do MHMT

O rendimento das estações fiscais, no ano de 1874, apresentou a quantia de 10:215$030 e o orçamento da câmara, segundo o Almanaque Sul Mineiro para este ano, estava entre quatro a cinco contos, sendo considerada um dos municípios menos tributados da província[55].

No ano de 1884 podemos visualizar a dinâmica econômica através de algumas atividades: a compra de madeiras para construção, estas de lei eram tabeladas a 300 réis e de pinho a 200 réis. Já uma dúzia de tabuas de pinho a 18 réis, de cedro de 35 a 40 réis. As rezes geralmente eram vendidas com osso a 4$000 a arroba e um carneiro a 4$000 ou 5$000. Para se comprar um frango era necessária a quantia de 240$000 a 320$000, enquanto os ovos a 240$000 a dúzia. Itens como o leite a 80 réis a garrafa, o sal a 3 e 3$500 réis a saca, o açúcar branco a 7$ e 8$ a arroba. Um carro de lenha era vendido de 2$500 a 3$, já o de pedra 2$500, a cal 3$ o alqueire. A importação dos produtos cultivados na cidade circulava em torno de 200:000$000.

Com a proclamação da República ocorrida em 15 de Novembro de 1889, dava-se fim a um império que estava passando por um período decadente, perdendo apoio de suas bases econômicas, militares e sociais,

> O povo brasileiro cansara-se da monarquia, cuja modéstia espartana não incutia nos espíritos a mística e o esplendor dos tronos europeus (...) o imperador vestia trajes civis (...) Conta-se que a Princesa Imperial trazia consigo, no decote, fósforos para acender ela mesma as velas à boca da noite (...) O Conde d'Eu era cordialmente detestado (...) **entre outros fatores** (grifo meu) A velha estrutura monárquica, que, somada à tradição portuguesa, contava oito séculos, desmoronou-se toda em poucas horas na madrugada de 15 de Novembro. [56]

Entre as diversas mudanças ocorridas neste período, destacamos a promulgação de uma nova Constituição Brasileira. Com as leis que este conjunto estabelecia, decretava-se que a forma de governo da nação Brasileira seria a República Federativa, as províncias se tornariam estados, estando unidos a federação, dando autonomia aos mesmos na questão governamental e legislativa. Em relação aos municípios, o artigo 68 deixava claro que *"Os Estados organizar-se-hão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse"*[57]. A divisão dos tributos passou a ser entre a União e os Estados, enquanto estes escolheriam alguns de seus impostos para os municípios.

À União competiam os impostos de importação, direitos de entrada e saída de navios, selos, taxas de correio, telégrafo. Ao Estado caberia os impostos de importação de seus produtos, sobre imóveis rurais e urbanos, sobre transmissão de propriedades (sisa sobre bens de raiz), sobre

---

[55]VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro.* Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p. 227.
[56]BALEEIRO, Aliomar. Constituições Brasileiras Volume II- 1891. 3ªEd. Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, Brasília, 2012, p. 11-12.
[57] Idem, p. 80.

indústrias e profissões, selos sobre os atos de seu governo e negócios de sua economia, taxas sobre seus correios e telégrafos. Enquanto aos municípios,

> Durante toda República Velha (1891-1930), as municipalidades tiveram considerável autonomia enquanto corpos administrativos. As cidades eram responsáveis por todos os trabalhos nas estradas e pela manutenção e limpeza dos espaços públicos; pela construção e inspeção da infra- estrutura (água, esgoto e iluminação) pela regulamentação do uso e ocupação da terra e pelo trânsito (regras conhecidas como posturas); pelo controle dos mercados e pela inspeção da atividade econômica[58].

A década de 90 se caracterizaria por algumas transformações significativas em Pouso Alegre. Nos primeiros anos, o núcleo urbano[59] era composto por 5724 habitantes, sendo 2774 homens e 2590 mulheres. Deste número populacional, observamos um alto índice de analfabetismo, sendo 4333 os que não sabiam ler e 1391 eram alfabetizados. A presença estrangeira registrava-se por apenas 66 pessoas. Este número aumentaria com a criação da Colônia Francisco Salles em 1896, com a tentativa de se incentivar o trabalho rural, oferecendo aos colonos lotes de 5 alqueires a 1:200$000 réis.

Diante destas mudanças, e com a instalação da Comarca de Pouso Alegre, em 1° de Agosto de 1892 é promulgado os Estatutos do Município de Pouso Alegre. Constituído de 13 títulos, baseava-se nos antigos Códigos de Posturas, porém com diversas alterações. A administração municipal era feita pela Câmara Municipal e pelo Agente executivo municipal a quem cabiam a responsabilidade de legislar, arrecadar e manter organizada a cidade. Sobre a renda municipal e sua arrecadação, segundo o as Leis Municipais[60], da renda liquida arrecadada, metade seria entregue aos distritos[61], em proporção ao rendimento de cada um dos direitos. A Câmara também estabeleceria em seu regime tributário as tabelas de seus impostos e as regras para sua arrecadação, seguindo um modelo de estrutura tributária em que as cidades adotavam neste período. Era composto pelos seguintes impostos:

- De indústrias e profissões;
- De aferições de pesos e medidas;
- De imóveis rurais e urbanos;
- De transmissão de propriedade imóvel, intervivos (antiga sisa);

---

[58]ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel, Fapesp, 1999, p. 18.

[59]Aqui me refiro apenas ao núcleo urbano de Pouso Alegre, tendo em mente que o município neste período possuía ao todo 31.863 habitantes.

[60]Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, Typographia Silva Cabral, Ouro Preto, 1892. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

[61]Segundo o Almanack do Município de Pouso Alegre, neste período, fazia parte do território municipal: Freguezia de São José do Congonhal, Freguezia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Estiva, Freguezia de Sant'Anna do Sapucahy e Freguezia da Borda da Matta.

- Multas por infrações do Estatuto, leis e resoluções municipais;

O orçamento de receitas e despesas realizado, em Pouso Alegre, era distribuído por verbas apresentadas à câmara pelo Agente Executivo Municipal, em toda primeira quinzena do mês de setembro, sendo que depois do dia 15 de janeiro o mesmo Agente colocaria no papel o balanço da receita e despesa, sendo arquivada logo que fosse aprovada pela assembleia municipal.

4- Receitas e despesas nos últimos anos do século XIX

Nesta seção abordaremos os resultados obtidos através de pesquisas realizadas nos livros balancetes da Câmara Municipal de Pouso Alegre no período de 1880 a 1890. Com estes dados poderemos analisar o funcionamento do ano financeiro, as receitas obtidas com as cobranças de impostos e as despesas feitas na cidade, investidas em obras públicas, manutenção da limpeza, conservação de ruas e praças, pagamentos de funcionários, despesas judiciais entre outros serviços.

No período estudado, o Brasil estava passando por uma série de transformações, como o fim da escravidão, a proclamação da República, crescimento das cidades, modernização tecnológica e das referencias culturais. O primeiro ano da República foi marcado pelo "Encilhamento", ou seja, uma febre de negócios e especulação financeira, que nas palavras de Raymundo Faoro seria o *"estertor dos resíduos, monárquicos, desintegrado juntamente com seu centralismo financeiro"*[62]. Dos últimos momentos do império à instalação da forma republicana de governar, o meio circulante, ou seja, a quantidade de moedas que circulavam no país estava incompatível com a realidade de trabalho daquele momento, que previa o assalariamento e a inserção de imigrantes. Com a entrada de Rui Barbosa para o Ministério da Fazenda, vários decretos foram assinados com o objetivo de aumentar a oferta de moeda e concedendo a alguns bancos a faculdade de emitir papel moeda. Ao fazer uma leitura deste momento, o historiador Boris Fausto afirma que

> As iniciativas de Rui Barbosa concorreram para expandir o crédito e gerar a ideia de que a República seria o reino dos negócios. Formaram-se muitas empresas, algumas reais e outras fantásticas. A especulação cresceu nas bolsas de valores e o custo de vida subiu fortemente[63].

A crise adentrou o país no início de 1891, com a queda abrupta do preço das ações, falência de bancos e empresas. Foi neste momento que o valor da moeda brasileira, cotada à moeda inglesa (Libra Esterlina) começou a despencar.

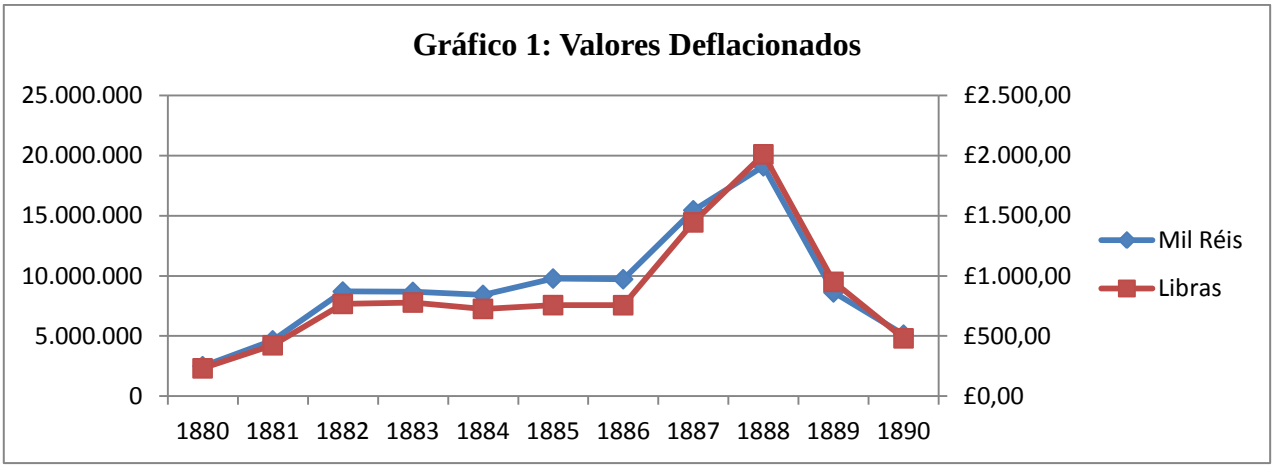
---

[62] FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*-Volume II. São Paulo: Editora Globo, 2000, p. 122-123.
[63] FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 252.

As consequências se arrastarão por anos, configurando o Encilhamento. Em Pouso Alegre especificamente, segundo o gráfico, notamos que não houve alterações devido a crise, sendo percebida uma pequena alteração nos anos de 1885 a 1886. Para chegarmos a esta conclusão tivemos que deflacionar os valores discriminados na documentação do período em que trabalhamos. Utilizamos da série C indicada pelos autores do artigo "Brasil: breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de cambio" em que consiste

> No terceiro volume das *"Séries Estatísticas Retrospectivas"*, consta, nas paginas 568-571, a taxa de câmbio implícita- definida como o valor do comércio exterior (exportação + importação) em moeda nacional dividido pelo seu valor em moeda estrangeira (libras até 1939 e dólares de 1940 em diante)- para os períodos 1821-1900 (tabela 11.1) e 1901-1987 (tabela 11.2). Os dados relativos à taxa de câmbio são apresentados, até 1939, em termos de mil-réis por libra; em 1940 e 1941, em mil-réis por dólar; de 1942 até 1966, em cruzeiros por dólar; de 1967 a 1969, em cruzeiros "novos" por dólar; de 1970 em diante, em cruzeiros por dólar. Esta é, para o período que cobre, uma das melhores séries por nós compulsadas.[64]

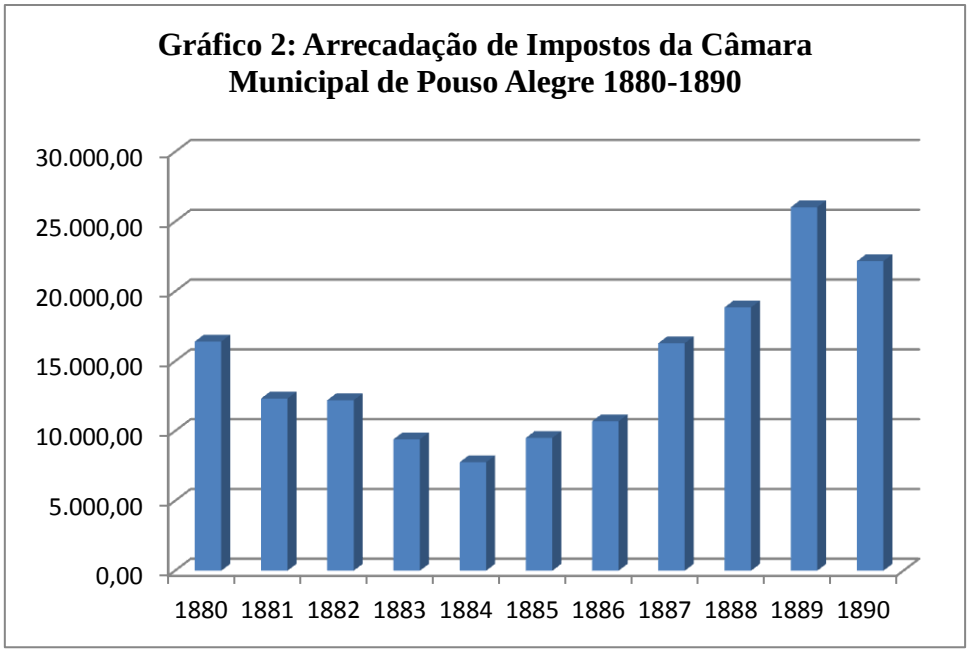
Ao realizar as operações de deflação, de acordo com o gráfico abaixo[65], percebemos que não houve muitas alterações dos valores no comportamento em relação à libra esterlina. Por isso optamos em trabalhar com valores em mil réis.



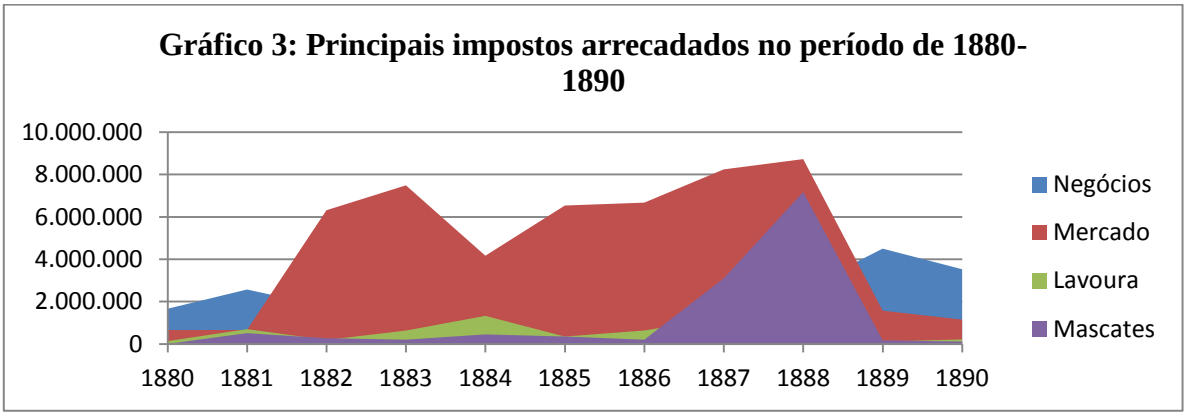
Durante o período de 1880 a 1890, através da soma das receitas e despesas organizadas em quatro trimestres no decorrer dos anos, no município de Pouso Alegre apresentou a seguinte receita:

[64]NOZOE, Nelson, Etall; *Brasil*: Breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de câmbio. São Paulo: janeiro de 2004, p. 02.

[65]O mesmo gráfico pode ser encontrado especificamente para cada valor no final do texto em anexo.



O gráfico 2 nos apresenta que a arrecadação era razoável, apresentando uma queda a partir do anos de 1883 e retomando seu crescimento no ano de 1885, chegando a um ponto mais elevado no ano de 1889. Ao descriminarmos os valores totais de cada imposto, percebemos que o movimento econômico da cidade se concentrava na área comercial e de abastecimento, sendo arrecadados os seguintes valores: Negócios- 26:057$000; Mercado- 8:837$796; Lavoura- 5:942$000; Mascates- 3:287$530 e sobre os Carros- 2:095$000. O gráfico[66] abaixo nos mostra as rendas mencionadas acima devidamente deflacionadas arrecadas durante o período estudado:



Já o gráfico nos mostra que as principais arrecadações estavam em torno do Mercado e Negócios, sendo a base da economia local, chegando ambos a arrecadar de 70 a 80% dos impostos municipais. Analisando as arrecadações do Mercado, observamos que no início da década de 1880

[66] Os gráficos dos impostos discutidos se encontram separadamente em anexo no final do texto.

há um crescimento chegando a quase 80% da arrecadação do município. Em 1884 há uma queda para 50% mantendo-se relativamente estável até 1886, e nos anos finais passa a arrecadar um pouco mais de 20%. Sobre os negócios, inaugura-se a década de 1880 arrecadando um pouco mais de 60% dos impostos municipais, sofrendo uma queda em 1883 chegando a menos de 10%. Em 1884 aproxima-se da casa dos 20%, mantendo-se relativamente estável até o ano de 1888. No final da década, retoma o crescimento aproximando aos 70 % da arrecadação municipal. Neste sentido, o Mercado arrecada 80% dos impostos totais e o comércio um pouco mais de 60% no período estudado. Entre os anos de 1883 a 1884, há uma queda no comércio (20%) mantendo estável; esta queda afeta o mercado (50%). No Final da década de 80 os impostos relativos aos negócios passam a arrecadar 70% e o mercado chega um pouco mais de 20%.

Em segundo plano podemos classificar os seguintes impostos: os Mascates chegando a 35% da arrecadação no período de 1886 a 1888, sendo que no início da década teve uma variação de 5 a 10% encerrando os anos 80 com menos de 5% de arrecadação. As cobranças relativas aos Carros não chegam a 30% da arrecadação municipal. De 1880 a 1888 apresenta uma arrecadação de menos de 5%, tendo um aumento a partir do ano de 1888, chegando a 25%. Já a Lavoura: não alcança os 20% da arrecadação municipal e período entre 1883-1884 atinge aproximadamente a 16% da arrecadação municipal.

Podemos aqui realizar algumas considerações em relação às variações dos impostos durante o período estudado, principalmente daqueles que nos chamaram mais atenção na análise dos gráficos, o mercado e os mascates. Ao analisar as atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, percebemos que neste período há um aumento na arrecadação municipal, e paralelamente há uma reorganização em relação a cobrança dos tributos. Quanto ao Mercado, nos primeiros dias de 1883, os vereadores questionam sobre a forma que estava sendo desempenhadas as funções fiscais e tributárias daquele estabelecimento, chegando a sugerir que o serviço fosse arrematado por particulares, tendo em vista que aqueles que eram nomeados pelo poder público não estavam prestando bons serviços, conforme observam:

> Não sendo regular inconveniente que a arrecadação do imposto da tabella da praça do mercado seja feito como até o presente, visto como **não se pode verificar com certeza de sua pontual execução por feita de escripturaçao e documentos são tomadas as contas pelo simples balancete apresentado a arbítrio do Inspector.** Por isso proponho, que com a comissão composta dos Srs. Capitao Joaquim Augusto de Moreira Queiroz, Juliao Florencio Meyer e Joaquim L. Gomes Teixeira para que em vista dos balancetes do ano que lhe serão ministrados pelo secretario e o movimento que tiveram presenciado na Praça do Mercado deem sua opinião de como ser postas as (...) em hasta publica ao ser feita a cobrança por algum meio mais regular que se tenha certeza de sua necessidade (...) o rendimento (...)[67]. (Grifos meus)

[67] *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre*. Sessão Ordinária de 22 de Janeiro de 1883, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Percebendo a situação vigente, a comissão nomeada para inspecionar e solucionar o caso, emite o parecer sobre ser desnecessária a arrematação para este serviço, bastando que a Câmara Municipal escolhesse *"um cidadão intelligente e probo para inspecionar e arrecadar os impostos que se cobrar na Praça do Mercado desta cidade*[68]*"* deixando de acarretar desnecessários convenientes entre os comerciantes, e que a edilidade oferecesse ao nomeado inspetor do mercado *"cadernos de talloes e livros em que sejam escripturados minuciosamente a entrada, vendas e sobras dos gêneros que alli calcarem (sujeito a impostos), tornando-se mais fácil a reunificação da arrecadação e tomada de contas (...)*[69]*"*. A este funcionário é sugerido pela Câmara uma gratificação relativa a porcentagem da arrecadação obtida.

Em se tratando de ser um dos principais arrecadadores do município e mantendo sempre atenção com as atividades comerciais, fora necessária esta organização, mantendo até o final dos anos de 1880 a casa dos 50% da arrecadação local. Entre 1888 a 1890, as atas não mencionam informações relevantes sobre a arrecadação. Sobre a queda percebida no gráfico, podemos relacionar com as possíveis mudanças que estavam sendo realizadas neste período naquele local: a compra do terreno[70] em que se estabelece a Praça do Mercado e a construção de um novo prédio a se concluir no ano de 1893.

Outro ponto que nos chama a atenção é em relação aos mascates, observando o crescimento na arrecadação no período 1886 a 1889. Das investigações realizadas nas atas deste período, nenhuma informação a respeito foi localizada, deixando esta lacuna em nossa pesquisa.

As rendas obtidas com a criação de gado (1:665$200) e vacas de leite (1:348$000) apresentavam ser significativas para o município, assim como a produção de aguardente, café e açúcar (3:061$545) e a fabricação da banha (1:320$040). Os coletores do Engenho e negócios e das freguezias arrecadavam respectivamente as quantias de 13:828$906 contos de réis e 8:415$539 contos de réis. Os demais impostos, cada um em particular, resultavam e pequenas quantias, mas que completava o quadro econômico da cidade.

Em relação às despesas, observamos com a análise dos documentos contábeis do município que os gastos totais da câmara estavam entre quinze contos de réis no início da década de 80, tendo no ano de 1884 uma queda para sete contos de réis. É interessante observar que neste mesmo período a arrecadação do município também ficou reduzida, e nos próximos anos recuperando o seu

---

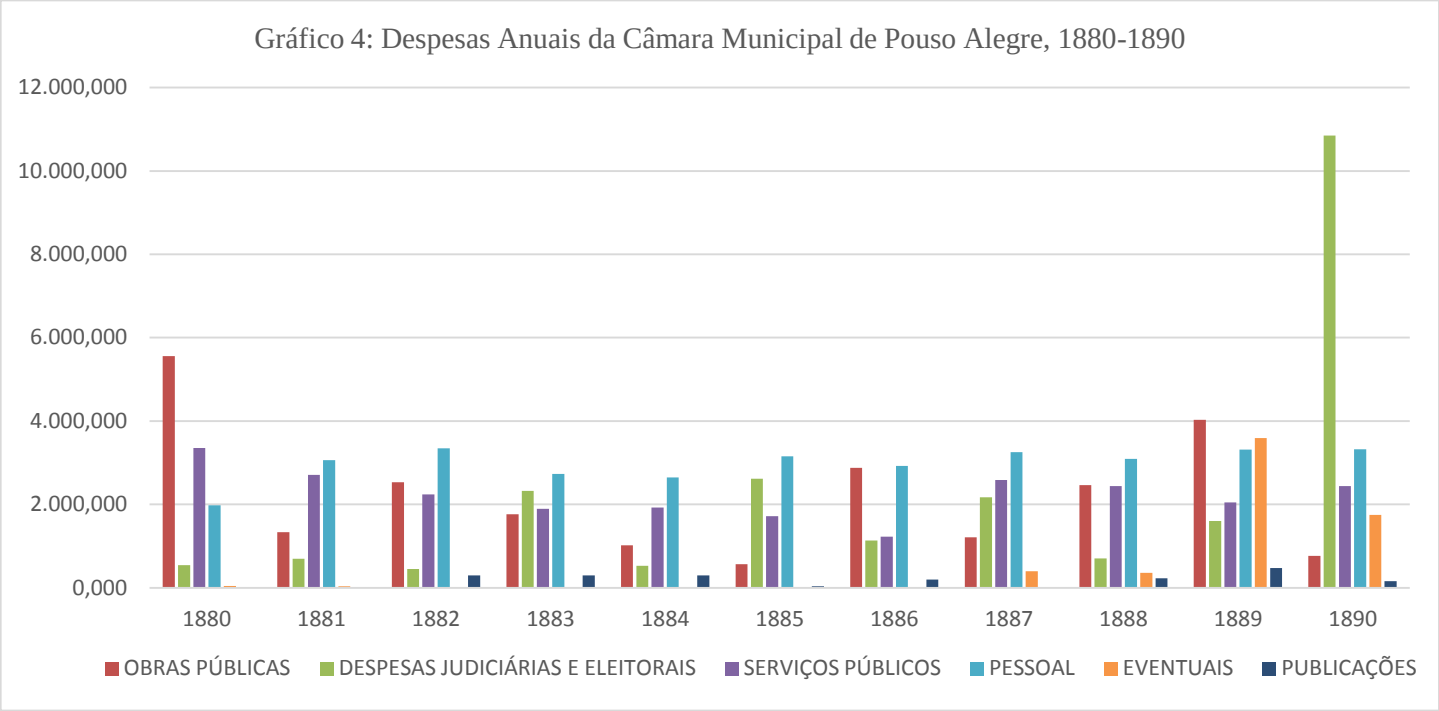
[68] *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre*, 6ª Sessao Ordinaria em 26 de Janeiro de 1883, Livro 12, p. 69, disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

[69] Idem.

[70] O terreno que abrigava a Praça do Mercado pertencia aos patrimônios do Senhor Bom Jesus, sendo cobrado um aluguel mensal para o seu funcionamento.

crescimento. A partir de 1885, os gastos da Câmara voltam a aumentar, chegando em 1899 na casa dos 25 contos de réis.

No gráfico abaixo com os valores em mil réis e sem os dados das despesas totais, observamos algumas despesas especificas durante o período estudado:



Os gastos estavam mais concentrados nas despesas pessoais, ou seja, os funcionários da câmara (porteiro, fiscais, secretário), como se percebe no gráfico durante toda a década, com as obras públicas e serviços públicos. O que nos chama atenção é um elevado gasto com as despesas judiciárias eleitorais no ano de 1890, tendo em vista que a primeira eleição para Presidente dos Estados Unidos do Brasil ocorreu no inicio do ano de 1891, sendo eleito Manuel Deodoro da Fonseca.

Neste período, a Câmara Municipal realizou algumas obras na cidade, tais como os consertos nas pontes que transpunham os Rios Sapucaí e Mandú, a manutenção na área aterrada sobre as várzeas do rio Mandú, favorecendo assim a circulação de pessoas e mercadorias, a conservação e reparos nas principais ruas da cidade e a construção de calçadas para as mesmas, a abertura de córregos, encanamento e conservação para os chafarizes que abasteciam a cidade, a reparação e manutenção nos esgotos urbanos, a reforma e aumento de números de lampiões para a iluminação pública, os reparos nas estradas que ligam a outras cidades e freguezias.

Obras de grande porte são iniciadas nestas décadas, como a aquisição do terreno e a construção de um prédio amplo para abrigar o Mercado Municipal, e a construção de uma estrada de ferro, que tinha como ponto de partida a estação de Soledade de Minas, na confluência com a

Estrada de Ferro Minas e Rio, e o término em Sapucaí, onde se conectava com a Mogiana, e que passava por Pouso Alegre, obra esta realizada pelo governo estadual. Para então servir ao movimento de passageiros, foi construída uma estação no centro de Pouso Alegre, obedecendo ao estilo das construções ferroviárias. A ferrovia, além do transporte de passageiro, seria mais um meio para o escoamento de produtos da cidade e região e para aquisição de mercadorias provenientes de outras áreas, estreitando ainda mais a ligação com as grandes capitais, São Paulo e Rio de Janeiro.

5- Considerações

Em Pouso Alegre percebemos desde a sua formação inicial, em fins do século XVIII, uma localidade estratégica, ponto de acolhimento aos viajantes que passavam pelas Minas para pernoitarem e usufruíssem dos recursos disponíveis na região. No decorrer do século XIX, assume ainda mais certa posição de centralidade, principalmente pela sua posição geográfica em relação aos caminhos que cruzavam na região do Sul de Minas.

No cenário político, contou com a presença no cenário nacional, através do Padre Senador José Bento, pessoa esta que organizou o núcleo populacional que aqui se estabeleceu, desde a aferição das primeiras ruas a inserção da primeira tipografia na pequena vila, em seu prelo publicando semanalmente o “Pregoeiro Constitucional”, o primeiro jornal do Sul de Minas, e o quinto da província, levando seus ideais políticos e algumas noticias de Pouso Alegre para o Império e outras cidades. Outro fator que nos chama atenção é o fato de ter sob sua administração uma ampla extensão territorial que compreendia povoados e espaços rurais que depois se emanciparam, constituindo novos municípios.

Em meio a organização política, a partir de 1831, Pouso Alegre é elevada a Vila, e ao mesmo tempo é estabelecida a primeira Câmara Municipal, dando assim inicio a melhoramentos e avanços naquela pequena localidade. Uma das primeiras ações da casa legislativa foi a abertura de duas fontes publicas de água potável, construção de um chafariz no Largo do Rosário e abastecimento de água.

Na segunda metade do século XIX, é que percebemos maior atenção com a administração publica. Temos o estabelecimento do segundo Código de Posturas da cidade, mantendo a ordem e a constituição do local, e pela primeira vez é discriminada e organizada a estrutura fiscal de Pouso Alegre, através da cobrança dos impostos, da delegação dos cargos e da demonstração de suas contas. Com a criação da Praça do Mercado, e a estruturação de sua organização de funcionamento, o comercio passa a ser algo mais rentável para a municipalidade, e nos leva a entender que Pouso

Alegre diferentemente dos outros municípios mantém a sua característica de economia de abastecimento.

Com a análise da documentação, podemos observar, mesmo que inicialmente, as relações econômicas estabelecidas no município, estabelecidas através dos negociantes e produtores rurais. A transição do século XIX para o século XX terá uma importância para Pouso Alegre, pois a riqueza urbana se fortaleceu com o crescimento do comércio e dos investimentos empreendidos pela municipalidade. Se não podemos encontrar manifestações daqueles membros do grande capital urbano, por outro lado, a cidade não deixou de caminhar na construção de sua própria trajetória na assimilação do mundo urbano moderno.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Eugênia Nunes de. VALE, Fernando Henrique do. *Mercado Municipal de Pouso Alegre*: o cotidiano na cidade. Campinas: Pontes Editores.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Brasileiro*: Minas Gerais- Campanha da Princesa (1799-1850). 2ª edição revista atualizada. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

BALEEIRO, Aliomar. Constituições Brasileiras Volume II- 1891. 3ªEd. Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, Brasília, 2012.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. A Transição da mão de obra no Sul de Minas: cultura política na imprensa local (1879-1888). *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. 1, n° 2, Ouro Preto: UFOP, dez- 2008.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Wilma Peres. *Revisitando a questão da centralização fiscal no século XIX*. 1er Congresso Latinoamericano de Historia Económica (CLADHE I), Montevideo, 2007.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. *Congresso Brasileiro de História Econômica, 5; Conferência Internacional de Historia de Empresas, 6*, 2003, Caxambu, MG. Anais... Caxambu: ABPHE, 2003. 1 CD-ROM.

DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires:* incursões em uma demografia da escravidão no Sul de Minas. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*-Volume II. São Paulo: Editora Globo, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FOLLIS, Fransérgio. *Politica urbana e cidadania:* um estudo sobre a cidade no interior paulista (Franca, 1890-1996). Editora UNESP, São Paulo, 2012.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais:* São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineir*o, 1835-1889. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* 4ªEd. Campinas: Editora Unicamp, 1996, p.545.

LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação:* O abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

LYBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOPES, Luciana. HANLEY, Anne Gerard. *Alice no pais da contabilidade:*a aventura de duas historiadoras econômicas em registros contábeis do século XIX. Revista de Contabilidade Financeira, vol. 25, São Paulo: USP, 2014.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não- exportadora. *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas- USP, v. 13, n°1, 1983.

MONTORO, Eugênio Augusto Franco. A organização do Município na Federação Brasileira. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1974.

NOGUEIRA, Octaviano. *Constituição Brasileira I: 1824*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

NOZOE, Nelson, Etall; *Brasil*: Breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de câmbio. São Paulo: janeiro de 2004.

QUEIROZ, Amadeu de. *O Senador José Bento* (Estudo Histórico). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel, Fapesp, 1999.

SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição:* a formação do capitalismo na passagem para o século XX. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

_____; FILHO, Antoniel Avelino. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. *Cultura, História e Patrimônio*, v. 1, 2012.

SPIX, Johann & MARTIUS Carl. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed., vol. I. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

WIRTH, John D. *O fiel da balança:* Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FONTES HISTÓRICAS

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Documento que autoriza o início dos trabalhos na praça do Mercado, Sessão Ordinária de 21 de Dezembro de 1859.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Sessão Ordinária de 17de Janeiro de 1872.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Sessão Ordinária de 22 de Janeiro de 1883.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 6ª Sessao Ordinaria em 26 de Janeiro de 1883, Livro 12, p. 69.

Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Sessão Ordinária de 22 de Janeiro de 1883.

Livro de Leis e Posturas da Villa de Pouso Alegre, 1832. Disponível para consulta no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Código de Posturas da Cidade de Pouso Alegre, 1858. Livro da Lei Mineira. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

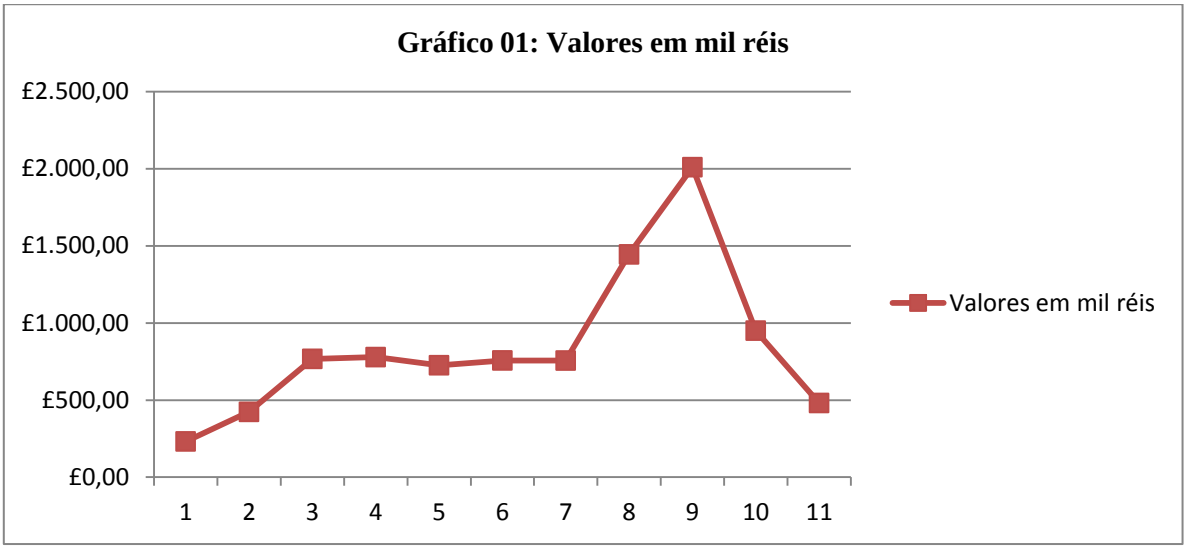
Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, Typographia Silva Cabral, Ouro Preto, 1892. Disponível no Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

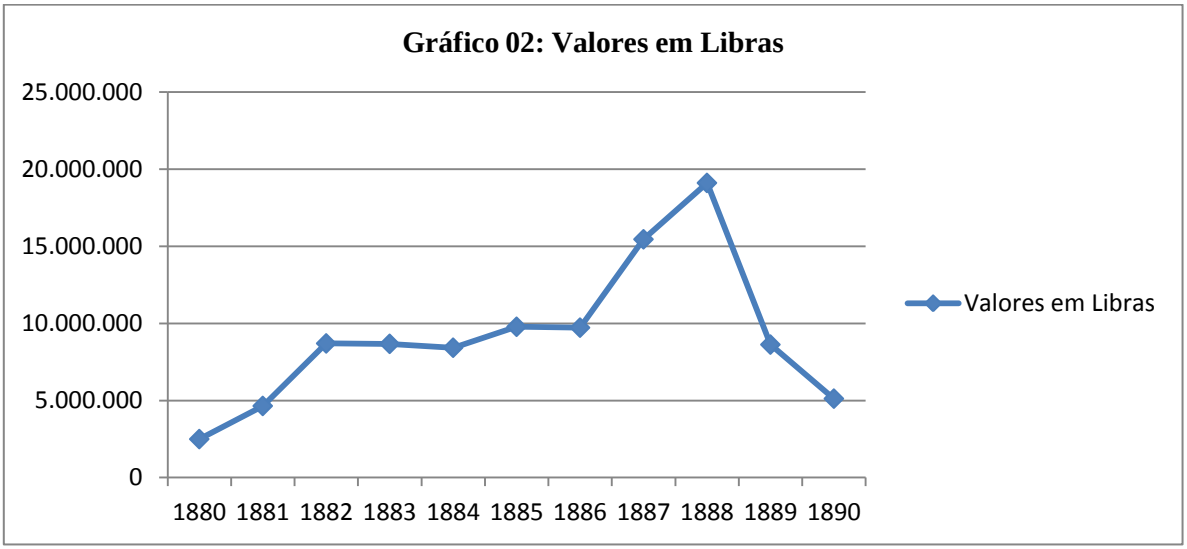
OLIVEIRA, Antonio Marques. *Almanack do municipio de Pouso Alegre.* Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900.

VEIGA, Xavier. *Revista do Arquivo Publico Mineiro*. Ano I, Fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jul-set 1896.

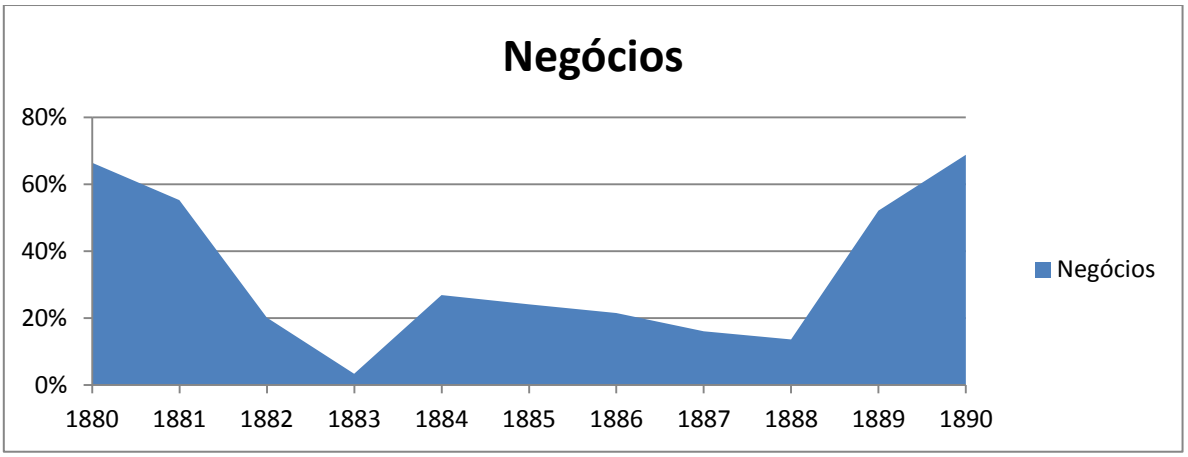
Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1900. Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1905.

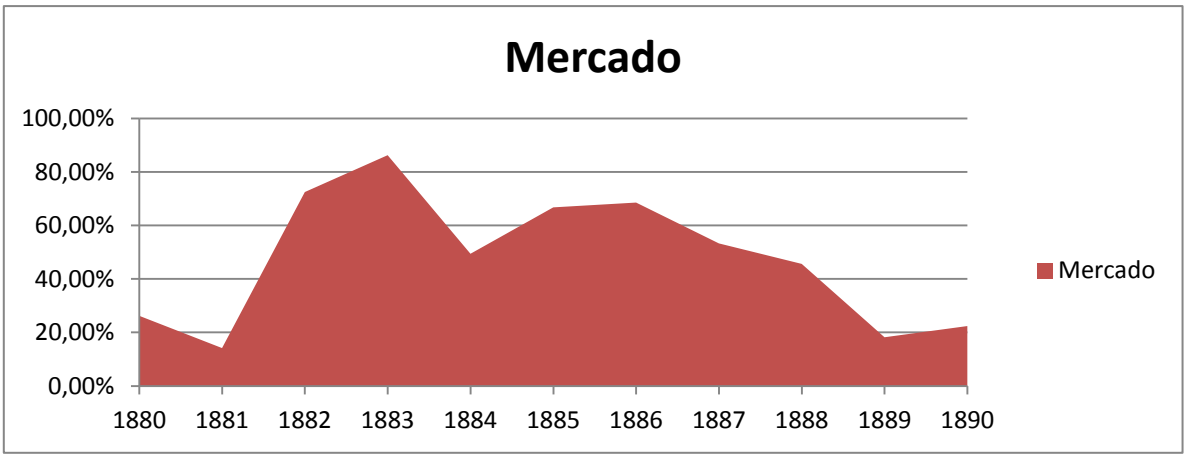
Anexo 1- Valores Deflacionados

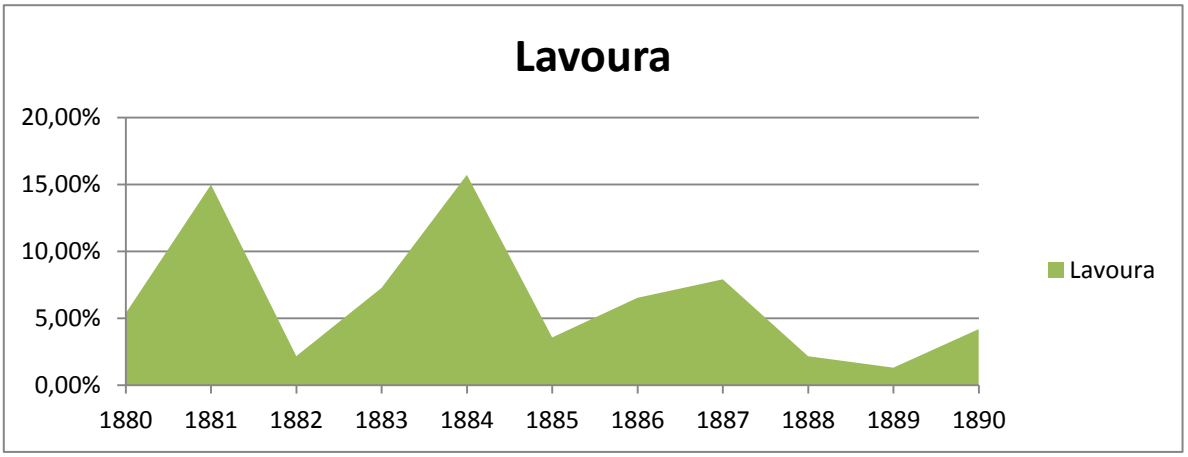


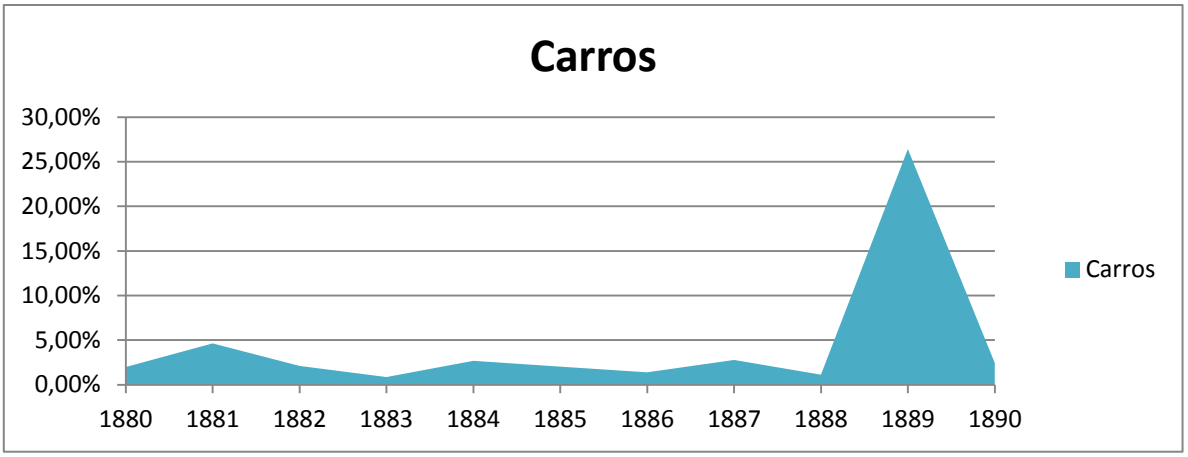


Anexo 2- Principais impostos arrecadados








Carros
30,00%
25,00%
20,00%
15,00%
10,00%
5,00%
0,00%
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
Carros

ESTADO E BUROCRACIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE UM DEBATE.

Francisco Monticeli Valias Neto [1]

Luz Marina Almeida [2]

RESUMO

O artigo em questão tem por intuito discutir a configuração e nuanças-base do Estado brasileiro mediante a reconstituição histórica e interpretação do surgimento do Estado moderno, afirmado a partir de 1930, atrelando-se em especial ao papel e disseminação da burocracia nacional nesta reconfiguração de força e dinâmica econômica do país. O debate deste contexto no Brasil permite discernir que a burocracia faz parte do surgimento do Estado moderno, e o cenário em que se delineou os contornos sociais, políticos e econômicos de um estado emerso em toda contradição de um processo de ruptura histórica, mas que entrevia o horizonte de modernização. E desta forma vislumbrou-se a partir da Teoria do Estado Marxista contribuir no sentido da tentativa de interpretar de maneira elucidativa a asseveração deste Estado frente a construção da burocracia nacional.

Palavras-chaves: Burocracia; planejamento econômico; teoria do Estado.

Área temática: Brasil república

1 Mestrando do Programa de Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas. IE/UNICAMP.

2 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará. PPGE/UFPA.

1. INTRODUÇÃO: SURGIMENTO DO ESTADO MODERNO NO BRASIL

O olhar atento de um historiador que se lança ao caminho percorrido pela história evidencia um trajeto marcado por curvas e inflexões, onde a calmaria dos terrenos planos perde relevância nessa estrada cheia de ziguezagues. Assim se move a história, longe de uma evolução linear essa disciplina ganha contornos nos movimentos de ruptura capazes de promoverem transformações profundas na sociedade. Sem dúvida, para a historiografia brasileira. O ano de 1930 constitui um dos maiores marcos históricos do século XX, sendo o divisor de águas de um Brasil arcaico para uma nação que começa a se modernizar. Evitando certo preciosismo pela perseguição de uma origem explicativa (datada) ou da noção de causalidade histórica, o fato é que a década de 30, nos seus contornos sociais, políticos e econômicos simboliza um ponto de inflexão na estrada do desenvolvimento ao redefinir, e mesmo criar novas estruturas capazes de romper com o passado colonial: nascia o Estado moderno, emerso em toda contradição de um processo de ruptura histórica, mas que vislumbrava o horizonte de modernização.

Sob os auspícios da Semana da Arte Moderna e do movimento Tenentista, a Revolução de 1930 lançou Getúlio Vargas à presidência. Este ato representava a quebra de um pacto oligárquico de dominação política que se perpetuou ao longo de todo período da República Velha, onde as principais (e seculares) forças regionais se alternavam no poder garantindo a manutenção de um modelo de desenvolvimento voltado para fora com as exportações de gêneros primários (açúcar, ouro e café). Do ponto de vista econômico, representava a organização de toda sociedade sob o predomínio do capital mercantil, que a partir daí compatibilizava as relações de produção e as instituições políticas e jurídicas à sua lógica de reprodução.

Este modelo começa a entrar em crise pela confluência de forças externas e internas. Externamente, a crise de 1929 colocava à mostra todas as fragilidades de economias primário-exportadoras, que sofrendo cortes abruptos na demanda externa revelavam o quão dependentes se tornaram dos mercados que eram controlados pelos países do centro do sistema capitalista. No que se refere aos aspectos das forças internas, o complexo cafeeiro[3] proporcionou um transbordamento de recursos que deram origem a certa diversificação da economia, assentadas no crescimento das

3 Ver Mello (1991) e Cano (1997)

atividades industriais e na consequente expansão urbana. Em outras palavras, novas classes e frações de classes emergem para o campo da disputa política questionando a hegemonia das oligarquias regionais, do poder deste modelo exportador e, no limite, desse projeto de nação.

O processo de industrialização[4] que se inicia, portanto, nos termos deste trabalho exprime a transição do predomínio do capital mercantil para o capital industrial, ou seja, uma ruptura que redefinirá as relações entre Estado e sociedade e que marcará as peculiaridades da nossa revolução burguesa. Específica porque, diferentemente de um "desenvolvimento clássico", não foi comandada por empresários inovadores e nem a partir de uma evolução linear das estruturas. Aqui foi a intervenção do Estado que consolidou a dominação do poder burguês. Sobre essas questões afirma Draibe:

> "(...)esse é um processo de construção simultânea das estruturas sociais e políticas da dominação e do poder burguês. Nesse movimento, constituem-se concomitantemente as bases materiais sobre as quais repousa o poder da burguesia, assim como as estruturas políticas – o Estado – pelas quais a dominação e o poder burguês se expressarão e se exercitarão como um poder unificado" (DRAIBE, 2004, p. 11)

Neste sentido, metamorfoseando os interesses da burguesia nascente como interesses da nação, o Estado garantiu sua autonomia e legitimidade para intervir na economia, quase como mentor da consolidação das forças capitalistas no Brasil. Assim:

> [...]De uma à outra fase da industrialização, com autonomia Estado brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados, e tornou-se ele próprio produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, por meio de seus aparelhos e instrumentos, controlou e imiscuiu-se até o âmago da acumulação capitalista. (DRAIBE, 2004, p. 15)

Como pré-requisito para essa atuação, fez-se necessário a construção, paralelo ao processo de industrialização, de uma superestrutura político-administrativa que fornecesse subsídios para por em prática as funções, cada vez mais complexas, que configuravam a atuação deste Estado. Otávio Ianni interpretou essa reconfiguração administrativa, burocrática e técnica como o surgimento, no aparelho do Estado, de um tecnoestrutura capaz de efetivar por meio da política econômica essa nova relação entre Estado e economia. (IANNI, 1977). Este processo é também descrito em Albernaz (2012):

---

4 As interpretações deste processo fogem ao escopo de análise deste trabalho, para tanto ver o clássico trabalho de Furtado (2007).

> “(...) Esse modelo de desenvolvimento brasileiro, alicerçado na industrialização como sinônimo de desenvolvimento econômico, também operou a constituição de uma ossatura material no aparelho de Estado expressa na multiplicação, e sobreposição, de diferentes instâncias burocrático-administrativas – centralizadas e nacionais – que tornaram possíveis a intervenção, mesmo que limitada, e o planejamento do desenvolvimento por parte do Estado brasileiro.” (ALBENAZ, 2012, p.26)

Portanto, é no bojo desse movimento que podemos compreender a criação de diversos órgãos, comissões, conselhos e departamentos, entre os anos do primeiro governo Vargas (1930-45), tais como: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); Departamento Nacional do Café e Instituto do Açúcar e Álcool (1933); Conselho Federal de Comércio Exterior (1934); Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938; Companhia Siderúrgica Nacional (1941); Missão Cooke (1942); Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944), entre tantos outros. Com essa nova arquitetura institucional, o Estado passou a intervir, regular e, sobretudo, planejar a atividade econômica através de suas políticas e planos econômicos, que passaram a garantir a reprodução do capital industrial.

Do ponto de vista do pensamento econômico, gestava-se com essa reconfiguração do Estado uma ideologia desenvolvimentista engajada no debate político interno sobre os rumos da industrialização. Bielschowsky (2000) afirma-se como o autor que melhor sintetiza a expressão do desenvolvimentismo do período, ressaltando que o mesmo assentava-se em quatro pontos chave: o fato de a industrialização integral ser a via de superação do subdesenvolvimento brasileiro, sendo que os meios para se alcançar tal processo não surgirão espontaneamente através das forças de mercado, pelo contrário, é necessário que o Estado atue e planeje tal processo, visto que o planejamento deva definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos dessa promoção, e por fim, o Estado também deve, na ausência de fôlego dos investimentos privados, captar e orientar recursos para a realização de investimentos nestes setores. (BIELSCHOSKY, 2000)

Analisando o discurso de Vargas para a justificativa da criação do Conselho Federal de Comércio Exterior em 1934, por muitos, tido como a gênese do planejamento brasileiro, observamos como esse instrumental teórico de racionalização das atividades via políticas de planificação era assimilado pelo seu governo:

> [...] Durante largo período procuramos resolver os problemas do comércio exterior do Brasil, adotando formas empíricas, aplicando métodos

> apriorísticos e sem base na realidade. A falta de um organismo centralizador, para onde convergissem e de onde irradiassem todas as medidas de estímulo tornava praticamente impossível o exame e o conhecimento seguras das necessidades da economia (...) A riqueza de um Estado é uma consequência das boas normas administrativas (...) Não nos podemos conformar ...com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semicoloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos. (VARGAS apud IANNI, 1977, p.26-7)

Vale lembrar que este processo de centralização do Estado e planificação de suas políticas econômicas encontrava paralelo em diversos países, não sendo exclusividade do caso brasileiro. No fundo, as experiências dos Planos Quinquenais da União Soviética e a própria constatação de uma realidade (pós-crise de 29) avessa aos princípios do *laissez-faire*, encorajavam a adoção de uma ideologia desenvolvimentista por parte das ações do Estado. Emergia, também neste contexto, a teoria keynesiana que subsidiaria teoricamente os desdobramentos deste "novo Estado", que começava a questionar o arcabouço da teoria liberal e sua fé nas forças de mercado. Assim, planejamento e intervenção tornavam-se agora pontos centrais da ordem do dia das economias capitalistas. Nas palavras de Lafer:

> [...] Diante deste quadro, o planejamento governamental se faz necessário, não para substituir o sistema de preços (como ocorrem em países que os meios de produção pertencem ao Estado) mas para corrigir-lhe as distorções, aproximando as alocações de recursos da correspondente a um ótimo paretiano (situação em que somente se melhora a posição de um agente piorando a de outro) e aumentando a eficiência dinâmica do sistema, ou seja, promovendo o desenvolvimento econômico. (LAFER, 1975, p.16)

Em síntese, esses foram os movimentos que caracterizaram o surgimento do moderno Estado capitalista no Brasil. Uma confluência de transformações de ordem política das forças internas, apoiadas na mentalidade que a cultura urbana produzia e no projeto desenvolvimentista da industrialização, reconfigurando as classes e frações de classe hegemônicas no bloco de poder [5]. Destarte, passaram a disputar a orientação das políticas econômicas deste Estado em formação, através da racionalização das estruturas, que tornaram a linguagem técnica do planejamento componente central do sistema político administrativo. Somam-se neste contexto os determinantes das experiências externas (crise de 1929 e a planificação em economias de guerra) que cada vez mais forneciam subsídios teóricos que legitimavam as transformações internas. Diversos foram os atores envolvidos neste momento histórico da evolução brasileira,

5 O termo é de Poulantzas (1975 e 1980) e será tratado com mais descrição à frente.

dentre eles, os novos agentes que passaram a exercer funções nos diversos aparelhos desse Estado, que dado as exigências cada vez mais complexas produzia um corpo de "técnicos" especializados: são os burocratas, e/ou os tecnocratas e/ou ainda os técnicos-políticos. Essas diferentes qualificações expressam um único fenômeno que é o surgimento de uma elite estatal.

Localizados, talvez, em um dos espaços mais privilegiados para a compreensão das transformações em curso e imbuídos por uma relação dialética entre esta nova estrutura estatal e sua própria reprodução, que por ser interconectada na medida em que a própria estrutura que os cria esta sujeita a ser modificada pelos seus frutos, pode revelar um ângulo a mais neste processo de interpretação e qualificação de um Estado tão peculiar. Pretendemos a partir de agora recuperar a literatura que problematizou o papel dos "técnicos" na construção do Estado moderno brasileiro.

2. BUROCRACIA ESTATAL: AUTONOMIA OU SUJEIÇÃO?

Resgatando as origens do termo burocracia, somos levados ao século XVIII quando o economista fisiocrata Vincent de Gournay usou o termo para criticar o corpo de funcionários da administração que executavam os excessos de medidas centralizadoras nas monarquias absolutistas. (BOBBIO, 1992). Destarte, foi Max Weber quem melhor conceituou o termo, retirando, sobretudo, seus contornos pejorativos. Para este autor, interessado nos aspectos construtivos de legitimidade para o exercício da dominação política, destaca três tipologias ideias: a tradicional, a carismática e a racional-legal (nos termos dos neoweberianos racional-burocrática). Esta última, característica do estágio moderno da evolução capitalista, tem no fenômeno burocrático, expresso pela racionalidade crescente da vida social, política e econômica, a manifestação de uma nova forma de autoridade, agora conduzida por agentes dotados de conhecimentos técnicos especializados e recrutados a partir de seleções universais. Em outras palavras, a razão tornava-se o requisito para o exercício de autoridade. No fundo, Weber lança luz para uma forma de dominação que se legitima pela posse de conhecimento específico, logo, pela impessoalidade que fundado em valores universais estariam livre dos interesses particularistas e de classe, exercendo o domínio político de forma neutra [6]. Comentando essa questão, Gouvêa sintetiza:

6 Ver Weber (1982)

> [...] Em resumo, na visão weberiana a burocracia, como agente das ações racionais nas sociedades capitalistas modernas, é a base da legalidade do Estado, pois o capitalismo precisa dessa racionalidade para desenvolver-se. Assim, há uma relação de interdependência por interesses recíprocos, pois capitalismo e burocracia 'casam-se' pela racionalidade. (GOUVÊA, 1994, p. 45)

Com este novo panorama conceitual, o planejamento econômico passa a representar a racionalização do sistema econômico, portanto, um instrumento legitimamente neutro para a atuação dessa burocracia. Na sua própria definição, "o planejamento nada mais é do que um modelo teórico para a ação. Propõe-se organizar racionalmente o sistema econômico a partir de certas hipóteses sobre a realidade" (LAFER, 1975, p.15). No mesmo caminho o planejamento reflete um processo de decisão e ação racional. Entretanto, quem e de que forma define os objetivos a serem atingidos? Tendo este questionamento em mente Cardoso (1975) problematiza esta concepção estanque, colocando novas questões a serem pensadas sobre a neutralidade deste corpo burocrático e suas ações. Citando-o: "A decisão de planejar é política, no sentido de que por intermédio da definição dos planos se alocam 'valores' e objetivos junto com os 'recursos' e se redefinem as formas pelas quais esses valores e objetivos são propostos e distribuídos." (CARDOSO, 1975, p.170) No fundo, a teoria econômica pode elencar as possibilidades "racionais" factíveis, mas não é por si suficiente para explicar o porquê uma delas é escolhida.

Trazendo essa questão controversa para a problemática deste trabalho, ou seja, para as especificidades da formação do Estado moderno brasileiro pós 1930, observa-se que os desdobramentos do período anterior deixaram marcas profundas de desgaste na cultura política, relacionando seus personagens aos anseios particularistas permeados pela corrupção. Neste sentido, construiu-se um consenso na sociedade brasileira acerca do "mito da solução técnica", ou seja, na dicotomia entre o político (escória da sociedade) e os técnicos (autoridade moral detentora dos interesses da nação). Este caracterização é esclarecedora em Gomes:

> [...] Pouco a pouco, e não sem enfrentamentos, o 'bacharelismo' e a 'política' vão sendo comprometidos como sinônimo e identificados como atividades retrógradas e geradoras de um discurso retórico distante da 'realidade nacional' e afastado da moderna ação intervencionista do Estado. A figura oposta, empreendedora e salvadora, era a do técnico, cujos contornos não estavam perfeitamente definidos, mas que basicamente devia se afastar da 'política' e possuir conhecimentos especializados, vale dizer, distantes da tradição humanista da Ilustração. (GOMES, 1994, p.5)

A autora estava enfatizando uma interessante questão que é a própria redefinição da intelectualidade brasileira para além da cultura bacharelesca ligada à tradição francesa "literária" e "humanística" para uma abordagem mais técnica assentada na tradição americana. Ressalta-se que é deste período que se organizam as primeiras universidades (Universidade de São Paulo e Universidade do Brasil) que passam a oferecer cursos para além da tríade direito-medicina-engenharia.

Neste sentido, identificamos um dissenso na literatura acerca da burocracia no Brasil. Diversas interpretações lançam contribuições que cada vez mais tornam-se complexo o objeto, originando a diversidade de categorias (tecnocrata, técnico-político, burocrata, etc), que de longe podem ser considerados sinônimos [7]. Gouvêa (1994) em seu estudo qualifica muito bem essa complexidade:

> [...] A dificuldade em olhar a questão da burocracia começa ao percebermos que, não são só os condicionantes estruturais, nem só os interesses de grupo, nem só os traços fundadores que compõem o tipo ideal weberiano, nem só o corporativismo, nem só o contexto, mas tudo ao mesmo tempo, e muita coisa mais, delimita o espaço de poder da burocracia, bem como molda sua lógica de ação. (GOUVÊA, 1994, p. 37)

Adentrando de vez na problemática, comecemos por uma das questões mais elementares a se saber: quem são? Quais os campos específicos em que atuam? Qual o perfil desses burocratas no Brasil? Maria Rita Loureiro em seu livro "Economistas no Governo" [8] nos fornece uma contribuição importante, enfatizando como a carreira do economista vai se consolidando a partir da segunda metade do século XX, lhe dando espaço para atuar como protagonista neste processo, não propriamente por seu conhecimento técnico, mas porque a experiência brasileira distingue-se de outros países, visto que "aqui [no Brasil] os economistas não agem apenas como assessores políticos ou funcionários burocráticos de órgãos de gestão econômica atuam também como dirigentes políticos" (LOUREIRO, 1997, p.2) Dentro deste campo de atuação destaca-se a preponderância desses profissionais na condução de política macroeconômica, e nos quadros de primeiro escalão do governo, tais como Ministério da Fazenda, Planejamento, e Presidência de

---

7 Uma passagem ilustrativa sobre a questão da complexidade do estudo da burocracia é apresentada em Gouvêa (1994, p. 25): "não há nenhuma palavra em nenhuma língua moderna para descrever este grupo que não é grupo, esta classe que não é classe, este estrato que não é estrato."

8 LOUREIRO, M. R. Os economistas no governo. Gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Bancos públicos. É bastante esclarecedor que o caráter cada vez mais rebuscada da teoria econômica, sobretudo, com o instrumental analítico keynesiano que emergia, é natural que os economistas fossem ganhando espaço, mas para autora, a partir da comparação com outros países, a especificidade do caso brasileiro se volta para a atuação dos economistas como suporte teórico que embasasse certas medidas políticas, ou seja, a figura do economista aqui possui mais a função de legitimar a atuação políticas, dado sua formação frágil da cultura política partidária. Nesta mesma linha coaduna Ekerman:

> [...] Por comunidade de economistas entendo aquela composta de indivíduos que produzem e distribuem 'ciência econômica'. O que dá o caráter de ciência ao discurso econômico é o fato de ser legitimada dentro de uma comunidade específica e limitada, dotada de poder político. (EKERMAN, 1989, p. 118)

Longe de ser um corpo teórico homogêneo, os economistas[9] integrariam e disputariam espaço nos diversos Conselhos Técnicos e Comissões Econômicas Internacionais criadas no primeiro Governo Vargas; posteriormente, na SUMOC [10], no BNDE, Cepal, na Assessoria Econômica do segundo Governo Vargas, no Plano de Metas, nos Grupos Executivos no governo JK. Em suma esses foram os diversos lugares de espaço governamental para a atuação e formação dos economistas ao longo dos áureos anos 1930-60.

Outras análises que contemplam nosso questionamento podem ser encontradas em Perissinotto (2012) e Schnelder (1995). Ambos os estudos partem de observações

---

9 Salienta-se que os primeiros cursos oficiais de economia foram criados nos anos de 1940, com destaque para a precursora Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas criada em 1938 e federalizada pela Universidade do Brasil em 1945 através da criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE). Entretanto o termo é aqui utilizado em um sentido macro, abrangendo os economistas autodidatas, que do ponto de vista da titulação provinham eminentemente das faculdades de direito e engenharia. Gudin (engenharia), Bulhões (engenharia) e Furtado (direito) são exemplos emblemáticos. Loureiro, neste sentido, utiliza-se de um interessante suporte metodológico, em suas palavras: "A noção de campo é utilizada aqui como um recurso metodológico que permite analisar os economistas enquanto participantes de um espaço de luta material e simbólica e não apenas como grupo intelectual, produtor de ideias; ou como segmento profissional que reúne portadores de um mesmo tipo de competência técnica (...)implica o privilegiamento não só da análise do pensamento econômico, mas também do estudo do meio social por onde circulam os economistas, de seus grupos, instituições e disputas." (op. Cit. p. 19)

10 Superintendência da Moeda e do Crédito, criada em 1945 e pode ser considerada como o embrião de um Banco Central no Brasil.

empíricas e procuram, através da comparação com outros países, caracterizar a especificidade do perfil dos burocratas brasileiros. Questionando-se sobre a inversão de papeis, em termos de desenvolvimento industrial, entre a Argentina e Brasil na virada do primeiro quartil do século XX, Perissinotto (2012), procura colocar outros aspectos entre os determinantes explicativos, tais como a evolução dos quadros burocráticos no Brasil entre os anos de 1930-64. Empiricamente, a amostra de 82 agentes revela um perfil que pela atuação diferenciou o processo brasileiro:

> [...] Os dados revelam um grupo cujos membros têm uma carreira longa [52,4% tem entre 30-50 anos de carreira integral], que se desenvolve em funções públicas, são majoritariamente formado por funcionários de carreira, com perfil predominantemente técnico [na classificação factível: assessor pessoal, militar, político empresarial, técnico (35,4%) e técnico-político (26,8%)], circulam pouco entre os universos político e empresarial, tem forte presença em instituições públicas estruturadas e com alta capacidade de treinamento e socialização (Exército, Itamaraty, BB e BNDE) e, por fim, estão na sua maioria, unidos em torno de uma 'ideologia integradora', que é o desenvolvimentismo. (PERISSINOTTO, 2012, p. 20)

Tendo em vista outras pretensões, Schnelder (1995) procurou verificar o grau de autonomia da burocracia para seguir suas preferências e formularem políticas de forma independente comparando as experiências do Brasil, México, EUA, Japão e França. Elencou como critério de análise tais elementos: recrutamento e grau de instrução; circulação (entre os órgãos públicos, privados e políticos); promoção; e descida do céu ou *amakudari* em japonês (relacionado às atividades pós-aposentadoria no serviço público). Em um modelo teórico ideal, onde a autonomia burocrática seria a maior possível, exige-se que estes sejam agentes treinados em um número restrito de universidades prestigiadas (elite por mérito); que sigam carreiras predominantemente públicas (elite de Estado); alta circulação entre órgãos, visando não criar laços clientelísticos; que sejam promovidos através de critérios impessoais que valorizem o mérito em detrimento de relações políticas; e por fim, que ao aposentarem não vislumbrem a atividade em empresas privadas por eles supervisionadas enquanto servidores públicos.

Promovendo o teste empírico, o autor conclui que nenhum dos países estudados possui o perfil ideal, mesclando opções que problematizam a determinação de uma burocracia entre os dois polos (autonomia/sujeição total). No que se refere ao Brasil, o perfil de sua burocracia é marcado pelas características de elite de Estado, que possuem alta circulação entre os órgãos e pouca prática de *amakudari*, por outro lado, não se

constitui por uma elite de mérito, tanto do ponto de vista do recrutamento como da promoção, revelando uma característica marcante que é a fragilidade das estruturas face às influências, um tanto negativa, da política. Comparativamente, as conclusões do estudo nos indicam uma semelhança entre o padrão brasileiro com o mexicano, ao passo de experiências totalmente opostas como as da França e Japão.

Acreditamos que a partir de agora estamos aptos para entrar na discussão sobre a forma como a literatura brasileira abordou a problemática da burocracia. Como já citado, a complexidade do tema se afirma pelo ecletismo das análises nas diferentes pontos de vista. Podemos dividi-las em uma corrente que nega/critica a relevância da burocracia no Brasil, outra que, pelo contrário, exalta o protagonismo desses agentes que emergem nos aparelhos do estado, e ainda, umas terceiras via que, embora concorde com o destaque dos burocratas no processo de modernização do Estado brasileiro, questiona esse protagonismo tendo em vista que a atuação destes agentes representaria os interesses de outras classes em disputa no embate político.

O trabalho seminal de Raymundo Faoro [11] inaugura o debate sobre o crescimento do Estado e a consequente reprodução de uma burocracia política. Para este autor a dinâmica de evolução capitalista exige, nos países periféricos, a maior presença do Estado, pois tomando como influência do "desenvolvimento desigual e combinado" à la Trostsky: "formam-se os países líderes da economia mundial colocando-se os outros a reboque. Estes para não sucumbir, são forçados a obedecer o ritmo da economia mundial, tomando o Estado a tarefa de proteger a economia privada, orientando-a e regulando-a". (FAORO, 1998, p. 265). Portanto:

> [...] O Estado crescerá, intervindo nos negócios, especulando com monopólios, valorizações artificiais e controle do crédito". (Op cit. p. 266). Esta é a consolidação de um Estado patrimonial que emerge primeiro em Portugal, sendo posteriormente transposto para o Brasil, onde a análise histórica afirma que nos dois países tratados "a independência sobranceira do Estado não é uma exceção de certos períodos históricos, senão a constante na evolução dos dois povos (Op. Cit. p.263).

Paralelo a essa edificação, surge também um "estamento burocrático", composto por posições aristocráticas que gozam de privilégios neste Estado patrimonial. Tais

11 FAORO, R. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 13. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1998.

estamentos possuem estruturas próprias, mesmo que condicionadas pelas forças econômicas e sociais, mas que impõem seus interesses acima da nação, visto que possuem conhecimentos técnicos necessários para a modernização do Estado. Em suas palavras: “o estamento burocrático é árbitro da nação, das suas classes, regulando materialmente a economia, funcionando como proprietário da sabedoria” (Op. Cit. p. 262).

Ainda nesta perspectiva da primeira corrente, o brasilianista Daland (1969) analisa, em perspectiva histórica, o processo de planejamento no Brasil. Partindo do prisma administrativo do problema, o autor de antemão assume como hipótese de seu estudo que “forças internas e externas ao Brasil se combinaram para utilizar o modelo clássico de burocracia como padrão para estruturar o planejamento, e que este modelo não consegue satisfazer os requisitos básicos da cultura política brasileira.” (DALAND, 1969, p.9) Este argumento se baseia no fato das experiências de sistemas de planejamentos na Alemanha, na URSS e em Israel, onde imperaram determinantes como o racionalismo, a ideologia estadista, ou até mesmo crises de sobrevivência em um mundo hostil. Pelo contrário, no Brasil “em muitos aspectos, o temperamento e valores do povo brasileiro não aceitam a ordem, eficiência e racionalismo que exige o planejamento.” (Op. Cit. p.11)

Neste sentido, considera que transplantaram um modelo teórico de planejamento, que para o autor necessariamente corresponde às experiências em países que desenvolveram um corpo burocrático nos termos clássicos weberianos, no ambiente brasileiro marcado pela fragilidade política das instituições. Completa o autor: “Os elementos políticos [brasileiros] incluem grupos de interesse, partidos políticos, panelinhas burocráticas, grupos familiares (...) consequência é a incapacidade de o sistema produzir um apoio político dominante a qualquer líder ou política nacional. Até existem instituições políticas formais, mas na realidade, nada aglutina o sistema.” (Op. Cit. p.189) Deste quadro surge uma burocracia disfuncional ao modelo teórico do planejamento, pois emersos nessa lógica política descrita, caberia à burocracia: 1) promover canal de ascensão para uma classe média educada; 2) garantir renda/favores para esta classe que fornece apoio para o regime; 3) promover, face aos interesses políticos conflitantes, baixo nível de certos serviços; e 4) dar oportunidade para iniciativas privadas a partir de poderes inerentes ao próprio cargo. Levado ao limite, o

argumento se resume na afirmação de que a finalidade da burocracia no Brasil é a promoção de favores.

Do ponto de vista administrativo, portanto, o sistema de planejamento brasileiro seria marcado pela ausência de um órgão central, que coordenasse todo o sistema, focalizando as ações no curto prazo, dado a finalidade, última, de promoção política do governo. Não obstante, a burocracia seria "uma fachada dentro da qual existe a mesma fragmentação e diversidade de lealdade política, tal como no resto do sistema político", e para concluir: "Neste tipo de burocracia – na realidade uma folha de pagamento de beneficência e favoritismo – a capacidade para administração positiva simplesmente não existe" (Op. Cit. p.190).

No polo oposto dos autores supracitados, encontra-se a análise de Luciano Martins (1985) sobre o espaço de poder e o grau de autonomia da burocracia no Brasil. O eixo de sua argumentação direciona-se para as especificidades do Estado brasileiro que emerge nos anos 30, nos indicando que longe de se esgotar nas funções tradicionais de um Estado capitalista, aqui a atuação do Estado fora decisiva. Este protagonismo por muito também fora responsável pela cisão dos núcleos de decisão com o *lócus* formal de poder, ou seja, tendo em vista um contexto caracterizado pela desarticulação social, este afastamento cria espaço para atuação dos agentes nos elos intermediários, garantindo recursos políticos para, por exemplo, a definição da política industrial dos anos 1930-50. Em outras palavras: "não é dos conflitos travados entre burguesia e proletariado que nasce o impulso para o processo histórico de mudança nas relações econômicas de produção" (MARTINS, 1985, p.34). Portanto, o papel dessa burocracia - criação e reprodução deste Estado - é estruturante do ponto de vista do processo de modernização, visto que as decisões que partem do Estado não representam, necessariamente, os conflitos e pressões da sociedade, garantindo assim uma autonomia para ação desses agentes, não face à esfera econômica (classe dominante), mas em sua dimensão política configurada por uma estrutura social desarticulada.

Este quadro, no limite, expressa uma ambivalência de interesses, fruto da contradição intrínseca da expansão do Estado, que por um lado concentra recursos no âmbito do Governo Federal, mas que por outro, ao realizar este movimento concede a certas instituições uma autonomia/independência exacerbada, problematizando a

mediação com o centro capitalista (nacional e internacional). Na caracterização do autor:

> [...] De um lado a junção dos empresários com os ‘grupos técnicos’ da burocracia no interior do aparelho de Estado; de outro, o fato de ser colocada em pé de igualdade com os empresários permite a tecnocracia adquirir a liberdade necessária para planejar o desenvolvimento capitalista a partir de critérios ‘universalistas’. (MARTINS, 1985. p.53)

Paladinos das “causas públicas”, a burocracia seria para Martins o agente protagonista da transformação, que através do intervencionismo do Estado, legitimado pela ideologia desenvolvimentista (interesses acima da nação), revelava sua homogeneidade e autonomia de interesses.

De forma a corroborar com as conclusões de Martins, o estudo de Leff (1977) traz novos elementos para a discussão. Tendo a preocupação de analisar os efeitos da política sobre a política econômica, as questões relativas ao papel desempenhado pela burocracia no Brasil se enquadram em um questionamento mais amplo: quem controla a máquina estatal? Uma descrição preliminar indica:

> [...] O quadro geral que surge desse estudo é aquele no qual o governo brasileiro teve um grau substancial de autonomia frente às pressões dos grupos de interesse ou de classe sócio-econômica na formulação da política econômica. Essa autonomia, em grande parte, foi o resultado de um sistema de clientela o qual enfraqueceu forças políticas objetivas e transferiu o poder para os políticos e a burocracia. (LEFF, 1977, p.18)

Essa neutralização diz respeito ao controle do governo em relação aos recursos materiais da sociedade, ou seja, seu controle discricionário sobre a política creditícia (através de bancos públicos tais como o BNDE e BB) e sobre as importações (taxa cambial, licenças para importação, etc.). O direcionamento desses fundos segue um padrão modal que dá ao sistema político sua estrutura distintiva: o clientelismo, onde a classe política intermedia os interesses de determinados ‘clientes’, que configuram sua base de sustentação. Assim, preocupados com reivindicações particularistas, esses políticos pouco influenciariam nos aspectos macroeconômicos da política econômica, transferindo este poder para as preferências do presidente. Esta dinâmica revela um aspecto interessante sobre o papel da burocracia, visto “o presidente não vive em isolamento pessoal, a composição de seu círculo de amigos e assistentes assume uma significação política importante” (Op. Cit. p. 112) Destarte, a partir desta descrição, a burocracia torna-se elemento central na formulação de políticas econômicas.

A seu favor consta na política brasileira, como descrito anteriormente, o mito da solução técnica, que a partir de sua visão orgânica de sociedade cristaliza nos técnicos o porte dos interesses maiores da nação, fora dos desvios particularistas da política, portanto, sua ação é considerada eminentemente antipolítica. Soma-se o monopólio do conhecimento técnico, garantindo um *status* de intelectualidade em nossa cultura bacharelesca. Por fim, esta burocracia ainda possuía uma boa reputação quanto à honestidade desempenhada em suas funções públicas (autoridade moral). No agregado:

> [...] seu poder tem sido precisamente uma função do poder dos políticos, e cresceu na medida em que os políticos neutralizaram as pressões da sociedade mais ampla, criando uma situação de liberdade na formação da política econômica a qual podia ser transferida aos técnicos. (Op. Cit. p.135)

Por fim, Fernando Henrique Cardoso, formado na tradição da Escola de Sociologia de São Paulo, representaria a terceira corrente interpretativa na proposição deste trabalho a partir de diversos estudos publicados ao longo da década de 70. Na análise de Cardoso, o papel desempenhado pelo Estado no Brasil durante o processo de industrialização se fez a partir de um quadro social bastante segmentado, dado a desarticulação dos interesses nos sindicatos, associações civis e partidos políticos. Soma-se neste processo, um tanto contraditório, os ares da modernização que o processo de industrialização configurava ao Estado e o tradicionalismo sempre presente na cultura política brasileira. Os mecanismos de planejamentos e seus respectivos planos ocorreram, assim "dentro de um quadro geral de baixa informação política e de consenso limitado quanto às soluções políticas e econômicas concretas, embora com a aceitação generalizada, no plano ideológico, quanto à necessidade de fortalecimento da nação" (CARDOSO, 1975, p. 172). Estas ambivalências seriam marca constitutiva de nosso subdesenvolvimento e, portanto, centrais para o entendimento do papel da burocracia.

Esses conjuntos de interesses difusos crivam entre Estado e iniciativa privada uma rede de cumplicidade, derivada da política clientelística do estado, que o autor caracterizou como "anéis burocráticos". Em suas palavras:

> [...] por esta expressão entendo o círculo de interesses que se forma compatibilizando os anseios políticos e as necessidades econômicas de grupos e facções de classe distintas (a própria burocracia, especialmente a militar, o empresariado nacional ou estrangeiro, as empresas do Estado, etc.) para, num dado momento sustentar um conjunto de políticas (...) São,

> portanto, uma forma menos durável e mais flexível de organização política, além de serem menos definidos quanto a ideologia que sustentam. Têm em comum o solo que os une: a maquina do Estado. (CARDOSO, 1973, p. 43)

Em outras palavras, devido a débil e prematura organização empresarial, no sentido de homogeneidade de interesses da classe burguesa, o Estado passou a ser capturado na forma de cooptação de sua burocracia pública (em sentido amplo como Ministérios, empresas públicas, grupos executivos, etc) e de seus agentes, que se caracterizam por sua função última, citando as conclusões do trabalho de Daland, de promoverem favores (inércia burocrática). Nestes sentido, esta burocracia passa a representar exclusivamente os interesses privados de certos grupos em suas decisões em termos que vão desde a influência na formação de opinião dos *policy makers* até a formulação direta de política econômica, planos e planejamento de um modo geral. Salienta-se ainda, segundo o pensamento do autor, que não se trata de instrumentos de *lobbie*, tão característicos no sistema dos países desenvolvidos, que grupos organizados irão buscar influir nas decisões deste Estado também organizado por uma moderna burocracia. No Brasil, apenas insinuava-se organizações deste tipo com poder de influenciar decisões nos setores mais dinâmicos, aqui:

> [...] a teia de cumplicidade era mais difusa, mais orientada para relações e lealdades pessoais que tornavam cúmplices desde o vereador, o deputado, o funcionário de uma repartição fiscal, o industrial, comerciante ou banqueiro, até o Ministro, quando não o próprio Presidente. A partir deste sistema as decisões eram tomadas e implementadas. (CARDOSO, 1975, p.179)

Levada esta análise ao limite, no contexto posterior ao de 1964, embora fora da ênfase deste trabalho que centra a análise no período de formação da burocracia no Brasil, mas que revela um aspecto importante, o autor chega a definir sua visão através do conceito “burguesia de Estado”. No contexto do regime autoritário e da etapa monopolista do capitalismo existe “a formação de uma camada social que controla politicamente os aparatos estatizados de produção, apesar de não deter a propriedade privada dos meios de produção” (CARDOSO, 1974, p. 54) Ciente da contradição expressa pelo termo, o autor rebate: “a expansão do setor público (...) dá-se de maneira que a forma de propriedade das empresas estatais é pública, mas o controle delas se faz por um grupo (...) que começa a ter características que o fenômeno da burocracia não explica.” (Op. Cit. P.54)

3. TEORIA DO ESTADO E A CONTRIBUIÇÃO DE POULANTZAS

Mapeada as correntes interpretativas acerca da problemática da burocracia na formação do Estado moderno no Brasil, Gouvêa (1994) em esclarecedora passagem sintetiza as discussões na bibliografia (listando vários dos trabalhos aqui tratados) e desloca a interpretação para as especificidades das funções assumidas por este Estado que surge pós 30. Citando:

> [...] Como agente de um Estado que é produtor, e que, portanto, cria empresas para atuar em competição ou complementaridade com empresas privadas, a burocracia constrói uma lógica que visa o lucro e políticas gerais ligadas a um projeto de desenvolvimento nacional de sentido estatizante. Como agente de um Estado que é ator, ela cria uma lógica voltada para políticas capazes de enfrentar o conflito entre os vários grupos com interesses fragmentados, participando de 'anéis burocráticos'. Como agente de um Estado populista clientelista, ela se defende através das solidariedades grupais (hipótese de oligarquização), ou em suas corporações, das ameaças vindas da classe política, do Legislativo e da 'sociedade'. E, finalmente, como agente de um Estado em crise, ela se autoproclama representante do interesse político, e se equipa com recursos políticos para enfrentar toda sorte de 'inimigos' (grupos privados, políticos, Legislativo, corporações do próprio aparelho do Estado, etc.). (GOUVÊA, 1994, p. 73)

Embora longa, a citação nos revela a multiplicidade de funções que a burocracia exerce ao assumir a condução das políticas do Estado nas diversas conjunturas políticas. Nas diferentes interpretações, ora lhe configura protagonismo, ora desqualifica-se sua contribuição neste movimento de modernização do Estado. Quais autores chegaram mais perto da "verdade" (se é que exista uma)? Longe da pretensão de resolver este debate, pretendemos dar um passo atrás e antes de interpretar a ação desta burocracia, qualificando-a como mais ou menos autônoma, acreditamos ser necessário apreender a lógica constitutiva de um Estado capitalista, pois muito dos problemas levantados na bibliografia sobre a burocracia se relacionam com uma concepção específica de Estado. Neste campo, a teoria marxista do Estado em geral e a obra de Poulantzas em particular oferecem importante contribuição que podem clarear nosso argumento.

Poulantzas inaugura na corrente marxista uma abordagem que rompe com suas linhas mais estruturalistas, sobretudo com os estudos de Althusser, ao enfatizar o caráter da relação em detrimento das estruturas na concepção do Estado no modo de produção capitalista, ou seja, de antemão negasse as preposições que consideram exteriores as relações econômicas e de classes ao Estado. Pelo contrário, no sistema capitalista, este seria fruto de uma relação entre o econômico, o político e o ideológico não como esferas

exteriores uma das outras, mas onde “é o modo de produção, unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita a fronteira desses espaços, delineia seus campos, define seus respectivos elementos: é primeiramente seu relacionamento e articulação que os forma.” (POULANTZAS, 1980, p. 22) Comentando essa cisão, Araújo e Tápia (1991) enfatizam:

> [...] Em suma, é central para o enfoque relacional do Estado e do poder a proposição de que as lutas, enquanto campo das relações de poder detém sempre a primazia sobre os aparelhos e, em decorrência, sobre o Estado. Para Poulantzas, nessas lutas, as relações de produção são determinantes. Mas, como ele mesmo reconhece que as relações de produção são relações de luta e poder, este papel determinante faz com que no essencial existam lutas e que o conjunto das lutas detenha a primazia sobre o Estado. (TÁPIA ; ARAÚJO, 1991, p.9)

Muito dessas especificidades na análise de Poulantzas surgem de sua constatação de que na atual etapa do capitalismo, a monopolista, o Estado não se resume a seus aparelhos repressivos e ideológicos, funções de muito enfatizadas nas análises da corrente marxista estruturalista. Para este autor, o Estado intervém de forma decisiva na economia (aparelho econômico), visto que seu papel passa de uma instância organizadora da produção de mais-valia, estendendo “ao próprio ciclo de reprodução ampliada do capital como relação social.” (POULANTZAS, 1975, p. 107) Desta dinâmica, do funcionamento das relações econômicas e de suas contradições inerentes, é que se explica o deslocamento do domínio para o Estado. Portanto, é a partir dessas constatações mais gerais, em parte, críticas à concepção do Estado enquanto ditadura de uma classe, que o autor propõe um diálogo entre a teoria do Estado capitalista com as relações de produção, ou ainda entre a materialidade do Estado e as lutas de classe.

Neste sentido, ressaltando a relação entre o Estado e as classes dominantes e dominadas, Poulantzas relativa os dois polos presentes nas teorias do Estado, seja na análise que concebe um Estado enquanto instância neutra e totalmente manipulável por uma classe, portanto, sujeição total (Estado coisa), ou ainda as visões de um “Estado sujeito” dotado de uma autonomia absoluto em parte por sua característica de instância racional da sociedade civil. Para esse autor, o Estado deve ser entendido através de seu papel principal que é o de organização de interesses, sob a primazia da cisão entre as esferas política e econômica. Citando seu argumento:

> [...] Ele [o Estado] representa e organiza a ou as classes dominantes, ou seja, o interesse político a longo prazo do bloco do poder, composto por várias frações de classe burguesa (...) Organização da unidade conflitual da aliança

> do poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica. (POULANTZAS, 1980, p. 35)

Portanto, caberia ao Estado "harmonizar" esta cisão, conduzindo os interesses da fração hegemônica no bloco do poder através de suas políticas e aparelhos. Este Estado seria dotado de uma autonomia relativa, no sentido de assegurar o compromisso com a fração hegemônica e ao mesmo tempo mediar os conflitos com as frações dominadas, no sentido de legitimar o conjunto da formação social. É neste sentido que o Estado não pode ser interpretado como instância monolítica, coesa, ou como entidade instrumental intrínseca, mas sim como uma condensação de uma relação de forças, reflexas das lutas de classes, que especificam o próprio sistema capitalista. Em outras palavras, nem Estado sujeito, nem Estado coisa, mas sim o Estado relação [12]. Sob este argumento, "o estabelecimento da política de Estado deve ser considerado como a resultante das contradições da classe inserida na própria estrutura do Estado." (POULANTZAS, 1980, p. 41)

Contudo, admitir que as políticas do Estado e sua própria ossatura material sejam emersas pelas contradições das lutas de classes, não o qualifica como uma entidade incoerente, sem direção nas decisões em última instância. Embora, as diversas frações da burguesia nunca sejam inteiramente atendidas por determinadas políticas estatais, devido à contradição intrínseca de interesses, a noção de bloco do poder expressa o sentido maior da política, a essência dos interesses. Em outras palavras, em seus diversos aparelhos, seja: o executivo e parlamento, o exército, a magistratura, os diversos aparelhos regionais/municipais, ou mesmo os aparelhos ideológicos, todos eles estão divididos em diversas redes que representam os interesses das frações que compõem o bloco do poder, por exemplo, os grandes proprietários de terra, o capital monopolista, a burguesia comercial, a burguesia industrial, etc. Essas relações contraditórias no seio do Estado podem agir na defesa de interesses conflitantes construindo mecanismos de seletividade estrutural das informações; aparelhos contraditórios de decisão (e não decisão), uma filtragem escalonada por cada ramo e aparelho. Essa caracterização:

---

12 "O Estado não é nem uma coisa instrumento que se surrupia, nem uma fortaleza onde se penetra através de estratagemas nem um cofre-forte que só se abre arrombando-o: ele é o centro do exercício do poder político" (POULANTZAS, 1980, 261)

> [...] não significa que não existam projetos políticos coerentes por parte dos representantes e do pessoal político das classes dominantes, nem que a burocracia de Estado desempenhe um papel próprio na orientação da política de Estado (...) mais que com um corpo de funcionários e de pessoal de Estado unitário e cimentado em torno de uma vontade política unívoca, lida-se com feudos, clãs, diferentes facções, em suma com uma multidão de micropolíticas diversificadas e contraditórias entre si. (POULANTZAS, 1980, p. 156)

O que tentamos mostrar é que, na análise deste autor, invalidar a direção última da política entorno de um projeto totalmente incoerente não é justificável a partir da hipótese de predominância das lutas contraditórias no interior do bloco do poder, mas em um nível mais geral, aquele da tomada de decisão do dia a dia, o que se observa é, longe de uma estratégia global, uma política de Estado marcado pela incoerência de um caótico choque de interesses; "nesse nível, essa política [de estado] é certamente decifrável como cálculo estratégico, embora mais resultante de uma coordenação conflitual de micropolíticas e táticas explícitas e divergentes que como formulação racional de um projeto global coerente" (POULANTZAS, 1980, p.139)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os contornos deste trabalho, a retomada das análises feitas por Poulantzas se faz a partir da constatação de que um dos desdobramentos da revolução de 1930 é a consolidação de um Estado capitalista no Brasil, emerso pelas contradições inerentes neste processo. Estamos chamando atenção para a primazia da análise das teorias do Estado para a elucidação das características que qualificam o espaço de poder dessa burocracia que começa a se consolidar. Portanto entender as especificidades deste Estado e sua interconexão com as forças políticas que guiaram este processo torna-se central para a compreensão do papel desempenhado pela burocracia no processo de modernização do Brasil.

Retornemos as origens da ideologia e prática de planejamento no Brasil, pois é neste campo que o embate torna-se mais explícito entre as frações de classe que representavam o projeto em declínio, tais como os grandes proprietários de terra e a burguesia comercial, "versus" a ascensão da hegemonia da burguesia industrial. Esses interesses seriam cristalizados nos diversos órgãos que comporiam a burocracia estatal

(vide lista citada anteriormente) nos anos de 1930-45, e representariam também a capacidade de atendimento de interesses de grupos sociais em disputa, por isso a aparente contradição entre as frentes de incentivo à industrialização e a criação de órgãos de defesa de interesses específicos (como o café, álcool, etc). Para além dos evidentes problemas cambiais e a necessidade de estimular as exportações, estamos no fundo enfatizando uma argumentação mais ampla do problema, que consiga apreender aspectos não só econômico. Concordando com as observações realizadas no estudo de Draibe, entendemos: "A edificação do aparelho econômico-estatal, a multiplicação de órgãos de controle, a regulação e intervenção do Estado, constitui uma forma peculiar de incorporação dos interesses de classe na estrutura material do Estado". (DRAIBE, 2004, p. 38)

À título de exemplificação, retomemos a história da criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), em 1944. Encabeçado por um grande industrial da época, Roberto Simonsen clamava por medidas protecionistas e pela planificação das ações do Estado, visto que o setor industrial não estava preparado para fazer face às novas exigências de capital, tecnologia, *know how* e capacidade organizativa, que as exigências da etapa monopolista do capitalismo exigiam. Fruto de experiências anteriores e deste contexto cria-se o CNPIC como institucionalidade no seio do aparelho do Estado dos interesses da burguesia industrial nascente.

Paralelo à criação do CNPIC, houve a reação de forças conservadoras que viam seus interesses entrando em conflito com esta orientação da política econômica no governo Vargas, neste sentido, criava-se no mesmo ano o Conselho Nacional de Economia (CNE) sob a orientação de Eugênio Gudin, bastião do liberalismo no Brasil. Atuava-se de forma a neutralizar os avanços da burguesia industrial em nome dos interesses do capital monopolista, sobretudo, nas recomendações de equilíbrio nas finanças públicas (combate à inflação) e abertura da concorrência para o capital externo em nome da maior eficiência deste último. Este evento ficou marcado na historiografia como a controvérsia Simonsen *versus* Gudin [13].

Para além deste embate entre dois intelectuais orgânicos, nos termos de Gramsci, a institucionalidade destes órgãos e de todo o conjunto da burocracia estatal, envolvem

13 Ver GUDIN, E; SIMONSEN, R. A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010.

aspectos de disputa no campo político entre as diferentes frações de classe dentro e fora do bloco do poder. Poderíamos citar outros tantos exemplos, sobretudo, no segundo governo Vargas em que se consolidam as bases industriais do país. Tentamos ressaltar ao longo do texto este aspecto constitutivo do Estado, onde sua burocracia deve ser entendida nesse campo amplo de análise, que menos preocupado em teorizar a ação especifica de seus agentes, consegue estabelecer conexão desses aparelhos do Estado com as relações políticas, econômicas e ideológicas constitutivas da sociedade. Os anos de 1930 inauguram o processo de construção da tecnoestrutura estatal, nos termos de Ianni, colocando em evidencia essa elite que, sem dúvidas, possuiu papel central nesta inflexão da história do Brasil, mas, mais interessante ainda é estabelecer um paralelo com as mutações deste Estado que ascendia no movimento de consolidação do capitalismo no Brasil.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, C. A. Timoneiros dos rumos da nação: carreiras e trajetórias da elite estatal do planejamento do desenvolvimento econômico e industrial no Brasil (1934-1982). Tese apresentada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Porto Alegre, 2012.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOBBIO, N. Dicionário de política. Brasília: EdUnB, 1992.

CANO, W. As raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro: DIFEL, 1997.

CARDOSO, F. H. As tradições do desenvolvimento associado. Estudos CEBRAP. n. 8, p. 41-75, abr./jun. 1974.

CARDOSO, F.H. Aspectos políticos do planejamento. In: Lafer, B.M. Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

DALAND, R. Estratégia e estilo do planejamento no Brasil. Rio de Janeiro: Lindador, 1969.

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-60. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

EKERMAN, R. J. A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje. Revista Brasileira de Economia, vol. 43, n° 2, abril-junho, 1989.

FAORO, R. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 13. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1998.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, A. M. de C. (Org.) Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

GOUVÊA, G. P. Burocracia e elites burocráticas no Brasil. São Paulo: Editora Paulicéia, 1994.

GUDIN, E; SIMONSEN, R. A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010.ANNI, O. Estado e Planejamento no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LAFER, B. M. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEFF, N. H. Política econômica e desenvolvimento no Brasil: 1947-1964. São Paulo: Perspectiva, 1977.

LOUREIRO, M. R. Os economistas no governo. Gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MARTINS, L. Pouvoir et développernent économique. Paris, Anthropus, 1985.

MELLO, J. M. C. de. O Capitalismo Tardio. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PERISSINOTTO, R. M. Burocracia econômica e industrialização no Brasil (1930-1966): Notas para uma futura comparação com o caso argentino. 36 Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindoia, 2012.

POULANTZAS, N. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

POULANTZAS, N. O Estado, O Poder, O Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

TAPIA, J. R. B. ; ARAÚJO, A. M. C. Estado, classes e estratégias, notas sobre um debate. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, n. 22, p. 5-63, 1991.

OS EMBATES MACROECONÔMICOS E A RUPTURA DA ECONOMIA AGRÍCOLA NO BRASIL (1906 – 1930).

Gabriel Falk[1]

RESUMO
A formação econômica do Brasil nos possibilita discutir diversas perspectivas sob o antro da industrialização brasileira. Não somente as políticas monetárias, fiscais e cambiais mas também toda a esfera produtiva e social afetada pelos acontecimentos históricos da época. Serão discutidos os investimentos diretos estrangeiros, a ascensão e queda da economia cafeeira e os esforços governamentais em diferentes momentos de égide econômica, desde a sustentação da *commoditie* agrícola até o seu desapego e a realocação de investimentos para os setores industriais. A crítica central é de como a morosa industrialização privou diversos setores da sociedade em detrimento da sustentação de uma elite cafeeira deveras instável. Para isso, será realizada um fiscalização do histórico desenvolvimento econômico em contraste com a herança a curto/médio/longo prazo deixada pelas políticas seletivas que segregaram o desenvolvimento brasileiro como um todo.

Palavras-Chave: Industrialização; Desenvolvimento; Século XX; Investimentos;

ABSTRACT
The Economic Formation of Brazil led us to discuss several perspectives within the Brazilian industrialization. Not only the monetary, tax-related and the exchange rates, but also the social/productive sphere affected by the historical events. Furthermore, will be discussed the foreign direct investment, the ascension and fall of the coffee economy and the governmental efforts in different stages of the economic *era*, since the support of the agricultural *commoditie* to his detachment and the reallocation of investments to the industrial sectors. The main critics is the how the slow industrialization deprived several sectors of society in detriment of the support to the instable coffee elite. To make this possible, will be made an inspection of the economic development in contrast with the short/long term inheritance left by the selective policies who segregated the Brazilian development as a whole.

Key-Words: Industrialization, Development; Productivity

1 INTRODUÇÃO

O cerne da economia brasileira, por um bom período de tempo, foi o cultivo do café. Na realidade, a maior parte dos ciclos produtivos de nossa história foram pautados por produtos agrícolas, e se não eram os principais agentes em voga, sem dúvida permearam os ciclos adjacentes. O extrativismo mineral, por exemplo, gerava seus

[1] Graduando no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Email: falkeconomia@gmail.com

ganhos pela exportação forçada de ouro, não tendo como seu princial produto gerador de divisas, uma *commoditie* agrícola.

Pau-Brasil, Açucar, Drogas do Sertão, Borracha, Café e Algodão. Temos terra, mão de obra e clima. O Brasil foi um país confeccionado através dos séculos para ser a fazenda do mundo. Enquanto as economias centrais investiam nas indústrias, mesmo as arcaicas movidas a vapor, o Brasil concentrava esforços naquilo que mais rendia dinheiro para o Colonizador, enquanto mantinha os colonizados entre livres e escravos. Historicamente, fomos apenas uma extensão de terra com intuíto de maximizar a produção dos detentores de capital. Somos uma colcha de retalhos, que atendia as necessidades econômicas de acordo com as demandas mundiais.

> A priori, este artigo pretende mostrar como estas tendências históricas foram mudando a partir do século XX. Como a tão tardia industrialização surgiu, quais foram os fatores limitantes que privaram nosso país de se industrializar mais cedo e quais as medidas governamentais que (im)possibilitaram o Brasil de perder o caráter puramente agrícola e transformá-lo na tão almejada “potência” industrial. O período a ser abordado remonta o cenário brasileiro da primeira década do século XX, passando pelos percalços mundiais que afetaram o modo como a economia era regida, até a final da Segunda Guerra Mundial em conjunto com a queda de Vargas no Poder.

A primeira parte do texto remonta a trajetória brasileira na primeira década do século XX. As dificuldades e os prismas mais relevantes que afetaram as políticas econômicas e os fluxos de investimento no país. Serão contrastadas as necessidades da elite cafeeira com as medidas que garantiram a supremacia agrícola como pauta exportadora brasileira, demonstrando as medidas da época que garantiram tais resultados e, ao mesmo tempo, demonstrando como a dependência com o mercado externo gerava instabilidade nas contas sustentadas pela *commoditie*.

A segunda parte é constituída de uma maior complexidade. Nela, serão abordados aspectos da tímida indústria brasileira pré Primeira Guerra Mundial, dissertando paralelamente os fluxos de produção e preço do café. Em seguida, serão analisadas as atividades do mercado externo interferiam no ritmo de produção e

exportação brasileiro. Não obstante, será possível ver como os momentos de desestabilização do preço e do fluxo do café contribuíram para a diversificação de determinadas pautas produtivas brasileiras, ainda sim englobando todas as medidas outorgadas pelo Governo Federal que buscavam proteger ao máximo nossa economia.

A terceira parte analisa o período posterior à Primeira Guerra Mundial, dissertando sobre a já consolidada, porém fragilizada, indústria brasileira. Com isso, os anos 1920 serão explicados, mostrando as flutuações recorentes e as dificuldades na balança de pagamentos brasileira até o choque de 1929. Será mostrado, por fim, como o império cafeeiro estava fadado ao fracasso, e que a partir daquele momento, o Brasil necessitava explorar sua rede industrial.

A quarta parte será responsável por instruir o leitor de como a recessão de 1929 afetou o ciclo produtivo brasileiro e quais as medidas que o país adotou para combater a famigerada crise mundial. O diálogo se extende até o começo da década de 1930, mostrando mais as reformas políticas e econômicas da época.

2 NO PRINCÍPIO ERA O VERBO, E O CAFÉ (1906 – 1914)

Da terra ao parafuso. Da enxada ao maquinário. Do poder, à falência. Nenhuma mudança estrutural, seja na sociedade ou na economia, acontece da noite para o dia. Um estudo requer atenção, dedicação e, acima de tudo, coerência. Que coerência seria resumir por palavras-chave um período histórico de tanta importância para o cenário sociocultural brasileiro? A retórica repousa na impossibilidade do ato, na incapacidade de se produzir algo tão grandioso, partindo de tão pouco. Mas será aos poucos que a construção desta história, se consolidará além de grandiosa. O ponto de partida é importante, determina com precisão o momento em que a base argumentativa será contruída, e nela, criada a extensão didática que instruirá o leitor à máxima compreensão. A proposta de discorrer à partir de 1906 não foi em vão. As medidas outorgadas no Convênio de Taubaté permitiram a recuperação dos preços do café e a criação da Caixa de Conversão, ou seja, a fixação da Taxa de Câmbio e a instauração do Padrão Ouro em nosso país. Com isso, sendo que a emissão de ativos era regulada pela quantidade de divisas que o País possuia, a inflação era nominalmente contida. Através desses fatores que impulsionaram o mercado mundial nesta primeira década,

em conjunto com o suposto “milagre economico” ocorrido no Brasil durante este mesmo período, o sucesso econômico era sem precedentes.

Segundo Winston Fritsch (1989, p. 37):

> A origem deste verdadeiro milagre econômico está na repentina melhora da posição externa que se faz sentir já no governo Rodrigues Alves (1902–1906), em virtude do crescimento das exportações de borracha e do início do grande *boom* de investimentos na periferia”.

O café era a principal fonte de divisas brasileiras, promovendo insurgências econômicas que posteriormente seriam decisivas para os percursos políticos de nosso país. Uma vantagem brasileira perante esta *commoditie* era de que, a “Posição quase monopolista do Brasil facilitava a implementação do controle do preço internacional do produto” (FRITSCH, 1992, p. 38). Contudo, sendo o café um produto com demanda inelástica em relação à renda, o aumento expressivo dos preços traria consequências deficitárias para nossos índices de exportação. De forma sequencial, este *boom* de investimentos gerou uma grande arrecadação de moedas conversíveis, aumentando a reserva brasileira em ouro e assim promovendo uma expansão monetária.

Ainda em 1906, a economia cafeeira presenciou um volume rotulado como de supersafra, dificultando a manutenção da rentabilidade do produto. Com o caráter inelástico do café, era de grande complexidade o feito de escoar o excesso da produção. A medida imposta para retomar o equilíbrio da oferta de café sem redução dos lucros com a estocagem do produto, foi a compra de excedentes de sacas de café pelo Governo Federal. Esta medida foi sentenciada em conjunto com as demais já citadas, no Convênio de Taubaté. Contudo, seria necessário estabelecer uma metodologia de financiamento para por em prática esta ação de compra do café, e segundo Fritsch (1992, p. 38) “requeriria o financiamento [...], demandando mais recursos do que o sistema bancário doméstico estaria disposto a fornecer em bases comerciais”. Sendo assim, a saída para o financiamento desta prática seria a obtenção de volumes com o auxílio externo. Inobstante, existe uma ótica a ser analisada sobre este período e sobre a situação da economia brasileira na época. Tendo uma economia intrinsecamente dependente do mercado externo, qualquer choque desestabilizante de câmbio, que

interfira na capacidade de fornecimento e de aquisição de produtos industrializados ou *commodities* agrícolas, interfere massivamente em economias periféricas, como e, principalmente o Brasil.

Um centenário se passa e já sabemos qual foi o resultado de meados da segunda década do século XX. A primeira Guerra Mundial foi responsável além do massacre em massa de civis e destruições urbanas, mas também sob os efeitos da queda da demanda por produtos internacionais, desestabilizando violentamente nossas reservas e divisas. O desequilíbrio começa a aparecer em meados de 1912, onde o Brasil necessitava obter recursos de financiamentos externos para suprir os déficits orçamentários. Esses financiamentos eram necessários pois o Brasil teria de utilizar suas reservas de divisas para acalentar essas dificuldades financeiras. Contudo, o fluxo dessas divisas começou a cair seriamente, devido ao fato do escasso capital estrangeiro em nossa economia. Já em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial, as mudanças no mercado internacional foram sentidas quase que instantaneamente. Vale recordar ao leitor da necessidade conjuntural brasileira perante a capacidade e o poder de compra internacional. O café era a força motriz que impulsionava positivamente nossa balança de pagamentos. Com o advento da Guerra, algumas medidas tiveram de ser tomadas para a sustentação de nossa economia. A primeira, provavelmente de maior urgência, foi o fechamento da Caixa e Conversão. Em seguida, foi decretado pelo Governo Federal um longo feriado bancário e concedida uma moratória temporária sobre as dívidas brasileiras. Com o padrão ouro extinto, nossa moeda volta a ter caráter fiduciário, permitindo a “emissão de notas inconversíveis que, [...], serviu para aliviar temporariamente a crise de liquidez e atender as despesas do governo” (FRITSCH, 1992, p. 41).

A TÍMIDA PLANTA INDUSTRIAL EM MEIO AO CULTIVO AGRÍCOLA (1907–1918)

No item anterior foi discutido o cenário brasileiro no qual o café estava inserido, demonstrando como os primeiros anos de nossa economia do século XX insurgiram baseados na produção e exportação de café, sem negligenciar a existência de outros axiomas econômicos. Não somente foram relatados dados e fontes que demonstram as sansões que permitiram a superioridade da economia cafeeira como, de certa forma,

negligenciaram a diversificação de produtos por meios industriais. Contudo, veremos adiante que a liderança de Vargas e o Golpe de 1930 não foram exatos divisores de água, pois a indústria não era inexistente até então (porém, um tanto quanto deficitária). Com primazia, adicionando um ano apenas ao nosso ponto de partida, procedemos com dados do Centro Industrial do Brasil[2] de 1907. A análise destas informações nos mostram a predominância do "setor têxtil algodoeiro, sendo que 35% do capital investido, e 30% da mão de obra, correspondia a cotonifícios" (SUZIGAN, 1990, p. 1). Este mesmo estudo nos permite analisar a dependência ou até mesmo constatada a inexistência dela, sendo que em determinadas culturas analisadas, o consumo da população brasileira já vinha predominantemente de produções internas, e não de produtos importados. Em 1968, o IBGE lançou um estudo que demonstra comparativamente os setores agroindustriais brasileiros com seus respectivos números de estabelecimentos e de operários. Intitulado "Mappa Geral das Indústrias do Brasil", a análise nos mostra a diversificação da produção brasileira, porém com severos gargalos que impossibilitavam uma massiva insdustrilização da época (provavelmente proveniente das políticas de defesa do Café).

É notável a interferência governamental no subsídio para a industrialização brasileira. Não foi evento restrito de 1930, onde nosso país entrava em profunda recessão e as exportações de nossa *commoditie* desvalorizavam mais de 55% (ABREU, 1992). A Crise do Encilhamento, gerada por uma violenta emissão de moedas por ordem de Rui Barbosa, foi um dos marcos onde o Governo Federal, em 1892, concedeu créditos subsidiados à indústria em voga. Inobstante, outro período da história brasileira, datado antes do Golpe de 1930 e que houve interferência governamental para a dissipação da indústria foi em 1918, ao término da Guerra onde a economia algodoeira sofria com colapsos de liquidez pelo excesso de estoques (SUZIGAN, Wilson, 1986).

A primeira década do século XX foi marcada por uma abrupta melhora nos coeficientes brasileiros. Apesar do artigo propor uma análise a partir de 1906, a expoente aceleração do mercado internacional impulsionou as medidas econômicas de sucesso

[2] Entidade fundada no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1904, a partir da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (SAIN), e do Centro de Fiação e Tecelagem de Algodão. Em 12 de dezembro de 1931 transformou-se na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), e em 29 de agosto de 1939 adotou o nome de Centro Industrial do Rio de Janeiro (PORTO, Â.; FRITSCH, L.; PADILHA, S. Processo; WEID, E. Apontamentos.)

que regeram nossa economia neste período. A atrofiada industrialização brasileira era morosa, visão conivente com os acontecimentos que permeavam a época. A Inglaterra possuía maioridade em nossa rede de investimentos diretos estrangeiros, sendo responsável por financiar grande parte de nossa industrialização. Os investimentos diretos estrangeiros tiveram um poderoso papel na industrialização, eles financiaram a diversificação de nossas economias, geraram empregos e incitaram a tardia "mecanização" de nossos meios produtivos (necessidade que, posteriormente, seria apontada por vários estudos, como por exemplo a "Missão Cooke"[3]). Segundo Franco (1992, p. 12) "investimentos ingleses, franceses, alemães e norte americanos, [...], atingiam a cifra de 514 milhões de libras, o que representava cerca de 30% do total para a América Latina". Com esta grande entrada de investidores no âmago industrial brasileiro, é notável o aumento da dívida externa brasileira, que em 1890 acumulava 30,9 milhões de libras. Em apenas uma década, o novo século trouxe um aumento de nossa dívida, ultrapassando a casa dos 44 milhões em 1900. Com o *boom* de crescimento industrial brasileiro, a década de 1910 foi marcada pelo violento aumento da dívida externa, acumulado em 144,3 milhões de Libras.

Qual a vantagem de uma Guerra? Por mais capciosa que esta assertiva seja, o envolvimento brasileiro com a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) foi ponderativamente vantajoso para a aceleração de nosso desenvolvimento industrial. Tal fato reflete na necessidade de um país manter uma balança de pagamentos próspera, e para isso, o controle das importações é crucial. De forma compensatória, é necessário que o mercado interno supra a falta de produtos importados por produtos nacionais, barateando o custeio e promovendo um maior controle sobre as finanças públicas. Com essa troca sobre produtos importados, a indústria brasileira teve um "*gap"*, uma janela com grande propensão ao desenvolvimento para o mercado interno. Contudo, diversos fatores foram cruciais para o desempenho deste possível desenvolvimento.

---

[3] "A Missão Cooke, missão norte-americana que chegou ao Brasil durante o Estado Novo, em setembro de 1942. Tendo sido um importante instrumento de barganhas com os Estados Unidos, tinha como objetivos proclamados, aumentar a produção de artigos essenciais no Brasil, visando economizar as praças de navios, melhorar os meios de transporte e lançar os alicerces para a consolidação do desenvolvimento industrial." (OLIVEIRA, IRENE R.; "Sobressaltos da ordem e barganhas do progresso: a Missão Cooke e a implantação da CSN (1942-1946)", 2010, PG.1)

Por que investir no Brasil? Sendo nosso país extremamente dependente de importações, qual seriam as vantagens de uma nação ou empresa privada ao aplicarem recursos em nossa economia? Se a dependência desses produtos existe, logo confirma-se que existe mercado. Por mais alto e arriscado que soe investir em um país pseudo colonial como o Brasil, haviam deveras vantagens no meio comercial. A mão de obra foi massivamente expandida na década de 1890, tanto pela abolição da escravatura quanto da imigração européia e asiática em nosso país. A necessidade de empregos ressalta nos salários a serem empregados, e se houverem vagas de trabalho demasiadamente escassas para um grande contingente populacional, o valor dos salários se deteriora. Com isso, um dos argumentos está formado: a mão de obra latente seria de baixo custo aos investidores, barateando a manutenção de uma indústria em solo brasileiro.

Já citada, a demanda era existente e crescente nos diversos nichos englobados em nossa economia. Estabelecer uma indústria em solo brasileiro permitiria a isenção de determinados custos, como o de importação/frete por exemplo. Uma economia centralizada, com bases agrícolas e com um contingente populacional incipente, a proporção marginal ao consumo itinerante de produtos importados era restrita, devido ao fato dos elevados preços e da incapacidade de determiandas classes sociais consumirem toda a gama de produtos ofertados no Brasil, porém adquiridos no exterior. Com isso, a produção interna destes mesmos produtos baratearia seu preço final, abrangindo maiores parcelas populacionais e calcificando o temente porém almejado lucro em países periféricos.

Segundo Villela & Suzigan (1973, pg. 44), existem alguns alicerces a serem analisados sobre a industrialização brasileira. O primeiro prisma a ser analisado são os investimentos. Como citado acima, os investimentos brasileiros foram decorrentes das vantagens de investimentos em países periféricos com potencial, além da diversificação de áreas a serem abrangidas no mercado interno. Contudo, com o surgimento da Primeira Guerra Mundial, este padrão foi levemente alterado. Os fluxos de investimento caíram drasticamente, grande parte devido ao fato dos principais países que aplicavam recursos no Brasil foram severamente atingidos por estilhaços que danificaram sua estrutura econômica e social. Isso fez com que a capacidade destes países continuarem

investindo declinasse vertiginosamente. Em 1914, a queda dos investimentos alcançou aproximadamente 59,5%, e apenas um ano depois, declinaram mais 70,9%. Com surpresa, no ano de 1917 foi obtido uma singela recuperação nos níveis de investimento em nosso

país, apesar de que o período 1915 – 1916 teve uma queda proporcional dos níveis de importação de maquinarias para a industrialização. A recuperação naquele ano permeou a casa dos 36,7%, crescimento deveras tímido comparado às violentas quedas registradas no começo da guerra.

O ano de 1919 foi marcado pelo *"mini-boom"* das commodities (FRITSCH, 1992, p. 46), assim como a volta do crescimento industrial brasileiro. Importante ressaltar que: "24,2% do capital industrial registrado em 1919 pertenciam a estabelecimentos industriais fundados entre 1915 e 1919".

A segunda ótica a ser analisada será a produção durante o período da Primeira Guerra Mundial. Segundo Fishlow (1972), o cresimento da produção industrial no período proposto permeou à taxas de 4,4% ao ano[4]. Como comparativo, a taxa média de crescimento brasileiro nos cinco anos anteriores à Guerra, o país cresceu à taxas de 9,1% ao ano. Esta comparação proporciona uma análise muito concisa perante o assunto abordado: o setor de produção industrial brasileiro caiu impetuosamente (desconsiderando o ano recessivo de 1914), demonstrando que o *lócus* temporal que abrange os conflitos mundiais da segunda década do século XX ,foram de severos déficits no crescimento produtivo brasileiro. Grande parte desta análise repousa na necessidade brasileira de consumir produtos importados, advinda a incapacidade produtiva no que se refere à insumos e matérias primas, produtos chave para que a produção brasileira mantivesse sua rentabilidade e alavançasse novas formas de obtenção de lucros. Alguns ramos produtivos de nosso país convergiram sua produção para atender a necessidade do mercado interno. Como citado previamente, nossa

[4] O crescimento anual descrito não se atém apenas aos anos da Primeira Guerra Mundial (1914–1918). Como o ano de 1914 foi de recessão, Fishlow (1972) propôs e colocou em prática uma análise a partir da média de crescimento entre os anos de 1911–1913. Outro fator é que, 1919 foi considerado como ano de guerra neste prisma, resultando em uma análise que procura discernir o crescimento industrial e produtivo brasileiro neste tão conturbado período. Contudo, a análise partiu de 1911 até 1919.

dependência de importação de materias primas era imensa, prática esta que foi absorvida em tempos de Guerra. De acordo com Villela & Suzigan:

> “As indústrias que processavam sobretudo matérias primas domésticas aumentaram sua produção, ocupando fatias de mercado que antes da guerra ainda eram atendidas por importações. Incluem-se no caso tecidos de algodão, chapéus, calçados, produtos de couro, produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos, bebidas (exceto cerveja) e, provavelmente, outros produtos como vestuário, artefatos de madeira, etc. No caso de outras indústrias que processavam sobretudo matérias primas domésticas, a produção aumentou também para atender a demanda externa, como é o caso do açucar, carnes industrializadas e óleo de caroço de algodão.” (1975)

Porém, tanto Dean (1976) quanto Fishlow (1972), ressaltam que a contribuição destes artigos industrializados destinados ao mercado externo foi tímida, praticamente inexistente. O compêndio deste segundo pilar que constituiu análises deveras importantes recái sobre as substituições de importações e a queda dos fatores produtivos brasileiros. Em conjunto, a criação de ramos produtivos que tiveram a capacidade de permutar produtos importados por fabricações nacionais permitiu que nosso país ainda crescesse de forma tímida, porém com as já esperadas quedas de investimentos e quedas produtivas. Foi através deste acontecimento mundial que o Brasil, apesar de sofrer grandes quedas de investimentos e de capacidade produtiva, pode incitar a tão atrasada industrialização brasileira e permitiu que novas vertentes industriais surgissem de acordo com as necessidades do mercado interno/externo.

A terceira e última ótica a ser analisada deste período serão os Lucros obtidos nos setores industriais brasileiros. Com a carência de dados sobre este assunto, é de grande complexidade debater sobre. A indústria algodoeira cresceu vertiginosamente nos anos de 1916, “o preço do algosão aumentou mais de 100 por cento em consequência das secas nas regiões produtoras do Norte e Nordeste” (Villela & Suzigan, 1986,). Apesar destes dados, determinadas indústrias ainda dependiam de materiais e insumos importados, que encareciam o preço e a produção. Como este assunto circunda muitas teorias com poucas inflexões, apesar de tantas referências didáticas sobre o

assunto, a gênese que deve ser compreendida é a dificuldade de um país, com um histórico produtivo dependente de uma *commoditie* inelástica, industrializar-se e manter os investimentos durante um período tão conturbado mundialmente. Não dado como impossível, mas como de extrema dificuldade, os índices de crescimento produtivo, capital investido e lucratividade decaíram em virtude dos acontecimentos que permearam as economias mundiais. Inobstante, este período proporcionou espaço para que determinadas indústrias abranissem um mercado que antes, pertencia às importações. Aos poucos, as substituições de importações tomaram espaço, e começaram a se desenvolver com extrema lentidão, mas de forma constante que permitiu nossa economia a dar seus primeiros passos em busca da tão necessária industrialização.

A resenha desta parte do texto expressa o caráter produtivo brasileiro em conjunto com suas dificuldades, levando em conta os acontecimentos mundiais que predominantemente afetavam nosso capital e a economia cafeeira, que governava (literalmente) o Brasil. Um século depois, vemos que as possibilidades de industrialização eram plausíveis, porém, seria uma atitude absurdamente irresponsável não manter a rentabilidade de uma *commoditie* que sustentava nosso país. O *boom* brasileiro da primeira década do século estudado foi aniquilado pelo choque da Primeira Guerra Mundial, onde as produções de algodão, borracha, tecidos e manufaturas caíram subversivamente. Foi tentado provar como um país dependente de uma economia agrária, deficitariamente industrializada, sujeito ao mercado externo para obter superávits e tendo o café (produto com baixíssima elasticidade produto/renda) como principal agente econômico, se torna inerentemente frágil às variações e flutuações dos mercados internacionais. O erro foi reconhecido, apontado e teoricamente resolvido pela Missão Cooke, em 1942, mas esta análise de nada adiantava para um país que já havia sofrido tanto com Guerras Mundiais e Recessões econômicas de égides mundiais. Com isso, de certa forma nosso país pode ter abolido a escravidão e ter se tornado relativamente mais livre e justo, mas as medidas imperialistas que regeram nossa economia apenas nos tornaram mais dependentes daqueles que optamos nos distanciar. O escravo brasileiro não era mais o negro, mas o próprio Brasil.

4 O PÓS GUERRA INDUSTRIAL BRASILEIRO (1918–1929)

Industrialização? "*That ship has sailed".* Trocadilhos à parte, o significado desta frase em inglês, "Este navio ja partiu", demonstra que a industrialização brasileira, mesmo frígida e muito debilitada, era existente e não havia mais oportunidades de recorrer aos acontecimentos, ou seja, ela veio para ficar. Mantendo a analogia marítima, uma barco precisa ser bem cuidado, para que endure longas viagens e possa cumprir seus objetivos de uma forma mais salutar. A década que se segue na historiografia brasileira será de uma conturbada maré, que fará com que o barco brasileiro flutue de forma onerosa e perigosa aos encalços da luta pela tão almejada industrialização. Irão compor este período as oscilações de preços de *commodities* brasileiras, pseudo-*boom* que irá compor o ano de 1919, a volta do padrão ouro e os indícios de que o papel da indústria seria primordial para o futuro da economia brasileira. Para darmos continuidade ao assunto, é de suma importância que se entenda o cenário econômico internacional.

A vida Pós-Guerra é árdua. Os países envolvidos, independente se vitoriosos ou não, possuem em sua bagagem uma densa reforma a ser estabelecida, para que suas dívidas sejam quitadas e que sua economia volte a operar de forma legítima e capaz de gerar dividendos. Nações devastadas e/ou debilitadas precisam adquirir produtos para o manejo de seu equilíbrio interno, ou seja, prover o necessário a preços acessíveis para que a população tenha a possibilidade de aquisição de tais bens. Contudo, as batalhas assolaram muitos provedores essenciais de *commodities*, sejam elas agrícolas ou industriais. Este desequilíbrio na oferta dos produtos gerou severas variações de preços nos mercados locais e internacionais, pressionando as taxas inflacionárias nestes países. A inflação era uma grande inimiga dos envolvidos com a Guerra, pois a dependência de geração de empregos, o incentivo ao consumo interno e, outras ações que possivelmente beneficiariam a retomada do crescimento nominal da economia, eram violentamente afetados pelos índices inflacionários galopantes. O combate a essas adjacências que debilitavam o reerguimento dos países europeus foram medidas restritivas ao consumo externo, ou seja, combatia os preços internacionais, freava a importação e procurava aplicar e desenvolver o frágil mercado interno. As providências determinadas por centros financeiros internacionais coagiram ações capazes de

enfraquecer ainda mais as economias afetadas e, de certo modo, reprimiam o aumento da inflação vigente. Do outro lado do mundo, a periferia (responsável por atender grande parte da demanda das nações centrais), velejava em boas marés, apesar de ter sofrido relativamente com as flutuações de preços e de atividade econômica entre 1914–1918. O ano de 1919 foi resposável por trazer um leve *boom* para o mercado brasileiro, ainda sustentado e gerenciado pela exportação do café. A alta dos preços do café no mercado internacional foi extremamente benéfica para o Brasil, pois ocorreu uma "sensível restrição da capacidade de oferta mundial de café, causada pela grande geada de 1918" (FRITSCH, 1992, p. 46). Com esta suposta "restrição da capacidade de oferta", o Brasil deteve um certo controle de preços sobre o produto, podendo elevar o preço da *commoditie* com intuito de arrecadar mais dividendos.

Aglutine os extremos. Junte as medidas outorgadas a países que sofreram substancialmente com a Guerra com a capacidade de exportação de produtos brasileiros. Por um breve período de tempo, o Brasil pode desfrutar da alta dos preços do café e da demanda por outros produtos industrializados, além do mais, um dos setores impulsionados pela Iª Guerra Mundial foi a diversificação de produtos na pauta de exportação brasileira. Essa diversificação trouxe outras fontes de renda capazes de arrecadarem moedas de forte circulação. Pesarosamente, a alegria que contagiava os países periféricos responsáveis por municiar as grandes potências mundiais, durou pouco. As medidas que restringiram as importações europeias sacrificaram grandes esforços das economias em desenvolvimento, ou seja, os países que desfrutavam da alta dos preços e da grande quantidade de demanda sobre produtos exportados, ficariam "a ver navios". Um exemplo de tentativa brasileira para recuperar os índices industriais, incentivar a exportação e manter a todo o custo o fluxo de mercadorias que rentabilizavam nossa economia foi a desvalorização de nossa moeda. Com uma moeda mais fraca, seria deveras vantajoso para um país estrangeiro importar produtos industrializados e comercializados pelo Brasil. Porém, todo cuidado é pouco, e seria uma negligência analisar apenas a necessidade externa sendo que a desvalorização cambial surtiria efeitos para a economia local. As pressões inflacionárias seriam recorrentes, os preços se elevariam e o escoamento de produtos brasileiros se encontrava estagnado. A escapatória estaria por vir nos anos que se seguiam.

De 1918 até 1922, a instabilidade assolou a balança de pagamentos brasileira, advinda as grandes flutuações que mediavam nossa economia. Algumas medidas governamentais foram criadas para suprir as dificuldades orçamentárias da época. Em 1920, foi criada a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. Esta criação outorgava o Banco do Brasil a conceder empréstimos através da emissão de notas do tesouro, atendendo assim as necessidades do setor privado. De acordo com (Falta a referência aqui gente, to me batendo pra achar. É um livro do sobre a história do banco do Brasil).(desculpa)

> “banco dos bancos, ou seja, um emprestador em última instância. Em outros momentos, ele foi cerceado nessa função, pois sua atuação contituía fator expansionista do estoque nominal de moeda. Ele também nunca foi banco fiscalizador, isto é, supervisor do comprimento da regulação do sistema financeiro nacional, visando à estabilidade sistêmica”.

O bieno seguinte (até 1922) foi responsável por desbalancear ainda mais as contas públicas brasileiras. A necessidade de obtenção de verbas era indiscutível, mas a forma de obtenção seria de imensa complicação. Aumento de impostos para complementar a arrecadação federal? Emissão de títulos da dívida pública? Empréstimos internacionais? *Funding Loan?* Todas as formas citadas possuem vantagens e prioridades, mas nem todas eram cabíveis aos acontecimentos que circundavam as economias globais da época. O aumento de impostos traria benefícios para as contas públicas, geraria uma maior estabilidade e supriria a necessidade de empréstimos internacionais. Porém, um aumento que abrange demasiados setores brasileiros trariam descontentamentos populares e pressões inflacionárias, por exemplo. No que tange a capacidade popular de arcar com estes tributos, não seria muito diferente. Era improvável cogitar que grande parcela populacional teria possibilidade de dispender quantias de dinheiro enquanto o cenário econômico brasileiro era frágil e o mercado externo encontrava-se deveras debilitado. A emissão de títulos da dívida pública possui sua complexidade por envolver taxa de juros, circulação atual de títulos e de moeda corrente. Contudo, a emissão destes títulos provocaria um aumento de gastos públicos, parâmetro primordialmente combatido e em pauta no ano que se discorre este

parágrafo. Empréstimos internacionais estavam fora de cogitação pois os países centrais e os bancos mundiais sofriam severamente com as consequências da Primeira Guerra Mundial. A questão do *Funding Loan* de fato aconteceu, mas apenas na década de 1930, e não passava de um refinanciamento da dívida existente. O Brasil não possuia um Banco Central, sendo que o Banco do Brasil atuava como Banco Comercial e Banco Central. Seu nascimento surgiu apenas na década de 1960[5], com a extinção da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC) e a criação de entidades financeiras capazes de conceder empréstimos (Banco Central e companhias privadas). A medida que entrou em voga através do congresso, que "autorizou o redesconto de títulos federais até meio millhão de contos – equivalente a mais do que o total de letras em carteira no Banco de Brasil em fins de 1921" (FRITSCH, 1992, p. 49). Ainda dissertando sobre o biênio discutido, o início da década de 1920 foi complexo pois a nossa economia, ainda primário exportadora, dependia do preço internacional dos produtos ofertados para gerar lucro.Apesar do crescimento do preço do café no mercado externo, outras *commodities* agrícolas entraram em declínio, como o algodão e o açucar.

O início deste artigo propos uma análise a partir de uma data específica, com acontecimentos específicos. As políticas discutidas até então propunham defender o produto/setor com maior rentabilidade em detrimento de outros vieses possíveis. No entanto, os episódios registrados durante o período comentado dificultaram a realização das medidas de forma concreta. As contínuas pressões de produção e plantação forçavam, já na década de 1920, um dispêndio de recursos alocados à indústria. O plano de valorização do café de 1906 e de 1917 não surtiram um efeito imediato, e passou ser sentida a partir de 1923, se extendendo até o ano de 1926, onde o Padrão – Ouro volta à pauta econômica brasileira. De acordo com Baer (1995, p. 47 e 48) "A participação do café nas exportações aumentou de 56% em 1919 para mais de 75% em 1924. Mantendo a mesma fonte de dados, mesmo com o aumento da participação cafeeira no escopo

[5] O programa que pariu essas mudanças de ordem econômica no Brasil foi chamado de PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). "O programa de estabilização implementado entre 1964 e 1968 logrou reduzir a taxa de inflação anual de algo próximo de 100% no primeiro semestre, para algo em torno de 20 % em 1969. [...]. Tratava-se, portanto, de um programa que acentuava a importância da manutenção, ou da recuperação, das taxas de crescimento da economia" (RESENDE, 1992, p. 213 e 214).

econômico, o crescimento industrial rebaixou de 4,6%, medido entre 1911 e 1920, para 3,0% nos períodos de 1920 a 1929”.

Complicado dissertar sobre a industriaização brasileira neste período sem abordar as medidas macroeconômicas brasileiras que permearam a época. Citar apenas os dados industriais e da balança de pagamentos seria uma tremenda inadimplência e comprometeria a didática do assunto. A Carteira de Redesconto, por exemplo, criada com o intuito de suprir a necessidade de empréstimos de última instância, seria fechada e substituída por um sistema de emissão monetária advinda do Banco do Brasil, sendo este capaz de emitir até 600 mil contos. Esta permuta ocorreria em 1922, com a chegada de Arthur Bernardes no poder. Entre os anos de 1922/23, com esta suplente força monetária nas mãos do Banco do Brasil, a economia agrícola brasileira atendia uma alta capacidade de produção. A produção cafeeira, por exemplo, obteve uma safra quase o dobro do tamanho anterior, sendo necessário repensar de forma coerente a forma de compra dos excedentes de produção. A proposta agraciada na época garantiu a retenção de grande parte da produção cafeeira, não apenas destruindo grande parte da colheita e, seu restante, introduzindo no mercado corrente. A abordagem feita até agora não engloba um fator severamente importante para a compreensão econômica da época. Ainda não citada porém prontamente dissertada, a dívida externa e os compromissos brasileiros em compensa-la posteriormente ao fiador divergiam de várias idéias, porém não se pode reescrever a história. A política brasileira procurava maneiras de gradualmente solver sua dívida externa. Com alguns empréstimos recusados e financiamentos estagnados, ocorreu um tentativa em 1924 de se realizar uma renegociação da dívida (*Funding Loan)* com o auxílio britânico, porém o requerimento foi indeferido e a tão esperada renegociação foi cancelada.

Préviamente a decada de 30, não se pode utilizar (ao menos não se deveria) uma nomenclatura específica que afirme a industrialização incipiente em território brasileiro. É visto e demonstrado por fontes cabais e dados estatísticos neste trabalho que a agricultura e a produção de seletos produtos eram oriundos da terra. O café, milho, açucar, pau-brasil, borracha são alguns de diversos exemplo da diversificação na gama de produtos brasileiros que foram, durante o curso da história brasileira, importantes para

a sustentação de nossa economia. Contudo, apesar da constatação de que os levantes economicos brasileiros surgiram do extrativismo agrícola, deve-se pontuar a questão das indústrias em plena operação na época deferida. A termologia a ser aplicada e que será reverênciada neste momento, foi atribuída ao livro de Werner Baer, em “A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil” (1988, pg.11). O autor refere-se aos surtos industriais ocorridos em detrimento dos choques no setor externo (em suma, a Primeira Guerra Mundial).

De acordo com o Serviço de Estatística Economica e Financeira do Ministério da Fazenda, alguns setores da economia cresceram no que tange os parâmetros de importação. É notável a queda de Importação de Bens de Consumo na década de 20 e o aumento paulatino da importação de matérias primas e de Bens de Capital (ambos suprindo as necessidades da industrialização brasileira).

Em 1924, a responsabilidade sobre as políticas de sustentação do café passou para o Estado de São Paulo, sendo antes responsabilidade do Governo Federal. Este processo foi estabelecido após as diversas tentativas de gerar valorizações dos preços da *commoditie*. Muitas destas tentativas foram falhas, sendo que no começo das valorizações, as grandes safras de 1920/21 criaram pressões que desvalorizaram violentamente os preços internacionais do café. A desvolrização, consequentemente, levaram o Governo a incitar uma nova política de valorização de preços. A criação do Instituto de Defesa Permanente do Café foi outorgada via lei, “alegando para isso a irregularidade das safras e a falta de crédito para armazenamento do produto a fim de vendê-lo a preços mais altos” (Villela & Suzigan, 1975). Apesar da aprovação jurídica, nunca chegou às vias de fato, tornando-se responsabilidade do Estado de São Paulo. Com a manutenção de estoques e o intensivo controle dos preços do café, o biênio seguinte acomoda anos favoráveis à economia brasileira, possibilitando a implementação do Padrão Ouro no sistema monetário brasileiro.

Homologamente falando, os princípios correntes durante a nova instauração do padrão ouro eram os mesmo quando estabelecidos em 1906. O manejo dos preços internacionais do café e a estabilização da balança de pagamentos ainda perdurava nos objetivos propostos com a devida implantação do Padrão Ouro. Análogo à Caixa de

Conversão, foi criada a Caixa de Estabilização, que detinha a mesma gênese de lastrear moedas conversíveis em ativos metálicos. Neste período, ocorre um reestabelecimento industrial brasileiro, sendo de certa forma, consolidadas industrias siderurgicas e de cimento (Villela & Suzigan, 1973). Contudo, é de grande importância notar que que o crescimento observado até a crise de 1929 foi moderado, com taxas menores do que o *mini-boom* brasileiro contatados até 1922. A forma de análise deste período segue a "idéia" base atribuída à Celso Furtado. A linha cronológica de que o Brasil se tornou realmente industrial a partir de 1930 e, anteriormente, focava seus investimentos apenas em setores agrícolas pode parecer ligeiramente grosseiro, porém o estudo da formação economica do Brasil se comporta tenuamente dependendo das fonte citadas e das ideologias defendidas.

5- CONCLUSÃO

O baixo crescimento, o abandono relativo das políticas de proteção ao café, a realocação dos esforços governamentais e o cenário externo propiciaram a queda contínua do falido império cafeeiro brasileiro, enquanto a indústria engatinhava em rumo ao inerente sucesso, ja comprovado pelas potências mundiais. O caminho não foi simples, e as batalhas futuras que o Brasil travaria seriam ainda mais complicadas. O processo de amadurecimento da industrialização passaria por diversos planos, constituições e esforços governametais para que, 40 anos após o suposto "rompimento" com a soberana classe agrícola, a indústria começasse a lentamente caminhar com as próprias pernas. Com centenas de anos de atraso, é evidente notar que os percalços da história econômica brasileira refletem a situação política atual. Nós, a periferia mundial foi escrava dos mais longos reinados regidos pelas potências, privando qualquer oportunidade de crescimento real à nosso país. Adicionalmente, um país que foi governado por uma elite nunca desenvolveu uma mentalidade plural (economicamente falando) necessária para estender a maximização da capacidade produtiva, priorizando uma minoria incapaz de desenvolver um país, só a sí mesma. Não somos uma União Européia, não somos um aglomerado de nações com diferentes linguas e com diferentes formas de governo, mas somos apenas um país que detém um extensão territorial muito

maior que esse aglutinado de países europeus. Não somos pequenos, mas também não somos potência. Não somos elite, mas fomos governados pelos mesmos.

Priorizar a necessidade de poucos e que detém muito, foi responsável por negligenciar um dos maiores setores econômicos brasileiros em detrimento das inexoráveis defesas agrícolas. Não somente a alocação de recursos e esforços restringiram o acesso de diferentes setores da economia a créditos, por exemplo, mas também privaram o país de diversificar suas pautas produtivas que possibilitariam suprir a necessidade do mercado interno e incitar a exportação. Comparativamente falando, os países mecanizados da época começaram a investir nos setores industriais em (data), séculos antes do Brasil começar a desenvolver suas práticas e obtendo certo monopólio de determinados produtos. Isso soma à história brasileira de dependência extrema à determinadas fontes de matérias primas e insumos, nos tornando mais uma vez, escravos da própria história.

O material usado para criar este trabalho contorna ideologias parecidas, desde Celso Furtado que disserta sobre a Formação Econômica do Brasil até os diversos autores que compõe a Ordem do Progresso, organizado por Marcelo de Paiva Abreu. As fontes se completam no discurso da fraca industrialização brasileira no início do século, compondo argumentos político-econômicos e até mesmo pura e simplesmente, históricos. É perceptível a ruptura com a cronologia brasileira, levando em conta as mudanças na estrutura sociopolítica da época dissertada. O Brasil não se comportva mais apenas como uma colônia de exploração, sendo sugada pouco a pouco pelas potências mundiais. O crescimento acelerado, a abolição da escravatura, a emigração em massa advinda da eurásia e a lenta e gradual industrialização colocaram o Brasil no mapa, porém com características diferentes. Éramos pequenos nas percentagens econômicas mundiais, mas nossa história era grande, assim como nosso país. Como dito no início deste trabalho, de pouco a pouco, o Brasil somou diversas conquistas, e uma delas foi ter conseguido se estabelecer de pé em meio as dificuldades que englobavam a mecanização e a industrialização.

O rompimento ocorrido no país mostrou que, apesar de deficitária, a nossa industrialização foi a última tentativa, a válvula de escape no momento em que a elite

responsável por reger a economia, encontrava-se fragilizada. O surgimento das indústrias e a realocação dos recursos governamentais para este setor foram responsáveis por soltar as algemas ao Brasil, libertando-o das correntes que o acompanhavam durante sua submissa história.

6-REFERÊNCIAS

ABREU, M. (1992). Modernização Autoritária: 1930 – 1945. In: : ABREU, M. DE PAIVA (Org.) A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica. Rio de Janeiro: Campos, 1992. p. 73 – 104.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BAER, W. (1989). A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil

BELANGA, T. (2011). Indústria brasileira nas décadas de 1920 a 1930: revisão da polêmica e exploração de evidência empírica. Campinas, SP.

FRITSCH, W. (1992). Apogeu e Crise na Primeira República: 1.900-1.930. In: ABREU, M. DE PAIVA (Org.) A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica. Rio de Janeiro: Campos, 1992. p. 31-72

FURTADO, C. (2007). Formação Econômica do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras

PENROSE, E. (2006). A Teoria do Cresimento da Firma (UNICAMP)

PORTO, Â.; FRITSCH, L.; PADILHA, S. Processo; WEID, E. Apontamentos.

SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do desenvolvimento econômico*: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril, 1982.

VERSIANI & SUZIGAN. (1990). O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral.

VILLELA, Annibal villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

A CRISE DO SOUTO: UMA ANÁLISE SOBRE AS GRANDES FORTUNAS EM 1864

Guilherme Lemos Villela

UFF/Campos

Abril 2016

Resumo

A segunda metade do século XIX demonstrou ser uma etapa dura, em um período de disputas políticas que iriam definir o futuro do Império. As políticas econômicas orquestradas por conservadores e liberais interferiram na estrutura financeira e econômica. A falência da casa A. J. Alves e Souto & co., foi um capítulo importante dessa história, as dinâmicas econômicas se refletem bastante neste caso.

Com a falência da Casa A. J. Alves e Souto & co., que significou a suspensão dos pagamentos desta casa, no qual os motivos serão debruçados em outro momento, ocorreu uma desconfiança na praça mercantil do Rio de Janeiro e uma corrida para a retirada de dinheiro, de outras casas e do Banco do Brasil. Isto gerou a crise do Souto.

As casas foram obrigadas a publicarem as listas dos clientes e assim fizeram no *Jornal do Commercio.* Isso se tornou um elemento substancial para entender o período e analisar os clientes que depositavam seu dinheiro nessas casas.

A partir disso, o meu foco é tentar entender as grandes fortunas que estavam ali e qual importância essas pessoas têm na praça mercantil: se elas têm relação econômica, se tem importância política, se a organização espacial delas tem a ver com a forma como seus negócios estão organizados e etc.

Portanto, vou selecionei os 50 mais ricos, excluindo os Bancos e as pessoas jurídicas. Então me atentarei as 50 pessoas físicas mais afortunadas dentre as mais de 20 mil contas, que foram analisadas até o presente momento, somando-se todas as casas bancárias.

Palavras chave: Bancos; Financeira; Crise; Agentes

A Crise do Souto

Para entendermos o que gerou esta crise é preciso retrocedemos até a década de 1850, para observarmos como as políticas econômicas, os fatores de externos de crise e as reações especulativas levaram a esta crise. A Casa A. J. Alves e Souto & co. era uma casa bastante popular no Império, principalmente se olharmos para os pequenos valores, que é onde está a grande maioria dos saldos da Casa.[1]

Deixado claro que a política tinha muita influência na economia, é preciso avançar e ao mesmo tempo retroceder. A crise ocorrida em 1857, tem ligação com a que vai ocorrer na outra década, porque as ações políticas e regulamentadoras sobre os bancos vão transformar o cenário, que ora era de pluralidade, ora era de centralização econômica.

O Banco do Brasil, criado por Barão de Mauá em 1851, e o Banco Comercial, criado em 1838, tinham como objetivo ter o monopólio de emissão de notas bancárias e assim o fizeram, se tornando os principais emissores da praça mercantil do Rio de Janeiro.[2] Isso gerou uma oferta bastante atraente, já que os empréstimos aumentaram e os descontos que os Bancos recebiam, também aumentavam.

Thiago Gambi explica que essa liquidez foi momentânea, porque com o aumento da oferta de papel-moeda e da emissão de vales, na opinião do autor ocorreu a desestabilização da economia. Já que, isso gerava como efeito, uma depreciação da moeda e, em consequência, a inflação e a desvalorização do câmbio. Como efeito de tudo isto, ocorreu uma escassez de moeda na praça

Segundo dados fornecidos por Gambi, essa conjuntura caótica na economia, teve seu ápice entre 30 de Abril de 1853 e 23 de Junho do mesmo ano[3]. Isso fez ecoar o coro para a necessidade de um Banco nacional, já que a culpa dessa circunstância econômica caia sobre a pluralidade, sobre a existência de competição entre os dois bancos.

1 Gambi, Tiago. s/d. “O Segundo Banco do Brasil como Banco Da Ordem (1853-66).”

2 Gambi, op. Cit, pp 5.

3 Gambi, op. Cit, pp 7

O desenrolar disso foi que a política econômica Saquarema[4], criava em 1853 o segundo Banco do Brasil[5], que foi a fusão entre o Banco do Brasil, relatado acima como pertencente a Barão de Mauá, e o Banco Comercial.

Com esta atitude, o governo deteria o controle sobre a moeda e atenderia a vontade dos conservadores fluminenses, agentes do mercado escravista, e conservadores ligados ao Nordeste e as áreas de exportação.[6] Este fato, também marcaria a condução da política econômica, na qual os conservadores teriam maior destaque ou, uma maior tentativa de controle dessa pasta.

A partir daí o autor Thiago Gambi, demonstra uma contradição existente na economia. Ao mesmo tempo que o Banco tentava sanear o meio circulante, recolhendo as notas emitidas pelo tesouro que estavam em circulação, e tentava atender as demandas que o comércio tinha, em um contexto de expansão comercial, expandindo o crédito. Ou seja, o mercado e o comércio tiveram que se adequar a esse problema existente.

Esta política econômica engessada, que precisava sem manter dentro de um padrão exigente, demonstrou algumas contradições entre a teoria e a prática. O banco que detinha o monopólio das emissões, tinha dificuldades de se manter dentro dos limites de emissão estabelecidos pelo seu estatuto, que limitava a emissão além do dobro do fundo disponível, isso gerava uma dificuldade de gerir seus fundos, já que ocorria um número elevado de empréstimos.

A dificuldade para gerir o banco com essas condições era tanta, que a sua Diretoria do banco pediu ao governo a ampliação do limite de emissão. Isto constatava, que a rigidez colocada acima, não era seguida ou de forma insuficiente. Logo depois, o Governo teve que permitir também a emissão em filiais do banco.

Ainda em 1853, o Visconde de Souza Franco é chamado para assumir a pasta do ministério da Fazenda, em um período de conciliação política. Souza Franco privilegiava a expansão do crédito, a pluralidade econômica, política econômica bastante diferente da que era praticada pelo governo, comandada pela política saquarema, conhecida pelo conservadorismo. Rodrigues Torres era presidente do Banco do Brasil e isto representava uma dualidade.

---

4 Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí; Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai; e Eusébio de Queiroz formavam a "*Trindade Saquarema*", líderes do partido Saquarema. Formavam a grande voz Conservadora do Império. (Gambi, 2012, pp 4)

5 Gambi, op. Cit., pp 2.

6 Gambi, op. Cit, pp 8

Enquanto, um conservador era presidente do principal banco do Império, o ministro da fazenda representava a pluralidade e o liberalismo.

Isso significou o rompimento com o monopólio das emissões. Até fevereiro de 1858[7] mais de cinco bancos já poderiam fazer emissão. Rodrigues Torres, presidente do Banco da ordem, nas palavras de Gambi, deixa a presidência do banco, permitindo que essas ações fossem tomadas. Porém, como é bastante conhecido, em 1857, ocorreu a crise econômica do capitalismo de proporções mundiais. Carlos Gabriel Guimarães discorre sobre o efeito dessa crise

> "Preocupados com a repercussão da crise no Brasil, os credores ingleses passaram a pressionar o governo, exigindo não só que os débitos fossem soldados imediatamente, como também suspenderam a concessão de prazos adicionais, que na prática funcionava como um "roll over da dívida". Como se tinha adotado o padrão-ouro, com a Reforma Monetária de 1846, essa pressão significou uma saída líquida de moeda, já que a conversibilidade do papel-moeda funcionava para os credores como uma garantia para os momentos de crise. Não foi por outra razão, que a saída líquida de moeda, no caso, representada pela remessa de cambiais em 1857, chegou a ser 76% maior do que em 1856"[8]

O governo precisou pedir ajuda para o Barão de Mauá para poder elevar o câmbio e fazer com que a economia respirasse. Esta crise só foi resolvida no último trimestre de 1858. O que ocorre a partir daí, é que a pluralidade econômica ficou politicamente desgastada. Em dezembro de 1858, Souza Franco sai do cargo e é substituído por Torres Homem, que assumiu a pasta do ministério da fazenda. Isso oficializava uma mudança na política econômica, existia um desejo de que as emissões fossem travadas ao duplo do fundo disponível, porém o Senado não aprovou isso. Silva Ferraz assumiu a pasta do Ministério e com as conclusões do relatório que foi negado no Senado, adicionou emendas substitutivas que tinham ainda mais rigorosidade com o crédito. Encaminhado para o governo, depois de um intenso debate, foi sancionada em agosto de 1860 a lei dos entraves, a lei nº 1083.[9]

---

7 Gambi, op. Cit, pp 12

8 GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *O Império e o crédito hipotecário: o estudo de caso do Banco Comercial e Agrícola.* 2013, pp 12.

9 Guimarães, op. Cit, pp 24.

Alguns autores como Guimarães[10], Valencia[11], Gambi[12] consideram essa lei como um dos principais fatores para o que veio ocorrer depois, a crise do souto. A lei dos entraves se tornou uma política de austeridade do governo, uma política extremamente rígida. Como resultado desta política, ocorreu uma redução brusca de empréstimos no banco do brasil e também vários outros bancos abriram mão da emissão, já que com a lei dos entraves isso se tornou algo inviável. Justamente porque o desejo do governo era que as emissões voltassem a ser monopólio do Banco do Brasil.

No dia 10 de setembro de 1864, ocorreu o que chamamos de suspensão de pagamentos de uma das maiores Casas Bancárias do Império, a A. J. Alves do Souto. Ocorreu uma corrida para a retirada do dinheiro e uma desconfiança no cenário financeiro, que atingiu outros bancos. Em alguns dias, outras Casas Bancárias caíram como Gomes & Filhos, Montenegro, Lima & co. e Oliveira & Bello.

O banco de dados

No mês de novembro do mesmo ano, 1864, o *Jornal do Commercio* "receberam as notícias que se publicaram (...) que informavam os nomes dos credores e depositantes de dinheiro nas Casas Bancárias falidas"[13], é importante ressaltar que por muito tempo, os historiadores ignoraram essa fonte, olhando muito mais para as causas dessa crise. Porém, olhar para os depositantes é olhar para a composição das Casas Bancárias e como a sociedade pensava em depositar quantias que muitas vezes eram pequenas.

Dito isto, organizamos um banco de dados[14] que pudesse conter todas as informações necessárias, visto que as informações fornecidas no jornal não são complexas, e nem precisavam ser. Consta apenas no Jornal o nome dos agentes e valor do deposito; as comissões de liquidação, de acordo com a quantia devida pela casa bancária; e os tipos de

10 Guimarães, op. Cit, pp 25

11 VALENCIA, Carlos Eduardo. *Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864*. 2015, pp 4

12 Gambi, op. Cit, pp 13.

13 Valencia, op. Cit, pp 1.

14 O banco de dados foi organizado pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Valencia Villa, do departamento de História da Universidade Federal Fluminense. A alimentação e a construção dos dados foram feitos por: Guilherme Villela, Mylena Porto, Rafael Rento, Felipe Corvino e Ilana Vaz, membros do Laboratório de Pesquisa e Documentação em História Econômica – LAPEDHE, que também pertence ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

credores que eram, que poderiam ser credores de *domínio*, *privilegiados*, *pignoratícios*, *chirographiados*, ou depositantes de *contas correntes* ou *credores de recibos nominativos* ou ao *portador*.

No banco de dados não continham só os depositantes de pessoa física, existiam muitos depósitos de bancos, dentre eles o Banco do Brasil, como um dos maiores depositantes, além disso existiam as pessoas jurídicas que também mantinham muitas contas.

Para se ver a pluralidade do Banco de dados, é só olharmos o menor depósito e o maior. Enquanto na menor temos 4$000, na maior tem o incrível número de 2.391:031$660, esses valores indicam uma variabilidade de agentes. A grande maioria de agentes são os de pequenos valores. Nos dados apresentados por Valencia[15] o índice de moda é de 100$000, um valor bastante baixo, o que mostra e dá uma estimativa da base do banco de dados. O autor acredita que o índice médio dos depósitos não representa muito bem os valores dos agentes físicos, ele apresenta índices anômalos.

O que deve se colocar aqui, é que a grande quantidade de pessoas com pequenas quantias ou quantias medianas, representava uma boa fatia do banco de dados. Porém existe outro grupo, que representava uma grande fatia do banco de dados, os bancos. A quantidade de contas dos bancos (como Banco do Brasil, Banco Rural Hipotecário), é pequena, porém com um valor bastante grande. A média das quantias dos bancos é de 1.148:888$490, que representa 38,2%[16] dos valores das contas, uma porcentagem bem representativa se levarmos em conta que não existiam só 2 tipos de clientes no banco de dados. A esses dois, se somavam os herdeiros, as pessoas jurídicas, clientes não definidos, massa em liquidação.

Portanto, o banco de dados consegue representar as contas mesmo com informações simples, porém necessárias e bem representativas. Como já dito, as contas no *Jornal do Commercio* têm além de algumas outras informações, a conta do depositante e o valor que foi depositado.

A Necessidade do Georreferenciamento

O uso do SIG (Sistemas de Informação Geográfica) tem mudado para melhor as pesquisas que precisam ser referenciadas em um mapa. Seja na Geografia Histórica, na História econômica ou em qualquer outra área da história, o georreferenciamento tem sido cada vez mais utilizado, como um utilitário para a representação das pesquisas.

15 Valencia, op. Cit. pp 15

16 Fonte: BD_SACB1864

O avanço das tecnologias, principalmente na última década tem permitido um trabalho mais sofisticado nos estudos em SIG. *Softwares* como *ArcGis*, *QuantumGis*, *DivaGis* são programas com algum nível de sofisticação e que fornecem bastantes ferramentas. O *Google Earth* também é um outro *software* que não contém um alto nível de dificuldade para utilizá-lo, porém pode trazer resultados bastante positivos no uso do Sig.[17]

O SIG é uma ferramenta importante, porém precisa ser utilizada com cuidado. O uso do SIG apenas para "representar" algo, ou apenas para tornar uma fonte mais bonito, ou mais atraente para o leitor, isso não o torna produtivo ou útil. É importante que o SIG seja algo proveitoso, não por egoísmo ou vaidade, mas precisa ser uma peça que se encaixe, que complete um quebra-cabeça[18]. O trabalho com o SIG não pode ser apenas um "mapa histórico", mas sim um documento que dialogue com o resto do trabalho, para que se encontre respostas, que consiga encaixar o "espaço" na pesquisa. O SIG é uma outra fonte, quando as outras fontes não conseguem responder todas as questões produzidas.

A partir de todas essas colocações importantes sobre o SIG, é preciso explicar o motivo de estarmos falando sobre esse sistema. A falência da Casa Bancária Alves & Souto, nos trouxe um retrato da econômico das pessoas que eram depositantes das Casas. O objetivo deste texto é observar e produzir análises sobre as grandes fortunas de pessoas físicas que continham nas Casas Bancárias. Mais especificamente, pretendo, a princípio, produzir sobre as 50 maiores contas. Isso nos dá um retrato dos afortunados com quantias significantes, em um número amplo, no qual é possível um retrato dos depositantes

O SIG neste caso, seria uma ferramenta muito útil por alguns motivos. Primeiro, os dados permitem análises que vão clarear alguns quesitos pré-estabelecidos, porém o SIG como fonte se torna algo muito valioso neste caso, é possível que encontre informações geográficas que indiquem e expliquem a formação desse montante, a proximidade entre os maiores clientes pode indicar uma formação de rede, ou uma região próspera, uma região que indique a área de

17 GIL, Thiago Luís. *Cartografia digital para historiadores: algumas noções básica*s. In: Marilda Santana da Silva; Ana Célia Rodrigues (Org.) História, arquivos e mídias digitais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, pp. 7.

18 Metáfora bastante utilizada para representar o SIG. O Sistema de Informação Geográfica depende de outros elementos para ser produzido, é muito difícil produzir o SIG sem ter outras fontes que vão trazer a necessidade dos mapas para isso. Ian Gregory é o principal condutor desse pensamento. Thiago Gil (2013, pp 12) apresenta a visão de Gregory e a caracteriza: "poderíamos dividir os benefícios desta metodologia em três categorias: a organização das fontes, a facilidade para visualizar as fontes (no mapa) e os resultados advindos da análise dessas fontes e a facilidade de fazer análises espacial com os dados".

produção do cliente. Ou seja, o fato deles estarem próximos pode indicar uma dessas opções ou todas elas juntas.

Segundo, a história econômica depende muito de dados qualitativos que indiquem os resultados. Neste sentido, o SIG é uma ferramenta que pode sim trazer elementos quantitativos, porém é interessante utiliza-lo como uma fonte qualitativa, pode ser observado se em alguma região existem clientes de quantias mais altas dentre os cinquenta mais ricos e em outra região estão concentrados clientes com uma quantia alta, porém menor do que os outros, fazendo uma espécie de "*color map*".

Outro ponto favorável nessa relação da história econômica com o SIG, é que, muitas vezes tentando transpor outras formas de se fazer história encontramos problemas que não se encontram na história econômica. As considerações que são feitas, quando se transpões as fontes da história social, cultural e política é que muitas vezes o mapa não é suficiente ou não consegue sustentar a teoria proposta por eles.

Para essa pesquisa, utilizaremos ainda outro Banco de dados, no qual vão constar os endereços dos cinquenta depositantes mais ricos, uma fonte necessária para a realização do SIG, no qual poderei apresentar alguns dados no mapa de 1864.

Construção do Banco de Dados e Metodologia

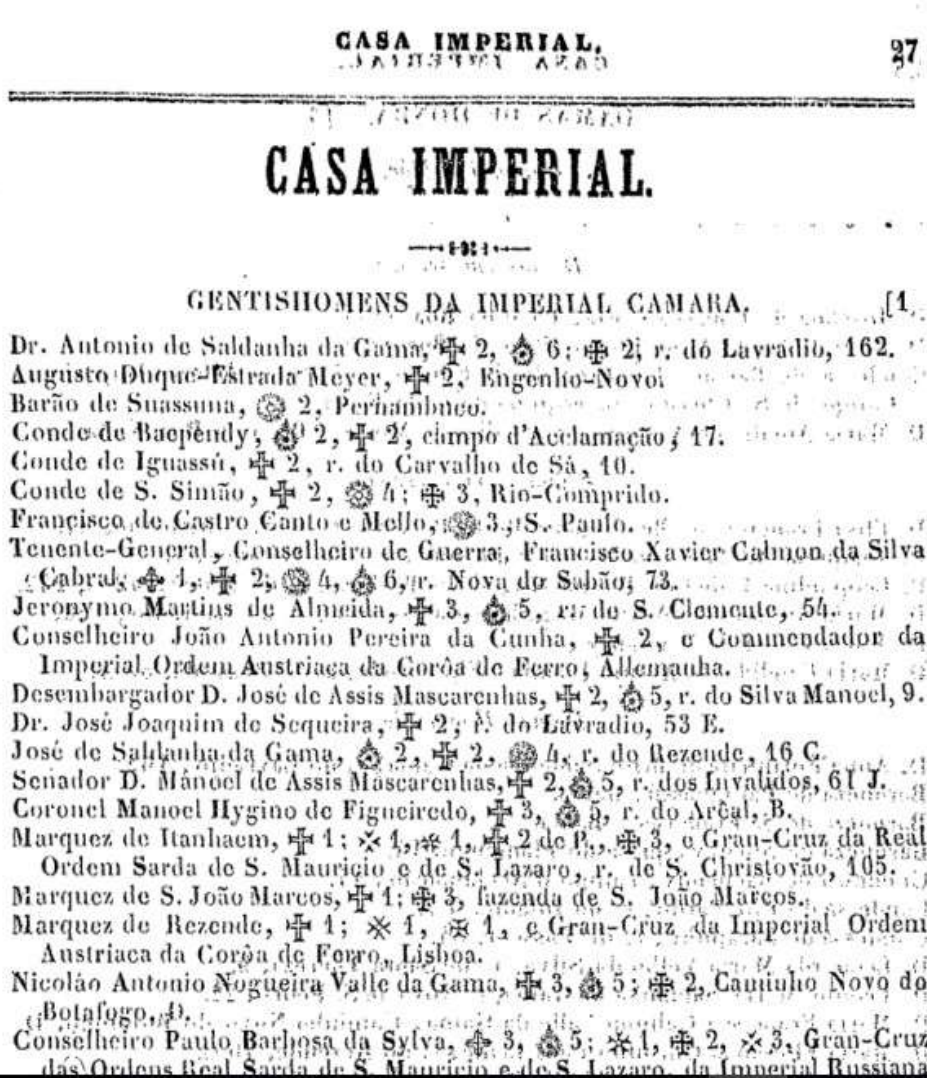
Começamos a construir um banco de dados para que pudéssemos organizar as fontes, com dois objetivos principais, o primeiro era o obter o endereço dos cinquenta mais ricos, depositantes das casas bancárias já citados acima, o segundo era obter outras informações que caracterizassem esses indivíduos. Portanto, era preciso construir um banco de dados, que ao mesmo tempo que fosse sucinto, nos desse algumas informações adicionais.

De acordo com o resultado que buscávamos, o *Almanak Laemmert* era a fonte ideal, porque fornecia as informações necessárias para a construção do banco. O almanaque era uma publicação anual criada pelos irmãos franceses Eduardo e Henrique Laemmert. As publicações do almanaque duraram de 1844 até 1914, nele continham desde informações sobre a corte, pessoas que compunham bancos, hospitais, escolas, negociantes, até anúncios diversos. Um almanaque que poderia chegar a 2500 páginas.[19]

19 LIMEIRA, Aline de Morais. Almanaque de primeira. Revista de História da Biblioteca Nacional. Publicado em 06/09/2010. Disponível em http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/almanaque-de-primeira

A partir dessas informações de que era uma fonte com mais de 2500 páginas para o ano de 1864, o primeiro desafio era encontrar as seções da publicação que procurávamos. Porque tínhamos que tipificar os 50 mais ricos, dentre centenas de profissões e funções que o almanaque apresentava. Por isso, no princípio do trabalho, nós selecionamos a corte e os seus funcionários de maior importância, depois as pessoas com títulos nobiliárquicos, médicos, moços fidalgos com exercício, dentre diversas outras funções que selecionamos para isso.

Assim, era preciso lapidar o almanaque para encontrar essas informações. O almanaque continha, geralmente, a função que ficava no topo da página e uma lista com as pessoas que exerciam aquela função. Nesta lista continham outras informações, as condecorações apareciam ao lado do nome, podendo conter condecorações nacionais e internacionais. Logo após as condecorações, apareciam os endereços da pessoa que ali estava.



CASA IMPERIAL. 27

CASA IMPERIAL.

GENTISHOMENS DA IMPERIAL CAMARA. [1.

Dr. Antonio de Saldanha da Gama, ✠ 2, ✪ 6; ✠ 2, r. do Lavradio, 162.
Augusto Duque-Estrada Meyer, ✠ 2, Engenho-Novo.
Barão de Suassuna, ✪ 2, Pernambuco.
Conde de Baependy, ✪ 2, ✠ 2, campo d'Acclamação, 17.
Conde de Iguassú, ✠ 2, r. do Carvalho de Sá, 10.
Conde de S. Simão, ✠ 2, ✪ 4; ✠ 3, Rio-Comprido.
Francisco de Castro Canto e Mello, ✪ 3, S. Paulo.
Tenente-General, Conselheiro de Guerra, Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral, ✠ 1, ✠ 2, ✪ 4, ✪ 6, r. Nova do Sabão, 73.
Jeronymo Martins de Almeida, ✠ 3, ✪ 5, r. de S. Clemente, 54.
Conselheiro João Antonio Pereira da Cunha, ✠ 2, e Commendador da Imperial Ordem Austriaca da Corôa de Ferro, Allemanha.
Desembargador D. José de Assis Mascarenhas, ✠ 2, ✪ 5, r. do Silva Manoel, 9.
Dr. José Joaquim de Sequeira, ✠ 2, r. do Lavradio, 53 E.
José de Saldanha da Gama, ✪ 2, ✠ 2, ✪ 4, r. do Rezende, 16 C.
Senador D. Manoel de Assis Mascarenhas, ✠ 2, ✪ 5, r. dos Invalidos, 61 J.
Coronel Manoel Hygino de Figueiredo, ✠ 3, ✪ 5, r. do Arcal, B.
Marquez de Itanhaem, ✠ 1; ✠ 1, ✠ 1, ✠ 2 de P., ✠ 3, e Gran-Cruz da Real Ordem Sarda de S. Mauricio e de S. Lazaro, r. de S. Christovão, 105.
Marquez de S. João Marcos, ✠ 1; ✠ 3, fazenda de S. João Marcos.
Marquez de Rezende, ✠ 1; ✠ 1, ✠ 1, e Gran-Cruz da Imperial Ordem Austriaca da Corôa de Ferro, Lisboa.
Nicoláo Antonio Nogueira Valle da Gama, ✠ 3, ✪ 5; ✠ 2, Caminho Novo do Botafogo, 9.
Conselheiro Paulo Barbosa da Sylva, ✠ 3, ✪ 5; ✠ 1, ✠ 2, ✠ 3, Gran-Cruz das Ordens Real Sarda de S. Mauricio e de S. Lazaro, da Imperial Russiana

20

20 O Almanak Laemmert encontra-se disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak, está imagem está na página 27.

Nesta imagem é possível identificar as informações colocadas acima, a estrutura do almanaque é simples e clara. Os símbolos que aparecem na imagem são as condecorações. O almanaque fornece a lista dos símbolos e das suas condecorações. No banco de dados, me atentei apenas para as condecorações nacionais, porque eram os principais símbolos que apareciam, além de se repetirem muitas vezes. Isso não significa que deixei de registrar as condecorações internacionais, de fato, não as assinalei como fiz com as nacionais, porém registrava quantitativamente todas as condecorações dos indivíduos.

EXPLICAÇÃO DOS SIGNAES DAS ORDENS.

CONDECORAÇÕES BRASILEIRAS.

(Vide pag. 93 do Supplemento do Almanak de 1862.)

ORDEM IMPERIAL DO CRUZEIRO.
1. Gran-Cruz.
2. Dignitario.
3. Official.
4. Cavalleiro.

ORDEM DE PEDRO PRIMEIRO.
P. I. 1. Gran-Cruz.
P. I. 2. Commendador.
P. I. 3. Cavalleiro.

ORDEM DA ROSA.
1. Gran-Cruz.
2. Grande Dignitario.
3. Dignitario.
4. Commendador.
5. Official.
6. Cavalleiro.

ORDEM DE N. S. JESUS CHRISTO.
1. Gran-Cruz.
2. Commendador.
3. Cavalleiro.

ORDEM DE S. BENTO DE AVIZ.
1. Gran-Cruz.
2. Commendador.
3. Cavalleiro.

ORDEM DE SÃO THIAGO DA ESPADA.
1. Gran-Cruz.
2. Commendador.
3. Cavalleiro.

INSIGNIAS E MEDALHAS.

21

Nesta imagem estão as condecorações nacionais que assinalei no banco de dados, importante dizer que não classifiquei por ordem hierárquica, ou função específica como está na imagem. Sinalizei também casos, que na descrição apareciam outras condecorações de diferentes insígnias ou medalhas.

As medalhas neste trabalho foram de importância secundária, o maior objetivo eram os endereços. Como já dito, o endereço traz informações muito importantes, porque com ele podemos desenvolver o SIG, ou seja, com o endereço podemos georreferenciar o trabalho e encontrar diversas outras respostas.

Dentre que estamos coletando, a maioria dos endereços dos cinquenta mais afortunados da Casa Bancária Alves e Souto podemos dizer que a grande maioria reside no Rio de Janeiro.

21 O Almanak Laemmert encontra-se disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak, está imagem está na página 26.

Só podemos tirar conclusões depois que o trabalho estiver concluído e georreferenciado, porém este fato se torna óbvio, já que a Casa Bancária tinha sede no Rio de Janeiro.

Os endereços coletados, no geral, variam, mas encontramos endereços de todas as partes do Império. Muitos endereços na Europa, em destaque para Portugal e, sua capital, Lisboa. Muitos endereços não continham rua ou número, apenas as cidades, ou países. Em muitas pessoas tinham dois endereços, com dois números diferentes e isso é está bem especificado, tanto no almanaque, como no banco de dados.

	Nome	Título Nobiliárquico	Titulo Nobiliárquic	Título 1	Título 2	Título 3
1	Nome	Título Nobiliárquico	Titulo Nobiliárquic	Título 1	Título 2	Título 3
2	Antonio Saldanha da Gama			Doutor		
3	Augusto Duque Estrada Meyer					
4	Barão de Suassuna	Barão				
5	Conde de Baependy	Conde				
6	Conde de S Simão	Conde				
7	Francisco de Castro Canto e Mello					
8	Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral			Tenente General	Conselheiro de Guerra	
9	Jeronymo Martins de Almeida					
10	João Antonio Pereira da Cunha	Comendador		Conselheiro		
11	José de Assis Mascarenhas	Dom		Desembargador		
12	José Joaquim de Seiqueira			Doutor		
13	José de Saldanha da Gama					
14	Manoel de Assis Mascarenhas	Dom		Senador		
15	Manoel Hygino Figueredo			Coronel		
16	Marques de Itanhaem	Marques				
17	Marques de São João Marcos	Marques				
18	Marques de Razende	Marques				
19	Nicoláo Antonio Nogueira Valle da Gama					
20	Paulo Barbosa da Silva			Conselheiro		
21	Visconde de Abaeté	Visconde		Conselheiro de Estado		
22	Visconde de Almeida	Visconde	Comendador			
23	Visconde de Sapucahy	Visconde				
24	Marques de Caxias	Marques		Marechal do Exército	Conselheiro de Guerra	Senador
25	Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral			Tenente General	Conselheiro de Guerra	
26	Barão de Tamandaré	Barão		Vice-Almirante	Conselheiro	
27	Josefina da Fonseca Costa			Damas de Honra	Dona	
28	Rosa de Santa Anna Lopes			Damas de Honra	Dona	
29	Condessa de Barral	Condessa		Damas de Honra	Encarregada da Educação de suas Altezas Imperiais	
30	Maria Amalia de Azambuja Carvalho de Moraes			Damas de Honra	Dona	
31	Elisa Francisca de Beaurepaire Pinto Peixoto			Damas de Honra	Dona	
32	Joaquina Adelaide de Werna e Bilstein			Damas de Honra	Dona	
33	Leopoldina Isabel de Werna Magalhães Barbosa			Damas de Honra	Dona	
34	Maria Antonia de Werna Magalhães da Fonseca			Damas de Honra	Dona	
35	Maria Isabel de Montaury			Damas de Honra	Dona	
36	Maria de Candida de Araujo Vianna e Figueiredo			Damas de Honra	Dona	
37	Anna Fortunata de Brito Saldanha da Gama			Damas de Honra	Dona	
38	Baronesa de Paraguassú	Baronesa		Damas de Honra		

	Ordem Imperial do Cr	Ordem da Rosa	Ordem de São Bento de	Ordem de Pedro Prin	Ordem de Nosso Senhor Jesus Cri	Ordem de São Thiago da Espada	Número de Condecorações	Função
1	Ordem Imperial do Cr	Ordem da Rosa	Ordem de São Bento de	Ordem de Pedro Prin	Ordem de Nosso Senhor Jesus Cri	Ordem de São Thiago da Espada	Número de Condecorações	Função
2		S			S		3	Gentishomens da Imperial Camára
3					S		1	Gentishomens da Imperial Camára
4	S						1	Gentishomens da Imperial Camára
5		S			S		2	Gentishomens da Imperial Camára
6					S		3	Gentishomens da Imperial Camára
7	S				S		1	Gentishomens da Imperial Camára
8	S	S	S		S		4	Gentishomens da Imperial Camára
9		S			S		2	Gentishomens da Imperial Camára
10					S		1	Gentishomens da Imperial Camára
11		S			S		2	Gentishomens da Imperial Camára
12					S		1	Gentishomens da Imperial Camára
13	S	S			S		3	Gentishomens da Imperial Camára
14		S			S		2	Gentishomens da Imperial Camára
15		S			S		2	Gentishomens da Imperial Camára
16					S		6	Gentishomens da Imperial Camára
17					S		2	Gentishomens da Imperial Camára
18					S		3	Gentishomens da Imperial Camára
19					S		3	Gentishomens da Imperial Camára
20		S			S		3	Gentishomens da Imperial Camára
21		S	S				3	Gentishomens da Imperial Camára
22	S	S			S		7	Gentishomens da Imperial Camára
23	S	S			S		4	Gentishomens da Imperial Camára
24	S	S	S				5	Ajudantes de Campo de sua Majestade o Imperador
25	S	S	S		S		4	Ajudantes de Campo de sua Majestade o Imperador
26	S	S					5	Ajudantes de Campo de sua Majestade o Imperador
27								Damas em Serviço
28								Damas em Serviço
29								Damas em Serviço
30								Damas em Serviço
31								Damas sem Exercício
32								Damas sem Exercício
33								Damas sem Exercício
34								Damas sem Exercício
35								Damas sem Exercício
36								Damas sem Exercício
37								Damas Honorárias
38								Damas Honorárias

22 Imagens retiradas do Banco de dados construído a partir do *Almanack Laemmert*

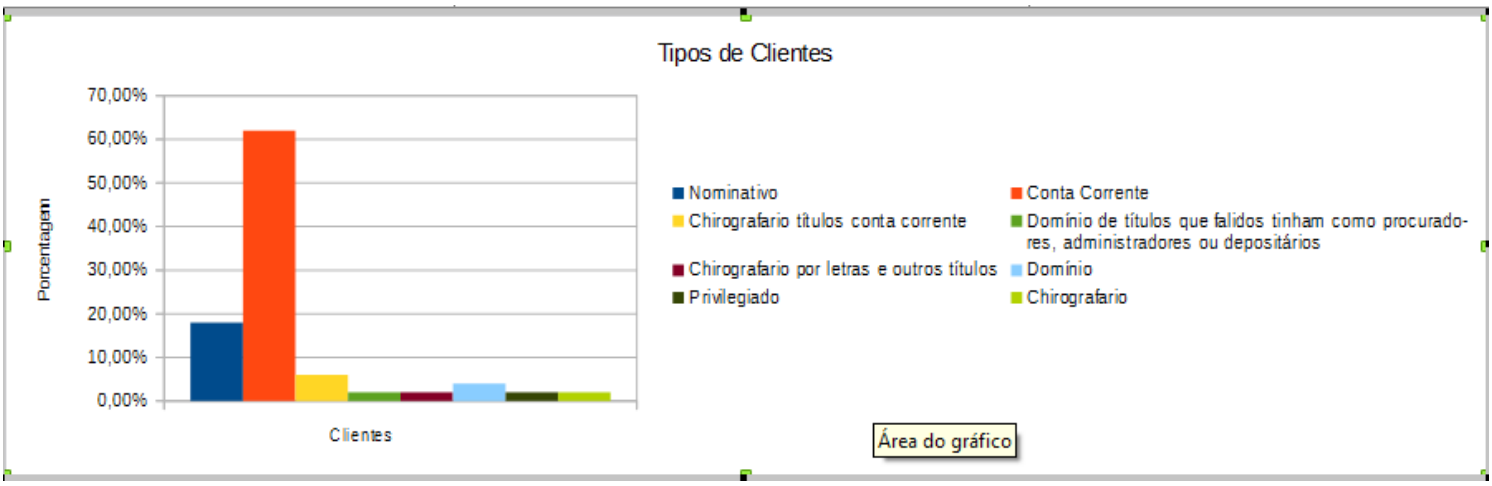
	Endereço 1	Endereço 2	Número 1	Número 2	Observações do Endereço	Observações
2	Rua do Lavradio		162			
3	Engenho Novo					
4	Pernambuco					
5	Campo da Aclamação					
6	Rio Comprido					
7	São Paulo					
8	Rua Nova do Sabão		73			
9	Rua de São Clemente		54			
10	Alemanha					Imperial Ordem Austríaca da Coroa de Ferro
11	Rua do Silva Manoel		9			
12	Rua do Lavradio		53		E	
13	Rua do Rezende		15		C	
14	Rua dos Ourives		61		J	
15	Rua do Ajuda				B	
16	Rua de São Cristovão		105			Gran-Cruz Real Ordem Sarda de São Maurício e de São Lazaro
17	Fazenda de São João Marcos					Imperial Ordem Austríaca da Coroa de Ferro
18	Lisboa					
19	Caminho Novo de Botafogo				D	
20	Rua Dona Januária					Gran-Cruz Real Ordem Sarda de São Maurício e de São Lazaro, da Imperial Russiana de Sancta
21	Rua Della da Princesa		7			
22	Lisboa					Real Ordem Belga de Leopoldo
23	Andaraty-Pequeno	Rua do Rezende	4.70E+01	6.10E+01		
24	Rua do Andaraty		10			
25	Rua Nova do Sabão		73			
26	Rua do Rio Comprido		15			Gran-Cruz da Imperial Ordem Austríaca de Francisco José
27	Paço da Boa-Vista					
28	Paço da Boa-Vista					
29	Campo de São Cristovão				Esquina da Rua da Feira	
30	Paço da Boa-Vista					
31	Rua de São Cristovão		87			
32	Rua dos Ciganos		1			
33	Rua de Matacavalos		232			
34	Rua do Lavradio		150			
35						
36	Rua do Rezende		35		A	
37	Rua do Lavradio		162			
38	Bahia					

As Grandes Fortunas

Agora partiremos para a análise dessas grandes fortunas. Neste ponto, é preciso dizer que o trabalho ainda está em andamento e por isso, ainda não temos conclusões diretas sobre isso. Portanto, levantaremos alguns dados que construímos no banco de dados e faremos também algumas ressalvas.

As primeiras considerações que podemos fazer é sobre os tipos de clientes. Os clientes de conta-corrente eram os mais numerosos, seguidos dos nominativos, chirografario com títulos em conta-corrente, dentre outros.

Gráfico 1:

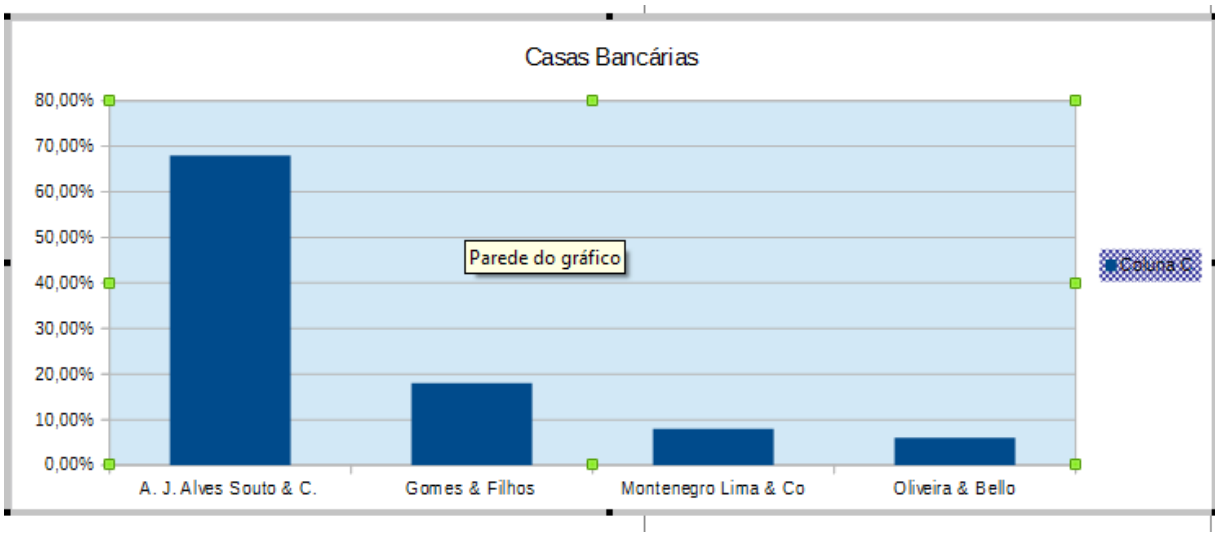


Os maiores valores entre os 50 maiores clientes impressiona, Visconde de Ipanema tinha uma conta na Casa Bancária Gomes & Filhos que chega a 917:158$110, seguido por Guilherme

Braun tinha uma conta na Casa Bancária A. J. Alves % Souto de 344:102$950 e José Domingos Gonçalves Padrão que tinha uma conta-corrente na mesma casa de valor 283:300$600.

Depois deles têm João do Rego Viveiros com 275:772$000 e uma sequência de fortunas muito parecidas em torno de 240:355$700, que pertencem a Albino José de Castro e Silva, Alexandre Maria de Mariz Sarmento, Antônio Carlos de Araújo Lima, Antônio José Fernandes Guimarães e Baronesa de Pirahy.

Sobre os tipos de Casas Bancárias, quatro casas são utilizadas pelas 50 fortunas. A. J. Alves & Souto, Gomes & Filho, Montenegro Lima & co., e Oliveira & Bello. A Alves & Souto é a principal casa e mais popular como já citado, ela representa 68% das Casas que os 50 maiores depositantes compõem. O gráfico a seguir tenta representar essas informações:



Além dessas informações existe ainda as funções descritas no *Almanak Laemmert* que indicam a profissão, ou os cargos que estes ocupavam no Império. Importante lembrar que está análise ainda é parcial e os dados ainda serão construídos para obtermos conclusões. Fazendo essa ressalva, a maioria dos clientes se encontram na função de “Negociantes”, que se separam entre “Negociantes Nacionais” e “Negociantes Estrangeiros”. Os “Proprietários”, que no almanaque não se distinguem, também tem um número considerável. Existe também um “Suplente da Diretoria” do Banco do Brasil e um “Cobrador” do Banco do Brasil.

Esses tipos de informação precisam ser lapidadas para construir uma análise mais profunda sobre as Casas Bancárias, A Crise do Souto e as grandes fortunas.

Considerações finais

Este texto pretende mostrar as análises feitas sobre as grandes fortunas, o papel delas na Crise do Souto, e as dinâmicas que existiam entre elas. Ainda não foi possível obter todos os resultados, essa pesquisa tem resultados parciais que foram expostos e podemos perceber, pelas funções que esses clientes tinham no Império, que eles tinham grande influência no setor financeiro.

O SIG é uma ferramenta necessária para tecermos conclusões na pesquisa, como dito durante o texto, o georreferenciamento vai nos dar respostas sobre a concentração de renda que existia em alguns locais da praça mercantil carioca, vai nos indicar se redes eram estabelecidas por esses agentes, ou se existia alguma estratégia de acumulação que pode ser observada atráves do georreferenciamento.

O que podemos concluir, com bastante convicção, é que essas grandes fortunas são fundamentais para entender esse período que é bastante estudado pela historiografia, mas que está sob uma fonte histórica pouco estudada.

Portanto, as conclusões serão atingidas quando o trabalho avançar sobre o terreno do SIG e sobre as conclusões que serão estabelecidas. Mas podemos considerar que este “primeiro passo” nos mostra infinita possibilidades, que só com o avanço da pesquisa serão respondidas.

Referências Bibliográficas

Gambi, Tiago. s/d. "*O Segundo Banco do Brasil como Banco Da Ordem (1853-66).*"

Limeira, Alina de Morais. "*Almanaque de primeira*". Revista de História da Biblioteca Nacional. Publicado em 06/09/2010. Disponível em http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/almanaque-de-primeira

Valencia, Carlos Eduardo. *Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864*. 2015, pp 4.

Gil, Thiago Luís. *Cartografia digital para historiadores: algumas noções básica*s. In: Marilda Santana da Silva; Ana Célia Rodrigues (Org.) História, arquivos e mídias digitais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, pp. 7.

Relações mercantis entre a América lusa e o Rio da Prata no período da União Ibérica: um estudo sobre ao papel das alfândegas coloniais.(ca.1580-ca.1640)

Helena de Cassia Trindade de Sá[†]

O comércio entre o Brasil e Buenos Aires[1] ganhou fôlego e atingiu o auge nas primeiras décadas do Seiscentos. Nesse período a América lusa e demais territórios portugueses no ultramar estavam sob a órbita da monarquia dos Habsburgo com as duas Coroas, hispânica e lusitana, unidas no corpo físico de um só rei. É nesse cenário que a capitania fluminense e o seu porto passam a ter uma importância estratégica para "o domínio da rota da região do Prata e para a colonização do centro-sul do Brasil,"[2] já que passaram a ser um ponto de escala dos navios que vinham da África com escravos em direção ao Rio da Prata[3], integrando-se a uma rede mercantil cuja atividade despertava o interesse da metrópole. Do mesmo modo, as embarcações precedentes de Buenos Aires também paravam no porto da cidade,[4] para descarregar mercadorias oriundas daquela região e comprar ali outras fazendas. Pagavam na Alfândega fluminense 10% de direitos de entrada e 10% de direitos para exportação das mercadorias.[5]

Nesse sentido, a análise do Rio de Janeiro durante a administração filipina permite vislumbrar a ideia de reciprocidade de interesses lusitanos e espanhóis no processo de colonização dessa parte da colônia. Para se entender o comércio praticado nessa capitania, faz-se necessário situá-lo no âmbito das práticas mercantilistas em vigor naquela época. Dessa forma, o incentivo à produção em grande escala para o

---

[†] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Vinculada ao grupo de pesquisa reconhecido pelo CNPq, MANTO, Núcleo de Estudos Coloniais. Agradeço a Professora Doutora Maria Isabel de Siqueira, ao Professor Doutor Marcos Guimarães Sanches, ao Professor Doutor Rodrigo Ricupero e ao Professor Bruno Correia de Sá e Benevides pelos comentários e sugestões. E-mail: hcts.helena@gmail.com

[1] De acordo com Rodrigo Ceballos, "vias de ligação e rotas comerciais entre as cidades brasileiras e a província do Rio da Prata já existiam antes da fundação da cidade de Trinidad e do porto de Buenos Aires. [...] Logo após a fundação, o porto de Buenos Aires recebeu algumas embarcações [...]. Mas apenas em 1585 se iniciam os contatos comerciais frequentes e bem documentados do Rio da Prata com as cidades costeiras do Brasil" .(CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas*: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires.(c.1580-c.1650). Tese(Doutorado). Niterói, Universidade Federal Fluminense,2007, p. 39-40).

[2] LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara* . Rio de Janeiro, IBGE, 1964, p. 149.

[3] Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI.* Rio de Janeiro, Andréa Jakobsson, 2008, p. 165.

[4] Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. *Op.cit.* p. 166.

[5] CANABRAVA, Alice P.*O comércio português no Rio da Prata(1580-1640).* São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984, p. 77.

abastecimento do mercado europeu, a política comercial estabelecida entre os reinos e a colônia e as medidas fiscais implementadas pela Coroa se articularam e criaram um sistema no qual a forma de participação dos colonos era dada principalmente por meio de atividades ligada às trocas de produtos.

Assim, a abertura da América à colonização e exploração europeia "criou oportunidades novas e aparentemente ilimitadas para a expansão da agricultura de exportação em grande escala, da qual o açúcar era o produto mais racional e provavelmente mais lucrativo".[6] Em 1606 tem-se conhecimento da chegada "ao Havre um navio saído do Rio de Janeiro com carga de tinta e açúcar; [esse fato] causou tal satisfação que logo fizeram seguir um novo barco carregado de fazendas, [...] esperando que no regresso trouxesse uma boa carga de produtos da Guanabara".[7] A característica de empório comercial que tinha o Rio de Janeiro também foi percebida pelo cosmógrafo João Teixeira, que descreveu a cidade como o melhor e mais seguro porto da costa do Brasil e um dos melhores do mundo, por ser capaz de ancorar navios de maior tonelagem. Ali, de acordo com o cosmógrafo, os mercadores poderiam encontrar não só açúcar de boa qualidade, mas também madeiras para fabricação de navios, mantimentos e outras fazendas e oportunidade de negociar com o Rio da Prata.[8] Os navios mercantes que da Região do Prata voltavam à Espanha também faziam escala no Rio, e compravam produtos como madeira, açúcar e peixe salgado, esse último para alimentação da tripulação durante a travessia do Oceano Atlântico, e pagavam por essa mercadoria com reais de prata.[9] Dali também saíam madeira, peixe salgado e óleo para iluminação com destino às capitanias do Norte.[10] De acordo com Joaquim Serrão, além de negociantes, os habitantes do Rio de Janeiro também eram hábeis agricultores, cultivavam cana-de-açúcar, arroz, árvores frutíferas, como limoeiro e laranjeira e outras espécies.[11]

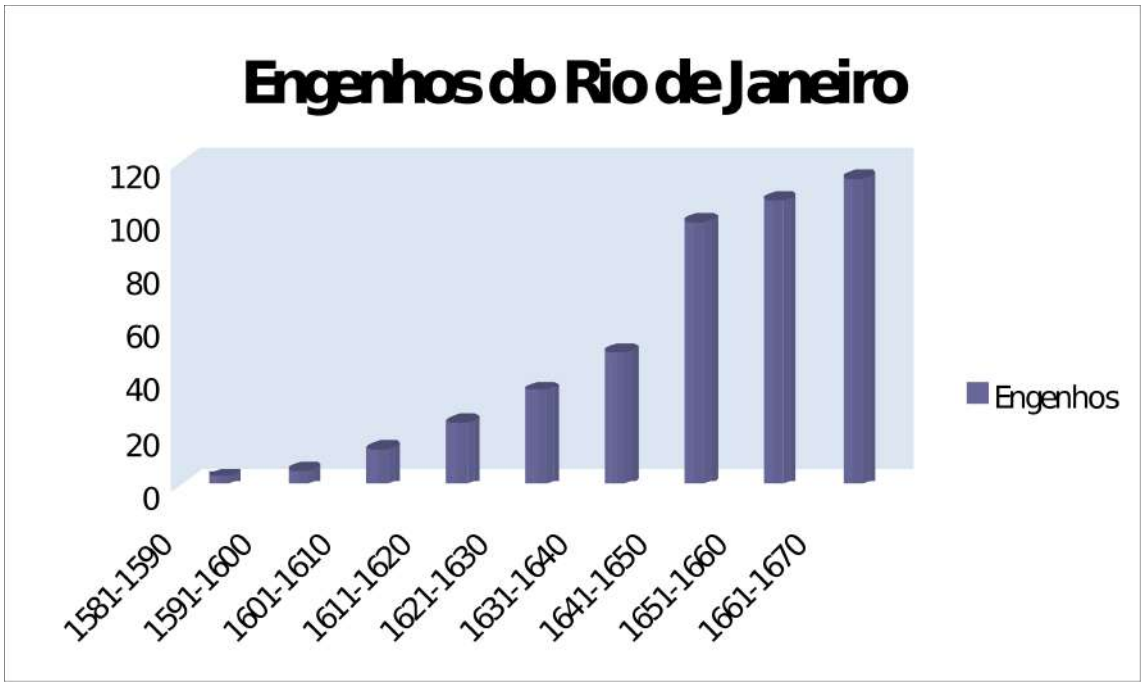
Com grande diversidade de produtos que se podiam extrair do seu solo, a cidade e seu recôncavo também foram beneficiados com a produção açucareira em ampla

---

[6] SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 20.
[7] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Rio de Janeiro, Andréa Jakobsson, 2008, p. 167.
[8] ALBERNAZ, João Teixeira. *Descripção de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil. 1640*. Manuscrito colorido. Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais. Torre do Tombo, inv. n. CF 162, fl. 26.
[9] Cf. SERRÃO, Op. cit, p. 166.
[10] Cf. *Idem.*
[11] *Ibidem*, p. 167.

escala e o aumento no número de engenhos, como pode ser observado no gráfico adiante:

Gráfico 1



Fonte: ABREU, Mauricio de Almeida. "Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro : séculos XVI e XVII". *Scripta Nova*. Revista eletrônica de geografia y ciências sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, v. X, n°. 218, 2006. Elaboração da autora.

Com base nesses dados verificamos um crescimento de 3.800% do número de engenhos entre as décadas de 1580 e 1660, o que permitiu uma maior participação do Rio na produção de açúcar. Se levarmos em conta que a maior parte dessa produção tinha como destino o mercado exterior, podemos inferir que a aduana fluminense também teve suas atividades incrementadas pelo aumento da produção açucareira, já que o despacho dessa mercadoria no porto era feito pelos oficiais da Alfândega. Estes emitiam as certidões para os mestres e ainda autorizavam a saída dos navios com o açúcar. Além disso, era também da competência do provedor da Fazenda, que também era juiz da Alfândega, e do escrivão da Alfândega registrar em livro próprio para esse fim todos os engenhos em funcionamento, toda a produção e o quanto se arrecadara dos dízimos deles.[12] Essas informações eram importantes na hora de se estabelecer o

[12] MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Raízes da formação administrativa do Brasil.Op.cit.* p. 231.

pagamento dos direitos à Fazenda Real nas alfândegas do Reino, já que os senhores de engenho gozavam de isenções fiscais por dez anos a partir do início da produção.

É inquestionável, segundo Mauricio Abreu, a importância que tiveram os engenhos de açúcar na economia e na vida política do Rio de Janeiro.[13] É nesse contexto que a cidade se insere, na opinião de Frédéric Mauro, definitivamente no comércio atlântico e demonstra ser uma opção, mesmo que apenas parcial, para a perda do Nordeste para os holandeses.[14] Com a ascensão da economia açucareira, mesmo que não tão expressiva quanto a de outras capitanias do Norte, o Rio de Janeiro se enquadra na estrutura do sistema colonial, que começara a ser esboçado.[15] A região contava com a presença anual das frotas vindas de Lisboa que traziam produtos importados não só para o mercado local, mas também para o comércio com outras regiões.[16] O mapa adiante dá a dimensão do crescimento da produção açucareira, o que nos permite fazer inferências a respeito do fôlego adquirido pelo comércio fluminense.

---

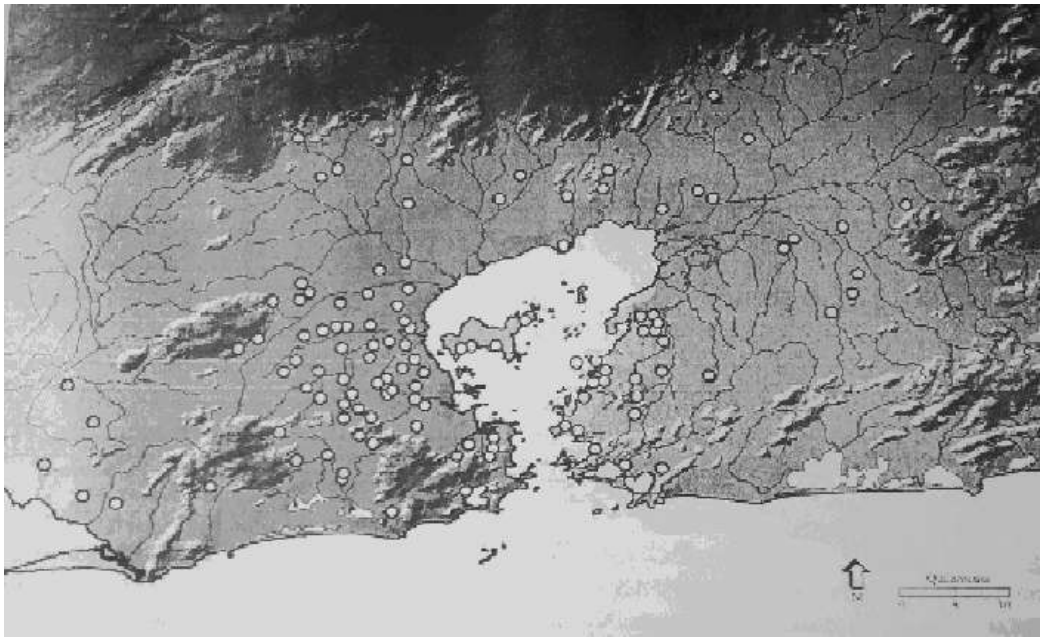
[13] ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700). Op.cit.* p. 62.

[14] De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, a guinada atlântica do Rio de Janeiro se deu com o ataque holandês (1624), que interrompeu o comércio com o Nordeste, deslocou as rotas da prata e dos escravos para o Rio de Janeiro e consolidou a sua ligação triangular com Buenos Aires e Luanda (ALENCASTRO, Luiz Felipe**.** *O trato dos viventes*:formação do Brasil no Atlântico sul. *Op.cit*.p. 82-102).

[15] Cf. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808). Op.cit.* p. 79-80.

[16] SANTOS, Nubia Melhem;LENZI, Maria Isabel(Org). *O porto e a cidade entre 1565 e 1910*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2005.p.34-35

Mapa 1 – Localização dos engenhos no Rio de Janeiro seiscentista



Fonte: ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700). Op.cit.* p. 99.

Além do aumento do número de engenhos, que subiu de três no início da União Ibérica para 114 na sexta década do Seiscentos, o que permitiu um impulso no comércio da região, uma outra fonte de riqueza trouxe prosperidade para a capitania do Rio: o tráfico comercial com o Rio da Prata e, por meio dele, com as ricas rotas de Potosí[17]. Tal fato foi facilitado pela colonização do estuário do Prata, iniciada após a segunda fundação de Buenos Aires (1580).[18]

[17] Potosí era uma cidade propriamente dita, com caracteristicas de vida urbana e formas de economia com base monetária, localizada na região do Alto Peru, a mais de 6000 metros de altitude. Em 1545, com a descoberta em seu território de filões argentíferos, grandes deslocamentos de população "abalaram as partes mais distantes da América do Sul e da Península e a cidade teve um grande crescimento. " Apenas dezoito meses após o achado da primeira prata a população da cidade já era avaliada em catorze mil habitantes. Em 1611 este número aumentou para cento e catorze mil das quais aproximadamente a metade era formada por índios ou mestiços. Nos meados do século XVII, Potosi já era considerada a maior cidade do hemisfério ocidental com sessenta mil habitantes. Possuía um caráter cosmopolta, com sua população ostentando muito luxo, com alto poder aquisitivo e despendendo quantias fabulosas nas festas que realizavam.(Cf. CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640). Op.cit.*.p.36).

[18] "Fundada en 1580, la ciudad puerto de buenos Aires no tuvo impedimentos para ejercer su comercio hasta finales del siglo XVI. Su escasa población no demandaba un volumen importante de intercambio, pero ciudades como Cordoba, Tucumán y principalmente Potosí prometian hacer de Buenos Aires un

Essa nova rota foi conveniente para aos interesses econômicos da capitania fluminense, que se transformou a partir de então em um local próspero, na medida em que passou a abastecer aquela região com mercadorias da Europa e escravos oriundos de suas feitorias na África e a receber em troca "uma quantidade de numerário até então inimaginável e que produziu importantes efeitos multiplicadores na economia regional".[19] Com uma posição geográfica estratégica para o "controle geopolítico das capitanias de baixo",[20] o Rio de Janeiro tornou-se um lugar com uma grande capacidade articuladora entre a colônia e outras regiões da América e até mesmo com outros continentes. Assim, "as quatro primeiras décadas do século XVII foram de progresso para a cidade, que assumiu importante papel no comércio triangular[21] estabelecido entre Angola, as capitanias brasileiras e o Prata. Esse papel do Rio de Janeiro no contexto das trocas intercoloniais no Atlântico foi bem ilustrado pelo cronista Brandônio.

> A cidade, posto que pequena, bem situada, a qual é de presente de grande comércio; porque vem a ela muitas embarcações do Rio da Prata, que trazem riqueza muita em patacas, que comutam por fazenda, que ali compram; donde tornam a fazer viagem para o mesmo rio. Também neste Rio de Janeiro tomam porto as naus que navegam do Reino para Angola, onde carregam de farinha da terra, de que abunda esta capitania em grande quantidade, e dali a levam para Angola, onde se vende por subido preço.[22]

Através do relato do cronista, observamos, que a farinha de mandioca, também foi um importante produto para a exportação entre 1590 e 1630. Além de ter uma boa aceitação no mercado angolano, era um dos componentes da dieta alimentar dos marinheiros e

---

puerto de intenso tráfico comercial no ultramar (CACÉRES, Rina. (Comp.) *Rutas de la esclavitud en America Latina*. San José. CR Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2001, p. 101-102).

[19] ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700). Op.cit.* p. 21.

[20] *Ibidem*, p. 18.

[21] Estudos mais recentes sobre a colonização europeia na Época Moderna, mais particularmente sobre a colonização portuguesa, têm destacado a existência de relações entre as diversas conquistas. Trata-se, portanto, de perceber que no interior do sistema colonial a relação metrópole-colônia está entrelaçada com vínculos intercoloniais, isto é, entre as diversas colônias (por exemplo [...] Rio de Janeiro e Angola). E que, apesar de, com maior e menor intensidade, escapar por vezes ao controle da metrópole, não negam a dominação colonial. Ao contrário, maximizam a exploração, asseguram, por exemplo, a complementaridade entre as partes. Como exemplo, para ficarmos em situação bastante conhecida, o fornecimento de mão de obra africana às lavouras do Brasil. (BARÇANTE, Eliana Maria Vinhaes; SANCHES, Marcos. *História da Região***.** Rio de Janeiro, Fundação CECIERJ,2011, p. 49).

[22] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil.Op.cit.* p. 83.

africanos nos navios negreiros.[23] Estima-se que tenham saído 680 toneladas dessa farinha para Angola na primeira década do Setecentos. Sua produção foi essencial para o crescimento econômico da cidade fluminense na passagem do século XVI para o XVII, já que, "ajudados pelas vendas do produto, essencialmente extorquido do trabalho compulsório indígena, os lavradores fluminenses ascenderam ao estatuto de senhores de engenho".[24] A produção de aguardente teve igualmente um papel relevante, pois servia como moeda de troca para o comércio de negros com Angola.

A maior mobilidade nas fronteiras no momento em que Portugal viveu sob o signo da Espanha favoreceu o intercâmbio entre cidades costeiras do Brasil e Buenos Aires pela via marítima, uma vez que essas áreas estavam voltadas para o Atlântico. Os lusitanos, geralmente cristãos-novos, logo se espalharam pela América espanhola, e dirigiram-se para Buenos Aires com o objetivo de alcançar a região das minas de prata. Deu-se início dessa forma a um "tráfego regular entre o Brasil e o Rio da Prata que tinha como destino final a província de Tucumã.[25]

Uma carta do tesoureiro de Buenos Aires, datada de 1588, informa que desde 1583 havia começado a "yr y venir navios a la costa del brasil que van em deiz y em doze dias a san vicente y a santos, que son los primeiros puertos del brasil, y em veinte o trienta dias a la baya que es adonde ay mas contratacion".[26] Embora o documento não faça uma referência direta ao Rio de Janeiro, é sabido que foi a partir dos interesses da capitania fluminense que essas relações comerciais tiveram início, o que pode ser evidenciado pela carta do vice-rei de Portugal, o cardeal-infante Alberto de Áustria, dirigida ao rei D. Filipe II, em que sugeria a participação do governador Salvador Correia de Sá na abertura comercial entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata.

> E assim me parece serviço de Vossa Majestade correr o comércio que se ora começou com os da cidade de Buenos Aires do Rio da Prata e que se enviem aquelas partes os Padres da Companhia que Dom Francisco de Vitória, bispo de Tucuman [...] para naquele bispado cuidar a promulgar o Evangelho, e se escrevia ao governador e ao

[23] Interessado em comprovar a crescente produção comercial de alimentos no período colonial, Antonio Carlos Jucá Sampaio também deu destaque a essa fase mandioqueira, que, para ele, aponta para existência de um circuito mercantil já consolidado, no qual a produção de alimentos tornara-se responsável em parte, pela própria reprodução do sistema escravista .(SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do Império*: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750). *Op.cit.*p. 59).
[24] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*:formação do Brasil no Atlântico Sul. *Op.cit.* , p. 251.
[25] Cf. CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640*). *Op.cit.* p. 82.
[26] CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640*). *Op.cit* p. 20.

> visitador dos padres que residem naquelas partes os mande tendo com isto cidade toda a boa correspondencia e que Vossa Majestade mande agradecer a Salvador Correa, capitão do Rio de Janeiro ser o primeiro que abriu este caminho e que da prata que este bispo mandou ao governador lhe deve Vossa Majestade fazer mercê como pode por lhe ser mandada na forma de Vossa Majestade mandar ver por sua carta.[27]

Além da iniciativa de Salvador Correia de Sá de abertura comercial com os homens de negócios portenhos, na mesma época um outro português ampliou o intercâmbio entre essas regiões e o estendeu de Tucumã até a Bahia. Tratava-se de frei Francisco de Vitória, cristão-novo, homem dedicado aos negócios mercantis. Cedo havia emigrado para o Peru, onde trabalhou em uma casa comercial. Ingressou em um convento dominicano, onde fez seus estudos eclesiásticos, e graças aos "ventos favoráveis" trazidos pela união das duas coroas conseguiu o bispado de Tucumã. Em 1587, o frei obteve autorização para enviar um navio ao Brasil com o objetivo de adquirir mercadorias em troca de pesos em ouro e prata.[28] Foi esse o primeiro navio a fazer a navegação ao norte do Rio de Janeiro a partir do Rio da Prata.[29]

O bispo tinha boas relações com os governantes da Coroa portuguesa, o que certamente facilitou os seus propósitos para a viagem, que eram na realidade conectar as atividades ilegais isoladas a fim de organizar (ainda que de forma rudimentar) o contrabando para a exploração do comércio entre o Brasil e o Rio da Prata.[30] De acordo com Paulo Cavalcante, um amplo contingente de pessoas estava intimamente ligado aos descaminhos, incluindo-se aí soldados, provedores, ouvidores, juízes, religiosos, comerciantes, escravos, oficiais da câmara, enfim, todos participavam, quer diretamente, quer encobrindo-os, quer se beneficiando na ponta final.[31] Dessa forma, as atividades do bispo foram facilitadas na América portuguesa. Tão logo chegaram a São Vicente, ele e sua tripulação adquiriram nova embarcação, devido às avarias na que

---

[27] HELMER, Marie. Comércio e contrabando entre a Bahia e Potosi no século XVI. *Revista de História*, São Paulo, USP, n.15,1953, p. 195.

[28] "Francisco de Vitória começou por enviar seu coadjutor, o diácono Salcedo, ao Brasil, para pedir religiosos ao Provincial da Companhia de jesus; o mensageiro era também portador de uma carta e de uma soma em dinheiro para o governador Manuel Teles Barreto. E, de voltada capital, ele solicitou e obteve da Audiência de Charcas uma licença para importar escravos negros, para o seu serviço pessoal, pelo Rio da Prata" (HELMER, Marie. Comércio e contrabando entre a Bahia e o Potosi no século XVI. *Op.cit.* p. 198).

[29] CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata* (*1580-1640*). *Op.cit.*, p. 83.

[30] Cf. CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata* (*1580-1640*). *Op.cit.*, p 83

[31] OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcante. Negócios de trapaças: caminhos e descaminhos na América portuguesa(1700-1750).Tese(Doutorado) *Op.cit* p. 227.

navegavam. Partiram para Salvador, onde compraram um outro navio com maior tonelagem e uma avultada quantidade de mercadorias, entre as quais "escravos, caldeiras de cobre, pérolas para fabricação de açúcar, bacias, sinos, ferro, aço",[32] e ainda receberam como presentes escravos e outras mercadorias. O verdadeiro objetivo da expedição, que era o comercial, foi dissimulado no "propósito de trazer jesuítas da cidade da Baia e de descobrir rota de navegação para o Brasil".[33] Pararam no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, onde receberam escravos e presentes. Na cidade fluminense, frei Francisco foi recebido pelo governador Salvador Correia de Sá, que era seu conhecido.[34] Dali seguiram para São Vicente, onde abasteceram o navio de alimentos e retornaram para o Rio da Prata. Entretanto, no estuário foram surpreendidos por corsários ingleses, que roubaram quase toda a carga e deixaram apenas cerca de quatro dezenas de escravos, farinha de mandioca e arroz.[35] A presença de corsários e piratas estrangeiros durante os primeiros tempos da colonização era um fato corriqueiro. Havia muito que a região Centro-Sul da América era uma área frequentada pela pirataria europeia em busca de escambo com as populações nativas, contrabando com os colonos e saques aos navios mercantes.[36]

A viagem pioneira efetuada nessa rota comercial por frei Francisco logo passou a servir de exemplo para outros comerciantes, já que o lucro obtido por esse negócio era bem compensador. Diante disso, começaram a aportar em Buenos Aires navios do Brasil carregados de mercadorias de origem europeia e escravos. Mesmo com o passar dos anos era grande o interesse por esse tipo de comércio,[37] que tinha como destino Potosí.[38]

No fim do século XVI, o porto fluminense cresce em importância, se avolumam as permutas com Buenos Aires[39] e firma-se uma carreira entre os dois portos. Dessa forma, os mercadores se estabelecem em ambos os portos (Rio de Janeiro e Buenos Aires) e aumentam o intercâmbio comercial nos dois sentidos. Dados alfandegários de

[32] CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640*). *Op.cit.*, p. 84.
[33] Ibidem, p. 83.
[34] Esse trecho ilustra bem a afirmação de Ernest Pijning de que os contrabandistas eram empreendedores que pertenciam ao sistema com boas conexões com as elites governantes. (PIJNING, Ernest. Contrabando, ilegalidades e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. Revista Brasileira de História, v.21,n.42, São Paulo, 2001).
[35]CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640*). *Op.cit.*, p. 84.
[36] Cf. BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o Império. *Op.cit.* p. 33 / Cf. GARCIA, Rozendo Sampaio. A margem de comercio e contrabando entre Bahia e Potosi no século XVI. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, v.11, n.23, 1955, p. 171.
[37] Cf. CEBALLOS, Rodrigo. Arribadas Portuguesas: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-1650). *Op.cit.*, p. 50.
[38] CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640*). *Op.cit.*, p. 36.
[39] SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico meridional*. *Op.cit.* p. 67.

Buenos Aires, de acordo com Alice Canabrava, demonstram que, apesar de ser uma pequena aldeia com um número reduzido de habitantes, era grande a arrecadação de impostos aduaneiros, o que evidencia que aquela cidade era o porto de Tucumã e Potosí.[40] O Alto Peru, em razão da produção de prata, tinha uma grande demanda por produtos, tanto para consumo direto quanto por artigos de luxo, já que uma parcela de seus moradores era formada por pessoas de alto poder aquisitivo. Incluía também nesse rol de necessidades a mão de obra para o trabalho nas minas.[41] O tráfico de escravos com as colônias espanholas era de grande interesse da burguesia portuguesa e indispensável para a prosperidade das colônias. É importante lembrar que até a fundação de Buenos Aires todo o intercâmbio entre Potosí e a Europa era feito por um longo e difícil caminho até "Arica ou Lima/Callao, daí seguindo pelo Pacífico até a cidade do Panamá, ponto a partir do qual se cruzava o istmo em direção a Nombre de Dios e depois Porto Belo, no Atlântico, para que fosse finalmente embarcado para Sevilha".[42] Assim, as mercadorias oriundas da Europa, que faziam esse mesmo trajeto, chegavam a Potosí com preços muito altos. Com a abertura do porto de Buenos Aires houve um barateamento dos fretes e, consequentemente, das mercadorias, que alcançavam mais facilmente a região das minas pela via do Rio da Prata e de Tucumã. Por mais dificultosa que fosse a viagem desse porto ao Alto Peru, em razão do trajeto que passava pelos pampas, pelo Chaco e pela Cordilheira dos Andes, ela era "em última análise, menos dispendiosa e insípida do que a rota oficial da Espanha, via Cartagena e Puerto Bello à costa do Pacífico, além de exigir menor número de transbordo".[43] Nessas condições, é fácil perceber a razão pela qual o caminho do Rio da Prata e de Tucumã passou a ser tido como o mais adequado e despertou o interesse não só dos peruleiros,[44] mas também dos moradores que necessitavam dos gêneros que importavam.

O comerciante português Francisco Soares exaltou as vantagens desse trajeto ao escrever uma carta para seu irmão Diogo Soares, que se encontrava na Europa,

> 100 ducados na Espanha rendem aqui [Rio de Janeiro] 1200 a 1500, em virtude do intercâmbio com o Potosí e da menor distância pelo

[40] Cf. CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640*). *Op.cit.* p. 89.
[41] Cf. ABREU, Mauricio de. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700). Op.cit.* p. 21.
[42] *Idem*
[43] BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686).Op.cit.* p. 88.
[44]BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil.Op.cit.*p. 91. Peruleiro – define o Diccionario de la Real Academia Espanhola, 5ª ed., s.v. – "persona que há venido desde el Peru a España y especialmente la adinerada." A acepção […] de documentos luso-brasileiros dos dois primeiros séculos [da colonização] inculca o português que traficava no Peru e voltava afazendado.

> Prata, do que por Cartagena. Os negociantes ibéricos que fazem aquele caminho abandoná-lo-iam se soubessem destas vantagens.[45]

Francisco Soares também descreveu detalhadamente como funcionava o tráfego comercial do Rio de Janeiro para Buenos Aires. Conforme o seu relato, o porto fluminense era um grande entreposto comercial, de onde a cada três ou quatro meses partiam em direção ao Rio da Prata embarcações de trinta e quarenta toneladas que carregavam açúcar, arroz, tafetá e outras mercadorias que dali seguia para Potosí. A viagem de ida e volta tinha a duração aproximada de cinco meses. Segundo Soares, esse comércio era bastante proveitoso e lucrativo, mesmo para aqueles que não desejavam fazer a viagem até o Alto Peru e preferiam permanecer no Rio de Janeiro, já que os peruleiros com frequência iam até aquela capitania em busca de mercadorias e traziam para esse fim de quinze a vinte mil ducados em prata.[46] Na opinião desse comerciante, o Rio de Janeiro era um local onde os produtos europeus tinham boa aceitação, o que tornava os negócios ali ajustados muito vantajosos.

> A vista disso com cinco mil ducados no espaço de cinco meses, um homem pode ganhar seis mil ducados. Maiores lucros do que prefiro posso apresentar: uma espada custa em Espanha 24 [vinte e quatro] e 26 [vinte e seis] reais é vendida aqui por 45 [quarenta e cinco] ducados, um freio por 15 [quinze] ducados, uma fechadura com chave por 10 [dez] ducados, uma vara de veludo por 20 [vinte] a 25 [vinte e cinco] ducados, o tafetá por 6 [seis] a 7 [sete] ducados, uma onça de almíscar por 40 [quarenta] ducados, e toda a espécie de mercadorias seguindo a mesma proporção. [...] Assim espero em Deus obter mais proveito e lucro nesta viagem do que em duas para Angola.[47]

Ainda de acordo com o mascate, os oficiais da Alfândega fluminense, tão logo ancorava o navio no porto, dirigiram-se até ele para a cobrança do respectivo imposto aduaneiro.

> Caro irmão. De Lisboa nós fizemos vela no dia 4 de abril de 1596 e apartamos aqui a este Rio de janeiro aos 26 de junho seguinte. No mesmo dia os visitadores percorreram nosso navio com grande afã,

---

[45] SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico meridional*. *Op.cit.* p. 69.
[46] Cf. *Idem*
[47] Documento curioso. *RIHGB*, Rio de Janeiro, IHGB, n.° 147, tomo 93, p. 151.

> pensando que as mercadorias por nós trazidas eram para os negociantes da terra. Ficou provado o contrário. O piloto trouxe consigo no dito navio duas pipas de vinho que foram tomadas pelo fisco e vendidas por vinte e quatro cada uma.[48]

Como se vê, embora não tenhamos dados numéricos ou quantitativos sobre a Alfândega nesse período, podemos inferir pelo relato do mercador que a Alfândega, braço econômico e fiscal da administração, já tinha nesse momento uma atuação presente, fiscalizava e exercia controle sobre a movimentação comercial.

Uma outra característica desse comércio era que de um modo geral as transações comerciais eram feitas a vista, em dinheiro de ouro e prata trazido pelos negociantes que vinham do Alto Peru com o objetivo de comprar produtos na cidade fluminense.[49] Os peruleiros aproveitaram a valorização comercial do Rio de Janeiro, e passaram a abastecer-se nesse mercado, evitando assim uma longa viagem até as capitanias do norte. Ali podiam encontrar desde artigos de luxo, como veludos e sedas, à grosseira fazenda de uso comum e ainda as especiarias, produtos alimentícios, objetos de uso comum, espadas e chapéus.

> [...] regressam a este Rio de Janeiro carregados de prata e trazendo daqueles lugares não mais mercadorias, mas dinheiro de ouro e prata, empregando-os aqui neste Rio em mercadorias e quando nesta praça não encontra gêneros para serem comprados a dinheiro à vista, são aqueles negociantes obrigados a ir até a Bahia e Pernambuco onde empregam os capitais.[50]

A cidade funcionava como um entreposto comercial que negociava, além das novidades da moda, artigos de primeira necessidade. Com valorização comercial do Rio, os negociantes passaram a procurar produtos no mercado fluminense, a fim de evitar longas viagens só optando por prosseguir viagem até as capitanias do norte para comprar o que não era encontrado naquela praça.[51] O cronista Brandônio confirma a

---

[48] Documento curioso. *Op.cit*., p. 151.
[49] De acordo com Rafael Coelho, "o numerário metálico que corria no Brasil era composto majoritariamente por moedas de prata espanholas ."(COELHO, Rafael da Silva. *Moeda no Brasil no final do final do século XVII*. Dissertação (mestrado). São Paulo, USP, 2013, p. 23).
[50] Documento curioso. In.: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.Rio de Janeiro, tomo 93, n.° 147, p. 151.
[51] Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. *Op.cit.*, p. 166.

participação da capitania fluminense nessas trocas, em seu *Diálogos das grandezas do Brasil*:

> Do Rio da Prata costumam a navegar muitos peruleiros em caravelas, e caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de quatro e de oito reales, e assim prata lavrada e por lavrar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grãos, e outro lavrado em cadeias, os quais aportam com estas cousas no Rio de Janeiro, Bahia de todos os Santos e Pernambuco, e costumam as tais coisas por fazendas das sortes que lhes são necessárias, deixando toda a prata e ouro que trouxeram na terra, donde tornam carregados das tais fazendas a fazer outra viagem para o Rio da Prata.[52]

Também na Bahia, segundo os registros da Alfândega de Salvador,[53] os navios eram abastecidos de toda sorte de mercadorias, como linho, entretelas, chapeleiras, penas de escrever, papel para cartas, sarja, canela, pimenta, felpa, azeite, vinho, sabão, pregos, alfinetes, castiçais, gorgurão, cobre, panelas, pares de chinelos, botões e outros manufaturados, "objetos [...] de importação portuguesa",[54] e retornavam para Buenos Aires com esses artigos.

Documentos referentes a transações comerciais da Cidade de Salvador, demonstram a dinâmica desse comércio que se estendia de Buenos Aires às capitanias das Costas do Brasil. Como muitos mercadores não possuíam a própria embarcação, tinham necessidade de fretá-las. Dessa forma, os mestres dessas embarcações assumiam a responsabilidade de vender as mercadorias que carregavam para comerciantes do Brasil. Essas transações eram feitas à vista ou se estabelecia um prazo para seu pagamento e todos os procedimentos de compra e venda eram registrados sob o juramento perante os Evangelhos por um oficial escrivão tabelião de notas, que era nomeado pelo rei.[55] Os navios traziam do porto de Buenos Aires geralmente farinha de trigo, sebo e carnes desidratadas e retornavam ao Rio da Prata com gêneros adquiridos no Brasil, após ser devidamente despachados na Alfândega pelos seus oficiais.

---

[52] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil.Op.cit.* p. 173-174.
[53] ANA, Sala IX, 45-05-02, Division Colônia, Seccion Gobierno, Registro de Navios, Siglo XVII, 1608-1615,3733, Doc. 43,49.
[54] CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640*). *Op.cit.* p. 64.
[55] ANA, Sala IX, 45-05-02, Division Colônia, Seccion Gobierno, Registro de Navios, Siglo XVII, 3733.

> E os oficiais de sua majestade desta sua alfândega [...] certificamos como nela despachou Francisco de Basto, as coisas confessadas nos itens acima no navio nomeado Nossa Senhora de Nazaré e mestre João Mendes, para o Rio da Prata, porto de Buenos Aires, debaixo das provisões de Sua Majestade e feito mercê aos ditos vizinhos e por nós ser pedida apresentamos mandar-mos posar por nós assinada e selada com selo que nesta alfândega serve que se feita na dita Bahia a vinte e quatro de novembro de seiscentos e doze.[56]

Temos por hipótese que as práticas descritas no documento acima citado eram comuns também no Rio de Janeiro, já que pelos registros notariais, que se avolumaram a partir da primeira década do Seiscentos, é possível observar que nessa época tinham créditos na região do Prata negociantes fluminenses, tais como "João Ferreira, Antonio de Palma, Marcos de Guelva, Alonso Gaia, Amaro Pinheiro, Antonio Gomes de Vitória e outros".[57] Um dos mais notáveis, porém, é Paulo Rodrigues, um parente de frei Francisco de Vitória, aquele clérigo já mencionado, cujas transações envolviam o Rio da Prata, as capitanias do Brasil, as Ilhas, Angola e Portugal. Por essa razão diversos homens de negócio o incumbiam de receber suas dívidas nesses locais.[58]

Na documentação do Cartório do Primeiro Registro de Notas do Rio de Janeiro verificamos procurações de 1612, como as de Pedro Dias Carlos, senhorio de navio, D. João de Bracamante e capitão João de Vergara, para tratarem de seus negócios no Porto de Buenos Aires, em todas as Índias da Coroa de Espanha e em todas as mais partes em que seus procuradores se achassem;[59] escrituras de débito, de 1612, como a de Maria de Escovar a Paulo Rodrigues, referente à quantia de 786 pesos de 320 réis cada peso, valor de noventa fanegas de farinha de Córdova que Maria Escovar havia comprado de Paulo Rodrigues;[60] escritura da venda de Pedro Dias Carlos e Bento Idalgo, mestres de navio *Espírito Santo*, em 1612, de 95 fanegas de farinha de trigo, 24 quintaes de carne de vaca e 24 arrobas de sebo feitas a Paulo Rodrigues;[61] escrituras de débito e obrigação, de 1612, como a de João Batista Soderim, dono do navio *São Jorge*, a "fazer viagem a cidade de São Paulo em Angola, porto de Loanda e lá comprar a João Gonçalves, mercador, três peças do gentio de Angola boas e de receber e de cuja

[56] ANA, Sala IX, 45-05-02, Seccion Gobierno, Registro de Navios, Siglo XVII, 1608-1615, 3733, p. 36.
[57] SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro*: séculos XVI e XVII. *Op.cit.* p. 144.
[58] Cf..*Idem.*
[59] ACRJ, Códice 42.3.55, fl. 14. Procuração.
[60] ACRJ, Códice 42.3.55, fl. 17. Escritura de débito.
[61] ACRJ, Códice 42.3.55, fl. 21. Escritura de venda.

bondade e preço for contente por preço e quantia de 58$00";[62] e ainda de João Monteiro e sua mulher Violante Nunes a Paulo Rodrigues referentes à "quantia de 800 pesos de prata a 16 vinténs cada peso, valor de cem fanegas de farinha de Buenos Aires de Córdova que dele tenham comprado".[63]

Para analisar o esquema de venda e pagamentos de mercadorias e passagem pelas Alfândegas, tomamos como exemplo o caso da caravela *Nossa Senhora de Nazaré*. Vinda de Buenos Aires, essa embarcação chegou à Bahia em 1612. Seu mestre, João Mendes, havia trazido mercadorias (15 fanegas[64] de farinha de trigo, três quintais[65] e três arrobas de sebo) pertencentes a Manoel Mendes, morador de Buenos Aires, que por sua conta e risco pusera para serem vendidas a negociantes no Brasil. As mercadorias foram legalmente despachadas na Alfândega de Buenos Aires e lá foram pagos os impostos devidos àquela aduana. Ao chegar a Salvador, o mestre vendeu toda a mercadoria da embarcação para Manuel Gonçalves Neves, mercador residente na cidade, que pagou pela negociação 17.126 réis. Toda essa transação foi registrada pelo tabelião de notas Sebastião da Silva, que tomou o juramento de Manuel Gonçalves Neves perante os Evangelhos[66] de que realmente havia comprado às mercadorias e pago no mesmo dia o valor acordado com João Mendes. Nesse caso é interessante perceber que as intermediações do negócio eram feitas pelos mestres dos navios diretamente com o negociante que aguardava a chegada da mercadoria.

Em novembro do mesmo ano, ou seja, um mês após ter chegado e vendido toda a mercadoria, o mesmo João Mendes compareceu à Alfândega de Salvador. Nessa instituição providenciou o despacho para Buenos Aires de mercadorias no valor de 16.850 réis, que havia comprado para Manuel Mendes, o mesmo mercador que havia despachado suas mercadorias de Buenos Aires para Salvador. Pelos valores de compra e venda e pelo rol de mercadorias descrito na certidão de despacho da Alfândega de Salvador, percebemos que esse mestre deve ter usado o montante que recebera da venda

---

[62] ACRJ, Códice 43.3.55, fl. 25. Escritura de débito e obrigação.
[63] ACRJ, Códice 42.3.55, fl. 17. Escritura de débito e obrigação.
[64] Medida castelhana que corresponde a quatro alqueires (BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. v.4,p. 31).
[65] Peso de quatro arrobas.(BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico Op.cit.*, p. 66).
[66] Observamos nessas transações comerciais uma influência medieval em que as práticas comerciais misturavam-se aos ritos religiosos. Isso nos leva a ir ao encontro de Jerome Baschet. Ele diz que "o papel exercido pela Igreja no mundo colonial é comparável àquele que pudemos observar na Europa Medieval. (BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo, Globo, 2006, p. 286).

que efetuara para comprar mercadorias manufaturadas a mando de Manuel Mendes, o comerciante de Buenos Aires.[67]

Em outra escritura feita pelo tabelião publico judicial de notas Antonio Guedes foi registrada a venda realizada por Antonio Fernandez Barros, vizinho e morador de Buenos Aires através do mestre da caravela Nossa Senhora da Ajuda, Manoel Fortes, de vinte e cinco fanegas de farinha de trigo, seis quintais de chasina e seis arrobas de sebo que foi consignado a Simão Fragoso para a venda no Brasil. A carga foi toda vendida por duzentos e dois mil e duzentos e quarenta réis ao mercador Luis Nunes de Gouveia, residente em Salvador, que efetuou o pagamento em dinheiro. A transação foi assinada em dezesseis de outubro de 1612.[68] Como se pode observar, havia também casos em que as mercadorias eram deixadas por consignação para ser negociada com os comerciantes no Brasil.

Embora fosse a forma mais usual, nem sempre os pagamentos eram efetuados no ato da compra. Havia também casos em que eram feitos a prazo. Esse foi o caso de Manuel Dias, que adquiriu farinha de trigo do mestre do navio *Santo Antonio*, Pedro Anes Paulus. A mercadoria foi comprada em agosto de 1608 e ficou estabelecido que fosse paga em janeiro de 1610. A transação foi testemunhada pelo tabelião de notas Antonio Guedes, que registrou toda a negociação e emitiu as certidões.[69]

Eram os navios soltos (aqueles que não pertenciam à frota) que faziam o transporte entre a Região do Rio da Prata e os portos brasileiros. Seus mestres recebiam a incumbência de vender as mercadorias nos portos brasileiros e ainda se ocupavam de adquirir mercadorias nos portos de destino para o retorno, como constatamos na documentação acima citada. Tal comércio era mais lucrativo, já que os direitos cobrados em Portugal para as mercadorias destinadas ao Brasil eram menores do que os da Espanha, o que permitia que a compra dos produtos no Brasil fosse mais barata o que garantia, assim, maiores retornos financeiros.[70] Os oficiais régios das alfândegas eram os responsáveis pelo despachos das mercadorias nas aduanas brasileiras. Diante desses elementos, temos por hipótese que os portos da América eram importantes centros de troca entre as diferentes regiões e ainda receptores de metais e distribuidores desses para a metrópole.[71]

---

[67] ANA, Sala IX, 45-05-02, Division Colônia, Seccion Gobierno, Registro de Navios, Siglo XVII, 1608-1615-3733.
[68] Idem.
[69] *Idem.*
[70] Cf. FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. *Op.cit.* p. 349.
[71] Cf. FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. *Op.cit.* p. 349.

Nas primeiras décadas do século XVII um novo desenho começa a emergir no Atlântico, e esboça um perfil diferenciado do Rio de Janeiro no seio da colônia e o puxa mais "para dentro das trocas marítimas e mais para fora da economia continental".[72] Atividades como a construção naval, o tráfico negreiro e as trocas com a Região do Prata[73] se consolidam cada vez mais. Com isso, aumenta a pressão de comerciantes espanhóis para que a Coroa tomasse medidas repressoras em seu favor. Dessa forma, o comércio com o Rio da Prata durante o Seiscentos "foi uma sucessão continua de proibições e permissões que, longe de exercer um controle sobre as transações, facilitou sua ilegalidade".[74] Com as proibições, o contrabando ganhou uma dimensão maior, e tornou-se desse modo, nos dizeres de José Gonçalves Salvador, uma praxe.[75] Paulo Cavalcante compactua com essa ideia e afirma que o contrabando "não se tratava apenas de roubo, de furto ou corrupção, mas era um tipo determinado de prática social encoberta pelas formalidades oficiais".[76]

Desse modo, na tentativa de se livrar de taxas alfandegárias de valor mais elevado cobrado pela Coroa espanhola, muitos traficantes alegavam que a entrega se daria no Brasil, quando na realidade era feita ilegalmente em Buenos Aires.[77] Era recorrente a fraude, que já começava a se delinear na hora do despacho dos navios nos portos da Coroa portuguesa. Citamos abaixo como exemplo a situação ocorrida em Angola em 1603, em que o mestre do navio *Nossa Senhora da Graça*, Gonçalo Ruiz Manaia, declarava levar para o Rio de Janeiro "peças" de escravos do mercador Francisco Teixeira, quando na verdade a mercadoria foi parar em Buenos Aires.

> Aos dezesseis dias do mês de janeiro de mil seiscentos e três, nesta ilha de Loanda, Reino de Angola e onde costuma dar despacho os navios que deste for lhe partisse para fora em presença de Francisco de Carvalho [...] feitor da Fazenda de Sua Majestade e de mim escrivão [...] de sua avença para o Rio de Janeiro pelos ditos oficiais

---

[72] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*:formação do Brasil no Atlântico Sul. *Op.cit.*p. 199.
[73] *Idem.*
[74] CRESPI, "Comércio de esclavos en lo Rio da Plata durante el siglo XVII". In: CÁCERES, Rina. *Rutas de la esclavitud em América Latina*. San Jóse, Editorial de la Universidade de Costa Rica, 2001, p. 102 (Tradução nossa).
[75] SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro*. Séculos XVI e XVII. *Op.cit.* p. 107.
[76] OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcante. *Negócios de trapaças*: caminhos e descaminhos na América portuguesa(1700-1750). *Op.cit.*, p. 42.
[77] Cf. CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas*: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-1650). *Op.cit.* p. 59.

> lhe defira despacho. [...] Embarca Francisco Teixeira setenta e nove peças em que entram quinze negras com quinze crianças de colo.[78]

Enfim, observamos que, apesar de todas as ações da Coroa espanhola, o "comércio legal e ilegal dos portos brasileiros com o Prata aumentou consideravelmente, trazendo prosperidade para todos eles".[79] O tráfico de escravos de Angola era um desses negócios bem lucrativos e incentivado pela crescente demanda de mão de obra nas colônias. Em geral, "embora as autoridades portuguesas protestassem contra o comércio ilegal em seu território, exortavam as transações ilegais"[80] entre suas conquistas e a América espanhola. Como assegura Alice Canabrava, "o contrabando passou da fase empírica do século XVI, das atividades isoladas, para um período de racionalização no século XVII, caracterizado pela coordenação das atividades de elementos diversos agindo em áreas geográficas diferentes".[81] Assim, de tentativas individuais de estabelecimento de rede contrabando entre as cidades litorâneas do Brasil ao Rio da Prata, como a do frei Francisco no último quartel do Quinhentos, observa-se no século seguinte a presença de um grupo com sólida organização em Buenos Aires e com ligações nas cidades costeiras do Brasil, e também na Europa, que mantinha estreita relação com os agentes da Coroa nessas regiões.[82] Para Zacarias Moutoukias, os homens que efetuavam o comércio ilegal e legal faziam parte do mesmo grupo, ficando por esse motivo difícil a distinção entre um tipo de comércio e o outro.[83]

O Porto de Buenos Aires era a porta de entrada das mercadorias contrabandeadas que tinham como destino o Alto Peru. Diversos recursos foram usados para encobrir os propósitos do contrabando: as arribadas forçosas[84] era um deles. Nesse caso, a lei permitia que em caso de perigo ou perseguição por corsários os navios buscassem abrigos nos portos. Sob esse pretexto, os traficantes desviavam os escravos para algum local seguro e dali os remanejavam para os locais de seus interesses.

---

[78] ANA, Sala IX, 45-05-02, Division Colônia, Seccion Gobierno, Registro de Navios, Siglo XVII, 3733.
[79] ABREU, Mauricio de. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700). Op.cit.*p. 24.
[80] PIJNING, Ernest. Contrabando, ilegalidades e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, v.21,n.42, São Paulo, 2001.
[81] Cf. CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640*). *Op.cit.* p. 109.
[82] Cf. *Idem*
[83] Cf. MOUTOUKIAS, Zacarias. Burocracia, contrabando y autotransformacion de las elites: Buenos Aires em el siglo XVII. *Anuário IEHS*, Tandil. N.3, 1988, p. 216 (Tradução nossa).
[84] Entrada de um navio em porto que não é de seu destino, nem da sua escala. Ela resulta de única e exclusiva vontade do capitão do navio .(CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640*). *Op.cit.* p. 105).

> [...] governador e capitão general da província de Cartagena e oficiais da Real Fazenda no Conselho das Índias seja tratado pleito [...] dos outros negros que se navegam as Índias sobre o conhecimento dos descaminhos dos escravos que [...] dos navios que de arribada chegam a essas partes, para aplicação das penas dos descaminhos.[85]

Um outro tipo de artimanha para camuflar o contrabando era transportar escravos "sob o disfarce de serviçais a bordo, quando, na verdade, o escopo era de negociá-los".[86] E não paravam por aí. As situações criadas para disfarçar o comércio ilícito eram as mais inusitadas, como podemos observar no trecho de uma Real Cédula de 1604.

> [...] e sido informado que a bueltas de la permission que esta dada al arrendador de lãs licenças para navegar esclabos negros para las índias para la quantidad que por esse puerto a de meter se llevan mucho mas que es em gran quantidad la plata y oro que sale por esse puerto assi de la que sacan los que licença de arrendador van a comprar negros a guinea y el brasil como de la procede de los dichos negros y de lãs mercadurias que se llevan em los navios que entre ano[1604] van a esse puerto y que tienen traça esconder y sacar la dicha plata entre las harinas que sacan y compran de la ciudad de cordova y que o la mayor parte de la plata y oro que se saca cada ano desse puerto que os en quantidad , muy considerable biene a parar el brasil y de ally a ynglaterra y a los otros Reynos de enemigos.[87]

Como se vê, o comércio ilegal era parte indissociável da sociedade colonial e o contrabando pode ser entendido, segundo Ernest Pijning, como algo inerente à economia do Atlântico.[88] Nesse sentido, as práticas ilícitas, apesar de ser do conhecimento das autoridades coloniais e metropolitanas, eram até certo ponto toleradas, já que o mais importante era fazer o comércio funcionar.[89]

---

[85] ANA.Sala IX, 45-05-04. Division Colônia. Seccion Gobierno. Registro de navios. Siglo XVII.1613-1635.3735

[86] SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro: séculos XVI e XVII*. *Op.cit.*p. 148.

[87] Cédula real de 02/06/.1604 sobre o contrabando y visita a los navios. In: CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640*). *Op.cit.* p. 102.

[88] PIJNING, Ernest. Contrabando, ilegalidades e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, v.21,n.42, São Paulo, 2001.

[89] Cf. MOUTOUKIAS, Zacarias. Burocracia, contrabando y autotransformacion de las elites Buenos Aires em el siglo XVII. *Anuário IEHS*, Tandil, ano 3, n.3, 1988, p. 218.

A Alfândega era um dos locais mais disputados pelas pessoas que buscavam obter sua parcela de lucro na economia ilegal. Naquele espaço, mercadores, guardas, oficiais da Coroa, todos almejavam vantagens.[90] Em carta endereçada ao rei Filipe III datada de 1612, o governador do Rio de Janeiro, Afonso de Albuquerque, relatou que a despeito de ser contra as provisões reais, daquela capitania tinham saído escravos para o Rio da Prata sem terem sido pagos os devidos direitos na Alfândega. De acordo com o governador, pela certidão emitida por Sebastião Coelho, escrivão do almoxarifado e da Alfândega daquela capitania, constava o despacho de 132 escravos de Guiné, pelos quais foram pagos impostos de três mil réis cada um. Entretanto, em devassa feita pelo provedor da Fazenda, descobriu-se que haviam sido embarcados 168 escravos, ou seja, deixou-se de pagar os direitos alfandegários sobre 36. Disse ainda o governador que dois navios oriundos de Angola aportaram na Ilha Grande, a 12 léguas do Rio de Janeiro, e não pagaram ali os impostos da mercadoria que ia para o Rio da Prata.[91] Vale aqui lembrar que no embarque em Angola era registrada a quantidade de escravos[92] e que a norma até a quarta década do Seiscentos era que o tributo fosse pago nos portos de desembarque conforme o número de "peças" despachadas.[93]

> Afonso de Albuquerque, capitão do Rio de Janeiro, por carta de 4 de novembro do ano passado de 612 me escreveu que meu serviço e fazenda recebem muita perda em irem dali escravos de Guiné para o Rio de Prata de mais de ser contra saca fora em muita muito maior crescimento o rendimento de minhas rendas [...] e enviou uma certidão que diz ser Sebastião Coelho, escrivão do almoxarifado e alfândega daquela capitania, de como nela despacharam as monções passadas para o Rio da Prata e Capitania de São Vicente 132 peças de escravos de Guiné de que pagaram os direitos a razão de três mil reis cada uma, e constar pela devassa do Provedor da fazenda tirou serem ocultadas quatorze peças que condenou pagarem os direitos ao mesmo preço conforme ao assento do que se fez na dita alfândega diz Afonso

[90] CF. PIJNING, Ernest. Contrabando, ilegalidades e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Op.cit.*

[91] Cartas para Álvaro de Souza e Gaspar de Souza. (1540-1627). Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Centro de História e Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2001, p. 196.

[92] "Embarca Francisco Teixeira, setenta e nove peças. Em que entram quinze negras com quinze crianças de colo. Embarca Gonçalo Ruiz Manaia trinta peças que por estarem alguns moleques pagam 28" (ANA, Sala IX, 45-05-02, Division Colônia, Seccion Gobierno, Registro de Navios, Siglo XVII, 3733).

[93] SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro: séculos XVI e XVII*.*Op.cit.*p. 83.

> de Albuquerque que ele tirou outra devassa e lhe cresceram 22 peças mais do que achou o provedor.[94]

Além do descaminho, tal comércio poderia ser caracterizado como contrabando, já que contrariava as provisões reais da época, que proibia o trânsito de mercadorias das capitanias da América portuguesa para o Rio da Prata. [95]

Em um outro documento endereçado a Filipe IV, Rui Vaz Pinto, ex-governador da capitania fluminense, faz um relato sobre a grande quantidade de escravos que eram levados para outro Reino sem que se pagassem os devidos impostos, que eram naquela época de 3.600 réis por "peça".

> Rui Vaz Pinto, fidalgo da casa de V.Majestade, capitão mor e governador que foi da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro [...] E tratando com todo o cuidado que a Fazenda Real não se descaminhasse em muitas coisas e em especial na grande quantidade de escravos que se levam daquele estado a vender a outro Reino sem pagarem [os impostos] a Fazenda Real.[96]

Muitos traficantes negreiros das capitanias do Norte tinham representantes na capitania fluminense, que ocupava um lugar de destaque nesse comércio em virtude de sua proximidade com o Rio da Prata. Hendrick Conraeds, em 1637, afirmou que "os negros que se vendem no Rio da Prata são vendidos pelos mercadores de Buenos Aires, que vem comprá-los aqui [no Rio de Janeiro]".[97] As facilidades oferecidas pelas autoridades fluminenses que tinham envolvimento com esse negócio eram um outro incentivo. A oligarquia dos Sá é um bom exemplo desse envolvimento. O patriarca Salvador foi um inveterado traficante, assim como seu filho Martim de Sá e seu neto Salvador Benevides.[98] Esse último, filho de uma espanhola com o governador fluminense Martim de Sá, casou-se com Carolina de Velasco, uma rica viúva de um proprietário espanhol

---

[94] Cartas para Álvaro de Souza e Gaspar de Souza. (1540-1627). Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Centro de História e Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2001, p. 196.

[95] O direito ao livre comércio foi concedido aos portenhos apenas em caráter precário 1587 a 1591, de 1602 a 1608 e de 1614 e 1618 .(SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro*: séculos XVI e XVII.*Op.citp.144.*).

[96] AHU, CA, Rio de Janeiro, Cx. 1, Doc. 54-59.

[97] LAET, João de. *Descrição das Costas do Brasil*. Lisboa, Kapa Editorial, 2007, p. 262. Apud. ABREU, Mauricio de. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700). Op.cit.* p. 26.

[98] Cf. SALVADOR, José Gonçalves. Os *cristãos-novos e o comercio no Atlântico meridional*. *Op.cit.* p. 372.

do Prata,[99] e tornou-se um grande latifundiário em Tucumã, província que guarnecia o Potosí.[100] Com parentes que ocupavam importantes cargos em Buenos Aires, foi também nomeado, em 1627, almirante da costa meridional do Rio da Prata, "título que implica uma ligação oficial com o território colonial espanhol".[101] Além das estreitas relações com a América espanhola, essa família mantinha alianças na Bahia e em Lisboa. Possuía um grande poderio no Rio de Janeiro, estava à frente do governo por um bom tempo e manobrava, assim, os cargos de seu interesse. Vários aliados seus ocuparam ofícios na Alfândega da cidade.

Para Zacarias Moutoukias, "todas essas transgressões aos dispositivos legais podem ser consideradas como um aspecto das práticas econômicas das elites dominantes, o qual também engloba os funcionários".[102] O comércio fraudulento tinha o apoio em muitos casos, como já vimos, dos próprios agentes da Coroa. Não raro, ocupantes de cargos públicos que deveriam reprimi-lo eram eles mesmos os próprios contrabandistas ou ainda estavam envolvidos nas práticas dos descaminhos. E isso era visível nas alfândegas. Marcos Sanches afirma que a administração colonial apresentava uma complexa dialética, na qual a metrópole objetivava submeter o colono ao mesmo tempo em que reconhecia o indispensável papel que esse exercia na execução da própria exploração colonial.[103] Não deve causar admiração também que a metrópole tenha se adaptado a esse cenário, na medida em que o sustento do aparato militar e administrativo provinha em parte do comércio e que de forma paradoxal as ilicitudes contribuíam para o enriquecimento de um grupo que tinha interesse na engrenagem administrativa e na defesa da colônia, situação essa benéfica para a Coroa, já que se aproveitava dos investimentos particulares para a manutenção dos seus interesses.

Um bom exemplo é o do já citado Salvador Correia de Sá, que, apesar de ser um oficial designado pelo rei para assumir o Governo do Rio de Janeiro, foi pessoalmente contrabandear escravos no Rio da Prata. Mas, apesar do malfeito, era um personagem importante e de prestígio para a Coroa.

Decerto que os ganhos desse comércio ilícito, assim como a prata que dele provinha, eram de grande importância para a economia não só da metrópole, mas

---

[99] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*:formação do Brasil no Atlântico Sul. *Op.cit.* p. 200.
[100] BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686).Op.cit.*p. 111.
[101] *Ibidem*,.p. 106.
[102] MOUTOUKIAS, Zacarias. Burocracia, contrabando y autotransformacion de las elites Buenos Aires em el siglo XVII. *Op.cit.*, p. 214.
[103] Cf. SANCHES, Marcos Guimarães. "Governo do Rei e bem comum dos súditos". *Anais*. Anpuh, São Paulo, 2011, p. 1.

também de todas as suas conquistas ultramarinas. Por isso as atividades desenvolvidas pelos peruleiros serem bem vistas pelas autoridades, o que pode ser evidenciado pela atitude do governador-geral Diogo Botelho, que "achando-se em Pernambuco (1612), a caminho da Bahia, proibiu que se tomasse dinheiro aos mesmos sob qualquer pretexto".[104]

Não apenas o contrabando, mas os descaminhos[105] eram práticas recorrentes entre os colonos. O governador Rui Vaz Pinto (1617-1620), em carta ao rei de 16 de agosto de 1624, denunciava tais práticas e afirmava ser comum a venda de pau-brasil aos estrangeiros vindos da banda do norte. Afirmou também que o embarque de mercadorias da terra, como o açúcar, o gengibre e o tabaco, se efetivava sem que fossem pagos os direitos nas alfândegas, o que decerto acarretava prejuízos para a Fazenda Real.

> E no muito pau brasil que em toda aquela costa da banda do sul carregam e levam os estrangeiros para a banda do norte com inteligências que tem com os vassalos de V. Majestade de que são os que lhe vendem e chegam as praias aonde embarcam e muitos açucares, gengibres e tabaco e outras mercadorias da terra em que se interessam muito e forram os direitos que houveram de pagar nas alfândegas de Vossa Majestade. [106]

Como pode ser visto, o contrabando e o descaminho eram práticas que faziam parte da própria ordem social vigente. Representavam, segundo Paulo Cavalcante, a "outra face do lucro do exclusivo metropolitano".[107] Além disso, eram o reflexo de um comportamento típico da época que não distinguia o público do privado.

---

[104] Cf. SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro*: séculos XVI e XVII. *Op.cit.* p. 153.

[105] É necessário se fazer a distinção entre contrabando e descaminho. De acordo com Raphael Bluteau, esse seria uma fraude contra a pecúnia pública, enquanto aquele seria uma venda contra a ordem do príncipe (BLUTEAU, 1728). Explicações de Nelson Hungria viriam *a posteriori*, mas apoiadas no mesmo direito romano que servira a legislação portuguesa de tempos remotos (A codificação portuguesa desenvolvera-se a partir dos códigos romanos e visigóticos, segundo SCHWARTZ, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. Op.cit.*p. 58), vieram ao encontro do definido por Bluteau em seu dicionário. Assim, para Hungria, contrabando poderia ser classificado como a clandestina importação ou exportação de mercadorias cuja entrada no país ou saída dele é absoluta ou relativamente proibida, enquanto descaminho diria respeito a fraude tendente a frustrar, no total ou parcialmente, o pagamento de direitos de importação ou exportação do imposto (a ser cobrado na própria aduana) sobre mercadorias. (HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*, parte especial, v. 9. Rio de Janeiro, 1959).

[106] AHU, CA, Rio de Janeiro, Cx. 1, Doc. 54-59.

[107] OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcante. *Negócios de trapaças*: caminhos e descaminhos na América portuguesa(1700-1750). São Paulo, USP, 2002, p. 40.

A essa altura o Rio de Janeiro já era uma praça comercial ativa, por sua ligação com as rotas atlânticas e ainda em função dos negócios estabelecidos com a própria região. Circulavam pela cidade negociantes de grosso[108] dedicados não só à exportação de açúcar, mas também ao tráfico negreiro.

Considerações finais:

Nas primeiras décadas do Seiscentos, a ocupação holandesa nas capitanias do Norte permitiu que o Rio de Janeiro ganhasse certo protagonismo no cenário colonial. Nessa ocasião, o Rio de Janeiro passou a manter relações comerciais diretamente com Lisboa. A capitania também teve que cobrir o déficit de produção do nordeste, além de abastecer as forças militares e suprir com escravos a região de conflitos, já que possuía além de recursos acumulados uma posição geográfica distante do cenário dos conflitos. .

Com um porto bem localizado, a cidade servia não só de escala para os navios que navegavam pelo Atlântico Sul, como passou a manter um importante comércio com a Região do rio da Prata. O destino das mercadorias oriundas do Rio era a rica cidade do Potosi, que se tornou umas das mais importantes cidades do ocidente devido a extração de prata. Pouco a pouco, no período da União Ibérica, a cidade fluminense cresce e ganha destaque no seio do Império português.

[108] De acordo com Jorge Miguel Pedreira, comerciantes de grosso trato eram aqueles que atuavam no comércio de longa distância como importadores e exportadores de gêneros mais diversos (PEDREIRA, Jorge Miguel. Tratos e contratos: Actividades, interesses e orientações dos investimentos em Lisboa. (1755-1822). *Análise Social*, v.31,1996, p. 359). João Fragoso, ao definir esse tipo de comerciante, acrescenta que aqui na América portuguesa foram aqueles comerciantes que transformaram sua acumulação mercantil em grandes fazendas escravistas .(FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).*Op.cit.* p. 39).

Revisitando o Debate Inercialista da Inflação brasileira na década de 1980[1]

Hugo Carcanholo Iasco Pereira[2]
Marcelo Luiz Curado[3]

Resumo

O objetivo deste artigo foi investigar as teorias da inflação inercial representadas pelas versões de 1- Francisco Lopes, 2- Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano e 3- André Lara-Resende e Pérsio Arida em uma perspectiva comparada, enfatizando os elementos teóricos presentes em cada uma e como isto se materializou nas propostas de estabilização para a economia brasileira. Embora exista um *background* comum às teorias, e por isso os diagnósticos inercialistas são compatíveis, com rigor analítico, elas são substancialmente diferentes, constituindo, por conta disto, estratégias de estabilização bastante díspares. Percebeu-se que o inercialismo destes autores não pode ser considerado um corpo teórico uniforme, sobretudo no tocante a 1- *ruptura com a ortodoxia e a concepção monetária*, 2- *conflito distributivo* e 3- *plano de estabilização e o imperativo de neutralidade distributiva*. Em suma, acredita-se que entender o inercialismo e as propostas para estabilizar a economia brasileira da década de 1980 exige um exercício de reconstrução da história do pensamento econômico tanto em nível de diagnóstico quanto de estratégia de estabilização.

Palavras-Chave

Teorias da Inflação Inercial, Perspectiva Comparada e História do Pensamento Econômico

Abstract

The aim of this paper was to investigate the theory of inertial inflation represented by versions of 1- Francisco Lopes 2 Luiz Carlos Bresser-Pereira and Yoshiaki Nakano and 3-André Lara Resende and Persio Arida, in a comparative perspective, emphasizing the theoretical elements present in each and how it materialized in the stabilization proposals for the Brazilian economy. Although there is a common background to the theories, and so the inercialistas diagnostics are compatible. With analytical rigor, they are substantially different, being on account of that very disparate stabilization strategies. It was noticed that the inercialismo these authors can't be considered a uniform theoretical framework, especially with respect to 1- break with orthodoxy and monetary conception, 2- and 3-distributive conflict stabilization plan and the imperative of distributive neutrality. In short, it is believed that to understand the inercialist theory and proposals to stabilize the Brazilian economy of the 1980s requires a reconstruction exercise of history of economic thought both the level of diagnosis and stabilization strategy.

Key-Words

Inertial Inflation's Theory, Comparative Perspective and Economic's Thought History

Área de Submissão: 2 Economia

---

1 Este artigo é produto de um dos capítulos da dissertação de Hugo Carcanholo (bolsista CAPES) sob a orientação do prof. dr. Marcelo Luiz Curado.

2 Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná – PPGDE, e doutorando pela Universidade Federal de Minas Gerais – CEDEPLAR. Email: hclpereira@cedeplar.ufmg.br

3 Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná – PPGDE, e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ – Nível 2. Email: curado@ufpr.br

Introdução

O aumento persistente e generalizado dos preços é um fenômeno crônico que sempre esteve presente na história econômica brasileira. Sendo objeto de debates acadêmicos quanto a sua natureza, causas e as políticas econômicas que o contivesse, desde a proclamação da República em 1889, até o seu efetivo controle contemporâneo pelo Plano Real em 1994.

Os períodos inflacionários apresentaram especificidades relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro à época. Do mesmo modo que as interpretações da inflação estiveram imbricadas com o "estado da arte" em que se encontrava a ciência econômica, tanto a nível nacional, quanto internacional.

Não obstante, existiram debates entre as diferentes percepções sobre a inflação brasileira. Dentre as quais se destacam o embate entre as ideias dos papelistas e metalistas durante o período denominado encilhamento, a controvérsia entre monetaristas e estruturalistas da década de 1950 e o debate entre os inercialistas e os ortodoxos dos anos 1980.

A teoria da inflação inercial surge no contexto entre 1979 e 1985. Período no qual a política econômica ortodoxa mostrou-se ineficiente para a estabilização da economia brasileira[4]. O inercialismo propôs explicações novas e políticas econômicas anti-inflacionárias que não estavam presentes no *mainstream* da ciência econômica[5]. Os economistas inercialistas questionaram o *status quo* da explicação e a política econômica anti-inflacionária pela demanda agregada.

Uma interpretação generalista, como Castro (2005) e Modiano (1990), sem se a atentar às especificidades de cada autor inercialista sugere que a inflação é o resultado

---

4 A política macroeconômica do triênio 1981-1983 foi notadamente ortodoxa com o objetivo de reduzir a privação de divisas estrangeiras através da contração da absorção interna (CARNEIRO e MODIANO, 1990). O intuito foi provocar uma recessão, como de fato ocorreu, na economia brasileira para diminuir as importações, tornando as atividades exportadoras mais atraentes. As estatísticas sobre o balanço de pagamentos, fornecidas pelo IBGE, indicam que houve a eliminação de um déficit do valor de U$ 2 bilhões em 1980 para recorrentes superávits no triênio, superando o valor de U$ 6 bilhões em 1983. Cujo valor atingiu U$ 13 bilhões em 1984, associado à recuperação da economia internacional e com a evolução das importações norte-americanas. A inflação, contudo, não seguiu a dinâmica recessiva da economia brasileira da década. Ou seja, a inflação brasileira se mostrava insensível aos desestímulos ortodoxos à demanda agregada.

5 Diversos autores (ARIDA e LARA-RESENDE, 1985; BRESSER- PEREIRA e NAKANO, 1984a; LOPES, 1985; PARKIN, 1991) sugerem que o estado da arte da ciência econômica brasileira da década de 1980 condizia à explicação monetarista baseada na versão aceleracionista da curva de Phillips, que além de considerar o *tradeoff* entre desemprego e inflação, conforme a versão original de Phillips (1958) e Lipsey (1960), considerava também as expectativas dos agentes acerca da variação dos preços na versão adaptativa de Friedman (1968) e Phelps (1968). Surgiram análises dentro deste escopo teórico monetarista tentando estimar a curva aceleracionista de Phillips para a inflação brasileira do início da década de 1980 como se identifica nos trabalhos de Contador (1985), Lemgruber (1980) e Lopes (1982). O debate econômico se pautava na aplicabilidade da curva de Phillips à economia brasileira, no entanto não foram encontradas evidências que corroborassem a hipótese que no curto prazo a inflação fosse determinada por pressões da demanda agregada no mercado de trabalho (PARKIN, 1991).

do conflito distributivo entre os agentes econômicos na tentativa de manter a respectiva parcela de renda real. Sendo a indexação dos rendimentos a expressão social disto.

Neste sentido, as propostas para estabilizar a economia brasileira indicavam a necessidade de desindexação com o imperativo de gerar um novo *status quo* econômico em que a nova distribuição de renda fosse idêntica à da velha economia inflacionada. Pauta-se desta maneira a necessidade da neutralidade distributiva no combate à inflação.

O *modus operandi* da política econômica diferia essencialmente entre as três propostas inercialistas. Enquanto havia um alinhamento entre as propostas de Francisco Lopes e de Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano em torno da necessidade de um Choque Heterodoxo, ou de um congelamento de preços, André Lara-Resende e Pérsio Arida defendiam uma reforma monetária para eliminar a indexação, a Moeda Indexada.

Argumenta-se que as versões inercialistas de 1- Francisco Lopes, 2- Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano e 3- André Lara Resende e Pérsio Arida[6], que estão presentes nas vertentes de salário relativo e conflito distributivo conforme Serrano (1986), apresentam um *background* teórico em comum. Mas ao mesmo tempo possuem especificidades que não permitem pensá-las como uma unidade teórica homogênea.

O objetivo do presente artigo é discutir as diferentes concepções teóricas dos economistas inercialistas[7] e os correspondentes desdobramentos em termos de política econômica para estabilizar a economia brasileira. Enfatizar-se-á as diferenças teóricas e como isto se reflete nas formulações dos planos de estabilização.

O artigo está dividido em quatro sessões. A primeira foi dedicada à discussão do inercialismo de Francisco Lopes e a sua proposta de Choque Heterodoxo. As ideias de Bresser-Pereira e Nakano foram discutidas na segunda sessão. Enquanto que o inercialismo e a reforma monetária de Lara-Resende e Arida foram desenvolvidos na terceira parte. A quarta sessão foi desenvolvida para desenvolver os argumentos inercialistas mostrando os elementos em comum e as diferenças entre as três abordadas. Na última sessão apresentamos as considerações finais acerca do objetivo aqui proposto.

1- O Choque Heterodoxo de Francisco Lopes

As ideias de Francisco Lopes sobre a inflação inercial, consubstanciadas no trabalho “Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas” de 1985, o conduziram à formulação do Choque Heterodoxo.

A referida política econômica anti-inflacionária se apresentou como uma alternativa aos modelos ortodoxos de combate à inflação, propondo o congelamento de preços a partir da concepção de que o processo inflacionário da economia brasileira da década de 1980 fosse fundamentalmente inercial.

---

6 Os economistas inercialistas são originários de duas instituições, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) em que se encontravam os autores Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) que contava com os autores André Lara Resende, Francisco Lopes e Pérsio Arida.

7 Serrano (1986) identificou cinco significados teóricos distintos para a ideia de inflação inercial na década de 1980, cada uma com significados e conceitos diferentes, i- a versão das expectativas racionais, ii- expectativas adaptativas, iii- a interpretação institucional, iv- salário relativo e v- a versão do conflito distributivo. Neste artigo utilizar-se-á as ideias de inflação inercial de salário relativo e conflito distributivo, já que foram estas as teorias inercialistas que obtiveram algum tipo de êxito na materialização em Planos econômicos de combate à inflação, mais notadamente, fora o debate entre os economistas desta vertente que originou o Plano Real (MODENESI, 2005).

Lopes (1985) sugeriu inclusive que qualquer economia com persistência inflacionária crônica, como a brasileira e as hiperinflações húngara e alemã no pós-primeira Guerra Mundial, apresentasse as características de um processo inflacionário inercialista.

O ponto de partida da discussão de Lopes (1985) foi a diferenciação entre o choque e a tendência inflacionária. Os choques inflacionários (ou deflacionários) correspondem à tentativa de alteração dos preços relativos por parte dos agentes econômicos. Supondo que o impacto dos choques inflacionários seja integralmente mensurado, a tendência inflacionária seria justamente o resíduo não explicado. "Se não houvesse nenhuma pressão no sentido de mudanças efetivas ou desejadas em preços relativos, a taxa de inflação seria igual a esta tendência" (LOPES, 1985, p. 136).

Francisco Lopes rejeitou os argumentos ortodoxos que explicavam a tendência inflacionária enfatizando o componente expectacional dos agentes sobre a trajetória futura das variáveis macroeconômicas, desenvolvendo a teoria da inflação inercial, que considerava como vetor gerador da tendência inflacionária o "(...) padrão rígido de comportamento dos agentes econômicos em economias cronicamente inflacionadas" (LOPES, 1985, p. 136).

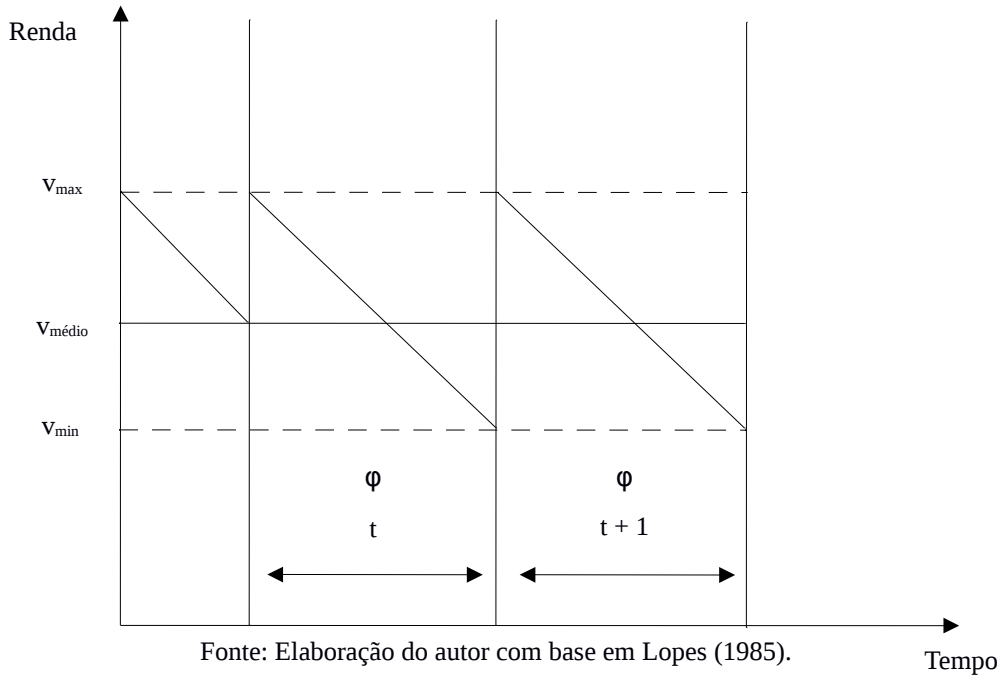
Sem a presença de choques inflacionários, a trajetória presente da inflação seria conjugada às taxas pretéritas de variação dos preços. Segue um trecho com explicação detalhada do próprio autor sobre o comportamento dos agentes econômicos dentro da teoria da inflação inercial:

> A ideia básica é que num ambiente cronicamente inflacionário, os agentes econômicos desenvolvem um comportamento cronicamente inflacionário, os agentes econômicos desenvolvem um comportamento fortemente defensivo na formação de preços, o qual em condições normais consiste na tentativa de recompor o pico anterior de renda real no momento de cada reajuste periódico de preço. Quando todos os agentes adotam esta estratégia de recomposição periódica dos picos, a taxa de inflação existente no sistema tende a se perpetuar: a tendência inflacionária torna-se igual à inflação passada (Lopes, 1985, p. 137).

Em um modelo em que há a suposição de periodicidade do reajuste das rendas nominais, renda real máxima e taxa de variação de preços constantes, o padrão de comportamento defensivo dos agentes pode ser ilustrado por meio da Figura 1.

O valor máximo da renda real ou o valor de pico, v_{max}, diminui à corresponde taxa de inflação do período, π_t, atingindo o valor mínimo da renda real, v_{min}, ao fim do período de reajuste, φ, momento este em que o salário real é recomposto ao nível do pico. Francisco Lopes argumenta que a renda real média depende positivamente do pico de recomposição do salário real e da redução do período de recomposição salarial, e negativamente da taxa de inflação, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 - Salário Real, Inflação e Recomposição Salarial: Padrão Rígido de Comportamento dos Agentes em Economias Cronicamente Inflacionadas



Fonte: Elaboração do autor com base em Lopes (1985).

A inflação deve ser entendida em razão dos picos da renda, da periodicidade dos reajustes e pela defasagem dos preços relativos da economia. Por conseguinte, quanto maior a pressão social dos agentes econômicos pela elevação dos picos de renda real e pela redução da periodicidade do reajuste da renda nominal, maior é a taxa de variação dos preços. "Numa economia fortemente indexada, os preços sobem em resposta a aumentos de custos, e os custos sobem em resposta a aumentos de preços, ou seja, a inflação tende a se autossustentar" (LOPES, 1983, p.111).

Argumentos como estes sustentam a proposição paradoxal de que a causa da inflação seria ela mesma:

> (...) em qualquer economia cronicamente inflacionada, a principal causa da inflação é a própria inflação. Num regime de alta de inflação, os agentes econômicos são obrigados a desenvolver mecanismos para tentar defender suas rendas reais. Isto significa indexar da melhor maneira possível o preço da mercadoria que vende (que pode inclusive ser o trabalho) a uma média dos preços das mercadorias que compra (que no caso do trabalhador é o índice do custo de vida). (LOPES, 1983, p. 110-111).

Argumenta o autor que o contexto econômico da década de 1980, a trajetória da inflação no presente reproduziu a variação de preços do passado porque os agentes econômicos indexaram os seus rendimentos nominais de acordo com a inflação pretérita, objetivando a manutenção da respectiva parcela relativa da renda real.

Lopes (1983) advoga que o comportamento defensivo dos agentes econômicos representa um equilíbrio inflacionário ao redor da taxa de inflação vigente, que se modifica, isto é, se acelera, caso haja um desalinhamento dos preços relativos da economia.

No escopo teórico inercialista de Francisco Lopes, a inflação é o vetor resultante do conflito distributivo dos agentes econômicos pela renda nacional. A inflação é o modo pelo qual a economia se adéqua à incompatibilidade distributiva da renda nominal entre os diversos agentes econômicos em torno de determinada média das rendas reais. Segue trecho do autor sobre a incompatibilidade distributiva e a inflação, introduzindo a problemática de uma estratégia desinflacionária satisfatória com neutralidade distributiva:

> A inflação crônica é fundamentalmente um mecanismo de compatibilização distributiva do sistema econômico. Ela transforma rendas nominais incompatíveis em rendas reais médias compatíveis com o produto nacional. O problema central da desinflação é como conseguir a recompatibilização distributiva num ambiente de estabilidade de preços. Em particular é fundamental que o próprio processo de desinflação não introduza novas tensões distributivas na economia. (LOPES, 1984, p. 144).

Em um processo inflacionário todos os preços e rendimentos nominais aumentam, contudo a velocidade de crescimento dos preços dos setores com periodicidade de reajuste fixo (alugueis e salários, por exemplo) é menor que a velocidade de ajustamento dos setores com reajuste automático (no caso da economia brasileira, com base na ORTN). Este diferencial de velocidade dos reajustes nominais provoca uma transferência de renda real entre os agentes, a inflação está relacionada com a velocidade em que se dá a transferência de renda entre os agentes (LOPES, 1976).

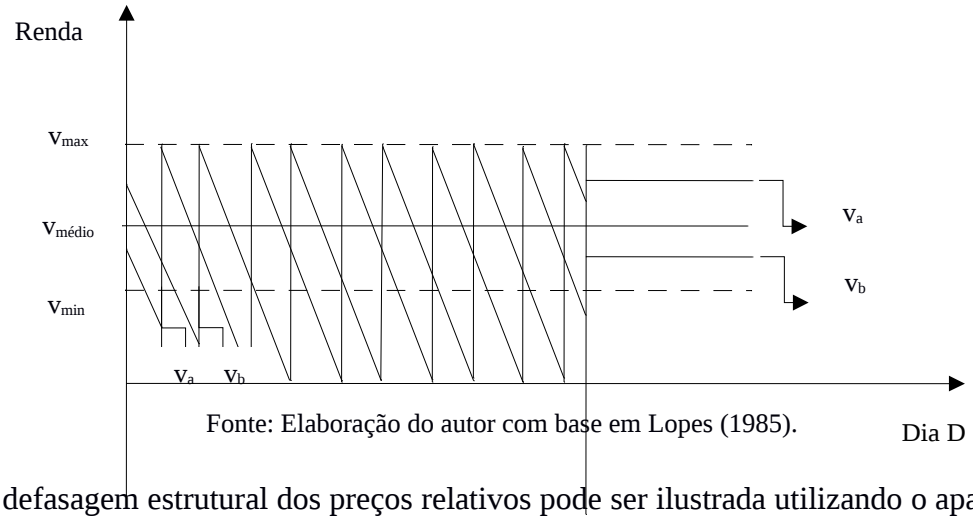
A inflação, como um mecanismo de transferência de renda, gera ineficiência alocativa dos recursos porque os agentes procurarão estabelecer os seus recursos em setores nos quais a velocidade de ajustamento dos rendimentos nominais é alta, assim, os empresários não investirão em atividades de longo e médio prazo e os trabalhadores se estabelecem preferencialmente em setores com sindicatos fortes e politicamente ativos (LOPES, 1976).

Uma inflação neutra corresponde à situação econômica em que não existam distorções como esta, ou que não aconteça a dinâmica redistributiva de renda entre os agentes, de tal modo que a distribuição de renda seja compatível com o vetor da média das rendas reais (LOPES, 1976).

Ao considerar uma economia hipotética simplificada com apenas dois agentes econômicos (A e B) com as respectivas rendas reais (v_a e v_b) e uma estrutura de reajuste da renda nominal totalmente defasada, como a Figura 2 ilustra, temos que como a renda real do agente A estaria relativamente próxima do pico, e a do B em um limiar fronteiriço ao vale, um congelamento dos preços e das rendas no dia D provocaria distorções distributivas insustentáveis da renda real entre os agentes A e B.

O congelamento criaria descontentamento daquele cujo rendimento real estivesse abaixo da média, de modo que fosse obrigado a aumentar seus preços, defendendo, assim, a sua renda relativa. O objetivo do Choque Heterodoxo seria mitigar as consequências reais da adoção do congelamento, e logo da variação de preços nula, em uma economia com defasagem estrutural dos preços relativos. Nas palavras de Rozenwurcel (1986) “O objetivo do congelamento é oferecer um mecanismo de coordenação, inexistente no âmbito das decisões descentralizadas do mercado, a fim de quebrar a inércia inflacionária”(ROZENWURCEL, 1986, p. 51).

Figura 2 - Salário Real, Inflação e Congelamento no dia D



Fonte: Elaboração do autor com base em Lopes (1985).

A defasagem estrutural dos preços relativos pode ser ilustrada utilizando o aparato fornecido pela teoria dos jogos (ROZENWURCEL, 1986). Em uma espécie de dilema do prisioneiro sem iteração em que os agentes não teriam o incentivo de reduzir seus preços frente a um contexto inflacionário, realimentando a taxa de inflação presente com base nas variações de preços no passado.

Considerando um jogo com dois jogadores[8], em que o *pay off* é a utilidade proveniente da distribuição de renda entre os jogadores A e B (a soma da rendas da economia é igual à unidade), sendo que existem duas estratégias neste jogo: aumentar ou diminuir os preços.

Se ambos os jogadores optarem por diminuir o preço (D, D), a distribuição real da renda é 0,5 para cada um (último quadrante à direita). Mas em uma situação extrema, se algum jogador decidir aumentar o preço frente ao fato de o outro ter reduzido (D, A ou A, D), a renda se concentrará a favor daquele com preço maior.

O equilíbrio de Nash é a combinação de estratégia de ambos aumentarem seus preços (A, A) com distribuição de renda real idêntica à estratégia (D, D), porém com os valores nominais inflacionados (1, 1). A estratégia dominante dos agentes é sempre aumentar os preços considerando a inflação passada ou de acordo com um comportamento defensivo da renda real.

Tabela 1 - Matriz de Distribuição da Renda Nacional

Jogador B	Jogador A	
	Aumenta	Diminui
Aumenta	(1 ; 1)	(1 ; 0)
Diminui	(0 ; 1)	(0,5 ; 0,5)

8 Embora o próprio Lopes (1986) tenha feito referência a esta visão conforme a teoria dos jogos, Rozenwurcel (1986) também tenha se referido a isto, esta representação é uma ilustração nossa.

Fonte: Elaboração do autor com valores hipotéticos

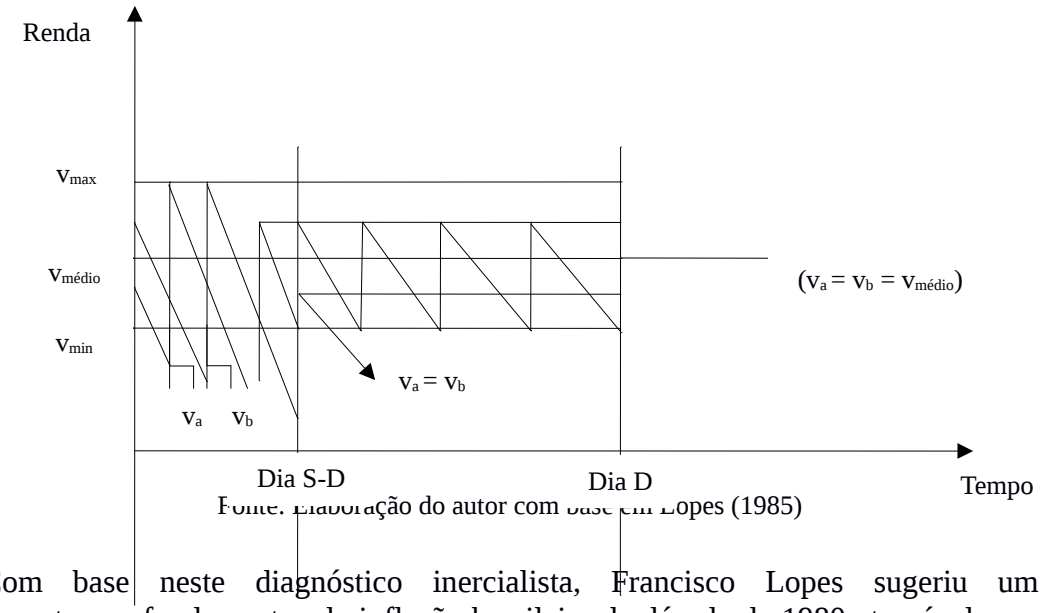
Tendo isto em mente, o objetivo do Choque Heterodoxo foi conduzir a estrutura de reajustes periódicos da economia à média das rendas reais dos agentes econômicos através do congelamento pleno dos preços, imperando o princípio da neutralidade distributiva após o fim da indexação.

Lopes (1985) sugeriu que as distorções de rendas causadas pelo congelamento de preços seriam suavizadas caso o governo adotasse medidas para ressincronizar os períodos de ajuste da renda nominal dos agentes (o que seria impossível para a renda da economia em sua totalidade, porém o autor defendeu que seria relevante pelo menos para os salários e preços administrados).

Conforme a ilustração da Figura 3, tal medida se reduziria à submissão do reajuste das rendas dos indivíduos A e B à mesma sincronização de reajuste no dia S-D, com redução do pico e do vale de renda real. A partir deste dia as rendas seriam reajustadas a mesma taxa e periodicidade.

Posto isto, o congelamento no dia D seria realizado pela média das rendas dos agentes A e B, ou seja, o Choque Heterodoxo estancaria o elemento central da tendência inflacionária apontado pela teoria inercial. A indexação, e, por conseguinte, a inflação se dissiparia.

Figura 3- Salário Real, Inflação e Congelamento no dia D-II



Fonte: Elaboração do autor com base em Lopes (1985)

Com base neste diagnóstico inercialista, Francisco Lopes sugeriu um estancamento aos fundamentos da inflação brasileira da década de 1980 através de um "tratamento de choque heterodoxo, com congelamento generalizado de preços, salários e outros rendimentos" (LOPES, 1984b, p. 116). O Choque Heterodoxo duraria dois anos e seria dividido em duas etapas. Sendo conduzido com políticas fiscal e monetária ativas.

O Choque Heterodoxo seria conduzido da seguinte maneira: na primeira parte (nos seis meses iniciais) haveria o congelamento total e temporário dos preços das empresas públicas e dos produtos industrializados pela CIP. Os salários sofreriam um reajuste mensal da ordem de 0,5%. Na segunda parte, os preços controlados pela CIP seriam reajustados em no máximo 1,5% ao mês.

A livre negociação salarial seria instituída. A política cambial promoveria a valorização do câmbio com vistas a administrar os preços nacionais cotados em dólar. As políticas fiscal e monetária se concentrariam na promoção do crescimento

econômico através da variável investimento público. Além disto, o Governo utilizaria uma política de subsídios para combater a distorção de preços dos setores afetados.

2- O Controle Administrativo dos Preços e Rendas de Bresser-Pereira e Nakano

O trabalho de Bresser-Pereira e Nakano (1984) "Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação" expôs a ideia acerca da inflação das economias capitalistas do último quartel do século XX.

A proposta dos autores para acabar com a inflação teve o intuito de desindexar a economia brasileira através da estratégia de congelamentos dos preços, sendo apresentada no trabalho "Política Administrativa de Controle da Inflação" de 1984.

Para Bresser-Pereira e Nakano (1984) a inflação é resultado do conflito distributivo entre os agentes econômicos acerca da manutenção, ou do aumento do nível real de renda relativo.

Os autores partem de duas hipóteses, i- os trabalhadores, empresários e rentistas possuem mecanismos pelos quais podem defender a sua parcela da renda real relativa, a indexação formal e informal, ii- os agentes são resistentes às políticas econômicas recessivas, exigindo taxas satisfatórias de crescimento econômico.

Os fatores aceleradores da inflação decorrem do aumento relativo da renda dos trabalhadores ou capitalistas, isto é, dos aumentos salariais, das margens de lucros, desvalorização do câmbio real e dos insumos importados acima da variação da produtividade, ou do nível geral de preços. Aceleração a qual, segundo os autores, poderia ter sido causada de acordo com as seguintes situações:

1- Inflação keynesiana: demanda maior que oferta agregada com esgotamento da capacidade ociosa ou pleno emprego.
2- Inflação estrutural: estrangulamentos setoriais na oferta.
3- Inflação administrada: aumento autônomo das margens de lucro ou dos salários reais devido à estrutura de mercado oligopolizada e do poder dos sindicatos.
4- Redução da produtividade da economia.

No caso da inflação keynesiana, não existe uma defasagem temporal dos reajustes relativos da renda porque o nível geral de preços da economia aumentaria como um todo, não se caracterizando, portanto, como um conflito distributivo. Caso este que é diferente da inflação estrutural e da administrada, por que o aumento de preços relativos setoriais seria propagado para a economia em razão do conflito distributivo.

O aumento autônomo dos preços em relação à demanda agregada, no caso da inflação administrada, dependeria da existência de uma estrutura de mercado oligopolizada ou monopolizada e do poder de determinação dos salários pelos sindicatos. A microfundamentação da ascensão inflacionária, em um contexto de desaceleração cíclica com desemprego e capacidade ociosa, pode ser vista nesta citação:

> Para manter a taxa de lucro (lucro sobre capital), as empresas do setor oligopolista tenderão a aumentar suas margens de lucro nos períodos de recessão. Dessa forma, a queda nas vendas é compensada pelos aumentos da margem, buscando-se manter o volume de lucro e a taxa de lucro. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 1984, p. 09).

Utilizando as categorias lucros e salário, o conflito distributivo se dá entre empresários e trabalhadores. No entanto, em economias industriais integradas, as variações da margem de lucro acima da produtividade de determinado setor ou a elevação dos preços devido aos estrangulamentos setoriais na oferta de matérias primas ou bens intermediários implicam em maiores custos para as outras empresas da cadeia

de valor, que são obrigadas a aumentar seus preços para manter a margem de lucro constante.

Nota-se, assim, que os salários e os preços das matérias primas, ou dos bens intermediários, são as vinculações fundamentais da propagação inflacionária. Entretanto, o conflito distributivo não se limita ao plano trabalhador e empresário, mas à economia como um todo, englobando todas as possibilidades de conflito entre os agentes econômicos.

Os autores ressaltam que existem mecanismos mantenedores, perpetuadores autônomos do processo inflacionário ensejados pelos fatores aceleradores, isto é, a indexação formal e informal, o que é consequência da tentativa de os agentes econômicos manterem a renda real relativa constante ou resultado do conflito distributivo, tal que:

> O fator mantenedor do patamar de inflação por excelência é o conflito distributivo, ou seja, o fato de que as diversas empresas e sindicatos dispõem de instrumentos econômicos e políticos para manter sua participação relativa na renda. Dado que, em um determinado patamar de inflação, os preços das diversas mercadorias e da força de trabalho tendem a variar com defasagens entre si, e porque os preços de uns são custos dos outros, os aumentos subsequentes de preços mercadorias e salários tenderão a ocorrer quase automaticamente. Dessa forma, cada empresa e cada trabalhador ou grupo de trabalhadores estará repassando seu aumento de custos para seus preços (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 1984, p. 10).

À medida que a correção monetária das margens de lucro e salários nominais fosse maior que a inflação corrente, a indexação passaria a atuar como um mecanismo de aceleração inflacionária. Quer dizer, os fatores mantenedores refletem o conflito distributivo, ao passo que mantém a parcela relativa da renda constante. Entretanto, a partir do instante em que alguns agentes econômicos, insatisfeitos com a parcela de renda real destinada desejam aumentá-la agressivamente, a indexação, ou o conflito distributivo, atua como um fator acelerador.

Uma expansão autônoma da margem de lucros ou dos salários, em uma economia plenamente indexada, engendra uma espiral inflacionária com efeito multiplicador dos preços, proporcional àquela variação, ou igual à unidade, mantendo um novo patamar de inflação da economia, com a distribuição de renda original. Dinâmica a qual não ocorre em economias com indexação parcial, pois o multiplicador dos preços seria menor que um, de maneira que os agentes econômicos não conseguiriam manter a sua renda real relativa.

O fator sancionador da inflação é a expansão da oferta monetária. Embora Bresser- Pereira e Nakano (1984) admitam a existência de expressiva correlação entre a expansão monetária e a ascensão inflacionária, os autores questionam o sentido da causalidade da equação fundamental de trocas, base do monetarismo. Bresser- Pereira e Nakano (1984) advogam que não é a expansão monetária acima da taxa de crescimento do produto nominal que gera a inflação, mas sim que a variação do nível geral de preços da economia determina a expansão monetária. Nestes termos, a moeda é tratada de forma endógena.

Uma expansão monetária só gera inflação a partir do instante em que a economia se encontra em pleno emprego e a demanda efetiva ultrapasse de fato a oferta agregada. Dinâmica esta que induzida pela variável “investimento”, em resposta à redução da taxa de juros (caso da inflação keynesiana). No entanto, se as características estruturais desta expansão da oferta de moeda surgissem na situação em que apenas alguns setores

produtivos estivessem próximos do pleno emprego, haveria uma espiral inflacionária através do conflito distributivo entre os agentes (inflação estrutural).

Em uma economia com aceleração inflacionária persistente e crônica, a expansão monetária e o déficit público não são as causas primárias da inflação, mas as consequências. Pois, dada a assunção de que os agentes econômicos são resistentes às políticas econômicas recessivas, o processo inflacionário tende a reduzir a quantidade real de moeda, conduzindo a economia à crise de liquidez, consequentemente à desaceleração e, logo, à recessão.

A situação descrita levaria o sistema financeiro a recompor o nível monetário nominal anterior, expandindo a oferta monetária. Estes argumentos são essenciais para entender a endogeneidade da moeda e do déficit público para Bresser-Pereira e Nakano (1984). Além do mais, indo de acordo com o exposto, os autores acreditam que as contas públicas deficitárias sancionariam a inflação vigente por meio da expansão monetária.

Analogamente, o déficit público, na forma de aumento dos gastos ou de redução dos impostos, se torna uma fonte de inflação apenas se sobrepujar a demanda efetiva em relação à oferta agregada de pleno emprego.

A taxa de variação dos preços pode ser determinada da seguinte maneira:

$$p = \alpha(w - q) + (1 - \alpha)(z + x) + m \qquad (1)$$

em que, em logaritmo, w é o salário e q a produtividade, resultado do progresso tecnológico, m a margem de lucro (lucro dividido pelo custo direto, salários), z o preço das matérias primas importadas em moeda nacional, x quantidade de matéria prima importada por unidade de produto, α e $(1-\alpha)$ proporção dos preços relativos ao custo do fator de produção trabalho e as matérias primas importadas.

A política econômica anti-inflacionária elaborada pelos autores sugere que a queda do patamar inflacionário aconteceria por meio da redução das variações dos elementos da equação um, sem, no entanto, se concentrar exclusivamente na taxa de variação salarial, como insinua o *trade off* da curva de Phillips, devendo-se considerar, portanto, o fato que de as margens de lucro não são fixas.

> A exclusão de margens de lucro não faz qualquer sentido, especialmente quando consideramos que no capitalismo oligopolista e estatizado as empresas tem ampla possibilidade de manipular suas margens. (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 1984b, p. 107)

Bresser-Pereira e Nakano (1984b), ao descreverem o mecanismo de *trade off* da curva de Phillips, criticaram as políticas anti-inflacionárias que utilizaram a indexação parcial dos salários como um mecanismo de redução do patamar inflacionário, juntamente com políticas econômicas baseadas na contração da demanda agregada que enfatizaram o componente expectacional da inflação.

Para Bresser-Pereira e Nakano (1984b) as empresas oligopolistas controlam as margens de lucro de acordo com a fase do ciclo econômico, conduzindo a economia a um cenário em que o desemprego, a capacidade ociosa e a inflação administrada aconteceriam concomitantemente, ocasionando a concentração da renda real a favor das empresas oligopolistas, isto é:

> Nada impediria que neste modelo fosse também estabelecida uma relação direta entre variação na taxa de inflação, p, e a variação nas margens de lucro, m. Torna-se difícil, entretanto, estabelecer esta relação já que as margens de lucro, ao contrário do desemprego, não estão relacionadas necessariamente com a demanda agregada. Em princípio é de se esperar que, reduzindo-se a

> demanda agregada, as empresas reduzam suas margens de lucro, da mesma forma que os trabalhadores reduzam seus salários. Mas é sabido que as empresas oligopolistas tendem a fazer o inverso. (BRESSER PEREIRA e NAKANO, 1984b, p. 109).

A política econômica anti-inflacionária aventada foi denominada como Política Administrativa de Preços e Rendas, cujo objetivo era diminuir a inflação sem agravar a recessão da economia brasileira, ou causar efeitos perversos em termos de renda real aos trabalhadores e empresas de setores competitivos, em outras palavras, sem gerar desequilíbrios distributivos.

Em um primeiro instante a economia seria estimulada através de política monetária expansionista, reduzindo a taxa de juros e aumentando o investimento. O efeito anti-inflacionário adviria da redução do custo de pagamento dos juros das empresas e do aumento das vendas das unidades oligopolistas, o que lhes propiciaria encolher as margens de lucro sem interferir na taxa de lucro corrente. A operacionalização da política pode ser compreendida conforme os autores:

> Para operacionalizar essa estratégia os instrumentos fundamentais são os controles administrativos de preços e a desindexação planejada da economia. Concomitantemente será necessário reduzir gradualmente o déficit público real e o aumento da quantidade de moeda, de forma que toda a economia se ajuste a patamares de inflação progressivamente mais baixos. (BRESSER PEREIRA; NAKANO, 1984b, p. 115).

De acordo com o diagnóstico da inflação administrada ou autônoma, o controle dos preços e das rendas tangenciaria aqueles praticados pelos setores oligopolistas, procurando criar um resultado caso o mercado fosse competitivo. A etapa procedente seria a redução da emissão monetária e do déficit público real à medida que a inflação diminua.

No modelo de inflação de Bresser-Pereira e Nakano (1984b) isto significaria reduzir a inflação através do congelamento da variável aceleradora (a margem de lucro das empresas oligopolistas) e, por conseguinte, dos fatores sancionadores da inflação. Contudo, os autores ressaltam que uma política anti-inflacionária adequada deveria se importar com o fator mantenedor da inflação:

> (...) o caráter formal ou informalmente indexado da economia, ou, em outras palavras, a capacidade que os agentes econômicos têm de repassar aumentos de custos para preços independentemente de existência de pressão de demanda. (BRESSER PEREIRA e NAKANO, 1984b, p. 117).

A desindexação planejada e gradual da economia, de todos os setores oligopolistas, competitivos e ativos financeiros, conforme defendem os autores, deveria contemplar parcialmente a inflação passada, $\acute{p}$, e uma projeção declinante de inflação futura, $\acute{p}_f$, considerando as variações da produtividade setorial[9], de modo a manter o preço real médio constante.

Na prática, devido à dificuldade de controlar os preços do grande número de empresas competitivas e que os mecanismos de mercados abarcam "(...) basta controlar os preços – e portanto as margens de lucro – das empresas oligopolistas e de alguns produtos essenciais." (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 1984b, p. 120). A

---

9 Os autores propõem $P_{t+1}=P_t\left(1+0{,}5\,\acute{p}+0{,}5\,\acute{p}_f\right)$, devendo ser modificada em função da presença da variável produtividade, a qual segundo os autores é um vetor mais relacionado com a situação de longo prazo que a de curto prazo.

desindexação da economia corresponderia à indexação da economia, do controle administrativo de preços, com base na previsão de inflação futura declinante.

3- A Proposta Larida: A Moeda Indexada

O artigo de Arida e Lara-Resende (1985)[10]"*Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil*", exposto na conferência *Inflation and Indexation* do *Institute of International Economics* em Dezembro de 1984[11], apresentou uma proposta de reforma monetária, a Moeda Indexada, batizada de Larida[12] por Rudiger Dornbusch.

Conforme os próprios autores, a sustentação teórica da característica inercial do processo inflacionário da proposta pode ser identificada nos trabalhos de Lara-Resende (1979), Bacha e Lopes (1979), Arida (1982), Lopes e Modiano (1982), Lopes (1983), Arida e Lara-Resende (1985).

Da mesma maneira que Francisco Lopes, Bresser-Pereira e Nakano, Arida e Lara-Resende (1985) refutaram o diagnóstico inflacionário monetarista para a inflação brasileira da década de 1980, ou os argumentos de que a rigidez nominal seria resultado da inadequação das políticas fiscais e monetárias, e que consequentemente apenas um choque ortodoxo com forte redução da base monetária através de política fiscal e monetária restritivas estancaria a inflação brasileira.

Os autores não descartaram que as políticas econômicas ortodoxas diminuiriam a inflação comum, desconsiderando, contudo, a eficácia destes mecanismos para combater a inflação crônica da economia brasileira com características peculiares, inerciais.

O artigo "Incompatibilidade Distributiva e Inflação Estrutural" de Lara-Resende (1979) apresentou um modelo analítico para explicar o processo inflacionário a partir da concepção de que a inflação é resultado de um impasse social, do conflito distributivo simplificado em um setor industrial oligopolista e os sindicatos.

O impasse social ocorreria no âmbito da repartição social do produto real nacional. Caso a soma das parcelas relativas da renda real desejada pelos agentes econômicos fosse maior que a possibilidade concreta, existiria um hiato de incompatibilidade *ex ante* da soma das rendas, conforme se identifica nesta citação:

> (...) maiores taxas de crescimento industrial implicam em maior markup e, portanto, maior parcela de renda para o capital industrial. Por outro lado, sindicatos ativos, em luta por melhores salários, exigem uma parcela salarial que é incompatível com as exigências do capital industrial a estas taxas de crescimento. Está assim caracterizado o impasse que é resolvido através do uso feito pelo setor industrial oligopolizado do seu poder de fixação de preços. O resultado é um piso inflacionário proporcional ao hiato de incompatibilidade. (LARA-RESENDE, 1979, p. 24).

---

10 O trabalho de Arida e Lara-Resende (1985) pode ser considerado uma síntese das pesquisas individuais dos autores presentes em Lara-Resende (1984a, 1984b) e Arida (1984).

11 Em uma fiel perspectiva cronológica devem-se levar em conta as publicações de Lara-Resende (1984) do artigo "A Moeda Indexada: Uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial" publicado na Gazeta Mercantil de 26, 27 e 28 de Setembro de 1984 e de Arida (1984b) "Neutralizar a Inflação, Uma Ideia Promissora" publicado no Boletim do Conselho Regional de Economia de Setembro de 1984.

12 Esta denominação é uma síntese dos sobrenomes dos autores André Lara-Resende e Pérsio Arida.

A determinação do salário nominal estabelece a parcela relativa da renda nominal dos trabalhadores e a das empresas oligopolistas. O setor industrial oligopolista ao manter o *markup* em relação aos custos, repassa as variações salariais para os preços das mercadorias, reduzindo o salário real através dos aumentos do nível geral de preços. O sistema econômico absorve a incompatibilidade distributiva *ex ante*, ou o hiato de incompatibilidade, através do aumento generalizado de preço em uma situação *ex post*.

Lara-Resende (1979) sugere que a dinâmica desta transferência de renda real entre os agentes pode ser identificada por meio da indexação salarial discreta com periodicidade fixa, que conduz a renda real dos trabalhadores à desvalorização permanente conforme a taxa de inflação vigente ou a um salário real menor que o compatível com a situação *ex post*. O pico salarial é recomposto ao término do período de reajuste com base na inflação passada, mas o salário real médio continuaria menor que o da situação *ex post*:

> A inflação permite tornar compatíveis ex post demandas que são incompatíveis ex ante. Isto é possível porque o esquema de reajustes discretos dos salários não é capaz de isolar os salários reais dos efeitos da inflação. Em cada período, os salários reais sofrem a erosão causada pela alta de preços. O salário real pode ser trazido de volta ao seu nível almejado, ou negociado, ao final de cada período, mas o salário real médio será inferior ao almejado. (LARA-RESENDE, 1979, p. 09).

Lara-Resende (1984b) admite que a causa primária da inflação é o conflito distributivo, mas que "Se não forem adequadamente formuladas as razões do conflito distributivo, afirmar que a inflação decorre de demandas sobre a renda superior ao todo é uma observação meramente tautológica" (LARA-RESENDE, 1984a, p. 08).

A proposta Larida não visava solucionar a incompatibilidade distributiva, ou modificar a estrutura social e política da economia brasileira. O objetivo da Moeda Indexada era desindexar a economia, superando o impasse social que o processo inflacionário significava, e logo eliminar a inflação inercial por definição. "(...) a reforma da moeda indexada não tem pretensões de resolver todos os problemas fundamentais do país" (LARA-RESENDE, 1984a, p. 09). O trecho abaixo sistematiza este argumento:

> Finalmente, é importante notar que a percepção do processo inflacionário como consequência de uma incompatibilidade distributiva não nos permite apontas os sindicatos ou os oligopólios como causadores da inflação. Em particular, deve-se rejeitar a visão parcial e distorcida a qual a inflação deve ser atribuída às pressões sindicalizada dos trabalhadores. Oligopólios e sindicatos são ambos violações do mundo da concorrência perfeita que dão ao processo inflacionário um caráter político. O controle da inflação está, portanto, associado à superação do impasse social que ela reflete. (LARA-RESENDE, 1979, p. 25)

Na taxonomia de Arida e Lara-Resende (1985), a inflação reduzida, de um dígito, passa a apresentar características inerciais, isto é, de inflação crônica com dois ou três dígitos, a partir do instante em que os agentes econômicos indexam os seus contratos com alguma defasagem (considerando a inflação passada), objetivando a recomposição do valor real, passado um intervalo de tempo fixo (ver Figura 1).

Os autores argumentam que a perfeita indexação se reproduz naturalmente nas hiperinflações através da redução da periodicidade dos reajustes contratuais. Nesta lógica de plena indexação da economia durante um processo hiperinflacionário, dois aspectos inter-relacionados são de grande importância na manutenção do nível da renda real dos agentes; i- o intervalo de reajuste e ii- a taxa de inflação. Quanto maior a

aceleração da variação do nível dos preços, menor a memória inflacionária do sistema econômico, o que realimenta a taxa de inflação.

> A relação entre uma inflação crescente (que reduz o valor real dos contratos) e períodos de indexação mais curtos (que aumentam o valor real dos contratos) é crucial para a experiência brasileira. Ela mostra que a indexação é uma resposta natural dos agentes nos processos de inflação inercial. A espontaneidade da indexação como resposta é até certo ponto encoberta pela disposição legal quanto à indexação no Brasil através da ORTN. (ARIDA; LARA-RESENDE, 1985, p. 19).

A defasagem da taxa de inflação utilizada nos reajustes contratuais é o que os autores denominaram como a memória inflacionária do sistema econômico, "(...) é o período de indexação que comanda a memória do sistema econômico" (ARIDA; LARA-RESENDE, 1985, p.18).

A essência da inflação da teoria inercialista de André Lara-Resende e Pérsio Arida é a reprodução da taxa de inflação pretérita através da indexação contratual, resultado da ação defensiva por parte dos agentes em relação à manutenção da participação relativa da respectiva renda real em relação à renda nacional.

O objetivo fundamental da reforma monetária presente na Moeda Indexada era atuar sob o principal parâmetro da inflação inercial, a memória inflacionária do sistema econômico, de modo a anulá-la, como acontece espontaneamente nas economias hiperinflacionadas. Isto aconteceria por meio da indexação integral da economia brasileira através da criação de uma moeda totalmente indexada com base na ORTN, o Novo Cruzado. Os autores ressaltam que tal efeito sob a memória inflacionária poderia ser lograda sem conduzir a economia ao estágio de hiperinflação:

> Uma reforma monetária separa o efeito desejado – qual seja, a redução do período de indexação – de sua causa espontânea, a saber, a aceleração da inflação.A reforma monetária encolhe a memória do sistema econômico na ausência de uma hiperinflação. (ARIDA e LARA-RESENDE, 1985, p. 19).

Os autores apontam a necessidade de alguns pressupostos para a consecução da reforma monetária contidos na Moeda Indexada, que deveriam estar de acordo com a ideia de que a inflação brasileira fosse por definição inercial, isto é:

1- O déficit operacional do setor público seria nulo ou próximo a isto, e a política monetária restritiva.
2- Ausências de choque de oferta. Os principais preços relativos (câmbio, salários e preços agrícolas) não estão defasados.
3- A inflação brasileira é inercial, determinada pela memória inflacionária passada ou pela indexação contratual.

A formulação básica da reforma monetária seria simples. A moeda da economia brasileira deixaria de ser o Cruzeiro, sendo substituída pelo Novo Cruzeiro em data pré-anunciada, além de integralmente indexada à ORTN com paridade fixa.

Em um primeiro momento, os reajustes da ORTN seriam realizados de acordo com a inflação do Cruzeiro, o que determinaria, por sua vez, a equivalência entre o Cruzeiro e o Novo Cruzeiro. A conversão deveria ser feita livremente, considerando a equivalência diária entre as moedas. Os autores indicam que esta medida seria importante para que não gerasse inflação na nova moeda por meio do aumento da velocidade de circulação. Os salários, aluguéis e contratos seriam reajustados em Novo Cruzado, conjecturando a inflação média dos seis meses pretéritos.

A partir da emissão da nova moeda indexada, os depósitos à vista e à prazo, as transações do Banco Central, a poupança e os empréstimos seriam transacionados em

Novo Cruzeiro. Os contratos que consideravam a ORTN como unidade de conta seriam transformados em Novo Cruzeiro, assim como os preços administrados pelo governo. O câmbio em Novo Cruzeiro seria mantido à taxa real anterior à reforma.

À medida que o Novo Cruzeiro fosse largamente utilizado na economia brasileira, não haveria a necessidade de calcular a desvalorização do Cruzado, restando a opção de desvalorização *ad infinitum* em relação à nova moeda. A reforma monetária preconizada, portanto, introduziria uma nova moeda, num contexto de memória inflacionária da economia nula, e, por conseguinte, a inflação inercial não existiria.

4- A Teoria Inercialista em uma Perspectiva Comparada

No escopo teórico da inflação inercial é possível identificar uma divisão entre as especificidades da compreensão do objeto de estudo e a correspondente sugestão de política econômica anti-inflacionária. Procuraremos discutir e argumentar sobre o que pode ser considerado específico a cada versão do inercialismo nesta sessão.

Para Francisco Lopes qualquer economia nacional exposta à inflação crônica desenvolve mecanismos econômicos de tal maneira a existir um processo inflacionário inercial. Na ausência de choques nos preços relativos, a taxa de variação de preços segue uma tendência, um movimento de inércia determinado pela inflação passada. Isto advém do comportamento defensivo dos agentes econômicos na formação de seus preços através da recomposição do pico da renda real com base na inflação acumulada.

O movimento inercial da inflação reproduz as taxas pretéritas de variação de preços da economia à medida que os agentes defendem a respectiva parcela da renda no produto real. O conflito distributivo gera um vetor de equilíbrio da inflação ao redor da média das rendas reais. Choques ou as alterações dos preços relativos alteram o patamar inflacionário da economia, com uma situação de aceleração das taxas de variação dos preços.

Já no propósito inercialista de Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, a inflação é o resultado do conflito distributivo entre os agentes econômicos da economia capitalista, mais especificamente da manutenção (fatores mantenedores) ou do aumento do nível real de renda relativo (fatores aceleradores).

O movimento inercial da taxa de variação dos preços é explicado pelos fatores mantenedores da inflação. A indexação formal e a informal da economia permite que os agentes mantenham as respectivas rendas relativas reais constantes ao passo que a indexação considere exatamente a inflação passada.

A tendência inercial reprodutora das taxas de inflação pretérita se modifica para uma situação de aceleração inflacionária a partir do instante em que os agentes, insatisfeitos com a devida parcela relativa da renda real, indexam os seus preços acima da taxa de inflação passada. Os agentes que possuem a possibilidade de agir desta maneira pertencem a estruturas de mercado imperfeitas (oligopólios e os sindicatos).

Os autores argumentam que a margem de lucro das empresas oligopolistas respeita um padrão cíclico. Em um contexto de recessão econômica, a redução das receitas oriundas das vendas é compensada pelo aumento da margem de lucro, o que mantém o volume e a taxa de lucro.

As variações da margem de lucro maiores que a as da produtividade de um setor específico aumentam os custos para as outras empresas da cadeia produtiva, as quais são obrigadas a repassá-los aos preços para manter a margem de lucro. Os salários, as matérias primas e os bens intermediários são, portanto, as vinculações fundamentais da propagação inflacionária ao se considerar o conflito distributivo da economia como um todo.

Bresser-Pereira e Nakano (1984) inverteram a lógica da equação fundamental de trocas de trocas de modo que não é a expansão monetária em taxas acima do crescimento do produto nominal que geraria a inflação. Tal dinâmica ocorreria apenas em uma economia de pleno emprego, na qual a redução da taxa de juros aumentaria o investimento e, logo, a demanda agregada acima daquele ponto, criando uma situação de inflação de demanda. A outra situação engloba apenas o impacto da redução da taxa de juros em setores que se encontram em pleno emprego, caracterizando a como uma inflação estrutural.

O déficit público e a expansão monetária guardam um caráter endógeno em relação à variação geral de preços, porque, assumindo a hipótese que os agentes econômicos exigem taxas de crescimento do produto satisfatórias, o aumento da inflação reduz a quantidade real de moeda, gerando uma crise de liquidez o que obriga o sistema financeiro a aumentar a quantidade de moeda, logo a variável monetária acompanha as variações da taxa de inflação.

Na teoria inercialista de André Lara-Resende e Pérsio Arida a inflação é a consequência de um impasse social presente no conflito distributivo entre um setor industrial oligopolista e os sindicatos em torno da repartição social do produto real da economia. O hiato de incompatibilidade *ex ante* da soma das rendas desejadas pelos agentes seria solucionado pelo mecanismo inflacionário, que permitiria a compatibilidade *ex post* da distribuição da renda real.

A indexação, e a consequente reprodução da inflação passada, permite certo grau de flexibilidade ao sistema econômico à medida que a distribuição da renda real se torna compatível com a média das rendas. Contudo, André Lara-Resende e Pérsio Arida descartaram a ideia de que as estruturas de mercado imperfeitas são a causa da inflação.

As três estratégias de controle inflacionário estavam relacionadas com a desindexação plena da economia, com base em um novo *status quo* econômico no qual a nova distribuição de renda fosse idêntica à da velha economia inflacionada. Imperando a necessidade da neutralidade distributiva no combate à inflação.

Nesta lógica, o *modus operandi* da política econômica difere essencialmente entre as três propostas. Há um alinhamento entre Francisco Lopes e Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano em torno da necessidade de um Choque Heterodoxo, ou de um congelamento de preços. Ao passo que André Lara-Resende e Pérsio Arida defenderam uma reforma monetária para eliminar a indexação, a Moeda Indexada.

O objetivo do Choque Heterodoxo era ressincronizar a estrutura de reajuste dos preços indexados, visando a desindexação plena da economia brasileira. Sendo que isto seria atingido através do congelamento de preços, conduzindo a distribuição da renda entre os agentes à própria média real, ou seja, com neutralidade distributiva em relação à economia inflacionada. Do contrário, os agentes descontentes elevariam seus preços para aumentar a parcela da renda relativa, criando uma espiral inflacionária.

A Política Administrativa de Preços e Rendas agiria sob os fatores básicos relacionados à taxa de inflação. Em um primeiro instante, a política monetária seria utilizada para estimular os investimentos, diminuindo a inflação através da redução dos custos (juros) e do aumento das vendas e a consequente retração da margem de lucros (sem interferir na taxa de lucro).

O controle de preços seria implantado nos setores oligopolistas da economia, atingindo o fator acelerador da inflação (a margem de lucro destas empresas). À medida que a inflação diminuísse, o governo deveria reduzir a emissão monetária e o déficit público (o fator sancionador). A desindexação seria atingida pela indexação da economia, considerando uma taxa de inflação futura declinante, eliminando desta maneira a atuação dos fatores mantenedores.

A Moeda Indexada não tinha por objetivo redefinir a distribuição de renda, mas atuar para superar o impasse social que a indexação significava. As experiências históricas das hiperinflações indicaram que os agentes reduziam a periodicidade dos reajustes contratuais procurando a plena indexação de seus rendimentos. Este foi o elemento que conduziu o desaparecimento abrupto das hiperinflações. André Lara-Resende e Pérsio Arida incorporam isto na Moeda Indexada, ao tentar reproduzir o efeito desejado das hiperinflações (zerar a memória inflacionária) para eliminar a inflação inercial[13].

A explicação dos economistas inercialistas para a inflação brasileira da década de 1980 fora notadamente pautada na ideia de que a inércia inflacionária é resultado da tentativa de os agentes manterem a respectiva parcela de renda real constante, ou seja, a reprodução das taxas de variação de preços no passado advém do conflito distributivo acerca do produto nacional.

Não obstante, embora os três corpos teóricos inercialistas possuam elementos em comum, o que torna as conclusões parecidas. Rigorosamente, não podemos estabelecer que as teorias inercialistas sejam de fato homogêneas ao ponto de permitir referir às mesmas como uma unidade teórica.

Existem variantes analíticas nas versões desenvolvidas anteriormente, que ao serem consideradas mostram necessariamente que as teorias inercialistas são diferentes e não considerar este fato pode erroneamente levar à conclusão de que o inercialismo é um corpo teórico homogêneo. A seguir há uma tentativa de sistematização destes elementos teóricos.

1- Ruptura com a ortodoxia e a concepção monetária

Os economistas inercialistas da PUC-RJ não romperam com o *mainstream* da ciência econômica. Não existem evidências teóricas nos trabalhos de Francisco Lopes, André Lara-Resende e Pérsio Arida que sustente a refutação da teoria quantitativa da moeda[14]. O argumento dos autores era que as teorias macroeconômicas baseadas no *trade-off* entre taxa de desemprego e inflação e nas expectativas racionais não forneciam

---

13 Houve um debate público entre os economistas da PUC-RJ quanto às políticas de estabilização subjacentes, com críticas explícitas. Arida e Lara-Resende (1985) admitiam que o diagnóstico de Lopes (1985) estava correto, contudo, reconheciam que o congelamento de preços proposto pelo Choque Heterodoxo era uma estratégia de estabilização equivocada. A crítica fora pautadas no argumento que em uma economia com aceleração inflacionária, os preços relativos se tornam extremamente voláteis, o Choque Heterodoxo ao congelar os preços estancaria a inflação com desequilíbrio distributivo dado o quadro de defasagem dos reajustes. Isto seria o suficiente para que houvesse pressões para liberar o congelamento de preços e, logo, reajustar os preços relativos implicando em uma trajetória explosiva da taxa de inflação. Pelo outro lado, Lopes (1985) alertava que a Moeda Indexada era uma proposta muito perigosa para a economia brasileira, pois a reprodução da hiperinflação era bastante arriscada. A conversão das rendas da moeda velha para a nova em direção ao vetor de distribuição de renda média esbarraria na resistência política por parte da sociedade, uma vez que os salários seriam recompostos na média, mas os preços no valor de pico. Como os trabalhadores seriam prejudicados, haveria pressões para aumentar os salários na moeda nova gerando um ciclo inflacionário.

14 Nesta perspectiva de diferenciação entre ortodoxia e heterodoxia Amado (2000) e Mollo (1995) pautam seus argumentos entre as diferentes concepções de moeda na ciência econômica. Segundo as autoras, os economistas ortodoxos pensam na moeda como neutra, determinada exogenamente pelo banco central. Os economistas heterodoxos tratam a moeda como endógena às atividades do sistema econômico.

base analítica para compreender a real situação da economia brasileira da década de 1980. Esta seria uma situação excepcional.

Ao contrário de Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano, que romperam com tal axioma básico da teoria *mainstream*. Os economistas da FGV-SP inverteram a lógica da teoria quantitativa da moeda, isto é, a taxa de inflação do sistema econômico determina a expansão do estoque monetário, não o contrário. Assim, a moeda é considerada endógena no processo inflacionário, ao contrário do que propõe a macroeconomia monetarista.

2- Conflito distributivo

Tanto o inercialismo na versão dos autores da PUC-RJ quanto o da FGV-SP possuem o conflito distributivo como substrato analítico[15]. Todavia, enquanto o argumento do primeiro grupo de economistas se constitui a nível microeconômico porque os agentes consideram a inflação passada ao reajustar seus preços e manter a distribuição de renda real da economia, sem perder, portanto, renda para outros setores. Sendo isto uma característica que os agentes incorporam naturalmente em uma situação de inflação crônica.

Já os economistas da FGV-SP advogam que o conflito distributivo é uma característica histórico-estrutural da economia capitalista. A formação de oligopólios nas economias modernas implica na ideia de inflação administrada destes autores. É o poder de mercado destes setores que gera a capacidade de aumentar os preços em um período de recessão para manter a taxa de lucro, o que gera o vetor de inércia inflacionária.

Em suma, ambos os grupos de economistas utilizam a ideia de conflito distributivo na estrutura analítica. Mas Luis Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano utilizam-na além da ideia de um processo inflacionário neutro.

3- Plano de estabilização e o imperativo de Neutralidade distributiva

As três propostas para estabilizar a economia brasileira na década de 1980 compreendiam a necessidade de manter o *status quo* da distribuição da renda real da economia inflacionada pós-estabilização. Entretanto, os diferentes diagnósticos definiram necessariamente as características dos planos de estabilização.

A ênfase de Francisco Lopes na dessincronização da estrutura de indexação (e o consequente equilíbrio inflacionário ao redor da distribuição de renda real) está intimamente relacionada com a estratégia de congelar os preços no dia D, e a partir desta data conduzir a economia à média da renda real dos agentes porque assim os agentes não teriam incentivos para reajustar seus preços.

O controle administrativo de preços e renda, por sua vez, é justificado pelo diagnóstico de inflação administrada, através da qual os setores oligopolistas manteriam a taxa de lucro. Por isto controlar a margem de lucro dos mesmos seria fundamental.

Já a percepção de que os processos inflacionários são caracterizados pela redução da memória inflacionária à medida que o sistema econômico se aproxime da situação extrema de hiperinflação conduziu André Lara-Resende e Pérsio Arida a propor uma

---

15 A percepção de um processo inflacionário baseado no conflito distributivo não é nova na literatura. Nesta linha, Aujac (1954) é um dos pioneiros no estruturalismo francês, Furtado (2009), Sunkel (1958) e Noyola (1956) são os representantes do estruturalismo latino-americano. Refutando as ideias estruturalistas, Rangel (1963) fornece uma interpretação original e sem precedentes na literatura fundamentada no conflito distributivo.

reforma monetária com a finalidade de desindexar a economia brasileira provocando uma hiperinflação controlada.

Do ponto de vista da história do pensamento econômico, argumenta-se que as diferenças analíticas quanto à inércia inflacionária se devem à constituição teórica das ideias inercialistas. Quer dizer, para compreender as características das teorias da inflação inercial deve-se procurar construir a história do pensamento econômico por trás das formulações dos economistas inercialistas. Entender o inercialismo e as propostas para estabilizar a economia brasileira da década de 1980 exige, portanto, um exercício de reconstrução destas teorias.

5- Considerações Finais

O objetivo deste paper foi investigar as teorias da inflação inercial representadas pelas versões de 1- Francisco Lopes, 2- Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano e 3- André Lara-Resende e Pérsio Arida em uma perspectiva comparada, enfatizando os elementos teóricos presentes em cada uma e como isto se materializou nos planos de estabilização. Notou-se que as especificidades teóricas de cada versão estabelecem que, com rigor, não é possível identificar uma unidade teórica inercialista.

Embora em uma visão generalista (portanto, sem rigor) as três versões inercialistas sejam parecidas, detectamos elementos teóricos que as diferenciam substancialmente em três vertentes: 1- *ruptura com a ortodoxia e a concepção monetária*, 2- *conflito distributivo* e 3- *plano de estabilização e o imperativo de neutralidade distributiva*.

Apesar disso este trabalho não esgotou as frentes de pesquisa na história do pensamento econômico em relação à história do pensamento inercialista. Pelo contrário, argumenta-se que há necessidade de reconstruir as ideias dos autores aqui discutidos para compreender melhor tanto os aspectos teóricos quanto na constituição das propostas de estabilização econômica da economia brasileira.

Referências Bibliográficas

AMADO, A. M. Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não-neutralidade da moeda. **Ensaios FEE**, v. 21, n. 1, p. 44–81, 2000.

ARIDA, P. Reajuste Salarial e Inflação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 12, n. 2, p. 311–343, 1982.

ARIDA, P. **Economic Stabilization in Brazil**: Texto para discussão. Rio de Janeiro-RJ: [s.n.].

ARIDA, P. Neutralizar a Inflação, Uma Ideia Promissora. **Economia e Perspectiva, Boletim do Conselho Regional de Economia**, 1 set. 1984b.

ARIDA, P.; LARA RESENDE, A. Recessão e taxa de juros: O Brasil nos primórdios da década de 1980. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 1, p. 5–21, 1985.

ARIDA, P.; RESENDE, A. L. **Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil**. Rio de Janeiro-RJ: PUC RJ, 1985.

AUJAC, H. Inflation as the Monetary Consequence of the Behaviour of Social Groups: A Working Hypothesis. **International Economic Papers**, v. 4, p. 110–123, 1954.

BACHA, E. L.; LOPES, F. L. **Inflation, Growth and Wage Policy: In Search of a Brazilian Paradigm**: working paper. Rio de Janeiro-RJ: [s.n.].

BRESSER PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Fatores Aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 1, p. 5–22, 1984a.

BRESSER PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Política administrativa de Controle de Inflaçao. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 2, p. 105–124, 1984b.

CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In: ABREU, M. P. (Ed.). . **A Ordem do Progresso**. 1º. ed. Rio de Janeiro-RJ: [s.n.]. p. 323–344.

CASTRO, L. B. DE. Esperança, Frutração e Aprendizado: A História da Nova República. In: FABIO GIAMBIAGI, ANDRÉ VILLELA, L. B. DE C. E J. H. (Ed.). . **Economia brasileira Contemporânea**. 1º. ed. Rio de Janeiro-RJ: [s.n.]. p. 116–137.

CONTADOR, C. Reflexões sobre o dilema entre inflação e crescimento econômico na década de 80. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 15, n. 1, p. 33–72, 1985.

FRIEDMAN, M. The Role of Monetary Policy. **The American Economic Review**, v. 58, n. 1, p. 1–17, 1968.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo-SP: [s.n.].

LARA RESENDE, A. **A Moeda Indexada: Nem Mágica nem Panacéia**: Texto para discussão. Rio de Janeiro-RJ: [s.n.].

LARA RESENDE, A. **A Moeda Indexada: Uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial**: Texto para discussão. Rio de Janeiro-RJ: [s.n.].

LARA-RESENDE, A. A Moeda Indexada: Uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial. **Gazeta Mercantil**, set. 1984.

LEMGRUBER, A. C. Expectativas racionais e o dilema produto real/inflação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 34, n. 4, p. 497–531, 1980.

LIPSEY, R. G. The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in theUnited Kingdom, 1862-1957: A Further Analysis. **Economica**, v. 27, n. 105, 1960.

LOPES, F. Entendendo a Inflação. In: LOPES, F. L. (Ed.). . **O Choque Heterodoxo: Combate à Inflaçao e Reforma Monetária**. 1º. ed. Rio de Janeiro-RJ: Campus, 1983a. p. 110–111.

LOPES, F. L. Inflação, correção monetária e controles de preços. **Revista de Economia brasileira**, v. 30, n. 4, p. 427–455, 1976.

LOPES, F. L. Inflação e nível de atividade no Brasil: um estudo econométrico. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 12, n. 3, p. 639–670, 1982.

LOPES, F. L. Política Salarial e Dinâmica do Salário Nominal. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 14, n. 2, p. 453–476, 1983b.

LOPES, F. L. Reforma Monetária, Pacto Social e Desindexaçao. In: LOPES, F. (Ed.). .

O Choque Heterodoxo: Combate à Inflaçao e Reforma Monetária. 1º. ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Campus, 1984a. p. 144–145.

LOPES, F. L. Diretas-Já e a Economia Nacional. In: LOPES, F. L. (Ed.). . **O Choque Heterodoxo: Combate à Inflaçao e Reforma Monetária**. 1º. ed. Rio de Janeiro-RJ: [s.n.]. p. 116–117.

LOPES, F. L. Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, p. 135–151, 1985.

LOPES, F. L.; MODIANO, E. M. **Indexaçao; Choque Externo e Nível de Atividade: Notas Sobre o Caso brasileiro**: working paper. Rio de Janeiro-RJ: [s.n.].

MODENESI, A. DE M. **Regimes Monetários Teoria e a Experiência do Real**. 1º. ed. Barueri-SP: Editora Manole Ltda, 2005.

MODIANO, E. A Ópera dos Três Cruzados. In: ABREU, M. DE P. (Ed.). . **A Ordem do Progresso**. 1º. ed. Rio de Janeiro-RJ: [s.n.]. p. 347–385.

MOLLO, M. D. L. R. Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a Questão da Neutralidade da Moeda. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, p. 323–344, 1995.

PARKIN, V. **Chronic Inflation in an Industrialising Economy: the Brazilian experience**. 1º. ed. New York-NY: Cambridge University Press, 1991.

PHELPS, E. S. Money-Wage Dynamics and Labor-Market Equilibrium. **The Journal of Polical Economy**, v. 76, n. 4, p. 678–711, 1968.

PHILLIPS, A. The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom. **Economica**, v. 25, n. 100, p. 283–299, 1958.

RANGEL, I. **A Inflaçao brasileira**. 1º. ed. São Paulo-SP: brasiliense s.a., 1963.

RESENDE, A. L. **Incompatibilidade Distributiva e Inflação Estrutural.PDF**: Texto para discussão.Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/show/35>

ROZENWURCEL, G. Inflação e Estabilização na Argentina: O Plano Austral. In: ARIDA, P. (Ed.). . **Brasil, Argentina e Israel: Inflação Zero**. 3. ed. São Paulo-SP: Editora Paz e Terra S/A, 1986. p. 37–57.

SERRANO, F. L. P. Inflação Inercial e Desindexação Neutra. In: REGO, J. M. (Ed.). . **Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado**. 1º. ed. São Paulo-SP: [s.n.]. p. 105–122.

SUNKEL, O. A Inflação Chilena: Um Enfoque Heterodoxo. **El Trimestre Econômico**, v. 25, n. 100, 1958.

VÁSQUEZ, J. F. N. La Evolución del Pensamiento Económico en el Último Cuarto de Siglo y su Influencia en la América Latina. **El Trimestre Económico**, v. 91, n. 3, p. 269–283, 1956.

UMA REVISÃO DA LITERATURA DA ECONOMIA CLÁSSICA SOBRE O CONCEITO DE CRISE E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ECONOMIA BAIANA: O CASO FORD

Claudijane de Jesus

Jamile Souza

Uma característica do capitalismo desde o seu nascimento enquanto sistema é a sua capacidade de expansão. Entretanto, o crescimento não ocorre de maneira uniforme e, mas por meio de uma trajetória de flutuações persistentes e não lineares. É possível observar tais flutuações tanto nas atividades financeiras, que envolve taxa de juros, preços e endividamento, quanto nas atividades produtivas que abrange emprego, produto e investimento.

Os Economistas Clássicos Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, Stuart Mill, bem como Marx foram responsáveis por identificar o fenômeno das flutuações econômicas, no qual fatores externos podem afetar a atividade econômica. No mundo onde as expectativas dos agentes são racionais, as mudanças tecnológicas imprevistas produzem flutuações econômicas.

O alemão Karl Marx (1980) descreve a crise do Capitalismo segundo a visão antagônica de duas classes sociais, uma capitalista, também denominada de burguesa, detentora dos meios de produção e outra de proletariados subservientes ao capital. Marx foi o primeiro pensador a perceber que as crises eram inerentes e endógenas ao sistema capitalista e um sinal do seu eminente e inevitável colapso.

Nos últimos anos a economia mundial e o sistema capitalista vêm passando por fortes turbulências e a sociedade em geral acompanha os acontecimentos com certa inquietação. Preocupa-se com a influência que as crises constantes podem exercer sobre salários, consumo, investimento e benefícios sociais conquistados, entre outros.

A proposta deste breve texto é expor a teoria da economia clássica, sem incluir o marxismo e associar de forma empírica a crise recente na indústria automobilística brasileira, notadamente o caso do Complexo da Ford, na cidade de Camaçari, no Estado da Bahia. Não se tem a pretensão de análise mais aprofundada, embora, buscamos uma abordagem histórica da teoria econômica sobre as crises, vista sob diferentes óticas, no intuito de salientar a utilidade de cada uma delas na compreensão do momento atual e seus reflexos na economia baiana.

A Crise

Algumas referências demonstram que as crises são consequência inevitável da interferência do governo no mercado e outras contrárias, afirmam que a pouca interferência do setor público é o causador do ciclo e, parte ainda argumenta que os mercados são perfeitamente eficientes e não existem as chamadas bolhas na economia.

Apresentar a relevante diversidade de posições existentes na literatura específica acerca da origem das crises e o tratamento que deve ser dado para amenizar os seus efeitos no sistema capitalista é fundamental para compreender o funcionamento do mercado e adequar o comportamento dos agentes econômicos.

Neste trabalho focamos na concepção dos economistas clássicos, classificados como liberais, embora na atual conjuntura brasileira a concepção ideológica esteja mais voltada para o liberalismo periférico, conforme aponta Filgueiras (2010).

A origem das crises na abordagem clássica

A Escola Clássica, que tem o liberalismo econômico como a base do pensamento pode ser representada aqui por alguns dos seus principais membros, Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e John Stuart Mill, no intuito de compreender a origem das crises no capitalismo.

Os Clássicos da Economia retiveram o valor trabalho como forma de representação do valor das mercadorias produzidas no modo de produção capitalista, embora a teoria do valor trabalho seja um capítulo de significativas divergências entre os clássicos, principalmente entre Smith, Ricardo e Marx. Enquanto Adam Smith acreditava que o valor trabalho seria apenas um componente fixo do valor de uma mercadoria, não precisando ser quantificado, em David Ricardo o trabalho era valorado, sendo quantificado pelas horas trabalhadas. No entanto, Karl Marx se difere de Smith e Ricardo quando distingue valor e preço de uma mercadoria, considerando que apesar do valor apontar de fato o trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, seu preço final no mercado indicava uma divergência de valores monetários. Logo, o trabalho exercido na produção de uma mercadoria não geraria valor o suficiente para igualar-se ao preço final da mercadoria, dado os interesses capitalistas por excedentes, a famosa “mais valia”.

No período de dominação da Teoria Clássica (Smith, Ricardo e Malthus basicamente), os anos 1815-1845 se destacam como um subperíodo de crise econômica, mas também de crescimento do pensamento econômico. Nesse período se confrontaram várias correntes: socialismo utópico, marxismo, ricardianos e antiricardianos, malthusianos, historicistas, monetaristas e as primeiras teorias da “revolução marginalista”.

A Economia como ciência moral – Adam Smith

Smith pode ser considerado como o fundador da ciência econômica, por ter estruturado uma concepção geral do sistema econômico, enfatizando sua importância social. Suas principais obras: “Teoria dos Sentimentos Morais” (1759), “Riqueza das Nações” (1776) e “Ensaio sobre a Filosofia da Ciência” (1795).

Na sua maior obra mais conhecida, Riqueza das Nações, Smith elabora um texto contrário aos ideais mercantilistas e defende um ideário triunfante no século XIX. Ao definir o trabalho como a força produtiva geradora do valor, passa a discutir a divisão do trabalho como fator que acelera a produtividade. É conhecido o exemplo da fábrica de alfinetes que o economista usou para demonstrar a importância da especialização. Neste exemplo, destaca-se que a centralização de tarefas e a repetição levariam a ganhos de escala na produção muito superiores do que manter cada trabalhador se ocupando de todas as etapas de produção de um único alfinete. Depois da revolução industrial, quando já se verifica uma extensa maquinação dos processos produtivos, grandes fábricas de automóveis fizeram uso abusivo desta “vantagem”.

O balanceamento dos dois princípios de egoísmo e de divisão do trabalho gera trocas econômicas individuais que, em mercados concorrentes, garantem o equilíbrio econômico e a coesão social de forma invisível. Daí a reconhecida ideia da Mão Invisível, que é uma metáfora que defende a capacidade do capitalismo de promover a harmonia social. A economia política smithiana é uma ciência moral que resulta na harmonia social e a produtividade crescente através da divisão do trabalho é o principal objetivo da economia capitalista.

Além da análise desenvolvida por Smith, outro economista que pode auxiliar no entendimento das crises é John Stuart Mill. No seu livro “Princípios de Economia Política” (1848), Mill tentou sistematizar as razões para as altas e baixas que se tornaram tão comuns na economia de sua época. Nas ideias dele se consolidam a ortodoxia metodológica e o utilitarismo no pensamento econômico. Mill entendia a Economia como ciência positiva (verdades objetivas materiais) e como arte (regras normativas e práticas de ação). Assim, a ciência deveria ser uma coleção de verdades e, a arte, um conjunto de regras de conduta.

John Stuart Mill abriu espaço para o conceito de “homem econômico” (homoeconomicus) na Economia. Um indivíduo hipotético universal, mas muito empobrecido e limitado quando comparado ao homem em sentido abrangente. O “homem econômico” em Mill está determinado por sua própria natureza a preferir mais riqueza a menos riqueza e com o menor custo possível. Assim, a ciência da Economia Política trata o principal motivo das ações econômicas

como se fosse o único motivo das ações humanas. Logo, estabelece-se a ideia do comportamento racional e maximizador na Economia, ideias válidas em muitas teorias econômicas até hoje.

Em Mill, entende-se riqueza como o conjunto de bens materiais que dão prazer e afastam o risco e a dor. Os princípios básicos da economia estão na natureza humana, sendo o “homem econômico” o indivíduo que procura o máximo de riqueza com o mínimo de esforço. A partir deste comportamento poderíamos deduzir leis gerais perfeitamente rigorosas. O economista criticou Smith por colocar como um dos objetivos da Economia Política investigar as causas da riqueza das nações e a arte de enriquecer e governar os povos. Para ele, a arte de enriquecer e de governar não é objeto da ciência teórica e sim de sua aplicação prática, a política econômica, que se situa no campo da arte e não da ciência.

A Economia como um instrumento **-** *David Ricardo*

O ponto de partida do economista britânico, David Ricardo, ao invés de ser sobre as condições de produção de riqueza e de divisão do trabalho, como em Smith, passou a ser a distribuição, com o tema da acumulação de capital sendo subordinado às hipóteses sobre valor e distribuição. Ricardo defrontou-se, desde o início, com o problema do valor. No entanto, quando formulou sua teoria do valor-trabalho, ele tinha como objetivo explicar variações do valor das mercadorias, o que poderia servir de base para dar sustentação à sua argumentação sobre a distribuição de riqueza.

Dentre os conceitos fundamentais contidos nos Princípios de Ricardo, destacam-se o valor trabalho, a renda e o aluguel da terra e as vantagens comparativas. Em primeiro lugar, um grande avanço da teoria ricardiana seria seu contraponto com a ideia de Smith em que o trabalho era invariável diante o valor das mercadorias. Para Ricardo, o valor do trabalho é tão variável quanto o valor de uma outra mercadoria qualquer, considerando que o preço dos bens de subsistência com os quais são gastos os salários sofriam dos mesmos efeitos que afetam a produção das mercadorias em geral. Sendo o trabalho visto como atividade única capaz de gerar valor, o preço da mercadoria refletiria o montante de trabalho utilizado na sua produção. Em Smith, tal montante seria fixo, enquanto que em Ricardo, ele varia juntamente com o preço das mercadorias.

Em segundo lugar, a concepção de Ricardo sobre as relações econômicas com a terra seria a seguinte:

> “O produto da terra — tudo o que se extrai da sua superfície pela aplicação conjunta do trabalho, equipamento e capital — é dividido pelas três classes da comunidade, quer dizer, o proprietário de terra, o possuidor do capital necessário para o seu cultivo e os trabalhadores que a amanham. Porém, cada uma destas

> classes terá, segundo o avanço da civilização, uma participação muito diferente no produto total da terra, participação esta denominada respectivamente de renda, lucros e salários; esta situação dependerá principalmente da fertilidade da terra, da acumulação de capital, da densidade da população e da habilidade, inteligência e alfaias aplicadas na agricultura. O principal problema da Economia Política consiste em determinar as leis que regem esta distribuição (...)".

Do processo de uso de terras cada vez menos férteis se origina uma renda extra que beneficia a produção e o aluguel das terras mais produtivas. Na medida em que se expande a dimensão da terra para produção, o produto líquido será cada vez menor, podendo-se, portanto, imaginar que a produtividade seria uma linha descendente em relação aos lotes de terra explorados. A consideração da produtividade agrícola revelou para Ricardo as noções de fertilidade decrescente e de escassez dos recursos. Essa noção de escassez deve ser considerada pela sua ampla reprodução na metodologia econômica.

Por fim, o conceito de vantagens comparativas de Ricardo foi muito relevante ao pensamento econômico, pois essa concepção ainda é amplamente utilizada em teorias e até mesmo políticas econômicas de comércio exterior. A ideia básica parte da comparação da produção de bens entre dois países. O país que possuir maior produtividade sobre um bem do que os outros países deve se especializar neste bem específico, pois suas vantagens comparativas apontam para melhores termos de troca entre bens. Analogamente, podemos fazer referência à especialização de países exportadores de commodities – considerando suas características geográficas e naturais – no comércio internacional, com relação aos países mais industrializados.

Ricardo articulou princípios teóricos emprestados de outros pensadores. Filho de um rico capitalista inglês e aplicador da Bolsa de Valores, de Edward West (1782-1828) tomou a lei dos rendimentos decrescentes na agricultura (o aumento de um fator de produção, mantendo os demais fixos, implicaria em decréscimos marginais na produção). Os dois teóricos tentaram usar esta lei para explicar a tendência para o lucro industrial reduzir-se quando se aumenta o uso de novas terras. De Hume, Ricardo tomou "emprestado" a lei dos preços monetários. De Smith adotou a lei do auto-interesse e da livre concorrência. De Malthus tomou a lei da população.

Malthus não foi um representante "fiel" da Escola Clássica. Pastor da Igreja Anglicana, negou a validade da "Lei de Say", e considerava a possibilidade de uma "Abundância Geral" de bens. Isto é, acreditava que poderiam ocorrer crises econômicas devido a excessos de oferta em contraponto com uma demanda insuficiente. Liberalista, tal como Smith e Ricardo, pregava o Estado Mínimo, pois a intervenção não pode resolver os problemas, somente atrapalha o processo natural das coisas. Nessa perspectiva, não se deve auxiliar os pobres, porque a ajuda que receberiam representaria um poder de compra que

não corresponde a nenhum acréscimo de produto. Isso eleva os preços e acaba gerando mais pobreza ainda. Malthus concilia o pessimismo com a exaltação da bondade divina e o individualismo.

O debate entre Malthus e Ricardo, pode ser visto como um marco na metodologia econômica. Contemporâneos, no entanto, Malthus não teria argumentos suficientes para superar o raciocínio lógico-abstrato de Ricardo. Thomas Malthus, ao utilizar argumentos empíricos para contestar o método de Ricardo, teria negligenciado a necessidade de fundamentar teoricamente seus posicionamentos, abrindo espaço para o triunfo e a consolidação do método dedutivo/abstrato na ciência econômica. De maneira geral, a hegemonia deste método será influente no pensamento econômico, ao ponto de persistir até os dias de hoje.

Os fatos aqui descritos são vistos pela Escola Clássica como um movimento cíclico da economia que tem sua origem em algum choque externo, que promove um período de rápido crescimento, seguido por surto especulativo motivado por questões psicológicas e não por fundamentos, alta nos preços e crédito fácil para todos, inclusive pessoas sem capacidade financeira. Após a expansão vem à quebra do sistema financeiro, seguida por efeitos colaterais, na economia real, que impactam a vidas das empresas e dos trabalhadores.

O Complexo da Ford em Camaçari/BA

Em junho de 1999, a Ford anunciou a escolha do município de Camaçari, na Bahia, para abrigar o seu projeto automotivo, cujo valor era o maior já anunciado no Brasil até então. O projeto implantado em Camaçari seria o modelo do futuro para a organização industrial Ford, apoiando-se, pela primeira vez, no fornecimento externo de subsistemas completos.

Segundo Moreira (2016) a partir dos anos 1990, intensificou-se, na economia mundial, a implementação de estratégias por parte das empresas de fragmentarem seus processos de produção e alocar suas atividades produtivas em vários países e regiões, formando com isso cadeias globais de valores que recriam a divisão internacional do trabalho na economia mundial. Diante desse cenário, foram implementadas políticas setoriais, como o Regime Automotivo Brasileiro (RAB) em 1996 e o Inovar-Auto em 2012, com vista a promover, no setor automobilístico, ganho de competitividade e produtividade.

Para Alban (2003), em meados da década de 1990, surgiu pela primeira vez dentro do governo do Estado da Bahia, a ideia de atrair investimentos da indústria automobilística. Naquela época, o governo já desejava redirecionar a política de desenvolvimento industrial do Estado, dando prioridade não apenas à produção de bens intermediários, mas também de bens finais.

A política de industrialização baiana foi concebida para atender aos mercados nacionais criados pela politica de substituição das importações. Esse modelo, adotado em 1959, quando o governo baiano formulou seu primeiro plano de desenvolvimento, partir do pressuposto que a Bahia não possuía um mercado consumidor suficientemente grande para a instalação a instalação de firmas produtoras de bens finais. Assim sendo, o estado baiano deveria se especializar-se na produção de bens intermediários que seriam usados pela indústria do sul/sudeste do país. Até meados da década de 1980, os resultados dessa política foram satisfatórios, visto que a economia baiana cresceu, em média, mais do que o resto do país.

Contudo, ao longo da década de 1980, o Brasil entrou em uma grave crise econômica, caracterizada por altas taxas de inflação e baixos índices de crescimento, que se prolongaria até metade da década seguinte. Isso ocasionou uma redução da demanda dos principais produtos locais, especialmente petroquímicos.

No artigo “O custo de uma mudança estrutural: o caso da montadora Ford na Bahia”, de Simone Uderman, aponta os custos e os potenciais benefícios associados à implantação de uma grande planta automotiva no estado da Bahia e argumenta que por trás da decisão da Ford de estabelecer a sua fábrica distante do centro econômico do país não estava apenas o significativo pacote de incentivos ofertado, mas também a crise do MERCOSUL e as estratégias globais da empresa.

O montante de incentivos concedido à Ford pelo governo estadual baiano foi estimado em R$ 2,642 bilhões, equivalentes a 75% do investimento total. Embora esse valor seja elevado em termos absolutos, a relação entre os incentivos e o total do investimento apresentaram-se similar à calculada para montadoras automobilísticas implantadas em outros estados brasileiros nos anos 1990. Os dados indicam que a maior parte dos incentivos refere-se à isenção fiscal, que representa mais de três quartos do total. A despeito do expressivo número de postos de trabalho criados pela montadora e seus fornecedores de primeira camada, argumenta-se que o principal benefício associado ao projeto foi de uma possível (mas in-certa) mudança estrutural na economia estadual, como resultado dos encadeamentos para frente e para trás a serem criados. Entretanto, a crise mostrou outro cenário.

Efeitos da Crise

De acordo com os dados divulgados pela Anfavea (Associação Nacional das Fabricantes de Automóveis) nos jornais de grande circulação, em 2016 a produção de veículos no Brasil continua em queda livre. No primeiro trimestre deste ano, as montadoras instaladas no paîs fabricaram 482,29 mil ante 667,57 mil unidades no mesmo período do ano passado, queda de 27,8%. Para

o presidente da Anfavea, Luiz Moan, em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, "esse patamar de produção chegamos ao nível de 2003. Recuamos 14 anos e estamos mantendo um nível de emprego semelhante a 2010, cerca de 128,5 mil funcionários". No mês de março, o recuo foi de 23,7% no comparativo com a mesma base de 2015, 195,3 mil ante 255,9 mil. Já a produção total cresceu 42,6% no último mês na comparação com fevereiro.

Em relação às vendas, de janeiro a março deste ano as montadoras comercializaram 28,6% a menos que no mesmo período de 2015, 481,31 mil ante 674,38 mil veículos. Os estoques permanecem elevados: há veículos suficientes para atender a 46 dias de vendas (ante 47 no dado anterior). No que concerne aos empregos, à baixa produtividade continua a afetar os empregos. A indústria automotiva ainda tem cerca de 39 mil funcionários com alguma restrição no contrato de trabalho, seja parada completados redução de carga horária.

O mês de março terminou com 128,5 mil funcionários empregados nas montadoras associadas à Anfavea, que representa queda de 8,8% na comparação com 2015. No mês passado, os licenciamentos foram de 179,2 mil unidades queda de 23,6% no comparativo com março de 2014. Já em relação a fevereiro deste ano, os emplacamentos apresentaram alta de 22,1%. Naquele mês foram vendidos 146,8 mil unidades.

Mesmo com o dólar mais valorizado este ano, as exportações em valores apresentaram queda de 7,6% nos três primeiros meses de 2016, passando de US$ 2,43 bilhões para US$ 2,25 bilhões. No mês passado, a queda foi de 7,7% em relação a março de 2015, US$ 920 milhões para US$ 850 milhões. Do total das vendas, 51,4% foram feitas a prazo. É a menor participação percentual do financiamento em toda a série histórica no setor, que começa em 2002.

Entretanto, a Ford registrou no primeiro trimestre deste ano o melhor resultado financeiro trimestral de sua história centenária, com lucro líquido de US$ 2,5 bilhões, valor 113% e US$ 1,3 bilhão maior do que o apurado nos primeiros três meses de 2015. O lucro antes de impostos também é recorde: US$ 3,8 bilhões, 116% e US$ 2,1 bilhões acima do verificado no mesmo período do ano passado. O faturamento global avançou bem menos, 11%, para US$ 37,7 bilhões. Assim o expressivo ganho da Ford é explicado pelo expressivo crescimento também recorde da margem operacional, que subiu 5 pontos porcentuais na comparação com o primeiro quarto de 2015, chegando agora a 9,8%, o que pode ser explicado pelo aumento do valor agregado dos veículos vendidos, especialmente nos Estados Unidos, já que as vendas em unidades no mundo todo aumentaram apenas 152 mil unidades, em elevação de 9,7%, para o total de 1,72 milhão.

Os resultados amplamente positivos na América do Norte e Europa compensaram por larga medida o péssimo desempenho na América do Sul, onde a recessão no Brasil é responsável por mais de 60% do resultado negativo. A divisão sul-americana da Ford registrou prejuízo antes de impostos de US$ 256 milhões no primeiro trimestre, perda que cresceu US$ 67 milhões em comparação com o mesmo período do ano passado. As vendas de apenas 63 mil unidades na região, em contração de 37,6% sobre os três primeiros meses de 2015, fizeram o faturamento regional cair 47%, para US$ 800 milhões, o que gerou expressiva margem operacional negativa de 30,4%. Com o aprofundamento da crise econômica no Brasil, a companhia espera que as perdas continuem a crescer este ano na região.

Para Moreira (2016), entre os principais motivos apontados para a fragilidade do Brasil nesse processo, predomina um conjunto de forças que agem simultaneamente, deixando em evidência as fragilidades estruturais da economia brasileira, as quais não contribuem para o ganho de competitividade, tais como a necessidade de maior especialização, menores custos de transportes e comunicações, baixo custos de transação, insuficiente investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), baixa eficiência nas escalas de produção, além da necessidade de um mercado de bens e serviços mais liberalizados, sem o excessivo protecionismo. Essas variáveis são resultantes de uma ausência de políticas econômicas que tenham como princípio básico a necessidade de fortalecer a inserção externa da economia do país via processo de reestruturação das Cadeias Globais de Valor.

Considerações finais

É possível apontar, mesmo sem incluir a base de pensamento de outros teóricos para além dos economistas clássicos, que em toda trajetória de expansão da economia capitalista sempre existirão fatores, sejam eles endógenos ou exógenos, que impactam diretamente a tendência de crescimento. Esses ciclos ou flutuações quando atingem os pontos de baixa causam estagnação econômica, desemprego, arrefecimento do consumo e retração do crédito; fragilizando tanto o lado real como financeiro do sistema.

De modo geral, os dados apresentados em relação à indústria automobilística mostram que de fato há um crescimento da capacidade produtiva durante os anos 2000, com crescimento do faturamento e da participação da indústria automobilística no PIB industrial. Entretanto, os investimentos realizados pelo setor estão longe de serem compatíveis com o faturamento alcançado, o que aponta para o fato de que o Brasil exerce um papel de ator coadjuvante nesse processo de expansão dos investimentos da indústria automobilística.

Além do mais, segundo Moreira (2016), o mercado interno continua sendo a principal variável que direciona os investimentos e a produção da indústria

automobilística, com uma baixa inserção no mercado externo do ponto de vista das exportações. Por outro lado, predomina uma considerável importação de automóveis, e a contração ou crescimento das importações de autoveículos está mais associada a um cenário conjuntural de crescimento econômico e taxa de câmbio favorável às importações do que a uma mudança estrutural que caracterize um “processo de substituição competitiva de importações”. Isso também sugere que o processo de abertura da economia brasileira propiciou uma maior internacionalização do setor, mas ao mesmo tempo aponta para o fato de que os modelos produzidos no Brasil têm um mercado restrito, são exclusivos e possuem baixa tecnologia embarcada, além do fato de os preços dos veículos no país estarem entre os mais altos do mundo, o que impede que o país seja competitivo no mercado internacional desse setor.

Enquanto a política de desenvolvimento brasileiro estiver atrelada ao tripé econômico, que resumidamente foi estruturado em conjunto com o FMI (Fundo Monetário Internacional), a partir de janeiro de 1999 e compõe-se de taxa de câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais, para ajustar as contas externas; taxa de juro real elevada, para garantir o cumprimento das metas de inflação; superávit primário crescente, para conter o endividamento do setor público não lograremos êxitos com as políticas públicas adotadas para promover efetivamente o desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALBAN, Marcus. Crescimento sem emprego - o desenvolvimento capitalista e sua crise contemporânea à luz das revoluções tecnológicas. Salvador. Casa da Qualidade, 1999.

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do capitalismo. Salvador: EDUFBA, 2000.

ANFAVEA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Anfavea revisa projeções para a indústria automobilística para 2016. Disponível em: <http://goo.gl/Fae3hg>.

CERQUEIRA, Daniela Franco. Incentivos fiscais, desenvolvimento da economia baiana e a FORD Camaçari. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.25, n.2, p. 219-242, jul./dez. 2010.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). Estudo prospectivo do impacto socioeconômico da implantação da montadora Ford em Camaçari e seus reflexos na Região Metropolitana de Salvador. Salvador: CAR, 2003. v.2. il. mapas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). Estudo prospectivo do impacto socioeconômico da implantação da montadora Ford em

Camaçari e seus reflexos em municípios da Região Metropolitana de Salvador: 1º relatório intermediário - estudos setoriais. Salvador: CAR, 2002. 417 p.

ESPECIAL Ford. Bahia Investimentos, Julho 1999.

FERREIRA JR., Hamilton de M. A estratégia da Ford e o polo automotivo da Bahia: fatos estilizados e algumas hipóteses. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n.66, p. 25-33, nov. 1999.

FILGUEIRAS, Luiz. Modelo liberal periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

GUERRA, Oswaldo Ferreira. Rede de firmas e governança: a Ford na Bahia. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.33, n.1, p. 71-88, jan./mar. 2002.

HUNT, E.K. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

MENDES JR, Nestor. Nasce um novo ciclo: governo da Bahia e Ford assinam protocolo para implantação de fábrica. Bahia Investimentos, Salvador, v.6, n.2, p. 6-19, jul.1999.

MOREIRA, Uallace. A Dinâmica e o funcionamento da cadeia global de valor da indústria automobilística na economia mundial. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2065). Disponível em: <http://goo.gl/5ZxSt1>.

MOREIRA, Uallace. O Brasil e a Cadeia Automobilística: Uma Avaliação das Políticas Públicas para Maior Produtividade e Integração Internacional Entre os Anos 1990 e 2014. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 2167, p. 01-114, 2016.

NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1985.

NAPOLEONI, C. O futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Ed.Graal,1982.

PASSOS, Francisco Uchoa; DIAS, Camila; SOARES, Rodrigo. Transferência de conhecimentos na cadeia automotiva baiana: aferição de algumas práticas. Gestão & Planejamento, Salvador, v.5, n.9, p. 28-38, jan./jun. 2004.

RICARDO, D. Princípios da Economia Política e Tributação. Trad. P.H.R. Sandroni, São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

ROUBINI, Nouriel e MIHM, Stephen. A economia das crises. Tradução de Carlos Araújo. São Paulo: Intrínseca, 2010.

SMITH, A. A Riqueza das Nações. Trad. L.J. Baraúna. São Paulo: Abril Cultural. 1983 (Os Economistas).

UDERMAN, Simone; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. O custo de uma mudança estrutural: o caso da montadora Ford na Bahia. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.21, n.2, p. 267-284, abr./jun. 2011.

<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/desafio-logistica-dificulta-crescimento-de-fabrica-da-ford-na-bahia> Acesso em 25/04/16.

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crise-extingue-3-turno-nas-montadoras-imp-,1801657>. Acesso em 28/04/16.

<http://www.valor.com.br/empresas/4356402/ford-vai-abrir-programa-de-demissoes-voluntarias-em-fabrica-na-bahia>. Acesso em 28/04/16.

Caio Prado Júnior e a crítica à teoria econômica: uma análise de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*

Janaína Fernanda Battahin
janainabattahin@hotmail.com
Mestranda em Desenvolvimento econômico pela UNICAMP
Artigo submetido a 6ª Conferência Internacional de História Econômica & VIII Encontro de Pós Graduação em História Econômica
Área Temática: História do Pensamento Econômico

RESUMO

Este artigo procura compreender o lugar do livro *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* escrito em 1957 no conjunto das reflexões de Caio Prado Júnior. A hipótese de trabalho é que nesta obra o autor altera seu instrumento de estudo: passa de uma reflexão sobre a formação da Nação e os dilemas sociais brasileiros para uma análise da teoria econômica, ou seja, de uma análise social para uma visão baseada no conhecimento econômico. A proposta é a criação de uma teoria econômica que contemple a realidade periférica, aplicando-se àqueles países cuja situação econômica guarda especificidades em relação às economias desenvolvidas. Completa-se o estudo com uma breve análise de *História e Desenvolvimento*, obra escrita em 1968, argumentando-se que esta conclui a análise de 1957, deixando explícito que o grande diferencial dessa teoria é incorporar o processo de formação histórica, econômica e social brasileira, sem a qual não é possível desvendar os dilemas do presente. Conclui-se que para Caio Prado Júnior não há uma teoria econômica pronta para os países atrasados, mas uma interpretação de seus dilemas econômicos, explicados pelo passado, fator esse desconsiderado pelas teorias clássicas aplicadas aos países subdesenvolvidos.

Palavras-chave: teoria econômica; História do Pensamento Econômico no Brasil; Caio Prado Júnior, Desenvolvimento Econômico; História Econômica do Brasil.

ABSTRACT

The present work is mainly aimed to comprehend the representation of the book Fundamentals's Sketch of Economic Theory written in 1957 in the set of reflections of Caio Prado Junior. The work's hypothesis is that in this book the author changes his instrument of study: It pass from a reflection on the formation of the Brazilian nation and social dilemmas to an analysis of economic theory, in other words, it pass from a social analysis to a view based on economic knowledge. The proposal is to create an economic theory that considers peripheral reality, by applying to those countries whose the economic situation keep specificities toward developed economies. The study is completed with a brief review of the book History and Development, written in 1968, arguing that it's concludes the analysis of 1957 showing that the great advantage of that theory is to incorporate the Brazilian process of historical formation, economic and social which without it is not possible to unravel the present dilemmas. It's conclude t in the opinion of Caio Prado Júnior that there is not a finished economic theory to the backward countries, nonetheless an interpretation of their economic dilemmas, explained by the past, this factor was overlooked by the classical theories applied to underdeveloped countries.

Keywords: Economic theory; History of Economic Thought in Brazil; Caio Prado Júnior; Economic Development; Brazil's Economic History.

Caio Prado Júnior e a crítica à teoria econômica: uma análise de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*

Janaína Fernanda Battahin

Introdução

Segundo Prado Júnior (1942) o Brasil, diferentemente dos países com certo grau de desenvolvimento (países que romperam suas amarras com o passado) precisa buscar no passado a solução dos problemas atuais. Considerando que um dos principais problemas brasileiros consiste em sua dependência econômica em relação aos países desenvolvidos, as preocupações de Caio Prado Júnior, ao longo das décadas de 1940 e 1950, concentraram-se em captar a formação histórica do Brasil, bem como delinear os principais problemas do presente, buscando soluções, tanto da herança do passado, quanto de perspectivas de futuro. O presente trabalho, abordando o diagnóstico que Caio Prado elaborou nos anos de 1950, faz uma análise sobre os problemas econômicos brasileiros, sem eliminar suas considerações sobre a formação do Brasil contemporâneo, evidenciando a importância de estudar a teoria econômica e tentar compreender suas dificuldades de adaptação na realidade brasileira.

O objetivo central é compreender o lugar do livro *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* escrito em 1957 no conjunto de reflexões de Caio Prado Júnior, levando em consideração que, embora tendo como principal caraterística a reflexão sobre a história para compreender os dilemas do presente, ocorre uma alteração no instrumental utilizado pelo autor para compreendê-lo, que passa de uma reflexão sobre a formação da Nação e os dilemas sociais brasileiros para um diagnóstico no qual, os problemas econômicos são o elemento chave para diagnosticar o presente e sugerir normas para a ação. Argumenta-se ainda, que essa passagem do social para o econômico pode ser explicada também pelos debates intelectuais dos anos de 1950, no qual a economia se torna o principal instrumental de conhecimento para compreender o presente, ao contrário da análise social que predominou nos anos de 1930 e 1940. Nesses anos a principal forma de compreender a realidade brasileira era através das ciências sociais, interpretando o passado brasileiro (CANDIDO, 1984, pp. 27- 36).

A partir dos anos de 1950 o objeto que compreende o presente passa a ser o estudo das relações econômicas. Isso evidencia a mudança da visão de Caio Prado Júnior em 1957. Em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* Caio Prado Júnior foi além de uma análise histórica recorrendo

à teoria econômica que se transformou na principal forma de compreender o presente, tendo com principal objetivo enfatizar as dificuldades da sua adaptação em países com características colonial-históricas. No Brasil, o tipo de colonização por exploração criou um nexo de dependência e um foco nas necessidades de demanda externa, o que se mostra completamente diferente nos países desenvolvidos – como os países europeus e os Estados Unidos - onde o grande arsenal teórico econômico se desenvolveu a partir da compreensão das transformações que estavam ocorrendo nos países desenvolvidos.

Para compreender o papel de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, cabe ao trabalho apresentar uns dos principais argumentos de Caio Prado Júnior em 1957, ano em que o cenário nacional passa por várias mudanças, principalmente com o Plano de Metas e o surgimento de vários modelos no pensamento econômico que tentavam encontrar soluções para a problemática brasileira do subdesenvolvimento. Esse argumento consistia em defender a ausência de uma teoria econômica que levasse em consideração as características dos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. Caio Prado Júnior tenta mostrar na obra de 1957 a importância da teoria e da prática estarem juntas e sempre relacionadas – como já havia feito em suas publicações anteriores evidenciando que os grandes autores que discutiam economia direcionavam seus argumentos à realidade que presenciavam. A realidade era a de países precursores do capitalismo e do desenvolvimento. No Brasil a falta de uma teoria que entendesse a prática (a realidade) fez com que adotássemos teorias prontas e relacionadas aos países desenvolvidos, com uma história diferente da nossa, sendo clara a necessidade de uma teoria relacionada à prática brasileira, que possui muitas dificuldades econômicas, estruturais, sociais e históricas. Percebe-se que Caio Prado Júnior não considera as teorias existentes adequadas para o caso brasileiro e, assim, fica implícita a necessidade de se construir, dialeticamente, uma teoria para esse caso específico. Caio Prado em *Formação do Brasil Contemporâneo* publicado em 1942 já discutia o atraso brasileiro, afirmando que as raízes do mesmo estavam na excessiva dependência do comércio internacional e na debilidade da dinâmica econômica interna, estando o desenvolvimento e a superação do passado colonial ligados à superação do sentido da colonização. Dessa forma, *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* evidencia a preocupação do autor em averiguar as teorias econômicas difundidas no panorama mundial, em uma releitura minuciosa dos autores clássicos, como base para uma possível teoria que abarque as reais necessidades de países com o Brasil, mostrando que nas áreas subdesenvolvidas existe a ausência de uma teoria que compreenda a realidade de países atrasados e de economias dependentes, tornando-se necessária a criação de uma teoria que considere a prática dos países subdesenvolvidos ao invés de fazer-se uma tentativa de adaptação de teorias feitas para a realidade dos países desenvolvidos.

Para tanto, iremos evidenciar as peculiaridades discutidas por Caio Prado em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, em seguida discutir a teoria do desenvolvimento econômica construída pelo autor, para por fim, abordar as perspectivas para ação propostas.

A obra *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*

De *Formação do Brasil Contemporâneo* à *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*

A maturidade intelectual de Caio Prado Júnior já havia se desenvolvido consideravelmente no início da Segunda Guerra Mundial, segundo Paulo Teixeira Iumatti em *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual* (IUMATTI, 2007). Em 1942 publicou aquela que seria sua tão prestigiada e discutida obra, *Formação do Brasil Contemporâneo* que trouxe uma interpretação sobre o Brasil de "hoje"[1], convencendo os leitores dos obstáculos que o passado colonial brasileiro causava, impedindo o desenvolvimento da nação. Colocou a tríade "população, vida material e vida social" presentes na obra de 1942, em um jogo dialético apresentando traços pioneiros em relação aos trabalhos de outros historiadores. Essa obra trouxe uma nova maneira de interpretar o Brasil. Para Iumatti, Caio Prado tinha como preocupação tornar o discurso historiográfico marxista menos dogmático, atingindo um nível elevado de elaboração metodológica. Após as críticas recebidas com a publicação de seu primeiro livro *Evolução política do Brasil* (1933), que mostrava a interpretação materialista da História afirmando que não tinha a intenção de fazer uma análise tradicional sobre o tema, o autor tenta dialogar com os diferentes setores da sociedade abrindo as portas às alianças políticas. *Formação do Brasil Contemporâneo* distancia-se da *Evolução Política do Brasil* ao procurar demonstrar a força do conhecimento para compreensão da vida e as possibilidades de orientação da mesma.

O significado da obra de Caio Prado na historiografia pode ter como peça fundamental a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, pois a partir da publicação da mesma os esforços do autor se concentraram na síntese da história econômica brasileira. Em 1945 é publicada *História Econômica do Brasil*, que contribuiu de maneira decisiva para a compreensão das questões nacionais, interpretando a história brasileira sob um ponto de vista marxista e se tornando indispensável para o entendimento das características estruturais do Brasil, dos dilemas herdados pelo seu passado colonial e os possíveis caminhos para superá-los.

[1] O Brasil de hoje para Caio Prado era o Brasil de 1942.

Em 1952 publicou *Dialética do Conhecimento*, em 1953 *Evolução Política do Brasil e outros estudos* e em 1954 *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, obras essas não tão conhecidas pelos leitores. José Carlos Reis afirma em seu artigo *Anos 1960: Caio Prado Jr e "A Revolução Brasileira"* que as grandes obras de Caio Prado sempre apresentam uma indagação sobre o sentido da história brasileira. Para Plínio de Arruda Sampaio Júnior (1997) a obra de Caio Prado Júnior nos fornece importantes elementos para uma análise minuciosa sobre a problemática do desenvolvimento nacional, enfatizando a necessidade de superar as relações internas e externas que geram o subdesenvolvimento. Através da leitura da obra de Caio Prado, procura-se encontrar as respostas para os problemas contemporâneos dos países de capitalismo dependente através de uma análise de suas estruturas e dinâmicas. As nações emergentes possuem excessiva dependência em relação aos países desenvolvidos. Essas nações emergentes apresentam dificuldades em utilizar o capitalismo para gerar eficiência econômica e bem-estar da população e isso faz com que o país se direcione à barbárie, contrariando o desenvolvimento. Ou seja, a posição de dependência brasileira em relação aos países desenvolvidos resulta em um abandono à construção de uma nação, caminhando em direção à situação de crise e barbárie, propondo Plínio uma revisão dessa dependência em relação ao capital estrangeiro, eliminando o abismo social e a cópia dos padrões de consumo dos países ricos (SAMPAIO JÚNIOR, 1997).

Caio Prado Júnior assume uma nova maneira de pensar o conformismo político e social das sociedades dependentes. Suas novas interpretações mostram que as teorias convencionais nos foram impostas e que a tendência dos países capitalistas não deve ser aceita sem nenhum questionamento. Percebendo os desafios do desenvolvimento nacional e a ausência de teorias e instrumentos analíticos adequados é que Caio Prado Júnior escreve em 1957, *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* onde apresenta sua argumentação sobre os modelos econômicos utilizados em uma realidade completamente diferente e peculiar, da realidade dos países subdesenvolvidos. O trabalho é dedicado à discussão sobre essa obra. A seguir, discutimos a importância do estudo da teoria econômica, estudo esse feito por Caio Prado Júnior na obra de 1957.

Por que estudar a teoria econômica?

Já apresentada a caminhada trilhada por Caio Prado até a publicação de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* em 1957 é necessário nesse momento compreender a importância em estudar a teoria econômica. Para isso será feita uma exposição sobre as características da teoria tradicional, sobre a crítica de Caio Prado às mesmas e sua conclusão sobre como países como o Brasil as utilizaram e quais as suas reais necessidades. Sabe-se que a ciência econômica não possui regras

fixas e imutáveis, permitindo que inúmeras correntes de pensamento econômico surgissem, como os clássicos, neoclássicos, novo-clássicos, keynesianos, novos-keynesiasnos, pós-keynesianos, dentre outros. Porém, desse vasto repertório teórico irrompem divergências. A teoria clássica tomou forma com a publicação de *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* em 1776 de Adam Smith, obra que convence o leitor da época de que a iniciativa individual opera no mercado e que a "mão invisível" orienta de forma espontânea a economia para o ponto de ótimo econômico (DROUIN, 2008).

Até 1929 era consenso entre os economistas mais influentes que o mercado, ao funcionar livremente, era capaz de equilibrar oferta e demanda, imperando até essa época o liberalismo. Com a Grande Depressão de 1930, que mostrou aos economistas que o momento era diferente de tudo que já havia acontecido, pois tratava-se na época não mais de uma simples recessão, o intervencionismo tomou forma e surgiu como uma maneira de tentar reverter a crise. Assim, John Maynard Keynes ganha força e dissemina seus argumentos sobre importância da intervenção estatal para resolução dos problemas econômicos. Tem-se assim, o panorama geral sobre o liberalismo e o intervencionismo.

Outra discussão que cabe aqui ser feita é a diferenciação entre ortodoxia e heterodoxia econômica, que formam a base do pensamento e da teorização da economia. A ortodoxia defende a neutralidade da moeda, a tendência natural da economia para o pleno emprego, a existência de um mercado livre e uma atuação mínima do Estado. A Teoria do Equilíbrio Geral e a Lei de Say são pilares fundamentais da teoria ortodoxa. A primeira afirma que o ponto de eficácia máxima é alcançado através de um funcionamento livre do mercado e da flexibilidade dos preços e dos fatores de produção, enquanto a segunda prega que toda oferta adicional gera uma demanda adicional, ressaltando a importância do investimento (DROUIN, 2008). Os heterodoxos, por sua vez, discordam dos ortodoxos, tendo como um dos principais representantes, Keynes. Como já foi enunciado anteriormente, após a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, houve um período de depressão, passando alguns economistas a defender a importância da intervenção do Estado (HOBSBAWM, 1995). Essa corrente defendia a ideia da estabilização da economia capitalista e a manutenção do pleno emprego, tendo como efeito colateral a inflação, que ganhou importância posteriormente. Porém, mesmo tentando ter uma pretensão de servir universalmente, o pensamento ortodoxo e heterodoxo não traz em seu arcabouço teórico economias como a do Brasil, não se adequando a essa realidade. O problema está em o desenvolvimento de o pensamento econômico ter como berço países como Inglaterra e Estados Unidos, onde o processo de industrialização e os objetivos da colonização foram completamente diferentes do Brasil.

Caio Prado Júnior afirma que esses modelos econômicos são apenas expressões matemáticas, tornando-se aplicáveis em níveis mais abstratos, em economias com um dinamismo próprio do

sistema capitalista. Em sua obra *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* de 1957, refaz a história do pensamento econômico para caminhar em direção à construção de uma teorização e sistematização da prática que deixe de lado a teoria clássica, procurando uma forma de solucionar os problemas peculiares dos países dependentes. A argumentação consiste em utilizar o método da dialética marxista, ou seja, em transportar a prática para a teoria de forma que a mesma constitua-se levando em consideração o passado colonial brasileiro, sua dependência externa, sua economia de caráter primário - exportador, buscando fugir de aplicações de teorias abstratas em uma realidade completamente particular como a do Brasil e construir uma teoria que se aplique aos países subdesenvolvidos. Vejamos a aplicação desse método.

Ao discutir grandes pensadores como Smith, Ricardo e Marx, o leitor de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* percebe a correlação entre a teoria econômica e a consolidação do capitalismo. Nesse cenário, teoria e prática, unem-se e formam a Economia Política Clássica. Nos países subdesenvolvidos, porém, isso não ocorre, pois não houve uma teoria econômica da sua formação, sendo Caio Prado Júnior o construtor de uma teoria que considere as peculiaridades brasileiras. Caio Prado evidencia em sua obra o papel de Adam Smith na compreensão do sistema capitalista. O autor de *A riqueza das Nações* enxergou a natureza social do valor, descartando o valor do uso e analisando o valor da troca. Na teoria do valor e no sistema capitalista tinha-se de um lado a natureza e o padrão de medida do valor de troca e do outro, a lei do valor que consiste numa norma reguladora onde os bens se distribuem de acordo com a quantidade de trabalho realizado. As perturbações do sistema capitalista giram em torno da possibilidade e eventualidade de transformação desse sistema.

David Ricardo, por sua vez, presente no florescimento industrial e capitalista da Inglaterra, avançou no desenvolvimento da teoria do valor de Smith, analisando interiormente o capitalismo, assentando toda sua análise no trabalho, enquanto Smith trabalhou sempre à margem deste. Segundo Ricardo, o valor de troca das mercadorias era determinado pelo tempo de trabalho gasto na produção, matérias-primas e instrumentos de trabalho. Já o padrão do valor do trabalho era expresso monetariamente pelo salário, meio de subsistência do trabalhador.

A diferença entre o valor dos meios de subsistência (juntamente com os bens consumidos na produção) e o valor da mercadoria produzida era revertida para o capitalista sobre a forma de lucro. A última questão da teoria do valor foi resolvida por Marx, que desenvolveu a natureza do lucro no sistema capitalista, a chamada mais-valia. No século XIX, época em que desenvolveu sua ideia sobre o tema, o capitalismo estava maduro e a diferenciação e separação de classes era nítida. Marx argumentava da seguinte forma: no sistema capitalista havia de um lado a classe trabalhadora detentora da força de trabalho conhecida como proletariado, e do outro lado os detentores dos meios

de produção e bens econômicos, a classe burguesa que se beneficiava da mais-valia. Assim, essa diferenciação gera uma luta de classes que poderia ser solucionada de duas maneiras: conservação do sistema, aperfeiçoando-o e assim justificando seu funcionamento ou transformação (situa-se a teoria econômica política burguesa) e destruição (situa-se a teoria econômica do proletariado, o então marxismo) do mesmo. A pergunta a ser respondida é a de como podemos explicar o valor de troca criada pelo trabalho ser superior ao valor de troca desse mesmo trabalho. A teoria ortodoxa e conservadora se valerá dos argumentos de Smith e de Ricardo, criticando o trabalho como exclusiva fonte de valor. A explicação é que essa diferença entre força de trabalho e mercadoria produzida por essa força existe, pois há também uma contribuição do capital e da terra, argumentos esses que persistiam segundo Prado Júnior, até aqueles dias. O socialismo vulgar, por sua vez, defensor da destruição do sistema conclui que o valor tem fonte exclusiva no trabalho e o trabalhador tem direito total a esse mesmo valor. O trabalhado sofre espoliação, devendo por isso ser eliminado. Prado Júnior argumenta que a principal falha da teoria socialista é que a mesma elimina o automatismo e a lei do valor, envolvendo um fator ético que não é medido por essa teoria.

> A lei do valor, que é uma lei natural, não pode sofrer exceções, sobretudo uma exceção que diz respeito ao elemento fundamental de todo sistema. Se é o valor que determina a proporção em que as mercadorias são trocadas, e isso precisamente porque é a base do esforço de produção nelas despendido que aquele valor é computado (e isso constitui a essência da teoria econômica), como então justamente esse trabalho, mercadoria como as demais, é avaliado e trocado, isto é, pago pelo seu valor? A exceção que os socialistas introduzem na teoria do valor joga essa teoria por terra, destrói-a em seus fundamentos. E destrói com isso a própria concepção que atribui ao trabalho a produção do valor (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 60).

Para Caio Prado a teoria econômica do socialismo vulgar (anterior à Marx) possui uma inconveniência irremovível, portando precárias bases teóricas, se opondo à Marx e Engels. A contribuição marxista é de suma importância, já que a mesma consegue deixar de lado as preocupações de ordem "ética". Não existe assim, "injustiça" (afirmada pelo socialismo vulgar) na troca de trabalho e salário, valendo o trabalho exatamente o salário pago, adquirindo o capitalista o valor de troca do trabalho. O sistema capitalista consiste em o capitalista que paga pelo trabalho o valor de troca obter um produto de valor maior.

> Iludem-se, portanto, os socialistas utópicos e reformistas quando pretendem eliminar a exploração do trabalho através de uma correta e justa aplicação da lei do valor; é precisamente dessa correta e justa aplicação que deriva a exploração (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 64).

Para solucionar a questão operária e eliminar a exploração do trabalho basta uma adequada interpretação da economia capitalista, como a realizada pelo marxismo. A solução é eliminar o

privilégio de uma das partes do sistema que é a classe detentora dos meios de produção, através da abolição da propriedade privada, implantando assim o socialismo, sendo isso o marxismo. Os economistas ortodoxos afirmam que o valor da mercadoria provém além do trabalho, de outros fatores como a terra e o capital. A mais-valia resultaria dos demais fatores que colaboram para a produção. Assim, para a economia ortodoxa não são os elementos naturais, mas esses recursos apropriados pelo homem que constituem a fonte do valor. O capital é uma fonte de valor, desenvolvendo-se quando invertido na atividade produtiva. O valor possui três fontes geradoras, segundo os ortodoxos, o capital, a terra e o trabalho. Mas a teoria ortodoxa tem dificuldades de explicar o quanto do valor criado se distribui entre os fatores de produção. Ela atribui à causa o que na verdade constitui o efeito do valor.

> Notemos aqui mais uma vez, a natureza praticista da teoria econômica ortodoxa e sua inspiração na experiência e nas necessidades teóricas imediatistas da classe dominante dos capitalistas e empresários da produção. Para estes o que interessa são valores monetários, que é aquilo com que lidam e que exprime o resultado das suas vendas e os pagamentos que têm de efetuar aos agentes que participam da produção; que exprimem em suma a receita e despesa realizadas em seus negócios e de cuja diferença resulta o lucro que esperam e que é tudo quanto os preocupa. É sobre isso que desejam e precisam se informar, e é disso que tratará a Economia Política, seja embora com formulações mais ou menos ambíguas que disfarçam seus verdadeiros propósitos (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 70).

O principal objetivo da Economia Política ortodoxa consistirá em observar os fluxos e refluxos monetários que reproduzem o processo econômico do capitalismo que consiste na trajetória da produção à distribuição. Segundo Caio Prado, os clássicos se preocupavam acima de tudo com o sistema de trocas, dando à moeda um papel de intermediária das mesmas. A forma monetária representa o início e o fim do processo de circulação do capital. Assim, para o autor a Lei de Say que subestima a moeda e considera a troca como um todo inseparável, está embasada em fundamentos falsos, não havendo nos economistas clássicos nada de novo. A teoria econômica do capitalismo e a Economia Política se constituem com a liberdade dos indivíduos. O conjunto ideológico que acompanha a Economia Política é o liberalismo, que a partir do século XVIII na Europa, orientou os homens pregando a liberdade econômica. No mundo capitalista o grande artífice é a burguesia que faz somente o que convém aos seus interesses. O lucro condiciona o funcionamento do sistema e é essencial no processo de inversão, pois é a principal causa e estímulo para as inversões. O lucro passa a receber maior importância, surgindo na obra de Keynes mesmo que indiretamente sob forma de eficiência marginal do capital, que na obra keynesiana é um dos principais fatores do capitalismo.

> Realmente é o lucro, mais que outro fator ou circunstância qualquer do capitalismo que caracteriza o sistema. É assim pelo menos, ou deve ser para a análise econômica (PRADO JÚNIOR, 1961, p.81).

O elemento central do sistema capitalista é o lucro, fonte de riqueza, receita e de domínio da burguesia, classe fundadora do sistema. O lucro acumulado gera a acumulação do capital que objetiva mais lucro e uma nova acumulação do capital. O dinamismo do capitalismo é o ciclo produtivo, que forma e reforma o capital, resultando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de mercadorias, ocasionando as crises de superprodução. Com o amadurecimento do capitalismo, as oportunidades de inversão declinam e a produção e o consumo não encontram compensação e as crises econômicas se agravam (desemprego, regime social e político precários) havendo necessidade de uma nova teoria que interprete e previna a crise. Portanto dessa maneira, Caio Prado evidencia a utilização do método dialético na obra de 1957, e isso fica claro ao expormos suas críticas às teorias tradicionais.

Com o que foi enunciado anteriormente, pode-se concluir que as teorias impostas ao Brasil sempre foram de especificidade dos países desenvolvidos, que diferentemente, não têm em sua gênese o caráter dependente, primário-exportador e colonial. Na teoria ortodoxa os mercados internos e externos se equiparam e são subdivisões do mercado em geral. No Brasil, isso não ocorre e percebe-se um mercado interno à parte e individual. O consumo internacional dos gêneros produzidos no Brasil criou as condições para a instalação e organização no território brasileiro (PRADO JÚNIOR, 1968). A nacionalidade brasileira se estruturou com o mercado direcionado ao exterior. O mercado interno, por sua vez, não se equipara ao mercado externo, muito menos ocorre em paralelo com o mesmo, mas é uma função do próprio, ou seja, derivava dele. O Brasil tem assim, papel subalterno e dependente, organizando-se com um único objetivo, o de satisfazer as necessidades das economias internacionais (PRADO JÚNIOR, 1957). Seus fundamentos econômicos estarão em função do mercado externo e suas atividades dependerão sempre da receptividade e da rentabilidade desse mercado.

> (...) é um tal fornecimento para o exterior que promove o crescimento do país, determina os seus padrões de riqueza, e pois o consumo e mercado interno que por seu turno estimularão atividades produtivas voltadas para esse mesmo mercado interno (PRADO JÚNIOR, 1968, p. 140).

Contraditoriamente, as insuficiências do mercado externo devido à guerra de 1945 e as depressões econômicas causadas pela crise de 1929, deterioraram a capacidade de importar do Brasil ocorrendo um aumento da dinâmica interna e gerando o processo de substituição das importações, que resultou o processo de industrialização (TAVARES, 1972).

Percebemos assim, que há o predomínio da função exportadora. A indústria que se constitui depende dos produtos semielaborados e matérias-primas do exterior. Essa conjuntura econômica brasileira de se mostra incapaz de difundir a vitalidade econômica do país, permanecendo um sistema obsoleto que coloca obstáculos ao desenvolvimento. Devido a essas características, Caio Prado Júnior busca em sua obra mostrar a necessidade de uma teoria que seja real e atenda as necessidades de países diferentes em relação ao tipo de colonização e que apresente uma economia atrasada. Estudar a teoria econômica para Caio Prado Júnior é imprescindível, já que o autor tenta ao longo da obra de 1957 criticá-la, sugerindo posteriormente uma nova teoria que se adeque às características brasileiras. Desta forma, Prado Júnior faz uma reflexão sobre o tema em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, que como o próprio nome diz esboça a teoria econômica tentando ressaltar as dificuldades da adaptação ao Brasil.

Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica: **compreendendo as peculiaridades do Brasil**

A obra de 1957 possui um caráter especifico das demais citadas inicialmente, que contemplavam sempre a história da economia brasileira e o atraso nacional. Caio Prado Júnior sem abandonar o cerne de sua preocupação com a relação passado/presente, aborda a teoria econômica como um preâmbulo para apresentar o melhor instrumental para compreender os dilemas do presente, no qual a economia, em sua conexão com a história brasileira, assume importância central. Para tanto, iremos revisar o conceito do autor sobre o capitalismo e o seu diagnóstico sobre os problemas do Brasil e dos países subdesenvolvidos, introduzidos em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*.

Caio Prado apresenta na obra o capitalismo como uma organização da sociedade moderna, das relações econômicas e das teorias interpretativas dessa organização. Esse capitalismo resulta em uma política econômica que reage sobre a organização e a modifica, conforme suas regras. Porém, nos países subdesenvolvidos o capitalismo se instaurou de maneira atrasada e se deparou com uma realidade completamente diferente dos países desenvolvidos. Surge daí, a necessidade de uma teoria econômica que se aplique e se inspire nas reais necessidades dos países atrasados em relação aos outros. Essa visão mostra um lado particular e único, até então nunca abordado pelo autor.

Prado Júnior analisou o fator econômico desde sua gênese e natureza no ato da troca de bens até a etapa de mercantilização desses mesmos bens, incluindo a força de trabalho que constitui a base de um sistema de organização econômica chamada capitalismo. Evidencia ainda, que existem diferentes concepções e teorias econômicas, dissertando desde os antigos interpretes até os mais atuais, os economistas clássicos, socialistas e os keynesianos. Ao se relacionar com o capitalismo

mundial, a economia dos países subdesenvolvidos passou a funcionar para cumprir os objetivos que não eram os seus. A economia se torna débil e instável ao atender os interesses externos, não tendo autonomia e força própria, direcionando-se sempre à produção que atendesse as demandas internacionais.

> Enfim, a riqueza de Caio Prado consiste em ter qualificado a especificidade do estado de incerteza perante o desconhecido que é característico das economias capitalistas de origem colonial que não superaram sua posição subalterna na economia mundial (SAMPAIO JÚNIOR, 1997, p.111).

A originalidade de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* é fazer um debate até então não discutido em sua obra: o uso inadequado de teorias econômicas desenvolvidas e formuladas para países capitalistas, em economias periféricas com necessidades características e especificas.

Em 1957, Caio Prado passou de um diagnóstico histórico-conceitual da economia brasileira para uma análise das teorias econômicas. Com isso procurou deixar explícito o 34 papel inapropriado da teoria ortodoxa no cenário brasileiro. Este cenário, segundo o autor, tinha as peculiaridades de um país dependente e atrasado, formado com bases coloniais que o afastava dos até então países desenvolvidos. O modelo ortodoxo não compreendia a realidade brasileira, suas deficiências, necessidades e especificidades, encaixando-a em um panorama mundial que não fazia parte de suas reais possibilidades de desenvolvimento. Salienta ainda que a análise e a interpretação dos fatos econômicos dependem das experiências que determinaram a teoria, ou seja, uma prática da ação.

Na economia o mais importante é compreender os fatos relativos à produção e distribuição dos bens gerados, dando destaque ao processo tecnológico, responsável pela elevação da capacidade produtiva acima do nível mínimo de subsistência resultando um excedente (PRADO JÚNIOR, 1957). Na teoria ortodoxa cada país possui diferentes níveis de desenvolvimento, podendo ser até mesmo nulo ou negativo, e que mesmo com essas diferenças devem acompanhar a trajetória econômica mundial. O desenvolvimento nessa teoria consiste no progresso econômico, medido pela renda nacional per capita, baseando-se puramente em aspectos quantitativos. A teoria econômica ortodoxa (teoria do capitalismo) quando transportada para os países subdesenvolvidos, evidencia o caráter periférico e complementar dos mesmos, tendo como fundamento os interesses privados representados pelos grandes trustes internacionais. Essa teoria passa a apresentar somente caráter de fornecedoras de produtos primários das economias subdesenvolvidas. Caio Prado classifica o ortodoxismo como simplista de natureza falha e insuficiente. O subdesenvolvimento, sobretudo em países como o Brasil, não é definido pelo grau de desenvolvimento e progresso ou muito menos pela renda nacional, mas sim pela posição específica que ocupa no sistema capitalista. Países subdesenvolvidos possuem posição periférica e complementar, sendo subordinados e dependentes, geralmente fornecedores de

produtos primários como no caso brasileiro, servindo aos interesses dos países dominantes do sistema (PRADO JÚNIOR, 1957).

No decorrer da obra *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* (1957) Caio Prado nos remete ao seu principal argumento de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), ou seja, a superação do passado colonial brasileiro e reestruturação em bases nacionais do país como solução para o problema do subdesenvolvimento. Prado mostra a universalidade dada à teoria econômica, enfatizando que não existe uma ciência econômica total e absoluta que tenha princípios e leis aplicáveis generalizadamente. A acumulação capitalista e a inversão do capital formado condicionam e promovem o desenvolvimento capitalista e o progresso tecnológico. A acumulação nos países subdesenvolvidos impulsiona atividades alheias, não havendo nenhum estímulo interno e a formação de capitais nesses centros periféricos, por sua vez, é destinada ao exterior através das importações que sugam o poder aquisitivo interno, desequilibrando produção e consumo. A falta de produção interna faz com que a inversão, além de depender da acumulação, dependa também da disponibilidade de recursos em moeda internacional, gerando uma situação especial no funcionamento das economias subdesenvolvidas, questões essas que não estão presentes nas teorias econômicas tradicionais. O processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, no que diz respeito à acumulação e a inversão, possui aspectos peculiares que as teorias econômicas correntes não consideram. Aspectos como a especialização na produção de gêneros primários destinados à exportação de algumas necessidades, como as manufaturas via importação.

A solução para o desequilíbrio das contas externas dos países periféricos segundo Prado (1957) é uma política econômica permanente, capaz de aproveitar ao máximo os esforços e recursos transformando a economia periférica em uma economia apoiada em bases nacionais, eliminando qualquer intervenção privada no comércio e nas transações com o exterior. A ação pública deve se tornar ativa e visar objetivos além do alcance privado, objetivos tais como libertação do trabalho, repartição dos benefícios econômicos, socialização dos meios de produção, etc.

Era necessário se preocupar com bases sociais, com o sentido histórico dos países dependentes e o sentido de sua colonização. Pensando nisso a proposta de Caio Prado é uma nova teoria econômica que deve ser aplicada nesses países com características tão peculiares, levando em conta fatores específicos das economias subdesenvolvidas. Os países periféricos não devem deixar de ser considerados participantes do sistema capitalista, mas integrados ao mesmo, estruturando-se numa economia própria e nacional. O capitalismo consiste na mercantilização generalizada, penetrando no interior do processo de produção onde a força de trabalho é englobada nas trocas. Sua principal característica é sempre voltar ao ponto de partida, sendo então circular. No sistema capitalista há um consumo direto da força de trabalho e um consumo indireto dos meios de

subsistência dos trabalhadores, que são os principais produtores, resumindo-se todos os atos em operações de trocas. Assim a troca sempre implicará em produção e consumo. Segundo Prado Júnior no sistema capitalista existem os fatores de produção que se dividem em trabalhadores ou produtores que possuem a força de trabalho e em proprietários dos bens de produção. Assim, o processo produtivo compreende na troca de força de trabalho por meios de subsistência, recebendo o trabalhador do proprietário dos bens de capital um salário ao vender sua força de trabalho e comprando desses mesmos capitalistas os meios de sua subsistência.

O processo de produção capitalista consiste em: aos trabalhadores dirigem-se os meios de subsistência necessários à reposição de sua força de trabalho, conservando-se para desempenhar a força de trabalho sempre. Os produtores recebem o retorno de seus bens ou um equivalente do mesmo e mais o excedente dessa produção, dando sentido ao processo.

> Esse, em linhas gerais, o sistema capitalista e a maneira pela qual nele se resolvem as questões propostas a qualquer sistema econômico: o que produzir, quanto produzir, para quem produzir (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 52).

Constata-se, portanto a real motivação para a existência do Brasil: a exploração de seus bens primários, evidenciando as falhas das teorias até então impostas ao nosso sistema subdesenvolvido. Caio Prado salienta na obra, que há uma grande necessidade de se criar algo realmente brasileiro, uma teoria que compreenda as dificuldades e particularidades do país.

A teoria do Desenvolvimento Econômico para Caio Prado

Caio Prado Júnior inicia com a publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo* em 1942 a sua posição com a formação da Nação, entrando em linha de consideração os problemas sociais expressos na incorporação da massa inorgânica da sociedade. *Formação do Brasil Contemporâneo, História Econômica do Brasil e História e Desenvolvimento* têm como principal objetivo compreender o passado colonial brasileiro, observando as características e peculiaridades de sua formação e os desdobramentos da dependência externa. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* é discutida neste trabalho para a compreensão da passagem de um diagnóstico social para um diagnóstico econômico dos impasses do presente, sem, entretanto, deixar de considerar a relação passado/presente que Caio Prado Júnior formulou no livro de 1942 e que permanece no conjunto de obras referidas acima.

A reflexão sobre o desenvolvimento econômico se tornou uma instância privilegiada para pensar os dilemas brasileiros nas décadas de 1950 e 1960. As inversões externas realizadas em países

periféricos remuneram o capital invertido, sendo a maior parte delas nos países subdesenvolvidos, ligadas à produção para exportação, aplicando-se também diretamente na produção de matéria-prima e gêneros alimentares exportáveis e indiretamente no transporte de produtos exportáveis e no financiamento da produção e no comércio de exportação. A inversão nos países subdesenvolvidos não abre perspectivas para novas atividades, diferente dos países europeus e norte-americanos. Tem-se assim, a Teoria Imperialista (PRADO JÚNIOR, 1957).

Os países subdesenvolvidos além de exportarem produtos para os países periféricos também instalam suas filiais nos mesmos, onde a mão-de-obra é barata. Essas instalações visam unicamente prologar suas empresas e criação de uma seção de acabamento de seus produtos, visando ampliação de vendas e ocasionando um desequilíbrio do balanço de contas externas dos países subdesenvolvidos, tornando difícil a regularização dos débitos internacionais desses países. Os países coloniais e semicoloniais da Ásia, América e África, não se estruturam em formas e relações próprias do sistema capitalista.

Os países subdesenvolvidos dependem em alto grau da importação, devido à insuficiência de sua produção industrial e a exportação limitada no volume e no preço dos produtos exportados, tornando-se os déficits mercantis cada vez maiores, comprometendo a vida econômica. Assim, ocorre um desequilíbrio entre o que o país deve e o que pode pagar, sendo a correção alcançada através de novas inversões, tornando o endividamento dos países periféricos progressivo. Os empreendimentos estrangeiros somente ocasionam desordem nos países subdesenvolvidos, fazendo com que a estruturação do capitalismo nacional fique sempre em segundo plano, apoiando-se em finanças desorganizadas e em bases aleatórias.

O desenvolvimento através das inversões estrangeiras realizadas pelos trustes internacionais é precário e limitador, pois gera novas obrigações e reduz ainda mais a capacidade dos pagamentos externos, criando-se um círculo vicioso. Essa dependência dos países periféricos com o decorrer dos séculos muda somente de caráter, ou seja, ao se tornar quantitativamente menos dependente após a decadência do modelo tradicional de desenvolvimento o país muda qualitativamente a natureza de sua dependência ao assumir o modelo de substituição de importações.

O processo de formação do Brasil é desenvolvido através da noção de “sentido da colonização”. Segundo o autor, todo povo possui um sentido, que deve ser compreendido para um estudo detalhado de sua evolução. Assim, para entendermos a história brasileira, devemos encontrar o seu sentido histórico. O sentido da colonização seria atender aos interesses comerciais exteriores, da metrópole durante o período colonial, das nações desenvolvidas no Brasil pós independência. Mesmo com o passar dos anos o Brasil continuou com caráter 55 dependente. Esse argumento central do autor deixa visível sua posição sobre o assunto, ou seja, mesmo com a industrialização e

diversificação econômica o Imperialismo continuou a perdurar até os dias atuais em virtude do sentido da colonização que está presente no panorama econômico brasileiro (PRADO JÚNIOR, 2011).

Ao longo de *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor critica o espírito mercantil e individualista da sociedade portuguesa colonial, assim como em História e Desenvolvimento. Podemos depreender, portanto, que o desenvolvimento econômico para Caio Prado Júnior consiste na superação do sentido da colonização. Ou seja, na superação da determinação externa de toda a estrutura econômica e social do país, o processo histórico é quem mostra onde a questão do desenvolvimento se encontra, e o uso desse método histórico é claro na obra de *História e Desenvolvimento* de 1968. O país deveria então, estimular a produção que atendesse o mercado interno e criasse um espaço econômico de "existência autônoma". O passado colonial brasileiro é o principal responsável pelas deficiências que limitam o desenvolvimento. Dessa forma, dada a insuficiência estrutural da economia brasileira, o autor argumenta que a relação do país com as grandes potências capitalistas é sempre dependente e subalterna. O desenvolvimento econômico vai assim, além da difusão de técnicas modernas e da industrialização. Necessita-se de uma compreensão histórica da realidade e uma prática teórica fundamentada na realidade brasileira.

Caio Prado Júnior caminhou em direção à uma conclusão que foi estabelecida com a publicação de *História e Desenvolvimento* em 1968. Nessa obra o autor contextualiza tudo o que foi discutido anteriormente nas outras obras publicadas. Foi em 1968 que concluiu a importância da história na realidade do Brasil, a necessidade da superação de um passado colonial e a dificuldade na adaptação das teorias prontas que nos foram impostas. Prado Júnior, constatou em 1968 o que havia iniciado em 1957, ou seja, ressalta a ausência da inserção da história nas teorias que tanto havia criticado em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, ressaltando que o elemento histórico, fundamental para a elaboração de uma teoria que abarcasse as reais necessidade brasileiras, havia sido sempre eliminado de qualquer compreensão sobre o desenvolvimento. Compreendido esse salto de Prado Júnior em relação ao pensamento econômico, cabe agora nos determos na explicação das possíveis perspectivas para ação e se esse tipo de teoria foi diretamente proposto no decorrer de sua trajetória intelectual.

Considerações Finais

Perspectivas para Ação

Ao decorrer do presente trabalho percebemos que a partir de *Esboço dos Fundamentos Teoria Econômica*, Caio Prado muda a maneira como procura compreender os problemas do presente e realiza uma reflexão sobre os anos 50, década em que a obra foi publicada. Já foi discutido anteriormente que o objetivo principal de Caio Prado Júnior é encontrar respostas para o presente utilizando do marxismo e criticando as teorias econômicas e as outras formulações marxistas que não levavam em conta a realidade específica dos países subdesenvolvidos.

Na obra *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, que lança luz sobre os conceitos econômicos que servem de base para as análises de Caio Prado Júnior, fica evidente o equívoco de Guido Mantega em *A economia política brasileira*, quando o mesmo afirma que os pensadores brasileiros fundamentaram suas análises sobre a economia brasileira através da releitura econômica convencional, como a clássica, marxista, neoclássica, keynesiana e outras, não considerando as especificidades e peculiaridades do Brasil, aplicando modelos de interpretação do capitalismo internacional e desenvolvido. Nessa afirmação, Mantega não reconhece o importante papel de Caio Prado em tentar pela primeira vez no pensamento econômico brasileiro debater a inadequação das teorias dos países subdesenvolvidos. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* trouxe um questionamento sobre as teorias internacionais para países desenvolvidos em uma realidade como a do Brasil. Portanto, Caio Prado não se inclui nessa gama de pensadores que somente adaptam modelos teóricos ao país.

Caio Prado busca no decorrer da obra uma teoria que leve em consideração a especificidades desses países subdesenvolvidos, atribuindo à história papel fundamental para a compreensão das economias coloniais e atrasadas. Cada país tem suas especificidades e no caso dessas economias periféricas o processo histórico tem suma importância, não se adaptando a nenhuma teoria pronta, vindo daí a necessidade de se construir uma teoria para esse caso específico. A ideia de que as teorias econômicas existentes no Brasil nos foram impostas, sem sequer realizar uma análise da real situação de um país, que como já enunciado pelo autor em 57 1942 na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, possuía como único sentido de existência: a colonização para exploração. O autor dedica a obra de 1957 a uma minuciosa análise da teoria econômica concebida nos países desenvolvidos, até então utilizada em países periféricos.

> Os diversos artigos publicados na Revista Brasiliense a partir de 1955, os livros "Esboço dos fundamentos da teoria econômica" (1957) e "Diretrizes para uma política econômica brasileira" (1954), fundamentaram uma posição que era ao mesmo tempo nacionalista, ao postular a afirmação da nação através de uma economia voltada ao mercado interno e ainda (pelo menos nos anos 50) dentro dos marcos do capitalismo, e radical, por rejeitar a possibilidade de que o capital estrangeiro pudesse ter qualquer papel progressista na constituição de uma economia daquele tipo (COLISTETE, 1990, p. 108).

A obra consiste em uma análise do fator econômico/teoria econômica, discutindo desde a troca de bens até a mercantilização dos bens e do trabalho humano, compreendendo o capitalismo como uma organização econômica. Analisa-se assim, as diferentes concepções e teorias econômicas da organização capitalista. A conclusão de Caio Prado é a necessidade de uma teoria que compreenda a economia dos países desenvolvidos.

> Em outras palavras, o que se propõe aos países subdesenvolvidos é superarem o estatuto em essência e fundamentalmente colonial de sua economia, e se reestruturarem em bases propriamente nacionais. Mas para realizarem isso, impõem-se uma política econômica inspirada em concepções em que eles hoje se acham. O que requer uma nova teoria econômica (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 212).

Fica, portanto evidente, o foco de *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* e sua mudança em relação às demais obras de Caio Prado Júnior. Enquanto nos anos anteriores à década de 1950 as obras tinham um caráter social e histórico, essa obra em especial tem um foco econômico, visando discutir as falhas da teoria econômica, importadas pelos países periféricos. Ao expor o diferencial da obra chegamos ao momento final do presente trabalho. A seguir destacaremos como Caio Prado Júnior concluiu o que iniciou em 1957 e a importância dada aos aspectos históricos, até então não levados em consideração na formulação das teorias econômicas.

A importância da obra *História e Desenvolvimento*

No conjunto de produção de Caio Prado Júnior História e Desenvolvimento aparece como obra posterior a Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica, sendo publicada em 1968. Caio Prado realizou uma compreensão crítica do desenvolvimento, tentando elaborar uma política econômica particular para o mesmo. Nesta obra, o autor retoma o lugar da história, depois de ter se dedicado ao estudo da teoria econômica, enfatizando a importância da mesma nas análises econômicas do presente. O que o livro História e desenvolvimento representa é a retomada das preocupações de Formação do Brasil Contemporâneo, com um diferença importante: enquanto no livro de 1942, o diagnóstico do presente foi feito tendo como eixo a Formação da Nação e as dificuldades em superar as clivagens sociais do setor inorgânico da sociedade, em História e desenvolvimento o diagnóstico sai do campo social e vai para a esfera econômica, fazendo eco às discussões no Brasil dos anos de 1950. Para esse salto no diagnóstico do presente, tem-se como momento fundamental nas reflexões de Caio Prado Júnior a obra Esboço dos Fundamentos da Teoria

Econômica, onde empreende uma epistemologia da ciência econômica, para fundamentar suas análises sobre o presente.

Cabe aqui discutir brevemente as principais discussões na obra de 1968. História e Desenvolvimento evidencia a busca dos antecedentes da problemática atual através de pesquisas sobre a evolução histórica brasileira e a formação econômica e social do país. Segundo Caio Prado, a problemática atual circulava em torno das possibilidades de "desenvolvimento", afirmando que só através do mesmo o país poderia alcançar o nível e os padrões da civilização moderna. No caso brasileiro, o foco é o "subdesenvolvimento", que abarca países com capitalismo não completamente amadurecidos ou não se insere na forma clássica na qual o capitalismo se desenvolveu.

O processo histórico brasileiro é marcado pela dualidade de seu sistema econômico: de um lado, a tradicional produção de gêneros primários para a exportação e do outro, o emergente mercado interno que traz consigo a indústria. São dois setores que andam separadamente e nunca recobrem um ao outro. Produtos primários como a castanha-do-pará, o café, o cacau e tantos outros, tinham como sentido econômico e único a exportação (PRADO JÚNIOR, 1968).

A indústria (PRADO JÚNIOR, 1968) no Brasil substituiu as importações e desenvolveu uma atividade voltada para o mercado interno. A divisão da estrutura econômica brasileira em dois setores, interno e externo, condiciona seu crescimento econômico e o desenvolvimento. Teorias consideradas clássicas sobre o desenvolvimento voltam-se à renda per capita e o ritmo das inversões, que é o que condiciona as flutuações dessa renda. Porém, como já imaginado, a teoria ortodoxa, mostra-se incapaz de avaliar as circunstâncias peculiares dos países subdesenvolvidos.

> A teoria ortodoxa fica no simples relacionamento das inversões, em nível de alta abstração, com o processo de acumulação capitalista que por seu turno se liga esquematicamente à poupança conceituada simplesmente como excedente da receita acima das despesas de consumo (PRADO JÚNIOR, 1968, p. 135).

No Brasil, o processo de capitalização é realizado já na produção, originando-se de lucros que não foram distribuídos, revertendo-se na própria produção. Nossa produção sempre esteve voltada para o mercado e condicionada a ele. O progresso econômico brasileiro sempre esteve ligado às conjunturas comerciais favoráveis aos nossos produtos exportação (PRADO JÚNIOR, 1968).

> O capital, as inversões, as atividades produtivas e tudo mais, até mesmo os índices demográficos, se condicionam direta e imediatamente àquela conjuntura. São seu reflexo e sua consequência (PRADO JÚNIOR, 1968, p. 138).

A importância de citar neste trabalho a obra posterior à *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* é mostrar ao leitor que Caio Prado Júnior foi além de apensas sugerir uma nova teoria

econômica que contemplasse as necessidades dos países periféricos. Caio Prado concluiu em *História e Desenvolvimento* a análise que iniciou em 1957, ou seja, a proposta da criação de uma teoria que contemplasse a realidade periférica, atrasada e direcionada aos interesses internacionais da economia brasileira. Em *História e Desenvolvimento* ele deixa implícito que o grande diferencial dessa teoria seria acrescentar à ela os fatores históricos do Brasil, como a excessiva dependência em relação ao capital internacional, a colonização para a exploração dos bens primários, a imitação dos padrões de consumo externos, entre outros.

Ao escrever em 1968 Caio Prado mostra que não há uma teoria econômica pronta para países como o Brasil, mas o que existe é uma interpretação histórica dos dilemas econômicos do Brasil, que são explicados pelo passado e que nunca foram considerados pelas teorias clássicas impostas aos países subdesenvolvidos. Concluímos assim, que a formulação de uma teoria que contemplasse a realidade brasileira, deveria primeiramente fazer uma interpretação histórica dos dilemas econômicos do Brasil, que são explicados pelo passado.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. de P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CÂNDIDO, ANTONIO. "A revolução de 30 e a cultura". Novos estudos Cebrap. São Paulo, v. 2, n. 4: abril de 1984, pp. 27-36.

COLISTETE, Renato P. O desenvolvimentismo e seus criticos: as ideias da CEPAL e de Caio Prado Jr. sobre a internacionalização econômica nos anos 50. 1990. 310 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia da Unicamp. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1990.

COUTINHO, Maurício Chalfin. Incursões Marxistas. In: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. Ensaios de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2007.

DARNTON, Robert. O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DROUIN, Jean-Claude. Os grandes economistas. 1ª ed. São Paulo: Martins, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. Revista Brasileira de Economia [online]. 2000, vol.54, n.3, pp. 333-358. ISSN 0034-7140. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402000000300004 Acesso em: 28 de maio de 2014.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: O breve século XX 1914 – 1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. Sobre História. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IUMATTI, Paulo. Caio Prado Jr: uma trajetória intelectual. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

KORNIS, Amanda Almeida. Sociedade e Cultura nos anos 1950. Disponível em: Acesso em: 10 de abril de 2014. LESSA, Carlos. Projetos estruturantes e o desenvolvimento nacional. Jornal Valor Econômico, jul. 2006. Disponível em: . Data de acesso: 3 jul. 2014.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio: contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. 10ª ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de capital e demanda efetiva. 1979. 232 f. Tese de Livre Docência - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1979.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da. Nova história em perspectiva. São Paulo: Cosac Naify, 2011, v. 2.

OREINSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKY, Antonio C. Democracia Com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, M. de P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

PERES COSTA, Wilma. Reseña de "Aproximações: estudos de história e historiografia" de Fernando Novais. Revista Brasileira de Ciências Sociais [On-line] 2006, 21 (junho): [Data de consulta: 19/jan/2014]. Disponível em: <http://www.redalyc.org:9081/home.oa?cid=2574420>.

POSSAS, Maria S. Maria da Conceição Tavares. In: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. Ensaios de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. História e Desenvolvimento: Tese de Livre-Docência para a Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 46ªed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PREBISCH, Raúl. “O desenvolvimento econômico na América Latina e alguns de seus principais problemas". In: Prebisch, R. O manifesto latino-americano e outros ensaios. Organização e Introdução de Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto Editora / Centro Celso Furtado: 2013.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora 34. 2000. REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução Brasileira”. São Paulo: Revista Brasileira de História. Vol. 19, nº 37, 1999.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Entre a Nação e a Barbárie. Biblioteca Central da Unicamp, 1997. SECCO, Lincoln. O Marxismo de Caio Prado Jr. Disponível em: http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/oMarxismoDeCaioPradoJr.pdf. Acesso em: 26 de julho. 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VIANNA, Sérgio B. Duas tentativas de Estabilização: 1951-1954. In: ABREU, M. de P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

VIANNA, Sérgio B. Política Econômica Externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, M. de P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889- 1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

O TRIBUNAL DA SANTA INQUISIÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS DE CARTAGENA E SALVADOR.

Jéssika de Souza Cabral Corrêa[1]

Resumo:

Neste trabalho tentaremos demonstrar o enraizamento burocrático do tribunal do santo ofício nos reinos americanos, analisando a nacionalização da inquisição, os conflitos de jurisdição e as estratégias dos poderes civil e eclesiástico para tentar sobrepor-se um ao outro. Tentaremos também relacionar a política econômica do antigo regime aos dados obtidos das fontes produzidas na visitação ao Brasil, de 1691 e os dados do tribunal de Cartagena entre 1610 a 1636. Analisaremos os esses dados à luz das redes de comércio entre as colônias do império, para tentar explicar perfil social, os delitos, a origem e a localização dos perseguidos pela inquisição.

Palavras chaves: Inquisição, História econômica, Salvador, Cartagena.

A instituição: Do ressurgimento a legitimação

A inquisição medieval tradicional foi uma instituição criada pelo papa com objetivo de perseguir os hereges e os erros de fé. A nova inquisição, criada através da bula assinada pelo papa Sisto IV em 1º de novembro de 1478, surgiu a partir das petições dos reis católicos queixosos do crescimento da crença judaica entre os povos cristãos diante da passividade dos bispos. Na organização medieval, a comunicação entre os tribunais era muito mais fluida e horizontal, pois o seu propósito era conservar o poder da igreja perante as autoridades civis, por tanto as atividades dos inquisidores era muito mais coletiva, compartilhavam suas experiências através de cartas, manuais, tipologias das heresias, guias de ação e até em assembleias. No antigo regime, a troca de informações era rara, demonstrando a maior dependência da instituição do poder real. Outra mudança significativa foi o direito de nomear os inquisidores, a princípio direito único do papa, posteriormente transferido aos reis. Essa característica mista do Santo Ofício, civil e

1 Aluna do curso de graduação em História pela Universidade Federal Fluminense UFF. Pólo Universitário Campos dos Goytacazes PUCG. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento regional ESR. RJ. E-mail: jessikacabral15@yahoo.com.br

eclesiástico, marcou a ruptura da instituição medieval com a do Antigo Regime. (BETHENCOURT, 2000)

Essa mistura de jurisdição foi fundamental para o estabelecimento dessa instituição tanto nos reinos de Portugal quanto Espanha. Na prática, os tribunais precisavam ser reconhecidos pelos demais poderes, para que suas ordens fossem executadas e legitimadas. O tribunal da Espanha foi instalado mediante as várias concessões papais ao poder temporal, pois o rei não poderiam aceitar que uma instituição autônoma obediente à Roma possuísse amplos poderes dentro do seu próprio reino. Algumas medidas foram tomadas, afim de, “naturalizar” e “estatizar” o poder do santo ofício. A primeira delas foi exigir a presença de funcionários laicos dentro do tribunal, para que pudessem contar às decisões que por lá se discutiam, a segunda foi exigir que os inquisidores nomeados fossem naturais do seu território. Além disso, o rei era consultado regularmente sobre as decisões do tribunal, marcando assim a perda de autoridade da instituição nos territórios espanhóis. O caso português foi herdeiro da experiência espanhola, desde o início em 1451, a estruturação do tribunal foi centralizada no poder real, sem resistência significativa, porque o próprio rei se encarregara de escrever cartas aos poderes civil e eclesiástico em de apoio aos tribunais. (BETHENCOURT, 2000)

Entretanto o santo ofício também se beneficiou dessa ambiguidade do seu estatuto, para obter mais autonomia. Para escapar da política régia apelava ao papa enquanto para escapar de algumas decisões de Roma se apoiava no rei. Em contrapartida o tribunal também foi usado como ferramenta das monarquias para recorrer às decisões do papa (BETHENCOURT, 2000). O poder dessa instituição reside na especialização. É um tribunal de origem cristã superior ao clero secular com ordens diretas do papa, isso lhe concede determinados poderes e um senso de superioridade diante dos bispos. Aos inquisidores recaia a responsabilidade de verificar e julgar os desvios de comportamento do clero, porque a imagem da igreja estava desgastada devido aos ataques e críticas realizadas durante o movimento de reforma protestante. Diante desse quadro fazia-se necessário reconquistar a confiança dos fiéis, por isso foi acrescentado no rol das heresias perseguidas o delito da solicitação, um tipo de assédio cometido pelos clérigos no ato da confissão. Este era com certeza um delito muito grave, pois poderia levar a igreja a

perder espaço nesse contexto da contrarreforma. Do ponto de vista do clero secular, o controle moral serviu para submetê-los ao julgo dos inquisidores. Além disso, o tribunal poderia elevar ou rebaixar um indivíduo socialmente. Na primeira hipótese nomeando ao posto de familiar do santo ofício, na segunda, vetando o acesso, dos acusados e sua família, ao exercício da medicina, dos cargos públicos, do uso de determinadas vestimentas etc. (BETHENCOURT, 2000) Exemplo disso foi o processo de Baltasar de los Reyes, cristão novo, morador de Cartagena, que exercia o ofício de cirurgião, trajava roupas de seda e andava a cavalo. Esses eram hábitos proibidos para uma pessoa que possuía um parente relaxado ao braço secular, sob acusação de judaísmo. Outro exemplo é o processo de Maria de La O, reincidente processada por esse mesmo tribunal, acusada de bruxaria que violou a proibição e trajando roupas de ceda.

O santo ofício criou dois mecanismos para obter maior controle e desviar-se da centralização burocrática civil: as visitas de distrito e a organização de uma rede de familiares do tribunal. A primeira servia para manter o regulamento, a conduta dos funcionários, neutralização dos conflitos internos, dos conflitos com o clero secular e com as autoridades civis. E a segunda consistia em uma rede de pessoas comuns, nem sempre nobres, que atuavam em nome do santo ofício em uma determinada região, gozavam de privilégios como prestígio social, isenção de impostos e serviço militar. Em Portugal essa rede de familiares garantiu o enraizamento e o sucesso precoce do tribunal ainda no século XVI. (BETHENCOURT, 2000)

A organização hierárquica do tribunal em ordem crescente era: o tribunal do distrito respondia diretamente ao inquisidor geral e conselho geral, (no caso espanhol: conselho de la suprema), este por conseguinte respondia ao rei e ao papa. O conselho geral era nomeado pelo inquisidor geral mediante a consulta com o rei. A estrutura de cada tribunal de distrito contava com vinte funcionários, tendo a frente três inquisidores. Segundo dados citados por Bethencourt para a inquisição espanhola, em 1498:

> “O inquisidor recebia 60 mil maravedis; o fiscal, 30 mil; o notário do secreto, 30 mil; o alguacil responsável pelos cárceres, 60 mil; o receptor (tendo um procurador por sua conta), 60 mil; o núncio, 20 mil; o porteiro, 10 mil; o juiz

> dos bens confiscados, 20 ou 30 mil; o contador geral, 60 mil, e o receptor geral, 40 mil.” (BETHENCOURT, 2000, p. 76).

Eram salários relativamente apropriados tendo em vista que havia outros ganhos e privilégios típicos da ocupação eclesiástica. Ainda segundo Bethencourt, o salário de um inquisidor era equivalente, na época, ao de um professor da Universidade de Coimbra. A maioria dos inquisidores gerais, posto chave nos conflitos entre as coroas e o papado, era proveniente de famílias mais abastardas, a investidura desse cargo só poderia ser ratificada pelo próprio papa, era vitalício. Em Portugal a origem social era ainda mais elevada porque o segundo inquisidor geral, d. Henrique, era irmão do rei. O que por anos estreitou os laços entre poder civil e eclesiástico, além de facilitar o enraizamento do tribunal na sociedade portuguesa.

Nem sempre as relações de coexistência eram pacíficas, havia conflitos de etiqueta que nos permite verificar a tensão existente entre os poderes. Nas grandes cerimônias da inquisição eram destinados lugares inferiores aos bispos, isso rebaixava a igreja diante da inquisição, por esse motivo os bispos sempre faltavam às celebrações. Contudo, diante das celebrações laicas, a inquisição ocupava um lugar de pouco destaque perante o rei ou vice-rei, situação constrangedora para a instituição. Sendo assim, o tribunal se restringia somente aos seus domínios. Nos autos de fé e demais solenidades do próprio tribunal, não raro, os reis se ausentavam e eram substituídos pelos vice-reis por obrigação legal. Na sociedade de status, do Antigo Regime, uma instituição de natureza dupla, mas que paradoxalmente precisava se afirmar diante dos poderes civil e eclesiástico, não é surpresa que o tribunal tenha escolhido a reclusão, participando somente das suas próprias cerimônias, a fim de proteger a sua frágil autoridade. (BETHENCOURT, 2000)

Outro aspecto importante para compreendermos a estrutura do tribunal e a sua ação repressiva são os éditos. Os éditos eram como informes que tornavam públicas às atividades do tribunal, havia três tipos: O édito de graça, o geral e o menos comum, o particular. O conteúdo era variado poderiam tratar: abertura do período da graça, listagem dos excomungados, descrição dos delitos e heresias, informarem as proibições, catalogar

dos livros proibidos etc. Através do édito de graça[2] era concedida a população trinta dias para confessarem seus delitos ou apontar os delinquentes, sem que lhes fosse confiscados os bens, as confissões sinceras contariam com a misericórdia do Santo Ofício. Os reis poderiam intervir e prorrogar o tempo de graça, o que tornava a situação do tribunal ainda mais delicada, pois na ocasião de intervenção direta recorriam junto ao papa. No édito geral é onde podemos encontrar a descrição pormenorizada dos delitos, um tanto estereotipados, mas era a visão católica sob o islamismo e, sobretudo judaísmo. (BETHENCOURT, 2000). Um dos primeiros esboços da hierarquia dos delitos de Nicolau Eymerich:

> [...] Heresia, judaísmo, idolatria, adoração e sacrifício dedicados ao demônio, adivinhação, sortilégios e abusos do sacramentos, proteção dos hereges, posse de livros necromancia ou de invocação dos demônios, suporte e auxílio aos hereges, impedimento da ação inquisitorial." (BETHENCOURT, 2000, p. 163)

A partir do século XVI há o processo de ampliação da jurisdição inquisitorial, novas heresias são catalogadas, como bigamia, sodomia e solicitação. Além disso, tornara-se delito comercializar com os povos hereges, no caso o comércio de cavalos e armas com os Estados mulçumanos no norte da África e os huguenotes. Os éditos particulares eram mais voltados para circulação interna, orientando os tribunais sobre os livros proibidos a serem inspecionados nas bibliotecas, gráficas e até mesmo dentro dos navios ancorados no porto. (BETHENCOURT, 2000)

A inquisição não avaliava o crime moral em si mesmo, mas sim aqueles que de certo modo fossem assimilados a heresia, seu papel era detectar erros de fé, buscar os indivíduos que por escolha própria e consciente se desviaram dos dogmas da igreja. A diferença, por exemplo, entre a bigamia e o concubinato, o primeiro é criminalizado devido ao fato do casamento ser um juramento diante de Deus e da santa igreja, portanto casar-se duas vezes, sendo o cônjuge vivo, é mentir diante do sagrado, quanto o concubinato é apenas um desvio moral que não implica em sentir mal da fé. Também

2 O período de graça tinha a função estratégica de extrair das confissões espontâneas as ligações com outros indivíduos envolvidos em casos de heresia, porque é uma prática muito conhecida dos acusados entregar nomes para tentar se livrar da pena. Estes nomes seriam posteriormente investigados e processados.

encontramos nas fontes registros “casadouros” e “fornicários”, o primeiro grupo defendia o estado dos casados sob o dos clérigos, o segundo o sexo antes do casamento (com mulatas) sem haver nisso pecado. (BETHENCOURT, 2000)

Alguns desvios são típicos da cultura popular sincretizando paganismo medieval e o catolicismo, como: sexualização e humanização de cristo, duvidar da pureza da virgem, a invasão do profano no sagrado em práticas rotineiras, profanação da cruz, proferir palavras da consagração da hóstia durante atos sexuais, enfim, sempre fazendo alusão aos fluidos corporais. Essa mistura estava relacionada à renovação[3] segundo a concepção popular.

A maioria desses delitos estava ligada as críticas que o catolicismo recebia desde a reforma protestante. Os teólogos protestantes não pregavam a liberdade sexual, atacavam o dogma do casamento por ser uma instituição criada por homens e não por Deus. Era mais uma contestação do sacramento entre outros tantos no período da reforma de Lutero e Calvino. O não reconhecimento de Maria como uma santidade era outro ataque aos dogmas da Igreja. Desse modo o Santo Ofício, braço violento da Igreja, possuía dois inimigos: a cultura erudita e a popular, condenando desde as ideias de um Herasmo de Roterdã às de homens como o moleiro menocchio. “Promovia conexões imaginárias entre os inimigos doutrinários da Igreja e os valores da gente comum irredutível aos dogmas oficiais.” (VAINFAS, 2010, p 257).

O que justifica a perseguição a sodomia é a argumentação de que tal ato viola a ordem natural do corpo, ou seja, desestrutura a ordem. Em caso de sodomia perfeita, quando há derramamento de sêmen, o acusado poderia ser condenado à fogueira. A partir da leitura das fontes percebemos que muitos deles omitiam ou negavam o nefando perfeito, demonstrando conhecimento sobre as regras do tribunal. Na visitação do tribunal, realizada em 1591, ao recôncavo Bahiano, não há registros de relaxamento ao braço secular[4] por esse delito. Algumas delações eram motivadas por rixas e conspirações contra o acusado, mas também é comum encontrar casos onde o réu, para se livrar da

3 Segundo a crença popular medieval o baixo corporal estaria ligado a luz, renovação, fertilidade, bem estar, como se os prazeres carnais estivessem bem perto daquilo que é divino. Segundo Ronaldo Vainfas o profano invadia e se misturava ao sagrado.

pena, acusa outras pessoas. Esse foi o caso de Blás de Paz Pinto, processado pela inquisição de Cartagena no ano de 1636, acusado de judaizante, entregou um grupo de aproximadamente cinco pessoas. No entanto, nem mesmo as delações foram capazes de livra-lo das malhas do santo ofício, Blas de Paz Pinto, morreu após a tortura nos cárceres do tribunal antes mesmo de decidirem sobre a sua pena. (ESPLENDIANI, Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1638-1660).

A tortura pode ser entendida como um ato metafísico. Na visão da Igreja, o corpo é o veículo usado pelo diabo para atingir a alma, nada mais lógico que fazê-lo sofrer para arrancar o mal e redimir a alma da condenação, pois o ofício do tribunal era reconciliar o acusado com Deus. Além disso, a tortura deve ser entendida como prática judiciária presente no antigo regime, típica da violência institucional do Estado dos soberanos. Por outro lado, o suplício pode provar a inocência do acusado, como no caso da ex-escrava Gerônima, natural de Sevilla[5], processada no ano 1633, também pelo tribunal de Cartagena das Índias, resistiu à tortura na polé e seria absolvida de suas culpas caso não tivesse morrido antes mesmo da finalização do processo, devido à tortura. Os métodos (o segredo, a tortura...) da inquisição eram praticados por todas as agências de poder do ocidente. A inquisição foi um dos vários instrumentos para disciplinar o homem moderno. (VAINFAS, 2010).

Havia ocasiões em que inquisidor não entendia a heresia ou não se interessava pelo assunto, como no caso da sodomia entre mulheres, misticismo popular, enfim uma gama de assuntos que não poderiam ser facilmente reduzidos aos estereótipos descritos nos éditos e monitórios. O processo da mulata Felipa de Souza mostra-nos o desconhecimento do visitador. A ré foi acusada de sodomia imperfeita, durante a visitação de Heitor furtado no Brasil do ano de 1691, citada em dois outros processos também pelo mesmo delito, teve uma pena de abjuração leve, porque provavelmente o

---

4 Relaxamento ao braço secular significa que a inquisição transferia o caso de pena capital para que a punição fosse aplicada pelo Estado. Porque o direito canônico proibia os clérigos a produzir uma sentença de morte

5 Embora pareça estranho, a fonte mostra claramente a origem da acusada: “Gerônima la partera, negra horra, natural de la ciudad de Sevilla, la cual fue testificada por seis testigos mayores complices de su delito de ser bruja (...)” (SPLENDIANI, 1997, TOMO III, p. 136)

inquisidor não sabia como proceder no caso das lésbicas. Outro aspecto interessante é que nenhuma outra envolvida neste caso foi gravemente punida. (ABREU, 1997)

Nessas situações, a posição do tribunal era de “quebrar” o acusado, ou simplesmente fazê-lo reconhecer a autoridade da instituição. Os que insistiram em desafiar a autoridade da inquisição acabaram engrossando a estatística dos relaxados, caso do traficante inglês Adan Edon, processado por ser luterano e morto porque não repetiu o discurso que o tribunal queria ouvir, a confissão. Durante o processo ocorreram audiências onde foram dadas oportunidades para mudar o seu posicionamento junto do seu advogado, mas se manteve inalterado. (VAINFAS, 2010)

A visitação do tribunal em Salvador

No Brasil não havia um tribunal de distrito como na América Espanhola, Lima (1570), Cartagena (1610) e México (1571). Cogitou-se a ideia de criar um tribunal no entre os anos de 1621-22, mas a ideia não foi adiante devido a resistência da inquisição que julgava poder controlar os desvios de fé mesmo à distância. O Santo Ofício realizou visitas itinerantes e precisou contar com o apoio da rede de contatos dos comissários e familiares da inquisição para manutenção do controle. A primeira visita, e a mais bem documentada foi a de 1691, encabeçada pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, seu objetivo não era verificar a fé dos índios ou “negros da Terra”, mas sim a dos comerciantes portugueses instalados na Região próspera do Recôncavo baiano. Outro propósito era integrar as colônias ao reino, a visita deveria percorrer o Brasil, Angra (Açores), Angola e Madeira. Através das confissões produzidas durante esse período poderemos conhecer um pouco mais da população, do perfil social dos perseguidos, das crenças populares, dos procedimentos adotados pelo visitador, das redes de influência, as penas aplicadas... De modo geral é possível pintar uma aquarela nítida do Brasil dos setecentos.

A vida religiosa no Brasil foi desde cedo muito condicionada ao lar, o privado, propiciando maior ocorrência dos desvios de fé ou doutrina. No velho mundo, a religião estava diretamente ligada ao espaço externo: missas, procissões, festas e outros rituais públicos ao ar livre. No Brasil, no entanto, a vida urbana era precária, os fiéis corriam

riscos ao saírem de suas casas e nas praças não raro poderiam ser encontrados animais selvagens, índios, hostis, negros, quilombolas ou criminosos. Não havia conventos, como na América espanhola, para os fiéis que realizavam os votos, alguns realizavam a clausura na própria residência.[6] Além da distância e escassez dos templos, as donzelas corriam riscos para assistir a missa:

> [...] Displicentes no trajar, ora ira irreverentes nos olhares e risadas, clérigos e leigos ávidos de aproveitar aqueles preciosos momentos de convívio intersexual a fim de fulminarem olhares indiscretos, trocarem bilhetes furtivos [...] (NOVAIS, 1997, p.161).

Por todas essas adversidades naturais e sociais, era muito comum, entre famílias abastadas, a manutenção de uma capela, onde se realizavam todos os ritos da igreja como batizados, primeiras-comunhões e casamentos. Desenvolveu-se aqui, a peculiaridade da religião privada.

No Brasil era difícil definir sagrado de práticas heterodoxas, a linha era tênue. Prática normal era o castigo e a barganha com os santos, principalmente Santo Antônio[7], a veneração às relíquias era uma característica tão forte a ponto de cada indivíduo possuir seu próprio santinho protetor e muitas vezes deixa-lo para outras gerações. Essas práticas beiravam ao sacrilégio, mas algumas eram inclusive recomendadas pelos próprios clérigos. Quando todos os métodos e barganhas com o santo não resolviam, alguns recorriam às práticas de orações amatórias, cartas de tocar, bolsas de mandinga e o uso de objetos sacros associados ao sexo com objetivo de cativar a pessoa amada. Além disso, era habitual recorrer a benzedeiros, curandeiros, adivinhos em busca da cura para males diversos, espinhela caída, quebranto etc... (NOVAIS, 1997)

Diante desse quadro, podemos imaginar que não foi tarefa fácil para o visitador, Heitor Furtado encaixar os delitos típicos do trópico nos manuais clássicos de heresia que

---

6 As donzelas realizavam a clausura em casa inspiradas pela trajetória de Santa Rosa de Lima. Possuir um penitente na família era símbolo de status, além de receber doações de devotos e fiéis. Estes eram muito disputados pela Igreja.

7 Acreditava-se que os pedidos a ele se realizariam mais rápido com a tortura. Essa crença se fundamenta no martírio do santo em vida.

lera. Assim que chegou à Salvador publicou o edital da fé onde continha a descrição pormenorizada de práticas judaicas, mas não esperava que fosse encontrar um caso complexo de idolatria envolvendo um poderoso senhor de engenho chamado Fernão Cabral de Taíde. Os envolvidos na adoração da Santidade de Jaguaripe, local onde estes indígenas praticavam seu culto, eram em sua grande maioria, homens espertos que viviam entre a sociedade e o mato. “Os mamelucos herdaram o conhecimento da geografia, o modo prático de abrir trilhas na floresta, de contornar o perigo das feras e cobras, de utilizar ervas terapêuticas com a desenvoltura dos curandeiros.” (VAINFAS, 1995, p.142).

Eles sabiam o idioma dos índios e foram grandes interpretes dos europeus, além disso, prestavam serviços de captura dos Negros da Terra, uma vez que conheciam muito bem o território. Conviviam entre as leis da tribo e da colônia, muitos deles casados na igreja, mas faziam vida nas tribos, exemplo disso foi Tomacaúna, processado em 1691, acusado de idolatria e outras culpas. Estes homens sabiam enganar o inquisidor e muitos souberam como se livrar das acusações omitindo ou mentindo. Não contavam sobre os rituais de antropofagia realizados entre os índios Tupis, diziam simplesmente que as marcas e circuncisões significavam coragem. O visitador preso aos estereótipos clássicos de seitas de adoração ao demônio, judaísmo, bigamia, luteranismo... Não identificou as mentiras contadas pelos mamelucos, pois não conhecia a heresia à moda do trópico tampouco a cultura dos índios, negros brasis. O despreparo do visitador o levou a buscar criptojudaismo no depoimento dos mamelucos com a mesma pergunta insistente sobre o consumo de carne nos dias sagrados. A maioria das penas aplicadas aos mamelucos foram abjurações leves. (VAINFAS, 1995)

Sobre as penas, podemos concluir que o relaxamento é sem duvida a mais grave, mas havia outras como: suplício, castigo sambenito, açoites, o desterro, galés, que muitas vezes também significavam a morte. Os dois últimos significavam uma morte lenta, onde o condenado era submetido a péssimas condições de vida e trabalho, eram expostos a doenças terríveis e muitas vezes em cidades cujo domínio colonial era frágil (Manzão e Angola), ou seja, muitos conflitos civis que também punham em risco a vida do desterrado. Outra punição muito comum era o pagamento de uma multa ao tribunal pelos

gastos com o processo, há casos em que os acusados perdiam todos os bens para o tribunal e quando livre ainda ficava em dívida com a inquisição.

Além disso, haviam os abjurados de leve, essa era uma humilhação de sair em auto de fé, uma cerimônia realizada pelo tribunal que consistia em aplicar as penas. Os reconciliados saíam em procissão com uma vela preta nas mãos e diante da multidão ouvia seus delitos e sua pena. No Brasil, essa cerimônia era realizada em uma capela em um feriado ou domingo. O texto da abjuração, no caso do tribunal português, era padrão e utilizado para vários delitos:

> "Eu [...], perante vos Senhores Inquisidores, juro nestes santos evangelhos em que tenho em minhas mãos que de minha própria e livre vontade anatematizo e aparto de mim toda a espécie de heresia e apostasia que ouse alimentar contra nossa Santa Fé Católica e Sé Apostólica, especialmente estas que agora em minha sentença me foram lidas [...] (VAINFAS, 2010, p.386)

O traço peculiar no tribunal espanhol era a realização de uma cerimônia que pretendia condenar as pessoas que não compareceram para se entregar tampouco denunciar os hereges. Essas pessoas são inimigas do Santo Ofício e empecilho no combate à heresia, e por isso era amaldiçoada toda sua geração.

A pena capital representava o momento de expiação coletiva, todos acompanhavam e sofriam quando o réu insistia em morrer no pecado, tentavam convencê-lo de salvar sua alma e temiam que o espírito furioso retomasse à terra para vingar-se. Mas ao contrário do que se pensa a fogueira não foi o destino da maioria dos condenados:

> "Levados ao cadafalso pelo tribunal de Lisboa foram 8,2% dos processados no século XVI, 9% no XVII, e 7,3 no XVIII, incluindo os mortos no cárcere ou os ausentes queimados em efíngie; de um total de 7.666 indivíduos processados naquele tribunal, cerca de 8,3% em média, ou 642 pessoas, sofreram a pena capital." (VAINFAS, 2010, p.379)

Segundo os dados citados, os relaxados não correspondem a imagem que temos da inquisição, porque não era interessante matar e causar temor nas outras pessoas.

Devemos destacar que o tribunal tentava sustentar a imagem de misericordioso e justo em nome de Deus e do Papa, portanto, condenar poucos ao relaxamento já serviria de punição exemplar. A inquisição não pretendia acabar com a sua principal ameaça, a heresia, pois justificava a sua existência quanto instituição. Após a execução o tribunal trabalha em função de manter viva a memória das vítimas que deveriam ser lembradas pelo pecado, a memória infame, para manchar e desonrar toda uma família.

Análise dos dados dos tribunais.

A partir de agora falaremos mais sobre os dados pesquisados, a primeira fonte é fruto da documentação produzida pela visita do Santo Ofício ao Brasil, em 1691. O restante dos dados é do tribunal de Cartagena entre o período de 1610 a 1636.

Na primeira tabela podemos observar quais eram os delitos mais numerosos. O tribunal de Cartagena apresenta no topo dos processos a bruxaria ou feitiçaria, enquanto no Brasil, o delito de mais vulto é a heresia. É impossível não notar que durante o período analisado não encontramos em Cartagena nenhum processado de casadouro, nem sodomita, delitos corriqueiramente confessados ao visitador Heitor Furtado. Primeiro é necessário ter em mente que um indivíduo pode cometer dois delitos, segundo nem todos os delitos se encaixam nessas categorias, ficando, portanto de fora da tabela. O motivo é que alguns eram delitos morais e não da alçada inquisitorial, muito provavelmente o acusado só o confessou por medo de omitir informações ao visitador e sair da mesa com um novo pecado.

O alto índice dos delitos de bruxaria pode estar relacionado com o tráfico atlântico e com a cidade portuária e cosmopolita que foi Cartagena no século XVI. Podemos supor que a quantidade de escravos que circulava por ali pode ter favorecido o sincretismo e intercâmbio cultural, gerando mais práticas heterodoxas para os inquisidores.

Na verdade a posição da cidade era estratégica, através do porto desembarcavam os cativos trazidos para América, é uma cidade importante para rota do tráfico como Veracruz, Cuba, Portobelo e demais regiões do Caribe. Ela foi o entreposto entre o mar e o território de Nova Granada, antes de entrar no continente as mercadorias passavam pelo

seu território. Nela conviviam mulçumanos, cristãos, protestantes, judeus e pessoas de várias partes do mundo chamando atenção da igreja que instalou prematuramente um tribunal da inquisição, ainda em 1610. *"De seus aproximadamente 6.000 habitantes em 1630, 184 eram estrangeiros"*[8]. A posição geográfica de Cartagena foi matéria prima para o crescimento do rol das heresias, perdurando até o século XVIII, quando o grande inimigo era o movimento Iluminista.

Tabela 1: Delitos em Salvador

DELITOS	QUANTIDADE
HERESIA	42
JUDAÍSMO	21
SODOMIA	18
BLASFÊMIA	17
LUTERANISMO	7
CASADOURO	5
FEITIÇARIA	3
BIGAMIA	3
FORNICÁRIO	1
SOLICITAÇÃO	
ISLAMISMO	

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997.

Tabela 2: Delitos em Cartagena

DELITOS	QUANTIDADE
FEITIÇARIA/BRUXARIA	79
HERESIA	42
JUDAÍSMO	32
BLASFÊMIA	32
LUTERANISMO	16
SOLICITAÇÃO	8
BIGAMIA	7
FORNICÁRIO	1
ISLAMISMO	1

8 ROCHA, Carlos Guilherme. *Da Terra ao Mar: Cartagena de índias no início do século XVII*. Revista Ameríndia, vol.9, n.1, novembro de 2010.

SODOMIA
CASADOURO

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1638-1660.

Na terceira e quarta tabela, observamos o perfil dos processados. Os índios não eram potenciais hereges, porque foram considerados selvagens e desconhecedores da doutrina cristã, portanto não aparecem na tabela, salvo em alguns casos como testemunha de acusação. No Brasil não há o depoimento direto de escravos ou ex - escravos, isso pode ser explicado através do tipo da fonte, são confissões, por isso não seria prudente da parte de um escravo acusar alguém. A inquisição não confiava na palavra dos negros e muitas vezes não levavam sua denúncia à investigação. Desse modo o escravo teria mais dificuldade em denunciar, pois temia retaliações, só compareceria ao tribunal quando convocado, sendo sempre acusado e não acusador, com exceção da delação nas sessões de tortura. Em contrapartida, eram absolvidos de pecados como nefando, porque eram homens submetidos às ordens de outros. (VAINFAS, 1995) Entre o período de 1600 à 1691, haviam desembarcado na Bahia aproximadamente 257.704 [9] almas, porém não houve uma sequer processada durante a visitação.

Os piratas que registrei procuraram o tribunal de Cartagena por espontânea vontade porque haviam desertado da tripulação alegando insatisfação com o capitão. Confessaram praticar o luteranismo por falta de conhecimento, pediram ainda instrução na fé católica. Na verdade esses homens driblaram o código dos piratas e por esse motivo temiam voltar para a tripulação, usando o tribunal como escudo. Além de driblaram a inquisição se passando por ovelhas desorientadas.

Os mamelucos eram a maioria no perfil étnico dos processos brasileiros, grande parte envolvida na adoração da santidade de Jaguaripe, empregados do fidalgo Fernão Cabral de Taíde. Estavam envolvidos com esse delito porque como dissemos anteriormente, eram muito hábeis, conheciam o território e podiam se comunicar com os índios. Por tanto, mão de obra muito utilizada pelos portugueses quando precisavam explorar território adentro. (VAINFAS, 1995)

9 Segundo a consulta ao banco de dados disponível em: http://www.slavevoyages.org/ acesso 27/04/2016.

Outro grupo majoritário nas confissões foram os trabalhadores comuns, os homens da terra. Eles eram os alvos da visitação, os ditos cristãos novos, porque poderiam ter escapado da inquisição na metrópole alojando-se nas áreas coloniais. Enquanto no tribunal vizinho o segundo perfil mais perseguido foi o dos clérigos, evidenciando o envolvimento dos inquisidores no projeto de contrarreforma ao moralizar o clero.

No que diz respeito ao perfil dos indivíduos em Cartagena, os escravos lideram os números, na maioria dos casos estavam associados aos delitos de bruxaria e participação em seitas satânicas. A primeira hipótese é que pertenciam ao substrato mais vulnerável da sociedade do antigo regime e, portanto eram mais perseguidos e processados que os demais perfis. A segunda poderia ser explicada pelo fluxo de escravos que circulava na rede comercial estabelecida entre Cartagena, Porto Rico, Cuba entre outras regiões prósperas do império espanhol. No Brasil, não encontramos escravos processados porque o objetivo da visitação era investigar os colonos que migraram do reino por suspeita de impureza no sangue, ou descendência moura. (ABREU, 1997)

Tabela 3: Perfil dos indivíduos processados em Cartagena

PERFIL DOS INDIVÍDUOS PROCESSADOS	NÚMERO
EX-ESCRAVO	32
CLÉRIGO	27
ESCRAVO	17
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	15
PIRATA	14
MERCADORE	13
MARINHEIRO	13
MULATO	6
MESTIÇO	5
DOUTOR	4
NOBRE	2
ÍNDIO	
ESTUDANTE	

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1638-1660.

Tabela 4: Perfil dos indivíduos processados em Salvador

PERFIL DOS INDIVÍDUOS PROCESSADOS	NÚMERO
MAMELUCO	9
LAVRADOR	9
ALFAIATE	4
NOBRE	3
CLÉRIGO	3
CIGANO	3
MESTIÇO	2
CARPINTEIRO	2
DOUTOR	2
ESTUDANTE	2
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	2
ÍNDIO	1
ESCRAVO	
EX-ESCRAVO	

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997.

A próxima tabela é sobre a origem desses processados. Em ambos os tribunais, o maior número são os metropolitanos que chegavam na colônia por variados motivos, uns em busca de melhores condições de vida, outros em busca da riqueza, outros para exploração do território, alguns degredados do reino pela própria inquisição, pelo Estado por vadiagem etc.

Uma das características do antigo regime é o monopólio do comércio por parte da coroa, controlando a entrada e a saída dos navios carregados de mercadorias que abasteciam as colônias a fim de, afastar os estrangeiros ou contrabandistas. No entanto, essa regra não era respeitada, pois havia períodos de carência, durante guerras por exemplo, onde os navios holandeses, ingleses e franceses supriam essas necessidades dos colonos. Era comum que um grupo, associação ou instituição informal fosse criado nos territórios do ultramar para negociar mercadorias com outros navios, eram instituições onde participavam mulheres e homens de todas as classes sociais. Inclusive, um perfil de heresia perseguido pela inquisição de Cartagena, hugonotes, eram muitas vezes pequenos grupos de mercadores franceses, ingleses ou irlandeses que se acomodavam no interior das tribos e por lá praticavam o comércio. O comércio e o tráfico podem ser a chave de explicação para entendermos a origem dessas pessoas processadas. A inquisição serviu

aos propósitos da monarquia, perseguindo heresias e estrangeiros conforme a orientação real para os territórios do ultramar.

Tabela 5: Origem dos processados em Salvador

ORIGEM DOS PROCESSADOS	NÚMERO
OUTRAS REGIÕES DE PORTUGAL	27
BAHIA	25
LISBOA	14
ESPÍRITO SANTO	6
CAPITANIA DE ILHÉUS	6
CIDADE DO PORTO	6
PERNAMBUCO	4
MOURA	3
BRAGA	2
ESPANHA	2
ILHA DA MADEIRA	1
CAPITANIA DE SÃO VICENTE	1
FRANÇA	1
GRÉCIA	1

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997.

Tabela 6: Origem dos processados em Cartagena

ORIGEM DOS PROCESSADOS	NÚMERO
ESPANHA	39
CARTAGENA	19
LISBOA	15
SEVILLA	12
FRANÇA	11
NOVA GRANADA	9
INGLATERRA	8
CUBA	6
SÃO DOMINGOS	6
ITÁLIA	5
BRASIL	3
OUTRAS REGIÕES DA EUROPA	3
LIMA	2
VENEZUELA	2
ÁFRICA	2
ILHAS CANARIAS	2

CIDADE DO MÉXICO	1
PANAMÁ	1
PORTO RICO	1

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1638-1660.

Na sétima tabela tentei relacionar o delito cometido à localização dos acusados, para assim obter a distância da residência até o tribunal. O critério de seleção dos delitos foi simplesmente o maior número de processos. Em alguns delitos, a maioria dos acusados era residente na própria cidade onde estava estabelecido o tribunal, nesses casos utilizei a localização que possuía o segundo maior índice de processados. Além disso, nem todos os processos possuem a residência do acusado. As fontes me permitiram também mostrar, dentro de cada delito, a maior e menor idade dessas pessoas. O segundo maior índice de heresias, em Salvador, vinha de Jaguaripe, uma vez que a maioria dos mamelucos processados por adoração da divindade do sertão era residente na fazenda do dito Fernão Cabral de Taíde. Já o delito de bruxaria, no tribunal de Cartagena, pode estar relacionado a Cuba devido ao vínculo comercial entre essas cidades.

Como vimos acima, era delicada a situação em que viviam os comerciantes, tanto em Sevilla como nas colônias lidavam com uma política econômica ineficaz, débil, onerosa e, sobretudo custosa, devido às taxas que eram obrigados a pagar tanto em terra quanto no mar para que a mercadoria pudesse chegar ao seu destino, além dos impostos cobrados para o armazenamento. Toda burocracia muitas vezes levava os colonos a criarem seus próprios mecanismos para burlar as regras reais, um desses mecanismos é o comércio estabelecido entre as próprias colônias espanholas e outras de domínio Inglês, francês, holandês etc. Os produtos mais comuns cambiados nessa rede informal eram: farinha, rum, açúcar, café e tabaco. A autonomia das colônias justifica o fluxo continuo de pessoas e mercadorias que por sua vez aparecem nas fontes inquisitoriais. Além disso, essa pode ser a explicação para a maioria dos processados por bruxaria residirem em Cuba.

Tabela 7: Relação entre o delito, a faixa etária e a distância do tribunal de Salvador

PECADO	QUANTIDADE	FAIXA ETÁRIA	RESIDÊNCIA DOS PROCESSADOS	DISTÂNCIA KM
HEREGES	15%	20 a 75	JAGUARIPE	101
SODOMITAS	30%	10 a 65	TASSUAPINA	100

JUDEUS	76%	18 a 80	MATOIM	49
BLASFEMANTES	66%	17 a 65	FREGUESIA DE TAMARARIA	140

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997.

Tabela 8: Relação entre o delito, a faixa etária e a distância do tribunal de Cartagena

PECADO	QUANTIDADE	FAIXA ETÁRIA	RESIDÊNCIA DOS PROCESSADOS	DISTÂNCIA KM
BRUXARIA	44%	20 A 80	HAVANA	1600
HERESIA	25%	17 A 78	SANTA FE	663
JUDAISMO	33%	20 A 65	PAMPLONA	362
BLASFÊMEA	28%	18 A 60	SANTA FE	663

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1638-1660.

Conclusão

No primeiro momento, contamos um pouco sobre a história da inquisição, comparando a instituição moderna a medieval. A maneira como o novo tribunal se legitimou perante os poderes civil e eclesiástico, além do jogo de etiqueta confuso entre uma autoridade frágil e dependente da monarquia que ao mesmo tempo precisava honrar a posição de autonomia e autoridade diante da sociedade. Mostramos como o Papa realizou negociações e cedeu frequentemente aos pedidos dos monarcas, permitindo assim a nacionalização dos tribunais, reconhecendo a sua perda de poder nos territórios de Portugal e Espanha. Mas a inquisição não foi somente um braço da monarquia, ela também soube jogar com a sua posição ambígua, recorrendo ora à Roma ora ao rei quando se sentia ameaçada por um desses poderes. No segundo momento, foi feita uma breve descrição de algumas práticas religiosas à moda brasileiras e como estas foram interpretadas pelo primeiro visitador da colônia Heitor furtado.

Mostramos os principais delitos, como eram interpretados, publicados e perseguidos em ambos os tribunais. Além das famosas práticas do segredo, a tortura, e a pena capital. A fim de elucidar o procedimento dos inquisidores na busca da libertação da

alma do condenado, fizemos uso de exemplos retirado de processos da visitação de 1691 e dos processos produzidos pelo tribunal de Cartagena do período de 1610-1636.

Para os dados, podemos concluir que a posição geográfica e a condição frágil da orientação econômica do império são fatores que explicam em parte o perfil e a residência dos indivíduos processados. As cidades de Cartagena e Salvador apresentam um perfil diversificado de residentes, onde circulavam pessoas de várias partes do mundo trocando não só mercadorias, mas mesclando práticas culturais. Eram portuárias, receberam um grande contingente de escravos, foram importantes rotas de redistribuição dos recursos e mercadorias que seguiam para o interior do império Português e Espanhol. Além disso, foram prejudicadas com a escassez de recursos devido ao exclusivismo colonial, mas souberam aproveitar-se das brechas do debilitado sistema burocrático do Antigo Regime, revertendo a situação a seu favor. Formaram instituições ou associações informais, cujo objetivo era negociar e atrair navios e carregamentos que lhes faltava. Não podemos dizer que esse era a única motivação para o contrabando, havia também interesse em escapar do fisco e das taxas que chegavam a encarecer o produto final em até 35%. Para que essa rede funcionasse, era necessário consentimento das autoridades locais, muitas vezes os contrabandistas preferiam as rotas oficiais porque nelas encontrariam “amigos”.

Diante desse quadro cosmopolita do século XVII torna-se mais fácil a tarefa de entender de onde vinham esses hereges e porque tais heresias eram preponderantes. Como visto, o choque cultural produzia práticas heterodoxas, o que consequentemente rendeu mais heresias para os manuais inquisitoriais. A residência dos cativos processados está relacionada às zonas produtoras que realizavam comércio com Cartagena, escravos e ex-escravos do Panamá e Havana. Como o maior número de processos era liderado por escravos, o maior número de delitos era a bruxaria. Quanto no Brasil, a localização e às heresias de maior vulto estão ligadas as ambições de um poderoso senhor que a fim de atrair mão de obra para sua fazenda fingiu adorar uma santidade dos índios, atraindo-os para Jaguaripe. Os seus homens, mamelucos encarregados de buscar os índios no interior do território, foram maioria nas heresias, porque também fingiam tê-la adorado.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano. *Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa*. Org. Ronaldo Vainfas. Coleção retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália. Seculos XV-XIX.* São Paulo: Companhia das letras, 2000.

NOVAIS, Fernando. *História da vida cotidiana no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa.* Vol. 1. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

SPLENDIANI, Anna Maria. *Cinquenta anos de inquisicion em el tribunal de Cartagena de índias.* Tomo II. Santafé de Bogotá: Centro editorial Javeriano CEJA, 1997.

SPLENDIANI, Anna Maria. *Cinquenta anos de inquisicion em el tribunal de Cartagena de índias.* Tomo III. Santafé de Bogotá: Centro editorial Javeriano CEJA, 1997.

UNESCO. *Historia general de América Latina*. Vol. 2. Espanha, 2000.

UNESCO. *Historia general de América Latina*. Vol . Espanha, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.* Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.* São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ROCHA, Carlos Guilherme. *Da Terra ao Mar: Cartagena de índias no início do século XVII*. Revista Ameríndia, vol.9, n.1, novembro de 2010.

O Tenente Coronel Geraldo Pinto de Rezende e seu negócio de gado no distrito da Lage no terceiro quartel do Oitocentos

João Carlos Resende
Graduando em Bacharelado e Licenciatura em História pela UFSJ
Seção temática: Iniciação Científica

Resumo

Este artigo pretende analisar o caso de um negócio de gado feito no ano de 1869 por um jovem fazendeiro que buscava uma estratégia de produção e manutenção de riqueza em um distrito ainda escravista dentro da Comarca do Rio das Mortes voltado para a economia de abastecimento interno do Brasil imperial. Buscamos compreender quais foram os fatores que influenciaram o resultado final de sua empreitada após uma análise de suas ações e da sociedade em que estava inserido.

Palavras-chave: Riqueza, comércio interno, elite, crise do escravismo.

Abstract

This article intends to analyze a cattle business, in the year of 1869, managed by a young farmer which was looking for a strategy of production and wealth maintenance, in a still slaveholding district located in Comarca do Rio das Mortes, facing an economy of domestic supply of the imperial Brazil. We seek to understand which were the factors that influenced the final result of his work after an analysis of his actions and the society he was part of.

Keywords: Wealth, domestic trade, elite, slavery's crisis.

Introdução

O presente artigo pretende fazer uma análise acerca do comércio de gado feito pelo Tenente Coronel Geraldo Pinto de Rezende na época de crise da escravidão afim de que se possa entender se este fora tido como uma estratégia para a manutenção e ampliação de sua fortuna no momento em que o sistema escravista em que o mesmo estava inserido começava a dar sinais de que viria a ruir até que isso acontecesse em 1888.

Estudar um caso como esse, de um senhor que em 1888 possuía 21 escravos, é importante para que se possa compreender um pouco mais sobre o cenário comercial da segunda metade do Oitocentos. A história local, afinal de contas, está inserida dentro de uma história global e cada sujeito, mesmo com suas particularidades e originalidades, está aí inserido. Uma análise microscópica pode ajudar a entender o macro.[1]

Este trabalho é parte do início da pesquisa de monografia que visa descortinar este aspecto do mercado interno existente no Brasil imperial. Portanto ainda se trata de um trabalho com poucos resultados, já que este não está finalizado.

Fontes e metodologia

Para que se possa realizar esta pesquisa será utilizada uma documentação em grande parte inédita para a historiografia, usada apenas para fins memorialísticos. Trata-se da contabilidade do Tenente Geraldo, hoje sob posse de sua descendente-herdeira, a senhora Jane Aparecida de Resende Carvalho, a quem agradecemos cordialmente a gentileza por permitir a consulta, digitalização e utilização das informações em pesquisa acadêmica. Trata-se de um rico acervo com pouco mais de 1000 folhas que registram os negócios de nosso personagem entre os anos de 1869 e 1907, quando o mesmo veio a falecer.

Aparentemente tratava-se de dois diários onde o fazendeiro anotava suas despesas e receitas que vão desde a compra de instrumentos para uso doméstico tais quais agulhas de costura e calçados até negócios de grande investimento de sua propriedade, como a compra de escravos. Outros gastos, como o pagamento de dias de serviço também estão registrados. Alguns bilhetes e cartas constituem o acervo. A maioria se refere a transações econômicas, como a compra e venda de queijos. Em menor número há aqueles que tratam das relações familiares, como o aviso de horário do batizado de um afilhado. Também estão registradas algumas informações da família do Tenente Geraldo como a data de nascimento, casamento e falecimento de alguns familiares. Curiosas também são algumas informações valiosas para o funcionamento de uma fazenda abastecedora, como a duração da gestação de alguns animais ou o tempo de plantio e colheita de cereais e outros.

[1] Cf. REVEL, Jacques (org.). *"Jogos de escalas"*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

A documentação se encontra razoavelmente bem conservada, com exceção de algumas poucas folhas, já bem deterioradas pela ação impiedosa do tempo, mas nada que possa comprometer a investigação histórica.

Para a realização da pesquisa nomearemos o conjunto de fontes de Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende. Como ainda não foi possível determinar com precisão quais documentos faziam parte de cada diário ou do conjunto de cartas achamos por bem nomear cada peça como se fizesse parte de um único acervo para a melhor compreensão do conjunto. A nomeação é a mesma atribuída pela câmera fotográfica. Resolvemos utilizar este critério pois as fotos foram tiradas aleatoriamente já que as fontes não estavam em ordem cronológica no momento de sua digitalização. Talvez seja impossível algum dia conseguir organizá-las cronologicamente já que algumas não fazem referência a qualquer data.

Além da contabilidade deste senhor de escravos serão utilizados os inventários *post mortem* e testamentos do fazendeiro estudado e de seus pais, hoje sob a guarda do escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural em São João Del Rei/MG. Os inventários do século XIX são ricas fontes de informações. Eles podem ajudar a complementar as informações financeiras acerca do estudado. Ainda estão ali presentes alguns dados referentes aos laços familiares. Os testamentos também podem ser úteis na compreensão destas relações e da constituição do patrimônio do personagem.

Outras fontes que auxiliarão o desenvolvimento desta pesquisa serão os relatos memorialísticos de José Augusto de Rezende, Antônio de Lara Resende, José Maria da Conceição Chaves e do viajante José Raimundo da Cunha Matos. As suas obras possuem pistas preciosas sobre o passado do Distrito da Lage já que foram testemunhas oculares daquela sociedade.

O trabalho junto a estas fontes consistiu na sua leitura e coleta de dados sobre o referido distrito e sobre os animais comercializados pelo personagem estudado que estão sendo juntadas em um banco de dados. Gradativamente toda a sua contabilidade tem sido transcrita.

Breve panorama sobre a historiografia acerca do mercado interno mineiro e do comércio de gado

Desde a segunda metade do século passado a historiografia tem revisto muitos aspectos sobre a capitania/província de Minas Gerais. Novas abordagens sobre temas como escravidão e riqueza nesta região na Colônia e no Império tem surgido buscando fazer uma complementação sobre os estudos clássicos como o de Caio Prado Júnior[2] e Celso Furtado,[3] este influenciado pelo primeiro. Parecia consensual a ideia dos ciclos econômicos[4]. Dentro desta lógica o *boom* do ouro teria alavancado a economia da região das Minas até que a produção aurífera fosse se exaurindo no final no século

[2] PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
[3] FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Nacional, 1971.
[4] cf. SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil: 1500/1820*. 8 ed. São Paulo: Nacional, 1978.

XVIII. A Inconfidência Mineira já teria sido uma reação a estagnação econômica ocasionada pela queda na mineração. A teoria dos ciclos econômicos afirmava que após o ouro a economia brasileira passou a girar em torno do café produzido em larga escala nas *plantations* de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os novos trabalhos surgidos após estas abordagens clássicas estudaram fontes até então pouco ou quase nada exploradas, como as listas nominativas, os testamentos e os inventários *post mortem*. Diversos nomes, como Alcir Lenharo,[5] Angelo Carrara,[6] Roberto Martins[7] e Robert Slenes[8] fazendo uso de fontes como estas foram percebendo que Minas Gerais não viveu uma decadência econômica como se cria até então. Várias eram as propriedades mineiras com significativo número de escravos e era intenso o movimento de animais pelos caminhos que por aqui passavam. Mostrava-se interessante o alto número de fazendas com escravaria de pequeno e médio porte em uma região que não havia *plantations*.

Observando o crescimento da população cativa de Minas no século XIX Roberto Martins afirmou que a região concentrava uma grande população cativa pois eram importados para se ocuparem de atividades voltadas a agricultura e a pecuária, entre outras. Portanto este fenômeno não era resultante da economia mineradora do século XVIII. A mineração, aliás, já não era muito significante no Oitocentos não podendo, assim, ser o setor da economia que seguraria em Minas a mão-de-obra escrava. Roberto Martins ainda afirmou que a província era uma das que mais importava escravos no auge do tráfico e que seu trabalho não estava voltado para a agro-exportação e sim para a sustentação do mercado.[9] A economia mineira oitocentista seria autossuficiente, produzindo para o autoconsumo e o abastecimento interno da província, e não era constituída por *plantations*. A cafeicultura, segundo o mesmo autor, também não desempenhou papel fundamental na economia mineira, afirmando inclusive que esta só veio se desenvolver no sul de Minas no advento da República.

Robert Slenes questionou como uma economia pouco dinâmica em relação ao mercado externo poderia ser capaz de sustentar um grande número de cativos, afinal era preciso gerar riqueza para que escravos oriundos da África pudessem ser comprados.[10] Embora Slenes concordasse que havia em Minas um grande contingente escravo ele entendia não ser possível esta economia não ser dependente da exportação. Esta, segundo ele, seria o que dinamizaria a produção de abastecimento, ou seja, seus reflexos atingia vilas e fazendas. A ideia de uma economia mineira independente não se sustentava, para ele. Este debate foi importante pois estimulou muitos historiadores a estudarem mais profundamente a economia mineira.

---

[5] LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil - 1808/1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

[6] CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007

[7] MARTINS, Roberto B. *A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. CEDEPLAR, Belo Horizonte: 1982. (mimeo.)

[8] SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: A economia escravista de Minas Gerais no Século XIX*. Cadernos IFCH - UNICAMP, Campinas, n. 17, 1985.

[9] MARTINS, Roberto B. *Op. Cit.* 1982.

[10] SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: A economia escravista de Minas Gerais no Século XIX*. IN: Estudos Econômicos. São Paulo, v. 18, Nº3, IEP/USP, 1988. p. 449-495.

Parte da riqueza produzida em Minas Gerais ficara concentrada nesta região, o que tornava clara a existência de um forte e significativo mercado interno, como pode ser observado no debate entre Martins e Slenes. Não era apenas a mineração que alavancara a economia desta parte do Brasil, mas também o abastecimento de suas vilas e até mesmo da Corte, quando esta veio a se transferir para o Rio de Janeiro no ano de 1808. Para a capital, aliás, era frequente o comércio de queijo, toucinho, gados e porcos. A fazenda era extremamente importante nesta dinâmica econômica. O ideal seria fazer com que ela pudesse

> "açambarcar todas as atividades econômicas que sua riqueza permitisse, evitando desse modo, a recorrência ao mercado para o abastecimento de determinados serviços".[11]

Este intenso mercado interno se entrelaçava e se desenvolvia com vigor dentro da Comarca do Rio das Mortes, tida como o Sul de Minas, de modo que há hoje uma significativa produção sobre o mesmo, entre os quais se pode citar Alcir Lenharo,[12] Afonso Alencastro Graça Filho,[13] Maria Lúcia R. C. Teixeira,[14] Marcos Ferreira de Andrade[15] e Isaac Cassemiro Ribeiro.[16] Estes estudos puderam comprovar esta vocação da referida região para o abastecimento interno. A proximidade geográfica com o Rio de Janeiro sem dúvida contribuiu para as exportações que visavam o seu abastecimento, sobretudo com a chegada da Família Real em 1808, como demonstra Alcir Lenharo.[17] As tropas desciam carregadas de mantimentos tais quais milho e arroz e subiam de volta para Minas trazendo produtos importados, manufaturados e escravos. Alguns destes tropeiros eram fazendeiros e com o passar dos anos foram acumulando uma considerável riqueza com este mercado intenso. Afonso Alencastro, por exemplo, estudando São João Del Rei observou que havia um alto número de escravos ali mesmo com a decadência da produção aurífera.

Um dos ramos deste dinâmico mercado interno existente foi o comércio de gado. Embora o tema seja ainda pouco abordado pela historiografia os estudos existentes dão a conhecer a sua dimensão e complexidade. Maria Thereza Petrone ao estudar o caso de Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape, na província paulista chega a afirmar que o mesmo era um "empresário".[18] Embora Prado tenha sido também arrecadador de impostos em Sorocaba grande foi o comércio de animais que praticou; primeiro com gado vacum e posteriormente muar. Para se ter uma ideia da grande movimentação por

---

[11] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito.* São Paulo: Annablume, 2006. p. 25.
[12] LENHARO, Alcir. *Op. Cit.* 1979.
[13] GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais.* São Paulo: Editora Annablume, 2003.
[14] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006.
[15] ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850).* Belo Horizonte: Fino Traço, 2014
[16] RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os "Ribeiro da Silva", fronteira, fortuna e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX.* Dissertação de mestrado. São João Del-Rei: UFSJ, 2014.
[17] LENHARO, Alcir. *Op. Cit.* 1979. p. 42-43.
[18] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape*. São Paulo: Editora Nacional, 1976. p. 159.

que era responsável entre 1820 e 1821 naquela província foram registradas 7048 reses, das quais Prado era dono de cerca de 4000.[19] O negócio era amplo: haviam encarregados para várias tarefas, como os que negociavam a sua compra nos locais de criação e os que conduziam os animais. A mudança da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 trouxe ao Brasil a alteração de vários hábitos, entre os quais um maior consumo de carne bovina.[20]

Carlos Eduardo Suprinyak, ao estudar o movimento de muares entre as regiões centrais e sul do Brasil, constatou bem que no século XVIII "o bom funcionamento da economia mineira (...) dependia de fornecimento constante e regular de tropas de mulas, seu principal meio de transporte de cargas",[21] afinal estamos falando de uma época distante do advento de caminhões e carretas. Já o século XIX viu a chegada da ferrovia ao Brasil, o que foi cerceando o comércio destes animais que ficaram responsáveis por viagens de menor distância já que as maiores passaram a ser feitas pela máquina.[22]

Estudando Gervásio Pereira Alvim, membro da elite do Distrito da Lage na primeira metade do Oitocentos, Paula Chaves Teixeira Pinto notou que o comércio de gado era um dos muitos negócios que o fazendeiro mantinha, assim como a comercialização de gêneros alimentícios e a aquisição de terras. Chegou até mesmo a se arriscar na produção de café. Também negociou bovinos com São João Del Rei, em âmbito regional, e com o Rio de Janeiro, em âmbito interprovincial, assim como já havia feito seu avô homônimo. A historiadora afirma que era um dos ramos pelos quais o mesmo assegurava sua sobrevivência devido a sua rentabilidade.[23]

O Distrito da Lage oitocentista

O Arraial da Lage foi fundado ainda no século XVIII. Poucas são as obras sobre o lugar, sendo uma das principais a de Maria Lúcia R. C. Teixeira que estudou a primeira metade do XIX. Logo na apresentação deste trabalho Douglas Libby afirma:

> "(...) o distrito, hoje composto pelos municípios de Coronel Xavier Chaves e Resende Costa, foi ocupado ainda na primeira metade do Setecentos, em função da expansão de uma agropecuária fortemente voltada para o mercado interno. Tratava-se de uma região essencialmente rural, na qual a riqueza - em especial a preciosa mão de obra escrava - concentrava-se nas fazendas, enquanto o arraial, com sua capela, tendia a servir de abrigo para os menos favorecidos."[24]

---

[19] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 157.
[20] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 88.
[21] SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Tropas em marcha. O mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil imperial*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. p. 31.
[22] SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Op. Cit.* 2008. p. 36-37.
[23] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *De Minas para a Corte. Da Corte para Minas: Movimentações familiares e trocas mercantis (c. 1790 - c. 1880)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2014. p. 273-280.
[24] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 15.

A capela do Arraial de Nossa Senhora da Penha de França da Lage foi construída a partir da provisão concedida em 12 de setembro de 1749 pelo então bispo de Mariana, Dom Manuel da Cruz.[25] Maria Lúcia identificou uma carta de sesmaria do ano 1748 como a primeira encontrada para a região do distrito.[26] Antônio de Lara Resende, nos relatos de sua infância no arraial narra:

> "Não sendo a Lage zona de minério, e sendo o primitivo arraial apenas um ponto de pousos, os grandes proprietários de terras é que foram, desde o início, impondo aos da rua a sua hegemonia. Eles é que possuíam fontes de riqueza, prevalecendo a criação de gado e a agricultura, enquanto na sede era a pobreza, os botecos e vendas para atender aos que lá transitavam. As atividades se exauriam num pequeno comércio."[27]

Como se pode notar no relato acima havia uma forte elite rural no lugar, capaz de se impor frente aos demais. Um dos membros desta elite seria nosso personagem, o Tenente Coronel Geraldo Pinto de Rezende, sobre o qual trataremos mais a frente. O relato de Mestre Lara Resende ainda permite concluir que o distrito possuía uma intima vocação agrária e que a riqueza estava na zona rural como bem trabalhou Maria Lúcia em sua dissertação de mestrado. Ela traz um dado interessante em sua obra que confirma esta afirmação. Analisando os inventários do lugar entre 1790 e 1850 não encontrou nenhum inventário que fosse pertencente a algum morador do meio urbano.[28] Aqueles que aí moravam eram os que aproveitavam "as migalhas da sociedade escravista". Na sede do distrito viviam muitas fiadeiras e lavradores.[29] Por ora voltemos a formação do Distrito com sua vocação agrária. Sabe-se que por suas terras passavam duas importantes estradas. Antônio de Lara Resende diz:

> "a crer no que se ouve, o Arraial da Laje teve origem nos ranchos de tropas ali construídos na segunda metade do Século dezoito (sic), e cruzados por duas estradas, indo uma do Norte ao Sul da Província, outra de Leste para Oeste, ou seja, da Corte para Goiás." [30]

Outro memorialista que escreveu sobre as origens do lugar foi José Maria da Conceição Chaves. Sobre a estrada que ia de Goiás ao Rio de Janeiro narra:

> "às margens desta, existiam como especulação de negócios algumas tabernas e estalagens em que se abasteciam e se abrigavam os que de passagem faziam do Arraial um pouso certo e conhecido no roteiro das longas caminhadas que davam em busca dos mercados de seus intercâmbios. Esse trânsito intensificado gerou o comércio que muitos supõem ser o embrião da

---

[25] CHAVES, José Maria da Conceição. *Memórias do antigo Arraial de Nossa Senhora da Penha de França da Lage, atual cidade de Resende Costa: desde os proêmios de sua existência até os dias presentes.* Resende Costa: AMIRCO, 2014. p. 33.
[26] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 50.
[27] RESENDE, Antônio de Lara. *Memórias - Do Belo Vale ao Caraça*. Sem local: Edição do autor, 1970. p. 114.
[28] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006.
[29] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 45.
[30] RESENDE, Antônio de Lara. *Op. Cit*. 1970. p. 99.

> localidade, enquanto que outros conjecturam ser a salubridade de seu clima e a sublimidade de seu panorama."[31]

Ao que parece estas estradas passavam pelo local por causa das fazendas aí existentes, decorrentes do processo de povoação dito por Maria Lúcia R. C. Teixeira. A historiadora afirma que os primeiros ocupantes do lugar não eram pessoas pobres, mas "fazendeiros bem situados e relacionados eram os proprietários das terras e fazendas".[32] Diz ainda que "as fazendas foram as únicas responsáveis pelas suas primeiras paisagens". Constata também que a ocupação deste território se deveu a proximidade de São João Del Rei, local de forte mineração e que era um entreposto comercial na região. O distrito fornecia víveres e animais a este mercado.[33]

Analisando os inventários dos fazendeiros mais abastados do distrito Maria Lúcia R. C. Teixeira observa que estes tinham o hábito em comum de possuir suas casas e benfeitorias na fazenda e ainda uma casa no arraial.[34] Isso pois a sede além de comportar esse mercado teria sido um lugar de culto religioso para estes fazendeiros..[35] "O arraial e as fazendas se completam". A historiadora diz que estas casas que os fazendeiros tinham no arraial eram modestas, de baixo valor e poucos objetos, servindo para uso esporádico.[36]

Há menções sobre um perfil "desordeiro" dos primeiros habitantes do arraial da Lage; seriam pessoas de "maus costumes". José Augusto de Rezende chega a dizer que este comportamento afastava os fazendeiros daí.[37] Maria Lúcia R. C. Teixeira explica que era a falta de possibilidades de ocupação que levavam estas pessoas a buscar formas de sobrevivência não bem vistas por estes fazendeiros que se achavam superiores. Aliás, eles se viam como a única camada social ordeira.[38]

Mas o arraial parece mesmo ter surgido em um lugar estratégico para o comércio local e em decorrência dele, impulsionado pela grande quantidade de fazendas produtoras na dinâmica economia mineira, como já demonstrado acima, e pelo grande movimento que o entroncamento destas estradas proporcionava. Um exemplo mostra bem este movimento.

Em sua ida do Rio a Goiás onde tomaria posse como governador de armas em 1823, Cunha Matos fez registros de vários aspectos encontrados ao longo de sua jornada. Passando pelo distrito da Lage o militar fez menção, por exemplo, "há um extenso rancho fechado" na Fazenda dos Campos Gerais[39]. Nesse mesmo dia, antes de pernoitar na Fazenda do Capitão Joaquim Pinto, ainda no Distrito da Lage, Cunha Matos diz não ter visto passar tropas, mas encontrou "dous (sic) carros com famílias"

---

[31] CHAVES, José Maria da Conceição. *Op. Cit.* 2014. p. 35.
[32] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 50.
[33] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 40-41.
[34] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 45.
[35] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014 p. 236-237..
[36] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 45.
[37] REZENDE, José Augusto de. *Livro de Pálidas reminiscências da antiga Lage - hoje - Villa de Rezende Costa.* Resende Costa: AMIRCO, 2010. p. 15.
[38] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 48.
[39] MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004. p.35.

além de "uma grande boiada, e um rebanho de carneiros e cabras, e uma vara de porcos, que seguem para o Rio de Janeiro"[40].

O movimento ocasionado por estas estradas no distrito não passou despercebido por Maria Lúcia R. C. Teixeira. Vários exemplos de "ranchos de passageiros" são descritos em seu estudo.[41]

O distrito conseguiu acumular grande riqueza com este mercado como bem o demonstra os trabalhos de Maria Lúcia R. C. Teixeira,[42] Paula Chaves Teixeira Pinto[43] e Maristela Peluzzi.[44] A primeira demonstra um quadro interessante. A historiadora pode constatar que este distrito possuía um elevado número de escravos, maior que a população livre local. Em 1835, por exemplo, a população da cidade de São João Del Rei, um entreposto comercial, era constituída por 74,17% de livres e 25,83% de cativos ao passo que no Distrito da Lage 58,41% do total de sua população era formada por escravos e 41,59% de livres.[45]

Paula Chaves Teixeira Pinto afirma que entre os anos de 1850 e 1870, período em que nosso personagem começa seus negócios, o quadro no distrito da Lage não era diferente daquele existente no início do Oitocentos. A riqueza ainda estava nas mãos dos fazendeiros e a sede do arraial ainda era habitada pelos pobres.[46] Analisando a riqueza existente no distrito neste período Paula Chaves Teixeira Pinto catalogou 23 inventários *post mortem*. Deste 21 pertenciam a donos de terras. Isso mostra que esta ainda era uma região de fazendas.[47] Entretanto a historiadora constatou que na década de 1870 o número de cativos já não era mais superior ao de livres no distrito, embora fosse alta a concentração de escravos. Os "contornos sociais, políticos e econômicos" do distrito não estavam alterados.[48] É importante lembrar que em 1850 houve a proibição do tráfico atlântico, o que provocou mudanças nas formas de produção. Já a década de 70 do Oitocentos viu entrar em pauta a discussão da lei do ventre livre e uma expansão do capitalismo, que trouxe a tona novas "relações sociais de trabalho".[49] Ainda sobre os inventários encontrados pela autora é importante notar que em todos haviam escravos inventariados, o que demonstra o apego ao escravismo.[50]

Todos estes dados confirmam que o Distrito da Lage estava intimamente inserido nesta lógica do mercado interno. Esta vocação parece ter sido gestada como uma opção a falta de minas que haviam em lugares próximos, como São João Del Rei, São José Del Rei, Prados e Lagoa Dourada, e posteriormente, quando estas minas se

---

[40] MATOS, Raimundo José da Cunha. *Op. Cit.* 2004. p. 37.
[41] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 46 - 47.
[42] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006.
[43] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014; TEIXEIRA, Paula Chaves. *Negócios entre Mineiros e Cariocas: famílias, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira de Alvim (1850-1880).* Rio de Janeiro: UFF, 2009. (Dissertação de Mestrado).
[44] PELUZZI, Maristela de Oliveira. *Os Grandes Proprietários Escravistas do Distrito da Lage (1830-1850).* São João Del Rei: UFSJ, 2003. (Monografia de pós-graduação *Latu Sensu).*
[45] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 38.
[46] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014. p. 226.
[47] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014. p. 232.
[48] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014. p. 228.
[49] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014. p. 230-231.
[50] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014. p. 235.

exauriram, esta vocação já era tão madura ao ponto de manter uma significável riqueza no lugar, como comprova, por exemplo, o alto índice demográfico de cativos. Estudar o distrito se mostra importante, portanto, para que se possa entender quais foram as estratégias e os mecanismos adotados pelos possuidores da riqueza local para mantê-la e reproduzi-la.[51] Afinal, esta foi uma região com "médios, grandes e muito grandes possuidores de terras e escravos".[52]

Alguns dados sobre Geraldo Pinto de Rezende

Nascido por volta de 1837 Geraldo Pinto de Rezende é filho de Felisberto Pinto de Almeida[53] e Maria Libânia de Rezende. Consta que seu pai fundou a Fazenda Catimbau onde, pelo menos durante o período a ser estudado, de 1869 a 1907, nosso personagem viveu e geriu seus negócios. O Tenente Geraldo tinha como avós paternos o Sargento-mor Joaquim Pinto de Góis e Lara e Anna de Almeida e Silva. Segundo o inventário de seu avô[54] a propriedade do mesmo teria sido a próspera Fazenda Ribeirão de Santo Antônio, onde teria pernoitado Cunha Matos durante sua viagem do Rio a Goiás em 1823 como já mencionado anteriormente.[55] Maria Lúcia afirma que os inventários deste casal "representam o maior patrimônio encontrado no distrito para a década de 1830" e seriam parte de um pequeno grupo do distrito que detinha boa parte da riqueza local.[56]

Geraldo fora o quarto de sete irmãos. Seu pai falecera em 20 de abril de 1842 deixando seu filho órfão aos cinco anos de idade. O inventário de Joaquim foi aberto em 27 de janeiro de 1843 em sua fazenda tendo como inventariante sua viúva, Maria Libânia. Na folha 69 desse documento, no auto de contas no ano de 1851, diz-se que o órfão Geraldo contava treze anos, sabia ler e escrever e vivia junto de sua mãe. Em 1854 um novo auto de contas presente no mesmo documento, presente a folha 78, diz que nosso personagem possuía 15 anos e vivia junto de sua mãe, que "dele tratava com todo zelo e amor".[57] Segundo o mesmo documento seu tutor foi seu irmão primogênito Joaquim Pinto de Almeida, onze anos mais velho. O referido documento revela o fato de "terem se ligado em matrimônio seus tutelados com pessoas suas iguais tanto em qualidades como em fortuna".[58] A 13 de fevereiro de 1855, estando Geraldo com 18 anos aproximadamente, contraiu núpcias com Francisca de Paula Monteiro de Rezende, "com a respectiva Provisão do Senhor Vigário Geral do Bispado e sendo dispensados do

---

[51] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 40.
[52] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 90.
[53] Alguns inventários trazem o nome Felisberto Pinto de Almeida, ao passo que algumas fontes memorialísticas fazem menção a Felisberto Pinto de Goes e Lara.
[54] Inventário de Joaquim Pinto de Góis e Lara, 1835, cx. 596.
[55] Além de sua patente e de possuir considerável riqueza este pernoite de Cunha Matos na casa de Joaquim nos parece mais um indicativo de seu grande prestígio social a época, afinal o hóspede estava a caminho de Goiás para assumir o cargo de governador, como já dito anteriormente
[56] TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Op. Cit.* 2006. p. 89 - 90.
[57] Inventário de Felisberto Pinto de Almeida, 1843, cx. 394, fls. 78.
[58] Inventário de Felisberto Pinto de Almeida, 1843, cx. 394, fls. 85.

impedimento de consanguinidade de 3º grau".[59] Quem lhes conferiu a benção matrimonial foi o Vigário Joaquim Carlos, primeiro pároco do Distrito da Lage. Estas informações parecem deixar claro que este casamento foi também visto como uma estratégia pois, como se sabe, "os recorrentes casamentos entre membros de uma mesma parentela podem significar, sem dúvida, uma tentativa de manutenção da fortuna dentro do círculo familiar".[60] Deste casamento ao menos 11 filhos atingiram a idade adulta, pelo que se sabe.

O título de Tenente Coronel não deixa dúvidas: Geraldo era oficial da Guarda Nacional, o que revela sua posição de alto prestígio na sociedade do Distrito da Lage na segunda metade do Século XIX. Não é nossa intenção nesse momento da pesquisa estudar minuciosamente sua atuação nesta força militar, mas Flávio Henrique Dias Saldanha, em sua pesquisa sobre a Guarda Nacional em Minas Gerais entre 1931 e 1850 nos traz um dado relevante. Ele afirma:

> "as autoridades imperiais esperavam ver os postos de comando da corporação 'preenchidos por pessoa[s] socialmente qualificada[s], em regra detentora[s] de riqueza[s]'. Isto porque o universo social brasileiro dos oitocentos, permeado de alto a baixo pela escravidão, assentava-se no racismo e na disposição natural dos homens de servirem e obedecerem por serem considerados e se considerarem 'menos aptos'".[61]

Infelizmente as fontes sobre o personagem estudado até agora encontradas aparentemente não permitem fazer um estudo sobre a sua trajetória política e militar. Seria instigante desvelar suas práticas de mando no seio da sociedade em que vivia e qual era sua parcela de participação no poder local. O fato de Geraldo possuir uma patente de Tenente Coronel da Guarda Nacional não deixa dúvidas de que ele era membro da elite do distrito da Lage na crise do escravismo. Paula Chaves diz que consultando os inventários encontrados entre os anos de 1850 e 1870 ela teve conhecimento de 9 homens com patentes da Guarda Nacional no distrito, o que ele considera um número significável.[62] Como Geraldo só falecera no primeiro quartel do século XX ele não está contado entre estes oficiais. Ou seja, no período em questão haviam no mínimo 10 oficiais no distrito. Este alto número se justifica por causa da riqueza existente no lugar, como já fora demonstrado neste artigo. Sobre a atuação dos oficiais da corporação a historiadora afirma que no referido período o poder político e controle do mando local dos descendentes dos primeiros ocupantes do distrito se fazia notar, por exemplo, na aquisição de patentes da Guarda Nacional.[63] Isto nos dá a entender um pouco das pretensões do Tenente Geraldo.

---

[59] Inventário de Felisberto Pinto de Almeida, 1843, cx. 394, fls. 87.
[60] FARIA, Sheila Siqueira de Castro. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 87.
[61] SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo. A Guarda Nacional em Minas Gerais Oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006. p. 79.
[62] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014 p. 262.
[63] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014 p. 227.

Em seu acervo há uma lista com o nome de 21 escravos dos quais seria ele o senhor.[64] A datação faz apenas referência ao mês de Abril, sem especificar o ano do registro. Contudo transversalmente há a seguinte anotação: "Robarão (sic) todos pelo João Alfredo a 13 de maio de 1888". A lista contém a idade de cada um, sua nação e ao lado quatro escravos são ditos como mortos, três em anotações feitas a caneta, o que permite supor que se trate de inscrição feita posteriormente, e apenas um é dito como falecido em 1884, numa escrita ainda feita a pena.

Os grandes proprietários do distrito, afirma Paula Chaves, usavam o trabalho escravo e a aquisição de terras para a reprodução de sua riqueza. A abolição do tráfico e posteriormente da escravidão se mostraram obstáculos em seus caminhos.[65] O Tenente Geraldo era um destes escravistas que precisaram lidar com esta nova realidade. Inserido dentro de um dinâmico mercado interno o comércio de gado poderia ser uma alternativa para a continuação de sua riqueza.

O "negócio do sertão"

Através do acervo do Tenente Geraldo claramente se nota a dinamicidade de seus negócios. Devia ser intenso o movimento na Fazenda do Catimbau. Muito era comercializado por ele: milho, feijão, aguardente... Por ora nos atenhamos ao gado. Como já dito anteriormente este é apenas o início de um trabalho de pesquisa. Sendo assim ainda é cedo para fazer uma minuciosa análise e falar de resultados com grande propriedade, mas podemos nos atrever a analisar um pouco de seus negócios.

Os primeiros registros da contabilidade de Geraldo são do ano de 1869.[66] E justamente desse ano temos um registro interessante. Geraldo descreve uma operação de compra de gado em Uberaba.[67] Esta cidade se tornou um entreposto comercial na segunda metade do Oitocentos. Neste período o lugar viveu um crescimento urbano e econômico importante. São João Del Rei, por exemplo, abastecia Uberaba e até regiões mais além como Goiás e Mato Grosso com produtos manufaturados. Uberaba, por sua vez, fornecia gado a Comarca do Rio das Mortes.[68]

Em 1869 Geraldo tinha aproximadamente 32 anos. Devia estar querendo começar um empreendimento econômico que lhe desse bom retorno financeiro. Embora nosso personagem não tenha deixado registrado o motivo pelo qual tenha pretendido tentar ingressar neste negócio Maria Thereza Petrone, embora esteja falando sobre a criação e não sobre o comércio, nos dá uma pista importante: o gado exige pouco cuidado, "a não ser na distribuição regular de sal".[69] Paula Chaves Teixeira Pinto demonstra que ainda em 1869 Gervásio Pereira Alvim comerciava alguns animais, embora não em grande quantidade, de forma que este negócio ajudava a assegurar sua

---

[64] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_0889.
[65] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014 p. 226.
[66] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_0811
[67] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_1045.
[68] SOUZA, Júlio César de. *Uberaba: relações escravas na cidade primaz.* Rev. Triang.: Ens. Pesq. Ext. Uberaba – MG, v.2. n.2, p. 125-137, jul./ dez. 2009. p. 128 - 129.
[69] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 38.

sobrevivência.[70] Geraldo deve ter almejado se tornar um negociante especializado no ramo, é possível pensar. Para isso teria mandado comprar animais em Uberaba. Isso mesmo; Geraldo não foi até lá pessoalmente. Ele tinha uma sociedade com José Libânio, segundo sua documentação.

José Libânio teria sido o responsável por comprar os animais e, muito provavelmente, conduzi-los até o distrito da Lage. Petrone observou que na segunda fase de seu negócio o futuro Barão de Iguape teve um sócio, a quem cabia comprar os animais enquanto o personagem do seu estudo, Antônio da Silva Prado vendia-os em Sorocaba. A autora diz mais: Prado não entendia de gado, na verdade. A ele cabia arranjar compradores, dar o preço e decidir condições de venda. O sócio era quem se encarregava de comprar os animais no sul e organizar sua ida até Sorocaba, onde ocorria importante feira de gado. [71] Calos Eduardo Suprinyak ao estudar o negócio de muares entre o sul e o centro-sul do Brasil no século XIX demonstra que o comércio de animais era mesmo abrangente. Ele afirma que "os condutores podiam ser eles mesmos os proprietários das tropas que conduzem, mas este não é necessariamente o caso".[72] Não é possível afirmar com precisão o motivo pelo qual Geraldo não fora pessoalmente a Uberaba. Dono de fazenda que era devia ter conhecimento sobre animais, ao contrário de Prado.

Ao que parece a sociedade consistia que José Libânio fosse até Uberaba comprar e conduzir os animais e que o Tenente Geraldo arrumasse o dinheiro para a empreitada. Esta hipótese se torna plausível pelo fato de que no dia 28 de abril de 1870 o fazendeiro pagou a Francisco de Paula Pinto Lara a quantia de 4:000$000 que ele diz ser referente a crédito para a boiada.[73] Mesmo novo e ainda iniciando sua atuação comercial na região não deve ter tido dificuldade para conseguir crédito para o investimento na boiada, já que Francisco era casado com Francisca Cândida de Resende Lara, prima de nosso personagem.[74] Paula Chaves, por exemplo, demonstra como foi importante a Gervásio Pereira Alvim, nascido em Portugal, ter conseguido um bom casamento no distrito da Lage. Este homem circulou num grupo de homens bem sucedidos, como seu tio. A família desempenhava um papel importante para que o indivíduo conseguisse crédito. A autora demonstra também exemplos de padrinhos escolhidos com boa posição social e econômica, mostrando que isso fortalecia as "solidariedades entre parentes".[75]

No negócio em Uberaba foram compradas 154 vacas a um custo total de 3:632$000,[76] o que dá uma média de aproximadamente 23$000 por cabeça. Vejamos a descrição da compra feita por José Libânio:

---

[70] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014 p. 277-279.
[71] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 10-11.
[72] SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Op. Cit.* 2008. p. 92.
[73] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_1045.
[74] Inventário de Anna de Almeida e Silva, 1830, cx. 313.
[75] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014. p. 134-157.
[76] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_1045.

Tabela: animais comprados por José Libânio em Uberaba em 1869[77]

Número de vacas compradas	Preço unitário	Preço total
80	22$000	1:760$000
10	23$000	230$000
19	22$000	418$000
7	20$000	140$000
5	22$000	110$000
31	30$000	930$000
2	22$000	44$000

Geraldo registra que abatidas todas as despesas do negócio seu sócio e ele, cada um, tiveram um lucro de 272$000. Ainda diz que "tirando arrendamento dos campos vim a ter de lucro de todo negócio sujeito a meu trabalho, animais e escravos 90$000". Finalmente, com uma grafia até mais enfática afirma: "Não comvem negosio (sic) do sertão".[78] Realmente a empreitada não valeu mesmo a pena. Petrone, ao analisar a contabilidade de Antônio da Silva Prado, calcula que o mesmo deve ter tido um lucro de "24,6%, 25,5% e 47,8%" em se tratando de boiadas isoladas. No caso de comércio com o Rio de Janeiro o lucro sobre o valor despendido chegou a ser de 64,2%.[79] No caso de Geraldo o lucro foi de apenas 4,31%, considerando a sociedade. Mas o que teria ocorrido?

Geraldo afirma ter tido um gasto de 3$500 sobre cada animal,[80] o que resulta num gasto de 539$000. Embora ele não especifique as causas destes gastos eles podem ser oriundos, por exemplo, de passagens por barreiras fiscais, pagamento aos condutores e/ou pagamento de pastagens em estações de invernada, que tinham como funções o descanso, a engorda e até mesmo a regulação do número de animais no mercado. Afinal, em se tratando de uma viagem de mais 400km é razoável crer que esta boiada fizera algumas paradas para descanso dos animais e dos seus condutores. Tanto Petrone quanto Suprinyak fizeram menções a gastos destas naturezas em seus trabalhos.[81] Ao todo foram empregadas nestas 154 reses uma quantia de 4:171$000. Ou seja, do gasto total 12,92% foi referente a estas despesas não especificadas por Geraldo. Petrone constatou que em 1821 a viagem de uma tropa de bestas de Sorocaba ao Rio de Janeiro consumiu 6,6% do valor despendido na compra, em uma situação de lucro. A condução dos muares neste caso também foi feita por um sócio de Prado.[82] Embora estejamos analisando um outro período e a viagem de outros animais a porcentagem gasta nesta é realmente alta, no caso do negócio de Geraldo.

---

[77] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_1045.
[78] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_1045.
[79] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 156.
[80] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_1045.
[81] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976 e SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Op. Cit.* 2008.
[82] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 67.

Voltemos a análise feita por Paula Chaves Teixeira Pinto junto aos inventários encontrados para o distrito da Lage sobre os anos de 1850 e 1870. Uma constatação merece toda a nossa atenção. Ela afirma ter encontrado 2.019 animais no período em questão, em 22 dos 23 documentos pesquisados. Ela afirma que desde aquele que possuía apenas "uma única égua velha" até o que possuía 327 animais diversos todos se dedicavam ao mercado de abastecimento interno. A autora ainda constata que entre os animais inventariados os bovinos eram maioria, com 1.004 animais. Logo após apareciam os equinos com 478 e os muares com 106. Ainda são encontrados 521 suínos, não incluídos na nossa pesquisa.[83] Paula Chaves Teixeira Pintoconsidera que aqueles que possuíam mais de 30 cabeças de gado vacum e mais de 10 cabeças de gado cavalar estavam voltados para o mercado abastecedor, enquanto os demais utilizavam seus animais para a lida diária em suas propriedades. Utilizando este critério foram encontrados 10 criadores de gado bovino contendo de 39 a 200 animais. Encontrou-se também 8 criadores de gado cavalar possuindo entre 16 e 141 cabeças.[84] Ora, Paula Chaves Teixeira Pinto consultou apenas os documentos por ela encontrados, ou seja, os inventários. Registros como a contabilidade de Geraldo não estava a sua disposição. Isto quer dizer que devia haver bem mais animais no distrito no período em questão, como o gado cujos proprietários faleceram posteriormente. Podemos perceber que neste período o distrito possuía muitos animais. Ao que parece Geraldo pensou que poderia se tornar um grande negociante vendendo para os fazendeiros do distrito justamente pelo fato de lidarem com estes animais na lida doméstica ou na comercialização.

Entre as muitas funções das estações de invernada, como já dissemos, estava a de regular o fluxo de animais em tempos de grande demanda.[85] Uma hipótese sobre o insucesso do negócio que estamos estudando poderia ser então a venda das reses em uma época em que havia grande número de animais no mercado. Entretanto esta hipótese não parece plausível por si só. Geraldo era proprietário de uma fazenda e poderia esperar a época oportuna para a venda dos animais com poucos gastos: basicamente o sal para a alimentação e alguns poucos escravos.[86] O Tenente primeiro vendeu 40 animais no dia 15 de janeiro de 1870. Se julgasse que esta primeira remessa de animais teria sido vendida por um baixo preço ele com certeza seguraria os demais em suas terras até esperar que o mercado estivesse favorável. Entretanto ele diz ter findado as vendas dos animais comprados em 1869 no dia 26 de abril de 1870. Embora o distrito concentrasse uma quantidade significativa de animais e os fazendeiros do lugar até os criava, como afirma Paula Chaves Teixeira Pinto,[87] outros fatores devem ter influenciado no resultado.

> "Na história Econômica diversas forças tem que ser levadas em consideração: fatores geográficos, técnicos, condições demográficas, leis econômicas, desenvolvimento e formação de preços, enfim, a estrutura e a conjuntura.

[83] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014. p. 249.
[84] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014. p. 251.
[85] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 14.
[86] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 38.
[87] TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *Op. Cit.* 2014. p. 249.

> Todas essas forças influem ou não no sucesso do indivíduo e nas suas tomadas de posição."[88]

O mesmo documento traz um dado relevante para a nossa pesquisa, anotado com uma tinta um pouco mais fraca, ao pé da página. O jovem fazendeiro registra que em 17 de janeiro de 1872, apenas 3 anos após a compra das reses em Uberaba, entregou ele a "Felisberto Ribeiro da Silva para a compra de gado gordo 1:060$000 sendo para partirmos os lucros de cujo trato só tem este assento (sic)". Ora, se tomarmos como base o preço médio por cabeça comprada em Uberaba por José Libânio em 1869 esse valor entregue a Felisberto poderia comprar aproximadamente 45 animais. Obviamente não se trata de uma boiada significante para ser um grande investimento para negociação como fora aquela comprada em Uberaba. Como já dito acima Geraldo registra que do gado lá comprado no dia 15 de janeiro de 1870 vendeu a um único comprador 40 vacas, cada uma pelo preço de 39$000, chegando a cifra total de 1:560$000. A quantia repassada a Felisberto era menor que a entregue a José Libânio pois deve ter tido prudência desta vez. Podia ter até um prejuízo, se as compras fossem mal feitas. Entretanto Felisberto não concluiu o negócio. O documento diz que "não (ilegível) gados. Entregou-me esta quantia acima dita no dia 30 deste" (janeiro de 1872, 13 dias após a entrega do dinheiro).[89]

Embora Geraldo não tenha registrado o motivo pelo qual Felisberto não chegou a efetuar o negócio e nem o lugar onde seria feita a compra parece que o Tenente Coronel instruiu o novo sócio a não adquirir o gado a um preço alto. Mesmo após o primeiro insucesso Geraldo não desistiu de tentar se tornar um negociante de gado. O que parece ter havido em 1869/1870, portanto, foi uma conjuntura de fatores. José Libânio poderia não ter sido um sócio sagaz na compra e na condução dos animais? Talvez. Isto parece ter relação com o que diz Petrone sobre o comércio de reses. Após observar o fato de Prado, homem que negociava por cartas, ter mantido alguns correspondentes junto as invernadas para organizar seu negócio, a historiadora diz que o complexo negócio de reses "exigia uma organização na qual a ação eficaz dos correspondentes determinava, em última análise, o sucesso dos negócios".[90]

Mas José Libânio não deve ser responsabilizado pela não rentabilidade do negócio. Na contabilidade de Geraldo aparece mais uma vez o nome de José. Há o registro de um pagamento do Tenente a este personagem realizado no dia 20 de setembro de 1870 no valor de 500$000. O motivo? "9 bois comprados no sertão para carro por José Libânio".[91] Provavelmente este sertão a que se refere o fazendeiro seria Uberaba. Esta nova compra de Geraldo ocorreu menos de 5 meses após a venda das vacas compradas ali. Se desconfiasse da lisura ou da competência de José certamente Geraldo não teria lhe pedido novamente que comprasse mais animais. Infelizmente ainda não tivemos mais nenhuma informação sobre quem seria esse José Libânio. Tendo em vista o fato deste ter comprado para Geraldo uma pequena quantidade de bois

---

[88] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 2.
[89] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_1045.
[90] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 60.
[91] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_0847.

que muito provavelmente serviriam para o uso na Fazenda do Catimbau cremos que este homem deveria ser algum negociador sem muitos recursos, tendo em vista o fato de que na compra de 1869 Geraldo fora quem conseguira o crédito para o pagamento dos animais em Uberaba.

A distância de Uberaba até o distrito pode ser um fator que impossibilitava uma boa margem de lucro devido ao alto gasto necessário para esta viagem. O distrito da Lage, como já observado, possuía considerável número de animais que até eram criados nas fazendas locais. Já havia um mercado considerável no seio do distrito que não precisava despender altos custos para locomoção. Petrone demonstra alguns exemplos de como as despesas influenciavam na rentabilidade de alguns negócios.[92]

No mesmo documento registra Geraldo a compra de 1 vaca no dia 14 de outubro de 1971 pelo preço de 26$000. Ainda diz que "neste mesmo tempo" comprou 2 bois por 66$000, embora não tenha especificado de quem eram e de onde foram estes animais, e comprou também 2 novilhos por 56$000. Após o registro da compra dos bois escreveu a palavra "Lucro" e após as duas outras compras a letra "L", que parece se referir a outros lucros,[93] sendo estes provenientes de negociações menores, feitas provavelmente no próprio distrito da Lage, onde vivia Geraldo.

Neste momento da pesquisa ainda não se pode concluir com certeza o motivo pelo qual não valeu a pena o "negócio do sertão" em 1869. É preciso comparar os preços das compras e vendas dos animais efetuados por José Libânio e Geraldo com outros que o tenham feito a época. Entretanto parece, até o momento, que o insucesso deveu-se a uma quantidade razoavelmente alta de animais no distrito da Lage naquele momento, onde eram criados. Mesmo para aqueles que os criavam ali esse negócio pode não ter alcançado lucros astronômicos. Portanto os gastos da viagem de Uberaba até o destino final teriam consumido a rentabilidade do negócio, não justificando o esforço de ir até o "sertão" para comprar e conduzir o gado.

Bibliografia

Fontes primárias

Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende.

CHAVES, José Maria da Conceição. *Memórias do antigo Arraial de Nossa Senhora da Penha de França da Lage, atual cidade de Resende Costa: desde os proêmios de sua existência até os dias presentes.* Resende Costa: AMIRCO, 2014.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004

[92] PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Op. Cit.* 1976. p. 80.
[93] Arquivo Pessoal de Geraldo Pinto de Rezende, fl. IMG_1045.

RESENDE, Antônio de Lara. *Memórias - Do Belo Vale ao Caraça*. Sem local: Edição do autor, 1970.

REZENDE, José Augusto de. *Livro de Pálidas reminiscências da antiga Lage - hoje - Villa de Rezende Costa.* Resende Costa: AMIRCO, 2010

Fontes secundárias

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850).* Belo Horizonte: Fino Traço, 2014

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007

CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Nacional, 1971.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais.* São Paulo: Editora Annablume, 2003.

LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil - 1808/1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MARTINS, Roberto B. *A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. CEDEPLAR, Belo Horizonte: 1982. (mimeo.)

PELUZZI, Maristela de Oliveira. *Os Grandes Proprietários Escravistas do Distrito da Lage (1830-1850).* São João Del Rei: UFSJ, 2003. (Monografia de pós-graduação *Latu Sensu).*

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

REVEL, Jacques (org.). *"Jogos de escalas*". Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os "Ribeiro da Silva", fronteira, fortuna e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX.* Dissertação de mestrado. São João Del-Rei: UFSJ, 2014.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo. A Guarda Nacional em Minas Gerais Oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006. p. 79.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil: 1500/1820*. 8 ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: A economia escravista de Minas Gerais no Século XIX*. Cadernos IFCH - UNICAMP, Campinas, n. 17, 1985.

SOUZA, Júlio César de. *Uberaba: relações escravas na cidade primaz.* Rev. Triang.: Ens. Pesq. Ext. Uberaba – MG, v.2. n.2, p. 125-137, jul./ dez. 2009. p. 128 - 129.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Tropas em marcha. O mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil imperial*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito.* São Paulo: Annablume, 2006. p. 25.

TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *De Minas para a Corte. Da Corte para Minas: Movimentações familiares e trocas mercantis (c. 1790 - c. 1880).* Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2014. p. 273-280.

Os Primórdios da Exploração da Castanha-do-Pará na Amazônia (Séculos XVIII-XX).

José Jonas Almeida

Introdução

Um produto que, no seu próprio nome, nos remete ao país do qual é originário. Desde o final do século XVIII, a designação *Brazil nut* era utilizada pelos ingleses quando se referiam à noz trazida da região amazônica. Aqui, a denominação mais comum é castanha-do-pará, a qual apesar das várias medidas visando alterar o nome para castanha do Brasil, ainda persiste. O seu consumo no exterior, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos conheceu uma tendência crescente durante todo o século XIX. A partir da década de 1920, com o declínio da borracha, a castanha-do-pará[1] passou a ocupar, em poucos anos, a posição de principal produto de exportação de alguns Estados da Amazônia, como foi o caso do Pará, tendo também papel de destaque na arrecadação de tributos para essas unidades da federação.

Apesar de, para muitos autores, ser difícil apontar a existência de um ciclo bem definido da castanha-do-pará, nos moldes dos outros produtos agrícolas e extrativos do Brasil, a primeira metade do século XX marcou a consolidação dessa atividade econômica, enquanto alternativa de sustento para muitas das populações tradicionais da Amazônia. Com a crise da goma elástica, toda a organização mercantil surgida em função da borracha foi deslocada para a extração da castanha, como ocorreu no Médio Tocantins paraense no final da década de 1920. A exploração da castanha-do-pará também herdou do antigo extrativismo de coleta a forma de arregimentação e controle da mão de obra pelos patrões, o conhecido aviamento.

---

1 Muito embora seja utilizada a palavra castanha para designar a amêndoa ou semente que é tirada de seu fruto, o termo mais adequado para a mesma é noz, forma pela qual é conhecida no exterior. Os espanhóis e portugueses teriam dado a denominação de *almendras* ou castanhas em função de sua semelhança morfológica ou utilitária com os frutos similares do continente europeu, sobretudo da castanha europeia ou *Castanea sativa* (RODRIGUEZ, 2002).

O comércio da castanha-do-pará parece ter as suas origens na segunda metade do século XVIII, quando vários relatos apontam a presença desse produto no circuito mercantil da Amazônia. Inicialmente a castanha esteve erroneamente associada ao período de extração das drogas do sertão, nos séculos XVII e XVIII, juntamente com o cacau, a salsaparrilha, o cravo, a canela, o óleo de copaíba, entre outros. A castanha teve apenas uma participação tardia nesse processo. A coleta dos recursos naturais foi uma atividade sempre predominante na Amazônia, apesar das tentativas promovidas por Portugal, sobretudo no período pombalino da segunda metade do século XVIII, de fixar a colonização e estimular a atividade agrícola na região.

Após o processo de emancipação do Brasil, na visão das autoridades, viajantes e estudiosos que escreveram sobre a Amazônia, a atividade extrativista não era considerada adequada às sociedades que buscavam elevar-se em termos de civilização. Além disso, existia a ideia de que o extrativismo de coleta dificultava o desenvolvimento das demais atividades econômicas, sobretudo a agricultura. O extrativismo não permitiria a fixação do homem na terra, razão pela qual a proposta da introdução de colonos, sobretudo estrangeiros, era uma medida tida como fundamental para superar as condições primitivas daquela região e da população cabocla.

Por sua vez, a historiografia clássica nacional buscou explicar as razões do atraso no desenvolvimento brasileiro nas próprias características da atividade agrária, constituída ao longo de mais de três séculos. Para Caio Prado Jr. do período em que tivemos a dominação colonial portuguesa, permaneceram resquícios, que não podem ser caracterizados como feudais ou pré-capitalistas, mas que constituíram uma estrutura socioeconômica dentro dos quadros do capitalismo comercial e que se organizou para atender aos seus interesses, sob a forma de um "negócio" gerenciado a partir da metrópole portuguesa (PRADO JR., 2000). Um desses resquícios foi a estrutura agrária baseada na grande propriedade rural, controlada por uma minoria de latifundiários, a qual se manteve presente em nossa formação social. Essa estrutura contou com uma enorme disponibilidade de terras, cujas normas e regras para a posse já estavam determinadas de antemão pelo empreendimento colonialista, sob a forma de distribuição das sesmarias. Os resultados obtidos foram satisfatórios e compensadores para aqueles que puderam usufruir desse modelo de empreendimento agrário.

Nessa fase colonial, um papel importante pode ser atribuído ao elemento português, o único que esteve presente no território e que não perdeu contato com a sua

"matriz cultural", muito embora fosse minoritário diante dos africanos e dos indígenas, os quais foram separados de suas origens culturais, perdendo a sua identidade (FURTADO, 1999). Ainda com relação à influência do colonizador português, Sergio Buarque de Holanda aponta que a colonização empreendida por Portugal não foi realizada de forma metódica e racional, fruto de um desejo de construir, mas caracterizada pelo desleixo e abandono.[2] Nesse sentido, segundo Sergio Buarque, o português veio em busca de riqueza, "mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho" (HOLANDA, 1971, p. 18). Dessa matriz cultural fundadora dos padrões de comportamento e das atitudes colocadas em prática no Novo Mundo, a lavoura no Brasil acabou por adquirir um caráter rotineiro, desprovida de avanços técnicos que melhorassem ou aperfeiçoassem a produção (HOLANDA, 1971).

O caráter predatório e rudimentar de nossa economia rural também foi destacado por Celso Furtado, para quem a grande unidade produtora se impôs como a forma predominante de exploração, voltada fundamentalmente para a atividade exportadora. O fenômeno do "latifundismo" se reveste de um caráter político, razão pela qual podemos explicar alguns paradoxos da agricultura brasileira. Como exemplo, Furtado cita a oferta de mão de obra, a qual é simultaneamente barata e escassa, o que leva ao uso extensivo da terra ou da agricultura itinerante. Essa modalidade de exploração perpetuou práticas agrícolas rudimentares, que se constituíram na forma mais econômica de utilizar a mão de obra (FURTADO, 2013).

Tais características também podem ser observadas no extrativismo vegetal e no caso específico da castanha-do-pará. O monopólio no controle dos castanhais e a imposição aos trabalhadores de um sistema perpétuo de dívidas, que garantiam o controle sobre a mão de obra, foram os meios empregados para viabilizar o trabalho de coleta realizado nas florestas da Amazônia. A abundância do fator terra e o caráter itinerante ou "expedicionário" dessa atividade, também ofereciam resistências a qualquer tipo de aperfeiçoamento técnico que implicasse em melhorias na produtividade, na forma de extração e no beneficiamento do produto.

O regime de trabalho que submetia o extrator ao endividamento e à dependência em relação aos patrões, também não era algo que pudesse estar adaptado aos ideais de

---

2 Sérgio Buarque distingue nas sociedades, de modo geral, dois modelos ou tipos sociais, o “aventureiro”, cujo objetivo final é o que mais importa e que têm como ideal “colher o fruto sem plantar a árvore” e o “trabalhador-lavrador”, que valoriza mais o processo do que o triunfo, enfatizando a persistência e o esforço. Para este autor, no decorrer do processo de conquista e colonização do Novo Mundo, o primeiro tipo foi o que predominou (HOLANDA, 1971).

progresso que prevaleciam na mentalidade dos nossos cientistas sociais do início do século XX.[3] Nesse sentido, tal condição revelava uma anomalia que deveria ser extirpada a partir de um processo de modernização e de transformação, que passava por uma política de fixação do homem a terra e que somente a agricultura seria capaz de proporcionar. Por outro lado, essa visão não estimulava a busca por algum tipo de intervenção no extrativismo por parte do Poder Público, no sentido de promover melhorias nos métodos de coleta e no aproveitamento dos produtos.

O presente artigo, que é parte de um trabalho mais amplo sobre a trajetória da castanha-do-pará, procura analisar o início da exploração desse produto na Amazônia e preencher algumas lacunas referentes às origens e à importância do mesmo na economia regional. Embora muitos estudiosos tenham ressaltado as limitações da atividade no sentido de proporcionar uma maior dinâmica econômica para a Amazônia, em termos de renda monetária e de mercado, a mesma foi uma importante alternativa de sustento para as populações da região, sobretudo após a crise da borracha verificada durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

1. Breve História da Castanha-do-Pará.

Em termos botânicos, a castanheira-do-pará foi classificada pelo geólogo e naturalista alemão Friedrich Heinrich Alexander, mais conhecido como barão Humboldt, após ter realizado uma viagem de estudos pela América do Sul entre 1799 e 1804. O tamanho, a altura e a exuberância da castanheira, designada posteriormente pelo termo *excelsa*, despertou a atenção de Humboldt e de seu companheiro de viagem, Aimé Bonpland. Ao se depararem com a grande árvore decidiram dar a ela uma denominação, homenageando o químico francês Claude-Louis Berthollet. A classificação foi feita com a ajuda de outro botânico, o alemão Carl Sigmund Kunth. Desses pesquisadores viria o nome científico da castanheira, uma planta pertencente à família *Lecythidaceae*, gênero *Bertholletia* e espécie *excelsa*, acrescentando-se os

3 O escritor Euclides da Cunha pode verificar *in loco* as condições em que o seringueiro realizava o seu trabalho e nos deixou a impressão praticamente definitiva do sistema de aviamento: o seringueiro “é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1986, p. 36).

sobrenomes dos três pesquisadores Humboldt, Bonpland e Kunth abreviados. Portanto: *Bertholletia excelsa* H. B. K. .

A castanheira-do-pará é uma árvore encontrada em praticamente toda a região amazônica da América do Sul: nas Guianas; sudeste da Colômbia; sul da Venezuela, no Alto Orinoco, onde Humboldt a observou; leste do Peru, no Departamento de Madre de Dios e norte da Bolívia, no Departamento de Pando.[4] Em toda a Amazônia sul-americana, as florestas com castanheiras cobrem uma superfície de aproximadamente 325 milhões de hectares, sendo a maior parte distribuída entre o Brasil, com 300 milhões, a Bolívia com 10 milhões e o Peru com 2,5 milhões de hectares. As áreas com maior concentração dessas árvores formam os castanhais, sendo os de maior destaque os situados no Médio Tocantins, no rio Trombetas, ambos no Estado do Pará; os do sul do Amapá (rio Jarí) e os castanhais do Acre. No Estado do Amazonas as árvores são distribuídas de forma mais dispersa.

O fruto da castanheira é o ouriço, que quando maduro, cai da copa das árvores, sendo a coleta feita no solo. A altura da castanheira, que chega a alcançar 50 metros, impede que o fruto seja retirado diretamente da árvore. O ouriço é semelhante ao coco e dentro do mesmo é que são encontradas as sementes ou castanhas propriamente ditas, cujo número se situa entre 10 a 25 unidades. A coleta nas matas ocorre durante o primeiro semestre de cada ano, até aproximadamente o mês de maio. A maior parte da produção é obtida da extração na floresta, embora existam experimentos de cultivo em andamento em algumas áreas da Amazônia.

A semente ou castanha-do-pará é muito apreciada pelo seu sabor e também por suas qualidades nutritivas, sobretudo pela quantidade de aminoácidos que apresenta. Em função disso, chegou a ser chamada pelo fisiologista italiano Filippo Botazzi, no início do século XX, de “carne vegetal”, por ser um alimento rico em proteínas. Alguns trabalhos pioneiros chegaram até a identificar uma fração dessas mesmas proteínas, a qual foi designada pelo nome de *excelsina* (PACHECO e SCUSSEL, 2006).

Notícias e informações a respeito da castanha-do-pará e dos seus vários usos podem ser encontradas desde os primórdios da vinda dos europeus à América do Sul e à região da Amazônia. Os primeiros relatos são provenientes da região dos Andes, pertencente aos antigos domínios do Império Inca, já no momento em que este era submetido ao

4 Nas Guianas, Colômbia, Venezuela e Equador, embora a espécie esteja presente, a sua ocorrência não se mostrou suficiente para viabilizar a exploração econômica.

controle dos conquistadores espanhóis. A descrição tida como sendo, de fato, a primeira informação sobre as castanhas da região amazônica, surgiu a partir das expedições realizadas entre 1567 e 1569, pelo explorador espanhol Juan Alvarez Maldonado, na região do rio Mano, em Madre de Dios, atual Peru. As castanhas teriam alimentado os soldados espanhóis durante essa jornada na selva, sendo também mencionada a existência de muitas castanheiras nas terras dos nativos *cayanpuxes* (RODRIGUEZ, 2002, p. 115). A notícia mais precisa a respeito deste fruto e que parece não deixar dúvida de que esteja se referindo à castanha-do-pará, foi dada pelo padre Acosta em sua *Historia Natural y Moral de Las Indias* de 1590 (ACOSTA, 1894, p. 392). [5]

Na porção portuguesa da Amazônia Sul-Americana, os relatos iniciais sobre a castanha-do-pará aparecem na primeira metade do século XVII. Possivelmente, a primazia na descrição das amêndoas nessa área coube ao frei franciscano Cristovão de Lisboa, em sua obra: "História dos animais e árvores do Maranhão", redigido entre 1625 e 1631. Este religioso destacou a altura da espécie, a sua enorme copa, a quantidade de castanhas por fruto e o sabor das amêndoas (MULLER, CARVALHO e NASCIMENTO, 2010). Os padres jesuítas João de Souto Maior e Simão de Vasconcelos também deixaram em seus relatos descrições da castanheira na porção portuguesa da Amazônia.

Desde a segunda metade do século XVII também eram conhecidos os castanhais localizados no curso médio do rio Tocantins, no sudeste do Pará. Dois exploradores, Gonçalo Pires e Manuel Brandão, ao subirem o rio Tocantins em direção ao Araguaia, em 1669, encontraram pelo caminho cravo, canela e castanhas (BAENA, 1838). Nessa mesma época, o padre jesuíta João Felipe Bettendorff fez referências à existência de castanhas no mesmo rio Tocantins "para banda de riba" e ainda no cabo do Norte, atual Amapá (BETTENDORFF, 1990).

Tornou-se um lugar comum, em vários artigos e descrições referentes à castanha-do-pará, tanto no Brasil como no exterior, atribuir aos holandeses sua introdução na Europa. Em 1633, comerciantes holandeses levaram um pequeno carregamento de "óleo de frutas selvagens" da Amazônia para a Holanda. Segundo Frederic Rosengarten, haveria nesse carregamento, "provavelmente", certa quantidade

5 Em outro conhecido relato, o "Novo Descobrimento do Rio Amazonas" do padre jesuíta Cristobal de Acuña, publicado em Madri em 1641, que narra a viagem de retorno de Quito (Equador) ao Pará, realizada pelo explorador português Pedro Teixeira em 1639, também existem referências claras às castanhas, chamadas de *almendras de la sierra* e do aproveitamento muito conhecido da casca da castanheira para a obtenção da estopa para a calafetação de barcos (ACUÑA, 1994, p. 84).

de castanhas (ROSENGARTEN, 1984). Tal informação, um tanto quanto imprecisa, acabou sendo difundida como sendo o início da exploração comercial da castanha-do-pará, colocando-a no contexto inicial da ocupação da Amazônia e da extração das drogas do sertão no século XVII. Como já assinalamos a castanha-do-pará não pode ser incluída nessa primeira etapa do ciclo extrativo na Amazônia, pelo menos até a segunda metade do século XVIII.

Embora já fosse conhecida, não é verificada a participação da castanha-do-pará entre os itens transportados pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Esta Companhia foi a responsável por aquilo que ficou conhecido por alguns historiadores como o "ciclo agrícola" da Amazônia, na segunda metade do século XVIII e estabeleceu a ligação da região com o mercado europeu. Nessa época, o cacau era o produto de maior destaque. Apesar de um relativo crescimento da agricultura, o extrativismo de coleta continuou a predominar nesse período.

Para que o extrativismo pudesse ser viabilizado fora do âmbito das ordens religiosas que se estabeleceram na região amazônica, ainda no século XVII, foi necessária a constituição e o desenvolvimento de estruturas sociais que permitiram a transformação dos produtos naturais da Amazônia em mercadorias. Muitos historiadores apontam o período das Reformas Pombalinas (1750-1777), como sendo o momento da gênese dessas estruturas.[6] Francisco de Assis Costa afirma que existem fortes indícios referentes ao surgimento de uma estrutura de produção importante, além da que era representada pelos colonos escravistas e pelos diretórios indígenas, criados no governo do marquês de Pombal. Costa identifica nessa fase, a formação de um "campesinato caboclo", que se estabeleceu através de uma produção derivada do extrativismo vegetal. Por outro lado, a entrada dessa mesma produção no mercado pressupunha a existência de uma classe mercantil de intermediários, que aos poucos foi se constituindo na colônia e que surgiu a partir da mistura de colonos, funcionários, militares e aventureiros, que se colocaram como concorrentes do monopólio oficial da metrópole. O capital mercantil cresceu junto com a expansão da base camponesa-cabocla e era endógeno, segundo

6 No período Pombalino a mais importante ordem religiosa estabelecida na bacia amazônica, a Companhia de Jesus, foi expulsa no âmbito das reformas estabelecidas pelo marquês de Pombal (1750-1777). Como se sabe, os jesuítas tinham enorme influência na economia da região, estabelecendo fazendas, criações de gado e também controlando a extração das drogas do sertão. Com a saída dos inacianos, a economia regional se reestruturou em outras bases, inicialmente sob a Companhia Geral de Comércio e depois com o surgimento de um circuito mercantil autônomo que deu origem aos regatões, já nos estertores da fase colonial (COSTA, 2012).

Costa, sendo formado por regatões, marreteiros (pequenos comerciantes do interior e que eram abastecidos por comerciantes maiores) e aviadores, sediados em Belém, que supriam (aviavam) e financiavam os regatões e os marreteiros (COSTA, 2012).

No que diz respeito à mão de obra, o extrativismo vegetal exige uma população de indivíduos que seja dispersa, excessivamente móvel e que não permita uma forma comum de organização. Portanto, não se verifica a submissão completa da força de trabalho, algo característico do estágio do capitalismo industrial. Os coletores preservavam certo controle sobre a sua atividade e a mobilidade podia permitir-lhes escapar de determinadas exigências, tidas como inaceitáveis, preservando uma relativa autonomia. Além disso, os coletores eram recrutados em meio a uma população muito reduzida.

Uma dificuldade que se apresentava ao extrativismo de coleta eram as distâncias a serem percorridas e o transporte do produto pelas vias fluviais. A existência de desníveis nos afluentes do rio Amazonas produzia obstáculos que tiveram de ser contornados, como as corredeiras e trechos com aflorações rochosas, o que exigia a presença de barqueiros habilidosos.

Adaptada às condicionantes da natureza da região, ao iniciar o século XIX, a economia da Amazônia organizava-se com base em unidades de produção caboclas que viviam da agricultura e do extrativismo. Parte da produção era destinada ao comércio por meio dos regatões e por comerciantes situados nos povoados ribeirinhos, que eram abastecidos de mercadorias pelos grandes comerciantes de Belém, sendo estes últimos os responsáveis por colocar essa produção regional no mercado mundial. A demanda externa determinava a pauta das exportações da Amazônia e estava relacionada com a indústria de alimentos europeia e norte-americana, associada à procura por especiarias exóticas (COSTA, 2012). A inserção da castanha-do-pará no circuito comercial, nas últimas décadas do século XVIII, ocorreu nesse contexto.

Na fase imediatamente posterior à extinção da Companhia Geral de Comércio, a castanha-do-pará começou a aparecer na lista de mercadorias, exatamente nas mesmas áreas em que sempre foi constatada a sua presença, como no vale do rio Tocantins. Nos relatos da viagem realizada pelo ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio à Capitania de São José do Rio Negro (atual Estado do Amazonas), entre 1774 e 1775, a castanha-do-pará aparece na listagem dos produtos colhidos pelos moradores da Capitania, no ano de 1775, totalizando 171 alqueires (SAMPAIO, 1985). Na mesma época e na mesma área, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, nos relata as

dificuldades de se cobrar o dízimo sobre a produção do azeite obtido da castanha e da quantidade desta que foi necessária à produção do óleo, chegando-se posteriormente a uma solução alternativa para a cobrança do tributo. Ainda neste mesmo relato, a castanha aparece também na pauta dos produtos da Capitania do Rio Negro, bem como a estopa, derivada da casca da castanheira, comprovando que o produto encontrava-se inserido na relação dos artigos comercializados naquela região (FERREIRA).

O historiador Ernesto Cruz, em seu estudo sobre a história de Belém, menciona a passagem do mesmo Alexandre Rodrigues Ferreira pela cidade em 1784. O autor cita as informações do viajante e naturalista, com dados sobre o movimento das embarcações saídas do antigo porto e os produtos enviados a partir do mesmo. A castanha-do-pará aparece na relação (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Exportações do porto de Belém – 1783

PRODUTO	QUANTIDADE	VALORES
arroz	73.106 arrobas e 1/2	640 a 740 réis a arroba
cacau	44.201 arrobas e seis libras	1.500 a 2.400 réis a arroba
salsa	2.726 arrobas e 17 libras	6.400 a 7.000 réis a arroba
café	1.817 arrobas e cinco libras	Não consta cotação
cravo grosso	1.653 arrobas e ½ libra	3.200 a 4.000 réis a arroba
cravo fino	330 arrobas e uma libra	5.000 a 5.200 réis a arroba
algodão	7.188 arrobas e sete libras	5.000 a 8.500 réis a arroba
couros	11.745 alqueires	700 réis o alqueire
atanados	538 alqueires	2.000 réis o alqueire
polvilhos	342 alqueires	2.400 réis o alqueire
castanhas	237 alqueires	400 réis o alqueire
tapioca	102 alqueires	1.000 réis o alqueire

Fonte: Cruz (1973, p. 323).

No final do século XVIII a castanha-do-pará já podia ser encontrada no mercado europeu. O jornal inglês *Hampshire Chronicle*, de 16.04.1796, publicou um anúncio onde aparece o algodão produzido na Amazônia e a castanha, esta última já com a denominação de *Brazil nut* ou noz do Brasil. Portanto, ao que parece, coube aos ingleses estabelecer a designação pela qual, até hoje, o produto é conhecido no exterior.

Com a presença norte-americana na bacia amazônica, na sequência do processo de abertura dos portos em 1808, a castanha chegou ao mercado da América do Norte, fato comprovado também através de anúncios em jornais no início da década de 1820. Estas evidências desmentem, inclusive, a informação de que no intervalo de 1823 a

1836, a comercialização do produto ficou interrompida em função das rebeliões ocorridas na Província do Grão-Pará, pois nessa época, a castanha-do-pará podia ser encontrada no mercado norte-americano. Frederic Rosengarten aponta que o carregamento mais antigo de castanhas para os Estados Unidos foi efetuado em 1810. Nesse ano, um pequeno barco saído do Maranhão para o porto de Nova Iorque transportou além da castanha-do-pará, borracha, coco e caju (ROSENGARTEN, 1984).

O gosto do público norte-americano pelas nozes em geral, incluindo-se aí a castanha-do-pará, chega ao exagero de atribuir à *Brazil nut*, o fato do primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington, ter perdido a sua dentição na altura dos trinta anos de idade. Recentemente, inúmeros artigos e textos publicados em sítios da internet vulgarizaram a informação, embora a castanha-do-pará não estivesse presente naquele mercado na época do presidente Washington. [7]

Manoel Barata, em seu conhecido ensaio "A Antiga Produção e Exportação do Pará" faz uma relação dos produtos exportados para Portugal em 1818, citando entre eles a castanha-do-pará (BARATA, 1915). Os naturalistas alemães Spix e Martius, que estiveram na Amazônia em 1819, visitando o Pará e a província do rio Negro, referiram-se à posição superior do porto do Pará em relação aos demais, no sentido de disponibilizarem aos mercados de exportação uma grande quantidade e variedade de produtos. Na relação apresentada destacavam-se artigos como madeiras, açúcar, café, cacau, baunilha, algodão, bálsamo de copaíba, fumo, piaçaba, borracha, anil, urucu, tapioca, estopa (provavelmente da casca da castanheira) e a castanha-do-pará, que segundo os naturalistas, era chamada de castanha do Maranhão. São mencionadas as áreas do interior que abasteciam o porto de Belém: Cametá, Gurupá, Santarém e a província do rio Negro, locais tradicionalmente conhecidos pelos seus castanhais. Um dos destinos importantes desses produtos era a Inglaterra, que recebia algodão, cacau, café, salsaparrilha, castanhas do Maranhão, pau-amarelo e couros (SPIX e MARTIUS, 1963). [8]

---

7 Muito provavelmente, tratava-se do gosto do conhecido personagem da história dos Estados Unidos pelas nozes e castanhas em geral, as quais eram consumidas nos Estados Unidos na época em que o mesmo viveu. Sobre o suposto gosto do primeiro presidente norte-americano pela castanha-do-pará ver: GEORGE WASHINGTON IS BORN. *History*. s.d. Disponível em: <http://www.history.com/this-day-in-history/george-washington-is-born>. Acesso em: 18 abr. 2013.

8 Com referência ao aproveitamento da castanheira, além da obtenção do seu fruto, Spix e Martius relatam uma visita feita a uma fazenda, nas proximidades de Vila de Serpa (atual Itacoatiara), onde o dono era conhecido por produzir fumo. Quando as plantas atingiam altura de um homem, as folhas de fumo eram cortadas, postas a secar e enroladas com uma tira obtida da casca da castanheira. Itacoatiara se tornou uma grande fornecedora de castanhas na província e depois Estado do Amazonas (SPIX e MARTIUS, 1963, p. 114).

O tenente inglês Henry Lister Maw, na sua narrativa da viagem do Pacífico ao Atlântico, entre 1827 e 1828, referiu-se às castanhas como “as nozes comumente exportadas do Brasil para a Inglaterra” além de fazer uma rápida descrição do ouriço ou fruto. No navio em que retornou para a Inglaterra e que partiu de Belém, o tenente Maw registrou o embarque de 718 alqueires de castanhas para o mercado britânico (MAW, 1829, p. 292 e 293).

No discurso apresentado por João Antonio de Miranda, presidente da província do Pará, em 15.08.1840, para a Assembleia Legislativa Provincial, ainda se percebem os efeitos dos distúrbios políticos ocorridos naquela região até 1836. O presidente fazia referência à falta de dados mais precisos a respeito das “produções”, a fim de que fossem verificados os recursos mais importantes, entre os quais se encontravam as castanhas, embora apontasse sinais de uma retomada dos negócios (MIRANDA, 1840).

2. A Castanha-do-Pará na Segunda Metade do Século XIX

Ao mesmo tempo em que começava a se firmar no mercado externo, a castanha-do-pará aparecia também no mercado interno na década de 1840, quando o produto podia ser encontrado em Salvador e no Rio de Janeiro. Em 1853, a castanha era o terceiro produto da Amazônia mais procurado no exterior, sobretudo no mercado norte-americano, logo abaixo da borracha e do cacau. Ao entrar na segunda metade do século XIX, a castanha-do-pará se posiciona de forma efetiva entre os produtos mais importantes da Amazônia.

As condições para a retomada das atividades econômicas da província do Grão-Pará viriam a partir de 1850, com a procura pela goma elástica por parte dos países que avançavam na industrialização, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos. A exploração da castanha-do-pará e sua maior aceitação no mercado externo se desenvolveram na sombra da expansão da borracha. As duas atividades eram complementares e uma não impedia a outra, uma vez que eram realizadas em épocas diferentes do ano, sendo a castanha na estação das chuvas ou “inverno” e a borracha na estação seca ou “verão”. Dois produtos derivados da castanha, o óleo e a estopa, figuravam na pauta de produtos comercializados na praça de Belém, embora em escala muito reduzida.

Algumas mudanças ocorridas na metade do século XIX dinamizaram a economia e as exportações da Amazônia, como por exemplo, a introdução da navegação a vapor no rio Amazonas em 1853, pelo empresário Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Roberto Santos destacou o impacto que essa iniciativa teve sobre a

região, aumentando o comércio com o interior e com o estrangeiro. Para Santos, a navegação a vapor liberou mão de obra para outros setores e proporcionou melhoria técnica ao transporte, trazendo mais benefícios econômicos do que a própria abertura do rio Amazonas à navegação internacional, decretada pelo Governo Imperial do Brasil, em 1867. O incremento na navegação a vapor foi fundamental para melhorar o transporte dos produtos oriundos do interior do vale amazônico, reduzindo o tempo de viagem (SANTOS, 1980).

A partir de 1850, a castanha começou a ter uma participação mais constante entre os principais artigos da pauta de produtos comercializáveis da Amazônia. No relatório apresentado por Ambrosio Leitão da Cunha, vice-presidente da província do Grão-Pará, para a Assembleia Legislativa Provincial em 15.08.1858, o mesmo faz um balanço da atividade econômica e apresenta uma relação dos produtos exportados por aquela província no exercício de 1857 a 1858. Entre os produtos oriundos exclusivamente do extrativismo de coleta florestal, a castanha perdia em importância apenas para a borracha em 1858. O cacau ainda ocupava o primeiro lugar, embora uma boa parte de sua produção tivesse origem silvestre. O mesmo relatório de 1858 reclamava ao Governo Imperial a necessidade de empreender a colonização da província em função da falta de braços para a agricultura, atribuindo esse problema ao extrativismo (CUNHA, 1858).

Em 1862, no relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará pelo governador Francisco Carlos de Araujo Brusque, um destaque foi dado à castanha, que ainda era designada como castanha do Maranhão. O documento colocava em evidência a abundância do produto, o qual estaria sendo mal aproveitado, uma vez que a exportação poderia ser feita em uma escala muito maior (BRUSQUE, 1862). Os dados coletados a respeito da produção e dos valores mostravam o quanto o produto vinha em um processo de ascensão, apesar das oscilações verificadas na produção de frutos. Nessa época, uma parte da produção coletada era comercializada no próprio ouriço (fruto da castanheira), sem a quebra dos mesmos para a retirada das sementes. Os dados fazem uma comparação da média produzida entre dois períodos a partir de 1836 (ver Tabela 2).

Tabela 2- Exportação da castanha na província do Pará (1852-1862)

ANOS	**QUANTIDADES** (em alqueires) *	**OURIÇOS**	**VALORES** (em mil réis)
1852 a 1853	76:628		110:380$100
1853 a 1854	55:181		100:588$400
1854 a 1855	67:155		216:121$300
1855 a 1856	55:281 1/2		151:875$175
1856 a 1857	41:781 1/2		175:645$100
1857 a 1858	88:844 1/2	8:850	290:638$600
1858 a 1859	83:184	15:062	169:838$945
1859 a 1860	43:988	19:778	220:463$080
1860 a 1861	57:530	35:183	238:728$720
1861 a 1862	45:161	7:602	164:996$750
TOTAL	17734 1/2	86:475	1839276$170
Termo médio entre 1852 a 1862	61:773	8:647	183:927$617
Termo médio entre 1836 a 1852	31:102		34:269$760
Diferença	30:671	8:647	49:657$857

*1 alqueire=30 quilos.

Fonte: Brusque (1862, p.42).

Entre os produtos mais importantes exportados a partir da província do Grão-Pará, no período 1860-1864, a castanha-do-pará aparecia como o terceiro em termos de valor. Tal posição foi mantida até o início do século XX, quando começou o declínio da produção de cacau na Amazônia (ver Tabela 3).

Outro dado curioso contido nesse mesmo relatório, diz respeito à procedência das castanhas, o que nos permite verificar quais os municípios paraenses que mais produziam esse artigo em 1861. A área do Tocantins, representado pelo Distrito de Cametá, aparecia como importante centro fornecedor. Deve-se concluir que a produção atribuída a essa cidade era, na verdade, proveniente do Baixo e Médio Tocantins, que apresentava em meados do século XIX a tendência, confirmada no século seguinte, de ser um grande produtor de castanhas.

Tabela 3 - Exportações da província do Pará 1860-1864 (em mil réis)

PRODUTO	1860-1861	1861-1862	1862-1863	1863-1864
Borracha	2.863:946$576	2.408:895$784	3.232:875$098	3.695:338$765
Cacau	1.475:799$029	1.205:743$483	1.369:531$273	1.132:441$305
Castanha	224:000$000	182:059$450	205:405$700	196:849$600
Couros secos	149:790$600	162:548$000	133:334$180	113:342$000
Óleo copaíba	98:990$070	85:565$660	66:416$690	63:027$960

Fonte: Dados compilados pelo autor a partir de *O Tocantins e o Anapú* (1864).

Os governantes da antiga Província do Grão-Pará continuavam a lamentar o abandono da agricultura em função do crescimento da borracha e das demais atividades extrativistas, inclusive a coleta da castanha. A mesma queixa foi feita pelo governador do Amazonas, Tenreiro Aranha, em 1852, que afirmou que as forças econômicas estavam deixando as atividades agrícolas e industriais para dar lugar ao extrativismo (SOUZA, 2009). A castanha era vista no Relatório do Presidente da Província do Pará, Francisco Carlos de Araujo Brusque, de 1862, apenas como “mais um producto natural, que se encontra em abundancia nas mattas d’esta província ao alcance de todos”.

Um enorme estoque natural de castanhais ainda não era conhecido no Médio Tocantins (rio Itacaiúnas), nos afluentes da margem direita do rio Amazonas (rios Madeira e Purus) e na região do Acre, ainda território boliviano. No que se referia ao destino no exterior da castanha-do-pará, Estados Unidos e Inglaterra dividiam a preferência, seguidos de Portugal, Alemanha e França, no ano de 1867 (LAMARE, 1867). Com poucas variações, foi este o perfil do mercado externo do produto, o qual se manteve ao longo do século seguinte. [9]

9 Na década de 1900-1909, definiram-se de forma bem clara, o destino da castanha exportada a partir da praça de Belém. Os dados comprovavam que eram principalmente os portos norte-americanos, com exceção feita ao ano de 1901. Nesse decênio saiu de Belém um total de 558.956 hectolitros de castanhas, sendo que, desse total 61% tiveram como destino os portos da América do Norte e 35% a Inglaterra, sendo os demais 4% divididos entre os portos alemães e franceses. Para mais informações ver: COELHO, João Antonio Luiz. Mensagem dirigida em sete de Setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1910. p. 136. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par %C3%A1>. Acesso em: cinco jan. 2012.

Até o final do século XIX e início do XX, a castanha mantém uma posição estável na economia da Amazônia. Nos Estados do Pará e do Amazonas continuou sendo o terceiro produto em valor de exportação. No Pará, nos anos de 1910, iremos observar a chegada da castanha ao segundo lugar no que se referia ao imposto arrecadado pela Recebedoria daquele Estado, muito embora o cacau ainda mantivesse a segunda posição em termos de valor exportado. Nesse mesmo decênio (1900-1909), Alemquer, Obidos e Baião concentravam a maior produção de castanhas no Pará e juntos eram responsáveis por mais de 80% da produção do Estado. O município de Baião, que coletava a safra de castanhas da região do Tocantins e que na época abrangia a área que mais tarde pertencerá a Marabá, tinha uma produção correspondente a 11,7% do total do Estado. Nos anos seguintes, a ascensão da área do Médio Tocantins paraense foi contínua, até se tornar o maior produtor de castanhas no Pará e na própria Amazônia.

Apesar da evolução da castanha, até se tornar o segundo produto mais importante de toda a região, o processo de coleta, transporte e armazenamento das sementes não sofreu qualquer tipo de alteração, em que pese a importância que sua produção passou a ter na economia regional. Apenas o processo de lavagem das sementes começava a ser feito em algumas áreas de coleta.

3. A Castanha-do-Pará no Início do Século XX

A crise da borracha se abateu sobre a Amazônia entre 1911 e 1912, representando uma perda enorme em termos econômicos para as áreas produtoras e os centros de distribuição situados em Manaus e Belém. A partir das sementes coletadas por Henry Wickham, em 1876, foi realizado o processo bem sucedido de aclimatação e domesticação da seringueira no Sudeste da Ásia. [10] Por outro lado, os dados estatísticos

---

10 A partir das sementes coletadas pelo inglês Henry Wickham em 1876, foi realizado o processo bem sucedido de aclimatação e domesticação da seringueira na Ásia. As primeiras experiências de extração da seringueira começaram em 1881 no Ceilão. No final da década de 1890, as incertezas a respeito das possibilidades da *Hevea brasiliensis* já estavam superadas. Em 1898, a Malásia registrou sua primeira venda comercial de borracha, convencendo os plantadores da região das possibilidades comerciais da planta. De acordo com o historiador Warren Dean, de todas as colônias tropicais para onde foram enviadas as sementes, apenas o Ceilão e a Malásia alcançaram o nível comercial de exploração. Na Índia e na Birmânia, as mesmas não se desenvolveram de forma satisfatória (DEAN, 1989).

confirmam um aumento na produção da castanha ainda na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e nas duas décadas seguintes até o início da Segunda Guerra (1939-1945). Entre os anos de 1880 e 1915, em apenas quatro apurações anuais a safra havia superado os cem mil hectolitros.[11] Por outro lado, após 1916 e até 1939, somente nos anos de 1918 e 1920 a safra de castanha não alcançou o patamar dos cem mil hectolitros. Mesmo nos anos de 1916 e 1917, com a Primeira Guerra Mundial ainda em andamento, a safra superou a citada marca, muito em função do mercado norte-americano que absorveu a maior parte da produção exportada.

Tal crescimento da safra de castanha ocorreu em função da exploração de novos castanhais e da penetração dos castanheiros para dentro das matas em varias áreas da Amazônia, como no Acre incorporado ao Brasil, nas vias fluviais da margem direita do rio Amazonas e no Médio Tocantins, onde se intensificou a exploração dos castanhais locais, sobretudo os mais próximos do rio Itacaiúnas. Nessa última área a crise da borracha canalizou toda a estrutura comercial e de transporte já existente para o setor da castanha. Em 1921, a castanha iniciou um período em que ostentou durante alguns anos a condição de primeiro produto do Estado do Pará, alcançando a exportação o valor de 5.171:632$540 réis, enquanto a borracha chegou a 4.446:736$097 réis (ver Tabela 4).

Tabela 4 - Exportações do estado do Pará 1920-1929 (em mil réis)

ANOS	BORRACHA	CASTANHA
1920	10.785:769$096	5.184:726$613
1921	4.446:736$097	5.171:632$540
1922	7.411:975$976	8.139:893$340
1923	12.693:448$660	13.878:402$186
1924	10.912:768$663	14.337:715$980
1925	29.456:000$000	14.681:344$000
1926	15.714:000$000	15.240:072$000
1927	18.747:000$000	8.671:195$000
1928	8.259:280$000	14.681:135$000
1929	7.371:455$000	13.104:376$000

11 No período entre 1880 e 1915:1891 – 109.700 hectolitros; 1894 – 113.545 hectolitros; 1896 – 475.547 hectolitros; 1899 – 115.264 hectolitros. Nos outros anos da fase citada, a safra de castanha-do-pará esteve abaixo de 100 mil hectolitros (INTERVENTOR MAGALHÃES BARATA, 1944).

Fonte: Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo do Pará pelos governadores estaduais nos anos de 1921, 1925, 1926, 1927, 1929 e 1930. Dados compilados pelo autor. Documentos disponíveis em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 11 nov. 2012.

Nessa mesma época, consolidou-se o padrão de comercialização da castanha, que perdurou por décadas em toda a Amazônia, tendo por base o aviamento. As castanhas eram enviadas para os centros mais importantes da região, Manaus e Belém, pelos "aviadores", comerciantes que primeiro adquiriam o produto, a partir do momento em que o mesmo deixava o "barracão", no castanhal onde foi coletado. Os aviadores adquiriam a castanha dos produtores ou donos dos castanhais (patrões) no interior e também forneciam aos mesmos as mercadorias que seriam vendidas aos castanheiros (coletores). Na maioria das vezes, os comerciantes eram proprietários das "casas aviadoras" ou estabelecimentos comerciais, localizados nos centros já citados. Contudo, muitos aviadores recorriam ao serviço de intermediários ou corretores, que negociavam as castanhas diretamente com os exportadores, a partir das cotações estabelecidas no mercado local.

O castanheiro (extrator) recebia os produtos necessários para a realização da coleta, sob a forma de adiantamento, que deveria ser abatido após a safra ser fornecida aos comerciantes ou aviadores, ficando muito pouco com o extrator ou ainda, como era comum ocorrer, colocando este último em um sistema de dívidas do qual dificilmente conseguia sair. Os produtores locais ou donos dos castanhais dependiam dos comerciantes para o fornecimento dos produtos que eram entregues ou aviados (adiantados) aos castanheiros, que penetravam nas matas para a coleta do produto. A cadeia produtiva na região terminava com o exportador, que era o principal remunerador do produto coletado.

O preço do mercado era fixado em leilões, promovidos pelas Associações Comerciais, localizadas em Manaus e Belém, a partir do lance mais alto estabelecido pelos exportadores, o qual passava a ser a cotação do dia. Em termos práticos, essas associações funcionavam como uma espécie de Bolsa. Era esse o valor estabelecido para as ordens de pagamento no exterior. Somente após todo esse procedimento ser feito, é que os produtores e também os castanheiros sabiam qual o montante a ser recebido. Após o valor da venda ser conhecido, o aviador fazia os seus cálculos, creditando ao produtor o montante a ser pago, debitando as comissões dos

intermediários, o valor do frete, o seguro, os impostos e a possível deterioração de uma parte das castanhas recebidas. O aviador também deduzia os bens fornecidos ao produtor. Este último tinha uma grande parte dos seus ganhos no fornecimento das mercadorias aos castanheiros, que eram debitadas a partir do valor da safra que foi coletada, uma vez que os produtores cobravam valores exorbitantes para equipar os castanheiros, a fim de que estes realizassem o trabalho dentro da mata. A antiga barrica, que deveria conter um hectolitro, na verdade comportava 120 litros de castanhas, mas o computo era feito pelo número de barricas entregues pelo castanheiro (THE BRAZIL NUT INDUSTRY, 1926?).

Até o início do século XX, as mesmas casas aviadoras de Belém e Manaus que negociavam com a borracha, passaram também a fornecer mercadorias recebendo em troca as castanhas, que eram vendidas aos mesmos exportadores que transacionavam com a borracha. No final da década de 1920, os principais recebedores de borracha, castanha e cacau em Belém eram as seguintes firmas: Monteiro da Silva, Bittar Irmãos, Marcos Athias, Simão Roffé, Reninger & Cia., Nicolau da Costa, A. Borges & Cia., Dias & Cia. e F. Chamié (EMMI, 2010). Essas firmas formavam um oligopólio que dominava o recebimento dos produtos extrativos e, principalmente, a castanha proveniente do Tocantins. Ao mesmo tempo, atuavam com representantes no interior, os quais, muitas vezes, eram também os chefes políticos locais, como ocorreu com a firma A. Borges & Cia. em Marabá.

A década de 1920 marcou o momento em que a castanha-do-pará alcançou o destaque que manteve durante muitos anos na economia da Amazônia. O fato do nome do produto estar associado ao Estado do Pará não foi algo fortuito, pois o mesmo se manteve, por muito tempo, como o maior produtor e depois, alternando essa posição com o Amazonas, sobretudo a partir da década de 1930. Já em meados do século XIX, a castanha que passava pelo porto de São Luiz, no Maranhão, era classificada entre os produtos embarcados como sendo a castanha vinda “do Pará” e aos poucos, nos destinos finais, como Salvador e Rio de Janeiro, a designação foi substituindo lentamente a anterior, castanha do Maranhão. Até mesmo na Inglaterra utilizou-se, em várias ocasiões, o termo *Para nut*.

Apesar da importância crescente adquirida pela castanha, nos relatórios e mensagens enviadas pelos governadores do Pará, ao tratarem dos aspectos econômicos do Estado, o destaque maior continuava sendo a borracha e as esperanças eram colocadas novamente na agricultura, como meio de fomento para outras fontes de

produção. Ao observarmos esses relatórios, sobretudo os da década de 1920, é possível notar certo desprezo pela castanha, talvez pelo fato da experiência com o extrativismo vegetal ter proporcionado a surpresa da concorrência asiática da borracha, que acabou levando à crise da atividade. O cultivo de outros produtos como o cacau, o arroz, o açúcar e os cereais era visto como tendo melhores possibilidades, sendo capazes de tirar a economia das incertezas e flutuações da produção extrativista. Contudo, na década de 1920 os três produtos mais importantes da região amazônica e do Estado do Pará vinham do extrativismo: castanha, borracha e as madeiras. A maior parte da arrecadação das receitas públicas também vinha desses produtos. O único produto agrícola que teve um incremento na segunda metade da década de 1920 foi o arroz (ver Tabela 5).

Tabela 5 - Arrecadação do Estado do Pará 1920-1929 (em mil réis)

ANOS	BORRACHA	CASTANHA	MADEIRAS	CACAU
1920	1.535:311$452	599:207$700	211:609$760	108:679$745
1921	767:047$538	841:182$230	217:030$623	77:284$380
1922	876:380$540	1.265:984$001	298:774$692	158:448$138
1923	1.480:908$277	2.081:728$828	546:024$801	91:980$534
1924	1.199:453$087	2.154:113$772	758:614$003	105:910$606
1925	3.551:757$033	2.210:484$789	935:034$606	133:157$454
1926	1.831:704$891	2.285:967$313	706:203$547	53:116$700*
1927	1.937:543$224	1.299:984$087	1.056:545$065	127:641$200**
1928	942:265$412	2.202:050$274	1.055:709$956	94:398$400
1929	799:246$714	2.167:620$631	1.379:072$187	181:796$200***

*Em 1926 o cacau ocupou o 9o. lugar na arrecadação.
** Em 1927, o cacau ocupou o 9o. lugar na arrecadação.
*** Em 1929, o cacau ocupou o 8o. lugar na arrecadação.

Fonte: BENTES (1925,1926, 1927). Dados compilados pelo autor.

Na mensagem do governador do Estado do Pará, Antonino de Sousa Castro, de 1923, a castanha é mencionada como sendo o produto da Amazônia “mais precioso” e o mais cotado, naquele momento, no mercado internacional. Sousa Castro também se referiu às possibilidades “quase infinitas” desse produto, em função da abundância dos

castanhais, sobretudo na região do rio Tocantins. Ao mesmo tempo, destacava o problema do transporte nas águas baixas nos trechos mais acidentados e a necessidade de conclusão da ferrovia já existente. As afirmações do governador contrastavam com a pouca atenção dada à atividade, não se buscando meios para melhorar as condições em que a mesma era realizada. O discurso oficial sempre foi voltado para a tese em favor de promover a agricultura e a pecuária. Tais atividades se constituiriam em "elementos constantes de riqueza" e com fontes econômicas mais seguras, ao contrário do extrativismo (SOUZA CASTRO, 1923).

Ao mesmo tempo, o Poder Público demonstrava não ter informações seguras ou estudos mais apurados, referentes às reais circunstâncias em que os produtos extrativos eram obtidos e mesmo de estudos científicos das plantas, pelo menos as mais importantes. Da mesma forma, havia um desconhecimento das condições do mercado externo, algo importante, uma vez que grande parte dos produtos obtidos na região era destinada ao mercado externo. No caso específico da castanha-do-pará, esse desconhecimento era grande, resumindo-se apenas aos países para onde o produto era destinado e sem uma apuração mais detalhada dos usos feitos da amêndoa, sabendo-se, de forma vaga, que a mesma era aproveitada no setor de doces e confeitos. Não havia uma informação precisa de qual deveriam ser as condições ideais do produto que era absorvido por esse setor, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos.

A desinformação a respeito do mercado gerou alguns equívocos, como o do governador Dionysio Bentes, que afirmou que a castanha-do-pará estava se tornando mais conhecida na Europa, após a Primeira Guerra Mundial, principalmente entre as populações mais pobres e de que poderia vir "a constituir nutrição ao proletário", algo que nunca foi verificado. Com esse argumento, a autoridade justificava a necessidade do cultivo:

> "Infere-se do que temos dito, a necessidade dum plantio intensivo de castanheiras em todo o Estado, não só para augmento das nossas exportações como também para suffocar a ideia de plantio, que tenha qualquer nação bem organizada" (BENTES, 1925, p. 16-17).

Dionysio Bentes referiu-se também, em 1925, à falta de dados estatísticos e de que tal serviço estaria sendo estruturado. Por outro lado, relatórios dos governos

anteriores já dispunham de informações suficientes para quantificar a importância ou não de determinados produtos na pauta de exportações e na arrecadação, como a castanha-do-pará. Tal situação mostrava-se grave, exatamente no momento em que a castanha mais contribuía para as rendas dos Estados do Pará e do Amazonas.

Com relação ao fato de que, alguma nação "bem organizada" pudesse ter a ideia de promover o cultivo da *Bertholletia excelsa*, como alegado pelo citado governador, há quase um século isso já ocorria, mostrando o quanto as autoridades da época estavam desinformadas. A domesticação da castanheira da Amazônia foi tentada, de forma até vigorosa, por ingleses e norte-americanos. Contudo, as peculiaridades naturais da castanheira-do-pará não permitiram o mesmo êxito verificado com a seringueira, no processo de adaptação da planta fora de seu ambiente ecológico.

Tabela 6 - Exportações do estado do Pará 1920-1929 (em mil réis)

ANOS	BORRACHA	CASTANHA
1920	10.785:769$096	5.184:726$613
1921	4.446:736$097	5.171:632$540
1922	7.411:975$976	8.139:893$340
1923	12.693:448$660	13.878:402$186
1924	10.912:768$663	14.337:715$980
1925	29.456:000$000	14.681:344$000
1926	15.714:000$000	15.240:072$000
1927	18.747:000$000	8.671:195$000
1928	8.259:280$000	14.681:135$000
1929	7.371:455$000	13.104:376$000

Fonte: Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo do Pará pelos governadores estaduais nos anos de 1921, 1925, 1926, 1927, 1929 e 1930. Dados compilados pelo autor. Documentos disponíveis em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 11 nov. 2012.

Em 1921, a castanha tomou o primeiro lugar da borracha nas exportações (em valores) do Estado do Pará, mantendo-se nessa posição até 1924. No ano seguinte, a borracha retomou a primeira posição, mantendo-a até 1927. Em 1928 e 1929 a castanha-do-pará voltou a superar as vendas de borracha no exterior (ver Tabela 6). Entre 1836 e 1851 o preço do hectolitro da castanha-do-pará variou de 2$000 réis o hectolitro para 5$000 réis, alcançando mais de 37$000 réis em 1913. Em 1919 oscilou de 20$000 réis a 30$000 réis e em 1920 chegou a 79$500 réis o hectolitro. No ano de 1925 chegou ao seu melhor preço, de 165$000 réis o hectolitro (BENTES, 1926).

Os dados referentes às exportações gerais também confirmam a importância da castanha-do-pará na economia da Amazônia como um todo, também entre 1930 e 1939. Nesse período, a castanha superou a borracha em termos de valor de exportação entre os anos de 1931 e 1935 (ver Tabela 7). Tais dados demonstram como esse produto se tornou um suporte importante para a economia regional nas três décadas seguintes à crise do mercado da borracha. O rendimento obtido por meio da castanha representou um razoável acréscimo para as finanças públicas dos Estados do Amazonas e do Pará, amenizando a perda provocada pela goma elástica. Em função disso, em 10.11.1925, a Assembleia Legislativa do Pará aprovou a Lei n. 2.525 que estabelecia uma sobretaxa de 2% sobre os direitos de exportação da castanha, a fim de constituir o capital de um futuro banco estadual.

Tabela 7 - Produção extrativa do Brasil 1920-1939 (em mil réis)

ANO	BORRACHA	CASTANHA
1920	76.144	14.139
1921	40.824	28.368
1922	53.408	36.988
1923	101.858	21.285
1924	86.343	62.105
1925	223.169	40.541
1926	130.579	32.162
1927	136.065	30.808
1928	76.934	39.278
1929	69.534	39.898
1930	40.700	31.640
1931	27.013	50.107
1932	14.818	33.285
1933	24.328	39.124
1934	37.519	41.010
1935	47.480	71.843
1936	89.658	70.074
1937	94.778	83.582
1938	56.219	67.982
1939	63.458	46.715

Fonte: IBGE (1941, p. 21).

Na década de 1920, as exportações de castanha-do-pará estavam sujeitas ao pagamento de um imposto ao Estado do Pará, equivalente a aproximadamente 20% do valor do produto ou da cotação estabelecida na praça de Belém, que poderia variar semanalmente de acordo com os leilões.[12] Além do tributo estadual, existiam as taxas municipais, uma delas no valor de 1% e a outra um adicional de 3% sobre os tributos estaduais descritos anteriormente. No Estado do Amazonas, o tributo era um pouco menor, 10% sobre o valor oficial do produto, determinado também em leilões, realizados pela Associação Comercial do Amazonas, uma taxa adicional de 2,26% cobrada pelo município de Manaus e mais 1% pelos serviços portuários, totalizando 13,26%, além das taxas municipais de onde a castanha era proveniente, que variavam de um município para outro (THE BRAZIL NUT INDUSTRY, 1926?).

Apesar da grande aceitação do produto no mercado internacional, a cotação da castanha nem sempre era tida como compensadora. Em 1926, a maior cotação do produto chegou, no mês de janeiro, a 70$000 réis o hectolitro e a mínima a 21$000 réis o hectolitro, no mês de setembro. Isso ocorreu no mesmo ano em que a safra foi a maior de todas, com 411.411 hectolitros. No primeiro semestre de 1927, a colheita chegou a apenas 118.996 hectolitros, mas a cotação foi melhor, situando-se a pauta em janeiro a 33$750 réis o hectolitro e a maior em 77$430 réis o hectolitro, em junho (BENTES, 1927). A maior ou menor oferta das outras amêndoas no exterior provocava essas oscilações.

3.1 O Beneficiamento do Produto

Os primeiros procedimentos visando a um beneficiamento primário da castanha apareceram por volta de 1895, segundo muitos relatos apontam. Nesse ano, surgiu o processo da lavagem, que retirou muitas das impurezas que vinham misturadas com as sementes. Tradicionalmente, atribuiu-se a um produtor da região dos rios Jarí e Parú, no

12 A divisão em termos práticos funcionava da seguinte forma, 15% do valor da castanha cotada nos leilões iam diretamente para o Estado. Além disso, 1% era recolhido por aqueles responsáveis pelo leilão que determinava a cotação e 3% adicional, também para o Estado, sobre os 16% anteriores. Além disso, eram arrecadados mais 3%, que eram divididos para os serviços sanitários e distribuídos também pelo Estado para a indústria local (THE BRAZIL NUT INDUSTRY, 1926? p. 21).

município de Almeirim, próximo à divisa do Pará com o atual Estado do Amapá, o Coronel José Julio de Andrade, a iniciativa de fazer a lavagem e separação das amêndoas, retirando as que não apresentavam boa qualidade (TORRES FILHO, 1929). Mesmo assim, tal procedimento demorou muito para se tornar padrão. Alguns anos depois, a castanha do tipo “Tocantins”, passou a ter um preço melhor em função de seu processo de lavagem e crivagem (classificação).

Na década de 1920 na medida em que a castanha-do-pará obtinha maior aceitação no mercado externo, os problemas referentes à qualidade do produto e a apresentação do mesmo começaram a ser mais percebidos. Ao mesmo tempo, ficava também evidente que a limpeza e o beneficiamento das castanhas pareciam ser algo que poderia ser melhorado, a fim de que o produto pudesse ter uma receptividade ainda melhor. Em 1926, o governador Dionysio Bentes criticou o descaso dos produtores com relação ao aspecto da castanha comercializada e no ano seguinte observou novamente o problema, ao relatar à Assembleia Legislativa o desempenho do produto:

> “A ausência de limpeza na castanha que, a bem do nosso credito e do próprio interesse do productor, deveria ser expurgada das nozes podres e de todos os detrictos, continua a motivar constantes oscillações nos preços e consequente desvalorização, de tal modo e tal ponto que, ao fim da ultima safra, effectuaram-se vendas até 10$000, havendo lotes que, por falta de compradores, voltaram ao ponto de origem” (BENTES, 1927, p. 71).

Em função desse problema e para evitar maiores prejuízos foi determinada a proibição da exportação da castanha que tivesse sido colhida na safra anterior, ou seja, de 1926. Em um exame, no qual se procurou avaliar as condições das castanhas remanescentes dessa safra, foi verificada uma “vultosa quebra de 40 a 50% em amêndoas deterioradas” (BENTES, 1927, p. 71). Um dos procedimentos citados pelo governador, para a verificação da qualidade da castanha com casca, era o do “corte”. Quando o produto chegava aos portos de exportação, Manaus e Belém, de cada lote eram separadas 100 castanhas, que eram cortadas ao meio. Aquelas que estivessem podres eram quantificadas e apartadas, representando o percentual de corte. Por exemplo, 20 castanhas que estivessem podres representavam uma quebra de 20%. Era

um procedimento muito rudimentar, que servia para classificar uma pequena amostragem do total e que necessitava ser aperfeiçoado, para se adequar melhor às exigências do mercado europeu e norte-americano (TORRES FILHO, 1929).

Para consolidar a boa aceitação que o produto estava tendo no exterior, um maior cuidado no processo de coleta e armazenamento da castanha se fazia necessário. Também eram evidentes os problemas provocados pela deterioração das mesmas, já conhecidos e estudados fora do Brasil. Além disso, a castanheira da Amazônia é uma planta proveniente de terras argilosas e os ouriços despencam das árvores justamente na época da estação chuvosa, ficando enlameados. A queda de uma altura de quase 50 metros provoca um forte impacto no solo úmido, facilitando a entrada de água e umidade pelo opérculo (abertura) do fruto, sujando as sementes.

A relativa melhora nos processos de produção e beneficiamento da castanha-do-pará surgiu da iniciativa de alguns poucos produtores e empresários, primeiro, como já observamos, através da lavagem, limpeza e seleção das sementes e, mais tarde, com o descascamento e beneficiamento das amêndoas, antes do envio para o exterior. O estímulo para essa inovação veio das boas cotações alcançadas pela castanha no decorrer da década de 1920 e aos efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) junto ao mercado inglês, que até essa época, processava (beneficiava) a castanha enviada pelo Brasil. No final da década de 1920 a castanha-do-pará beneficiada (descascada) começou a ser exportada a partir de Belém e Manaus.

Informações obtidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no final da década de 1920, mostravam que a procedência do produto, associada ao beneficiamento elementar ajudavam na melhor cotação da castanha. As castanhas graúdas e médias recebiam um preço melhor do que as miúdas, e, quando lavadas e selecionadas, obtinham um acréscimo entre 10% a 15% sobre as castanhas não beneficiadas (TORRES FILHO, 1929). Na Inglaterra, a firma Landauer & Co., uma das mais importantes importadoras de castanha-do-pará, em um pequeno livreto publicado em 1926, mencionava que as castanhas "lavadas" tinham uma melhor cotação (THE BRAZIL NUT INDUSTRY, 1926?, p. 14). Esses dados deveriam ter sido suficientes para que fossem buscadas melhoras na aparência do produto, a fim de que o mesmo estivesse em condições de competir com as outras nozes no exterior.

Na década de 1930 o país teve uma grande oportunidade de melhorar a qualidade do produto por meio da seleção, limpeza e beneficiamento da castanha-do-pará, uma vez que a mesma tornava-se bem conhecida no mercado norte-americano. Ao

mesmo tempo, a exploração dos castanhais nativos do Médio Tocantins paraense ampliou ainda mais a oferta desse produto no mercado internacional. Em 1934, nos Estados Unidos, um grupo de importadores se reuniu e fundou a *Brazil Nut Association* com o intuito de promover o produto dentro do mercado norte-americano. Uma grande campanha publicitária de divulgação foi realizada a partir dessa época em jornais, revistas, rádios e até na televisão. A noz do Brasil passou a fazer parte do acompanhamento de doces, aperitivos e até mesmo na culinária tradicional dos americanos. [13] Portanto, todo o trabalho de divulgação do produto já estava sendo feito pelos próprios importadores nesse mercado, fazendo com que, até hoje, a castanha-do-pará seja conhecida por esse público e de ter se tornado um produto de exportação que não requer um processo maior de divulgação por parte do Governo Brasileiro.

Contudo, nas décadas seguintes a maior parte da castanha-do-pará que era exportada não era descascada, ou seja, não era processada nas usinas de beneficiamento. Em que pesem as estatísticas confirmarem o valor maior atribuído ao produto processado, não houve o impulso necessário em tornar obrigatório o processamento da castanha-do-pará. A persistência dos métodos rudimentares de coleta e armazenamento acarretaram também outros problemas recorrentes como a contaminação por aflatoxina, gerada por um fungo conhecido como *Aspergillus flavus*, que produz o mofo ou "podridão da castanha", em função da umidade presente na coleta, nos locais de armazenagem e nos castanhais onde é realizada a coleta.

Conclusão

A Amazônia conheceu vários estágios do extrativismo de coleta, nos quais tivemos a exploração das conhecidas drogas do sertão, do cacau silvestre, da borracha e da própria castanha-do-pará, entre outros produtos. Na visão comum que predominou entre os estudiosos e autoridades, o extrativismo vegetal não permitia a ocupação efetiva daquele território e também criava empecilhos à fixação da mão de obra, uma vez que a mesma era atraída para o interior da floresta, apresentando tendência

13 Nas festividades tradicionais como Ação de Graças, Natal e Ano Novo a castanha-do-pará servia de acompanhamentos de doces, chocolates, bolos e assados. A *Brazil Nut Association* distribuía livros de receitas para as donas de casa com as mais variadas formas de utilização da castanha.

dispersiva pelas facilidades em extrair os recursos disponíveis na natureza. O exemplo do café nos Estados do sul e a intensa imigração europeia verificada em função dessa atividade serviram de argumentos em prol de um estímulo maior para a agricultura, atividade que propiciaria melhores condições para a colonização na região amazônica.

Por outro lado, também não houve com a atividade extrativa uma preocupação maior em promover aperfeiçoamentos, que permitissem melhorar a qualidade dos produtos coletados, nem um melhor aproveitamento no sentido de uma utilização industrial desses recursos. O uso dos mesmos ficou, na maioria das vezes, restrito ao simples consumo *in natura*. O caso da castanha-do-pará é um exemplo desse aspecto. A busca por alternativas para melhorar a apresentação do produto vieram apenas pela iniciativa de alguns poucos produtores, da mesma forma que ocorreu com o beneficiamento, restrito aos centros de Manaus e, principalmente, Belém. A atividade apresentava alguns gargalos que poderiam ter sido minimizados ou até mesmo superados, como armazenagem, transporte, limpeza e o próprio beneficiamento local da castanha.

Na década de 1940 surgiu a preocupação em promover a domesticação da castanheira, processo esse que se desenvolveu de forma lenta, requerendo estudos e pesquisas por parte dos institutos agrícolas como o Instituto Agronômico do Norte (IAN), o Instituto de Pesquisas Agronômicas da Região Norte (IPEAN) e a instituição herdeira dessas duas, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). Coube a esta última, estabelecer de forma efetiva o controle do processo de cultivo da castanheira da Amazônia, após mais de 40 anos de pesquisas. Contudo, tais institutos não ofereceram alternativas para que o extrativismo fosse melhorado e aperfeiçoado até que o cultivo pudesse se mostrar uma alternativa viável.

Nesse sentido nos reportamos a uma característica da economia brasileira que em muitos segmentos ainda permanece, de ser dada pouca atenção aos investimentos em ciência e tecnologia a fim de valorizar mais as riquezas naturais disponíveis. No caso específico da Amazônia trata-se de uma questão fundamental, como tem lembrado a professora Bertha Becker. Para promover a exploração sustentável daquela região o país terá que realizar uma revolução semelhante àquela feita para a produção de soja no cerrado e com a exploração do petróleo em águas profundas (BECKER, 2005). No caso em questão, isso teria que ser realizado por meio da biotecnologia e aproveitando que a Amazônia apresenta uma biodiversidade, ainda não completamente desvendada, tendo

parte dela sido perdida com a exploração predatória da floresta desenvolvida nas últimas décadas.

Atualmente, em função do avançado processo de desmatamento verificado nas bordas da Amazônia, inclusive no Médio Tocantins paraense, o Brasil perdeu a posição de liderança na exportação de castanha-do-pará para a Bolívia. Este último país exporta a quase totalidade do produto beneficiado e atendendo às normas internacionais, sobretudo da União Europeia, no sentido de prevenir a contaminação por aflatoxina.

Procuramos mostrar e destacar neste artigo como a permanência de práticas rudimentares e predatórias prejudicou a busca por uma exploração mais racional dos recursos naturais da Amazônia. Ao mesmo tempo, as mesmas refletem uma característica histórica da economia brasileira presente também em outras regiões, tanto nas atividades agrícolas como também nas várias formas de extrativismo (vegetal e mineral) que levam, na maioria dos casos, à rápida exaustão dos recursos produzindo poucos resultados no sentido de promover benefícios econômicos e, sobretudo, sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Joseph de. *Historia natural y moral de las Indias.* Madrid: Ramon Anglés, 1894. (Reimpressão)

ACUÑA, Cristóbal de. *Nuevo descubrimiento del gran río de las amazonas.* Montevideo: Consejeria de Educación de La Embajada de España em Brasil/Oltaver/Buenos Libros Activos, 1994.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compendio das eras da província do Pará.* Pará: Typographia de Santos e Santos Menor, 1838.

BARATA, Manoel. *A antiga producção e exportação do Pará.* Belém: Livraria Gillet, 1915.

BECKER, Bertha. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, Martin; KOHLHEPP (Coords). Amazônia *sustentável:* desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BETTENDORF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão.* Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativista da Amazônia:* os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*:ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio/Governo do Estado do Acre, 1986.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil.* São Paulo: Nobel, 1989.

FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado.* São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Quadros Retrospectivos n.1*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

MAW, Henry Lister. *Journal of a passage from the Pacific to the Atlantic.* Londres: John Murray Albermale-Street, 1829.

MÜLLER, C. H.; CARVALHO, J. E. U. de; NASCIMENTO, W. M. O. do. *Castanha-do-brasil*. Jaboticabal: Funep, 2010.

PACHECO, Ariane; SCUSSEL, Vildes M. *Castanha-do-Brasil:* da floresta tropical ao consumidor. Florianópolis: Editograf, 2006.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária.* São Paulo: Brasiliense, 2000.

RODRIGUEZ, Vitor Manuel Patiño. *Historia y disperión de los frutales nativos del neotrópico*. Cali (Colombia): Centro Internacional de Agricultura Tropical, 2002.

ROSENGARTEN, Frederic. *The book of edible nuts*. New York: Walker, 1984.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *As viagens do ouvidor Sampaio (1774-1775).* Manaus: ACA, 1985.

SANTOS, Roberto. *Historia econômica da Amazônia:* 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SPIX, Johan von; MARTIUS, Karl von. *Viagem pelo Brasil*, v. 1. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

TORRES FILHO, Arthur. *A Exploração da castanha-do-pará.* Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1929.

FONTES DOCUMENTAIS

BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 2a. reunião de sua 12a. legislatura a 7 de setembro de 1925 pelo governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes. Pará: Officina Graphica do Instituto Lauro Sodré, 1925, p. 16-17. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 11 nov. 2011.

BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 3a. reunião de sua 12a. legislatura a 7 de Setembro de 1926 pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes. Pará: Of. Graf. do Instituto Lauro Sodré, 1926. p. 116. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 3 fev. 2012.

BENTES, Dionysio Ausier. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solenne de abertura da 3a. reunião de sua 13a. legislatura, a 7 de setembro de 1927, pelo Governador do Estado, Dr. Dionysio Ausier Bentes. Pará - Brasil: Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), 1927. p. 71. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 25 fev. 2012.

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. *Relatório apresentado a Assembleia legislativa da provincia do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exmº Senr. presidente da provincia, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque*, 1 set. 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 41. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 20 nov. 2011.

CUNHA, Ambrosio Leitão da. Relatório lido pelo exmo. s.r vice-presidente da província, d.r Ambrósio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinaria da XI. legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1858. Belém (Pará), Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858.

INTERVENTOR MAGALHÃES BARATA. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 19 set. 1944. Disponivel em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 12 set. 2013.

LAMARE, Joaquim Raymundo de. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial por s. Exc.a o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia em 15 de agosto de 1867*. Pará: Typographia de Frederico Rhossard, 1867. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 5 jun. 2011.

MIRANDA, João Antonio de, 1840, p. 76. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 4 out. 2011.

SOUSA CASTRO, Antonino de. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da reunião de sua legislatura, a 7 de setembro de 1923 pelo Governador do Estado Dr. Antonino de Sousa Castro. Pará: Officina Graphica do Instituto Lauro Sodré, 1923, p. 23. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 4 jun. 2012.

THE BRAZIL NUT INDUSTRY. Londres: Landauer & Co., [1926?].

INTERAÇÃO ENTRE ECONOMIA E ARQUITETURA EM HUANCAVELICA NO SÉCULO XVII

Juliana Valpasso de Andrade[1]

Resumo

O trabalho que se busca desenvolver tem por premissas básicas o estudo da arquitetura e urbanismo na cidade peruana de Huancavelica, ao longo do século XVII e como as relações econômicas se deram nos principais espaços urbanos, levando em consideração o traçado ortogonal – mais comumente conhecido como quadrícula. Dessa forma, buscar-se-á explorar a maneira como a quadrícula se desenvolveu nessa cidade peruana e, até que ponto, os espanhóis se valeram de estruturas pré existentes na aplicação de tal desenho arquitetônico e como o traçado retilíneo da construção da cidade influenciou o desenvolvimento das relações que envolvem economia.

Palavras-chave: Huancavelica; economia; arquitetura

INTRODUÇÃO

A pesquisa envolvendo Huancavelica se deu por se tratar de um centro urbano já existente no período incaico, bem como seu papel como cidade mineradora de grande importância para o regime colonial espanhol na América. Por conseguinte, explorar-se-á a aplicação da quadrícula nessa cidade que, a princípio, teria um desenvolvimento urbano e arquitetônico espontâneo; justamente por se tratar de uma cidade onde a presença de montanhas para exploração do mercúrio ditaria os padrões de desenvolvimento da mesma – em termos sócio-econômicos, políticos e arquitetônicos.

De acordo com Capel, no que tange à matriz de construção de cidades pautadas na mineração, elas não apresentariam o traçado regular, tão minuciosamente elaborado nas cidades de traçado ortogonal (2002: 203). Cidades de mineração, como Huancavelica, deveriam apresentar um traçado irregular, com ruas curvas que se

1 Bolsista de iniciação científica da FAPERJ. Bacharelado em História na Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

adequariam à topografia local. Por outro lado, Capel identifica que, “la trama urbana no sea regular no significa que esté desordenada, ya que siempre existen algunos tipos de reglas sociales que se cumplen” (2002: 99). Dessa forma, é possível perceber como a linha que divide uma cidade espontânea de uma cidade planejada é bastante tênue.

Portanto, a partir da análise da planta territorial de Huancavelica, um dos pontos pertinentes à elaboração do presente trabalho, é demonstrar até que ponto a cidade de Huancavelica teria uma construção irregular, tendo como base de pesquisa as formações urbanas pré-coloniais – quiçá pré-incaicas – e coloniais; e a maneira como as relações econômicas se desenvolviam nesses espaços – fossem eles praças, ruas, prédios, etc.

Através de um apanhado geral acerca das principais características de arquitetura e urbanismo da cidade de Huancavelica, a partir das pesquisas arqueológicas estudadas e realizadas por Canziani (2012), tratar-se-á de demonstrar as influencias espanholas que levaram a cidade em questão a ter a formação que apresenta no período colonial. Sem esquecer, no entanto, que o principal fator de escolha de Huancavelica para o trabalho foi seu papel como cidade de mineração e a busca por compreender até que ponto essa cidade teve, de fato, um desenvolvimento arquitetônico espontâneo em função das relações sócio-econômicas e políticas empreendidas com a mineração de mercúrio.

De uma maneira geral, de acordo com Assadourian, “la América española de comienzos del siglo XVII se halla fractuada en grandes zonas económicas que se adelantan a la *zonificación política-administrativa* o son expresadas por ella” (1982: 111). O Peru é apontado pelo autor como uma das zonas de mais alto grau de auto-suficiência, bem como em termos de integração regional. Huancavelica, inserida nesse contexto, é identificada como uma zona econômica de grande influência para o vice-reino do Peru (ASSADOURIAN, 1982: 111), dada a importância fundamental da exploração de mercúrio.

A escolha específica de Huancavelica para esse estudo se deu a partir da leitura do artigo de Alberto Nicolini intitulado “A imagem da cidade e do território do vice-reino do Peru – sua construção, entre 1535 e 1581, pelo fundador Francisco Pizarro, o ouvidor Juan Matienzo e o vice-rei Francisco Toledo”. O referido artigo se encontra no livro “Cidades latino-americanas – um debate sobre a formação de núcleos urbanos”, dos organizadores Fania Fridman e Maurício Abreu.

No livro de Fridman e Abreu (2010), eles apresentam diversos artigos cujo tema envolve arquitetura e urbanismo em cidades distintas. O artigo específico de Nicolini se

tornou fundamental para a delimitação do tema em função da descrição de alguns núcleos urbanos à época da chegada dos espanhóis à América, no vice-reino do Peru. Nesse sentido, o autor trabalha com a formação de cidades "comuns", portuárias e de mineração. O que mais chama atenção é o fato das cidades de mineração serem pouco estudadas e suas plantas territoriais apresentarem uma planta ortogonal, indo contra a aceitação comum de que cidades como Huancavelica, por exemplo, tiveram uma formação espontânea.

Nesse sentido, é importante ressaltar que Nicolini trás conceitos como o de quadrícula que são fundamentais para a compreensão de como as cidades hispano-americanas foram construídas. Segundo o autor, a aplicação da quadrícula já apareceria na fundação das primeiras cidades na América espanhola havendo sido estabelecido como o modelo a ser seguido para a fundação das cidades (2010: 91). Pertinente ao tema, Nicolini aponta para elaboração de uma política territorial – não explícita – que vincularia a rota do Caribe e a América do Sul formando um sistema de cidades fundadas tendo como base o traçado urbano retilíneo identificado na quadrícula (2010).

Ainda na compilação de artigos feita por Fridman e Abreu, outro autor é Ramón Gutiérrez. Num artigo intitulado "Povoados e reduções indígenas na região de Cuzco – persistências e inovações", Gutiérrez propõe que seja feita uma releitura dos trabalhos realizados sobre as cidades americanas de forma mais abrangente e multidisciplinar. Nesse ínterim, Gutiérrez aponta a construção das cidades da América espanhola como um amálgama de influências de diversas regiões da Espanha com estruturas pré-existentes à chegada dos espanhóis, formando o que ele identifica como sobreposição arquitetônica (2010: 38).

A sobreposição arquitetônica seria, portanto, a reutilização de uma organização urbana já existente, de maneira que a esta são adicionados elementos novos sob a influencia do dominador. Assim como Nicolini, Gutiérrez identifica nas cidades da América espanhola a utilização da quadrícula como padrão principal de construção, afirmando que "o urbanismo é, portanto, muito mais que uma forma de traçado, e os modos de uso são o caminho essencial para entender a cidade e seus habitantes" (2010: 49). Soma-se a tal afirmativa a centralidade de uma articulação político-comercial que depende fundamentalmente da construção de cidades, bem como o padrão da construção, para conformar uma integração regional e com a metrópole.

Uma vez que a definição de traçado ortogonal – ou quadrícula – se faz importante para a compreensão da maneira como as cidades hispano-americanas foram construídas, Horacio Capel, no livro “La morfología de las ciudades” (2002) afirma:

> El plano ortogonal se caracteriza por su trama con calles que se cruzan en ángulo recto. Ha sida también denominado plano reticular, en damero, en cuadrícula o en parrilla. Pero ortogonal es, sin duda, la denominación más adecuada porque alude a la característica fundamental de una trama viaria que, en realidad, permite diferentes formas de organización de las manzanas (2002: 157).

Assim como Capel, Nicolini e Gutiérrez apontam o traçado ortogonal como constituído por uma praça central ladeada por ruas retas – em ângulo de 90º – nas quais eram erguidos, normalmente, quatro quarteirões – que Capel denomina “manzanas”.

A importância da obra de Capel na construção desse trabalho se dá por se tratar de uma obra rica em conceitos que envolvem urbanismo, levando em consideração o desenvolvimento histórico e as relações de poder e sócio-culturais e sua influência ao longo do tempo na construção das cidades européias. Ao realizar um apanhado geral da formação das cidades na Europa, desde a Antiguidade, situando o debate acadêmico acerca do tema no século XX, Capel demonstra como conceitos como planta ortogonal e formação espontânea das cidades, é de fundamental importância para que se possa entender como se deu a construção da cidade de Huancavelica, por meio da adaptação do pensamento urbano europeu na América espanhola.

Nesse ínterim, no estudo da paisagem urbana européia, Capel situa sua dobra no continente americano. Ao demonstrar como grande parte das cidades européia teve, de fato, um desenvolvimento irregular, o autor afirma que “la forma primera de crecimiento de los núcleos de poblamiento y la más general es el crecimiento no planificado, en el que la expansión se realiza siguiendo los ejes de comunicaciones, a partir de la aldea o del núcleo inicial” (2002: 99). Não obstante, de acordo com Capel, uma classificação geográfica de cada cidade ao redor do mundo – tomando considerações gerais – deve levar em conta a mistura de cultura, economia, história e desenvolvimento social, bem como “características de las condiciones naturales, especialmente el clima y el terreno” (2002: 67).

Por outro lado, de acordo com Capel, houve grandes debates entre arquitetos, urbanistas, geógrafos e, inclusive, historiadores, ao longo do século XX, na tentativa de se chagar a um consenso acerca da melhor forma de desenvolvimento de uma cidade, bem como o papel das autoridades governamentais na regulamentação das construções.

Nesse sentido, “el interés de los historiadores por la ciudad fue dando lugar el desarrollo de una historia urbana” (CAPEL, 2002: 41). No que tange ao papel da economia, juntamente com o perfil sócio-cultural, é possível identificar como os tipos de produção, de usos da terra e os próprios tipos de economia influenciam no desenvolvimento das cidades e nas formas de construção das mesmas.

De acordo com Assadourian, “para consolidar la permanencia de su dominación, el Estado metropolitano debe formular y encausar una política de estructuración interna del territorio dominado, valorando las realidades económicas y sociales preexistentes” (1982: 128). A análise realizada por Assadourian (1982) sobre o contexto econômico do Peru no período colonial funciona como chave para que se possa compreender como se deu a organização econômica de Huancavelica e a relação que o vice-reino tinha com a metrópole. Dessa forma, o autor identifica uma espécie de comércio interno, interregional, de maneira contrária ao que era previsto pela coroa espanhola (1982: 113). Ao passo que cada região deveria apenas e tão somente comercializar externamente com a metrópole, o fortalecimento de regiões hispano-americanas promoveu comercializações internas entre regiões distintas que passavam por fora das relações diretas com a metrópole, como era previsto.

Não se deve, por outro lado, acreditar que tal fortalecimento econômico se deu de maneira homogênea no vice-reino peruano. De acordo com Assadourian, o crescimento econômico não aconteceu de forma uniforme, havendo desequilíbrios e concentrações de renda (1982). Assim, as cidades experimentaram formas variadas de desenvolvimento econômico, de maneira que cidades portuárias, como Lima, e de mineração, como Huancavelica e Potosí, se encontravam num elevado grau de desenvolvimento econômico, em detrimento de outras que não possuíam tais atributos. Para Canziani, as cidades hispano-americanas, especialmente as peruanas, o “descomunal crecimiento y masiva urbanización, no han sido fruto de un desarrollo económico consistente e integral, sino más bien la expresión dramática del progresivo deterioro y empobrecimiento de los territorios rurales” (2012: 511).

Como mencionado acima, de acordo com Assadourian (1982), é importante levar em consideração o contexto econômico já existente em Huancavelica para compreender quais foram as transformações ocorridas com o regime colonial e como elas se deram. Da mesma maneira ocorre com os aspectos que envolvem arquitetura e urbanismo. Canziani trás no livro “Ciudad y territorio en los Andes – contribuciones a la historia del urbanismo prehispánico” (2012), um apanhado geral sobre a formação das

sociedade andinas, passando por formas de centralização como o Império Wari, até o estabelecimento e desestruturação do Império Inca.

Canziani (2012) proporciona à construção desse trabalho uma visão sobre a formação arquitetônica do Peru, bem como o papel de entidades centralizadoras, nos dados períodos de desenvolvimento das culturas peruanas, dando coerência e unidade à arquitetura e ao urbanismo dos centros urbanos peruanos. O trabalho arqueológico trazido por Canziani é de suma importância na confrontação de dados entre este autor e Capel. Se por um lado, Capel afirma que grande parte das civilizações tem seu desenvolvimento com formas urbanas irregulares; por outro lado Canziani vai demonstrar como, no Peru, havia desde a Antiguidade, centros urbanos construídos a partir de modelos pré-concebidos e disseminados no cerne de determinada cultura.

Uma vez que se constata que antes da chegada dos espanhóis era possível perceber, "a lo largo del proceso civilizatorio andino, cómo la edificación social, económica, cultural y mítica se expresava en las diversas tradiciones arquitectónicas y en las distintas formas de asentamiento" (CANZIANI, 2012: 513); a chegada dos espanhóis, em contrapartida, marca o fim de um tipo de desenvolvimento urbano na América, na mesma medida em que acaba com a diversidade desse desenvolvimento. Dá-se, então, o início de um processo de implantação de um modelo de desenvolvimento urbano tipicamente colonial.

Representando um aspecto fundamental para a consolidação e organização de um poder estatal/central, o desenvolvimento urbano e arquitetônico através da fundação de cidades ou remodelação de cidades já existentes de acordo com um padrão pré determinado foi usando amplamente por impérios como o Wari e o Inca, bem como o espanhol quando de sua chegada à América. Assim, vê-se que Huancavelica não teria a principio uma forma de desenvolvimento urbano e arquitetônico espontâneo, podendo apresentar traços de construção regulares desde antes da chegada dos espanhóis, advinda de antigos domínios imperiais. O que Canziani (2012) propõe, através de estudos que levam em consideração arquitetura, urbanismo, arqueologia e história, é que a despeito das formas de desenvolvimento européias, os centros urbanos do Peru pré-colombiano já apresentavam certo planejamento em seu desenvolvimento.

Indo pela mesma via de estudos de Canziani, Lumbreras também vai utilizar arqueologia associada a demais disciplinas em suas pesquisas acerca do Peru pré-colonial. Em "El proceso de regionalización" (2000), o autor trata da formação das diversas culturas andinas ao longo da história, até a formação do Império Inca –

Tahuantinsuyu –, levando em consideração, assim como Canziani (2012), as formas de construção, o grau de desenvolvimento cultural a partir dos artefatos produzidos, bem como as possíveis formas políticas de cada período. Lumbreras trata das formas de desenvolvimento das culturas andinas apontando para um processo desigual de desenvolvimento urbano entre o norte e o sul do Peru. Da mesma maneira como Canziani, Lumbreras afirma que

> esta variedad significa que los desarrollos no eran de la misma intensidad en todas partes; por el contrario, había un gran desnivel entre ellos, de modo que mientras unos tenían un ámbito territorial muy vasto y otros muy pequeño, unos eran más ricos que otros y podían sostener centros urbanos muy ostentosos mientras que otros no podían mantener ni uno pequeño. Eso determinó que los grandes centros tuvieran una esfera de influencia mayor que los más pequeños y débiles fueran – a la larga – sus tributarios, haciendo papel de satélites (2000: 29).

Mostrando como as sobreposições culturais – em termos de arquitetura e urbanismo – levam a configuração do Império Inca, Lumbreras aponta a maneira pela qual em diversos momentos as culturas andinas apresentaram formas urbanas em plantas ortogonais, como é o caso do Império Wari. Em seu livro "El Imperio Tahuantinsuyu" (2000), Lumbreras demonstra como a coesão e a centralização política de um império são fundamentais para que a expansão das formas arquitetônicas e urbanas se dê de maneira uniforme. Nesse sentido, essa obra se configura importante para a construção desse trabalho, pois, juntamente com Canziani, Lumbreras demonstra como a planta ortogonal não era novidade na América, quando da chegada dos espanhóis.

Única cidade do vice-reino do Peru na qual foram encontradas minas de mercúrio, Huancavelica foi de suma importância para o império espanhol, pois o mercúrio era fundamental para o trabalho nas minas de prata (ABRINES, 1997). A falta do mercúrio acarretaria altos custos para a produção de prata, em função da vinda do mesmo da Espanha. Dessa forma, María del Carmen Navarro Abrines apresenta, no artigo intitulado "La mina de mercurio de Huancavelica (Peru): entre los intentos de reforma de Antonio de Ulloa y el continuismo de Carlos de Beranger (1758 – 1767)" (1997), diversas características de Huancavelica levando em consideração as políticas econômicas adotadas com relação à exploração de mercúrio e como a cidade vivia de acordo com tais políticas.

Por conseguinte, Abrines se configura importante na formação de um quadro teórico para compreender como eram as políticas econômicas da coroa espanhola acerca

da mineração, fosse ela de metais preciosos – como ouro e prata –, ou, como no caso de Huancavelica, o mercúrio. Segundo a autora, “la política económica que emprendió la Corona española tras la formación de su imperio colonial se basó en un estricto control de las relaciones comerciales, estableciendo su monopolio sobre la extracción o el intercambio de ciertas materias primas” (1997); de maneira que o setor de mineração sempre foi o que a coroa espanhola deu maior atenção.

Juntamente com Abrines, Contreras soma ao presente trabalho trazendo um panorama acerca da formação da cidade de Huancavelica em termos de urbanismo, assim como a formação da sociedade e a relação desta com as políticas empregadas a partir da base fundamental da cidade que era a mineração. De acordo com Contreras, no livro “La ciudad del mercurio: Huancavelica, 1570 – 1700” (1982), sua função específica de cidade de mineração foi o que ditou os padrões populacionais, fazendo com que Huancavelica se constituísse numa cidade com “inestabilidad poblacional, corrupción y violencia, gran afluencia de trabajadores libres, etc” (1982: 114), promovendo, assim, uma diversidade populacional bastante marcada.

Por conseguinte, quando Contreras afirma que “en efecto, fue esta actividad económica – la minería – la que impulsó una fuerte circulación mercantil, capaz de desplazar las bases de la ‘economía natural’ en que de lo contrario pudieron haberse sumido algunos sectores de la Villa” (1982: 116), o autor demonstra algo que é de suma importancia para a construção do tema ao qual esse trabalho se dedica. A saber, trata-se de compreender como a mineração, de fato, definiu todo o caráter populacional de Huancavelica e as relações sociais, econômicas, políticas e culturais dos diversos grupos que compunham a sociedade da cidade.

Não se pode deixar de mencionar, por outro lado, que, muito embora Contreras trate em seu livro de uma relação que envolve economia, sociedade e espaço, ou seja, a interação econômica da sociedade de Huancavelica no espaço que conforma a cidade, não se encontra na obra em questão uma explicação clara acerca da territorialidade. No mesmo sentido, Assadourian, no artigo “Integración y desintegración regional en el espacio colonial. Un enfoque histórico” (1982), também parecer tratar da temática econômica descolada de uma localização geográfica. No intento de subsidiar para cobrir tal defasagem, o presente trabalho se propõe a estabelecer esta relação, dando enfoque à arquitetura colonial disposta na forma do traçado ortogonal.

METODOLOGIA

Uma vez que a presente pesquisa ainda se encontra em uma fase inicial, a metodologia que se busca utilizar no desenvolvimento do trabalho consiste em, num primeiro momento, construir um banco de dados, no qual serão identificados os elementos existentes na planta territorial de Huancavelica. Ainda nesse sentido, buscar-se-á identificar os elementos urbanos e arquitetônicos para que se chegue à segunda fase da pesquisa. Portanto, a segunda fase será georreferenciar a planta territorial de Huancavelica. Entende-se "georreferenciamento", nesse trabalho, como o processo no qual se realiza um levantamento de toda a área construída – imóvel – de acordo com o determinado mapa ou planta territorial.

A partir de então, tratar-se-á de diferenciar a concepção de cidade – no sentido europeu – da concepção de centro urbano, mais comum no continente americano pré-colonial, como forma de entender as transformações ocorridas em Huancavelica com a descoberta e posterior exploração de mercúrio. De acordo com Canziani (2012), um centro urbano era caracterizado pelo agrupamento de pessoas em torno de uma estrutura política teocrática. Assim,

> se les denomina centros urbanos teocráticos debido a que en ellos se expresa claramente el ejercicio del poder por parte de los sacerdotes, lo que se manifiesta de modo patente en el volumen dominante de las principales edificaciones ceremoniales con relación a las demás estructuras urbanas (CANZIANI, 2012: 179).

As cidades, na América, apenas surgiriam quando da estruturação de um poder estatal, como pode ser visto, de acordo com o mesmo autor, nos impérios Wari e Inca. Por conseguinte, a falta de um poder dito estatal torna bastante escassa as chances de centros urbanos se transformarem cidades.

Diferentemente, na Europa, como Capel demonstra em "La morfología de las cuidades" (2002), uma cidade é caracterizada em função de uma variável espacial somada à uma mescla de "rasgos culturales, económicos, históricos y sociales" (CAPEL, 2002:67). Nesse sentido, sendo a cultura o principal fator que Capel aponta na formação de uma cidade, ele subclassifica "las formas religiosas y las normas sobre el culto, que suponen diferencias en la configuración de los espacios sagrados y en su uso; o las formas de utilización de la calle y de lo público y lo privado" (2002: 68) como importantes fatores na diferenciação da formação das cidades na Europa.

Uma vez ajustados esses dois conceitos – centro urbano e cidade – tratar-se-á de buscar compreender, por meio da planta territorial de Huancavelica, como e quando se deu a implantação da planta ortogonal numa cidade de mineração, cujo conceito inicial seria de uma formação espontânea. Nessa investigação torna-se necessária a identificação de elementos pré-existentes – pré-incaicos e incaicos – à chegada dos espanhóis, bem como ter clara a diferenciação entre esses elementos e os introduzidos quando da dominação espanhola.

Ao tomar a cidade de Huancavelica para realizar o estudo de sua planta territorial, o que se tinha em mente era, não apenas a confrontação entre uma cidade espontânea e uma cidade planejada, como também as relações econômicas desenvolvidas no cerne de uma cidade cujo planejamento – ou falta dele – se deu em função da existência de minas de exploração de mercúrio. Identificar a disposição de elementos como praças, igrejas, prédios oficiais, formato das ruas através do georreferenciamento é, pois, de suma importância uma vez que a disposição em si desses elementos corre o risco de ter se dado por meio das próprias relações sócio-econômicas estabelecidas em Huancavelica.

Elemento utilizado para a definição do tema da pesquisa, a planta territorial de Huancavelica é a principal fonte a ser utilizada na construção desse trabalho. Muito embora a planta territorial apresentada abaixo não tenha sido realizada no recorte temporal escolhido para o trabalho – século XVII – esta é a primeira cartografia da cidade em questão que apresenta boa qualidade gráfica. A planta territorial[2] da cidade em questão chamou atenção devido ao fato de apresentar características ortogonais, em detrimento de um desenvolvimento orgânico, como era de se esperar.

No que concerne ao autor da planta territorial, Antonio Raimondi, nascido em Milão, Itália, na primeira metade do século XIX, era naturalista e escolheu o Peru como objeto de pesquisas dado seu grande interesse pelo nascente país e a escassez de estudos científicos sobre o lugar, segundo informações biográficas contidas no site de seu museu[3]. Somando o grande interesse que Raimondi tinha pelos fenômenos da natureza

---

2 RAIMONDI, Don Antonio.1862. “Plano Topografico de la ciudad de Huancavelica”. Paris: Libreria de Augusto Durand. Disponível em: http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~20594~570119:Plano-topografico,-Ciudad-de-Huanca?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no&qvq=q:huancavelica;sort:pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no;lc:RUMSEY~8~1&mi=1&trs=2

3 Disponível em: http://www.museoraimondi.org.pe/es/contenido/12/bibliograf%C3%ADa

peruana, ele chegou ao Peru fugindo das guerras de independência e unificação da Itália.Viajante itinerário no Peru, Antonio Raimondi reuniu informações sobre as paisagens naturais de viu em suas viagens, bem como a vivência social dos habitantes dos lugares onde passou.

Planta territorial da cidade de Huancavelica, Peru.

Autor: Don Antonio Raimondi, 1862.

Fonte: David Rumsey Map Collection.

Embora seja do século XIX, esta é a primeira peça cartográfica de boa qualidade encontrada até o presente momento.

Dessa forma, dentre as muitas informações coletadas pelo naturalista, encontram-se croquis das diversas regiões peruanas onde esteve. Nesse ínterim, somado ao interesse pela paisagem natural, havia também grande interesse de Raimondi pelas formas de vida das populações das cidades que conheceu e a maneira como elas se instalavam nos espaços, fossem esses espaços pré ou pós coloniais. Em meio as muitas

atividades empreendidas e realizadas por Raimondi, encontra-se a elaboração de plantas cartográficas de cidades como Cajamarca, Chachapoyas e Huancavelica – planta territorial apresentada acima –, demonstrando, também, grande interesse por arqueologia.

RESULTADOS PRELIMINARES

Para compreender as transformações sofridas por Huancavelica no período colonial, é fundamental ter acertada uma gama de características pré-existentes advindas dos períodos pré-incaico e incaico. Dentre as principais características arquitetônicas apresentadas nas formações urbanas peruanas, ao longo dos séculos pré-coloniais, o traço reto quadrangular é o que se repete em grande parte das construções, em diversos assentamentos por todo o território do Peru, juntamente com construções de tipo monumental. A Huancavelica pré-colonial – sob o nome de Wanka Wilka – é descrita por Canziani (2012) como apresentando um caráter rural, com economia majoritariamente agro-pastoril.

Por outro lado, a despeito do padrão arquitetônico geral na maior parte das culturas que existiram ao longo do território peruano, Huancavelica, no Período Intermédio Tardio – séculos imediatamente anteriores à formação do Tahuantinsuyu (LUMBRERAS, 2000) –, apresentava uma formação urbana circular; ou seja, construções como habitações, armazéns, prédios oficiais e templos apresentavam uma planta territorial circular, assentadas no alto de montanhas em função de sua localização nos Andes, bem como com a finalidade de proteção. Uma das características principais apontadas por Canziani para esse tipo de construção circular é a espontaneidade. Portanto, apenas a partir da estruturação do Tahuantinsuyu é que este proporcionou às demais regiões do Peru uma coesão arquitetônica baseada no padrão de construção de Cuzco – principal cidade do Império Inca.

Como já afirmado anteriormente, grande parte das localidades do Peru não poderiam ser considerada cidades dada a maneira de sua formação e a falta de uma unidade baseada no poder estatal que pudesse prover uma homogeneidade nas construções e sistemas políticos e econômicos. Quando da expansão do Tahuantinsuyu, passou a ser possível encontrar traços semelhantes em todos os territórios sub seu domínio. Assim, pesquisas arqueológicas em Huancavelica detectaram um padrão de

organização espacial tradicional dual que leva em conta a divisão hanan e hurin, base da fundação das cidades no Império Inca (CANZIANI, 2012).

No que concerne à tal divisão – hanan e hurin –, pode-se se dizer, de acordo com Canziani, que ela era baseada, a princípio em Cuzco, na forma do animal puma, considerado mítico pelos incas (2012: 442), assim como a divisão em si da cidade representava a divisão da nobreza inca em partes iguais em cada um dos lados. Inspiradas em Cuzco, as demais "ciudades de los incas respondían a un modelo urbanístico general que, a su vez, admitía una notable variabilidad, expresando posiblemente diferencias funcionales y jerárquicas, al igual que la singular adaptación de cada una de ella" (CANZIANI, 2012: 469), muito em função da geografia de cada uma delas.

Nesse sentido, a possível adaptação da divisão hanan e hurin em cidades como Huancavelica teria se dado de acordo com um padrão pré determinado, no entanto, sendo capaz de levar em consideração as particularidades de cada localidade. Dentre as principais características presentes no urbanismo incaico disseminado com a expansão do Tahuantinsuyu encontram-se a construção de uma praça central na qual estariam dispostos os prédios relativos a instituições estatais, assim como templos e palácios. Ademais, a praça central seria o ponto principal de divisão hanan e hurin e convergência dos caminhos inca – rota pela qual eram realizadas viagens com diversos fins –; de maneira que a divisão auxiliava na localização dos caminhos, uma vez que hanan representava o norte da cidade e hurin representava o sul (CANZIANI, 2012).

De uma maneira geral, as cidades – ou centros urbanos – da América espanhola, já no contexto colonial, se constituíram de maneira diferente das européias. Nas palavras de Contreras,

> las ciudades coloniales hispanoamericanas no tuvieron el papel disruptivo o revolucionario de las europeas en la economía agraria – muchas veces 'cerrada' – que las rodeaba. […] La ciudad en América Latina habría así convivido armónicamente con su entorno rural, y sólo la mayor densidad demográfica la diferenciaba de él (1982: 12).

Localizada na região serrana centro sul do Peru, Huancavelica foi fundada em 1571, nas proximidades da bacia do rio Pampas, com o nome oficial de Villa Rica de Oropesa. De acordo com Contreras, a cidade teve sua fundação certo tempo depois da maior parte das cidades nos domínios espanhóis na América, em função da descoberta de minas de mercúrio na região (1982: 15). Nesse sentido, Huancavelica foi construída,

nas primeiras décadas, nos padrões das demais cidades coloniais. Com o aumento da importância da mineração de mercúrio, a cidade passou a desenvolver um conjunto de mecanismos que envolviam atividades comerciais e sociais.

A exploração de mercúrio tornou Huancavelica uma das principais cidades hispano-americanas, de acordo com Abrines (1997). Mais além, a descoberta das minas de mercúrio em fins do século XVI foi o que ditou os padrões de formação na nova cidade, da mesma forma como o perfil populacional em si. Nesse sentido, Huancavelica teve "como razón de ser servir de 'asiento' a la población que trabajaba em las minas de azogue" (CONTRERAS, 1982: 15), constituindo-se numa cidade de caráter mono funcional, para a qual, de acordo com Contreras, governo colonial desenvolveu diversos mecanismos logísticos para garantir seu funcionamento e manutenção (1982).

De maneira a sustentar que cidades de mineração, surgem de forma um tanto quando espontânea, Contreras afirma que, diferentemente de cidades portuárias ou "comuns", cidades como Huancavelica tem seu traçado definido a partir da interação da população com o trabalho nas minas de exploração. Assim, vê-se como a mineração foi capaz de ditar não apenas as formas econômicas vigentes na cidade como igualmente uma relação de instabilidade social e política – com um constante vai-e-vem populacional em função do aumento e/ou diminuição da atividade de mineração – e os padrões de urbanização. Desde os primeiros contatos com a mineração é possível perceber uma alteração ecológica bastante marcada, juntamente com as formas encontradas pela população para se instalar, construindo a cidade até os pés das montanhas de mineração (CONTRERAS, 1982).

A formação populacional se configura como traço relevante à pesquisa, pois auxilia a compreender como se estabeleceram as relações econômicas. Num primeiro momento, quando do início da exploração de mercúrio, a população de Huancavelica era formada majoritariamente por mineradores e agentes responsáveis pelos trabalhos nas minas. (CONTRERAS, 1982). Ademais, havia agentes governamentais e uma grande população volátil de indígenas que trabalhavam no sistema de mita. Com o aumento da importância da mineração, começou a se formar uma aristocracia local e uma classe de comerciantes que passou a dominar as relações econômicas de Huancavelica promovendo relativa diversidade nos produtos da cidade.

Por outro lado, ainda que a presente pesquisa se encontre em uma fase inicial, é possível perceber como a afirmação de Huancavelica ter uma formação urbana espontânea é frágil e contestável, uma vez que é imprescindível levar em consideração

as sobreposições arquitetônicas, estudadas por Gutiérrez (2010), por meio da adoção de determinados tipos de construção em função da vivência social e, em certos casos, de construções pré-coloniais. Assim, Contreras afirma que, quando da descoberta das minas de mercúrio em Huancavelica, já havia povoados nos seus arredores, inseridos nos padrões de urbanismo previstos pela coroa espanhola (1982: 22).

Consequentemente, não se pode esquecer que uma das principais premissas apontadas pelos diversos autores empregados na construção desse trabalho é como a instituição de um poder hegemônico e a seguridade de manter o controle (NICOLINI, 2010) passa pela padronização das formas de fundação e construção de cidades. Em Huancavelica não foi diferente. Imediatamente após a fundação da cidade, de acordo com Contreras (1982), deu-se inicio ao processo de construção padronizada no qual foram erguidos uma praça central, ladeada por uma igreja principal e prédio destinados à funções oficiais de governo e, nas ruas ao redor, solares em forma de "manzanas" (CAPEL: 2002) para a nobreza de Huancavelica. No que concerne à interação, de fato, das relações econômicas no cerne dos espaços urbanos de Huancavelica, ainda não se pôde chegar à uma conclusão apurada dado processo de construção do banco de dados para o posterior georreferenciamento.

BIBLIOGRAFIA

ABRINES, María del Carmen Navarro. **La mina de mercurio de Huancavelica (Peru): entre los intentos de reforma de Antonio de Ulloa y el Continuismo de Carlos de Beranger (1758-1767)**. Scripta Nova, Barcelona, n. 4, jun. 1997. <http://www.ub.edu/geocrit/sn-4.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

AMICO, José Canziani. **Ciudad y territorio en los andes: contribuciones a la historia del urbanismo prehispánico**. Segunda edição. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2012.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. Integración y desintegración regional en el espacio colonial. Un enfoque histórico. In: _____. **El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico**. Lima: IEP ediciones: 1982. p. 109-134.

CAPEL, Horacio. **La morfología de las ciudades**. Barcelona: Ediciones del Serbal: 2002.

CONTRERAS, Carlos. **La ciudad del mercurio: Huancavelica, 1570-1700**. Lima: IEP ediciones: 1982.

GUTIÉRREZ, Ramón. Povoados e reduções indígenas na região de Cuzco – persistências e inovações. In: FRIDMAN, Fania. ABREU, Maurício (Organizadores). **Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 37-51.

LUMBRERAS, Luis G. **El Imperio Tahuantinsuyu**. Lima: Lluvia Editores, 2000.

LUMBRERAS, Luis G. **El proceso de regionalización**. Lima: Lluvia Editores, 2000.

MUSEO Raimondi. 2016. Disponível em: < http://www.museoraimondi.org.pe/es >. Acesso em: 20 abr. 2016.

NICOLINI, Alberto. A imagem da cidade e do território do vice-reino do Peru – Sua construção, entre 1535 e 1581, pelo fundador Francisco Pizarro, o ouvidor Juan Matienzo e o vice-rei Francisco Toledo. In: FRIDMAN, Fania. ABREU, Maurício (Organizadores). **Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 91-101.

RAIMONDI, Don Antonio.1862. “Plano Topografico de la ciudad de Huancavelica”. Paris: Libreria de Augusto Durand. Disponível em: < http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~20594~570119:Plano-topografico,-Ciudad-de-Huanca?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no&qvq=q:huancavelica;sort:pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no;lc:RUMSEY~8~1&mi=1&trs=2 >. Acesso em: 20 abr. 2016

Apresentando a Tarifa das Alfândegas de 1874-A Razão de sua concepção e os conflitos entre o comercio e a indústria em sua elaboração

Área Temática: Império do Brasil

Resumo

Este artigo tem a pretensão de demonstrar o motivo da organização da Tarifa das Alfândegas de 1874 e o conflito existente entre o comercio e a indústria fabril, em sua elaboração. A importância de uma tarifa se alicerça no fato de gerar recursos financeiros para o equilíbrio orçamentário do Império.

A primeira etapa tem o objetivo de determinar a razão da elaboração da Tarifa da Alfândega com o fim de caracterizar a necessidade do Império e, portanto, será versada de forma breve a dificuldade econômica interna do Império.

A segunda parte aborda a elaboração da Tarifa e o conflito entre o comércio e a indústria quando ao apoio que o Império deveria dar a uma dessas atividades econômicas.

Palavras-chaves: Império; Tarifa; Alfândega; Protecionismo e Livre Câmbio

Abstract

This article purports to show the reason for the rate of 1874 Customs Organization and the conflict between the trade and the manufacturing industry in its development. The importance of a tariff is grounded in fact generate financial resources for the budget balance of the Empire.

The first stage aims to determine the reason for the development of the Customs Tariff, in order to demonstrate the necessity of the Empire will be versed briefly domestic economic difficulties of the Empire.

The second part will look at the development rate and the conflict between trade and industry when the support that the Empire should give one of those economic activities.

Keywords: Empire; rate; Customs; Protectionism and Free Exchange

Introdução

Com respeito a Alfândega e a Tarifa, versaremos por definir os conceitos para poder adentrar o assunto. Segundo o dicionário da Língua Portuguesa, Alfândega seria: “Repartição pública encarregada de vistoriar bagagens em trânsito e cobrar os direitos de entrada e saída”. (Ferreira,2010, p.32). Quanto à sua disposição, o Regimento Aduaneiro compõe um complexo de leis ou práticas adaptadas por um Estado para regular o seu comércio externo. Todas essas leis ou práticas aduaneiras podem ser subordinadas a qualquer um dos seguintes sistemas: o Liberal e o Protecionista. A respeito de alfândega, “Praticamente sinônimo: Aduana e Alfândega. A palavra Aduana deriva de “ ad-diuan”, palavra árabe originária do persa “ divan” de interessante etimologia”. (Carluci,2000, p.20). Alfândega designava o escritório ou repartição pública em geral e passou para o português com a conotação que tem.

A Tarifa era a lei que presidia o movimento mercantil internacional e que regulava a aplicação de imposto de entrada e saída de mercadorias em um país. Na Tarifa, encontramos especificamente os produtos de importação, com seus direitos correspondentes, divididos por classes e artigos. Segundo o Minidicionário de Aurélio Buarque de Holanda: “Tarifa: imposto de importação, preço de um serviço público, taxa. ” (Ferreira,2010, p.728). E a respeito do conceito de Tarifa como conceituava Filho: “Explicações sucintas quanto a sua aplicação, disposições sobre as avarias das mercadorias, sobre a lista dos objetos que gozam de isenção de impostos, como instrumentos de agricultura”. (Filho,1896, p.103). E demais assuntos quanto aos artigos pertencentes a embaixadores e ministros estrangeiros, bagagens de passageiros e outros que poderão usufruir de isenções alfandegárias.

No caso do Império do Brasil, as tarifas das alfândegas eram fundamentais para o equilíbrio econômico da nação, porque tratavam-se de um imposto indireto que era quase a única fonte de receita do país. “O orçamento público era calculado a partir das rendas geradas pelas alfândegas” (Levy,1994, p.45). Tarifa era uma pauta de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa de Antônio Moraes Silva, de 1813: “Pauta da alfândega, catálogo dos gêneros, que tem entrada ou são de contrabando com os direitos que se levaram da Alfândega. ” (Silva, 1813, p.172).

As Tarifas são interessantes por movimentarem os setores da indústria e do comércio das nações e, ao mesmo tempo, tem um raio de ação social, econômico, financeiro e político dentro de cada nação e na relação entre elas. “Primeiro de tudo é o

conjunto de suas disposições, para ter a indispensável concordância, deve ser subordinado a um princípio dominante seja inspiração da escola clássica ou liberal ou protecionista. ” (Filho,1896, p.92).

1- A Tarifa das Alfândegas de 1874 -Um objetivo definido

Por volta de 1873, e se desdobrando de forma descontinua entre 1880 e 1888 e 1895, ocorreu a chamada “Grande Depressão”, período em que o capitalismo passou por dois estágios, como afirma Dobb “ aquele vigoroso, próspero de otimismo aventureiro e o posterior, mais embaraçado, hesitante. ” (Dobb,1977, p. 366).

Em tempos difíceis, mas se desenvolvendo economicamente, cada país europeu procurava um rumo para a sua expansão industrial no mercado internacional. Para Hobsbawm a relação entre os países desenvolvidos e suas crises e aos países dependentes do núcleo desenvolvido se caracteriza.

> Aos Estados capazes de defender suas economias em via de industrialização contra a concorrência, mas não ao resto do mundo, cujas economias eram política ou economicamente dependentes do núcleo desenvolvido. Estas regiões não tinham opção, já que ou uma potência colonial decidia o que tinha que acontecer a suas economias, ou uma potência imperial tinha que transformá-la numa banana ou café- republic.[1]

Mediante este fato, pode-se observar o caso da Alemanha unificada em 1870, que, depois de sua estruturação política, social e econômica, partiu para a empreitada de expansão industrial. Avançando sobre os mercados e sedenta por se infiltrar em países estrangeiros. (Mauro,1976). Em busca de mercados consumidores para os seus produtos industrializados, a Alemanha exportou, por exemplo, seus chapéus para o Brasil nos primeiros anos da década de setenta.

Nos anos de 1873-1874, as fábricas de chapéus, cuja a matéria prima era o pelo de lebre, começaram a sofrer a concorrência dos chapéus de lã fabricados na Alemanha, onde novos processos manufatureiros faziam com que os chapéus de lã fossem confundidos com os chapéus de lebre, mas vendidos com um preço inferior no Império, prejudicando, assim, a indústria fabril nacional Holanda (2012).

Esta situação se apresentava, pelo fato da tarifa de 1874 ser livre cambista, propiciando a entrada dessas mercadorias com uma baixa tarifação, trazendo, portanto,

---

1Hobsbawm, Eric J.*A Era dos Impérios1875 – 1914.* São Paulo: Paz e Terra. p.75.2011.

dificuldades à indústria fabril. Esta problemática entre a indústria fabril e o produto importado provocará o conflito que se estenderá nas discussões, dentro da Revisão da Tarifa de 1874.

Organizava-se a Revisão e a Tarifa de 1874 à partir da necessidade de mudanças na Tarifa anterior, a de 1869. Em razão dos gastos originados com a Guerra do Paraguai, foi necessário levantar maiores recursos para equacionar as despesas com esta tarefa. Foi gasto um montante significativo levando o Império a um rombo nas contas públicas em que as despesas foram aumentando conforme a guerra se estendia. A tal ponto de surgir a necessidade de "empréstimo nos anos de 1860, de 1.210:000$000,1863 de 3.300:0004000, 1865 de 5.000:000$000, 1871 de 3.000:000$000 libras e 1875de 5.000.000 libras".(Carreira,1980, p.502).

A Tarifa das Alfândegas de 1869 foi elaborada pelo gabinete conservador de Itaboraí, que era francamente protecionista. Foram elevados os direitos das mercadorias de luxo como porcelana, cristais, tabaco etc. Favorecendo, assim, a indústria fabril no Império, protegendo-a e contribuindo para a entrada de matérias primas mais baratas para a indústria (Lima,1989).

Segundo List, esta seria a forma de dar continuidade à geração de renda ao Tesouro, sem propiciar dificuldades à indústria fabril nacional. "As indústrias que só produzem artigos de luxo de preço elevado são as que merecem menos consideração e menor grau de proteção" (List,1986, p.210).

O Governo emitiu uma série de medidas transformadoras com o intuito de alterar a Tarifa das Alfândegas de 1869. É necessário o conhecimento destas medidas para maior esclarecimento do propósito da Revisão da Tarifa de 1874. Com este objetivo, serão apresentadas as mudanças existentes antes da nova Tarifa de 1874.

O decreto de 4.499 de 2 de abril de 1870 regularizava as taxas de alguns tecidos de algodão, lã, linho e seda, que se a achavam em desproporção; modificava a de vários artigos considerados de primeira necessidade, como a carne seca (charque), bacalhau etc, além das matérias primas indispensáveis às fábricas e industriais nacionais. Finalmente, adicionava à tarifa alguns artigos que não haviam sido incluídos no ano anterior. (Coleção de Leis,1870).

Identificava-se neste documento a intenção de alterar as taxas de forma gradual até se chegar a Revisão da Tarifa de 1874. Os tecidos de algodão, lã, linho e seda no Império foram as mercadorias alteradas em primeiro lugar. As indústrias de tecidos e de

chapéus se manifestaram nesta Revisão a fim de reivindicar à Comissão revisora os favores que necessitavam.

O Relatório do Ministro da Fazenda Visconde do Rio Branco em 1871 narrava a respeito do decreto de 20 de outubro de 1869. Discorria assim à respeito da porcentagem de direitos: “A resolução de outubro de 1869 criou a porcentagem de 30% e 40% sobre os direitos de importação. Expedido o decreto nº 4.601 de 24 de setembro do ano passado, que reduziu a 25% e 34% a porcentagem”. (Relatório do M. da Fazenda,1871, p.75-76).

Ao tratarem desse assunto em relação à criação desta porcentagem, a Câmara do Deputados em sua Comissão do Orçamento emitiu o seu parecer e ainda expôs a base para a elaboração da Revisão da Tarifa. “Em vez de se exigir o pagamento ao câmbio de 27, o que atualmente daria mais de 48% sobre os direitos, tome-se uma base fixa, de 40%, aceito o atual cambio de 18 e afixe o governo em publicações anuais”. (Relatório do M. da Fazenda,1871, p.76- 77).

Na análise da Revisão destacava-se as seguintes bases: 1º Retificar os valores oficiais dados as mercadorias, aproximando-os o mais possível do seu valor real do mercado;2º Suprimir os direitos adicionais de 5% com respeito a algumas mercadorias e impor uma taxa de 10 a 50% sobre os direitos de consumo daquelas em que menos sensível for esse ônus. Sob a clausula de redução gradual fixada, com a precisa antecedência, cessando a porcentagem de 36 a 25%. (Relatório da Comissão,1874).

A Revisão da Tarifa ocorrera mediante a necessidade do Império de obter rendas mais robustas para o equilíbrio do Tesouro. O Relatório do Visconde do Rio Branco em 1872, explana a respeito da Tarifa das Alfândegas, “na sessão do ano de passado manifestou-se em ambas as Câmaras o desejo de reduzir ou suprimir algumas das imposições criadas de 1867 e 1869, ponderando-se que haviam cessado as circunstâncias extraordinárias. ”(Relatório do M. da Fazenda,1872, p.74-75).

A guerra terminou e com ela, as suas contínuas exigências, mas não cessaram os pesadíssimos encargos que provieram desse período. O país necessitava de renda superior ao que se arrecadava anteriormente para amortizar a grande dívida interna e externa contraída.

Segundo Fontoura, além dos melhoramentos de que eram susceptíveis alguns dos impostos diretos, era na Tarifa das Alfândegas que se procurava o alívio dos contribuintes. (Fontoura, 1889).As Tarifas tinham uma característica pertinente que foi

proporcionar recursos financeiros para o Império, o ganho foi na exportação tanto quanto na importação de produtos.

No dia 17 de junho de 1870, o Senado discutia pela terceira vez o projeto de lei do orçamento mediante a necessidade de fazer frente às despesas referentes à Guerra do Paraguai. Os senadores Bernardo, de Souza Franco, Visconde de Souza Franco e Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí arguiam a respeito do assunto. Souza Franco, em seu discurso, veementemente, ponderava a respeito das necessidades de reformas sociais, políticas e administrativas para o Império, e da urgência em incentivar a agricultura e a indústria com a intenção de gerar renda por causa dos imperativos do Império.

> Estamos em uma nova era, a qual difere da anterior à guerra, em que temos hoje dividida triplicada da qual que era então: temos necessidade, portanto, de recorrer á maior economia por um lado, e pelo outro de empregar todos os meios, que tendam a facilitar a produção e a habilitar o país para pagar os pesados impostos que a guerra tornou precisos. Em uma era nova como é a que começa, a lei do orçamento devia conter todas as medidas, que tendam a habilitar o país para desenvolver seus trabalhos industriais. Em ocasião tão importante dever-se-ia reduzir as despesas improdutivas, modificar alguns impostos sem quebra para a renda pública, e facilitar o ânimo o emprego da atividade e iniciativa individual nos trabalhos da agricultura e das industriais [2]

A discussão do orçamento no Senado sinalizava as obrigações de uma Revisão de Tarifa mediante as despesas da guerra. Analisando o discurso do senador Bernardo de Souza Franco, identifica-se um viés moderado de livre câmbio que buscava abarcar as dificuldades do Império e incentivava a agricultura e a indústria fabril, com o intuito de animar o seu desenvolvimento.

Com referência ao empréstimo contraído pelo Império em 1865 em Londres, Bernardo de Souza Franco argumentava que as dívidas e juros a serem pagos, geraram a base das dificuldades enfrentadas pelo país; além da despesa da guerra. Deste consumo de capitais, para ser mais exato necessitaria notar que os 365,000:000$000 tomados emprestados deveria deduzir os 65,000:000$ de capitais estrangeiros, sendo cerca de

---

2 BRASIL. *Anaes do Senado do Império do Brasil*. Assembleia Geral Legislativa. Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura Livro I Rio de Janeiro, Typografia do Diário do Rio de Janeiro, p.181,1870.

300;000$ as acumulações que a guerra consumiu.” (ANAIS DO SENADO Livro 1, 1870, p.185).

A despesa de 5 anos da Guerra do Paraguai foi a renda arrecadada 373.809.000$000 e tomada a crédito, foi de 365,000:000$000, em um total de 738,809:000$000. A crise se encontrava nos algarismos apresentados, além de seu custo referido aos “dos empréstimos de 1860,1863,1865,1871 e 1875”, já citado acima as cifras desses empréstimos. (Carreira,1980, p.502).

Ressaltava-se a questão da necessidade de aumentar os impostos a fim de assegurar a renda do Império. O senador Bernardo de Souza Franco expunha a falta de posição quanto aos benefícios que a guerra trouxe para o Império. “ se não fossem senão as considerações que acabo de expor, pode-se querer o Brasil robusto depois da guerra, tanto ou mais, do que antes dela, mais rico, mais prospero não são pesados os impostos que paga”. (Anais do Senado livro 1, 1870, p.185).

Em contrapartida, o Visconde de Itaboraí, presidente do Conselho, fez seus ajuizamentos a favor do governo identificando que, no período da guerra, houve um aumento de renda para o Império e que as contas apresentadas pelo senador Bernardo de Souza Franco seriam fictícias e as rebateu uma a uma. Quanto à receita, argumentava Itaboraí nos Anais do Senado livro 1.

> Entrou depois o nobre senador em algumas considerações para demonstrar que o Brasil está mais pobre agora do que antes da guerra; que não temos protegido antes retrogrado. Qualquer que seja a força dos raciocínios do nobre senador, eles não podem provar contra a verdade dos fatos. Já me servi deste argumento, e não tenho remédio senão insistir nele. O pais que produz agora mais do que produzia há cinco anos; que de 1860- 1861, a 1868-1869 elevou a renda pública ao dobro; que de 1862- 1863 a 1868-1869 teve, descontando mesmo o aumento proveniente dos novos impostos, um acréscimo de receita de mais de 58%; um pais que em seus anos tem tal aumento de renda pode dizer-se que não progride? Os raciocínios do nobre senador, podem mostrar torno a dizer, podem ter muita força; podem mostrar que ele conhece muito bem os instrumentos da riqueza das nações. Mas a verdade é que os fatos mostram que temos enriquecido, que temos aumentado e progredido.[3]

3 BRASIL. Anaes do Senado do Império do Brasil. Assembleia Geral Legislativa. Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura Livro I Rio de Janeiro, Typografia do Diário do Rio de Janeiro, p.188,1870.

Existia uma discussão entre o senador Visconde de Itaboraí que contestava as alegações do senador Souza Franco quanto à receita naquele período, mas este, não discutia quanto à necessidade de alcançar maior renda para os anos seguintes. Confirmava-se a partir da própria posição do Visconde de Itaboraí, a necessidade de aumento da receita, mesmo com a tarifa protecionista de 1869 que gerou renda e incentivou o desenvolvimento da indústria fabril no Império.

A Guerra do Paraguai (1865- 1870), a qual o Brasil participou ativamente, forçou o governo a elevar os direitos alfandegários para enfrentar o aumento das despesas públicas. A maneira mais objetiva para arrecadar novos recursos financeiros seria recorrer às Alfândegas que se constituíram uma tradicional fonte de renda para o Império. Isto explica, em parte, a necessidade do aumento da renda para cobrir as despesas com o Exército e com a Marinha. Justificava-se, então, a mudança de uma tarifa protecionista de 1869 para uma Tarifa Alfandegária de 1874 do livre câmbio - idealizada pelo Ministro da Fazenda José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.

2- A Estrutura da Tarifa de 1874 e os conflitos entre a indústria e o comercio

A Tarifa de 1874 continha em suas disposições preliminares, as orientações para a sua elaboração, tais como: o direito de consumo e exportações, isenção de direito de consumo, gêneros proibidos, aplicação da tarifa, tecidos mistos, mercadorias omissas na tarifa, despacho por *ad valorem* ou fatura, impugnação, abatimento, peso liquido- peso bruto- tara, avarias, quebras, formalidades das notas para os despachos e disposição diversas.

A referida Tarifa foi dividida em 36 Classes e em 1.277 artigos, com uma subdivisão em 3.349 classificações, conforme as diferentes espécies, qualidades, matéria, forma, fabrico, tecido, lavor, uso ou emprego das mercadorias que determinavam a variedade das taxas e a isenção de direitos. Destes 3.349 artigos, 3.110 são tarifados com taxas fixas, 215 *ad valorem* e 24 livres. A Tarifa possuía em seu índice a localização por assunto através das letras do alfabeto.

Compõe essa Tarifa o Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil. Observa-se que era comum em uma Tarifa no Brasil, em especial no Segundo Reinado, uma quantidade expressiva de artigos. Conforme a visão de João Pedro Veiga de Filho, em seu livro *Monografia sobre as*

Tarifas Aduaneiras, esta quantidade de artigos proporcionaria um problema para um bom entendimento e clareza em sua disposição; além de prejudicar a fiscalização na alfândega. (Filho,1896)

A Tarifa Rio Branco de 1874, considerada a melhor de sua época, uniformizou em 40% *ad valorem* as taxas das mercadorias e isentava de direitos a entrada de várias máquinas como alambiques, caldeira e moinhos no Império. Foi uma tarifa de livre câmbio que favoreceu o comércio, contudo prejudicou a indústria fabril. Em uma análise feita de maneira objetiva, nota-se a questão da grande quantidade de artigos e de classes que provocaram discussões intermináveis entre os grupos envolvidos na elaboração da tarifa. Além de gerar reclamações e conflitos, e proporcionar dificuldades na conferência das mercadorias, levando em conta que o país importava quase tudo que consumia; de gêneros alimentícios a máquinas.

Uma questão importante relacionada ás Tarifas anteriores foram as várias taxas criadas ao longo do Segundo Reinado, e muitas estariam em vigência até a revisão de 1874. Como por exemplo, os impostos adicionais criados pela Lei nº 1.114 de 27 de 1860, imposto Adicional de 2% a 5% sobre o valor das mercadorias.

A partir da Revisão da Tarifa de 1874 e a entrada em vigor da Nova Tarifa das Alfândegas ocorreram mudanças significativas nas taxas da Tarifa das Alfândegas do Império. Cessaram os impostos adicionais de 1860 e as taxas e porcentagem de 28 e 21 % fixadas na lei de 23 de setembro de 1871. Em 1º de janeiro de 1874, as taxas anteriores a esta data foram substituídas por uma porcentagem sobre a importância dos direitos de consumo do seguinte modo: 30% para as mercadorias tarifadas a razão de 40 a 50%, 35% para as classes 18º (sedas) e 40% para todas as outras mercadorias. “Todas as modificações e alterações que se tem feito, ou tem por fim evitar as continuas contestações que sobre certas mercadorias se levantam nas alfândegas, elevar a taxa para o fim de obter renda. ” (Relatório da Comissão, 1874.p.7).

A diminuição em um ou outro artigo poderia ser por motivo de contrabando ou a sensível diminuição do consumo. O método experimental e analítico que com vantagem pode empregar no estabelecimento dos direitos de consumo e que se torna indispensável em uma revisão de Tarifa de Alfândegas. Esta flexibilidade em aumentar ou diminuir as taxas eram atreladas à renda e ao consumo do artigo e não à intenção de incentivar o comércio ou mesmo a indústria fabril.

A Revisão foi autorizada por aviso de 13 de outubro de 1873, encarregada de tomar conhecimento das considerações feitas pelo comércio, pelas Tesourarias de

Fazenda e alfândegas, sobre o projeto de Tarifa. Determinou o Aviso que ao trabalho da Comissão fosse junto com um relatório que demonstrasse: 1º. Se foram observadas literalmente as bases dadas no artigo 11 da Lei nº 2348 para a reforma da tarifa; 2º. Quais as reclamações que foram atendidas e quais as que deixaram de a ser, e por que motivo; 3º. Quais as alterações feitas pela Comissão, e as que em seu conceito deveriam ainda fazer-se. Porém, que dependesse de nova autorização do Poder Legislativo. (RELATÓRIO DA Comissão,1874).

A equipe de preparação da nova tarifa era composta de funcionários das Alfândegas e de negociantes e objetivava. “Ouvir sobre o projeto da tarifa, não só os inspetores das Tesoureiras da Fazenda e das Alfândegas, como a Associação Comercial e a maior parte dos negociantes do Rio de Janeiro. (Relatório da Comissão,1874, p.5).

Esta Revisão tinha uma ligação direta com o comércio, pelo fato de a equipe de preparação da nova tarifa ser composta de funcionários das Alfândegas e de negociantes, os industriais não faziam parte da equipe da elaboração da tarifa.

A Tarifa Alfandegária foi publicada pelo Decreto nº 5.580, no dia 31 de março de 1874, e foi reformada sobre orientação do Visconde do Rio Branco - Conselheiro de Estado, Senador e Presidente do Conselho de Ministro. Em seu Relatório da Fazenda, de 1872, o Visconde do Rio Branco relata: Nomeie em data de 24 de julho do ano de 1873, uma Comissão composta de três dos mais hábeis Conferentes da Alfândega da Corte, para fazer os primeiros estudos das reformas e organizar um projeto de tarifa. ” (Relatório do M. da Fazenda,1872, p.62).

No relatório eram dispostos cerca de sete artigos que deveriam ser executados pela Comissão Revisora e foram constituídas pelo Chefe da Seção da Alfândega, Luiz Cipryano Pinheiro de Andrade e pelos primeiros Conferentes da Alfândega da Corte - Luiz Affonso de Moraes Torres, Olympio de Oliveira e o Alexandre da Rocha Sattamini. Os critérios para a elaboração de uma nova tarifa foram relatados por Visconde do Rio Branco, em seu relatório que está descrito no Relatório do Ministro da Fazenda de 1872.

> 1º O Projeto será incumbido a uma comissão composta de três empregados de fazenda e dois negociantes.2º Os valores oficiais das mercadorias que diferirem notavelmente dos preços correntes nos mercados do Império, serão elevados ou reduzidos a um termo reduzidos a um termo médio razoável.4º Os direitos adicionais de 5% criados pela lei nº 1. 114 de 27 de setembro de 1860, bem como as porcentagens de 28 e 21% mandadas cobrar pela resolução nº 2.035 de 23 de setembro de 1871, serão substituídas por uma taxa provisória de 30 e 40% sobre os direitos marcados na tarifa para as mercadorias.5ºAs mercadorias tarifadas na razão de 40 ou 50% não se aplicará maior porcentagem que a de 30%. 6º far-se-á uma nova classificação

> dos gêneros despacháveis por peso, a fim de executar os que por esse sejam demasiadamente favorecidos ou gravados.7º As bases 4º e 5º poderão ser executadas independentes das outras.[4]

No Segundo Reinado, era comum que o Ministro da Fazenda definisse os componentes de cada Comissão Revisora, que poderiam ser constituídos de funcionários das Alfândegas, negociantes ou mesmo pessoas ilustres do Império. Em cada revisão de tarifa era formado uma comissão composta por diferentes membros, de acordo com a necessidade do Império.

Far-se-á uma breve explanação sobre as reivindicações do comércio e indústria somente por entender que neste brevíssimo artigo não cabe tal façanha. De forma geral, serão relatadas as modificações que a Comissão revisora produziu, a partir desta Revisão. Muitas reclamações foram atendidas e outras excediam aos limites traçados para a reforma. Como consta no Relatório do Ministro da Fazenda.

> Assim com o fim do igualar a imposição e facilitar o cálculo dos direitos, em vez das porcentagens adicionais de 30, 35 e 40%, estabelecidas provisoriamente pelo decreto n º 5.455 de 5 de novembro de 1873, foi fixada uma só de 40% para todas as mercadorias em geral subordinada a condição de poder ser reduzida anualmente como o determinarem as leis do orçamento. A nova tarifa compreende com taxas fixas muitas mercadorias, que até aqui tem sido despachada ad valorem para assim evitar questões e delongas no seu despacho. Foram igualadas as taxas dos tecidos, que facilmente se assemelham e confundem para coibir o mais possível as controvérsias. As máquinas em geral foram concedidas isenção, não só de direitos de consumo como do expediente de 5% a que até agora tem estado sujeitos, compreendidos nesse favor os alambiques, fornalhas, retortas, caldeiras, moinhos e objetos semelhantes, para uso da lavoura e das fábricas. Também gozaram do despacho livre, entre outros gêneros, os arbustos, arvores e plantas vivas de qualquer espécie, as sementes, raízes e bolbos, próprios para horta, jardim, prado, e em geral para a agricultura. Foram ampliados os prazos para o reconhecimento das avarias; e ficou estabelecidos que, nos casos de contestação, as dúvidas serão decididas por árbitros, na forma dos artigos 577,578 e 579 do Regulamento de 19 de setembro de 1860. Entre outros gêneros, cujas taxas foram mitigadas, figuram os seguintes, que mais prestam ao contrabando, ou pertencem às classes e dos necessários ao consumo da população menos bastadas: bacalhau, farinha de trigo, querosene, velas de stearina, vinhos secos, chiatas e mais tecidos de algodão estampadas. Panos de algodão cru liso, merinos, princetas, lapins, rendas, veludos, sarjas tecidos de seda, papel de imprimir e livros impressos.[5]

4BRASIL. *Ministério da Fazenda.* José Maria da Silva Paranhos. Proposito e Relatório apresentado do ano de 1871 a Assembleia Geral Quarta Sessão da Décima quarta Legislatura pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda Visconde do Rio de Branco, p.77-78,1872.

5BRASIL. *Ministro da Fazenda.* Ministro José Maria da Silva Paranhos. Proposta e Relatório Apresentado do ano 1873 a Assembleia Geral Legislatura na Terceira Sessão da Décima Quinta lo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Fazenda Visconde do Rio

O objetivo da Tarifa era gerar renda para o Império, pois não se fazia necessário proteger a indústria fabril e sim gerar recursos para o equilíbrio do orçamento. Em sua argumentação, a Comissão salienta: “ Não somos um país manufatureiro e as indústrias que temos não exigem tarifa protetora. ” (Relatório da Comissão,1874, p.6). As alterações realizadas estavam relacionadas às necessidades da renda pública e dos consumidores. As indústrias que temos para as quais se pede proteção, [...] basta-lhes que a matéria prima, que todas elas recebem de fora do país, seja favorecida”. (Relatório da Comissão,1874, p.6). O juízo no qual se alicerçava a Comissão, esbarrava no julgamento que a indústria fabril não era substancial e significativa ao ponto de evocar proteção. Por esse motivo, as reivindicações não foram aproveitadas pela Comissão.

Havia no Império uma discussão sobre a aplicação da tarifa protetora ou a do livre câmbio. Ao longo da explanação, pretende-se identificar os conflitos existentes entre a indústria, e o comércio, no que se refere as suas reivindicações. No Senado, no ano de 1870, era discutido a questão do apoio à agricultura em detrimento a indústria fabril. O senador Zacarias Góes de Vasconcellos argumentava que a agricultura deveria receber incentivo e que o Império não possuía um orçamento equilibrado como o Ministro da Fazenda afirmava. E ainda, o senador Zacarias comparava os Relatórios do Ministro da Fazenda com o do Ministro da Agricultura a fim de defender o apoio à agricultura.

> O paralelo entre os dois relatórios. Do nobre Ministro da Fazenda página 3 “ Quanto valem os recursos naturais de que nos dotou a Munificência Divina”. Do nobre ministro da agricultura página 5 “Ainda estão quase intatos, e, portanto, sem valor, os tesouros escondidos no seio da terra, a riqueza das florestas imensas, a fertilidade sem pardo solo”.Do nobre Ministro da Fazenda página 6 “ No Brasil a renda apresenta grande elasticidade”. Do nobre ministro da agricultura página 8 “ Antolha-se temeroso o porvir da agricultura, e, quase desacorçoada, não se afouta a grandes com movimentos, que provavelmente a salvariam”.Do nobre Ministro da Fazenda página8 “ A nossa esperançosa situação financeira tende a fazer subir o câmbio.” Do nobre ministro da agricultura página 9 “Cumpre levantar oportunamente um empréstimo destinado a fundação do crédito territorial e agrícola nas devidas condições. Pode-se asseverar que, apercebida deste viatico e de outros auxiliares, a nossa principal indústria poderá prosseguir mais desassombrada em sua jornada tão mal segura no presente, tão ameaçada de borrascas no futuro. ”A quem ler um e outro relatório, uma e outra apreciação, ocorre naturalmente perguntar qual dos dois tem razão: se o sr. ministro da fazenda

Branco,p.69-70,1874.

> que pinta cor de rosa o estado da situação da financeira, se o sr. Ministro da agricultura que pede para a lavoura, primeira indústria do país.[6]

Esta discussão exposta pelo senador quanto ao entendimento diferenciado entre os Ministros da Fazenda e da Agricultura evidenciava a altercação entre o amparo à indústria fabril ou à agricultura. Além da referida alegação, o senador Zacarias ainda expunha as dificuldades encontradas quanto a questão da mão de obra escrava e a necessidade de capitais empregados para a lavoura, a fim de gerar o recurso necessário para o Império. Para o senador, não haveria a necessidade de ter uma tarifa alfandegária protetora, já que não possuíam o desenvolvimento efetivo que pudessem caracterizar seu valor e expressão econômica. A tarifa proibitiva seria vexatória, para o consumidor já que esta favoreceria ao contrabando e diminuiria a renda do Império, sem que essas indústrias conseguissem fabricar mercadorias perfeitas e com a quantidade necessária.

A arguição mais antiga em favor da agricultura se encontrava na ideia da Comissão revisora alicerçada no pensamento difundido por Cairu. Este afirmava que a indústria agrícola seria a atividade econômica que o governo deveria se basear. “Afirmar seu credo pela agricultura o melhor negócio para as Colônias. ” (Lisboa,1810, p.143). Os senadores afirmavam que não teríamos indústria fabril em número e em significância que justificasse amparo ou proteção, como alguns solicitavam. As mesmas alegações dos anos quarenta do século XIX são aqui realçadas pelos senadores. A argumentação que as indústrias fabris não teriam condições de serem protegidas por serem insignificantes na economia do Império, persistia e foi utilizada para respaldar o pensamento do livre câmbio difundido na Câmara e no Senado.

O Relatório da Comissão da Revisão da Tarifa de 1874 foi dividido da página 5 a página 17, com a apresentação das queixas e observações da Associação Comercial e do fisco, referente aos imperativos de cada um. Nas páginas posteriores, verificava-se o resultado do relatório quanto às mudanças feitas pela Comissão que atingiriam a indústria, e o comércio.

Nas primeiras linhas de suas considerações já salientava a Comissão que para haver uma avaliação mais concreta seria necessário ter maiores informações sobre a realidade da indústria e do comércio em todo o Império pois, (...)só atingirá ao grau de perfeição quando reunidos coordenados exame e análise das diversas mercadorias, e sua

---

6BRASIL. *Anaes do Senado do Império do Brasil.*Assembleia Geral Legislativa. Segunda sessão na Décima Quarta Legislatura Livro 2 Rio de Janeiro, Typografia do Diário do Rio de Janeiro, p.118,1870.

importação[...]quadros estatísticos feitos com regularidade nas Alfândegas". (Relatório da Comissão,1874, p.6).

As condições para avaliação da realidade econômica do Império não estavam claras, pois não existia qualquer controle sobre os dados estatísticos referentes à importação e à exportação nas Alfândegas e a respeito das exatas informações dos valores das mercadorias.

O mesmo ocorre na Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1844. Naquela ocasião foi também tratada esta questão da falta de dados estatísticos nas alfândegas de todo o Império, por não possuírem a documentação necessária para a configuração de uma nova Tarifa com dados acertados. Observa-se que dos anos quarenta aos anos setenta, nada mudou quanto a organização das Alfândegas do Império, apesar da reorganização fazendária feita pelo Decreto nº 384 de 19 de abril de 1844. Como constatado no livro de Buescu (1984).

Outro fator para se evitar perda de renda seria coibir o contrabando com uma tarifa reduzida de 40% e 50% para 30% para se obter a uniformidade que facilitasse a razão de seus direitos e a entrada das mercadorias estrangeiras no Império; gerando renda. As mercadorias sujeitas a direitos na razão de 40%, eram: calçados, fumo, roupa feitas, bebida, vinhos, mobília e licores.

De acordo com a lei 26 de setembro de 1867, os direitos seriam de 20% nos seguintes artigos: tecido de seda, porcelana, cristais, madeira de obra. Esta Comissão entendia que esses produtos teriam que ter 10% de Tarifa. Mais ainda, "os artigos que estão taxados na razão de 40 e 50% faz crer que não houve outro motivo senão a suposta proteção dadas as indústrias. (Relatório da Comissão, 1874, p.7).

O método adaptado para afixar os valores oficiais foi baseado nos preços correntes do mercado do Brasil, em certos artigos. A maior parte das alterações feitas nos artigos da Tarifa foram baseadas nos preços do mercado exportador, por não encontrarem nas cotações de nossas praças dados suficientes para formar um juízo seguro de seus valores. Por esse motivo, ocorreram aumentos significativos ocasionando reclamações do comércio, da indústria e dos consumidores. "Os defensores dizem que os preços que em muitos serviram de base para sobre eles recaírem os tantos por cento, são tão altos e superiores aos dos mercados. (Relatório da Comissão,1874, p.8). Em contrapartida, os opositores da questão ponderavam: "Os que combatem este sistema alegam que é mais fácil certifica-se do preço corrente nossos portos, do que conhecermos do mercado estrangeiros". (Relatório da Comissão,1874, p.9).

Da mesma forma que ocorreu nos anos quarenta, quando os importadores emitiam duas faturas de igual modo, ocorreram novamente nos anos setenta. Muitas casas estrangeiras remetiam duas faturas de seu gênero, e uma outra com o fim de serem apresentada às Alfândegas. E a outra dos maiores, ou dos verdadeiros preços, que deveriam ser usados como base nas transações. Este problema não foi solucionado, pois para o comércio importador era fundamental terem esta possiblidade para evitar o pagamento da alfândega de modo correto.Os aspectos da questão do *ad valorem* se abrigam nesta ponderação.

A discussão referente ao preço das mercadorias era fundamental para a ministração da tarifa sobre cada mercadoria, porque através da fatura era identificado o valor do produto no estrangeiro e era efetivado a tarifação. Existiam duas posições propostas que deveriam ser avaliadas: uma, era a mercadoria que deveria ser tarifada de acordo com os preços correntes do mercado do Brasil e a outra, seria o de utilizar a faturas do estrangeiro para poder definir a taxação.

Para se alcançar uma definição de que posição deveria confirmar, quais foram os exemplos utilizados referente a outros países, para fazer uma reflexão sobre o assunto. Interessante notar que desde a Tarifa das Alfândegas de 1844, esta estratégia era recorrente, ou seja, utilizar a experiência dos outros países como um alvo a seguir. Com isso, percebe-se que a organização estrutural das alfândegas não foi realizada, uma vez que os mapas procurados nos anos quarenta, ainda não estavam confeccionados para termos os exemplos internos como referenciais. Destaca-se, a seguir, as considerações da Comissão a partir dos exemplos da Alemanha, Espanha, França e da Prússia.

> A Prússia que entre as grandes potencias foi a primeira que proclamou a liberdade do comercio, e que os olhos de um economista alemão passaram da abstração para a realidade da teoria de Adam Smith sobre a realidade do comercio, não se limitou e este único cometimento. Para cortar toda a discussão em um certo número de Estados, na Espanha notavelmente e nas Repúblicas da América Espanhola, tem-se imaginado pautas de avaliação oficial; mais muitas vezes elas avaliam as mercadorias acima do seu preço venal. Em França a Alfândega aceita o valor declarado pelo negociante sob a condição de que se as mercadorias lhe parecem estimadas por preço baixo, as possa tomar por sua conta pagando ao proprietário o valor declarado em mais de 10%. [7]

7 MINISTERIO DA FAZENDA. *Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfandegas do Brasil de 1874*.Rio de Janeiro.p.9,1874.

Os organizadores da Revisão perceberam que deveriam cumprir as orientações do Artigo 9º da Lei 1.507 de 26 de setembro de 1867, que rezavam a adaptação do despacho por peso, medida ou número de artigos, segundo prescrevia o Legislador. Era principalmente para se obter este fim que a tarifação a peso foi aplicada em grande vantagem, protegendo as qualidades comuns; de preferência, as mercadorias finas. Todos os artigos da mesma classe, e pouco mais ou menos sem distinção de qualidade, eram submetidos a uma taxa única, e assentadas sobre uma determinada unidade.

Dali resultaria que seriam favorecidos os artigos de luxo, no qual o trabalho excedia a matéria prima, e ficariam severamente tratados os artigos correntes, em que a matéria prima seria o principal elemento. O termo médio que a lei recomendava aplicar as qualidades ordinárias, entre fino e fino, não poderia ser tomado sem se ter em vista que havia grande desproporção em preço. E que não convinha sacrificar as qualidades ordinárias as de maior preço, que, entretanto, não eram do consumo geral.

As reclamações feitas pelos comerciantes através das Associações Comerciais e pelo fisco foram levantadas com o objetivo de realizar uma análise para a elaboração da Tarifa. Tais reclamações foram expostas para o melhor entendimento sobre a discussão a respeito da Tarifa e de suas taxas.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro foi fundada em 1867 sob as bases da Sociedade dos Assinantes da Praça; atuava na capital do Império desde 1834. A origem desta organização ocorrera desde a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808. Quando foi entregue ao D. João VI, um abaixado assinado por 109 negociantes que se organizaram naquele momento com o nome de *Corpo de Comércio*. Eles representavam a preocupação dos pequenos lojistas com a penetração dos produtos ingleses no porto do Rio de Janeiro segundo Nivea Vieira(2014). A Associação Comercial do Rio de Janeiro foi a primeira entidade a revelar suas ponderações e reivindicações através de oficio endereçado à Comissão com as considerações do Presidente Visconde de Tocantins.

> Pelas estatísticas que os negociantes de vinhos apresentam, vê-se que os direitos elevados têm trazidos diminuição da sua importação, com grave prejuízo do fisco e da saúde pública, pois a diminuição da importação de gênero tem sido substituída pela sua nociva falsificação dentro do país. Pela representação dos lavradores e negociantes do município de Iguape chega-se a conclusão que com os atuais diminutos direitos que paga o arroz estrangeiro

> não pode manter-se esse ramo de cultura nacional, sobrecarregado com as despesas de fretes e transportes elevadíssimos. [8]

Os negociantes e lavradores de arroz ambicionavam uma taxa mais alta para se livrarem da concorrência do arroz estrangeiro e os importadores de vinho desejavam uma taxa mais baixa para que pudessem importar os vinhos do exterior. Dentro da mesma Associação Comercial do Rio de Janeiro, verifica-se o antagonismo, no seio da entidade. Era plausível que isto ocorresse, por causa das características da Associação Comercial que possuía no seu interior um grupo ligado aos interesses do comércio nacional e outro ao comércio importador. Este atributo mais tarde, contribuiria para a Crise dos Chapéus dentro da SAIN, pois havia uma representação do comércio nesta entidade que possuía uma particularidade bem definida, de ter em seus quadros o comércio importador e comércio nacional.

Ao considerar a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, constata-se um grande incômodo de ter em seus quadros a seção do comércio, que possuía integrantes do comércio importador e do comércio nacional. E ainda, era composta pela seção da indústria fabril e da agricultura que durante boa parte de sua história conviveram sem grandes conflitos internos.

Com a tarifa de 1874, caracterizada por um viés do livre câmbio, o comércio foi favorecido com a entrada dos chapéus estrangeiros prejudicando a indústria fabril. Esta seção da indústria fabril reagirá, saindo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e fundando a Associação Industrial do Rio de Janeiro, a primeira entidade a defender a indústria fabril no Império do Brasil, nos anos oitenta no século XIX.

Na tarifa, nos deparamos com inúmeras considerações quanto aos imperativos de cada província. Lembrando que todas as alfândegas do Império e as associações comerciais enviavam suas reivindicações para a comissão revisora na Corte, com o propósito de serem comtempladas suas necessidades. Será abordada de forma objetiva neste artigo a luta entre a indústria fabril que almejava ser protegida por uma tarifa protecionista e o comercio que tinha como propósito ter uma tarifa do livre câmbio.

A ponderação da Associação Comercial do Rio Grande de São Pedro do Sul a qual emitiu um oficio para a Comissão, com uma reivindicação a respeito do artigo

---

8MINISTERIO DA FAZENDA. *Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfandegas do Brasil de 1874*.Rio de Janeiro. p.11,1874.

roupas de inverno que deveriam ser protegidas com uma tarifa que pudesse contribuir para o seu florescimento: “Com um clima frio no inverno, as fazendas de lã, como panos, casimiras, chalés, fossem de peso e qualidades diversas, sofreram maior aumento que equivale a proibição para essa Província, que vive lutando com um contrabando”. (Relatório da Comissão,1874, p.11).

A apreciação feita pela Associação Comercial do Rio Grande de São Pedro do Sul configurava sua posição a favor de uma taxa que protegesse as roupas de inverno, pelo fato que a análise da comissão se fariam mediante as roupas de clima fresco e não de roupas de inverno. Seriam taxadas como tecidos, chitas e outros panos que eram mais leves do que as roupas de inverno. As roupas de inverno, mais pesadas, foram prejudicadas com essa taxa. A reivindicação da Associação Comercial seria que a taxação deste artigo pudesse ser diferenciada. Afirma ainda, que se continuasse com essa taxa, para o ano seguinte, não seria possível à continuidade da compra dessas roupas no exterior, porque perderiam o mercado consumidor.

Em uma segunda tentativa de argumentação a favor do comércio, foi redigido um oficio por uma comissão de seis membros da Associação Comercial do Rio Grande de São Pedro do Sul. Foi nomeada pela Assembleia Geral que elaborou um estudo a respeito das dificuldades enfrentadas pela Província, solicitando ao Governo Imperial apoio ao principal problema que a província enfrentada: o contrabando. Além da dificuldade de determinar os limites dos países vizinhos.

> E o comercio licito sofre profundamente em seus interesses, a indústria, sua companheira inseparável, não poderá de ser contaminada do seu prejudicial contato enfraquecendo-se, se tornará menos importante, se as molas reais de seu mecanismo geral não forem cuidadas com o mais decidido zelo, e as rendas públicas deste Império, fontes principais de seu progresso econômico, sofreram com direta reprodução, o efeito do enfraquecimento dos seus primeiros tributários do comercio e da indústria. [9]

Cabe salientar que a Associação Comercial do Rio Grande de São Pedro do Sul reivindicava a proteção do Governo Imperial alegando que este, teria sido durante anos, ineficaz em relação à fiscalização das fronteiras e aos abusos do contrabando realizado junto aos países vizinhos. Prejudicando, desta forma, o comércio lícito na Província.

9MINISTERIO DA FAZENDA. *Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfandegas do Brasil de 1874*.Rio de Janeiro.p.12,1874.

A dificuldade com a fronteira era apresentada nas primeiras décadas do século XIX no Relatório ao Conselho- Geral em dezembro de 1830: “a segurança individual e das propriedades não continuasse a ser tão exposta a violências e atentados” (Guizzelli,2004, p.166).

Com um contingente insuficiente de soldados nas fronteiras não foram capazes de guarnecê-las da ação de violências por parte de seus vizinhos estrangeiros. A questão de dar segurança nas fronteiras é uma questão antiga no Império do Brasil, seja por falta de segurança pessoal ou a propriedade ou mesmo por causa do contrabando de mercadorias que entravam livremente no Império por falta de soldados nas fronteiras.

Os países vizinhos favoreceram o contrabando. Do mesmo modo, toda a população das fronteiras do Império contribuiu para a continuidade e crescimento desta prática. Com o contrabando, o fisco não arrecadava a tarifa relativa à importação de seus produtos e ainda enfraquecia o comércio e indústria lícita da província. A tese da província do Rio Grande de São Pedro do Sul se configurou como um assunto de relação internacional do Império que prejudicou a economia desta província e revelou as dificuldades da guarnição das fronteiras do Império. Segundo Miranda (2009) a questão da fronteira concernente a dificuldade de estabelecer limites e segurança no território da província de São Pedro do Sul se remete ao início do XIX, portanto até os anos setenta ainda não tinha sido resolvido.

Existia uma articulação entre a Associação Comercial do Rio Grande de São Pedro do Sul e o Inspetor da Alfândega do Rio Grande do Sul quando apoiavam as ponderações e declaravam em um oficio. “Que julga deverem ser atendidas, algumas das alterações dos direitos de diversas mercadorias aponta na representação da Associação Comercial daquela praça levou a presenças de sua Majestade o Imperador”. (Relatório da Comissão,1874, p.14). Este apoio entre o fisco e o comércio existia e estava convenientemente de acordo com as necessidades do comércio, a fim de gerar mais renda para o Império.

O Inspetor da Alfândega da Bahia apresentou ao projeto da Tarifa das Alfândegas, sua análise circunstanciada, pela portaria da Tesouraria da Fazenda nº 149, do dia 7 do mês passado, cujo parecer deveria ser enviado até aquele mês. “O arbitramento das taxas pode trazer como consequência a diminuição da renda pública, desequilibrando assim o orçamento por serem os direitos de importação a nossa principal fonte de receita. (Relatório da Comissão,1874, p.13).

A favor da indústria fabril, o Inspetor da Alfândega da Bahia alegava que deveria haver todo o esforço possível para gerar recursos para a Fazenda, mas essa ação não poderia prejudicar a indústria nascente do Império. Como afirma: [...]e quando elevado, restringir ou proibir a introdução de mercadorias de geral consumo, ou por sérios embaraços as indústrias nascentes que precisam de algum conforto. (Relatório da Comissão,1874, p.13).

Mais uma vez revelava-se que havia no imaginário, tanto dos comerciantes quanto dos funcionários das alfândegas, o fato de que a indústria, mesmo sendo retraída e pouco expressiva, ainda ocupava um espaço na economia que não deveria ser ignorado.

O Inspetor da Alfândega do Rio Grande do Norte considerava que seria necessário ser feito um estudo mais cauteloso, mas concluiu que foi um trabalho metódico e notável. Nos apreços do negociante da Praça Augusto Lehericy que avaliou o trabalho da Comissão, consta no Relatório da Comissão: “ uma equitativa redução dos direitos, sobre artigos que não podem fazer danosa concorrência da indústria nascente do Brasil não será de menos interesse para a Fazenda Nacional do que para o comercio”. (Relatório da Comissão,1874, p.14).

A defesa das doutrinas econômicas estava em ênfase e era respaldada por ser utilizada por várias nações daquela época. As considerações feitas por esse negociante levantavam a questão da necessidade de salvaguardar a indústria nascente do país, para que pudesse gerar renda para o fisco e estabelecer uma tarifa livre-cambista, capaz de suscitar recursos para a Fazenda Nacional e para o comércio. Reduzir os direitos sem prejudicar a indústria fabril; uma ponderação mais moderada deste negociante.

Os negociantes Backheuser e Meyer levantaram um ponto importante, referente ao trabalho dos Conferentes das Alfândegas. Argumentavam, que muitos Conferentes das Alfândegas não possuíam as habilidades e conhecimentos teóricos e práticos quanto aos seus afazeres, e que, por esse motivo, provocavam bastantes reclamações; tanto do comércio quanto da indústria.

Uma reclamação expressa na Tarifa de 1844, tem como referência ao hábito de não serem honestos os funcionários das alfândegas, por não aplicarem o regulamento de 1844 de forma correta, no que se referia à avaliação das mercadorias, nos anos quarenta. A falta de preparo quanto à execução das tarefas ocasionava dificuldades na avaliação dos preços taxados nas mercadorias. Isto ocorreu nos anos quarenta e persistiu até os anos setenta. Constata-se que não havia um curso preparatório para os funcionários das

alfândegas; e sim, um livro chamado *Regulamento para os Empregados das Alfândega*s, com normas a serem seguidas. Por esse motivo, havia inúmeros problemas quanto à conferência e taxação das mercadorias chegadas às alfândegas.

Em seu oficio dirigido ao Ministro da Fazenda, Júlio Janvrot, expôs seu juízo com relação ao estudo da Tarifa. Este foi um auxiliar na Revisão da Tarifa de 1869, relatando alguns apreços sobre a mudança que percebia ser necessária para o bom andamento da Revisão. A primeira sugestão emitida foi a respeito da proposta da criação de uma Comissão Permanente para a Revisão da Tarifa, no Império. “Os critérios para a Comissão Permanente seriam que se reunisse uma vez por semana, e que fossem auxiliados por negociantes reconhecidos com objetivo de estudar a tarifa.” (Relatório da Comissão,1874, p.16).

A tarifa seria dividida em seções, com a intenção de discutir as diversas classes. Nesta sugestão, observa-se a grande dificuldade encontrada na elaboração de uma tarifa e o tipo de análise que se fazia necessário ter, para se alcançar maior êxito em sua organização. As reivindicações dos grupos interessados - o fisco, a indústria fabril e o comercio - deveriam ser escutados e atendidos. Um ponto conflitante nas tarifas era o fato de não haver uma posição concreta quanto a que grupo deveriam favorecer, e a que sistema protecionista ou de livre câmbio, cada tarifa iria pertencer. Percebe-se que a questão da gerência da tarifa quanto ao sistema, era a raiz de todas as revisões que foram feitas ao longo do Segundo Reinado. Havia uma flexibilidade quanto a sua formação, com o intuito de abarcar as possíveis reivindicações de cada grupo interessado na elaboração da tarifa.

É importante relembrar que como proposto no Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfandegas do Império do Brasil de 1844, cada Alfândega do Império teria a própria Comissão de Revisão da Tarifa de sua província. Esta Comissão emitiria um Relatório a ser enviado para a Comissão Revisora da Tarifa das Alfândegas do Império, estalada na Corte, que reuniria todos os Relatórios, envolvendo as reivindicações de todas as Alfândegas e das Associações Comerciais. Desta forma, a Comissão Revisora da Corte avaliaria as reivindicações e daria sua posição final; e, assim, elaboraria um único documento. Trataremos daqui em diante, das reivindicações das indústrias e das Comissões revisoras das províncias, e do comercio na tarifa de 1874.

Quanto aos direitos de consumo ou de importação, ficou definido que o artigo 2º estabelecendo a taxa adicional de 40% calculada pela importância dos direitos de

consumo, quer fixos ou calculados *ad valorem* ou por fatura, na ordem do artigo 11 da regra 4 da lei nº 2348 de agosto de 1873 e do Decreto 5355 de novembro do mesmo ano. “Desde modo a taxa adicional será de 40%, indistintamente lançada sobre todas as mercadorias, facilitando o cálculo e o expediente e uniformizando a imposição sob o mais perfeito pé de igualdade”. (Relatório da Comissão,1874, p.17).

O comerciante Alexandre Taylor demonstrou em seu depoimento, as dificuldades enfrentadas pelo comércio quanto à verificação dos valores das mercadorias nas alfândegas. Consta no Relatório da Comissão: “processo de arbitramento nos despachos *ad valorem*, o gênero submetido ao despacho tem sido avaliado pelos senhores Conferentes a um algarismo muito superior a seu verdadeiro valor. ” (Relatório da Comissão,1874, p.23).

A Comissão Revisora não concordando com esta opinião, restabeleceu as disposições dos artigos 16ª e 17ª da Tarifa em vigor, isto é, que o preço regulador para o despacho *ad valorem*, era do mercado exportador aumento de todas as despesas posteriores a compra, tais como: direitos de saída, frete, seguro, comissão, até o porto desembarque. E na falta destas informações a preço do mercado importador em grosso modo e atacado.

Em relação aos tecidos mistos a posição da Associação Comercial do Rio Grande do Norte argumenta, Os tecidos de algodão com mescla de lã ou linho pague direitos maiores do que os de algodão puro, e que os de lã ou linho puro; o comercio acha injusto que naqueles se aumente 20%, enquanto este tem abatimento de 10%”. (Relatório da Comissão, 1874, p.20).

A Comissão adaptou a ideia do projeto, e nenhuma alteração foi feita, apesar de reconhecer que o meio eficaz para determinar precisamente a quantidade de seda contida em um tecido qualquer, seria a verificação por meio de peso. Mas este sistema ocasionava alguma demora no despacho.

Quanto ao peso bruto e líquido existe observações efetuadas pelo à Comissão da Tarifa da Alfândega de Pernambuco e Inspetor da Tesouraria do Ceará que apresentaram suas queixas a Comissão Revisora da Tarifa das Alfândegas, a fim de alcançarem suas petições. Como rezam as questões levantadas pelo Inspetor da Tesouraria do Ceará que defende que “(...) por peso bruto se de tomar o da mercadoria em um envoltório designado na tarifa que será o imediato a mesma mercadoria, caso haja mais de um envoltório. ” (Relatório da Comissão,1874, p.25).

Essa ressalva ocorre pelo fato de que, ao pesar a mercadoria, o importador sofre o imposto mais alto por causa do envoltório. Este seria um ponto de discordância entre o comerciante e a alfândega. A Comissão da Tarifa da Alfândega de Pernambuco conceituava por peso líquido, a saber: [...] o da mercadoria separada de seu envoltório tanto externo quanto interno, com exceção unicamente das matérias necessárias à sua conservação e forem com ela como parte integrante. ” (Relatório da Comissão,1874, p.25).

Em relação ao peso, Lackman e C º discorreram sobre a questão do peso liquido, por compreenderem que poderia causar confusão no momento da pesagem na Alfândega. “Porque em uma, abate-se todos os envoltórios, e em outras, abate-se somente aqueles que servem para um bom acondicionamento. ” (Relatório da Comissão,1874, p.26). Os importadores por mais que exigissem dos fabricantes no exterior a adaptação às disposições da Tarifa, não conseguiam. Por esse motivo, teriam que declarar o que estava na fatura, incluindo os envoltórios. Ocasionando, assim, uma tarifa muito alta para os importadores. Esta questão trazia discussões intermináveis entre a alfândega e o comerciante importador.

A questão das avarias nas mercadorias chegadas às alfândegas é relatada por Backeuser& Meyer que atribuíram a inúmeras questões quanto às condições das avarias das mercadorias. A primeira queixa seria que o importador só possui três dias para reclamações contra o abatimento e avarias da mercadoria. Os negociantes não poderiam ter caixeiros em todas as alfândegas, para poder cuidar das mercadorias e verificar as condições de cada volume chegado ao porto. Backeuser& Meyer identificaram que a administração dos trapiches e os capatazes das Alfândegas não informavam a realidade das avarias a tempo de se tomar providências.

Quanto aos abatimentos para quebras das mercadorias, Alexandre Taylor expôs sua posição “O abatimento de 3% por objeto de ferro fundido tem sido letra morta, porque opinam os Conferentes, que só deve ser concedido quando a parte se sujeitar a pagar os direitos pelo peso líquido legal e não despachado pelo peso líquido real”. (Relatório da Comissão,1874, p.30)

A Comissão revisora se posiciona da seguinte forma quanto a tese de Taylor: “Elevou o abatimento concedido pelo artigo 37 do Projeto a 5 %, por parecer justo, e primeiro os abatimentos concedidos ao líquido importados em cascos que se demorarem por mais de dois meses”. (Relatório da Comissão,1874, p.30).

A uniformização da taxa para os abatimentos em relação à quebra de mercadorias, estabelecia o período que a mercadoria poderia ficar na Alfândega. E também, a que taxa poderia ser dado, até o limite de seis meses conservando o abatimento de 2% e 3% os alcoólicos sujeitos a evaporação e 5% para qualquer outra mercadoria de vidro ou de barro. Ficou determinado uma avaliação mais coerente com relação ao tempo na Alfândega para que haja uma liberação do espaço ocupado da mercadoria.

É interessante ressaltar a visão dos comerciantes Alexandre Taylor, Frederico Strack, e Watson Ritchie quanto às notas de despacho. Há outras firmas discutindo o assunto, porém importa as argumentações mais veementes. Taylor traz a discutir e faz menção de uma taxa de 5% a mais para quem não declarar de forma exata o peso, medida, quantidade e a qualidade de toda a mercadoria. Segundo ele: Esta multa será superior ao lucro que se poderia perceber no gênero submetido a despacho, na oposição ao artigo 42 que estabelece o princípio de assemelharão de gênero desconhecidos. (Relatório da Comissão,1874, p.30).

A indústria de Frederico Strack& Cº expunham a questão da multa de 1 ½ % por causa de declaração incompleta de notas de despachos, efetuada por declarantes que tem a ideia de subtrair o imposto devido. Isto posto, inúmeras mercadorias eram inventadas por ano, e nem o negociante, muito menos o conferente as conheciam. Por esse motivo, não poderiam classificá-las sem um breve exame. O A. F. Ritchie & Cº reforçaram o argumento dos demais comerciantes, em relação a taxa de 5% e 1 ½%, onerosa e infundada. Foram atendidas pela Comissão Revisora as reivindicações deste grupo de firmas que questionavam as taxas por má declaração ou por não ter especificado peso, qualidade, quantidade e medida.

John Moore & Cº proferiam em referência à questão do artigo 49 - que prediziam uma multa devido a erros na nota de despacho. Mas ainda assim, se fazia necessário perceber que existia, mercadorias de difícil identificação quanto à classificação. Deve-se acrescentar com relação às multas, que em todos os países mais adiantados, o sistema de dividir a multa com o empregado da alfândega deixou de existir, pois verificou-se que o semelhante sistema incitou muita cobiça por parte do empregado. O sistema mais reconhecido era que toda e qualquer multa seria devolvida ao bem da Fazenda Nacional.

Nos anos quarenta, na tarifa de 1844, a indicação quanto a cobiça dos empregados das alfândegas com referência às multas emitidas, já existiam e geravam

transtornos e reclamações quanto a divisão das multas entre este e o fisco. Estas práticas persistiriam até os anos setenta do século XIX, trazendo uma dificuldade em identificar se as multas estariam corretas ou seriam por ambição do empregado que ganharia sua porcentagem em cada multa emitida. Ao longo da tarifa de 1844 e a tarifa de 1874, verificar-se-á que não houve mudanças na conduta e fiscalização dentro das alfândegas do Império. Faz-se uma crítica quanto a atuação do funcionário conferencista da Alfândega que estabelece multa a sua livre interpretação, quando mais notória a antipatia de certos empregados aos despachos a se verificar o peso, quantidade ou medida do gênero. John Moore & Cº utilizando o artigo 51, declara que é quase tolhido ao comércio, o direito de fazer a verificação prévia das mercadorias.

Este arrolamento nos servirá para identificar a luta entre a indústria fabril e o comércio e demonstrará de forma consistente as mercadorias que mais foram discutidas na Revisão. Serão detalhadas as mercadorias mais debatidas e não todas as mercadorias que foram demonstradas.

Com referência à classe 2º. (Cabelos, pelos e penas), os comerciantes Fernandes Braga e Cº e mais 23 fabricantes de chapéus formularam um abaixo assinado com as suas reivindicações a respeito de proteção tarifária para os produtos necessários a indústria fabril no Império. Fernandes Braga e Cº apareceu nas discussões quanto a indústria fabril ligada aos chapéus e ainda fez parte da Associação Industrial do Rio de Janeiro, criada no ano de 1880, após a Crise do Chapéus. Com a luta da indústria fabril, versada pelo abaixo assinado, o que se almejava era alcançar a proteção tarifária tão necessária, e assim dar condição ao desenvolvimento e progresso da indústria.

Movidos por essa forte convicção de suas reivindicações expostas no abaixo assinado, apresentaram à Comissão Revisora da Alfândega, encarregada da confecção da nova Tarifa; e também, uma cópia endereçada ao Exmo. Senhor Conselheiro, de Ministro de Obras Públicas, e do Comércio.

> Esta representação de calar bem ao espírito dos encarregados desta melindrosa tarefa par que ouse acrescentar qualquer coisa aos bem deduzidos fundamentos que nela se acham exarados, apenas lamentarei em nome da nossa sociedade, se o poder competente ficar surdos a tão justas reclamações, ditadas todas pelo interesse que no meu entender ligam os signatários ao progresso e desenvolvimento de uma indústria, que tão vantajosa e útil, tomada elevadas proporções entre nós se for um pouco favorecida; tanto mais que para se alcançar desinteresse não se faz mister o menor sacrifício do Estado, que nesta questão tem tudo a lucrar e nada a perder. Deixando de parte outras considerações e a aqui me poderia levar o estudo dessa

> importante matéria, continuarei a historiar os trabalhos da seção da indústria fabril.[10]

Estas palavras do Ministro mostram convincentemente que o abaixo assinado nessa representação seria a oportunidade de lembrar medidas que ligariam os interesses da fazenda pública e dos consumidores com o ramo do comercio a que pertence. Contudo, essa representação foi repelida pela Comissão Revisora. A primeira atuação da seção da indústria fabril a favor de seus interesses ocorreu na Revisão da Tarifa das Alfândegas de 1869. Naquela oportunidade estavam já caracterizados o conflito direto entre a seção do comércio e da seção da indústria fabril em sua luta pela indústria fabril no Império.

A Revisão da Tarifa de 1874, foi a segunda ação concreta da seção da indústria fabril que pertencia a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, se posicionando a favor de seus interesses junto a Comissão Revisora até o ponto de elaborar uma representação junto a Comissão e ao Ministro. O objetivo era pedir proteção tarifária a Indústria fabril quanto aos materiais de consumo para as suas fábricas de chapéus. A luta dos fabricantes de chapéus no Império se configurava neste momento, em que pela segunda vez se levantam para expor suas necessidades e com isso ganha à visibilidade necessária para o confronto. A continuação da relação entre comércio e indústria fabril esta narrada na Revisão da Tarifa de 1874. Luz (1975).

A defesa feita por Joaquim Álvaro da Armada & Cº com mais 15 fabricantes que importavam os chapéus semielaborados - seção do Comercio - defendem a representação dos fabricantes dos Chapéus nacional - seção da Indústria fabril - junto à Comissão Revisora. Havia uma sobrecarga na taxa das matérias primas que importavam para as suas fabricas de chapéus nacionais, tais como: galões, fitas, forros, pelúcia e pelo. Consta no Relatório da Comissão de 1874.

> Apresentando a considerada da Ilustrada comissão da reforma a exposição o fiel de seus sentimentos, julgam-se obrigado a fundamentar nas razões pelas quais pedem redução na taxa das principais matérias primas, aumento em algumas limitadas qualidades de chapéus que depreciam o fabrico nacional, pela semelhança a impossibilidade de competência. São tão fieis aos seus princípios de convicção que reconhecem que a necessidade de redução de

10MINISTERIO DA FAZENDA. *Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfandegas do Brasil de 1874*.Rio de Janeiro.p.40,1874.

> algumas taxas de limitadas qualidades de chapéus, que animaram a importação em maior escala, e certamente trarão maior fonte de renda aos cofres público, cessam a causa que faz limitar a importação dele. O aumento pedido nas taxas limita-se aquelas qualidades que no pais se fabricam, e se podem fabricar com perfeição e em competência com o estrangeiro, como sejam os de lebre, pelúcia de seda e seus estofos, os de lã e os seus tecidos. [11]

A defesa aberta aos fabricantes de chapéus da seção da indústria fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional realizado pelos comerciantes Joaquim D'Armada (seção do Comércio) e seus companheiros, sinalizou que a defesa se caracterizava pelo argumento no qual os fabricantes nacionais deveriam ter acesso as matérias primas com taxas mais baixas, para a entrada desses materiais a fim de impulsionar o desenvolvimento de suas fábricas no Império. E os fabricantes nacionais afirmavam que as taxas de alguns chapéus poderiam ser baixadas para o aumento da renda para o Tesouro. Nesta situação, não havia ainda conflito de interesses, mas uma relação cordial entre os fabricantes nacionais e o comércio importador. Há alguns casos que serão expostos a seguir que irão caracterizar o conflito entre a indústria fabril e o comércio, como a questão do vinho e dos chapéus de pelúcia e de seda.

Os Conferentes da Alfândega da Bahia apoiavam a representação dos fabricantes de chapéus nacionais. "Não nos parece regular que estes chapéus paguem a taxa dos lisos, quando os de feltros de lã, assim como os outros fabricados em outras matérias, manda despachar em *ad valorem*, sendo enfeitados. "(Relatório da Comissão,1874, p.41). Ainda sobre o mesmo artigo, apresentado pelos fabricantes de chapéus da indústria fabril nacional, os Conferentes da Alfândega de Santos mencionavam uma sugestão para equacionar a taxa sobre os chapéus e sua matéria prima.

A cobrança dos direitos dos chapéus com enfeite, sujeito a direitos por fatura, se lhe aumentasse tantos por cento sobre a respectiva taxa dos lisos, pois que a falta de faturas ou a ocultação delas não oferecem dados para uma decisão justa. Lutava-se por questões intermináveis para o conhecimento pleno dos chapéus de pelo, de lebre, de castor e de feltro. Talvez, uma taxa estabelecida do termo médio do valor oficial dos ditos chapéus fosse equivalente, sem prejuízo a Fazenda Nacional, terminando assim as questões. (Relatório da Comissão,1874).

11MINISTERIO DA FAZENDA. *Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfandegas do Brasil de 1874*.Rio de Janeiro.p.41,1874.

A sugestão do Conferente da Alfândega de Santos demonstrava a problemática quanto a taxa sobre os chapéus de feltro, chapéus de pelo de lebre e os chapéus de pelo de castor, que na próxima revisão da tarifa seria discutida de forma mais objetiva. “Reconhece que alguma razão assiste aos fabricantes de chapéus desta cidade, mas parece não ser a ocasião a mais acertada para elevar os direitos de certos artigos como pedem. ” (Relatório da Comissão, 1874, p.41). A discussão quanto à proteção dos chapéus se prolongou até a sua crise, que seria definitiva e fatal para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Em se tratando dos chapéus de Pelúcia de Seda, presentes na classe 18ª (Seda), Álvaro da Armada & Cª e mais 15 fabricantes (montadores de chapéus que trabalhavam com matéria-prima semielaborada), eram a favor de uma tarifa livre cambista que pudesse ampliar seus negócios. É importante deixar claro que os estes comerciantes os quais compravam os materiais semiprontos irão conflitar com as fábricas de chapéus nacionais que trabalhavam com matéria-prima crua.

> O chapéu de pelúcia de seda, que a ilustrada Comissão a de reconhecer que nada mais se pode desejar em perfeição, está sendo pedido em larga escala para a Europa, pela competência que hoje lhe faz com baixa do cambio porque é geralmente sabido que uma boa parte de público dá a preferência a pôr ostentação de comparem artigo estrangeiro, e casa há em grande número que vendem o chapéu nacional por francês desprestigiando um dos artigos nacionais que mais se tem apurado. Se não for sobrecarregada a taxa destes chapéus, obrigará a reduzir muito o trabalho de fabricas importantes que hoje conta o país. O favor que pedem na redução de chapéus sem guarnição irá trazer trabalho constante a muitas famílias que vivem dessa ocupação, especialmente as famílias operários que lutam já hoje com muita dificuldade para obterem trabalhos das fabricas. [12]

A crítica feita por Álvaro da Armada e seus companheiros, era relacionada ao fato da indústria nacional estar vendendo seus chapéus fabricados no Império como se fosse o francês, e assim trazendo prejuízo ao comerciante importador. A questão da fábrica de chapéus será abordada mais à frente quando se discutir a Crise dos Chapéus. Neste subitem, sinalizava-se o conflito de interesses que já havia na Revisão de 1874.

A Comissão Administrativa da Associação Comercial do Rio Grande do Sul expunha suas considerações quanto aos tecidos de seda que pagavam menos de 18$000,

---

12MINISTERIO DA FAZENDA. *Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfandegas do Brasil de 1874*.Rio de Janeiro.p.75,1874.

que foram reduzidos a 16$300. Destaca-se que as novas regras para os tecidos mistos de seda eram muito menos favoráveis que as antigas. Os fios de seda eram geralmente muito finos e leves. Já os de lã e algodão, grossos e pesados e, desta forma, influíram nos fios de seda, os mais delgados, para aumentar a taxa dos tecidos mistos.

Na Revisão da Tarifa de 1874 fica evidenciada a discussão sobre os Chapéus entre o comércio e a indústria fabril. Esta se apresentou como o estopim para a Crise do Chapéus que se configurou a partir da luta entre as duas seções. A seção da indústria fabril conseguirá uma Tarifa protecionista, a Tarifa das Alfândegas de 1879. Já a seção do comércio irá contra esta Tarifa e requererá do Governo uma nova Tarifa: a de 1881, livre cambista.

Conclusão

Este artigo apresentou uma pequena parte da Tarifa das Alfândegas de 1874, abordou sua estrutura e o conflito entre o comercio e a indústria na elaboração do projeto de Tarifa. As discussões mais relevantes quanto a necessidade de proteção à indústria e o embate quando as urgências de recursos financeiros para o orçamento do Império.

Referências Bibliográfica

1-Fontes Primárias

BRASIL. *Anaes do Senado do Império do Brasil.*Assembleia Geral Legislativa. Segunda sessão na Décima Quarta Legislatura Livro 2 Rio de Janeiro, Typografia do Diário do Rio de Janeiro1870. BRASIL.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Coleção das Leis do Império do Brasil 1808-1889.*1870. Câmara dos Deputados. Brasília.

BRASIL.*Ministério da Fazenda.*José Maria da Silva Paranhos. Proposito e Relatório apresentado do ano de 1871 a Assembleia Geral Quarta Sessão da Décima quarta

Legislatura pelo Ministro e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda Visconde do Rio de Branco,1872.

BRASIL. *Ministro da Fazenda.* Proposta e Relatório apresentado no ano 1870 a Assembleia Geral da Terceira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Fazenda Visconde do Rio Branco, 1871.

BRASIL. *Ministro da Fazenda.* Ministro José Maria da Silva Paranhos. Proposta e Relatório Apresentado do ano 1873 a Assembleia Geral Legislatura na Terceira Sessão da Décima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Fazenda Visconde do Rio Branco,1874.

FONTOURA, João Carneiro da. *Documentação para o Histórico das Tarifas Aduaneiras do Brasil de 1808-1889.*Rio de Janeiro, 1889.

MINISTERIO DA FAZENDA. *Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa das Alfandegas do Brasil de 1874.*Rio de Janeiro 1874.

2-Tese, Dissertações e livros

CARREIRA, Liberato de Castro. História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa,1980.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo.* Rio de Janeiro: Zahar editores,1977.

HOBSBAWM, Eric. J.*A Era dos Impérios,1875 – 1914.*São Paulo: Paz e Terra,2011.

LEVY, Maria Bárbara.*A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LISBOA. José da Silva. *Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil.*Brasília: Senado Federal, 1999.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império Brasileiro 1821 – 1889*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

LIST, Georg Friedrich.*Sistema Nacional de Economia Política*.2ª São Paulo: Nova Cultural,1986.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808- 1930*, 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MAURO, Fredéric.*História Econômica Mundial 1790- 1970.*Rio de Janeiro: Zahar editores,1976.

MIRANDA, Marcia Eckert. *A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808- 1831).*São Paulo: Aderaldo &Rothschild, 2009.

VIEIRA, Nívea Silva. *Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e definição e redefinição da política públicas para o porto do rio de Janeiro (1869-1934)*Tese de Doutorado Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e filosofia. Departamento de História,2014.

RELAÇÕES DE PATERNALISMO NA FÁBRICA DE TECIDOS DO BIRIBIRI – A GESTÃO DA FAMÍLIA DUARTE (1922-1941).

Kátia Franciele Corrêa Borges[*]

Resumo

A Fábrica de Tecidos do Biribiri foi fundada em 1876 pelo bispo de Diamantina Dom João Antonio dos Santos e por sua família com razão social Santos & Cia. Tinha como objetivo empregar “moças órfãs” e pessoas assistidas pelas obras sociais do então bispo. Em 1905 a fábrica passou para o Banco Hipotecário como pagamento de dívidas contraídas pela família Santos. E, em 1922 foi adquirida pelos irmãos empresários Algemiro Pompoloni e João Gerundino Duarte que adotaram a razão Social de Duarte & Irmão. No período 1922 a 1941 a fábrica ficou sob a administração exclusiva dessa família. Fontes exclusivas como: atas de reuniões, livros de caixas, manuscritos das operárias asseguram a continuidade de práticas paternalistas e da cultura católica advindas do século XIX. Portanto, o presente artigo propõe analisar partes dessas fontes para compreender o universo econômico e cultural que permeava o cotidiano da fábrica em questão. Assim como entender em que medida o paternalismo e a Igreja Católica contribuíram para a formação de um operariado dócil e útil. Dessa maneira este estudo se insere na concepção da História Regional e na temática História de Empresas.

Palavras-chave: fábrica, Bispo, irmãos Duarte, paternalismo e Igreja Católica.

[*] Doutoranda do Programa em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Mestre em Desenvolvimento Social e Graduada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros/ Unimontes.

Introdução

Em Minas Gerais a indústria têxtil surgiu em meados do século XIX e a mão de obra utilizada, na maior parte delas, foi feminina. Outra característica das fábricas mineiras foi à utilização de cachoeiras para gerar energia e a participação de vários membros de uma mesma família no negócio. Por isso chamavam-se de empresas familiares. Além disso, as fábricas se situavam na maioria das vezes em zonas rurais o que influenciou os empreendedores a fundar vilas operárias. Essas vilas representavam espaços de doutrinamento e disciplinamento do operariado (GIROLETTI,1991).

A Fábrica de Tecidos do Biribiri, objeto deste estudo, foi fundada em Diamantina/MG no ano de 1876, pelo bispo Dom João Antonio Felício dos Santos e por sua família com a razão social Santos & Cia. A mesma no período de 1904 a 1922, ficou sob administração do Banco Hipotecário do Brasil que a manteve funcionando de maneira precária. A partir daí os irmãos Algemiro Pompoloni e João Gerundino Duarte adquiriram a fábrica do referido banco. A empresa com razão Social Duarte & Irmão foi um empreendimento que pertenceu exclusivamente a família Duarte até 1941. Após este período o capital da empresa foi aberto e esta adotou a razão social "Irmãos Duarte Sociedade Anônima e Comercial"[1] permitindo a entrada da família Mascarenhas[2] no negócio. Esses considerados pioneiros no ramo da indústria têxtil em Minas Gerais.

O recorte temporal que se pretende abordar se situa entre os períodos entre 1922 e 1941. Fontes indicam que embora se tratasse de um novo período na história da Fábrica de Tecidos do Biribiri algumas práticas do final do século XIX perduraram, por exemplo, a *cultura paternalista* e a influencia da Igreja Católica no doutrinamento do operariado. Deste modo, este artigo tem como propósito compreender o universo econômico e cultural da Fábrica de Tecidos do Biribiri. Por conseguinte o objetivo desse estudo se insere na concepção historiográfica de História Regional e na temática História de Empresas.

---

1 Fonte: Estatuto publicado no "Minas Gerais" de 14 de Junho de 1941.Cópia arquivada no Museu Alexandre Mascarenhas situado na sede da Estamparia S/A – Contagem/MG.

2 A trajetória industrial da família Mascarenhas em Minas Geras está presentes em diferentes estudos como: ARMONINO; NEVES (2007) GIROLLETI (1991) e DULCI (1999) que informam que esta família foi pioneira no setor têxtil adquirindo entre o final do século XIX e primeira metade do século XX diversas indústrias têxteis situadas em todo território mineiro.

Materiais e métodos

O presente estudo trata-se de uma parte do projeto de doutorado intitulado *Mulheres operárias: gênero, poder, disciplina e trabalho na Fábrica de Tecidos do Biribiri (Diamantina/MG)*. Para tanto adotou-se como fontes primárias alguns manuscritos como Cadernos de atas de reuniões e Livros de receitas e despesas da Associação filhas de Maria (1937-39); Livro de Caixa da fábrica, (1922) e Escrituras de compras e vendas de imóveis (1922). Optou-se, em citar parte desses documentos, e transcrevê-los na norma ortográfica atual. Além de dialogar com referências bibliográficas de autores memorialistas, clássicos e contemporâneos publicados no entre 1987 a 2015. Portanto, a abordagem foi quanti-qualitativa.

A fundação da fábrica e o discurso paternalista: uma breve retrospectiva (1876-1922)

A Fabrica de Tecidos do Biribiri[3] foi fundada em 1876 pelo primeiro Bispo Dom João Antonio dos Santos e por sua família a fim de sustentar as despesas do Seminário e do Colégio Nossa Senhora das Dores (LEMOS, 1999). De acordo com Martins (2014) a fundação desta fábrica se justifica pela a crise da economia do diamante no mercado internacional. Uma vez que, o Bispo Dom João Antonio dos Santos defendeu que a saída para crise seria o investimento no setor industrial.

Assim,

> no ano de 1876 surgiu a empresa Santos & Cia., cujos sócios eram: Major Antônio Felício dos Santos, Dr. Joaquim Felício dos Santos, Dr. Antônio Felício dos Santos (médico) e Capitão João Felício dos Santos, ambos sobrinhos do Bispo Dom João. O capital inicial da empresa era de 30 contos de réis (COUTO[4] p. 302 *Apud* MARTINS, 2014, p.20)

---

3 Segundo o Dicionário de Português “biribiri” seria o nome de um “peixe fluvial, caracinídeo, espécie de piaba miúda (Leporinus nigrotoeniatus). Para os memorialistas Armomino e Neves (2007, p.97) Biribiri em tupi guarani significa “buraco fundo”. O curioso é que no dicionário de tupi-guarani não existe a palavra “Biribiri”. Diante disso, constata-se que o nome “Biribiri ou Beribery, estaria mesmo associado ao nome de um peixe ou do rio que deu nome ao lugarejo “Rio Biribiri”. Maiores informações ver - Dicionário Online de Português dicionário online de portuguêshttp://www.dicio.com.br/biribiri. Ou http://www.dicionariotupiguarani.com.br/. Acesso 21/09/2015.

4 COUTO, Soter Ramos. Vultos e fatos de Diamantina. 2. ed. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2002.

A análise de Martins (2014) contrapõe-se a afirmação de Lemos (1999) de que a fábrica foi fundada apenas para servir de apoio as obras sociais do bispo. Ou seja, para Martins (2014) as influentes famílias de negócios da região, como os Felícios dos Santos, estariam reinventando dinâmicas comerciais com o propósito de sair da crise econômica que atingia a região. Isso posto compreende-se o caráter empreendedor articulado pelo bispo na fundação da fábrica.

Não obstante, Fernandes (2005) defendeu a concepção de que Dom João Antonio dos Santos seria de fato um empreendedor social. Segundo este autor existia um projeto de *modernização conservadora* empreendido pelas famílias de Diamantina. Estas, por sua vez, transformaram poder econômico e prestigio social em poder político. A família do bispo – os Felício dos Santos – por exemplo:

> contaram com vários membros da família como deputados, destacando-se Antonio Felício dos Santos na presidência do Centro industrial do Brasil e como juristas Joaquim Felício dos Santos e Josefino Felício dos Santos. O Bispo Dom João Antonio dos Santos posicionou-se como líder e fez da Fábrica de Tecidos do Biribiri sua plataforma de influência (FERNANDES, 2005, p. 129).

Dessa forma, seguindo o modelo de outras fábricas fundadas na região[5] a Fábrica de Tecidos do Biribiri era constituída por uma Vila Operária que continha: pensionato para moças – chamado de Convento; casas para os operários casados; casa da gerência; armazém, Igreja e uma praça.

Cabe ainda ressaltar que a referida fábrica foi fundada no terreno que pertencia a família de Dom João Antonio dos Santos, próximo a uma cachoeira que permitia a geração de força motriz para fábrica. Isto foi uma característica das indústrias têxteis mineiras. Isso posto, a Fábrica de Tecidos do Biribiri se situou à 14,44 quilômetros da sede da Prefeitura de Diamantina/MG[6].

Os maquinários dessa fábrica foram adquiridos em Massachussets (EUA):

> os equipamentos, desembarcados no Rio de Janeiro, alcançaram Juiz de Fora por Ferrovia. Chegaram à foz do rio das Velhas em lombos de burros e carroças. A carga desceu em jangadas até o rio Paraúna. Novamente conduzidos à tração

5 Segundo Fernandes (2005) existia quatro empreendimentos têxteis situados na região de Diamantina – A fábrica do Biribiri; Fábrica São Roberto; a Fábrica Santa Bárbara e a Fábrica Perpétua.

6 Existiam nas referências analisadas várias discrepâncias quanto a distância real da fábrica em relação a cidade. Assim com base no Google Maps medimos o percurso atual. Dados do percurso: Distancia: 14,44 km. Tempo gasto de carro: 26 min. Coordenadas de saída: (prefeitura diamantina) latitude -18.244380, longitude -43.597638. Chegada (pensionato Biribiri) latitude: -18.144959, longitude -43.619142.

> animal, desembarcaram em Biribiri, após percorrerem 17 léguas de estradas construídas com esta finalidade específica. O mecânico americano Richard, que acompanhou a caravana, começou a montar as máquinas em condições adversas de trabalho. A lentidão caracterizou o empreendimento (LEMOS,1991, p.41)

Ainda de acordo com Lemos (1991) a Fábrica de Tecidos do Biribiri começou a funcionar em 1876 com 63 operários, desses foram: 36 moças, 18 meninos e 9 homens. No entanto, segundo Fernandes (2005, p.13) em pouco tempo este número subiu para "210 operários(as) sendo 180 do sexo feminino". Também não se encontrou registros que asseguram a existência de trabalho escravo na fábrica.

Os dados apresentados por Fernandes (2005) se baseiam em informações solicitadas por J.C. Brauner, professor da Stanford University (EUA) que esteve em Diamantina visitou Biribiri e ficou muito impressionado. O que levou a solicitar dos proprietários informações sobre o que ele denominou *a fábrica do bispo*. Antonio Felício dos Santos (irmão do Bispo) informou na imprensa local:

> A Fábrica do Biribiri foi fundada em 1876. Tinha 210 empregados, sendo 180 moças. Os teares eram 110, incluindo alguns Jacard com fiação correspondente e maquinismo de algodão e enfardamento. A força motriz fornecida por uma turbina movida por grande queda d'água do Rio Biribiri. Teve logo tinturaria por vegetais e produtos chimicos e rodas de lapidação de diamantes. O transporte foi feito em quase 6 meses. O que impeliu o Bispo de fundar a fábrica com capitais de seus parentes foi a supressão da subvenção que o Governo de Minas dava ao Colégio de Órfãs fundado pelo mesmo Bispo. Antonio Felício dos Santos[7].

Ao analisar esta informação é possível imaginar a representação do bispo como um homem *verdadeiramente santo*. Empreender um capital, usar influência de sua família para fundar uma fábrica há 14,44 quilômetros da cidade, cujas estradas tiveram que ser abertas para se chegar, apenas para sustentar suas obras sociais. Seria isso mesmo?

Para se compreender o cenário de Diamantina deve-se fazer um breve retorno ao contexto brasileiro de 1850, pois esse foi marcado por uma série de acontecimentos. De acordo com Martins (2013, p.09) com o esgotamento do escravismo a transição para o trabalho livre se tornou inevitável. Assim, "o Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro, desse modo, abreviando e condenando a escravidão". Outro fator que também provocou mudanças foi a Lei de Terras, assinada nesse mesmo ano. Esta Lei, conforme Martins (2013, p.09) instituiu "um novo regime da propriedade em que a condição do proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para compra da terra". Compreende-se assim que mesmo o escravismo caminhando para o fim, emergiu-se um novo cativeiro, o da terra.

---

7 Biblioteca Antonio Torres. BAT. Arquivo José Teixeira Neves. Fábrica do Biribiri. Caderneta 11 pp.83 a 86 Cx. 2. (*citado por* FERNANDES, 2005, p.13)

Em Diamantina/MG, ao assumir o Bispado, em 1863, Dom João Antonio Santos se viu diante dessa questão da terra. Mesmo assim empreendeu ações abolicionistas. Conforme Fernandes (2005, p.109) o bispo em suas ações conseguiu reduzir o número de escravos de “8.005 cativos para 2.005, pelo livro de matrículas”, entre os períodos de 1872 e 1887. Neste momento, foi que o mesmo se viu diante da necessidade de criar instituições que pudessem oferecer uma *formação moral* para os livres.

Cabe ressaltar que a ideologia do bispo operou num mundo que visava combater a secularização através da *romanização do catolicismo* e que estava em processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Mas que, sobretudo, estava inserido num *capitalismo emergente* do qual sua família também fazia parte.

Sobre o cenário de Diamantina/MG em 1890 Helena Morley [Alice Dayrell Caldeira Brant] escreveu em seu diário:

> Sexta-feira 16 de fevereiro de 1890
> [...] Vóvó sempre se queixa que a Lei de Treze de Maio serviu para dar liberdade a todo mundo menos a ela, que ficou com casa cheia de negros velhos, negras e negrinhos. Ela gosta quando casa qualquer delas; dá o enxoval e uma mesa de doces (MORLEY, 1998, p.27).

A Lei Treze de Maio foi a Lei Áurea decretou o fim da escravidão no Brasil[8]. Observa-se no relato da autora acima a forma como uma ex-proprietária de escravos de Diamantina tratou seus ex-cativos após a abolição. A avó da Helena Morley permitiu que os seus ex-escravos ficassem nas suas terras até o casamento, pelo menos. O mesmo não aconteceria em outros casos. Após a liberdade ou concessão da carta de alforria (até 1887) ou pelo Decreto (1888) o ex-cativo poderia ficar vagando pela cidade.

Diante deste cenário a preocupação do bispo Dom João Antonio dos Santos faria sentido? Ou seja, promover a *formação moral dos livres*?

Assim, de acordo com Fernandes (2005) o bispo fundou obras beneficentes como o Colégio Nossa Senhora das Dores, o Seminário, e, até mesmo a Fábrica de Tecidos do Biribiri visando atender essa formação moral dos livres. No entanto, em Martins (2000, p.291) observa-se que Diamantina viveu “na década de 1890 a euforia da

8 A Lei Imperial n.º 3.353, mais conhecida como **Lei Áurea**, sancionada em 13 de maio de 1888, foi o diploma legal que extinguiu a escravidão no Brasil. Maiores informações ver < http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-aurea/> Acesso 22/09/2015

“Belle époque”: possuía iluminação a querosene, abastecimento de água potável, calçamento nas ruas centrais [...]” entre outros atributos. E, em outro texto, mais recente, o mesmo autor afirmou que a ideia do bispo de fundar a tecelagem veio quando houve uma grave crise da economia do diamante em meados da segunda metade do século XIX (MARTINS, 2014).

Temos neste ponto uma dialética. Por um lado um discurso que vê a fábrica como meio de sustentabilidade das obras sociais do bispo. Por outro, um discurso que propõe visualizar o cenário econômico. Ambos são válidos, todavia, analisando as atitudes do bispo através do conceito de paternalismo de Chalhoub (2003) nota-se uma complexidade. Para esse autor, o paternalismo está ligado a uma ótica senhorial em que a vontade do senhor é inviolável. Neste sentido, “trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana” (CALHOUB, 2003, 47).

A dependência dos (as) operários (as) da fábrica do Biribiri pode ser notada em outro trecho do texto de Helena Morley [Alice Dayrell Caldeira Brant]:

> Quarta feira, 17 de maio de 1889
> Chegamos hoje a Biribiri, onde passamos três dias de gozo completo. Eu não teria pressa de ir para o céu se morasse no Biribiri. Não acredito que no céu se possa ter melhor vida do que ali. Quando eu volto de lá fico com o lugar e as pessoas na cabeça muito tempo. Estivemos conversando na mesa sobre a felicidade que Dona Mariana e o Major Antonio Felício conseguiram na terra. Eles são os donos da fábrica e a família toda é empregada ali. Matam boi de manhã e os pedaços melhores vão para as casas dos filhos e a casa-grande, que é onde mora Dona Mariana. O resto vai para o pessoal da fábrica. O lugar é lindíssimo. A casa-grande de Dona Mariana é cercada de árvores frondosas. Ela vive com a casa sempre cheia de hospedes e todos muito bem tratados. A mesa é muito grande e cheia de comidas. Senhor Bispo fica na cabeceira de cabeça baixa e Guily pondo as coisas no prato dele. Ele não conversa nem pede nada. Nos outros lugares ficam a família e os hospedes. De noite as moças da fábrica brincam de roda e de tudo que querem. O lugar onde elas dormem é uma casa comprida chamada de Convento [...] (MORLEY, 1998, p.54/55 -).

Quando escreveu esse texto, Alice Dayrell Caldeira Brant tinha aproximadamente nove para dez anos de idade, no entanto ela consegue mostrar detalhes do lugar que parecem, à primeira vista, superficiais, mas que demonstram aspectos das relações sociais e de paternalismo inerentes a região.

French (2006) ao pesquisar sobre as falsas dicotomias entre escravidão e liberdade continuidades e rupturas na formação política e social no Brasil moderno, argumentou que:

> os legados da escravidão africana incluem noções bem estabelecidas sobre o exercício legitimado da autoridade, hierarquias de *status* profundamente arraigadas e modelos de governança que mantiveram sua influencia mesmo após seu fim (FRENCH,2006,p.78).

No texto de Helena Morley [Alice Dayrell Caldeira Brant] pode-se notar as continuidades das dicotomias descritas por French, como: a *casa grande* (moradia dos donos da fábrica); a parte do boi que foi destinada aos empregados da fábrica que seria *o resto*; e, o lugar onde o Bispo se assentava na mesa do jantar ("na cabeceira"). O que French (2006) denominou *dicotomias da escravidão* é possível também chamar de *cultura paternalista.* O Major e a Dona Mariana, citados pela menina, são respectivamente o irmão e a cunhada do Bispo, sócios no empreendimento. O bispo sentar-se na cabeceira indica a hierarquia que ele ocupava naquela família e sociedade. Os (as) operários (as) seriam os dependentes que se alimentavam dos restos do boi, pois a melhor parte seria para a família, conforme informou Helena Morley [Alice Dayrell Caldeira Brant]. Características típicas de uma sociedade paternalista.

Chalhoub (2003) conceitua paternalismo como produção de dependência entre senhor e subordinado. Para ele as políticas de dominação que vigoravam na sociedade brasileira no século XIX podem ser compreendidas como paternalistas, mas com cautela. Assim analisa:

> Em outras palavras, na ideologia do paternalismo tomada em seus próprios termos, de modo transparente, é central o sentido de encobrimento de interesses e solidariedades horizontais entre os "dominados", "subordinados", "dependentes" – ou sei lá o que mais, e cada um escolha a expressão que lhe aprouver. O que interessa é notar que, em semelhante acepção, o paternalismo é apenas o mundo idealizado pelos senhores (CHALHOUB, 2003, p.61)

Mais a frente o autor explica que as práticas autônomas dos dominados (escravos ou livres) teriam sido concedidas pelos senhores com intuito de mapear ações dos outros sujeitos. Deste modo, o *bispo abolicionista* promoveu a liberdade, criou instituições de ensino e beneficentes e fundou uma fábrica para gerar emprego e renda. Assim, mesmo os trabalhadores da fábrica sendo livres, eles dependeriam da proteção dos donos da fábrica para garantir seu sustento. Assim, novas relações paternalistas foram tecidas. No cenário de Diamantina/MG o novo manifestou-se através da fábrica, mas quem estava por trás desse novo era a ordem antiga, os antigos senhores de escravos.

Não obstante, o bispo e sua família (empresa Santos & Cia) continuaram na direção da Fábrica de tecidos do Biribiri até inicio do século XX. E, por volta de 1888 e 1890, devido a expansão de crédito do Governo Provisório, a fábrica passou por uma grave crise financeira. Assim, segundo Fernandes (2005, p.130) em 1895, a empresa Santos & Cia adquiriu um empréstimo de "150.000$000 com garantias hipotecárias.

Nesse mesmo ano a composição acionária já tinha presença de novos sócios". Após a morte de Dom João Antonio dos Santos (1905) o Banco Hipotecário assumiu a fábrica (1908).

Contudo, Oliveira (2011, p.12) afirmou que "Dom João Antonio foi protagonista de diversos setores da sociedade". No entanto, é notório que a fundação da fábrica de Tecidos do Biribiri não foi apenas um empreendimento social. Dessa maneira, a fundação desta fábrica pelo bispo e por sua família caracterizou o empreendimento como um negócio familiar.

Os Irmãos Duarte: continuidades da cultura paternalista (1922-1941)

Os Irmãos Algemiro Pompoloni e João Gerundino Duarte se destacaram no comércio de Diamantina desde os primórdios do século XX. De acordo com Martins (2014, p.121) desde a década de 1890 eles "possuíam um negócio de secos e molhados e participavam dos mercados imobiliário e de crédito".

De acordo com a neta de Algemiro Pompoloni Duarte, Dona Conceição Duarte[9], os irmãos Duarte "eram naquela época, ditos tropeiros. Porque eles levavam do Biribiri até Parati no Rio de Janeiro a mercadoria produzida pela fábrica, o ouro e o diamante (extraídos de Biribiri)[10]". Para ela o avô e o tio eram grandes negociantes. Sua afirmação de certo modo faz sentido. Martins (2014) ao falar da diversificação da economia de Diamantina informa:

> Ao mesmo tempo que conduziam seu comércio, os irmãos incrementaram seus negócios de vendas de imóveis e empréstimo de dinheiro. Para alavancar a intermediação de "gêneros do país", os irmãos Duarte construíram entrepostos em estradas que chegavam a Diamantina (MARTINS, 2014, p.121).

Martins (2014, p.122) ainda afirma que os irmãos Duarte enriqueceram "combinando lucro mercantil, negócios imobiliários e empréstimo de dinheiro". Não obstante, a Fábrica de

---

9 Dona Conceição Duarte nasceu 01/12/1932, filha de Pedro Duarte e Maria Luiza Horta Duarte, viveu no Biribiri por volta de 14 anos desde o seu nascimento. Suas memórias, anterior ao seu nascimento podem ser interpretadas como memórias do "ouvi dizer" já que são lembranças construídas através das histórias contadas no ambiente familiar. Nem por isso, podem ser menosprezadas pelo historiador. Maiores informações sobre a análise da memória ler: RICOUER Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain Fraçois. Ed. Unicamp, 2008.

10 Entrevista concedida dia 29/08/2015.

tecidos de Biribiri foi adquirida pelos irmãos no ano 1922 do Banco Hipotecário do Brasil. Segundo o autor:

> A firma diamantinense utilizou parte de crédito no valor de 797:156$800 rs tomado no mesmo banco, em 13 de outubro de 1921, com prazo de quitação até 30 de setembro de 1929 e juro de 12%, com a fábrica como garantia (MARTINS, 2014, p.122 a 123).

Após adquirir a fábrica de tecidos do Biribiri os irmãos Duarte também adquiriram lotes de terras em torno dessa. Conforme o Registro Geral da Comarca de Diamantina, dentre os meses de maio a junho de 1922, a firma Duarte & Irmão comprou dos moradores do Distrito de São João da Chapada Município de Diamantina da Fazenda Aroeiras o equivalente a 1.185$0000 réis em terrenos que continham "cafeeiros e arvores frutíferas tais como laranjeiras, bananeiras e cafeeiros, etc" [11]. As aquisições demonstram a dinamicidade e diversificação econômica empreendidas pelos irmãos.

A fábrica dentre os meses de junho a dezembro de 1922 teve êxito na sua produção, por consequência fechou com o saldo positivo como mostra a **Tabela 1**.

Tabela 1: Caderno de Contas Corrente da Fabrica de Tecidos do Biribiri

Ano 1922 **Meses**	**Deve**	**Haver**
10/06 a 15/07	3.062$560 rs	26.572$846 rs
16/07 a 10/08	10.351$595 rs	30.692$976 rs
11/08 a 30/09	15.537$520 rs	35.047$256 rs
01/10 a 30/11	25.787$860 rs	43.618$512 rs
01/12 a 30/12	37.842$312 rs	50.057$203 rs

Fonte: Arquivo Morto da Fabrica Antonina Duarte em Diamantina/MG. Dados levantados em 27/08/2015.

Isso mostra que a fábrica representava um negócio promissor o que permitiu aos irmãos Duarte saldar gradativamente a divida com o Banco Hipotecário do Brasil. Além disso, a **Tabela 1** mostra o crescimento da fábrica no primeiro ano de gestão da firma Duarte & Irmão. Contudo, tal gestão não estaria restrita apenas as suas habilidades empreendedoras, eles deram continuidades a práticas culturais provenientes da época da Administração da firma Santos & Cia (1876-1905). Ou seja, a cultura paternalista e continuidade da cultura Católica Romana[12].

11 Registro Geral da Comarca de Diamantina (Oficial do Registro Americo Augusto de Matos) – Fonte: Arquivo Morto da Fabrica Antonina Duarte em Diamantina/MG. Dados levantados em 27/08/2015.

O dormitório para as moças, que na gestão da família Santos era denominado Convento, continuou a ser chamado pelo mesmo nome. Segundo Dona Conceição Duarte este nome foi porque as operárias do Biribiri tinham uma vida conventual. Ou seja,

> Elas tinham momentos que podiam conversar; momentos de silêncio e, quando chegava a hora delas irem para capela do Biribiri elas iam todas com vestido de mangas compridas, vestidos compridos. Ela usavam uma fita que correspondia aos atos de piedade delas. Fitas rocha, amarela verde de como elas se comportavam. E elas ganhavam como premio a mudança de fita por causa do comportamento. Elas iam do Convento a capela em filas de quatro a quatro. E entravam na capela o tempo todo cantando e tinha sábado e domingo a missa, que vinha do meu tempo era monsenhor Levi. A vida religiosa lá era muito intensa. Seguia o ano Litúrgico da Igreja Católica (Dona Conceição Duarte[13]).

A fala de Dona Conceição Duarte dialoga com parte das fontes analisadas até o momento. As operárias faziam parte da Associação Pia Filhas de Maria. As Pias foram instituições femininas criadas durante o processo de Romanização do Catolicismo (1850/1950). Conforme Giorgio (1991) a Igreja Católica observou que o estímulo para a imitação de comportamentos emancipados poderia vir colocar em risco a moral social determinada por ela. Por isso estimulou a presença de mulheres nessas associações onde Maria se tornou exemplo de virtude e veneração a ser seguido. Ou seja, Maria seria uma educadora disciplinar.

Foucault (1987) lembra que as primeiras fábricas para gerar disciplina recorriam a conventos e mosteiros para obter operários dóceis e úteis. No caso da Fábrica de Tecidos de Biribiri o dormitório das operárias, (chamado de Convento) e a associação católica (Pia filhas de Maria) são instrumentos disciplinares que de certa forma delineiam o comportamento das operárias e forjam práticas sociais. Tais práticas são provenientes dos *usos costumeiros*[14] constituídos através das relações sociais. Como por exemplo, as relações sociais das operárias que participavam nas Pias que usavam

---

12 Durante os períodos de 1850 a 1950 a Igreja Católica Romana implementou um processo denominado Romanização do Catolicismo. Essa Romanização do tinha como objetivo combater o processo de secularização e laicização consequente do Iluminismo e materialismo filosófico. Outro objetivo também seria combater algumas práticas culturais, sobretudo, brasileiras, compreendidas pelo Vaticano como superstição, ignorância religiosa e primitivismo cultural. Os reflexos dessa *Romanização* no Brasil podem ser perceptíveis no aumento da quantidade Dioceses; no crescimento das ordens missionárias que aqui desembarcaram para fundar colégios; e, na disseminação do catecismo católico mediante a distribuição de cartilhas romanas. Maiores informações ver SOUZA (2000).

13 Entrevista concedida dia 29/08/2015.

14 Conceito adotado por Thompson (1998) utilizado aqui para compreender as relações sociais estabelecidas entre as operárias da Fábrica de Tecidos de Biribiri.

fitas que correspondiam *aos atos de piedade delas*, conforme informou Dona Conceição Duarte. Ao que tudo indica tais atos seriam ações de comportamento disciplinar praticado pelas operárias no interior da referida associação.

Thompson (1998, p.17), ao estudar a cultura plebeia, propõe que esta seja analisada "dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência". Nesse sentido, a concepção de Thompsoniana pode ser aplicada na análise das relações sociais construídas na Fabrica de Tecidos de Biribiri para o período da administração dos irmãos Duarte. Onde se nota ações não mascaradas, mas explícitas de ritos do paternalismo.

Em fonte denominada de Livro de "Receita e despesas das Apóstolas de Oração do Biribiri" observa-se que as integrantes contribuíam com recursos para a associação como mostra a **Tabela 2** a seguir:

Tabela 2: Receitas e Despesas ano de 1926

Receitas	**Valor**
10 Bentinhas relevo	-
02 Fitas completas	14$600 rs.
Correio	1$000 rs.
Mensalidade	$600 rs.
1 Manual	2$200 rs.
Despesas	**Valor**
Pagamento de uma assinatura	7$000 rs.
II Conforme exigiu o mapa anual	10$000 rs.
7 Bentinhos a	8$400 rs.
7 Patentes II	1$200rs.
2 Manuais II - 2$200 rs	4$400 rs.
Pagamento de duas fitas à 7$300rs	14$600 rs.
II porte	1$000 rs.
II II 2 Cartas Simples	$60 rs.
II II 2 registradas á 1$100 rs	2$20 rs.
1 Manual	2$20 rs.

Fonte: Caderno de Receita e despesas das Apóstolas de Oração do Biribiri - Arquivo Morto da Fabrica Antonina Duarte em Diamantina/MG. Dados levantados em 27/08/2015.

Na **tabela 2** é possível observar tanto na parte de receita quanto de despesas a presença da palavras *fitas*. Ao que tudo indica são as mesmas citadas por Dona

Conceição Duarte em entrevista concedida. Os recursos administrados pela associação provinham de mensalidades pagas pelas integrantes e serviriam para adquirir bens que seriam utilizados nos ritos católicos. A fonte ainda indica que o não pagamento por parte de uma integrante teria como consequência o registro da inadimplência na ata de reunião onde citava-se o nome e a quantia devida pela integrante. Isso seria certamente para que o valor devido não fosse esquecido e pudesse ser cobrado posterior. Contudo, não deixaria de causar um constrangimento moral.

De acordo com Souza (2000) durante a vigência da Romanização do catolicismo o Papa estimulou a disseminação do catecismo católico mediante a distribuição de cartilhas romanas. Ao que parece os manuais descritos na tabela acima faziam parte dessas cartilhas. Seriam para a moralização e a normalização das operárias. Ou seja, os manuais se tornaram importantes instrumentos de *paternalismo disciplinador*[15].

Além dos manuais as atas de reuniões da associam reproduziam o mesmo discurso, conforme exemplo, a seguir:

> Agosto de 1935
> Ata da reunião mensal em Biribiri das Filhas de Maria sob a proteção da Virgem Mártir Santa Inez. Como de costume logo após os atos religiosos da Capela do S. C. de Jesus, as nove e meia e dezoito deste mez foi aberta a sessão, sob a presidência do Revmo. Mons. Antonio Pinheiro, a diretoria, as associadas e algumas Filhas da Imaculada.[...] o Revmo Mos. Pinheiro começou a sessão relembrando-nos os assuntos da ata anterior falando que a *Filha de Maria deve ser um bom espelho de na sociedade*, com seus bons exemplos, e ela a auxiliar os Padres, e seguir todos os passos de sua mãe santíssima e virtudes; *principalmente a humildade*; *pedir a Nosso Senhor fortaleza nos trabalhos e sofrimentos dessa vida*, ter muita confiança em sua mãe no céu. Aconselhou-nos a não perdermos nosso *tempo, empregá-lo em boas obras,* que todas *nós devemos ter um bom livro*, bem como a imitação de Jesus Cristo, que esse livro é de muita apreciação para almas piedosas [...]. Aconselhou-nos a que devem quando reunirmos umas duas ou mais para fazer uma leitura em um bom livro, em vez de estarmos incomodadas com a vida de outros. Além desses conselhos deu-nos muitos outros salutares e instrutivos. Não havendo mais nada a tratar encerrou-se a sessão com as orações próprias, depois entoamos o hino a Nossa Senhora. Lavrei esta para constar, e ser assinada se mereceres aprovação. Biribiry, 20 de outubro de 1935[16] (*Grifos meus*).

É sabido que o paternalismo gera laços de dependência e percebe-se nas fontes analisadas a construção desses laços como, por exemplo, a ideia de que a participante da associação (uma filha de Maria) deveria ser *um bom espelho na*

---

15 Conceito aplicado por PERROT (2011) ao se referir a habitação dos trabalhadores nas vilas operárias francesas.

16 Caderno de atas das reuniões da associação filhas de Maria1930.1941. p.07/08. Acervo particular de Edvaldo Nascimento – Chefe de Departamento na Empresa Estamparia S/A-Diamantina/MG.

sociedade. Ou que deveria cultuar virtudes como a *humildade*. Ou ainda, um discurso do trabalho cujo *Senhor* (Deus-pai) deve ajudar fazendo com que a operária empregue *o tempo em boas obras*. Segundo Thompson (1998) o uso tempo tornou-se um conflito para o empregador. Para ele:

> O cálculo é difícil, depende de muitas variáveis. Sem dúvida, uma medição direta do tempo era mais conveniente. Essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experimentam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu "próprio" tempo. E o empregador deve usar o tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta (THOMPSON, 1998, p.272).

O discurso da ata de reunião citado acima indica que no caso das operárias da Fábrica de Tecidos de Biribiri o tempo deveria ser empregado, quando estas não estavam na fábrica, em *boas obras* (ações para Igreja Católica) *ou na leitura de um bom livro* (manuais cristãos). Assim elas seriam exemplos de *virtudes como a Virgem Maria*. Ou seja, como lembra Foucault (1987) *corpos dóceis e úteis* a serviço do capital.

Não obstante identificamos no ano 1937 a presença de 84 integrantes da Associação Filhas de Maria conforme mostra a **Tabela 3**.

Tabela 3: Associação Filhas de Maria – Participação 1937.

INTEGRANTES	DOMINGOS				
	1	2	3	4	5
1. D. Antonina Duarte					
2. Maria Antonia de Macedo	C	C	F	C	C
3. Antonia Gestrudes dos Santos	C	C	F	C	C
4. Sebastiana de Moraes	C	C	C	C	C
5. Maria das Dores Lopes					
6. Maria Augusta de Moraes	C	C	C	C	C
7. Maria da Conceição Lopes	C	C	F	C	C
8. Maria Laura Brant	C	C	C	C	C
9. Maria Francisca de Barros	C	C	C	C	C
10. Maria Lucia Vicina	F	C	C	C	C
11. Maria Josephina Sogres	C	C	C	C	C
12. Guilhermina H. de Aguilar	C	C	C	C	C
13. Jacintha Francisca	C	C	C	C	C
14. Margarida Alves	C	F	F	C	C
15. Agostinha Alves da Crus	C	C	C	F	C
16. Sebastiana Hermenelaidia Fra.ª	C	C	C	C	C
17. Laurinda Vinceslau Fereira	C	C	C	F	C
18. Maria da conceição Baptista	C	C	C	F	C
19. Maria da Conceição dos Braz	C	C	C	F	C
20. Maria das Merces Santos	C	C	C	C	C
21. Maria Laura Leite	C	C	C	C	C
22. Anna Januaria Lopes	C	C	C	C	C
23. Maria do Carmo de Paula	C	C	C	C	F

24. Maria das Neves Rodrigues	C	C	C	F	F
25. Carminha Teixeira da Silva	C	C	C	F	F
26. Carmelita Lemos	C	C	C	F	F
27. Rosalia Gonçalves	C	C	C	C	F
28. Francisca Ferreira de Assis	C	C	C	F	C
29. Lucila Lopes	C	C	C	C	C
30. Tarcilia Augusta Botelho	C	C	C	C	F
31. Julietha Margarida Lopes	C	C	C	C	C
32. Genales Geralda Botelho	C	C	C	F	C
33. Geraldina Carolina da Silva	C	C	C	C	C
34. Abigail Duarte	C	C	C	C	C
35. Maria da Conceição Dias	C	C	C	C	C

FONTE: Caderno nomes das operarias e participação no apostalado1937-1939 – páginas 2 a 4. Acervo particular de Edvaldo Nascimento – Chefe de Departamento na Empresa Estamparia S/A- Diamantina/MG.

Tabela 3: Associação Filhas de Maria – Participação 1937.
Continuação

INTEGRANTES	DOMINGOS				
	1	2	3	4	5
36. Maria Rita Gomes	C	C	C	C	C
37. Maria Dias Ribeiro	C	C	C	C	C
38. Maria Domingas dos Santos	C	C	C	C	C
39. Maria da Conceição do Saeramts	C	C	C	C	C
40. Georgina da Silveira	C	C	C	C	C
41. Maria José da Costa	C	C	C	C	C
42. Aberlina Rodrigues Chaves	C	C	C	C	C
43. Aurea Robim	C	C	C	C	C
44. Maria José de Almeida	C	C	C	C	C
45. Laura Sofia da Crus	C	C	C	C	C
46. Carlota Butrago	C	C	C	C	C
47. Maria das Dores Butrago	C	C	C	C	C
48. Joanna Evangelista Pacheco	C	C	C	F	F
49. Carolina de Souza	C	C	C	C	C
50. Maria Antonia Aguilar	C	C	C	C	C
51. Raymunda Vieira de Luna	C	C	C	C	C
52. Antonia Ferreira Alves	C	C	C	F	C
53. Silvina Leopoldina Pinto	C	C	C	C	C
54. Raymunda da Costa	C	C	C	C	C
55. Daria Raymunda Soares	C	F	C	C	C
56. Maria Raymunda Soares	C	C	C	C	F
57. Maria Romana de Souza	C	C	C	C	C
58. Alice Baptista de Souza	C	C	C	C	C
59. Maria José Lopes	C	C	C	C	C
60. Merces Eugenia	C	C	C	C	C
61. Maria Flor de Maio Dias	C	C	C	F	F
62. Jeovalia Dias		C	C	F	C
63. Maria Andrelina Ribeiro	C	C	C		
64. Henriqueta Virginia Ribeiro	C	F	C	C	C
65. Rita da Costa Miranda	C	C	C	C	C
66. Rita Senhorinha de Jesus	C	C	C	F	C
67. Julia Pires	C	C	C	C	C
68. Maria Gabriela de Oliveira	C	C	C	C	C
69. Florinda da Silva	C	C	C	C	C
70. Joaquina dos Santos	C	C	C	C	C
71. Anna Thompe da Conceição	C	C	C	C	C
72. Marinha Vieira	C	C	C	C	C
73. Maria da Conceição Guanhães	C	F	C	C	C
74. Isabel de Jesus Cruz	C	C	C	C	C

75. Julia Cyrilla da Silva	C	C	C	C	C
76. Luciola Flôr	C	C	C	C	C
77. Margarida Maria das Dores	C	C	C	F	C
78. Maria Lourenço Gomes	C	C	C	C	C
79. Maria do Nascimento de Jesus	C	C	F	C	C
80. Margarida Maria dos Santos	C	C	C	C	C
81. Maria das Merces	F	F	C	C	C
82. Agostinha Alves da Silva	C	C	C	C	C
83. Patrocinia Evangelista Guim. es.	C	C	C	C	C
84. Anna Maria dos Santos	C	C	C	C	C

FONTE: Caderno nomes das operarias e participação no apostalado1937-1939 – páginas 2 a 4. Acervo particular de Edvaldo Nascimento – Chefe de Departamento na Empresa Estamparia S/A- Diamantina/MG.

Observe que no topo do quadro encontra Dona Antonina Duarte, uma das matronas família Duarte, liderando a Associação das Filhas de Maria. Ao que tudo indica letra “C” representava a contribuição das integrantes nos domingos durante na missa ou em atividades litúrgicas e o “F” quem havia faltado naquele dia. Note que, a maioria das integrantes estava assiduamente presentes. Já no nome da Dona Antonina Duarte não existia as letras “C” ou “F”. Isto demonstra, mais uma vez, sua posição de líder que controlava as presenças das demais.

Diante disso, é possível observar que o *uso do tempo* das operárias da Fábrica de tecidos do Biribiri era amplamente aproveitado pelos donos da fábrica. Pois, quando as operárias não estavam desenvolvendo suas atividades na fábrica elas estavam a serviço das atividades litúrgicas daquela vila operária. Dessa forma, consolidou-se mais uma vez o uso do *paternalismo disciplinador*.

Outra fonte que pode demonstrar práticas deste paternalismo é a foto a seguir:

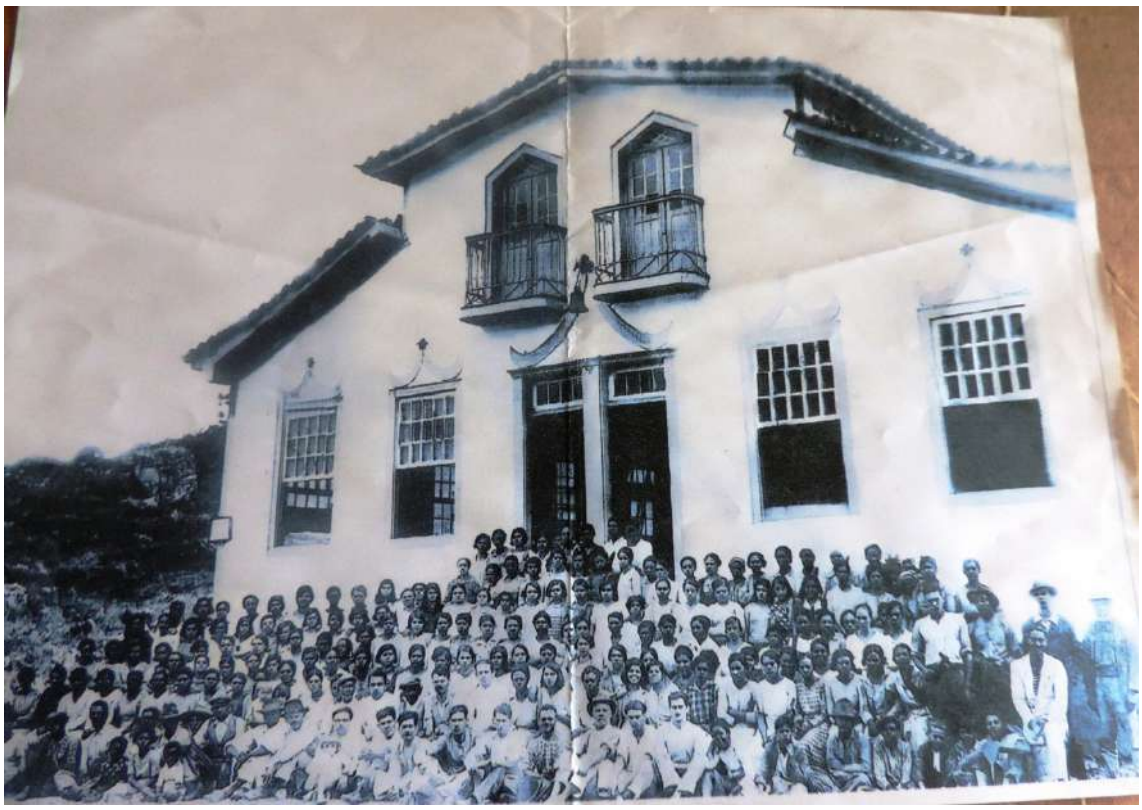


FIGURA 1 - Operárias e Família Duarte na Fachada da Fábrica de Tecidos do Biribiri 1932.
Fonte: Arquivo pessoal de Dona Conceição Duarte cedido em entrevista realizada 29/08/2015.

Segundo Dona Conceição Duarte seu pai era o homem que está sentado a frente com uma criança no colo. E que a criança, era seu irmão, e seu pai estaria comemorando a gravidez da sua mãe*. Ou seja, o anúncio de que a família Duarte teria mais um integrante, ou melhor, uma integrante - ela*[17]. Não obstante, a foto confirma que as mulheres representavam a maioria da mão de obra utilizada naquela indústria.

Para Santos (2015, p. 19) “as imagens são sedutoras, tanto para um olhar desavisado quanto para aquele que as esquadrinha, indaga e investiga”. A imagem representada na foto acima poderia de certa forma representar uma comemoração, conforme informou Dona Conceição Duarte. Ou, numa análise mais pragmática, expressar as relações de poder dos donos da fábrica (a família Duarte) mediante seu operariado.

Contudo, para Martins (2014) os irmãos Duarte eram empresários astutos e tinham um bom nome no mercado. Durante a crise econômica da Grande Depressão “Duarte & Irmão recorreu a empréstimos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, concedido em 12 de março de 1930, no valor de 500 contos de reis, novamente com Fábrica de Biribiri como garantia” (MARTINS, 2014, p.123). Todavia, na década seguinte (1940), ao que tudo indica os herdeiros de Agemiro Pompoloni e João Gerundino Duarte não demonstraram a mesma astúcia abriram o capital da fábrica que passou a se chamar

17 Conceição Duarte – Entrevista concedida 29/08/2015.

“Irmãos Duarte Sociedade Anônima Textil e Comercial e foram gradativamente perdendo a direção da fábrica para a família Mascarenhas que se tornaram acionistas majoritários.

Considerações Finais

A Fábrica de Tecidos do Biribiri foi fundada em 1876 pelo Bispo de Diamantina Dom João Antonio dos Santos e sua família. O Contexto de fundação dessa fábrica foi permeado por um imaginário social de que o bispo desejava apenas gerar renda para suas obras sociais. No entanto, o que se pode constatar foi que a empresa familiar Santos & Cia administrava a fábrica sob a ótica do discurso paternalista, em que o novo se manifestou através da fábrica, mas quem estava por trás desse novo foi a ordem antiga, os antigos senhores de escravos. Estes, por sua vez, criaram novas relações de dependência.

Na Administração dos Irmãos Duarte (firma Duarte & Irmão), a partir de 1922, percebe-se a continuidade das práticas paternalistas e da cultura católica. Os irmãos que ampliaram seu capital atuando em negócios que combinavam lucro mercantil, vendas e compras imobiliárias e, empréstimos de dinheiro, adquiriram a Fábrica de Tecidos do Biribiri, mediante empréstimo concedido pelo Banco Hipotecário do Brasil dando como garantia a própria fábrica. E ao longo do mesmo ano o lucro da fábrica aumentou progressivamente o que demonstra habilidade dos irmãos empresários no ramo.

Na continuidade das práticas do paternalismo e da cultura católica é possível perceber as fontes analisadas até o momento indicam um discurso de controle do tempo; padrões de comportamento de acordo com o modelo mariano; a necessidade de participações das operárias nos eventos litúrgicos; entre outros. Ou seja, ao que tudo indica esse discurso almejou formar corpos dóceis e úteis a serviço do capital.

Referências

ARMONIMO, Luciana, NEVES, Osias Ribeiro. Tecendo memórias: a história da Estamparia. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DULCI, Otávio Soares. A indústria mineira no século XIX. In: RESENDE, Maria Efigenica Lage e VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). A Província de Minas. – Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

FERNANDES, Antônio Carlos. *O turíbulo e a chaminé:* A ação do bispado no processo de constituição da Modernidade em Diamantina (1864-1917). Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: Continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Colle e FURTADO, Junia Ferreira, Orgs. *Trabalho livre, trabalho escravo:* Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 97 a 110.

GIORGIO, Michela. O modelo Católico. In: Duby, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente:* O século XIX. Trad. COELHO, Maria Helena da Cruz; *et. al*. Porto/Portugal: Edições Afrontamento; São Paulo/Brasil: EBRADIL, 1991. V.4 pp 199-237.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

LEMOS, Marcos. *O grande Tecelão.* Editora Gráfica O Lutador, 1999.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. 9 ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina:* uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (Século XIX). 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

MARTINS, Marcos Lobato. *A presença da fábrica no grande empório do Norte:* surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: IX Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Anais, V. 2.

MORLEY, Helena [Alice Dayrell Caldeira Brant]. *Minha vida de menina.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Lívia Gabriele. *A presença da igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro:* o caso do bispado de Diamantina 1864-1888. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós Graduação em História, 2011.

PERROT, Michelle. *História dos quartos.* Tradução Alcida Brant. São Paulo Paz e Terra, 2011.

RICOUER Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain Fraçois. Ed. Unicamp, 2008.

SANTOS, Dayse Lucide. *Entre a norma e o desejo:* Estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social 1833-1933. Belo Horizonte, UFMG, 2003. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Dayse Lucide Silva. *Cidade de vidro* (manuscrito): a fotografia de Chichico Alkimim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina: 1900-1940. Tese de Doutorado Universidade Federal de Minas Gerais/ Faculdade de filosofia e Ciências Humanas. 2015.

SEABRA. Maria Candida Trindade Costa de. Toponímia do Vale: passado e presente. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (Orgs.). *Vale do Jequitinhonha:* Formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e práticas culturais:* a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro. Tese de doutorado apresentado ao Programa De Estudos Pós-Graduados Em Educação - História, Política, Sociedade – Doutorado – Pontifícia Universidade Católica De São Paulo – PUC/SP. São Paulo: Dezembro, 2000.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Análise das atividades econômicas de produção mecânicas de Ribeirão Preto/ SP (1870 a 1930)

Leandro Maia Marques

Resumo: Analisaremos as atividades econômicas de produção mecânica de Ribeirão Preto, de 1870 a 1930, e a ideia de atividades se referem aos sujeitos históricos que agiram e efetivaram essas atividades, caso dos trabalhadores e dos empresários das empresas mecânicas, as noções de produção e mecânica, referem-se à transformação completa de uma matéria-prima e de um insumo ou transformação parcial (física,mecânica e química), e formada por empresas de bens de capital , bens de consumo simples para consumidores, ambos para atender às necessidades humanas básicas, como alimentação, bebida, vestuário e calçados, moradia e construção civil em geral, e caracterizada por uma peculiaridade - a justaposição entre o setor econômico rural e o urbano, mesmo em uma atividade econômica supostamente apenas urbana.

Palavras-Chave: atividades econômicas de produção mecânica, operários, empresários, justaposição urbano/rural, bens de consumo básicos

Summary : We will analyze the economic activities of mechanical production of Ribeirão Preto , 1870-1930 , and the idea of activities refer to historical subjects who acted and they conducted such activities , case workers and entrepreneurs of mechanical companies , production concepts and mechanical , refer to the complete transformation of raw materials and inputs, or partial transformation (physical, mechanical and chemical) , and formed by companies of capital goods , simple consumer goods to consumers , both to meet human needs basic such as food, drink, clothing and footwear , housing and construction in general, and characterized by a peculiarity - the juxtaposition between the rural economic sector and urban , even in an economic activity supposedly only urban .

Keywords : economic activities of mechanical production , workers, entrepreneurs , urban / rural juxtaposition , basic consumer goods

Introdução

O nosso objetivo geral será entender a peculiaridade do desenvolvimento do setor econômico secundário no município de Ribeirão Preto, em um contexto de 1870 a 1930, com predomínio das pequenas indústrias.

A escrita e narrativa do nosso trabalho historiográfico, parte de questões do presente (2016) e de um passado recente, e está condicionado por duas questões prévias à nossa escrita: a instalação do Distrito Empresarial de Ribeirão Preto, em 2006, e não Distrito Industrial; a inauguração primeiro da FIPASE (Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde) em 2005 e ,depois, em 2014, com a efetivação do Parque Tecnológico de Ribeirão Preto através da instalação do Supera Parque de Inovação e Tecnologia, na área da saúde e biotecnologia, dentro do campus da USP de Ribeirão Preto, e como essas efetivações de projetos econômicos do setor secundário na cidade , trazem novas possibilidades de podermos pensar e refletir sobre esse setor em uma perspectiva histórica._

No quadro do desenvolvimento econômico paulista a partir do canto de cisne do Império e início da República Velha, verificamos o desenvolvimento de atividades econômicas secundárias em alguns municípios do interior paulista, e em um desses municípios que mais se desenvolviam, especialmente por causa do café, chegamos até o estudo do município de Ribeirão Preto, por este ser um dos municípios mais populosos do estado, conforme o censo de 1900 e com um dos maiores desenvolvimentos econômicos em geral, capitaneado pelo café.

Aqui, verificamos o tema de estudo sobre a cafeicultura com muita literatura, e colocamos uma pergunta: existiam outras atividades econômicas no município entre 1870 e 1930? Com efeito, verificamos a ocorrência de outras atividades - comércio, imóveis , prestação de serviços, indústrias e atividades mecânicas (em especial), ao construirmos a nossa metodologia de pesquisa, tanto- com a análise de documentos, pesquisados nos arquivos ribeirão-pretanos e de outras cidades, dos quais retiramos dados, depois tabulados e colocados em quadros de ramos mecânicos , que não tratam da totalidade das empresas mecânicas de Ribeirão Preto neste período, mas sim de uma amostragem, pois não conseguimos dados referentes a alguns anos (1874 a 1882, 1885,

1887, 1889 , 1897, 1898, 1901), que acreditamos substancial, pois várias fontes se perderam e outras não conseguimos ter acesso (caso de alguns Cartórios) – como de dados e questões bibliográficas, ambas descritas em *Fontes Documentais e Referências Bibliográficas*, nas páginas 24 a 26. As fontes dos quadros dos nove ramos mecânicos, formados por 551 empresas, estão descritas em *Fontes Documentais*, na página 24.

Uma situação aparentemente contraditória : existência de dados e informações sobre empresas mecânicas médias, ou segundo esses autores indústrias, que poderiam de alguma forma terem se efetivado em pesquisas e análises científicas , que não se confirmaram, pois foram colocadas de forma esparsa e sem um maior tratamento científico e metodológico, a partir daí criou-se um vácuo e uma lacuna analítica e temática as quais foram um dos fatores que justificam a realização desse trabalho o qual se movimentou em torno dessas ausências de análises científicas somadas às existências, em especial, das fontes bibliográficas, sobre as empresas mecânicas médias.

Por isso, buscaremos contribuir para o saber historiográfico sobre a cidade de Ribeirão Preto e, também, para a abordagem do setor econômico secundário de um município do interior paulista nos séculos XIX e primeira metade do século XX.

Referenciais Teóricos

No domínio do nosso trabalho espacialmente local e municipal referente a um município específico (Ribeirão Preto), dialogaremos com algumas ideias e conceitos, algumas colocadas nesse tópico, outras no corpo do trabalho, referentes especificamente à Ribeirão Preto e à história econômica regional, “ do antigo caminho dos Goiases, parte do Nordeste Paulista e Zona da Mogiana” (Bacellar; Brioschi, 1999, p.17) .

E da história regional de algumas cidades médias paulistas, em especial de Franca e de São Carlos, não apenas pela proximidade geográfica entre ambos, mas devido às estruturas econômicas atinentes ao setor econômico secundário em ambos municípios , caracterizadas, entre outros fatores, pela limitação de crescimento geral da produção mecânica e industrial, devido à função econômica hegemônica da produção agrícola comercial e de exportação, e “Desenvolveram-se alguns núcleos urbanos nos quais a cultura do café tinha anteriormente deitado suas raízes, formando-se o que depois se convencionou denominar **“**cidades médias paulistas**”** (Truzzi, 2007, p. 145) , por isso, assim como usamos obras sobre outras realidades municipais , essa obra poderá ser usada, na medida das ressalvas teóricas e contextuais necessárias , para

análises dos séculos XIX e primeira metade de século XX sobre o setor secundário de outros municípios do interior paulista.

Para analisarmos um processo de desenvolvimento econômico peculiar de um município paulista, usaremos a abordagem de Agnaldo Barbosa, sobre outro município Franca, mas devido às semelhanças regionais, sua abordagem é pertinente à uma análise sobre Ribeirão Preto pois, segundo ele:

> [...] acreditamos que fatores tais como a formação histórico-econômica do município e as especificidades do tipo de indústria em questão, somados à observação rigorosa das variações locais de desempenho da cafeicultura, devam ser considerados e também admitidos como determinantes na tarefa de compreender a emergência da atividade fabril. Em nosso esforço de pesquisa, percebemos que o desvendamento das origens do empresariado do calçado em Franca exigia permear caminhos que ultrapassavam as fronteiras do capital cafeeiro, elemento que isolado seria insuficiente para explicar o surgimento de uma indústria periférica, de baixíssimo nível tecnológico e com fortes vínculos com o artesanato do couro, e capitaneada por homens de parcos capitais.[...] e [...] procurar compreender as especificidades de um processo de industrialização [de construção de empresas mecânicas] que contou igualmente com traços singulares, muitas vezes bastante distintos dos apresentados pelas generalizações sobre o tema. (Barbosa, 2006, p. 35-36)

Como em obras de análise de outros âmbitos, tanto do “complexo cafeeiro capitalista em São Paulo” (Cano, 1977, p. 42), referente especificamente à industrialização paulistana hegemônica como de outros processos de industrialização em outros estados brasileiras, caso de Oliveira Vianna, do qual usaremos os três tipos de classes de indústrias conforme o número de operários: artesanal, de 0 a 4 operários; pequena de 5 a 19 operários e média de 20 a 100 operário. (Vianna, 1987, p. 10) Dialogaremos com as noções de “ indústria de bens de consumo corrente”(Mello, 1982, p. 10) para nos referirmos à categoria conceitual das empresas mecânicas que produziam bens de consumo. E com a ideia de que “O custo dos transportes, a carência de capitais e a diversidade de hábitos em várias regiões fomentavam, também, a implantação de pequenas indústrias para mercados restritos”. (Simonsen, 1973, p. 18).

E usaremos essa ideia “ o desenvolvimento de relações capitalistas de produção da atividade cafeeira ajuda a desenvolver o complexo capitalista cafeeiro de São Paulo, a formação de mercado interno, de mercado de trabalho , com o pagamento de salários

para parte ser usado para o consumo de bens produzidos pelas indústrias" e nosso objeto de estudo será um dos elementos do complexo cafeeiro- " a atividade industrial, em especial, as pequenas indústrias, e principalmente o segmento um , representado pela produção de equipamentos de beneficiamento de café "(Cano, 1977, p. 15-21) às quais se aplicam às *Empresas de Máquinas e Equipamentos para Empresas***.**

E recortamos algumas ideias de Dean, pois ele analisa um contexto de origem da indústria paulistana comum, de 1880 até 1930 (que podem ser operacionalizadas para a análise certos aspectos das empresas mecânicas de Ribeirão Preto), caso de: ausência de ideologia do industrialista (ou empresário mecânico) , da falta de aceitação e de consumo pelo produto manufaturado nacional, geralmente simples e de qualidade inferior ao importado e, isso, como um fator para a limitação e crescimento da produção. (Dean, 1971, p. 17).

A nossa periodização será de 1870 a 1930; a origem em 1870 deve-se à primeira fonte disponível sobre o início das atividades econômicas de produção mecânicas, o Recenseamento Geral do Império de 1872 e da província de São Paulo, antes mesmo da consolidação da produção cafeeira, ocorrida a partir da posterior década de 1880. E término no ano de 1930 por neste ter havido o início de um processo de industrialização, voltado para as grandes agroindústrias e indústrias de bens de consumo não duráveis no município.

No entanto, a referência de indústria será reconfigurada, pois no nosso trabalho, analisaremos não as cinco grandes indústrias de Ribeirão Preto, poucas e isoladas, [1] mas sim uma amostragem de 551 pequenas indústrias às quais foram a maioria das empresas do setor secundário em Ribeirão Preto e tinham essas características: " Para abastecer as populações dispersas ao longo do território havia as atividades manufatureiras que não atingiam maior vulto pela escassez de recursos e a correspondente falta de necessidades de um povo pobre". (Iglesias, 1959, p. 78). A seguir, analisaremos as atividades econômicas de produção mecânicas: sua conceituação e características.

---

1 Em Ribeirão Preto até 1930 foram construídas cinco indústrias, acima de 100 operários, ênfase em produção em máquinas mecânicas e elétricas, planta imóvel acima de 5000 m2, atende mercado consumidor local , regional e até mesmo estadual : Companhia Cervejaria Antarctica Paulista, Cervejaria Paulista, Empresa de Força e Luz, Oficinas da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro Navegação, a siderúrgica Companhia Eletro Metalúrgica Brasileira.

Atividades Econômicas de Produção Mecânicas: Conceituação e Características

O desenvolvimento econômico geral de Ribeirão Preto, que de 1820 a 1880 foi realizado através da pecuária comercial e de subsistência, através do " ciclo pastoril mineiro" (Lages, 2010) e da produção de produtos agrícolas de subsistência: algodão, feijão, arroz, milho e mandioca, se intensifica na década de 1880, com a origem de uma nova estrutura econômica, formada principalmente pelo trinômio : produção cafeeira comercial de exportação, a construção do ramal da ferrovia Mogiana em 1883, e com o fim do predomínio do trabalho de escravos negros e com o estímulo social , econômico e ideológico para a imigração europeia, sistematizada com a criação do Núcleo Colonial Antônio Prado em 1887.

Um dos desdobramentos desse desenvolvimento econômico, foi o crescimento das atividades econômicas de produção mecânica, em especial, de 551 pequenas indústrias, que para melhor compreensão divididas, dividimos em nove ramos mecânicos, (os números colocados a seguir se referem a quantidade de empresas por ramo): Madeiras/ Móveis, 113, Calçados/ Vestuário/ Têxtil/Alfaiate/ Couro 113, Ramo Mecânico Alimentíceo e tabacos 83 , Bebidas 53, Construção Civil e Minerais Não Metálicos 46, Metal e Mecânico 42 , Produtos Químicos e Farmacêuticos de Uso Comercial e Doméstico 37, Gráficas e Tipografias 26 e Transportes e Carroças 23. E, devido à grande heterogeneidade de empresas mecânicas levantadas, mesmo na esfera específica de cada um dos 09 ramos mecânicos, fizemos uma sub-divisão, em 26 novos sub-ramos mecânicos. A seguir, reproduziremos uma parte do quadro de dois sub-ramos mecânicos:

Quadro 1 - Empresas de Processamento de Couro e Curtumes

Empresa	Produto	Duração	Endereço	Proprietário	Operários
Stefani & Carvalho	Couros/Solas	1906 a 1916	Jerônimo Gonçalves	Arturo Stefani e Albano José de Carvalho)	25

Fontes: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1906. Annuário Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1916.

Quadro 2- Empresas de Produtos para vestir e de Roupas

Empresa	Produto	Duração	Endereço	Proprietário	Operários
Anselmo da Cruz	Alfaiate	1888	Não Encontrado	Anselmo da	05

Mendes				Cruz Mendes	

Fontes: Almanach da província de São Paulo: administrativo, commercial e industrial para 1888

O uso da categoria atividades econômicas de produção mecânica, ao invés dos correlatos termos: indústria, manufatura, artesanato, artes e ofícios e oficinas mecânicas, é uma forma de melhor especificar as peculiaridades do desenvolvimento do setor econômico secundário em Ribeirão Preto, de 1870 a 1930, em especial em uma atividade econômica não hegemônica – se comparada com a cultura cafeeira comercial de exportação e com o comércio varejista – mas importante do ponto de vista econômico e social, pois as atividades foram realizadas pelas ações de variados grupos sociais, em especial, de operários e empresários os quais colaboraram para a efetivação peculiar dessas atividades , e estão explicitados nas colunas *Proprietário* e *Operários*, e serão melhor analisados nas páginas 18 a 22.

As noções de produção e mecânica, presentes na expressão atividades econômicas de produção mecânica, referem-se à transformação de uma matéria-prima e de um insumo em um produto novo, geralmente realizado em um sistema de produção simples, na maioria das empresas mecânicas em Ribeirão Preto.

No entanto, levantamos produtos mecânicos que não se tratam da criação de um produto novo, mas que referem-se à transformação parcial (física,mecânica e química) de produtos já prontos pela natureza os quais podem criar uma confusão entre produto mecânico e agricultura, pecuária e extrativismo mineral; e explicaremos melhor, a seguir, essas características.

Os novos hábitos urbanos trouxeram mudanças nos usos de certos produtos primários e agrícolas voltados para a alimentação e de novas formas de tratar um alimento para comida posterior, por exemplo: a casca do arroz, de cor parda e amarelada, era considerada como suja, pois se acreditava que a casca trazia impurezas e sujeiras e era considerada anti-higiênica, por isso, deveria sofrer tratamento, e este traz uma transformação, uma modificação de parte da estrutura física do produto , mecânica, através do uso do brunidor, um equipamento mecânico.

E, como forma de melhor compreensão, as empresas mecânicas serão a seguir divididas e explicadas em quatro elementos: a existência de empresas de bens de capital e de empresas de bens de consumo, a divisão das empresas conforme o número de operários: empresa individual / pequena (com até 20 operários) e empresa mecânica média (entre 20 e 100 operários); empresas mecânicas de origem rural mas com

adaptações urbanas e empresas mecânicas de origem urbana , e, por último, empresas mecânicas de duração curta: (de até 20 anos de duração) e empresa de duração longa (acima de 20 anos de duração).

As empresas mecânicas que produziam bens de produção e bens de capital, em minoria , resolviam parte da demanda de empresas mercantis do município, e tanto, servia “à atividade cafeicultora, como torrefações, máquinas de beneficiar, moinhos e fábricas de peneiras” (Lopes, 2011, p.100) como para atender demandas de empresas dos setores comerciais , de prestação de serviços e algumas empresas do ramo de construção civil.

Essas empresas se concentravam nos Ramos Mecânicos Metal / Mecânico(caso de fundições, produção de máquinas agrícolas, produção de engenho para cana e roda para água pela empresa metalúrgica, ferramentas, peneira de arame para ser usada na separação do café e parafuso e bucha de carro); parte do Ramo Mecânico de Madeira/ Móveis e parte do Setor Mecânico de Transporte/Carroça, em seu uso de transporte de mercadorias, tanto de empresas que produziam toda a carroça e carroceria como de empresas que produziam partes e peças para essas carroças, em especial , arreios e selas para os cavalos que moviam as carroças; a produção pelos curtumes de couro, sola, vaqueta e pelica, e de tintas para sapateiro pela empresa, ambas para atender empresas mecânicas de calçados, a produção de verniz ,isolante e tinta tipográfica para atender parte das gráficas da cidade.

E, segundo: empresas mecânicas que produziam bens de consumo, a maioria, voltadas para atender demandas de pessoas físicas e consumidores individuais finais, com predomínio de bens de consumo não duráveis ou de “bens de consumo imediato” (Braudel, 1995, p. 10), voltados ao atendimento de necessidades de consumo básicas: produtos para comer e alimentos, fubá, produtos para beber, gasosa, produtos para se vestir, colete; produtos acessórios de uso geral não voltados para o corpo mas próximos a ideia de vestuário, chapéu, produtos químicos para limpeza e higiene corporal, sabão, produtos para moradia e casa – tanto produtos móveis - faca , como de produtos fixos e imóveis, caso de janela.

E produtos para diversão e lazer: bebidas alcoólicas- aguardente, licor, vinho de frutas e cerveja ; e produtos para fumar, cigarro e charutos; e para informação e formação cultural e educacional- impressos comerciais e de informação geral, jornal, revista e livro produzidos pelas gráficas e tipografias, anzol , usado nas pescarias dos

córregos e rios do município, ainda piscosos à época, fogos, para comemorações religiosas, familiares e civis.

Pela quantidade de operários havia dois tipos de empresas mecânicas, primeiro: empresas mecânicas pequenas: (de 01 a 20 operários) , esta subdividida em empresa formada por apenas um empresário-operário , com nenhuma divisão e especialização de tarefas, pois apenas o empresário realizava todas as tarefas e etapas da produção de um produto; e em empresas mecânicas pequenas: (de 02 a 20 operários) , nestas havia um processo de divisão e de separação das tarefas a serem feitas pelos operários e pelos empresários, conforme , principalmente, a quantidade de operários disponíveis na empresa mecânica (que nestas empresas variavam muito, tendo empresas com 02 a empresas com 20 operários).

Nessas pequenas empresas , "o proprietário se ocupava diretamente das tarefas de produção junto com os filhos" (Barbosa, 2006, p. 107) com pequena divisão e especialização de tarefas, pois havia poucos operários (às vezes nenhum) o qual fazia várias tarefas produtivas na empresa, com pouca divisão dessas tarefas. O processo técnico de produção dessas empresas pequenas (exceto as médias) era caracterizado, segundo Rangel, na economia natural, mas podendo ser extendido logicamente à produção mecânica, pequena, mas mercantil (visando lucro e acumulação de sobras em dinheiro e produto esse para depois ser trocado por dinheiro) por:

> [...] absoluta predominância do trabalho não especializado, que se ocupa de uma infinidade de tarefas. Isso significa que o trabalho nunca adquire eficiência porque sua prática produtiva é fragmentada e implica, ademais, grande perda de tempo na passagem de uma tarefa para outra. (apud Bielschowsky, 2012, p. 219)

E,segundo, as empresas mecânicas médias(de 20 operários a 100 operários), caso de 11 empresas , com operários especializados e nas quais o empresário, em geral, não trabalhava na oficina mas sim geria a empresa em um espaço próprio dentro dessa empresa, ou escritório).

Em Ribeirão Preto até 1930, as atividades econômicas de produção mecânica, uma atividade supostamente urbana, sofreram uma influência rural marcante, ocasionando, com isso, uma característica de marcante peculiaridade à essas atividades, pois: "Na sociedade ribeirãopretana do final do século XIX havia um vínculo entre as

práticas socioculturais rurais e urbanas . Os hábitos dos moradores da vila eram, na maioria, os mesmos dos moradores das fazendas[...]" (Silva, 2011, p. 20-29).

Por isso, abordamos a relação entre rural e urbano, presente nas atividades econômicas de produção mecânica, de forma justaposta, como uma "sociabilidade híbrida, de forte aparência moderna e tênue essência rural, [...] um embricamento, uma interpenetração e influências recíprocas" (Souza, 2009, p. 100), e não como oposição direta e nem da ideia de hierarquia e de superioridade do urbano/industrial sobre o rural/agrícola nem da ideia de total independência da cidade e do município de Ribeirão Preto sobre o rural (a despeito de já ser antes de 1930 um importante centro urbano médio de São Paulo e do Brasil).

E, como forma de melhor compreensão dessa peculiaridade urbano-rural das atividades mecânicas em Ribeirão Preto, fizemos uma divisão em duas categorias: primeiro, gêneros mecânicos originalmente urbanos: tais como: produtos feitos a partir da matéria-prima trigo (introduzidos pelos imigrantes europeus urbanos), produtos de pastifício (massas e macarrão) ; bebidas consumidas por imigrantes europeus urbanos, vinhos de uva e de outras frutas , vinagre, cervejas , licores e gasosas ; gráficas e tipografias, que produziam jornais, revistas, livros e impressos, para atender às demandas da cultura escrita urbana, estrita à minoria dos alfabetizados e à cultura oficial e governamental, adepta do suporte papel e da escrita, e produtos para atender as gráficas da cidade: verniz ,isolante e tinta tipográfica.

Calçados, pois no meio rural só se andava descalço e tintas para sapateiro; arroz beneficiado (no meio rural era consumido integral com a casca de arroz pois esta só começou a ser retirada com o uso de máquinas instaladas na cidade); doces de origem européia: bala, bombom, chocolate, caramelo, praliné, confeito e torrão; sorvete , frigorífico e gelo (ambos só possível de serem produzidos a partir da introdução de técnicas mecânicas e elétricas de refrigeração e de conservação de produtos *in natura* e congelados); açúcar refinado branco, obtido através de processo químico (no meio rural era consumido ele mascavo com a cor natural amarelada) e charutos (de influência europeia) , pasta (objeto usado geralmente para transporte de papéis) e produtos de vestuário de demanda urbana (carteira, polaina , colete e valise).

A confecção dos produtos sola ,vaqueta e pelica separadamente é uma demanda urbana e deve-se à especialização econômica causada pela urbanização de Ribeirão Preto, pois antes, nas poucas vezes em que se fazia calçado na roça, se fazia todo o produto, inclusive a sola; móveis e cama de ferro (pois os móveis e as camas do meio

rural eram feitos de madeira e de fibras, como o jirau ou usavam redes para dormir), lavatório de ferro e sanitário de cerâmica (antes o banho era feito nos rios e córregos e as necessidades fisiológicas, fezes e urina, eram feitas em buracos feitos na terra em locais , abertos ou cobertos, afastados da casa).

Produtos de ferro feitos em fundição , ferraria, serralheria, para entrada e saída das casas (grades, portas onduladas , portas e portões) pois no meio rural eram feitas de madeira, e produtos de ferro feitos a partir de demandas surgidas com o crescimento populacional urbana e com a diversificação da oferta e demanda por novos produtos (ferramentas, parafuso, bucha para carro) ; produtos farmacêuticos , uso da medicina formal , antes se usavam as drogas do sertão e remédios de ervas naturais, xarope, produtos químicos diversificados em relação ao anterior predomínio do uso do sabão em pedra , produtos de higiene, entre eles o sabonete com aromas como separação em relação ao sabão de pedra bruto com cheiro de banha, antes usado também para todas atividades de limpeza da casa e do corpo, inclusive no ato de tomar banho.

Macadame ou paralelepípedo, apesar de ser um material natural, uma pedra, que estava disponível na natureza, o seu pequeno polimento só começou a ser realizado no meio urbano , em especial para o asfaltamento , primeiro das ruas do Centro de Ribeirão Preto; ladrilho e mosaico feitos com material de cerâmicas obtidos através da queima e transformação do barro que foram usados como pisos de casas e empresas e para as calçadas da cidade; as marmorarias que transformavam a pedra bruta mármore em materiais com novos usos , todos eles urbanos: parte de moradia, soleira, piso, pia e para lápides e túmulos para o Cemitério da Saudade.

E, segundo, gêneros mecânicos de uso originalmente rurais, mas com adaptações urbanas, essa ideia se relaciona com a ideia de :

> Quando a economia foi monetarizada, muitos dos ofícios e funções antes contidos entre as porteiras dos latifúndios transferiram-se para as cidades. Em relação às cidades interioranas, sempre tão ressentidas da ditadura dos domínios rurais, essa talvez tenha sido uma das transformações mais notáveis. [...] a grande fazenda de café [deixou] de se fechar em si mesma, possibilitando o aprofundamento da divisão social do trabalho e a transferência de algumas funções industriais [mecânicas] para a cidade. (Truzzi , 2007, p. 132 e 140) .

E, são esses os produtos: peneira de arame para separar e descartar os frutos do café impróprios para consumo, sabão (já fabricado no meio rural através de sebo de boi) ; produtos de madeira, a função principal de uma serraria, retirar a madeira da mata bruta , cortá-la e deixá-la reta e pronta para o posterior uso dela para a produção final de objetos móveis e imóveis, já era feita no meio rural, de forma mais rudimentar, sem o uso de máquinas e equipamentos eletro-mecânicos, através do uso de força manual e humana conjugado ao uso de equipamentos mecânicos simples (sem uso da eletricidade); móveis e objetos imóveis de madeira para casas; produtos de olarias e cerâmicas (telha, tijolo , obtidas através do barro) e produtos para calçar o chão feitos a partir da quebra e pequeno polimento de algumas pedras brutas (sem cerâmica) .

Bebidas já consumidas na roça desde os primeiros habitantes de Ribeirão Preto: os entrantes mineiros (pinga, aguardente , engenho de cana e alambique para essas bebidas), carroças (puxado e movimentado por força animal, pelo cavalo, já na roça), acessórios para carroças feitos de couro (arreio e sela) , fubá (uso original do pilão, com a força manual humana, para moê-lo e depois com uso de máquinas elétricas e mecânicas) , doce e geleia (feito a partir do leite da vaca e com partes da vaca e do boi , como o mocotó) , café (já consumido em Ribeirão Preto desde a década de 1860, pois era produzido pelas famílias em sua roça e quintal para consumo próprio , antes mesmo da produção em grande escala e para exportação feito em fazendas a partir da década de 1880), óleos (já produzido por meio de pilão) , charque (produzido desde os entrantes mineiros, pois o salgamento da carne ajudava a manter a carne por muito tempo sem estragar e sem a necessidade de métodos e técnicas modernas de refrigeração e congelamento).

Cigarro, pois já se pitava na roça e plantava-se fumo no quintal da roça de casa e usava a palha de milho para enrolar o fumo , roupas diversas, masculinas e femininas(já produzidas pelas mulheres da família com o algodão colhido no quintal da roça de casa, chapéu (feito de palha de milho e de lã de carneiro na roça) , bolsa (feita de couro), cinto (feito com uso de tripa de porco ou com fibras naturais como taboa e palha de milho), faca (era feita com metal e cabo de ossos ou de couro).

Além das quatro categorias descritas acima, levantamos algumas características das atividades econômicas de produção mecânica, pois além das empresas essencialmente mecânicas, haviam empresas de relação destacada com o comércio, pois há certos produtos mecânicos que ora são classificados como comércio, caso de

algumas gráficas (Almanaque de Ribeirão Preto de 1916) porque ficava no Centro e vendia, também, produtos gráficos produzidos nessa mesma gráfica.

E encontramos uma situação recorrente: poucas foram as empresas que encontramos dois registros de dois anos diferentes (Ver as Colunas de Duração dos Quadros), por isso, constatamos que, a maioria das empresas (288) tiveram curta duração de menos de 20 anos, tempo de uma geração (a passagem da administração de uma empresa do pai para o filho, referência temporal pertinente em um universo grande de empresas familiares), por isso, concluímos que a maioria das empresas mecânicas (considerando um subtotal de 308 empresas, pois 122 empresas só levantamos dados de um ano apenas e não conseguimos construir uma duração pois precisaríamos de pelo menos dados de dois anos) tiveram duração curta: (de até 20 anos de duração), um pequeno número, 25 empresas (de um total de 551 empresas) tiveram duração longa (acima de 20 anos de duração).

Silva aborda a importância das atividades mecânicas, não em si, mas no conjunto com o comércio, através da expressão “comércio prestador de serviços”, (Silva, 2011, p. 10) e esta ideia pode ser aplicada à algumas empresas mecânicas como Casa Beschizza, Banco Construtor/ Diederichsen, que - apesar de possuírem ramos econômicos mecânicos, produção de peneira, de espelho, de uma serraria de uma fundição, a qual, separadamente, consideramos como empresa de produção mecânica - tinham seu foco no comércio, pois a maioria do lucro dessas empresas advinham da venda de mercadorias, ou seja, do comércio e a parte da produção mecânica dessas empresas estavam localizadas nos fundos do comércio e este na frente destacada da empresa, tanto arquitetônica como produtivamente, pois a produção mecânica era como uma opção a mais aos clientes, pois se tratavam de produtos de difícil e/ou de caro compras em outras cidades, como Campinas , São Paulo e Rio de Janeiro, e sua produção pela empresa, predominantemente comercial, era vantajosa pelos custos de produção menores e por haver uma demanda de consumo já formada por esses produtos. Por isso, usamos somente a parte de produção mecânica dessas empresas nesse trabalho.

O desenvolvimento da produção mecânica exigiu a criação, ou mesmo reconfiguração, em relação aos seus usos iniciais pela produção cafeeira de exportação, de alguns fatores econômicos complementares, que devido às suas limitações (às quais descrevermos melhor a seguir) nos ajudam a compreender a especificidade e a limitação

dessas atividades, são eles: competência técnica e tecnologia, matéria-prima, energia, transportes; e, somados, aos fatores econômicos e sociais elementares para a efetiva-ação dessas atividades, caso das três categorias: mercado consumidor, quantidade de operários por empresa e empresários mecânicos, nos ajudará na compreensão definitiva sobre as atividades econômicas de produção mecânicas.

Para a criação e posterior manutenção de uma empresa de produção mecânica é necessário certas competências técnicas prévias para a realização do objeto-fim da empresa **,** no caso um produto de acabamento e a realização de um processo de produção mecânico, aos quais os profissionais da empresa (empresário e/ou operários) necessitavam dominar, em especial em um meio econômico, caso de Ribeirão Preto até 1930, em que havia o uso conjugado de ferramentas, algumas máquinas e a habilidade e forças manuais, pois essas empresas mecânicas: "se pautaram na predominância do trabalho artesanal auxiliado por algum tipo de máquina". (Brandão, 2009, p. 204). A grande importância e predomínio da competência técnica individual , advinha, em geral:

> do " saber" e da " habilidade" como fatores importantes no universo da produção [...] o trabalho manual não apenas se manteve como fator determinante na estrutura produtiva, como até mesmo foi [...] o elemento de ligação na gênese de inúmeras trajetórias empresariais. Nesse sentido, entendemos que o ofício, a habilidade manual, possa ser interpretado como uma porta de acesso ao " mundo empresarial" e que a capacidade criativa constitua um aspecto relevante a explicar o êxito de empresários do setor , já que essa é uma indústria na qual a magnitude do capital não parece ser componente decisivo para o início do empreendimento. (Barbosa 2006, p. 105)

E essa competência era obtida, já desde a Europa, entre "os imigrantes com alguma experiência adquirida no país de origem, optavam por se estabelecerem como [...] pequenos industriais, ou ainda, como empregados" (Geraldo, 1990, p. 35-36) ou era obtida através da aprendizagem de um ofício realizada durante as poucas horas de folga do trabalho, através de um ensino direto de um profissional com competência ou habilidade técnica, ou através de uma aprendizagem indireta, através da audição e observação desse modo de fazer técnico.

O processo e técnica produtivas das empresas mecânicas pequenas pode ser caracterizados, segundo Rangel, na economia natural, mas reverberado logicamente à produção mecânica, assim: " predominância do trabalho não especializado, que se ocupa de uma infinidade de tarefas. Isso significa que o trabalho nunca adquire

eficiência porque sua prática produtiva é fragmentada e implica, ademais, grande perda de tempo na passagem de uma tarefa para outra (apud Bielschowsky, 2012, p. 219) e isso foi um dos fatores da curta duração da maioria das empresas mecânicas em Ribeirão Preto.

Uma citação conclusiva sobre o limitado desenvolvimento técnico do setor mecânico em Ribeirão Preto, com capacidade produtiva limitada e onde há pouca possibilidade de reinvestir em aquisição de materiais mais tecnologicamente desenvolvidos, é feito por Furtado, pois segundo ele:

> [...] as possibilidades de acesso à tecnologia moderna é menor , e os setores a que se ligam esses industrias são muitas vezes os menos dinâmicos, de perecíveis, custo de transporte pesados, produtos semi-artesanais destinados à baixa renda , indústria da construção , oficinas e atividades ao lado do utilizador final". (Furtado, 2000, p. 100-103).

O mercado consumidor dos produtos mecânicos feitos em Ribeirão Preto funcionava com cinco elementos: através do atendimento pontual a uma demanda pré-existente de consumo potencial por certos produtos, por exemplo, para suprir a falta de abastecimento estadual, nacional e internacional em determinadas conjunturas econômicas de crise de compras nesses mercados, por exemplo, de produtos antes importados (caso do macarrão), e em substituição às indústrias que faliram; uma demanda nova, criada, por exemplo em um contexto histórico de alto crescimento demográfico e da consequente necessidade de suprir e abastecer esse nova demanda de consumo; venda no mercado, contando com possível e futura compra ; venda sob encomenda: só produz conforme pedido prévio do cliente; e para atender, em sua maioria, aos consumidores mais pobres, comerciários, colonos, agricultores , prestadores de serviços e operários (das empresas mecânicas e das indústrias), próximo da ideia de "bens de consumo para assalariados" (Mello, 1982, p. 89) os quais podiam pagar preços baixos por produtos de qualidade inferior.

Além dos condicionantes econômicos para a efetivação do mercado consumidor, há algumas características sociais, pois, a produção mecânica ribeirão-pretana condiciona e é condicionado pelos hábitos e costumes desse heterogêneo público consumidor local (formado, entre outros, por paulistas, mineiros, fluminenses e imigrantes europeus e asiáticos) pois:

> A vila no seu início teve a influência dos costumes e hábitos dos habitantes de Minas Gerais , fato que se repetiu pelo gosto da cozinha, música, roupa e maneira de se comportar do ribeirãopretano. Posteriormente, em particular com a expansão da economia cafeeira no final do século XIX, esses costumes se modificaram pela diversificação social e cultural, resultado da atração que a economia do café provocou , com a vinda de pessoas de diversas partes do Brasil e de outros países [...] e a nova maneira de comportar-se dos imigrantes. (Silva, 2011, p.15 e 34).

A maioria dos recursos naturais e insumos eram obtidos dos fornecedores em escala local e regional, e, em certos casos, nacional e internacional e eram esses:ferro comprado das siderúrgicas mineiras, de metalúrgicas de São Paulo , Rio de Janeiro e Campinas ou eram importadas do exterior (Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha) para fazer: porta, janela, grade, esquadria, portão, anzol , fivela do cinto , parte cortante da faca, cama, parte do engenho de cana, parafuso, arame da peneira; trigo, importado da Argentina e do Uruguai ou comprado na região sul, para fazer macarrão e massas; madeira: cortada nas ainda existentes matas de cerrado da cidade, para fazer vários tipos de móveis, cabide, parte das carroças, parte de máquinas , parte do engenho de cana, de alambique, de ferramentas e instrumentos, esquadria, baú, moldura de quadro, armação da peneira; barro: retirado dos córregos do município para fazer tijolo e telha ; mármore, importado da Itália e granito nacional; malte, cevada e lúpulo, importados, para produzir cervejas; pedra para fazer piso, ladrilho, sarjeta e passeio; papel, comprado de fábricas em São Paulo, Melhoramentos e Klabin.

O café para a torrefação e consumo final dentro do mercado ribeirão-pretano; produtos de origem bovina, como o couro para os curtumes, para fazer sapatos, cintos, correias, malas , selas, bainha da faca, botina, o leite para fazer doces, balas, confeitos , biscoitos, parte de sorvetes, a carne bovina para ser abatida nos matadouros e frigoríficos, charque, e mocotó do boi para fazer geleia; algodão para as alfaiatarias, modistas e confecções; fumo, para fazer cigarros e charuto, arroz, para ser beneficiado, milho, para fazer fubá e farinha do milho, cana-de açúcar, para fazer pinga, rapadura e açúcar, óleo e sebo de boi para fazer sabão e sabonete, vime, para cadeira, chocolate para fazer bombom, uva para fazer vinho e vinagre , frutas variadas para fazer licor chapéu, a base e a aba feita de pano e de couro, fibras de taboa para encher o colchão, água, essencial para fazer cerveja, refrigerantes, gasosas e gelo, gás para gasosas.

A partir da década de 1870, eram usadas várias de fontes de energia muscular humana, pois: “proprietários de oficinas [...] que iniciaram seus negócios tendo sua própria força de trabalho como elemento fundamental do empreendimento”(Barbosa, 2006, p. 55), energia à base da força de animais (em especial de cavalo), a energia à vapor usada em máquinas a vapor de beneficiar arroz, café e outros vegetais e na serraria Antonio de Salles Barretto. A energia era hidráulica, usada nos curtumes. A energia térmica era obtida através da queima de lenha, pois havia 03 estâncias (depósitos e revenda) de lenha na cidade em 1916, para fazer carvão, e usada em curtumes (curtume a vapor Luparoni & Estephani), e para abastecer os fornos de cerâmicas e olarias.

Apesar da associação quase automática energia e cidade, ou melhor, com a expressão eletri-cidade, o caso de Ribeirão Preto, o uso de energia elétrica é iniciado no meio rural e agrário, em especial nas fazendas de café, pois” No dia 3 de Maio de 1883 a casa [grande da Fazenda Monte Alegre] entra definitivamente para a História de Ribeirão Preto, como o primeiro local a utilizar iluminação elétrica, com energia produzida na própria fazenda”. (Mattos, 1981, s/d).

O uso da fonte de energia elétrica, na cidade, inicia-se em 1899 , e um trecho explica melhor essa cronologia inicial da energia elétrica em Ribeirão Preto: “No dia 26 de junho de 1899 acendiam-se pela primeira vez, em caráter experimental, as primeiras lâmpadas elétricas da cidade, e o fornecimento regular foi inaugurado no dia 26 daquele mês” . (Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto, 1982. p. 65-67) .

A Empresa de Força e Luz foi causa e consequência do desenvolvimento geral da cidade de Ribeirão Preto, e não do município, pois tinha como consumidores os moradores, as empresas de comércio, as empresas mecânicas, de prestação de serviços, as indústrias da Cervejaria Antarctica, da cervejaria Paulista e das Oficinas da Mogiana, do Centro da cidade (ou de algumas regiões limítrofes), lócus da maioria das empresas mecânicas. Sua importância foi assim descrita “A Companhia Força e Luz, empresa particular [de] Flávio Uchôa. Esta empresa que vem revolucionar a vida industrial do município,[...] fornecedora de força elétrica para as [...] inúmeras fábricas industriais [...]”. (Guião, 1923, p. 56).

A instalação da rede de eletricidade permitiu o uso de máquinas e ferramentas elétricas, ambas usadas com o auxílio da força manual, e ainda em menor quantidade, porque eram caras e importadas e eram compradas na capital de São Paulo (com altos

valores de fretes e transportes) e, em alguns poucos casos, no comércio de Ribeirão Preto.

A maior parte dos meios de transporte eram movidos por força animal, e, segundo: “ o uso de cavalos, mulas e mesmo bois, que tanto eram usados para transporte pessoal e de cargas quanto de passageiros” (Souza, 2009. p. 48).

Isso ajudou a desenvolver um ramo mecânico importante, através da criação de várias empresas mecânicas de carroças em Ribeirão Preto, pois além da escassez e do alto preço de veículos automotores, como caminhões e outros veículos automotores de uso comercial, o transporte pela ferrovia Mogiana (que chegou a Ribeirão Preto em 1883) devido aos seus custos maiores e devido à restrição do mercado consumidor ao município e municípios vizinhos, a carroça era o meio de transporte mais usado para escoar os produtos mecânicos. O frete da estação central da Mogiana até a empresa o transporte era feito por carroças, tanto que existia um importante ponto de carroças em frente à essa estação.

O custo de transporte foi um dos motivos para a construção de empresas mecânicas em Ribeirão Preto, em especial, os “artigos que a indústria não supria ou nos quais o lucro não compensava o alto custo com o transporte, passaram a ser produzidos localmente, e prolifera-se a pequena indústria”. (Silva, 2006. p. 97).

Trabalhadores das Empresas Mecânicas

Outros fatores - além das lacunas documentais, pois todos os sindicatos de trabalhadores mecânicos foram criados a partir da década de 1930 (fora do nosso contexto de estudo), somado à ainda não disponibilização do acervo documental, já limitado, pois parte dele foi destruído em 1964, da UGT (União Geral dos Trabalhadores) foram verificadas por nós, como obstáculos na construção desse tópico: o caráter não formalizado dos contratos de trabalho dos operários na República Velha, na qual as relações de trabalho eram muito precarizadas, pois não havia uma política trabalhista sistematizada, nem carteira de trabalho(criada em 1932), por isso, não foi possível levantarmos documentos sobre vários operários mecânicos, pois em várias empresas, os mesmos não eram regularizados e registrados.

Havia, também, operários contratados por serviço pontual ou empreita, pois, mesmo as empresas mecânicas sem operários diretos, por mais que o empresário/operário seja muito habilidoso , multi-tarefas e que consiga fazer todas as

etapas de produção na empresa, ele precisa, em um certo momento de algum operário contratado por tarefa ou serviço específico e terceiriza parte de seu trabalho a outro profissional, caso do uso de serviço de ferreiro pelas marmorarias.

E tinha as empresas mecânicas sem operários às quais não tinham operários , provavelmente, devido à falta de dinheiro do dono, desconfiança com pessoas estranhas , auto-suficiência do dono, que era muito habilidoso, uma espécie de faz de tudo, e que não precisava de ninguém e de nenhum operário.

E, por último, existia as empresas mecânicas com operários regulares, das quais retiramos dados sobre os operários de 74 empresas mecânicas , que, apesar de ser uma amostragem limitada, (de um total de 551 empresas) permitiu-nos , inferirmos essas questões. A maioria das empresas (63 de 74) possuíam menos de 20 operários, e perto da metade (47) possuíam uma quantidade menor ainda, de menos de 10 operários. Para ficar mais claro, construímos, a seguir três tabelas, divididas por quantidade de operários.

Tabela 1- Empresas mecânica pequenas com até 09 operários

No de Operários	No de Empresas
02	04
03	12
04	07
05	07
06	10
07	02
08	04
09	01
Sub-Total Empresas	47

Fontes: Estatística industrial do estado de São Paulo de 1928. Estatística industrial do estado de São Paulo de 1929. Estatística industrial do estado de São Paulo de 1930.

Tabela 2- Empresas mecânicas pequenas com até 19 operários

No de Operários	No de Empresas
10	02
11	02
12	04
14	03
15	01
16	01

18	02
19	01
Sub-Total Empresas	16

Fontes: Estatística industrial do estado de São Paulo de 1928. Estatística industrial do estado de São Paulo de 1929. Estatística industrial do estado de São Paulo de 1930.

Tabela 3- Empresas mecânicas médias com mais de 20 operários

No de Operários	No de Empresas
20	02
23	01
25	01
30	01
44	01
50	01
59	01
60	01
61	01
79	01
Sub-Total Empresas	11
Total Geral	**74**

Fontes: Estatística industrial do estado de São Paulo de 1928. Estatística industrial do estado de São Paulo de 1929. Estatística industrial do estado de São Paulo de 1930.

Um grande contingente de operários eram imigrantes e: “No início da primeira década [do século XX] , somavam-se 163 estabelecimentos industriais na cidade. Dos 642 operários que neles trabalhavam, 82, 71 por cento eram estrangeiros”(Bemporad & Figlio, 1906, p. 683-684). Entre os operários brasileiros , havia muitos migrantes (provavelmente de outras cidades paulistas, mineiras e fluminenses).

Uma região que concentrou a maioria da população de Ribeirão Preto, a segunda maior no número de empresas mecânicas , e a maioria dos operários, foi o bairro dos Campos Elíseos , resultado do desmembramento do Núcleo Colonial Antônio Prado em dois: o Barracão de Baixo (depois Campos Elíseos) e Barracão de Cima (Ipiranga), e “com a anexação do território do Núcleo Colonial Antônio Prado à cidade, houve um incremento do setor industrial da cidade, o que levou seus moradores a buscarem trabalho neste ramo produtivo que a eles se apresentava”. (Silva, 2002, p. 100).

Empresários Mecânicos

A ação dos empresários mecânicos de Ribeirão Preto teve essas características: primeiro: a origem e o fim econômico pobre do empresário mecânico, patente na expressão “burguesia de pés descalços” (Barbosa, 2006, p. 115), segundo : a origem e o fim de classe média ou classe média baixa, do empresário mecânico; terceiro: algumas características da ação e da trajetória desses empresários; quarto:o predomínio das relações informais de parentesco e seus variados elementos ; e, quinto, uma breve descrição dos empresários segundo sua nacionalidade (brasileiros e imigrantes estrangeiros).

A origem e o fim pouco enriquecidos do empresário mecânico- patente na expressão de burguesia “ de pés descalços”, sobre as “particularidades do processo de formação do empresariado do calçado em Franca [mas aplicável a Ribeirão Preto] [...] em especial para o fato de que tal grupo social teve origem nos estratos subalternos da sociedade local “(Barbosa, 2006, p. 100) – se desdobrou em duas situações: da maioria dos empresários mecânicos que não conseguiram enriquecer e antes de tornarem-se industriais faliram e da minoria de empresários mecânicos que transpuseram a sua condição econômica rumo à uma situação econômica mediana.

A origem e o fim de classe média ou classe média baixa, fica patente através do empresário mecânico que possuía algum capital, obtido através de acumulação e/ou poupança anterior em outra atividade econômica (prestação de serviço, profissão técnica e liberal , pública ou privada, comércio ou na agricultura), caso da serraria Serra, Miranda e Veiga, a qual tinha dois sócios em 1913 (Adolfo Serra e José Pedro Veiga Miranda), este último sócio deveria ser parente, quiçá irmão, de João Pedro Veiga de Miranda, que “foi engenheiro, escritor, professor [...] Em janeiro de 1908, assumiu o cargo de prefeito municipal de Ribeirão Preto. Foi ministro da Marinha no governo de Epitácio Pessoa[...] Foi também deputado federal”. (Rosa, 2007, p. 100). Neste sentido, esse sócio pertencia à uma família de certas posses e capitais, por isso, acreditamos que a empresa recebeu uma quantia substancial de capital, para os padrões das empresas mecânicas de Ribeirão Preto, e o caso da empresa teve pelo menos um sócio com alguma quantia de capital, diferente da maioria das empresas mecânicas deste município.

A gestão e a relação do empresário com os operários (familiares ou não) de forma verticalizada e: Residir no mesmo local onde se trabalha [...]excessos de controle

pessoal e direto e à difícil delegação de autoridade[...] Cuidar de tudo,[...] uma cerrada supervisão sob “ os olhares do dono” (Truzzi, 2007, p. 183).

A não separação e divisão de tarefas, patente na frase “Quem quer faz; não manda” (Truzzi, 2007, p. 186), através da figura do empresário que faz de tudo, quando não há separação entre as funções produtivas, técnicas e braçais com funções administrativas e de gestão, e o empresário mecânico realiza todas as atividades possíveis na empresa mecânica, inclusive as mais braçais e de maior esforço físico e de : “ [...], presença física do empresário imigrante não apenas na empresa, mas, sobretudo, onde esta é mais palpável e concreta na produção”. (Truzzi, 2007, p. 184); e a “grande ênfase na confiança, lealdade, zelo ,dedicação, rotina e tradição e menos nos méritos técnicos e na capacidade dos operários. (Tuzzi, 2007, p. 183-184).

Além das relações informais de parentesco, havia em algumas empresas, em menor número, relações mais formais através da sociedade entre sócios não parentes “a ponto do termo “ sócio”ser utilizado apenas para pessoas exteriores ao círculo familiar, Geralmente a sociedade, na maioria dos casos das marmorarias de Ribeirão Preto, era composta de um sócio que possuía melhor tino comercial e outro com boa formação profissional de marmorista. [...] com o conhecimento de certas habilidades manuais e técnicas, então raras no Brasil”. (Borges, 1991, p. 54-55), aqui, eram usados critérios coerentes e racionais para a montagem de uma empresa, através da combinação de duas habilidades principais para cada um dos sócios, técnica e comercial.

Com efeito, as empresas familiares foram uma parte importante de várias empresas mecânicas de Ribeirão Preto, tanto que havia empresas mecânicas com a terminologia “ Irmãos” e "Filhos", e eram formadas por uma família com dois ou mais membros na mesma empresa , caso, por exemplo da sociedade na empresa de charque dos irmãos Leo e Manfredo Vecchi, e das oficinas Bianchi, pois “Anacleto Bianchi [...] Filho de Adolfo Bianchi e Marieta Bianchi, foi um dos pioneiros do parque industrial de Ribeirão Preto, com os demais membros de sua família, fundando as “ Oficinas Bianchi”.Um dos outros parentes era José Bianchi” . (Rosa, 2007, p. 100).

Considerações Finais

Apesar do desenvolvimento específico e limitado do setor econômico secundário em Ribeirão Preto de 1870 a 1930 (com a existência de apenas 05 indústrias grandes e de uma minoria de 40 empresas mecânicas médias sobre uma maioria de 537 empresas mecânicas pequenas), constatamos o desenvolvimento substancial de muitas empresas, não apenas delas em si, mas através da grande quantidade de agentes históricos e sociais (empresas, famílias e operários) às quais se referem a centenas e milhares de pessoas no município.

No início de nosso processo de pesquisa tínhamos informações de apenas algumas empresas mecânicas médias (Delloiagono, Heitor Rigon, Diederichsen) e conseguimos fazer um levantamento de empresas pouco conhecidas ou jamais transformadas em dados de análise e pesquisa científica, e isso é importante para podermos ajudar a desconstruir a ideia de que “ Ribeirão Preto não teve indústria” e colocar outra expressão “ Ribeirão Preto teve um desenvolvimento econômico peculiar no setor secundário” , caracterizado menos pelo desenvolvimento das indústrias e mais pelo crescimento e desenvolvimento das empresas mecânicas pequenas.

Esse tema traz a possibilidade de repensarmos novas formas de compreensão dos estudos históricos sobre o desenvolvimento do setor econômico secundário no interior paulista, em suas especificidades de desenvolvimento, com a presença do elemento rural mesmo em uma atividade econômica supostamente apenas urbana, como a indústria.

O desenvolvimento econômico , citadino e demográfico de Ribeirão Preto até 1930 , acima da ampla maioria dos municípios paulistas, tornou-o não apenas agrícola , como a maioria desses municípios, mas também, não tão industrial e urbano como a capital São Paulo , devido à sua distância, por estar na boca do sertão do rio Mogi -Guaçu afastado uns 360 quilômetros de São Paulo capital pela ferrovia , por isso , até 1930 , tornou-se um município urbano (com destaque para o comércio e a prestação de serviços), e mais mecânico e menos industrial.

Fontes Documentais

Lista de Qualificação de Votantes de Ribeirão Preto de 1873.

Lista Geral dos Cidadãos Qualificados pela Junta Municipal em 1880.

Almanach da província de São Paulo: administrativo, commercial e industrial de 1888.

Lista Geral dos Eleitores da Comarca do Ribeirão Preto de 1890.

Livro de Registro de Impostos e Profissões de 1893.

Livro de Registro de Impostos e Profissões de 1896.

Livro de Registro de Impostos sobre Indústrias, Comércio e Profissões de 1900.

Livro de Registro de Impostos e Profissões de 1902.

Livro de Registro de Impostos e Profissões de 1903.

Livro de Registro de Impostos e Profissões de 1904.

Anuário Comercial de São Paulo para o ano de 1904.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1906

Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto de 1913.

Livro de Registro de Impostos e Profissões de 1913

Annuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial da Repubica dos Estados Unidos do Brasil para 1915.

Almanaque de Ribeirão Preto de 1916

Annuário Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos estados Unidos do Brasil para 1916.

Livro de Registro de Impostos e Profissões de 1919

Doação ao Asilo Padre Euclides de 1921

Estatística industrial do estado de São Paulo de 1928.

Estatística industrial do estado de São Paulo de 1929.

Estatística industrial do estado de São Paulo de 1930.

Referências Bibliográficas

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (Org.). **Na estrada do Anhanguera:** uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas/ FFLCH, 1999.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico : empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990).** São Paulo: Hucitec; Fapesp: 2006.

BEMPORAD, L & Figlio. **Il Brasile e gli italiani** - pubblicazione del “ Fanfulla”. Firense, 1906.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro : o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BORGES, Maria Elizia. **Arte tumular :** a produção dos marmoristas em Ribeirão Preto no período da Primeira República**. 1991.** 200 f. Tese (Doutorado em Artes Plásticas) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

GERALDO, Sebastião. **Comunicação oral:** o resgate da memória proletária em Ribeirão Preto. 1990. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)- Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BRANDÃO, Marco Antonio. **Uma contribuição do debate sobre a formação do empresariado industrial no Brasil:**De "lavoratori" na Itália a "padroni" em Ribeirão Preto: a ascensão social de imigrantes italianos no interior do Estado de São Paulo (1890-1930). 294 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2009 .

BRAUDEL, Fernand. O Tempo do Mundo. In: **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII,** vol. III. São Paulo, Martins Fontes, 1995. p. 7-55.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880- 1945).** São Paulo: Difel, 1971.

Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto. In: **Energia e desenvolvimento :** 70 anos da Companhia Paulista de Força e Luz, 1982.

FARIA. Rodrigo Santos de. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção**: o discurso da higiene, beleza e disciplina na modernização Entre Rios (1895-1930).São Paulo: Anablume, 2010.

FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro/São Paulo: Edit. Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

GERALDO, Sebastião. **Comunicação oral:** o resgate da memória proletária em Ribeirão Preto. 1990. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)- Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

GUIÃO, João Rodrigues. **A cidade e o município de Ribeirão Preto nas comemorações do primeiro centenário da independência**. Ribeirão Preto/ SP: Gráfica da Casa Selles , 1923.

IGLESIAS, Francisco. **Introdução à historiografia econômica.** Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. 1959.

LAGES, José Antônio Correa. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro- o povoamento da região pelos entrantes mineiros na segunda metade do século XIX.** São Paulo: Nelpa, 2010.

LOPES, Luciana Suarez .**Ribeirão Preto – a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930.** Ribeirão Preto, SP: Fundação Instituto do Livro, 2011 (Coleção Nossa História, n.1).

MATTOS, Maria Regina P. de. **Monografia sobre a antiga sede da fazenda Monte Alegre em Ribeirão Preto.** Curso de Aperfeiçoamento sobre técnicas construtivas da arquitetura tradicional paulista - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 1981.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio:** contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Brasiliense: São Paulo, 1982.

ROSA, Lílian Rodrigues de Oliveira. **Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)**. 1997, 175f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 1997.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira (Coord). **Ruas e caminhos: um passeio pela história de Ribeirão Preto.** Ribeirão Preto/SP: Edit. Gráf. Padre Feijó, 2007.

SILVA, Adriana Capretz Borges da.**Campos Elíseos e Ipiranga:** memórias do antigo Barracão. Ribeirão Preto/ SP: Edit. COC, 2006

SILVA, Éder Donizetida.**A história contada através da arquitetura de uma rua.** Ribeirão Preto/SP: Fundação Instituto do Livro, 2011. (Coleção Nossa História, n. 7).

SIMONSEN, Roberto C. **Evolucão industrial do Brasil e outros estudos** .São Paulo: Edit Nacional e Edit. da Universidade de São Paulo, 1973.

SOUZA, Márcio Luís de. **Vida urbana e suburbana nas terras do café :** racionalização dos negócios e da vivência coletiva em Ribeirão Preto (1874-1914).200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, UNESP, 2009.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria: São Carlos 1850-1950.** 3.ed. São Carlos/SP: EdUFSCAR; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

VIANNA, Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiba; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987, Vol.I.

A regularidade do ofício da alfaiataria na Câmara de Mariana (1735 – 1750).

Letícia Silva Batista[1]

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar a dinâmica da regularização do ofício da alfaiataria nas instâncias da Câmara de Mariana, dentre os anos de 1735 e 1750. Para tanto, são caras ao atual objetivo noções sobre: a condenação do trabalho manual nas conjunturas sociais e culturais da sociedade portuguesa de Antigo Regime; a problematização dos limites dessa condenação; e, por fim, o papel determinante das câmaras municipais na organização, na regularização e na fiscalização do comércio e dos serviços em todo o Império de Portugal. Acerca disso, este trabalho argumentará que nas Minas setecentistas houve uma singular dinâmica na organização do trabalho mecânico, apesar de terem aspirado ao modelo lisboeta. Com base nos vieses acima expostos, o trabalho privilegia a compreensão da dinâmica da regulação do ofício da alfaiataria nas instâncias do conselho municipal de Mariana, no segundo quartel do século XVIII. No Termo de Mariana, os alfaiates estavam entre os mecânicos que mais buscaram a regularidade das suas atividades especializadas. A partir de licenças afiançadas e cartas de exame, retiradas nas instâncias do dito conselho, um grupo de alfaiates pôde exercer o seu ofício e atender as demandas locais por saberes e produtos da alfaiataria. Posto isso, menciona-se que eles conectavam os mundos da produção e da comercialização de mercadorias de significativo valor financeiro e simbólico. Além disso, eram os senhores das *artes* da modelagem, da confecção e da comercialização de vestimentas para vasto rol de distintos indivíduos e grupos sociais da região.

Palavras-chave:

Alfaiates, Câmaras Municipais, Termo de Mariana, Século XVIII.

"Ofícios necessarios para a vida humana"[2]*:* o trabalho manual numa sociedade de Antigo Regime

---

[1] Mestranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

[2] "Mecânico. Artes mecanicas, ou servis, são as que são opostas às artes liberaes, porque aquellas não só se accupão na fabrica de machinas mathematicas, mas também em todo o genero de obras manuais, e ofícios necessarios para a vida humana, como são os Carpinteiros, Pedreiro, Alfayate, Sapateiro, etc". (BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 8, 1712 – 1728, p. 379-380).

Expressões como *trabalho mecânico*, *trabalho manual* e *misteres* foram comuns aos discursos das sociedades de Antigo Regime e denotavam as atividades que faziam o uso das mãos. O que se pressupõe é que tais designações não podem ser desvencilhadas das características e das prerrogativas sociais e culturais de Antigo Regime. Posto isso, o cenário era das distinções, no qual a condição e a qualidade social limitavam diversos grupos sociais, além de hierarquizá-los.

Nesse contexto, os oficiais mecânicos eram marcados pela vilania do *trabalho manual*. E, na hierarquização social, eram classificados como possuidores do *defeito mecânico*, *povo* e *terceiro estado*[3]. Enfaticamente, "as sociedade de Antigo Regime estruturam-se pelos privilégios. E assumem, sem qualquer hipocrisia, a ordem social. Nobreza é nobreza, povo popular é povo popular. A cada grupo o seu lugar"[4]. Logo, os oficialatos mecânicos tinham o seu lugar delimitado e esse amplamente sentenciado.

À vista disso, enquanto uma condição dada e pouco questionada pelas pesquisas, as interpretações historiográficas pouco avançaram sobre o estudo dos homens mecânicos. Por conseguinte, impossibilitou-se a problematização dos limites da condenação do trabalho manual nas sociedades de Antigo Regime, como também a compreensão do perfil dos trabalhadores especializados nesse complexo contexto em que se inseriam.

Contudo, uma recente historiografia vem à tona para deslegitimar a recorrente abordagem do mundo do trabalho no Antigo Regime português pelas lentes da exclusão[5]. Parte da revirada metodológica da história datada da década de 1980, os estudos sobre os

---

[3] MENESES, José Newton Coelho. Descrição nas cores e efeitos nas formas: emblemas, simbologias e manifestações da identidade dos ofícios mecânicos no mundo português dos séculos XVIII e XIX. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África. Annablume: São Paulo, 2008, p. 402.

[4] MAGALHÃES, Joaquim Romero. Gente nobre e gente importante. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve econômico:* 1600–1773. Lisboa: Estampa, 1988, p. 327.

[5] Ver: ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *"Em casa de ferreiro pior apeiro":* os artesões do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2012; MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Banais:* o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808). Belo Horizonte: Fino Trato, 2013; PEREIRA, Fabrício. Mestres, arrematações e fazeres: os oficialatos mecânicos em Mariana na Segunda Metade do século XVIII. *Revista Ágora,* Vitória, n.17, 2013, p.1-12; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português. In: FRAGOSO, João... {et.al.}, organizadores. *Nas rotas do Império:* eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006; SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e Cal:* os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007; PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII*: perfil, atuação e hierarquia (1716–1755). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007, p. 1-74; SILVA, Maria da Graça de Barros. *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna*: o caso da cidade de Lisboa setecentista. Tese de Mestrado (Mestrado em História Moderna), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

oficialatos mecânicos legitimaram tais personagens na qualidade sujeitos históricos[6]. Argumenta-se que inseridas em aglomerados urbanos e seus entornos rurais, buscaram uma construção social que as incluíssem nessa sociedade das distinções. E, "nessa busca participativa enfrentaram resistências, conciliaram interesses e forjaram identidades"[7].

No cotidiano das Minas e de todo o Império português, foram trabalhadores especializados em ofícios banais[8] e, por consequência, significativos "na configuração do tecido social e na sustentação da vida"[9] do reino de Portugal e das suas conquistas coloniais. Foram os responsáveis pela garantia das atividades essenciais à sobrevivência daquelas sociedades.

Em síntese, o que deve ser apreendido pelos estudos que abarcam o trabalho e os trabalhadores mecânicos da cultura de Antigo Regime é uma observação que aceite e defenda o quão necessária e importante foi a presença desses na construção social e material da vida urbana e rural moderna[10].

Contudo, deve-se apreender tais personagens com devidos cuidados. Afinal, inseridos nas conjunturas de uma sociedade das distinções e dos lugares sociais delimitados, "só é possível entendê-los como seres civis, embora não sejam, naquele mundo de hierarquias rígidas, cidadãos"[11].

Câmaras Municipais do Império português enquanto lugar de participação dos oficialatos mecânicos

Apresentado um novo olhar para os estudos acerca dos ofícios e dos oficialatos mecânicos no Antigo Regime português, defende-se que esses trabalhadores, guiados pelos seus singulares interesses, conquistaram e ocuparam diversos lugares sociais, políticos e econômicos. Para o atual trabalho, elegem-se os conselhos locais espalhados pelo vasto Império de Portugal como o lugar de ocupação desses sujeitos, pois foram tais instituições as

---

[6] "Sob esse olhar, clareia-se a cena onde atuam seres históricos, desvelam-se ações importantes, evidenciam-se personagens centrais que não apenas figuram complementarmente no cenário" (MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Banais:* o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808). Belo Horizonte: Fino Trato, 2013, p. 135).

[7] MENESES, J. *Artes Fabris e Serviços Banais.* Op. cit., p. 20.

[8] Tomar o conceito de banal pelo caráter trivial, vulgar, corriqueiro e cotidiano. Contudo, sem desconsiderar a partir dessas qualificações, sua caracterização enquanto útil e de serventia. (Ver: MENESES, J. *Artes Fabris e Serviços Banais.* Op. cit., p. 47).

[9] MENESES, J. *Artes Fabris e Serviços Banais.* Op. cit., p. 19.

[10] Exemplo da essencialidade dos ofícios mecânicos na vida moderna de Antigo Regime: ao questionar o poder absoluto do Estado francês moderno, Emmanuel Le Roy Ladurie enfatiza três comunidades essenciais para a sobrevivência do poder central francês. São elas: as aldeias, as cidades e os ofícios. Afinal, "é preciso que os citadinos comam, se vistam, se aqueçam (...). Assim se materializa a demanda ou o apelo de uma imensa cidade, de uma cidade dupla, Paris e Versalhes" (LAUDURIE, E. Le Roy. *O Estado Monárquico:* França 1460 – 1610. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 24).

[11] MENESES, J. *Descrição nas cores e efeitos nas formas*. Op. cit., p. 401.

responsáveis pela organização, regulamentação e fiscalização dos oficiais mecânicos no Reino e nas suas possessões ultramarinas.

Para isso, a pesquisa elege, especificamente, um grupo de alfaiates do Termo de Mariana, que, entre os anos de 1735 e 1750, buscaram a regularização do ofício da alfaiataria nas instâncias da câmara local. A escolha do grupo será justificada ao longo da apresentação. Contudo, *a priori*, vale a compreensão acerca das Câmaras municipais do Império português enquanto lugares de organização, fiscalização e regulação dos misteres, tendo como pano de fundo a noção da sua importância na dinâmica política do Império Ultramarino Português.

Parte da cultura política de Antigo Regime português[12], os conselhos municipais tiveram poderes e autoridades determinantes na constituição de uma elite local, assim como no próprio funcionamento e permanência do poder central. Além disso, espalhados por todo Império, consolidaram um modelo administrativo municipal compartilhado em todo o território metropolitano e em suas possessões coloniais[13].

De modo geral, as autoridades locais tinham como preceito o bem comum da localidade,

> "que nada mais é do que aquele conjunto de bens e serviços destinados aos moradores da vila, geridos pelos oficiais camarários e pelas autoridades régias, a quem compete resguardar o interesse da república, colocando-o acima dos interesses particulares"[14].

Logo, os oficiais camarários tinham como objetivo cuidar cotidianamente das demandas locais. Estas poderiam ser as mais diversas, dentre as quais se destaca o controle do comércio e dos serviços, ou seja, o cuidado com a vida material, pleiteado na rotina da localidade, através de normas e de ordens a respeito disso.

Essas ordenações eram julgadas e reguladas por meio da construção e da determinação de posturas camarárias. Foram criadas a fim de se ordenarem os espaços

---

[12] A concepção de cultura política advém das reformulações historiográficas datadas das últimas décadas. Estas redefinem o sistema administrativo português moderno, principalmente no que se refere à relação de poder entre a metrópole e as suas colônias. Deixando de lado uma concepção marxista de pacto colonial, a renovada historiografia trouxe a tona o conceito de cultura política do Antigo Regime português. Baseia-se na redefinição do pacto colonial, que assume a concepção de que havia noções e ideias políticas, culturais e sociais compartilhadas por todo império português, dentre eles a concepção corporativa de poder político. (Ver: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas*: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 67 – 105; HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163 – 188).

[13] Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elite e poder*: entre o Antigo Regime e o liberalismo. Lisboa: ICS, 2003, capítulo 2 e 3; BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, vol. 18, n. 36, 1998.

[14] SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e Cal:* os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007, p. 61.

públicos, sendo constituídas por normas e regras que deveriam ser seguidas para preservar a boa convivência dentre os moradores[15]. Para efetivo controle das regras postas pelas posturas[16], as câmaras municipais nomeavam oficiais direcionados para o controle dos serviços e do comércio local. Eram eles os almotacés, escrivães de almotaçaria, meirinhos de almotaçaria e os rendeiros da aferição e do ver-o-peso.

Diante disso, as posturas e o ofício de almotacé cumpririam com as ordenações postas pelas posturas, como também mediavam as opiniões populares e as decisões dos vereadores sobre o cotidiano da localidade. Por exemplo, os oficiais da almotaçaria às vezes atendiam as reinvindicações populares sobre os exageros causados por essas ordens. Foi o que ocorreu em 1725, quando os oficiais camarários foram reunidos para reformularem as posturas datadas de 1715. Nesta ocasião, pelo procurador Agostinho da Silva Madelha, "foi dito e requerido que por as posturas das condenações da almotaçaria estarem algumas exorbitantes e por elas e povo gravado"[17] as penas deveriam sofrer reajustes.

As reinvindicações acarretaram as diminuições das penas sobre os pesos e medidas e sobre os comerciantes e os oficiais mecânicos que não retirassem licenças. Afinal de contas, "as posturas por entenderem ser convincentes [ao] bem comum e evitarem requerimentos injustos"[18], acabou conscientizando os oficiais camarários "que as partes condenadas faziam por entenderem serem exorbitantes as condenações"[19].

As reformulações das posturas partem de denúncias diversas provenientes da população ou dos próprios oficiais do Senado da Câmara. Foi o que ocorreu em 1729, quando, entre os homens bons da cidade, "foy asentado que os vendelhões, mercadores e todos officiais de officios mecanicos se tenham mostrado não só dezobedientes das ordens do mesmo Senado"[20], mas também "remissos em tirarem licenças"[21].

---

[15] Para Joaquim Romero Magalhães, era na criação ou nas reformulações das posturas camarárias que o povo era ouvido para, assim, evitar grandes tumultos sobre as decisões políticas locais, tendo em vista que, nas eleições de vereadores eram totalmente esquecidos, seja enquanto votantes ou votados. (MAGALHÃES, J. *O Algarve econômico*. Op. cit., p. 327).

[16] "As posturas da Câmara de Mariana, referentes ao comércio, não variaram muito ao longo do século XVIII, exceto nos valores e punições atribuídas aos infratores. De maneira geral essas posturas versavam sobre os pesos e as medidas adequadas e sobre determinadas condutas que comerciantes e açougueiros deveriam ter" (CHAVES, Claudia Maria das Graças; ANDRADE, Pablo de Oliveira. O comércio em Mariana: um estudo das posturas da Câmara no século XVIII. In: CHAVES, Cláudia M. Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). *Casa de Vereança de Mariana*: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008, p. 73).

[17] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Códice 572; Posturas do Senado da Câmara; Folha 6f.

[18] AHCMM. Códice 572; Posturas do Senado da Câmara; Folha 7v.

[19] AHCMM. Códice 572; Posturas do Senado da Câmara; Folha 7v.

[20] AHCMM. Códice 572; Posturas do Senado da Câmara; Folha 7v.

[21] AHCMM. Códice 660; Livro de Posturas; Folha 8f.

Na busca pela organicidade da vida material da população da Vila de Nossa Senhora do Carmo − após 1745, Cidade de Mariana − e seu termo, o conselho local cuidou de atender os interesses do povo quando reivindicaram justiça às penas sobre os pesos e medidas e sobre a falta de licenças afiançadas. Ademais, mostrou-se preocupado com a inadimplência dos oficiais mecânicos e dos comerciantes em não retirarem licenças temporárias para o exercício do trabalho especializado e do funcionamento dos estabelecimentos comerciais no Termo de Mariana na primeira metade do século XVIII.

O que nos importa apreender é que, a partir desses breves exemplos, podemos "perceber as relações possíveis e praticáveis entre as associações profissionais e as Câmaras, no jogo de estruturação formal e prática cotidiana no espaço das aglomerações urbanas e dos seus Termos"[22], considerando-se as instituições administrativas locais como um lugar de circulação e de ocupação desses homens mecânicos.

Para tanto, vale a ressalva de que, para cada câmara municipal do Reino ou de suas conquistas ultramarinas, havia singulares dinâmicas na participação dos oficias mecânicos. Contudo, partilhavam de um modelo imperial, em que se buscava, de modo geral, consolidar suas instâncias.

Destarte, alguns mecanismos de controle, de fiscalização e de organização dos oficialatos mecânicos foram notadamente comuns em diversas instâncias espalhadas por todo o império. Práticas como as cartas de exame, a eleição de juízes e escrivães de ofício para cada ofício e as retiradas e as posses de licenças afiançadas pelos mecânicos − como se viu nas posturas do Senado de Mariana−foram recorrentes e compartilhadas em várias unidades reinóis e coloniais do império ultramarino português.

Em razão disso, na história da participação dos oficialatos mecânicos nos conselhos locais, houve um modelo taxado pela historiografia sobre o tema: a *Casa dos Vinte e Quatro* da cidade de Lisboa. Essa foi tratada como modelo "por ser o berço e o paradigma da organização dos outros concelhos"[23].

À vista disso, a casa foi um organismo representativo da ordenação dos misteres junto à vereação da cidade de Lisboa, instituída pelo Mestre de Avis em 1384. Era formada por dois representantes de cada bandeira[24] dos ofícios mais importantes e ligados a interesses

---

[22] MENESES, J. *Artes Fabris e Serviços Banais.* Op. cit., p. 177.

[23] CAETANO, Marcello. A história da organização dos mestres na cidade de Lisboa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Rio de Janeiro, vol. 318, p. 286, jan-mar, 1978.

[24]A *bandeira* era uma associação de vários ofícios mecânicos, que defendiam uma marca individualizada nas cerimônias públicas por meio de um estandarte, no qual se pintava a imagem do santo padroeiro. Especificamente sobre o ofício da alfaiataria, na cidade de Lisboa, os alfaiates, algibebes, carapuceiros e bainheiros constituíam a bandeira de Nossa Senhora das Candeias, sendo os alfaiates a cabeça da dita bandeira.

mais recorrentes, como a alimentação (carniceiros), a construção (pedreiros e carpinteiros) e o vestuário (alfaiates e sapateiros). É importante assimilar que:

> "o mestre de Avis, ao determinar a presença dos representantes das artes e ofícios nos principais atos do Municipio, pôs termo ao caráter oligárquico que a administração municipal tinha assumido e permitiu às novas forças econômicas da cidade terem voz e voto nas matérias que diretamente as interessavam. Essa foi a grande conquista obtida pelos mesteirais na revolução de 1384"[25].

Lisboa, na qualidade de regra modular para os demais conselhos, era um espelho multifacetado[26], pois

> "(...) teria funcionado como exemplo modular, adaptável a situações e contingências díspares, ou mais frequentemente, como um exemplo remoto de justificativa ordenadora. Servia esse modelo para amparar as emergências e para subsidiar a previdência ordenadora, essa última, menos comum, mas presente nas ações organizadoras"[27].

Detidamente ao cenário das Minas coloniais, a organização do trabalho mecânico teve, como espelho passivo e imperfeito, o modelo lisboeta. O que se justifica, como já atentado acima, em virtude de que, para cada vila e seus termos, esse modelo foi adequado a particulares realidades. Logo, nas Minas, não seria diferente.

Destarte, desde a sua ocupação no início do século XVIII, na turbulenta região mineradora, não se efetivou qualquer nível de representação política dos trabalhadores manuais locais que assimilasse as experiências baiana e metropolitana. No cotidiano das Minas, em paralelo a essas outras localidades, não houve a eleição de um juiz do povo, por exemplo. Aquele na dinâmica do controle corporativo de ofício seria o responsável por defender as demandas dos grupos mecânicos nas instâncias dos conselhos locais.

Contudo, tendo em vista o modelo lisboeta, "em Minas Gerais, no período setecentista e início dos oitocentos, essa regra modular – ou a falta dela, se formos rigorosos na análise de cada texto particular, específico e, portanto, diferente que se nos apresenta – era possível e perceptível"[28]. Destarte, nota-se que, nas vilas mineiras setecentistas, na ausência de um controle tradicional do ofício, como agremiações ou a *Casa dos Vinte e Quatro* de Lisboa, foi nas instâncias dos conselhos municipais que o dito modelo foi aspirado.

Ver: MENESES, J. *Artes Fabris e Serviços Banais.* Op. cit., p. 81; SILVA, M. *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna*. Op. cit., p. 58 – 65.

[25] CAETANO, Marcello. A história da organização dos mestres na cidade de Lisboa. Op. cit., p. 287.

[26] Houve outros exemplos modulares de outras cidades do reino: Coimbra, Porto, Évora e Santarém, Guimarães e Távora. Nessas últimas cidades, existiu um modelo menor dessa instituição, a denominada *Casa dos Doze*. E, na própria colônia americana, existiu uma organização aspirada nesse modelo: foi na cidade de Salvador aproximadamente no ano de 1641.

[27] MENESES, J. *Artes Fabris e Serviços Banais.* Op. cit., p. 173.

[28] MENESES, J. *Artes Fabris e Serviços Banais.* Op. cit., p. 173 – 174.

Nesse sentido, nas câmaras municipais mineiras, tal modelo foi percebido por meio dos processos de carta de exame, concessão de licenças afiançadas, provimento anual de juízes e escrivães de ofício, criação de regimentos específicos a cada ofício e definição de posturas camarárias, permitindo aos oficiais camarários demarcação da organicidade do exercício do trabalho manual nas vilas mineiras setecentistas.

A regulamentação do ofício da alfaiataria na Câmara de Mariana (1735 – 1750)

O destaque do ofício da alfaiataria dentre os ofícios mecânicos

Destacamos que os documentos camarários dessas vilas revelam o cotidiano da normatização dos ofícios mecânicos da região à época. Mais detidamente ao objetivo deste estudo, a análise do acervo camarário permite compreender a dinâmica de um grupo de alfaiates que, na jurisdição da Câmara de Mariana, objetivou a normatização das atividades de seu ofício.

Posto isso, a princípio temos como fonte de pesquisa as licenças afiançadas. Estas eram lançadas nos chamados livros de coimas (multas) e traziam informações como localidade de abrangência da autorização, agente fiado, fiador, tipo de licença (loja, venda, corte de carne ou ofício), escrivão da câmara e assinatura ou sinal público do fiador.

Ademais, as licenças garantiam ao conselho local o pagamento de eventuais multas oriundas de alguma irregularidade cometida pelos comerciantes e trabalhadores[29], pois, no ato do seu requerimento, exigia-se um fiador que garantisse o possível pagamento[30]. Quem as retirava tinha, por determinado prazo, a permissão para ter loja, venda e açougue abertos e/ou exercer o seu ofício nos limítrofes da freguesia que elegia para abrangência da autorização. Os prazos eram de um ano para os pontos comerciais e de seis meses para os ofícios.

Outra fonte quista pela pesquisa são as cartas de exame, as quais garantiam à câmara das vilas mineiras que todos os candidatos habilitados pudessem realizar suas obras

---

[29] As irregularidades são as mais diversas: pesos e medidas mal aferidas, preços abusivos, não retirada de licença, a questão sanitária dos estabelecimentos comerciais, dentre outras, sendo determinadas por lei pelas posturas da Câmara. Estas se referiam à legislação local, que tinha por intuito o apelo pelos "usos e costumes" da região em nome da ordenação dos espaços públicos e de criação de regras de convício entre seus moradores. Ver: CHAVES, Cláudia M. Graças, ANDRADE, Pablo de Oliveira. O comércio em Mariana: um estudo das posturas da Câmara no século XVIII. In: CHAVES, Cláudia M. Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008, p. 71 – 74.

[30] Ver: PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII*: perfil, atuação e hierarquia (1716 – 1755). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e Cal:* os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

sem prejuízo algum, além de lhes permitir terem "tenda aberta" para a comercialização de seus produtos. Especificamente no Termo de Mariana, havia um singular processo de concessão da carta de exame.

Em primeiro momento, o juiz de específico ofício realizava e concedia ao candidato a certidão de exame, caso fosse aprovado, seguida da carta de confirmação, passada e assinada pelos oficiais da Câmara de Mariana, do juramento do candidato e, por fim, da data em que esses documentos foram registrados nos livros do Senado.

As sobreditas fontes foram analisadas e, na atual pesquisa, justifica-se a escolha dos oficiais da alfaiataria como objeto desse estudo pelo fato de que eles buscaram, consideravelmente, licenças afiançadas e cartas de exames, nas instâncias da Câmara de Mariana no segundo quartel do século XVIII. A princípio, noções acerca da representação simbólica e econômica dos alfaiates das Minas setecentistas foram postas por este estudo como os primeiros motivos dessa considerável representatividade.

Pesquisas que trabalharam a temática apontam que os alfaiates tinham decisiva importância econômica e social no mercado local, sendo, inclusive, um dos três grupos profissionais mais numerosos entre os oficias manuais presentes na Comarca de Vila Rica (Mariana e Vila Rica) [31].

Menciona-se que eles conectavam os mundos da produção e da comercialização de mercadorias de significativo valor financeiro e simbólico. Além disso, eram os senhores das *artes* da modelagem, da confecção e da comercialização de vestimentas para vasto rol de distintos indivíduos e grupos sociais.

Nos anos ininterruptos disponibilizados dos registros das coimas (de 1735 a 1750), do total de 1.706 licenças afiançadas retiradas pelos oficiais mecânicos sem distinção de ofício, 689 licenças foram para o ofício de alfaiate. Em comparativo aos demais tipos de ofícios, as licenças para a alfaiataria prevaleceram, seguidas das licenças cedidas para os oficiais dos metais não preciosos – ferro e cobre – e dos sapateiros (**Gráfico 1**).

[31] Em Vila Rica, 116 alfaiates foram lançados na derrama do ano de 1764, sendo o segundo maior grupo entre os trabalhadores manuais do termo da Vila. Os sapateiros formaram o maior grupo com 145 contribuintes. Ver: SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e Cal:* os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007, p. 87. Já na cidade de Mariana, as cartas de exame da documentação camarária somaram 360 trabalhadores entre 1737 a 1806. Os alfaiates ficaram em terceiro lugar entre os oficiais manuais com 65 licenciados. Ver: *Índice das cartas de exame de ofícios (1737-106).* Material produzido e cedido pela Escola de Cantaria da UFOP, que foi levantado pela pesquisadora Crislayne Gloss Marão Alfagali.

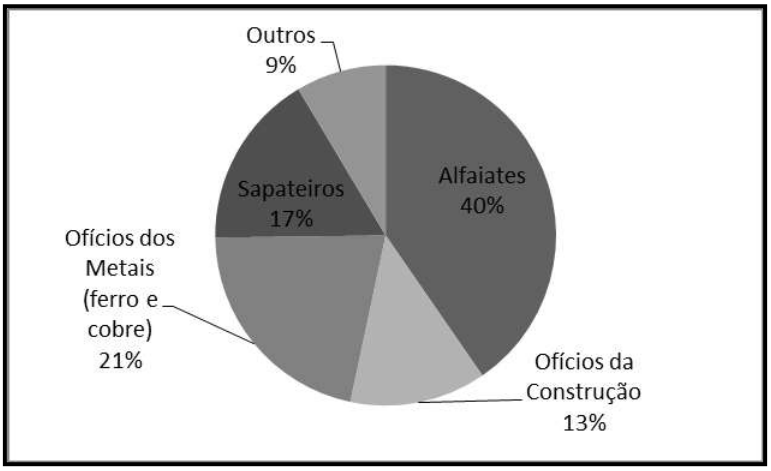


Gráfico 1 – Porcentagem das licenças afiançadas por tipos de Ofícios. Fonte: AHCMM, Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648 e 664.

No que se refere às cartas de exames, os alfaiates também tiveram considerável participação dentre os oficiais mecânicos. Para o período de 1737 e 1806, anos disponíveis de cartas para pesquisas, foram retiradas pelos oficiais mecânicos do Termo de Mariana 360 cartas de exame. Para melhor exposição, o **Gráfico 2** apresenta a distribuição das cartas por tipos de ofícios.

Num comparativo ao recorte temporal das licenças (dentre os anos de 1735 e 1750), o perfil da busca dos oficialatos mecânicos não modifica. A prevalência também era entre os oficiais de ferro e cobre, seguido dos alfaiates, sendo este o segundo grupo de maior representatividade nas retiradas e posses das cartas de exame para o período.

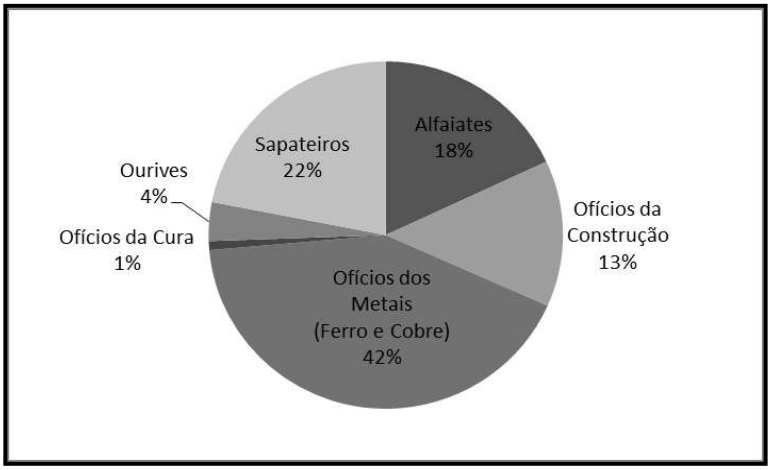


Gráfico 2 – Porcentagem de cartas de exame por tipos de ofícios mecânicos. Fonte: *Índice das cartas de exame de ofícios (1737-1806)*.

Para a análise da regulação dos ofícios mecânicos do termo, é plausível pressupor que esses mecanismos de controle dos ofícios "ficaram longe de representarem a totalidade

dos trabalhadores manuais, seja pelos valores cobrados, seja pelas exigências dos testes"[32]. Isso pôde ser notado quando, em 1729, os oficiais camarários denunciaram a inadimplência dos oficiais mecânicos na retirada das licenças afiançadas. Logo, na dinâmica da regularização dos ofícios mecânicos no Termo de Mariana, não eram todos os oficiais que cumpriram com a exigência de retirada e posse das licenças.

Tendo isso em vista, ao trabalhar com os ofícios da construção em Vila Rica nos séculos XVIII e XIX, Fabiano Gomes da Silva afirma que a própria configuração do mercado facilitava essa desvalorização na área da construção, pois "havia poucos espaços e vantagens para a atuação dos oficiais licenciados ou examinados que não participassem do seleto grupo dos arrematantes de obras, restando-lhes atuarem temporariamente como oficial contratado a soldada ou a jornal"[33].

Ou seja, muitos trabalhadores manuais da construção não obtiveram autorização da Câmara ou dos juízes de ofício. Entretanto, atuaram dentro das equipes e oficinas de outros mestres licenciados que monopolizaram as arrematações das obras públicas locais. Ou seja, por trás de cada obra era necessário considerável número de profissionais, mas, ao mesmo tempo, era limitado o número necessário de oficiais para regularizar o trabalho especializado da construção nas instâncias do conselho local.

Numa análise comparativa entre o ofício da alfaiataria e os demais ofícios, essas análises justificam os motivos dos oficiais da construção aparecerem em menor prevalência nos registros das licenças e cartas de exame do Termo de Mariana. Entretanto, nos instiga pensar quais seriam os motivos da prevalência dos alfaiates entre os ofícios de maior representatividade.

Assim sendo, argumentam-se dois motivos que justificariam esses predomínios. O primeiro seria o tipo de matéria-prima e de obra produzida por esses trabalhadores especializados da alfaiataria. O segundo era o mercado consumidor das obras e dos serviços desse tipo de ofício.

Em vista disso, o primeiro motivo nos faz pensar que a produção de uma peça têxtil demanda menos esforços físicos do que a construção de alguma obra civil. Afinal, tecidos não pesam mais que pedras. Uma analogia simplória, mas muito didática quando se defende a prevalência dos ofícios da vestimenta sobre os ofícios da construção, por exemplo. Por conseguinte ao exemplo dado, os alfaiates que buscaram regularidade da sua atividade

---

[32] SILVA, F. *Pedra e Cal*. Op. cit., p.82.
[33] SILVA, F. *Pedra e Cal*. Op. cit., p.82.

frente à Câmara poderiam trabalhar sozinhos ou com poucos ajudantes em suas oficinas ou nos fundos de suas lojas, diferentemente do exemplo relativo aos oficiais da construção.

Além disso, já objetivando o segundo motivo, subtende-se que havia um expressivo mercado consumidor dos serviços e dos produtos provenientes dos saberes da alfaiataria, uma vez que a demanda era mais vasta, constituída por diversos indivíduos dessa sociedade. Muito diferente do que ocorria nas demandas pelos serviços da construção, afinal, na construção urbana das Minas, as instituições religiosas e políticas eram os clientes mais recorrentes[34], o que limitava, à época, o mercado consumidor dos serviços da construção.

Sabe-se que, no cotidiano do Termo de Mariana, homens habilitados aos serviços da alfaiataria tiveram maiores interesses em normalizar a sua atividade nas instâncias do conselho local. Essa informação é significativa, pois permite apreender a realidade das Minas na regularização dos ofícios mecânicos. Tal regularização era individualizada e partia do singular interesse e das demandas de cada oficialato. O oficial mecânico nas Minas pensava individualmente e estava

> "livre dos trâmites de uma associação corporativa que lhe poderia cercear a desenvoltura de sua ação. Vinculando a um projeto próprio, ele excluía os pares da sua atividade, para melhor assentamento do seu plano de vida"[35].

Tendo em vista esse caráter individual da regularização, soma-se, aos sobrepostos argumentos, que o ofício da alfaiataria se distinguiria dos demais por se tratar de uma singular atividade que possibilitava serviços e produtos significativos a uma sociedade das distinções sociais. Naquele contexto, valorizavam-se as aparências e a ideia do parecer ser[36]. Por conseguinte, as vestimentas são, à época, aliadas a esses sentimentos e permitiam, desse modo, que homens e mulheres, por meio de suas roupas, na sua maioria de luxo, distinguissem-se frente à sociedade.

---

[34] Em estudo sobre alguns casos de pagamentos dos foros, Claudia Damasceno Fonseca afirma que "as associações religiosas eram as principais 'clientes' dos carpinteiros, pedreiros, entalhadores e pintores que viviam na capitania, os quais eram constantemente solicitados por elas para a construção de edifícios religiosos, assim como de moradias" (FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D'el Rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 488). Já as Câmaras Municipais eram a maiores interessadas na construção e na manutenção dos espaços públicos, sendo os oficiais da construção demandados constantemente pela instituição para a construção e a manutenção de calçadas, chafarizes, pontes e edifícios administrativos – como a casa do Senado, a cadeira e o pelourinho (Ver: SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e Cal:* os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007).

[35] MENESES, J. *Artes Fabris e Serviços Banais.*Op. cit., p. 262.

[36] ROCHE, Daniel. "Vestimenta ou costume?". In. *A cultura das aparências*: Uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII). São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 19 – 36; ROCHE, Daniel. Vestuário e Aparência. In. *História das coisas banais:* Nascimento do consumo século XVII –XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000; SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do indistinto:* Estado e sociedade nas Minas Setecentista (1735 – 1808). São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

O perfil da regularização do ofício da alfaiataria na Câmara de Mariana (1735 – 1750)

Seguindo a análise das sobreditas fontes camarárias, será abordada, mais detidamente, a definição de alguns aspectos do perfil da regularização do ofício da alfaiataria. Assim sendo, uma indagação importante ao estudo é a preferência desses homens pelas licenças afiançadas em contraponto às cartas de exames, na obtenção da permissão legal para a atividade especializada no Termo de Mariana.

Dentre os anos de 1735 e 1750, foram ao todo e sem distinção de ofício 1.706 licenças retiradas por esses indivíduos. E, para o mesmo recorte, apenas 101 cartas de exame para diversos ofícios. Especialmente sobre os alfaiates, para o período, foram 689 licenças − 293 alfaiates − e somente 31 cartas de exame[37].

Os motivos da preferência pelas licenças poderiam ser os mais distintos. A causa mais imediata seria que, na busca pela carta de exame, o candidato ao ofício passava por diversas instâncias até a efetiva e permanente permissão para o exercício do seu trabalho, o que demandaria mais tempo e custo em comparação à licença.

Para a realidade das vilas mineiras setecentistas, a prevalência das licenças sobre as cartas de exame nos aponta, de fato, a inexistência de alguma organização coorporativa de ofício, que tomasse frente ao conselho local a responsabilidade das atividades e dos regimentos dos ofícios mecânicos. Um dos motivos é que as licenças para ofício não exigiam apresentação prévia da carta de exame, e

> "isso solapava um dos preceitos básicos do controle corporativo: o exame feito pelo juiz de ofício para atestar as habilidades técnicas do candidato a oficial, o que garantia a qualidade dos serviços prestados e restringiria o acesso ao corpo de profissionais desse ofício"[38].

Em contraponto, na cidade de Lisboa, as licenças tinham o caráter mais provisório. Enquanto os processos das cartas de exame eram formalizados, as licenças permitiam aos candidatos ter loja aberta. A partir dessa permissão provisória, acumulavam algum dinheiro para sanar as dívidas do próprio processo de qualificação e formalização do ofício nas instâncias da Câmara local.

---

[37] Ver: *Índice das cartas de exame de ofícios (1737-106)*. Material produzido e cedido pela Escola de Cantaria da UFOP, que foi levantado pela pesquisadora Crislayne Gloss Marão Alfagali; Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Regimentos de coimas e fianças. Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648 e 664.

[38] SILVA, F. *Pedra e Cal*. Op. cit., p. 76 – 77.

Mesmo assim, tendo a valoração do exame e da produção de obras de qualidade – estigmas corporativistas – fizeram os procuradores dos ofícios defenderem diante do Senado da Câmara a concessão dessas licenças mediante a um atestado comprobatório, cedido pelo mestre do candidato, atestando o tempo de aprendizado na oficina ou na loja do mesmo mestre.

Apesar do seu caráter imediatista, não significou que a busca por licenças fosse limitada, preocupando, assim, os juízes de ofício sobre a qualidade das obras realizadas sem o aval do exame. Tal situação levou a Câmara de Lisboa a determinar que se devesse submeter a seguinte decisão ao rei D. João V, em 5 de Fevereiro de 1743:

> "que não se concedam estas licenças, ou sejam as primeiras ou as prorrogações d'ellas, sem informação dos juízes dos officios; e que não se possam conceder mais de tez licenças ao mesmo official, no fim das quaes será obrigado a examinar-se, com as penas que parecer"[39].

Em comparativo ao modelo lisboeta, notadamente os exames perderam relevância na dinâmica do mercado mineiro setecentista, mais especificamente no Termo de Mariana. Bastava apenas uma licença para oferecer serviços e mercadorias às demandas da população e, por efeito, para restringir o controle dos ofícios pelas prerrogativas corporativas.

Soma-se, às justificativas da prevalência, que as licenças "também, serviam como fonte de renda e controle fiscal, reforçando a importância dos oficiais mecânicos nas teias tributárias do Estado"[40]. Portanto, não haveria motivos para a Câmara de Mariana preferir entre o exame e a licença, pois ambas eram fontes de recursos tributários, o que ressalta o poder da Câmara local no controle e na fiscalização sobre os oficialatos mecânicos, reafirmando-se a realidade peculiar das vilas mineiras setecentistas.

As referências acima justificam o quanto o modelo Lisboa e os demais eram aspirados no cotidiano mineiro do controle municipal dos misteres mecânicos. Todavia, eram envoltos a uma singular dinâmica interna, o que não nos remeteria a uma ineficiência da aplicação do modelo, mas diversas conjunturas que caracterizaram singularmente a organização dos misteres na Câmara de Mariana no segundo quartel do século XVIII.

Por conseguinte, e, seguindo o objetivo específico desta parte do estudo, cabe neste momento a análise mais detalhada do grupo de alfaiates que a pesquisa abarca. Faz-se necessário apresentar o perfil da regulação do dito ofício a partir das licenças afiançadas e das

---

[39] OLIVEIRA, Eduardo Freire, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. I dos índices, vols. I, II, IV, V, VIII, XII, XIII, XVII, Lisboa, Publicação da Câmara Municipal de Lisboa, 1942, p. 566.
[40] SILVA, F. *Pedra e Cal*. Op. cit., p. 77.

cartas de exame. Para tanto, essas fontes revelaram algumas características caras ao estudo ou, pelo menos, até dado momento, questões relevantes à dissertação.

As licenças retiradas para o ofício da alfaiataria ao longo dos anos ininterruptos disponibilizados a pesquisa – 1735 a 1750 – apontam que a dinâmica da regularização desse ofício foi intensa ao longo do recorte. Ao todo, foram 298 homens beneficiados pelas licenças do dito ofício. Contudo, mais da metade – 54,17% – regularizaram-se com apenas uma única licença no recorte proposto. Esse dado nos faz questionar a dinamicidade da busca, principalmente sobre essas licenças abarcavam integral parte dos alfaiates do termo.

Dando continuidade às análises, as retiradas dessas licenças limitaram-se nas localidades mais centrais do Termo de Mariana, sendo a maioria retirada na própria Vila do Carmo, ou, após 1745, a renomeada Cidade de Mariana, seguida da Freguesia de Passagem e demais freguesias, como consta no **Gráfico 3**.

Os aglomerados urbanos se constituíam pela maior parte populacional do Termo. Por conta disso, demandavam maiores números de produtos manufaturados necessários à vida cotidiana – vestuários, ferramentas, construções, etc. E, no centro do Termo de Mariana conviviam diversos grupos sociais, por conseguinte, influenciavam numa demanda diversificada por essa população.

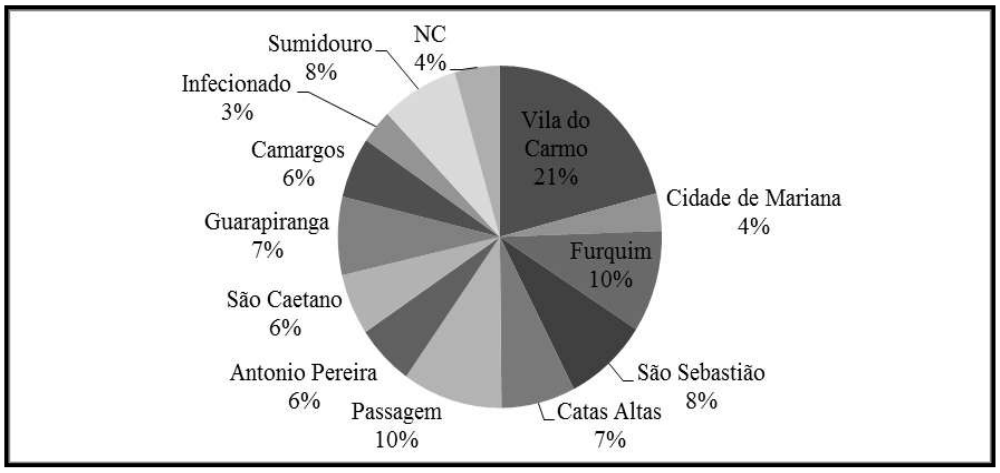


Gráfico 3 - Porcentagem de licenças para "Ofício de Alfaiate" por localidades (1735 - 1750) Fonte: AHCMM, Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648 e 664.

Desde a sua constituição, o Termo de Mariana se demonstrou uma localidade economicamente complexa[41]. Diante das múltiplas atividades econômicas, na região

[41] "De início é bom ressaltar: a mineração de ouro e pedras preciosas não excluíram do espaço econômico das Gerais as atividades agropecuárias. Ao contrário, nas *minas*, houve desde o início da ocupação colonial, necessariamente, uma estreita articulação entre mineração, agricultura e pecuária" (ANDRADE, Francisco Eduardo. "Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVII e XIX". In. *TERMO DE MARIANA: história e documentação*. Mariana: UFOP, 1998. p. 122).

encontrava-se um a vasto rol de indivíduos que necessitavam de diversos tipos de produtos, dentre eles as obras têxteis.

Homens e mulheres do dito Termo demandaram, conciliando ao seu poder aquisitivo de compra, por peças têxteis que esses trabalhadores especializados no ofício na alfaiataria lhes permitiam ter. A demanda material era influenciada pela existência de mãos de obra qualificadas, capazes de atender os gostos e as predileções cotidianas locais.

Portanto, a maior concentração populacional interferia nos lugares onde esses serviços eram realizados. Logo, as licenças revelam que as demandas por produtos têxteis nas localidades demograficamente mais ocupadas eram onde esses homens encontraram clientela para seus produtos e serviços.

Seguindo os estudos, outro perfil desses oficialatos mecânicos era a busca paralela de licenças para o ofício da alfaiataria e para lojas de fazenda seca. Dos 298 alfaiates inseridos no recorte, 123 buscaram licenças para esse tipo comercial. Assim, como para as licenças de ofício, concentraram-se as buscas nas localidades mais centrais do termo.

Elege-se o caso do Manoel da Silva Vieira pra ilustrar um alfaiate que buscou, em certa equidade, licenças para o comércio e o serviço. Vieira obteve nove licenças para sua loja de fazenda seca e dez licenças para o ofício de alfaiate. A **Tabela 1** apresenta todas as licenças retiradas por ele dentre os anos de 1738 e 1749.

Nota-se certa regularidade para ambos os tipos de licenças dentro dos seus respectivos prazos (um ano para loja e seis meses para ofício) e, especialmente, para a licença do dia 10 de março de 1744, em cujo registro vem a observação de que era “ofício de alfaiate na loja”.

Tabela 1 – Licenças afiançadas do alfaiate Manoel da Silva Vieira

Área/Localidade	Agente Fiado	Tipo de Fiança	Data	Ano
Gualacho do Sul	Manoel da Silva Vieira	Loja de Fazenda Seca	26/04/1738	1738
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Ofício de Alfaiate	26/04/1738	1738
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Loja de Fazenda Seca	16/03/1739	1739
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Ofício de Alfaiate	16/03/1739	1739
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Loja de Fazenda Seca	NC	1741
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Loja de Fazenda Seca	NC	1741
Antonio Pereira	Manoel da Silva Vieira	Ofício de Alfaiate	NC	1741
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Ofício de Alfaiate	NC	1741
Furquim	Manoel da Silva Vieira	Loja de Fazenda Seca	NC	1743
Furquim	Manoel da Silva Vieira	Ofício de Alfaiate	NC	1743
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Loja de Fazenda Seca	10/03/1744	1744
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Ofício de Alfaiate	10/03/1744	1744

São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Loja de Fazenda Seca	11/02/1746	1746
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Ofício de Alfaiate	11/02/1746	1746
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Ofício de Alfaiate	21/06/1746	1746
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Loja de Fazenda Seca	07/02/1747	1747
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Ofício de Alfaiate	07/02/1747	1747
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Ofício de Alfaiate	30/08/1747	1747
São Sebastião	Manoel da Silva Vieira	Loja de Fazenda Seca	24/03/1749	1749

Fonte: AHCMM, Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648 e 664.

O caso de Manoel da Silva Vieira demonstra que a mobilidade desses alfaiates entre as atividades comerciais e mecânicas os caracterizam como "comerciantes que atuavam de maneira diversificada"[42], pois o estabelecimento comercial era um recurso de acumulação de riqueza paralelo ao seu ofício, que era a sua principal ocupação.

Ademais, donos de lojas poderiam comercializar roupas sob encomenda e roupas prontas, tecidos[43], materiais de armarinho em geral e produtos provenientes do Reino[44]. Portanto, o importante é compreender que a peculiaridade desse tipo de estabelecimento era justificada pela comercialização de tais produtos que demandavam um maior investimento de recursos[45]. Consequentemente, nas premissas sociais e econômicas à época, tais estabelecimentos permitiam aos seus donos notoriedade frente ao comércio interno.

Continuando a apresentação do perfil da regularização do ofício da alfaiataria no Termo de Mariana, as cartas de exames foram analisadas. Estas qualificavam o oficial mecânico capaz de exercer o seu ofício sem qualquer prejuízo à obra que dele se origina – nesse caso, peças de origem têxteis.

Para tanto – como exemplo neste estudo – em 7 de novembro de 1744, o juiz de ofício da alfaiataria, Caetano Pereira, afirma que o alfaiate Bracamonte lhe "requereu [que] o examinasse nas coisas pertencentes ao dito oficio e com efeito examinei com a miudeza necessária e achei estar capaz de trabalhar em toda obra"[46]. Foi lhe permitido, assim, entrar com o pedido de carta de confirmação do exame e a licença geral nas instâncias da Câmara de Mariana.

No dia 21 do mesmo mês e ano do exame, os oficiais e escrivão do Senado da Câmara consentiram que:

---

[42] PUFF, F. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII*. Op. cit., p. 93.
[43] Os tecidos que nas lojas mineiras foi destacadamente um dos produtos mais vendidos. PEREIRA, Alexandra Maria. *Um mercador de Vila Rica: Atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008, p. 50.
[44] PUFF, F. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII.* Op. cit., p. 94.
[45] PUFF, F. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII.* Op. cit., p. 55 - 56.
[46] AHCMM. Registro de cartas de exame de ofícios. Códice 146, Fl. 55f – 56v.

> "houvemos por bem conceder-lhe licença para que nesta Vila e seu Termo possa usar do dito ofício de alfaiate assim como o fazem os mais mestres (...) hajam a dito Manoel Leite Bracamonte para oficial examinado do ofício que nesta declara e como tal o deixam usar livremente sem constrangimento algum"[47].

Tendo em mãos a carta de confirmação do Senado da Câmara, no dia 15 de dezembro de 1744, na casa de morada do Doutor José Caetano Galvão, Juiz de Fora do Termo de Mariana, Bracamonte, com a mão direita sobre "um livro deles"[48], jurou "quem bem e na verdade exercitasse o dito ofício não falsificando as obras dele em detrimento das partes e em prejuízo público"[49]. Por fim, o exame, a carta de confirmação e o juramento foram transladados pelo escrivão da Câmara, Pedro Duarte Pereira, nos livros do Senado.

O processo da carta de exame nos instiga a pensar o quão habilitado Bracamonte deveria ser para possuir a aprovação no exame de ofício. Infere-se, no mínimo, que esse alfaiate já teria passado pelo processo de aprendizado do ofício, e que, possivelmente, o fato teria ocorrido em terras metropolitanas, pois na sua trajetória há relatos de que já exercia o ofício em territórios açorianos[50].

Assim como Bracamonte, outros alfaiates também foram examinados na Vila do Carmo e Cidade de Mariana. Contudo, alguns deles obtiveram a aprovação do exame em outras localidades – Porto, Lisboa e Rio de Janeiro. Todavia, não os impediram de se regularizarem nas instâncias do conselho local. Além disso, foram menores os casos de exames realizados fora da vila mineira em perspectiva.

Especificamente sobre os exames realizados no Termo, o papel dos juízes e escrivães de ofício era fundamental. Afinal, "tinham que ser profissionais experientes porque uma das suas principais funções era examinar os candidatos no âmbito da atividade profissional que representavam"[51].

Analisando quem eram os juízes e os escrivães, notamos que nem sempre houve alguma regularidade entre eles. No segundo quartel do século XVIII, há mudança contínua dos oficiais. Somente a partir de 1754 é que se estabelecem como juiz de ofício de alfaiate Jose Francisco Lisboa e como escrivão do mesmo ofício Caetano Pereira.

Inclusive, foi o alfaiate Caetano Pereira o juiz de ofício que examinou e julgou positivamente a habilidade de Manoel Leite Bracamonte para a atividade da alfaiataria. Mas,

---

[47] AHCMM. Registro de cartas de exame de ofícios. Códice 146, Fl. 55f – 56v.
[48] AHCMM. Registro de cartas de exame de ofícios. Códice 146, Fl. 55f – 56v.
[49] AHCMM. Registro de cartas de exame de ofícios. Códice 146, Fl. 55f – 56v.
[50] Arquivo Histórico da Arquidiocese de Mariana, Processos Matrimoniais. Registro 6751; Armário 06; Pasta 676.
[51] SILVA, Maria da Graça de Barros. *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna:* O caso da cidade de Lisboa setecentista. Lisboa, 2012, p. 37.

curiosamente, o dito juiz só obteve a sua carta de exame após ser examinador em três anteriores processos.

E, mais ainda, foi de se estranhar que, no dia 12 de agosto de 1745, o mesmo foi examinador e examinado. Enquanto examinador, juntamente com o escrivão de ofício Jose de Souza Teixeira, concedeu a Jose Custodio Machado a sua carta de exame, habilitando-o como oficial alfaiate. No registro seguinte, foi ele o examinado pelo então recém-habilitado Jose Custodio Machado. Concedeu-se, então, a Caetano Pereira a sua carta de exame.

Ao se buscarem informações sobre o alfaiate Caetano Pereira, sabe-se que ele retirou licenças para o ofício de alfaiate em 1736, 1737, 1739, 1743 e 1744, sendo duas neste último ano. Deduz-se então que, pelo fato de ter retirando em certa frequência licenças para o exercício de seu ofício, fosse capaz de, antes mesmo de ser examinado, ser examinador de outros alfaiates. Contudo, mais do que isso, mostra-nos que até a segunda metade do século XVIII não havia uma coesão entre examinadores capazes de habilitar outros candidatos ao ofício.

O caso de Caetano Pereira não foi o único. O alfaiate Manoel Vieira Serra foi examinador de três cartas de exame em 1738, 1743 e 1744 e apenas em 1746 obteve a sua nas instâncias do conselho local. Além disso, não há registros de licenças de ofício em seu nome. Isso nos leva a crer que nem mesmo a licença o subtenderia capaz de ser examinador antes mesmo de ser examinado.

Tal situação vai de desencontro ao que se determinavam as corporações de trabalhos mecânicos do império português. Pelos estigmas corporativistas, para ser examinador, deveria o então alfaiate ter sido aprendiz, habilitado pelo exame e, por fim, licenciado. Entretanto, na peculiar lógica das Minas, não foi bem isso que encontramos ao analisar os juízes e escrivães de ofício de alfaiate para o Termo de Mariana entre os anos de 1738 e 1753.

Ao examinar o caso para Vila Rica, Fabiano Gomes afirma que os cargos de juízes e secretários dos ofícios mecânicos também oscilavam consideravelmente e apenas

> "no avançar do século XVIII, somente algumas ocupações passaram por eleições regulares de seus representantes, como alfaiates, sapateiros, carpinteiros, pedreiros, ferreiros e ferradores. Isso decorria da importância das referidas especialidades nas demandas cotidianas da população local, bem como daqueles decorrentes da expansão das intervenções da Câmara e das demais instancias do governo colonial"[52].

Ainda sobre a análise dos processos de exame do Termo de Mariana, eles não detalhavam sobre a prática, as técnicas e as normas do exercício do trabalho especializado.

[52] SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e Cal*. Op. cit., p. 79.

Sabe-se apenas que Bracamonte, e os demais, eram capazes "de trabalhar em toda a obra"[53] do ofício da alfaiataria. Provavelmente, a prática do ofício era normatizada pelo costume e, por conseguinte, há uma ausência de informações sobre os saberes do ofício.

Contudo, para a Espanha Moderna sabe-se da existência da publicação de seis tratados da alfaiataria. E, a primeira publicação sobre as técnicas da alfaiataria – *Libro de geomeria pratica y traça* de Juan de Alcega – data do ano de 1589. A partir desse tratado, os demais foram produzidos, e nota-se que há entre eles semelhanças quanto o teor da publicação.

Esses tratados eram didáticos e tinham ilustrações de *traças* (padrões)[54] que permitiriam a feitura de distintas peças a partir de diversos tipos têxteis. Quem os usavam no exercício do ofício, "*simplemente sabrían adaptar las medidas del cliente al patrón de los tratados en los que se iban a basar*"[55]. Têm-se também as ferramentas – régua de ferro, para medições lineares, e compassos – que permitiriam desenhar com precisão sobre os tecidos.

Ao longo do período moderno, os saberes do ofício de alfaiate aperfeiçoaram suas técnicas e normas. O ofício constitui-se como a profissão que escondia importantes conhecimentos atrás de "autênticas obras de mestria na arte da alfaiataria"[56] setecentista. São eles: conhecimento da aritmética, da geometria e das proporções do corpo humano.

Os conhecimentos de aritmética e geometria possibilitavam o desenho dos moldes no tecido ou em cartões. E a proporção do corpo humana permitia a compreensão das suas dimensões, como: "dimensões da grossura e altura do pescoço, saliência do peito, inclinação dos ombros, aprumo ou curvatura das costas, largura ou estreiteza do tórax, maior ou menor descaimento dos ombros, etc." [57].

Esses tratados nos permitem apreender sobre os saberes do ofício de alfaiataria, caros a um momento histórico específico. Por se constituírem por moldes de distintas peças do vestuário masculino e feminino, esses tratados didáticos poderiam ultrapassar os limites linguístico-culturais da Espanha moderna.

---

[53] AHCMM. Códice 146: Registro de cartas de exame de ofícios. Fl. 39v – 40f.

[54] Nos tratados de alfaiataria publicados durante os séculos XVII e XVIII, têm-se dois tipos de *traças* (padrões). O primeiro seriam os padrões de desenho com partes individuais não ligadas dispostas separadamente sobre o tecido. Esse tipo está em todos os tratados publicados para o período. Já o segundo tipo era de peças de padrões juntos e apenas apresentava nos tratados do século XVI (Alcega e Freyle) e XVII (Segovia Andujare Rocha). Ver: ESCRIBANO, Ruth de La Puerta. Los Tratados del Arte del Vestido en La España Moderna. *Revista do Archivo Español de Arte*. Madrid, Instituto de História, vol. 74, n. 293, 2001, p. 59- 60.

[55] ESCRIBANO, R. Los Tratados del Arte del Vestido en La España Moderna. Op. cit., p. 59.

[56] SILVA, M. *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna*. Op. cit., p. 38.

[57] SILVA, M. *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna*. Op. cit., p. 38.

As práticas do ofício da alfaiataria são subtendidas como algo naturalizado nas cartas de exame; contudo, os tratados do dito ofício possibilitam apreender sobre os saberes do ofício de alfaiataria, instigando-nos a pensar que eram conhecimentos exigidos nos exames do ofício e o grupo de alfaiates do Termo de Mariana eram habilitados através dos conhecimentos ilustrados e escritos nessas obras.

Considerações finais

Uma recente historiografia veio para desmistificar os estudos sobre os oficialatos e os ofícios mecânicos do Antigo Regime português. Entende-se que, ao ignorá-los ou acomodá-los nos preceitos do defeito mecânico, imputa-se a noção de que essas personagens faziam parte das conjunturas culturais e sociais à época.

Além disso, tais homens compunham um seleto grupo que promovia a sustentação da vida nos aglomerados urbanos e seus entornos rurais, oferecendo produtos manufaturados e serviços especializados quistos à sobrevivência material e social das localidades.

Posto isso, entendeu-se que esses homens mecânicos, inseridos nos conselhos municipais espalhados pelo Império Português, objetivaram espaços econômicos e sociais a partir da obtenção de cartas de exame e licenças afiançadas, o que lhes permitiu exercer seus ofícios especializados em diversas localidades e, muitas vezes, angariar privilégios e melhores lugares sociais.

Para tanto, um seleto e significativo grupo de alfaiates foi o objeto escolhido para apreensão da dinâmica da regularização do ofício da alfaiataria no Termo de Mariana, na primeira metade do século XVIII. Nas instâncias do Senado da Câmara de Mariana, esse grupo de alfaiates destacou-se frente a outros ofícios mecânicos, possibilitando problematizações importantes acerca das demandas pelos serviços e pelas obras da alfaiataria e do seu mercado consumidor.

Além disso, os mesmos alfaiates foram os que buscaram, paralelamente ao ofício, licenças afiançadas para o funcionamento de suas lojas de fazenda seca, do que apreende-se que esses homens estavam inseridos num privilegiado espaço dentro do comércio interno do Termo de Mariana. Afinal, esse tipo de estabelecimento, de modo geral, comercializava produtos de significativo valor simbólico e financeiro.

A partir da análise do perfil da normatização do dito ofício nas instâncias do conselho local, foi possível reafirmar uma singular maneira na organização, normatização e controle dos oficialatos mecânicos nas Minas, indo na contramão dos preceitos corporativos, mas que, de modo geral, apreciava o modelo lisboeta.

Bibliografias de referência

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Regimentos de coimas e fianças. Códices 123, 652, 133, 168, 570, 646, 172, 383, 648 e 664.

AHCMM. Registro de cartas de exame de ofícios. Códices 146, 218 e 381.

AHCMM. Posturas do Senado. Códices 572, 638 e 660.

AHCMM. Editais da Câmara. Códices 462 e 554.

Fontes impressas

ALCEGA, Juan. *Libro de Geometria, Prática y Traça*. 1580.

ANDÚJAR, Martín. Geometria y trazas pertenecientes al oficio de sastres. 1640.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 8, 1712 – 1728.

BURGUEN, Francisco Rocha. Geometria y traça perteneciente al oficio de sastres. 1618.

Fontes bibliográficas

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *"Em casa de ferreiro pior apeiro":* os artesões do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2012.

ANDRADE, Francisco Eduardo. "Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVII e XIX". In. *TERMO DE MARIANA: história e documentação*. Mariana: UFOP, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, vol. 18, n. 36, 1998.

CAETANO, Marcello. A história da organização dos mestres na cidade de Lisboa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Rio de Janeiro, vol. 318, p. 286 – 287, jan-mar, 1978.

CHAVES, Cláudia M. Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). *Casa de Vereança de Mariana*: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

ESCRIBANO, Ruth de La Puerta. Los Tratados del Arte del Vestido en La España Moderna. *Revista do Archivo Español de Arte*. Madrid, Instituto de História, vol. 74, n. 293, 2001, p. 45 – 65.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D'el Rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163 – 188.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Gente nobre e gente importante. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve econômico:* 1600 – 1773. Lisboa: Estampa, 1988.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Banais:* o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808). Belo Horizonte: Fino Trato, 2013.

MENESES, José Newton Coelho. Descrição nas cores e efeitos nas formas: emblemas, simbologias e manifestações da identidade dos ofícios mecânicos no mundo português dos séculos XVIII e XIX. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África. Annablume: São Paulo, 2008.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elite e poder*: entre o Antigo Regime e o liberalismo. Lisboa: ICS, 2003, capítulo 2 e 3.

PEREIRA, Alexandra Maria. *Um mercador de Vila Rica: Atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

PEREIRA, Fabrício. Mestres, arrematações e fazeres: os oficialatos mecânicos em Mariana na Segunda Metade do século XVIII. *Revista Ágora,* Vitória, n.17, 2013, p.1-12.

PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII*: perfil, atuação e hierarquia (1716 – 1755). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

ROCHE, Daniel. "Vestimenta ou costume?". In. *A cultura das aparências*: Uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII). São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 19 – 36.

ROCHE, Daniel. Vestuário e Aparência. In. *História das coisas banais:* Nascimento do consumo século XVII –XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português. In: FRAGOSO, João... {et.al.}, organizadores. *Nas rotas do Império:* eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e Cal:* os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Dissertação (Mestrado em História), FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Maria da Graça de Barros. *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna*: o caso da cidade de Lisboa setecentista. Tese de Mestrado (Mestrado em História Moderna), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do indistinto:* Estado e sociedade nas Minas Setecentista (1735 – 1808). São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas*: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 67 – 105.

O pensamento de Celso Furtado sobre o Golpe Civil-militar de 1964 e suas implicações para o Nordeste

Lilian da Rosa[1]

Resumo:

As décadas de 1950 e 1960 foram períodos de intensos conflitos sociais e políticos no Nordeste brasileiro, que vislumbrava uma possível modificação em sua estrutura política, social e econômica engessada a séculos. Entretanto, o Golpe de 1964 interrompeu essa possibilidade de mudança. No contexto da Ditadura civil-militar, muitos brasileiros, entre os quais estava Celso Furtado, tiveram seus direitos políticos cassados. Em virtude disso, este trabalho mapeou as distintas interpretações de Celso Furtado sobre a participação da elite agrária nordestina nos momentos históricos antecedentes ao Golpe e, além disso, buscou investigar de que maneira a Ditadura influenciou a sociedade nordestina ao longo de seus 21 anos. Para tal, resgatou-se, sobre essa temática, os elementos centrais das seguintes obras de Furtado: A Pré-Revolução Brasileira; Dialética do Desenvolvimento; A Operação Nordeste; Obstáculos políticos ao crescimento econômico; Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar; Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado; Os Ares do Mundo; Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise; A Fantasia desfeita; O Brasil pós milagre; e, por fim, O golpe de 1964 e o Nordeste.

I – Introdução

Celso Furtado contribuiu substantivamente para o entendimento do desenvolvimento brasileiro, especialmente para o da região Nordeste. Ele problematizou a realidade dessa população, que estava mergulhada no mais profundo subdesenvolvimento em meados do século XX, e atuou politicamente em projetos governamentais como a Operação Nordeste e a Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), implementados nas décadas de 1950-60 e cujo o enfoque era (em princípio) a melhoria na qualidade de vida dos nordestinos, especialmente aqueles que enfrentavam as dificuldades do sertão.

[1] Doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Unicamp.

No entanto, a participação de Furtado na política e no andamento desses projetos foi abruptamente interrompida durante os 21 anos da Ditadura Militar (1964-1985). Esse período histórico foi marcado pela opressão à população brasileira pobre residente no campo. Em específico, o Nordeste sofreu essa opressão de forma exacerbada, em parte, devido a sua estrutura agrária concentrada, que também serviu como pretexto (ainda que indiretamente) às articulações do Golpe[2]. Após essa tomada de poder, a região foi taxada, pelo governo plutocrático, como particularmente perigosa e, por isso, foi alvo de medidas repressivas para conter os trabalhadores do campo[3], os quais estavam organizados pelos sindicatos rurais e pelo movimento das Ligas Camponesas. Nos primeiros anos da Ditadura, como consequência dessa política militar, inúmeros sindicatos foram interditados, o campesinato sofreu constantes ameaças e os pleitos sociais foram, pouco a pouco, desarticulados[4].

O Golpe de 1964 também levou ao exílio uma parcela significativa de intelectuais que pensavam soluções para os problemas do Brasil, como no caso de Celso Furtado. Durante o seu exílio no Chile e depois na França, ele realizou uma interpretação autônoma da conjuntura interna e externa do período antecedente ao golpe e, posteriormente, estendeu suas análises para todo o período do governo ditatorial brasileiro. Em virtude disso, o presente trabalho procura analisar as interpretações e as contribuições de Celso Furtado sobre a participação da elite agrária nordestina no Golpe Militar e no governo ditatorial. Para tal, resgatou-se elementos centrais dos textos que discorreram sobre esse tema: A Pré-Revolução Brasileira; Dialética do Desenvolvimento; A Operação Nordeste; Obstáculos políticos ao crescimento econômico; Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar; Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado; Os Ares do Mundo; Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise; A Fantasia desfeita; O Brasil pós milagre; e, por fim, O golpe de 1964 e o Nordeste.

II - O Nordeste pré Golpe de 1964

Para entender o cenário social, político e econômico do Nordeste no século XX é necessário realizar uma breve análise histórica da formação dessa região, uma vez que, esta esteve ligada as necessidades do capital mercantil europeu em expansão no século

---

[2] Celso Furtado. *Entrevista*. O Estado de São Paulo. 4 mar. 2004.
[3] Denis A Bernardes. *Octávio Ianni e a Questão Nordeste*. In: LIMA, Marcos Costa (org.). A Sociologia crítica de Octavio Ianni: Uma homenagem. Recife: UFEPE. 2005, p, 40-41.
[4] Celso Furtado. *Seca e Poder entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

XVI. A busca por novos produtos, por parte das potências capitalistas, o Império Português em particular, criou os fatores dinâmicos que permitiram as correntes migratórias para a Colônia na América portuguesa, que tinha como objetivo através da ocupação, assegurar a posse territorial e garantir o comércio monopolístico entre a metrópole e a Colônia. Dentro desse cenário, o Nordeste foi o primeiro espaço da colônia explorado economicamente por meio do sistema de *plantations.* Essa atividade foi associada com a pecuária extensiva, típica das regiões sertanejas e baseada no regime de subsistência que surgiu para atender certas demandas da economia principal (agroexportadora). Apesar das diferenças entre esses setores, ambos apresentaram uma característica singular: o crescimento extensivo, através da incorporação de terras e de mão-de-obra, que ocorria sem mudança nos custos de produção[5]. Tais atividades sempre requereram grandes porções de terra e que, por conta disso, acentuaram a tendência, desde o final do século XV, à formação e à concentração de renda e poder dos grandes proprietários[6].

Assim, a herança colonial agroexportadora do complexo nordestino impregnou naquela região uma dinâmica especifica de acumulação que tinha na demanda externa a principal válvula expansionista da economia regional. Essa herança foi reproduzida ao longo dos séculos subsequentes, reafirmando a estrutura produtiva baseado na concentração de renda e de terra, na monocultura voltada para a exportação e uma agricultura de subsistência aliadas com a imposição de um sistema político baseado no clientelismo. Todas essas características se tornaram elementos de dominação seculares que foram centrais e impossibilitaram que as grandes massas de trabalhadores rurais tivessem acesso à terra, o que, por conseguinte, também enfraqueceu o processo de desenvolvimento econômico regional.

Para Furtado, os condicionantes históricos, brevemente apresentados acima, contribuíram para a permanência do Nordeste como região agroexportadora de produtos primários e importadora de produtos manufaturados[7], sem mudanças significativas em sua "base produtiva". Assim, para o autor, as raízes dos problemas do Nordeste do século XX estavam diretamente associadas à história da ocupação do espaço geográfico, uma vez que, desde o século XVI, prevaleceu uma economia de exportação concentradora de renda, como toda economia de exportação, ou seja, só crescia a medida que a demanda externa permitia que crescesse[8]. Nos anos 50 do século XX, essa relação foi recriada com

---

[5] Celso Furtado. Op. Cit. p. 101-112.
[6] Para maiores informações sobre a História Colonial do Nordeste ver Formação Econômica do Brasil.
[7] Celso Furtado. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1962.
[8] Celso Furtado. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1962, p 20.

o centro-sul do país. Havia se constituído, no interior da economia brasileira, uma divisão geográfica de trabalho que replicava as relações entre as metrópoles industrializadas, fornecedoras de produtos manufaturados, e as colônias, fornecedoras de matéria prima. Nessa relação a economia nordestina era prejudicava imensamente e consequentemente agravava ainda mais o seu quadro de subdesenvolvimento. Assim, o Nordeste chegou na década de 1960 com 25 milhões de habitantes e entre os mais baixos níveis de desenvolvimento de toda a América Latina, comparável somente ao Caribe, ao Paraguai e a Bolívia[9]

Outra singularidade regional estava diretamente relacionada às suas características climáticas: a falta de chuva aliada a elevadas temperaturas. Com o passar do tempo, essas características tornaram a região um polo de atração de políticas públicas que visavam resolver os problemas da seca. As principais ações imediatistas eram a abertura de açudes e de estradas e a distribuição de alimentos para as comunidades carentes. No entanto, essas políticas públicas realizadas pelos governos federais, ou mesmo estaduais, pouco a pouco, se tornaram essencialmente predatórias porque as elites locais se apropriavam delas em benefício próprio. Assim, Furtado argumentava que o problema do Nordeste não era a seca em si mesma, conforme alegavam essas elites, mas que o problema provinha, sim, das idiossincrasias social, econômica e política estruturadas há séculos.

Era, normalmente, através do controle das verbas destinadas pelo governo federal ou estadual que essa oligarquia regional agia em favor de seus próprios interesses e se fortalecia continuamente ao usar o dinheiro público para realização de obras em benefício próprio, fosse em suas propriedades ou ao exercer posições de mando local. Essa estrutura política, segundo o autor, ocorria principalmente porque essa sociedade estava assentada no processo de manutenção de um dado padrão de organização social autoritário, personalista e clientelista. Tais características fizeram com que o Nordeste evoluísse para o quadro de subdesenvolvimento no qual se encontrava na segunda metade do Século XX. Esse subdesenvolvimento, somado a uma estagnação local, ficava latente quando comparado ao desenvolvimento econômico e industrial de outras regiões do pais, como o Sudeste.

---

[9] Furtado. A operação Nordeste. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. p. 20.

Tais características, ao longo do tempo, suscitaram a emergência de uma massa de pequenos agricultores despossuídos de terra e de máquinas agrícolas. Esses agricultores vendiam sua força de trabalho aos "fazendeiros" da região e também estavam submissos aos mandos e desmandos desses mesmos fazendeiros que coordenavam a política local. As crianças, que nasciam em uma família de trabalhadores pobres, eram inseridas nesse precário mercado de trabalho a partir dos oito anos de idade, o que, por conseguinte, excluía-as das oportunidades de alfabetização e de ascensão à cidadania efetiva. Essa grande massa constituía, nos termos de Furtado, uma espécie de "subcidadânia", mais próxima dos antigos escravos do que da população civil[10].

Todos esses fatores fizeram com que durante os anos de 1950 eclodissem expressivos conflitos e movimentos oriundos do campo, especialmente na zona da mata, os quais contribuíram para a formação da Liga Camponesa. Furtado ressaltou que foram as más condições de vida dos trabalhadores do campo, impostas pela classe proprietária (de terras e de engenhos), o elemento fundamental para a o surgimento dos líderes locais que atuaram com o objetivo de 'fomentar a tomada de consciência dos interesses comuns" desses trabalhadores que naquele período viviam abaixo do nível de subsistência. Diante dessa realidade socioeconômica, as Ligas Camponesas articulavam o campesinato nordestino para conquistar direitos trabalhistas, por exemplo[11]. Essas reivindicações, no entanto, contradiziam os interesses da burguesia latifundiária local, ou seja, qualquer iniciativa de modificação estrutural na composição dessa sociedade tendia a suscitar grandes resistências[12]. Assim, para Furtado, na lógica do desenvolvimento Nordestino, o problema agrário ocupava a posição central[13], portanto, era necessário eliminar as estruturas sócias de cunho "semifeudal", que ainda prevaleciam naquela região. Para isso, era preciso lutar contra as ações da oligarquia nordestina que agiam para garantir seus interesses e tentavam impedir a eclosão das forças sociais e das políticas que visavam a transformação da estrutura[14].

Foi diante desse cenário que Celso Furtado atuou na política e no governo através de projetos como a Operação Nordeste e a Sudene. Implementados nas décadas de 1950-60, tais projetos tinham como principais objetivos conceber incentivos fiscais para

---

[10] Celso Furtado. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1964 p. 171.
[11] Celso Furtado. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1964 p, 146-47.
[12] Celso Furtado. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1964 p, 138.
[13] Celso Furtado. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1962, p 53.
[14] Celso Furtado. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1964 p, 138.

os investimentos naquela região, transformar as estruturas arcaicas e possibilitar o desenvolvimento regional. Em princípio, esses projetos transformariam as estruturas da região e diminuiriam as disparidades regionais. Segundo Furtado, o assistencialismo e as obras emergenciais contra as secas, que prevaleciam desde o século XIX, precisavam ser substituídos por uma política de reformas estruturais e de estímulo a atividades compatíveis com as especificidades da região. Tratava-se, antes de tudo, de criar uma economia resistente às secas, de organizar uma agricultura adaptada ao meio ambiente, de deslocar a fronteira agrícola na direção de terras mais úmidas, de garantir o abastecimento de alimentos das cidades e de promover a industrialização. Com a implantação destas medidas, possivelmente, ocorreria um aumento da produção e, por conseguinte, um aumento da exportação para o Centro-Sul e para o exterior, o que permitiria uma quantidade crescente de manufaturas de consumo e de bens de capital, exigidos para o desenvolvimento. Assim, estariam dados os elementos necessários para desenvolver a região através da industrialização, uma vez que, o aumento de investimentos industriais absorveria a massa trabalhadora ociosa[15].

No entanto, o contexto social, político e econômico do início da década de 1960 acirrava as dificuldades do então presidente da República, João Goulart, para governar. Nesse contexto, especialmente a partir de 1963, articulou-se uma ampla coalização de forças internas e externas que se mostrou contrária e insatisfeita com as políticas populistas de Goulart, o que culminou no Golpe civil-militar de 1964. A instalação dos militares no poder indicava, desde os primeiros momentos, que se quebrou o estado de direito e que se instaurou um Estado de exceção no Brasil. A Ditadura Civil-militar, através dos Atos Institucionais (AIs), cassou os direitos políticos de pessoas rotuladas como comunistas, subversivas e perigosas, repreendeu os movimentos populares, cercou os meios de comunicação, fechou sindicatos, perseguiu todos aqueles que se manifestaram contrariamente ao golpe.

III – O longo exílio e as interpretações de Celso Furtado sobre a Ditadura civil-militar no Brasil

O exílio político brasileiro foi uma das consequências do aparato violento utilizado pelo regime militar. Esse banimento atingiu indistintamente homens, mulheres,

[15] Furtado. A operação Nordeste. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. p.32-33.

crianças, jovens e adultos que saíram do país, em virtude de terem se tornado alvos da ditadura e da repressão[16]. Dentre eles, estava Celso Furtado, que teve seu nome incluído no primeiro Ato Institucional (AI-1) e, consequentemente, teve seus direitos políticos cassado por 10 anos. Nesse contexto de turbulência e negação de direitos políticos, Furtado foi o único que saiu do Brasil com o aporte de um passaporte diplomático. Isso aconteceu devido a sua participação como membro do Conselho Interamericano da Aliança para o Progresso[17]. Seu primeiro destino foi Santiago, no Chile, onde o mesmo realizou uma série de conferências e palestras a pedido do Instituto Latino-Americano do Planejamento Econômico e Social, ligado a Cepal. Após um tempo no Chile, Furtado foi para os Estado Unidos onde pretendia seguir carreira acadêmica. No entanto, não estava livre das pressões exercidas pelo governo brasileiro que tentava cercar sua circulação internacional. Outra problemática em relação a sua estadia nos Estados Unidos estava diretamente relacionada ao ceticismo internacional em relação a sua teoria sobre a problemática do subdesenvolvimento[18]. Nesse período de estadia nos Estados Unidos Furtado não publicou nenhum texto de significativa relevância política sobre o contexto de 1964.

Em 1965, Furtado fixou residência na França, onde lecionou na Universidade de Paris, à qual permaneceu ligado até 1985 (com períodos de ensino e pesquisa em outros países)[19]. Em Paris ele continuou seus estudos sobre a conjuntura econômica, social, política no qual o Brasil e, especialmente, o Nordeste se encontravam nos períodos anteriores ao Golpe de 1964. Além disso, Furtado realizou uma primeira interpretação sobre os possíveis condicionantes que levaram ao Golpe. Essas reflexões foram materializadas em seu primeiro texto político, após seu exílio, em "*Obstáculos políticos ao crescimento econômico"*, publicado na *Revista Civilização Brasileira*[20]. Para Furtado, o processo de industrialização ocorrido nas três décadas anteriores, em algumas regiões do Brasil e especialmente no Sudeste, possibilitou a emergência de empregos, o que atraiu mão de obra oci-

---

[16] Imaculada Spigolon Nima. As noites da ditadura e os dias de utopia... : o exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979. Campinas, SP : [s.n.], 2014. Tese de Doutorado.

[17] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988, p, 200.

[18] Renata Bianconi. Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado. Artigo Apresentado no XI Congresso brasileiro de História Econômica e 12 Congresso Conferência Internacional de História de Empresas.

[19] Renata Bianconi. Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado. Artigo Apresentado no XI Congresso brasileiro de História Econômica e 12 Congresso Conferência Internacional de História de Empresas.

[20] Esse texto foi apresentado por Furtado em uma conferência realizada em Londres. " Political Obstacles to the Economic Development of Brazil, em 1964. Posteriormente, o texto foi publicado na Revista Civilização Brasileira, V. I, n. I, 1965. Om o título "*obstáculos políticos ao crescimento econômico".*

osa do campo, causou, por isso, um aumento da população urbana e suscitou, enfim, certas modificações na estrutura social do país. Em 1964, por exemplo, a população brasileira chegava a 80 milhões, dos quais 35 milhões viviam nas cidades. Essa população urbana apresentava um grau de alfabetização superior a população rural. Por conta disso, ocorreu um deslocamento do centro dinâmico das atividades políticas, principalmente em relação ao processo eleitoral[21]. Essa massa urbana heterogênea, pouco a pouco, negociou seu voto, com grupos "populistas", em troca de melhorias nas condições de vida[22].

Esse processo de industrialização foi feito em concordância com os interesses de grupos ligados a velha agricultura de exportação, pois o poder continuava nas mãos das classes tradicionais que demonstravam aptidão para absorver os dirigentes industriais. No entanto, as instituições políticas não corresponderam a evolução e transformação da estrutura social, uma vez que a classe dominante tradicional ocupava uma posição privilegiada na luta pelo controle delas. O sistema federativo concentrava grande força política no senado, que era influenciado, de forma decisiva, pelos pequenos estados agrícolas e pelas regiões mais atrasadas. Assim, estes e estas colocavam o poder legislativo nas mãos de uma minoria da população do país que habitava regiões onde os interesses dos latifundiários exerciam poder incontestável[23]. Nessas regiões, as indústrias surgiram dentro do próprio quadro da velha economia agrícola, herdado da herança paternalista. No Nordeste, por exemplo, as fábricas têxteis foram implantadas, muitas vezes, na zona rural ou em pequenas cidades isoladas no interior[24].

Diante desse cenário, Furtado constatou que o mais profundo conflito interno do Brasil era a disputa entre as velhas estruturas no Congresso, representadas pelos grupos ligados ao setor primário exportador, que ocupavam o centro da luta política e tornavam impraticável a execução de qualquer programa coerente que partisse do executivo. Por outro lado, existia uma pressão das massas urbanas por melhorias nas condições de vida. Diante dessa conjuntura, o governo não conseguia realizar uma política de desenvolvimento porque era barrado por um por uma parcela de políticos conservadores, retrógrados e latifundiários, que compunham a bancada do congresso[25]. Para Furtado, em

---

[21] Celso Furtado. O*bstáculos políticos ao crescimento econômico. In:* Revista Civilização Brasileira, V. I, n. I, 1965. p, 136
[22] Celso Furtado. *Obstáculos políticos ao crescimento econômico. In:* Revista Civilização Brasileira, V. I, n. I, 1965. p,141
[23] Furtado. *Obstáculos políticos ao crescimento econômico. In:* Revista Civilização Brasileira, V. I, n. I, 1965. p,138.
[24] Furtado. *Obstáculos políticos ao crescimento econômico. In:* Revista Civilização Brasileira, V. I, n. I, 1965. p,137
[25] Furtado. *Obstáculos políticos ao crescimento econômico. In:* Revista Civilização Brasileira, V. I, n. I, 1965. p,144.

uma primeira interpretação, foi a existência desse conflito que pôs em cheque o funcionamento das instituições e criou as condições favoráveis à ação militar.

Já em outro texto, também escrito nos primeiros anos do exílio, intitulado *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar* e publicado posteriormente em *Brasil: Tempos Modernos*[26], Furtado deu continuidade à sua reflexão sobre os setores preponderantes, que "fizeram frente" aos processos de resistência e aos processos de mudança, e reafirmou a participação dos setores arcaicos (latifúndio, por exemplo) nesse processo. No entanto, diferentemente da primeira análise, divulgada no texto denominado *Obstáculos políticos ao crescimento econômico* em *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar, e*le argumentou que o golpe foi concretizado devido a uma aliança dos grupos oligárquicos com a classe média urbana e com as forças armadas, ainda tinha a proteção de países imperialistas[27].

Furtado postulou um possível caminho pelo qual o Brasil seguiria após o Golpe: a forma de governo imposta pelos militares acarretaria em um retrocesso do processo de industrialização em favorecimento ao retorno da economia alicerçada no setor primário, o que o autor denominou de "pastorização" (desenvolvimento pastoril) da sociedade brasileira. O desenvolvimento teórico em torno da ideia de "pastorização" originalmente surgiu com o estudo do modelo econômico, concebido pelos Estado Unidos, para auxiliar a Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha, esse modelo foi inviabilizado devido a indisponibilidade de terras e pelo número populacional daquele país (mais de 200 habitantes por quilômetros quadrados). No caso do Brasil, como havia abundância de terras ainda não utilizadas, para Furtado, existia o risco de tal modelo ser imposto no país. Assim, Furtado "previu" que as políticas públicas dos militares estariam baseadas na revalorização do setor primário, o que, consequentemente, geraria um crescimento das exportações desse setor conciliado com o crescimento do consumo de produtos importados. Além disso, com essa proposta de "pastorização', possivelmente também ocorreria a extensão dos latifúndios e da pecuária. As áreas voltadas para a agricultura de subsistência seriam naturalmente empurradas pelo latifúndio para as regiões mais distantes dos centros urbanos, o que, consequentemente também acarretaria na elevação dos preços dos alimentos[28].

---

[26]Furtado. *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar*. In: Brasil: Tempos Modernos; 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1977

[27] Furtado. *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar*. In: Brasil: Tempos Modernos; 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1977, p, 18.

[28] Furtado. *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar*. In: Brasil: Tempos Modernos; 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1977, p, 17.

Já as áreas urbanas sofreriam redução de investimentos públicos e privados, particularmente no setor industrial, que se desenvolveria de forma diminuta. Isso consequentemente também diminuiria o processo de migração para as áreas urbanas, uma vez que a mão de obra tenderia a ser absorvida no campo. Assim, a economia, possivelmente, se expandiria horizontalmente em grandes áreas no interior com um lento crescimento do rural e urbano, especialmente em relação a produtos manufaturados de escala industrial[29]. Furtado entendia que, nesse novo modelo, os conflitos sociais tenderiam a serem reduzidos drasticamente. No entanto, também seria praticamente abortado o processo de desenvolvimento industrial. Apesar dessas convicções, com o passar dos anos, o próprio Furtado observou os desdobramentos dos governos militares e concluiu que o modelo de "pastorização" não era aplicável ao caso brasileiro e boa parte das suas suposições não se confirmaram. Assim, nas obras posteriores, a ideia de "pastorização" no Brasil desapareceu por completo de seu arcabouço analítico.

Com o processo da Ditadura Militar em curso, Furtado realizou novas análises sobre o golpe de 64 e os desdobramentos da Ditadura na sociedade, na economia e na política. Em *A Fantasia Desfeita,* publicado em 1989, considerado um segundo volume de memórias do autor, Celso Furtado novamente analisou a situação do Nordeste nas décadas de 1950 e 1960 e identificou novos elementos que contribuíam para o Golpe de 1964. Para isso, ele partiu dos aspectos históricos e os colocou como centrais na formação e na manutenção do padrão de domínio político excludente e autoritário que perpassava os séculos. No entanto, durante as décadas de 1950 e início da década de 1960, surgiram possibilidades de alterações dessa estrutura. Essas possibilidades ocorreram, em parte, devido as novas configurações das forças sociais representadas pela formação das Ligas Camponesas, pela mudança de posição da igreja católica – que deixou de servir as oligarquias locais para começar a apoiar as reivindicações de pequenos agricultores pobres[30] – pela formação de sindicatos rurais e também pela maneira como os governos populistas optavam por governar – pois potencializavam os movimentos e demais organizações sociais em troca de apoio público para se legitimarem e se manterem no poder.

Um quinto fator que provocava tensões nessa sociedade estava diretamente relacionado a atuação do próprio Celso Furtado que, desde o final da década de 50, atuava na construção de políticas que desenvolvessem o Nordeste – uma tentativa para superar

---

[29] Furtado. *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar*. In: Brasil: Tempos Modernos; 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1977, p, 17.
[30] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988, p, 35

o subdesenvolvimento regional. Entre os projetos e documentos propostos por Furtado estão: o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), a Operação Nordeste e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Esta última, que foi criada como uma autarquia subordinada diretamente ao presidente da República, visava promover e coordenar o desenvolvimento da região e tinha como superintendente Celso Furtado[31]. Para avançar com esses projetos, especialmente com a Sudene, Furtado contou com a ajuda de todos os presidentes da república daquele período – Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart – e também buscou apoio financeiro nos Estados Unidos – reuniu-se, em julho de 1961, com o presidente Kennedy e com o senado norte americano para expor seu plano de desenvolvimento econômico e social para o Brasil e, em especial, para o Nordeste. Embora Furtado aceitasse a ajuda financeira norte americana para colocar em prática os projetos propostos, ele ressaltava que o povo brasileiro estava consciente de seus problemas e que os mesmos deveriam ser discutidos e resolvidos somente por brasileiro, sem sofrer pressões e influencias externas[32].

No contexto da Guerra Fria, os Estado Unidos estavam "preocupados" com o rumo que a América Latina poderia tomar e, em especial, com o movimento das Ligas Camponesa e a situação do Nordeste. Era com o objetivo de amenizar esses problemas que os Estados Unidos "apoiavam os governos latino americanos que adotassem políticas de desenvolvimento incorporadoras de autenticas reformas estruturas, inclusive e especialmente a agrária, e se orientassem para a adoção de formas adequadas de planejamento"[33]. Embora, em um primeiro momento, o Brasil e os Estado Unidos estavam aliados para resolver os problemas do Nordeste, após o assassinato do presidente Kennedy, somado a "síndrome de Cuba", essa aliança foi abalada. Isso porque os Estados Unidos tornaram suas políticas externas mais conservadores e começaram a atuar diretamente no Nordeste por meio da implementação de ações imediatistas: como a abertura de chafarizes nas áreas de favelas, a perfuração de poços, a canalização de água e, especialmente, a implantação da "casa do trabalhador", que claramente tinha o objetivo diluir a força dos sindicatos e das Ligas Camponesas. Nesse contexto, segundo Furtado, os objetivos da Sudene estavam em desacordo com os objetivos das autoridades norte-americanas, uma vez que, a "Sudene não acreditava que a chave para melhorar a produção era conseguir

---

[31] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988.
[32] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988, p, 113-117
[33] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988, p, 188.

melhor saúde, melhores escolas e melhores condições sociais, mas sim, que os problemas sociais do Nordeste eram resultado da baixa renda e que o ataque adequado a tais problemas consistia em elevar a renda”[34].

Além disso, segundo Furtado, um relatório de subcomissão da “Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados americana, explicitou que as autoridades americanas se consideravam no direito de contrapor-se e sobrepor-se as autoridades brasileiras (no caso a Sudene) para alcançar seus objetivos de “deter a subversão no hemisfério””. Esse impasse só foi resolvido no início de 1964, quando os americanos convidaram Furtado para participar do Comitê Internacional da Aliança para o Progresso (CIAP). Esse fato, na interpretação do próprio Furtado, foi uma possível tentativa de retomar parte da aliança iniciada por ele com o Presidente Kennedy, antes do assassinato do mesmo, ou porque (possivelmente) era interessante para a Aliança ter o Furtado como aliado (o autor não forneces maiores esclarecimentos sobre esse último aspecto). Assim, Furtado se tornou funcionários dos EUA[35], o que lhe permitiu, no contexto do exílio, conseguir um passaporte diplomático para sair do Brasil após a consolidação do golpe.

É provável que, no contexto da Guerra Fria, Celso Furtado acreditava que uma aproximação com os Estado Unidos seria a melhor via para solucionar os problemas estruturais do Nordeste, uma vez que ele se mostrava combativo ao socialismo implantado em Cuba e também aos ideais marxistas – que no início da década de 1960 ganhavam força, especialmente entre os jovens nordestinos. Com objetivo de dialogar com a juventude, Furtado escreveu, *Dialética do Desenvolvimento*, uma monografia de seis capítulos, escrita em 1964, em que buscava quebrar um tabu em torno do marxismo clássico, desmistificar o conceito de luta de classes e a abordagem das transformações sociais por métodos revolucionários[36]. No entanto, seus escritos possibilitaram distintas interpretações, especialmente entre os meios de comunicação que aproveitavam para utilizar, de forma midiático, o referido texto. De certo modo, seu combate enfático ao marxismo e ao socialismo contribuíram para que Furtado, em *A fantasia Desfeita*, expressasse certo desprezo em relação a forma como os trabalhadores rurais pobres se organizavam e posicionavam diante das greves e demais embates políticos que aconteciam entre trabalhadores e proprietários, especialmente os usineiros:

---

[34] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988, p, 131.
[35] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988, p, 180.
[36] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988, p, 180.

> "Os camponeses, entusiasmados com as vitórias logradas, prestavam-se a todas as formas de encenação. Apareciam armados de foice, aqui e ali, para "apoiar" as greves e coisas similares. Havia algo de patético naquela coorte de homens esquálidos, maltrapilhos, exibindo uma arma cuja eficácia desaparecera com a invenção da pólvora"[37].

De acordo com essa passagem, Furtado parece não concordar com a forma de luta dos trabalhadores rurais. Além disso, ele parece ignorar que o movimento das Ligas Camponesas se tornou um amplo instrumento de organização de luta desses trabalhadores. Os problemas do Nordeste se tornavam objeto de reportagens na imprensa nacional e internacional (na qual ele próprio ajudou na organização de uma reportagem que seria divulgada nos EUA, mas que foi considerava subversiva para ser transmitida no Brasil). Em outro contexto, quando Furtado teve oportunidade de conversar com Che Guevara, no encontro da Aliança para o Progresso, e este se mostrou conhecedor da situação do Nordeste e admirador de Francisco Julião, Furtado observou que o líder cubano absorveu uma visão mística de Francisco Julião e das Ligas Camponesas:

> [...] Ele imaginava as ligas camponesas como vigorosas organizações de massa, capacitada para colocar em xeque qualquer iniciativa da direita visando modificar a relação de forças em benefício próprio. Superestimava Julião como líder e como organizador, e subestimava as estruturas de poder enraizadas secularmente no Nordeste. A ideia que eu fazia de Julião era muito distinta: um homem sensível e poeta, sujeito a crises psicossomáticas periódicas, capaz de perder o rumo por uma mulher, mais um advogado astuto e brilhante do que um líder capaz de dirigir as massas e nações violentas[38].

Observa-se nesse sentido que, na concepção de Furtado, nem o modelo Cubano e nem mesmo o movimento das Ligas eram a solução mais adequada para solucionar os problemas do Nordeste, uma vez que, segundo ele, a compatibilização entre a industrialização e os crescimentos social e econômico só seria concretizada dentro de um processo democrático. Assim, era com esse viés que Furtado atuava como superintendente da Sudene. Contudo, tais objetivos eram contrários aos interesses das oligarquias agrárias nordestinas que faziam resistência no cenário político e contavam com uma expressiva bancada no Congresso Nacional. Essas forças conservadoras sempre tentavam derrotar

---

[37] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988, p, 174.
[38] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988, p, 118.

qualquer mudança que pudesse ameaçar seus interesses e privilégios. Nesse sentido, não era somente a oligarquia agrária nordestina que buscava impedir o avança das políticas da Sudene, havia uma forte organização política do setor agrário paulista que começava a se preocupar com as ações da Sudene e como esta poderia no futuro influenciar as políticas públicas[39].

Para Furtado, essas resistências, por parte dos setores oligárquicos, ficaram ainda mais claras quando chegou ao seu conhecimento (revelação feita por uma alta patente do exército) que a indicação para a cassação dos seus direitos políticos foi realizada pelo coronel José Costa Cavalcanti. Este era deputado federal e, possivelmente, participou da organização do Golpe em 64. Segundo Furtado, Cavalcanti possuía ligação direta com proprietários de terras e usineiros do Nordeste. Assim, para ele, Cavalcanti foi um "moço de recado" dos oligarcas do açúcar que viam em Furtado uma ameaça aos seus privilégios[40].

De fato, a construção de um novo Nordeste, proposta por Furtado, só aconteceria dentro de uma sociedade democrática e de direito, com a participação efetiva da sociedade e diversos grupos com distintos interesses sociais e econômicos. Com o golpe de 64 e com as políticas realizadas nos 21 anos de Ditadura Militar que seguiram, foram destruídas todas as possibilidades de modificações estruturais. A Ditadura interrompeu um processo de mudança social que circunstâncias muito particulares haviam permitido florescer.

V – A Ditadura Militar e as novas diretrizes para o Nordeste

No início da década de 80, o Nordeste, de modo geral, continuou sendo um tema central nas análises de Celso Furtado. O autor retomou algumas das problemáticas já tratadas, como o subdesenvolvimento e os problemas fundiários, em obras anteriores e incorporou novos elementos diretamente relacionados às opções de governabilidade adotas pelos militares, bem como analisou de que maneira essa governabilidade influenciou a sociedade nordestina. Suas interpretações partiram dos indícios históricos concretos e dos reflexos da Ditadura Militar no Nordeste.

---

[39] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988.
[40] Furtado. A Fantasia Desfeita. 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988, p, 199.

As modificações institucionais introduzidas após 64 foram articuladas de acordo com o interesse de grupos específicos. No caso do setor agrícola, ocorreu um considerável avanço da mecanização apoiado em generosos subsídios governamentais. No período compreendido entre 1965 e 1976, o número de tratores por mil hectares cultivados no Brasil subiu de 3,1 para 7,2. Uma das consequências dessa rápida mecanização foi a redução do emprego rural e a manutenção de baixos salários, ambas possíveis devido as condições de abundante mão-de-obra no campo. Além disso, todos esses aspectos contribuíram para aumentar a desigualdade social e a concentração de renda nas mãos de uma pequena minoria. De modo geral, os efeitos dessa política foram perversos para a grande massa de trabalhadores residentes no campo[41].

O empenho do Estado em financiar e difundir o progresso técnico na agricultura realizou transformações pautadas na perspectiva de racionalização da produção. Um dos desdobramentos desse incentivo, a partir de 1975, foi o estreitamento das relações entre o campo e a indústria, através dos complexos industriais. Esses complexos tornaram o setor rural mecanizado, transformaram-no, com isso, em um ramo produtor semelhante ao industrial e inseriram-no na cadeia produtiva. O setor agrário, por conseguinte, tornou-se dependente da compra de matérias primas (fertilizantes, sementes, implementos) para a produção de mercadorias (soja, cana-de-açúcar) destinadas a outros ramos de produção (ração animal, combustível)[42].

Especificamente no Nordeste, o governo militar instaurou políticas agrárias com o intuito de tornar os estabelecimentos rurais mais resistentes às fortes estiagens características da região, pois cerca de 10 milhões de pessoas eram anualmente atingidas por esse efeito climático[43]. Para contornar essa intempérie, os militares investiram em infraestrutura (maquinários, galpões) e no alargamento do sistema de crédito e de cooperativismo, através de políticas como o Polo nordeste, o Projeto Sertanejo, o CODEVASF, o DNOCS, a criação da Embrapa Semiárido e o Instituto do Café (IBC)[44]. Todos esses projetos, entretanto, foram destinados apenas às propriedades devidamente regulamentadas, ou seja, os pequenos ocupantes foram, devido às exigências legais impostas pelas medidas, impedidos de receber o auxílio porque não tinham condições econômicas de legitimar as suas terras. No livro *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, Furtado observou que as políticas de modernização agrária realizadas durante o governo militar

---

[41] Furtado. O Brasil Pós-milagre. 4. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p, 86.
[42] Angela Kageyama, 1990: 113-115
[43]Celso Furtado. *Seca e Poder entrevista com Celso Furtado*. São Pulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998, p, 21
[44] Conforme objetivos do I e II Plano Nacional de desenvolvimento (PND)

propiciaram um considerável crescimento econômico para a região do Nordeste. Possivelmente, poucas regiões do terceiro mundo alcançaram, em pouco espaço de tempo, uma taxa de crescimento elevada e uma significativa participação do investimento no produto interno bruto, o que traduz um considerável esforço de acumulação[45].

Entretanto, todas essas condições contribuíram para que o Nordeste adentrasse a década de 1980 como um caso exemplar de um mau desenvolvimento[46]. Em entrevista concedida no ano de 1982, Furtado salientou que os programas governamentais do regime militar possibilitaram que, em épocas de seca, o gado fosse todo salvo devido à presença dos financiamentos de açudes e de caminhões pipas. A população de baixa renda, no entanto, não favorecida por esses recursos, continuou seu drama social, especialmente o dos habitantes do Semiárido Nordestino[47]. O próprio Furtado reconheceu que, naquele período, ocorrera melhoramentos no setor de energia e de transporte. No entanto, esse crescimento econômico não engendrou um aumento no salário real e nem mesmo melhorias na vida da população[48].

Enfim, em seu último artigo, *O golpe de 1964 e o Nordeste*, publicado em 2004, um pouco antes de sua morte, Furtado ressaltou que o Nordeste acumulou o maior atraso social do país e que o golpe militar de 64 aniquilou as possibilidades de reconstrução das estruturas agrárias e sociais. Seus efeitos foram catastróficos, com consequências que se prolongam até os dias atuais. Para Furtado, o regime militar cometeu o crime de liquidar com a prática da democracia e condenou, pelo menos duas gerações a desconhecer, senão menosprezar, os instrumentos políticos que permitem o verdadeiro desenvolvimento das sociedades. Para os nordestinos em particular, seu dano foi ainda mais nefasto, pois interrompeu o processo de construção de um novo projeto social, político e econômico que estava em curso naquela região[49].

---

[45] Furtado. *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise. Rio de Janeiro. Paz e Terra.* 1984. p. 67.
[46] Furtado. *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise. Rio de Janeiro. Paz e Terra.* 1984. p. 67.
[47] Celso Furtado. *Seca e Poder entrevista com Celso Furtado*. São Pulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998 p, 26 a 42.
[48] Furtado. *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise. Rio de Janeiro. Paz e Terra.* 1984. P, 66.
[49] Celso Furtado. *O golpe 1964 e o Nordeste.* Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11. 215

Considerações finais

Os condicionantes históricos do Nordeste brasileiro, ao longo do tempo, formaram naquela região uma sociedade assentada em um padrão de organização social clientelista, autoritária e personalista. Essas características suscitaram a emergência de uma massa de agricultores despossuídos de terra que ficaram à mercê do controle da oligarquia regional. No entanto, durante as décadas de 1950 e início da década de 1960, surgiram possibilidades de alterações dessa estrutura. Essas possibilidades ocorreram, em parte, devido as novas configurações das forças sociais e também pela emergência de projetos que tinham como objetivo modificar as estruturas sociais, política e econômica daquela região. Dentre esses projetos estava a Sudene, que tinha como objetivo principal promover o desenvolvimento regional. Para isso, Furtado contou com o apoio dos presidentes da República. Furtado também buscou apoio financeiro nos Estados Unidos para conseguir colocar em prática todos os objetivos da Sudene. Observa-se, nesse sentido, que, na concepção de Furtado, nem o modelo Cubano e nem mesmo o movimento das Ligas Camponesas eram a solução para os problemas do Nordeste, uma vez que, segundo ele, a compatibilização entre a industrialização e os crescimentos social e econômico só seria concretizada dentro de um processo democrático.

Entretanto, o Golpe de 1964 interrompeu essa possibilidade de mudança proposta pela Sudene. No contexto da Ditadura civil-militar, muitos brasileiros, entre os quais estava Celso Furtado, tiveram seus direitos políticos cassados. Em virtude disso, Furtado foi exilado do Brasil. Nesse exílio ele realizou distintas interpretações sobre o Golpe e sobre a forma de governabilidade adotas pelos militares. Ao longo de suas interpretações sobre esse evento histórico, Furtado mudou de opinião em relação a algumas problemáticas. No entanto, manteve a mesma opinião em relação aos reflexos da Ditadura Militar no Nordeste. Para ele a Ditadura foi nefasta, especialmente para a população pobre, uma vez que rompeu com um processo de construção de um novo projeto social, político e econômico que estava em curso. Ao longo das obras analisadas, Furtado ressaltou diversas vezes que o Golpe rompeu com a construção de um projeto de Nordeste, no entanto, a forma como o autor apresentou esses argumentos nos seus textos, especialmente em *A Fantasia Desfeita*, permite que o leitor especule sobre quais possibilidades de projeto para o Nordeste o autor está se referindo, uma vez que a obra permite a interpretação de que para Furtado a única maneira para promover o desenvolvimento seria através dos projetos liderados pela Sudene, a qual ele era superintendente.

Referências Bibliográficas

BIANCONI, Renata. **Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado.** Artigo Apresentado no XI Congresso brasileiro de História Econômica, Vitória-ES, 2015.

BERNARDES, Denis A. **Octávio Ianni e a Questão Nordest***e*. In: LIMA, Marcos Costa (org.). A Sociologia crítica de Octavio Ianni: Uma homenagem. Recife: UFEPE. 2005.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

FURTADO, Celso. **Entrevista**. O Estado de São Paulo. 4 mar. 2004.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1962.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1964.

FURTADO, Celso. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

FURTADO, Celso. **Os Ares do Mundo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1991.

FURTADO, Celso. **Obstáculos políticos ao crescimento econômico.** *In:* Revista Civilização Brasileira, V. I, n. I, 1965.

FURTADO, Celso. **Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar.** In: Brasil: Tempos Modernos; 2 ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1977

Furtado, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984.

Furtado, Celso. **O Brasil Pós-milagre**. 4. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder entrevista com Celso Furtado**. São Pulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

FURTADO, Celso. **O golpe 1964 e o Nordeste**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11.

NIMA, Imaculada Spigolon. **As noites da ditadura e os dias de utopia...: o exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979**. Campinas, SP : [s.n.], 2014. Tese de Doutorado.

A Economia Política da Transição ao Socialismo: a Contribuição de Ernesto Che Guevara.

Autor: Luiz Henrique Marques Gomes[1]

Resumo: O objetivo deste trabalho é estudar a contribuição teórica de Ernesto Che Guevara para a economia política de transição ao socialismo. O método empregado para tal é a prospecção histórica com base nos escritos de Guevara e na literatura acerca do tema. Os resultados obtidos mostram que o autor considerado possuía uma visão profunda dos problemas e das necessidades do período de transição uma sociedade socialista. Conclui-se que os estudos de Guevara possuem relevância quando se trata da questão da superação da sociabilidade capitalista. Para atingir seu objetivo, este trabalho divide-se em seções, as quais estão organizadas de acordo com os temas mais relevantes para a compreensão da contribuição teórica de Guevara.

Palavras-chave: Ernesto Che Guevara; Socialismo; Planificação Econômica; Lei do Valor; Socialismo de Mercado.

Abstract: The objective of this work is to study the theoretical contribution of Ernesto Che Guevara political economy of the transition towards socialism. The method used for this is the historical prospecting based on the writings of Guevara and literature on the subject. The results we achieved shows that the author considered had an insight into the problems and needs of the transition period. We conclude that Guevara's studies are relevant when it comes to the issue of overcoming the capitalist society. To achieve its goal, this work is divided into sections, which are arranged according to the most relevant topics for understanding the theoretical contribution of Guevara.

Keywords: Ernesto Che Guevara, Socialism, Economic Planning, Law of Value, Market Socialism.

---

1 Doutorando em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Economia pela mesma instituição (2013).

1- INTRODUÇÃO

Em 2015 completaram-se exatos 50 anos de que Ernesto Che Guevara enviou uma carta, por intermédio de Eduardo Galeano, para Carlos Quijano em Montevidéu, Uruguai. Nesse texto, conhecido como "*El Socialismo y El Hombre em Cuba*", Guevara assentou as bases teóricas fundamentais da sua vertente de socialismo, a qual é caracterizada pela radicalidade e pelo humanismo de suas proposições. O socialismo do Che é oriundo da larga tradição socialista latino-americana e de uma leitura detalhada dos três "*pesos-pesados*" do socialismo europeu: Marx, Engels e Lênin. Em seus estudos, Guevara fez importantes aportes em temas como a estratégia de tomada de poder, a transição ao socialismo, a planificação econômica, o intercâmbio desigual, internacionalismo proletário, o combate ao burocratismo, a importância do trabalho voluntário, a construção do "*hombre nuevo*" socialista, etc.

A seguir estudaremos a contribuição do Che Guevara no que diz respeito à problemática da transição ao socialismo. Envolvido na Revolução Cubana, o Che não escapou do debate de como se organizar a economia pós-revolucionária. Ao tomar, tal revolução, um rumo socialista, o debate entre os revolucionários sobre a forma de organizar a economia cubana cresceu em importância. Tal debate, conhecido como "*el gran debate*" opunha o Che e alguns de seus partidários vis-à-vis os partidários do "socialismo de mercado", conhecido na época sob a alcunha de "cálculo econômico" (que era o nome dado para o sistema de autogestão financeira e contábil das empresas) (cf. CARCANHOLO & NAKATANI, 2005).

Da discussão do Che com esses personagens nasceu uma concepção de socialismo em que à mudança nas estruturas econômicas e de poder se conjuga uma revolução no próprio sujeito revolucionário; forja-se um "*hombre nuevo*" *pari passu* com as mudanças materiais e políticas. "*Mudar o homem para mudar a sociedade, e vice-versa... uma nova sociedade, baseada em valores de igualdade, solidariedade, coletivismo, altruísmo revolucionário e participação popular*" (BESANCENOT & LÖWY, 2007: 41,43), é este o norte a guiar a concepção do Che Guevara sobre a transição ao socialismo.

O texto abaixo divide-se em seções, de acordo com os três pontos mais importantes da abordagem de Guevara sobre a transição ao socialismo. A primeira discute a visão do Che sobre a questão da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. A segunda trata do significado da planificação econômica em um país socialista e a terceira discute

o papel da lei do valor e das categorias mercantis na construção do socialismo[2]. Por fim, há a seção de conclusões.

2- O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

A questão da correspondência necessária ou não do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção é um debate que tem origem com o próprio Karl Marx, ao divulgar, de início, que a revolução socialista teria lugar em países suficientemente desenvolvidos em termos de suas forças produtivas, pois nesses países as contradições floresceriam com o vigor necessário. *Ad fontes*, revisitemos Marx (MARX, 1999: 52):

> *Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações estas que correspondem a um dado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (...) Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. (...) Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade.*

---

2 Essa divisão do trabalho é inspirada na categorização proposta por Nestor Kohan na série de vídeos "*Seminarios Guevaristas de Formación*" (2013). Nessa série, o filósofo argentino propõe que há quatro eixos na visão de Guevara sobre a transição ao socialismo: o primeiro é a acerca da concepção materialista da história; o segundo é acerca da prioridade política (e não econômica) prevalecente nos processos de transição; o terceiro é o papel da gestão economia (lei de valor versus planificação); e o quarto é o papel da subjetividade revolucionária e da cultura na transição ao socialismo.

Os teóricos do socialismo real no Leste Europeu agarravam-se a este trecho de Marx para justificar que a prioridade da classe que toma o poder político é o desenvolvimento das forças produtivas; a natureza das relações sociais de produção vai sempre a reboque desse desenvolvimento: assim como o moinho manual gerou a sociedade com o suserano e o moinho a vapor gerou o capitalismo industrial, é o crescente caráter social da produção e das forças produtivas o que fará da socialização dos meios de produção uma necessidade objetiva (BETTELHEIM, 1978: 122-126; LÖWY, 2003: 60-61).

Posto isso, a tarefa urgente do poder constituído é buscar formas de se sofisticar a base econômica da sociedade. E o meio mais célere de se fazer isso é através de supostas leis econômicas, que *au-delá* da vontade humana, agem objetivamente na sociedade, mesmo que esta esteja em transição ao socialismo. E a principal destas leis é a lei do valor, presente enquanto a produção for produção de mercadorias. E o uso da lei do valor acarreta o uso de uma série de categorias (dinheiro, preços, salários, incentivos materiais, etc) que permanecem como resquício (objetivamente necessário) da antiga sociedade.

Sendo assim, justificar-se-ia o uso de categorias típicas do capitalismo na transição ao socialismo, pois estas supostamente acelerariam o desenvolvimento das forças produtivas. Com isso, a contradição entre as forças produtivas (infra-estrutura ou base econômica) e as relações de produção (super-estrutura) se aprofundaria, até que, em dado momento, o socialismo brotasse do estouro dessa contradição. Atente-se a alguns aspectos desse argumento: (i) entre o capitalismo e o comunismo há dois estágios intermediários: o período de transição ao socialismo e o socialismo[3]; (ii) há a separação entre a esfera econômica e a esfera social e política (ainda que uma condicione a outra) e (iii) é um esquema mecânico e etapista.

Ernesto Che Guevara rompe com essa tese de que o desenvolvimento das forças produtivas seja prioritário *vis-à-vis* a formação das relações socialistas de produção. Para ele é possível que o desenvolvimento das relações sociais de produção se adiante aos das forças produtivas. O argumento do Che fundamenta-se em dois pontos: (i) se a revolução socialista ocorreu é porque já existiam as condições objetivas para tal. Note que para ele entre o capitalismo e o comunismo há apenas um estágio intermediário, que é o socialismo[4] (GUEVARA, 2006: 108-109); (ii) o estouro das contradições que leva ao socialismo pode ocorrer em um país atrasado, pois na fase imperialista do capitalismo este torna-se um sistema global. Do mesmo modo, o socialismo também se torna um

3 Marx coloca na obra clássica "*Crítica do Programa de Gotha*", que há uma fase intermediária (o socialismo) entre o capitalismo e o comunismo. No socialismo a norma de distribuição dos bens e serviços é "*a cada um segundo seu trabalho*"; no comunismo a máxima que o rege é "a *cada um segundo suas necessidades*".

sistema mundial. Sendo assim, a consciência adquire características mundiais. E esta consciência é o produto do desenvolvimento de todas as forças produtivas do mundo e o produto da educação dos países socialistas sobre as massas do mundo; ou seja, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção não se contém dentro das fronteiras de um país. Portanto, ainda que em termos genéricos a consciência seja produto das relações de produção, na fase imperialista do capitalismo, a contradição fundamental é entre o imperialismo e a socialismo (GUEVARA, 1973a: 47- 48; 1973e: 101-106).

A hipótese de que a revolução socialista possa ter lugar em um país atrasado do ponto de vista das forças produtivas ganha, pois, renovada esperança. Caso, em certo país, não esteja madura a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, a vanguarda revolucionária local, baseando-se no desenvolvimento mundial das forças produtivas, pode traçar os caminhos adequados para levar a revolução à vitória, sendo capaz de prever uma série de etapas e de "forçar a marcha" dos acontecimentos. Assim, o rompimento do elo mais frágil, como a Rússia de 1917, pode acontecer. Diz o Che (GUEVARA, 1973e: 103):

> *Al expandirse el capitalismo como sistema mundial y desarrollarse las relaciones de explotación, no solamente entre los individuos de un pueblo, sino también entre los pueblos, el sistema mundial del capitalismo que ha pasado a ser imperialismo, entra en choques y se puede romper por su eslabón más débil.*

Destarte, para o Che existe o choque entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, mas tal choque está condicionado pelo desenvolvimento global e não se confina às fronteiras de um país. Logo, essa contradição não é mecânicamente determinada por uma mera acumulação de forças econômicas, pois também tem papel determinante a ascensão, do ponto de vista histórico e social, de uma classe social então oprimida. Para o Che, não se pode separar a análise econômica do fato histórico da luta de classes. Em um país atrasado do ponto de vista das forças produtivas, a prioridade deve estar em criar o estado político necessário para começar a construção do socialismo (GUEVARA, 1973e: 108; 2006: 342).

Sendo assim, o aspecto fundamental a ser fomentado é o desenvolvimento da consciência socialista, pois essa é a chave para mudar a correlação de forças da superestrutura ideológica da sociedade. Diz ele (GUEVARA, 2006: 14):

---

4 "*El socialismo existe porque hay una sociedad de nuevo tipo, en la cual los expropriadores han sido expropriados y la propriedad social reemplaza la antigua, individual, de los capitalistas*." (GUEVARA, 1973e: 108).

> *... el comunismo es un fenómeno de conciencia, no se llega a él mediante un salto en el vacío, un cambio de la calidad productiva, o el choque simple entre las fuerzas productivas y las relaciones de producción. El comunismo es un fenómeno de conciencia y hay que desarrollar esa conciencia en el hombre, de donde la educación individual y colectiva para el comunismo es una parte consustancial a él.*

Para os defensores do cálculo econômico, como a consciência é mero reflexo da base econômica, o uso de categorias tipicas do capitalismo em uma sociedade em que o poder foi tomado pelos trabalhadores perderia todo o seu conteúdo real social, aparecendo como simples procedimentos técnicos (GUEVARA, 1973e: 106, 111). Já para o Che o recurso a tais categorias debilitaria o *ethos* socialista, ameaçando o futuro do esforço de reconstrução social. Guevara é tão arredio a tais categorias que inclusive defende que o desenvolvimento da consciência socialista é que é um dos segredos para uma maior celeridade no desenvolvimento das forças produtivas (GUEVARA, 1973e: 106).

Em resumo, vimos que o Che Guevara tem restrições à aceitação mecânica da correspondência necessária e objetiva entre forças produtivas e relações de produção, pondo ênfase no caráter mundial do capitalismo e do socialismo e na importância da consciência socialista como fator a mudar a correlação de forças de uma sociedade.

3- O SIGNIFICADO DA PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA NO SOCIALISMO

Visto que o desenvolvimento da base material não é prioritário *vis-à-vis* à superestrutura ideológica, investiguemos como Guevara concebia a organização da economia após a tomada do poder. Iremos observar a seguir que ainda é a consciência socialista o fio condutor da posição do Che Guevara.

A transição ao socialismo é uma questão um tanto polêmica. Karl Marx, principal teórico do socialismo e do comunismo, disse certa vez (MARX, 1982: 713): "*yo no he construido jamás un 'sistema socialista'*." Como escapava ao método de Marx traçar esquemas idealizados sobre sociedades futuras, em seus escritos ele pouco explicitou como seria a construção da nova sociabilidade socialista, abrindo caminho para que diversas interpretações surgissem nesse vácuo. Desde o século XIX, existiram diferentes teorias e práticas sobre o assunto, porém, de modo geral, a plataforma comum desse campo político é a necessidade de pôr fim à anarquia de produção e racionalizar esta de acordo com fins sociais através de algum tipo de planificação econômica.

Ao passo que o modo de produção capitalista é caracterizado pela anarquia de produção e pelo confronto de antagônicos em atos de compra e de venda em um mercado, com a produção social sendo regulada pela lei do valor (que atua sorrateiramente e submete todas as relações à sua lógica), no socialismo, em tese, o homem se levantaria diante da submissão à lei do valor e conscientemente alocaria os recursos da economia de acordo com fins sociais. Desse modo, a forma de organizar a economia socialista é através do planejamento da alocação dos recursos. Um economista belga (MANDEL, 1991: 17-18) nos explica:

> *"O planejamento não é sinônimo de "perfeita" alocação de recursos, nem de alocação "científica", nem mesmo de uma alocação "mais humana". O termo designa simplesmente a "alocação direta" ex ante. Como tal, é o oposto da alocação via mercado, que é ex post. Estas são as duas maneiras básicas de se alocar recursos, e são fundamentalmente diferentes entre si – mesmo que possam ser ocasionalmente combinadas em formas de transição precárias e híbridas, formas estas que não serão automaticamente reprodutíveis. A lógica interna dos dois modos de alocação é essencialmente diversa. Os sistemas geram leis de movimentos distintas, infundem motivações divergentes nos produtores e organizadores da produção e encontram expressão em valores sociais discrepantes."*

Portanto, planejamento é uma alocação *a priori* de recursos e é típica dos países socialistas pela necessidade de coordenar a produção com os fins sociais, ao passo que a alocação *a posteriori* de recursos, via as leis objetivas de mercado, é típica dos países capitalistas. Para o Che Guevara o significado da planificação socialista transcende a mera alocação de recursos *a priori*, já que ela é também a possibilidade de conscientemente o homem libertar-se dos grilhões da lei do valor. Diz o Che (GUEVARA, 2006: 146):

> *... la planificación es la primera etapa en la lucha del hombre por adquirir pleno dominio de las cosas. Casi si puede decir que la idea de la planificación es un estado de espíritu, condicionado por la posesión de los medios de producción y la conciencia de la posibilidad de dirigir las cosas, de quitarle al hombre su condición de cosa económica.*

Perceba que a planificação econômica no Che Guevara é muito mais do que um mero instrumento de racionalizar a produção: dado suas necessidades globais, por ser capaz de escolher o que produzir e como produzir, a sociedade organizada supera sua submissão às forças objetivas que agem por suas costas (a lei do valor). Combinando isso com um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, abre-se o caminho para a distribuição dos bens e serviços de acordo com o mote

“a cada um segundo suas necessidades”. Os críticos[5] do Che Guevara diziam que ele era um “voluntarista”, pois predicava, segundo eles, que tal tipo de distribuição poderia por ser obtido apenas através da conscientização moral da população, ao passo que eles, adeptos do cálculo econômico, defendiam que somente um altíssimo grau de desenvolvimento das forças produtivas é que permitiria a abundância de bens e serviços necessária à distribuição segundo as necessidades[6].

Na verdade, ao contrário do que diziam os críticos, o Che Guevara jamais negou a importância do desenvolvimento da base material para que a distribuição dos bens e serviços se desse gratuitamente, ponto central na superação do mercado e de suas categorias. Defendia sim, que *pari passu* com o crescimento material, fosse nutrida a consciência socialista, processo capaz de encaminhar a sociedade em uma trajetória de libertação do mundo invertido do fetichismo da mercadoria. Para isso, é preciso o combate à *célula mater* do modo de produção capitalista, que é a mercadoria. É preciso, seguindo essa linha de raciocínio, o combate incessante ao mercado e às categorias mercantis. Daí concluímos que, para o Che, mercado e socialismo são incompatíveis. Se se trata de construir o socialismo então se trata, irremediavelmente, de superar o mercado e suas categorias próprias. A complacência dos dirigentes socialistas com categorias típicas do modo de produção capitalista apenas pode levar suas respectivas economias rumo ao capitalismo e não ao socialismo. Note como o processo de construção da nova sociedade é *path dependent*: não é, por exemplo, com o uso do lucro ou dos incentivos materiais, categorias típicas do sistema combatido, que se supera o capitalismo, mas com o artifício a instrumentos de acordo com o novo quadro social e com a nova moral desejada, como são os estímulos morais. Diz o Che (GUEVARA, 1965):

> *Se corre el peligro de que los árboles impidan ver el bosque. Persiguiendo la quimera de realizar el socialismo con la ayuda de las armas melladas que nos legara el capitalismo (la mercancía como célula económica, la rentabilidad, el interés material individual como palanca, etcétera), se puede llegar a un callejón sin salida. Y se arriba allí tras de recorrer una larga distancia en la que los caminos se entrecruzan muchas veces y donde es difícil percibir el momento en que se equivocó la ruta. Entre tanto, la base económica adaptada ha hecho su trabajo*

---

5 Ver a troca de cartas entre Charles Bettelheim e Paul Sweezy em BETTELHEIM & SWEEZY (1971).

6 Para uma crítica do conceito de comunismo com abundância em um mundo com limites naturais confira BENSAID, Daniel (2007). *Thirty years after. A critical introduction to the Marxism of Ernest Mandel*. Disponível: http://danielbensaid.org/We-are-faced-with-the-challenge-of?lang=fr. Acesso: 06/10/2014.

> *de zapa sobre el desarrollo de la conciencia. Para construir el comunismo, simultáneamente con la base material hay que hacer al hombre nuevo.*

E quem planifica? Atento às "ditaduras sobre as necessidades" do socialismo real do Leste Europeu, Guevara propunha a participação popular no planejamento da economia, ao menos na escolha das prioridades fundamentais do plano, a fim de se evitar as arbitrariedades existentes nos demais paises do campo socialista. E não só isso: a participação popular serve para manter a identificação do governo com a comunidade em seu conjunto e preservar a coesão do processo de construção do socialismo. Este é, por definição, uma sociedade qualitativamente distinta do capitalismo, em que, a partir da democracia econômica abre-se a possibilidade da existência de uma democracia real e não meramente formal. Diz o Che (GUEVARA, 1965):

> *... ahora las masas hacen la historia como el conjunto consciente de individuos que luchan por una misma causa. El hombre, en el socialismo, a pesar de su aparente estandarización, es más completo; a pesar de la falta del mecanismo perfecto para ello, su posibilidad de expresarse y hacerse sentir en el aparato social es infinitamente mayor. Todavía es preciso acentuar su participación consciente, individual y colectiva, en todos los mecanismos de dirección y de producción y ligarla a la idea de la necesidad de la educación técnica e ideológica, de manera que sienta cómo estos procesos son estrechamente interdependientes y sus avances son paralelos. Así logrará la total consciencia de su ser social, lo que equivale a su realización plena como criatura humana, rotas todas las cadenas de la enajenación.*

Para o Che, a formulação do plano deve ser uma incumbência das massas e o cumprimento do mesmo deve estar a cargo da técnica. O plano é uma decisão econômica das massas conscientes do seu papel e a execução do plano deve tender-se a fazer-se mecânica, pois deve ser domínio da técnica (GUEVARA, 2006: 147). Ao Che apeteceria obter um controle da economia que fosse automático e que exigisse a menor quantidade possível de quadros qualificados. Por isso ele advoga que uma das tarefas primordiais está no desenvolvimento tecnológico (GUEVARA, 2006: 283-284). E para o avanço tecnológico caberia inclusive utilizar técnicas de produção e administração dos países capitalistas[7], desde que se abstraísse o conteúdo capitalista (de exploração) destas (GUEVARA, 2006: 355-356, 400). Diz o Che (GUEVARA, 1973b: 31-32):

> *Todo nuestro trabajo debe estar orientado a lograr que la tarea administrativa, de control y dirección, se vaya convirtiendo en algo cada vez más simple, y los*

7 Adiante veremos como o Che constrói seu sistema de gestão da economia a partir do sistema legado pelos monopólios capitalistas.

> *esfuerzos de los organismos se concentren en la planificación y el desarrollo tecnológico. Cuando todos los índices estén establecidos, y los métodos y hábitos de control estén instaurados, con el avance de la planificación en todos los sectores de la economía, esta labor será mecánica y no presentará problemas serios. En ese instante, adquirirán su importancia los métodos modernos de planificación y será posible acercarse al ideal de que la economía se rija mediante análisis matemáticos y, mediante ellos, elegir las proporciones más adecuadas entre acumulación y consumo, y entre las distintas ramas productivas; sin olvidar, claro está, que el ser humano, razón de ser de nuestra revolución y nuestros afanes, no puede reducirse a una mera fórmula y sus necesidades serán cada vez más complejas, desbordando la simple satisfacción de las necesidades materiales. Las distintas ramas de la producción se irán automatizando, aumentando inmensamente la productividad del trabajador y el tiempo libre será dedicado a tareas culturales, deportivas, científicas en su más alto grado y el trabajo será una necesidad social.... Nosotros debemos trabajar para que la gestión administrativa se convierta en un perfecto mecanismo de relojería y que el impulso más importante de la producción se efectúe por medio del desarrollo técnico.*

Note que a técnica moderna libera o trabalhador para exercer a sua liberdade para além do reino da necessidade de reprodução física e material. É esse o objetivo primordial, não o de competir em termos de produtividade com o mundo capitalista, tal como faziam os países do socialismo real. Para o Che, o comunismo é um fenômeno da consciência e não apenas da produção. Acumular produtos e dispô-los ao povo pode levar a algum tipo de socialismo, mas não se chega ao comunismo se o homem não construir uma consciência nova frente à sociedade. É este o ponto nevrálgico da obra do Che (GUEVARA, 1973d: 93; 2006: 142, 206, 295-300). Diz ele (GUEVARA, 2006: 142):

> *Nadie puede poner metas de "pan y cebolla" para llegar al comunismo; a un determinado nivel de desarrollo (elástico) de las fuerzas productivas con un nuevo nivel de conciencia de las masas (en el marco de la socialización total de los medios de producción) se alcanza el comunismo.*

Em suma, para o Che Guevara, a planificação econômica socialista não é apenas um método de organização da economia, mas é também um passo, consciente, da libertação do homem do mundo invertido da mercadoria. O fundamental a se reter da posição de Ernesto Che Guevara sobre o tema é a importância do combate irreconciliável às categorias capitalistas e a importância da formação da moral comunista do "*hombre nuevo*". E uma coisa está ligada com a outra: para

Guevara o comunismo é uma meta da humanidade que se alcança conscientemente e a planificação econômica é um dos instrumentos para isso. Diz o Che (GUEVARA, 1973a: 35):

> *Marx pensaba en la liberación del hombre y veía al comunismo como la solución de las contradicciones que produjeron su enajenación, pero como un acto consciente. Vale decir, no puede verse al comunismo meramente como el resultado de contradicciones de clase en una sociedad de alto desarrollo, que fueran a resolverse en una etapa de transición para alcanzar la cumbre; el hombre es el actor consciente de la historia. Sin esa conciencia, que engloba la de su ser social, no puede haber comunismo.*

A importância que Guevara põe na planificação é tal que pode-se dizer que a lei econômica fundamental do socialismo é a planificação. É o seu modo de ser (GUEVARA, 1965: 65; 1973a: 56; 1973e: 113; 2006: 342, 363). E é também o primeiro passo para o fim da alienação do homem, entendida esta como a *raison-d'etre* do comunismo.

4- O PAPEL DA LEI DO VALOR E DAS CATEGORIAS MERCANTIS NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Ainda que tenhamos, na seção anterior, tratado rapidamente do tema da lei do valor e das categorias mercantis na construção do socialismo, iremos agora aprofundá-lo. Isso é porque o pensamento econômico do Che Guevara tem um fio condutor que é a importância da consciência socialista, e esta aparece em qualquer subdivisão que queiramos fazer de suas idéias. A seguir veremos o que diz Guevara sobre esse assunto, como ele plasmou sua visão em seu sistema implantado em Cuba, quando então era Ministro de Indústrias.

O papel da lei do valor e das categorias mercantis na construção do socialismo é um ponto de polêmica entre os especialistas da matéria. Em geral, estes se dividem em dois grandes grupos: os socialistas de mercado (ou adeptos do cálculo econômico) e os que defendem uma planificação centralizada. Guevara faz parte deste último conjunto e, quando encarregado do Ministério das Indústrias, travou intenso debate com os especialistas do primeiro grupo acerca do modelo de gestão da economia de Cuba.

O cálculo econômico (ou *Khozraschyot* ou Autogestão Financeira) é um modo de administrar as empresas caracterizado pela autogestão financeira e contábil das mesmas. Esse

sistema surgiu durante a implementação da Nova Política Econômica (NEP[8]) e permaneceu vigente durante toda a história da URSS. A NEP, diante da situação da econômica precária da Rússia sovética pós-Guerra Civil, foi um conjunto de concessões à lei do valor, aos estímulos materiais e as categorias mercantis feitas a fim de mitigar o grave quadro de então. Concebida como algo provisório ("*um passo para frente, dois passos atrás*"), criou raiz e manteve-se com os sucessores de Lênin. A NEP, por se estender no tempo para além da necessidade de reconstrução econômica imediata, foi tida pelo Che como o grande passo atrás de Lênin. O resultado da mesma foi a hibridação do sistema econômico e a (re)criação de uma superestrutura ideológica capitalista (GUEVARA, 2006: 213). Tal superestrutura ganhou força e na década dos 1960, quando das reformas econômicas no sistema de gestão do socialismo, o socialismo de mercado foi aprofundado em boa parte dos países do Leste Europeu.

O cálculo econômico era caracterizado pelo auto-financiamento e autogestão financeira e pela relação entre as empresas em um mercado em que se confrontavam como antagônicas, ainda que houvesse um plano que estabelecia metas e indicadores a serem cumpridos pelas firmas. Os controles globais do sistema eram feitos por meio de balanços financeiros, contabilizados em unidades monetárias. Os bancos, e o crédito a juros, possuíam um papel ativo (GUEVARA, 2006: 192-196). O estímulo à produção assumia a forma de estímulos materiais, e. g. maiores salários, prêmios, bônus, etc. As trocas de produtos entre as empresas estatais era considerada como compra e venda de mercadorias (GUEVARA, 1973b: 24).

No cálculo econômico, o interesse material era tido como sendo o motor da economia. Para o Che isso era um enorme "Cavalo de Tróia". Tudo partia da concepção, errada segundo ele, de construir o socialismo com elementos do capitalismo, sem que estes últimos tenham realmente mudado o seu significado. Assim, o resultado final seria um sistema híbrido, com elementos dos dois sistemas. Mas isso não é típico de uma transição? Sim, porém o fato das categorias capitalistas não terem mudado de significado[9] levaria a economia a um beco sem saída ou de saída dificilmente perceptível, o qual obrigaria a novas concessões à lei do valor e ao estímulo material, dando força

8 Sobre a NEP confira LÊNIN, Vladimir "*La Nueva Política Económica y las tareas de los Comités de Instrucción Política*" Obras Escogidas, tomo 12 (1921-23). Editorial Progreso, Moscú, 1973. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/oe12/lenin-obrasescogidas12-12.pdf. Acesso: 6/10/14. TRÓTSKI, León. "*Informe sobre la NEP soviética y la perspectiva de la revolución mundial*" Disponível em: http://www.ceipleontrotsky.org/Informe-sobre-la-NEP-sovietica-y-la-perspectiva-de-la-revolucion-mundial. Acesso: 6/10/14.

9 Exemplos de mudança de significado: o estímulo material coletivo em vez do estímulo material individual, o uso do dinheiro apenas como unidade de contabilidade, etc.

às categorias capitalistas e retornando, por fim, ao capitalismo (GUEVARA, 2006: 125, 320-322). Os adeptos do cálculo econômico diziam que as categorias mercantis, como dinheiro, preço e crédito, eram instrumentos para a construção do socialismo. O Che dizia que não eram instrumentos, mas sim sinal de condescendência com estruturas do capitalismo (GUEVARA, 1973e: 109). A definição de Guevara para o modo de produção capitalista é a de um sistema que dê livre movimento à lei do valor. Logo, caminha-se rumo ao capitalismo cada vez que se dá maior liberdade para a lei do valor (GUEVARA, 2006: 429).

Nas sociedades regidas pelo cálculo econômico (países do Leste Europeu), ainda que a vida social fosse cada vez mais coletiva, desenvolvia-se, segundo o Che, um homem individualizado, movido pelo estímulo material e "*siempre señalado por la cantidad de dinero que gana*" (GUEVARA, 2006: 348). Diz o Che (GUEVARA, 2006: 417)

> *Tras la ruptura de la sociedad anterior se ha pretendido establecer la sociedad nueva con un híbrido; al hombre lobo, la sociedad de lobos, se lo reemplaza con otro género que no tiene su impulso desesperado de robar a los semejantes, ya que la explotación del hombre por el hombre ha desaparecido, pero sí impulsos de las mismas cualidades (aunque cuantitativamente inferiores) , debido a que la palanca del interés material se constituye en el árbitro del bienestar individual y de la pequeña colectividad (fábricas por ejemplo), y en esta relación veo la raíz del mal. Vencer al capitalismo con sus propios fetiches a los que se les quitó su cualidad mágica más eficaz, el lucro, me luce una empresa difícil.*

Como estamos vendo, o Che se opunha ao cálculo econômico. Sua resposta à esse sistema é tanto teórica quanto prática, pois exerceu cargos de direção em Cuba. Em ambos os casos (teoria e prática), o ponto central do ataque do "*guerrillero heroico*" é contra a forma elementar em que aparece a riqueza capitalista, que é a mercadoria.

Partindo da teoria do valor de Marx, a mercadoria só pode existir se há mercado; é neste que o trabalho humano se indiferencia e passa a ser um portador de valor. Nesse caso, a relação social entre os seres humanos deixa de ser direta e passa a ser mediada pelo mercado, aparecendo como uma relação entre coisas. O mundo, pois, se inverte: as coisas ganham vida e os seres humanos viram coisas. E mais: por serem legitimados *ex post* no mercado, o trabalho humano despendido na produção perde a possibilidade de atender com destreza as necessidades sociais globais. Na planificação socialista, dada as necessidades sociais, decide-se a alocação do trabalho nos distintos setores. No modo de produção capitalista não é isso o que ocorre: cada produtor produz de forma isolada sem qualquer tipo de consideração pelo conjunto social. E dado que o caráter de valor das coisas passa a ser considerado já no momento da produção, as necessidades sociais globais não tem

importância na decisão de produção. Se a sua decisão de produção foi correta ou não é dado *ex post* no momento da realização da demanda (efetiva). No capitalismo, a produção não é voltada para atender as necessidades sociais mas sim para atender a necessidade de se obter a maior rentabilidade possível.

Daí se conclui que a tarefa da revolução socialista é ir contra o mercado e suas categorias: é preciso organizar a economia em direção ao desvanecimento das relações mercantis, até a extinção da forma-mercadoria. Com esse fim, quando ministro em Cuba, o Che elaborou um esquema chamado "*Sistema Presupuestario de Financiamiento*"[10]. Nele, as transações entre as empresas socialistas não eram tidas como transações de mercadorias, mas sim como meras transações contábeis, com o dinheiro servindo apenas de unidade de conta. Por isso as firmas socialistas não tinham fundos próprios e tampouco recebiam créditos bancários: elas retiravam e depositavam seus recursos no orçamento ("*presupuesto*") público. O produto só assumiria a forma de mercadoria quando fosse transacionado com o consumidor final (GUEVARA,1973a: 43, 1973b: 25, 1973d: 94, 2006: 157). Nas próprias palavras do Che (GUEVARA, 1973b: 25):

> *... Nuestra concepción, que aún no ha sido realizada, salvo en determinadas ramas económicas, considera al producto como un vasto proceso de flujo interno en el curso de la transferencia que sufre en el interior el sector socialista hasta su transformación en mercancía, lo cual se produce solamente cuando hay un cambio de propriedad. El pasaje de un producto de una empresa a otra, de un ministerio a otro, debe ser considerado como una parte del proceso de producción que agrega valor al producto, y la banca se convierte en una simple caja contable que registra los movimientos. La empresa no posee fondos proprios y, en consecuencia, sus ingresos son reintegrados al presupuesto nacional.*

A concepção do Che sobre o trabalho abstrato e sobre a transformação dos produtos em mercadorias encontrou nos grandes monopólios e trustes a inspiração para a instalação prática de um sistema de gestão e produção que trabalhasse pelo esvanecimento do mercado e de suas categorias. Como Cuba era um país pequeno, com adequada rede de comunicações e com a produção organizada através de monopólios/oligopólios (estadunidenses, que após a revolução foram expropriados), Guevara encontrou uma base material propícia para implementação de seu sistema. A idéia básica é que dentro dos monopólios e trustes não há relações mercantis, apenas trocas de produtos, e a transferência de recursos entre unidades de produção não é sinônimo de

---

10 Para o esmiuçamento de tal sistema confira CARCANHOLO & NAKATANI (2005) e/ou TABLADA PEREZ (1987: 77-111), além de GUEVARA (1973a).

contratação de crédito a juros. A meta normativa seria então que o Estado se tornasse uma só grande empresa. Disse ele, em uma reunião do Ministério, o seguinte (TABLADA PEREZ, 1987: 72):

> *Nosotros planteamos aquí un sistema centralizado de la dirección de la economía, con un control bastante riguroso de las empresas con un control consciente de los directores de empresas y considerar el conjunto de la economía como una gran empresa y tratar de establecer la colaboración entre los participantes como miembros de una gran empresa, en vez de ser lobitos entre sí, dentro de la construcción del socialismo.*

Se para Guevara, o seu sistema ia buscar nas técnicas de organização e gestão da fase então atual do capitalismo, o capitalismo monopolista e imperialista, o seu *modus operanti*. (evidentemente, com os conteúdos capitalistas devidamente expurgados), o cálculo econômico, surgido com a NEP de Lenin, teria sido forjado à molde e semelhança do capitalismo pré-monopolista, característico da Rússia do início do século XX. Sendo assim, os países socialistas não se posicionavam na fronteira tecnológica em termos de organização e gestão, mas sim em um estágio anterior. Ao substituírem o mercado, com sua crueldade *schumpteriana* intrínseca, por modelos de gestão, organização e técnicas produtivas anacrônicos deu-se início a um atraso relativo em termos tecnológicos dos países socialistas *vis-à-vis* os capitalistas, notadamente os EUA. E mais: como os preços internos eram administrados e baseados em mercados distorcidos, nem sequer tais países conseguiam dar conta de seu atraso via o comércio internacional (não possuíam base comum de comparação). Defendia o Che que seu sistema, além de elevar a eficácia da gestão, por estar *up-to-date* com as técnicas mais modernas de organização e gestão, aprofundaria a consciência das massas e traria coesão para o sistema socialista mundial (GUEVARA, 1973a: 41-43, 2006: 12-13; 344-345, 367-368).

Isso posto, aprofundemos sobre o papel da lei do valor. Na perspectiva de Guevara, há quatro pontos que caracterizam a lei do valor: (i) está condicionada pela existência de uma sociedade mercantil; (ii) seus resultados não podem ser medidos *a priori* e devem refletir-se no mercado onde se confrontam produtores e consumidores; (iii) é coerente em um todo, que inclui mercados mundiais e (iv) atua como tendência e, em um processo de transição ao socialismo, deve desaparecer (GUEVARA, 1973a: 53). Note como, para o Che, a lei do valor só pode se expressar através do mercado. Com a revolução socialista, mudam-se as relações de produção e a propriedade dos meios de produção e, *ipso facto*, o mercado se distorciona. Por conseguinte, o uso consciente da lei do valor em uma sociedade planificada, tal como advogavam os defensores do “cálculo econômico”, não passa de uma quimera. Diz o Che (GUEVARA, 1973a: 56):

> *Negamos la posibilidad del uso consciente de la ley del valor, basado en la no existencia de un mercado libre que exprese automáticamente la contradicción entre productores y consumidores; negamos la existencia de la categoría mercancía en la relación entre empresas estatales, y consideramos todos los establecimientos como parte de la única gran empresa que es el Estado (aunque, en la práctica, no sucede todavía así en nuestro país). La ley del valor y el plan son dos términos ligados por una contradicción y su solución; podemos, pues, decir que la planificación centralizada es el modo de ser de la sociedad socialista, su categoría definitoria y el punto en que la conciencia del hombre alcanza, por fin, a sintetizar y dirigir la economía hacia su meta, la plena liberación del ser humano en el marco de la sociedad comunista.*

A existência da manifestação da lei do valor sob o socialismo deve-se a três motivos: (i) aos restos da sociedade mercantil anterior, (ii) à troca Estado-consumidor[11] (e (iii) ao comércio exterior. Portanto, no modo de produção socialista, a lei do valor tem uma existência marginal (GUEVARA, 1973a: 54-55; 1973b ; 1973c: 72-73; 1973e: 113; 2006: 428-429).

O estímulo à produção é outro ponto fundamental de discórdia entre o Che e os defensores do cálculo econômico. Para o Che cada tipo de sistema econômico traz consigo uma moral própria (GUEVARA, 2006: 234). E "*cada sistema tiene sus leyes que contribuyen a consolidarla*" (GUEVARA, 2006: 235). Logo, as concessões do cálculo econômico às categorias capitalistas alimentavam o *ethos* capitalista e reforçavam um tipo de superestrutura capitalista, que, em certo momento, cobraria maior liberdade para as forças de mercado (como ocorreu a partir da reforma dos anos 1960 no Leste Europeu).

Por isso é que o estímulo material, ainda que fosse necessário, jamais poderia ter se revestido de alavanca fundamental do sistema econômico, tal como faziam os soviéticos e europeus do Leste, pois esse tipo de alavanca rapidamente ganha vida própria e impõe sua própria força nas relações sociais. Para o Che, "*no hay que olvidarse que viene del capitalismo y está destinada a morir en el socialismo*." (GUEVARA, 1973a: 46). Inclusive, o Che defende que o desenvolvimento da moral socialista faz mais para o aumento da produtividade que o estímulo material e que o desenvolvimento da consciência socialista está em contradição com o desenvolvimento dos interesses materiais diretos e os interesses individuais (GUEVARA, 1973a: 45-46; 2006: 431). Aqui está, novamente, o argumento principal do Che Guevara: o subjetivo não é uma mera questão

11 Reiterando, a troca de produtos entre empresas estatais não é a troca de mercadorias; o produto somente assume a forma-mercadoria quando a troca é do Estado ao consumidor, pois mercadoria para o Che é o produto produzido para consumo alheio e que troca de propriedade (GUEVARA, 1973a: 62-63; 1973c: 76)

acessória; pelo contrário, a construção de uma subjetividade revolucionária é a base em que se sustenta todo o edifício da ordem social socialista.

Guevara ocupou-se também de refutar as objeções ao seu sistema, em especial a ausência de estímulos materiais diretos e a suposta tendência ao burocratismo (GUEVARA, 1973b: 25). Sobre o primeiro ponto, já tratamos acima. Acerca do segundo tema, o Che define o burocratismo como o freio que os trâmites burocráticos causam ao desenvolvimento da sociedade: "*el papel como sustituto de la acción, papel que está destinado en definitiva a engavetarse, es decir, el papel sustituyendo la decisión a tiempo y ágil*" (GUEVARA, 2006: 301). Há três razões principais para tal problema: (i) a falta de consciência revolucionária; (ii) a falta de organização,; e (iii) a falta de conhecimentos técnicos para que a tomada de decisões seja justa e célere. A saída para o burocratismo estaria em um controle central rígido, que mantenha a direção dos postos-chaves da economia, e a adoção de medidas pró-correção dos problemas (i) a (iii) recém citados, como seriam a educação e o estabelecimento de uma organização administrativa rigorosa (GUEVARA, 1963). Diz o Che (GUEVARA, 1973b: 31):

> *Toda esta tarea general se combina con la idea de la posibilidad de uma dirección centralizada de la economía, pero debemos decir claramente que esta dirección centralizada no debe significar que todas las decisiones serán tomadas en el más alto nivel, sino más bien el establecimiento de los niveles que la organización hará respetar: en esos niveles, se toman las medidas necesarias, sin recurrir a otras instancias. Como tareas preparatorias, debemos precisar claramente las relaciones entre cada uno de esos niveles, lo que debe ser hecho y lo que está prohibido, com cuya ausencia el sistema no podría funcionar correctamente.*

Para o Che Guevara a semelhança do seu sistema com a gestão administrativa dos monopólios reduziria a burocracia na condução dos assuntos econômicos, pois, nesse caso, são reduzidas as esferas de (in)decisão (GUEVARA, 2006: 301). Portanto, a centralização das decisões significa menor burocracia. Mas não significa menor participação dos indivíduos nas decisões tomadas ou a mecanização dos mesmos. Guevara roga pela participação dos trabalhadores nas assembléias das empresas (GUEVARA, 2006: 305) e na planificação da produção, porém não defende a auto-gestão e o cooperativismo, especialmente aquele que se fundamenta no livre-mercado (como era o caso da Iugoslávia).

Em síntese, o papel do lei do valor e das categorias mercantis na construção do socialismo, na perspectiva do Che, deve ser a de coadjuvantes que participam da peça apenas por necessidade, nunca como atores protagonistas ou motores do sistema. A direção a ser tomada é sempre rumo ao

esvanecimento das categorias próprias do capitalismo. Se elas, por necessidade, tiverem de ser utilizadas, devem ter seu significado modificado.

5- CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo estudar a contribuição do Che Guevara à economia política da transição ao socialismo. Nesse caminho vimos que: (i) não há proeminência do desenvolvimento das forças produtivas sobre as relações sociais de produção; (ii) na construção do socialismo tem papel importantíssimo a atuação da vanguarda revolucionária e a formação política da população; (iii) a planificação econômica significa um ato auto-consciente de domínio da sociedade sobre o seu destino, negando a submissão à leis objetivas que agem sob suas costas; (iv) não se constrói o socialismo com elementos típicos do capitalismo sem a degradação progressiva do *ethos* socialista e (v) a construção da subjetividade revolucionária, de um "*hombre nuevo*" é a chave de todo o processo de transição e o fio condutor na obra do Che.

A experiência da esquerda no poder do século XX e XXI deixou algumas lições (quase) inquestionáveis: (i) o capitalismo não se derruba sozinha pela acumulação mecânica de suas contradições; faz-se necessário a construção da resistência popular e de uma hegemonia "*gramsciana*" na sociedade civil; (ii) sem a liquidação do poder econômico e militar das antigas classes dominantes, a esquerda no poder termina por ser a mera gestora de um Estado transformado em comitê executivo da burguesia; (iii) a burocracia estatal deve ser submetida a mecanismos de controle e a transparência na gestão da coisa pública deve ser o princípio a guiar o funcionamento do Estado; (iv) a participação popular nas escolhas das prioridades econômicas e na escolha dos seus representantes nas esferas de decisão, o fortalecimento da vida comunitária, a liberdade de expressão e de ir-e-vir são condições *sine qua non* para a legitimação da nova ordem social; (v) não se constrói o socialismo com as armas legadas pelo capitalismo, a não ser que estas tenham profundamente modificado seu conteúdo de oposição entre o individuo e a sociedade; (vi) os valores subjetivos têm papel fundamental na transformação socialista, na sua construção e aprofundamento; daí a importância da auto-educação e do exemplo da vanguarda política. De todos esses pontos, vimos que o Che Guevara, já em sua época, assinalava a relevância de todos eles. A sua insistência de que a mudança de sistema não era uma mera troca de modo de distribuição, mas a opção por um modelo oposto de civilização, um novo mundo social, cultural e moral (LÖWY, 2003: 153) é a prova cabal de que Guevara possuía uma aguda sensibilidade para identificar os problemas na construção do socialismo.

6- BIBLIOGRAFIA

BESANCENOT, Olivier & LÖWY, Michael. *Che Guevara: Uma chama que continua ardendo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BETTELHEIM, Charles. *The Transition to Socialist Economy*. Sussex: The Harverster Press Limited, 2nd Edition, 1978.

BETTELHEIM, Charles & SWEEZY, Paul. *On the Transition to Socialism*. New York & London: Monthly Review Press, 1972. Second Edition.

CARCANHOLO, Marcelo Dias & NAKATANI, Paulo. A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos sessenta. Campinas, *Anais do X Encontro Nacional de Economia Política*, 2005.

FANON, Frantz. *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press, 1968.

GUEVARA, Ernesto Che. *El Socialismo y el Hombre en Cuba*. 1965. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/guevara/65-socyh.htm. Acesso: 19/01/2015.

GUEVARA, Ernesto Che. *Contra el burocratismo*. 1963. Disponível em: http://www.marxists.org/espanol/guevara/03_63.htm. Acesso: 19/01/2015.

GUEVARA, Ernesto Che. Sobre el Sistema Presupuestario de Financiamiento. In: GUEVARA, Ernesto Che. *Escritos Económicos*. Cuadernos de Pasado y Presente 5. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973a.

GUEVARA, Ernesto Che. Consideraciones sobre los Costos de Producción. In: GUEVARA, Ernesto Che. *Escritos Económicos*. Cuadernos de Pasado y Presente 5. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973b.

GUEVARA, Ernesto Che. Sobre la Concepción del Valor. In: GUEVARA, Ernesto Che. *Escritos Económicos*. Cuadernos de Pasado y Presente 5. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973c.

GUEVARA, Ernesto Che. La banca, el crédito y el socialismo. In: GUEVARA, Ernesto Che. *Escritos Económicos*. Cuadernos de Pasado y Presente 5. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973d.

GUEVARA, Ernesto Che. La planificación socialista. Su significación. In: GUEVARA, Ernesto Che. *Escritos Económicos*. Cuadernos de Pasado y Presente 5. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973e.

GUEVARA, Ernesto Che. *Apuntes críticos a la Economia Política.* Habana/Melbourne: Ocean Press, 2006.

KOHAN, Nestor. *Seminarios Guevaristas de Formación.* Buenos Aires: 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/user/AgrupHombreNuevo/videos. Acesso: 26/4/2016.

LÖWY, Michael. *O Pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 5ª Edição, 2003.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceiro de história"*. Sao Paulo: Boitempo, 2005.

MANDEL, Ernest. *Socialismo X Mercado.* São Paulo: Ensaio, 1991.

MARX, Karl. *El Capital. Crítica de la Economía Política.* Traducción de Wenceslao Roces. México D.F.: Fondo de Cultura Económico, 1982.

MARX, Karl. Prefácio à crítica da economia política de 1859. In: *Para a Crítica da Economia Política; Do Capital; O Rendimento e suas Fontes*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

TABLADA PEREZ, Carlos. *El pensamiento económico de Ernesto Che Guevara*. La Habana: Casa de las Américas, 1987.

Título: Escravidão e engenho(s): um estudo do processo de trabalho e de sua (re)organização

Marcos Marinho – Mestrando pelo PPGHIS – UFRJ

Área Temática: Brasil Império

Introdução

Este texto é dedicado à análise do processo industrial de fabricação do açúcar, bem como sua evolução ao longo do tempo. Se é verdade que transformações técnicas ocorreram em boa parte dos meios de produção ao longo do período colonial, somente no último quarto século XIX estas inovações puderam rearticular toda a organização das unidades produtivas. Quando falamos apenas do ponto de vista do desenvolvimento técnico, a produção açucareira mostrou-se, até pelo menos as primeiras décadas do século XX, como o mais dinâmico setor da economia brasileira, sendo responsável pelas maiores inversões naquilo que poderíamos chamar de "bens de capital" da época. Mesmo a economia cafeeira, pilar de sustentação do Segundo Império, nunca atingiu o grau de sofisticação tecnológica e de especialização do trabalho que havia no açúcar. A título de exemplo, uma grande fazenda de café do Vale do Paraíba Fluminense, em 1880, tem apenas 15:493$000 de seus 179:275$000 – 8,67% - revestidos em instrumentos de trabalho e em equipamentos para a produção;[1] por outro lado, Joaquim Antônio Lobato de Vasconcellos e Leon de Varanguim de Vilio-o foram financiados em 500:000$000 pelo Estado imperial para erguer no município de Campos um engenho central.[2] Infelizmente não há indicações a respeito da distribuição deste capital assegurado nos diversos elementos necessários à construção de uma empresa deste porte, mas acreditamos que uma parcela mais significativa que os 8,67% da mencionada fazenda de café foi empregada na aquisição de máquinas, na medida em que sua única responsabilidade era transformar a cana em açúcar. Neste sentido, a economia açucareira foi, durante muito tempo, o mais próximo que havia no Brasil de uma atividade propriamente industrial. É necessário, portanto, definirmos o que entendemos por "indústria": um complexo que integra as forças produtivas, em processos de

---

1FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo sobre relações não-capitalistas de produção.* Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFRJ. Rio de Janeiro, 1983. p. 92.

2*Relatório apresentado à Assembleia Geral da primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado interino nos negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas José Antônio Saraiva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. p. 39.

trabalho distintos que compõem um único processo de produção que, ao mesmo tempo, multiplica o trabalho concreto e cria o trabalho abstrato, alienando, por conseguinte, os trabalhadores envolvidos. Além disso, a indústria moderna também é

> "[...] um 'complexo sistema de maquinaria', [em que] o produto atravessa uma série conexa de processos detalhados, realizados por uma cadeia de máquinas interligadas. Quando este sistema complexo é aperfeiçoado e pode realizar todo o processo de produção, com os trabalhadores como simples atendentes, torna-se um 'sistema automático de maquinaria.'"[3]

Entretanto, a existência de empreendimentos industriais, sejam eles avulsos ou agrupados, não assegura, por si só, um processo de industrialização. Ou seja, por mais que pudéssemos quantificar o número de empreendimentos que pudessem ser enquadrados nesta categoria de indústria, não seria possível, no escopo deste artigo, assegurar se o Brasil ou mesmo uma pequena região atravessa um processo socioeconômico deste porte. Como nos mostra Geraldo Beauclair, "[...] a instauração de um processo industrializante tem raízes mais profundas, que por vezes nem mesmo se traduzem imediatamente na criação de indústrias, mas que configuram um movimento que uma vez iniciado é irreversível."[4]

Isto não significa que em uma sociedade que não seja capitalista e/ou industrial não haja espaço para o desenvolvimento do setor de transformação. Especialmente no Rio de Janeiro, capital do Império, este desenvolvimento se deu a partir daquilo que Beauclair chamou de "pré-indústria." Estas unidades possuíam as seguintes características: 1) produção agrícola; 2) provável estagnação nos níveis de produtividade; 3) precário sistema de integração entre as regiões pré-industriais; e 4) construção de fábricas sem que haja qualquer relação orgânica de dependência entre elas e entre os vários setores da economia.[5] Acreditamos, portanto, que o tradicional engenho colonial, bem como o engenho semi-mecanizado de meados do século XIX e o próprio engenho central possam ser enquadrados nesta categoria.

Estas observações nos conduziram ao problema central deste texto: a dita incompatibilidade entre o escravismo e a inovação técnica – elemento essencial para a indústria –, argumento utilizado por diversas correntes da literatura histórica e

---

3KITCHIN, Gavin. "industrialização". In: BOTTOMORE, Tom. (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. p. 307.

4BEAUCLAIR, Geraldo. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense (1808-1860)*. Rio de Janeiro: Studio F & S Editora, 1992. p. 13.

5Idem, ibidem. p. 13-17.

sociológica para, inclusive, justificar o abandono do regime de trabalho compulsório.[6] É com base neste problema que o artigo está organizado. Nossa posição é a de que esta incompatibilidade não existe, e demonstraremos nossa hipótese de duas maneiras distintas. Inicialmente, analisaremos o trabalho no engenho colonial – séculos XVI-XVIII –, que conta com uma minuciosa descrição tanto a partir de fontes primárias quanto secundárias. À sua época, o engenho que no século XIX já era tido como obsoleto, era, na realidade, o mais moderno e complexo equipamento produtivo. Nestes empreendimentos, a base da força de trabalho era justamente o cativo. Portanto, não havendo incompatibilidade entre o escravismo e a tecnologia na Idade Moderna, não há razão para acreditarmos que ela exista no século XIX. Neste sentido, a segunda sessão traz uma análise do lento processo de modernização das unidades produtivas, seus avanços e seus recuos, a partir de fontes primárias publicadas no *Almanak de Campos*, sob o título de *Duas palavras sobre a agricultura campista e sua principal indústria – o fabrico do assucar.*[7]

A terceira e última sessão, enfim, traz a análise e a descrição do processo de trabalho do engenho central e na usina, os mais modernos e complexos aparelhos produtivos que a agroindústria brasileira conseguiu produzir até meados do século XX. Também mediante relatórios transcritos no *Almanak de Campos*, sob o título de *Industria Assucareira*,[8] podemos comprovar a existência do trabalho cativo, quebrando, portanto, a tese da incompatibilidade tecnológica. A conclusão faz uma rápida análise a respeito do contraste que há no trabalho artesanal e no trabalho industrial e dividido.

1. O engenho colonial: equipamentos e modos de operação

Comecemos, portanto, a nos aproximar da unidade produtiva: o engenho de açúcar. De forma sumária, o engenho pode ser entendido como o estabelecimento em que o açúcar era fabricado. Era composto, então, pela moenda, espaço em que a cana era esmagada e onde se extraia seu caldo, mas também implicava em considerar os demais equipamentos necessários à fabricação do açúcar, quais sejam: os tachos, as caldeiras e as escumadeiras e as fornalhas, que são os aparelhos necessários ao cozimento do caldo,

6FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano* – 3 vols. São Paulo: Hucitec; Editora da UNESP, 1989.

7*Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos, comprehendendo tambem os municípios de S. Fidélis, Macahé e S. João da Barra (Rio de Janeiro).* Campos: Typographia do Monitor Campista, 1882. p. 212-238.

8Idem. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1885. p. 289-322.

bem como as formas e demais acessórios da casa de purgar, onde o açúcar é seco e embranquecido ao longo de vários dias.[9] Há de considerar, também, as matas, necessárias para obtenção de lenha, responsável por alimentar as fornalhas, bem como o próprio canavial, os currais e demais culturas auxiliares à manutenção do engenho. Por fim, os aparelhos destinados a tratar os subprodutos da cana – fabricação de aguardente – também contam nesta denominação genérica de "engenho". Esta "fabrica incrível" transformava a cana em açúcar mediante um longo processo que se constitui de sete grandes etapas, subdivididas em diversas outras pequenas operações. Em muitas delas exigia-se trabalhadores especializados que, naturalmente, eram escravos – apesar do engenho empregar também trabalhadores livres e assalariados.[10]

Os processos são os seguintes: 1) limpeza e preparação da cana a ser moída no engenho; 2) moagem da cana, processo este que compreende duas passagens – primeiro da cana e depois de seu bagaço – pela moenda, visando a maior extração possível de caldo; 3) armazenamento do caldo extraído no processo de moagem em um equipamento chamado de "parol", que empregava apenas um trabalhador, já que o caldo era conduzido à cozinha, muitas vezes, por efeito da gravidade.

A quarta etapa consiste em outras cinco etapas menores de cozimento e purificação do caldo da cana. São elas: 1) a limpeza do caldo cru; 2) evaporação do caldo anteriormente limpo; 3) purificação do caldo anteriormente evaporado – o processo de evaporação deixa as impurezas bastante visíveis, permitindo aos escravos sua retirada com o uso das escumadeiras; 4) o cozimento do caldo anteriormente purificado, até que ele adquira uma consistência adequada – toda esta etapa da cozinha, apesar de ser efetivamente desempenhada por escravos, era gerenciada por mestres de açúcar, profissionais especializados nesta "alquimia" que transformava o caldo da cana no açúcar cristalizado; e 5) a condução do xarope da cana até a casa de purgar.

A quinta etapa, de cristalização do açúcar, é mais simples, mas não menos dividida, pois são oito pequenos processos para que o açúcar adquira seu aspecto tão conhecido. Estas etapas consistem no seguinte: 1) batedura e repartição da massa cozida para que pudesse ser colocada nas formas; 2) preenchimento efetivo das formas; 3) perfuração da parte inferior da forma, para que o mel, em meio ao processo de secagem

---

9CASTRO, Antônio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores*. Campinas, 1976. p. 2.

10SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 261-279.

do açúcar, escorra e se separe da mercadoria final; 4) quebra da parte superior do açúcar ainda dentro da forma, para que se pudesse igualar o volume no interior da forma, bem como liberar espaço para aplicação da argila; 5) nivelamento do volume no interior da forma, processo este conhecido por "entaipamento"; 6) barreamento, processo através do qual se buscava o clareamento do açúcar, mediante a aplicação de uma placa de argila encharcada, que percorria toda a massa no interior das formas, de tal modo que lavava todo o açúcar; 7) umedecimento da argila, para dar continuidade ao processo de lavagem, que poderia durar quase 30 dias; 8) retirada do açúcar lavado da formas.

A sexta etapa consiste na retirada do açúcar da forma para que se proceda a separação em espécies diferentes. Após a separação, cada tipo de açúcar é quebrado e colocado sobre uma tenda para secar ao sol. Ao longo deste processo de secagem, o açúcar é reagrupado e quebrado novamente, para que todas as suas partes fiquem igualmente expostas ao sol e, consequentemente, não haja variações em sua composição. A sétima e última parte, por fim, consiste na pesagem e no encaixotamento do açúcar. É nesta etapa que se distribui a proporção do açúcar produzido no engenho entre o senhor e proprietários e os demais lavradores que forneceram cana a ele. A marcação das caixas e sua liberação para o transporte e posterior comercialização finaliza o processo.

Partindo destas considerações iniciais, cabe a pergunta: o engenho colonial[11] sofreu transformações técnicas ao longo de sua vasta trajetória? Stuart Schwartz nos mostra que o processo de fabricação do açúcar, contando aqui sua parte agrícola de plantio e trato da cana, mudou muito pouco no Brasil desde meados do século XVII. Mesmo assim, somente em meados do século XVIII, quando os concorrentes antilhanos desenvolveram novos procedimentos, a indústria açucareira do Brasil começou a ser avaliada como ultrapassada e tradicionalista.[12]

Na fração agrícola do engenho, nenhuma alteração. Apenas no início do século XIX é que se adotou uma nova espécie de cana, a otaiti, ou cana caiana, como ficou conhecida no Brasil.[13] Fraginals afirma que esta espécie de cana de açúcar também era conhecida na ilha de Cuba e que sua utilização tardia tem uma justificativa tecnológica: por ser

11 Utilizamos a referência de "engenho colonial" para as unidades produtivas que operavam mediante tração animal ou por meio de rodas d'água. O engenho semi-mecanizado, muito comum no Brasil oitocentista, apesar da forma "colonial" ainda predominar, não está referenciado nesta denominação.

12 SCHWARTZ, Stuart B. op. cit. p. 116.

13 MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão...* op. cit. p. 190.

mais fibrosa e de bagaço mais grosso do que o da cana crioula – a outra variedade usada em Cuba –, as moendas com tambores de madeira danificavam-se em meio a moagem, além de não retirarem o caldo a ponto de seu uso ser vantajoso na produção. Somente quando os tambores ou trapiches 100% constituídos de metal se generalizaram que esta variedade de cana acabou sendo adotada no sistema cubano.[14] Nenhum dos autores que se dedicaram a analisar o processo de fabricação do açúcar nos engenhos do Brasil mencionam o momento e que as moendas de ferro foram implementadas. Mesmo assim, acreditamos que a adoção da cana caiana, no Brasil, tenha sido feita "tardiamente" por questões semelhantes àquelas verificadas em Cuba.

Já na fração industrial da fabricação do açúcar, tivemos algumas inovações, sobretudo se compararmos com os métodos produtivos anteriores à colonização da América. Até meados do século XVII, Schwartz afirma que os métodos de produção não diferiam muito daqueles adotados na produção açucareira do mediterrâneo, onde se utilizava uma mó que era usada para prensar sucessivas vezes a cana, cortada em fatias, para obtenção do caldo. A moenda horizontal de dois tambores também foi empregada aqui no Brasil, representando, segundo Antônio Barros de Castro, uma solução transitória para o problema da moagem, entre a mó e a moenda entrosa, de três tambores dispostos verticalmente.[15] Esta moenda só era uma solução transitória porque não eliminava completamente os problemas causados pela moagem de mó, apesar de ter dispensado o corte prévio da cana em pedaços. De resto, ainda causava problemas semelhantes: caldo excessivamente impuro, eventual necessidade de submeter a cana à prensa de gangorras após a moagem, além do fato de ser um equipamento bastante dispendioso e vulnerável, por ser constituído de madeira.[16] Mas, principalmente, a moenda horizontal de dois tambores não representou solução porque possuía apenas uma entrada e uma saída paga o bagaço da cana. De tal modo que para que ele pudesse ser novamente processado, o trabalhador deveria deslocar-se ao local de saída e trazê-lo de volta para encaixa-lo novamente na entrada da moenda.[17]

A grande renovação do engenho colonial veio ainda nos seiscentos, por meio da moenda vertical de três tambores. Esta foi a primeira máquina criada especialmente para a

---

14FRAGINALS, Manuel Moreno. op. cit. vol. 1. p. 223-226.

15CASTRO, Antônio Barros de. "Brasil, 1610: mudanças técnicas e conflitos sociais" In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, dez. 1980. p. 689-90.

16SCHWARTZ, Stuart. op. cit. p. 117.

17GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Duas Cidades, 1983. p. 123.

fabricação açucareira. Sua maior vantagem é perceptível quando se anuncia as deficiências da moenda horizontal, ou seja, o bagaço da cana pode ser processado de ambos os lados da moenda, sem interromper a produção linear para que um ou mais trabalhadores desloquem o bagaço para nova prensa. A moenda vertical exige, portanto, dois pequenos grupos de operadores para passar e repassar a cana e dar prosseguimento no processo de fabricação açucareiro.[18] De fato, representou um avanço neste sentido, porque além de ter permitido a continuidade da manufatura linear, também simplificou e reduziu o número de trabalhadores a três, em média. Reduziu porque se dissemos que a moenda horizontal de dois cilindros permitia que apenas um trabalhador se encarregasse dela, a despeito do maior tempo para fazê-lo, é necessário considerar, também como já alertamos, que a etapa de moagem não se restringia à moenda, passando também por outros aparelhos e artifícios. A moenda de três tambores vertical pôs fim a esta questão e simplificou o trabalho de moagem.

Somente nos oitocentos, em suas primeiras décadas, um novo tipo de moenda alterou de forma significativa as relações de produção no interior do engenho, com uma nova moenda horizontal, desta vez de três tambores dispostos de modo a formar um triangulo isósceles.[19] Por mais que a iconografia referente a este aparelho não sugira isso, este tipo de moenda precedeu as máquinas à vapor, podendo ser movimentada tanto por força hidráulica, quanto por tração animal, como as outras, apesar de ser constituída inteiramente de ferro. Para Fraginals, esta moenda representou "uma verdadeira revolução técnica",[20] e Ruy Gama parece sinalizar também nesta direção quando afirma que "a grande vantagem dessas moendas foi a de permitir a automatização, a independência em relação às medidas do trabalhador [...]."[21] Isto porque, como demonstrou Vera Ferlini, no sistema de palitos – outra forma de denominação da moenda vertical de três cilindros/tambores – a quantidade de cana a ser moída dependia da altura do trabalhador, do comprimento de seu braço e de sua capacidade manual de colocar a cana em um espaço bastante estreito, entre os rolos.[22] A nova moenda eliminava esta questão, porque as canas chegavam aos cilindros por meio de esteiras

---

18Idem, ibidem. p. 123-124.

19Idem, ibidem. p. 182 e 184.

20FRAGINALS, Manuel Moreno. op. cit. p. 259.

21GAMA, Ruy. op. cit. p. 183.

22FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 165.

transportadoras. O papel do trabalhador passa a ser, apenas, coloca-las nas esteiras. Além disso, este sistema de moagem permitia ainda reduzir o número de trabalhadores alocados, porque a disposição dos cilindros era tal que a própria moenda, de modo automático, reintroduzia a cana em suas engrenagens para tritura-la novamente.[23]

Outro espaço do engenho em que se verificou mudanças técnicas, por mais que estas tenham sido muito menos sensíveis do que as relativas à moenda, foi na cozinha e, por consequência, nas fornalhas. Historicamente, o processo de cozimento foi o grande gargalo da indústria açucareira colonial. Os impactos das mudanças são mais em relação à economia de combustível – lenha – do que no aumento da produtividade da empresa. Fraginals, como não poderia deixar de ser, atribui este gargalo à escravidão, porque os trabalhadores cativos não seriam capazes de manusear uma caldeira que cozinhasse o açúcar à vácuo, por exemplo.[24]

Ciro Cardoso, por outro lado, reconhece transformações técnicas na produção açucareira das Antilhas francesas, sobretudo na ilha de São Domingo, em que se passou a usar caldeiras e técnicas de purgar distintas das brasileiras, para dar ao açúcar uma qualidade maior do que aquele produzido por aqui. A explicação de Ciro Cardoso para a busca pelo aperfeiçoamento nas Antilhas, fato que não ocorreu de forma tão intenso no Brasil, são duas: 1) conjunturas econômicas de expansão da produção açucareira nas Antilhas desde meados do século XVII, mesmo período em que se inicia um período de regressão na produção brasileira; e 2) condições naturais, que fizeram com que os proprietários das Antilhas não tivessem tantas terras virgens à sua disposição quanto tinham o fazendeiros brasileiros, de tal modo que os antilhanos foram obrigados a utilizar métodos fertilizantes para recuperação do solo, bem como transformações no sistema de caldeira, para economizar combustível – o uso do bagaço como fonte alimentadora das caldeiras também teria esta função.[25]

Isto não significa dizer, por outro lado, que o sistema brasileiro também não tenha introduzido mudanças. Segundo Vera Ferlini, três foram os fatores que impulsionaram as transformações nas fornalhas: 1) número de trabalhadores nela utilizados; 2) problemas relativos à obtenção de lenha; 3) a regularidade necessária ao fogo para que

---

23GAMA, Ruy. op. cit. p. 183-184.

24Idem, ibidem. p. 272-275.

25CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979. p. 124-126.

processo produtivo não seja interrompido.[26] Inicialmente, nos engenhos coloniais brasileiros, as fornalhas eram individuais, ou seja, havia uma fornalha para cada espaço de cozimento da casa das caldeiras. Ainda assim, elas não constituíam um espaço separado da cozinha, com os trabalhadores em contato frequente com o calor do fogo e da fumaça produzida pela queima da lenha.

No século XVIII, quando Antonil redigiu suas observações sobre o engenho colonial, por exemplo, as fornalhas já haviam se transformado: situavam-se no nível do chão, enquanto que a casa das caldeiras, na cozinha do engenho, estava imediatamente acima delas.[27] Ruy Gama demonstra que alguns engenhos brasileiros do século XVIII chegaram a usar o método do "trem jamaicano" nas fornalhas, em que havia somente uma boca de fogo para todas as tachas existentes no engenho. Quando se utilizava uma fornalha para cada tacha ou caldeira, estas eram dispostas de forma alinhada e paralela a cada uma das paredes da cozinha. Cada fornalha – ou cada boca de fogo – era alimentada, portanto, pelo lado de fora do engenho. A adoção do sistema inglês, ou "trem jamaicano", quebrou esta obrigatoriedade arquitetônica e espacial das cozinhas. Tal método era vantajoso, também, porque permitia a economia de combustível, na medida em que só se queimava lenha para alimentar uma boca de fogo.[28]

As vantagens desse método também se refletiam no próprio processo de fabricação por outras razões: 1) emprego de uma única chaminé, que é o que permite a transmissão do calor de uma fornalha para todas as tachas e caldeiras; 2) ajustamento preciso das tachas e caldeiras junto às mesas de alvenaria em que se prendiam, reduzindo as perdas de calor – e de combustível –, de tal modo a tornar menos penoso o trabalho nestes locais, além de não permitir a interrupção do processo de cozimento; e 3), que dá continuidade à anterior, porque facilitava a transferência do caldo de uma tacha para a outra, graças à proximidade entre elas, e também às calhas que havia nas mesas para escoamento dos caldos após cada cozimento.[29]

Com relação à cozinha propriamente dita, temos de considerar as diferenças entre os engenhos. Como a historiografia brasileira tradicionalmente se ocupou de estudar as regiões cuja produção açucareira era bastante volumosa – em especial, Bahia e Pernambuco colonial –, pouca atenção foi dada aos engenhos de aparelhagem mais

26FERLINI, Vera. op. cit. p. 170.

27Idem, ibidem. p. 171-172.

28GAMA, Ruy. op. cit. p. 157.

29Idem, ibidem. p. 163-164.

modesta. Na planície de Campos dos Goytacazes, as etapas iniciais de montagem do sistema açucareiro foram marcadas pelas engenhocas e engenhos de porte mais modestos. O "censo" realizado por Couto Reis também evidencia isso, porque quase 75% dos fazendeiros, sejam eles produtores de açúcar ou não, possuíam menos de 30 cativos.

Ora, este número não é suficiente sequer para suprir a demanda de trabalhadores na transformação da cana em açúcar, quanto menos para lavrar os enormes canaviais. Se é verdade que todo engenho funcionava em "parceria" com lavradores fornecedores de cana, também é verdade que este contingente de cativos não supre a demanda de força de trabalho que a historiografia tradicionalmente aponta como necessária à produção açucareira. Esta carência de força de trabalho não se refletia apenas na concessão de um lote de terras menor a ser trabalhado – no período colonial, uma das medidas para a concessão das sesmarias era a capacidade de trabalhar a terra concedida por meio de escravos –, mas também na estrutura técnica do engenho, sendo a casa das caldeiras uma das mais sensíveis a esta questão. O número de tachas no interior da unidade produtiva também variava de acordo com a disponibilidade de trabalho a empregar. Neste sentido, mesmo os pequenos proprietários podem produzir açúcar, mas certamente suas cozinhas continham menos de três tachas, ao passo que os maiores chegam a possuir algumas fileiras de cinco – normalmente duas fileiras com cinco tachas em cada uma. Ruy Gama chega a mencionar a existência de engenhocas antigas, mas preservadas, que continham apenas uma tacha para realização de todo o processo de cozimento do caldo da cana.[30]

Já a etapa de purga e secagem, diferente das anteriores, transformou-se muito pouco ao longo de todo o período. Fraginals menciona apenas duas transformações neste setor: 1) a implementação de formas metálicas, no lugar das de barro – Ruy Gama demonstra que no Brasil o mais comum foi usar formas de madeira e de barro;[31] e 2) a implantação de pequenas linhas férreas que se estendiam desde a casa das caldeiras até a casa de purgar, por onde circulavam pequenos vagões recheados de formas, que eram conduzidas manualmente pelos escravos.[32]

Como se pode ver, mesmo o engenho colonial é uma manufatura extremamente sofisticada para sua época. E mais importante: o próprio engenho colonial passou por

30 Idem, ibidem. p. 164-165.

31 Idem, ibidem. p. 170-175.

32 FRAGINALS, Manuel Moreno. op. cit. p. 294-296.

transformações, algumas maiores e outras menores, que acarretaram na transformação das relações de trabalho. Apesar de sabermos que nenhuma dessas alterações se assemelha à transformação industrial das unidades produtivas, é interessante apontar que esta unidade de produção atravessou todos estes pequenos avanços sem abrir mão da força de trabalho escrava. Outro dado importante: esta era, à sua época, o mais desenvolvido aparato produtivo que se tem notícia. Se compararmos com o tradicional sistema de produção doméstica, que antecedeu a indústria têxtil na Inglaterra, o engenho colonial se mostra uma empresa cuja divisão do trabalho é bastante mais acentuada e, principalmente, se desenha de forma linear. Tendo estes fatores em consideração, a hipótese de que a escravidão não seria apta à modernidade não faz qualquer sentido, uma vez que ela já era utilizada em empreendimentos produtivos que, com o perdão da expressão imprópria, estavam muito à frente de seu tempo.

Ali faremos a comparação com a unidade de produção de açúcar mecanizada, para que possamos entender suas diferentes formas de apropriação do trabalho excedente, bem como constatar a presença da escravidão em alguns modernos empreendimentos campistas. Antes, entretanto, é necessário que analisemos o ritmo da evolução tecnológica dos engenhos de Campos, bem como seus impactos na conformação agrária da região.

2. O lento processo de modernização: a operação dos engenhos mecanizados no século XIX

Se o final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX o sistema açucareiro ainda estava em processo de construção em Campos, o mesmo não podemos dizer a respeito de meados do oitocentos. Acompanhando a análise de alguns autores que escreveram sobre o tema, é possível captar o momento em que os engenhos de Campos dos Goytacazes começam a reduzir em quantidade. É importante destacar que estas transformações na produção não se realizaram na região campista como um todo, mas sim nos espaços mais especificamente dedicados à produção açucareira, ou seja, nas regiões de planície São Salvador, São Gonçalo e São Sebastião. Façamos uma comparação com os dados apresentados por Sílvia Lara e por Sheila de Castro Faria.

Tabela 1 - Número de engenhos e engenhocas de açúcar em Campos dos Goytacazes entre os séculos XVIII e XIX[33]

Ano	Engenhos à Vapor	Engenhos "coloniais"	Total
1734	-	34	34
1752	-	50	50
1768/69	-	55	55
1778/69	-	168	168
1788	-	278	278
1799	-	351[34]	351
1819	-	400	400
1827	1	700	701
1852	56	307	363
1861	68	267	335
1872	113	207	320
1881	252	120	372

A tabela 1 foi montada a partir do trabalho de ambas as autoras. Para demonstrar estes dados, elas debruçaram-se, sobretudo, na obra de Alberto Lamego, "O Homem e o Brejo."[35] Mas além dela e das outras duas fontes citadas na nota 147, Sílvia Lara também se utiliza de uma carta destinada ao Marquês de Lavradio, no ano de 1778, além de outros cronistas e viajantes, como Fernando José Martins e Couto Reis, este último trabalhado por nós anteriormente. Sheila de Castro ainda se utiliza do Censo agrícola de 1920, mas resolvemos desconsiderar estes dados por não fazerem parte do escopo desse trabalho.

Neste sentido, utilizamos mais os dados de Sheila de Castro por duas razões: 1) o recorte cronológico da autora é o mesmo que o de nossa pesquisa, portanto, é mais lógico que ela disponha de dados úteis para nós, ao contrário de Sílvia Lara – mesmo

33Fonte: LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 130-132; FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes (1850-1920).* Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Niterói, 1986. p. 127.

34Neste ano, as informações dadas por Sílvia Lara, em duas fontes por ela consultadas, deram informações ligeiramente conflitantes: O *Almanac Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro* confirmou a presença de 324 unidades produtivas, entre grandes engenhos e engenhocas de açúcar; um mapa de população, por outro lado, afirmou possuir a região 378 engenhos/ engenhocas. Como não havia certeza estatística, tiramos uma média de ambos os dados para chegarmos ao número 351.

35LAMEGO FILHO, Alberto. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945.

que essa historiadora tenha recorrido a outras fontes –, que pesquisa o período colonial, apesar de fazer incursões rápidas no período de Brasil independente; e 2) o trabalho de Sílvia Lara, sobre a relação entre senhores e escravos, parece querer traçar um *tipo ideal* deste relacionamento no sistema escravista brasileiro, de tal modo que, o espaço escolhido para a autora para desenvolver a pesquisa é irrelevante, pois não há qualquer preocupação da autora em inserir os conflitos entre senhores e seus cativos na conjuntura material de Campos dos Goytacazes.[36] Talvez por isso o trabalho traga tão poucos dados sobre as unidades de produção açucareiras, o espaço em que as relações por ela estudadas se desenvolviam por excelência.

Como se pode observar na tabela, o grande desenvolvimento da produção açucareira campista se dá a partir do final da década de 1760 e o início da seguinte. Este *boom* acontece justamente quando há, na década de 1790, a Revolução Haitiana que desmantelou quase por completo o mercado mundial de açúcar, abrindo uma conjuntura de boa expansão após algum período de crise. Não se trata de desqualificar as questões inerentes à nossa sociedade, reduzindo o processo de montagem do complexo açucareiro de Campos a uma questão de oportunidade comercial. Trata-se apenas, de assinalar a correspondência e simultaneidade dos eventos. É importante ressaltar também, como já fizeram inúmeros outros autores que estudaram o tema, que no período anterior à modernização dos engenhos a expansão só poderia ser quantitativa. Por isso vemos que até meados do século XIX, o aumento de unidades de produção aumenta sem qualquer incremento tecnológico digno de nota, uma vez que há apenas um registro de engenhos mecanizados ou semi-mecanizados.

Este quadro só começa a mudar a partir da segunda metade dos oitocentos, quando, em 1852, Sheila de Castro Faria registrou 56 engenhos movidos à vapor, em um universo de 363 unidades, ou seja, 15,4% do total das fábricas realizaram algum tipo de investimento técnico. É significativo que o momento em que identificamos um número relevante de engenhos mecanizados ou semi-mecanizados seja o mesmo momento em que o número de unidades de produção começa a se reduzir. Apenas nove anos depois, em 1861, o número de engenhos à vapor aumenta em 12 unidades – crescimento de mais de 20% -, chegando a 68. Mas o número total de fazendas se reduz para 335. Isto faz com que os engenhos à vapor atinjam a marca 20,3% do total. Em

36Esta crítica pode ser vista com maiores detalhes em: MARQUESE, Rafael de Bivar. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. In: *Revista de História*. São Paulo, nº 29, p. 223-253. Julho/Dezembro de 2013.

1872, segundo os dados de Sheila de Castro, os mecanizados ou semi-mecanizados atingem 113, conformando 54,5% do total de fábricas – 207. Por fim, há o ano de 1881, em que o número de fábricas voltou a crescer pela primeira vez desde metade do século, possivelmente porque a lavoura de cana – e os engenhos – expandiram-se a outras regiões do norte-fluminense com mais força. Neste ano, o número de fábricas totalizou 372, com incríveis 252, ou 67,74% do total, de engenho movidos à vapor.

O *Almanak de Campos*, no texto *Duas palavras sobre a agricultura campista e sua principal indústria – o fabrico do assucar*, contabiliza o número de propriedades açucareiras para o ano de 1882. Os resultados são parcialmente semelhantes aos de Sheila de Castro Faria e julgamos válido colocá-lo em nossa análise. O resultado pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 2 - Número de engenhos de açúcar por freguesia no Município de Campos (1882)[37]

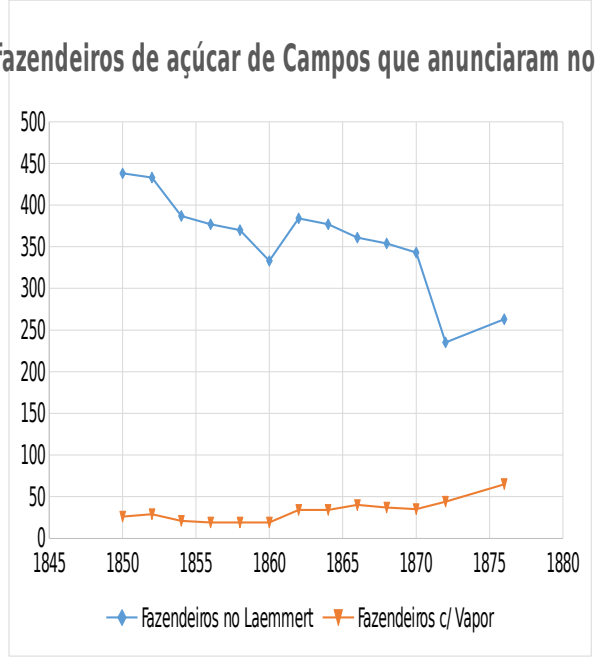
Freguesias	Fábricas de açúcar	Fábricas c/ vapor
S. Salvador	70	38
S. Gonçalo	85	22
S. Sebastião	55	6
S. Benedicto	19	8
Guarulhos	102	45
Itabapoana	2	-
Santa Rita	16	1
Dores de Macabu	16	3
Morro do Coco	12	2
Total	377	125

A tabela 2 difere da tabela 1 especialmente no que diz respeito à proporção de engenhos à vapor no total de engenhos existentes no município de Campos em 1881-82. Sheila de Castro Faria identifica a existência de pouco mais de dois terços de engenhos mecanizados, enquanto que o *Almanak de Campos* anota apenas um terço destas fábricas como sendo mecanizadas. Mas o que os outros dados não demonstram é a distribuição de engenhos por freguesia. Estes dados demonstram que as freguesias de São Salvador, São Gonçalo e Guarulhos representam as zonas de ponta da indústria

37 Fonte: *Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos...* op. cit. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1882. p. 232.

açucareira da região. Juntas, as três freguesias possuem quase 48% de todos os engenhos do município, bem como 84% das unidades mecanizadas. No interior de cada uma destas três freguesias, a proporção de unidades de produção modernas é superior à de outras regiões produtoras de açúcar do Brasil, o que ressalta ainda mais sua força. São Salvador, freguesia analisada por nós com mais cuidado algumas páginas acima, apresenta o maior contingente de engenhos mecanizados, com 38 unidades e 54% do total. São Gonçalo, por sua vez, possui índices mais próximos da média do município, algo em torno de 25%, com 22 unidades à vapor. A freguesia de Guarulhos, a maior freguesia açucareira de Campos, era dotada de 46 engenhos mecanizados neste ano de 1882, em um universo de 102 equivalente a quase 45%.

Estes números apresentados pela historiadora fluminense e pelo próprio *Almanak de Campos* diferem de forma muito evidente daqueles veiculados no *Almanak Laemmert*. Consideramos importante investigar por meio desta fonte também porque, como vimos no capítulo anterior, maior parte da produção de açúcar campista era destinada ao Rio de Janeiro, o que poderia justificar o interesse de muitos fazendeiros anunciarem nela. Evidentemente, nenhuma dessas fontes nos permite cravar, de forma absoluta, o número de propriedades açucareiras que existiam em Campos neste período que estamos estudando. Apesar disso, o *Almanak Laemmert* já foi utilizado com esta finalidade – quantificar, de forma mínima, o número de unidades de produção que tenham capacidade comercial relevante – em vários estudos da historiografia do Rio de Janeiro. Neste sentido, é importante que comparemos os dados desta fonte com os da tabela 1 e 2. O resultado pode ser visto no gráfico abaixo:



Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1850-1880.

O gráfico 1 tem como ponto inicial 1850, porque é na segunda metade do século XIX que o processo de modernização das unidades produtivas se dá com maior intensidade. Neste sentido, no primeiro ano da série, os 26 engenhos mecanizados correspondiam tão somente a 6% das 438 fábricas anunciadas para o município de Campos no Almanaque. Depois do primeiro ano, observamos uma tendência de queda acentuada no número total de unidades produtivas até a década de 1860. Pelo que afirmamos anteriormente, esta queda deveria se refletir em um crescimento minimamente proporcional de unidades mecanizadas. O que acontece é justamente o contrário. É verdade que elas demonstram um aumento de mais de 10% de 1850 para 1852, mas depois deste último ano ela cai sistematicamente, até termos, em 1860, 19 unidades mecanizadas que anunciaram no *Laemmert* pelo município de Campos. Ou seja, entre 1852-1860, a redução de fábricas que anunciaram no almanaque foi de 35%. Esta redução foi mais intensa do que a redução geral do número de fábricas que anunciaram, que saiu de 433, em 1852, e foi para 333, em 1860, ou seja, decréscimo de "apenas" 23%. Tecnicamente, esta primeira tendência do gráfico 1 quebra nossa argumentação de que o crescimento das fábricas mecanizadas impõe um decréscimo no número total de fábricas. Mas lembramos que, tal qual as fontes citadas por Sheila de Castro, o *Laemmert* não é uma reprodução fiel da realidade agrária, mas tão somente lista o nome de fazendeiro de açúcar e aguardente que resolveram pagar para que seu nome aparecesse na lista de produtores.

Entretanto, após 1860, a tendência inicialmente esperada por nós aparece. Entre 1862 e 1872, o número de unidades de produção listadas no almanaque cai de 384 para 235, ou seja, decréscimo de 39%. Em contrapartida, neste mesmo período, o número de fábricas aumentou de 19 para 44, entre 1860-72, ou seja, um crescimento de 137%. No último período do gráfico, ambas as curvas apresentam crescimento, apesar da curva de crescimento das fábricas com máquinas ter uma intensidade maior de ascensão. Em 1876, os engenhos com máquinas contabilizavam 65 unidades, que representavam quase 25% do total. Estes números percentuais assemelham-se àqueles apresentados por José Evando Vieira de Melo, que afirmou uma proporção de mais de 20% de engenhos mecanizados para o norte-fluminense. Desconsideramos os dados após 1876 porque eles eram absolutamente não compatíveis com os dos anos anteriores, chegando a sugerir que a indústria açucareira teria regredido quase que totalmente aos engenhos movidos por água ou por animais, o que não é verdade em hipótese alguma, na medida em que este é justamente o período em que os engenhos centrais começam a ser construídos após a aprovação da lei que garantiria os subsídios em 1875.

Apesar dos números serem muito discrepantes dos apresentados por Sheila de Castro, a tendência, de maneira geral, se repete – apesar da intensidade do crescimento ou redução de unidades de um período para o outro também ser diferente. Porque haveria a necessária correspondência entre estes movimentos? A própria dinâmica da economia açucareira explica este ponto. A fabricação do açúcar se divide em duas etapas: a agrícola e a industrial. Entretanto, estas duas etapas são, na verdade, uma só, não apenas porque estão ligadas pelo evidente fato de que após o corte da cana é necessário transforma-la em açúcar, mas também porque o complexo açucareiro e as forças produtivas que giram ao seu redor constituem um todo orgânico e linear. Deste modo, não é possível falar em desenvolvimento técnico efetivo das unidades açucareiras se elas não se transformam por completo. É por isso, também, que Manuel Moreno Fraginals alertou que o simples fato de se utilizar uma moenda à vapor não assegura transformação alguma no processo produtivo.[38]

A despeito desse alerta, isto se verificou não só em Cuba, mas também em diversas regiões do Brasil, incluindo Campos dos Goytacazes. Ou seja, maior parte das fábricas de açúcar listadas no *Almanak Laemmert* ou nos cronistas citados por Sheila de Castro Faria não eram plenamente mecanizadas, mas semi-mecanizadas. Isto significa que ainda no final do século XIX, uma boa parte do açúcar produzido na região em

38FRAGINALS, Manuel Moreno. op. cit. p. 269.

questão utilizava os procedimentos típicos do engenho colonial, demonstrados algumas páginas acima. Entretanto, há um seleto grupo de empresas que se mostram bastante bem equipadas, certamente utilizando o que de mais moderno havia à sua disposição em termos de tecnologia de fabricação e de transporte da cana de açúcar. É a partir delas que descreveremos e analisaremos os modernos trabalhos do açúcar, que não dispensava a participação do trabalho cativo mesmo lançando mão de recursos tecnológicos relativamente sofisticados para a época. Antes, porém, é necessário fazer uma análise qualitativa do ritmo de evolução desta indústria, de seus avanços e seus recuos até chegarmos às unidades plenamente mecanizadas dos anos 1880.

Inicialmente, a lavoura açucareira campista e as demais lavouras do império do Brasil são descritas como embrionárias, na medida em que ainda eram carentes de estudos e melhoramentos que só o acúmulo científico ao longo do tempo poderia lhes trazer. Tanto no relatório de 1881 quanto no de 1885, destaca-se o caráter descontínuo da modernização da lavoura, sempre ressaltando que é mais uma iniciativa de particulares enriquecidos do que uma tendência geral.[39] Mesmo estes que se arriscavam na modernização de suas unidades, pouco avançavam para além da moenda à vapor. As exceções teriam sido alguns fazendeiros que, nas décadas de 1840 e 1850, se arriscaram na adoção de outros aparelhos, mas os abandonaram por diversos motivos. Um deles foi Julião Baptista Pereira de Almeida, que resolveu seguir os passos do Barão de Santa Rita, um dos mantenedores da Sociedade Agrícola Campista, espécie de braço local da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O Barão delegou sua propriedade à Feliciano Prates, na década de 1840, para administrá-la aplicando o maquinário completo que havia adquirido da casa francesa Cail & Comp. de Paris. O *Almanak de Campos* nos informa que, passados alguns anos, Julião Baptista, que havia adquirido o mesmo maquinário, abandonou-o em razão da imensa dificuldade de se obter lenha para fazer funcionar as caldeiras à vapor.[40]

Anos mais tarde, já na década de 1850, o comendador Candido Francisco Vianna tentou modernizar parcialmente sua unidade produtiva, importando da Europa uma turbina. O resultado não poderia ter sido mais catastrófico para o comendador: seu maquinário quebrou quando estava sendo suspenso por um guindaste para que pudesse ser instalado

---

39 *Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos...* op. cit. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1882. p. 207-208.

40 Idem, ibidem. p. 214.

em sua fábrica.[41] Pouco tempo depois, apesar dos fazendeiros terem demonstrado pouco interesse na aplicação de máquinas, devido aos insucessos sucessivos, o fundidor Caetano da Rocha Pacova parece ter desenvolvido um aparelho para purgar o açúcar por centrifugação. Na sequência, um fazendeiro e antigo caldeireiro, Carlos Dubois, construiu um tipo de turbina que passou a ser empregada em seu próprio engenho. Mas, de maneira geral, como informa o *Almanak de Campos* e o próprio *Almanak Laemmert* – este último devido ao número muito flutuante de anunciantes com engenhos à vapor – estes fazendeiros constituíam mais exceção do que regra, pois muitos ainda estavam presos à rotina dos engenhos coloniais. O único melhoramento empregado, como já dissemos, era a implantação de moendas à vapor.

Aparentemente esta acomodação começou a ser quebrada na década de 1860, quando o major Luiz José de Carvalho Cardoso importou da França uma aparelhagem completa para engenho, fazendo do Dr. Angelo Marini, um dos médicos a serviço do governo provincial àquela época, seu intermediário neste processo. Não tardou para que Marini fosse feito intermediário de vários fazendeiros interessados na importação de maquinários mais completos para suas fábricas depois da experiência bem-sucedida de Carvalho Cardoso. O maquinário em questão era o seguinte: máquina horizontal de alta pressão, com quatro cilindros para moer a cana; dois evaporadores ao ar livre – as famosas tachas encamisadas – aquecidos à vapor por meio de serpentinas horizontais; duas turbinas; duas caldeiras verticais, destinadas a alimentar a moenda e mais duas caldeiras evaporadoras; uma estufa para secar o açúcar.[42]

Não importa, para nossos objetivos, o quão vanguardista pode ter sido o major Luiz José de Carvalho Cardoso. Ao afirmar que os demais fazendeiros seguiram sua experiência, o texto do *Almanak de Campos* pode estar desprezando o contato que os fazendeiros campistas eventualmente podem ter estabelecido com outras praças produtoras de açúcar. A questão a ser considerada é que dessa experiência inicial entre as décadas de 1850 e 1860, o que ficou de perene para as décadas posteriores, foram os sistemas de moagem e de purga. Neste último caso, falamos da substituição das antigas formas de pão de açúcar, que demoravam vários dias para completar o processo, pelo princípio da turbinagem/centrifugação, e não um determinado tipo de turbina que tenha sido usado nas décadas posteriores. Esta constatação é viável porque se compararmos este levantamento do maquinário do engenho de Carvalho Cardoso com dos engenhos e

41 Idem, ibidem. p. 215.

42 Idem, ibidem. p. 216.

usinas maiores, das décadas de 1880, vê-se claramente uma continuidade dos princípios aplicados. É possível constatar tal continuidade até mesmo em outras fontes, como o Jornal do Agricultor, por exemplo, que em 1879, descreve de forma minuciosa as atividades do Engenho Central de Quissamã, e é possível ver nesta fonte uma aparelhagem bastante semelhante à da fábrica de Carvalho Cardoso em relação às operações de moagem e em relação ao princípio de purga e evaporação.[43]

A grande diferença se fez sentir em relação aos aparelhos de tratar o caldo da cana. Neste sentido, o texto do *Almanak de Campos* parece confirmar o que já havíamos dito anteriormente com base nos textos de Fraginals, Ruy Gama e Vera Ferlini: a cozinha foi, verdadeiramente, o maior gargalo tecnológico do engenho. Aparentemente, em Campos dos Goytacazes a situação não foi diferente, já que "as fábricas mais importantes adotaram o seguinte sistema: máquina a vapor para trabalho de moagem; defecação, evaporação e cozimento nas baterias do Padre Labat; e "esgotagem" ou purgação do açúcar pela turbinagem."[44] Sistema "Padre Labat" nada mais é do que o cozimento no fogo nu, tal qual se fazia na casa das caldeiras do engenho colonial. Ou seja,

> "dessa turbamulta de encomendas, fizeram completo fiasco os aparelhos defecadores, evaporadores e caldeira de cozimento, tudo a vapor e ao ar livre, adotados por Manoel Gomes Barroso e o Major [Luiz José de] Carvalho [Cardoso]; tudo mais foi bem."[45]

Desta primeira experiência, é importante destacar duas coisas: 1) o processo de modernização foi lento e marcado por avanços e recuos, não podendo ser considerado de forma linear e talvez por isso as fontes quantitativas apresentem dados discrepantes entre si; 2) considerando que a tentativa de Carvalho Cardoso se deu entre o fim dos anos 1850 e o início dos anos 1860 – o texto do *Almanak* fala em 1856-57, mas admite a imprecisão destes números – é difícil imaginar que esta fábrica operou, em algum momento, sem contar com a força de trabalho cativa para transformar a cana em açúcar. Tendo a cozinha, de maneira geral, permanecido na forma artesanal, mesmo após a experiência de Carvalho Cardoso, os fazendeiros dedicaram seus esforços, nas décadas de 1860 e 1870, a aprimorar o tratamento do caldo.

Isto foi feito, inicialmente, por meio da substituição do sistema Labat pelo do "banguê americano", que nada mais é do que a utilização das mesmas caldeiras e tachas,

43 *Jornal do Agricultor*. Rio de Janeiro, 1879. p. 411-413.

44 *Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos*... op. cit. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1882. p. 217.

45 Idem, ibidem. p. 217.

mas alterando seu encaixe junto ao fogo, de tal modo que aumenta a superfície de contato na evaporação, acelerando o processo e poupando combustível.[46] Mesmo em plena década de 1880, quando o texto do *Almanak de Campos* é publicado, este sistema de evaporação, depuração e cozimento ainda prevalecia, como as listas do *Laemmert* também não deixam de ressaltar. A situação geral, portanto, é que

> "poucos foram os fazendeiros que não substituíram o velho banguê pelo novo, e hoje ainda a maioria das fábricas conservam a bateria americana, com modificações mais ou menos racionais, apesar de ela ser apenas o aperfeiçoamento de um sistema condenado. Concorreu para essa preferência, além das vantagens de uma evaporação mais franca e maior produção de massa cozida em um tempo dado, a facilidade de admissão de combustível com o fogo sobreposto e seu melhor aproveitamento."[47]

Os fazendeiros mais dispostos a modernizar sua produção logo perceberam que este sistema não trazia tantas vantagens, por exigir uma temperatura de cozimento muito elevada e, consequentemente, danificar as caldeiras e tachas, ocasionando a interrupção do processo produtivo, além de prejudicar a qualidade do caldo da cana. A solução foi buscada, portanto, nas caldeiras "Wetzel", responsáveis por acelerar o cozimento do caldo. De todo modo, apenas a aplicação desta caldeira não assegura toda a mecanização do processo de cozimento, já que "[...] a maioria das fábricas conservou a bateria americanizada (a Labat com fogo sobreposto e alterações na organização interna) ou americana cozinhando no Wetzel [...]."[48] Na sequência da aplicação da caldeira Wetzel, empregou-se também depuradores que operavam com vapor. Os fazendeiros que os colocaram em suas fábricas foram os mesmos que estavam envolvidos, desde antes, com a aplicação de tecnologia nas unidades produtivas, já citados anteriormente. Deste modo, no início dos anos 1870,

> "os bons engenhos de Campos possuem aparelhagem mista muito racional assim concebida: defecação [ou depuração] a vapor, evaporação em bateria americana, cozimento nas caldeiras de Wetzel, ou de Boor, e esgotagem na turbina."[49]

A despeito do evidente progresso em curso, em relação ao quadro produtivo anterior à segunda metade dos oitocentos, o açúcar de Campos não foi capaz de retomar espaço algum no mercado internacional, como já vimos no capítulo anterior. O relatório

---

46 Idem, ibidem. p. 218.

47 Idem, ibidem. p. 218.

48 Idem, ibidem. p. 219.

49 Idem, ibidem. p. 220.

publicado no *Almanak de Campos* também reconhece este ponto e o atribui, pelo menos em parte, à tecnologia de cozimento em baixa pressão, com rendimento muito inferior àquele apesentado pelas máquinas a vácuo. Portanto, em um curto espaço de tempo, as caldeiras Wetzel já estavam superadas e prontas para serem substituídas pelas caldeiras que operavam com baixa pressão, exigindo menor temperatura para fervura. Ao final da década de 1870 e início da de 1880, as maiores unidades produtivas de Campos já podiam operar com todos os seus setores mecanizados. Neste sentido,

> "ficou decidido por alguns proprietários o emprego do vapor para todas as operações; e por outros a conservação da aparelhagem mista (defecação e cozimento a vapor e evaporação a fogo nu), concentrando na caldeira a vácuo e aperfeiçoando assim a última operação – cozimento [...]."[50]

Após esta longa descrição da trajetória da modernização técnica da indústria açucareira campista – uma história de, aproximadamente, 25 anos –, erroneamente classificada como atrasada por alguns, compreendemos a tendência de oscilação nos números apresentados pelo *Almanak Laemmert*, algo que não acontece com os dados apresentados por Sheila de Castro. Para nós, importa menos os números apresentados pelo *Laemmert*, que parecem mesmo ser discutíveis, mas a tendência de avanços e recuos, para somente no início dos anos 1870 apresentar uma tendência de crescimento positivo significativa.

Podemos, enfim, proceder à análise das grandes unidades que declararam utilizar-se de mão-de-obra escrava no processo de fabricação do açúcar. Dentre estas, destaca-se a Usina de Barcellos. Inaugurada em 1878, a Usina de Barcellos havia moído, nas seis safras que separaram a data de fundação da publicação do relatório de 1885 do *Alamanak de Campos*, intitulado de *Industria Assucareira*, 111.127.896kg de cana de açúcar, produzindo um total de 8.300.220kg de açúcar, além de 1.875.818L de aguardente.[51] Toda esta produção rendeu um resultado líquido, em produtos, de 356:161$412 para a companhia.

3. Um estudo de caso: Engenho Central de Quissamã e a Usina do Barcellos

Este relatório nos fornece informações a respeito da aparelhagem desta empresa. Interessante destacar que, pela descrição deste relatório, a Usina possui aparelhagem

---

50 Idem, ibidem. p. 222.

51 *Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos...* op. cit. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1885. p. 298.

idêntica à do Engenho Central de Quissamã, mas operando em escala significativamente menor. Comparando a descrição de ambas é possível constatar as seguintes semelhanças: 1) na moagem, a Usina utilizava-se de uma "máquina horizontal de cerca de 30 cavalos, transmissão dupla, moendas de três cilindros de 1600+800, bomba monta-caldo, condutores de cana e de bagaço", enquanto que o Engenho de Quissamã moía cana com "[...] máquinas, todas no sistema horizontal, em número de 12, dois jogos de moendas de três cilindros, de 1600+800 [...] condutores de cana e de bagaço [...] [e] aparelhos de monta-caldo"; 2) na depuração/defecação, a Usina de Barcellos operava com um "aquecedor de caldo, na passagem da moenda para a defecação, e 6 defecadores a duplo fundo", enquanto que o Engenho de Quissamã funcionava com "12 caldeiras de defecação, sistema de fundo duplo"; 3) ainda na etapa de purificação do caldo, a Usina operava com "seis filtros de carvão animal e dois eliminadores por coagulação" e o Engenho com "seis filtros de carvão animal"; 4) na evaporação e no cozimento, ambos utilizavam os mesmos aparelhos – um tríplice efeito para evaporação e caldeiras a vácuo, cozinhando à alta pressão e à baixas temperaturas, sendo que as caldeiras de cozimento de Barcellos tinham capacidade para produzir 3000kg de açúcar por operação, ao passo que o Engenho de Quissamã fazia 7500kg em uma mesma jornada; 5) na cristalização da massa e no processo de dissolve-la, ambos também possuíam aparelhagem idêntica, bem como no processo de purga, que ambas as empresas o faziam mediante turbinagem, a Usina operando com "oito turbinas de ação indireta", e o Engenho com "vinte turbinas a ação indireta".[52]

Sendo o princípio de funcionamento muito semelhante, devido a aparelhagem também semelhante, podemos nos utilizar do *Jornal do Agricultor*, de 1879, que descreve o modo de operação do Engenho de Quissamã, para entendermos de forma razoável, como se dava a fabricação do açúcar na Usina de Barcellos, que declarou que "o pessoal ocupado, **é, na maioria, livre** e acha-se, presentemente, sob a direção de José Peter, que sucedeu o Dr. José Joaquim Alves de Barcellos e Theodulo Brocheton."[53] Mesmo sem especificar a função, a usina reconhece que emprega trabalhadores em situação jurídica de escravidão ou, na melhor das hipóteses, de liberto. De acordo com o *Jornal do Agricultor*

52 Idem, ibidem. p. 293-94 e p. 298-99.

53 *Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos...* op. cit. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1885. p. 300. Grifo nosso.

> "as canas descarregadas dos vagões, e lançadas sobre esteiras mecânicas, são por estas conduzidas a dois ternos de moendas, tendo, cada um dos cilindros, oitocentos milímetros de diâmetro, e um metro e seiscentos milímetros de comprimento [...]. São as moendas movidas por máquinas horizontais de marcha variável, e por um sistema de transmissões."[54]

Ao contrário do Engenho de Quissamã, que era abastecido, basicamente, com canas provenientes de sua ferrovia, a Usina de Barcellos recebia-as por meio do Rio Paraíba, mas também "por um vapor da Companhia, uma via férrea, cujo percurso é superior a três quilômetros, serve também à fábrica com esse fim exclusivo."[55]

Após sair da moenda, o caldo da cana é levado para ser depurado "por meio de duas bombas movidas diretamente pelas máquinas, que servem às moendas", mas antes de chegar ao aparelho de depuração, é aquecido a uma temperatura de aproximadamente 45ºC.[56] Com relação à aparelhagem da depuração/defecação, o *Jornal do Agricultor* e o *Industria Assucareira* apresentam números discrepantes: o primeiro anuncia que o procedimento era realizado com 10 caldeiras de duplo fundo, ao passo que a segunda fonte afirma conter 12 destas máquinas nesta etapa da operação. Como a publicação do *Jornal* precede o *Industria Assucareira*, é possível que neste intervalo de 5 anos o Engenho de Quissamã tenha ampliado o número de caldeiras para depurar o caldo. De todo modo, as duas documentações apresentam o mesmo tipo de maquinário empregado: defecadores a fundo duplo. Segundo Sheila Faria, os defecadores/depuradores também eram muito semelhantes aos evaporadores das figuras 1 e 2, pois eram "grandes taxos metálicos aquecidos por serpentinas, colocadas dentro destes recipientes, nas quais circulava o vapor."[57]

Terminada esta primeira etapa de cozimento, o caldo já depurado era filtrado primeiro pelos coadores, que tanto no Engenho de Quissamã, quanto na Usina Barcellos eram dois, e depois pelos filtros de carvão animal: 12 no Engenho e apenas 6 na Usina.[58] Após esta filtração preliminar, havia a etapa de evaporação, realizada em um dos maiores e mais modernos aparelhos disponíveis para este fim: os cilindros de tríplice efeito. Do evaporador, o caldo passa por uma nova etapa de filtração, para depois seguir

---

54 *Jornal do Agricultor.* op. cit. p. 411.

55 *Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos...* op. cit. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1885. p. 300.

56 *Jornal do Agricultor*. op. cit. p. 412.

57 FARIA, Sheila de Castro. op. cit. p. 163.

58 *Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos...* op. cit. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1885. p. 293-94 e 298.

para as caldeiras de cozimento, destinadas a concentrar ainda mais a solução, de modo a deixa-la pronta para a cristalização.

Depois de concentrado e cristalizado em depósitos metálicos, o xarope era conduzido às resfriadeiras e, depois, eram encaminhadas a utensílios responsáveis por dissolver, parcialmente a massa cozida e cristalizada, por meio de um moinho que a fraciona. Após isso, adiciona-se água, de tal modo a tornar a massa um tanto mais homogênea, para finalmente ser encaminhada para as turbinas. Na Usina Barcellos, o transporte da massa para a turbina era feito por uma via férrea aérea, como já mencionamos anteriormente ao comentarmos sobre os melhoramentos da casa de purgar do engenho colonial.

Quem melhor descreveu o funcionamento das turbinas foi Arigo de Zetirry, em uma série de artigos publicados no Jornal do Comércio já na década de 1890. A descrição de Zetirry nos ajuda a compreender o princípio da turbinagem.

> "[...] um forte cilindro de ferro dentro do qual é colocado um saco de rede metálica ou de chapa furada, suspenso a um eixo central que recebe um rapidíssimo movimento de rotação. Pela força centrífuga o melaço da massa que foi deitada no tambor, sai pelos ferros ao crivo e os cristais, não conseguindo transpô-lo, ficam aderentes à peneira formando uma camada que cai pelo próprio peso ao fundo, logo que cessa a rotação pela completa expulsão do melaço."[59]

A semelhança entre ambas também se faz presente na distribuição espacial no interior da unidade produtiva. Tanto o Engenho de Quissamã, quanto a Usina de Barcellos – e todas as outras unidades completamente mecanizadas da região de Campos – são edifícios de três andares organizados da seguinte maneira: no 1º piso, encontramos "as máquinas, moendas, turbinas, caldeiras, cristalizadores, prensas de espumas, filtros [...]"; no 2º andar, temos "os aparelhos evaporadores de triplo efeito, as caldeiras de cozimento, eliminadores, balões de escapamento"; e no 3º e último piso há a "defecação e seus acessórios."[60] Terminamos assim a descrição do processo de produção do açúcar nas grandes unidades mecanizadas utilizando a Usina de Barcellos e o Engenho de Quissamã como exemplos. A Usina de São José, por exemplo, de aparelhagem e arquitetura semelhante, também declarou empregar, em todo o processo de fabricação

---

59ZETIRRY, Arigo. "A lavoura do Estado do Rio de Janeiro". 14/07/1894-21/10/1894, *Jornal do Commercio*, artigo nº 6.

60*Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos...* op. cit. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1885. p. 299.

do açúcar mão-de-obra **na maioria livre**. O Engenho de Quissamã, por outro lado, declarou que o todos os operários empregados nas fábricas eram livres.

Conclusões

O reconhecimento da presença da escravidão nestas unidades, mesmo que não saibamos em que função eram empregados, quebra o argumento de Fraginals de que os escravos jamais entraram em contato com as máquinas, pois todo o processo de produção era mecanizado, independente do momento. Diante deste quadro, é necessário também refletir sobre o significado da mecanização no trabalho produtivo, em contraste com o trabalho predominantemente artesanal.

Neste último caso, supõe-se que os trabalhadores tenham conhecimento bastante razoável a respeito do ofício em questão, porque no processo artesanal, cada trabalhador era responsável pela realização de quase todas as etapas necessárias à confecção de um produto. Apesar do engenho colonial possuir, por um lado, uma boa dose de trabalho artesanal, sendo este supervisionado pelos empregados assalariados e especialistas do engenho – mestre de açúcar, dentre outros –, por outro lado, ele também apresentava uma estrutura extremamente moderna para seu tempo: a unidade e o processo produtivo têm inscritos e em si mesmo os postos e as funções de cada um dos trabalhadores escravos empregados, que revezavam-se em grupos de trabalho, divididos, inclusive, por turnos. Esta divisão do trabalho bastante intensa reduzia operações teoricamente complexas em ações absolutamente prosaicas, como procuramos demonstrar ao descrever o processo de fabricação do açúcar colonial. Deste modo, a produção do açúcar, que percorre uma linha contínua, desde a matéria-prima até o produto final, não leva a marca do trabalhador individual, na medida em que a mercadoria é produto do trabalho coletivo da escravaria.[61] Não sendo um produto individual, o argumento de que o trabalhador escravo não estaria apto às modernas produções, em função de um desinteresse deste pelo trabalho, cai por terra.

O desenvolvimento técnico do engenho, por outro lado, ao implementar um processamento claramente industrial, acaba por padronizar todo o processo de trabalho no interior do engenho. Isto fica muito claro em relação às moendas. A grande inovação, como já deixamos subentendido algumas páginas acima, é o fato dos cilindros dispostos horizontalmente permitir que uma esteira rolante introduza a cana na moenda, reduzindo

61CASTRO, Antônio Barros de. “Em torno das questões técnicas do escravismo”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2011, vol. 19, nº 2. p. 249-250.

significativamente o risco de acidentes de trabalho e o próprio grau de complexidade da atividade. O desenvolvimento técnico, portanto, libertou o engenho do condicionamento antropomórfico que havia na moenda.[62]

Referências bibliográficas:

Fontes primárias:

Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos, comprehendendo tambem os municípios de S. Fidélis, Macahé e S. João da Barra (Rio de Janeiro). Campos: Typographia do Monitor Campista, 1882. p. 212-238.

Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos, comprehendendo tambem os municípios de S. Fidélis, Macahé e S. João da Barra (Rio de Janeiro). Campos: Typographia do Monitor Campista, 1885. p. 290-322.

Jornal do Agricultor. Rio de Janeiro, 1879. p. 411-413.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 14/07/1894 - 21/10/1894.

Relatório apresentado à Assembleia Geral da primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado interino nos negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas José Antônio Saraiva. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

Bibliografia:

BEAUCLAIR, Geraldo. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense (1808-1860)*. Rio de Janeiro: Studio F & S Editora, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRO, Antônio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores*. Campinas, 1976.

_____. “Em torno das questões técnicas do escravismo”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2011, vol. 19, nº 2.

_____. “Brasil, 1610: mudanças técnicas e conflitos sociais” In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, dez. 1980.

FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.

62GAMA, Ruy. op. cit. p. 183.

FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes (1850-1920).* Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Niterói, 1986.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano* – 3 vols. São Paulo: Hucitec; Editora da UNESP, 1989.

FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo sobre relações não-capitalistas de produção.* Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFRJ. Rio de Janeiro, 1983.

GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

KITCHIN, Gavin. "industrialização". In: BOTTOMORE, Tom. (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. p. 307.

LAMEGO FILHO, Alberto. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARQUESE, Rafael de Bivar. "As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira". In: *Revista de História*. São Paulo, nº 29. Julho/Dezembro de 2013.

_____. *Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira.* São Paulo: Hucitec, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PRODUÇÃO E COLETA: A ARRECADAÇÃO DO SUBSÍDIO LITERÁRIO NA VILA DE SÃO SALVADOR (Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro 1774-1806)

Mylena Porto da Gama[1]

RESUMO

O trabalho a seguir tem por objetivo a análise dos sistemas econômicos coloniais, com o intuito de entender a relação que se dava entre comércio e impostos, estabelecidos, principalmente, a partir da produção de aguardente na Vila de São Salvador, atualmente Campos dos Goytacazes, analisando as conjunturas de abastecimento e exportação. Para tal, será necessário abordar a condição estrutural atlântica do período, levando em consideração as abordagens sobre a existência e funcionamento do mercado externo, bem como do mercado interno nas colônias.

Palavras chave: Economia Colonial. Impostos. Aguardente

ABSTRACT

The objective of this paper is to analise the colonial economic systems in the Americas in order to understand the relationship between trade and taxes, set mainly from the brandy production in Vila de São Salvador, currently Campos dos Goytacazes, analyzing the supply and export junctures. It'll be necessary to address the structural condition of the Atlantic period, taking into account the approaches of the existence and functioning of the foreign market and the domestic market in the colonies.

Keywords: Colonial Economy. Taxes. Aguardente

[1] GAMA, Mylena Porto. Graduanda em Bacharelado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade analisar a arrecadação do Subsídio Literário na Vila de São Salvador (Campos dos Goytacazes), durante o final do século XVIII e início do século XIX. A criação do Edital da Coleta Literária, segundo Carrara (2003) é datada em 1772 como uma ordem régia criada pelo Marquês de Pombal com o intuito de financiar as escolas régias, tendo estas professores contratados pela Coroa Portuguesa. Isso se deu pela necessidade de substituir as escolas dirigidas pelos Jesuítas, devido à expulsão dos mesmos pelo Marquês. O subsídio literário "era cobrado pelas câmaras e seu rendimento entregue à Junta, que realizava os pagamentos e remetia à Metrópole o acréscimo" (CARRARA, 2003: 30). Sendo assim, através da coleta era realizado o pagamento desses professores e seu excedente era remetido para a Metrópole.

O documento de *Instruções de Regimento para a Arrecadação da Coleta Literária nas Comarcas destes reinos, Ilhas adjacentes e Capitanias ultramarinas*[2], apresenta instruções para a boa execução da coleta do subsídio e foi elaborado com o intuito de reduzir os casos de negligência – como a sonegação e não pagamento do imposto. Observa-se, já no título do documento, que este imposto era cobrado em todo o reino. Nele também se encontram datas estabelecidas para o cumprimento de determinadas obrigações, porém não para as possessões de ultramar, uma vez que estas deveriam estabelecer seus próprios prazos e métodos de execução da arrecadação.

Para compreender em qual contexto a Coleta Literária estava inserido, torna-se fundamental a análise historiográfica sobre a estrutura do Ultramar, como se davam as relações entre diferentes regiões e, principalmente, abordar o funcionamento da economia regional.

ECONOMIA COLONIAL

A historiografia tradicional se utiliza da teoria da colônia subordinada à sua metrópole, restringindo sua economia às vontades metropolitanas. Traçando novos rumos na historiografia colonial atlântica, esse trabalho pretende analisar outras interpretações sobre o tema, que instituem a presença de um sistema econômico mais complexo nas colônias. Como, por exemplo, John Elliott (2011) que está na contramão

[2] Presente em http://memoria.org.br/index.php?p=2&b=0

das teorias *centro e periferia*, uma vez que seus estudos se baseiam em uma relação de rede de interesses, onde a Europa necessitava de produtos encontrados no Novo Mundo (encabeçados pelo ouro e prata) e os colonizadores presentes na América buscavam produtos do mercado europeu.

Dessa forma, o tráfego mercantil e financeiro se desenvolvia a partir de determinados interesses. Além disso, Elliott demonstra que, para a América Espanhola, o mercado era mais distribuído do que se imaginava, coexistindo o comércio ilegal contrabandista, o comércio de negociantes estrangeiros, o mercado de escravos (que era de domínio português) e, principalmente, a existência de famílias importantes de comerciantes em Sevilla, que não permaneciam nessa cidade e, sim, transitavam, entre Espanha e América, com negócios nos vice-reinos de Nova Espanha e Peru e no Istmo de Panamá, assim como a presença e ativa participação de mercadores locais nessas atividades. A existência dessas duas figuras, o comerciante peninsular e o local, não permite uma interpretação de domínio e poder de um lado sobre o outro, uma vez que esses mercadores locais exerciam cada vez mais influência sobre os negócios com Sevilla

> esta nueva generación de empresarios americanos se estaba haciendolo bastante rica y poderosa como para que sus integrantes tomaran parte independentemente em el sistema de comercio atlántico español y ejercieran a su vez su influencia en Sevilla (ELLIOTT, 2011: 179)

Isso demonstra que, se as importações europeias presentes na América espanhola eram monopólio de Sevilla, porém a Espanha não controlava completamente o mercado entre as regiões coloniais na América. O que existia era uma corrida de interesse pelo mecanismo de vantagem, que era o monopólio comercial, onde não se sustenta a ideia de controle por parte da Coroa, já que existiam vários artifícios que partiam da colônia e, principalmente, pelo jogo de interesses e o desenvolvimento de redes comerciais no atlântico.

A ideia de um mercado descentralizado e com pouca participação do Estado está ainda mais presente no estudo de David J. Hancock (2009), onde aponta o aumento das demandas e do consumo no mercado americano, consequência da elevação do fluxo de

pessoas nas Américas. Isso resultou em um crescente melhoramento tecnológico que possibilitou a conexão dos continentes por meio do Atlântico e o surgimento de arranjos comerciais e pessoais, arranjos estes que ocorriam até mesmo entre uma colônia e outra.

Hancock aponta três características do mercado Atlântico que, segundo ele, *emerged from the endeavor to meet the challenges of the scale increase in Atlantic trade* (HANCOCK, 2009: 115), são elas a descentralização, as redes e a auto-organização. Nesse contexto, a tomada das decisões comerciais não era função da Coroa e sim dos próprios comerciantes, sendo assim uma atividade auto-organizada que lidava com problemas em âmbito local, resolvendo-os e repassando as soluções, disseminando-as através das redes. Assim, não há características que representem autonomia dentro desse sistema.

Diferencia-se dessas perspectivas Ruggiero Romano (2004), o qual não enxerga um mercado interno maduro nas Américas até o fim do século XVIII, podendo ser explicado melhor como economias locais, que poderia ser pouco ou nada articuladas entre si, não havendo comunicação e relação umas com as outras. Afirmava ainda que o sistema econômico atlântico era relativamente autônomo e a circulação de bens na América se dava em três esferas. Eram elas: a intercontinental, a interamericana e a local. Além desses fatores, destaca que as metrópoles não eram capazes de providenciar todo o abastecimento necessário para suas colônias. Esse teria sido o fator de impulsão do contrabando no atlântico, o que levaria a uma maior regularidade comercial nas Américas.

Contrabando este que é entendido por Moutoukias (1999) como fundamental para obter informações sobre as relações que eram mantidas pela Europa e pela Hispanoamérica, uma vez que a análise de dados do comércio legal/oficial não se mostra suficiente para tal. Isso indica a existência de uma amplitude nas relações comerciais, que ia muito além do panorama estabelecido a partir da legalidade, onde o comércio com a Espanha era responsável por uma parte, não o todo, da atividade comercial nos portos de suas colônias, havendo a permanência, por exemplo, de franceses em portos que, oficialmente, eram restritos ao comércio entre metrópole e colônia. Além, ainda, das rotas intracoloniais, que impulsionavam as especialidades de cada região, sendo, por sua vez, responsáveis pelo surgimento de intercâmbios desordenados. Desta forma, não se pode pensar em economia atlântica colonial sem considerar os fatores ilegais e extralegais, que eram responsáveis pela elaboração de

uma grande parte das rotas mercantis durante o período. Já para Castillero (1999) o perfil monopolista, exclusivista e inflexível das metrópoles europeias para com suas colônias nas Américas — que se baseavam no direito de conquista, princípio de exclusividade e princípio mercantilista — não existia apenas como gérmen do capital mercantil, que se dava pela acumulação de riquezas e sua retenção em formato de metais preciosos, mas também era uma das bases que firmavam todo o sistema colonial.

Porém, a existência de um regulamento para o funcionamento de frotas mercantis, estipulados pela Espanha para serem vigentes em suas colônias, não se mostrou eficiente em seu cumprimento, desestruturando internamente o sistema colonial, o qual se viu envolto de contrabandos, fraudes e situações extralegais.

Além da questão do contrabando, quando se pensa em sistema econômico, o debate sobre a questão monetária é fundamental, principalmente para o período colonial, o qual alguns historiadores afirmam que a circulação de moeda era escassa nas colônias. Nesse contexto, a moeda está inserida em um debate sobre o seu papel naquela economia. Para Ruggiero Romano (1993), a economia natural, baseada no autoconsumo e na troca e desenvolvimento de meios de pagamento alternativos à moeda, exercia função principal, isso significa que a quantidade de moedas cunhadas nas colônias e que lá permaneciam não foi satisfatória para suprir a necessidade monetária. Isso implica diretamente na análise dos conceitos de *economia* e *economias*, uma vez que para o autor a primeira se encaixa em um contexto capitalista, onde há circulação de moeda; e a segunda está intrinsecamente ligada as economias naturais. O que significa um paradoxo para as colônias americanas, uma vez que eram terras ricas em minas de ouro e prata e a circulação desses metais como moeda era escassa. O que para Romano é decorrência da saída legal e ilegal para mercados externos.

Ainda sobre a questão monetária, é importante ressaltar que para Romano (1993) não é possível reconhecer as barras de metais preciosos como moeda em seu verdadeiro sentido, uma vez que, quando divididas, não expressam valor homogêneo, diferente, por exemplo, do papel moeda. Para além, a pouca quantidade de moeda existente estava retida nas mãos de poderosos e poucos homens, onde mesmo para esses a quantidade não era suficiente.

Esse controle monetário presente nas mãos de poucos fez com que grande parte da população vivesse na esfera das economias naturais, desenvolvendo meios alternativos de pagamento ou de troca, que substituíssem a moeda. Isso significa que a

maior parte das transações comerciais eram feitas através das trocas, onde os preços apareciam expressos em moeda apenas para um efeito formal, mas no ato a moeda não estava presente. Essas economias naturais tinham como representantes as chamadas moedas da terra, que geralmente eram compostas pelos produtos de maior relevância de cada região. Nesse contexto, a economia era regida por esses produtos – o Estado colonial coletava os impostos transformados em moedas da terra, assim como os negociantes locais e internacionais também baseavam suas operações a partir delas.

Para o século XVIII, há um grande debate acerca da circulação monetária no Brasil. No artigo de Fernando Cerqueira Lima e Rita Martins de Sousa, é dito que no século XVII "era comum uma diversidade nas formas de registro e pagamento" (LIMA e SOUSA, 2015: 4), demonstrando que muitas vezes os impostos eram pagos em açúcar. Já para o século XVIII, a escala dessa diversidade foi reduzida, segundo os autores, uma vez que a moeda metálica entrou em cena e "passou a ser não apenas o meio de pagamento, mas também o meio de troca predominante" (LIMA e SOUSA, 2015: 5). Nesse contexto, existiam as moedas provinciais e as moedas nacionais. A primeira era conveniente para operações locais e regionais e sua circulação legal só se dava na colônia, enquanto a segunda era aceita e corria legalmente em todo o reino.

Para Lima e Sousa (2015) o debate se inicia a partir da ideia de desenvolvimento da economia interna no Brasil, deixando de ser uma economia exportadora e apresentando crescentes dinâmicas em seu mercado interno. Em vista disso, os autores analisaram a cunhagem de ouro de moeda nacional e verificaram o que era retido e permanecia na colônia. Ressaltando que, a partir da década de 1740, houve uma redução das remessas de moeda de ouro para Portugal. Dessa forma, concluíram que a atividade econômica colonial não foi impactada pela escassez monetária. Desse ponto questiona-se: esse mercado presenciou ou não a circulação de moedas metálicas?

ECONOMIA REGIONAL E SUA IMPORTÂNCIA NO COMPLEXO ECONÔMICO COLONIAL

Carlos Sempat Assadourian (1982) analisando a existência e as formas do comércio regional, tem em vista que as relações econômicas de Potosí estavam ligadas a um circuito muito maior e mais complexo, chamado de "espaço peruano", não cabendo aplicar os limites geográficos, pois, segundo Assadourian, "hemos esquivado el vicio

tan frecuente de aplicar al tiempo colonial la noción moderna de espacio nacional que corresponde ciertamente a otra circunstancia histórica.” (ASSADOURIAN, 1982: 110)

Desta forma, o mercado minerador presente em Potosí era responsável por gerar demandas, assim impulsionava a existência desse grande circuito regional, composto de mercados abastecedores, que contribuíam para a mercantilização do espaço – proporcionando uma ligação direta entre produção mineradora e crescimento das relações mercantis.

Analisando as propostas por parte da coroa espanhola em relação as suas colônias na América, Assadourian (1982) ressalta que existiam dois mecanismos que geravam a transferência de excedentes para a metrópole – as *haciendas* e o sistema comercial atlântico – e que são propostas rapidamente atingidas em regiões onde certas produções puxavam seu desenvolvimento econômico. Porém, é importante verificar os vínculos que eram estabelecidos dentro das colônias, uma vez que as relações dadas entre as colônias espanholas foram de grande significância.

Esse argumento se dá pela ideia de que os setores mineiros requeriam uma diversidade de produtos para complementar e auxiliar essa produção central. Isso leva a repensar algumas economias presentes naquela região, como a de Córdoba, que sai da condição de uma mera economia de subsistência e passa a ser uma economia monoprodutora de mulas, devido a uma demanda para transporte, uma vez que as llamas eram insuficientes para todo o trabalho existente e a força humana também não representava uma solução.

Para Assadourian, as colônias possuíam certa autonomia em relação à metrópole. Essa ideia se dá a partir da contextualização da produção de mercadorias dentro do espaço colonial peruano, onde o carro chefe da economia desse mercado é a mineração que estimula e orienta o crescimento de outras produções em detrimento do abastecimento da região mineradora, como se dá o exemplo das mulas. Estrutura-se, então, um mercado ao redor dessa região, que engloba regiões da América, Ásia, África e Europa.

O que se torna um desafio é definir esse espaço, uma vez que muitos estudos desconsideram o fator espacial e analisam somente o tempo. Observa-se a escolha de Maurício de Almeida Abreu (2010) em sua delimitação para o espaço de estudo do

Recôncavo da Guanabara, que se deu a partir do trabalho com os processos sociais que culminaram na apropriação do território e seu desenvolvimento.

Abreu (2010) marca como ponto central de seu debate a ideia de que nem só de processos morfológicos se deu a construção do espaço fluminense e isso se mostra presente em sua metodologia, a partir do momento em que é delimitado o espaço. Nisso coexiste todo o debate da geografia histórica, a qual se propõe analisar duas categorias fundamentais, o período e a região/lugar. Em linhas mais claras, é central o papel dos processos sociais no encadeamento da construção espacial, fazendo com que exista uma pesquisa que engloba os fatores morfológicos e sociais, contando ainda que os processos sociais não só participam da construção do espaço, mas também de sua possível alteração.

Para tanto, fazendo uma releitura do problema espacial de Assadoourian (1992) utilizando Abreu (2010), o problema de delimitação do lugar seria resolvido, o empregando no contexto histórico e não só na análise do tempo, bem como delimitando o local pelos processos sociais que culminaram em sua construção.

A ideia de circuitos mercantis, presente em Assadourian (1982), se repete em Bicalho (2003), que apresenta o triângulo negreiro: Luanda – Rio de Janeiro – Buenos Aires. Onde, mesmo com o bloqueio comercial metropolitano, que impedia o comércio entre a América portuguesa e a América espanhola, os comerciantes luso-fluminenses participavam desse sistema utilizando o açúcar (em forma de aguardente) e a farinha de mandioca como produto de troca na África. Posteriormente, intercambiavam essa mão de obra obtida por prata, em Buenos Aires. Esses escravos geralmente abasteciam a região de Potosí.

Quando a produção de aguardente foi proibida no reino, para evitar a concorrência com o vinho português – o que foi “um dos grandes golpes sofridos pelos engenhos da região” (BICALHO, 2003: 178) - , foi gerada uma grande instabilidade econômica no Rio de Janeiro, muito devido a esse sistema triangular importantíssimo para a economia fluminense. Nesse contexto de instabilidade, Bicalho aponta que a falta de numerário foi contornada com a utilização do açúcar como moeda de troca e de pagamento de impostos, o que leva novamente ao debate da circulação monetária ou de sua escassez na economia colonial.

A existência desse circuito mercantil demonstra uma autonomia econômica da colônia em relação à metrópole, uma vez que dentro desse sistema os comerciantes conseguiam adquirir parte da arrecadação que iria para o reino e ainda, além das restrições e do ideal de exclusivo comercial, a colônia demonstrava grande articulação com outras possessões de ultramar.

Sobre a cobrança de impostos na colônia, Carrara (2007) apresenta a cobrança do dízimo, o qual a Coroa portuguesa possuía o direito da cobrança, sendo esse taxado em 10% de toda a produção agrícola e pecuária. Porém, a arrecadação dos dízimos não era feita diretamente entre Coroa e produtores, existindo os contratadores para assumirem essa função. Todavia, esses contratadores também não executavam a função de irem pessoalmente até os produtores. Quem exercia esse papel eram os chamados cobradores, esses eram responsáveis pela arrecadação direta do dízimo.

Segundo Carrara, para as Minas Gerais, estabelecer o valor que será cobrado não era tarefa simples, por se tratar de produções agropecuárias, o que significa uma infinidade de produtos e possíveis flutuações na produção. Todos esses produtos deveriam ser avaliados em valor, o que significa ter que determinar o preço do produto em determinadas áreas de produção. Sendo assim, o cobrador e o produtor negociavam o valor que deveria ser pago, não podendo ser tomada uma decisão unilateral. Esse valor é chamado de avença, que é, segundo Carrara (2007), "o ajuste entre os produtores e os cobradores" (CARRARA, 2007: 221), significando assim uma negociação onde as duas partes estavam de acordo.

A produção de aguardente, como já visto em Bicalho (2010), era de grande importância na colônia. Carrara (2007) aborda a produção de aguardente como um dos "efeitos dos engenhos de cana-de-açúcar", agrupando os açúcares, melados, rapaduras e a própria aguardente. Muitos lavradores conseguiam produzir esses gêneros, mas somente quem tinha um alambique conseguia destilar a aguardente. Além de sua importância econômica, a cachaça é apresentada como meio de distração e diversão dos trabalhadores, principalmente os que trabalhavam em minas. Foi na produção de aguardente, vinhos, vinagresa e de carne verde que o imposto da coleta literária era cobrado.

Dessa forma, a produção de açúcar e, no caso, aguardente, cumpriu três funções distintas, porém simultâneas e complementares durante o período colonial. O açúcar e a aguardente eram produtos de consumo, mercadoria de exportação preciosa – que

resultou na conexão de territórios do Atlântico – e moeda ou meio de pagamento dentro e fora da colônia. Sendo assim, o estudo da Coleta Literária se vincula com essas três esferas, além de elevar a percepção da Vila de São Salvador, que se mostra muito além do âmbito regional fluminense.

A VILA DE SÃO SALVADOR E SEU FUNCIONAMENTO GERAL

A Vila de São Salvador, situada em "Campos dos Goitacases", - assim era designada toda a região que hoje é conhecida como Norte Fluminense – foi fundada em 28 de março de 1677. Segundo Sheila de Castro Faria (1998) "foi a partir de meados do século XVIII, quando a capitania da Paraíba do Sul reverteu para o domínio da Coroa portuguesa, que os limites e atividades urbanas foram expressivamente estendidos" (FARIA, 1998: 166). A partir de então, a Vila começou a presenciar uma rápida e crescente propagação da lavoura e do comércio de cana-de-açúcar, o que gerou a ida de muitos comerciantes para a região e um rápido crescimento demográfico.

Esses comerciantes eram, em sua maioria, forasteiros portugueses que vinham do reino em busca de fortuna, que é representada por Faria

> (…) sob as mais variadas óticas, nem sempre a econômica. Uns deveriam, realmente, buscas a riqueza e/ou a ascensão social, eta última quase sempre resultante da primeira, em áreas novas, de início de povoamento; outros visavam a liberdade; outros, ainda, mudavam-se para atender a estratégias familiares matrimoniais; uns fugiam da justiça, tentando reconstruir a vida em terra onde eram desconhecidos (…) (FARIA, 1998: 163)

Ou seja, as motivações que levavam muitas pessoas a migrarem para terras brasileiras eram variadas. Esses viajantes aportavam no Brasil, mas possuíam um caráter itinerante, indo em busca de outros sítios com maiores possibilidades de exploração. A partir de então, com o aumento do fluxo demográfico e o rápido crescimento econômico, a função da Vila passou a ser, sobretudo, comercial. Sobre as atividades mercantis na Vila de São Salvador, Faria (1998) aponta a existência de, pelo menos, três categorias de atividades comerciais, eram essas: o pequeno comércio, ou comércio à retalho - "entre eles vendeiros, mascates, pequenos lojistas etc." (FARIA, 1998: 178); os negociantes de fazenda – que também praticavam a usura e possuíam

comércio de loja e tavernas, por exemplo; e os usurários, ou comerciantes financistas, que não trabalhavam com mercadorias.

Nessa sociedade, as relações de parentesco e/ou amizade se tornaram de grande importância para a possibilidade de ascensão e acúmulo de recursos. Considerando ainda que o português que aportasse no Brasil com referências pessoais importantes, ou que ainda tivesse algum parente já instalado nessas terras, conseguiriam emprego e moradia com mais facilidade e melhores condições. Destaca-se nesse contexto a importância das alianças matrimoniais. A conexão familiar através do matrimônio significava a consolidação de alianças e o acesso à política e a alguns benefícios.

Soares (2009) demonstra que Campos dos Goytacazes foi a principal área agroexportadora do Rio de Janeiro, apontando crescimento no número de engenhos e no volume de açúcar para exportação. Segundo o autor, essa ascensão se deu devido à queda da produção no Recôncavo da Guanabara, aumentando o investimento em outras áreas da hinterlândia. Sobre o comércio de cativos, Soares destaca que Campos dos Goytacazes possuía a maior concentração de escravos no Brasil, até 1850, fazendo com que os produtores instalados ali se tornassem os maiores compradores de cativos do Rio de Janeiro. A maioria desses escravos que chegavam à Vila de São Salvador eram procedentes da África Central e da África Atlântica, com maiores ofertas para os cativos adultos do sexo masculino.

O que se percebe é que, nas regiões interioranas que estavam inseridas no sistema econômico colonial, principalmente no caso de Campos dos Goytacazes, o modelo econômico se repete, havendo a concentração da riqueza nas mãos de grandes comerciantes. Porém, o que ocorre é a migração de indivíduos que exerciam atividades mercantis para as atividades da lavoura de cana, ocorrendo um financiamento por parte desses comerciantes para as atividades da lavoura. Havia assim uma junção de classes mercantis com a elite agrária, via matrimônio, por conta desse financiamento que, por sua vez, acelerou o crescimento do mundo agrícola no norte fluminense.

O FUNCIONAMENTO E MANIFESTAÇÃO DA CÂMARA NO COMÉRCIO E NO ABASTECIMENTO

Como se sabe, a Câmara era responsável por manter o bom funcionamento da cidade e de suas freguesias urbanas e rurais, sendo assim também era responsável pelo abastecimento da cidade e provimento de todas suas necessidades. Segundo Bicalho

(2003), elas representavam um elo de continuidade do Reino aos seus domínios ultramarinos, sendo também um instrumento de representação dos interesses coloniais e de seus pedidos. Para além, servia como espaço de negociação política entre a coroa e a nobreza da terra. Segundo Charles Boxer (2008):

> A Câmara supervisionava a distribuição e o arrendamento das terras municipais e comunais; lançava e coletava impostos municipais; fixava o preço de muitas mercadorias e provisões; concedia licenças a vendedores ambulantes, mascates, etc., verificava a qualidade do que era vendido; concedia licenças para construção; assegurava a manutenção de estradas, pontes, fontes, cadeias e era responsável pelo policiamento da cidade e pela saúde e o saneamento públicos. (BOXER, 2008: 69)

A participação da Câmara no processo de abastecimento da cidade se dá a partir de sua função, como dito anteriormente, onde, no caso, a Câmara é responsável por aplicar o conceito de preço justo e de economia do bem comum, uma vez que os negociantes deveriam obter lucro ao mesmo em tempo que os preços deveriam ser acessíveis para a população. O conceito de economia do bem comum e a presença de comerciantes em cargos camarários, como destaca Tavares (2012), demonstra a existência das redes de reciprocidade, ponto importante para entender essa sociedade. Em muitas das vezes, quando formadas as redes de reciprocidade também eram criadas as alianças, que entende-se como característica fundamental "para a sobrevivência dos comerciantes de uma forma geral" (TAVARES, 2012: 41), uma vez que era recorrente alianças matrimoniais entre famílias nobres e comerciantes, unindo, respectivamente, prestígio e riqueza.

Para o processo do abastecimento, a Câmara Municipal lançava editais de arrematação que concediam licença, para quem os ganhassem, de prover a cidade com determinado produto. Dessa maneira, a Câmara "era o órgão regulador e fiscalizador do abastecimento da cidade e deveria trabalhar para que a população não passasse por privações no fornecimento de alimentos" (TAVARES, 2012: 17). Em suma, a Câmara participava como agente fiscalizador de todas as etapas da atividade comercial, eram elas a produção, o transporte e a venda.

Alcir Lenharo (1993) também dialoga sobre a temática do abastecimento na cidade do Rio de Janeiro, porém a partir de 1808. Para isso, o autor enxerga uma divisão, a grosso modo, do conjunto do abastecimento na cidade. Assim, existiam três modalidades de abastecimento, onde a primeira era a externa, a segunda a interna (de cabotagem) e a terceira a interna (de rotas terrestres). A primeira tinha como suas maiores praças Lisboa, Porto e Prata; a segunda, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Campos e Paraty; e a terceira, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Cada qual supria a cidade do Rio com determinados produtos.

O Caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, inicialmente tinha como objetivo o transporte das importações que abasteciam Minas e chegava pelo porto do Rio de Janeiro. Com a crise da mineração e a transformação do mercado interno de Minas, o circuito se inverteu, uma vez que os gêneros saíam de Minas para abastecimento do Rio.

Lenharo destaca que o ano de 1808 presencia a chegada da corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, que sofre um aumento demográfico como consequência. Dessa maneira, para suprir a necessidade da nova demanda da cidade, ou como diz o autor "socorrer a cidade de mantimentos", houve um aumento no nível de abastecimento. Este se estruturava de maneira que o grosso do abastecimento carioca provinha de áreas distantes. Do interior, principalmente da capitania de Minas Gerais, provinham relevante quantidade de gado, porcos, cavalos, os quais a saída era sistematizada pelo governo de Minas, por comércio de cabotagem; os cereais eram produzidos em áreas litorâneas e eram comercializados através das tropas. Contando ainda com a existência de indivíduos que faziam um papel intermediário no processo, chamados de atravessadores, que buscavam o produto em sua fonte original e executavam o processo de transporte.

Além do Caminho Novo, outras estradas foram concebidas para utilização como caminho de abastecimento, mesmo sendo a maioria dessas ilegais. Porém, com o advindo da Corte, muitas dessas foram legalizadas, uma vez que a necessidade de gêneros se fez crescente e conjuntamente a abertura de caminhos interligados ao Rio de Janeiro.

Em relação à Câmara, sua fiscalização nesse período se fez mais intensa e pertinente do que quando na colônia. Em suas arrematações, a preocupação fundamental era a arrecadação tributária, explicando o porquê de uma maior fiscalização, que tentava

inibir o desvio indevido das arrecadações. Durante o período joanino, foi desenvolvida a Junta do Comércio, que funcionava como uma câmara consultiva, recolhendo tributos e investindo-os em obras de infraestrutura administrativa para uma maior interligação do Centro-Sul.

Em função dessas atividades exercidas pela Câmara, como visto, era também de sua responsabilidade o processo de registro oficial dos impostos e de suas coletas, inclusive da Coleta Literária.

METODOLOGIA E RESULTADOS PARCIAIS

O objetivo deste trabalho é analisar o processo da Coleta Literária em Campos dos Goytacazes, a partir da construção de um banco de dados com informações contidas no livro da coleta de impostos da produção de aguardente local. A partir dessas informações, os dados serão cruzados com outros dois bancos – um com as relações e listagens de Couto Reis e outro com relações parciais do Marquês de Lavradio, os dois para Campos.

A construção, que se encontra em andamento, do banco de dados dos pagamentos da Coleta Literária em Campos dos Goytacazes é referente aos anos de 1774 e 1806. Posteriormente espera-se cruzar os resultados obtidos com esse banco de dados com outros dois, como dito anteriormente, além da identificação de inventários dos nomes citados nos bancos de dados e que, sobretudo, produzissem aguardente. Após esses resultados, utilizando o Mapa[3] de encarte anexo ao livro de manuscritos de Couto Reis, será feito, futuramente, o georeferenciamento dos nomes encontrados.

Na primeira etapa do trabalho, foram relacionados os nomes que aparecem no mapa anexo ao livro de Manuscritos de Couto Reis. A partir desta lista, foi possível identificar a repetição desses nomes nas listas de Couto Reis, do Marquês de Lavradio e no banco de dados parcial da Coleta Literária. Para constar, cada banco de dados apresentou especificidades, que serão expostas a seguir.

[3] Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes

RELAÇÃO DE COUTO REIS

As fontes utilizadas a seguir são frutos de um registro histórico de Manoel Martins do Couto Reis – militar e cartógrafo – que apresenta variados manuscritos bem detalhado, intitulados *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito de Campos dos Goytacazes*, produzido no ano de 1785. Estes documentos foram reeditados em 2011 e constituíram o livro *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis*[4]. Um dos documentos presentes nesses manuscritos, e que é utilizado nesta pesquisa, são mapas – em forma de tabelas – relativos às freguesias de Campos dos Goytacazes.

Os dados verificados nas relações de Couto Reis se deram de forma um pouco complexa, devido sua apresentação. Suas relações contém informações como: tipo de engenho, proprietário, local e quantidades específicas de produção. Para localizar quem produzia aguardente foi necessária a análise dos tipos de engenho e da quantidade de produção específica, no caso aguardente – a necessidade se deu a partir da constatação de que nem todos os engenhos que produziam aguardente estavam assinalados como produtores de aguardente.

Um dos problemas identificados para as relações de Couto Reis foi a ausência de um montante de nomes que estavam presentes no banco de dados e não foram encontrados no mapa. Por esse motivo que se fez necessária a identificação dos nomes presentes no mapa, para posteriormente procurar os mesmos nas listagens, de forma a facilitar o trabalho. Os dados utilizados foram apenas os registros para a Freguesia de São Salvador, porém no mapa foram identificados nomes que aparentam localizar-se em outras freguesias. A tabela 1 demonstra os nomes que foram identificados no mapa e a tabela 2 demonstra os nomes que não foram identificados.

Tabela 1 – Nomes que constam na Relação de Couto Reis e estão presentes no Mapa[5]

N	Nomes
01	ANA DA MOTTA
02	FRANCISCO PEREIRA XELES

[4] Reis, Manoel Martins do Couto, 1750? – 1826?
Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis 1785: descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito de Campos dos Goytacazes / Manoel Martins do Couto Reis; pesquisa, transcrição e edição de Fabiano Vilaça dos Santos, Carlos Roberto Bastos Freitas e Rafaela Machado Ribeiro; introdução Arthur Soffiati – 2. ed. rev. e atual. – Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
[5] Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos.

03	JOSE DA COSTA
04	VISCONDE
05	SEBASTIÃO DE CARVALHO
06	MANOEL JESUS
07	ANTONIO JOSE
08	PAULO MONTEIRO
09	EUGENIA RIBEIRO
10	FRANCISCO DE ALMEIDA
11	MATHIAS (?)
12	JOAO AIRES
13	ELEUTERIO AZEVEDO
14	ANTONIO FAIAL
15	JOAO PINTO
16	FRANCISCO MENDES
17	DOMINGOS AFFONSO
18	ALFERES SALVADOR (?)
19	ALEXANDRE JOSE
20	LUIS PEREIRA
21	CAP JOSE BENTO
22	E. DE SOUZA
23	LUIS MANOEL
24	MANOEL JOAO
25	JERONIMO DA COSTA
26	MARIA DAS NEVES
27	VICENTE FERREIRA

Tabela 2 – Nomes que constam na Relação de Couto Reis e não estão presentes no Mapa[6]

N	**Nomes**
01	JOSE DOS SANTOS PINTO
02	MANOEL CELESTINO
03	MARCELA ARRAES
04	SALVADOR ESTEVAO
05	LEONARDO ALVES BARRETO
06	JOSE DE SOUZA
07	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
08	VICENTE JOAO DA CRUZ
09	PEDRO DE OLIVEIRA SILVA
10	FRANCISCO (?) MARTINS PRETO
11	MANOEL JOSE DE CARVALHO SILVA
12	FRANCISCO ALVARES RAMALHO
13	JOAO DE SENRA
14	JOSE DA SILVA RISCADO
15	SALVADOR NUNES VIANA
16	PEDRO RODRIGUES

[6] Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos.

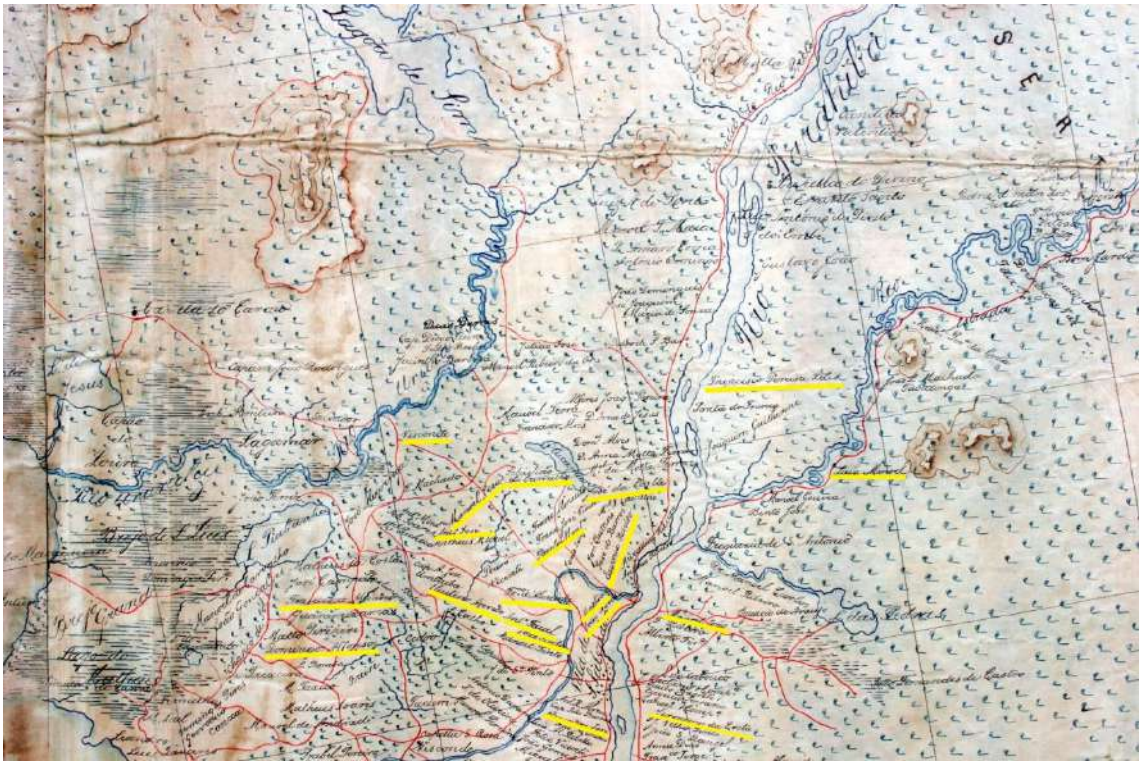
17	MANOEL DIAS VAREIRO
18	DESIDERIO ANTONIO
19	JOSE DE BARCELOS
20	JOAO VELHO BARRETO
21	JOSE GOMES FERREIRA
22	JOAO MOREIRA
23	ANTONIA MARIA DE JESUS

Após, se tornou interessante a identificação do arranjo espacial desses produtores de aguardente identificados. Para tal, foi utilizado o mapa de Couto Reis. Porém, foi necessária a fragmentação da imagem para obter melhor qualidade. O arranjo espacial para as relações de Couto Reis se encontra nos mapas 1, 2 e 3.

Mapa 1 – Arranjo Espacial dos produtores de aguardente identificados no mapa e nas relações de Couto Reis / Parte I (em amarelo)

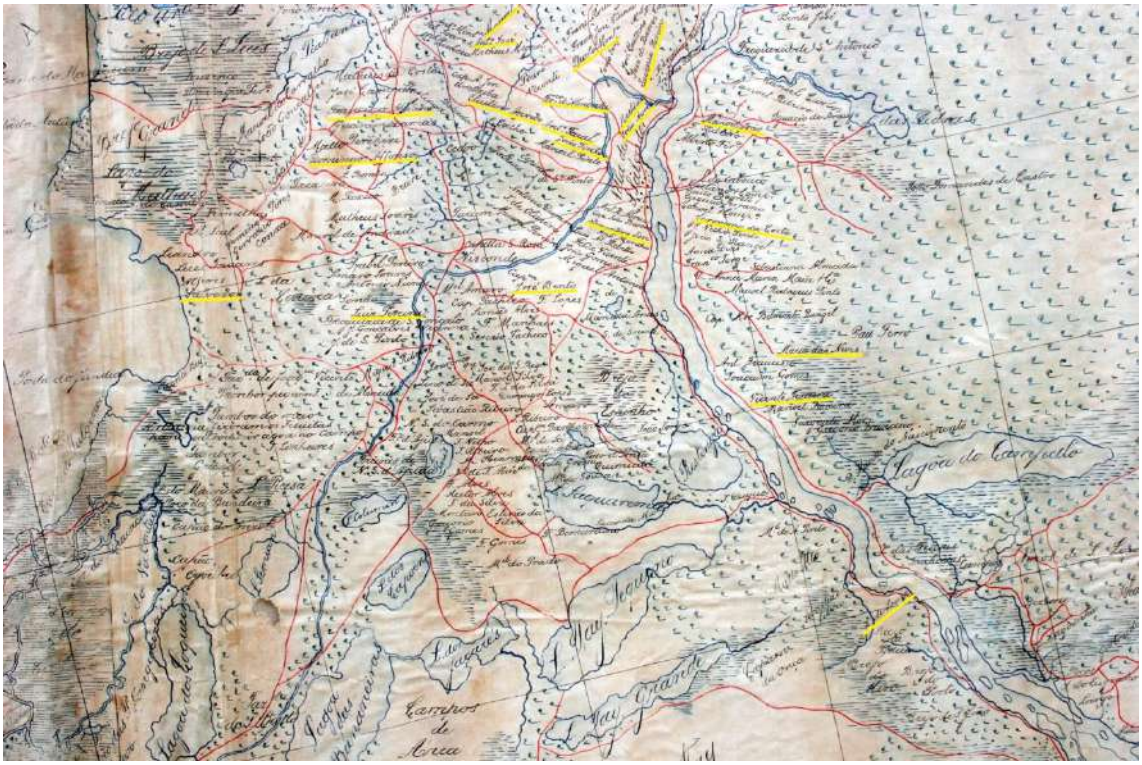
Fonte: Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos, 2011

Mapa 2 – Arranjo espacial dos produtores de aguardente identificados no mapa e nas relações de Couto Reis / Parte II (em amarelo)



Fonte: Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos, 2011

Mapa 3 – Arranjo espacial dos produtores de aguardente identificados no mapa e nas relações de Couto Reis / Parte III (em amarelo)



Fonte: Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos, 2011

MARQUÊS DE LAVRADIO

Para o banco de dados das Relações Parciais do Marquês de Lavradio foi utilizada a mesma fórmula – encontrar os nomes que apareciam com alguma produção de aguardente, listados na tabela 3. Também foram encontrados nomes que possuíam produção e não estavam representados no mapa, listados na tabela 4.

Tabela 3 – Nomes que constam no Banco de Dados Marquês Lavradio e estão no mapa[7]

N	Nomes
01	IGNACIO GAGO
02	PEDRO ROCHA
03	SEBASTIAO DE CARVALHO
04	PAULO MONTEIRO

[7] Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos.

05	JOAO AIRES
06	JOAO PINTO
07	MANOEL DE CARVALHO
08	MANOEL PEREIRA DA COSTA
09	LUIS MANOEL
10	MANOEL GOUVEA

Tabela 4 – Nomes que constam no Banco de Dados Marquês Lavradio e não estão no Mapa[8]

N	**Nomes**
01	SEQUESTRADO AO JESUITAS
02	SAO BENTO
03	VISCONDE DE ASSECA
04	JOANA ROSA
05	JOSE LUIZ MARTINS
06	TOME ALVERES PECANHA (HERDEIROS)
07	NOBERTO AZEVEDO
08	MANOEL DIAS
09	MANOEL TEIXEIRA MAGALHAES
10	CAETANO PEREIRA RABELO
11	JOSE CAMPELO QUEIROS
12	SIMAO ALVERES SOARES
13	MANOEL MENEZES
14	CAETANO JOSE MOTA
15	CUSTODIO JOAO
16	BELCHIOR RANGEL SOUZA
17	JOAO JOSE BARCELOS COUTINHO
18	MANOEL JOSE SILVA CUNHA
19	MANOEL FRANCISCO SILVA
20	ANTONIO SILVA ESTEVES
21	DOMINGOS ALVERES CARVALHO
22	FRANCISCO PEREIRA SILVA
23	MANOEL MARQUES
24	JOSE GOMES FERREIRA
25	VICENTE GOMES RANGEL
26	JOSE SANTOS PINTO
27	FRANCISCO ALVERES LINHARES
28	INACIO FERREIRA AZEVEDO
29	JOSE MENDES
30	INACIO SOUZA
31	LUCIANO CARVALHO
32	FRANCISCO JOSE SOUZA

[8] Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos.

Mapa 4 – Arranjo espacial dos produtores de aguardente identificados no mapa e nas relações parciais do Marquês de Lavradio / Parte I (em verde)

Fonte: Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos, 2011

Mapa 5 – Arranjo espacial do produtores de aguardente identificados no mapa e nas relações parciais do Marquês de Lavradio / Parte II (em verde)

Fonte: Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos, 2011

IMPOSTOS PAGOS NA PRODUÇÃO DE AGUARDENTE

No banco de dados do recebimento de impostos da Coleta Literária, a identificação se deu de forma simples, verificando os nomes presentes no banco de dados, onde, por sua vez, foi notada uma repetição desses produtores com o passar dos anos, não demonstrando variedade entre os tributários. O mesmo encontra-se em processo, constando resultados até o ano de 1777, totalizando 141 registros. Assim, esses nomes foram procurados no mapa. Verificam-se na tabela 5 os nomes encontrados no banco de dados e no mapa.

Tabela 5 – Nomes encontrados no Banco de Dados da Coleta Literária e estão no Mapa[9] (Resultados Parciais até 1777)

N	Nomes
01	ALBERTO FERREIRA
02	ANTONIO DURAO
03	DOMINGOS ALVES
04	JOAO PINTO
05	LUIS PEREIRA
06	LUIS MANOEL
07	MANOEL PEREIRA
08	MANOEL PEREIRA DA COSTA
09	MANOEL GOUVEA
10	MANOEL RIBEIRO
11	MARIA DAS NEVES
12	PAULO MONTEIRO
13	SEBASTIAO DE CARVALHO

Mapa 6 – Arranjo espacial dos produtores de aguardente relacionados no pagamento de impostos relativo à produção e que foram identificados no mapa / Parte I (em laranja)

Fonte: Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos, 2011

[9] Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos.

Mapa 7 – Arranjo espacial dos produtores de aguardente relacionados no pagamento de impostos relativo à produção e que foram identificados no mapa / Parte II (em laranja)

Fonte: Mapa topográfico do Distrito de Campos [dos] Goytacazes – encarte anexo aos manuscritos, 2011

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a pesquisa não apresente ainda resultados consolidados, algumas considerações, porém, devem ser analisadas de forma parcial. Os arranjos espaciais, presentes nos mapas, se dão de forma em que as fazendas se organizem, na maioria dos casos, próximas a rios e estradas, de forma a facilitar o escoamento da produção.

É destacado ainda, o entorno da Vila de São Salvador ou de outros centros das freguesias próximas, onde muitas dessas fazendas também se encontravam. Quando analisado o mapa em sua totalidade, poucos nomes se encontram fora dos "centros" das freguesias. Entendendo como centro, não só a parte da Vila de São Salvador, por exemplo, mas todo o seu entorno próximo, ou, podendo assim dizer, "subúrbio".

Para as análises nominais, podemos destacar alguns nomes que se repetem em duas, ou – até - três das fontes utilizadas – destacando mais uma vez que houve um processo de análise dessas fontes e somente foram utilizados os casos em que houvesse produtores de aguardente. Os nomes que se repetem nas fontes – tanto duas quanto três vezes – são: José dos Santos Pinto, Francisco Pereira da Silva, José Gomes Ferreira, Sebastião de Carvalho, Paulo Monteiro, João Aires, João Pinto, Luiz Pereira, Maria das Neves, Manoel Pereira da Costa, Luiz Manoel e Manoel Gouvea. Para tal caso, algumas hipóteses podem ser consideradas. Uma delas, e talvez a principal, é a do volume e da importância da produção, levando a acreditar que esses produtores se repetem nas fontes devido à relevância de suas produções.

Como perspectivas para a conclusão do trabalho, a importância da finalização do Banco de Dados da Coleta Literária é fundamental, principalmente pra analisar se esse subsídio era pago pelos produtores de aguardente e como ele funcionava em Campos dos Goytacazes. Pretende-se também georeferenciar os dados obtidos de localização desses engenhos, para obter resultados melhores em níveis de organização espacial dos engenhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700). Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. El sistema de la economía colonial. Mercados internos, regiones y espacio economico. Lima: IEP, 1982.

BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

BOXER, Charles R. O Império Marítimo Português. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARRARA, Angelo Alves. Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno em Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

CASTILLERO, Alfredo Calvo. História General de Amércia Latina. Espanha: UNESCO, 1999.

ELLIOTT, John H. Imperios del Mundo Atlantico. España y Gran Bretaña em América (1492-1830). Madrid: Taurus, 3 ed, 2011.

FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

HANCOCK, David J. The Triumphs of Mercury: Connection and control in the emerging Atlantic Economy, in B. Bailyn: Soundings, 2009.

LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842). Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

LIMA, Fernando Cerqueria e SOUZA, Rita Martins. A Circulação Monetária no Brasil no século XVIII. ABPHE, setembro 2015.

MOUTOUKIAS, Zacarias. Contrabando y Control Colonial em el siglo XVII: Buenos Aires, el Atlantico y el espacio peruano. Buenos Aires: Centro Editor de la América Latina, 1987.

REIS, Manoel Martins do Couto. Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis 1785: Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

ROMANO, Ruggiero. Coyunturas Opuestas: La crisis del siglo XVII em Europa e Hispanoamérica. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ROMANO, Ruggiero. Mecanismo y elementos del sistema económico colonial Americano (siglos XVI-XVIII). México: FCE, 2004.

SOARES, Marcio de Sousa. A Remissão do Cativeiro: A Dádiva da Alforria e o Governo dos Escravos nos Campos de Goitacases, c.1750 – c.1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

TAVARES, Georgia da Costa. A atuação dos marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde 1763-1808. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

6ª Conferência Internacional de História Econômica & VIII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

A CRISE NEOLIBERAL NO URUGUAY, 1998-2003: CAUSAS, POLÍTICAS ADOTADAS E CONSEQUÊNCIAS.

Pilar Leminski Veiga[1]

Vitor Eduardo Schincariol[2]

Resumo - Neste artigo analisamos, pela ótica estruturalista, como a crise uruguaia de 1998-2003 deu-se em consequência de impactos externos conjugados com fatores domésticos, particularmente uma política econômica recessiva e um surto de febre aftosa. Tais impactos externos foram (a) uma rápida deterioração do ambiente externo, particularmente financeiro e (b) a retração da economia de seus vizinhos e principais parceiros comerciais, Argentina e Brasil. Afirmamos ainda que as políticas econômicas durante o período, de cunho neoliberal, contribuíram, após a eclosão da crise, não apenas com o seu prolongamento, mas também para a deterioração da atividade econômica interna, o aumento do desemprego e dos níveis de pobreza e o esgotamento de seu modelo político vigente desde a sua independência.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico, História Econômica, América Latina.

Abstract – In this article we analyze, from a structuralist perspective, the 1998-2003crisis of Uruguay, as result of combined external shocks and domestic factors, particularly a recessive economic policy and an outbreak of FMD. Such external impacts were (a) a rapid deterioration of the external environment, particularly financial and (b) the downturn in the economy of its neighbors and major trading partners, Argentina and Brazil. We also point how the neoliberal economic policies undertaken by the government after the break of the crisis has contributed not only to its extension, but also to the deterioration of domestic economic activity, the rise of unemployment and poverty levels and the exhaustion of a political model that prevailed since Uruguay's independence.

Keywords: Economic Development, Economic History, Latin America.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Contato: pilar.veiga@aluno.ufabc.edu.br

2 Professor do Bacharelado em Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC).Contato: vitor.schincariol@ufabc.edu.br

Área Temática: História Econômica Geral.

INTRODUÇÃO

O período em destaque (1998-2003) marca o final de cento e setenta anos de controle político mantido pelos partidos Colorado (que vai da centro-esquerda menos socialista até uma centro-direita liberal) e Blanco (de orientação conservadora e ligada à cadeia de produção primária). A Frente Ampla, partido de esquerda, chegou ao poder pela primeira vez ao eleger Tabaré Vázquez prefeito de Montevidéu, em 1989. Sua ascensão no plano político uruguaio se confirmou ao ser eleito presidente do Uruguai em 2004 (e nas últimas eleições, em 2014), sucedido por Pepe Mujica, do mesmo partido, em 2010.

Nos anos 1990, o Uruguai, assim como grande parte da América Latina, passou por reformas de cunho neoliberal, que culminaram na maior crise da história do país. Entre 1999 e 2002, o PIB uruguaio caiu 18,6%, os salários reais retrocederam 23,2% entre 1999-2004, o desemprego chegou a 17% em 2002 e a incidência de pobreza passou de 16,7% em 1998, para 30,8% em 2003 (GARCÍA e MARTÍN, 2013, p. 65). Isso explicaria em parte a força que ganhou, no cenário político, a *Frente Amplio (FA)*.

Ainda segundo os autores, o Uruguai foi, no início do século XX, um país referência em matéria de proteção social e níveis de igualdade. Assim, a vitória de um partido de esquerda abria a possibilidade de o país retomar essa posição histórica, através de um projeto nacional de desenvolvimento que tinha como núcleo uma transformação do tecido produtivo que permitisse superar as debilidades do modelo primário-exportador e que ao mesmo tempo implicasse um desenvolvimento inclusivo em termos sociais. Neste artigo, examinamos as duas últimas administrações antes da chegada da Frente Ampla ao poder, sendo este período o final trágico das políticas neoliberais que vinham sendo implementadas desde 1959, ano em que o Partido Blanco (partida altamente conservador) chegou à presidência da República pela primeira vez. O último governo do Partido Nacional foi o de Luis Alberto Lacalle, de 1990 até 1995, cuja orientação econômica e política foi pautada no Consenso de Washington.

1. ADMINISTRAÇÃO JUAN MARÍA SANGUINETTI (1995-2000)

As maiores preocupações de Sanguinetti eram (coerentemente com sua postura *batllista*) a defesa da indústria nacional, a proteção ao emprego e a correção das distorções criadas no período neoliberal da administração Lacalle que haviam penalizado os agropecuarista e, portanto, o setor exportador. No campo econômico a primeira medida econômica da administração Sanguinetti foi de ajuste fiscal para diminuir o déficit fiscal e aumentar a competitividade da indústria: os bens e serviços públicos tiveram seus preços aumentados, os impostos sobre valor agregado e sobre a renda cresceram e as contribuições patronais diminuíram seis pontos percentuais. A política gerou frutos: segundo dados da CEPAL (1996), o déficit do setor público, que era de 3,7% do PIB em março de 1995, caiu para 2,1% no final do ano e o superávit do governo central chegou a 3% do PIB. Por outro lado, o déficit das empresas públicas se elevou em um ponto percentual em relação ao ano anterior, ficando em 1,3% do PIB, o do sistema de seguridade social ficou em 5,8% e o do sistema financeiro fechou o ano em 0,3%. O combate à inflação era feito pela política cambial: foi adotada uma banda de flutuação de sete pontos percentuais e cada vez que o dólar atingisse um dos extremos, o Banco Central atuava pela venda ou compra de moeda em mercado aberto, pela alteração dos encaixes bancários ou pela manipulação da taxa de juros, garantindo assim a liquidez desejada. Nestes termos, a política monetária ficava limitada.

O Uruguai tem seu maior mercado compreendido dentro do Mercosul, tendo como principais parceiros comerciais a Argentina e o Brasil. Essa alta dependência do Mercosul explica a queda de quase 3% do PIB uruguaio devido à uma redução da demanda argentina (as exportações para a Argentina passaram de representar 30% para 13%), diminuindo também o investimento em formação bruta de capital fixo, que caiu 7,6% em 1995. A diminuição da demanda argentina, por seu lado, tem sua origem numa situação regional de recessão desencadeada pela crise financeira mexicana. A situação argentina fez cair também os ganhos no turismo (CEPAL, 1996). Como o Uruguai depende bastante de suas exportações para Argentina e Brasil, alterações na demanda destes países têm impacto quase imediato sobre o nível de atividade interna. Neste ano, 1995, além da deterioração do salário real, o desemprego chegou a 11%, um número bastante alto para um país com menos de 3,5 milhões de pessoas, segundo dados do FMI (1999). Apenas a agropecuária e

os serviços de telecomunicação e transportes tiveram resultados positivos em relação ao emprego. A conta corrente continuou a ser financiada pelo alto fluxo de capital estrangeiro ao país, aumentando também suas reservas internacionais.

Em 1996, o PIB uruguaio cresceu 4,8%, tornando possível a recuperação do baixo nível de atividade do ano anterior. A inflação recuou para 24% a.a. e o salário real teve aumento de 2,9%, mas o nível de emprego não acompanhou a melhora e ficou em 12,4%. A elevada taxa de desocupação, apesar da retomada do nível de atividade econômica, resistiu em ceder pois a demanda por mão de obra diminuiu. Os déficits do setor público continuaram sendo financiados com recursos externos.

Em novo acordo com o FMI, o Uruguai deveria focar seus esforços econômicos na diminuição da inflação, através de política fiscal, cambial e monetária coordenadas para atingir o objetivo, dando prosseguimento à política econômica de ajuste. A meta de limitar o desequilíbrio financeiro do setor público em 0,5% do produto não pôde ser atingida por causa da necessidade maior do que a prevista de transferências para a reforma do sistema de seguridade social (cujo déficit ficou em 8% do produto) e pelo aumento dos preços do petróleo não repassados nas tarifas dos bens e serviços públicos, fazendo o desequilíbrio ficar em 1,2% (CEPAL, 1997). Embora a meta da política monetária fosse desacelerar a taxa de expansão da moeda, dois terços da necessidade de financiamento do governo, equivalente a 1,6% do produto, foi coberta com emissão de papel moeda; o restante se cobriu com empréstimos internos e externos. Por três meses o Banco Central precisou agir no mercado aberto para diminuir a pressão sobre o mercado cambial por causa da flutuação do peso, mas a ação rápida do BCU foi capaz de manter a expansão monetária dentro do limite previsto. Os depósitos em dólares aumentaram mais de 15%, em relação a 1995, contribuindo para o aprofundamento da dolarização da economia uruguaia: 83% dos passivos monetários totais e 80% do crédito ao setor privado foram feitos em moeda estrangeira. Com um clima mais favorável do que no ano anterior, os meios de pagamento, o agregado monetário e a disponibilidade de crédito aumentaram. As taxas de juros em moeda nacional tiveram uma trajetória descendente, respondendo à diminuição da inflação.

Sob a hipótese e otimismo de que o cenário internacional continuasse favorável, a política econômica de 1997 seguiu centrada na diminuição da inflação e do déficit do governo (também porque essa é uma condição do FMI para os acordos de renegociação de dívidas). Assim, os instrumentos de política econômica utilizados para atingir as metas seguiram sendo os mesmos: limitação do desequilíbrio financeiro do setor público; financiamento externo; e desaceleração da desvalorização cambial a uma taxa coerente com o objetivo inflacionário. O prognóstico era favorável: *ceteris paribus,* se previa um crescimento de 3% do PIB.

A trajetória do produto, que até setembro havia crescido 5,1%, a diminuição da taxa de desvalorização da moeda, a queda da inflação (15% a.a.) e uma maior eficiência dos mecanismos tributários fizeram aumentar a arrecadação tributária do governo. O fluxo de capital estrangeiro para o país, que já era significativo, se elevou quando o Uruguai foi avaliado positivamente ("país livre de riscos de inversão") por quatro agências internacionais de avaliação de risco. De forma que, "[el] exceso de financiamiento sobre el desequilibrio financiero del sector público se utilizó en acrecentar las reservas internacionales" (CEPAL, 1998). Os ativos internacionais em moeda estrangeira do BCU subiram de 12.442 em 1996 para 16.375 milhões de pesos e os passivos que perfaziam -1.110 passaram para -25 milhões de pesos no mesmo período, sendo dados do FMI (1999).

As políticas fiscal, cambial e monetária não foram alteradas, apenas ajustadas às novas metas de equilíbrio fiscal e inflação. Por causa do regime cambial de bandas de flutuação, a política monetária tem uma estreita brecha de ação, sendo assim, seu objetivo é respaldar a política cambial para atingir as metas de inflação: nos extremos da banda de flutuação, o Banco Central amplia ou contrai liquidez em função da demanda por dinheiro, atuando diretamente em mercado aberto ou pela taxa de juros. Em 1997, em particular, o controle foi feito pela taxa de juros que variou de 27%, no começo do ano, até 19% no final. As taxas de juros em moeda nacional e em moeda estrangeira tenderam a convergir. O clima de otimismo fez o crédito aumentar em 17%, com uma distinção de destaque: uma reorientação do crédito do setor industrial para o setor de serviços e para as famílias, em parte pela perda do monopólio de crédito para habitação do Banco Hipotecario del Uruguay (CEPAL, 1998).

Em 1998, o PIB cresceu 4,6%, dando continuidade ao clima favorável e de recuperação econômica, acumulando um crescimento de 15% em três anos. O aumento da demanda global, a diminuição dos preços do petróleo (que aumentou os ganhos do setor de exportação agropecuário em 6,5%) e o maior nível de atividade fizeram a demanda por trabalho aumentar, diminuindo a taxa de desemprego para 10%, um ponto e meio a menos que no ano anterior. A inflação voltou a ceder, fechando o ano em 8,6% a.a., confirmando o bom funcionamento da política econômica baseada na desvalorização programada da moeda e da contenção de gastos do setor público. O fluxo de capital para o país foi suficiente para cobrir com folga o alargamento do déficit externo (2% do produto) e o excesso voltou a inchar as reservas internacionais. Mas o bom cenário externo chegou ao seu fim a partir da segunda metade do ano e seus efeitos começaram a ser sentidos já no início de 1999, através das consequências da crise asiática sobre a economia brasileira (a moeda brasileira sofreu uma brusca e ampla desvalorização) (CEPAL, 1999).

A partir, então, do meio de 1998, as políticas econômicas foram mais cautelosas: procurou-se reforçar o sistema bancário e diminuir o crédito ao setor privado e foi feito um empréstimo com o FMI (baseado em acordos anteriores) para a formação de um fundo de precaução. Aproveitando as condições financeiras favoráveis (acumulados ao longo dos três anos anteriores), no último bimestre de 1998 se adiantou uma parte do financiamento necessário para 1999. A economia uruguaia sofreu os impactos da crise a partir da repercussão desta na economia brasileira: com a desvalorização da moeda brasileira, a capacidade do Uruguai de competir com as exportações brasileiras se deteriorou. Da mesma forma que em 1995, diante da crise o governo Sanguinetti aplicou políticas pró-cíclicas, aprofundando o ajuste fiscal, através da redução dos gastos do governo. Para voltar a ter competitividade, o governo anunciou a diminuição de alguns tributos internos (CEPAL, 1999).

Em 1999, além dos efeitos da crise em âmbito regional, somaram-se a isso as expectativas quanto às eleições e a incerteza da continuação do programa econômico de Sanguinetti. A persistente seca (que começara no ano anterior) criava um cenário desfavorável para o setor agropecuário: o volume e o preço de exportação diminuíram enquanto os custos de produção

aumentaram. Neste ano, o Banco Central optou pela venda de dólares ao preço do teto da banda de flutuação ao invés de operações de mercado aberto, por entender que esta política não condizia com as ações anticíclicas adotadas. Ao final do ano, o dólar voltou a ficar no patamar mínimo uma vez que o partido da presidência venceu as eleições e a continuidade do programa econômico ficou garantida (CEPAL, 2000).

2. ADMINISTRAÇÃO JORGE BATLLE (2000-2005)

No ano seguinte, 2000, a queda do PIB uruguaio foi de 1,3%. A taxa de desemprego chegou a 14%, respondendo à queda no nível de atividade. O déficit consolidado do setor público não pode ficar abaixo de 4%. A dívida externa cresceu 3% e a inflação subiu um ponto percentual, ficando em 5%. O déficit fiscal continuou sendo financiado através de endividamento interno e externo em moeda estrangeira, elevando a dívida líquida do setor público para 40% do produto no final do ano. O novo governo, com Jorge Batlle na presidência e que assumiu em março de 2000, percebendo que a situação externa desfavorável não era transitória, mudou a direção da política fiscal (que havia sido anticíclica durante 1999): um novo ajuste fiscal entrava em cena, assim como em 1995. A nova orientação da política fiscal tinha como objetivo reduzir o gasto público para reduzir o déficit que havia chegado em 4,7% do produto. Assim, o programa econômico voltou a ser aquele do triênio 1996-1998: redução do gasto público (política fiscal) e combate à inflação (política cambial e monetária). Porém, o Uruguai sofreu outro choque quando a crise financeira argentina tomou grandes proporções, havendo o congelamento dos depósitos bancários no começo do ano e as consequências dela sobre a economia brasileira (que teve nova desvalorização de sua moeda). Soma-se a isto a epidemia de febre aftosa que afetou quase um milhão de cabeças de gado, segundo o jornal uruguaio El País Internacional[3].

Os dois principais objetivos do novo governo eram manter a estabilidade dos preços e aumentar a competitividade externa. Sob a hipótese de uma melhora do cenário internacional, os prognósticos do programa

---

3 http://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/18/internacional/1384810351_040996.html

econômico foram favoráveis. Mas, ao contrário do que se projetou, o cenário externo continuou deteriorando-se: as exportações para os dois vizinhos (Argentina e Brasil) diminuíram; a valorização do dólar frente ao euro diminuiu a capacidade de concorrência no mercado europeu; os termos de intercâmbio ficaram desfavoráveis novamente; o gasto com o serviço da dívida cresceu devido ao aumento da taxa de juros do FED (Banco Central Estadunidense); e os preços do petróleo continuaram a apresentar altas.

As projeções para 2001 foram novamente positivas, esperando-se uma recomposição da demanda mundial. Essas projeções foram feitas depois que os principais organismos financeiros internacionais garantiram essa recomposição e, em particular, projetaram taxas de crescimento elevadas para o Brasil. Porém, o Uruguai continuava em recessão econômica. A queda do PIB nesse ano foi de 3,5%. O déficit do setor público se manteve persistentemente acima de 4% e continuou sendo financiado com endividamento externo. A paralisação da indústria da carne devido à febre aftosa afetou em grande medida as exportações, porém a queda das importações foi maior. Assim, os saldos da balança comercial diminuíram apenas o equivalente a 2,6% do produto e o setor privado teve superávit de 1,5% do produto. No entanto, a demanda interna e externa continuava deprimida e o desemprego chegou a 15%. O fim da crise ainda estava distante, dado que o cenário externo se deteriorou ainda mais com o colapso financeiro da Argentina, afetando a capacidade de atração de capital estrangeiro de toda a região. Caíram as transações comerciais entre Uruguai e Argentina e também a entrada de capital via turismo. Os capitais de argentinos no Uruguai começaram a sair do país depois que a Argentina congelou os depósitos bancários. A demanda brasileira também caiu e o real sofreu nova desvalorização brusca, afetando ainda mais a competitividade uruguaia. A diminuição do desequilíbrio fiscal (ainda uma meta do governo Batlle) se tornou ainda mais difícil quando do país retirou-se a boa qualificação das agências de avaliação de risco, diminuindo a capacidade de adquirir empréstimos, mesmo a juros mais altos e reduzindo seu grau de inversão. A corrida bancária fez com que o Banco Central tivesse que intervir e assistir quatro instituições financeiras. O governo teve que recorrer, mais uma vez, ao FMI para conseguir dinheiro para criar um fundo de fortalecimento do sistema financeiro e bancário. Tudo isso fez com que a política econômica

vigente fosse radicalmente alterada, conforme pode-se notar na tabela (CEPAL, 2002).

Em 2002 a crise atingiu seu ponto máximo: o PIB se retraiu em 11%, perfazendo um acúmulo de -17% desde 1998. O desemprego atingiu 17% do total da população economicamente ativa. Os capitais estrangeiros, tão abundantes no país, começaram a deixá-lo, principalmente os argentinos, disparando uma grave crise bancária e financeira. A demanda interna e externa diminuíram, principalmente entre os integrantes do Mercosul, agravando a queda do produto e das importações. A arrecadação tributária diminuiu enquanto o déficit público manteve o mesmo nível dos anos anteriores (acima de 4% do produto) segundo dados da CEPAL (2003). Dados do FMI (2004) mostram que em 2002 o consumo caiu 15,2% e o investimento 15%.

A elevada dolarização da economia e o fim da convertibilidade na Argentina contribuíram para deteriorar a taxa de cambio bilateral. Assim, os depósitos em moeda estrangeira diminuíram 45%. Pela primeira vez em muitos anos, as reservas internacionais do Banco Central uruguaio diminuíram. Em junho o sistema de banda cambial flutuante foi abandonado e o peso uruguaio passou a flutuar livremente, levando a uma desvalorização acima de 90%. Diante das circunstâncias a equipe econômica do Ministério da Economia e a Diretoria do Banco Central foram substituídas. Em julho dois outros bancos suspenderam suas atividades. Mais um acordo foi feito com o FMI e o país recebeu do FMI, Banco Interamericano e Banco Mundial um total de 1,5 bilhões de dólares (metade da quantia recebida no ano anterior) para restituir a confiança no sistema bancário. O Departamento do Tesouro estadunidense emprestou ao Uruguai a mesma quantia. O governo pôde então decretar o fim do feriado bancário que já durava quatro dias. Os bancos que haviam suspendido suas atividades não voltaram a abrir as portas, mas os bancos estrangeiros continuaram operando normalmente.

Em 2003 o cenário começa a mudar e o PIB cresce 2,2% segundo dados da CEPAL e do FMI, mas ainda não é suficiente para recuperar a economia que acumulou uma queda do produto de 17% desde 1998. O desemprego caiu para 15,4% no último trimestre. A inflação baixou para 10,2% a.a. A política fiscal continuou sendo restritiva e, pela primeira vez desde o início da crise, o déficit do setor público ficou abaixo dos 4% do produto. A política monetária foi expansiva e a política cambial foi manter o regime de

câmbio livre. A diminuição da percepção de risco fez com que todas as taxas de juros baixassem, além de facilitar a aquisição de empréstimos. O cenário externo mais favorável produziu resultados positivos para a balança comercial e o setor agropecuário cresceu 4,1%. No entanto, a dívida pública que somava 93,8% do PIB em 2002, passa a equivaler a 108,2% em 2003 dos quais 85,3% se referem à dívida pública externa.

A recuperação de 2003 centra-se, principalmente, na melhora do cenário externo, com o aumento da atividade econômica e o fim das incertezas em relação às eleições presidenciais na Argentina e no Brasil, e também com a melhora dos termos de intercâmbio devido ao *boom* das *commodities* e a erradicação da febre aftosa e, portanto, a confiança renovada de qualidade na carne uruguaia.

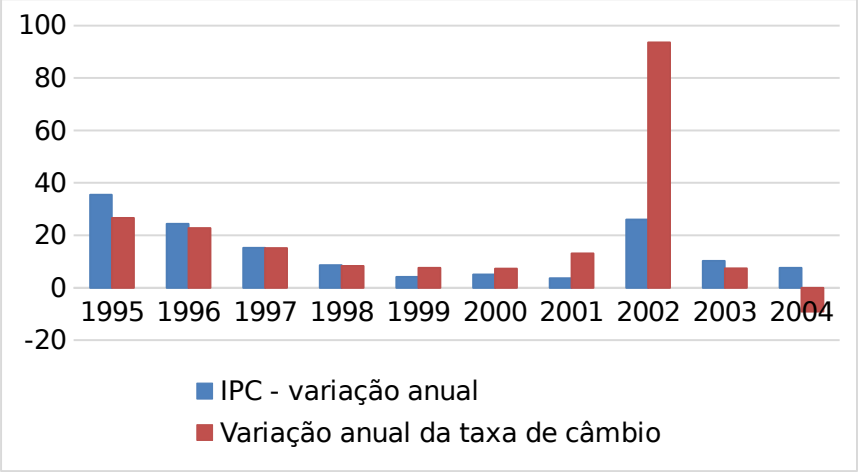
2004 é ano em que a recuperação econômica aparece como uma realidade. O fato de o PIB ter crescido no ano anterior diminuiu a incerteza e os prospectos foram melhores. Neste ano, o PIB apresentou um crescimento de 11,8%, dada a melhora do cenário internacional e a existência de capacidade ociosa na economia, principalmente na indústria manufatureira. Porém, o PIB *per capita* ainda era 9,5% inferior ao de 1998. A política econômica em 2004 se tornou mais expansiva e a formação bruta de capital fixo representou 27% do PIB, mostrando a mudança de expectativas do setor privado. O país reduziu sua vulnerabilidade diversificando seus parceiros comerciais: o Mercosul passou a representar 26% das exportações totais (que antes era de 55%) enquanto aumentou a participação de Europa e EUA, de 20 para 22%. O elevado crescimento e a apreciação do peso fizeram a relação endividamento externo/PIB cair dez pontos percentuais em relação ao ano anterior, fechando em 88%. A inflação ficou pouco acima dos 7%, o limite inferior da meta. Com o cumprimento da meta, o alto crescimento e uma melhora do cenário internacional, o programa econômico foi mais frouxo (continuando sua tendência pró-cíclica), permitindo expansão fiscal e monetária sem prejuízo para as contas do governo pois as entradas de capital superaram as saídas e o superávit do setor público fechou o ano em 3,9% do PIB, com um déficit fiscal de 2% do PIB. O desemprego também diminuiu neste ano, ficando em torno de 12% (CEPAL, 2004). No entanto, o maior crescimento se deu no setor informal e a porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza alcançou

mais de 31%, como pode ser visto no gráfico 1, na introdução. Assim, embora o cenário econômico tenha melhorado, as condições sociais deterioradas durante os anos de recessão não se recuperaram com a mesma rapidez.

3. Análise Empírica

Durante os dois mencionados governos, os objetivos principais foram a redução da inflação, via política cambial, e redução do déficit, via política fiscal de ajuste. Os gráficos 1 e 2 mostram a relação dessas variáveis de 1995 até 2004.

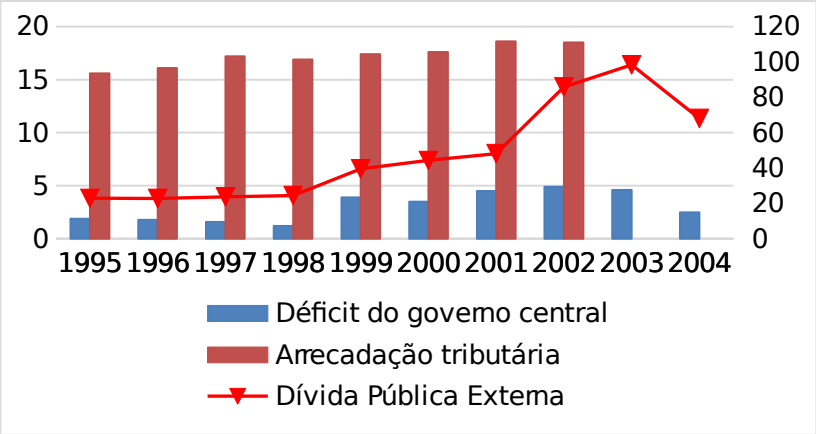
Gráfico 1. Variação anual percentual da inflação (IPC) e variação anual percentual da taxa de câmbio. 1995-2004.



Fonte: Instituto Nacional de Estadística - INE. Uruguay; elaboração própria.

Podemos ver no gráfico o efeito da brusca adoção do câmbio flutuante em 2002 quando há uma intensa valorização do dólar (a moeda uruguaia sofreu uma desvalorização de 93,5%). Mas essa valorização não se deve apenas à livre flutuação: 2002 é o pior ano da crise, em que o PIB decresce 11%, havendo intensa fuga de capitais, principalmente argentinos. O aumento dos preços do petróleo, a própria recessão em cenário mundial, a queda da demanda interna e externa e a paralização da indústria da carne devido ao surto de febre aftosa em 1999 e 2001 fizeram com que a inflação subisse bruscamente em 2002.

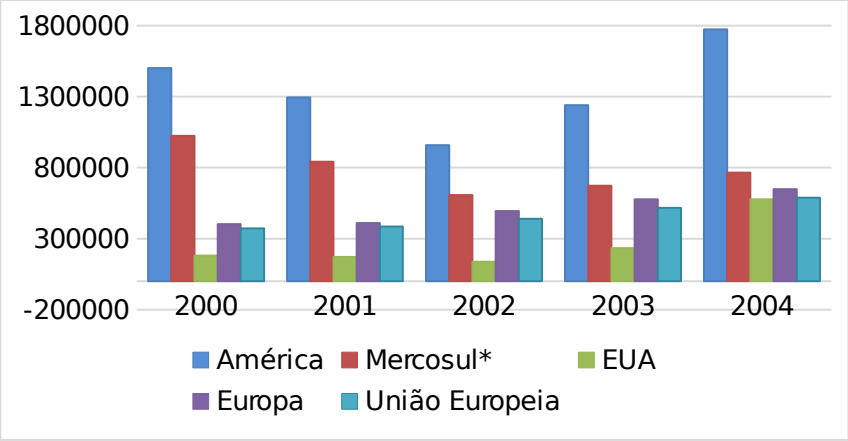
Gráfico 2. Déficit do governo central e arrecadação tributária por endividamento externo (eixo secundário) em porcentagem do PIB. 1995-2004.



Fonte: CEPAL; elaboração própria.

Esse segundo gráfico analisado diz respeito à política fiscal adotada nas duas administrações, ou seja, uma política restritiva (com exceção de 1999), visando à redução do déficit público e aumento da arrecadação tributária. Percebemos que de 1995 até 1998, período antes da crise, o déficit público permanecia razoavelmente estável num patamar menor que 2% do PIB e o endividamento externo, também estável, se mantinha ao redor de 30% do PIB. Nos primeiros anos da crise, até 2001, há uma elevação do endividamento externo que chega a 50% do PIB. Em 2002 o endividamento ultrapassa 80% do PIB e em 2003 já é maior que 100% do PIB. A arrecadação tributário não sofreu variações grandes em termos relativos (16-18% do PIB), mas sabendo que em 2002, por exemplo, o PIB declinou 11%, em termos absolutos a arrecadação tributária diminuiu muito entre 1999 e 2002.

Gráfico 3. Exportações em valor corrente (mil dólares) por destino. 2000-2004.

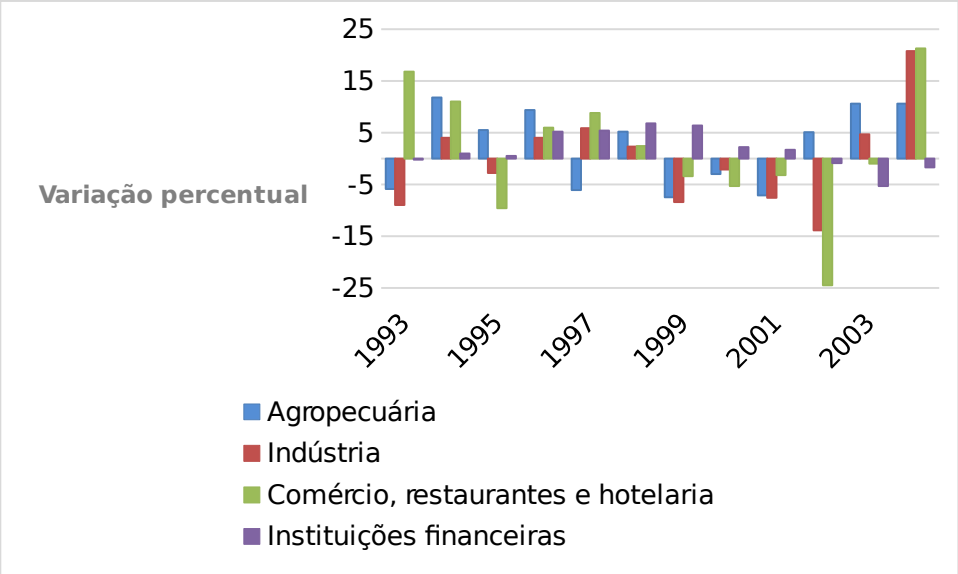


** Mercosul: Argentina, Brasil e Paraguai.*

Fonte: Banco Central del Uruguay – BCU; elaboração própria.

É notável a queda das exportações para os dois países vizinhos, que enfrentavam, no mesmo período, crises financeiras. Faz-se notar também que entre 2000 e 2004 a dependência uruguaia do comércio dentro do Mercosul perdeu importância em relação ao mercado europeu. E de 2003 para 2004 o comércio com os EUA teve um aumento bastante relevante; este país sozinho alcançou um nível muito próximo ao da União Europeia, que vinha crescendo com constância desde 2000.

Gráfico 4. PIB setorial (setores selecionados). 1993-2004.

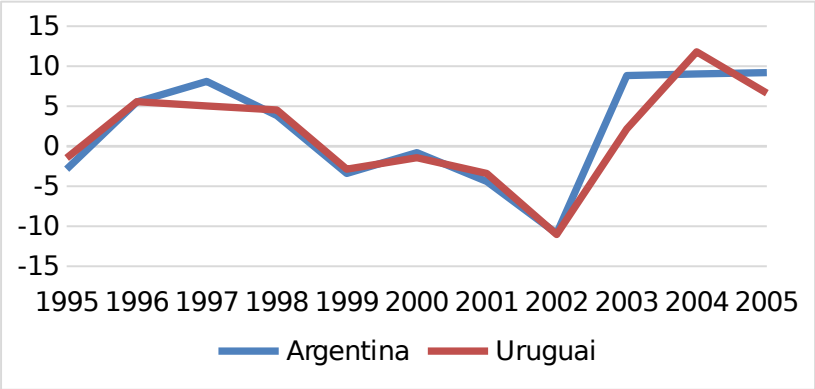


Fonte: CEPAL; elaboração própria.

O gráfico do PIB setorial deixa explícita a deterioração da atividade econômica causada pela crise. Entre 1999 e 2001 todos os setores apresentam queda, com exceção do setor financeiro. Nota-se também que já em 1998 o setor financeiro é o que apresenta maior crescimento. Podemos verificar também que indústria e comércio são os setores mais sensíveis ao ciclo econômico, possuem maior volatilidade. O fato de a agropecuária apresentar resultados negativos no período dos efeitos da crise, mas não no pior ano (2002), pode indicar que a queda se deve muito mais à febre aftosa que afetou mais de um milhão de cabeças de gado entre 1999 e 2001 do que à queda da demanda internacional. Além disso, em 1999 o Uruguai enfrentou um grande período de secas, afetando também a agricultura. A correlação entre a variação percentual do PIB uruguaio com a variação percentual do PIB argentino (0,92)

aponta o quanto a relação entre os dois países é estreita. Não apenas no âmbito do comércio internacional, mas também do turismo e financeiro. O gráfico abaixo mostra essa relação.

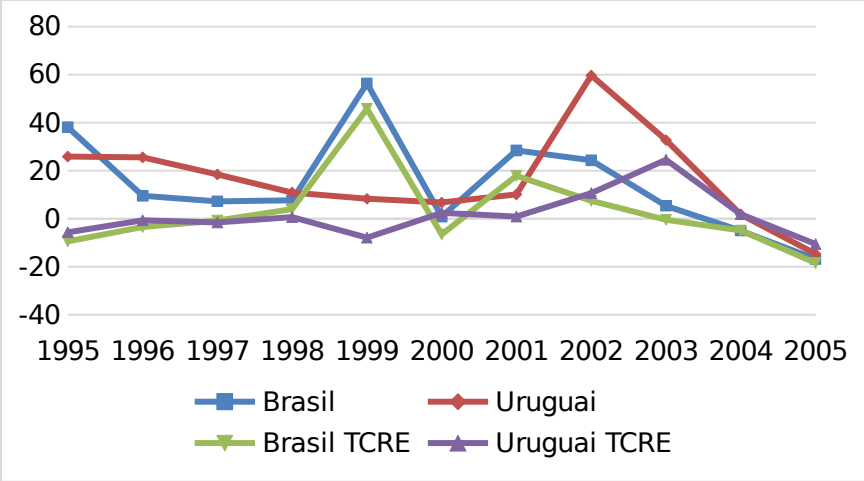
Gráfico 5. Variação percentual anual do PIB. Argentina e Uruguai. 1995-2005.



Fonte: CEPAL; elaboração própria.

Nas relações com o Brasil, o principal ponto depressor da economia uruguaia foi o câmbio. A política de desvalorização gradual do Banco Central uruguaio não aguentou a pressão causada pela desvalorização do real brasileiro (em 1999 e de novo em 2001) e cedeu, em 2001, para uma política de câmbio livre.

Gráfico 6. Variação percentual anual da taxa de câmbio nominal e taxa de câmbio real efetiva (TCRE). Brasil e Uruguai. 1995-2005.



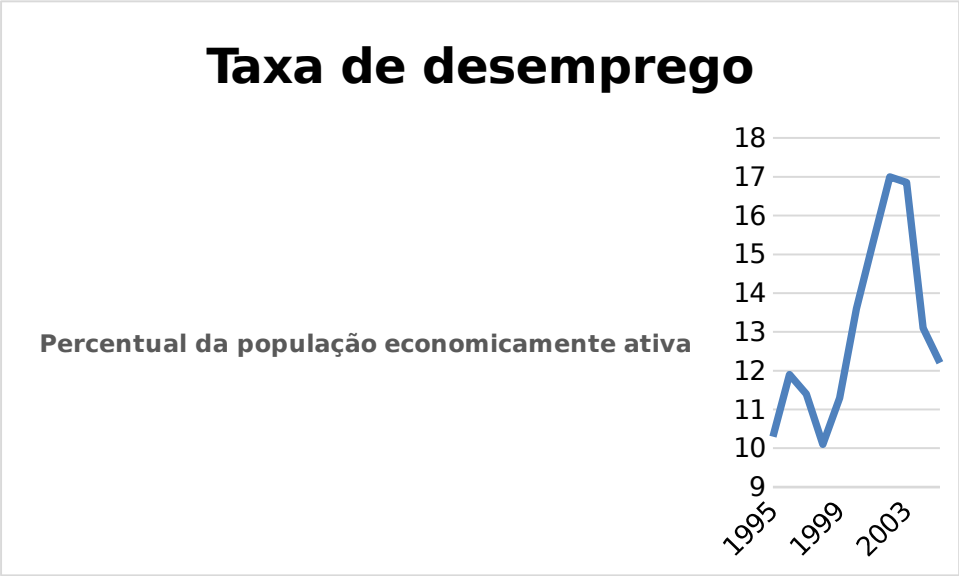
Fonte: CEPAL; elaboração própria.

A taxa de câmbio argentina também sofre uma forte alta em 2001, passando de um peso argentino por dólar para mais de três pesos por dólar.

Os fatores externos e internos que levaram à eclosão da crise em 1999 são facilmente verificáveis e têm, claro, uma influência grande sobre a

atividade econômica. Os efeitos da política econômica adotada, não são tão explícitos, pois dependem de uma comparação com aquilo que “poderia ter sido feito”, o que beira a especulação. Porém, existem algumas evidências que nos levam a crer que o ajuste fiscal contribuiu para o prolongamento e aprofundamento da crise. Em primeiro lugar, os indicadores sociais de pobreza (que no auge da crise chega a quase 40% da população) e desemprego (gráfico 7) expõem, no mínimo, a escolha feita entre o cumprimento de metas fiscais para garantir o pagamento de dívidas cada vez maiores e o bem estar social da população. Isto fica ainda mais evidente com a elevação dos impostos sobre renda e consumo num cenário de deterioração dos salários reais, aumento do desemprego e elevação da tarifa de serviços públicos. Em segundo lugar, é bastante claro que uma política de ajuste fiscal, em qualquer situação interna e externa, tem como consequência direta a queda da atividade econômica, dada a diminuição dos gastos do governo e/ou o aumento de impostos e juros. Quando as condições são favoráveis e o mercado está aquecido, uma contenção dos gastos do governo não chegará a inibir a atividade econômica no curto prazo, podendo gerar resultados positivos em termos de arrecadação e pagamento de dívidas existentes. Porém, quando as condições são desfavoráveis, uma queda da atividade econômica, aliada à incerteza, pode transformar uma crise em recessão.

Gráfico 7. Taxa de desemprego. Uruguai. 1995-2005.



Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas – INE; elaboração própria.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho se propôs a analisar o período 1998-2003, em que o Uruguai enfrentou uma crise financeira que acumulou 17% de queda do seu produto interno bruto em 2002. Em 1994 e 1995 o PIB uruguaio também foi negativo, mas as consequências foram bem menos graves. Assim, quando Sanguinetti assume a presidência em 1995, a adoção de uma política fiscal de ajuste foi eficaz, no sentido de alcançar as metas desejadas. Porém, a retomada do crescimento de 1996 a 1998 foi impulsionada por cenário externo favorável, com aumento da demanda interna e externa. As metas de inflação e de redução do déficit público, através de uma política de aumento de arrecadação e contenção de gastos foram alcançadas por causa do aumento do nível de atividade e, consequentemente, da renda nacional. O mesmo não ocorreu entre 1999-2002. Não apenas o cenário externo continuou a se deteriorar como também problemas internos (a seca e a febre aftosa) agravaram a crise.

O *IMF Staff Country Report* de 2003 indica que a crise expôs as fraquezas da economia uruguaia, sendo elas a dependência alta do Mercosul; a grande e crescente dolarização de ativos e passivos do sistema bancário; o crescimento significativo dos depósitos de não residentes; a fraca regularização do sistema bancário; o desequilíbrio do balanço de pagamentos; a consolidação fiscal insuficiente e as vulnerabilidades associadas ao regime cambial. Um sistema bancário altamente dolarizado deixa o país particularmente exposto ao mercado financeiro global que é bastante volátil e instável, sendo regido fundamentalmente por expectativas e especulação, sem lastros com o setor real da economia. Além disso, o capital financeiro é o que circula e se movimenta com maior rapidez. Assim, uma alteração de expectativas pode desencadear um comportamento de manada dos investidores internacionais causando uma abrupta fuga de capitais e escoamento de reservas internacionais. No caso específico do Uruguai, até parte das dívidas internas era feitas em moeda estrangeira. Embora o BCU tenha mantido um aumento moderado da base monetária, ele não poderia ser acelerado por conta das metas de inflação. A partir de 2003 o governo iniciou um programa para diminuir a dolarização elevada do país, passando a emitir

títulos de dívida em moeda nacional com rendimentos mais elevados do que em moeda estrangeira, o que sugere a percepção da vulnerabilidade causada pela dolarização da economia. A política de desvalorização cambial constante e moderada foi capaz de diminuir significativamente a inflação ano a ano até um certo limite: com a crise financeira argentina e brasileira, o governo uruguaio não suportou a pressão cambial e abandonou o regime de bandas de flutuação. O resultado foi uma desvalorização de 93,5% em 2002 e um aumento da inflação de 3,59% em 2001 para 25,94% em 2002.

A política fiscal austera adotada para reduzir o déficit do setor público associada ao financiamento via endividamento externo, não foi capaz de reduzir o déficit a menos de 4% do PIB durante os três anos da crise. O resultado foi, na verdade, a diminuição da arrecadação tributária e o comprometimento cada vez maior das receitas do governo com o pagamento de juros. A menor arrecadação em termos absolutos, principalmente em 2002, é um exemplo do efeito Oliveira-Tanzi, em que, considerando-se a desvalorização da moeda com que os tributos são pagos, a arrecadação será tanto menor quanto maior for a inflação. Não há como não relembrar e comparar as políticas fiscais do período em questão com aquelas do período *batllista*[4] em que uma política expansiva e pró-desenvolvimento (ou seja, com gastos altos por parte do governo) foi financiada predominantemente com poupança interna e/ou capital nacional. Do ponto de vista social, a política fiscal adotada também não gerou e não poderia mesmo gerar qualquer resultado positivo: se o cenário externo está deteriorado e, internamente, o nível de atividade cai devido à depressão do comércio internacional, reduzir gastos e aumentar a arrecadação de tributos só poderá levar a um resultado possível: a supressão das liberdades econômicas via aumento do desemprego, da pobreza e do sucateamento dos serviços públicos essenciais, como saúde e educação. A inversão interna também declina, agravando ainda mais o cenário de recessão. O aumento do desemprego gera, por sua vez, um aumento dos gastos com seguridade social, deixando exposta a contradição da meta de redução de déficit com o efeito dos instrumentos utilizados para tal.

Todos os empréstimos feitos pelo Uruguai no período vieram com condições. As condições estão ligadas diretamente aos preceitos neoliberais:

4 Referente a uma séria de reformas desenvolvimentistas e progressistas iniciada por José Batlle y Ordóñez a partir de 1899.

diminuição do tamanho do Estado, equilíbrio das contas do governo, redução do déficit e controle da inflação. Todas estas metas visam elevar a capacidade do Estado de pagar suas dívidas, ou seja, os emprestadores querem garantir que receberão seu pagamento. Por isso os empréstimos são condicionados ao controle das variáveis macroeconômicas e financeiras, e não à melhoria dos indicadores sociais ou ao desenvolvimento e transformação da estrutura produtiva, pois estes últimos, embora tenham potencial para gerar resultados econômicos melhores no longo prazo, não garantem o pagamento de juros no curto prazo.

Conforme Nahum (1999) coloca na primeira página de seu livro, o gado existia no Uruguai muito antes dos colonizadores. Além disso, o Uruguai tem uma população urbana elevadíssima, acima de 80% e bastante concentrada em Montevidéu. Assim, a área de cultivo e pasto relativa à população é imensa. A demanda por alimentos é relativamente inelástica se não há uma expansão demográfica significativa. Mas nenhum destes fatos garante ao país uma balança comercial positiva dada pelas vantagens agropecuárias existentes. Isso acontece por causa da deterioração dos termos de intercâmbio, ou seja, o aumento de preços das *commodities* ao longo do tempo é relativamente menor do que o dos manufaturados e altamente tecnológicos.

Para concluir, fica clara a vulnerabilidade uruguaia em relação à dolarização de sua economia: a fuga de capitais é inevitável quando os depósitos de não residentes são muito altos, pois as crises financeiras tendem a espalharem-se de forma rápida por todo o globo, causando um desequilíbrio mundial. Portanto, ficou a lição de que o capital nacional pode ter muito mais afinidade com os objetivos da Nação. Um segundo ponto é que a política cambial tem uma dependência inter-regional, ou seja, está atrelada à política cambial dos parceiros comerciais. A perda de competitividade e a pressão cambial que o Uruguai teve de suportar estavam diretamente ligadas à desvalorização cambial brasileira. Uma vez que o Brasil deixou o câmbio flutuar livremente, o Uruguai teve que fazer o mesmo. Um terceiro ponto concerne à política fiscal: contas equilibradas são importantes para qualquer país, mas são ainda mais cruciais em países altamente expostos às flutuações internacionais. Entre 1996 e 1998, um período em que o Uruguai crescia a 4,4% a.a., a política

austera proporcionou resultados excepcionais em relação à inflação e ao déficit fiscal. Porém, com a queda da atividade econômica, gerada pela própria política austera anterior, e um cenário de recessão regional atingindo seus dois principais mercados (Argentina e Brasil), a continuidade das políticas recessivas fez aumentar a deterioração da atividade econômica interna num mecanismo de retroalimentação com custos sociais inaceitáveis. Se acrescentarmos a isso os fatores fora do controle político como a febre aftosa e a seca prolongada, esse tipo de programa econômico é totalmente perverso. É óbvio que não se pode afirmar que uma política expansiva, além de retomar a atividade econômica, não produziria nenhum efeito perverso, afinal isso não foi feito naquele momento. Essa verificação talvez possa ser feita, com os devidos cuidados em relação às condições iniciais e possibilidades efetivas, com a análise do desempenho uruguaio durante a crise de 2008 ou, da mesma forma que em 1999, do desempenho que terá o governo de agora frente à deterioração do ambiente externo causado pelas crises política e fiscal na Argentina e no Brasil. Porém, está não é a proposta deste trabalho, a não ser pelo fornecimento de uma base para tal comparação.

Referências

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Central Intelligence Agency. Disponivel em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/uy.html>. Acesso em: 11 Fevereiro 2016.

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 1995-1996**. Santiago. 1996. (92-1-321444-8).

CEPAL. **Estudio Econômico de América Latina y el Caribe 1996-1997**. Santiago. 1997. (92-1-321459-6).

CEPAL. **Estudio Económica de América Latina y el Caribe 1997-1998**. Santiago. 1998. (92-1-321476-6).

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 1998-1999**. Santiago. 1999. (92-1-321502-9).

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 1999-2000**. Santiago. 2000. (92-1-321639-4).

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2000-2001**. Santiago. 2001. (92-1-321879-6).

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2001-2002**. Santiago. 2002. (92-1-322069-3).

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2002-2003**. Santiago. 2003. (92-1-322569-5).

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2003-2004**. Santiago. 2004. (92-1-322569-5).

FINCH, H. Uruguay since 1930. In: BETHELL, L. **The Cambridge History of Latin America:** Latin America since 1930 - Spanish South America. Cambridge: Cambridge University Press, v. VIII, 1999. Cap. 3, p. 195-232. ISBN 0-521-26652-1.

FINCH, H. **La Economía Política del Uruguay Contemporáneo:** 1870-2000. Tradução de José de Torres Wilson; Banjamín Nahum, *et al.* 3ª. ed. Montevidéu: Banda Oriental, 2014. ISBN 978-9974-1-0399-3.

FMI. **Staff Country Report 99/102**. Fundo Monetário Internacional. Washington. 1999.

FMI. **Staff Country Report**. Fundo Monetário Internacional. Washington. 2004.

GARCÉ, A.; YAFFÉ, J. **La Era Progresista:** hacia un nuevo modelo de desarrollo - tercer acto. 3ª. ed. Montevidéu: Fin de Siglo, 2014. ISBN 978-9974-49-775-7.

GARCÍA, L. B.; MARTÍN, A. S. Estrutura produtiva, ciclo político e desigualdade: o caso de Uruguai, 2004-2011. **Revista Galega de Economía**, Santiago de Compostela, v. 22, p. 61-84, Setembro 2013. ISSN 1132-2799.

NAHUM, B. **Breve história del Uruguay independiente**. Montevideo: La Banda Oriental, 1999. ISBN 9974-1-0096-8.

OECD/ECLAC. **Multi-dimensional Review of Uruguay**. United Nations. [S.l.]. 2014. (ISSN 2308-7358).

VIVES, E. M. **Cinco Siglos:** Lo esencial de la historia de Uruguay. 3ª. ed. Montevidéu: Banda Oriental, 2015. ISBN 978-9974-1-0889-9.

YAFFÉ, J. Competencia interna y adaptación partidaria en el frente amplio de Uruguay. **Perfiles Latinoamericanos**, Distrito Federal, México, v. num. 41, p. 71-94, jan-jun 2013. ISSN 0188-7653.

Manuel Correia de Andrade: a Pecuária no Desbravamento do Sertão Nordestino.

Área 5 - Economia Política, Metodologia e História Econômica do Nordeste

Rafael Aubert de Araújo Barros[1]

Luiz Eduardo Simões de Souza[2]

Endereço Postal: Av. Rio Doce 1736, condomínio Delta, AP. 202 Bloco 04, Ilha dos Araújos, Governador Valadares, Minas Gerais. Sep:35020-500.

Endereço Eletrônico:Rafael.aubert@ufjf.edu.br

Telefone: (33)9163-0702

1
Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (2013) e Professor Substituto da Universidade Federal de Juiz de Fora, campos Governador Valadares. Atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria Econômica, Geografia Econômica e Economia Agrícola.

2
Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1995), mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2002) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2008). Atualmente é professor adjunto iii da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de História Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: História Econômica e História do Pensamento Econômico.

Manuel Correia de Andrade: a Pecuária no Desbravamento do Sertão Nordestino.

Área 5 - Economia Política, Metodologia e História Econômica do Nordeste

Rafael Aubert de Araújo Barros[3]

Resumo:

Manuel Correia de Andrade (1922 – 2007) é uma das principais referências sobre a formação econômica do complexo nordestino. No vasto conjunto de sua obra, o autor veio a tratar, com uma visão multidisciplinar, das relações sociais produtivas e sua influência sobre a formação da estrutura socioeconômica do nordeste. O presente trabalho visa expor e discorrer sobre as hipóteses do autor quanto ao desbravamento do sertão nordestino, com ênfase na pecuária na construção da sociedade sertaneja de forma dependente da cultura da cana-de-açúcar.

Abstract: Manuel Correia de Andrade (1922 - 2007) is one of the main references when referring to economic formation of the northeastern brazilian complex. In the wide range of his work, the author came to discuss, with a multidisciplinary vision of productive social relations and their influence on the formation of the socioeconomic structure of the northeast. This study aims to expose and discuss the hypothesis of the author regarding the clearing of the northeastern wilderness, with emphasis on livestock in the construction of a country society dependent on the culture of sugarcane.

Palavras-chave: História do Pensamento Econômico Brasileiro , Nordeste, Manuel Correia de Andrade, Pecuária, Sertão.

Keywords: Economic Formation of Brazil, Northeast, Manuel Correia de Andrade, Livestock, backwoods.

3.Pós-graduando no programa de mestrado em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas(FFLCH) - USP

1. Introdução

Manuel Correia de Andrade (1922 – 2007) é uma das principais referências sobre a formação econômica do complexo nordestino. No vasto conjunto de sua obra, o autor veio a tratar, com uma visão multidisciplinar, das relações sociais produtivas e sua influência sobre a formação da estrutura socioeconômica do nordeste, sempre levando em consideração as questões climáticas e geomorfológicas específicas de cada sub-região. O presente trabalho visa expor e discorrer sobre as hipóteses do autor quanto à formação da economia do sertão nordestino, com ênfase na atividade pecuária na construção da sociedade sertaneja, e de sua estreita relação com o centro de poder político, desde suas origens.

Na obra de Manuel Correia de Andrade, tem-se o conceito de "mosaico nordestino", para descrever o espaço em que se dá a formação histórica da economia daquela região. O Nordeste ocupa mais de 18% do território nacional. É uma região que concentra quase 30% da população nacional. Apesar de apresentar uma abundância em recursos naturais que se ressalta mesmo em um país tão diversamente rico como o Brasil, em função de aspectos que Andrade busca na História e Geografia, o Nordeste é uma região que após cinco séculos, permanece subdesenvolvida. Além do caráter extensivo das atividades econômicas produtivas, as condições de exploração e sujeição da massa trabalhadora nordestina consistem elemento determinante das características de atraso e subdesenvolvimento que a região ainda apresenta em vastas áreas de seu território. É no estabelecimento dessas relações de produção que Manuel Correia de Andrade confere movimento à paisagem altamente diversificada do "mosaico nordestino".

A criação do Nordeste como unidade geográfico-política data de 1941, da parte do IBGE, que, durante o Estado Novo (1937 – 1945), dividiu o então chamado "Norte", integrando os Estados do Maranhão, Ceará e Piauí, aos estados do leste, formando os nove estados da região nordeste. Essa concepção não foi gratuita. Com ela, buscava-se discriminar os Estados que, em seu interior, no sertão, sofriam do terrível castigo das secas, formando o famigerado "polígono das secas", que, desde a metade do século XIX, apareciam nas crônicas que apresentavam as dificuldades de interiorização da ocupação do território, apresentando não apenas a aridez das condições físicas encontradas, mas também a inviabilidade econômica da região. É contra essa concepção que Manuel Correia de Andrade contrapôs a ideia de *mosaico*, mostrando o Nordeste como uma região muito mais diversificada do que se queria apresentar, sendo os problemas encontrados para o desenvolvimento resultantes da estruturação de relações sociais produtivas de caráter arcaico e exploratório, recendentes à escravidão e exploração extensiva e irresponsável do meio ambiente.

Transitando com desenvoltura entre várias áreas – Geografia, História, Economia, Sociologia – e em seus interstícios, o autor de *A Terra e o Homem no Nordeste*, à maneira de Josué de Castro e da tradição de pensadores brasileiros de sua geração (Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, e outros) buscou, ao longo de sua vida acadêmica, a explicação de um problema de solução

necessariamente multidisciplinar: o subdesenvolvimento e a pobreza, presentes em um país naturalmente rico como o Brasil.

Estas notas encontram-se sob a seguinte apresentação: a esta introdução segue uma seção sobre o desbravamento do sertão nordestino no período de colonização; a seguir, aborda-se o sistema de criação de gado e suas relações de trabalho; algumas considerações finais são apresentadas ao final.

2. O Desbravamento do Sertão Nordestino no Período de Colonização

A região conhecida como sertão possui o clima mais hostil à presença humana do nordeste, o semiárido. As primeiras tentativas de colonização da região partiram de Salvador e Olinda com a premissa de buscar minas de metais preciosos e riquezas naturais no interior baiano e pernambucano[4]. Entretanto foi a atividade criadora de insumos para o abastecimento da cultura canavieira que veio a predominar no sertão, essa atividade foi a criação de animais de força motriz, principalmente bois e cavalos, que eram vendidos para os engenhos do litoral e da zona da mata.

> "A penetração para o sertão, iniciada no século XVI, visava produzir os animais de trabalho e a alimentação para a população que se adensava na área canavieira. Era feita por portugueses e mamelucos que não dispunham de recursos econômicos e poder político para se estabelecerem como senhores de engenho."(ANDRADE, 1988. P.31)

Ao analisar a expansão do território colonizado é importante denotar o impacto que tal processo teve sobre aquele que já habitavam os espaços englobados, no caso do sertão nordestino as áreas mais férteis eram ocupadas por diversas tribos que foram massacradas, escravizadas ou assimiladas aos povoamentos coloniais nascentes.

Os índios que habitavam as terras no sertão do Maranhão, Piauí, Ceará e do oriente do Tocantins tiveram de adentrar cada vez mais no sertão, sendo forçados a ficar com as terras menos férteis e mais vulneráveis à seca quase permanente. À medida que os posseiros foram tomando as terras, implantando o cultivo do gado, ampliaram-se as tensões com os povos nativos, tensões essas que culminaram na Guerra dos Bárbaros (1688 - 1713), eliminando vários povos. O confronto tomou tal tamanho que atrairia a atenção dos bandeirantes, os quais foram de significativa influência na derrota das tribos e na escravização dos índios remanescentes. Quanto ao processo de tomada das terras do sertão indígena, Manuel Correia de Andrade aponta:

---

4 Como se pode observar pelos Regimentos de 1532 e 1548, que estabeleceram, respectivamente, as Capitanias Hereditárias e o Governo Geral na colônia.

> “Os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas, não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construía casa, levantava currais e pau-a-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios onde havia falta d’água durante quase todo o ano.” (ANDRADE, 1963. P.178)

A necessidade de consolidação da posse sobre o território da parte da coroa portuguesa durante o processo de colonização parece ter sido o elemento chave da origem e fortalecimento da classe dos grandes latifundiários, capazes de movimentar recursos suficientes para garantir o território da colônia portuguesa. O grande latifundiário, dono de vastas extensões de terra do sertão, teve sua posição solidificada no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX através dos benefícios e incentivos à ocupação e exploração das terras trazidos por uma estrutura de relações sociais arcaicas, estabelecendo uma rígida dominação sobre os verdadeiros desbravadores do território. À margem da concentração dos meios produtivos nos grandes latifundiários, foram-se formando pequenas sociedades marginais de posseiros e vaqueiros, que adentraram cada vez mais na inóspita vegetação da caatinga, constituindo a vanguarda de uma sociedade desigual que abriu os caminhos do sertão para a chegada dos senhores de terras. Com relação aos grandes latifundiários, Manuel Correia de Andrade expõe:

> “Garcia d’Ávila e seus descendentes, porém, estabelecidos na casa-forte da baía Tatuapera – a famosa casa Torre -, embora não desdenhassem as possibilidades de riquezas minerais, deram maior importância ao gado e desde então o governo de Tomé de Souza, trataram de conseguir doações de terra, sesmarias, que cada vez mais penetravam o sertão, subindo o Itapicuru e o Rio Real, para alcançar o Rio São Francisco.”(ANDRADE, 1963. P.177)

Na maioria dos casos, os proprietários das terras viviam nas cidades do sertão, envolvidos em atividades comerciais, enquanto as fazendas eram administradas por seus vaqueiros. Os fazendeiros proprietários das terras tinham a função de, durante os períodos de chuva, fiscalizar o trabalho dos vaqueiros e corrigir quaisquer irregularidades.

Com a virada do século XVII para o XVIII, as grandes sesmarias tomaram os sertões da Bahia e de Pernambuco, incluindo a parte ocidental do que é hoje o estado de Alagoas. É no interior do território de influência das sesmarias que surgiu uma característica da sociedade sertaneja que ainda nos dias atuais pode ser encontrada, mesmo que em menores proporções devido ao processo do êxodo rural: as atividades econômicas esporádicas voltadas ao autoconsumo. Manuel Correia de Andrade, em sua famosa obra *A Terra e o Homem no Nordeste*, aponta a produção de couro e leite para o consumo interno como um dos traços característicos da população sertaneja, sendo isso devido as grandes distâncias e a escassez de outros produtos que não aqueles derivados

do gado bovino, suíno e caprino. O autor discorre sobre as características da sociedade sertaneja do século XVIII da seguinte maneira:

> "Nestes sertões desenvolveu-se uma civilização *sui generis*. Aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades dirigidos quase sempre por um vaqueiro que ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração a "quarta" dos bezerros e potros que nasciam. Outras áreas eram dadas em enfiteuse, os "sitios" que correspondiam a uma légua em quadro e eram arrendadas a 10 mil-réis por ano aos posseiros. As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender às suas necessidades." (ANDRADE, 1963. P.180)

Mesmo nessa sociedade afastada de vaqueiros e posseiros a influência dos poderes governamentais tinha grande força para a formação e estabelecimento das relações sociais de produção, não é à toa que as principais atividades desenvolvidas na época era subproduto da pecuária, tendo em vista que essa tinha uma função complementar para com as regiões primário-exportadoras. Assim criou-se um modelo de crescimento dependente, cujas atividades do interior do nordeste seguiam as tendências dos proprietários das terras.

Fora em meados do século XVIII que o sistema produtivo centrado na cana do litoral e na pecuária teve de lidar com a possibilidade de substituição por uma atividade alternativa. O algodão que se fazia necessário como matéria-prima para indústria têxtil passou a ser cultivado no sertão, limitando a área que seria utilizada para os pastos. Embora o algodão cultivado durante a primeira revolução indústria tenha restringido a pecuária essa cultura também gerou economias de *spill-over* no sendo que o " restolho" das lavouras era utilizado para alimentação do gado, fator esse associado ao fato de que os criadores dos animais eram também os cultivadores do algodão trazia benefícios a ambas as culturas.

A alteração fundamental da nova cultura de cultivo do algodão ocorreu no âmbito da estrutura socioeconômica do sertão nordestino, que reduzira a dependência da pecuária junto à agroindústria canavieira, diversificando a produção de gêneros agrícolas na caatinga, dando impulso ao cultivo de feijão, milho e mandioca, além de atrair um contingente de trabalhadores que, embora focados no cultivo do algodão, iniciaram pequenos focos da agricultura familiar característico da região até a década de 1980.

Durante a formação das estruturas produtivas e sociais do sertão deve-se levar em consideração a pequena intensidade do trabalho escravo utilizado, que devido às condições ambientais, aos grandes custos de transporte e à baixa produtividade das terras, não foi plenamente empregado na região durante o período colonial, sendo que o trabalho assalariado fora o escolhido para a expansão da pecuária extensiva por dentro do sertão. Quanto à não aplicação do trabalho assalariado no sertão, Manuel Correia explicita:

> "(...) Numa área em que quase a cada decênio havia uma grande seca dizimando o gado e provocando a migração dos proprietários mais sólidos, não poderia dar bons resultados o emprego de grandes cadeias de escravos. (...)" (ANDRADE. M. 1963, P. 178)

Dessa forma, o "imperialismo" da cana-de-açúcar característico da economia nordestina até o início do século XX se utilizou de uma relação de dependência da principal atividade econômica realizada no sertão para criar um vínculo de "serventia" dos interesses da maior região abrangida no nordeste, o sertão, para com os interesses das atividades financiadoras e estruturantes da hierarquia de classes dividida não somente por nível de renda, mas também por localização geográfica.

Durante o desenvolvimento da economia nordestina nos últimos cinco séculos, as mudanças na estrutura social de produção do nordeste têm ocorrido geralmente de maneira conjuntural, de forma que somente destaca-se de maneira acentuada a ampliação do trabalho assalariado decorrida no século XIX e início do século XX. Entretanto, essa mudança na estrutura ocorreu de forma a manter as bases de dependência intactas, e teria caráter reacionário a uma tendência que não somente vinha do nível nacional, como também do internacional, com as dificuldades impostas ao tráfego negreiro. Nesse sentido, Manuel Correia de Andrade põe em xeque duas das principais matrizes externas de pensamento social incorporadas à intelectualidade brasileira na apresentação de explicações para a existência e funcionamento de tal estrutura social reacionária e perpetuada no tempo:

> "Ao se analisar as estruturas sociais nordestinas torna-se difícil enquadrá-las, com uma certa rigidez, nos padrões clássicos marxistas ou weberianos"(ANDRADE, M: 1993, p.25)

Uma das características a que Manuel Correia de Andrade chamaria a atenção para a necessidade de reflexão independente e interdisciplinar seria justamente a relação dessas estruturas com os poderes vigentes. Esse seria um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento do Nordeste tornando ao mesmo tempo necessária e de maneira crescente a participação do Estado, na forma de reforma agrária e inclusão social que confira a oportunidade de superação da dependência, para que se possa realizar a quebra do ciclo de perpetuação do subdesenvolvimento, caracterizado por Manuel Correia de Andrade.

3. O Sistema de Criação da Pecuária no Sertão

A pecuária e agricultura de subsistência são praticadas nas serras e na caatinga do sertão, de forma que durante o período de chuvas, o gado pasta na caatinga para aproveitar-se da abundância das pastagens. Ao mesmo tempo, é realizado o cultivo de gêneros agrícolas diversos nas serras. Com a chegada das secas, o gado é levado às serras para pastar o resquício da produção agrícola. A forma a qual é configurado o sistema de

criação da pecuária no sertão nordestino é denominado *ultra extensivo em campo aberto* com migrações sazonais. Manuel Correia de Andrade assim o conceitua:

> "O sistema ultra-extensivo em campo aberto é aquele dominante nas áreas subpovoadas, de pastagem pobres e em que a terra não é apropriada individualmente, ou o é, mas tem pouco valor. O gado tem ai uma grande facilidade de adaptação ao meio, geralmente hostil, e dá um baixo rendimento."(ANDRADE,1976, P.208)

Dentro desse sistema de criação, o gado predominantemente híbrido alcançado através do cruzamento entre os bois descendentes da antiga linha colonial do tipo crioulo e o posteriormente introduzido zebu, acaba perdendo valor, o que se intensifica pelo efeito de secas prolongadas. Entretanto, é da herança colonial que surgem as principais barreiras à superação desse cenário, sendo que a resistência a mudança das estruturas das relações sociais de produção quanto ao tipo de gado, que no caso é um tipo cuja carne é mais dura e de menor qualidade, e do processo de criação em si, que visa o menor investimento possível para criar os animais de forma extensiva e de baixa rentabilidade. Além disso, as jornadas que os animais fazem durante o processo de criação representam risco, por expor o rebanho ao ambiente hostil da caatinga.

Os longos caminhos de gado que iam desde o Maranhão passando pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba até Olinda ou cruzavam o Piauí para chegar à Salvador foram de fundamental importância para o povoamento da região, sendo que esses criaram uma rede de atividade complementar à da agricultura canavieira, de modo a transferir parte do excedente populacional, e garantiu o suprimento de matéria prima lavoura açucareira. Manuel Correia de Andrade dá à pecuária grande valor por ter sido uma atividade capaz de empregar a população excluída das sociedades canaveiras:

> "(...)Foi a pecuária quem conquistou para o nordeste a maior porção de sua área territorial. Complementou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes. Carreou para o sertão os excedentes de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que por suas condições econômicas e psicológicas não puderam integrar-se na famosa civilização da "casa-grande" e da "senzala." (ANDRADE, 1963. P.183)

É importante ressalvar que as dificuldades enfrentadas pela pecuária não se dão exclusivamente devido a um índice pluviométrico que seja capaz de manter a produção constante por longos períodos de tempo, sendo característicos da região os longos períodos de secas que eliminam grande parte da produção. Há, sobretudo, falta de comprometimento social com investimentos de infraestrutura e inclusão social capazes de

abastecer a região, beneficiando assim as atividades litorâneas que utilizam-se da mão de obra vinda do sertão. De acordo com Manuel Correia de Andrade:

> "Estes trabalhadores prestando serviços por todo o dia, às vezes em jornadas que se estendem por mais de dez horas de trabalho, percebem diárias de acordo com a especialidade e a produção de cada um. Salários que não lhes podem dar condições de existência, mesmo modestas. A contribuição das lavouras de subsistência à manutenção dos moradores, tão salientada pelos apologistas da atual estrutura social do campo no nordeste, é quase insignificante(...)"(ANDRADE, 1963. P.202)

Portanto, percebe-se que dentro de uma das regiões mais prejudicadas pelo meio ambiente, caracteriza-se a exploração de uma mão de obra em situação de miséria com grandes jornadas de trabalho que não geram renda suficiente para o trabalhador que lhe dê capacidade de subsistir, forçando muitos a migrarem para as áreas litorâneas ou para outras regiões, em época de secas prolongadas esse processo se dá de maneira acentuada, o que leva à ampliação do processo do êxodo rural.

Com o surgimento das usinas de açúcar e do aprimoramento do cultivo da cana-de-açúcar tornou-se possível o cultivo nas áreas dos tabuleiros, esse acontecimento teve repercussões sobre os estabelecimentos agrícolas e principalmente sobre a pecuária que até meados do século XX dominavam a região. Com o avanço da cultura canavieira para as terras dos tabuleiros a pecuária passou a ser expulsa para as hinterlândia do sertão, englobando espaços que, por terem vegetação mais escassa e períodos de secas mais longos, tendem a diminuir a produtividade dos animais. Um exemplo disso é o caso do estado de Alagoas que "a pecuária não tem, na parte meridional das Alagoas, a importância que teve no passado."(ANDRADE,2010. P. 71) No agreste do estado de Alagoas, o gado é criado com intuito de complementar a cultura canavieira no sentido de ocupar as áreas não utilizadas no cultivo da cana e na produção de estrume para o plantio.

A mão de obra empregado no sistema de criação de gado do sertão nordestino tornou-se predominantemente assalariada. Entretanto, até meados do século XX, a pecuária utilizava-se de um sistema de trabalho em que o vaqueiro era a figura central que administrava das fazendas com a criação e transporte dos rebanhos como sua função principal. Esses vaqueiros eram remunerado com uma "quartição" do rebanho, ou seja, esses recebiam um quarto dos bezerros produzidos na fazenda. Manuel Correia de Andrade ao descrever a vida dos vaqueiros na fazenda da pecuária aponta ao fato de que embora a criação em um sistema ultra extensivo possa parecer tranquila pela simples noção de criação dos animais em campo aberto com pouca interferência, isso não é verdade de fato o trabalho de um vaqueiro é árduo. Assim o autor discorre:

> "Parece à primeira vista que o gado criado solto, à lei da natureza, permite ao vaqueiro uma vida morigerada, de

> pouco trabalho, este, porém, é árduo e contínuo. Passa o vaqueiro grande parte do tempo montado a cavalo percorrendo a fazenda, fiscalizando as pastagens, as cercas e as aguadas. Nas migrações, conduz o gado a lugares distantes na ida e no regresso visitando-o algumas vezes durante o "refrigério" para informas-se do estado do rebanho. No "inverso, com o gado recolhido às "mangas", reúne os bezerros à tarde para que durmam presos, e ordenha as vacas pela manhã. Sua família se encarrega da fabricação por processos rotineiros, do queijo e da coalhada. Neste período é que eles cuidam da reconstrução das cercas e currais; zelam pouco pela casa de taipa onde residem principalmente depois que o proprietário eliminou a "quartiação", pois o pagamento em moeda é considerado pelo vaqueiro como um esbulho parcial do seu salário." (ANDRADE, 1963. P.197)

Pode se perceber claramente o quão desigual o sistema de criação da pecuária sertaneja é com uma mão de obra sobre-explorada, vivendo em situação de miséria e, acima de tudo, alienada quanto ao valor de seu próprio trabalho. Embora as colocações do autor sejam postas para a sociedade de meados do século XX e tenham sido realizados grandes avanços nas últimas duas décadas, ainda é característico da pecuária sertaneja a intensa exploração do trabalhador, sem que se empregue o volume propício de investimento e de aprimoramento para garantir um grau de dinamismo econômico que torne a pecuária atividade tão significativa para o desenvolvimento da moderna economia nordestina como foi para o desbravamento do sertão colonial.

4. Algumas Considerações

A pecuária sertaneja parece ter nascido para preencher as lacunas que a cultura canaveira não contemplou, inicialmente tendo duas funções primordiais: (1) abastecer os centros litorâneos com animais para força motriz; e (2) ocupar o espaço que não poderia ser abrangido pela principal atividade exportadora. Isso posto, a pecuária era e ainda é uma atividade dependente da demanda por insumos, criando assim uma estrutura de dependência que exerce forte influência sobre a configuração da própria atividade e de suas relações sociais produtivas.

A ultra extensividade, associada ao caráter sazonal, parecem condenar o produto da pecuária ao consumo intraregional, e mesmo ao autoconsumo. Ainda que, a princípio, o objetivo de tais atividades seja, em primeiro lugar, justamente o abastecimento interno, chama a atenção o emprego de extensões largas de terra e o uso de mão de obra, reses, recursos naturais e tempo em uma atividade de baixíssima produtividade a qual, ainda hoje, graças à força do aprendizado tradicionalista, reproduz atividades que tem como consequência a própria condição menor da atividade de criação de gado. Hoje, não mais – a não ser que se fale em grilagem de terra – se faz necessária a ocupação de território em caráter extensivo por gado.

Contudo, a necessidade de concentrar-se a terra da parte da classe proprietária dos meios produtivos, os latifundiários, faz com que não apenas duas culturas sofram em sua produtividade – a pecuária e a própria agricultura – mas o próprio desenvolvimento da região se torna atrofiado, caracterizando o atraso econômico das estruturas arcaicas que sustentam a economia do sertão nordestino. Seriam esses os gargalos impostos por um conjunto de características herdadas do período de formação e expansão da pecuária pelo sertão, que faz com que seja difícil superar os problemas sociais e econômicos da região.

A solução para tais impasses apresentada por Manuel Correia de Andrade, em sua época – a saber Reforma Agrária e desconcentração da posse dos meios produtivos – ainda hoje parece ser a mais adequada à resolução do problema do subdesenvolvimento regional. Como na época, o problema político, reflexo e causa das condições estruturais de produção, persiste. A resolução de ambos parece um trabalho conjunto, de longo prazo.

Bibliografia

ANDRADE, M. C. A.: A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2ª. Edição 2004(1995)

ANDRADE, M. C.: A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1963

ANDRADE, M. C. A.: Geografia Econômica. São Paulo: Atlas, 5ª. Edição, 1976(1973)

ANDRADE, M. C. A.: O Nordeste e a Questão Regional. São Paulo: Ática, 1988

ANDRADE, M. C. A.:Usinas e Destilarias das Alagoas, uma Contribuição ao Estudo da Produção do Estado. Maceió: Edufal, 2ª. Edição. 2010(1997), P. 69-80

ANDRADE, M. C. A.:Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental, os Rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Maceió: Edufal, 2ª Edição, 2010(1959)

ABORDAGENS PLURALISTAS PARA A ECONOMIA DA CULTURA

Rafael Galvão de Almeida[1] (UFMG)

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer tanto uma investigação histórica quanto uma revisão de literatura na disciplina de economia da cultura, ou economia das artes e literatura e determinar se houve progresso na economia da cultura. A economia da cultura foi estabelecida como uma disciplina independente há aproximadamente 50 anos, embora estudos similares tenham existido antes disso. Desde então foram feitos inúmeros estudos dos temas mais variados, desde a análise do mercado de artes finas até a produção de jogos eletrônicos. Devido ao seu escopo abrangente e por lidar com questões culturais, exigindo transversalidade com outras ciências sociais (como antropologia), a economia da cultura tem também um potencial para uma abordagem pluralista da ciência econômica. Seguindo a classificação proposta por Ha-Joon Chang, neste artigo foi abordada a relação da economia da cultura com nove principais escolas de pensamento econômico: Austríaca, Behaviorista, Clássica, Desenvolvimentista, Institucionalista, Keynesiana, Marxista, Neoclássica e Schumpeteriana. O artigo discute as relações e diferenças de abordagem de cada uma dessas escolas frente à economia da cultura e conclui sugerindo a diversificação de abordagens para enriquecer o debate.

Palavras-chave: história do pensamento econômico, economia da cultura, pluralismo

Abstract: This paper has as its objective to make a historic investigation and a revision of literature on cultural economics, or economics of arts and literature and to determine if there was any progress in cultural economics. The cultural economics was established as an independent discipline 50 years ago, though similar studies existed way before. Since then many studies were made approaching a great myriad of topics, such as analysis of the fine arts market to the production of electronic games. Due to its broad scope and because it deals with cultural questions, demanding transversality with other social sciences (such as anthropology), cultural economics has potential for a pluralistic approach of economics. Following the classification proposed by Ha-Joon Chang, in this paper it was studied the relation between nine main schools of economic thought: Austrian, Behavioral, Classical, Developmentalist, Institutionalist, Keynesian, Marxist, Neoclassical and Schumpeterian. The paper discusses the relations and differences between each approach concerning the cultural economics and concludes suggesting approaches must be diverse in order to enrich the debate.

Keywords: history of economic thought, economics of arts and literature, cultural economics, pluralism

JEL: B2, Z11

1 Mestre em Economia Aplicada pela UFSCar/Sorocaba. Doutorando em Economia pela UFMG. Contato: rgdealmeida@cedeplar.ufmg.br.

1. Introdução

A economia da cultura se refere ao estudo econômico da produção, consumo e características afins de bens culturais. Alguns, para não confundir com o estudo econômico das instituições e costumes, alguns preferem o título de 'economia da literatura e das artes'[2]. Embora este título elimine a ambiguidade, por outro lado ele pode não englobar todo o escopo da disciplina. Tal ambiguidade é comentada na primeira edição do *Journal of Cultural Economics* (doravante JCE), que é o principal periódico do campo:

> "Foi definido que o termo 'cultural' deve ser expandido para cobrir aspectos da sociedade além do uso limitado do termo aplicado às artes. Em geral, o sentimento não era para limitar os limites 'culturais' do periódico até que possamos ver precisamente onde os interesses do economista se coloquem. Por outro lado, dado o foco das sessões de vários encontros, i. e., foco nas artes, nós antecipamos o viés do periódico em direção às artes." (HENDON, 1997, p. ii).[3]

Assim, podemos concluir que desde o começo se definiu a economia da cultura como sinônimo de economia das artes e literatura. "Pode-se incluir neste conjunto qualquer prática direta ou indiretamente cultural que gere valor econômico, além do valor cultural." (LEITÃO, 2007). Portanto, sem entrar no mérito da pergunta "o que é arte?", a economia da cultura "está localizada na encruzilhada de várias disciplinas: história da arte, filosofia da arte, sociologia, direito, administração, e economia" (GINSBURG, 2001, p. 758) e abrange o estudo econômico de pinturas, artes performáticas, literatura, música, patrimônio histórico e artístico, artesanato, e até mesmo mídias eletrônicas, como jogos e produções de internet (ver QUINTERO, 2010, para uma lista exaustiva, e suas discussões metodológicas). O *Handbook of Cultural Economics* (GINSBURGH; THROSBY, 2006) contém uma coletânea de artigos que podem dar uma noção da miríade de aplicações que a economia da cultura tem. Devido ao seu grande escopo, é de se esperar que haja oportunidades para a transversalidade com outras disciplinas.

A pedra fundadora da economia da cultura foi lançada em 1966 por Baumol e Bowen com o livro *Performing Arts: The Economic Dilemma.* Os estudos de bens culturais existem antes desta data, mas não como uma disciplina particular, e sim atrelada à microeconomia. Estudos econômicos da cultura existiram desde a época dos economistas políticos, em que a distinção entre ciências sociais, teologia, filosofia, e até mesmo ciências exatas era bem menos clara do que era hoje (GOODWIN, 2006). Por outro lado, Blaug afirma que vários autores tentaram transformar a economia da cultura em uma disciplina da antropologia, ao invés de economia (BLAUG, 2001). Throsby comenta que a classificação "Z" do *Journal of Economic Literature* faz com a economia da cultura seja agrupada com outros campos, como economia da religião (THROSBY, 2006, p. 21).

Por ser uma disciplina aplicada, o enfoque da economia da cultura não depende de uma única escola de pensamento econômico. Embora, a maioria dos contribuintes do JCE pertença à tradição neoclássica, economistas de diversas estirpes escrevem sobre esse tema. Logo, há a possibilidade de uma abordagem pluralista, pois uma escola pode dar ênfase a um tema que outra escola não cobre, por exemplo. Blaug (2001) pergunta se houve progresso após realizar uma revisão da literatura. Assim, o objetivo deste artigo é tentar verificar alguma resposta a esta pergunta.

---

2 Edward Tylor foi o primeiro a definir a palavra 'cultura' (cf. ADKINSSON, 2014): "Cultura, ou civilização, tomada em seu sentido etnográfico, é o todo complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes, e qualquer outra capacidade e hábitos adquiridos pelo homem em sociedade." (TYLOR, 1920, p. 91).

3 Todas as traduções são de nossa responsabilidade.

2. Importância do pluralismo

A demanda por pluralismo vem principalmente de economistas chamados heterodoxos que defendem uma atitude pluralista, ou seja, eles sustentam que há vários caminhos válidos para se fazer ciência econômica (FERNÁNDEZ, 2011, p. 140). A tensão entre ortodoxia e heterodoxia existe porque existe a pesquisa científica competitiva (*contested scientific inquiry*): quando duas ou mais teorias que não têm fundações e componentes em comuns e se dispõem a explicar o mesmo fenômeno, há pesquisa científica competitiva (LEE, 2011, p. 542).

Existem consequências desta competição, entre elas está a prevalência da "abordagem paradigmática", em que há a preferência por um monismo paradigmático (GARNETT, 2006), em que as abordagens excluem umas às outras na pesquisa científica competitiva. Enquanto que a ortodoxia bloquearia oportunidades para economistas heterodoxos, estes podem não entender o processo de mudança presente na economia ortodoxa e criar uma mentalidade de "nós contra eles", além do fato de que várias escolas heterodoxas podem ser antagônicas umas às outras e até mesmo buscar um "pluralismo estratégico", em que a multiplicidade de ideias é defendida em um momento para se abandonado em outro (FERNÁNDEZ, 2011, p. 149), a presença do problema da "Torre de Babel" em que o excesso de alternativas não tornaria capaz de estabelecer um paradigma (GARNETT, 2006), além de ignorar um componente claramente não ortodoxo no *mainstream* da disciplina (KAPELLER; DOBUSCH, 2012).

Apesar dos problemas, existem benefícios em se ter uma abordagem pluralista, se for criado o que Garnett (2006) chamou de economia pluralista e igualitária, que pretende melhorar a liberdade intelectual substantiva dos economistas, ou seja, um pluralismo holístico. Com base na abordagem de McCloskey (pluralismo como um mercado de ideias, em que o crescimento do conhecimento acadêmico depende da disposição deste em ouvir diferentes ideias, em que estas podem ser analisadas e debatidas de forma racional, que não permite que seja um vale-tudo) e das capacidades de Sen (a liberdade intelectual é a fundação do progresso intelectual serve ao desenvolvimento humano e econômico, guiado pelo desenvolvimento intelectual). Kappeler e Dobusch (2012) chamam este de "pluralismo interessado"[4] cujo objetivo é a existência de várias abordagens, mas que elas se complementam

O pluralismo envolve um clima de tolerância, em que cada pesquisador tem sua própria cosmovisão e contribuição para a ciência. "Assim como tolerância religiosa, tolerância acadêmico-científica não requer os aderentes de diferentes teorias respeitarem outras teorias; mas requer que eles aceitem outros como cidadão *bona fide* (se bem que mal orientados) da comunidade científica" (LEE, 2011, p. 546-547). Logo, o efeito Torre de Babel é potencialmente evitado, e o mercado de ideias permite às ideias mais úteis, mais próximas da realidade se desenvolverem e serem árbitras umas das outras, sem o temor de serem punidas por suas discordâncias *ex ante*.

> "Nessa perspectiva, as escolas (ou programas de pesquisa) são vistas como diferentes espécies que concorrem entre si, mas cada uma das quais tem um nicho ecológico diferente. E assim como não há uma espécie que seja a melhor para todos os ecossistemas, as diversas escolas podem fornecer boas respostas e insights para problemas muito diferentes." (FERNÁNDEZ, 2011, p. 149).

---

4 Em contraste ao que eles chamam de "pluralismo egoísta" (quando alguns autores defendem pluralismo com segundas intenções, com o intuito de meramente substituir a ortodoxia – o pluralismo estratégico, nome dado por Fernández) e "pluralismo de paradigmas" (pluralismo de abordagens existem, mas elas não se comunicam, isolam-se em bolhas).

E por isso este artigo foi escrito para tocar no potencial pluralista da economia da cultura. Novamente, a economia da cultura é uma disciplina naturalmente transdisciplinar. Seaman (2009) também observa que a economia da cultura pode estar entre o estágio de reavaliação e o estágio de reação (*backlash*), em que o paradigma atual é visto como insuficiente para analisar os problemas da disciplina.

Este artigo não é inédito na aplicação de uma "abordagem horizontal" de revisão de literatura. Frey (2009) classifica em quatro tipos diferentes de abordagens para a economia da cultura: i) neoclássica padrão, ii) economia social, iii) nova economia institucional, iv) economia psicológica. Sua distinção tem com base aplicação ao estudo das instituições na economia da cultura, juntamente com aspectos públicos, diferentemente deste artigo, que se foca numa revisão de literatura envolvendo diferentes escolas e um convite para uma reflexão de que é sempre bom analisar o objeto por diferentes ângulos, pois o vizinho pode estar vendo algo que você não vê.

3. As escolas e as artes

Chang elaborou um dos melhores frameworks para classificar as diferentes escolas de pensamento. Ele organiza o pensamento econômico moderno entre nove escolas principais: Austríaca, Behaviorista, Clássica Desenvolvimentista, Institucionalista, Keynesiana, Marxista, Neoclássica e Schumpeteriana (CHANG, 2015, capítulo 4). Existem, claramente, mais do que nove escolas de pensamento na ciência econômica, porém estas foram as que ele considerou ser suficiente para sua análise e, portanto, para este artigo, seguiremos esta orientação[5].

Deve se levar em conta que algumas escolas têm mais trabalhos em economia da cultura do que outras. Por ser a abordagem predominante na teoria econômica, a escola neoclássica domina a abordagem da maior parte dos artigos da área (DEQUECH, 2008), portanto há um efeito de escala que permite a mais economistas dedicarem seu tempo a assuntos da disciplina, além de fornecer um custo de oportunidade menor, isto é, economistas que se interessam por economia da cultura têm que alocar sua dedicação entre economia da cultura e outras áreas, outras áreas teóricas e aplicadas da economia, como desenvolvimento econômico. Muitas escolas heterodoxas não têm economistas o suficiente para se dedicar a estes temas, por isso a sua atenção à economia da cultura é relativamente pequena. Mesmo assim, este artigo foi escrito com o ponto de vista de que todas as escolas de pensamento econômico têm algo a acrescentar à disciplina[6].

3.1. Escolas clássica e marginalista: "pré-história" da economia da cultura

O texto definitivo sobre economia cultural e escola clássica é "Art and Culture in the History of Economic Thought", de Craufurd Goodwin (GOODWIN, 2006), especialmente as quatro primeiras seções. De acordo com Goodwin, uma grande parte dos economistas clássicos via a arte como algo supérfluo. Bernard de Mandeville acreditava que o crescimento econômico depende da manipulação de paixões de forma que a produção e consumo aumentassem e considerava bens de luxo frívolos, mas se angariavam recursos, que se continuasse sua produção.

---

5 Ele, porém, alerta que "tais escolas não são inimigas irreconciliáveis" e, ainda que antagônicas, "as fronteiras entre elas são indistintas" (CHANG, 2015, p. 107). É importante salientar que a realidade das divisões e semelhanças das diversas escolas é complexa e que existem ainda outras escolas, portanto, dado o escopo do artigo, algumas simplificações são necessárias. Deve se notar também que vários autores não se identificam com certas escolas, ainda assim utilizam conceitos de outras escolas. Podemos ver isso como pluralismo na prática.

6 As contribuições de escolas heterodoxas podem parecer mais salientes, devido ao seu menor número.

Durante o iluminismo escocês, houve algumas mudanças de disposições. Enquanto que bens de luxo eram necessariamente um desperdício de recursos e que induziam ao vício, porém aquilo que eles denominavam de "artes refinadas" eram benéficos (havendo assim uma distinção entre "luxo bom" e "luxo ruim"); para Hume e Turgot, as artes refinadas eram fundamentais ao desenvolvimento econômico, porque indicam sucesso em acumulação de riquezas.

Adam Smith também escreveu sobre arte. Ele dividiu seu estudo entre demanda e oferta pela arte: a demanda de arte (em que os principais fatores são noções de beleza e de deformidade), do poder social (por ser acessível apenas à elite, os consumidores pertencem à classe abastada), e da moda; do lado da oferta, ele argumenta que artistas perseguem uma "perfeição ideal", uma insatisfação que os impelem a melhorar suas obras, além do fato de que o desejo de emular grandes obras é também importante; o preço/salário dos artistas deve se referir ao talento destes e da beleza de suas obras; porém ele considera que a arte é improdutiva porque "o trabalho [dos artistas] perece no mesmo instante de produção" (SMITH[7], 1976, p. 331 apud GOODWIN, 2006, p. 39). Enfim, o progresso artístico seria uma indicação do progresso da civilização.

Podemos até citar outros exemplos[8], mas estes são os mais conhecidos que a economia clássica nos deu. A ascensão do utilitarismo de Bentham, e sua ênfase em considerar a arte como um bem supérfluo ou improdutivo, fez com que os economistas ignorassem os bens culturais por um tempo.

A partir dos marginalistas, a arte passou a ter um tratamento diferente pelos economistas. Eles consideravam que a própria existência de bens culturais e artísticos era uma confirmação da teoria do valor subjetivo, isto é, de que o preço dos bens era influenciado por demanda e não por custo. Eles também chamaram atenção para as externalidades positivas da arte.

Goodwin comenta que o economista marginalista que mais dedicou ao estudo da arte no fim do século XIX foi Jevons. Ele era um esteta nas horas vagas e tinha um grande interesse sobre as produções artísticas e que tinha um papel no desenvolvimento econômico, a ponto de criticar as elites por privarem a população das artes finas. Ele também estudou a economia dos museus, e que estas instituições deviam ser estudadas cientificamente.

Outros economistas marginalistas também se importavam com as artes, tal como Marshall (a arte é regida por preferências de moda) e Robbins; este último tinha bastante comprometimento com as artes e que certas obras de arte deveriam ser vistas como bens públicos. Enfim, os marginalistas também acreditavam que a difusão das artes acompanhada o crescimento econômico.

3.2. Escola neoclássica: fundação da disciplina

Por ser a escola que define o que se entende por ortodoxa (DEQUECH, 2008; DOBUSCH; KAPELLEN, 2012), o paradigma neoclássico é aquele de desfruta de um escopo de análise maior na economia da cultura. Não convém neste artigo dissertar o porquê da ascensão da escola neoclássica à ortodoxia, apenas que ela possibilitou o desenvolvimento de uma "linguagem econômica" que serve

7 SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Clarendon Press, Oxford, 1976. [1776].

8 Ou até mesmo exemplos anteriores, como o de Ibn Khaldun que, embora preso à definição antiga de artes, equiparada com produção artesanal, na qual os produtos culturais eram um subproduto destes, fez análises sobre o preço das artes e concluiu que artesãos (e artistas) são pagos acima do valor de sua obra e seus ofícios só podem existir em cidades suficientemente grandes (IBN KHALDUN, 1958, v. 2, p. 244, 270).

como padrão semi-universal, na qual os economistas podem avaliar a pesquisa uns dos outros de forma *suficientemente* objetiva. Throsby (1994) fez a revisão da literatura mais importante até sua publicação, mas é possível dizer que a economia da cultura evoluiu bastante desde então. Para o presente artigo, serão abordadas as principais discussões de natureza dos bens culturais, doença do custo de Baumol e métodos de análise utilizados na disciplina.

Embora a economia da cultura tenha sido estabelecida dentro do paradigma neoclássico, os seus objetos de estudo sempre criaram controvérsia, pois os bens culturais ou artísticos não têm somente valor econômico, mas também valor cultural e artístico, e que ambos não são sinônimos, embora a necessidade de distinguir entre bens culturais e bens comuns é mais pragmática do que real (MCCAIN, 2006). O paradigma neoclássico se baseia no texto de Stigler e Becker (1977), dum modelo de agente representativo para dizer que diferenças nos gostos só podem ser explicadas por meio de efeitos observáveis (e de preferência quantificáveis), o que entra em conflito com o que é estudado pela economia da cultura. No fim, o fato de que os bens de economia da cultura são bens de experiência demonstra que gostos estáveis e idênticos não é um bom paradigma para estudos em economia da cultura embora, como Throsby (1994) indicou, trabalhar com preferências endógenas será a regra em estudos futuros.

Bird escreve que há três formas distintas de se tratar um bem cultural: i) dualismo (as artes podem ter com base tanto em sua realidade econômica quanto cultural, e onde um valor cultural pode existir separada e distintamente do valor econômico); ii) positivismo (bens culturais são tratados como qualquer bem não-cultural, portanto são quantificáveis e comparáveis com todos os outros bens), iii) moralismo (em que a arte é tratada a partir de uma perspectiva moral, além da perspectiva socioeconômica, enfatizando a excepcionalidade e transcendentalidade). Estas três formas criam uma tensão fundamental (BIRD, 2007, p. 16), que permite um tratamento plural da economia da cultura.

O paradigma Stigler-Becker se aproxima do positivismo, porém Rushton argumenta que o problema de um paradigma baseado no individualismo pode não ser a melhor maneira de avaliar a cultura (bens meritórios não deveriam nem existir nesta abordagem, por exemplo), porque é necessário levar estes pontos em consideração (RUSHTON, 1999). Por outro lado, Mas-Collel argumenta que os bens culturais podem ser analisados com as mesmas ferramentas de análise do comércio internacional, e que não há razão para tratar um bem cultural de forma diferente e nem para introduzir protecionismo de bens culturais nacionais (MAS-COLLEL, 1999).

Como foi dito na introdução, a principal contribuição originada nesta disciplina foi a doença do custo de Baumol, primeiramente enunciada em 1965, no artigo “On the Performing Arts: The Anatomy of Their Economic Problems”[9], embora a sua importância tenha sido propagada com o livro de 1966[10]. Blaug (2001) considera que é o mais próximo que a economia da cultura tem de um paradigma. Nele, eles enunciam a doença do custo, em que o custo de atividades pouco produtivas sobre mais do que outros setores, e com custos maiores, pode haver um processo de pauperização dos trabalhadores de artes performáticas (BAUMOL; BOWEN, 1965).

---

9 Besharov (2005) argumenta que a primeira enunciação da doença do custo foi feita por Anne e Tibor Scitovsky em 1959, cujo trabalho é citado por Baumol e Bowen. Porém, o trabalho dos Scitovsky era apenas preliminar e não houve verificação empírica até o livro de Baumol e Bowen, por isso o livro pode ser classificado como o marco fundador.

10 O artigo publicado na *American Economic Review* é uma prévia do livro de 1966.

A doença do custo foi então utilizada para outros campos, como economia da saúde e da educação, o que ele chama de “serviços estagnados” (BAUMOL, 1996, p. 183). Isso ocorre porque o nível de preços dos serviços cresce acima e além do nível de preços geral da economia. Ele aponta que existem dois fatores que possibilitam esse diagnóstico: dificuldade na padronização de serviços e dificuldade em reduzir o trabalho em sua produção (p. 194). Para combater a doença, é necessário aumentar a produtividade dos serviços estagnados (cresce de forma devagar, porém positiva) e fazer com que o crescimento de produtividade da economia em geral se espalhe. Cowen (1996) argumenta que a doença do custo não é um problema nas artes performáticas porque os bens culturais estão constantemente sendo inventados, reinventados e renovados, de onde vêm ganhos de produtividade. Apesar de haver disputas quanto à doença do custo, Blaug (2001) acredita que o fato de que o enunciado provocou tal debate é uma demonstração de que houve progresso na economia da cultura.

Quanto aos métodos de estudo, a escola neoclássica utiliza métodos matemático-econométricos. Uma rápida olhada pelos artigos do JCE demonstra que aplicações econométricas prevalecem na maioria dos artigos, pois é correto afirmar que, para o ponto de vista ortodoxo, não há melhor forma de desenvolver explicações e confrontar os modelos com a realidade, com uma abordagem quantitativa robusta, daí sua aplicabilidade (PINTO, 2011, p. 436), especialmente na estimação de preços hedônicos que, por serem aplicados a ativos ilíquidos, são importantes para economia da cultura (CHANEL; GÉRARD-VARET; GINSBURGH, 1996), e elasticidades-preço e renda, necessárias para uma medida aceitável da importância das atividades culturais (SEAMAN, 2006, p. 424-432). Recentemente, há também uma diversificação dos métodos, como o de economia experimental (e.g. BERLI; BERNARD; FÜRSTER, 2015).

Outro método largamente utilizado é o de valoração contingente (e. g. PAPANDREA, 1999; SANZ LARA; PRIETO, 2006). Inicialmente desenvolvido para análises econômicas de impacto ambiental, sua ênfase em tentar encontrar a estimativa subjetiva exata se torna útil para analisar bens culturais. Porém, tem seus problemas e alguns pesquisadores defendem que é melhor não ter estimativa do que ter uma estimativa malfeita (DIAMOND; HAUSMAN, 1994). Ainda assim, o método de valoração contingente é um método, e que não há como evitar as complicações que existem além dos números obtidos (THROSBY, 2003, p. 281).

3.3. Escola marxista: arte como produção

A escola marxista é um caso à parte porque a análise dos bens culturais feita por Marx e Engels se descolou da escola de pensamento econômico e gerou uma teoria da arte própria. Embora a ausência de Marx do texto de Goodwin seja notável, sua influência na teoria artística foi muito maior do que nas ciências econômicas. Como escreveu Eagleton: “A literatura pode ser um artefato, um produto da consciência social, uma visão de mundo; mas ela é também uma indústria.” (EAGLETON, 2011, p. 107). E tal citação pode ser estendida a outras artes.

Porém, a escola marxista como um todo acabou se afastando da visão econômica. Existe uma ampla literatura de análise dos aspectos sociais, filosóficos e estéticos da arte de um ponto de vista marxista (e. g. KONDER, 2013), mas poucos marxistas se dedicaram a estudar a arte de um ponto de vista semelhante a da economia da cultura. Entre eles está o próprio Marx. Mészáros chegou a dizer que é impossível entender o pensamento econômico de Marx sem conhecimento de suas preocupações artísticas e estéticas (MÉSZÁROS[11], 1981, p. 127 apud FREDERICO, 2004, p. 14).

11 MÉSZÁROS, I. **Marx**: a teoria da alienação. Rio de Janeira: Zahar, 1981.

O governo soviético editou os escritos de Marx e Engels sobre arte e literatura (MARX; ENGELS, 1976). Nele, ambos os autores dissertam sobre o papel da arte na sociedade capitalista, além de darem suas opiniões sobre eventos artísticos. Mikhail Lifshitz foi um dos primeiros a escrever sobre a filosofia da arte em Marx (LIFSHITZ, 1973). Ele foi um dos primeiros estudiosos a chamar a atenção para o fato de Marx tinha interesse pela arte. Ele tentou escrever poesias na juventude e era bem-versado nos autores clássicos, Shakespeare e Balzac. Além disso, ele era fascinado com as batalhas entre deuses e homens da mitologia grega. Sua produção lhe valeu uma citação no clássico de Otto Maria Carpeaux sobre literatura alemã, juntamente com Engels (CARPEAUX, 1963).

De fato, a arte grega era uma de suas maiores fascinações durante seus anos de formação. Para ele, "arte dos gregos é perfeita, apesar de que sua sociedade não era" (WERCKMEISTER, 1973, p. 504). A razão pela qual Marx a considerava perfeita era por ter determinado um padrão estético que transcende a estrutura social e, por isso, o próprio tempo em si; não é limitada pela base social e expressa diretamente a natureza humana (p. 507). A essência da arte permanece, dado que é um fim em si mesmo. Portanto, um dos problemas do capitalismo seria a perversão da essência da arte, a fim de servir aos interesses da burguesia: a profissionalização da arte é denunciada como uma fonte de alienação, uma perversão do ideal artístico.

Por isso, uma das principais contribuições de Marx foi chamar a atenção para o fato de que o contexto em que a arte era produzida era importante, a dialética entre "a dimensão do espírito e a dimensão da matéria. Nenhum pode ser completamente entendido sem o outro." (MONTÍAS, 1981).

Ainda assim, existem problemas como o fato de que a crítica à arte grega demonstra que ele não era tão "perfeita" quanto Marx acreditava e que a sua ideia de "fim da arte" a fim de uma "arte pela arte" acaba sendo vazia, pois acaba significando o fim da estética (WERCKMEISTER, 1973).

Enfim, a escola marxista teve desde o início uma preocupação com as artes e evoluiu para um campo distante das ciências econômicas. Hoje em dia, apesar da enorme profusão de material relativo a uma análise estética, filosófica e crítica, há poucos estudos de um ponto de vista econômico. Uma das exceções é Medraño (2012), que analisou o preço das obras de artes por meio de uma perspectiva marxista e elaborou uma teoria do valor-trabalho da arte.

3.4. Escola desenvolvimentista: arte como resultado do desenvolvimento

Devido à sua ênfase em crescimento e desenvolvimento econômico e ao fato de que falta uma teoria coerente e abrangente para defini-la, as aplicações dos postulados da tradição desenvolvimentista fora de seu escopo principal tornam-se um problema. Chang afirma que os economistas desenvolvimentistas dos séculos XVII e XVIII eram conhecidos como mercantilistas (CHANG, 2015, p. 128) e Goodwin afirma que os mercantilistas viam a produção de bens culturais como uma forma de incrementar a balança comercial e que despesas domésticas com cultura poderiam amenizar uma recessão (GOODWIN, 2006, p. 29).

Assim, podemos afirmar que o desenvolvimento cultural, na perspectiva da escola, estaria ligado a políticas públicas corretas que incentivariam o desenvolvimento independente da arte e da cultura. O caso de Cingapura é citado por Chang como um exemplo de sucesso de políticas desenvolvimentistas, que combinou pragmaticamente políticas capitalistas de mercado e socialistas (CHANG, 2015, p. 130).

A política cultural de Cingapura foi elaborada em conformidade com o paradigma desenvolvimentista (KONG, 2000). Durante a década de 1960 e 1970, a principal função da política

cultural era construir a identidade nacional cingapuriana e incentivar o turismo. Porém, a partir da década de 1980, a indústria cultural de Cingapura começou a ser estabelecida, seguindo o modelo de Hong Kong, como alternativa para sair da recessão de 1985. O ministro da cultura George Yeo defendeu que "não devemos ver as artes como luxo ou mero consumo, mas como um investimento em pessoas e no ambiente" (apud KONG, 2000, p. 415). Apesar de que as artes tiveram um papel secundário na recuperação econômica, iniciou-se um processo de incentivos públicos a cultura, que tomaram a forma de subsídios à indústria cultural e ao estabelecimento de centros de arte internacionais. O desenvolvimento cultural foi também ligado ao turismo, pois, devido à sua localização estratégica e formação multicultural, Singapura era "um pedaço de toda a Ásia em um só lugar", e o mercado consumidor não era apenas os três milhões de cingapurianos, mas as 240 milhões de pessoas na região, além de turistas ocidentais. "A prontidão do Estado em agarrar a oportunidade de desenvolver indústrias culturais é evidência de sua ideologia de pragmatismo e desenvolvimentismo." (p. 422).

3.5. Escola austríaca: arte como um processo de empreendedorismo

Os austríacos também têm publicações esparsas relevantes à economia da cultura, em sua encarnação mais recente. Carl Menger, apesar de ser colocado entre os marginalistas, é considerado importante na escola austríaca. Ele afirmava que o consumo de bens, como os culturais, só era possível em estágios mais avançados da civilização, e que certos bens como pinturas originais não podem ser reproduzidos, o que faz com que eles sejam organizados como diferentes bens (MENGER, 2007, p. 147).

Porém, Svoboda (2011) afirma que a teoria marginalista de Menger pode ter influenciado a abordagem da Escola de Arte de Viena. Alois Riegl foi um dos principais historiadores da arte de seu tempo e ficou conhecido por pesquisar o valor de monumentos históricos, e sua teoria é até mesmo mais compreensiva do que teorias modernas (p. 428). Tanto a teoria marginalista e a Escola de Arte de Viena se distanciaram das abordagens positivistas, e ambas aplicaram conceitos de individualismo e subjetivismo.

O *framework* conceitual de Riegl tem várias semelhanças com a teoria de valor-utilidade de Menger, em especial sua ênfase em valor presente (que se subdivide em valor artístico e valor de uso) e valor comemorativo (valor histórico, valor de idade e valor comemorativo intencional), e a escassez do monumento é também um papel importante em determinar estes valores, embora o termo usado seja o de "unicidade". Porém, a principal diferença era que Riegl tinha objetivos diferentes de Menger, por isso ele não prosseguiu em desenvolver um método de calcular o valor objetivamente, porém seu objetivo era, de certa forma, estabelecer o valor institucional de um monumento.

Em sua encarnação moderna, poucos austríacos se dedicam ao estudo da economia cultural. Mises escreveu sobre o "gênio criador": "Para o gênio, viver é criar e inventar. Para ele não há lazer, mas apenas intervalos de esterilidade e frustação." (MISES, 2004, p. 176). O artista é basicamente movido pelo gênio criador e suas obras não podem ser classificadas como produtos de trabalho, de acordo com a visão praxeológica. "O tempo e esforço que devotam às atividades criadoras não é subtraído do que empregariam para outros propósitos" (p. 176-177) e o bem que eles produzem é tão único, de forma que a demanda por bens artísticos e incentivos governamentais não têm nenhum efeito na produção artística, por isso a competição, mesmo que desigual e aparentemente injusta, deve guiar a produção artística (p. 336).

Uma resenha do livro de Throsby, escrita por Shawn Ritenour, apareceu no *Quarterly Journal of Austrian Economics*, constitui uma das poucas incursões destes neste campo (RITENOUR, 2003). Ele considera que o texto de Throsby é "um livro bem frustrante" (p. 103), e critica os métodos utilizados por

economistas do campo, como o método de valoração contingente e argumenta que a transição entre valor econômico e valor cultural não é clara. No fim, apesar de considerar a importância do livro, ele lamenta que não haja uma análise satisfatória da economia da cultura, que siga os postulados da escola austríaca.

Porém, houve tentativas de abordar a cultura segundo esse *framework*. Don Lavoie e Emily Chamlee-Wright escrevem que o mercado, ao invés de ser um agente intrusivo e desumanizador, pode também ser "uma parte legítima da nossa existência cultural[12]" (LAVOIE; CHAMLEE-WRIGHT, 2000, p. 2). Como a escola austríaca enfatiza analisar o mercado como um processo, há espaço para o mercado ser não somente um vetor para a arte, mas também ter oportunidades criativas.

Foi inspirado em Lavoie que Klamer escreveu sobre o empreendedorismo cultural[13] (KLAMER, 2011). O empreendedor cultural é aquele que organiza recursos e explora oportunidades para não somente alcançar lucro, mas também se realizar. "Apesar de que a atividade empreendedora possa começar com a percepção de uma oportunidade (cf. Kirzner), a tarefa crítica do empreendedor é convencer outras pessoas desta percepção" (p. 151). Ou seja, não somente mobilizar recursos próprios, mas também ter capacidade de fazer uma mudança social ao seu redor, dado que a cultura (no sentido amplo) possibilite a tomada de riscos que o empreendedor necessite (nos Estados Unidos é muito mais fácil conseguir auxílio privado do que na Europa Oriental, por exemplo).

E o empreendedor cultural precisa enfrentar os riscos. Klamer cita o exemplo de Jet Manro, que decidiu estabelecer um museu infantil em Roterdã que, contra todas as adversidades, conseguiu abri-lo sem subsídios públicos, apenas com uma rede de patrocínio por empresários. O verdadeiro desafio do empreendedor cultural é "contribuir para o bem comum que é a arte" (p. 154), e o mercado é um instrumento para isso.

3.6. Escola schumpeteriana: as artes como um empreendimento

Schumpeter é mais conhecido pelo seu trabalho com desenvolvimento e empreendedorismo e ele não se aventurou muito em tópicos cobertos pela economia da cultura. Um de seus biógrafos menciona que ele era um entusiasta da arte (cf. SWEDBERG, 2006). Para ele, "todas as áreas dos assuntos humanos podem ser analisadas da perspectiva do indivíduo estático versus o empreendedor e isso inclui a arte" (PHILLIPS, 2010, p. 19).

Na primeira edição de sua *Teoria do desenvolvimento econômico*[14], o empreendedor é aquele personagem que mobiliza recursos de forma a criar riquezas. Ele deve ocupar uma posição de vanguarda, de liderança, para usar um termo em voga; ele não é somente um líder, mas também um modelo, um exemplo ao qual deve se honra. E a "arte e literatura – juntamente com a totalidade da vida social – agem em resposta a ele, como agiam em resposta aos cavaleiros da Idade Média" (SCHUMPETER, 2002, p. 414-415). O empreendedor é um criador, por isso que a metáfora do artista se ajusta à metáfora do

12 Embora os autores estejam utilizando a definição ampla de cultura, esta inclui também as artes.

13 Embora o termo tenha surgido em DiMaggio (1982), para descrever alguns episódios, como a batalha de Henry Lee Higgison para estabelecer uma orquestra sinfônica em Boston.

14 Existem diferenças entre a primeira edição da Teoria, e a segunda: a primeira edição foi publicada em 1911 em alemão e continha uma ruptura muito mais profunda com o neoclassicismo, enquanto que a segunda edição foi publicada em inglês em 1934 e continha um conteúdo menos radical, capaz de ser incorporado aos postulados neoclássicos. Supõe-se que ele fez tais edições para se conformar melhor à teoria neoclássica e assim ser aceito na academia mais facilmente (cf. SWEDBERG, 2006).

empreendedor. Existe assim uma tensão entre o estático e o dinâmico presente na economia, na arte, e consequentemente em todas as outras áreas da sociedade (SWEDBERG, 2006, p. 249).

Ultimamente, “a arte de um período tem sua influência política, assim como a política tem sua influência artística” (SCHUMPETER, 2002, p. 431), e através dessa confluência, o estado cultural de uma sociedade emerge. Até recentemente, “a noção de que as artes e o setor cultural, indústrias de *copyright* ou indústrias criativas” pudesse ser parte do processo de evolução econômica do modo que Schumpeter defendeu, não foi estudada a fundo (POTTS, 2009, p. 663). O conceito de “indústrias criativas” ascendeu da economia schumpeteriana e vê as artes como integradas ao sistema econômico por meio de redes sociais (POTTS, *et al*, 2008; LAZZARETTI; BOIX; CAPONE, 2008), e de redes tecnológicas. Não são indústrias no sentido usual da palavra, mas “galerias ou laboratórios de alta ordem para novas ideias” para sistemas de inovações e desenvolvimento (POTTS, 2009, p. 672).

3.7. Escola keynesiana: cooperação de esferas públicas e privadas

Keynes foi uma pessoa importante não só para a história da economia, mas também para a história da arte. Educado em uma família abastada e culta, Keynes foi exposto a uma atmosfera artística. No fim da Primeira Guerra, ele começou a construir um acervo pessoal de pinturas e é claro seu relacionamento com o Bloomsbury Group, como um círculo de debates informais (HEILBRUN, 1984; MOGGRIDGE, 2005; BACKHOUSE; BATEMAN, 2006; LAURENCE 2007). Laurence (2007) sugere que o contato com artistas e tantas pessoas diferentes pode ter ajudado a influenciar indiretamente em sua teoria e nos objetivos aos quais ele usa sua teoria. Foi também durante neste período que ele conheceu, apaixonou-se e se casou com Lydia Lopokova, e tentou usar de sua influência para suas apresentações, especialmente em Cambridge. Durante a Segunda Guerra, ele foi o diretor do Council for Encouragement of Music and the Arts, instituído para manter a moral aliada em alta.

Sua amizade com Roger Fry, citado entre os institucionalistas, também é notável no sentido que um influenciou outro. Goodwin (1998, p. 52) comenta que ambos analisaram o mercado de arte de forma similar e não mediram esforços em melhorar o mundo artístico por meio do suporte econômico, além de trabalhar pela melhoria dos gostos estéticos.

Ele também acreditava que o desenvolvimento econômico poderia abrir oportunidades para se dedicar a novas ocupações, como a artística. Sua experiência com o Bloomsbury Group e na administração artística fez com que Keynes apoiasse subsídios públicos específicos para a arte. Para Keynes, a iniciativa privada deveria promover e preservar as artes, mas o poder público deveria intervir caso ela falhasse e também para promover urbanização sustentável (cf. HEILBRUN, 1984).

Além do debate sobre financiamento público das artes, não houve muitas contribuições da escola keynesiana. Porém, uma digna de nota é a contribuição de Earl e Potts (EARL; POTTS, 2013), que utiliza o instrumental pós-keynesiano de Hyman Minsky, sobre instabilidade financeira: os fluxos de informação que dão dinamismo à indústria cultural podem levar a um excesso de sofisticação e alienar os consumidores. O modelo de Minsky de instabilidade financeira argumenta que a economia passa por fases de *hedge*, especulativa e Ponzi para explicar a deterioração da capacidade de pagamento da dívida, que se deteriora por causa do acirramento da competição entre produtos financeiros e mudança endógena de preferências menos avessas ao risco. O modelo de Earl e Potts espelha o modelo de Minsky ao afirmar que as indústrias culturais passam por momentos de *mainstream* (produção criativa é bem organizada e gerenciada, com as preferências bem mapeadas), *edgy* (nas quais os produtores movem as fronteiras do gosto e estilo), e experimental (em que os produtores se tornam *avant-garde* e podem alienar os

consumidores, em busca de inovação), e a produção das indústrias culturais oscila entre esses três momentos. Portanto, a economia criativa é inerentemente instável. As conclusões deste modelo coincidem com o diagnóstico informal de Keynes e Fry, de que o mercado de arte se comporta de forma semelhante ao mercado financeiro.

3.8. Escola institucionalista: as artes como instituição histórica e econômica

O institucionalismo, tanto em suas encarnações original e recente, dedica relativa atenção à economia da cultura. Goodwin (2006) relata que Veblen compartilhava das mesmas opiniões de certos economistas clássicos, de que a arte era supérflua. Em *Teoria da Classe Ociosa* (VEBLEN, 2008), Veblen identifica a aquisição de arte como "consumo conspícuo": expressões artísticas teriam como função estabelecer a posição do comprador como alguém com alto *status* em seu grupo, pois ele desembolsou uma quantidade considerável para manter a obra de arte em sua possessão, demonstrar "beleza pecuniária".

Ainda assim, ele dissertou sobre o que faz as pessoas se dedicarem a trabalhos que podem não render produtos pecuniários altos (como a maioria dos artistas, salvo exceções). Ele escreve que "todas as pessoas têm esse senso semi-estético de mérito econômico ou industrial e nesse senso de mérito econômico, futilidade e ineficiência são desagradáveis. Na sua expressão positiva, é um impulso ou instinto de trabalho eficaz; negativamente, se expressa com uma rejeição do desperdício" (VEBLEN, 1898, p. 190). Este instinto do trabalho eficaz será um tópico importante na economia institucional porque rompe com o paradigma neoclássico do agente racional e, em última instância, é um dos fatores que leva ao desenvolvimento da tecnologia e o desenvolvimento econômico, porém que também cria a classe ociosa contra a qual Veblen tanto vociferou. A arte seria um dos elementos no qual o instinto de trabalho eficaz é discernível, devido à busca estética do artista[15].

Dada a sua atitude em relação à arte, é surpreendente que ele tenha influenciado um dos maiores críticos de arte da primeira metado do século, Roger Fry. Embora não seja um economista de formação, ele foi bastante influenciado pelo institucionalismo original de Veblen, especialmente ao estudar o mercado de arte (GOODWIN, 1998). Para Fry, a arte é um fim em si mesmo, por isso o cálculo utilitário não tem condições de capturar os elementos necessários para Fry realizar seu trabalho de crítico de arte, porém o estudo de Veblen sobre consumo conspícuo é útil porque objetos de luxo são bens que demonstram a posição social do dono (FRY, 1931, p. 166).

Os institucionalistas americanos também foram importantes durante o período do *New Deal*. Entre eles está Rexford Tugwell, que trabalhou diretamente no governo em comissões de planejamento (RUTHERFORD, 2001; CHICHESTER, 2011). Tugwell defendeu o planejamento racional da economia, que incluiu ceticismo em relação ao mercado e restaurar o espírito americano, tão danificado pela Grande Depressão, e tal projeto incluiu as artes. Durante esse período foram estabelecidos os *federal art programmes*, que tinham um objetivo de não apenas incentivar as artes, mas também criar uma "democracia cultural". Para isso, era necessário tornar as artes acessíveis à população em geral, não algo que apenas as elites tinham acesso (MATTHEWS, 1975; HEMINGWAY, 2007), tirar o estigma de "consumo conspícuo" sobre as artes, por assim dizer em termos veblenianos.

---

15 Parece haver um contraste saliente entre o comportamento do produtor e do consumidor de arte em Veblen, porém este é um tema que deve ser explorado em outros artigos.

Galbraith foi também um grande patrocinador das artes, e influenciado por Veblen. Ele foi ativo durante os anos de formação da economia da cultura, co-autorando um livro sobre pintura indiana e fundou um seminário de economia das artes em Harvard (cf. GOODWIN, 2006, p. 60).

Entre as tendências recentes, uma das principais análises de economia da cultura com base em ideias institucionalistas foi *Institutional economics and the formation of preferences*, escrito por Wilfred Dolfsma, cuja aplicação foi o estudo da música pop (DOLFSMA, 2004). A proposta de Dolfsma é analisar o desenvolvimento histórico da música pop com o arcabouço institucional, que enfatiza "as limitações cognitivas das pessoas e sua consequente necessidade de interpretar o mundo em que elas vivem. As pessoas fazem modelos de seus mundos, têm crenças que moldam seu comportamento. Preferências não são fixas, e se diferenciam com tempo e circunstância." (p. 63). Sua pesquisa demonstrou como as preferências da Holanda por música pop mudaram, e isso envolveu uma profunda mudança não só nas preferências (conflito entre geração nova e geração antiga – a nova precisava se diferenciar), mas também condições socioeconômicas (possessão de rádios), e que ultimamente se refletem na própria mudança de valores sociais.

3.9. Escola comportamental: vieses nos preços

Chang define a principal característica da escola comportamental como um modo de pensar que "tenta elaborar um modelo dos comportamentos humanos tal como eles realmente são, rejeitando a suposição neoclássica dominante de que os seres humanos sempre se comportam de forma racional e egoísta" (CHANG, 2015, p. 146). Como vimos acima, vários analistas argumentam que os objetos de estudo da economia da cultura podem não se encaixar no modelo neoclássico de agente representativo, então é de se esperar que a economia da cultura seja um terreno fértil para aplicações da escola.

A realidade é bem diferente: Seaman observa que métodos experimentais e behavioristas não estão sendo aproveitados pelos estudiosos da disciplina (SEAMAN, 2009). O foco da aplicação da escola em questões de economia da cultura se concentra, até este ponto, em análise do mercado de leilões de arte. Da Silva, Pownall e Wolk (2012) estudaram se o efeito das emoções pode influenciar decisões de compra, enquanto que Graddy, *et al*, (2014) estudaram o efeito de aversão a perdas e ancoragem, concluindo que existe uma influência destes vieses. Frank (2014) estudou as razões pelas quais um artista apoia ou não *droit de suit*[16] e constatou que o apoio depende do grupo de referência: se o grupo de referência for outros artistas, o apoio diminui, enquanto que se for colecionadores, o apoio aumenta.

4. Discussão

Pela análise das atitudes das diferentes escolas de pensamento, podemos ver suas diferenças e suas semelhanças. A escola neoclássica tem a primazia em estudos, mas até ela está mudando, a ponto de aceitar novas perspectivas em assuntos como a natureza dos bens culturais e artísticos e novos métodos como o de economia experimental. A aceitação de artigos como Earl & Potts (2013) no JCE também demonstra que há espaço para discussões, especialmente para um *journal* que durante um bom tempo publicou apenas análises econométricas de assuntos de economia da cultura, o que também é um retorno às raízes na qual o JCE foi estabelecido (HENDON, 1977) e também é uma indicação do ponto de vista de que há um componente não ortodoxo no *mainstream*, ao qual permite que pesquisas na borda possam ser discutidas em ambientes de maior prestígio (KAPPELEN; DOBUSCH, 2012). Dekker (2014)

16 *Droit de suit* é um método de calcular royalties baseado em uma percentagem do valor de venda da obra. Economistas argumentam que é uma medida ineficiente e desigual, porque diminui a disposição a pagar por obras de artistas novatos e beneficia apenas artistas estabelecidos (FRANK, 2014, p. 398).

argumenta que, em adição ao estudo econômico e empírico das artes e do estudo comercial e institucional da arte no mundo, está emergindo uma terceira abordagem, a abordagem de valores (com referência a KLAMER, 2003), que vai além do preço e da quantificação e quer descobrir o valor da arte.

Também é importante notar que vários autores convergem em alguns aspectos, mas às vezes as diferenças são sutis. Comparando Schumpeter e Kirzner, Klamer demonstra que, para Schumpeter, o empreendedor é alguém que perturba o equilíbrio e move a economia, enquanto que para Kirzner, o empreendedor equilibra o sistema, percebendo oportunidades únicas e modificando a paisagem econômica para se desenvolver (KLAMER, 2011, p. 148). O exemplo de Jet Manro, dado por Klamer, contrasta dramaticamente com a maioria dos artistas europeus, que dependem de subsídios públicos.

Talvez mais inesperado ainda é a concordância que autores tão antagônicos quanto Mises, Marx[17] e Schumpeter[18] tem em relação à máxima da "arte pela arte". Em contraste, Earl e Potts argumentam que esta é uma visão extremamente romantizada que, na prática, é um desastre comercial e contribui para a instabilidade do mercado de arte (EARL; POTTS, 2013, p. 168).

Há também a questão da disponibilidade de dados. Seaman considera a falta de dados adequados como "um dos lamentos mais comuns de pesquisadores na economia da arte e da cultura" (SEAMAN, 2006, p. 463) e ele lista vários exemplos de como inadequação de estatísticas podem prejudicar estudos. Quintero (2010) faz uma discussão extensiva das principais construções de dados que delineiam a economia da cultura, comparando os diferentes modelos de delimitação do setor cultural (textos simbólicos, círculos concêntricos, britânico e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual) as diferentes metodologias da UNESCO e do governo colombiano. Por fim, Adkinsson alerta que existem quatro problemas para a quantificação da cultura[19]: i) dificuldade em identificar claramente relações econômico-culturais dada a pluralidade de valores, ii) problemas com endogeneidade, devido à presença de complexidade, iii) distinção entre valores culturais fundamentais e transitórios, iv) papel do *timing* histórico e mudança cultural (ADKINSSON, 2014, p. 105). Ainda assim, seria excelente combinar tanto qualidade quantitativa e qualitativa, o que é um dos alvos em economia da cultura. Porém, apesar de todo este desenvolvimento, Besharov lamenta que ainda não se desenvolveu um argumento econômico que demonstra a excepcionalidade da arte (BESHAROV, 2005, p. 429)

5. Conclusão

Através deste artigo se tentou demonstrar, apesar do espaço pequeno e do grande escopo, que a economia da cultura tem um grande potencial para diferentes abordagens devido à sua natureza transdisciplinar. Porém, esse potencial só pode ser alcançado se mais economistas se interessarem pelo campo.

---

17 Eagleton comenta que Marx preferia as novelas de alta qualidade produzidas por um reacionário como Balzac, do que a literatura supostamente revolucionária e "socialista", mas de baixa qualidade (EAGLETON, 2011, p. 89).

18 Aqui pode haver uma influência de um pensamento que transcende as diferenças ideológicas dos autores. É interessante comparar a figura do empreendedor, como agente criativo e colocado como exemplo, com a figura dos heróis da mitologia, como documentado em Eliade (1999). Este tópico é explorado por Morong (1994) que aplica a teoria do herói mitológico ao empreendedor capitalista. Robin (2015) chega a fazer uma relação entre o "gênio criador" de Mises e o "*übermensch*" de Nietzsche, além das possíveis influências do último sobre a escola austríaca e sobre Schumpeter.

19 Adkinsson usa uma definição ampla de cultural, mas que serve também aos propósitos da disciplina.

Então, houve progresso em economia da cultura? A pergunta que Blaug fez em 2001 ainda ecoa nos ouvidos dos economistas. Com certeza houve um avanço nas aplicações empíricas[20] que pode ser atribuído ao amplo escopo da disciplina existe um grande número de relações econômicas a serem descobertas entre os mais diferentes tópicos, desde as mais finas artes até jogos eletrônicos. E a revolução tecnológica mudou completamente a abordagem da economia cultural. Cowen comenta, em tom irônico, que uma jovem de 15 anos está melhor ciente das tendências culturais e tecnológicas atuais do que ele mesmo, que tem pesquisado o assunto por 20 anos (COWEN, 2008).

Porém, uma das preocupações é que haja também progresso teórico, na forma de entender o objeto da disciplina para que assim possa se desenvolver métodos de aplicação melhores. E quem sabe, algum dia, alguém possa finalmente demonstrar economicamente que a arte é excepcional. Porém isso pode custar à arte a sua aura de mistério, suas 'propriedades transcendentes' (a propriedade transcendental enunciada por BIRD, 2007). Esses temores podem ser equívocos, porque as ciências econômicas também têm seus mistérios próprios, assim como a arte e eles fazem parte da pesquisa científica tanto quanto análises, hipóteses e equações.

Foi defendido neste artigo que uma abordagem pluralista pode auxiliar o entendimento melhor da economia da cultura. Cada escola tem um conjunto de ferramentas que permitem analisar de um ponto de vista único. As abordagens devem ser complementares e o antagonismo entre elas deve servir como combustível para debates mais profundos a respeito dos tópicos apresentados, não para se isolarem do debate público.

6. Bibliografia

ADKISSON, R. V. Quantifying culture: problems and promises. **Journal of Economic Issues**, v. 48, n. 1, p. 89-107, 2014.

BACKHOUSE, R. E.; BATEMAN, B. W. John Maynard Keynes: artist, philosopher, economist. **Atlantic Economic Journal**, v. 34, p. 149-159, 2006.

BAUMOL, W. J. Children of the performing arts, the economic dilemma: the climbing costs of health care and education. **Journal of Cultural Economics**, v. 20, p. 183-206, 1996.

_____; BOWEN, W. G. On the performing arts: the anatomy of their economic problems. **American Economic Review**, v. 55, n. 1/2, p. 495-502, 1965.

BERLIN, N.; BERNARD, A.; FÜRST, G. Time spent on new songs: word-of-mouth and price effects on teenager consumption. **Journal of Cultural Economics**, v. 39, p. 205–218, 2015

BESHAROV, G. The outbreak of the cost disease: Baumol and Bowen's founding of cultural economics. **History of Political Economy**, v. 37, n. 3, p. 413-430, 2005.

BIRD, K. E. **Cultural economic debates**: a construction of the fundamental tension in cultural economics and the creative economic. Master of Art Thesis. Rotterdam: Erasmus University, 2007.

BLAUG, M. Where are we now on cultural economics? **Journal of Economic Surveys**, v. 15, n. 2, p. 123-143, 2001.

20 Embora estudos empíricos na maioria das escolas heterodoxas estejam em falta, eles são abundantes na escola neoclássica.

CARPEAUX, O. M. **A história concisa da literatura alemã.** São Paulo: Faro Editorial, 1963.

CHANEL, O.; GÉRARD-VARET, L.; GINSBURGH, V., The relevance of hedonic price indices: the case of paintings. **Journal of Cultural Economics**, v. 20, p. 1-24, 1996.

CHANG, H.-J. **Economia**: Modo de Usar. Tradução de Isa Mara Lando e Rogério Galindo. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015 [2014].

CHICHESTER, S. A. **"Make America Over"**: Rexford Guy Tugwell and his thoughts on central planning. Master of Arts Thesis. Lynchburg: Liberty University, 2011.

COWEN, T. Why I do not believe in the cost-disease. **Journal of Cultural Economics**, v. 20, p. 207-214, 1996.

_____. Why everything has changed: the recent revolution in cultural economics. **Journal of Cultural Economics**, v. 32, n. 4, p. 261-273, 2008.

DA SILVA, D. G.; POWNALL, R.; WOLK, L. Does the sun 'shine' on art prices? **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 82, p. 167-178, 2012.

DEKKER, E. Two approaches to study the value of art and culture, and the emergence of a third. **Journal of Cultural Economics**, 2014. DOI 10.1007/s10824-014-9237-y (*online*).

DEQUECH, D. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.

DIAMOND, P. A.; HAUSMAN, J. A. Contingent valuation: is some number better than no number? **Journal of Economic Perspectives**, v. 8, n. 4, p. 45-64, 1994.

DIMAGGIO, P. Cultural entrepreneurship in nineteenth-century Boston: the creation of an organizational base for high culture in America. **Media, Culture and Society**, v. 4, p. 33-50, 1982.

DOLFSMA, W. **Institutional economics and the formation of preferences**: the advent of pop music. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

EAGLETON, T. **Marxismo e crítica literária**. Tradução de Mateus Côrrea. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. [1976].

EARL, P. E.; POTTS. J. D. The creative instability hypothesis. **Journal of Cultural Economics**, v. 37, p. 153-173, 2013.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes. [1959].

FERNÁNDEZ, R. V. G. A metodologia como argumento a favor de uma economia pluralista. In: GUILHOTO, J.; DUARTE, P. G.; SILBER, S. (orgs.). **O Brasil e a ciência econômica em debate**: o estado da arte em economia. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 2, p. 137-152.

FRANK, B. Why do some, and only some, artists want a *droit de suit*. **Homo Oeconomicus**, v. 31, n. 3, p. 397-409, 2014.

FREDERICO, C. A arte em Marx: um estudo sobre ‘Os manuscritos econômico-filosóficos’. **Novos Rumos**, n. 42, p. 3-24, 2004.

FREY, B. S. **A multiplicity of approaches to institutional analysis**: applications to the government and the arts, CESifo working paper, No. 2727, 2009.

FRY, R. The arts of painting and sculpture. 1931. In: In: GOODWIN, C. (ed.) **Art and the market**: Roger Fry on commerce in art. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1998, p. 161-167.

GARNETT, R. F., Jr. Paradigms and pluralism in heterodox economics. **Review of Political Economy**, v. 18, n. 4, p. 521-546, 2006.

GINSBURGH, V. A. Art and culture, Economics of. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. (orgs.) **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Amsterdam: Elsevier, 2001, p. 758-764.

_____.; THROSBY, D. (orgs.) **Handbook of the Economics of Art and Culture**. Amsterdam: North-Holland, 2006.

GOODWIN, C. An interpretation: Roger Fry and the market for art. In: GOODWIN, C. (ed.) **Art and the market**: Roger Fry on commerce in art. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1998.

_____. Art and culture in the history of economic thought. In: GINSBURGH, V.A. and THROSBY, D. (orgs.) **Handbook of the Economics of Art and Culture**. North- Holland, 2006, p. 26-69.

GRADDY, K.; LOWENSTEIN, L.; MEI, J.; MOSES, M.; POWNALL, R. **Anchoring or loss aversion?** Empirical evidence from art auctions. Working Paper Series, n. 73, Brandeis University, 2014.

HEILBRUN, J. Keynes and the economics of arts. **Journal of Cultural Economics**, v. 8, n. 2, p. 37-49, 1984.

HEMINGWAY, A. Cultural democracy by default: the politics of the New Deal arts programmes. **Oxford Art Journal,** v. 3, n. 2, p. 271-287, 2007.

HENDON, B. A comment. **Journal of Cultural Economics**, v. 1, n. 1, p. i-iii, 1977.

HUTTER, M. The impact of cultural economics on economic theory. **Journal of Cultural Economics**, v. 20, p. 263-268, 1996.

IBN KHALDUN. **Os prolegômenos ou filosofia social**. Traduzido por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958. 2v.

KAPELLER, L.; DOBUSCH, J. Heterodox United vs. Mainstream City? Sketching a framework for interested pluralism in economics. **Journal of Economic Issues**, v. 46, n. 4, p. 1035-1058, 2012.

KLAMER, A. A pragmatic view on values. **Journal of Economic Methodology**, v. 10, n. 2, p. 1-24, 2003.

_____. Cultural entrepreneurship. **Review of Austrian Economics**, v. 24, p. 141-156, 2011.

KONDER, L. **Os marxistas e a arte**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013. [1966].

KONG, L. Cultural policy in Singapore: negotiating economic and socio-cultural agendas. **Geoforum**, v. 31, p. 409-424, 2000.

LAURENCE, P. The intimate spaces of community: John Maynard Keynes and the arts. **History of Political Economy**, v. 39 (suplemento anual), p. 292-312, 2007.

LAVOIE, D.; CHAMLEE-WRIGHT, E. **Culture and enterprise**: the development, representation and morality of business. London: Routledge, 2000.

LAZZARETTI, L.; BOIX, R.; CAPONE, F. **Do creative industries cluster?** Mapping creative local production systems in Italy and Spain. Working Paper 08.05. 01/03/2008, Departament d'Economia Aplicada, Universidad Autónoma de Barcelona.

LEE, F. S. The pluralism debate in heterodox economics. **Review of Radical Political Economics**, v. 43, n. 4, p. 540-551, 2011.

LEITÃO, S. S. Economia da cultura e desenvolvimento. **Z Cultural**, v. 3, n. 3, 2007. Disponível em < http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/economia-da-cultura-e-desenvolvimento-de-sergio-sa-leitao/>. Acesso em: 26 jun. 2015.

LIFSHITZ, M. **The philosophy of art of Karl Marx**. Translated by Ralph B. Winn. London: Pluto Press, 1973. [1933].

MARX, K.; ENGELS, F. **Marx and Engels on literature and art.** Moscou: Progress Publishers, 1976. Disponível em < https://www.marxists.org/archive/marx/works/subject/art/>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MAS-COLLEL, A. Should cultural goods be treated differently? **Journal of Cultural Economics**, v. 23, p. 87-93, 1999.

MATTHEWS, J. D. H. Arts and the people: the New Deal quest for a cultural democracy. **Journal of American History**, v. 62, n. 2, p. 316-339, 1975.

MEDRAÑO, J. M. D. El valor de las obras de arte desde una perspectiva marxista. **Ensayos de Economía**, v. 40, p. 205-217, 2012.

MCCAIN, R. Defining cultural and artistic goods. In: GINSBURGH, V.A.; THROSBY, D. (orgs.) **Handbook of the Economics of Art and Culture**. North- Holland, 2006, p. 148-169.

MENGER, C. **Principles of economics**. Translated by James Dingwall and Bert F. Hoselitz. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007. [1871].

MISES. L. **Ação humana**: um tratado sobre economia. Tradução de Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. [1949].

MOGGRIDGE, D. E. Keynes, the arts, and the state. **History of Political Economy**, v. 37, n. 3, p. 535-555, 2005.

MONTÍAS, J. M. Reflections on the historical materialism, economic theory, and the history of art in the context of Renaissance and 17th century painting. **Journal of Cultural Economics**, v. 5, n. 2, p. 19-38, 1981.

MORONG, C. Mythology, Joseph Campbell, and the socioeconomic conflict. **The Journal of Socio-Economics**, v. 23, n. 4, p. 363-382, 1994.

PAPANDREA, F. Willingness to pay for domestic television programming. **Journal of Cultural Economics**, v. 23, p. 149-166, 1999.

PHILLIPS, R. J. **Arts, entrepreneurship, and economic development**: can every city be "Austin*tatious*"? Hanover: Now Publishers, 2011.

PINTO, H. The role of econometrics in economic science: an essay about the monopolization of economic methodology by econometric methods. **The Journal of Socio-Economics**, v. 40, p. 436-443, 2011.

POTTS, J. Why creative industries matter to economic evolution. **Economics of Inovation and New Technology**, v. 18, n. 7/8, p. 663-673, 2009.

_____; CUNNINGHAM, S. D.; HARTLEY, J.; ORMEROD, P. Social network markets: a new definition of the creative industries. **Journal of Cultural Economics**, v. 32, n. 3, p. 166-185, 2008.

QUINTERO, L. F. A. Estadísticas culturales: uma mirada desde la economía de la cultura. **Cuadernos de Administracíon**, v. 23, n. 41, p. 107-141, 2010.

ROBIN, C. Wealth and the intellectuals: Nietzsche, Hayek, and the Austrian School of Economics. In: LEESON, R. (ed.). **Hayek**: A Collaborative Biography. New York: Palgrave, 2015, p. 112-158.

RUTHERFORD, M. Institutional economics: then and now. **Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 3, p. 173-194, 2001.

RUSHTON, M. Methodological individualism and cultural economics. **Journal of Cultural Economics**, v. 23, p. 137-147, 1999.

SANZ LARA, J. C.; PRIETO, L. C. H. Valoración de bienes públicos relativos al patrimonio cultural: aplicación comparada de métodos de estimación y análisis de segmentación de demanda. **Hacienda Pública Española**, n. 178, p. 113-133, 2006.

SCHUMPETER. J. A. Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung. Translated by Markus C. Becker and Thorbjørn Knudsen. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 61, n. 2, p. 406-437, 2002. [1911].

SEAMAN, B. A. Empirical studies of demand for performing arts. In: GINSBURGH, V.A.; THROSBY, D. (orgs.) **Handbook of the Economics of Art and Culture**. North- Holland, 2006, p. 416-473.

_____. Cultural economics: the state of art and perspectives. **Estudios de Economía Aplicada**, v. 27, n. 1, p. 7-32, 2009.

STIGLER, G.; BECKER, G. De gustibus non est disputandum. **American Economic Review**, v. 67, p. 76-90, 1977.

SVOBODA, F. In search of value: Vienna School of Art History, Austrian value theory and the others. **The Journal of Socio-Economics**, v. 40, p. 428-435, 2011.

SWEDBERG, R. The cultural entrepreneur and the creative industries: beginning in Vienna. **Journal of Cultural Economics**, v. 30, p. 243-261, 2006.

THROSBY, D. The production and consumption of the arts: a view of cultural economics. **Journal of Economic Literature**, v. 23, p. 1-29, 1994.

_____. Determining the value of cultural goods: how much (or how little) does contingent valuation tell us? **Journal of Cultural Economics**, v. 27, p. 275-285, 2003.

_____. Introduction. In: GINSBURGH, V.A.; THROSBY, D. (orgs.) **Handbook of the Economics of Art and Culture**. North- Holland, 2006, p. 3-25.

TYLOR, E. B. **Primitive culture**: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom. 6th edition. London: John Murray, 1920. [1871]. Disponível em <https://archive.org/details/primitiveculture01tylouoft>. Acesso em: 26 jun. 2015.

VEBLEN, T. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. **American Journal of Sociology**, v. 4, n. 2, p. 187-201, 1898.

_____. **The theory of leisure class**. Project Gutenberg, 2008. Disponível em < http://www.gutenberg.org/files/833/833-h/833-h.htm>. Acesso em: 21 jun. 15. [1899].

WERCKMEISTER, O. K. Marx on ideology and art. **New Literary Theory**, v. 4, n. 3, p. 501-519, 1973.

Política Industrial de Inovação: uma reflexão à luz da experiência brasileira no período 1951 a 2011[1]

Ricardo José dos Santos[2]
Ana Paula Macedo de Avellar[3]

Resumo

Nas últimas seis décadas, o Estado brasileiro criou de um conjunto de instituições e políticas de incentivo ao processo inovativo na estrutura produtiva nacional. Contudo, apesar dos significativos esforços, os mesmos se mostraram insuficientes para impulsionar o salto qualitativo necessário para fazer o país e as empresas nacionais figurarem entre os principais produtores de ciência e inovação em escala mundial. Neste sentido, este artigo tem como objetivo apresentar uma parte da discussão heterodoxa acerca da relevância das políticas industriais de inovação para o desenvolvimento econômico e social, tendo como pano de fundo a experiência brasileira a partir dos anos 1950. Tais concepções e o histórico das políticas de promoção da inovação implantadas no Brasil evidenciam que a política industrial estrita não é suficiente para promover processos inovativos ou os sistemas de inovação necessários para a inserção das empresas domésticas em cadeias produtivas dinâmicas, bem como promover o crescimento e desenvolvimento socioeconômico

Palavras-Chave: Política Industrial; Inovação; Desenvolvimento.

Introdução

Nas últimas seis décadas o debate sobre política industrial de inovação no Brasil trafegou por caminhos distintos, em alguns momentos tratado como prioridade estratégica, em outros, completamente esquecido.

Neste sentido, a inconstância das ações públicas para o setor produtivo direcionadas à ciência, tecnologia e inovação (CT&I) – associada ao insuficiente investimento da iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento (P&D) – responde, em parte, pelo baixo nível de competitividade e precária inserção de empresas nacionais em cadeias produtivas dinâmicas que exigem de seus principais atores altos índices de inovatividade e produtividade.

---

[1] Os autores agradecem ao apoio do CNPq, da FAPEMIG e da CAPES.
[2] Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES.
[3] Doutora em Economia Industrial e da Tecnologia pela UFRJ. Professora Associada I do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e FAPEMIG.

Soma-se a isto, a falta de regularidade das políticas de apoio à pesquisa acadêmica básica e experimental, que situa a produção científica nacional em um patamar abaixo daquele considerado necessário para colocar o país entre os principais "produtores de ciência". Além disso, de forma mais ampla, entende-se que os gargalos na estrutura inovativa nacional também impõe barreiras significativas ao desenvolvimento econômico e social sustentado no longo prazo.

Assim, mesmo que existam casos emblemáticos de instituições e centros de pesquisa de referência – como ITA, USP, Fiocruz e Embrapa – e empresas brasileiras inovadoras – Natura, Embraer, Petrobras, WEG, por exemplo –, estes não são suficientes para impulsionar as atividades inovativas na maior parte dos setores produtivos e em suas respectivas cadeias de valor, bem como, auxiliar na promoção do desenvolvimento socioeconômico e do bem-estar.

O trabalho parte da noção apresentada em Marques (2003, p.4), de que "o ator social é moldado pelo conjunto de relações sociais que estabelece com outros atores relevantes e que todas as ações, fenômenos e instituições econômicas só são significativas se lidas à luz da sua inclusão em um quadro de relações sociais significativas". Deste modo, o autor propõe um rompimento com a análise estática da economia tradicional e chama a atenção para a relevância dos processos históricos, a partir de uma dinâmica social, política e institucional[4].

Dito isto, este artigo tem como objetivo apresentar uma parte da discussão heterodoxa acerca da relevância das políticas industriais de inovação para o desenvolvimento econômico e social, tendo como pano de fundo as ações do Estado brasileiro a partir dos anos 1950.

O trabalho encontra-se organizado em três seções, além desta introdução e uma seção dedicada às considerações finais. A primeira seção apresenta concepções de política industrial que norteiam o debate. Os argumentos apresentados auxiliam a compreensão da retomada do tema em anos recentes, sobretudo, a partir da ideia de uma política industrial amplificada e coerente com as demais políticas e funções do Estado. A segunda seção, chama a atenção para a relação entre política industrial e inovação. Em verdade, a seção trata o caráter indissociável entre as ações públicas de promoção do setor produtivo e o fomento à atividade inovativa. A terceira seção, conjuga os elementos apontados pelas seções anteriores ao apresentar e discutir as principais ações e políticas destinadas ao desenvolvimento de CT&I engendradas no Brasil da década de 1950 até o Plano Brasil Maior de 2011.

---

[4] Esta não é a negação da possibilidade de existência de quadros de regularidade mesmo em um ambiente dinâmico, mas sim a negação à crença de que seria possível prever de forma generalizada contínua as ações dos agentes, com base na premissa da racionalidade e maximização da utilidade e bem-estar individual.

1. Concepções de Política Industrial: visões norteadoras para o debate

Conforme Corden (1980) e Johnson (1984), a política industrial funciona como um elemento catalisador do crescimento econômico, bem como um motor para o desenvolvimento das diferentes atividades produtivas que devem estar concatenadas com as demais funções do Estado. Deste modo, uma política para o setor produtivo deve ter como pano de fundo um arcabouço macroeconômico que garanta à mesma plena condição para seu desenvolvimento, ou seja, um modelo de política industrial que não fique subjugado às diretrizes da política macro, mas que seja complementar a esta. Mais que isto, apontam que as ações públicas de fomento à indústria também podem afetar os objetivos da política macroeconômica, o que requer a harmonização das propostas para que seja possível a promoção do crescimento sustentado.

Neste contexto, para Johnson (1984), três fatores devem ser analisados na definição da política industrial: a estrutura de mercado predominante na economia; as condições político-históricas vigentes; bem como o estágio de desenvolvimento econômico do país. Ou seja, as especificidades territoriais são referências importantes na tomada de decisão da proposta de política a ser adotada.

Complementar à Corden (1980) e Johnson (1984), apresenta-se, a seguir, definições de política industrial que que norteiam a abordagem deste trabalho. Na primeira delas, Bianchi e Labory (2006) definem política industrial como a variedade de ações públicas destinadas a guiar e controlar o processo de transformação estrutural da economia. Assim, as políticas de fomento à produção devem consistir em grandes conjuntos de medidas que visam fornecer o quadro adequado para o desenvolvimento industrial, mas também o desenvolvimento econômico e social de forma mais ampla. Os autores defendem uma abordagem holística da política para um melhor entendimento da mecânica do conjunto em que a indústria é um componente na construção do desenvolvimento. Esta representação, destaca a necessidade de se criar condições políticas adequadas e estruturas políticas capazes de sustentar o crescimento no longo prazo.

Para Suzigan e Furtado (2006), a política industrial é, em vários sentidos, uma ponte entre o presente e o futuro, entre as estruturas e as instituições que existem e aquelas que estão em processo de constituição e desenvolvimento. Para os autores, a política industrial representa um importante instrumento para lidar com a dinâmica das transformações na estrutura produtiva, mas que, entretanto, de forma isolada não é capaz de promover as alterações necessárias para garantir saltos quantitativos e qualitativos. Deste modo, também para estes

autores é evidente a necessidade de coordenação entre a política industrial e as demais ações públicas de fomento ao crescimento e ao desenvolvimento.

Cano e Silva (2010) entendem que a política industrial assume papel de caráter estratégico como um instrumento de estímulo ao desenvolvimento do país, sendo uma de suas principais tarefas, a coordenação dos esforços públicos e privados em direção aos interesses coletivos. Neste sentido, os autores alegam ser necessária uma política industrial com a capacidade de coordenar o todo e ao mesmo tempo considerar as especificidades da realidade em suas várias dimensões, apoiada em uma perspectiva dinâmica de longo prazo.

Cimoli et al. (2009), corroboram as definições acima apresentadas ao afirmarem que todas as experiências históricas de crescimento sustentado encontram as condições de desenvolvimento em um conjunto de instituições e políticas públicas. Para os autores, mesmo que argumentos contrários a ação do Estado na promoção da política industrial sejam comuns, a suspensão do apoio oficial traria consequências perniciosas, pois uma parte significativa dos setores têm dificuldades em atrair volume suficiente de capital privado para manter o nível de investimentos necessários à promoção do crescimento e do desenvolvimento produtivo, econômico e social.

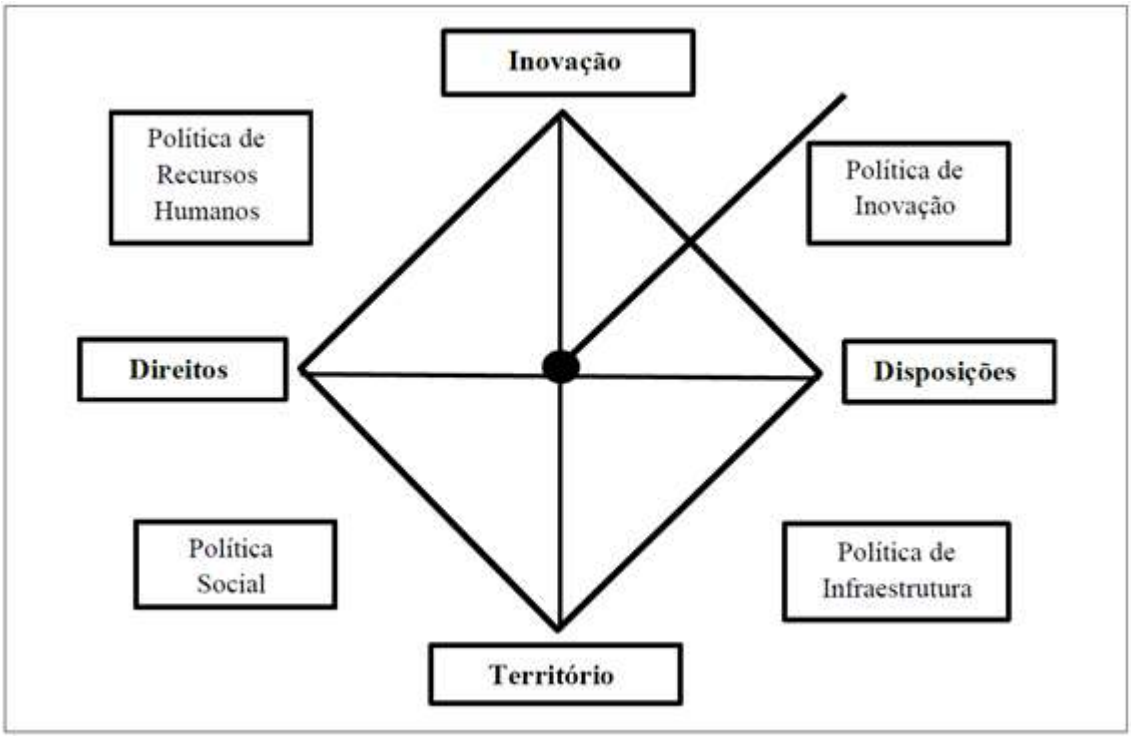
Bianchi e Labory (2011) apresentam três razões para o debate sobre política industrial. Para os autores, em primeiro lugar, os mercados não são capazes de promover a autorregulação e, portanto, os Estados-Nacionais têm um papel importante contexto da economia mundial. Em segundo lugar, perspectivas de longo prazo não podem ser ignoradas, a postura rentista de curto prazo dos mercados financeiros não consegue suprir as demandas estruturais da sociedade. Em terceiro lugar, um quadro de economia política é útil para compreender a complexidade do sistema econômico e das políticas que visam fomentar o desenvolvimento industrial.

Neste contexto Bianchi e Labory (2011); Stiglitz, Yifu e Monga (2013) defendem uma política capaz de traçar ações de longo prazo que conduzam a economia a um caminho de desenvolvimento industrial sustentável e coerente, considerando as interdependências entre instrumentos e níveis de política; entre estratégia e organizações; organizações e seu ambiente e assim por diante. Estes autores, corroboram a ideia presente em Nelson e Winter (2005) de que a elaboração e correção de políticas públicas são partes de um jogo complexo de múltiplos atores.

Portanto, a política industrial não é tratada como um instrumento que visa corrigir falhas de mercado, mas como elemento de política estratégica, com elevado grau de interação entre os atores envolvidos e essencial ao crescimento e desenvolvimento econômico. A partir destas premissas, Bianchi e Labory (2011) propõem que a política industrial seja delineada a partir de

dois eixos compostos por quatro alavancas. Esta ideia é representada pelos autores a partir da estrutura de um "relógio" como pode ser observado na figura 1.

Figura 1 – Quatro alavancas para o desenvolvimento industrial



Fonte: Bianchi e Labory (2011).

No eixo norte-sul estão as alavancas "inovação" e 'território". Apresentada pelos autores como a capacidade de criar conhecimento e aplicar esse novo conhecimento em processos produtivos; a "inovação" é o elemento dinâmico que sustenta o desenvolvimento. Tal dinâmica inclui o papel das interações entre os agentes econômicos e a importância do aprendizado a partir da cooperação entre empresas, universidades, centros de pesquisa, governo e consumidores e etc. A dimensão "território" destaca a importância do enraizamento dos processos produtivos em territórios, a partir de recursos locais, tais como o capital social e a infraestrutura (BIANCHI; LABORY, 2011).

O eixo leste-oeste é formado pelos "disposições" e "direitos". Os "direitos" estão relacionados à possibilidade de os indivíduos tomarem parte no desenvolvimento, bem como em processos produtivos e competitivos. As "disposições" determinam conhecimentos, competências e recursos dos indivíduos, e, portanto, sua capacidade de participar dos processos, juntos com outros recursos necessários para realizar as atividades econômicas. Os níveis de governo são representados pela quinta dimensão da imagem, ou seja, o "ponteiro das horas" do relógio (BIANCHI; LABORY, 2011).

As áreas intermediárias cobertas pelo “relógio” representam os diferentes focos da política industrial. A área nordeste consiste nas medidas para desenvolver infraestrutura e financiamento para que as empresas tenham condições de promover a inovação.

A área sudoeste é referente às políticas sociais, que visam a promoção de bem-estar às comunidades e territórios. Novas políticas sociais também incluem capacitação para os trabalhadores, portanto, estendem-se a toda região noroeste. Direitos são outro elemento-chave, não apenas para as políticas sociais, mas também capital humano no sentido de treinamento e educação, proporcionando à população habilidades relevantes para o desenvolvimento industrial e econômico. A área sudeste representa as políticas de infraestrutura física de atendimento às demandas da indústria (BIANCHI; LABORY, 2011).

Portanto, o debate em torno da temática da política industrial requer a capacidade de compreensão do papel da intervenção estatal; do planejamento de longo prazo; da relevância das interações entre os agentes; e, dos aspectos relacionados à inovação[5].

2. Política Industrial de Inovação

Em que pese a discussão acerca do progresso técnico estar presente em Smith, Marx e Kalecki, a ideia da inovação como instrumento de competitividade foi consolidada de forma mais proeminente com a contribuição teórica de Joseph Schumpeter, ao discutir os benefícios da capacidade tecnológica inovadora para o desenvolvimento econômico, o que fomentou o surgimento de uma nova perspectiva de abordagem do tema.

Schumpeter (1984), apresenta o que seria cinco tipos de inovação possíveis de serem adotadas pelas empresas: i) introdução de novos produtos; ii) introdução de novos métodos de produção; iii) abertura de novos mercados; iv) desenvolvimento de novas fontes provedoras de matérias-primas e outros insumos; v) criação de novas estruturas de mercado em uma indústria. Em consonância com esta tipologia apresentada pelo autor, a definição de inovação apresentada pelo Manual de Oslo, referência para os estudos de inovação, diz que,

> uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de

[5] No entanto, esta abordagem de política industrial não é única no campo heterodoxo. Chang (1994), por exemplo, apresenta uma visão mais restrita, associada a políticas verticais seletivas, vinculadas a metas para os diferentes setores da indústria que norteiam a utilização dos diversos instrumentos de estímulos e de sanções. Mesmo reconhecendo a interdependência entre as distintas políticas, esse enfoque privilegia a delimitação de um espaço próprio para a política industrial. O autor procura delimitar o espaço da política industrial de forma mais incisiva, excluindo as dimensões sistêmicas mais gerais. Este enfoque tem sido considerado pelas correntes liberais hegemônicas, tanto no campo da ciência econômica, quanto no campo político.

> marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (OCDE, 2006, p.55).

Portanto, seja no texto clássico de Schumpeter, ou na publicação técnica da OCDE, a inovação é abordada de forma ampla, plural e com caráter transformador. Neste sentido, Dosi (2006) advoga que os benefícios das inovações, em virtude da sua natureza, podem levar à firma, à indústria e ao país, vantagens tecnológicas específicas, as quais se acumulam ao longo do tempo, dando origem a ciclos de desenvolvimento "virtuosos".

Complementar a esta visão, Plonski (2004, p. 109) entende a política industrial de inovação como a "articulação das formas pelas quais o Estado moderno e a sociedade enxergam as relações desejáveis entre a mudança cientifica e tecnológica, a inovação e o desenvolvimento econômico e social". Deste modo, seria preciso a intervenção do Estado nas atividades e nos processos de cunho cientifico e tecnológico para produzir inovações que permitam atingir os resultados planejados nos campos econômico, social e político.

Assim, embora o protagonista seja a empresa e o espaço de atuação o mercado, o Estado tem um papel relevante a desempenhar, seja ampliando a intensidade do processo seletivo, seja criando instituições facilitadoras do processo de geração e difusão de novas tecnologias (FERRAZ; DE PAULA; KUPFER, 2002).

> Nesse campo, a política industrial e a política tecnológica superpõem-se, dando lugar ao que se denomina hoje política de inovação. O âmbito da política industrial pela ótica da competência para inovar deve ser o estímulo a um ambiente econômico competitivo. Mais do que conferir prioridade à política antitruste, o Estado volta-se para estimular as empresas a desenvolverem novas capacitações, uma vez que o progresso tecnológico baseia-se em conhecimentos tácitos e específicos, de difícil transferência. Além disso, o Estado deve estimular a articulação e as alianças estratégicas para que essas aumentem as capacitações empresariais num ambiente competitivo mais seletivo. Em outras palavras, a cooperação entre empresas pode representar um aspecto da própria concorrência, e, portanto, pró-competitiva e não uma conduta antagônica a ela (FERRAZ; DE PAULA; KUPFER, 2002, p.556).

Neste sentido, para promover um ambiente indutor de condutas tecnológicas proativas, seria necessário mesclar instrumentos genéricos, que afetam o conjunto de agentes econômicos, com medidas seletivas, focalizadas em um grupo específico de empresas.

A política de inovação deve abranger os esforços governamentais e estímulo à acumulação, difusão e criação de novos conhecimentos, novos produtos, serviços e processos. Assim, a inovação é tratada como a capacidade de criar e manter mecanismos de aprendizagem que podem ser aplicados na sociedade, portanto, um elemento que contribui para a dinâmica do

desenvolvimento. Tal dinâmica inclui o “papel das inter-relações entre os agentes econômicos” e a importância do aprendizado a partir da cooperação entre empresas, universidades, centros de pesquisa, governo e consumidores e etc. (DOGSON, 2005).

Os principais instrumentos para a promoção de uma política industrial inovativa seriam: (i) subvenção a projetos de alta densidade tecnológica; (ii) incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento; (iii) financiamento em condições preferenciais para a inovação, (iv) compras do setor público, e a (v) disponibilidade de capital de risco para novos empreendimentos, além de medidas orientadas a garantir a apropriabilidade privada do investimento tecnológico (patentes) e manter padrões técnicos (metrologia, padronização e qualidade) (FERRAZ; DE PAULA; KUPFER, 2002).

Dito isto, a ideia é que a política industrial de inovação deve ser vislumbrada como uma ferramenta de promoção do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico que demanda um ambiente institucional e de política macroeconômica coerentes com os objetivos preconizados. Mas, sobretudo, um instrumento que tem em sua natureza a noção das especificidades que envolvem as economias e os setores em que as ações públicas são engendradas.

3. Síntese das políticas e ações de fomento à inovação no Brasil: 1951 a 2011

Segundo OCDE (2006), nos países em desenvolvimento o Estado tem um importante papel de indutor da inovação e do progresso técnico, a partir da criação das condições para que as empresas tenham interesse e consigam promover a inovação em seus produtos, processos e serviços. Neste sentido, o Estado deve ser agente na execução das políticas e no financiamento do avanço técnico e tecnológico, sobretudo, em virtude do baixo nível recursos destinados à P&D pelos setores privados nacionais.

No Brasil, a partir dos anos 1950, o Estado deu início a um conjunto de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico. Os primeiros passos foram em direção à construção de uma infraestrutura institucional capaz de instrumentalizar e colocar em operação as políticas verticais e horizontais que seriam propostas a partir dos anos 1970.

Assim, as criações do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em 1950, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ambos em 1951, além do BNDE em 1952 e Petrobras em 1953, podem ser consideradas de significativa relevância para a trajetória das políticas de inovação no Brasil.

Ainda no âmbito da infraestrutura institucional, na década seguinte, em 1967, foi criada a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública à época vinculada ao Ministério do Planejamento que tinha a missão de promover o desenvolvimento econômico e social por meio do fomento público à CT&I[6]. Nos anos 1970 com a instituição do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), pela primeira vez um plano de ciência e tecnologia foi colocado como meta de política no país[7].

Portanto, os primeiros movimentos em direção à política de fomento à inovação no país estão alinhados a ideia defendida por Chang e Evans (2000) e Chang (2011) de que a estruturação institucional é fundamental para a operacionalização das políticas públicas.

O Primeiro Choque do Petróleo – em 1973 – obrigou a Petrobras a buscar soluções para suprir a demanda doméstica por hidrocarbonetos. Neste sentido, a consolidação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CENPES), instituído em 1963, e da Braspetro, criada em 1972, foram importantes no enfrentamento dos desafios colocados à indústria nacional de petróleo e gás natural. O objetivo era dar início a trabalhos de pesquisa, refino, exploração, transporte e comercialização de petróleo no exterior.

Como resultado, observou-se o esforço contínuo voltado para a transferência, absorção, adaptação e desenvolvimento de tecnologias de processo e de produto, diretamente por meio do CENPES ou em cooperação com universidades, centros de pesquisa, empresas de consultoria, engenharia e fabricantes de equipamentos e materiais (PIRES, 2000).

É neste contexto que a Petrobras cria forte competência em pesquisa aplicada e em engenharia básica, passando a gerar inovações em várias áreas, tanto no *downstream*[8] como no *upstream*[9], e a desenvolver seus próprios projetos conceituais de sistemas de produção *offshore*[10].

Em verdade, entre os anos 1960 e 1980, as empresas estatais foram as principais articuladoras do processo inovativo no país. Neste sentido, destaca-se, além da Petrobras, o papel desempenhado pela Eletrobrás, Embrapa e Telebrás, em significativos avanços nos setores de energia elétrica, agropecuária e telecomunicações.

---

[6] Em 1985, a FINEP passa a ser vinculada ao recém-criado Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).
[7] Neste mesmo período teve início os trabalhos de elaboração do Primeiro Plano Básico de Desenvolvimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT).
[8] Engloba as atividades de busca, identificação e localização das fontes de óleo, e ainda o transporte deste óleo extraído até as refinarias.
[9] É a parte logística. Transporte dos produtos da refinaria até os locais de consumo. Compreendendo o transporte, distribuição e comercialização.
[10] Produção em plataformas marítimas.

Ainda nos anos 1970 são implantados o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) – 1975-1979. Para Suzigan (1996), o II PND foi a última experiência brasileira de política industrial abrangente. A partir deste momento, o que se observou foram ações voltadas ao desenvolvimento de áreas específicas. Neste sentido, como resposta ao Segundo Choque do Petróleo, uma das principais diretrizes foi a busca por fontes de energia que pudessem ser uma opção alternativa ao petróleo a partir da ampliação do Programa do Álcool – criado em 1975. No entanto, entre o final do II PND até meados dos anos 1980, estabeleceu-se uma lacuna no debate sobre inovação no Brasil em virtude de um ambiente desfavorável provocado pelos desdobramentos que levaram à crise da dívida e também pelo cenário de transição do regime militar para um governo civil após duas décadas.

Em 1985, já no governo Sarney, a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, restabeleceu a discussão da inovação tecnológica, incorporando a percepção de que setores estratégicos seriam portadores do processo de desenvolvimento no futuro e deveriam, portanto, ser fortemente apoiados pelo Estado. Essa visão, embora correta do ponto de vista estratégico, encontrava dificuldades de se viabilizar politicamente com a desaceleração do Programa do Álcool e do Programa Nuclear. Além disso, a pesquisa acadêmica, majoritariamente financiada pelo setor público, não dialogava à contento com o setor produtivo para dinamizar o processo inovativo no setor privado, o que enfraquecia ainda mais os elos entre a estrutura de ciência e tecnologia (C&T) e as empresas.

No início da década de 1990, a desarticulação da política de C&T e da política industrial no governo Collor não deixou espaço para políticas ativas e a relação com o setor empresarial passou a ser regida pela visão de que a qualidade e a abertura de mercado resolveriam os problemas de competitividade (ARBIX; MENDONÇA, 2005).

No entanto, conforme Tigre (2006), o que ocorreu foi o abandono de muitas linhas de produtos e componentes de alto nível tecnológico, que tinham maior valor adicionado. A estrutura produtiva orientou-se para segmentos nos quais as vantagens competitivas estavam alicerçadas no acesso a recursos naturais, provocando um movimento de reprimarização da pauta de exportações.

Assim, em que pese a argumentação de Moreira e Correia (1997), acerca dos possíveis benefícios da abertura comercial para os setores industriais, entende-se que os resultados da abertura oferecida pelos governos Collor e FHC deixaram claro que era preciso mais que exposição à concorrência estrangeira para dinamizar a indústria nacional. Assim, no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, as políticas brasileiras de apoio à indústria e inovação passam a ser regidas por Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia com o objetivo de promover

aproximação entre o setor produtivo e a academia, e a cooperação entre empresas e centros de pesquisa.

Mais tarde, norteada pelos resultados da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC) de 2000 são apresentadas as diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) de 2003. Para Plonski (2004), a PITCE representa a retomada de uma ideia de política industrial mais organizada no Brasil. Elaborada como um plano de ação do governo federal, a política tinha como principal foco expandir a eficiência da estrutura produtiva, a inovação das empresas brasileiras e as exportações.

Para isto, a PITCE foi dividida em três eixos: linhas de ações horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa; modernização industrial; ambiente institucional/capacidade e escala produtiva), promoção de setores estratégicos (semicondutores, software, bens de capital, fármacos e medicamentos) e atividades portadoras de futuro (biotecnologia; nanotecnologia; biomassa e energias renováveis).

Complementares à PITCE e fundamentais para os propósitos da mesma, foram sancionadas a Lei da Inovação (Lei n.10.973/2004) e a Lei de Incentivos Fiscais à Inovação e à Exportação (Lei n.11.196/2005). A nova legislação buscava sanar as falhas na estrutura do sistema de inovação brasileiro visando a maior cooperação entre as instituições públicas de pesquisa e o setor privado. Além disso, tanto a PITCE quanto as alterações na estrutura legal, criaram uma base mais sólida para o avanço das políticas industriais de viés inovador que seriam apresentadas na segunda metade da década.

Contudo, a PITCE sofreu críticas pela falta de informações e metas referentes aos setores que não foram contemplados pelos eixos supracitados. Como um avanço em relação à PITCE e um resposta às críticas feitas a esta, em 2008 foi anunciada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), também chamada de “nova política industrial”.

A PDP em consonância com o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia & Inovação: 2007-2010 (PACTI), tinha como um dos principais objetivos, promover o avanço do esforço inovador das empresas industriais privadas nacionais. Dada a relevância da atuação do Estado nas políticas de investimento no setor produtivo, e o importante papel do avanço técnico, tecnológico e da inovação na mudança e desenvolvimento das estruturas produtivas, a nova política buscou enfrentar quatro desafios principais: i) ampliar a capacidade de oferta; ii) preservar a robustez do balanço de pagamentos; iii) elevar a capacidade de inovação; e iv) fortalecer as micro e pequenas empresas.

Um dos pontos de diferenciação da PDP em relação a outras políticas correlatas foi a organização de um conjunto de macro-metas para 2010, que poderiam ser claramente

monitoráveis. Eram estas: i) ampliar a taxa de investimento na economia brasileira para 21% do PIB; ii) aumentar a participação brasileira nas exportações mundiais para 1,25%, o que significaria exportar US$ 208 bilhões em 2010; iii) ampliar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para 0,65% do PIB; e iv) ampliar em 10% o número de micro e pequenas empresas exportadoras (IPEA, 2009).

A abrangência da PDP pode ser explicada, em primeiro lugar, pelo forte engajamento por parte dos ministérios relevantes, em particular, do Desenvolvimento, Comércio e da Indústria (MDIC), da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Fazenda (MF). Em segundo lugar, pela orientação pró-investimento, correspondente à natureza do processo de crescimento da economia brasileira naquele momento. Finalmente, pelo desenvolvimento de um sistema de governança adequado aos objetivos ao longo do período 2008-2010. Esta governança envolveu a organização de Comitês Executivos, setoriais ou temáticos, cada qual com sua Agenda de Ação, gerenciada por um sistema de informações, desenvolvido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que assegurou informações on-line sobre o estágio de desenvolvimento de cada medida (PDP, 2011).

Na orientação da PDP, medidas relacionadas ao investimento foram preponderantes. A depreciação acelerada de capital e as reduções de taxas na forma de alívio fiscal e queda de juros foram medidas de impacto significativo sobre o custo do capital, sobretudo, após a eclosão da crise financeira internacional. Assim, a PDP apresentou desde o início a preocupação de fortalecer a dinâmica do crescimento e induzir sua sustentabilidade de longo prazo por meio da expansão do investimento, aumento da oferta, redução das pressões de demanda e geração de emprego formal.

Conforme Cano e Silva (2010), a PITCE foi importante por reintroduzir na agenda de políticas públicas o tema da política de desenvolvimento industrial como um instrumento fundamental de desenvolvimento econômico. No entanto, para os autores, a PDP avançou ao conseguir aumentar o conjunto de instrumentos e de setores contemplados e ao tentar aprofundar a capacidade de planejamento, coordenação e gestão da política.

É importante ressaltar que a mesma se apoiou em medidas horizontais, porém sem deixar de lado os instrumentos de política setorial que levaram em conta nas propostas de ação das distintas demandas dos setores contemplado pelo programa. No entanto, elaborada para um contexto de expansão da economia nacional em um cenário internacional favorável, a metas da PDP foram gravemente impactadas pelos desdobramentos da crise financeira.

Com o objetivo de mitigar os impactos da crise e contextualizar parte das propostas apresentadas na PDP a uma nova realidade, no ano de 2011 o Governo Federal lançou o Plano

Brasil Maior (PBM). Este plano estabelecia a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011-2014.

Sob o guarda-chuva do PBM estava o Plano Inova Empresa. Focado no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria, o plano buscou aproveitar competências presentes nas empresas, na academia e na sociedade, a partir da integração de instrumentos de vários ministérios e órgãos do Governo Federal. Contudo, o PBM foi frustrado pela deterioração da economia nos anos subsequentes e perda de interesse das empresas privadas nacionais em relação a agenda do Plano Inova Empresa.

Considerações Finais

As concepções apresentadas e o histórico das políticas de promoção da inovação implantadas no Brasil desde os anos 1950 evidenciam que a política industrial estrita não é suficiente para promover processos inovativos ou sistemas de inovação.

Mesmo que ao longo de sessenta anos o Estado tenha realizado esforços significativos em direção à estruturação e desenvolvimento de políticas, programas e ações de fomento à inovação, em raros momentos a política industrial foi priorizada. Além disso, fica claro que em várias oportunidades as ações voltadas à promoção da inovação sofrem os impactos das oscilações das conjunturas macroeconômica e política, e das posições ideológicas adotadas pelo Estado brasileiro ao longo do período estudado.

Assim, para que as futuras ações do Estado tenham reais condições de impulsionar alterações estruturais na dinâmica dos processos inovativos e construa um sistema nacional de inovação robusto, entende-se, como propõe Chang (2011), que os economistas e *policy makers* precisam basear suas reflexões e propostas de política na dinâmica do mundo real, sobretudo, analisando a trajetória histórica das instituições e o contexto em que estas se desenvolveram. Para o autor, esta é a única alternativa para o desenvolvimento de análises que permitam chegar a conclusões relevantes.

Neste sentido, Cano e Silva (2010) diz ser necessário uma política industrial com a capacidade de coordenar o todo e ao mesmo tempo considerar as especificidades da realidade em suas várias dimensões apoiada em uma perspectiva dinâmica de longo prazo. E é importante também que os instrumentos de política sejam acompanhados de uma exigência de cumprimento de contrapartidas.

Com isto, acredita-se que o aprofundamento das reflexões em torno de uma política industrial de inovação e seus impactos devem ser priorizados com o objetivo de garantir o entendimento das mudanças necessárias para o salto qualitativo da estrutura produtiva nacional.

Referências

ARBIX, G; MENDONÇA, M. *Inovação e competitividade: uma agenda para o futuro*. In: CASTRO, A. C. et al (orgs) **Brasil em Desenvolvimento, v.1: economia, tecnologia e competitividade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BIANCHI, P.; LABORY, S. *From 'old'industrial policy to 'new'industrial development policies*. In: **International Handbook on Industrial Policy**. Elgar Publishing. Cheltenham, UK p. 3-27, 2006.

BIANCHI, P.; LABORY, S. **Industrial Policy after the Crisis: seizing the future**. UK: Edward Elgar Publishing. Cheltenham, 2011.

CANO, W.; SILVA, A.L.G. **Política industrial do governo Lula**. Texto para discussão, 181, Campinas: IE/UNICAMP, 2010.

CHANG, H. J. *Institutions and economic development: theory, policy and history*. **Journal of Institutional Economics**, v. 7, n. 04, p. 473-498, 2011.

CHANG, H. J. *The political economy of industrial change*. New York, St. **Martin Press**, 1994.

CHANG, H. J.; EVANS, P. *The role of institutions in economic change*. In: **Meeting of the "Other Canon" group**. Venice, Italy, p. 13-14, 2000.

CIMOLI, M.; DOSI, G.; NELSON, R.; STIGLITZ, J. E. *Institutions and policies shaping industrial development: An introductory note*. In: **Industrial policy and development: The political economy of capabilities accumulation**. Oxford University Press, 2009.

CORDEN, W.M. *Relationships between Macro-economic and Industrial Policies*. In: **The World Economy Blackwell Publishing Ltd**. September, 1980.

DOGSON M. *As políticas para Ciência, Tecnologia e Inovação nas Economias Asiáticas de Industrialização Recente*. In: KIM, L.; NELSON, R. R. (orgs.) **Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização recente**. Campinas: Editora Unicamp. 2005.

DOSI, G. **Mudança Técnica e Transformação Industrial: a teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

FERRAZ, J. C.; DE PAULA, G. M.; KUPFER, D. *Política Industrial*. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (orgs.) **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

IPEA **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2009.

JOHNSON, B. *Introduction: the idea of industrial policy*. In: **The industrial policy debate**. San Francisco, ICS Press, 1984.

MARQUES, R. *Os trilhos da Nova Sociologia Econômica* In: MARQUES, R. (org.) **A Nova Sociologia Econômica: Uma Antologia**. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

MOREIRA, M.M.; CORRÊA, P.G *Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo*. In: **Revista de Economia Política**, 17 (2), 1997.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3ºed. FINEP, Rio de Janeiro, 2006.

PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo. **Balanço de Atividade 2008-2010: Relatório de Macro metas**. Volume 1, Brasília, 2011. Disponível em: http://www.pdp.gov.br/Relatrios/Macrometas%20_%20Balan%C3%A7o%20geral_vers%C3%A3o%20final.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2016.

PIRES, P. V. **A Evolução do Monopólio Estatal do Petróleo**. Ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2000.

PLONSKI, G. A. *Mantras da Inovação*. In: FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. (orgs.) **Política Industrial**. V.2. São Paulo: Publifolha, 2004.

SCHUMPETER, J. A. (1984). **Capitalismo, socialismo, democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

STIGLITZ, J. E.; YIFU, J. L.; MONGA, C. *The Rejuvenation of Industrial Policy*. In: STIGLITZ, J. E.; YIFU, J. L. (Editors) **The industrial policy revolution I: The role of government beyond ideology**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

SUZIGAN, W. *Experiência histórica de política industrial no Brasil*. In: **Revista de Economia Política**, 16 (1), janeiro-março, 1996.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. *Política industrial e desenvolvimento*. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, 2006.

TIGRE, P. B. **Gestão da Inovação: a economia da tecnologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

A CRISE CAPITALISTA E O ESTADO TOTALITÁRIO ALEMÃO (1933-1945)

Helis Cristina Zanuto Andrade Santos[1]
Thais Andreia Araujo de Souza[2]
Fernanda Pretti Andrade[3]
Rosalina Lima Izepão[4]

RESUMO

O ano de 2013 completou 80 anos da ascensão de um dos maiores ditadores que o Estado Nacional moderno conheceu, Adolf Hitler. O Nazismo, alternativa extrema da estrutura burguesa para manter o *status quo* na Alemanha, foi marcado pelo autoritarismo, fanatismo, militarismo, repressão e extermínios. Neste artigo, apresentam-se elementos que se constituem motivos que permitiram a formação do Estado Totalitário Alemão ou III Reich, sob o comando de Hitler, sua ascensão e queda. O objetivo é mostrar que apesar do aparente otimismo dos anos 1920 nos países capitalistas, após a I Guerra Mundial (1914-1918), da trégua e da estabilidade que consolidou a República de Weimar na Alemanha, as estruturas do Capitalismo estavam condenadas, resultando na depressão que atingiria fortemente a Alemanha.
Palavras-chave: Crise Capitalista. Estado Totalitário Alemão. Terceiro Reich. Nazismo. Hitler.

ABSTRACT

The year of 2013 completed 80 years of the rise of one of the biggest dictators that the modern National State has known, Adolf Hitler. Nazism, an extreme alternative of bourgeois structure to maintain the status quo in Germany, was marked by the authoritarianism, fanaticism, militarism, repression and extermination. In this paper, are shown elements that constitute reasons that allowed the formation of Germany Totalitarian State or III Reich, under Hitler's command, its rise and fall. The goal is to show that despite the apparent optimism of the 1920's in the capitalist countries, after the First World War (1914-1918), the truce and stability that established Weimar's Republic in Germany, the Capitalism structures were condemned resulting in the depression that strongly reached Germany.
Keyword: Capitalism Crisis. Germany Totalitarian State. Third Reich. Nazism. Hitler.

1 INTRODUÇÃO

Em 1977, o considerado maior diretor de cinema do século XX, Ingmar Bergman, apresentou o filme *The Serpent's Egg* ou O Ovo da Serpente, onde mostra o cotidiano de um médico que vivia em Berlim, em 1923, e que fazia experiências para destruir seres humanos. Retratando a República de Weimar e a sociedade alemã que já

1 Aluna do programa de mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá.

2 Aluna do programa de mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá.

3 Aluna de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá.

4 Professora do departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá.

havia sido um império se perdendo no caos político e econômico, a história consiste em um prenúncio à época do totalitarismo que a Alemanha viveria, sobretudo, a partir de 1933, quando Adolf Hitler foi nomeado Primeiro Ministro, até a queda do III Reich, com o fim da II Guerra Mundial.

Quando se fala em II Guerra Mundial, o horror nazista da Alemanha logo vem à mente. Ao terminar esta Guerra, os campos de concentração e as engrenagens da morte que estavam ocultos foram revelados ao mundo. Atrás de símbolos como a suástica[5] e os gestos como "*Heil Hitler*", a Alemanha respondeu à instabilidade política, econômica, descrença nas Instituições e partidos tradicionais que faziam parte da crise do período entre guerras (1919-1939) nos países capitalistas, em geral, com o totalitarismo (BLAINEY, 2009).

Esta forma de reação não foi exclusiva da Alemanha. Antes disto, a Itália, respondeu com o Fascismo e a Espanha com o Franquismo. Contudo, apesar das semelhanças entre o Fascismo e o Nazismo, existem diferenças entre a ascensão ao poder dos dois líderes, Mussolini e Adolf Hitler. A do primeiro foi anterior à de Hitler por razões ligadas à desintegração do regime parlamentarista italiano anterior à crise capitalista de 1929, enquanto o segundo teve a sua ascensão ligada aos compromissos de pagamento das reparações da I Guerra Mundial exigidas pela Inglaterra, França e Estados Unidos e às consequências da crise de 1929.

A curiosidade em torno destas questões é que moveu esta pesquisa bibliográfica e exploratória, onde se utilizaram como fontes: livros e artigos científicos sobre o tema; e cujo objetivo é mostrar que apesar do aparente otimismo dos anos 1920 nos países capitalistas, após a I Guerra Mundial (1914-1918), da trégua e da estabilidade que consolidou a República de Weimar na Alemanha, as estruturas do Capitalismo estavam condenadas, resultando na depressão que atingiria fortemente a Alemanha.

Desse modo, o presente artigo está estruturado em três seções além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, evidenciam-se as condições políticas e econômicas da Alemanha, antes da implantação do III Reich. Na segunda destacam-se elementos sobre a vida e os caminhos percorridos por Hitler até a sua chegada ao poder. Na terceira, destacam-se as políticas governamentais internas e externas do III Reich até a sua queda após a II Guerra Mundial de (1939-1945).

---

5 A suástica é um símbolo utilizado bem antes dos nazistas. O seu uso como logomarca data do século X, mas ganhou associação ao nazismo. Ver Mota e Braick (2000).

2 A CRISE CAPITALISTA E AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS QUE POSSIBILITARAM A EMERGÊNCIA DO III REICH

A crise econômica da Alemanha, no chamado período entre guerras (1919-1939), era muito semelhante à da Itália. Porém, havia o agravante que, em 1919, após a I Grande Guerra Mundial, os líderes das forças aliadas, em especial a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, se reuniram em Versalhes, na França, para uma específica reunião. Nesta reunião, que de início era para discorrer sobre como manter a paz na Europa, também se decidiu que a Alemanha, uma das economias derrotadas no conflito, deveria pagar indenizações às nações vencedoras. Assim, em 28 de junho do mesmo ano, foi assinado o Tratado de Paz de Versalhes[6]. Isto foi traumático para a economia alemã que emergia da I Guerra: desestruturada, repleta de movimentos sociais em razão do crescimento das taxas de desemprego, com uma taxa de câmbio de 1 dólar para 5 milhões de marcos, e com hiperinflação. Também, havia perdido suas colônias da Ásia, África e Oceania, e parte do seu território no Vale de Ruhr, grande produtora de carvão e aço. Além disso, não poderia mais se militarizar, tudo isso aliado ao orgulho ferido do povo alemão pela derrota militar e pelas cláusulas do Tratado de Versalhes (MOTA; BRAICK, 2000).

As propostas de soluções para a situação vieram de dois lados: a) da esquerda, representada pelos partidos Social Democrata e o Comunista Alemão; b) da direita, representada pelo Partido Nazista, abreviatura de *National Sozialistiche Deutsche Abeiterpartei* ou Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Embora fosse um partido dos trabalhadores, o grande capital e a média e pequena burguesia, temendo o comunismo, acabaram apoiando o Nazismo, que passou a crescer nos anos 1920. Instaurava-se, também, a crise política na República Weimar[7]. O que se desejava era um Estado forte, capaz de libertar a Alemanha das restrições impostas pelo Tratado de Versalhes (LOPEZ, 1983).

---

6 No Ultimato de Londres, em maio de 1921, o qual se referia ao montante que a Alemanha deveria pagar sobre as reparações da guerra, a soma estimada era de 24 bilhões de libras esterlinas, que, para muitos, era uma quantia impossível de ser paga naquela época. Ver Couto e Hackl (2007).

7 Dá-se o nome de República de Weimar ao Estado alemão surgido após a I Guerra Mundial e que terminou em 1933, com a ascensão do Nazismo. Na realidade, o Estado alemão desde a sua fundação em 1871 até 1933 era chamado de *Deusches Reich* ou Reino Alemão.

No aspecto econômico, o *Reichsbank*, Banco Central da Alemanha, não conseguia manter a demanda por moeda.

> Inúmeras cidades e firmas passaram a imprimir seu próprio ‘dinheiro de emergência’ e com ele pagar despesas. O *Reichsbank* não pôde recusar-se a aceitar aquele dinheiro em seus caixas e a tratá-lo como de igual valor às próprias cédulas. Tornou-se impossível controlar o dinheiro de emergência emitido. Toda a circulação de meios de pagamento se tornou um caos. (SCHACHT, 1999, p. 222).

“A disseminação de outras moedas estrangeiras mais estáveis que a moeda alemã fez com que o marco perdesse, inclusive, a sua função de meio de pagamento. Em novembro de 1923, o estoque de marcos em circulação era irrisório” (COUTO; HACKL, 2007, p. 319).

A desordem na economia, devido à hiperinflação, parou a produção, aumentando o desemprego. Ao mesmo tempo, o *Reichsbank* era indiferente à situação até o momento em que cessasse o debate sobre as renegociações acerca das reparações da guerra. Acompanhado a isso, o movimento socialista tomou força na Alemanha, enquanto Hitler se movimentava no sul do país (COUTO; HACKL, 2007).

No ano seguinte, Schacht[8] foi nomeado para presidir a implantação do plano de estabilização “*retenmark*” (cujo nome era também atribuído inicialmente à moeda implementada no plano de estabilização), o que possibilitou a inflação ser controlada. Ainda, nesse mesmo ano, foi nomeado presidente do Banco Central alemão, pelo Presidente alemão, Friedrich Ebert. De acordo com o novo presidente, além da Alemanha já possuir taxa de câmbio fixa, era necessário mais um passo para estabilização da economia: combater “o dinheiro de emergência”. Houve, também, a reestruturação fiscal, resultando na melhora das contas do Governo (COUTO; HACKL, 2007).

Em 30 de agosto de 1924, o *retenmark* foi substituído pelo *reichsmark* como moeda oficial. “Até 23 de agosto de 1926, o *reichsmark* manteve a paridade cambial como forma de garantir a equivalência com o dólar. A partir dessa data, esse sistema de âncora cambial foi abandonado e a taxa cambial passou a flutuar de acordo com as condições de mercado” (BRESCIANI-TURRONI apud COUTO; HACKL, 2007, p. 321).

---

8 Mais informações sobre Horace Greeey Hjalmar Schacht ver Couto e Hackl (2007).

Assim, o período entre 1920 e 1924 ficou conhecido como a “Era da Inflação” para a Alemanha.

> Era da inflação é, para todos os que ainda se lembram: bloqueio da entrada de alimento no país, entrega de bens a potências estrangeiras, inexistência de direitos políticos, revolução social, enriquecimento repentino de figuras obscuras. Perda substancial das classes até então abastadas, empobrecimento da pequena, média e alta burguesia. Corrupção entre políticos e funcionários públicos, negociatas políticas entre os partidos, as Forças Armadas e os ministérios. Mortalidade infantil crescente, criminalidade crescente, jovens deformados por causa do raquitismo, morte prematura dos idosos. Tudo isso e muito mais está contido nas palavras “era da inflação” (SCHACHT, 1999, p. 219).

Pouco depois, Schacht viajou a Londres para se encontrar com o presidente do Banco Central da Inglaterra, Montagu Norman. Sua finalidade era negociar um empréstimo de moeda estrangeira para poder conceder crédito às empresas alemãs, com o objetivo de elevar a produção (COUTO; HACKL, 2007). Nas palavras de Schacht:

> Tenho a intenção de criar, ao lado do *Reichsbank*, um segundo banco de emissão, baseado totalmente no ouro. Esse banco abrirá crédito apenas contra títulos e socorrerá preferivelmente aquelas indústrias alemãs que possam retornar as exportações. Vou chama-lo de *Golddiskontbank* [...]. Imagino a criação do banco com um capital de 200 milhões de marcos. O capital deve ser conseguido em moeda estrangeira, digamos, em libra esterlina. Acredito que me será possível arranjar a metade do capital em moeda estrangeira dentro da Alemanha. Gostaria de solicitar a outra metade do banco da Inglaterra (SCHACHT, 1999; p. 253).

O *Golddiskontban*, outro plano de estabilização proposto por Schacht, entrou em vigor em 13 de março de 1924, com a aceitação do presidente do Banco Central da Inglaterra. Pouco antes de entrar em vigor, ocorreu a Conferência *Dawes*, realizada em Paris, onde Schacht esclareceu a situação econômica da Alemanha. Para que o presidente do Banco Central concretizasse a estabilização da moeda, havia dependência das negociações das reparações da guerra. O Plano *Dawes* foi assinado em agosto de 1924. A economia alemã vinha crescendo e ganhando confiança dos alemães como também de outros países. “O Plano *Dawes* e o respeito que o *Reichsbank* adquiriu sob o comando de Schacht recolocavam a Alemanha de volta ao mercado internacional de créditos” (COUTO; HACKL, 2007, p. 325).

Com o crescimento da economia, o capital estrangeiro começou a entrar no país de forma demasiada, mas os empréstimos também continuaram a entrar até 1931. Devido ao alto volume de empréstimo estrangeiro, a Alemanha não estava conseguindo

pagar as reparações da guerra com o saldo da balança comercial, mas, sim, com dinheiro emprestado (COUTO; HACKL, 2007). Graças a isso, foi convocada uma nova conferência, elaborada durante o ano de 1928, e, realizada em fevereiro de 1929, em Paris:

> Presidida pelo financista norte-americano Owen Young, a Conferência tinha duas questões importantes para serem resolvidas. A primeira referia-se ao valor que a Alemanha deveria pagar de reparações ao ano; a segunda dizia respeito à capacidade da Alemanha de transferir essa quantia em moeda estrangeira, de modo a não prejudicar o crescimento de sua economia (COUTO; HACKL, 2007, p. 326).

Nesta conferência, Schacht propôs o Plano *Young*, baseado na criação de um banco internacional que seria responsável pela redistribuição dos pagamentos das reparações da guerra e, ainda, por fazer empréstimo aos países subdesenvolvidos. O Plano *Young* foi assinado em 17 de julho de 1929 por pressões do Governo alemão (COUTO; HACKL, 2007).

Em 1931, Schacht se demitiu do *Reichsbank*, pois discordava do andamento do Plano *Young*. Começou participar e presidir as palestras sobre as reparações da guerra, e em uma delas "... advertiu que as reparações empobreciam o povo alemão e estavam levando ao poder partidos da extrema direita e extrema esquerda, ou seja, o Partido Nacional Socialista (de Adolf Hitler) e o Partido Comunista" (COUTO; HACKL, 2007, p. 329). Apesar disso, os Planos *Dawes* e *Young* conseguiram restabelecer a estabilidade econômica e política, conduzindo a Alemanha para a liga das nações (COUTO; HACKL, 2007).

Contudo, a recuperação da economia alemã foi violentamente interrompida pelo *Crash* de 1929, nos Estados Unidos, cujas consequências se propagaram para todas as economias capitalistas. Em 1931, os países que haviam emprestado dinheiro à Alemanha começaram a retirada de capitais do país, levando-o ao esgotamento de suas reservas e à suspensão do pagamento dos seus empréstimos aos credores. Assim, ganhando força, o Partido Nazista que em 1930 já havia elegido 170 parlamentares, em 1932 elegeu 230. Diante da crise econômica e política e da pressão da classe capitalista alemã, de latifundiários e da classe média, o então Presidente alemão, Hindenburg, indicou Hitler como Primeiro Ministro em 1933. Foi o início da implantação de um governo totalitário (MOTA; BRAICK, 2000). Mas afinal, quem era Adolf Hitler?

3 A VIDA, AS INFLUÊNCIAS E A CHEGADA DE ADOLF HITLER AO COMANDO DO ESTADO ALEMÃO

3. 1 A infância, a juventude e a emergência de Hitler na política alemã[9]

Adolf Hitler nasceu em 2 de abril de 1889, em Braunau, na Áustria, mas pouco viveu naquela cidade, porque logo se mudou para Passau, onde viveu parte de sua infância. Seu pai, que era funcionário público, teve seu serviço transferido para Linz, também na Áustria, levando sua família a mudar-se novamente. No ginásio da nova cidade, Hitler entrou em contato com uma de suas primeiras influências, seu professor de história, Dr. Leopold Potsch, considerado nacionalista alemão fanático. Foi o único professor a quem Hitler, que admitiu seu débito para com ele, oferecia respeito, e que recebeu um caloroso tributo em seu livro intitulado “Minha Luta”. “Foi talvez decisivo para toda minha vida posterior o fato de a sorte me haver dado um professor de História que compreendia como poucos outros, este princípio [...] o de reter o essencial e esquecer o não essencial...” (HITLER, 1983, p. 14-15).

Ele dizia que o professor explicava a história de modo a fazer com que os alunos revivessem o passado “em vívida realidade” e, também, se utilizava do fanatismo nacional de cada ouvinte como meio de educa-los. “E, com efeito, embora ele não tivesse tal intenção, foi então que me transformei em um jovem revolucionário” (HITLER, 1983, p. 15). Diante disso, é visto que este professor foi quem deu origem às suas ideias e princípios acerca do fanatismo patriótico.

Todavia, suas notas estavam decaindo e se tornaram insuficientes, para a formação naquele ensino, inclusive nas matérias que ele mais gostava, o que o levou a abandonar a escola. Foi então que, depois da morte de seu pai, mudou-se para um pensionato, onde tomou consciência do significado da palavra hierarquia, uma vez que a maioria das famílias que morava naquela cidade tinha posses, diferentemente da dele. Assim, começou a mentir e esconder sobre sua vida, como, por exemplo, quando disse, nesse pensionato que morava, que descendia de uma boa família (BLAINEY, 2009).

Em sua casa, havia a autoridade suprema de seu pai, quando este ainda era vivo, deixando um clima de tensão e pressões, uma das exigências paternas era que Hitler seguisse a carreira do funcionalismo público, e isso era algo que o descendente de camponês não tinha pretensão de seguir. “Pela primeira vez na vida, mal chegava aos

9 Esta subseção é inteiramente baseada em Shirer (1975).

onze anos, forçado a fazer oposição (disse) [...] Nunca, jamais, em tempo algum, eu seria funcionário público [...]. Meu pai ficou atônito, sem fala" (HITLER, 1983, p. 09). Hitler pensava estar destinado à carreira de pintor. Com o intuito de seguir sua "pré-destinada" profissão, mudou-se sozinho para Viena, por volta dos 16 anos.

3. 1. 1 Viena

Com a finalidade de realizar seu sonho de se tornar pintor, começou a viver em Viena, capital austríaca, em uma vida ociosa, sustentada por mesadas que sua mãe mandava. Essa mudança, de acordo com ele, representou sua liberdade e maior tristeza. Como não era preciso procurar por um trabalho, devido a essas mesadas, seu tempo era preenchido com estudos e leituras, além de proclamação aos seus amigos sobre o certo e o errado do mundo e as correções necessárias. Amava as óperas que ouvia em Linz ou Viena e as obras místicas pagãs de Richard Wagner. Tentou entrar para a escola de pintura e também de arquitetura, mas, na primeira, não foi aceito porque não possuía talento o suficiente, e, na segunda, não possuía grau de instrução necessário. Com isso, desiludiu-se com a cidade e ficou muito envergonhado por não ter sido aceito, por isso, não comentou esse fato com ninguém (BLAINEY, 2009).

Com o falecimento de sua mãe, voltou para Linz para enterrá-la, reencontrando uma antiga vizinha que o recomendou para um conhecido que era funcionário da Escola de Belas Artes e pediu por sua aceitação, mas Hitler foi reprovado no teste da referida escola. Sentindo-se envergonhado mais uma vez, teve mais um de seus acessos de fúria. Foi assim que começou a surgir seu ódio pelas academias e escolas. Também, foi-lhe designado um tutor, por causa do falecimento de sua mãe, para administrar sua pequena herança, pois só poderia recebê-la se estivesse estudando. Porém, como não havia conseguido entrar para nenhuma das Instituições que havia tentado, mentiu para o tutor. Dessa forma, passou a receber sua herança mensalmente, o que substituiu a antiga mesada fornecida por sua mãe.

Uma vez, adquiriu um bilhete de loteria e, como era um jovem sonhador, já contava para as pessoas o que faria com o prêmio. Só que, quando viu que não havia ganhado, entrou em mais um acesso de fúria e começou a falar sobre a desonestidade do Estado. Aos dezesseis anos, converteu-se em um nacionalista alemão fanático, que ostentava violento ódio por todas as nações não germânicas do Império Austro-Húngaro, bem como um amor igualmente violento por tudo o que fosse alemão. Além

disso, mesmo não suportando a escola, havia se tornado um leitor ávido, e tinha preferência por leituras sobre história alemã e mitologia germânica.

Com o passar do tempo, se isolou de todas as pessoas que conhecia. Não contatou mais seu tutor, sua irmã ou seu amigo de infância, August Kubizek, por um longo período. Continuou vivendo de forma ociosa e desiludida. Ao mudar-se de Viena para Munique, Hitler possuía opinião formada sobre as façanhas do mundo, e, suas leituras e experiências iriam se transformar em parte importante da história alemã e mundial, pois já se consistiam nos alicerces do Terceiro Reich, que ele logo construiria. A Serpente estava quase nascendo, forte, vigorosa e pronta para marcar a história.

3. 1. 2 Berlim e ascensão de Hitler ao comando do Estado Alemão

Em 24 de maio de 1913, aos 24 anos, Hitler muda-se para Munique por esta possuir um movimento cultural mais ativo, em relação a Berlim, considerada centro político. Porém, esta mudança para Munique também lhe serviu como fuga dos serviços militares. O que não adiantou, pois foi encontrado ali pelas autoridades do exército. Hitler alegou que não havia conseguido atender de imediato a primeira convocação por problemas financeiros e pelo falecimento de sua mãe, e que, mais tarde, já tinha enviado seus documentos espontaneamente para se apresentar, só que estes provavelmente teriam se perdido nas mãos das autoridades. Desculpou-se pelo contratempo ocorrido e ainda disse de forma chorosa e um tanto astuta, em uma de suas cartas, que havia perdido sua juventude e possuía calafrios de algumas de suas piores lembranças. Acabou safando-se deste compromisso militar (BLAINEY, 2009).

Em 1918, com a eclosão da I Guerra Mundial, Hitler encontrou oportunidade de ser reconhecido e, talvez, conseguir poder. Alistou-se e foi aceito como voluntário no exército bávaro, mesmo sendo austríaco. Recebia bem as ordens dos superiores, não reclamava e era sério quanto aos objetivos da guerra. Dizia que os inimigos invisíveis da Alemanha eram os marxistas e judeus, condenava aqueles que fugiam do serviço militar e que desejavam que a guerra terminasse logo. Para Hitler, os que agiam desta forma eram judeus, assim como quase todos os funcionários. E, também, ele argumentava que quase toda a produção da Alemanha estava sob controle financeiro judeu, pois acreditava que os judeus estavam por trás de vários partidos da época e também controlavam a mídia. Dessa forma, pôs-se a lutar com mais vigor e alegria,

pois, segundo ele, havia constatado “o mal da Alemanha” (HITLER, 1983; SHIRER, 1975).

Após muitas batalhas, no final da I Grande Guerra, em 1918, Hitler adquiriu uma cegueira temporária devido a um ataque a gás lançado pelos ingleses e recebeu com ódio e frustração a derrota da Alemanha. Para ele, assim como para a maioria dos alemães, o exército alemão não havia sido vencido no campo de batalha, mas, sim, “apunhalado nas costas, na própria Alemanha, pelos traidores”. Deste modo, seus objetivos agora eram arruinar a República de Weimar e preparar o caminho para o triunfo.

Havia um pequeno grupo político de Munique, Partido dos Trabalhadores Alemães, que o Departamento Político do exército desconfiava ser diferente dos demais, nos quais predominavam o socialismo e comunismo, pois geralmente eram partidos operários. Hitler recebeu ordens para dar atenção a esse grupo e investigá-lo. Foi então que assistiu a uma das reuniões e ficou encantado com as ideias econômicas – como, por exemplo, o capital especulativo ser muito mais interessante que o capital criador e produtivo e a ênfase que Gottfried Feder aplicava em sua palestra. Entendeu que a abolição da escravidão dos interesses pessoais era uma das premissas essenciais para a fundação de um novo partido. Porém, o fator chave foi quando um professor se pôs contra as ideias de Feder, apontando seus argumentos como inconsistentes, propondo que a Baviera deveria romper com a Prússia e fundar-se com a Áustria. Mesmo tal ideia sendo popular naquela época, Hitler entrou em fúria e levantou-se para rebater a ideia de forma violenta, o que gerou espanto nos demais presentes. Então, Anton Drexler, possivelmente o verdadeiro fundador do Nacional-Socialismo, entregou-lhe um folheto que continham várias de suas ideias, entre elas a de criar um partido político que se baseasse na classe trabalhadora e que fosse fortemente nacionalista. O conteúdo do folheto agradou a Hitler profundamente.

Tornou-se o membro número 7 (sete) do comitê do Partido dos Trabalhadores Alemães, junto com o capitão Ernst Roehm, que teria muita importância para sua ascensão. Odiava a República de Weimar, os comunistas e judeus. Seu objetivo era criar na Alemanha um poderoso partido nacionalista. Dietrich Eckart, chamado de fundador espiritual do Nacional-Socialismo, também foi elemento importante para a ascensão de Hitler, como seu mentor. Pregava a superioridade ariana, a eliminação dos judeus e a deposição dos “porcos” em Berlim. Dizia que precisavam de um chefe que pudesse “aguentar o som de uma metralhadora”, um trabalhador que soubesse falar, e, encontrou

isso em Adolf Hitler. Assim, tornou-se conselheiro íntimo de Hitler, ajudando-o com sua linguagem escrita e falada e apresentando-o a diversos indivíduos influentes ou que simplesmente iriam auxiliá-lo no futuro.

De acordo com Shirer (1975), sem saber, estavam moldando o movimento mais forte da Europa, que devastaria a Alemanha e a levaria para o Terceiro Reich.

> O confuso ferreiro Drexler forneceu a semente, o poeta Eckart uma parte dos alicerces 'espirituais', o maníaco Feder o que passava como ideologia, o homossexual Roehm o apoio do exército e dos veteranos de guerra, mas foi o ex-vagabundo Adolf Hitler, que não contava ainda trinta e um anos de idade e que era inteiramente desconhecido, quem assumiu a chefia do movimento, convertendo o que não passava de uma pobre sociedade de debates em algo que se tornaria logo um formidável partido político (SHIRER, 1975, p. 73).

Com Hitler, "... o partido rompeu os estreitos limites de um pequeno clube e, pela primeira vez, exerceu influência decisiva sobre o fator mais poderoso de nossa época: a opinião pública" (SHIRER, 1975, p. 74). Ele sempre fazia uso de expressões que chamavam a atenção da população mais pobre, enfatizando a importância de suas opiniões, dizendo que eles deveriam erguer-se para se fortalecerem, pois eles eram a raça superior. Dizia que o mais pobre ariano ainda era muito melhor que um poderoso judeu, pois aquele, sim, pertencia à raça superior, numa clara demonstração do antissemitismo. Em 1 de abril de 1920, foi mudado o nome do partido para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães ou NSDAP e, por motivos táticos, Hitler declarou inalteráveis os 25 pontos do programa oficial do Partido Nazista. Esses pontos atraíam falsamente os trabalhadores, a pequena classe média e os camponeses, mas a maior parte deles foi esquecida quando o partido atingiu o poder (SHIRER, 1975).

Havia os pontos 1, 2 e 25, colocados no programa por insistência de Hitler e os quais seriam executados assim que se tornasse chanceler, que exigiam a união de todos os alemães no Reich, a revogação do Tratado de Versalhes e St. Germain e a criação de um forte poder central do Estado. Nas eleições de 14 de setembro de 1930, o NSDAP elegeu 107 parlamentares, sendo o segundo partido mais votado. Hitler não podia se candidatar a nenhum cargo específico dentro do parlamento, com exceção de continuar como líder de seu partido, porque não possuía nacionalidade alemã. Assim, quis tentar um golpe de Estado, mas não o fez, pois sua prioridade era legalizar seu partido. Depois disso, mais comícios foram feitos, e, nas eleições municipais de Bremen, em 30 de

novembro, os membros do partido conseguiram mais de 25% das cadeiras (FEST, 1976).

Os soldados do exército eram proibidos de ter orientações políticas, portanto, proibidos de participações nos partidos existentes, e, como alguns o fizeram, houve um julgamento, no qual Hitler teve de participar. Foi com esse ato que conseguiu legalizar seu partido. A popularidade de Hitler crescia, e o Governo alemão nada podia fazer para frear sua ascensão, pois temia uma guerra civil. Através das reuniões e de suas conquistas, foi adquirindo maior destaque no cenário político. Foi convidado para uma entrevista com o Presidente, em Berlim, e ali percebeu que este poderia lhe dar um cargo, mas nunca o de chanceler. Depois, fez um comício em Hanzburg, e falou que essa seria sua última manifestação antes do poder (FEST, 1976).

Não queria fazer alianças com a burguesia. Tentou se aproximar dos donos de indústrias, para aumentar seus apoiadores e pediu pela assinatura de uma petição que possibilitaria a ele se tornar chanceler. Porém, não foram todos os que assinaram, impedindo seu êxito. Em 1932, houve novas eleições para Presidente, e, Hindenburg, apesar da idade já avançada, foi eleito. Deu a Hitler o cargo de Conselheiro do Governo de Breenswick e a nacionalidade alemã que ele tanto queria e precisava, graças às pressões políticas e para acalmar os vários manifestantes a favor disso. Nesta época, Hitler já contava com o apoio e o financiamento de grandes magnatas, e o Partido Nazista logo se tornou o maior do *Reichstag* ou Parlamento Alemão. Estes magnatas eram nomes como Krupp, Kirdorf, Companhia de Seguros Allianz, Companhia de Aviação *Lufthansa*, *Fritz Thyssen*, *Deustsche Bank*, entre outros (LOPEZ, 1983).

Para combater e intimidar os adversários, Hitler contava com a SA, *Sturm Abteilung* ou divisão de choque. Com este poder, Hitler já fazia comícios no país todo, usando avião, e demonstrava o poderio que estava adquirindo (FEST, 1976).

Pouco tempo depois, Bruning, o Chanceler alemão, foi destituído do cargo porque proibiu as tropas de choque, fato que desagradou Hitler. Quem assumiu o cargo foi Von Papen. Embora essa decisão do Presidente tenha sido reprovada pela maioria, Hitler a aprovou, e Von Papen retirou a proibição das tropas, o que ocasionou um estado caótico na Alemanha. O Chanceler também destituiu o Primeiro Ministro e incorporou suas responsabilidades ao seu próprio cargo. Ele ofereceu o cargo de vice-chanceler a Hitler, mas este recusou, pois queria o cargo de chanceler ou nada, não aceitava meio termo (FEST, 1976).

Mais tarde, quando o Presidente perguntou a Hitler se ele estava disposto a apoiar o Governo, a resposta foi não, e então seu pedido para ser o chanceler não foi aceito. Dessa forma, Hitler pensou seriamente em sair da legalidade e aplicar um golpe, mas decidiu somente não colaborar mais com o Governo. Assim, nas eleições que sucederam, o NSDAP perdeu muitos eleitores e cadeiras. Novamente, Papen tentou uma aliança com Hitler em um encontro, onde falou que este só poderia se tornar chanceler de um Governo com maioria parlamentar. Após um tempo, Papen perdeu o cargo, que foi dado a Von Schleicher (FEST, 1976).

Em 4 de janeiro de 1933, Hitler se encontrou com Papen, e este disse que Hindenburg só não tinha lhe dado o cargo de chanceler por causa de Schleicher, e propôs unirem forças para chegar ao Governo. Hitler falou que só concordaria se ele tomasse as decisões. Nesse encontro entre os dois, foi o possível nascimento do Terceiro Reich. E o próprio Presidente, que ainda mantinha relações com Papen, se voltou contra o chanceler Schleicher. Mais tarde, em um novo encontro, Hitler de fato pediu a chancelaria, mas Papen disse não ter tanta influência com o Presidente. Decidiram então que o filho dele, Oskar Von Hindenburg, era quem deveria fazer esse pedido. Hitler se encontrou com ele e usou de vários meios para que ele fizesse o que pedia. Oskar viu que não tinha outra solução a não ser dar a chancelaria a Hitler, e a vice, a Papen (FEST, 1976).

Depois de alguns acontecimentos, o Presidente era o único a se opor à nomeação de Hitler. Porém, depois de desentendimentos com Schleicher, teve uma reunião com Papen e Hitler. Nela, além de reivindicar pelo direito de novas eleições, Hitler fez alguns pedidos, como: os postos de chanceler e comissariado do Reich para a Prússia, e o domínio do Ministério do Interior, do Ar e do Interior da Prússia. Apesar de muito resistir, o Presidente acabou aceitando essas propostas, por não ter melhores opções políticas. Em 30 de janeiro de 1933, Hitler assumiu o posto de chanceler (FEST, 1976).

Quando finalmente chegou ao cargo de chanceler, Hitler promoveu novas eleições, as quais foram favoráveis a todos os seus aliados. Seu partido teve mais votos que os outros, o que facilitou aumentar ainda mais o seu poder. Ele pretendia implantar o Estado totalitário, com o poder centralizado em suas mãos, como havia afirmado durante todos aqueles anos (FEST, 1976).

Em 1934, quando o Presidente Hindenberg estava muito doente, Hitler fez uma lei que entraria em vigor depois da morte do Presidente: iria unir os cargos de Presidente do Reich e Führer juntamente ao seu cargo. Assim, esta seria a última etapa

para ter o poder que tanto almejava. Essa lei foi aprovada, e, em 2 de agosto, o Presidente Hindenburg faleceu. Logo depois, graças à criação de sua lei, Hitler assumiu o poder, e deu início a sua ação totalitária no período conhecido como III Reich (FEST, 1976).

4 ESTADO E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NO III REICH

Em junho de 1934, Hitler, que já havia mandado incendiar o parlamento e atribuído a ação aos comunistas, como pretexto para impor a ditadura no país, eliminou de maneira sangrenta e traiçoeira as lideranças da SA, antes a seu serviço, a pedido do exército. O episódio ficou conhecido como “Noite dos longos punhais”. De um lado, o exército alemão queria o domínio das forças armadas e de outro, Hitler não aceitava ser contestado no Estado alemão. Assim, Hitler se tornou o senhor inconteste da Alemanha e iniciou oficialmente, com aval do Partido e do exército, o III Reich (LOPEZ, 1983).

Em 2 de agosto de 1934, Schacht assumiu o Ministério da Economia em conjunto com o cargo de presidente do Banco Central. Segundo Shirer, “toda a sabida magia de Schacht nas finanças foi posta a trabalhar para custear a preparação do Terceiro Reich para a guerra. [...] De 1935 a 1938 foram utilizados (Saques Mefo[10]) exclusivamente para financiar o rearmamento...” (SHIRER, 1975, p. 387). A população na Alemanha, em 1934, era grande, portanto, havia uma alta demanda por alimentos. Entretanto, a produção não atendia a toda essa demanda, o que resultava na dependência das importações. Desse modo, em 1934, Schacht elaborou mais um plano baseado no comércio bilateral, o “Novo Plano” (COUTO; HACKL, 2007).

Em 1935, quando Hitler lançou o segundo plano quadrienal, ao qual Hjamar Schacht era contrário, o presidente do Banco Central começou a perder as influências que tinha sobre Hitler. Neste mesmo ano, Hitler desafiou o Tratado de Versalhes, decretando o serviço militar obrigatório. No plano econômico, o militarismo era interessante porque ativava a indústria bélica, o que acelerou a recuperação econômica através da produção de armamento, caracterizando a chamada economia de guerra. O Governo organizou um vasto programa de obras públicas e, ao estilo keynesiano, não hesitou em gastar para assegurar o emprego (LOPEZ, 1983).

Entre 1933 e 1939, o Nazismo teve uma chance enorme de fortalecer a economia do país, ampliar suas fontes de matérias-primas e mão de obra ao conquistar diversas

10 Emissão de títulos por quatro grandes empresas alemãs.

regiões e países vizinhos, sem guerra e sem ônus, já que a Inglaterra e a França, sentindo a importância da economia alemã no âmbito do capitalismo e a aproximação da União Soviética com a mesma, resolveram dar-lhe uma trégua. Segundo os próprios generais alemães, a Alemanha não teria nenhuma chance se a Inglaterra e a França resolvessem reagir e Hitler talvez caísse do poder. Então, mais que os planos pitorescos de Hitler e de seus mentores, a estabilidade econômica conseguida pela Alemanha na época do III Reich deveu-se ao apaziguamento dos países vencedores da I Guerra Mundial. Esse apaziguamento que os países da aliança deram para a Alemanha foi porque na época todos tinham como preocupação a expansão do comunismo da União Soviética (LOPEZ, 1983).

A reação anglo-francesa só veio quando Hitler resolveu desmembrar e anexar a Tchecoslováquia e criar um corredor na Polônia para unir a Alemanha à Prússia Oriental. As potências atlânticas prometeram à Polônia que se isto ocorresse iriam defendê-la, pois entendiam que haviam alimentado um "monstro que se revelava incontrolável" (LOPEZ, 1983, p. 69). Dava-se início à queda do III Reich, com a II Guerra Mundial. Para Lopez:

> Enquanto a I Guerra resultou das contradições entre países capitalistas, a segunda começou quando as contradições entre o capitalismo e seus mecanismos de defesa (Nazismo/Fascismo) se tornaram mais fortes, ainda que momentaneamente, do que as contradições capitalismo/socialismo (LOPEZ, 1983, p. 70).

Não foi só o Hitler louco e fanático que provocou a II Guerra, mas também o capitalismo ocidental que o apoiou porque representava um "remédio" contra o comunismo. A II Guerra Mundial teve início em 1 de setembro de 1939. A Alemanha possuía um grande exército e contava com a neutralidade da União Soviética. Em 1941 houve uma ofensiva dos países fascistas e da Alemanha, que obteve vantagens e ocupou várias regiões da Europa e da Ásia. Porém, o regime hitlerista foi derrotado quando se esgotou o seu poder de agressão. O Reich de mil anos sonhado por Hitler começou a desmoronar, efetivamente, a partir de 1943, quando a Alemanha começou a recuar em todas as frentes em que se envolvera, perdendo várias batalhas. Em 1944, um complô do exército alemão tentou matar Hitler, mas não conseguiu, porém, o III Reich desmoronava de maneira irreversível (SHIRER, 1967).

Em abril de 1945, a II Guerra chegou ao fim, e Hitler e alguns de seus auxiliares se refugiaram num *bunker* da chancelaria de Berlim. Em 29 do mesmo mês, casou-se

com Evan Braum, e ambos suicidaram-se. Em 08 de maio, a Alemanha se rendeu aos ingleses, americanos e russos, que não reconheceram o sucessor nomeado por Hitler, o almirante Doenitz (SHIRER, 1967).

Os resultados foram devastadores e o preço pago pelos grupos minoritários foi alto. Não há um valor exato de números de mortos na Segunda Grande Guerra, porque muitas mortes não foram registradas. Há autores que sugerem um total de 60 milhões de pessoas entre soldados e civis, os últimos sendo parte da precariedade da época, fome e doenças, e ainda por genocídios e bombardeios. No holocausto, 6 milhões de judeus foram assassinados, conjuntamente com mais 5 milhões de pessoas, as quais se incluem ciganos, eslavos e homossexuais. Enfim, aqueles que não pertenciam à chamada raça superior[11], como pregava Hitler. Para ter-se uma ideia da quantidade de mortos em apenas uma batalha, no dia 3 de fevereiro de 1943, ocorreram 200 mil mortos (COGGIOLA, 1995).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hitler passou por várias fases em sua vida que propiciaram sua personalidade. Seu entusiasmo começou desde a infância, graças a certos professores que lecionavam de forma expressiva, em relação ao fanatismo nacionalista. Mais velho, seu pensamento foi fortalecido pelas ávidas leituras que fazia sobre história, mitologia e obras místicas pagãs. Ao decidir entrar para a política, uma vez que havia desistido da carreira artística, por ter se decepcionado com as rejeições nas escolas de artes e arquitetura, sua perseverança abriu caminho para o poder. Os fatores que o levaram a conseguir tanto destaque na época foram exatamente a perseverança, a sua capacidade oratória que foi se desenvolvendo e, principalmente, por causa do cenário particular de devastação que a Alemanha apresentava após a I Guerra Mundial e, mais tarde, os reflexos da crise de 1929.

Na época houve vários planos para estabilizar a economia alemã, alguns obtiveram resultados positivos, outros não. Com a crise de 1931, o Partido Nazista de Adolf Hitler tomou força e conquistou o poder na Alemanha. Os anos que seguiram foram de estabilidade econômica por causa dos gastos do Governo com o rearmamento, graças às políticas econômicas estabilizadoras. Esse período que sucedeu foi

11 Para Hitler, raça superior era a ariana, de estatura alta, pele branca, olhos claros, segundo ele, o homem-Deus.

caracterizado como Economia de Guerra. Finalmente, em 1934, houve a ruptura do Tratado de Paz de Versalhes;

Assim, o fato de Hitler sempre apontar um culpado – principalmente judeus e o Governo weimarista, para a situação alemã, e querer destruir esses culpados, para solucionar os problemas, foi o que o ajudou a crescer em popularidade com a população. Envolvia as pessoas em discursos de poder e raça superior para conseguir suas atenções. Caso a situação do país fosse outra, provavelmente ele não passaria de mais um simples cidadão que tinha um nacionalismo extremo.

Em suma, pode-se dizer que todo o esforço da política hitlerista, ao longo dos anos, levou a Alemanha de volta a alguns patamares importantes economicamente. Supõe-se, também, que a situação alemã melhorou até mesmo em relação ao período anterior à Primeira Guerra Mundial. O império de Hitler cresceu tanto que passou a dominar outras grandes nações, mas, por conta de seu fanatismo, isso apresentou um resultado triste e violento em vários aspectos, que ficaram marcados na história do país e do mundo. Portanto, pode-se considerar que os motivos e influências, aqui levantadas, contribuíram para o início da Segunda Guerra Mundial.

Os planos econômicos que conseguiram estabilizar a economia alemã fomentaram os planos de Hitler para o rearmamento da Alemanha, com isso houve a eclosão da Segunda Guerra Mundial, com consequências devastadoras para toda a sociedade. Foi a partir dessa produção de armamento que eles puderam se reerguer como economia, uma vez que naquela época os países que estavam envolvidos no Tratado de Paz de Versalhes estavam mais preocupados em frear os avanços do comunismo no mundo, do que verificar se a Alemanha estava cumprindo o Tratado. Quando se deram conta do problema, ele já era muito grande, e isso acabou resultando em outra guerra mundial que apresentou grandes perdas para vários países, principalmente à Alemanha, pois, à medida que o tempo passou, foram sendo expostos para a humanidade os vários horrores do totalitarismo. Como resultado da perda da Segunda Guerra, os alemães voltaram a se encontrar em uma situação bem precária.

REFERÊNCIAS

BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Século XX*. São Paulo: Fundamento, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã Editora, 1995.

COUTO, J. M.; HACKL, G. Hjalmar Schacht e a Economia Alemã (1920-1950). In: *Revista Economia e Sociedade*. vol. 16., n. 3 (31), p. 311-341, dez., 2007.

FEST, Joachim C. *Hitler*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Moraes, 1983.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Século XX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

MOTA, M. B.; BRAICK, P. R. *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna, 2000.

SCHACHT, Hjalmar. *Setenta e Seis Anos de Minha Vida*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

SHIRER, William L. *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*. Vol. 2. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SHIRER, William L. *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*. Vol. 1. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FLUXOS ECONÔMICOS REGIONAIS E A HISTÓRIA FISCAL: AS *CAJAS* REAIS DO VICE-REINO DA NOVA GRANADA E A REAL FAZENDA DO BRASIL NO SÉCULO XVIII

Thaiz Barbosa Freitas[1]

Resumo: O objetivo deste trabalho é introduzir uma análise comparativa dos fluxos econômicos entre as *cajas* reais na América Espanhola, especificamente na região de Cartagena, no Vice-reino da Nova Granada, e os rendimentos fiscais das capitanias de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e seus respectivos fluxos para o Rio de Janeiro ao longo do século XVIII. Nesse sentido, a pesquisa tem como base os cenários de mudanças políticas e econômicas durante o período das Reformas Bourbônicas nas colônias espanholas e as Reformas Pombalinas no Brasil, levando em conta as especificidades e concepções dos diferentes espaços coloniais.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre os diferentes espaços coloniais na América Espanhola e na América Portuguesa, assim como as mudanças políticas e econômicas que ocorrem ao longo do século XVIII envolvem, principalmente, debates historiográficos e análises teórico-metodológicas acerca da "natureza das relações coloniais" [2]. A organização econômica e integração do mercado interno, a história regional e os métodos quantitativos, assim

---

1Bolsista de iniciação científica da FAPERJ. Licenciatura em História na Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

2 CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco**. Editora UFJF, 2009.

como as relações entre metrópole e colônia, são alguns dos principais conceitos da historiografia mais recente que dão base ao estudo proposto nesse trabalho.

Na América espanhola, do século XVII ao início do século XIX, as possessões coloniais apresentavam, em sua maioria, uma organização político-administrativa baseada em Vice-reinos. Espaços que, como afirma Assadourian[3], foram vistos, durante muito tempo, como um bloco uniforme e homogêneo, ligados através das relações coloniais, à metrópole espanhola.

Em alguns trabalhos sobre o espaço colonial peruano, no fim do século XVIII, Assadourian (1982) caracteriza a América espanhola como um espaço fraturado em grandes zonas econômicas e político-administrativas, em que, segundo ele, a autossuficiência econômica e o máximo nível de integração regional permitiriam a coexistência de formas econômicas distintas, como o setor de subsistência, a comercialização e um mercado interno em crescimento. O autor critica, assim, analises e formas polarizadas que caracterizam o crescimento econômico desses espaços e indicam o domínio de Lima e Potosí sobre as outras regiões.

Dialogando com autores como Romano, que associa a crise de produção da prata em Potosí à diminuição da demanda e crise da Europa no século XVII, Assadourian (1982) fala sobre o conceito de economia-mundo, e propõe uma análise que enfatize hipóteses mais tradicionais e internas ao espaço colonial. Assadourian faz, assim, uma crítica à concepção do Estado espanhol como "autor" da estrutura colonial que coloca, no caso do espaço peruano, Lima como único ponto de entrada e saída dos fluxos econômicos, sem levar em conta a história e integração dos diferentes espaços regionais.

Ibarra[4], em alguns trabalhos sobre o Vice-reino da Nova Espanha, chama atenção para a análise proposta por Assadourian (1982), destacando a estrutura diversificada da economia da região em contraste com a observação de sua prosperidade limitada à produção e exportação metais preciosos. Como ressalta Assadourian (1982), a produção

---

3 ASSADOURIAN, Carlos Sempat. **El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico**. Instituto de estudios peruanos, 1982.

4 IBARRA, Antonio. Edad Del plata. **In: Kuntz Ficker, Sandra, Bernd Hausberger, e Colegio de México, orgs.** ***Historia económica general de México: de la colonia a nuestros días*****. 1a. ed. México**, D.F: El Colegio de México : Secretaría de Economía, 2010.

mineradora produziu, um ciclo de circulação de capital mineiro, associado, segundo Ibarra (2010), ao crescimento real da economia, provocando efeitos no mercado interno e um sistema de encadeamentos produtivos desde a produção alimentícia, elementos essenciais para o processo industrial da produção de prata, como o sal e o cobre.

Nesse sentido, Assadourian (1982) e Ibarra[5] destacam a articulação entre espaços urbanos regionais com grande dinamismo econômico, ao contrário do que apresenta Romano· sobre uma economia natural, fundamentalmente agrária e para um mercado formado por intercâmbios simples. A economia de mercado, monetária, no Vice-reino da Nova Espanha, segundo Romano (1998), seria marginal, fazendo com que os mercados refletissem a ausência de circulação monetária intensa, apontando a existência de um conjunto de mercados regionais debilmente articulados.

Ibarra (2002), porém, chama atenção para a articulação da produção mineradora e o conjunto da economia, levando em conta o papel da circulação de mercadorias na integração macroeconômica do mercado novohispanico e a relevância da vinculação entre mercado e a circulação monetária de pequena escala.

Com base nessa discussão, Ibarra[6] propõe uma análise historiográfica regional dos espaços coloniais através do método quantitativo, levando em conta o esforço burocrático da administração colonial e história regional comparada. Assim, Ibarra (2000) destaca a dinâmica do conflito entre interesses regionais e metropolitanos, integração, crescimento e autonomia, a fim de reconhecer não só a importância do setor externo na integração orgânica da economia regional, mas os fatores endógenos e exógenos que caracterizam, segundo o autor, a região como uma série de processos combinados.

---

5 IBARRA, Antonio. Mercado colonial, plata y moneda en el siglo XVIII novohispano: Preguntaspara un did/ogo amistoso con Ruggiero Romano**. In: Romano, Ruggiero, e Alejandro Tortolero, orgs.** ***Construir la historia: homenaje a Ruggiero Romano*****.** 1. ed. México, D.F. : Toluca, Estado de México, México : Zamora, Michoacán, México: Universidad Autónoma Metropolitana : Colegio de México : Instituto Mora ; Universidad Autónoma del Estado de Mexico ; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2002.

6 IBARRA, Antonio. ***La organización regional del mercado interno novohispano: la economía colonial de Guadalajara, 1770-1804*****.** 1. ed. Puebla, Pue. [Mexico] : [Mexico]: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Dirección General de Fomento Editorial ; Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

A análise quantitativa dos movimentos oscilatórios de indicadores como rendas decimais, tributos e intercâmbios comerciais, dá, segundo Ibarra (2000), coerência a explicação dos câmbios nas estruturas da vida material e social de uma região. Análises que permitem, segundo o autor, compreender o funcionamento e mudanças da economia e administração colonial, bem como a falta de contabilidade integral de territórios econômicos articulados, e a operação de homogeneização e construção de categorias estatísticas contemporâneas.

Esses indicadores, movimentos e categorias chamam atenção para a necessidade de se compreender a administração política e econômica dos espaços coloniais na América espanhola. Segundo Klein[7], desde a conquista e colonização, os funcionários da tesouraria real eram responsáveis pelo estabelecimento de "cajas" reais ou oficinas fiscais. Seguindo uma ordem hierárquica, com tesouraria central ou "cajá" principal, as "cajas" estariam, segundo Klein (1999), localizadas em cada capital vicereinal, ou nas principais cidades da região.

> "A medida que la conquista se extendió a America del Sur, la Corona cre6 y disolvi6 cajas constantemente. En Mexico, con el tiempo, lleg6 a crear 23 cajas y en Peru yen la Audiencia de Charcas, otras 25. Estas eran establecidas en orden jerarquico y poseian una tesoreria central o caja princi~al, ubicada en cada capital virreinal o en las principales ciudades de la regi6n. Se exigia que las oficinas locales se subordinasen a las regionales, estas a la oficina central y esta, a su vez, a Espana." (KLEIN, 1999:13)

Com a Monarquia Bourbônica, Klein (1999) aponta que as regiões de Buenos Aires e Montevideo vão passar por inúmeras mudanças, principalmente, a partir da década de 1740. Segundo o autor, fatores econômicos e demográficos vão levar a um aumento das *cajas* reais na América Espanhola, fazendo com que Buenos Aires, por exemplo, que até 1767 era a *caja* principal da região do Rio da Prata e enviava suas contas anuais a Lima, ganhasse, autonomia com a criação do Vice-reino do Rio da Prata.

---

7 Academia Nacional de la Historia (Argentina), org. **Nueva historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Planeta, 1999.

A crise da produção de prata em Potosí, no Vice-reino do Peru, no século XVII e o período entre 1680 e 1809 marcam um momento de grande transição quando, segundo Klein, a economia peruana e aquelas associadas à audiência de Charcas, flutuaram, sendo substituídas pelo Vice-reinado da Nova Espanha, que passa, então a ser a força dominante na economia colonial Americana. Tais mudanças na organização política, administrativa e contas fiscais, tem como resultado, a partir do século XVIII, o que o autor aponta como crescimentos das atividades agrícolas e sua contribuição nos Ingressos totais, transformando a importância hierárquica da *caja Limeña*.

Levando em conta, portanto, as transformações dos espaços e estruturas coloniais ao longo do século XVIII, Klein (1999) propõe algumas análises acerca da administração colonial e, nesse sentido, do funcionamento das contas das *cajas* reais, cujos livros da contabilidade fiscal, funcionavam como fontes de informação privada do rei, a fim de garantir a melhor imagem possível e controle dos fluxos econômicos para a Coroa.

Nesse sentido, Klein (1999) chama atenção para a metodologia e problema com essas fontes de “dupla” natureza, como problemas para estimar as contas anuais, a variação das leis fiscais e as isenções tributárias. Segundo o autor, a falta de dados e os totais anuais, o cálculo das médias mensais dos ingressos e gastos, através do reagrupamento dos impostos permitem entender as transformações experimentadas pela economia vicereinal, onde a análise dos principais componentes do ingresso fiscal régio, a nível de cada *caja* e do Vice-reino como um todo mostram padrões de crescimento variáveis.

Por sua vez, a organização dos espaços coloniais na América Portuguesa e, consequentemente, da Real Fazenda no Brasil, como nas possessões espanholas, envolvem debates acerca das diferentes concepções do regime colonial. Nesse sentido, análises historiográficas tradicionais e mais recentes sobre o tema permitem entender as concepções sobre a ideia de Antigo Regime e o sistema colonial do mercantilismo, bem como papel das colônias e a estruturação de seus espaços internos nos cenários políticos e econômicos regionais e mundiais.

Alguns trabalhos como o de Caio Prado Jr. e Fernando Novais[8], que discutem o regime colonial ao longo século XVIII, chamam atenção para uma demolição progressiva do Antigo Regime e a construção de novas instituições do Estado contemporâneo. Segundo Novais (1979), as Revoluções Inglesas do século XVII, o ciclo das revoluções liberais, a independência das colônias britânicas e constituição dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa seriam parte de um mesmo processo estrutural, a ruptura com o absolutismo, em que tais acontecimentos teriam se expandido para toda a Europa e para o Novo Mundo, com avanços e recuos no tempo e espaço.

Através do conceito de Sistema Colonial do Mercantilismo, enquanto uma das formas de organização política e econômica do Antigo Regime, Novais (1979) propõe um estudo da estrutura do sistema de colonização, através da análise do conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, levando em conta a posição e função das colônias no quadro econômico europeu. Segundo o autor, a exploração colonial ultrapassaria o âmbito da circulação de mercadorias para promover a implantação de economias complementares extra-europeias, com uma produção para o mercado externo, fornecimento de produtos tropicais e metais nobres à economia europeia.

Assim, Novais (1979) aponta que a produção colonial seria voltada para produtos que pudessem preencher função no sistema de colonização no capitalismo mercantil, comercializáveis na economia central, no caso, a europeia. Portanto, para Novais (1979), a economia colonial teria devido, também, ao escravismo, um mercado interno muito reduzido, e seria, por isso, muito dependente da economia metropolitana.

Com a produção industrial que vai exigir reajustes no comércio internacional e Situação de Portugal frente às outras potências europeias, Novais (1979) aponta o século XVIII como um momento de inversão do sistema que, na América Portuguesa vai se materializar nas reformas pombalinas. O autor afirma que a governação pombalina e o despotismo esclarecido viriam estruturar de forma mais sistemática a política mercantilista lusitana, o esquema de ação política de índole ilustrada, grandes

---

8 NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.

linhas de definição territorial, preservação da fronteira e a mobilização e concentração de capitais, recuperação dos mercados ultramarinos, promoção do surto manufatureiro patrocinado pelo Estado, monopólio, companhias, exclusivo, estatismo.

Como Novais, Figueiredo[9] também define o século XVIII como um momento de grandes transformações e ciclo de reformas, muito associadas ao despotismo esclarecido, que teria se propagado na América, segundo ele, depois da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), onde o período pombalino seria, então, o correspondente dessas reformas no Brasil. O autor, porém, sugere uma reflexão sobre a natureza da monarquia portuguesa, do regime colonial e do papel do Brasil nos seus equilíbrios políticos e na conjuntura do século XVIII. Figueiredo (2015), desse modo, trabalha a ideia de monarquia pluricontinental, levando em conta os equilíbrios institucionais, as conexões financeiras, os circuitos de circulação das elites e os fluxos migratórios, que, segundo ele, vão de encontro à definição do Império como um apêndice da monarquia Portuguesa.

A fim de entender as fontes de inspiração das reformas pombalinas, a natureza das reformas do fim do século Figueiredo (2015) faz uma análise comparativa da monarquia portuguesa nos setecentos e seus impactos no atlântico, assim como as mutações dos impérios vizinhos mais importantes, como o Espanhol. O autor propõe uma comparação das reformas nas duas monarquias ibéricas, que, segundo ele, nos dois casos, atingem os Impérios de forma mais notória na segunda metade dos Setecentos, no caso Português, com D. José, e, no caso espanhol, com Carlos III.

As duas reformas seriam, segundo Figueiredo (2015), de natureza discrepante e cronologias diferentes. O autor destaca a pluralidade administrativa espanhola, com múltiplos poderes regionais e vice-reinos, uma maquina administrativa mais complexa e exército numeroso, com a elite crioula ocupando os altos cargos, diferente do Brasil. Além disso, segundo ele, a dependência da monarquia espanhola das receitas do Império não seria tão esmagadora quanto a da monarquia portuguesa, mostrando como as mudanças no século XVIII não seriam fruto não de uma reforma, mas uma alteração nas relações de força em ambos os casos.

---

9 *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora : FAPERJ, 2015.

Entre as principais disposições do reinado de D. José, com a administração do Marquês de Pombal no Brasil, Figueiredo (2015) aponta as disposições sobre o comércio, as mudanças na administração, no setor militar e política colonial, de forma geral. A criação de companhias comerciais monopolistas, a criação de Juntas da fazenda, com os métodos de contabilidade do Erário-régio, e a política internacional com tradução militar, teriam efeitos, segundo o autor, em algumas dimensões políticas, mas não se traduziram em nenhum tipo de inversão notória da política colonial.

Com efeito, Figueiredo (2015) critica a ideia de que a política econômica tenha sido inicialmente, uma resposta a uma crise comercial e financeira, baseada em uma crise do sistema colonial mercantilista. O autor usa como exemplo a transferência da sede do Vice-reinado para o Rio de Janeiro, segundo ele, fruto de circunstâncias concretas e não do peso das decisões e reformas de pombal, o que não teria alterado no essencial o modelo de administração da colônia.

Sobre os efeitos dessas reformas no Brasil, Menz[10] também chama atenção para as companhias de comércio criadas por Sebastião José de Carvalho e Mello, por volta de 1750, que, segundo ele, vão introduzir e dar estímulo à produção mercantil de algodão e integração do Grão Pará e Maranhão ao mercado atlântico, resultando em mudanças institucionais e organização de grupos mercantis portugueses. As companhias teriam sido, segundo Menz, um marco de transição entre a depressão aurífera e a recuperação da agricultura de exportação no final do século, evidenciando a complexidade das relações e administração entre a metrópole portuguesa e o Brasil.

Alguns registros alfandegários de Portugal e Angola entre 1796 e 1807, trabalhados por Menz (2013), apontam a metrópole portuguesa responsável por metade do financiamento do tráfico em Angola, o que, segundo ele, vai de encontro ao consenso historiográfico acerca do tráfico de escravos ser controlado por mercadores residentes no Brasil. Menz (2013) afirma que esse consenso também se choca com estudos norte-americanos, como os de Hebert Klein, e Joseph Miller, que realçam a participação dos capitalistas de Lisboa no financiamento e destacam a autoridade de Angola sobre o Tráfico. Discussões que tem como base tradições historiográficas dos anos 80, e que

10 MENZ, Maximiliano M. A Companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola (1759-1775/80). **Afro-Ásia**, n. 48, p. 45-76, 2013.

apontam uma relação direta entre Brasil e África, dando destaque ao comércio luso-brasileiro em relação as carreiras negreiras supostamente triangulares, ressaltando a ideia de um mercado interno colonial ou inversão entre metrópole e colônia e a crise do Antigo Sistema Colonial.

Os pontos de análises propostos por Menz (2013) destacam as funções econômicas de cada região do império articuladas pelo comércio de escravos, revelando, segundo ele, as hierarquias espaciais definidas pelas mercadorias utilizadas e fluxos de negócios, bem como o financiamento do tráfico por Portugal, bem como o controle do fluxo de moedas graças ao tráfico. Assim, o autor cita Fernando Novais ao falar do exclusivo metropolitano como peça fundamental, porém, sem enfocar o problema dos lucros, e sim o controle sobre fluxos mercantis do Atlântico Português.

A partir dessa complexidade de relações e fluxos econômicos, Lima e Souza[11] fazem um debate sobre os níveis de monetarização da economia brasileira ao longo do século XVIII, a fim de mensurar o impacto das cunhagens de ouro de moeda nacional e sua retenção no mercado interno na colônia. Os autores ressaltam, assim, como a dimensão monetária das relações entre Brasil e Portugal não teria sido meramente exportadora, devido à importância do comércio interno e suas dinâmicas multiplicadoras.

Os meios de pagamento no Brasil incluíam, no geral, moedas de ouro, prata e cobre e mercadorias, como o algodão, no Maranhão e Grão-Pará, açúcar e ouro em pó, principalmente nas regiões mineiras. Por isso, segundo Lima e Souza (2015), era comum a diversidade nas formas de registro e pagamento no século XVII, evidenciado as relações entre a circulação de moeda, mineração e o mercado interno e a discussão da ideia da existência de economias naturais ou economias monetárias nos espaços latino-americanos.

A exploração do ouro, que modifica a circulação monetária no Brasil, levando à reabertura e criação de casas de moeda apontam, segundo Lima e Souza (2015), uma diferença de pelo menos 20% nos dados de amoedação e remessas de moedas de ouro

11 LIMA, Fernando Carlos G. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 35, n. 1, p. 169-201, 2005.

para Portugal, dados que associados aos relatos dos governantes das capitanias, confirmariam a existência de uma significativa circulação no comércio interno.

Com efeito, a revisão bibliográfica apresentada evidencia a importância do estudo da história fiscal e seus fluxos econômicos nos âmbitos regionais, principalmente, no que diz respeito às mudanças que ocorreram ao longo do século XVIII, bem como as particularidades da América Portuguesa e América Espanhola.

Assim, pensar essas relações fiscais é, sem dúvida, analisar as formas como esses fluxos e relações são construídas nos regimes coloniais ibéricos, seja a partir das críticas propostas ao modelo piramidal que hierarquiza, de forma pouco dinâmica, as estruturas do regime colonial, seja a partir de uma proposta de entender as articulações entre os diferentes espaços e a diversidade das relações espaciais neles presentes.

OS FLUXOS ECONÔMICOS DE CARTAGENA E A REAL FAZENDA NO BRASIL

As tesourarias da *Real Hacienda*, através da fundação das *cajas* reais na América Espanhola, se constituíram uma das estruturas de poder mais complexas da monarquia católica durante o regime colonial. Os *ingresos* e contribuições ao erário régio, como aponta Santiró[12], teriam sido a chave da política imperial e dos fluxos que nutriram o erário metropolitano, servindo de garantias para empréstimos e financiando grande parte dos gastos administrativos e militares nas Índias ocidentais e orientais.

Com a Guerra dos trinta anos e a emergência de novas potências europeias, como a França, Holanda e Grã-Bretanha, as pressões internas e externas levam ao fim o reinado de Carlos II e a guerra de sucessão espanhola (1701-1713), que colocaria no trono uma nova dinastia, os “Borbones”. Com Felipe V (1700 -1746), o período de consolidação do trono, conflitos armados e crescentes recursos fiscais, acabariam resultando em uma intensa política reformista que, entre outras, implicou em um maior controle dos recursos fiscais nas colônias na América.

---

12 Sánchez Santiró, Ernest, org. **Relaciones de valores y distribución de la Real Hacienda de Nueva España, 1744-1748.** Primera edición. México, D.F: Archivo General de la Nación, 2014.

Ao analisar o documento do Tribunal de Contas do México, Santiró (2014) chama atenção para os métodos e registros das contas fiscais das *cajas* com os indicadores de cargo e data e a existência de livros *manuales* e *comunes*. Segundo o autor, essas contas apresentariam uma dupla natureza, a primeira, apontando como instrumentos contáveis de entradas e saídas das diversas tesourarias formavam o erário régio, e a segunda, indicando como se estruturavam as ferramentas para o controle dos oficiais reais. Como consequência disso, os livros mostravam também a recepção de fundos procedentes de outras tesourarias e saídas para outras, permitindo identificar, como mostra o autor, os ingressos das *cajas* reais segundo suas rendas, gastos fixos e saldos.

Os registros do movimento dos fluxos e compensações entre cargos e datas feitos pelos contadores do Tribunal de Contas do México e analisados por Ernest, explicam como circulavam os fluxos entre as *cajas* reais e, consequentemente, o papel medular da *caja* real do México, que, segundo ele, concentrava não só recursos da jurisdição, mas absorvia os excedentes de outras *cajas*, cobria déficits, e remessas enviadas ao erário régio metropolitano. Uma análise que abre espaço para o estudo dos fluxos das *cajas* reais de Cartagena e do Vice-reino da Nova Granada, que, até então, diferente dos outros Vice-reinos, contam com poucas pesquisas e trabalhos que envolvem a história fiscal e regional.

Entre os trabalhos pioneiros envolvendo a história fiscal, como o de Herbert S. Klein y John J. TePaske para Nova Espanha, Peru, Bolívia, Equador, Chile e Rio da Prata, Meisel[13] é um dos primeiros autores a propor um estudo da economia de Cartagena das Índias, no Vice-reino de Nova Granada. O período entre 1751 e 1810, segundo Meisel (2003), vai marcar um momento de grande crescimento e prosperidade na região, então, um dos principais portos fortificados do Império Espanhol na América, onde estava localizada, no século XVIII, a principal *caja* do Vice-reino de Nova Granada.

Meisel (2003) propõe uma análise acerca da evolução dos ingressos fiscais de Cartagena desde 1751 a 1810, levando em conta as transferências das *cajas* e a

13 MEISEL ROCA, Adolfo. **¿ situado o contrabando?: la base económica de cartagena de indias a fines del siglo de las Luces**. BANCO DE LA REPÚBLICA-ECONOMÍA REGIONAL, 2003.

existência do contrabando para os portos caribenhos. Segundo o autor, para o porto de Cartagena, o situado se converteu em um sustento vital, não só das finanças públicas, mas de toda a economia, enquanto o papel do contrabando, apontado muitas vezes como a base econômica da região, chama atenção para a discussão acerca de sua presença na economia Vice-reinal e províncias caribenhas.

> "Uno de los aspectos más sobresalientes de las finanzas virreinales de la Nueva Granada fueron las enormes transferencias que el resto de las cajas reales tuvieron que hacerle a sus puertos caribeños y, en especial, a Cartagena. Esas transferencias, conocidas como situado, representaron uma carga onerosa para las provincias de uno de los virreinatos más pobres de América. A su vez, para el puerto de Cartagena el situado se convirtió en un sustento vital, no sólo de SUS finanzas públicas sino de toda su economía." (MEISEL, 2003:3-4)

Meisel (2003), no entanto, faz uma crítica à forma como o contrabando aparece generalizado na história econômica de Cartagena, apontado como o "pecado original do lugar". O autor fala sobre necessidade de se analisar os dados econômicos disponíveis sobre o comércio internacional de contrabando, colocando em questão o problema das fontes escassas, com alguns registros da *cajas* reais que caíam em mãos das autoridades coloniais.

Através do porto de Cartagena, epicentro do comércio exterior legal, e boa parte do ilegal, se dava o escoamento de boa parte da prata do Peru e Bolívia e do ouro da Nova Espanha, o que atraía muitos ataques de piratas, levando a construção de fortificações e muralhas. Segundo o autor, Cartagena tinha o monopólio do comércio exterior do Vice-reino de Nova Granada, com grande quantidade de cargas do que se comerciava com a Espanha e com os outros Vice-reinos, o que reafirma a importância de uma análise estrutural dos fluxos econômicos com as outras *cajas* e, consequentemente, a integração dessas bases econômicas entre diferentes regiões.

Para o caso dos espaços coloniais da América Portuguesa, Carrara[14] coloca em questão as análises de Caio Prado Jr. e Celso Furtado acerca da construção de modelos explicativos do funcionamento da economia colonial, que caracterizavam a atividade

---

14 CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Editora UFJF, 2007.

mineradora como forma de exploração econômica voltada para exportação e que se desenvolvia a margem das necessidades próprias da sociedade brasileira.

Carrara (2007) aponta que devido à inexistência de abastecimento local, ter-se-ia formado um grande mercado com articulação de diferentes regiões, principalmente do sul do país. Assim, o autor mostra a existência de um comércio interior, onde o funcionamento da economia de Minas Gerais não estava estreitamente vinculado à atividade mineradora, criticando a ideia de uma exploração econômica voltada para a exportação.

Com base nisso, o trabalho com a história fiscal, feito por Carrara (2009), enquanto um testemunho do processo de implantação, estruturação e funcionamento dos poderes do centro do império português, tem como objetivo sistematizar os dados relativos à estrutura da receita e da despesa, bem como identificar as conjunturas financeiras do Estado do Brasil ao longo do século XVIII. Dessa forma, o autor sugere uma análise não apenas as flutuações do rendimento dos tributos e direitos régios, ou montantes recebidos pela Fazenda Real e suas despesas, mas uma relação que define as conjunturas financeiras de cada capitania.

Em relação à estrutura administrativa e econômica no Brasil, Carrara (2009) aponta a diferenciação entre duas contas, os direitos régios, dos quintos, e os demais tributos arrecadados pela Provedoria da Fazenda de Minas. Segundo o autor, até 1750 eram constituídos das receitas ordinárias dos tributos e dos rendimentos extravagantes e, a partir de 1751, passam a ser contabilizados os valores resultantes da operação de câmbio da moeda, tanto os montantes recebidos da Casa da Moeda do Rio de Janeiro como o ouro em pó remetido pelas intendências.

Carrara (2009) ressalta que a mineração na história brasileira, vai alterar a natureza da fiscalidade e da economia brasileiras ao longo do século XVIII, através da montagem e manutenção do aparato fiscal das Minas para captar o máximo de recursos para a metrópole e, principalmente da mudança no eixo econômico antes localizado entre Bahia e Recife para o Rio de Janeiro, que passa à condição de principal praça mercantil, sendo responsável pela quase totalidade das remessas líquidas para a Coroa ao longo do século XVIII.

Segundo o autor, essa conjuntura criada pela produção aurífera vai afetar diretamente a fiscalidade da capitania do Rio de Janeiro, que até os finais do século XVII era fortemente deficitária. O autor afirma que em Minas Gerais, a agricultura e pecuária se solidificaram a assumiram a demanda dos núcleos mineradores, enquanto no Rio de Janeiro as fontes mais tradicionais como os dízimos e o estanco da pesca da baleia mantiveram-se no mesmo nível. Teria sido, assim, segundo Carrara (2009), no comércio de importação de mercadorias do reino que houve transformação mais intensa, como na Bahia e Pernambuco.

Assim, o trabalho de Carrara (2009), que preocupa-se com o interior das estruturas, produção, circulação e constituição dos espaços regionais, bem como suas cozeduras com outras regiões do Brasil, sugere um estudo comparado com a América Espanhola, através da perspectiva da natureza dos fluxos fiscais, servindo como importante base teórico-metodológica para o estudo aqui proposto.

METODOLOGIA E RESULTADOS PREMILINARES

A pesquisa tem como base a análise, estruturação e georeferenciamento dos fluxos econômicos entre as *cajas* reais de Cartagena, no Vice-reino da Nova Granada, e os rendimentos fiscais das capitanias de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e seus respectivos fluxos para o Rio de Janeiro ao longo do século XVIII. Assim, a primeira etapa deste trabalho, ainda não finalizada, tem como objetivo a construção do banco de dados com a estruturação e sistematização dos rendimentos e despesas da Real Fazenda do Brasil ao longo do século XVIII, feita com base no trabalho de Pinto (2014).

1		1761	1762	1763	1764	1765	1767	1768	1771	1772	1773	1774	1775	1776	1777	1778	1779	1780	1781	1782
2	1,5% de comercio libre																96	81	53	
3	18% de conducciones a España										81	968	345	7	394	236	955	249	390	289
4	3% de alhajas															36	38			
5	3% de comercio libre																3855	1048	369	
6	4% de sueldos																			
7	7% de bienes extranjeros	1392	738	4223	916	1382	1919	224		242	336								110	
8	7% de comercio libre																38308	5290		
9	A España										2028		1476	8943	163	1055	960	1016	1214	2651
10	Aduana																		15348	199857
11	Aguardiente	20500	20500	20500	20500	34543	47662	41859	56377	58278	60707	66392	52219	42694	64358	79474	70384	111508	106610	113450
12	Alcabala	5344	7399	7111	4859	8270	13919	11588	17966	88228	11367	22137	26864	26613		22622	31088	18832	11636	5635
13	Alcance		19				5939	6360	80351		7718	1000			17820					
14	Almirantasgo					4473			40	13	3196	1208	173	181		292	35			
15	Almojarifasgo			5480				812	55	582		250	3108	750		731				
16	Almotacen y contraste																	450	450	1207
17	Anticipos																484			
18	Aplicación hecha a su majestad																	322		
19	Aprovechamientos																			
20	Armada							50	7	114		39	86	131	483	124	5	5		
21	Averis	27953	9065	27632	43429	36670	21275	20903	14254	3023	26880		36272	19021	28502	21228	16553	3416		
22	Azogue	563					84									285				
23	Bienes de difunto	3055						849	7674		21772	1058	2852		17707			825	1159	15166
24	Botica																			11
25	Bulas																			
26	Bulas en especie																			
27	Cambio de moneda	560		6474	8603	2181	888	1249	1053		1860	5430	3331		2056	566				
28	Casa de moneda						2573			500	1237							190		
29	Censo de indios	647	557	617	687	567	1090	607	607	612			608		597	582	146	587	19527	19013
30	Comercio libre																745	145		
31	Composicion de tierras	62	121	645			146	10	53	105	20	302	64	194	270		13	372	67	
32	Confiscasiones				225												20			
33	Consignasiones de guardia			151079	14000				363	36										
34	Contrata	425	44		12188															
35	Contribución de comuneros																		32	
36	Convento	2																		

cargo data Fuente

Imagem 01: Rendimentos fiscais de Cartagena, 1761-1818.

Fonte: PINTO (2014).

Para a região de Cartagena, Nova Granada, o banco de dados apresentado na Imagem 01, é dividido entre *cargo* e *datas* para o período entre 1761 e 1818, relativos aos rendimentos das províncias de Nova Granada, especificamente para a região de Cartagena, e os fluxos econômicos com as outras *cajas* do Vice-reino. Com nessa estrutura, o banco de dados[15] proposto nesse trabalho, como apresentado a Imagem 02, é composto pelas receitas e despesas das Provedorias Reais de cada região da Real Fazenda do Brasil, as Capitanias de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Para a Real Fazenda do Brasil, como aponta CARRARA (2009), há a diferenciação entre os direitos régios, os quintos, e os demais tributos arrecadados pela Provedoria da Fazenda. Nesse sentido, a coleta e organização dos dados para o vanco de dados estão sendo feitas com base em uma análise estrutural que envolve a compreensão da contabilidade da Real Fazenda e as mudanças que ocorrem, principalmente a partir de 1751, com as operações resultantes do câmbio da moeda entre as intendências, como o Rio de Janeiro, levando em conta a divisão entre os dados contabilizados, anualmente, em contos de réis, oitavas e grãos de ouro, bem como os valores totais para cada região, como mostra a Imagem 02.

15 CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco**. Editora UFJF, 2009.

1		1700	1701	1702	1703	1704	1705	1706	1707	1708	1709	1710	1711	1712	1
2	Total														
3	Quintos														
4	Contratos														
5	Novos direitos														
6	Direitos de cargas														
7	Cartas de seguro														
8	Datas														
9	Condenações														
10	Confiscos														
11	Escravos														
12	Bispo														
13	Vigários														
14	Capitães														
15	Tenentes														
16	Alferes														
17	Furriéis														
18	Tambores														
19	Cabos de esquadra														
20	Soldados														
21	Tenentes generais														
22	Ajudante de Tenente														
23	Milho e Capim para 20 cavalos														
24	50 selas com xairés e bolsas														
25	Conserto de armas, patronas e baionetas novas														
26	Milho e Capim aos cavalos dos ajudantes dos tenentes e dos dois tenentes gerais														
27	Sustento das Companhias de Dragões (122 praças, incluidos os 2 tambores)														
28	Hospital dos soldados														
29	Ferragens e curas de cavalos														
30	Compra de cavalos em substituição aos inservíveis ou que morreram														

despesas | receitas | oitavas - receitas | oitavas - despesas

Imagem 01: Rendimentos da região de Minas Gerais (1700-1815), em contos de réis.

Fonte: Elaboração própria a partir de CARRARA (2009)

1		Oitavas 1700	Grãos 1700	Oitavas 170	Grãos 1701	Oitavas 170	Grãos 1702	Oitavas 170	Grãos 1703	Oitavas 170	Grãos 1704	Oitavas 170	Grãos 1705	Oitavas 170	Grãos 1706	Oitavas 170	Gr
2	Total																
3	Passagens																
4	Pedido voluntário para as despesas de guerra																
5	Condenações																
6	Quintos	940		6064		28		1648	57	2926	50	1637	18	4890		2151	
7	Dízimos									300		950		600		600	
8	Datas			3320		1442		684		572		447		90			
9	Confiscos			695		669		6823		4708	36	1640		182		2905	
10	Ausentes											742		3345		2579	
11	Datas			3320		1442		684		572		447		90			
12	PV																
13																	
14																	
15																	
16																	
17																	
18																	
19																	
20																	
21																	
22																	
23																	
24																	
25																	
26																	
27																	

despesas | receitas | oitavas - receitas | oitavas - despesas

Imagem 02: Rendimentos da região de Minas Gerais (1700-1815), em oitavas e grãos de ouro.

Fonte: Elaboração própria a partir de CARRARA (2009)

A partir da análise conjunta desses bancos de dados, a próxima etapa do trabalho envolve o georeferenciamento dos fluxos fiscais, a fim de sistematizar e reagrupar os fluxos econômicos internos para cada uma das regiões estudadas. Alguns trabalhos sobre as *Cajas de La Real Hacienda*[16] realizados por Hebert Klein e John J. TePaske contemplam essa análise para as *cajas* dos Vice-reinos da Nova Espanha, Perú, Alto Perú, Chile, Rio da Prata e Equador, tem servido como referência para uma análise que consiga abranger o Vice-reino da Nova Granada e, ainda que de forma diferente, a estruturação dos fluxos econômicos entre as principais regiões da Real Fazenda no Brasil no século XVIII.

O trabalho com o georeferenciamento tem como ponto de partida a identificação dessa organização das estruturas administrativas, localizando-as espacialmente e mostrando quais *cajas* estavam vinculadas. Como mostra Bernal[17], no modelo tradicional, faziam parte da jurisdição do Vice-reino as cajas de Santafé e Cartagena, consideradas as principais da região, Quito, Santa Marta, Riohacha, Mompox, Ocaña, Honda, Antioquia, Panamá, Portobelo, Novita, Citara, Remedios, Popayán, Cartago, Cuenca, Guayaquil, onde cada uma delas deveria enviar seus excedentes as *cajas* de Santafé e Cartagena, correspondentes aos gastos do governo central, militares e as remessas para a Espanha.

16 Disponível em: http://realhacienda.colmex.mx/

17 PINTO BERNAL, José Joaquín et al. **Entre Colonia y República. Fiscalidad en Ecuador, Colombia y Venezuela, 1780-1845**. Tese de Doutorado. Universidad Nacional de Colombia.

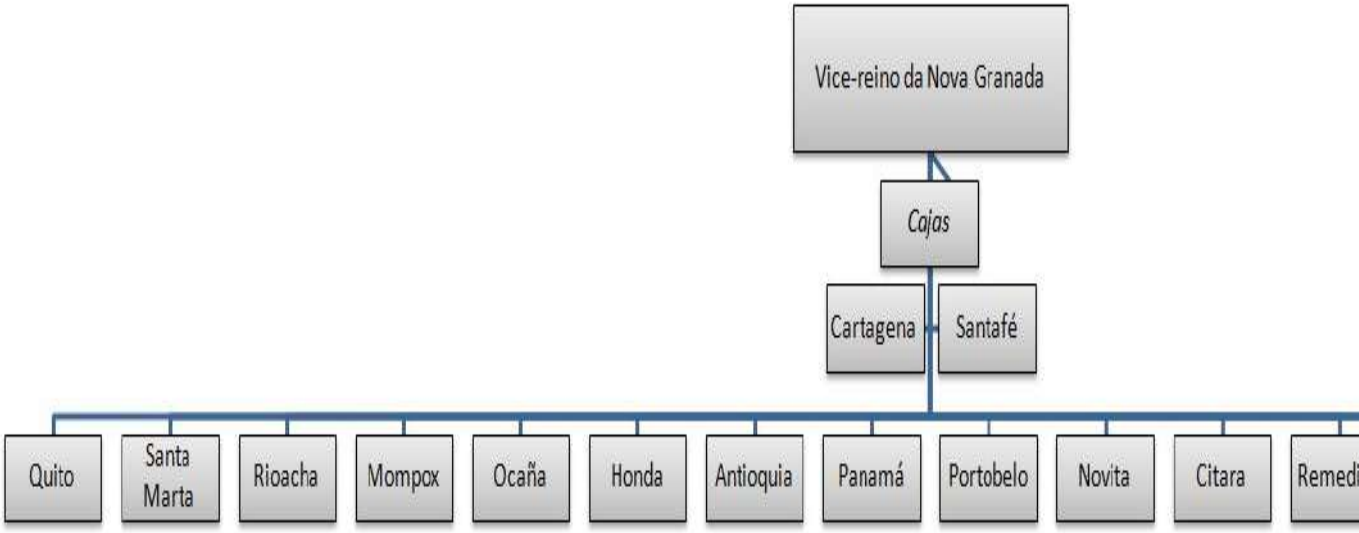


Imagem 03: Modelo hierárquico das principais *Cajas* da jurisdição do Vice-reinado de Nova Granada.

Fonte: Elaboração própria a partir de PINTO (2014), pág. 109.

Com o objetivo de discutir o modelo piramidal presente na Imagem 03, os primeiros resultados da análise do banco de dados mostram a existência de fluxos fiscais para Cartagena, baseados nos modelos de *cargo* e *data*, levando em conta as *cajas* vinculadas em um modelo de redes, identificado no mapa da Imagem 04.

Imagem 04: Mapa com a localização das *cajas* reais vinculadas à Cartagena.

Fonte: Elaboração própria a partir de Google Earth.

Nesse sentido, a etapa inicial do trabalho com o banco de dados de Cartagena, para o período entre 1761 e 1818, permitiu uma análise introdutória acerca dos movimentos fiscais totais da região e entre as *cajas*, levando em conta a estrutura administrativa do Vice-reino e os vínculos entre as mesmas.

Os dados apresentados nos Gráficos 01 e 02 permitem uma análise parcial dos rendimentos gerais dos *cargos*, correspondentes ao montante dos rendimentos que a

caja recebe, e as *datas*, correspondentes aos que saem da mesma. Assim, os dados mostram a evolução dos fluxos totais dos rendimentos de Cartagena para o período entre 1761 e 1817.

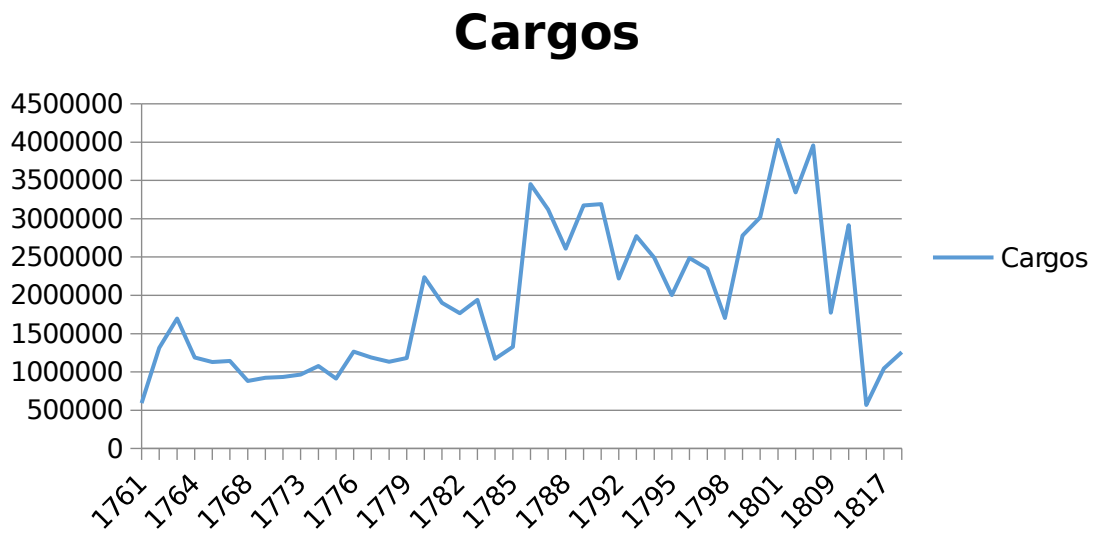


Gráfico 01: Fluxos fiscais dos *cargos* da região de Cartagena (1761-1817).

Fonte: Elaboração própria a partir de PINTO (2014).

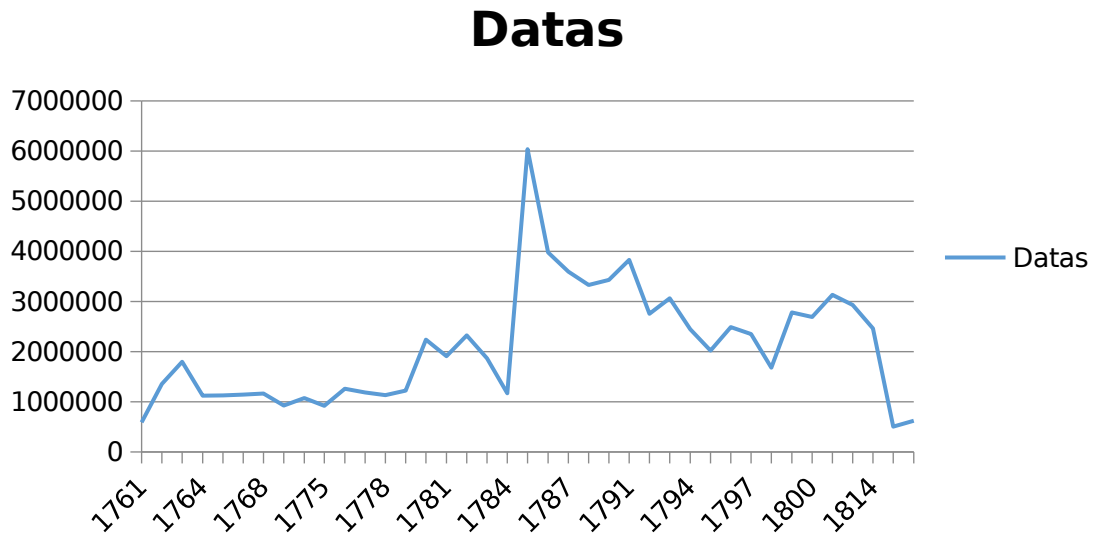


Gráfico 02: Fluxos fiscais das *datas* da região de Cartagena (1761-1817).

Fonte: Elaboração própria a partir de PINTO (2014).

Dos fluxos totais apresentados, é possível identificar dados parciais para os fluxos de outras *cajas* do Vice-reino da Nova Granada para Cartagena. Os Gráficos 03 e 02 mostram as *cajas* vinculadas, identificadas no mapa da Imagem 04, através dos rendimentos dos *cargos* e *datas*, para Cartagena, e, assim, sua participação nos fluxos econômicos totais da região.

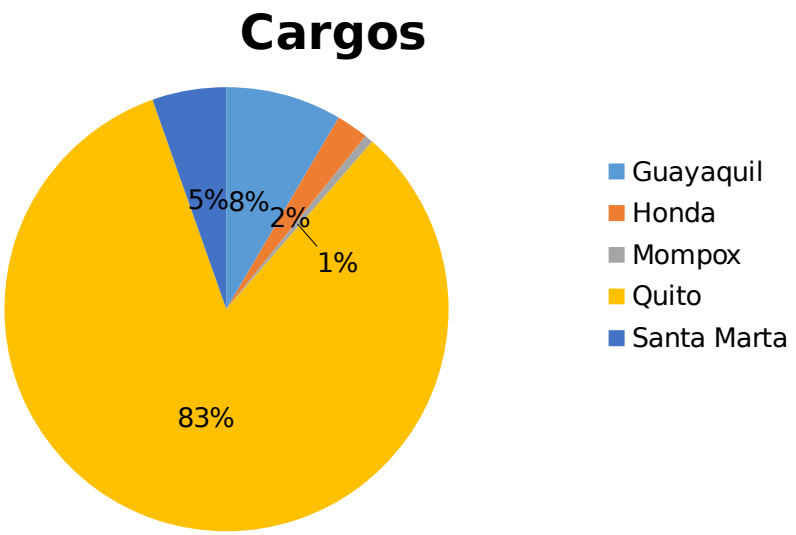


Gráfico 03: Fluxos fiscais dos *cargos* das *cajas* para Cartagena (1761-1817)

Fonte: Elaboração própria a partir de PINTO (2014)

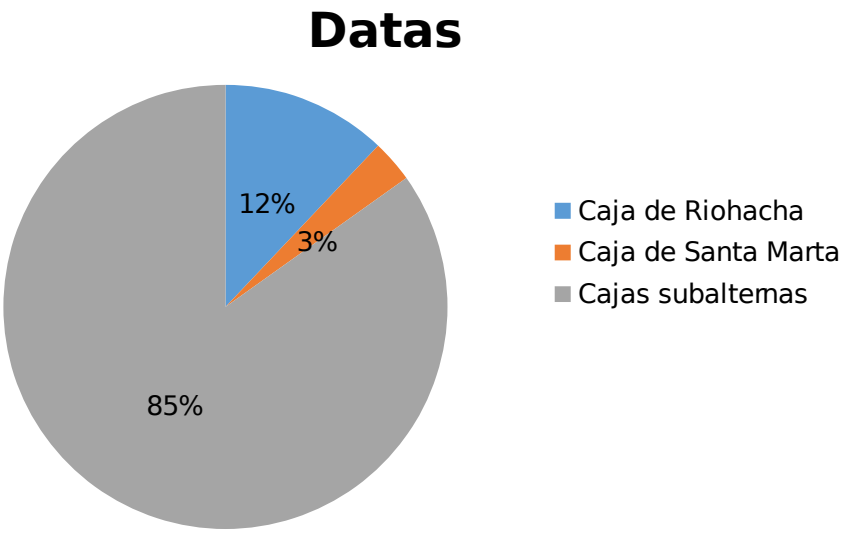


Gráfico 04: Fluxos fiscais das *datas* das *cajas* para Cartagena (1761-1817)

Fonte: Elaboração própria a partir de PINTO (2014)

Os resultados parciais da análise do banco de dados para as provedorias da Real Fazenda do Brasil, por sua vez, também permitem identificar, através da Imagem 05, as provedorias e regiões vinculadas através dos fluxos fiscais e, especialmente, as relações estabelecidas com a capital, o Rio de Janeiro.

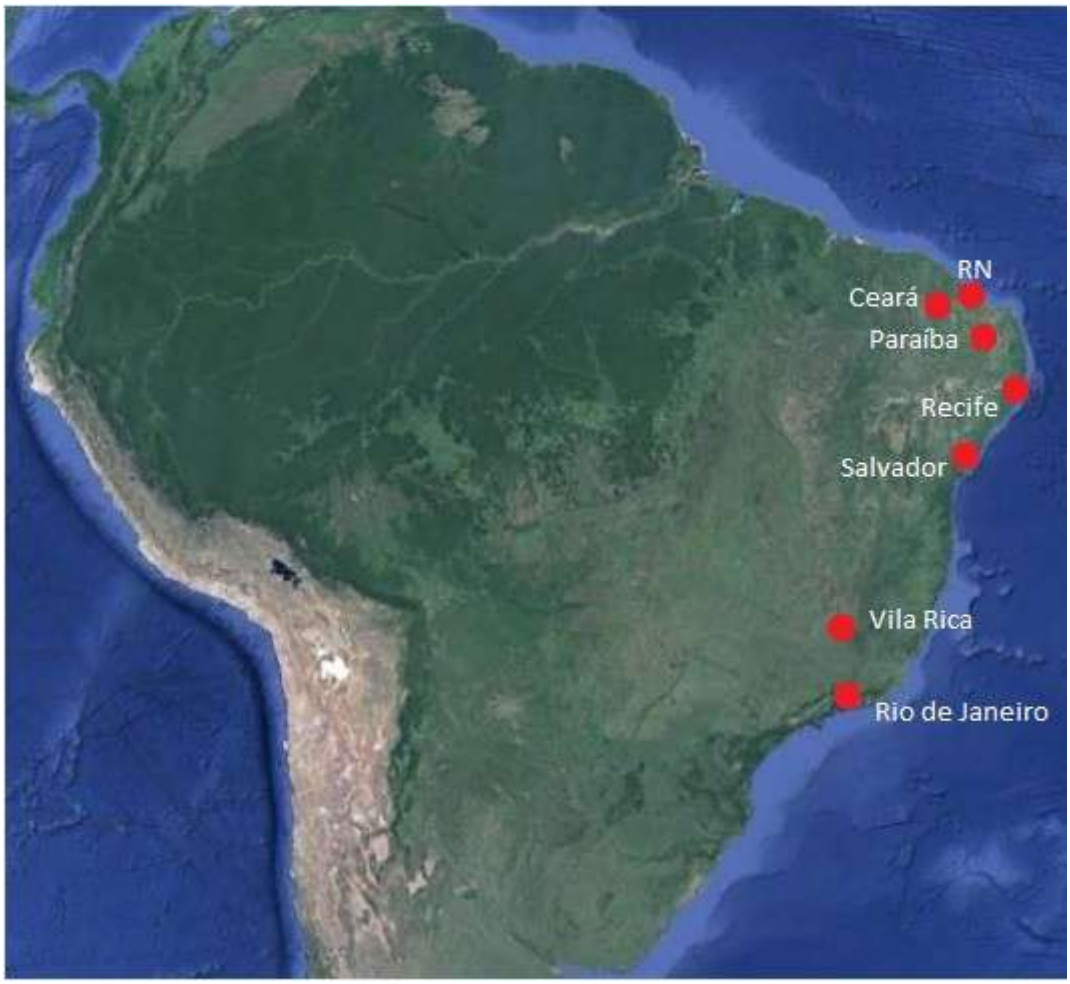


Imagem 05: Mapa com a localização das *cajas* reais vinculadas à Cartagena.

Fonte: Elaboração própria a partir de Google Earth.

As análises parciais dos dados correspondentes aos rendimentos de Vila Rica, Minas Gerais, mostram esses vínculos com as intendências da capitania e o Rio de Janeiro através, principalmente, das remessas de ouro e da circulação monetária para as receitas e despesas entre o período entre 1762 e 1810.

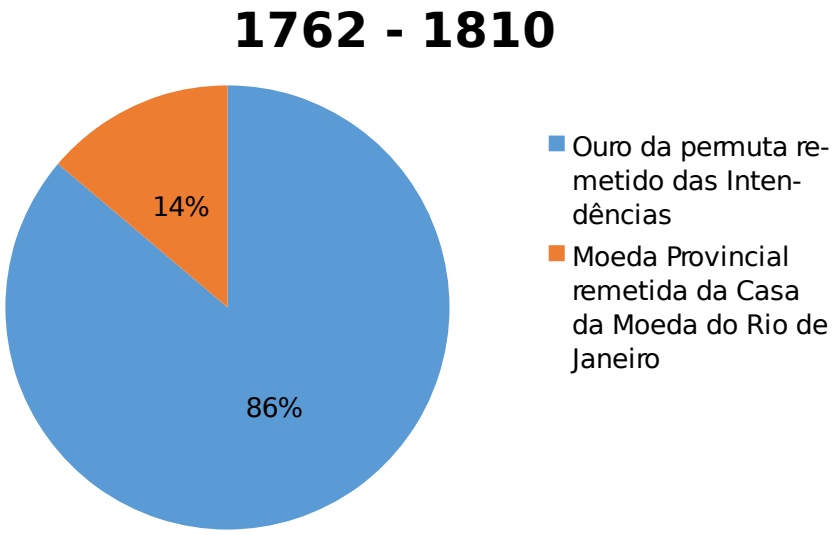


Gráfico 05: Fluxos fiscais das receitas da Provedoria de Vila Rica, Minas Gerais, em oitavas de ouro.

Fonte: Elaboração própria a partir de CARRARA (2009).

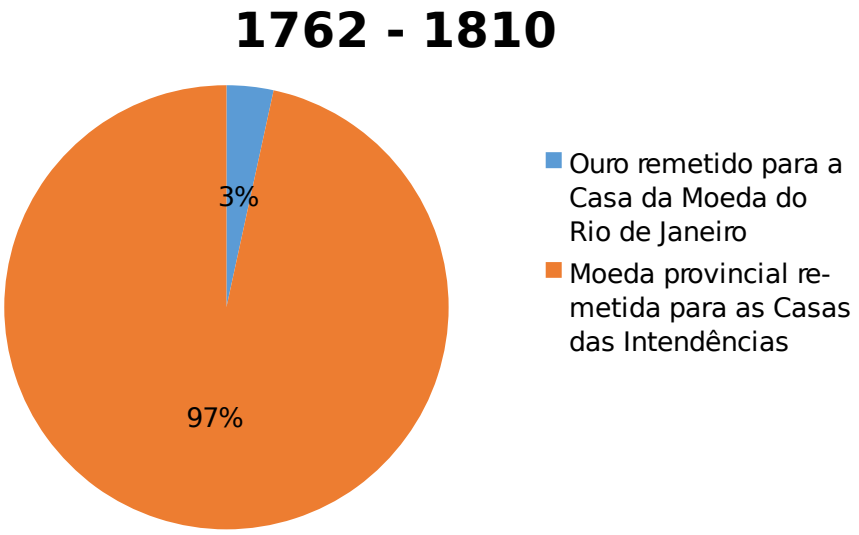


Gráfico 06: Fluxos fiscais das receitas da Provedoria de Vila Rica, Minas Gerais, em oitavas de ouro.

Fonte: Elaboração própria a partir de CARRARA (2009).

Para as Provedorias das capitanias de Bahia e Pernambuco, os dados iniciais mostram a existência de remessas de outras intendências para as regiões, apontando as possíveis relações econômicas e fiscais mais estreitas entre elas. A Tabela 01 mostra algumas das intendências que apresentam os fluxos mais significativos para a região, em oitavas de ouro.

Fluxos fiscais para as Capitanias da Bahia e Pernambuco 1769-1793	
Provedorias	**Totais**
Provedoria do Ceará	154320029
Provedoria da Paraíba	41817858341
Provedoria do Rio Grande do Norte (RN)	34973452

Tabela 01: Fluxos fiscais das Capitanias da Bahia e Pernambuco 1769-1793.

Fonte: Elaboração própria a partir de CARRARA (2009).

A partir dessas análises parciais, o trabalho com a sistematização e georeferenciamento dos dados faz-se necessário a fim detalhar os fluxos já encontrados e identificar a existência de outros, para a estrutura organizacional da história fiscal nos espaços coloniais da América Espanhola e Portuguesa. Uma abordagem que permite a aproximação e comparação dessas relações para as diferentes regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o estudo apresentado seja uma análise parcial do trabalho proposto, as discussões historiográficas, assim como os resultados preliminares, ressaltam a importância do tema da pesquisa para os debates acadêmicos sobre história econômica colonial. A comparação dos estudos para a América Espanhola e América Portuguesa, sem dúvida, chama atenção para a necessidade de se pensar as diferenças e similitudes entre as duas regiões.

Baseado em estudos semelhantes para diferentes regiões da América Espanhola, o trabalho com os bancos de dados e a fase inicial do georefrencialmento para o Vice-reino da Nova Granada e as provedorias da Real Fazenda do Brasil mostram como são esses debates vem ganhando cada vez mais espaço na medida em que propõe uma analise crítica dos modelos pré-concebidos e amplia a possibilidade de interpretações sobre o tema.

Assim, os resultados parciais corroboram as expectativas para a continuidade das próximas etapas da pesquisa, apontando novos caminhos que possam contribuir para o avanço dos estudos e discussões e, consequentemente, a construção de uma análise sólida que leve, sem dúvidas, a novas propostas de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: FGV Editora : FAPERJ, 2015.

Academia Nacional de la Historia (Argentina), org. **Nueva historia de la nación argentina.** Buenos Aires: Planeta, 1999.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. **El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico**. Instituto de estudios peruanos, 1982.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Editora UFJF, 2007.

CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil: século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco**. Editora UFJF, 2009.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro, e Maria de Fátima Gouvêa, orgs. **O Brasil colonial.** 1a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

IBARRA, Antonio. **La organización regional del mercado interno novohispano: la economía colonial de Guadalajara, 1770-1804.** 1. ed. Puebla, Pue. [Mexico] : [Mexico]: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Dirección General de Fomento Editorial ; Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

KUNTZ Ficker, Sandra, Bernd Hausberger, e Colegio de México, orgs. **Historia económica general de México: de la colonia a nuestros días.** 1a. ed. México, D.F: El Colegio de México : Secretaría de Economía, 2010.

LIMA, Fernando Carlos G. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 35, n. 1, p. 169-201, 2005.

MEISEL ROCA, Adolfo. **¿ situado o contrabando?: la base económica de cartagena de indias a fines del siglo de las Luces**. BANCO DE LA REPÚBLICA-ECONOMÍA REGIONAL, 2003.

MENZ, Maximiliano M. A Companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola (1759-1775/80). **Afro-Ásia**, n. 48, p. 45-76, 2013.

MENZ, Maximiliano M. As "Geometrias" do Tráfico: o Comércio Metropolitano e o Tráfico de Escravos em Angola (1796-1807). **Revista de História**, n. 166, p. 185-222, 2012.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808**). São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.

PINTO BERNAL, José Joaquín et al. **Entre Colonia y República. Fiscalidad en Ecuador, Colombia y Venezuela, 1780-1845**. Tese de Doutorado. Universidad Nacional de Colombia.

SÁNCHEZ Ernest Santiró, org. **Relaciones de valores y distribución de la Real Hacienda de Nueva España, 1744-1748.** Primera edición. México, D.F: Archivo General de la Nación, 2014.

TORTOLEO, Alejandro et al. **Construir la historia: homenaje a Ruggiero Romano/coord. por Alejandro Tortolero**. 2002.

OS PEQUENOS CREDORES NA BANCARROTA DAS CASAS BANCÁRIAS CARIOCAS EM 1864

Thiago Alvarenga de Oliveira[1]

Resumo:

O ano de 1864 é marcado por uma das maiores crises financeiras da história do Império do Brasil. A crise financeira ocorrida na corte foi sentida em grande parte do território nacional, ocasionando abalos na estrutura financeira do país concentrada na praça comercial do Rio de Janeiro, bem como em províncias que comunicavam diretamente com o porto carioca e dependiam dos bancos credores do Rio. A *Crise do Souto*, como ficou conhecida pela falência de uma das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro – *A.J Alves Souto*, é um dos temas de maior estudo no que se refere a conjunturas de crise na história econômica do Brasil, entretanto são poucas as contribuições de trabalhos que discorrem sobre os pequenos credores afetados por essa crise. Entre os clientes das casas bancárias afetadas por tal bancarrota encontram-se os *grandes credores* representados por bancos, companhias, irmandades, barões, viscondes, entre outros, enquanto que a grande massa de credores é composta por *pequenos credores* representados por pequenos comerciantes, trabalhadores livres e também *escravos*. Destarte, através das listas nominativas dos clientes publicadas nos periódicos da capital brasileira após as falências, analisaremos a participação dos investimentos dos pequenos credores presentes nessas casas bancárias.

Palavras-chave: Escravos, Economia, Crise do Souto, século XIX.

Abstract:

The year of 1864 is marked by one of the biggest financial crisis in Brasil's empire history. The financial crisis in court was felt in many parts of the country as it caused upheavals in the financial structure in commercial center of Rio de Janeiro, especially in provinces that communicated directly with the Rio de Janeiro's port and depended on the creditor banks of the city. *The Souto crisis*, as it became known by the bankruptcy of the biggest banking house of Rio de Janeiro – *A.J. Alves Souto*, is widely studied among issues related to financial crisis in the brazilian economic history, but few papers discuss the small lenders affected by this crisis. Among the customers of the banking houses affected by the bankruptcy are the *major lenders* represented by banks, companies, sororities, barons, viscounts, etc., while the great mass of lenders consists of small lenders represented by traders and free workers as well as *slaves*. Thus, through the lists of customers published in the brazilian capital after the bankruptcies, we will analyze the participation of small lenders' investments in these banking houses.

Keywords: Slaves, Economic, Souto crisis, Nineteenth Century.

---

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rio de Janeiro, Brasil. Orientado pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva.

I - Introdução

O presente artigo pretende analisar os impactos da crise de 1864 na população carioca, especificamente na classe menos abastada, a qual optamos por chamar de pequenos credores, a qual possuía, em sua composição, trabalhadores livres e também escravos com quantias investidas. Os reflexos dessa crise na vida da população carioca foram imediatos, o aumento do custo de vida através dos preços e a diminuição da oferta de crédito são uns dos fatores explícitos, mas neste texto buscaremos o enfoque de analisar a composição de capital acumulado pelos populares nas casas bancárias falidas em decorrência da crise financeira de 1864.

Esse texto segue a linha de outros textos recentes[2], que buscam trazer à tona uma inversão na cristalizada *insignificância econômica* dos homens livres pobres e escravos na constituição da economia financeira brasileira oitocentista. Portanto, propomos através desse texto entender as relações econômicas e a relevância dos pequenos credores e poupadores que financiaram as grandes instituições financeiras que compunham o mercado financeiro da capital do Brasil no século XIX.

Para isso utilizaremos as listas nominais com valores em contas dos clientes das quatro casas bancárias do Rio de Janeiro em falência – *A.J. Souto*, *Montenegro Lima & Co; Gomes & Filhos* e *Oliveira & Bello*. Dentre esses clientes, encontramos um número significativo de pequenas quantias que compunham a grande maioria dos clientes das principais casas bancárias do Rio de Janeiro em 1864. Ademais, dentre esses clientes, percebemos uma participação de escravos com contas, permitindo-nos indagar sobre o alcance e importância do sistema financeiro carioca para a população mais marginalizada economicamente dos oitocentos.

---

2 Cf. GRINBERG, Keyla. "A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2ª metade do século XIX)". *Revista de Indias 71(251)*, 2011. P 137-158. Caixa Econômica do Rio de Janeiro de 1831 ver SARAIVA, L. Fernando e ALVARENGA, Thiago. A primeira Caixa Econômica do Rio de Janeiro: 1831-1858, notas de pesquisa. *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas.* Vitória, 2015. VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. *A Economia dos negros livres no Rio de Janeiro e Richmond, 1840-1860*. Tese de Doutoramento. Universidade Federal Fluminense, 2012. _____. *La Producción de la libertad: economia de los esclavos manumitidos em Río de Janeiro a mediados del siglo XX*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, 2011. _____. Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864. Texto apresentado no *III Congresso Fluminense de História Econômica* realizado na Universidade Federal Fluminense, Abril de 2015.

Portanto, este artigo se divide em 5 (cinto) partes: além desta introdução, a segunda parte busca apenas localizar o leitor no contexto da *Crise do Souto* em 1864 e indagar sobre as suas causas; por sua vez, a terceira parte trata, de maneira sucinta, a respeito dos reflexos da crise financeira de 1864 no cotidiano dos cariocas, tratando acerca do custo de vida e mercado de trabalho. A quarta parte, o grosso do trabalho, analisa os investimentos existentes nas casas bancárias em falência através da listagem de contas publicados nos periódicos da época, colocando em voga a participação dos investimentos dos pequenos credores. Por fim, a última parte aponta breves considerações finais, uma vez que a pesquisa acerca de investimentos desses pequenos credores no século XIX é embrionária e necessita de maior investigação empírica e teórica por parte dos pesquisadores de história econômica e social.

II - Contexto Geral da Crise de 1864

O ano de 1864 é marcado por uma das maiores crises financeiras da história do Brasil pré-republicano. A crise financeira ocorrida na corte foi sentida em grande parte do território nacional, principalmente em províncias que comunicavam diretamente com o porto carioca e dependiam dos bancos credores, uma vez que causou abalos na estrutura financeira do país concentrada na praça comercial do Rio de Janeiro.[3] A crise ocorrida em setembro de 1864 ficou conhecida como *Crise do Souto* pela falência de uma das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro – *A.J Alves Souto*, e é um tema bastante estudado na historiografia econômica brasileira do século XIX, dessa forma, não pretendemos discutir afinco os motivos e consequências gerais dessa crise, mas sim nos ater aos investimentos dos pequenos credores nessas casas bancárias.[4]

---

3 ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira*. Cedeplar-UFMG. XIV Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A067.pdf . Acessado em 01/07/2015. p. 6.

4 Para trabalhos que tratam os antecedentes e consequências da crise de 1864, ver: VILLELLA, André."Tempos Difíceis: Reações às Crises de 1857 e 1864 No Brasil." *In Anais Do III Congresso Brasileiro de História Econômica*. 1999. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/ANDRE.pdf. SOUZA, Silvia Cristina Martins de. 2014. "Crise! Crise! Crise! A Quebra da Casa Souto nas Letras de Lundus Compostos no Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XIX." *Topoi - Revista de História 15 (29): 588–611*. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X015029008. SAÉZ, Hernán. "O 11 de Setembro de 1864 da Praça Carioca: a Crise do Souto e a transformação da Política Econômica

A historiografia econômica brasileira delega determinados fatores cruciais para a eclosão da crise do sistema financeiro carioca em 1864. Esses fatores se originaram no final da década de 1850 e nos primeiros anos da década de 1860, os quais dentre eles são destacados: os reflexos da recessão econômica a partir da conjuntura de crise em âmbito internacional no 1857, a política restritiva do crédito por parte do governo como forma de tentar organizar a criação de bancos[5], a vitória da política metalista com a promulgação da Lei dos Entraves em 1860, pela qual os bancos ficavam proibidos de emitir vales bancários se não mostrassem capazes de reembolsar tais valores em ouro[6], a presença da concorrência dos bancos estrangeiros, em especial dos bancos ingleses [7], a diminuição da exportação de café a partir de 1861, devido principalmente à eclosão da Guerra Civil nos Estados Unidos da América[8] e, por fim, a eclosão da Guerra do Paraguai no final de 1864, a qual aumenta o orçamento do governo para o financiamento da guerra, dificultando ainda mais a concepção de medidas para a recuperação da economia pós-crise.

Dessa forma, para os autores citados, tais fatores convergiram numa crise regionalizada na praça comercial do Rio de Janeiro sem precedentes, a qual efetivou a liquidação da casa bancária A.J. Souto que movimentava recursos superiores a 30.000 contos de réis[9].

Brasileira." In: *Anais Do XXX Encontro Da APHES. 2010*. Lisboa. Disponível em http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/HERNAN%20SAEZ.pdf. GAMBI, Tiago. "Projetos Políticos e Crises Econômicas: Análise do Caso do Banco do Brasil na Crise Bancária de 1864." In: *VI Encontro de Pós-Graduação Em História Econômica. São Paulo*. 2012. Disponível em http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Thiago%20Gambi_0.pdf.

5 GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da Firma Inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012. P. 197.

6 Ibidem, p. 198 e LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. P. 80-81. p. 72-73. Para a íntegra da Lei dos Entraves, ver: BRASIL, Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM1083.htm. Acessado em 01/07/2015.

7 GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Op.cit.* P. 202 e LEVY, Maria Bárbara. *Op.cit.* P. 80-81.

8 LEVY, Maria Bárbara. *Op.cit.* p. 68.

9 Valores somados através das listas nominativas publicadas em 1864 em decorrência do Decreto nº 3.309 de 20 de setembro de 184. Disponível

A falência da A.J. Souto e, portanto, o início da falência das casas bancárias em efeito em cadeia, ocorreu no dia 10 de setembro de 1864, quando a casa bancária A.J Souto, numa tentativa de ampliar o crédito junto ao Banco do Brasil para manter-se na ativa, teve a proposta recusada, pois sua dívida já excedia o valor de 20.000 contos de réis.[10] A recusa do Banco do Brasil é justificada pela impossibilidade de ampliar o limite de emissão por parte do banco nacional. Essa ampliação era mediada pelo governo imperial e já havia sido feita anteriormente, o que, de certa maneira, havia preparado o terreno para crise.[11]

Os dias precedentes ao 10 de setembro não demonstravam qualquer sinal de crise. O comércio seguia seu curso na praça comercial do Rio de Janeiro, os bancos operavam suas movimentações usuais, o Banco do Brasil, especificamente, tinha folga em sua emissão, assim como a própria diretoria deste banco pretendia baixar as taxas de desconto.[12] Num depoimento do relator da comissão de inquérito da crise de 1864, é possível verificar o momento de calmaria que viviam a poucos dias da crise:

> A ordem e tranqüilidade pública continuavam inalteradas, como nos anos anteriores, o céu político e comercial se mostrava como nos mais belos dias de uma risonha primavera, nenhuma nuvem carregada o encobria ou manchava. As câmaras iam se encerrar; todas as coisas pareciam seguir via pacífica e ordinária. O aspecto dos negócios comerciais, se não brilhante, era satisfatório.[13]

Entretanto, logo pela manhã do dia 10 de setembro de 1864, José Antônio Alves de Souto suspende as atividades de sua casa bancária. A notícia correu com o vento e se espalhou pela cidade. No mesmo dia, já se acumulava uma multidão de pessoas na Rua Direita, demandando a retirada de investimentos e descontar suas letras. Os dias subsequentes ao anúncio de falência da A.J. Souto são cruciais para entender o tamanho

---

http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1864-09-20;3309. Acessado em 01/07/2015.

10 SAÉZ, Hernán. *Op.cit.* p. 14.

11 GAMBI, Tiago. "Projetos Políticos e Crises Econômicas:Análise do Caso do Banco do Brasil na Crise Bancária de 1864." In: *VI Encontro de Pós-Graduação Em História Econômica. São Paulo*. 2012. Disponível em http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Thiago%20Gambi_0.pdf. P.6.

12 Ibidem, p.7.

13 Ibidem, p.12.

do abalo que sofreria a rede financeira carioca de casas bancárias. A notícia da falência da casa A.J. Souto se espalhou nos diversos impressos da época, os quais alarmavam a população sobre as consequências do fechamento. Tomados pelo pânico, os investidores correram aos bancos para retirarem suas economias das demais casas bancárias, alastrando assim a crise. Uma vez que a maioria delas não suportou a grande pressão de saques, tiveram que suspender os pagamentos, aumentando ainda mais a desconfiança e o temor.

Por estarem interligadas, através de créditos triangulares, financiamentos e outros tipos de acordos, assim como a grande vazão de dinheiro devido a corrida por saques, outras grandes casas bancárias decretaram falência em sequência: Montenegro Lima & Co., Gomes & Filhos, Bello & Oliveira. Essas casas bancárias, somadas a A.J. Souto, possivelmente perderam cerca de 73.000 contos de réis. Mesmo que parte desse capital tenha sido recuperado posteriormente por seus clientes, as notícias de falências das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro trouxeram insegurança e também grandes prejuízos financeiros para seus investidores, os quais eram múltiplos e diversos, compondo entre eles grandes bancos como o Banco do Brasil, grandes figuras políticas como o *Visconde de Ypanema* e até escravos. Mas é sobre os pequenos credores, aqueles que mais esforçam despendiam para alcançaram suas somas que dedicaremos as páginas a seguir.

III - Os efeitos da crise na vida econômica da população carioca

Primeiramente, é necessário esclarecer que não pretendemos nos alongar nos efeitos da crise na economia nacional, pois não é o que nos compete nesse trabalho, mas sim sobre as pessoas, em especial os pequenos credores que investiram nas casas bancárias na corte e, no momento da quebradeira, viviam a preocupante situação de não conseguir reaver suas economias.

> Crise! Crise! Crise! Tal foi o grito angustioso que se ouviu, durante a semana passada, de todos os peitos da população e de todos os ângulos da cidade. A fisionomia da população exprimiu sucessivamente o espanto, o terror, o desespero, - conforme cresciam as dificuldades e demorava-se o remédio. Era triste o espetáculo: a praça em apatia, as ruas atulhadas de povo, - polícia pedestre a fazer sentinela, polícia eqüestre a fazer correrias, - vales a entrarem, dinheiro a sair, - vinte boatos por dia, vinte desmentidos por noite, - ilusões de manhã, decepções à tarde, - enfim uma situação tão impossível de

> descrever como difícil de suportar, - tal foi o espetáculo que se apresentou no Rio de Janeiro durante a semana passada”[14]

Assim foi o testemunho de Machado de Assis, escritor e jornalista no *Diário do Rio de Janeiro* poucos dias posteriores a falência da A.J. Souto, anunciando o espetáculo de pavor que assistia nas ruas da cidade, onde tudo se anunciava e nada se confirmava, de tal forma que uma verdadeira desconfiança pairava sob a população. O pânico gerado sobre a população carioca não pode ser contido, aqueles que possuíam negócios no sistema financeiro correram até as portas de suas agências para garantir seus valores.

Na década predecessora à Crise do Souto, na cidade do Rio de Janeiro viviam cerca de 156.000 (cento e cinquenta e seis mil) pessoas livres e 110.000 (cento e dez mil) pessoas escravizadas.[15] Isso significa dizer que aproximadamente 40% das pessoas do munícipio do Rio de Janeiro eram escravos, enquanto que dessas 266.000 (duzentos e sessenta e seis mil) pessoas que viviam na cidade em meados do século XIX, Manolo Florentino calcula que 74.000 (setenta e quatro mil) eram africanos, sendo estes livres ou não.[16] Entretanto uma década mais tarde, o efeito da abolição do tráfico transatlântico de escravos já pode ser sentido pelos transeuntes na cidade carioca

> Em 1860, portanto, dez anos após o fim do tráfico, o contemporâneo Sebastião Ferreira Soares ao se referir aos “transportes e outros misteres do tráfico e labutação da capital”, que outrora despendiam-se grande número de escravos de ganho, já eram realizadas, em grande parte, por trabalhadores livres e podia-se ver muito bem um “menor número de escravos obstruindo as ruas”. [17]

Quase uma década após a crise, pelos dados oficiais do censo realizado pelo governo, a população de livres aumentou consideravelmente para 226.033 (duzentos e vinte seis

---

14 ASSIS, Machado, *Diário do Rio de Janeiro*. 19/09/1864 *apud* ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Op.cit.* p.6-7.

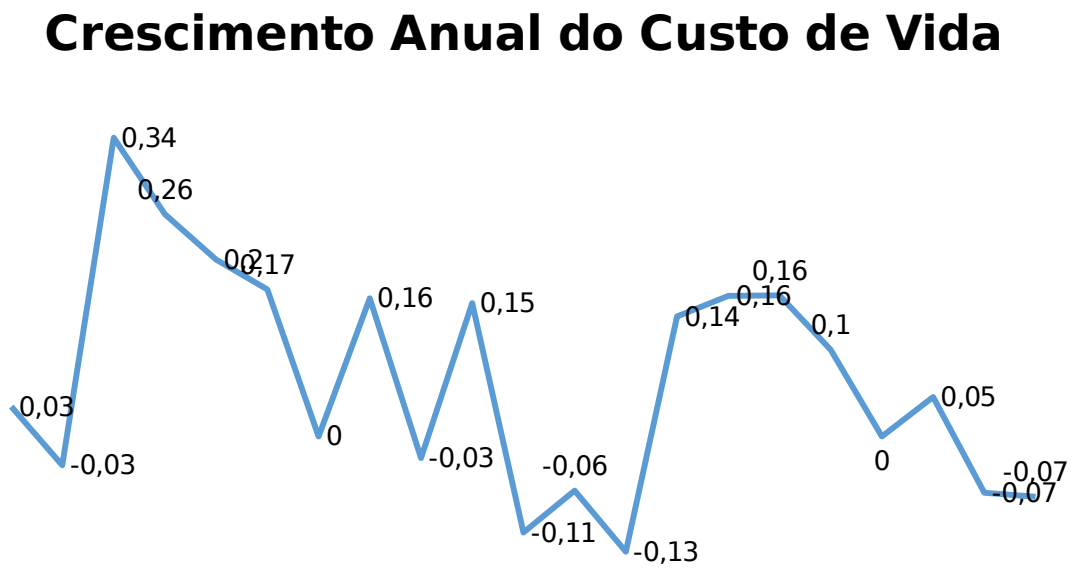
15 LOBO, Roberto Haddock. *Reflexões acerca da mortalidade da cidade do Rio de Janeiro em todo o ano de 1847*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. 1848. p.16

16 FLORENTINO, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. IN: *Tráfico, cativeiro e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-*XIX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 2005, p. 335

17 SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7 Letras, 2007. p. 124

mil e trinta e três), ou seja, um crescimento na margem de 44%, enquanto que a população cativa decresceu para 48.939, isto é, uma queda brusca de aproximadamente 55%.[18] Essa queda confirma a visão do contemporâneo ao reportar o *"menor número de escravos obstruindo as ruas"*. Sabemos que tal queda fora reflexo, principalmente, do fim da importação constante de escravos africanos somada a migração de escravos para abastecer a necessidade de mão-de-obra das lavouras cafeeiras pós-fim do abastecimento externo, mas também é razoável supor a necessidade da venda de seus escravos por parte de uma parcela da população mediante os efeitos econômicos negativos dessa crise . Ainda assim, parte considerável desses escravos em 1872 estavam postos ao ganho na rua, buscando e competindo os homens livres e pobres pelas tarefas que lhes rendessem o ganho do dia.

Figura 1 - ***Crescimento Anual do Custo de Vida no Brasil (1850-1870)***



Fonte: Dados extraídos de LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

A **Figura 1**, extraída dos cálculos de Eulália Lobo, nos demonstra a variação do crescimento anual no custo de vida no Brasil e, como podemos notar, desde 1862 há um crescimento constante no custo de vida brasileira. Primeiramente, de 1862 para 1863 um aumento substancial de aproximadamente de 26% e nos seguintes, de 1863 até 1865

18 Senso de 1872. UFMG. (www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72) Site acessado em 29/12/2014 às 14h12min

aumentos consideráveis em torno de 10 a 15%. Esse período de crescimentos constante de 1862 denotam o momento impróprio para os brasileiros, uma vez que os custos de sobrevivência aumentavam incessantemente.

No que se refere aos efeitos da Crise do Souto no mercado de trabalho, Eulália Lobo aponta que a tendência geral à baixa do poder aquisitivo salarial era reflexo das *"crises inflacionárias de 1857, 1864, 1865-1870 e 1875"*, assim como a liberação dos escravos para a produção cafeeira após o fim do abastecimento externo de escravos africanos em 1850, dessa forma *"deprimindo o salário dos livres"*. A classificação sócio-profissional e o censo de 1872 nos permite supor o tamanho dos efeitos da crise do Souto e também da Guerra do Paraguai (1865-70) no mercado de trabalho oitocentista:

> [...] na classificação sócio-profissional de 1870, aproximadamente 1/3 do total era constituído pelos sem profissão definida, vindo em seguida o serviço doméstico que encobria um desemprego disfarçado. Em 1872 havia 92.106 sem profissão num total de 274.972 e 55.011 pessoas no serviço doméstico.[19]

Enquanto que para índices de jornadas mensais, Valencia Villa nos aponta um a tendência nos movimentos dos valores dos jornais através dos valores pagos aos senhores pelo aluguel de seus escravos. Segundo tal esforço, tanto o preço nominal quanto o preço real têm uma queda constante nos anos entre 1864-1870.[20] Isso condiz com a análise de Eulália Lobo sobre a queda substancial do poder aquisitivo da população livre carioca nesse mesmo período. Vale ressaltar que no mercado de trabalho carioca de meados do século XIX, a oferta de trabalho não requisitava uma condição específica para seus empregados, logo negros livres ou não e brancos disputavam as oportunidades de serviços.[21]

---

19 Eulália Maria. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p. 256

20 VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. *La Producción de la libertad: economia de los esclavos manumitidos em Río de Janeiro a mediados del siglo XX*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, 2011. p. 147. Figura 7.3.

21 VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. "Circulação monetária e mercado de trabalho no Rio de Janeiro, 1840-1860." In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Vitória, 2015.p. 12.

As dificuldades dos cariocas, escravos ou livres, para conseguir juntar dinheiro suficiente para investir nessas casas bancárias nos parece óbvia, principalmente se tratando dos cativos, os quais, além das dificuldades impostas pela conjuntura desfavorável de aumento dos preços, aumento do custo de vida e, portanto, baixa nos valores de suas jornadas mensais, sofriam pela opressão imposta pela sociedade devido à condição escravizada. Portanto, não pretendemos avançar na discussão dessa problemática, mas sim avançar no cerne principal do artigo – a análise dos escravos que perderam seus investimentos com a crise do Souto.

IV - Análise dos falidos na Crise do Souto

Os bancos e seus intermediadores – as casas bancárias – despontavam cada vez mais no cenário carioca, fazendo parte urbe carioca e clamando pelos negócios dos homens e mulheres que transitavam pelas ruas. Gradativamente ao longo do século XIX, o sistema financeiro brasileiro percebia a importância de abrir suas portas ao pequeno agente econômico, como forma de alavancar substancialmente seus lucros. Dessa forma, a década de 1830 marca o início da proliferação de casas bancárias como instituições creditícias, as quais, gradativamente, substituíam o crédito dos particulares – negociantes, comerciantes, *capitalistas* (no termo da época).[22]

A *Caixa Econômica do Rio de Janeiro*, por exemplo, abria suas portas em 1831, aproveitando um momento "sem bancos" no Rio de Janeiro[23], buscando criar o hávito de poupança aos pequenos agentes econômicos. Da mesma forma, teremos uma diversificação de instituições de crédito e poupança no segundo quartil do século XIX, o que nos aponta que, mesmo com os conflitos sociais e políticos das conturbadas décadas de 1820, 1830 e 1840, havia demanda por instituições financeiras com esse caráter. Dentre elas, podemos citar: em 1827 o surgimento do *Montepio do Exército*; em 1831, da *Caixa Econômica do Rio de Janeiro*; em 1834, da *Caixa Econômica da Cidade da Bahia* e da *Caixa Econômica de São Paulo* e em 1835, o *Montepio Geral de Economias dos Servidores do Estado* e *Caixa Econômica de Campos*, entre outras.[24]

---

22 RYAN, Joseph James (Jr). *Credit where Credit is Due: Lending and Borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900*. (Tese de Doutorado), Los Angeles: University of California, 2007. P.143.

23 PACHECO, Claudio. *História do Banco do Brasil*. Brasília, Banco do Brasil, 1973. Vol.2 e 3. P. 6.

24 SARAIVA, L. Fernando e ALVARENGA, Thiago. *Op.cit.* p. 4.

O fato é que muitas pessoas investiam suas economias nas diversas casas bancárias do Rio de Janeiro. A crise financeira que se estabelece, inicialmente, na casa A.J. Souto afetará diretamente as demais casas, como já fora explicado anteriormente, levando a falência outras três grandes casas bancárias – Montenegro Lima & Co. Gomes & Filhos e Bello & Oliveira. O processo de falência dessas casas bancárias será assistido e regulado por um decreto emergencial promulgado no dia 20 de setembro de 1864. No parágrafo inicial de do decreto é apontado o motivo de tratar tais falências de maneira diferenciada:

> Considerando que a fallencia dos Bancos e casas bancarias, pela multiplicidade de suas transacções como povo, pelas suas importantes relações com o Commercio e Agricultura, e pela influencia que póde exercer sobre o credito e ordem publica, não deve ser regulada pela legislação das fallencias ordinarias; Usando da autorisação concedida pela Lei nº 799 de 16 de Setembro de 1854, e outrosim Fundado nos imperiosos motivos de força maior que actualmente e na ausencia da Assembléa Geral Legislativa reclamão uma providencia urgente eficaz[25]

No decreto de nº 3.309 de 20 de setembro de 1864 também fica estabelecido a ordem dos clientes que deveriam ser ressarcidos. Segundo o artigo 4º de tal decreto, os credores de "*pequenas quantias*" seriam os primeiros a serem pagos de forma "*integral ou parcialmente segundo a natureza do crédito e o estado da casa fallida".* Entretanto, a respeito dessa ordem de ressarcimento haviam discordâncias nos artigos do decreto. No artigo 8º, ficava preservado o pagamento, ao afirmar que "*ficão salvos os direitos que competem pelo Codigo Commercial aos credores de dominio pelo Codigo Commercial aos credores de dominio Hypothecarios e privilegiados*". [26]

A contradição é clara ao analisarmos o Código Comercial, o qual afirma em seu artigo 873º do Título IV que os primeiros a serem pagos em caso de falência de uma casa

---

25 Para ter acesso ao decreto na íntegra, ver BRASIL, Decreto de nº 3.309 de 20 de setembro de 1864. Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75427. Acessado em 10/07/2015.

26 Idem. Para uma análise estatística dos diferentes tipos de cliente por classificação feita pelo Código Comercial, seus valores, frequência de contas, assim como os maiores credores presentes em tais casas bancárias, entre outras análises pertinentes, ver VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. *Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864.* Texto apresentado no 3º Congresso Fluminense de História Econômica realizado na Universidade Federal Fluminense, Abril de 2015.

comercial ou financeira seriam os *"credores de domínio"* seguidos pelos *"privilegiados"*, em terceiro lugar os *"hipotecários"* e por último os *"simples"*, no qual fazem parte os investimentos dos escravos. Parece interessante supor que as *pequenas quantias* deveriam ter prioridade dentre de cada uma das quatro categorias dispostos no Código Comercial, entretanto o artigo 880º do Título V do Código Comercial afirmava que dentro de uma mesma categoria, a ordem de pagamento a ser seguida deveria ser a da numeração dos credores.[27]

Essa contradição da regulamentação do procedimento de falência nos mostra uma situação ainda mais crítica para os pequenos credores, uma vez que não ficava claro, através do decreto promulgado, a ordem que seriam feitos os pagamentos. Apesar disso, no decreto estabelecido exigia-se a criação e a publicação em diversos periódicos de uma lista com todos os clientes dos estabelecimentos falidos. Essas listagens de clientes são as fontes principais para nossa análise da presença de escravos entre os clientes que tiveram perdas com a crise.[28]

As publicações tiveram início em 28 de outubro de 1864 no *Jornal do Commercio* e continuaram suas publicações nos dias seguintes[29]. No total, foram listadas 22.892 contas de clientes das quatro casas bancárias - A.J Souto, Gomes & Filhos, Montenegro Lima & Co. e Bello & Oliveira, sendo que 640 nomes não tiveram valores de conta listados e 2845 contas tinham os nomes dos clientes não identificado, adotando-se uma sequência de números e letras.

Na **Tabela 1** verificamos as estatísticas gerais das contas dos clientes das quatro casas bancárias somadas. O maior valor existente, 5.996:497$833 réis, pertence ao Banco do Brasil e está coligido na casa bancária Gomes & Filhos. Corresponde a

---

27 VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. *Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864*. Texto apresentado no 3º Congresso Fluminense de História Econômica realizado na Universidade Federal Fluminense, Abril de 2015. P. 5.

28 Essa análise só foi possível graças a disponibilização do banco de dados pelo prof. Dr. Carlos Eduardo Valencia Villa, que coordenou o Laboratório de Pesquisa e Documentação em História Econômica (LAPHEDE) da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes para a catalogação dessas listagens. Esse banco de dados foi criado a partir de um exaustivo esforço de catalogação pelos estudantes: Mylena Porto, Rafael Rento, Guilherme Villela, Felipe Corvino e Ilana Vaz, todos membros do LAPHEDE.

29 O *Jornal do Commercio* está disponível para consulta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

aproximadamente 8,27% do total dos valores das contas de todas as quatro casas bancárias. Entretanto, o Banco do Brasil aparece como cliente de outras 4 contas: 1 na Gomes & Filhos e 3 na Montenegro Lima & Co. No total das 5 contas pertencentes ao Banco do Brasil, acumula-se o valor total de 13.720:843$722 ou 18,94% de todas as quatro casas bancárias.

Tabela 1.
Estatísticas Gerais

Estatísticas	Valor (em réis)
Mínimo	4$200
Máximo	5.996:497$833
Soma	72.435:817$578
Média	3:255$249
Mediana	500$000

Fonte: Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no Jornal do Commercio entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864. Jornal do Commercio.[30]

O valor da média (3:255$249 réis) muito superior ao valor da mediana (500$000) denota valores únicos discrepantes no conjunto das contas dos clientes. Como por exemplo, os valores do Banco do Brasil, citados anteriormente, que alcance a soma de aproximadamente 18,94% da totalidade. Para se ter uma ideia da falta de representatividade da média, se tomarmos o valor da mesma, descobrimos que existem 20.625 contas abaixo do valor da média. A mediana por sua vez, no valor de 500$000 réis, representa bem a quantidade de investimentos de pequenos credores, isto é, a metade inferior das contas (11.446 contas) possuí valores iguais ou inferiores a 500$000 réis.

Para uma melhor organização e entendimento, classificamos os clientes em 3 (três) categorias para nossa análise: *pessoas jurídicas*, as quais incorporavam bancos, firmas, indústrias, irmandades, associações, entre outras; *escravos*, os quais foram definidos por aqueles que possuíssem apenas o primeiro nome, uma vez que a última categoria *os livres*, a grande maioria dessa composição, tinham seus nomes completos declarados. Aparentemente essa metodologia de definir os indivíduos escravos pode parecer uma suposição, mas não fazia sentido uma publicação no jornal tentar alcançar o cliente credor expondo apenas seu primeiro, a menos que o mesmo seja um escravo, que normalmente não adotavam sobrenomes enquanto cativos. Ademais, grande parte

30 Todas as tabelas e gráficos a seguir possuem o mesmo banco de dados como fonte.

dos clientes com apenas um nome era publicado com uma observação a respeito de sua condição, como: *preto, negro, escravo, crioulo*, entre outros. Por fim, as publicações da *Caixa Econômica do Rio de Janeiro* adotavam a mesma característica ao publicar os nomes dos clientes escravos.[31]

Tabela 2.
Composição dos Clientes

Entidade Bancária	**Condição**			
	Escravo	Jurídica	Livre	Total
A. J. Alves Souto & C.	151	290	9788	10229
Gomes & Filhos	143	194	6619	6956
Montenegro Lima & Co	15	153	4860	5028
Oliveira & Bello	13	33	633	679
Total	322	670	21900	22892

Na **Tabela 2** analisamos a composição dos clientes por entidade bancária. A grande maioria, aproximadamente 95,68%, correspondia aos clientes livres. Enquanto que aproximadamente 2,92% às pessoas jurídicas e aproximadamente 1,4% aos escravos. Entretanto, ao analisarmos os valores investidos, teremos uma inversão nessa proporção, uma vez que as pessoas jurídicas acumulavam uma grande quantidade do capital dessas entidades bancárias.

Tabela 3.
Valores por entidade bancária

Entidade Bancária	**Valores (em contos de réis)**			
	Soma total Escravo	Soma Total Jurídica	Soma Total Livre	Total
A. J. Alves Souto & C.	48	7.275	22.915	30.238
Gomes & Filhos	32	13.796	9.182	23.010
Montenegro Lima & Co	8	7947	7.028	14.983
Oliveira & Bello	5	2.352	1.842	4.199
Total	93	31.370	40.967	72.430

Portanto, ao relacionar a **Tabela 2** com a **Tabela 3,** é possível verificar tal inversão, pois as pessoas jurídicas (2,92% dos clientes) detêm aproximadamente 43,31% do valor total investido nas casas bancárias, enquanto que as pessoas livres (95,68%) detêm 56,56% e os escravos, por sua vez, 0,13%. Para reforçar essa inversão,

31 SARAIVA, L. Fernando e ALVARENGA, Thiago. *Op.cit.* p. 16.

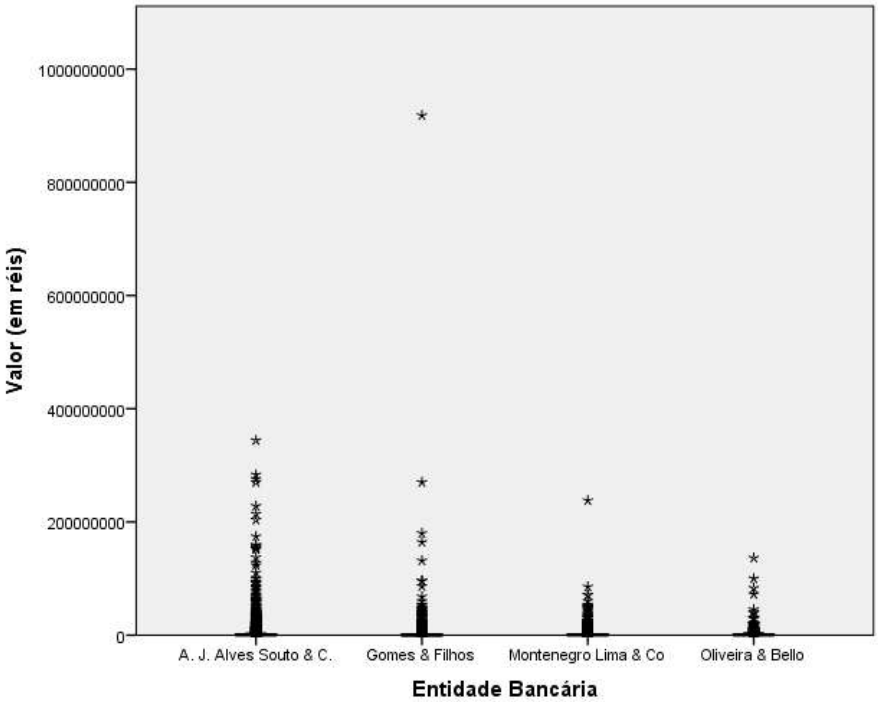
devemos verificar os altos valores de média das pessoas jurídicas em relação às pessoas livres, expostos na **Tabela 4.**

Tabela 4.
Média dos valores por entidade bancária

Entidade Bancária	**Valores (em réis)**		
	Média de Escravos	Média de Jurídicas	Média de Livres
A. J. Alves Souto & C.	319$173	25:088$741	2:341$158
Gomes & Filhos	295$921	98:545$048	1:511$533
Montenegro Lima & Co	571$295	51:946$653	1:448$909
Oliveira & Bello	415$520	71:277$111	2:910$888

Posto isso, como a intenção do trabalho é analisar os investimentos dos pequenos credores, devemos excluir as pessoas jurídicas da análise. Isso significa retirar 31.370 (43,31%) contos de réis do total das contas. Ainda assim, mesmo retirando da lista todas as pessoas jurídicas, temos um grande montante acumulado em poucos investimentos, como por exemplo o *Visconde de Ypanema*, o qual possuía investido na Gomes & Filhos o valor de 918:157$110 réis, equivalente a aproximadamente 9,96% do total de todos os investimentos entre pessoas físicas na casa bancária Gomes & Filhos e 2,23% do total de todas as pessoas livres das quatro casas bancárias. Isto é, o *Visconde de Ypanema* movimentava uma quantidade significativa de capitais, portanto esse valor e também os maiores investimentos de pessoas físicas das outras casas bancárias demonstram uma grande capacidade de concentração de capitais nas mãos de poucos agentes econômicos.

Figura 1 – Valor em conta das pessoas físicas



A **Figura 2** nos permite verificar a discrepância desses grandes agentes em relação aos demais. Dessa maneira, para analisar os investimentos dos pequenos credores, devemos retirar os maiores investimentos. Logo, escolhemos retirar 10% dos maiores valores que somavam 28.627:134$884 réis, isto é, 69,71% do montante total de todos os investimentos de pessoas físicas nas quatro casas bancárias[32]. Temos, assim, o valor máximo após a retirada dos 2.222 (10%) dos maiores empréstimos de 3:000$720 réis. O novo conjunto que obtivemos após o corte de 10% dos maiores valores, pode ser verificado pela **Tabela 5.**

Tabela 5.
Soma por condição das pessoas físicas sem 10% dos maiores valores de clientes

Entidade Bancária	Valores (em contos de réis)		
	Soma total Escravo	Soma Total Livre	Total
A. J. Alves Souto & C.	48	6.339	6.387
Gomes & Filhos	27	2.987	3.014
Montenegro Lima & Co	5	2.714	2.720
Oliveira & Bello	6	309	313
Total	85	12.349	12.434

32 Escolhemos retirar essa porcentagem específica ao analisar o conjunto das pessoas físicas nome por nome, valor por valor, para chegar a um corte mais próximo do que podemos supor como *pequenos credores*. Por fim, ao retirarmos esses 10% maiores, temos a certeza de não contar com nenhuma figura com títulos.

Enquanto que na **Tabela 6**, a partir da nova média obtida, podemos verificar uma proporcionalidade entre as médias dos livres e dos escravos. Nas casas bancárias A. J. Souto & C; Gomes & Filhos e Montenegro Lima & Co; a média dos escravos equivaleu a aproximadamente a metade da média dos livres. Através da análise dessas médias, verificamos a capacidade de alguns escravos, mesmo que uma parcela bem pequena da população cativa carioca, de acumular quantidades significativas em comparação com a média dos livres. Vale ressaltar também que tanto nos livres quanto nos escravos, é possível que a conta represente uma família, irmandade e/ou um grupo determinado de pessoas, como estratégia de acumulação e aumentar o ganho através da lucratividade do investimento.

Tabela 6.
Média por condição das pessoas físicas sem 10% dos maiores valores de clientes

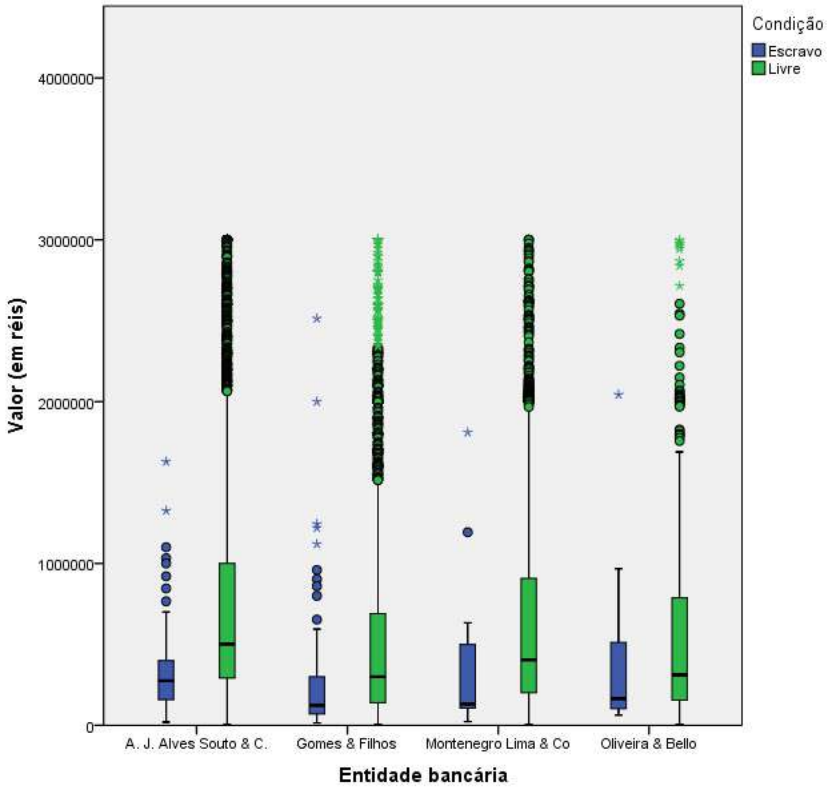
Entidade Bancária	**Valores (em réis)**	
	Média de escravos	Média de livres
A. J. Alves Souto & C.	319$173	742$131
Gomes & Filhos	253$528	529$651
Montenegro Lima & Co	395$770	614$387
Oliveira & Bello	415$520	585$165

Por fim, temos **Figura 3** formada sem os 10% dos maiores valores no conjunto das quatro casas bancárias, o gráfico de caixa representado na **Figura 3** apresenta os *boxplots*[33], isto é, os retângulos verticais em azul e verde. Por sua vez, esses *boxplots* representam a diferença entre o 4º Quartil e o 1º Quartil e são delimitadas da seguinte maneira: a linha inferior (LI) representa o menor valor do 1º Quartil, enquanto a linha superior (LS) do *boxplot* demonstra o valor máximo do 4º Quartil. Os *boxplots* são colocados lado a lado para se comparar a variabilidade e as medianas (representadas por uma lista dentro dos *boxplots)* entre eles. Dessa forma, o início da caixa é marcado pelo fim do 1º Quartil e, portanto, início do 2º Quartil. Por sua vez, o fim do 2º Quartil marca valor da mediana do conjunto analisado, a qual é representada por uma linha em negrito e o início do 3º Quartil. Por sua vez, esse 3º Quartil, como dissemos anteriormente, termina com o fim dos *boxplots*. Do final dos *boxplots* segue uma linha que representa o

33 Para compreender os cálculos que formam esse tipo de gráfico *boxplots*, ver FARIAS, Ana Maria Lima de. *O boxplot*. Disponível em < http://www.uff.br/cdme/conheceboxplot/conheceboxplot-html/boxplot.pdf>. Acessado em 13/08/2015.

último e 4º Quartil. Por fim, os pontos acima do fim do 4º Quartil são pontos discrepantes da análise, comumente chamados de *valores extremos* ou *atípicos*, os quais são expostos fora dos *boxplots* para uma melhor compreensão.

Figura 1 – Diagrama em caixa dos valores em conta das pessoas físicas sem os 10% dos maiores valores.



Portanto, na **Figura 3** notamos que os valores até o 3º Quartil (fim do *boxplot*) dos investimentos dos escravos das casas bancárias – A. J. Alves Souto & C. e Gomes & Filhos – estão abaixo das medianas de suas respectivas contas de livres. Enquanto que nas outras duas casas bancárias – Montenegro Lima & Co e Oliveira & Bello – os valores até o 3º Quartil (fim do *boxplot*) avançam a mediana de suas respectivas contas de livres. Ademais, é notável a presença de valores bem elevados, representados pelos círculos e considerados no gráfico acima como *valores atípicos*, ou seja, que fogem ao conjunto dos demais valores.

Tabela 7. Composição dos valores em conta dos escravos em razão do valor médio real de alforria em 1864

Percentuais	Ocorrências
Até 25% (285$129)	178

Entre 25 e 50% (570$259)	75
Entre 50 e 75% (855$388)	15
Entre 75 e 100% (1:140$518)	9
Acima de 100%	10

Fonte: Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no Jornal do Commercio entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864. Jornal do Commercio.

O que mais nos chama a atenção são valores de contas de escravos entre 1 conto e 2,5 contos de réis, e uma em especial da escrava "Izabel" que acumulara 2:513$740 réis, valores próximos ou acima da média da alforria da década de 1860[34]. Por sua vez, formamos a **Tabela 7** que demonstra a relação entre os valores do depósitos dos escravos nas casas bancárias e o preço médio real das alforrias, isto é, considerando a inflação, para o ano de 1864, calculado por Valencia (2011,p.48). Podemos perceber que cerca 62% das contas dos escravos tinham valores abaixo de um quarto do preço médio real da alforria para o ano de 1864, enquanto que aproximadamente 26% possuíam quantias entre um e dois quartos do preço da alforria e cerca 5% das contas entre dois e três quartos. No entanto, o peculiar é que aproximadamente 7% das contas, flutuavam entre três quartos do preço da alforria e acima do preço da alforria. Essas 19 contas de escravos somavam 26:873$852 réis ou 30% do montante total somados pelas contas de escravos. Ademais, a média dessas 19 contas, no valor aproximado de 1:414$413, está 20% acima do valor médio real da alforria em 1864.

Ora, não queremos presumir que a liberdade não estivesse no imaginário e nos objetivos econômicos mais sinceros dos escravos, no entanto nos leva a indagar acerca da cristalizada supervalorização da busca da liberdade pelos escravos, uma vez que percebemos valores de contas superiores ao preço do escravo e da alforria em propriedade de escravos. Da mesma forma, percebemos pessoas livres que, embora tivessem somas acima do preço do escravo no mercado interno brasileiro, permaneciam acumulando suas quantias, ou seja, não dispostas a investir na compra de braços para aumentar seus lucros, seja através do ganho ou do aluguel do cativo.

V - Considerações Finais

Tentamos demonstrar no limite desse texto a análise da composição dos clientes que possuíam contas nas quatro casas bancárias em falência na Crise do Souto em 1864. Percebemos que, embora a maioria substantiva dos clientes fossem de pessoas físicas e

34 VALENCIA VILLA, Carlos Eduado. *La producíon de la libertad....* p. 30-34.

livres, quase metade do valor total de todas as contas estavam concentradas nas mãos das pessoas jurídicas, as quais correspondiam uma parcela mínima dos clientes em relação às pessoas físicas. Não obstante, a presença de escravos e da grande maioria dos livres com valores de importância abaixo dos 3 contos de réis, os quais julgamos como pequenos credores, nos demonstra a capacidade de atração de capitais por essas casas bancárias, ao mesmo tempo que nos permite supor o acompanhamento das oportunidades abertas pela recente rede financeira carioca. Esse movimento de captação de investimentos populares nos parece cada vez mais claro ao longo dos oitocentos, principalmente a partir de 1831 com a abertura da primeira *Caixa Econômica do Rio de Janeiro*, a qual reforçará a importância da criação do hábito de poupança entre os populares, bem como os escravos, ao mesmo tempo que serve como exemplo de sucesso ao longo da década de 30 e 40 para inúmeras casas bancárias que se estabeleceriam a partir da década de 40 na praça comercial carioca.

Contudo, investir nas casas bancárias era uma das alternativas de economia que cativos e livres tinham de acumular e fazer render, para assim conseguir conquistar seus objetivos econômicos: seja a compra de escravos por parte dos livres ou a compra da alforria por parte dos cativos ou qualquer outro objetivo econômico. De qualquer modo, esses objetivos estavam ligados ao mercado de trabalho e dependiam de uma acumulação, sendo assim, as casas bancárias e as caixas econômicas serviriam para tal propósito.

Referências Bibliográficas:

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira*. Cedeplar-UFMG. XIV Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A067.pdf . Acessado em 01/07/2015.

BRASIL, *Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM1083.htm. Acessado em 01/07/2015.

_____. *Decreto de nº 3.309 de 20 de setembro de 1864*. Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75427. Acessado em 10/07/2015.

_____. *Senso de 1872*. UFMG. Disponível em www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72. Acessado em 29/12/2014 às 14h12min.

GAMBI, Tiago. "Projetos Políticos e Crises Econômicas: Análise do Caso do Banco do Brasil na Crise Bancária de 1864." In: *VI Encontro de Pós-Graduação Em História Econômica. São Paulo*. 2012. Disponível em http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Thiago%20Gambi_0.pdf.

GRINBERG, Keyla. "A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2ª metade do século XIX)". *Revista de Indias* 71(251), 2011. P 137-158.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da Firma Inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012. P. 197. BRASIL, Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM1083.htm. Acessado em 01/07/2015.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

LOBO, Roberto Haddock. *Reflexões acerca da mortalidade da cidade do Rio de Janeiro em todo o ano de 1847*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. 1848.

LOBO, Eulália M. L. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

FARIAS, Ana Maria Lima de. *O boxplot*. Disponível em http://www.uff.br/cdme/conheceboxplot/conheceboxplot-html/boxplot.pdf. Acessado em 13/08/2015.

FLORENTINO, Manolo. "Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871". IN: *Tráfico, cativeiro e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-*XIX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 2005.

SAÉZ, Hernán. "O 11 de Setembro de 1864 da Praça Carioca: a Crise do Souto e a transformação da Política Econômica Brasileira." In: *Anais Do XXX Encontro Da*

APHES. 2010. Lisboa. Disponível em http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/HERNAN%20SAEZ.pdf.

SARAIVA, L. Fernando e ALVARENGA, Thiago. A primeira Caixa Econômica do Rio de Janeiro: 1831-1858, notas de pesquisa. *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Vitória, 2015.

SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7 Letras, 2007.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. 2014. "Crise! Crise! Crise! A Quebra da Casa Souto nas Letras de Lundus Compostos no Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XIX." *Topoi - Revista de História 15 (29): 588–611*. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X015029008.

RYAN, Joseph James (Jr). Credit where Credit is Due: Lending and Borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900. (Tese de Doutorado), Los Angeles: University of California, 2007. P.143.

VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. *La Producción de la libertad: economia de los esclavos manumitidos em Río de Janeiro a mediados del siglo XX*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, 2011.

_____. *Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864.* Texto apresentado no 3º Congresso Fluminense de História Econômica realizado na Universidade Federal Fluminense, Abril de 2015.

_____. "Circulação monetária e mercado de trabalho no Rio de Janeiro, 1840-1860." In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Vitória, 2015.

VILLELLA, André."Tempos Difíceis: Reações às Crises de 1857 e 1864 No Brasil." *In Anais Do III Congresso Brasileiro de História Econômica*. 1999. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/ANDRE.pdf.

Entre Marx e Weber, Hobsbawm e Braudel: um quiproquó sobre transportes

Thiago Mantuano[1]

RESUMO: Essa comunicação pretende apresentar uma breve reflexão sobre as concepções de duas matrizes teóricas sobre os transportes; e como essas inspiraram duas correntes historiográficas a produzir ciência histórica partindo de pressupostos diametralmente distintos sobre o desenvolvimento dos transportes. Marx e Weber encaram de forma distinta a gênese e processo histórico pelo qual se constituiu o capitalismo, em suas análises consideraram o papel histórico dos transportes de forma sistemática e inspiraram, respectivamente, Hobsbawm e Braudel a aprofundar o debate histórico sobre esse setor de vital importância (econômica, política e social) para a vida humana.

Palavras-chave: transporte; teoria; historiografia; capitalismo; história econômica

Between Marx and Weber, Braudel and Hobsbawm: a quid pro quo on transport

SUMMARY: This communication is intended to provide a brief reflection on the concepts of two theoretical frameworks on transport; and how these two currents inspired historiography to produce historical science starting from diametrically different assumptions about the development of transport. Marx and Weber perceive differently the genesis and historical process by which constituted capitalism, in its analysis considered the historical role of transport systematically and inspired, respectively, Hobsbawm and Braudel to deepen the historical debate on this vitally important sector (economic, political and social) to human life.

Keywords: transport; theory; historiography; capitalism; economic history

---

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense< http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4363859E3>

I. INTRODUÇÃO

O intento desta comunicação é fruto de uma provocação e, por isso, pedimos licença para explicar donde surgiu esta proposta de trabalho: no início de nossas pesquisas, buscando refletir sobre o porto do Rio de Janeiro nos artigos especializados sobre a história dos portos, passamos a nos atentar para a construção de uma História Urbano-Portuária; amadurecido o trabalho com essa bibliografia, apresentamos um painel no **III Congresso Fluminense de História Econômica**[2] sobre o acúmulo empírico deste campo relativamente recente na área da História Econômica. Na vivaz discussão sobre os trabalhos apresentados, o professor Luiz Fernando Saraiva[3] atentou para a importância de recuperar os clássicos teóricos e historiográficos sobre o capitalismo, assim como uma bibliografia não especializada, e já há muito explorada, que trata dos portos dentro de um escopo de análise mais alargado.

Em suma, para além dos artigos e obras especializadas, os portos estão presentes nos trabalhos de Marx, Weber, Polayni, Hobsbawm, Braudel, Caio Prado, Witold Kula, Maruice Dobb, entre outros.

Partindo dessa provocação decidimos então ampliar o escopo de análise para o estudo sistemático sobre transportes, não apenas os portos, nas principais obras desses autores; nesta comunicação trabalharemos com parte importante dessas indicações, nominalmente com quatro que podem ser associados em duplas como teóricos e historiadores: Marx e o marxismo de Hobsbawm; Weber e sua influência em Braudel.

Para isso, elegemos duas obras entre os teóricos: em Marx, o *Capital* e os *Grundrisse* nos auxiliam numa visão crítica sobre o surgimento histórico e estabelecimento global do capitalismo, além de refletirmos especificamente sobre como os transportes tiveram papel fundamental em sociedades pré-capitalistas (ligadas ou não ao capitalismo), qual sua importância na construção da dominação social capitalista e como eles operam sobre a predominância ou não do capital na vida social; em Weber, *Economia e Sociedade* e *História Geral da Economia* demonstram a visão do autor a respeito da lenta preparação dos povos até o pleno desenvolvimento do capitalismo, além de apresentar como os transportes historicamente se adaptaram até o auge da

2 Realizado no campus da UFF em Campos dos Goytacazes entre 12 e 14 de novembro de 2014, pelos laboratórios POLIS e LAPEDHE.

3 A quem agradeço pelos questionamentos e pelas indicações de leitura.

racionalização capitalista, tendo seu pleno desenvolvimento e eficiência como parte da dominação burocrata burguesa.

Como forma de explicitar um mesmo processo histórico, a partir desses dois primas teóricos, dentre toda produção estudada, elegemos uma obra de referência de cada um dos historiadores: em Hobsbawm, *As Origens da Revolução Industrial* explicita como o capitalismo nasce no ventre do feudalismo, do choque entre o seu desenvolvimento e as próprias estruturas feudais surgiram as técnicas e tecnologias exploradas pelo capital em sua tortuosa constituição, nesse processo os transportes foram decisivamente transformados e transformadores; em Braudel, *O jogo das trocas* busca demonstrar a evolução mercantil das sociedades e como, desta forma, foi desenvolvido o capitalismo, o autor demonstra o processo histórico em que o capital penetra nas mais diferentes dimensões da vida humana e a ordena, sendo uma dessas dimensões o nosso objeto: os transportes.

Não nos arrogamos a posição de juiz imparcial deste quiproquó, é função do cientista das humanidades tomar posição nos debates e isso será feito, após a análise detida dos textos, na conclusão desta comunicação.

II. Entre Marx e Weber

O primeiro dilema que encontramos ao confrontar as obras dos dois autores é da preponderância da produção ou da circulação nos termos das atividades econômicas. Em Marx, fica claro que reside na produção a única forma de criar valor, a forma que é o agente transformador do produto social, a saber: o trabalho. Embora os transportes não estejam confinados à lógica da circulação: “A lei geral é que todos os custos de circulação que só se originam da transformação formal da mercadoria não lhe agregam valor. São apenas custos para a realização do valor ou para sua conversão em outra forma.” (MARX, 1988, p. 108), crescentemente sob o capitalismo são necessários para efetivação da mercadoria e sua transformação em forma-dinheiro, os transportes não criam valor de uso, mas agregam valor ao produto social conservando e viabilizando a sua efetivação.

A preponderância da produção não parece ter espaço em Weber, que afirma: “A ferrovia constitui o meio mais revolucionário que a história registra, não apenas para o tráfego, mas também para a economia.” (WEBER, 1980, p. 266) para o autor a esfera da

circulação toma centralidade tal que a maior invenção da humanidade parece ser exatamente algo que possibilita e agiliza o transporte de mercadorias. É patente o contraste com Marx que evidencia o exato movimento de Weber ao destacar a primazia econômica da ferrovia:

> Quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importantes se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca – de meios de comunicação e transporte – devem uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo. (MARX, 2011, p. 368)

Essa posição fica explícita em Weber quando aborda a exploração das colônias por Estados europeus, para o autor o acumulo de riquezas se dá na esfera da circulação, neste caso específico, com o monopólio dos transportes:

> O meio empregado para este acumulo de riquezas foi o monopólio dos produtos coloniais, as possibilidades de colocação nas colônias, isto é, o direito de transportar-lhes as mercadorias, e, finalmente, as oportunidades de ganho que oferecia os transportes [...] (WEBER, 1980, p. 267)

Dessa forma, não seriam os engenhos de cana-de-açúcar, as fazendas algodoeiras e cafezais, através predominantemente do trabalho escravo, a acumular riquezas nas metrópoles, e, sim, a possibilidade de serem essas metrópoles as únicas a transportar esses produtos. Contra isso Marx é breve, mas não menos assertivo: “Massas de produtos não se multiplicam por meio de seu transporte.” (MARX, 1988, p. 109).

Mesmo quando Marx se refere às sociedades em processo de transição ao capitalismo, caso das metrópoles analisadas por Weber, o autor distingue: “Nos estágios preliminares da sociedade burguesa, o comércio domina a indústria; na sociedade moderna, ocorre o inverso.” (MARX, 2011, p. 611); para Weber essa existência é anterior e está relacionada à contabilidade racional, possível apenas com a monetarização da economia, dessa forma: “O capitalismo existe onde quer que se realize a satisfação de necessidades de um grupo humano, com caráter lucrativo e por meio de empresas, qualquer que seja a necessidade de que se trate.” (WEBER, 1980, p. 249).

Outro ponto conflitivo entre as duas obras que consideramos relevante é sobre a necessidade do deslocamento físico através dos transportes para a circulação de mercadorias. Segundo Weber, é necessário “Para que exista um comércio profissional, propriamente dito, são indispensáveis prévias condições técnicas. Primeiramente, deve-se ter em conta a existência de ocasiões regulares de transporte e, de qualquer modo,

previsíveis.” (WEBER, 1980, p. 189); para Marx, não se dá apenas no efetivo movimento das coisas: “Circulação de mercadorias pode, porém, ocorrer sem seu movimento físico [...]. O que aí realmente se move é o título de propriedade sobre a coisa, não a própria coisa.” (MARX, 1988, pg. 108).

Provavelmente, o principal tema que os autores entram em choque é o da racionalidade. Para Marx, ela não é uma exclusividade do capitalismo; para Weber, apenas com a plena vigência capitalista a racionalidade é aplicada ao trabalho. Como esse debate está transposto aos transportes? Na possibilidade histórica de outras formações sociais desenvolverem e organizarem extensa rede de circulação física do produto social.

Nesse sentido, Marx é enfático: “[...] no Império dos Incas, a indústria de transportes desempenhava grande papel, embora o produto social não circulasse como mercadoria, tampouco fosse distribuído mediante escambo.” (MARX, 1988, p. 108), em suas anotações prévias, o autor deixa claro que não é exclusivo ao capitalismo uma extensa e articulada rede de transportes em sociedade pretéritas:

> A maioria desses povos ou cidades mercantis independentes, que se desenvolveram autônoma e extraordinariamente por meio do *negócio de transporte*, repousavam sobre a barbárie dos povos produtores, entre os quais eles desempenhavam o papel do intermediário. (MARX, 2011, p. 611)

Não nos parece que os exemplos citados por Marx possam ser tomados como redes de transportes irracionais ou como algum tipo de trabalho sem organização racional dos transportes; em contrapartida, observamos outras racionalidades calcadas em relações sociais diversas, fruto de formações econômico-sociais específicas e outras formas de dominação.

Na contramão de Marx, Weber faz a apologética da racionalidade burguesa aplicada ao trabalho: “Ao resumir, mais uma vez, as notas peculiares do capitalismo Ocidental e suas causas, cabe distinguir alguns pontos: somente ele criou uma organização racional do trabalho, o que, de outra maneira, não seria possível.” (WEBER, 1980, p. 279). Weber deixa claro que, apenas com o advento do capitalismo e sua revolução industrial, os transportes darão uma guinada efetiva rumo à eficiência técnica: “Foram poucas as modificações registradas em matéria de transportes, pelo menos em caráter substancial, até que surgiu a ferrovia.” (WEBER, 1980, p. 265).[4]

---

4 Engels cita em *A situação da Classe Operária Inglesa* que a navegação a vapor foi introduzida antes do surgimento da ferrovia, já em 1820 diversas pequenas embarcações a vapor

O autor enxerga nesse processo uma relação recíproca, para Weber o próprio desenvolvimento dos transportes apura a racionalidade do sistema e a burocratização do seu Estado deve seguir o modelo das empresas capitalistas:

> As modernas empresas capitalistas de grande porte são elas mesmas, em regra, modelos inigualados de uma rigorosa organização burocrática. Suas relações comerciais baseiam-se, sem exceção, em crescente precisão, continuidade e, sobretudo, rapidez das operações. Isto está condicionado, por sua vez, pela natureza peculiar dos modernos meios de transporte e comunicação [...] (WEBER, 2000, p. 212)

Durante a leitura dos textos, a impressão que o leitor tem é que há uma longa, e quase imóvel, preparação para o salto que os transportes deveriam dar sob a ação avassaladora do capitalismo. Reciprocamente, os modernos meios de transportes também condicionariam a eficiência capitalista.

Para além, o processo de burocratização em Weber põe em voga a necessidade dos transportes para a forma de dominação capitalista:

> Dos fatores essencialmente técnicos, por fim, cabe mencionar os meios de comunicação e transporte especificamente modernos (vias terrestres e fluviais, ferrovias, telégrafos, etc.) a serem administrados em economia pública, em parte por necessidade, em parte por conveniência técnica, como precursores da burocratização. (WEBER, 2000, p. 211)

O que não se constata em Marx que, apesar de dedicar importantes esforços nos estudos sobre os transportes como parte da produção e forma de circulação física, generaliza os meios de transportes como mais um meio de produção utilizado como mecanismo de dominação burguesa, através do mais-valor no ato de transportar, pois "O aprimoramento dos meios de transporte e comunicação entra igualmente na categoria do desenvolvimento das forças produtivas em geral." (MARX, 2011, p. 367). Consideramos uma má leitura de Marx as que tomam os transportes como elemento trivial do capitalismo, banalizando sua importância para o modo de produção capitalista. Entretanto, apesar de reconhecermos a implicação de seu desenvolvimento para a reprodução do capital, temos a real noção que a influência dos transportes se limita ao ponto que são necessários para a produção, na conservação e viabilidade da efetivação dos valores de uso e do próprio capital.

III. Entre Hobsbawm e Braudel

Preocupando-se com o processo de gênese capitalista entre os séculos XVI-XVIII, Braudel e Hobsbawm se ocuparam de duas tarefas diferentes em seus trabalhos:

---

navegavam pelo rio Hudson.

o francês tratou de como a monetarização penetrou e se generalizou nas economias europeias; em contraposição ao inglês, que se preocupou com a produção e como ela foi revolucionada através da moderna indústria. Os próprios objetos dos autores denotam sua afiliação teórica.

Antes mesmo de estudar sistematicamente os transportes, Braudel já dá pistas de como encara o setor em sociedades pré-capitalistas. Quando analisa o papel da armazenagem nas sociedades anteriores ao capitalismo, o autor frisa a improbabilidade de o comércio prosperar sobre determinadas condições infraestruturais: “O que obriga armazenar é o ciclo demasiado longo da produção e da vida mercantil, a lentidão das viagens e das informações, os imprevistos dos mercados distantes, a irregularidade da produção, o jogo ingrato das estações.” (BRAUDEL, 1996, p. 78).

Na contramão, Hobsbawm afirma que os antecedentes da revolução industrial, consequentemente, anterior ao principal momento da construção capitalista (em sua visão, ainda não acabada, diferente de Braudel), foram de crescimento do comércio internacional: “En realidad, la "revolución industrial" del algodón fue precedida por um período de expansión del mercado internacional insolitamente rápida y merecedora de un estudio más adecuado.” (HOBSBAWM, 1988, p. 108).

O próspero e crescente comércio nas sociedades imediatamente anteriores à plena vigência do capitalismo como modo de produção hegemônico não está reconhecido em Braudel, que naturaliza o capital como única via para a eficiência da produção e aceleração do tempo de circulação:

> [...] está provado, uma vez que, a partir do momento em que se acelerar a velocidade e aumentar o volume dos transportes, no século XIX, a partir do momento em que a produção se concentrar em fábricas poderosas, o velho comércio de entreposto deverá modificar-se consideravelmente, por vezes totalmente, e desaparecer. (BRAUDEL, 1996, p. 79)

Recuando no tempo, para Braudel, os transportes no século XVIII foram levados à saturação e ao máximo da sua eficiência sem terem sidos revolucionados e, apenas aí, observaríamos um crescimento mercantil na Europa. O que reconhecemos como uma clara contradição na concepção do autor, que afirma existir neste momento um “capitalismo comercial”, sem que o capital revolucione suas infraestruturas, utilizando as antigas até o limite.

Para Hobsbawm, a gênese do processo de revolução industrial está no século XVII, embora não incorporasse o capitalismo, está associado ao entrecortado (e não certo ou não garantido) processo de transição a ele, pois o

> [...] reemplazo del feudalismo por el capitalismo no fue, y no podía ser, una simple evolución lineal —que aun en términos puramente económicos debia ser discontinua y catastrófica— y esbozar algunos de los mecanismos de ese cambio histórico, y llamar la atención acerca de la crisis del siglo XVII como un episodio crucial en la declinación de la economía feudal y la victoria de la capitalista. (HOBSBAWM, 1988, p. 88)

Por sua peculiaridade, a Inglaterra é tomada pelo autor como estudo de caso e os transportes tomam centralidade nesse processo de transição incerto rumo ao capitalismo: “En tempos recientes se ha vuelto a señalar la situación ventajosa de Gran Bretaña en el período preindustrial, cuando los transportes navieros eran considerablemente menos costosos que los terrestres.” (HOBSBAWM, 1998, p. 103)

Braudel inverte a análise de Hobsbawm e percebe os transportes marítimos como porta de entrada, antes da revolução industrial, do capitalismo no setor:

> Neste caso, calcular a dominação capitalista significa calcular a modernidade ou o arcaísmo, ou melhor, o rendimento dos diferentes ramos dos transportes: dominação fraca sobre transportes terrestres, limitada sobre os “veículos fluviais”, mais acentuada quando se trata de mar. E, no entanto, também aqui o dinheiro escolhe, não se preocupa em apoderar-se de tudo. (BRAUDEL, 1996, p. 306)

Nada mais fora da definição de capitalismo do que não ter a pulsão de ser universal, não ter a voracidade (constatada no século XIX) de apoderar-se de tudo, de todas as categorias de transporte, por exemplo. Podemos concluir, através da própria análise do autor, que isto não se trata de capitalismo e sim da penetração do capital sob outra lógica.

Para Hobsbawm, a construção de uma economia capitalista passa pela dominação de todas as esferas da vida humana pelo mercado. Os transportes foram fundamentais para a consolidação do capitalismo, após a revolução do vapor na produção, em especial na indústria algodoeira, esse setor foi alvo privilegiado dos investimentos de capitais acumulados nas modernas indústrias. Analisando a Inglaterra oitocentista o autor nota: “Todos están de acuerdo en que fueron los ferrocarriles el factor determinante del desarrollo de la siderurgia y el carbón, en este período.” (HOBSBAWM, 1988, p. 111).

Por último, lançamos uma questão respondida de duas maneiras absolutamente distintas pelos dois autores: é possível haver capitalismo onde os transportes não

estejam em processo de constante transformação e racionalização capitalista? Podemos vislumbrar uma sociedade capitalista onde as mercadorias são levadas à efetivação por meios onde predominam as antigas relações pré-capitalistas?

Analisando o caso dos Seis Corpos dos Ofícios de Paris e sua relação com os estalajadeiros e carreteiros, Braudel conclui sobre como os transportes terrestres se davam entre Paris e outras cidades francesas:

> Em toda essa organização tão tradicional, só coube ao mercado deixar-se levar. Por que haveria ele de intervir para organizar (outros diriam "racionalizar") de modo capitalista um sistema em que uma concorrência abundante joga a seu favor, em que, como "não temiam avançar", os mercadores dos Seis Corpos, em 1701, mandavam tanto quanto os carreteiros transportadores? Tanto quanto, ou mais? (BRAUDEL, 1996, p. 311)

O capitalismo para Braudel pode não se preocupar em racionalizar e exponenciar a produtividade para auferir maiores ganhos com os transportes, ou transformá-lo num setor de investimento; os capitalistas de Braudel deixam-se levar, parecendo impotentes ou até dóceis e desinteressados, pelas relações pré-capitalistas, sem tensionamento ou qualquer tipo de intervenção. A esta avaliação segue a conclusão, para a surpresa do leitor, que a passividade dos "novos transportadores" era o mais racional naquela conjuntura.

Na contramão, Hobsbawm dá o receituário capitalista: a transformação através da indústria, o avanço necessário nos transportes e as reservas acumuladas para novos investimentos (crescentemente feitos no próprio setor de transportes) formam um movimento único:

> Debemos tener em cuenta no sólo la inversión total necesaria para poner en marcha la forma individual sino también la inversión total necesaria para dar un comienzo rápido a una economía industrial: carreteras, canales, muelles, barcos, construcciones de todo tipo, inversiones agrícolas, minas, etc. En realidad, una industrialización rápida necesita no sólo este equipo inicial sino también una continua inversión de la misma clase. (HOBSBAWM, 1988, p. 49)

As fábricas movidas à vapor e força de trabalho operária são o instrumento inicial citado por Hobsbawm e à elas não se nega a primazia do processo, mas sem os investimentos em infraestrutura, especialmente na de transportes (que doma o espaço e vence o tempo), a efetivação da produção, a reprodução dos capitais e a própria corporificação do capitalismo fica impossibilitada.

IV. CONCLUSÃO

Essa comunicação certamente não esgota o seu objetivo. A discussão teórica e historiográfica aqui apresentada, através do enfoque nos transportes, pode ser transposta para inúmeros setores da economia.

Acreditamos que temos o dever de firmar posição dentro do que expusemos. Cremos que Marx está substancialmente mais correto em sua visão crítica sobre a atuação dos transportes para a produção e na circulação como parte substancial da reprodução capitalista. De fato, os transportes assumem o papel de possibilitar a efetivação das mercadorias, neles não há criação de valor e, portanto, neles os lucros não são extraídos através de um excedente, mas sim na agregação do valor que consiste em conservar e viabilizar a efetivação das mercadorias.

A respeito de Weber, negamos a impossibilidade de uma racionalização eficiente dos transportes e seus sistemas fora do escopo da empresa capitalista; a naturalização das estruturas capitalistas conjugada à eternização do "arcaísmo" nas estruturas de transporte pré-capitalistas são também estranhas àqueles que estudam sociedades antes da plena lógica do capital; como vimos aqui e em outros estudos, muitas formações econômico-sociais pré-capitalistas inventaram, transformaram e fizeram avançar múltiplas formas de transporte, além de tecerem uma importante e organizada rede transportadora.

Concluímos também que as análises de Hobsbawm estão mais corretas frente às de Braudel quando ambos encaram as questões sobre os transportes. A revolução industrial é mais determinante para a constituição do capitalismo e para a transformação dos transportes na lógica capitalista que a monetarização e a mercantilização da sociedade. Uma sociedade capitalista tem de controlar a relação espaço/tempo para levar à cabo seus objetivos; para isso, uma de suas missões é revolucionar as comunicações, dando agilidade ao ciclo de reprodução do capital e o garantindo.

Explorar novas possibilidades dentro da vasta produção de Marx, Weber, Hobsbawm e Braudel abre ensejo para reflexão e discussão sobre nossas pesquisas empíricas; o balanço teórico e historiográfico feito aqui é parcial, mas já aponta para um debate profícuo sobre a diversidade de como os transportes podem ser encarados.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUDEL, Fernand. *O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ENGELS, Frederich. *A Situação da Classe Operária Inglesa.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *En torno a los orígenes de la revolución industrial.* Madrid: Siglo XXI, 1988.

MARX, Karl. *Grundrisse.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *O Capital. Livro Segundo.* Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade.* Vol. 2. Brasília: Editora UNB, 2000.

WEBER, Max. *História Geral da Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Racionalidade econômica e política econômica no regime militar

Vanessa Rodrigues de Oliveira
Mestranda em História Econômica pela FFLCH-USP

Resumo

Esse artigo analisa o cenário econômico no período compreendido entre 1964 e 1973, desde o início do governo militar até o final do “milagre econômico”, considerando as medidas tomadas pelos governos Castello Branco, Costa e Silva e Médici para o crescimento econômico verificado no período. São discutidas as medidas econômicas consideradas ortodoxas adotadas no período “pré-milagre”, entre 1964 e 1966, com ajustes fiscal e monetário, e as medidas heterodoxas ao longo do milagre, de 1967 a 1973, com viés mais expansionistas. Os resultados levam a uma avaliação crítica às medidas tomadas no período, considerando os níveis elevados da dívida externa bruta brasileira verificados ao final do “milagre econômico”.

Palavras-chave: política econômica, ditadura militar, milagre econômico.

Abstract

This paper analyzes the economic situation in the period between 1964 and 1973, since the beginning of military government until the end of the “economic miracle”, considering the measures taken by the Castello Branco, Costa e Silva and Médici governments for economic growth verified in the period. We discuss the economic measures considered orthodox adopted in the period "pre-miracle" between 1964 and 1966, with fiscal and monetary adjustments, and heterodox measures along the miracle, from 1967 to 1973, more expansionary. The results lead to a critical assessment of the measures taken in the period, considering the high levels of brazilian gross external debt verified at the end of the “economic miracle”.

Keywords: economic policy, military dictatoriship, economic miracle.

1. Introdução

Em 1964, quando teve início o regime militar, o Brasil vivia um período de instabilidade econômica, com inflação alta, desequilíbrio externo e estagnação. Como o governo anterior havia sido deposto sob a alegação de ser inapto para restabelecer o crescimento econômico, a principal meta do governo militar era resolver essas questões econômicas, como forma de retomar o crescimento e, assim, legitimar-se no poder como uma alternativa melhor ao país do que o governo anterior, justificando inclusive seu caráter autoritário.

Havia também, neste momento, uma crise do pensamento nacional desenvolvimentista defendido pela Cepal na década de 50, que tinha Celso Furtado como seu principal expoente no Brasil. As teorias desenvolvimentistas defendiam a adoção de "estratégias nacionais de desenvolvimento", que implicavam a proteção à indústria nacional nascente e a promoção da poupança forçada por meio do Estado, atribuindo-lhe o papel central na coordenação da economia.

Essa política foi eficiente nos países da América Latina, incluindo o Brasil, entre as décadas de 30 a 60, considerando a industrialização tardia nesses países e a necessidade de o Estado atuar na criação das condições necessárias para que as empresas investissem e pudessem competir no mercado, no chamado processo de substituição das importações. Segundo Tavares, no Brasil, esse processo se deu devido a mudanças de variáveis dinâmicas da economia, com a perda de importância relativa do setor externo no processo de formação de renda nacional e aumento da participação e dinamismo da atividade interna. (TAVARES, 2000, p. 223)

Entretanto, o que se via no início da década de 60 era uma economia estagnada. Para Tavares e Serra, essa crise econômica estava estreitamente relacionada ao esgotamento do dinamismo da industrialização baseada na substituição de importações, que havia proporcionado, no passado, uma expansão da renda e uma diversificação do consumo. Porém, como naquele momento não havia sido implementado um pacote de investimentos complementares para garantir a manutenção de uma alta taxa de expansão econômica,

depois de amadurecidos os investimentos do “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitscheck (1956-1960), o que se apresentava era uma crise relacionada à demanda (devido à concentração de renda) e ao financiamento (prejudicado pela alta taxa de inflação). (TAVARES e SERRA, 2000, p.600-602).

Nesse contexto, com a instauração do golpe e a supressão de qualquer proposta nacional desenvolvimentista ou mobilização popular, os economistas conservadores viam o regime militar como uma oportunidade para colocar em prática conceitos “racionais”, defendidos pelos ortodoxos, especialmente Roberto Campos, que ocupou o Ministério do Planejamento entre 1964 e 1967, no governo Castello Branco.

Para Campos, o projeto de desenvolvimento nacional deveria ser orientado pelo instrumento da ciência econômica, ligada à realidade dos países centrais, auxiliado por capitais externos e levado pelo Estado na figura do “tecnocrata”, que teria consciência do devido grau de intervenção estatal na economia. Em contrapartida, Campos entendia como atitudes “irracionais” o populismo, o desenvolvimentismo (no modelo cepalino), o estatismo e o nacionalismo. (DACANAL, 2014, p. 20-21)

Assim, além da homogeneidade política, garantida pelo regime de exceção instaurado, os primeiros anos do governo militar (entre 1964 e 1973) foram marcados pela sucessão de medidas econômicas que visavam ao controle inflacionário e à retomada do crescimento econômico, culminado no período conhecido como “milagre econômico”, com média de crescimento de 11,1% a.a., entre 1968 e 1973. Segundo Hermann, “diante da forte repressão às manifestações da sociedade civil e mesmo à atuação de partidos políticos, a visão de política econômica não encontrava resistência formal, impondo-se à sociedade e aos demais poderes”. (2011, p. 50)

2. O período pré-milagre: ajustes racionais

O processo de ajustes fiscal e monetário começou no governo de Castello Branco (1964-1967), com a nomeação dos novos ministros do Planejamento, Roberto Campos, e da

Fazenda, Octávio Bulhões, ambos economistas com perfil ortodoxo. No período de 1964 a 1966, a política econômica assumiu uma orientação restritiva, com a implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), que tinha como prioridade o combate à inflação. Para seus idealizadores, somente com a reversão do processo inflacionário seria possível retomar a trajetória do crescimento, recriando-se as condições adequadas à maturação plena do potencial de crescimento de uma economia de livre iniciativa. (MACARINI, 2006, p.455)

O cenário econômico encontrado pelo governo Castello Branco era de estagflação, ou seja, estagnação da atividade econômica com inflação alta. Enquanto no período de 1957 a 1962 o PIB brasileiro havia crescido em média 8,8% a.a., com inflação média de 32,5% a.a., em 1963, o PIB cresceu apenas 0,6% a.a. e a inflação subiu 79,9% a.a. (HERMANN, 2011, p. 51)

Ao assumir o ministério do Planejamento, em abril 1964, Campos identificou que seria necessário lançar um plano de emergência para combater a inflação, causada essencialmente pelo crescimento excessivo da demanda agregada – inflação de demanda –, pelos déficits governamentais, pela expansão creditícia e pela contínua pressão salarial. Campos também defendia o lançamento de reformas de estrutura, notadamente nas áreas tributária e financeira. Com base nessas medidas, o plano estabeleceu metas decrescentes de inflação, sendo 70% em 1964, 25% em 1965 e 10% em 1966. Além disso, previa taxas reais de crescimento do PIB de 6% a.a. no mesmo período. (HERMANN, 2011, p. 52)

Em relação à reforma tributária, foram estabelecidos o aumento da arrecadação do governo e a racionalização do sistema tributário, de forma a reduzir os custos operacionais da arrecadação e definir uma estrutura tributária capaz de incentivar o crescimento econômico. O conjunto de medidas implantadas, como a criação do Imposto Sobre Serviços (ISS) a ser arrecadado pelos municípios e a ampliação da base de incidência do imposto sobre a renda de pessoas físicas, elevou a arrecadação tributária do país, que passou de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967. Entretanto, a maior parte do aumento foi obtida através de impostos indiretos, que incidem sobre toda a população e, em termos relativos, penalizam

os mais pobres. Para Hermann, o êxito da reforma deve ser creditado tanto à racionalidade das medidas quanto ao regime autoritário vigente. “Dificilmente uma reforma regressiva e centralizadora como a 1964-67 teria sido aprovada pelo Congresso e aceita sem resistências pela sociedade num regime democrático”, enfatiza. (2011, p. 55)

Já a reforma financeira teve como objetivo central reorganizar o funcionamento do mercado monetário e, assim, dotar o Sistema Financeiro Brasileiro (SFB) de mecanismos de financiamento capazes de sustentar o processo de industrialização em curso, sem gerar pressão inflacionária. Assim, foram criados em 1964 o Banco Central do Brasil (Bacen) como executor da política monetária e o Conselho Monetário Nacional (CMN) como regulador do SFB.

Com a política de estabilização e as reformas realizadas entre 1964 e 1966, a atividade econômica se recuperou, com crescimento médio de 4,2% a.a. Entretanto, o Paeg não cumpriu as metas de inflação, que ficou em 92% em 1964, 34% em 1965 e 39% em 1966. O sucesso do plano ficou comprometido devido ao aumento dos custos básicos, como impostos, tarifas públicas, câmbio e juros, além da criação da correção monetária para ativos e contratos em geral.

3. O milagre econômico: predomínio da heterodoxia

No início do governo Costa e Silva (1967-1969), o grupo ortodoxo idealizador do Paeg saía de cena, sendo nomeado naquele ano como ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, que manteve a política de combate gradual da inflação (com ênfase no custo em vez da demanda), além de propor novas políticas de incentivo à retomada do crescimento.

Para Delfim, apesar de o governo ter colocado em prática uma política econômica caracterizada por um rígido controle da demanda, o processo inflacionário ainda era intenso e o ritmo da atividade econômica estava aquém do esperado. Isso se devia ao equívoco no diagnóstico de inflação de demanda, formulado pelo grupo anterior. Segundo ele, a inflação brasileira era percebida como um fenômeno complexo, de múltiplas causas e de natureza

cambiante. Assim, ao diagnosticar a inflação puramente de demanda, o Paeg ignorou sua mudança de natureza para custos, que emergiu quando foi feito o controle da demanda. Nessa conjuntura de custos crescentes, o controle rígido da demanda com restrição creditícia levou à queda dos níveis de produção e emprego e, consequentemente, do ritmo de investimento na economia, impedindo a retomada do crescimento. Dessa forma, a rígida ortodoxia praticada no período de vigência do Paeg perdeu sua eficácia, tornando-se causa da continuidade da crise e do processo inflacionário. (MACARINI, 2006, p.457-8)

Os anos de 1967 e 1968 foram marcados por uma nova política econômica de viés heterodoxo, em contraste à ortodoxia do Paeg. O objetivo central passou a ser a estabilização do crescimento industrial de longo prazo, de forma a conciliar a queda progressiva da inflação à retomada do crescimento econômico acelerado.

A política fiscal praticada nesse período, especificamente em 1967, passou por uma grande mudança, notadamente no crescimento do déficit orçamentário, que de 1,1% do PIB em 1966 foi para 1,7% em 1967, e na elevação do teto de isenção sobre o imposto de renda das pessoas físicas, representando um ganho aproximado de 5% nas faixas salariais mais elevadas. Também foram alongados os prazos para recolhimento de impostos, dando ao setor industrial recursos para capital de giro, podendo atender com mais agilidade ao crescimento da demanda. Essas medidas visavam à reativação da economia e da demanda de consumo. Em relação à política monetária, priorizou-se a expansão da oferta de moeda e de crédito, liderada pelo Banco do Brasil, com crescimento de 30% a.a. da oferta ao setor privado. (MACARINI, 2006, p. 460)

O ano de 1968 foi marcado pela implantação do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que, ao prever um arrefecimento da indústria de substituição de importações e a diversificação das fontes de sustentação do crescimento econômico, propunha a estabilização da moeda, a consolidação da infraestrutura, o fortalecimento da empresa privada e a ampliação do mercado interno. Foram introduzidas medidas de estímulo ao modelo exportador, com isenção de impostos indiretos e as minidesvalorizações cambias, para evitar que a inflação causasse uma defasagem cambial e, com isso, prejudicasse a

balança comercial e, consequentemente, a atividade econômica. Dessa forma, projetava-se um crescimento do produto de, no mínimo, 6% a.a. no período de 1968-1970, estimando-se um desempenho até um pouco acima disso, ao considerar a capacidade ociosa bastante elevada no período.

Todas essas medidas, aliadas aos efeitos da reforma financeira realizada anos antes, que facilitou a expansão do crédito ao consumidor, mostraram resultados positivos a partir do primeiro ano de vigência do PED. Em 1968, o PIB cresceu 9,8%, mais que o dobro da média dos anos anteriores, que havia sido de 4,2% a.a. O setor industrial teve um crescimento de 14%, puxado principalmente pelo desempenho da indústria automobilística, com mais de 270 mil unidades produzidas em 1968, contra 225 mil em 1967, e pela indústria da construção civil, ativada pelo incremento da demanda habitacional. O setor de bens intermediários também teve expansão expressiva, especialmente na siderurgia, que cresceu 16% naquele ano. Por fim, os investimentos industriais também cresceram e as exportações atingiram a marca de US$ 1,8 bilhão, após mais de 15 anos de estagnação. (HERMANN, 2011, p. 66)

Os resultados alcançados estavam relacionados à nova orientação da política econômica adotada em 1967, priorizando a retomada do crescimento em detrimento do intenso combate à inflação do governo anterior (que não havia sido alcançado, apesar das medidas restritivas adotadas). Entretanto, a ideia de que a inflação teria se tornado um problema secundário colocava em dúvida a qualidade da política em curso e o caráter sustentado da retomada do crescimento. Assim, no final do governo Costa e Silva, o combate à inflação volta a ser prioridade e a política econômica volta a assumir um caráter ortodoxo em 1969, de forma a garantir um crescimento maior e mais constante. Segundo Delfim, “se pudemos crescer 6% com inflação, vamos correr o risco de crescer 12% sem a companhia da inflação”. Para ele, esse era o melhor momento para enfrentar a inflação, com muito menos sacrifícios do que em qualquer outra ocasião. (MACARINI, 2006, p.465)

Assim, em 1969, foram implementadas medidas para reduzir o déficit orçamentário, como a redução de 10% dos gastos globais dos ministérios e redução à metade do Fundo de

Participação dos Estados e Municípios, e uma política monetária que evitasse uma expansão da oferta de moeda e de crédito ao setor privado, estimulando a capacidade de geração interna de recursos que levaria, no longo prazo, ao fortalecimento do mercado de capitais e à diminuição a dependência do crédito bancário. Essas medidas foram apoiadas pelo empresariado, especialmente da indústria e do mercado de capitais.

O início do governo Médici (1969-1973) foi marcado por uma nova mudança de rota na economia. Já em seu discurso de posse, em outubro de 1969, exaltava a necessidade de retomada do crescimento. Segundo ele, "o Brasil é grande demais para tão poucas ambições", deixando claros seus anseios em relação ao desempenho econômico durante o seu governo. Delfim, que se manteve na Fazenda, adequou-se rapidamente à nova perspectiva, propondo como meta central do novo governo uma taxa de crescimento de 9% a.a. e duplicação da renda *per capita* no período de 1970 a 1980, colocando novamente a inflação em segundo plano.

Em janeiro de 1970, o governo estabelece como novo modelo de crescimento o "agrícola-exportador", com forte incremento da produção agrícola e das exportações do país, pretendendo-se, assim, ampliar o mercado interno e induzir o crescimento dos demais setores. Essa nova política criticava diretamente o modelo de industrialização por substituição de importações, argumentando que o processo havia encontrado seu limite, não podendo esperar dele a fonte dinâmica da aceleração do desenvolvimento industrial do país. (MACARINI, 2005, p.63)

Assim, foram adotadas diversas medidas para estimular o setor agrícola, visando à ampliação da mecanização e do uso de insumos modernos, como isenção de impostos, incentivo à compra de máquinas agrícolas e fertilizantes, com abatimento no IR, entre outras. Para consolidar essa transformação do setor em "agronegócio", também foi disponibilizado um grande volume de crédito, a juros baixos, para financiamento de máquinas e insumos. O crédito rural total cresceu, em termos reais, 18,8% em 1970 e dobrou até 1973. Em resposta a todos esses incentivos, a lavoura cresceu cerca de 14,8% em 1971 e a agropecuária 11,4%. As indústrias de tratores e insumos também aproveitaram

os reflexos desse desempenho do setor, com crescimento acima dos 50% naquele mesmo ano. (MACARINI, 2005, p.74-75)

No geral, a política econômica colheu bons frutos nos anos 1970 e 1971, com distribuição de incentivos à agricultura, aos exportadores, à industria e aos bancos, além de supersafra agrícola, inflação estabilizada, aumento progressivo das reservas internacionais e crescimento acima dos 10% a.a. Entretanto, no plano interno, o crescimento a altas taxas resultou numa conjuntura de superaquecimento nos dois anos seguintes, com níveis de produção próximos à plena utilização da capacidade instalada e escassez de matérias-primas, de insumos e de mão de obra, contribuindo para intensificar a pressão sobre os preços. O governo então passa a adotar uma nova postura em relação à inflação, sob o pretexto de que "desejava continuar crescendo por muitos anos", porém sem alterar o caráter heterodoxo da política vigente, ou seja, sem arrocho fiscal, monetário ou creditício que, certamente, afetariam o ritmo de crescimento. Assim, o governo iniciou um movimento de redução das taxas de juros administradas pelo Banco Central, para atuar sobre os problemas relacionados ao custo da produção.

Apesar do sucesso das medidas adotadas, tanto na queda da inflação (média de 15,6% a.a. em 1972-73, ante a média de 19,4% a.a em 1969-71) como no aumento da taxa de crescimento (chegou a 14% em 1973) e de investimentos (que era de 15% do PIB no período de 1964-67, passando a pouco mais de 20% em 1973), esse crescimento foi sustentado principalmente por empréstimos internacionais, aumentando sobremaneira a dívida externa bruta do país, que passou de US$ 3,4 bilhões, em 1967, para US$ 14,9 bilhões em 1973 – aumento de 338%. (HERMANN, 2011, p. 62-68)

Outro ponto negativo observado foi o alto custo social do "milagre", alcançado à custa de arrocho salarial e aumento da concentração de renda. Em relação ao salário mínimo, a perda real verificada entre 1967 e 1973 foi de 15%, bastante contraditório aos altos índices de crescimento econômico no mesmo período. Já a concentração de renda aumentou, comparando-se os números de 1960 e 1970. Enquanto os 5% mais ricos da população aumentaram sua participação na renda nacional em 9%, detendo 36,3% da renda, os 80%

mais pobres diminuíram 8,7%, ficando com 36,8% da renda nacional. (NAPOLITANO, 2014, p.164)

4. Conclusão

O período do “milagre econômico” foi um dos momentos mais profícuos da história econômica brasileira, com queda considerável na inflação, altos índices de crescimento do PIB e recuperação do Balanço de Pagamentos, além da reorganização da estrutura fiscal e financeira do país. Em contrapartida, houve poucos avanços no que concerne às questões sociais, devido ao arrocho salarial e ao aumento na concentração de renda.

O aumento da dependência externa do país, principalmente nos setores industrial e financeiro, colocou-se como um entrave ao governo Geisel (1974-1979) na manutenção da política desenvolvimentista iniciada nos anos anteriores, notadamente a partir da primeira crise do petróleo no final de 1973, considerando que o Brasil importava mais de 90% do petróleo consumido.

Dessa forma, esse artigo buscou mostrar que, apesar dos resultados positivos, as medidas econômicas tomadas no período mostraram-se pouco sustentáveis, principalmente devido à necessidade de os agentes responsáveis pela política econômica demonstrarem resultados rápidos e robustos, para legitimar o poder autoritário do governo vigente, em detrimento do aumento da dependência externa da nossa economia, que viria a ser o grande desafio da década de 80.

Referências bibliográficas

Dacanal, Pedro Hoeper. (2015), *A conversão de Roberto Campos*. Vitória, XI Congresso Brasileiro de História Econômica.

Hermann, Jennifer. (2011), "Reformas, endividamento externo e o 'milagre econômico' (1964-1973)". In Giambiagi, Fábio et al. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier.

Macarini, José Pedro (2005), A política econômica do governo Médici, 1970-1973. *Nova Economia* 15 (3), p. 53-92.

_____. (2006), A política econômica do governo Costa e Silva, 1967-1969. *Revista Economia Contemporânea* 10 (3), p. 453-489.

Napolitano, Marcos. (2014), *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo, Contexto.

Tavares, Maria C. (2000), Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Record.

Tavares, Maria C. e Serra, José (2000), Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Record.